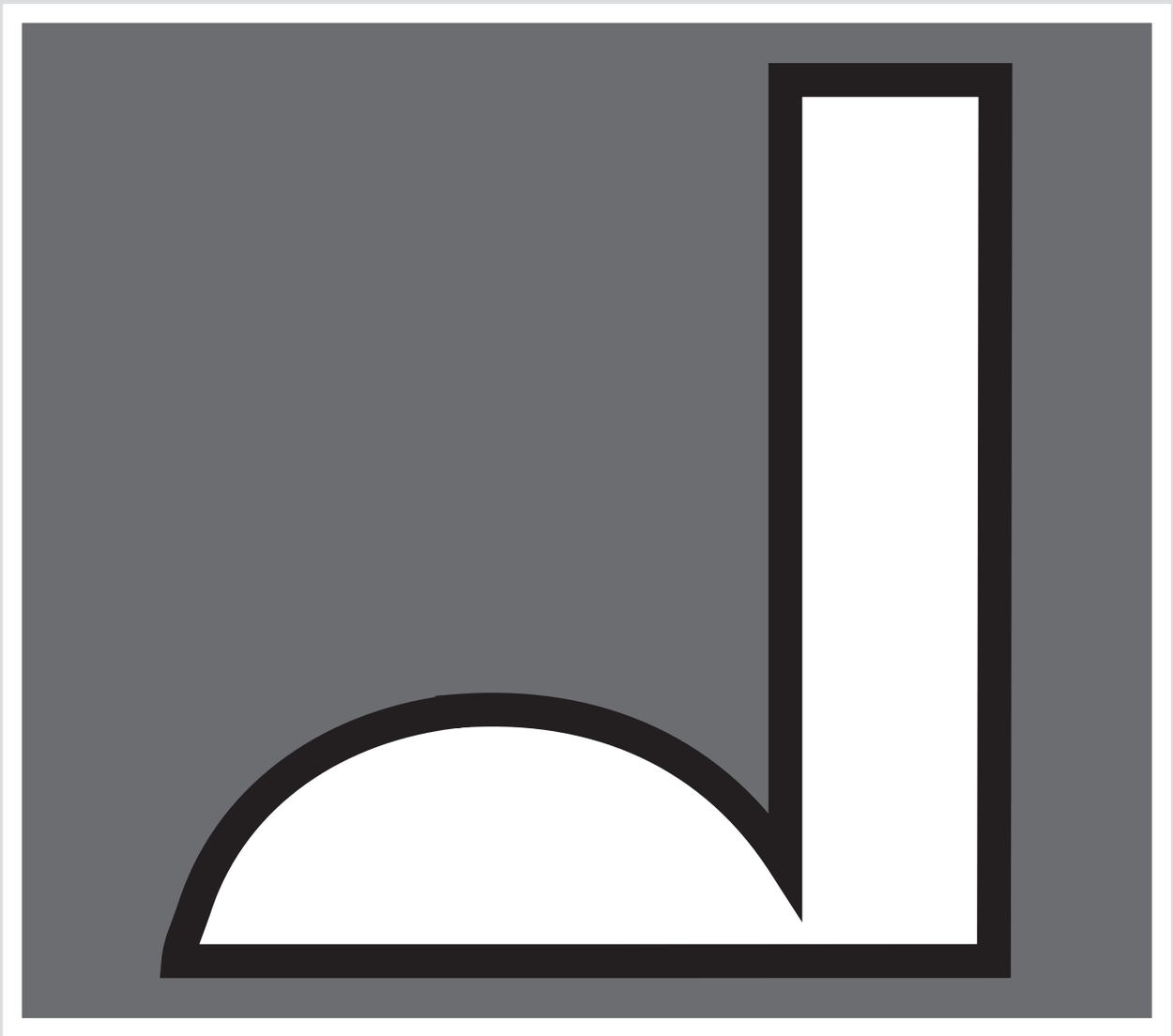
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 190 - SÁBADO, 28 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<table>
<tr>
<td>Maioria
(PMDB/PP) - 18
Líder
Renan Calheiros - PMDB
Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....
Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros
Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha (4,5,7)
Neuto De Conto
Líder do PP - 1
Francisco Dornelles</td>
<td>Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19
Líder
Aloizio Mercadante - PT
Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....
Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante
Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)
Líder do PR - 3
João Ribeiro
Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares
Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella
Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda</td>
<td>Bloco Parlamentar da Minoria
(PSDB/DEM) - 27
Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)
Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....
Líder do PSDB - 14
Arthur Virgílio
Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes
Líder do DEM - 13
José Agripino
Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais</td>
</tr>
<tr>
<td>PTB - 8
Líder
Gim Argello - PTB
Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma</td>
<td>PSOL - 1
Líder
José Nery - PSOL</td>
<td rowspan="4">Governo
Líder
Romero Jucá - PMDB
Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma</td>
</tr>
<tr>
<td>PDT - 6
Líder
Osmar Dias - PDT</td>
<td>PV - 1
Líder
Marina Silva - PV</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>PSC - 1
Líder
Mão Santa - PSC</td>
</tr>
</table>

Notas:
1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 227ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 74, de 2009. 62834

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007. 62834

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul*..... 62835

Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.* 62844

Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul*..... 62855

Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2009 (nº 1.637/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul – Asculpar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul*..... 62863

Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2009 (nº 1.172/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.* 62973

Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009 (nº 1.207/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (Accat) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.* 62881

Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2009 (nº 1.321/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.*.. 62891

Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009 (nº 1.646/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 62900

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 932 a 939, de 2009, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. 62910

1.2.4 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 302, de 2009 (nº 4.440/2001, na Casa de origem, dos Deputados Nilson Mourão e José Dirceu), que *dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira e altera as Leis nºs 5.709, de 7 de outubro de 1971, e 6.634, de 2 de maio de 1979.*..... 62910

Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009 (nº 5.276/2005, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que *dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose*..... 62918

Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009 (nº 5.391/2005, na Casa de origem, do Deputado Gilmar

Machado), que *dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.* 62921

Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009 (nº 48/2007, na Casa de origem, do Deputado Neilton Mulim), que *dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente*..... 62923

Projeto de Lei da Câmara nº 306, de 2009 (nº 3.643/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.* .. 62926

Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 2009 (nº 3.948/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*..... 62933

Projeto de Lei da Câmara nº 308, de 2009 (nº 4.488/2008, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais*..... 62938

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 306 e 307, de 2009, lidos anteriormente, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 62941

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a primeira ou única Comissão do despacho, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 302, 303, 304, 305 e 308, de 2009, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna, onde serão apreciados terminativamente. 62941

Deferimento dos Requerimentos nº 1.467, de 2009, do Senador Pedro Simon; nº 1.507, de 2009, do Senador Romero Jucá, e nº 1.512, de 2009, do Senador José Agripino. 62941

1.2.6 – Pareceres

Nºs 2.150, 1.251 e 2.152, de 2009, das Comissões de Assuntos Econômicos, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo*..... 62942

Nº 2.153, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009 (nº 1.033/2003, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.* 62970

Nº 2.154, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho*..... 62977

Nº 2.155, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências*..... 62988

Nº 2.156, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.*..... 63002

Nº 2.157, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências.* 63010

Nºs 2.158 e 2.159, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.*..... 63017

Nº 2.160, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que *altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.* 63034

Nº 2.161, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.*..... 63041

Nº 2.162 e 2.163, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para*

determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. 63047

Nº 2.164, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 1.017, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente da Eepública Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento do livro "América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento".*..... 63085

Nº 2.165, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006 (nº 7.458/2002, na Casa de origem, dos Deputados Eni Voltolini e Leodegar Tiscoski), que *altera o inciso II do caput do art. 282 e o art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211-D à referida Lei.* 63088

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 311, de 2009, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais).** 63098

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2003; 175, de 2005; 322, de 2006; 620 e 668, de 2007; 140 e 157, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (**Ofícios nºs 292, 293, 298, 301, 302, 305, 313 e 315, de 2009, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais**). 63098

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. **(Ofício nº 365, de 2009, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**..... 63102

Inclusão na pauta da próxima sessão deliberativa ordinária, do Requerimento nº 1.017, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente. 63102

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006, a fim de ser declara prejudicada, cujo parecer foi lido anteriormente. 63102

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Saudações aos agraciados com o Prêmio Mercador Candango, concedido em solenidade realizada ontem. Preocupação da população do Distrito Federal com a crise por que passa a Universidade de Brasília, na perspectiva de greve de seus funcionários..... 63103

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Registro da visita do presidente Lula a Manaus, ontem, acompanhado de diversas autoridades, a fim de inaugurar obra de um gasoduto entre Coari e Manaus. 63106

SENADOR *PEDRO SIMON* – Observações sobre o municipalismo. Reflexão sobre as funções do Senado Federal e a crise existencial por que passa a Casa, em conseqüência da crise no federalismo. Destaque para a necessidade de um novo pacto federativo, com a inclusão obrigatória das reformas fiscal, tributária e política. 63108

SENADOR *MÃO SANTA* – Homenagens aos funcionários da área de comunicação do Senado, pelo avanço deste sistema. Comentários sobre os discursos do Parlamentar Paulo Brossard. Referência a palestra que dará no Piauí, sobre ética na política. Sugestão para que o Congresso Nacional discuta a implantação e continuidade de programas assistenciais. 63114

1.2.9 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administação de Petróleo e Gás Natural S.A. – Petro-Sal e dá outras providências.* 63121

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "Brasil não combate o doping", publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 16 de novembro corrente..... 63141

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 218ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de novembro corrente e publicada no **Diário** do dia subsequente. 63144

Ata da 219ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 24 de novembro corrente e publicada no **Diário** do dia subsequente. 63145

3 – ATAS

3.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

15ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 07 de julho de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63146

16ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 06 de agosto de 2009, quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos, no Plenário nº 09, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63151

17ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 11 de agosto de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63157

18ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, de Audiência Pública Regional, da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de agosto de 2009, sexta-feira, às 9 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. 63160

19ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de agosto de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63240

20ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 25 de agosto de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63247

21ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 01 de setembro de 2009, terça-feira, as 10 horas, no Plenário nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63264

22ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 08 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63292

23ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 15 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63310

24ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal..... 63333

25ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as Comissões da Câmara dos Deputados: do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 23 de setembro de 2009, quarta-feira, as 14 horas, no Plenário nº 01 das Comissões da Câmara dos Deputados. 63359

26ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, de Audiência Pública Regional, da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de setembro de 2009, quinta-feira, à partir das 8 horas e 30 minutos, no Auditório 13 de maio, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza..... 63380

27ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de setembro de 2009, segunda-feira, à partir das 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia..... 63432

28ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 63456

29ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 63457

30ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 63473

31ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 63483

32ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de novembro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal..... 63504

33ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de novembro de 2009, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário

nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal. 63527

4 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

Ofício nº 48/2009, de 28 de setembro último, do Senador Osvaldo Sobrinho, solicitando, junto a Terceira-Secretaria, o pagamento do auxílio moradia pago pelo Senado Federal, retroativo a data de minha posse. 63541

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 227ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Pedro Simon

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 25 minutos e encerra-se às 11 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, sexta-feira, 27 de novembro de 2009, 9h25min. Estamos no Senado da República. Está é 227ª sessão não deliberativa, fazendo parte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Há numero regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 74, de 2009**, de autoria do Senador Jefferson Praia e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 932, DE 2009

(Nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 284 de 4 de junho de 2007, que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 710, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 323, de 5 de julho de 2005 – Aquidauana Radiodifusão Ltda., no município de Cacaulândia - RO;

2 - Portaria nº 609, de 1º de dezembro de 2005 – Rádio FM Caminho e Luz Ltda., no município de Araputanga - MT;

3 - Portaria nº 626, de 21 de setembro de 2006 – Continental Comunicações Ltda., no município de Confresa - MT;

4 - Portaria nº 213, de 28 de maio de 2007 – Rádio Vera Ltda., no município de Aripuanã - MT;

5 - Portaria nº 216, de 28 de maio de 2007 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Almeirim - PA;

6 - Portaria nº 217, de 28 de maio de 2007 – Sociedade de Radiodifusão Antonelli e Alves Ltda., no município de Itápolis - SP;

7 - Portaria nº 219, de 28 de maio de 2007 – Milano FM Ltda., no município de Guarapuava - PR;

8 - Portaria nº 220, de 28 de maio de 2007 – Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda., no município de Valparaíso - SP;

9 - Portaria nº 225, de 28 de maio de 2007 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Leme - SP;

10 - Portaria nº 226, de 28 de maio de 2007 – Super Difusora AM Ltda., no município de Ribeirão Grande - SP;

11 - Portaria nº 278, de 29 de maio de 2007 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Ananindeua - PA;

12 - Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Iacri - SP;

13 - Portaria nº 281, de 29 de maio de 2007 – Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-Me, no município de Vista Alegre do Alto - SP;

14 - Portaria nº 283, de 31 de maio de 2007 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Santa Rita D'Oeste - SP;

15 - Portaria nº 284, de 4 de junho de 2007 – Rádio Arco-Iris FM Ltda., no município de Rio Pardo - RS;

16 - Portaria nº 285, de 4 de junho de 2007 – FM São Bento de Amontada Ltda., no município de Banabuiu - CE;

17 - Portaria nº 318, de 19 de junho de 2007 – Cleveland FM Ltda., no município de Clevelândia - PR;

18 - Portaria nº 319, de 19 de junho de 2007 – Rádio Libertação FM Ltda., no município de Ouricuri - PE;

19 - Portaria nº 320, de 19 de junho de 2007 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Nova Olinda - TO; e

20 - Portaria nº 321, de 19 de junho de 2007 – Sistema de Comunicação Gravatá Ltda., no município de Ibimirim - PE.

Brasília, 18 de setembro de 2008.

MC 00181 EM

Brasília, 11 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 099/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no Município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Arco-Íris FM Ltda (Processo nº 53790.000420/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 284 , DE 4 DE JUNHO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000420/2000, Concorrência nº 099/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO ARCO-IRIS FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

CONTRATO SOCIAL.
RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA.

LUIZ FERNANDO CERONI CATARINO, brasileiro, solteiro, maior, radialista, portador da carteira de identidade de nº 1037225743, expedida pela SSP/RS, em data de 11.12.84, devidamente inscrito no CNPF sob o nº 571 344 800-20, residente e domiciliado na Av. Justino Amoute Anacker, 1246, em Santa Vitória do Palmar/RS e **LEANDRO TADEU SILVEIRA DO AMARAL,** brasileiro, solteiro, maior, representante comercial, portador da carteira de identidade de nº 1038683304, expedida pela SSP/RS, em data de 30.09.87, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 606 472 720-91, residente e domiciliado na rua Vicente da Fontoura nº 1322, apto. 201, em Porto Alegre/RS, resolvem, de comum e mútuo acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - TIPO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

CLÁUSULA 1ª - A sociedade será por cotas de responsabilidade limitada, podendo ser transformada, a qualquer tempo, em outro tipo jurídico, desde que assim o decida a maioria do capital social.

CLÁUSULA 2ª - A sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA.**, da qual fará uso o Sócio-Gerente, porém exclusivamente nos negócios sociais, sendo-lhe vedado o seu emprego em avais, fianças, endossos, aceites de favor ou abonos em geral, a favor de terceiros e estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA 3ª - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de **SANTA VITÓRIA DO PALMAR - RS, na Rua Aneita Ramos nº 203, CEP 96230-000,** podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

II - OBJETIVOS E DURAÇÃO

CLÁUSULA 4ª - A sociedade terá como seus objetivos a execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério das Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CLÁUSULA 5ª - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

III - CAPITAL E COTAS

CLÁUSULA 6ª - O capital social será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada cota, assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	cotas	valor
LUIZ FERNANDO CERONI CATARINO	10.000	R$ 10.000,00
LEANDRO TADEU SILVEIRA DO AMARAL	10.000	R$ 10.000,00
TOTAL	20.000	R$ 20.000,00

CLÁUSULA 7ª - O capital social é integralizado 50% (cinqüenta por cento) no ato da assinatura do presente contrato, em moeda corrente nacional e os restantes 50% (cinqüenta por cento), também em moeda corrente nacional, no prazo de até 12 meses contados daquela mesma data.

CLÁUSULA 8ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social

CLÁUSULA 9ª - As cotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

CLÁUSULA 10 - As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, sendo que nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Conselho de Defesa Nacional - CDN - e do Ministério das Comunicações.

Par. 1º - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre à pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, sendo que para estas, limitado ao total de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal vigente;

Par. 2º - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

Par. 3º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos.

IV - ADMINISTRACÃO

CLÁUSULA 11 - A sociedade será administrada por um dos seus sócios-cotistas, com a designação de **Sócio-Gerente**, agindo sempre na defesa da sociedade e dos interesses sociais, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando, desde já, aprovado o nome da cotista **LUIZ FERNANDO CERONI CATARINO** para o exercício do referido cargo.

CLÁUSULA 12 - Os sócios que assumem a administração da sociedade ficam dispensados de prestar caução.

CLÁUSULA 13 - Os Administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e a respectiva investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Conselho de Defesa Nacional - CDN - e pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 14 - O Sócio-Gerente terá direito a uma retirada mensal, a título de "pró-labore", até o limite fixado pela legislação vigente.

CLÁUSULA 15 - O Sócio-Gerente poderá constituir procuradores, inclusive com poderes de administração e gerência, devendo, nesta hipótese, ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e os respectivos nomes serem submetidos à prévia aprovação do Conselho de Defesa Nacional - CDN - e do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 16 - As deliberações serão sempre tomadas pelos sócios que representem a maioria do capital social.

V - EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 17 - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA 18 - No interesse social e a critério da administração os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

VI - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

CLÁUSULA 19 - É permitida a cessão e a transferência de cotas entre os sócios, observando-se as exigências da cláusula 10 deste contrato social.

CLÁUSULA 20 - Qualquer cessão ou transferência de cotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios e desde que atendida a exigência do artigo 10 deste contrato social.

VII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA 21 - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do interdito ou do *de cujus*, com as cotas de capital que

aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consintam os demais sócios. Não desejando mais algum cotista permanecer na sociedade, esta igualmente não se dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, interdito ou falecido.

CLÁUSULA 22 - A apuração do capital do sócio que não mais desejar permanecer na sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em doze (12) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira trinta (30) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

VIII - EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 23 - A extinção da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que assim deliberem os sócios que representem a maioria do capital social.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 24 - Os casos omissos no presente instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA 25 - Os sócios-cotistas declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento no Órgão de registro competente e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Santa Vitória do Palmar, 27 de março de 2.000.

LUIZ FERNANDO CERONI CATARINO

LEANDRO TADEU SILVEIRA DO AMARAL

TESTEMUNHAS:

Nome e nº C.Ident. - SSP/RS

Nome e nº C. Ident. - SSP/RS

VISTO

LUIZ CARLOS SANTOS FERRAZ
Advogado OABRS 6694

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/05/2000
SOB O NÚMERO:
43 2 0442569 2
KAREN STALLBAUM
SECRETÁRIA-GERAL
Protocolo: 00/070944-1

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, (Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 933, DE 2009

(Nº 1.318/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à EZR COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 347 de 28 de junho de 2007, que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 713, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

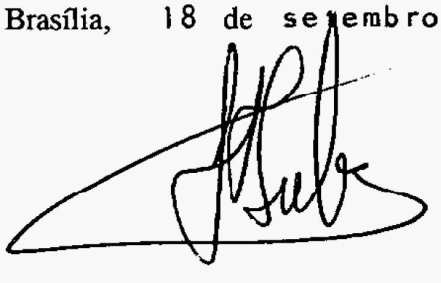
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 347, de 28 de junho de 2007 – EZR Comunicações Ltda., no município de Estrela - RS;

2 - Portaria nº 381, de 13 de julho de 2007 – Rádio Novo Milênio Ltda., no município de Sertãozinho - SP; e

3 - Portaria nº 482, de 23 de agosto de 2007 – Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., no município de Tailândia - PA.

Brasília, 18 de setembro de 2008.



MC 00264 EM

Brasília, 4 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 069/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EZR Comunicações Ltda (Processo nº 53790.000875/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 347 , DE 28 DE JUNHO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000875/2001, Concorrência nº 069/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EZR COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

CONTRATO SOCIAL DE UMA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA QUE DEVERÁ FUNCIONAR SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE "EZR COMUNICAÇÕES LTDA."

SYDNEY DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à rua Augusto Spengler, 1035, apto. 302, em Santa Cruz do Sul - RS, portador da Cédula de Identidade RG nº 5032342759, expedida pela SSP-RS em 04.04.83, inscrito no CPF.MF sob nº 533.241.880-91 e **ROBERTO CARLOS BECKER,** brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à rua Florianópolis, 48, em Santa Cruz do Sul, RS, portador da Cédula de Identidade RG nº 2049976869, expedida pela SSP-RS em 04.05.88, inscrito no CPF.MF sob nº 529.027.140-68, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica constituída por esta e melhor forma de direito, uma sociedade mercantil, por cotas de responsabilidade limitada, na forma do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919, da qual participam, na qualidade de quotistas, os contratantes nomeados no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - a Sociedade ora constituída, reger-se-á pelas disposições a seguir exaradas, que passam a perfazer o seu CONTRATO SOCIAL, aplicando-se nos casos omissos, os dispositivos do citado Decreto-Federal nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919 e, no que for aplicável, as normas da Lei Federal 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação dos quotistas, representando pelo menos a maioria do capital social, e respeitando as disposições constantes do parágrafo único.

§ÚNICO - *Será sempre solicitada prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus* atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão ou ceder as cotas ou ações representativas do capital social.

CAPÍTULO I - DA FIRMA, SEDE E PRAZO

Artigo 1º - A Sociedade operará sob a denominação social de **"EZR COMUNICAÇÕES LTDA."**

Artigo 2º - A SEDE da Sociedade será na Rua México, 326, Bairro Bom Fim, Cep. 96830-100 na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Artigo 3º - A DURAÇÃO da Sociedade será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Artigo 4º - Os objetivos da sociedade serão a exploração do ramo de **Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão.**

CAPÍTULO III - DO CAPITAL E DAS COTAS

Artigo 5º - O capital da sociedade é de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), dividido em 200 (duzentas) cotas de R$ 900,00 (novecentos reais) cada uma, assim distribuída entre os sócios:

Sydney de Oliveira - 194 cotas de R$ 900,00 cada uma ..... R$ 174.600,00
Roberto Carlos Becker- 6 cotas de R$ 900,00 cada uma ..... R$ 5.400,00

Total..... R$ 180.000,00

(cento e oitenta mil reais)

DOC. 1

§1º - A integralização do capital social, em moeda corrente nacional, ocorreu por ocasião da assinatura do presente instrumento.

CARTÓRIO TRONCO

§2º - Cada cota é indivisível em relação à sociedade.

§3º - As cotas são intransferíveis a terceiros, salvo consentimento expresso de todos os quotistas, em contrato especial, modificador do presente instrumento e ouvido o Ministério das Comunicações. Será ineficaz em relação à sociedade, a transferência, a qualquer título, feita com infração das regras aqui estatuídas.

§4º - O quotista que pretende alienar ou de qualquer maneira transferir no todo ou em parte, a sua cota, disso dará conhecimento, por escrito aos demais, por intermédio da diretoria que confirmará, também por escrito, o recebimento da comunicação. Os demais quotistas exercerão o seu direito de preferência na aquisição da cota em oferta, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação.

§5º - No exercício do direito de preferência para aquisição da cota ou cotas do sócio retirante, os demais deverão respeitar, entre si, a proporcionalidade das cotas por cada uma possuídas na época. Se algum ou alguns dos remanescentes não usar integralmente do seu direito de preferência, as sobras acrescerão "pro rata" aos demais. Fica entretanto ressalvado que, de comum acordo, podem os quotistas, em cada caso novo surgente, resolver diferentemente do que aqui estatuído, ou seja, neste parágrafo.

§6º - Na proporção das cotas que possuírem, terão os sócios preferência para a subscrição dos aumentos do capital. Para este fim, deverão os sócios, dentro do prazo de 10 (dez) dias da ciência da proposta de aumento, exercer o seu direito de preferência.

§7º - A responsabilidade dos quotistas na forma da Lei 3.708 de 10.01.1919, Artigo 2º, é limitada ao total do capital social.

CARTÓRIO - 1º Ofício - Registro Civil - Notas - Protesto - Títulos - Documentos - Pessoas Jurídicas - Imóveis - Interdições e Tutelas - Santa Cruz do Sul - RS - Fone (51) 3711-3311 - Fax (51) 3711-3300 - Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.111 - Centro - CEP 96.810-000 - Cartório Autenticação - Selo Digital - Tabelião - Tabelião Substituto - Escrevente Autorizado

CAPÍTULO V - DA REUNIÃO DOS QUOTISTAS

Artigo 9º - A reunião dos quotistas será realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social. Reuniões extraordinárias do quotistas poderão ser convocadas por qualquer dos *quotistas, diretores ou não.*

§1º - As reuniões serão presididas por qualquer dos quotistas presentes, escolhido, por maioria dos votos, o qual na qualidade de presidente da mesa, nomeará um dos quotistas como secretário.

§2º - Das reuniões lavrar-se-á ata em livro próprio. As deliberações deverão ser aprovadas pela maioria dos quotistas presentes, correspondendo a cada cota de capital um voto, sendo que em caso de empate, o presidente da mesa terá o voto de qualidade.

§3º - Para que as reuniões se possam validamente instalar e deliberar , é necessário a presença dos quotistas que representem a maioria do capital social. Qualquer dos quotistas poderá ser representado por procurador, sendo então considerado presente a reunião. Da mesma forma serão considerados presentes, os quotistas que derem seu voto por telex, telegrama ou qualquer outra forma escrita.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 10º - A 31 de dezembro de cada ano, será levantado o balanço geral e preparada a conta de lucros e perdas.

§1º - O lucro líquido verificado, após as devidas provisões, depreciações e amortizações, terá a destinação que for dada pelos quotistas que representem a maioria do capital social.

§2º - Nenhum quotista terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada a deliberação expressa sobre sua aplicação.

§3º A sociedade poderá levantar balanços semestrais, para apuração dos lucros do semestre e eventual distribuição do resultado, ou constituição de reserva.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 11º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo a decisão dos Quotistas estabelecer o modo de liquidação e nomear os liquidantes.

Artigo 12º - A *retirada, morte, exclusão, declaração de incapacidade, falência* ou concordata de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, de comum acordo resolvam liquidá-la.

§1º - Em caso de falecimento de qualquer dos sócios, ficam os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", e exercerão seus direitos sociais, através do inventariante, o qual representará o espólio até sua conclusão, exceto no direito de exercer a gerência ou cargo de diretor, os quais não se estendem aos herdeiros ou sucessores.
Ocorrendo o falecimento do sócio, pessoa física, até 4 (quatro) meses após o encerramento do ano social, proceder-se-á a apuração dos haveres do "de cujus"com base no último balanço. Se o *falecimento ocorrer* após aquele prazo, levantar-se-á o balanço especial na data do óbito, salvo se este ocorrer dentro dos últimos meses do ano social, hipótese em que os haveres do "de cujus" serão apurados na conformidade do balanço geral do exercício.
É assegurado ao cônjuge e aos herdeiros necessários do sócio pré-morto, o direito de ingressarem na sociedade, desde que não haja impedimento legal, contanto que dêem dessa sua intenção ciência inequívoca à diretoria, por escrito dentro de 30 (trinta) dias, contados da abertura da sucessão.
Caso não convier ao cônjuge sobrevivo ou algum ou alguns dos herdeiros necessários do pré-morto, permanecer ou ingressar na sociedade, proceder-se-á, quanto ao pagamento do preço do reembolso do valor da cota e demais haveres dos sucessores desistentes, o levantamento do patrimônio líquido da sociedade, apurado no último balanço, encerrado, de acordo com o Artigo 12º (décimo segundo), deste instrumento, pagável, juntamente com o lucro e demais haveres do sócio retirante, em 6 (seis) prestações

mensais consecutivas, acrescidas dos juros à razão de 1% (um por cento) ao mês. O valor de cada cota será determinado pela divisão do ativo líquido pelo número de cotas.

§2º - Nos demais casos, ou seja, de interdição, exclusão, insolvência, os haveres dos quotistas declarando juridicamente incapaz, excluído ou insolvente, falido ou concordatário, serão calculados com base no último balanço geral levantado pela sociedade, e pagos aos herdeiros e sucessores, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data do evento pela forma preconizada no parágrafo anterior.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 13º - O presente contrato social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação dos quotistas, representando pelo menos a maioria do capital social, e respeitando as disposições constantes do parágrafo único.

§Único - Será sempre solicitada prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão ou ceder cotas ou ações representativas do capital social.

Artigo 14º - Por deliberação dos quotistas, tomada por maioria absoluta de votos, calculada em relação a totalidade do capital social, a sociedade poderá transformar o tipo jurídico em outro qualquer.

Artigo 15º - Assiste aos quotistas que divergirem da alteração do contrato social que tem por objetivo os assuntos previstos no artigo 230 da Lei 6.404 de 15.12.1976, o direito de se retirarem da sociedade, mediante o reembolso do valor de suas cotas, calculado e pago na forma do Parágrafo Primeiro (§1º) do Artigo Décimo Segundo (12º) deste instrumento, desde que dentro de 10 (dez) dias da data de alteração, façam a comunicação respectiva por carta registrada AR (aviso de recebimento)

Artigo 16º - Para todas as questões oriundas deste contrato, fica, desde já, eleito, o foro da cidade de Candelária, RS., com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que outro possa ser.

Artigo 17º - Os sócios pessoa física Sydney de Oliveira e Roberto Carlos Becker, expressamente declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

Para os devidos fins e necessários efeitos, o presente instrumento passado em 10 (dez) vias de igual forma, valor e teor, as quais depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas por todos os contratantes, juntamente com duas testemunhas presenciais.

Santa Cruz do Sul, 09 de novembro de 1997.

Sydney de Oliveira

Roberto Carlos Becker

TESTEMUNHAS:

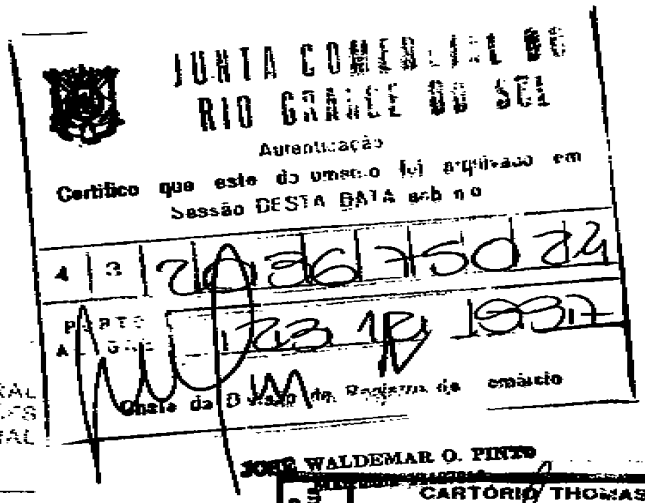
Jones Alei da Silva
CPF MF: 287.878.540-15
Cart. Ident. 9001414061 exp. SSP.RS 02.01.75

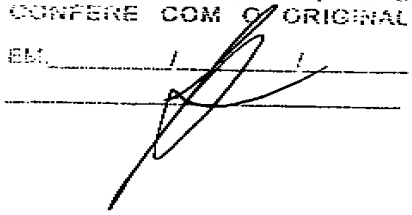
Rosane Maria Svarovsky Müller
CPF 258.769.020-04
Cart. Ident. 7012506668 exp. SSP.RS 03.03.82

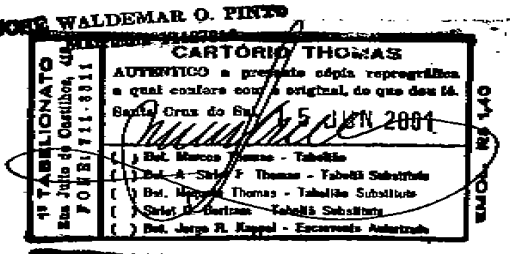
1º TABELIONATO Rua Julio de Castilhos, 49 FONE: 711-1311

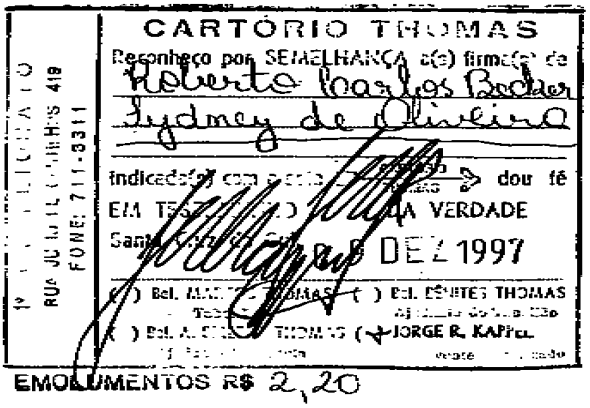
CARTÓRIO THOMAS
AUTÊNTICO a presente cópia reprográfica a qual confere com o original de que dou fé.
Santa Cruz do Sul, 15 JUN 2001
( ) Bel. Marcos Thomas - Tabelião
( ) Bel. A. Silvia F. Thomas - Tabelia Substituta
( ) Bel. Rezende Thomas - Tabelião Substituto
( ) Sirlei C. Bertram - Tabelia Substituta
( ) Bel. Jorge R. Kappel - Escrevente Autorizado
EMOL. R$ 1,40

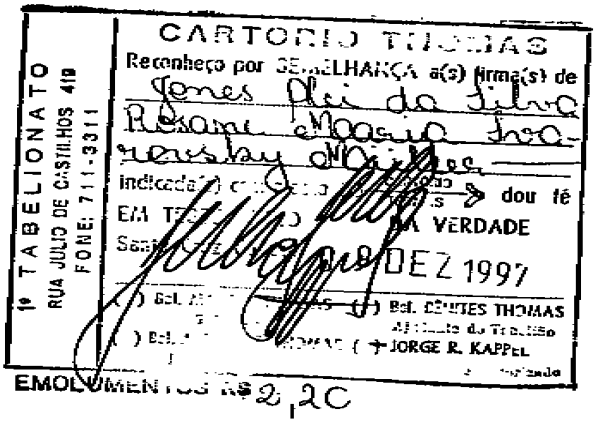
HELIO BISCHOFF - CPF 009.214.590-68
Advogado - OAB - RS 12.063


JUNTA COMERCIAL DO
RIO GRANDE DO SUL
Autenticação
Certifico que este documento foi arquivado em
Sessão DESTA DATA sob no
Chefe da Divisão de Registros de Empresas


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM


JORGE WALDEMAR O. PINTO
1º TABELIONATO
Rua João de Castilhos, 419
FONE: 711-8311
CARTÓRIO THOMAS
AUTÊNTICO a presente cópia reprográfica
a qual confere com o original, do que dou fé.
Santa Cruz do Sul, 5 de JAN 2001
EMOLUMENTOS R$ 1,40


1º TABELIONATO
RUA JULIO DE CASTILHOS 419
FONE: 711-8311
CARTÓRIO THOMAS
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Roberto Carlos Becker
Sydney de Oliveira
dou fé
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
DEZ 1997
( ) Bel. MARCOS THOMAS ( ) Bel. ESTHER THOMAS
( ) Bel. A. CARLOS THOMAS ( ) JORGE R. KAPPEL
EMOLUMENTOS R$ 2,20


1º TABELIONATO
RUA JULIO DE CASTILHOS 419
FONE: 711-8311
CARTÓRIO THOMAS
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jones Rui da Silva
Rosane Maria Ferreira
dou fé
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
DEZ 1997
( ) Bel. ESTHER THOMAS
( ) JORGE R. KAPPEL
EMOLUMENTOS R$ 2,20

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE "EZR COMUNICAÇÕES LTDA." COM SEDE NA RUA MEXICO, Nº 326, EM SANTA CRUZ DO SUL – RS, CGC.MF Nº 02.312.332/0001-37 - NIRE Nº 43.203.675.024

SYDNEY DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à rua Augusto Spengler, 1035, apto. 302, em Santa Cruz do Sul - RS, portador da Cédula de Identidade RG nº 5032342759, expedida pela SSP-RS em 04.04.83, inscrito no CPF.MF sob nº 533.241.880-91 e **ROBERTO CARLOS BECKER**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado à rua Florianópolis, 48, em Santa Cruz do Sul, RS, portador da Cédula de Identidade RG nº 2049976869, expedida pela SSP-RS em 04.05.88, inscrito no CPF.MF sob nº 529.027.140-68. na qualidade de sócios componentes da " **EZR COMUNICAÇÕES LTDA.**", com sede na rua México, 326, na cidade de Santa Cruz do Sul, RS, inscrita no CGC.MF sob nº 02.312.332/0001-37, cujo contrato social constitutivo foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43.203.675.024 em 23/12/1997, tendo resolvido introduzir modificações em seu Contrato Social, assim vai feito, conforme agora determinado nas cláusulas seguintes:

DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

a) Ingressa no quadro social como néo-cotista o sr. **Jorge Luiz Lau**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à rua Marechal Floriano Peixoto, nº 433 apto. 602, em Santa Cruz do Sul, RS, portador da cédula de identidade RG nº 3014300028, expedida pela SSP.RS em 25.08.78, inscrito no CPF.MF sob nº 268.047.780-49

b) Retira-se do quadro social por livre e espontânea vontade, o cotista **Sydney de Oliveira**, participando até aqui com 194 cotas no valor de R$ 174.600,00 e que neste ato transfere ao néo-cotista **Jorge Luiz Lau**, já acima qualificado, a totalidade de suas cotas.

As partes conferem-se mútua, raza e irrevogável quitação, nada mais por reclamar, presente ou futuramente, sob qualquer título ou pretexto.

Em consequência das alterações acima, a distribuição do capital social sofre as seguintes alterações:

Sócio	Cotas Possuídas	Cotas Transferidas	Cotas Recebidas	Total Cotas	Total R$
Sydney de Oliveira	194	194	0	0	0
Roberto Carlos Becker	6	0	0	6	5.400,00
Jorge Luiz Lau	0	0	194	194	174.600,00
TOTAL	200	194	194	200	180.000,00

(CENTO E OITENTA MIL REAIS)

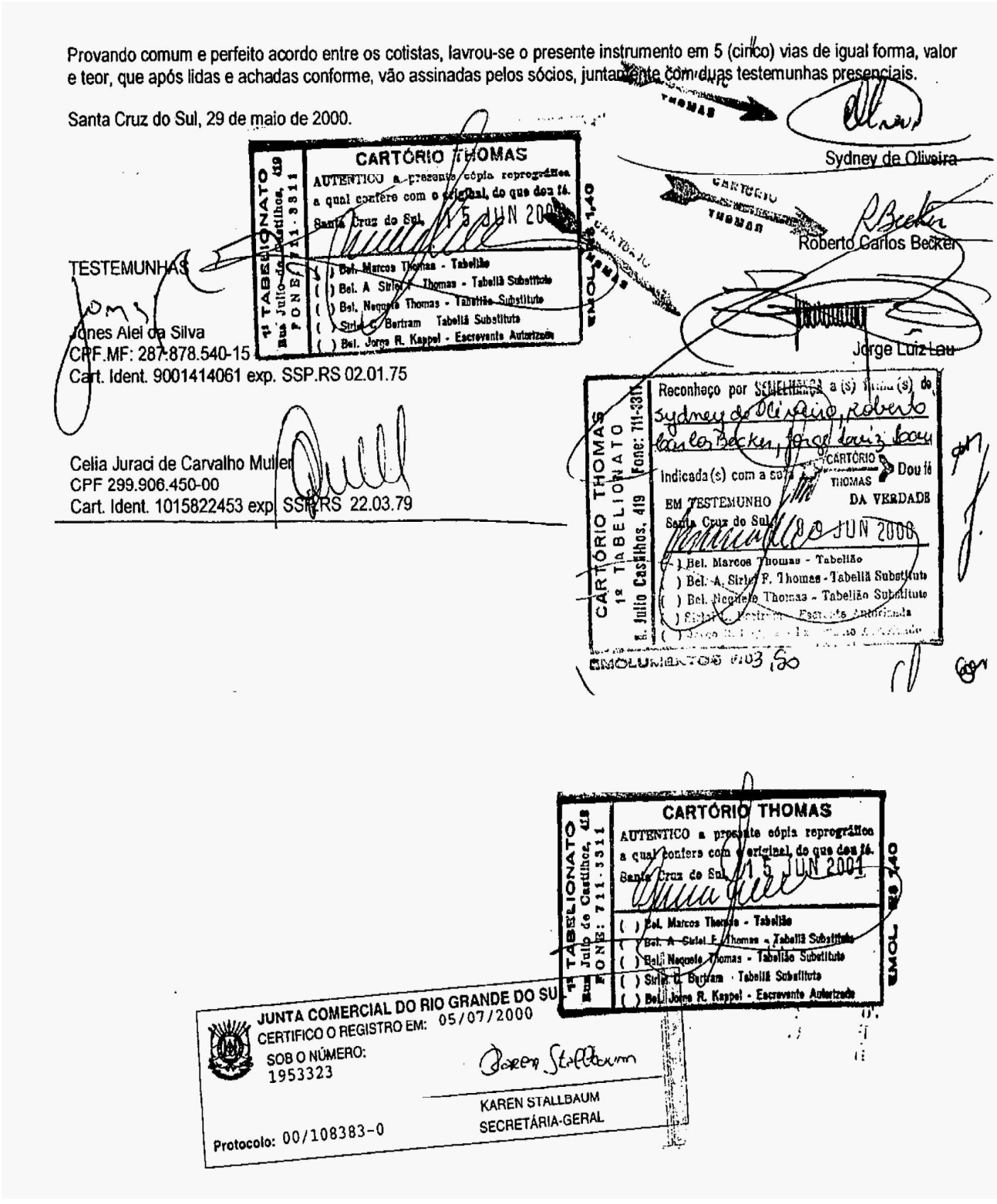
DA ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA – A sociedade será administrada pelos sócios Roberto Carlos Becker e Jorge Luiz Lau, no exercício das funções de Diretores, cabendo-lhes em conjunto ou separadamente, o uso da firma, as gestões da sociedade em juízo ou fora dele, pelo que lhes é dispensada a prestação de caução.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CONFERE COM O ORIGINAL
EM ___/___/___

§1º A responsabilidade dos sócios continua limitada ao total do capital social.

DISPOSIÇÕES FINAIS – Continuam inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas componentes do Contrato Social, que não expressamente modificados por este instrumento.

Os sócios pessoa física **Jorge Luiz Lau** e **Roberto Carlos Becker**, declaram expressamente, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 934, DE 2009

(Nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 10 de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

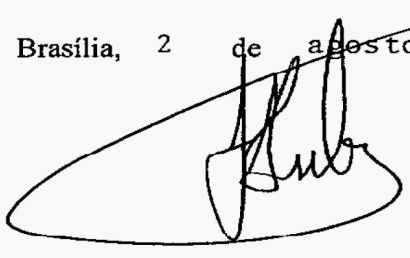
Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 567, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10, de 3 de janeiro de 2007, que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 2 de agosto de 2007.



MC 00027 EM

Brasília, 23 de janeiro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA, no Município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.001411/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 10 DE 3 DE JANEIRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001411/98 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2288 - 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA, com sede na Rua Amazonas, nº 284, Bairro Amazonas, município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29°54'43''S e longitude em 51°04'39''W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0251 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53790.001411/98 protocolizado em 27/10/1998.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: **Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha, município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.**

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha,** inscrita no CNPJ sob o número **02.578.362/0001-90,** no Estado do Rio Grande do Sul, com **sede na Rua Amazonas, nº 284- Bairro Fátima,** município de Cachoeirinha, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de outubro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Curitiba, nº 590 – Bairro Anair, no município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 20°54'43"S de latitude e 51°04'38"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60/61, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 29°54'43"S e 51°04'39"W, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 224/225 dos autos.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências:

apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "c", "f", "g", "o" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 64 a 361).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls 224/225, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 184 e 185. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 362 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CC

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

  Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha;

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Bauer da Cunha	Coordenador Geral
Alceu Siqueira	Vice Coordenador
César dos Santos	1° Secretário
João Porfírio Soares	2° Secretário
Cristian Daniel Janes	1° Tesoureiro
Claudiomir Keffer Pereira	2° Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

  Rua Curitiba, n° 590 – Bairro Anair, município de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
16 JAN 2007

- **coordenadas geográficas**

  29°54'43" de latitude e 51°04'39" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 184 e 185, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 224/225 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha,** no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53790.001411/98** de 27 de outubro de 1998.

Brasília, 17 de outubro de 2006.

Relator da conclusão Jurídica

Lúcia Helena Magalhães Bueno
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 2312711
SERAC/CORAC/DEOC/SC

Relator da conclusão Técnica

Regina Aparecida Siracusa
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1320558
SENGR/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 17 de outubro de 2006.

ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de outubro de 2006.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0251 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de outubro de 2006.

JOANILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
16 JAN 2007

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 935, DE 2009

(Nº 1.637/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARAÍSO DO SUL - ASCULPAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 735 de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 956, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 556, de 1º de outubro de 2007 – Associação Comunitária e Educativa, no município de Mogi das Cruzes - SP;

2 - Portaria nº 656, de 21 de novembro de 2007 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Japurá, no município de Japurá - PR;

3 - Portaria nº 714, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE, no município de Espera Feliz - MG;

4 - Portaria nº 728, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Radiodifusão Comunitária Cristalense FM, no município de Cristal - RS;

5 - Portaria nº 729, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibí - SC;

6 - Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Amigos da Península, no município de Maraú - BA;

7 - Portaria nº 735, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, no município de Paraíso do Sul - RS;

8 - Portaria nº 738, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Osvaldo Cruz, no município de Osvaldo Cruz - SP;

9 - Portaria nº 739, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Quixeramobim, no município de Quixeramobim - CE;

10 - Portaria nº 741, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Meirelense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Vitor Meireles - SC;

11 - Portaria nº 742, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Proteção a Infância e a Adolescência, no município de São Gonçalo dos Campos - BA;

12 - Portaria nº 757, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão "Hamilton de Barros Lins", no município de Matriz de Camaragibe - AL;

13 - Portaria nº 758, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Beneficente 06 de Agosto, no município de Boa Nova - BA;

14 - Portaria nº 761, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD, no município de Deodápolis - MS;

15 - Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio, no município de Lagoa do Sítio - PI;

16 - Portaria nº 774, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Rural de Assistência à Infância – ARAI, no município de Berilo - MG;

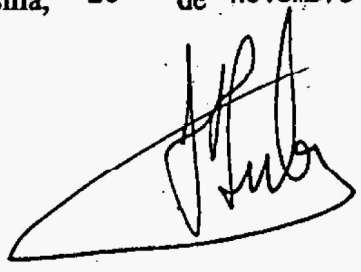
17 - Portaria nº 776, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu, no município de Barra do Chapéu - SP;

18 - Portaria nº 785, de 20 de dezembro de 2007 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Novo Machado, no município de Novo Machado - RS;

19 - Portaria nº 791, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Rádio Difusão FM Cidade Livre de Lagoa de São Francisco – PI, no município de Lagoa de São Francisco - PI; e

20 - Portaria nº 793, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Porto Real do Colégio, no município de Porto Real do Colégio - AL.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00074 2008

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARAÍSO DO SUL - ASCULPAR**, no município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.021686/2003, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 735 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.021686/2003 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1040- 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARAÍSO DO SUL - ASCULPAR**, com sede em Rincão da Boa Vista, s/nº, no município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29°43'55"S e longitude em 53°10'47"W, utilizando a freqüência de 104,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 280 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.000.021.686-03, protocolizado em 31.07.2003.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: **Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR,** município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR,** inscrita no CNPJ sob o número **05.680.471/0001-01,** no Estado do Rio Grande do Sul, com **em Rincão da Boa Vista, s/nº,** no município de Paraíso do Sul, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de junho de 2003, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente,** baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação constando o nome e processo, se encontram abaixo explicitados:

a) Associação Comunitária Paraíso do Sul – Processo nº 53.000.035-946-05, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: " Diante da falta de interesse inicial relativamente a um possível acordo com as interessadas descritas no quadro abaixo e, considerando que a requerente conta com menor representatividade junto a comunidade local, este Ministério decidiu pela aplicação do critério da representatividade, do qual constatou-se que a Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR, possui maior pontuação ponderada entre todas as interessadas, sendo selecionada para executar o serviço na localidade de interesse, ensejando o arquivamento deste processo ..." conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 6326/06, datado de 25/09/2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado em Rincão da Boa Vista, no município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29°43'43"S de latitude e 53°12'08"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 177 e 178, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.**

7. Considerando a **seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "c", "e", "h", "i" e "j" da Norma Complementar nº 01/2004, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma** (fls. 179 a 236).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls. 222, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 238. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 216, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas

e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98:

- comprovantes relativos a *maioridade* e *nacionalidade dos dirigentes*;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O **Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a *instrução dos presentes autos*, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR;

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
José Antônio Hoppe	Coord. Geral
Edi Carlos Pacheco	Coord. Organização
João Antônio Lousada	Coord. Intercâmbio
Silmar Ivo Bulsing	Coord. Finanças
Gilson Norivaldo Soares	Doord. Operações

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Augusto Rohde, s/nº, esq. Rua Max Retzlaff, Centro, município de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

- **coordenadas geográficas**

29°43'55" de latitude e 53°10'47" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 238, bem como

"Formulário de Informações Técnicas" - fls. 222 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR,** no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53.000.021.686-03** de 31 de julho de 2006.

Brasília, 24 de Novembro de 2006.

Relator da conclusão Jurídica

Neide Aparecida da Silva
Relator da conclusão Técnica
Neide Aparecida da Silva
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 28 de novembro de 2006.

ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 28 de NOV de 2006.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 280/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de de 2006.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
Interina

(À Comissãod e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 936, DE 2009

(Nº 1.172/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIZADE FM DE RADIODIFUSÃO DE PORTO XAVIER - RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 811 de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 376, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 659, de 21 de novembro de 2007 – Associação de Rádio Difusão Comunitária, no município de Gramado dos Loureiros - RS;

2 - Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Comunicação Popular Novos Tempos, no município de Carangola - MG;

3 - Portaria nº 716, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense, no município de Várzea Grande - MT;

4 - Portaria nº 727, de 18 de dezembro de 2007 – Associação dos Comunicadores de Arrozal, no município de Piraí - RJ;

5 - Portaria nº 745, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Santa Carmem MT - ARCASCA, no município de Santa Carmem - MT;

6 - Portaria nº 753, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra, no município de Afonso Bezerra - RN;

7 - Portaria nº 756, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional, no município de São Pedro do Turvo - SP;

8 - Portaria nº 762, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará, no município de Santa Maria do Pará - PA;

9 - Portaria nº 769, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina, no município de Platina - SP;

10 - Portaria nº 771, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR, no município de Manoel Ribas - PR;

11 - Portaria nº 779, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Portal Rádio FM Comunitária, no município de Pomerode - SC;

12 - Portaria nº 782, de 20 de dezembro de 2007 – Organização Fraterna para Promoção Humana, no município de Itatiaia - RJ;

13 - Portaria nº 784, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí, no município de Alagoinha do Piauí - PI;

14 - Portaria nº 790, de 20 de dezembro de 2007 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras - FM, no município de Canavieiras - BA;

15 - Portaria nº 794, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras - RJ, no município de Duas Barras - RJ;

16 - Portaria nº 811, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS, no município de Porto Xavier - RS;

17 - Portaria nº 818, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília, no município de Santa Cecília - SC;

18 - Portaria nº 833, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre, no município de Santana - AP;

19 - Portaria nº 845, de 20 de dezembro de 2007 – Radioclube de Queimados, no município de Queimados - RJ;

20 - Portaria nº 846, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta, município de Nova Friburgo - RJ;

21 - Portaria nº 33, de 20 de fevereiro de 2008 – Associação Habitacional de Alfenas, no município de Alfenas - MG;

22 - Portaria nº 65, de 6 de março de 2008 – Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB, no município de Rio Branco - MT;

23 - Portaria nº 71, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto, no município de Planalto - SP;

24 - Portaria nº 75, de 7 de março de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar - ACDCC, no município de Canitar - SP; e

25 - Portaria nº 83, de 12 de março de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares, no município de Martins Soares - MG.

Brasília, 13 de junho de 2008.

MC 00070 2008

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier -RS**, no município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.004360-04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 811 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.004.360-04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2135 - 1.08 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier –RS**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 884, Centro, no município de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 54' 55'' S e longitude em 55º 08' 05'' W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE PORTO XAVIER
Dirceu Wendt da Silva - Oficial Registrador
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS INTEGRAL

Dirceu Wendt da Silva, Oficial Registrador do Registro de Títulos e Documentos desta comarca de Porto Xavier-R.S.

Certifico que, em data e características abaixo, efetuei o registro que traslado:

Fls. 01

Livro nº B-11 **Ano 2007** **Folha 221**

R.2.592.- **28/02/2007.-** Registro de Ata, manuscrita no Livro de Atas, a fls. vº014vº017, protocolado no Livro A-2, fls.113, sob o nº2.819, apresentado para registro por Mauricio Engroroff Bratz, secretário geral, como segue transcrito: "ATA Nº03/2006. Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta minutos, em segunda e ultima convocação, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os Associados da Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier nas dependências de sua sede social sita à rua Castelo Branco, nº884, Porto Xavier-RS. Dando início aos trabalhos, o Sr.Presidente Elder Weber saudou a todos e pediu ao Secretário que procedesse a leitura do Edital de Convocação com a seguinte redação: Edital de Convocação. Pelo presente edital a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIZADE FM DE RADIODIFUSÃO DE PORTO XAVIER-RS, com CNPJ 06.043.534/0001-81; atravéz de seu presidente Elder Weber Schropfer CONVOCA com base em seu Estatuto Social os associados para Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia onze de dezembro de dois mil e seis, ás dezoito horas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus associados, conforme art. 9º, § 2º de seu Estatuto Social e ás dezoito horas e trinta minutos em Segunda e ultima convocação com qualquer número de associados tendo como local a sede da Associação, na Rua Marechal Castelo Branco, 884, com a seguinte ordem do dia: a) Eleição da nova diretoria; b) alterações estatutárias; c) assuntos gerais. Porto Xavier-RS, onze de novembro de dois mil e seis. OBS: Para fins de quorum legal, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIZADE FM DE RADIODIFUSÃO de Porto Xavier-RS consta nesta data com vinte e sete associados. Elder Weber Schropfer. Presidente. Na continuidade dos trabalhos, passou-se a ser tratado sobre o ponto de pauta número um, qual seja, Eleição da nova diretoria. Para tanto, os integrantes da Comissão Eleitoral, Srs. Ricardo Leônidas Hammacher, Marcos Roberto Santiago Durão, Clédio Inácio Diemminger assumiram os trabalhos do processo eleitoral, apresentando aos presentes a única chapa inscrita, a qual obedeceu todos os requisitos de inscrição como prazo, pedido por escrito, e todos os membros da chapa atenderam os critérios de ilegibilidade estando associados a mais de seis meses e em dia com suas obrigações estatutárias. Dando seqüência, o Presidente da Comissão Eleitoral, Sr. Ricardo Leônidas Hammacher fez a leitura do pedido por escrito de incrição de chapa, tendo a seguinte redação: PEDIDO DE INSCRIÇÃO DE CHAPA. Nós, abaixo assinados, todos brasileiros residentes e domiciliados no município de Porto Xavier, área de abrangência da Associação Comunitária

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
JAN 2008

(Continuação do R.2.592...) ... Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier-RS, por meio deste apresentamos nossa chapa para concorrer ao Pleito Eleitoral da Associação, tendo a seguinte composição: Presidente: Edio Eckerleben; Vice-Presidente: Andressa Liliane Engers Bratz; Secretário-Geral: Maurício Engroff Bratz; Segundo Secretário: Claudete Isabel Marasca; Tesoureiro: Helder Weber Schröpfer; Segundo Tesoureiro: Valeriano Piasecki; Diretor Comunitário: Dione de Brum Nascimento Kovalski; Conselho Fiscal. Efetivos: Marina Theis Kohl; Iloina Caetano Ben; Sérgio Valdir Kutti; Suplentes: Simone Beatriz Pillon; Elisandra Fracalossi Justen. Solicitamos a inscrição da referida chapa, da qual todos somos integrantes, para o Processo Eleitoral da Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier-RS, atendendo os prazos e requisitos Estatuários. Porto Xavier-RS, vinte e um de novembro de dois mil e seis. A rogo por todos os inscritos. Após a leitura, o Presidente da Comissão Eleitoral esclareceu que não houve inscrição de outra chapa no prazo devido, sendo essa a única a concorrer. Dessa forma, a eleição dar-se-ía por aclamação da Assembléia Geral, por maioria simples de votos. A Comissão Eleitoral então conduziu a votação, sendo a chapa aclamada por todos os presentes. A nova diretoria ficou assim nomeada Presidente: Edio Eckerleben; Vice-Presidente: Andressa Liliane Engers Bratz, Secretário Geral: Maurício Engroff Bratz; Segundo Secretário: Claudete Isabel Marasca; Tesoureiro: Elder Weber Schröpfer; Segundo Tesoureiro: Valeriano Piasecki; Diretor Comunitário: Dione de Brum Nascimento Kowalski; Conselho Fiscal. Efetivos: Marina Theis Kohl; Iloina Caetano Ben; Sergio Valdir Kutti; Suplentes: Simone Beatriz Pillon; Elisandra Fracalossi Justen; a qual foi imediatamente empossada. No momento da posse, o ex-presidente, Elder, fez sua despedida agradecendo a todos a colaboração prestada junto à entidade e desejou aos novos diretores uma ótima administração. Na posse do novo cargo, o então presidente, senhor Edio Eckerleben, assumiu a partir desse momento a coordenação dos trabalhos, apresentando para a ASSEMBLÉIA GERAL a indicação da diretoria executiva para a formação do conselho comunitário da Associação, com a seguinte composição: Gildo Bratz, representando a COOPAX (Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Porto Xavier Ltda); Jaqueline Klein, representando a Associação dos Municipários (ADM); Valetar Flores da Veiga, representando o SIMPOX (Sindicato dos Municipários de Porto Xavier); Maria Nadir Engers Bratz, representando a CRESOL de Porto Xavier (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária de Porto Xavier); Jurandir Santiago, representando o STR Porto Xavier (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Xavier); Roque Adelar Dieminger, representando a COOPERCANA (Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier Ltda); restando a proposta de composição do Conselho Comunitário homologada pela Assembléia. Passando a tratar sobre o ponto de pauta nº02, Ateração Estatutária, foi proposta a exclusão da Letra "C" do art. 29 do Estatuto Social, que conta atualmente com a seguinte redação: art.29- (...) ; c- comissão para agenciadores de patrocínio no comércio local, em percentual a ser definido pela diretoria executiva;

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
24 JAN 2008

(Continuação do R.2.592...) ... o motivo para exclusão de tal texto é o de que a Associação tem caráter comunitário, não visando lucro, sendo assim, a exclusão do texto foi votada, restando aprovada pelos presentes a supressão da letra "C" ao art. 29. Na seqüência, foi tratado o ponto de pauta número três, assuntos gerais. Neste item, por sugestão dos associados e da nova diretoria empossada, acordou-se em ser realizada uma confraternização entre todos os associados a Associação Comunitária a fim de comemorar as festas de final de ano e o inicio de um novo mandato da diretoria executiva, cuja data será posteriormente marcada e avisada à todos. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que lida e sendo conforme será por quem de direito assinada. Porto Xavier, onze de dezembro de dois mil e seis. (a) Edio Eckerleben, ilegível, ilegível, Andressa Liliane Bratz, ilegível, Claudete Isabel Marasca, ilegível, ilegível, Dione de Brum Nascimento Kowalski, Iloina Caetano Ben, Valeriano Piasecki, Elder Weber Schropfer, Mauricio Engroff Bratz, ilegível, ilegível, Simone B.Pillon, ilegível, Marcos Roberto Santiago Durão, ilegível." Nada mais constava em dito documento, o qual fielmente transcrevi. Dou fé.

Porto Xavier-RS, 28 de Fevereiro de 2.007.

Dirceu Wendt da Silva
Oficial Registrador

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Dirceu Wendt da Silva
Registrador
CIC 273.933.480-04
Rua Felipe Camarão nº 450
PORTO XAVIER - RS

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
24 JAN 2008

AUTENTICAÇÃO
CERTIFICO, em razão do meu cargo, que a reprodução fotográfica (ou fotostática) retro confere com o original que me foi apresentado, dou fé.
Porto Xavier (RS), 12/03/07.
Em testemunho da verdade.
A Tabeliã:

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 937, DE 2009

(Nº 1.207/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA AMIGOS DE TANGARÁ (ACCAT) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 164 de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 545, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 138, de 12 de abril de 2007 - Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios - SC, no município de Entre Rios - SC;

2 - Portaria nº 158, de 12 de abril de 2007 - Associação Cultural Comunitária Arca de Poá, no município de Poá - SP;

3 - Portaria nº 164, de 12 de abril de 2007 - Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), no município de Tangará - SC;

4 - Portaria nº 171, de 12 de abril de 2007 - Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM, no município de Barra do Bugres - MT;

5 - Portaria nº 263, de 29 de maio de 2007 - Associação de Comunicação Comunitária Três Cachoeiras, no município de Três Cachoeiras - RS;

6 - Portaria nº 573, de 16 de outubro de 2007 - Associação de Radiodifusão Comunitária Alegria de Anita Garibaldi, no município de Anita Garibaldi - SC;

7 - Portaria nº 601, de 16 de outubro de 2007 - Associação da Rádio Comunitária FM Cidade de Campos Lindos, no município de Campos Lindos - TO;

8 - Portaria nº 609, de 5 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Rio Piracicaba - MG;

9 - Portaria nº 649, de 21 de novembro de 2007 - Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária AIRC, no município de Ibirapuitã - RS;

10 - Portaria nº 660, de 21 de novembro de 2007 - Associação Cultural Bethel, no município de Paty do Alferes - RJ;

11 - Portaria nº 740, de 18 de dezembro de 2007 - Associação do Movimento de Radiodifusão Renascer de Campo Novo - RS, no município de Campo Novo - RS;

12 - Portaria nº 747, de 18 de dezembro de 2007 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul, no município de Cristal do Sul - RS;

13 - Portaria nº 778, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Amigos de Guaíra, no município de Guaíra - PR;

14 - Portaria nº 822, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos, no município de Serrinha dos Pintos - RN;

15 - Portaria nº 835, de 20 de dezembro de 2007 - Associação de Comunicação e Cultura de Campo de Santana - PB, no município de Campo de Santana - PB;

16 - Portaria nº 67, de 7 de março de 2008 - Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza, no município de Nova Veneza - GO;

17 - Portaria nº 68, de 7 de março de 2008 - Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura, no município de Floresta do Araguaia - PA;

18 - Portaria nº 72, de 7 de março de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande, no município de Colômbia - SP;

19 - Portaria nº 79, de 7 de março de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária Muçum, no município de Muçum - RS;

20 - Portaria nº 115, de 20 de março de 2008 - Associação da Rádio Comunitária de Itaubal - AP, no município de Itaubal - AP;

21 - Portaria nº 127, de 20 de março de 2008 - Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Posse (GO) - ACERP, no município de Posse - GO; e

22 - Portaria nº 128, de 20 de março de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos de São Nicolau, no município de São Nicolau - RS.

Brasília, 22 de julho de 2008.

MC 00099 EM

Brasília, 7 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT)**, no Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.002002/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 164 DE 12 DE ABRIL DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.002002/99 e do Parecer/MC/CONJUR/PAS/Nº 0298 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT)**, com sede na Rua Porto Alegre - nº 437, no município de Tangará, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27°05'57"S e longitude em 51°14'43"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0160 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53740002002/99 ~~protocolizado~~ em 23/02/1999.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), município deTangará, Estado de Santa Catarina

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT),** inscrita no CNPJ sob o número 53740002002/99, no Estado de Santa Catarina, com **sede na Rua Porto Alegre, nº 437, B, Alto da Glória,** município de Tangará, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 21 de dezembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Porto Alegre, s/nº, Centro, no município de Tangará, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 27º05'57"S de latitude e 51º14'58"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 310, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço e novas coordenadas as quais foram objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalta-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação de Radcom houve justificativa às fls 533.**

7. Considerando **a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi**

encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "c", "e", "g", "i", "j" da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 316 a 533).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls 524/525, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 531/532. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 533, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da

Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

  Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT),

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Itamar Pinto	Dir. Presidente
Rita de Cássia Jacoby Pasetto	Dir. Secretário
Derli Purezan	Dir. de Finanças e Patrimônio
Roberto Bolmemberger	Dir. de Comunic. Cultura e Eventos
Juliana Venturim Martins	Dir. de Organização e Formação

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

  Rua Porto Alegre, nº 437, Alto da Glória, município de Tangará, Estado de Santa Catarina

- **coordenadas geográficas**

  27°05'57" de latitude e 51°14'43" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 531/532, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 524/525 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação**

Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740002002/99 de 23 de fevereiro de 1999.

Brasília, 05 de agosto de 2005.

Luciana Coelho Costa
Chefe de Divisão de Radiodifusão Comunitária
Mat 1338925
SERAC/CORAC/DEOC/SC
Relator da conclusão Jurídica

Neide Aparecida da Silva
Chefe de Divisão / SSR
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 5 de agosto de 2005.

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 8 de agosto de 2005.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 10 de Agosto de 2005.

SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 938, DE 2009

(Nº 1.321/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AGUDO/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 417 de 2 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 708, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 614, de 6 de novembro de 2007 – INPACTO - Instituto de Promoção Artístico – Cultural de Teófilo Otoni, no município de Teófilo Otoni - MG;

2 - Portaria nº 639, de 20 de novembro de 2007 – Associação Comunitária Terra Mãe - ACTMÃE, no município de Santa Cruz Cabrália - BA;

3 - Portaria nº 650, de 21 de novembro de 2007 – Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Pau D'Arco, Guaribas e Agostinho, no município de Araçagí – PB;

4 - Portaria nº 795, de 20 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição - ARCOM, no município de Conceição - PB;

5 - Portaria nº 816, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Turuçu, no município de Turuçu - RS;

6 - Portaria nº 155, de 4 de abril de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Paraíso FM, no município de Mascote - BA;

7 - Portaria nº 331, de 11 de junho de 2008 – Associação Comunitária de Curuçá, no município de Curuçá - PA;

8 - Portaria nº 413, de 2 de julho de 2008 – Associação dos Brigadistas de Sampaio - ABS, no município de Sampaio - TO;

9 - Portaria nº 416, de 2 de julho de 2008 – Associação Majorense de Rádio Difusão Comunitária, no município de Major Gercino - SC;

10 - Portaria nº 417, de 2 de julho de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS, no município de Agudo - RS;

11 - Portaria nº 418, de 2 de julho de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa, no município de Honório Serpa - PR;

12 - Portaria nº 426, de 8 de julho de 2008 – Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Sítio Olho D'Água, no município de Calçado - PE; e

13 - Portaria nº 427, de 9 de julho de 2008 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia, no município de Lagoa da Confusão - TO.

Brasília, 18 de setembro de 2008.

EM Nº 422/2008/MC

Brasília, 14 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AGUDO/RS**, localizada no Município de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição Federal e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.020953/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 417 DE 2 DE JULHO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.020.953/05 e do PARECER/MC/CONJUR/FHL/Nº 0973 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE AGUDO/RS, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 654, Centro, no município de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29°38'45"S e longitude em 53°14'49"W, utilizando a freqüência de 104,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 269 **/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

REFERÊNCIA: Processo nº 53.000.020.953-05, protocolizado em 3.5.2005.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS, município de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS**, inscrita no CNPJ sob o número **07.333.717/0001-02**, no Estado do Rio Grande do Sul, com **sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 07,** município de Agudo, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de abril de 2005, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 654, no município de Agudo, Estado do R[illegible], de coordenadas geográficas em 29°38'42,6"S de latitude e 53°14'49,2"W de longitude.

Ministério das Comunicações

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 111-119 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas que foram objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados**

7. Considerando **a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "d", da**

Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 115 a 146).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls 131, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 148. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 129, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços,** a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

  Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS;

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Cláudio Seiffert	Presidente
Dalvo Walter Niemeyer	Vice-Presidente
Elier da Silva Silveira	1º Secretário
Luiz Werner Manzke	2º Secretário
André Brum da Silva	1º Tesoureiro
Marson Augusto Streck	2º Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

  Rua Marechal Floriano, nº 654, Centro, município de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

- **coordenadas geográficas**

  29°38'45" de latitude e 53°14'49" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 111 e 112, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -- fls. 131 e que se referem à localização da estação.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
07 JUN 2006

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS,** no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53.000.020.953-05** de 03 de maio de 2005.

Brasília, 8 de novembro de 2006.

Relator da conclusão Jurídica

Neide Aparecida de Silva
Relator da conclusão Técnica

Neide Aparecida da Silva
Chefe de Divisão - SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 8 de novembro de 2006.

ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de novembro de 2006.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 269 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de novembro de 2006.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
Interina

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
07 JUL 2008

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, (Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 939, DE 2009 (Nº 1.646/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESSÊNCIA NATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria n° 858 de 21 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 952

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 796, de 20 de dezembro de 2007 – Associação da Rádio Comunitária Renascer, no município de Ipojuca - PE;

2 - Portaria nº 797, de 20 de dezembro de 2007 – Associação dos Moradores da Rua do Campo - AMORUCAMPO, no município de Maceió - AL;

3 - Portaria nº 798, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor, no município de Uniflor - PR;

4 - Portaria nº 799, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista, no município de Cristais Paulista - SP;

5 - Portaria nº 800, de 20 de dezembro de 2007 – Associação dos Moradores do Vale do Rio Ourives, no município de Ituaçu - BA;

6 - Portaria nº 802, de 20 de dezembro de 2007 – Centro Social Filantrópico Vida Abundante, no município de Fernando Falcão - MA;

7 - Portaria nº 803, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Amigos de Bossoroca, no município de Bossoroca – RS;

8 - Portaria nº 805, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultural de Ivaí, no município de Ivaí - PR;

9 - Portaria nº 806, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Para o Desenvolvimento de Borrazópolis - ACDB, no município de Borrazópolis - PR;

10 - Portaria nº 812, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Planalto, no município de Planalto - RS;

11 - Portaria nº 813, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Radiofônica Cultural de Japorã, no município de Japorã - MS;

12 - Portaria nº 815, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Cultural Rádio Comunidade de Passo do Sobrado - FM, no município de Passo do Sobrado - RS;

13 - Portaria nº 820, de 20 de dezembro de 2007 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mandirituba - CODECOM, no município de Mandirituba - PR;

14 - Portaria nº 823, de 20 de dezembro de 2007 – Rádio Comunitária de Ceará Mirim, no município de Ceará-Mirim - RN;

15 - Portaria nº 826, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Farol Freqüência Modulada, no município de Arambaré - RS;

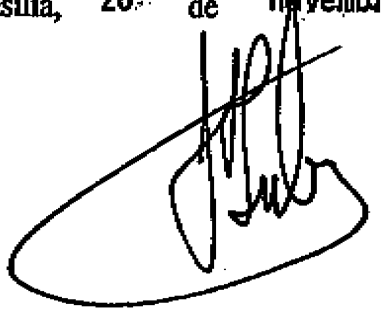
16 - Portaria nº 838, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Lagoa FM, no município de Porangatu - GO;

17 - Portaria nº 844, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Amigos da Cidade de Casa Branca - ACCB, no município de Casa Branca - SP;

18 - Portaria nº 857, de 21 de dezembro de 2007 – Associação Caiçarense de Radiodifusão Comunitária, no município de Caiçara - RS; e

19 - Portaria nº 858, de 21 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Essência Nativa, no município de Engenho Velho - RS.

Brasília, 28 de novembro de 2008.



MC 00117 2008

Brasília, 14 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Essência Nativa**, no município de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.032682/03, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 858 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.032682/03 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2544 - 1.08 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Essência Nativa**, com sede na Rua Ângelo Rissotto, nº 321 - Centro, no município de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º 42' 29'' S e longitude em 52º 54' 46'' W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0311/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.032682/03 protocolizado em 06 de outubro de 2003.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: **Associação Comunitária Essência Nativa,** município de **Engenho Velho,** Estado do **Rio Grande do Sul.**

I - INTRODUÇÃO

1. A **Associação Comunitária Essência Nativa** inscrita no CNPJ sob o número **05.894.518/0001-30,** no Estado do Rio Grande do Sul, com **sede na Rua Ângelo Rissotto, nº 321 - Centro,** município de Engenho Velho, **dirigiu-se** ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, **conforme requerimento datado de 30 de setembro de 2003 subscrito por representante legal, no qual** demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente,** baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D O.U. de 28/01/2004** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim, como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Ângelo Rissotto, nº 321 - Centro, no município de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 52°54'48"S de latitude e 27°42'35"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 197 e 198, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, houve justificativa às folhas 307.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "c", "d", "h", "j", "l", da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, Certidão Cartorária e declaração de que a Entidade não possuí vínculos, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 272 a 318).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "**Formulário de Informações Técnicas**" - fls 278 e 279, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 306 e 307. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 318, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos diretores;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas "h", "i" e "j" da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, apos detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

  Associação Comunitária Essência Nativa;

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Olivar João Lasta	Presidente
Odir João Boehm	Vice Presidente
Catarina Piran	1ª Secretária
Adir Antônio Zanatta	2º Secretário
Claidinei José Alba	1º Tesoureiro
Clademir Trombetta	2º Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

  Rua Ângelo Rissotto, nº 321 - Centro, município de Engenho Velho. Estado do Rio Grande do Sul.

- **coordenadas geográficas**

  27°42'29" de latitude e 52°54'46" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estaçao" - fls. 306 e 307, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls.278 e 279 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária Essência Nativa,** no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53000.032682/03** de 06 de outubro de 2006.

Brasília, 09 de outubro de 2007.

Relator da conclusão Jurídica
Mat. 1366
SERAC/CORAC/DEOC/SC

Relator da conclusão Técnica

Neide Aparecida da Silva
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 09 de outubro de 2007.

ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 09 de outubro de 2007.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0311/2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 09 de outubro de 2007.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, (Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 932 a 939, de 2009**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art. 91 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **c**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 302, DE 2009

(nº 4.440/2001, na Casa de origem, dos Deputados Nilson Mourão e José Dirceu)

Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira e altera as Leis nºs 5.709, de 7 de outubro de 1971, e 6.634, de 2 de maio de 1979.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei impõe prazo e condições para a posse e a propriedade de imóveis rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, no território de abrangência da Amazônia Legal e na Faixa de Fronteira.

Art. 2º A Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A Fica proibida na Amazônia Legal a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural com área superior ao correspondente a 15 (quinze) módulos fiscais, por estrangeiros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas não residentes ou domiciliadas e não instaladas no País há pelo menos 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Observados o prazo fixado no *caput* e o limite de área fixado no art. 3º, será permitida a expansão das áreas das pessoas e entidades referidas desde que o imóvel original esteja cumprindo sua função social, conforme laudo emitido pelo órgão fundiário federal, após ouvido o Conselho de Defesa Nacional."

Art. 3º A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2°-A Na Faixa de Fronteira com os países limítrofes às regiões Norte e Centro-Oeste, não será permitida a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural por estrangeiros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas não residentes ou domiciliadas e não instaladas no País há pelo menos 10 (dez) anos.

§ 1° No prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data da publicação desta Lei, os imóveis de que trata o *caput* deste artigo, já existentes nessas áreas, terão os respectivos cadastros submetidos à homologação pelo órgão fundiário federal, exigindo-se para tal a comprovação do cumprimento da função social e o assentimento do Conselho de Defesa Nacional.

§ 2° A inobservância desse prazo ou a comprovação do descumprimento da função social implicará a imediata instauração de processo judicial para o cancelamento do título de propriedade ou de domínio do imóvel, com a sua incorporação posterior ao patrimônio público e a destinação para o programa de reforma agrária, ou a retomada da posse e anulação dos ônus reais nele incidentes."

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.440, DE 2001

Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta Lei impõe prazo e condições para a propriedade de grandes imóveis rurais, por pessoas estrangeiras, no território de abrangência da Amazônia Legal brasileira.

Art. 2º Fica proibida em todo o território da Amazônia Legal brasileira, assim entendido como a área de abrangência prevista no art. 2º da Lei nº 5.173/66, com a modificação introduzida pelo art. 45 da Lei Complementar nº 31/97, a posse, a qualquer título, de imóvel rural com área superior ao correspondente a 15 (quinze) módulos fiscais, por pessoas físicas e entidades estrangeiras, respectivamente, não residentes e domiciliadas e, não instaladas no país há pelo menos 10 (dez) anos.

§1º O disposto no *caput* deste artigo se aplica também à pessoa jurídica da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital e residam ou tenham sede no exterior e/ou pessoas físicas brasileiras residentes no exterior.

§2º Observados o prazo fixado no *caput* do art. 2º desta Lei, e o limite de área fixado no art. 3º da Lei nº 5.709/71, será permitida a expansão das áreas das pessoas e entidades referidas desde que o imóvel original esteja cumprindo plenamente a função social na forma imposta pela Constituição Federal, conforme laudo emitido pelo órgão fundiário federal.

Art. 3º Na área territorial da faixa da fronteira internacional do Brasil com os países limítrofes às regiões Norte e Centro-Oeste não será permitida a posse, a qualquer título, de imóvel rural pelas pessoas físicas, entidades e pessoas jurídicas referidas no art. 2º desta Lei.

§ 1º No prazo máximo de seis meses contados da data da publicação desta Lei, os imóveis de que trata o *caput* deste artigo, já existentes nessas áreas, terão os respectivos cadastros submetidos à homologação pelo órgão fundiário federal, exigindo-se para tal, a comprovação do cumprimento da função social pelos mesmos.

§ 2º A inobservância do prazo previsto no parágrafo anterior, ou a comprovação do descumprimento da função social pelos imóveis em referência, afora os efeitos administrativos, implicará na imediata instauração de processo judicial visando o cancelamento do título de propriedade ou de domínio do imóvel, com a sua incorporação posterior ao patrimônio público e a destinação do mesmo para o programa de reforma agrária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei procura disciplinar a propriedade fundiária por pessoas estrangeiras na Amazônia brasileira tendo em vista a adequação da legislação ao contexto político contemporâneo que envolve aquela região, resultante da interação de questões estratégicas no plano econômico, social, ambiental e de segurança nacional.

Com efeito, a permissividade da atual legislação sobre a matéria mostra-se incompatível com as ressalvas indispensáveis, à luz dos interesses nacionais, que atualmente se colocam para o tratamento geopolítico e para a exploração soberana e ambientalmente sustentável do potencial de riquezas naturais da Amazônia.

A liberalidade da Lei atual, combinada com a grave crise que incide sobre a agricultura brasileira, com os seus efeitos comprovados na depreciação dos preços da terra e no êxodo rural, vem favorecendo a intensificação da concentração da propriedade fundiária especialmente nas regiões economicamente periféricas do país.

As evidências indicam que esse processo confirmado de intensificação da propriedade da terra vem ocorrendo com a forte ampliação da presença de estrangeiros. Isto, não para a retenção clássica — e lesiva — da terra para fins de reserva de valor associada aos negócios agrícolas, mas visando propósitos ainda mais prejudiciais ao país, vinculados ao controle de recursos naturais estratégicos dos quais o Brasil apresenta níveis abundantes de ocorrência, como a água doce, os recursos da biodiversidade, e das florestas tropicais, entre outros.

Notadamente no que diz respeito aos recursos da biodiversidade, larga e impunemente pirateados para fora do país, o controle direto desse patrimônio por pessoas estrangeiras ameaça, ainda mais, a possibilidade de transformação, em benefício do povo brasileiro, da exploração sustentável desses recursos estratégicos que, colocariam o Brasil em posição de franca vantagem comparativa na 'revolução' em curso no campo da biotecnologia, caso sejam fixadas as diretrizes políticas nessa direção.

A concentração da terra por pessoas e pelo capital externo, igualmente incide negativamente sobre os interesses nacionais pelos limites que impõe ao acesso à terra por cerca de 4,5 milhões de brasileiros *sem terra*. Vale sublinhar os prejuízos para o país e para a população regional dos grandes projetos agropecuários de propriedade de empresas estrangeiras beneficiadas com incentivos do FINAM que, no geral, resultaram apenas em mais miséria, devastação, concentração da terra e dilapidação dos escassos recursos públicos.

Foi o caso, por exemplo, do projeto da Volkswagen no Pará — tido como exemplo do 'virtuosismo' do modelo de desenvolvimento regional implantado pelos militares — o qual, além da grande devastação provocada e do emprego comprovado de trabalho escravo, findou gerando um latifúndio improdutivo que surpreendentemente ainda foi desapropriado e, obviamente indenizado, pelo governo FHC, em 1999.

Considere-se, também, os desdobramentos que se vislumbram com a implantação dos diversos Acordos firmados no âmbito do *Tratado de Kyoto*, por meio dos quais, por exemplo, as grandes empresas altamente poluentes dos países ricos poderão compensar o excesso de emissão de CO_2 pela aquisição e conservação de áreas de florestas em regiões como a Amazônia brasileira. Com isto, além do perigo da 'santuarização' dessas áreas, estabelecendo-se o descompasso entre as questões ambiental e social, será estimulado a maior concentração de terras por estrangeiros e, obviamente, o maior controle externo dos recursos naturais antes referidos.

Por fim, deve-se levar em conta o contexto geopolítico no qual se insere o Brasil por conta das peculiaridades geográficas, das riquezas naturais e do papel estratégico da Amazônia para a preservação ambiental do planeta, que exige a ocupação da região, especialmente das suas áreas fronteiriças, pela população brasileira.

Portanto, sem qualquer intenção xenófoba, a presente iniciativa tem como alvo a defesa dos interesses brasileiros na Amazônia, neste caso específico, pela imposição de maior rigor na transferência de imóveis rurais para pessoas estrangeiras.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2001

NILSON MOURÃO
Deputado Federal

JOSÉ DIRCEU
Deputado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971.

Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta Lei.

§ 1º - Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta Lei a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no Exterior.

§ 2º - As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam aos casos de sucessão legítima, ressalvado o disposto no art. 7º. (Redação dada pela Lei nº 6.572, de 30/09/78)

~~Art 2º Ao estrangeiro, que pretenda imigrar para o Brasil, é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda de imóvel rural, desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.~~ (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).

~~§ 1º Se o compromissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhe defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel.~~ (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).

~~§ 2º No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente vendedor propor a ação para declarar a ineficácia do compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que receber do compromissário comprador.~~ (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).

~~§ 3º O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, ouvido o setor competente do Ministério da Agricultura, caso o promitente comprador já tenha utilizado o imóvel na implantação de projeto de culturas permanentes.~~ (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).

~~§ 4º As disposições dêste artigo constarão, obrigatòriamente, dos compromissos de compra e venda nêle referidos, sob pena de nulidade dos respectivos contratos.~~ (Revogado pela Lei nº 6.815, de 19/08/80).

Art. 3º - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinqüenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

§ 1º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independendo de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

§ 2º - O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinqüenta) módulos de exploração indefinida. (Vide Lei nº 8.629, de 1993)

§ 3º - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.

LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979.

Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinqüenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Art. 2º. - Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

I - alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

II - Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;

III - estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV - instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b) colonização e loteamento rurais;

V - transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

VI - participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural;

§ 1º. - O assentimento prévio, a modificação ou a cassação das concessões ou autorizações serão formalizados em ato da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cada caso.

§ 2º. - Se o ato da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional for denegatório ou implicar modificação ou cassação de atos anteriores, da decisão caberá recurso ao Presidente da República.

§ 3º. - Os pedidos de assentimento prévio serão instituídos com o parecer do órgão federal controlador da atividade, observada a legislação pertinente em cada caso.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009

(nº 5.276/2005, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin)

Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° A intervenção cirúrgica de simpatectomia para a correção de hiper-hidrose deixa de ser considerada tratamento estético e terá a cobertura do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DA ORIGINAL Nº 5.276, DE 2005

Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da Hiper-hidrose e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – A intervenção cirúrgica de simpatectomia para a correção de hiper-hidrose deixa de ser considerada tratamento estético e terá a cobertura do Sistema Único de Saúde – SUS;

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A hiper-hidrose é um distúrbio no sistema excretor onde há uma sudorese exagerada, principalmente de mãos, pés e axilas. Qualquer situação de tensão desencadeia um fluxo de suor que literalmente faz as mãos pingarem. Esse é um distúrbio que, pela sua importância social e pelo desconforto que causa, leva as pessoas a usar inúmeros artifícios para escondê-la. A mídia falada e escrita se interessou pelo problema e vários médicos estão divulgando informações sobre o assunto, discutindo principalmente a respeito das possibilidades e eficiência dos tratamentos cirúrgicos mais modernos. Com isso, muitas pessoas que sofriam com o problema em segredo, passaram a conhecê-lo melhor e foram informadas de que era possível tratá-lo de uma forma segura, eficiente e com baixo risco.

Hoje sabemos que muita gente sofre desse distúrbio, que é mais freqüente do que se imagina. A pessoa que sofre de hiper-hidrose sua exageradamente nas extremidades, principalmente nas mãos. Essa sudorese pode ser tão intensa que prejudica as relações sociais, afetivas e até as atividades profissionais. Quem tem o problema procura escondê-lo, evitando contatos manuais com outras pessoas e usa artifícios para manter as mãos secas, deixando ao alcance toalhas, lenços de papel ou talco.

Mesmo com todas estas precauções, quem tem hiper-hidrose nunca se sente seguro. As mãos molhadas causam desconforto físico e emocional e o estresse que advém daí tende a piorar o problema. Os tratamentos locais, usando pomadas ou loções se mostraram inúteis e as injeções de botox, que a princípio pareciam promissoras, são dolorosas e pouco eficientes.

Sabemos desde o começo do século passado que se cortarmos pequenos nervos do chamado Sistema Nervoso Autônomo (Sistema Simpático), situados na parte alta do tórax cortaremos as conexões responsáveis pela produção de suor nas mãos. Com o desenvolvimento da cirurgia chamada **simpatectomia,** com o auxílio de microcâmeras, a operação indicada para o tratamento da hiper-hidrose se tornou tecnicamente mais simples e mais segura, além de muito mais confortável para o paciente.

A simpatectomia consiste em dois pequenos cortes, geralmente feitos na axila, onde são introduzidas a microcâmera e os instrumentos cirúrgicos. Os nervos responsáveis pelos estímulos que provocam o suor exagerado, são cortados e cauterizados. A dor e desconforto são muito pequenos, e normalmente o paciente recebe alta algumas horas depois da operação. O índice de satisfação dos pacientes operados é elevado e as complicações são raras.

Atualmente, o Sistema Único de Saúde - SUS, não abrange o tratamento da hiper-hidrose, por considerar esta intervenção cirúrgica meramente estética. Contudo, assim como a cirurgia reparadora de mama tem sua abrangência garantida por melhorar o convívio social da mulher que se viu obrigada realizar uma mastectomia, as pessoas que sofrem de hiper-hidrose poderiam, da mesma forma, se sentir mais confortáveis no convívio social, sem o constrangimento de ver as pessoas comentando sobre o seu suor excessivo.

Diante do exposto pedimos o apoio de nossos pares para propor que a intervenção cirúrgica denominada simpatectomia, para correção da hiper-hidrose deixe de ser considerada como cirurgia estética e passe a ser executada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, possibilitando assim que milhares de pessoas que sofrem desse distúrbio possam se sentir novamente à vontade na sociedade em que vivem.

Sala das Sessões em, 19 de Maio de 2005

Deputada VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM

À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 304, DE 2009

(nº 5.391/2005, na Casa de Origem, do Deputado Gilmar Machado)

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São garantidos aos atletas, profissionais e em formação, além da seguridade à sua integridade física, mental e sensorial, cuidados especiais com a sua saúde bucal.

Art. 2º As entidades esportivas são responsáveis pela educação, prevenção e tratamento dos problemas da saúde bucal e pelos cuidados iniciais frente aos traumatismos dentários, ocorridos nos treinamentos e competições, em seus atletas, qualquer que seja o vínculo.

Parágrafo único. O cumprimento do disposto no *caput* dever-se-á dar pela atuação de profissionais de odontologia.

Art. 3º As entidades esportivas que descumprirem as orientações contidas nesta Lei serão responsabilizadas por eventuais danos à saúde física, mental ou sensorial do acidentado ou traumatizado dentário em razão de prática esportiva realizada sob sua organização ou supervisão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.391, DE 2005

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É garantido aos atletas, profissionais ou não, além da seguridade à sua integridade física, mental e sensorial, cuidados especiais com a sua saúde bucal.

Art. 3.º As entidades esportivas são responsáveis pela educação, prevenção e cuidados iniciais frente aos traumatismos dentários em seus atletas, qualquer que seja o vínculo.

Parágrafo único: O cumprimento do disposto no caput deverá se dar através de profissionais especializados em odontologia esportiva.

Art. 5.º É obrigatória a presença de um profissional em odontologia esportiva nas competições, oficiais ou não, a fim de minimizar os efeitos de eventuais acidentes ou traumatismos dentários que nelas ocorram.

Art. 6.º As entidades esportivas que descumprirem as orientações contidas nesta lei serão responsabilizadas por eventuais danos à saúde física, mental ou sensorial do acidentado ou traumatizado dentário em razão de prática esportiva realizada sob sua organização ou supervisão.

Art. 7.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A despeito de sua importância, a saúde bucal dos atletas sempre foi negligenciada pelas entidades esportivas.

Com o presente projeto, esperamos garantir que o atleta também tenha atenção à sua saúde bucal , já que não é incomum a ocorrência de acidentes e traumatismos dentários durante a prática esportiva, que devem ser imediatamente tratados, sob pena de restarem sequelas incontornáveis em momento posterior.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 2005.

Deputado GILMAR MACHADO (PT/MG)

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 2009

(nº 48/2007, na Casa de Origem, do Deputado Neilton Mulim)

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53.....

.....

V - acesso à escola pública, gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas para irmãos no mesmo estabelecimento.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 48, DE 2007
(Do Sr. Neilton Mulim)

Dá nova redação ao inciso V do art. 53, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dá nova redação ao inciso V do art. 53, da lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 2º O inciso V do art. 53, da lei nº 8059, de 13 de julho de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53.....

.....

V - acesso à escola pública, gratuita, próximo da residência e no mesmo estabelecimento para irmãos, sendo vedado, em qualquer hipótese, a separação de irmãos gêmeos." (NR)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tem chamado a atenção a situação em que irmãos não conseguem vaga na mesma escola, sendo obrigados a estudar em locais separados e, às vezes, distante de suas residências, o que violenta flagrantemente o texto atual do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O que causa mais perplexidade é a situação de irmãos gêmeos e de pequena idade que têm sido prejudicados impedidos de conseguir a matrícula no mesmo estabelecimento de ensino, principalmente aqueles mais concorridos.

Esta situação é muita criticada pelos especialistas pois a simbiose entre os gêmeos é natural, afinal dividiram o mesmo útero durante meses, essa unidade intra-uterina chega a uma perfeita simetria e a separação é uma grande violência contra essa crianças.

Assim, temos a certeza que os nobres Pares aperfeiçoarão este projeto ao longo da tramitação e, ao final, oferecerão uma legislação atual e justa para a sociedade.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2007.

DEPUTADO NEILTON MULIM

PR- RJ

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

.....

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

.....

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 306, DE 2009

(nº 3.643/2008, na Casa de Origem)

(DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários os seguintes cargos de provimento efetivo:

I - 90 (noventa) cargos de Analista da Comissão de Valores Mobiliários, de nível superior;

II - 20 (vinte) cargos de Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, de nível superior; e

III - 55 (cinquenta e cinco) cargos de Agente Executivo, de nível intermediário.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI

Cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários os seguintes cargos de provimento efetivo:

I - noventa cargos de Analista da Comissão de Valores Mobiliários, de nível superior;

II - vinte cargos de Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários, de nível superior; e

III - cinqüenta e cinco cargos de Agente Executivo, de nível intermediário.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

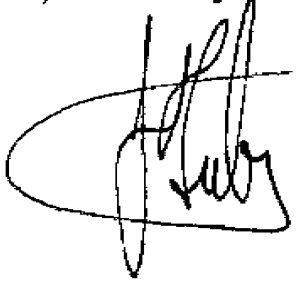
Brasília,

Mensagem nº 444, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Cria cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários".

Brasília, 26 de junho de 2008.



EM Interministerial nº 00080/MP/MF

Brasília, 21 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal da Comissão de Valores Mobiliários.

2. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, autarquia federal criada pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, vinculada ao Ministério da Fazenda e com jurisdição em todo o território nacional, surgiu com a missão de disciplinar, fiscalizar e promover o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários brasileiro, cabendo-lhe proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares, atos ilegais de administradores de companhias abertas, de acionistas controladores e de administradores de carteiras de valores mobiliários.

3. Compete também à CVM assegurar o acesso do público a informações sobre os valores negociados e sobre os emissores, a observância de práticas comerciais eqüitativas no mercado, o estímulo à formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários e o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão.

4. Nos últimos anos, a CVM teve o perfil de suas atribuições decisivamente ampliado, em face da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, que alteraram em profundidade as Leis nºs 6.385, de 1976 (que instituiu a autarquia), e 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - a denominada Lei das Sociedades Anônimas.

5. Essa legislação conferiu nova dimensão ao conceito de valor mobiliário. Em conseqüência, ocorreu também uma substancial ampliação do espectro das atividades sob supervisão da CVM, especialmente no que diz respeito ao credenciamento, acompanhamento e fiscalização dos fundos de renda fixa.

6. Com a recente transferência para a CVM de toda a competência sobre o mercado de derivativos - antes compartilhada com o Banco Central - a autarquia, que acompanhava apenas seis modalidades de contratos negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros, passa agora a acompanhar quarenta e cinco modalidades, algumas das quais apresentam grande complexidade técnica.

7. A partir de 2003, o acompanhamento da indústria de fundos, anteriormente atribuição do Banco Central, acarretou um aumento expressivo no

universo das entidades fiscalizadas pela CVM, absorvendo percentual considerável do trabalho dos Analistas e Inspetores admitidos por meio de concurso realizado naquele mesmo ano. Nos últimos anos, os fundos de investimentos passaram a responder por um percentual significativo das ações de fiscalização externa, atingindo 51% das inspeções realizadas em 2006. Foram também os maiores responsáveis pelo aumento do número anual de inspeções, que acumula um crescimento de mais de 48% nos últimos quatro anos.

8. A autarquia assumiu também o acompanhamento dos contratos de *swap*, mecanismo que permite ao cliente escolher o índice que irá remunerar os seus recursos. A supervisão da CVM sobre tal modalidade de contrato configura mais um passo na extensão do conceito de valor mobiliário, antes focalizado apenas nas tradicionais operações de bolsa de valores e mercado de balcão.

9. Além de coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de companhias abertas, de companhias beneficiárias de incentivos fiscais e de outros emissores, compete também à CVM examinar as informações apresentadas para a captação de recursos junto à poupança popular, mediante distribuição de valores mobiliários e, em conseqüência, registrar as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos do art. 19 da Lei nº 6.385, de 1976. Existem hoje no país 626 companhias abertas com registro ativo na CVM. Destas, 53 tiveram seu registro concedido em 2006, caracterizando um aumento correspondente a 220% do volume do ano anterior, indicador da aceleração da tendência de crescimento, que deverá ampliar o volume de trabalho da autarquia nos próximos anos.

10. Na área de normas contábeis e de auditoria, compete à CVM regular, registrar, manter cadastro e acompanhar a atuação dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas, no âmbito do mercado de valores mobiliários. Trata-se de um universo constituído hoje por 1.045 auditores registrados, o que faz com que cada Analista seja levado a acompanhar a atuação de 209 auditores, além do exercício de outras tarefas, como a análise dos Relatórios dos Conselhos de Administração das companhias registradas na CVM (média de 85,2 por Analista). Apenas em 2006, foram encontradas irregularidades em 63 companhias, ensejando a tomada de medidas corretivas, que eventualmente podem levar à instauração de inquéritos administrativos.

11. O período 2005-2006 assistiu a um crescimento exponencial no número de atendimentos a investidores, que praticamente triplicou em relação aos dois anos anteriores. Esse fenômeno parece sinalizar uma tendência para os próximos anos, a se manterem as condições que provavelmente produziram essa expansão da demanda por informações e orientações - a crescente importância do mercado de valores mobiliários no financiamento da economia brasileira. A popularização desse segmento deveu-se aos esforços de divulgação das bolsas e de outras instituições e à crescente utilização da Internet.

12. Em relação à Auditoria Interna, o total anual de homens-hora necessários para o acompanhamento de todos os componentes organizacionais auditáveis, já considerando o índice de cobertura de auditoria estabelecido pela Controladoria-Geral da União - CGU (IN nº 01/2002), é de 7.055 homens-hora/ano, aproximadamente o dobro do que é possível hoje realizar em vista do quadro de Auditores Internos disponível. Trata-se, pois, de mais uma área em que

a ampliação do quadro de pessoal é não apenas necessária, mas efetivamente imperiosa, face às recomendações da CGU.

13. Este conjunto de novas atribuições redefine, na prática, o escopo de atuação da CVM, tornado imperioso também o redimensionamento de seu universo de recursos humanos. Em detalhado levantamento realizado pelas diversas áreas da autarquia, conclui-se pela necessidade de cento e dez novos servidores de nível superior - Inspetores e Analistas - além de cinqüenta e cinco novas vagas de Agente Executivo, cargo de nível intermediário, perfazendo um total de cento e sessenta e cinco novas vagas para o quadro permanente da autarquia.

14. Cumpre informar que a simples criação dos cargos não ocasiona impacto orçamentário imediato. Somente haverá aumento do dispêndio na medida em que forem autorizados os concursos públicos para o provimento das vagas que se propõe criar. De todo modo, quando estiverem providos todos os cargos, o impacto é estimado em R$ 18,7 milhões, compatível com as dotações consignadas na Lei Orçamentária para 2008 e com os demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

15. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento do Projeto de Lei em questão ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Guido Mantega

Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 307, DE 2009

(nº 3.948/2008, na Casa de Origem)

(DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os seguintes cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006:

I – 270 (duzentos e setenta) cargos de Técnico de Laboratório; e

II – 90 (noventa) cargos de Auxiliar de Laboratório.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI

Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os seguintes cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006:

I - duzentos e setenta cargos de Técnico de Laboratório; e

II - noventa cargos de Auxiliar de Laboratório.

Art. 2º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

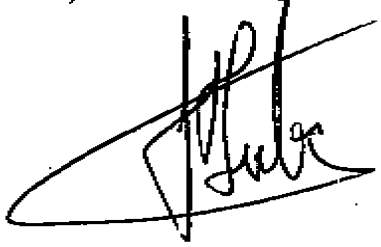
Brasília,

Mensagem nº 653, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Cria cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório no Quadro de Pessoal Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".

Brasília, 29 de agosto de 2008.



EM nº 00218/2008/MP

Brasília, 26 de agosto de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que cria cargos no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências.

2. A medida proposta tem fundamento na necessidade de ampliar a força de trabalho que atua diretamente nos Laboratórios Nacionais Agropecuários e atende às demandas analíticas dos Departamentos afetos à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

3. Os Laboratórios Nacionais constituem um segmento especializado e específico que necessita contar com pessoal habilitado e com perfil adequado para as atividades de rotineiras de análise laboratorial. Tais Laboratórios desenvolvem processos de trabalho na área de diagnóstico animal, fitossanitário, controle de produtos de origem animal, de origem vegetal, controle de insumos agropecuários e de produtos veterinários. Em cada um destes processos de trabalho são desenvolvidas atividades como análises e ensaios; estudos e validações; desenvolvimento e atualização de métodos; e produção de materiais de referência.

4. Atualmente encontram-se em funcionamento seis Laboratórios Nacionais. A estes estão vinculados sete Serviços Laboratoriais Avançados - SLAV, que são laboratórios locais, totalizando doze unidades em funcionamento. A força de trabalho integrada por cargos efetivos na ativa, de acordo com dados do Sistema de Administração de Pessoal, constitui-se de 25 Auxiliares de Laboratório e 103 Técnicos de Laboratório. Para assegurar o funcionamento das unidades já instaladas, o MAPA, ao longo dos últimos anos, recorreu à terceirização de serviços, desta forma aumentando o efetivo em mais de 400 postos de trabalho terceirizados. A proposta encaminhada por esta exposição de motivos irá contribuir para que nos próximos anos a Administração Pública tenha melhores condições de planejar a força de trabalho dos Laboratórios Nacionais e suas unidades subordinadas, tudo isso de modo a assegurar o funcionamento pleno destas importantes unidades e, ao mesmo tempo, reduzir a mão-de-obra terceirizada, especialmente nas situações de conflito com as normas sobre a matéria, especialmente em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

5. A dinâmica econômica do país, ao longo dos últimos anos, tem se refletido no aumento da demanda de trabalho da rede laboratorial do MAPA. Em 2005, o número de análises realizadas pela Rede de Laboratórios Oficiais foi da ordem de 8,6 milhões; em 2006, de 12,4 milhões e, em 2007, foram realizadas 19,4 milhões de análises. A variação percentual entre o primeiro e o último ano foi de 112,7%. Esta variação reflete a expansão do setor agroindustrial da economia nacional, motivado pela expansão dos mercados interno e externo.

6. Em relação à adequação da proposta que encaminhamos aos limites estabelecidos no Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2008 para a criação de cargos efetivos sem impacto orçamentário, informamos que a proposta está adequada aos limites estabelecidos e, desta forma, se encontra satisfeita as exigência do artigo 169 da Constituição Federal, bem como as exigência da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000.

7. Considerando que o aumento da demanda de trabalho da área de defesa agropecuária implica na necessidade de ampliação da capacidade de resposta da Rede de Laboratórios Oficiais, os quais oferecem apoio às atividades de defesa e fiscalização, consideramos que a proposta encaminhada por esta Exposição de Motivos é de alta relevância para os interesses da sociedade.

8. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento do Projeto de Lei em questão ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 11.344, DE 8 DE SETEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, e dá outras providências.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 308, DE 2009 (Nº 4.488/2008, NA CASA DE ORIGEM, do Deputado Alexandre Silveira)

Denomina Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É denominado Sebastião da Cunha e Castro o trecho da BR-356 entre a cidade de Ervália e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.488, DE 2008 ORIGINAL

Denomina SEBASTIÃO DA CUNHA E CASTRO, a BR-356, trecho entre as cidades de Ervália à Muriaé, Minas Gerais;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado Sebastião da Cunha e Castro, a BR 356, trecho entre as cidades de Ervália à Muriaé, Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Encaminho pleito a esta casa, sugestão, no sentido de denominar Sebastião da Cunha e Castro, a BR 356, trecho entre as cidades de Ervália à Muriaé, Minas Gerais.

Analisando as razões apresentadas por aqueles que comungam nossa sugestão e como forma de homenagear tão honrado e merecedor de apreço cidadão, passamos a emprestar nosso entusiástico apoio à iniciativa que, estamos certos, receberá, também, a simpatia de nossos pares na Câmara Federal.

Sebastião da Cunha e Castro, filho de Antônio da Cunha Castro e de Amélia Augusta de Castro, nasceu no dia 02 de maio de 1899 no distrito de São Sebastião do Herval, hoje denominado município de Ervália situado na Zona da Mata Mineira.

Conhecido como Tatão da Cunha, tinha perfil dinâmico na gestão dos negócios. Ainda muito jovem assumiu os negócios da família sendo proprietário da Fazenda, da chácara, maior produtor de café e grãos da região na década de 20, empregando mais de sessenta funcionários.

A Fazenda situada no Município de Ervália possuía um vasto pomar que atraia visitantes de toda região pela grande variedade de frutas, ervas e plantas ornamentais, já naquele tempo todas catalogadas.

Sebastião da Cunha e Castro tinha um perfil alegre e social, gostava de promover eventos e mantinha as portas de sua Fazenda abertas para encontros sociais e políticos.

Recebeu ilustres visitantes, políticos, autoridades civis e eclesiásticas.

Em destaque as visitas de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Arcebispo de Mariana e do Ex-presidente da República Arthur Bernardes.

Sua participação na vida social, esportiva e cultural foi bastante intensa: Fundou a primeira banda de música do Herval, conhecida por "Lira São Luiz Gonzaga", arcava com todos as despesas como, instrumentos, uniformes dos integrantes e despesas com apresentação e viagens.

Organizou um time de futebol que foi o primeiro time de jogadores profissionais no interior de Minas Gerais, o "Sebastião da Cunha Esporte Clube". Viajavam para jogar em outras localidades e recebiam times de fora para competir na sede, sendo todas as despesas da equipe pagas por ele.

Entusiasmado com a Cultura Carnavalesca, tinha também um bloco conhecido por "Bloco Popular" que era rival do "Bloco dos Finos" de propriedade do então Capitão Américo Taveira.

Grande idealista e de visão progressista, Tatão sempre se empenhou na busca do progresso para o distrito emergente. Naquela época as estradas que cruzavam o Distrito de Herval eram apenas cavaleiros e carros de boi.

Com grande intuito de favorecer o comércio e o escoamento dos produtos agrícolas da comunidade, empenhou-se na construção de uma estrada ligando Herval a Muriaé.

Com sua visão progressista, utilizando recursos próprios, negociou com o Estado a construção da estrada que liga Herval a Muriaé com o compromisso de ser ressarcido pelo governo do Estado. Esta construção viria possibilitar o acesso de Herval a uma região de fácil comércio com fluxo para os portos do Rio de Janeiro e Vitória.

Ele construiu aproximadamente 8 Km compreendidos entre Herval – Muriaé, sendo que o Estado não honrou parte do acordo, não ressarcindo as despesas previstas no contrato. Talão aplicou seu capital, constituiu empréstimos para agilizar a obra e a falta deste pagamento o deixou em difícil situação financeira.

Na revolução de 30, foi comandante civil das forças legislativas na região de Viçosa e Araponga onde se desenvolveram os principais acontecimentos políticos do estado pela representatividade do ex -presidente Artur Bernardes que era natural de Viçosa.

Apesar de nunca ter concorrido a cargo eletivo, teve uma ampla participação na vida partidária sendo por muitos anos presidente do Partido Social Democrático – PSD, nas cidades de Canaã e Viçosa.

Na década de 50 foi contratado pela Universidade Federal de Viçosa como encarregado de obras na construção da Usina Hidrelétrica do Casquinha, onde prestou serviços com enorme dedicação, tendo recebido elogios na sua folha funcional.

Após o Término da Construção da Hidrelétrica, permaneceu como encarregado Geral da Usina até a sua morte ais 82 anos.

Por tudo isto, pela pessoa do homenageado e pelo que ele representou de honradez e compromisso na localidade que residiu, estamos certos da aprovação deste projeto de lei.

Sala das sessões, em 10 de dezembro de 2008.

Deputado ALEXANDRE SILVEIRA
PPS-MG

À Comissão de Educação e Cultura e Esporte. (Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 306 e 307, de 2009**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 302, 303, 304, 305 e 308, de 2009**, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, onde poderão receber emendas, perante a primeira ou única Comissão do despacho, pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **c**, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que foram deferidos, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, os seguintes **Requerimentos**:

– Nº 1.467, de 2009, do Senador Pedro Simon, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2005, com os de nºs 440, de 2003; e 387, de 2005, que já se encontram apensados. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

– Nº 1.507, de 2009, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2007, e 314, de 2008. Deferido o requerimento, os Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2007, e 314, de 2008, perdem o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

– Nº 1.512, de 2009, do Senador José Agripino, que solicita o desapensamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4 e 9, de 2009, a fim de que tenham tramitação autônoma. Deferido o requerimento, as matérias passam a tramitar autonomamente, e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES
Nºs 2.150, A 2.152, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.*

PARECER Nº 2.150, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)
(em audiência, nos termos do Requerimento nº 951, de 2007)

RELATOR: Senador **SÉRGIO GUERRA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dispõe sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O primeiro artigo da proposição acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para incluir a exigência de comprovação da titularidade ou de licença de uso da patente em vigor, por ocasião do registro de princípio ativo ou de medicamento. O segundo artigo – cláusula de vigência – determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

O Projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo. No entanto, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 951 e 952, ambos de 2007, subscritos pelos

Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, respectivamente, a proposição será apreciada primeiramente nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Não foram oferecidas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os *aspectos econômicos de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário*.

Nesse sentido, o autor do projeto sob análise argumenta que o direito de patente é um importante incentivo à pesquisa na área farmacêutica, sem o que inexistiriam medicamentos inovadores. Conseqüentemente, a concessão de registro sanitário para produto que viole direitos de patente contraria os interesses econômicos do País.

É fato que compete à Anvisa conceder registros de medicamentos para fins de comercialização, mediante o cumprimento de requisitos legalmente definidos, mormente daqueles relacionados com a eficácia, segurança e qualidade desses produtos.

Por outro lado, o exame, o registro e a concessão de patente não se inserem na competência funcional e institucional da Agência. Outrossim, cabe ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) analisar o preenchimento de condições de patenteabilidade de medicamentos.

Além disso, cabe ressaltar que o País já é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos, acordada durante a denominada Rodada Uruguai e adotada no Brasil em meados da década de 1990, por força da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial).

Por essas razões, não obstante as louváveis intenções do autor, de estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, conferir à Anvisa uma atribuição adicional, desvinculada de sua competência sanitária e de sua missão – proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços – representaria um desvio de finalidade prejudicial à sociedade brasileira.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão, 1º de julho de 2008.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1º / 07 / 08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)
Maioria (PMDB)	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2-
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 2.151, DE 2009

(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

(em audiência, nos termos do Requerimento nº 952, de 2007)

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, estabelece novo requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Para tanto, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que trata da vigilância sanitária de medicamentos e de outros produtos para a saúde, a fim de exigir a comprovação da titularidade ou de licença de uso da patente em vigor, por ocasião do registro de princípio ativo ou de medicamento. Por sua vez, a cláusula de vigência determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Inicialmente, o Projeto foi distribuído apenas para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 951 e 952, ambos de 2007, subscritos pelos Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, respectivamente, a proposição foi encaminhada para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na CAE, foi aprovado parecer do Relator, Senador Sérgio Guerra, pela rejeição do PLS. Após sua análise por esta Comissão, seguirá à CAS para decisão em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre questões relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, propriedade intelectual e criações científicas e tecnológicas.

Nesse sentido, a matéria do PLS nº 29, de 2006, é própria à competência desta Comissão, pois trata do respeito à titularidade de patente e da autorização para utilizá-la. O autor do projeto sustenta que o sistema de patentes é um importante incentivo para a pesquisa na área farmacêutica, sem o que inexistiriam medicamentos inovadores, que tanto beneficiam a população.

Cabe à Anvisa, tal como expresso em sua missão, *proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso.*

Com vistas a garantir a segurança sanitária de produtos farmacêuticos é que se insere nas atribuições da Agência o registro de medicamentos, condição necessária para fins de comercialização no território nacional, mediante a análise de requisitos de eficácia, segurança e qualidade desses produtos.

Analisar, decidir e conceder privilégios patentários, contudo, não se coadunam com a competência funcional e institucional da Agência. São atribuições típicas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a quem cabe analisar o preenchimento de condições de patenteabilidade de medicamentos, de insumos farmacêuticos e de correlatos, com prévia anuência da Anvisa.

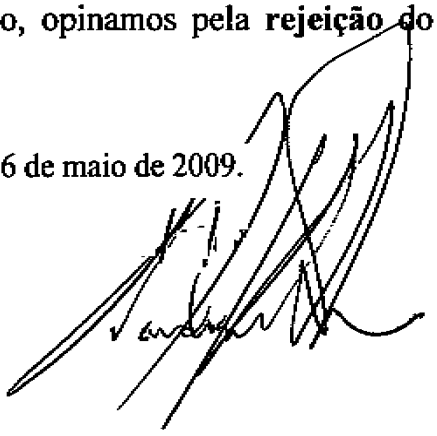
É fato que a pesquisa e o desenvolvimento para elaboração de novos produtos farmacêuticos requerem vultosos investimentos. Porém, cabe ressaltar que o País é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos, acordada durante a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e adotada no Brasil há mais de uma década nos termos da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

Por essas razões reiteramos a nossa concordância em relação à posição da CAE, expressa no relatório do Senador Sérgio Guerra, cujos argumentos acatamos neste relatório, vez que a proposição, se aprovada, promoverá evidente desvio de finalidade nas atividades precípuas da Anvisa, o que ao invés de beneficiar a industria farmacêutica, que já é dotada de aceitável proteção legal, pode acarretar risco à saúde pública.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2009.



, Presidente

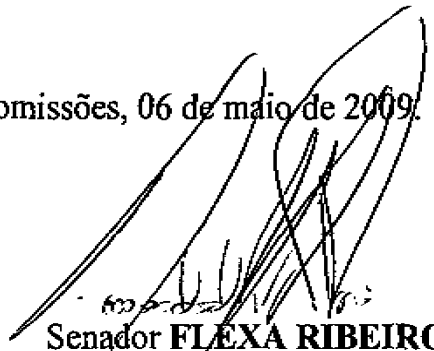


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o parecer pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2009.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PLS 29/06 NA REUNIÃO DE 06/05/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES RELATOR	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 2.152, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que estabelece requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O projeto se compõe de apenas dois artigos. O primeiro acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que trata da vigilância sanitária de medicamentos, a fim de exigir a comprovação da titularidade ou da posse de autorização do titular da patente, na oportunidade do registro de princípio ativo farmacêutico ou de medicamento. O segundo, a cláusula de vigência, determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor na data de sua publicação.

De início, o Projeto foi distribuído apenas para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No entanto, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 951 e 952, ambos de 2007, subscritos pelos Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, respectivamente, a proposição foi encaminhada para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na CAE e na CCT foram aprovados pareceres pela rejeição do PLS, o primeiro de autoria do Senador Sérgio Guerra, e o segundo, de nossa autoria.

Não foram oferecidas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre questões relativas à proteção e defesa da

saúde, controle e fiscalização de medicamentos, e competências do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras.

Na análise do texto do projeto de lei, não nos afiguraram óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade. Quanto ao mérito, contudo, a despeito das louváveis intenções do autor de estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, não se pode concordar com as novas competências que são atribuídas à Anvisa por força dos dispositivos do projeto de lei em tela.

Nesse sentido, reiteramos a concordância em relação à posição da CAE, expressa no parecer do Senador Sérgio Guerra, cujos argumentos acatamos em nosso relatório aprovado pela CCT, e que reproduzimos, igualmente, na presente peça legislativa.

A missão da Anvisa é *proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso*. Assim, com vistas a garantir a segurança sanitária de produtos farmacêuticos, é que se insere nas atribuições da Agência o registro de medicamentos, condição necessária para fins de comercialização desses produtos no Brasil, mediante a análise de requisitos de eficácia, segurança e qualidade.

Segundo o disposto no inciso IX do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, compete à Agência *conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação*. De acordo com o Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que regulamenta a supramencionada Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, registro de medicamento é o *instrumento por meio do qual o Ministério da Saúde, no uso de sua atribuição específica, determina a inscrição prévia no órgão ou na entidade competente, pela avaliação do cumprimento de caráter jurídico-administrativo e técnico-científico relacionada com a eficácia, segurança e qualidade destes produtos, para sua introdução no mercado e sua comercialização ou consumo*.

Note-se, portanto, que a concessão de um registro de comercialização de determinado produto é atribuição especifica da Anvisa, conferida após o atendimento de requisitos legalmente definidos. Por outro lado, há que ressaltar que determinadas funções não se coadunam com a competência funcional e institucional da Agência, ainda que relacionadas ao setor farmacêutico, por não se

inserirem no âmbito da proteção e da promoção da saúde. Analisar, decidir e conceder privilégios patentários são atribuições típicas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e não da Anvisa. Por conseguinte, cabe ao INPI a tarefa de analisar o preenchimento de condições de patenteabilidade de medicamentos, de insumos farmacêuticos e de correlatos, com prévia anuência da Agência.

Consideramos, aliás, que a indústria farmacêutica já é dotada de eficiente proteção legal, posto que o País é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos, acordada durante a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e adotada no Brasil desde a década de 1990, nos termos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), Por essas razões, a proposição em exame, a nosso ver, introduz requisito no processo de registro de medicamentos que não condiz com as diretrizes e políticas públicas de saúde. Assim, ao invés de proteger a propriedade intelectual, a presente proposição, se aprovada, promoverá evidente desvio de finalidade nas atividades da Anvisa.

Por fim, esse desvio de finalidade pode acarretar risco à saúde pública, além de graves prejuízos à população, pois a Agência já tem grandes dificuldades em cumprir, atualmente, a sua função precípua de fiscalização sanitária, em virtude da vastidão do território nacional e da complexidade e da abrangência de suas atribuições.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, decide pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 29 de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2006	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAPALÉO PAES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29 DE 2006

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)		X			3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)		X		
FÁTIMA CLEIDE (PT)		X			5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)		X			7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)		X			1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)		X			3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)		X			5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	PRESIDENTE				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		X			6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)		X			7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL		X			1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: — NÃO: 11 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

.....

Art. 16. O registro de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas, ou mesmo para fins de diagnóstico, fica sujeito, além do atendimento das exigências próprias, aos seguintes requisitos específicos: (Redação dada pela Lei nº 10.742, de 6.10.2003)

.....

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

.....

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

.....

IX - conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação;

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 311/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2° do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado n° 29, de 2006, que "Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.", de autoria do Senador Ney Suassuna.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, de forma a exigir a comprovação da titularidade da patente em vigor, ou de licença do titular para seu uso, como requisito a ser considerado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo, e sua conseqüente comercialização no País.

Segundo o autor da proposição, o projeto trata da harmonização da Lei nº 6.360, de 6 de setembro de 1976, com a Constituição Federal e com a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996). Argumenta que o direito de patente é um estímulo à atividade econômica e ao avanço tecnológico. Sem o sistema de patentes não haveria incentivo para a pesquisa, o que implicaria a inexistência de medicamentos inovadores que tanto beneficiam a população. Além disso, "a concessão de registro sanitário para produto ou processo que viole direitos de patente contraria a prática da maioria dos órgãos de vigilância sanitária internacionais".

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade e juridicidade

A proposição atende aos requisitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48 da CF) e à iniciativa de leis (art. 61, *caput*, da CF). A proposta é compatível com o que dispõe o inciso XXIX do art. 5º da Constituição Federal, que inclui entre as garantias fundamentais o direito dos autores de inventos industriais ao privilégio temporário para sua utilização, como forma de estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. Além disso, o projeto não fere a ordem jurídica vigente, atendendo às determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e consolidação das leis*, bem como às regras regimentais do Congresso Nacional.

Quanto ao mérito

Com a adesão do Brasil ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) em 1994, o sistema jurídico brasileiro passou a conferir ao setor farmacêutico a mesma proteção outorgada aos demais segmentos industriais que investem recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico de seus produtos.

Essa decisão não apenas resgatou antiga dívida que o País assumira desde 1945 (para produtos) e 1967 (para processos de fabricação) com os legítimos titulares de direitos sobre suas invenções na área farmacêutica, como também colocou o Brasil em linha com a legislação internacional em matéria de propriedade industrial.

O realinhamento do Brasil com os parâmetros internacionais em matéria de direitos de propriedade industrial deu início à reconstrução do ambiente necessário para a atração de investimentos, nacionais e estrangeiros,

em matéria de pesquisa e desenvolvimento na área farmacêutica. Somente em 2004, as indústrias farmacêuticas de capital estrangeiro sediadas no Brasil investiram aproximadamente R$ 173 milhões em pesquisa e desenvolvimento, o que representa um avanço de 1.306% em relação a 1995 (primeiro ano de vigência do TRIPS no Brasil).

Mas nenhum esforço para o desenvolvimento do setor farmacêutico pode ser dissociado de sua característica mais marcante, qual seja, a preservação da saúde e do bem-estar da população. Em todo o mundo, autoridades sanitárias constituídas zelam pelo controle e fiscalização dos medicamentos oferecidos à população, cientes do papel central que exercem para o bom funcionamento de um segmento industrial de importância estratégica para o País.

No Brasil, a ANVISA atua como agente regulador do mercado farmacêutico, sendo responsável, dentre outras coisas, por autorizar a comercialização de novos medicamentos no território nacional. Sua *expertise* está concentrada principalmente no exame da inocuidade e eficiência do novo medicamento a ser lançado no mercado (que pode ou não ser objeto de patente), cuidando dos benefícios e riscos potenciais à saúde pública.

Já o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI confere patentes às invenções que atendam aos requisitos definidos pela legislação vigente, outorgando privilégio temporário de exclusividade àquele que investiu capital e recursos humanos para desenvolver uma nova molécula farmacêutica. Durante o período de proteção da patente, não podem outros concorrentes lançar no mercado medicamentos que utilizem os conceitos inventivos desenvolvidos pelo inventor original.

Tanto a autorização de comercialização concedida pela ANVISA, quanto o privilégio da exclusividade patentária outorgado pelo INPI, têm reflexos sobre o funcionamento do mercado brasileiro de medicamentos. Sendo assim, a não uniformização das decisões proferidas pela ANVISA e pelo INPI gera situações de dúvida e insegurança jurídica, tal como se observa atualmente.

O que se vê hoje em dia é a ANVISA concedendo autorização de comercialização para medicamentos que estão sob plena vigência de patente conferida ao inventor original, sob o injustificável argumento de que sua atuação se resume à questão da inocuidade e eficiência do medicamento levado a registro. Tem-se, então, a ANVISA, de um lado, autorizando a comercialização de um novo medicamento; ao mesmo tempo em que o fabricante do medicamento recém aprovado fica impedido de efetivamente comercializar seu produto, uma vez que tal comercialização caracterizaria violação da patente em vigor, com a incidência das penalidades previstas em lei.

Do ponto de vista do titular da patente, a situação também se mostra crítica e irracional. Isso porque precisa conviver com um concorrente expressamente autorizado pela ANVISA a iniciar a comercialização de um medicamento, que, na realidade, é uma cópia do seu produto patenteado e cujo direito de exclusividade (ainda vigente) lhe foi outorgado pelo INPI.

Para resolver essa flagrante contradição entre os dois sistemas legais (sanitário x propriedade industrial), o projeto de lei em tela propõe, com toda propriedade, a inclusão de um novo inciso ao art. 16, da Lei nº 6.360, de 1976, com o qual passaria a ser exigida uma ligação entre a ANVISA e o INPI para a aprovação do registro de comercialização de um novo medicamento.

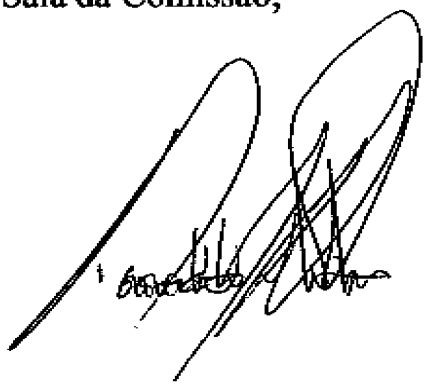
No caso de haver patente em vigor, a ANVISA não daria o registro de comercialização. Se não houver patente em vigor, o registro seria concedido e seu detentor ficaria imediatamente autorizado a colocar o medicamento no mercado.

Com a aprovação do presente projeto de lei, será possível trazer mais racionalidade a todo o sistema jurídico-sanitário, eliminar burocracias, conferir maior segurança jurídica a todas as partes interessadas, e, como conseqüência, incentivar o crescimento do mercado farmacêutico brasileiro.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que estabelece novo requisito para o registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), qual seja, a obrigatoriedade de comprovar a titularidade de patente em vigor ou a posse de autorização do titular para o uso da patente.

O projeto compõe-se de apenas dois artigos. O primeiro, acrescenta dispositivo ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para incluir exigência de comprovação da titularidade ou de licença de uso da patente em vigor, por ocasião do registro de princípio ativo ou medicamento. O segundo artigo estabelece a cláusula de vigência e determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Segundo o autor, o projeto trata da harmonização da Lei nº 6.360, de 1976, com a Constituição Federal e com a Lei nº 9.279, de 1996 (Lei de Propriedade Industrial). Argumenta que o direito de patente é um incentivo à pesquisa e inovação tecnológica, sem o que inexistiriam medicamentos inovadores, que muito beneficiam a população. Ademais, afirma que a concessão de registro sanitário para produto que viole direitos de patente contraria a prática da maioria dos órgãos de vigilância sanitária existentes em outros países.

Na análise do texto do projeto de lei, não nos afiguraram óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Quanto ao mérito, contudo, a despeito das louváveis intenções do autor de estimular o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, não se pode concordar com as novas competências que são atribuídas à Anvisa por força dos dispositivos do projeto de lei em tela.

Cabe à Anvisa, tal como expresso em sua missão, *proteger e promover a saúde da população garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso.*

Compete à agência, portanto, regulamentar, controlar e fiscalizar produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, entre eles os medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias utilizados em sua fabricação.

Segundo o disposto no inciso IX do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que criou a Anvisa, compete à Agência *conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação.*

Nesse sentido, e de acordo com o Decreto n.º 3.961, de 10 de outubro de 2001, que altera o Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, definimos registro de medicamento como o *instrumento por meio do qual o Ministério da Saúde, no uso de sua atribuição específica, determina a inscrição prévia no órgão ou na entidade competente, pela avaliação do cumprimento de caráter jurídico-administrativo e técnico-científico relacionada com a eficácia, segurança e qualidade destes produtos, para sua introdução no mercado e sua comercialização ou consumo.*

Note-se, portanto, que a concessão de um registro de comercialização de um determinado produto é atribuição especifica da Anvisa, conferida após o atendimento de requisitos legalmente definidos. Por outro lado, o exame, o registro e a concessão de patente não se inserem na competência funcional e institucional do órgão.

Análises sobre o preenchimento das condições de patenteabilidade, por um lado, e das condições de comercialização, por outro, demarcam áreas distintas de atuação do setor público, cumpridas com base em conjuntos de informações diferentes e atribuídas, respectivamente, ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e à Anvisa.

É fato, também, que a questão do reconhecimento e da concessão dos direitos de patente se acha equacionada no País, que é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos acordada durante a denominada Rodada Uruguai e adotada no Brasil em meados da década de noventa do século passado, por força da Lei nº 9.279, de 1996. Como bem colocado na própria justificação da proposição, o ordenamento jurídico nacional não apenas reconhece o instituto da patente como também, explicitamente, obriga o setor farmacêutico ao seu reconhecimento.

Ademais, cumpre salientar que a Agência tem grandes dificuldades em cumprir sua função precípua de fiscalização sanitária, em vista da vastidão do Território Nacional e da complexidade e abrangência de suas atribuições. Desse modo, conferir à Anvisa uma atribuição adicional, desvinculada de sua competência sanitária, representaria um desvio de finalidade prejudicial à sociedade brasileira.

Nesse entendimento, a proposição em exame introduz requisito a ser observado para a concessão de registro de medicamento que não condiz com as diretrizes e ações das políticas públicas na área de saúde e pode implicar prejuízos para a saúde da população.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna, que estabelece novo requisito para o registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), qual seja, a obrigatoriedade de comprovar a titularidade de patente em vigor ou a posse de autorização do titular para o uso da patente.

O projeto compõe-se de apenas dois artigos. O primeiro, acrescenta dispositivo ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para incluir exigência de comprovação da titularidade ou de licença de uso da patente em vigor, por ocasião do registro de princípio ativo ou medicamento. O segundo artigo estabelece a cláusula de vigência e determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo. No entanto, por força da aprovação dos Requerimentos nºs 951 e 952, ambos de 2007, subscritos pelos Senadores Aloizio Mercadante e Demóstenes Torres, respectivamente, a proposição foi apreciada primeiramente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer pela rejeição, sendo, então, encaminhada para análise por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na seqüência, o projeto retornará à CAS para decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes

temas, entre outros: desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica (inciso I); política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática (inciso II); organização institucional do setor (inciso III); e propriedade intelectual (inciso V).

Por essas razões é pertinente avaliar a proposição nesta Comissão, vez que, nas palavras do autor, o projeto trata da harmonização da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências*, com a Constituição Federal e com a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial - LPI). O autor ressalta, também, que o direito de patente é um incentivo à pesquisa e inovação tecnológica. Por conseguinte, ainda segundo ele, em muitos países não se concede registro sanitário para produto que viole esse direito.

O Brasil é signatário da patenteabilidade de produtos farmacêuticos, acertada durante a denominada Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais (1986 a 1994), que estabeleceu novos padrões de proteção à propriedade intelectual.

O acordo resultante, concluído em dezembro de 1993 e assinado em abril de 1994, foi adotado no Brasil em meados da década de noventa do século passado, nos termos da LPI.

Ao fazer isso, o Brasil abriu mão do período de transição previsto no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, mais conhecido como Acordo TRIPS – um dos acordos que integra a Ata Final da Rodada Uruguai e que institui padrões mínimos de proteção aos direitos de propriedade intelectual a serem obrigatoriamente internalizados pelos países membros da Organização Mundial do Comércio –, antecipando em cerca de oito anos a patenteabilidade de produtos e processos farmacêuticos em território brasileiro.

Julgamos, portanto, que a questão do reconhecimento e da concessão dos direitos de patente se acha bem resolvida, pois o arcabouço jurídico brasileiro não só reconhece o instituto da patente como a ele sujeita o segmento farmacêutico.

Nesse sentido, a despeito das nobres intenções do autor de estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do País, não é possível concordar com as novas competências que pretende atribuir à Anvisa.

Compete à Agência regulamentar, controlar e fiscalizar medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, além de processos e tecnologias utilizadas na fabricação desses produtos. Aí se insere a função da Anvisa de conceder o registro de produtos – centrada na análise de requisitos de eficácia, segurança e qualidade – tendo em vista a sua introdução no mercado, comercialização e consumo.

Em 1999, foi instituída a anuência prévia da Anvisa à concessão de patentes farmacêuticas, dispositivo posteriormente acrescido à LPI, em 2001. Essa medida permite afastar produtos e processos que não representem avanços terapêuticos, bem como assegurar que o conhecimento a ser protegido possa, de fato, ser transferido à sociedade.

No entanto, não obstante a existência da figura da anuência prévia, o exame, o registro e a concessão de patente não se inserem na competência funcional e institucional da Agência. Cabe ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) analisar o preenchimento de condições de patenteabilidade de medicamentos. São diferentes áreas de atuação do Estado, que visam a garantir princípios e valores distintos: a segurança sanitária da população e a propriedade intelectual, respectivamente.

A relação entre as patentes farmacêuticas e a saúde pública não é propriamente harmônica. O fato é que o regime da propriedade intelectual tem avançado no sentido de ampliar, cada vez mais, os direitos dos detentores de tecnologia, o que tem comprometido, direta ou indiretamente, a consecução de políticas sociais. Exemplo disso são as recentes questões envolvendo o licenciamento compulsório de medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Programa Nacional de DST e Aids.

Assim, impor à Anvisa uma competência adicional, que não incumbe à área da saúde nem encontra respaldo em sua missão institucional de garantir a segurança sanitária de produtos e serviços, sendo que, ademais, a Agência não detém competência técnica, instrumentos e informações

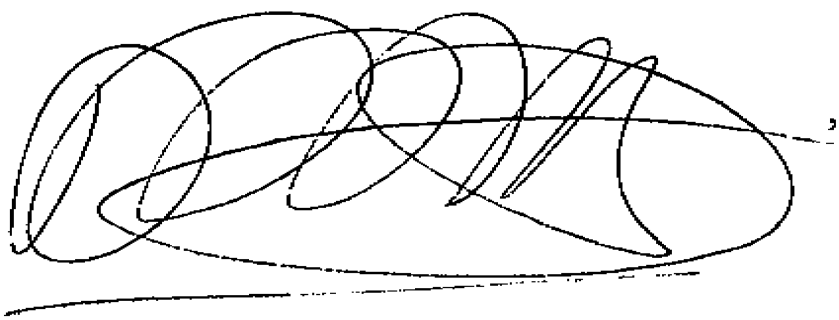
necessárias e tampouco pessoal especializado, representaria um perigoso desvio de finalidade para um órgão cujas atribuições ultrapassam em muito a sua atual estrutura. Ao invés de trazer benefício, verdadeiramente isso colocaria em risco a saúde da população, pois ainda que pudesse ser feito, seria em detrimento de atividades fins de exclusiva responsabilidade da Agência.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

PARECER
Nº 2.153, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009 (nº 1.033/2003, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, que tem por finalidade definir, como atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física; acidentes de trânsito; e acidentes de trabalho.

De acordo com o autor da proposta, a medida se faz necessária para dar maior efetividade ao preceituado no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal, que prevê o pagamento de adicional de remuneração para as atividades perigosas.

Na Casa de origem, o projeto sob exame foi objeto de deliberação e de aprovação, na forma de substitutivo, pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A proposição em discussão pretende redefinir a abrangência das atividades ou operações consideradas perigosas.

No mérito, consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho reconhece como atividades ou operações perigosas somente aquelas que impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos. A Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, estendeu o direito ao adicional ao empregado que exercer atividade em setor de energia elétrica em condições de periculosidade.

Ao incluir outras atividades passíveis de pagamento de adicional de periculosidade, percebe-se a preocupação da autora com os riscos a que se expõem diferentes categorias de trabalhadores, como os vigilantes, carteiros, empregados de empresas transportadoras de valores e outras profissões assemelhadas.

Assaltos, agressão física, sequestro relâmpago, tentativa de homicídio e ameaça de assassinato são alguns dos riscos relatados pelos funcionários dos Correios. Também os salva-vidas, os vigilantes, os vigias e os seguranças privados exercem suas atividades sob condições de risco, os três últimos, principalmente, por estarem sujeitos a disparos de armas de fogo.

Não assegurar o adicional de periculosidade a esses profissionais seria injusto, pois estaríamos tratando diferentemente trabalhadores expostos a riscos acentuados no exercício de suas funções.

Com a medida não se visa a privilegiar ou dar maiores ganhos salariais aos trabalhadores que desempenham suas funções em atividades perigosas, mas, sim, estimular a mudança de comportamento daqueles empregadores que, ao invés de buscar a prevenção ou a diminuição dos riscos inerentes a certas atividades, com a adoção constante de medidas inovadoras de segurança do trabalho, pouco ou nada fazem para preservar a integridade do trabalhador.

Não podemos deixar de enfatizar, porém, que o adicional de periculosidade é um mal necessário e, na sua essência, é sempre um instrumento desumano, não condizente com os princípios da Medicina do Trabalho.

Infelizmente, não raras vezes essa compensação monetária inibe a luta dos sindicatos e trabalhadores por melhores condições de trabalho, ao fazer com que considerável parcela deles acredite ser melhor obter um ganho imediato, pelo aumento da remuneração, e acabe por se acomodar aos riscos, deixando de reivindicar a implementação das normas de higiene e segurança do trabalho.

Todavia, a despeito do fato de que o adicional de periculosidade jamais será capaz de compensar a exposição da vida ao perigo, ele representa o respeito, o reconhecimento e a valorização daqueles profissionais que realizam atividades ou operações consideradas perigosas.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente, Presidente

Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin.

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 2009	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAULO PAIM	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) (RELATOR)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	**MAIORIA (PMDB E PP)**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) (PRESIDENTE)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 2009

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM) (PRESIDENTE)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 313/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para a caracterização das atividades ou operações perigosas", de autoria da Deputada Federal Vanessa Grazziotin.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.154, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, que *determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho,* é de autoria do eminente Senador MARCELO CRIVELLA.

Trata-se de proposição que tem por objetivo assegurar o direito à percepção de auxílio alimentação aos empregados de pessoas jurídicas prestadoras de serviços secundários, denominados de terceirizados, e que não estejam inscritas no Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril, de 1976.

O fornecimento do auxílio-alimentação ficará a cargo da empresa contratante, tomadora do serviço, exceto se expressamente previsto de forma diversa no contrato firmado entre ambas.

Na hipótese de substituição do auxílio-alimentação por refeição, deverá ser observado o valor mínimo calórico, suficiente à alimentação do trabalhador. Nos casos em que a empresa optar por fornecer ao empregado documentos de legitimação, tais como cartões eletrônicos, impressos, e outros, deverá ser garantido que o seu valor seja suficiente para atender as exigências nutricionais exigidas para este fim.

Estabelece também que o valor do auxílio-alimentação pago *in natura* não terá natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de contribuição

previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem configurando rendimento tributável do trabalhador.

Fixa, por derradeiro, por descumprimento às normas estatuídas sobre o auxílio-alimentação, multa de dez salários mínimos, que, em caso de reincidência, terá seu valor duplicado.

Na sua justificação, o eminente autor, argumenta que *esse problema atinge em grande parte aos trabalhadores de baixa renda, assim definidos como aqueles que recebem remuneração de até cinco salários mensais, conforme Portaria nº 03, de 1º de março de 2002, expedida pela Secretaria de Alimentação do Trabalhador e o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.*

Assevera também, que tal medida trará indiscutíveis resultados às empresas e seus empregados, a saber:

para o trabalhador:

- melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida;
- aumento de sua capacidade física;
- aumento de resistência à fadiga;
- aumento de resistência a doenças;
- redução de riscos de acidente do trabalho.

para as empresas:

- aumento da produtividade;
- maior integração entre trabalhador e empresa;
- redução do absenteísmo (atrasos e faltas)
- redução da rotatividade;
- isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida;
- incentivo fiscal (dedução de até quatro por cento no imposto de renda devido).

Com estes argumentos, o eminente autor postula a aprovação da presente proposição.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

O fornecimento obrigatório do auxílio-alimentação aos empregados de empresa prestadora de serviço terceirizado é o objetivo principal desta proposição.

Além disso, busca-se regulamentar a matéria de forma a garantir a sua efetividade, uma vez que os empregados terceirizados geralmente são os que desempenham atividades de maior esforço físico, como é o caso do setor de limpeza e conservação.

O incentivo fiscal autorizado pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, estimula as empresas a fornecerem alimentação ao trabalhador e, mesmo aquelas não alcançadas pelo benefício tributário, participam do PAT conscientes de sua responsabilidade social.

Não nos parece razoável que trabalhadores contratados de forma precária, para o exercício de atividades auxiliares e de natureza distinta da finalidade primordial da empresa, não possam ter acesso ao benefício alimentação.

Hoje, esses trabalhadores são bóias-frias urbanos, um contingente que cresce a cada ano, fruto da reorganização do trabalho no mundo capitalista, merecendo a atenção mais detida do Parlamento brasileiro.

O Senador MARCELO CRIVELLA teve a sensibilidade de fazer emergir uma realidade social pouco considerada nas nossas atribuladas tarefas legislativas, merecendo de todos nós a atenção e o reconhecimento devidos.

O Programa de Alimentação ao Trabalhador deve garantir prioritariamente a assistência ao trabalhador de baixa renda, nos termos do disposto na Lei nº 6.321, de 1976, ou seja para os trabalhadores que percebam até cinco salários mínimos, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991.

Atender aos trabalhadores de baixa renda deve ser a nossa prioridade, e com certeza eles se encontram neste estrato laboral.

Registre-se, por oportuno, que o Programa de Alimentação do Trabalhador garante incentivo fiscal às empresas, equivalente ao dobro das despesas comprovadamente realizadas com alimentação dos seus empregados, considerado o valor real efetivamente destinado a este programa.

Com esta medida estaríamos subsidiando a alimentação do trabalhador, sem onerar empresários, aumentando o investimento social, assegurando a saúde do trabalhador, e evitando despesas com benefícios previdenciários, como o auxílio-doença e os de natureza acidentária.

Assim, a partir desta extraordinária contribuição do Senador MARCELO CRIVELLA, temos a oportunidade de oferecer ao País um projeto de enorme alcance social.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA Ciarlini , Presidente
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 159 de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159 DE 2003	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAULO PAIM	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) (relator)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2003

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)			X		4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 307/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, que "Determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho.", de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976.

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

.....

DECRETO Nº 5, DE 14 DE JANEIRO DE 1991.

Regulamenta a Lei Nº 6.321, de 14 de abril de 1976, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador, revoga o Decreto nº 78.676, de 8 de novembro de 1976 e dá outras providências.

.....

Art. 2° Para os efeitos do art. 2° da Lei n° 6.321, de 14 de abril de 1976, os trabalhadores de renda mais elevada poderão ser incluídos no programa de alimentação, desde que esteja garantido o atendimento da totalidade dos trabalhadores contratados pela pessoa jurídica beneficiária que percebam até 5 (cinco) salários-mínimos .

§ 1º A participação do trabalhador fica limitada a 20% (vinte por cento) do custo direto da refeição. (Incluído pelo Decreto nº 349, de 1991)

§ 2º A quantificação do custo direto da refeição far-se-á conforme o período de execução do programa aprovado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, limitado ao máximo de 12 (doze) meses. (Incluído pelo Decreto nº 349, de 1991)

.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, que *determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho,* é de autoria do eminente Senador MARCELO CRIVELLA.

Trata-se de proposição que tem por objetivo assegurar aos empregados de pessoas jurídicas prestadoras de serviços secundários, denominados de terceirizados, e que não estejam inscritos no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, o direito a percepção de auxílio alimentação.

O fornecimento do auxílio-alimentação ficará a cargo da empresa contratante, tomadora do serviço, exceto se expressamente previsto de forma diversa no contrato firmado entre ambas.

Na hipótese de substituição do auxílio-alimentação por refeição, deverá ser observado o valor mínimo calórico, suficiente à alimentação do trabalhador, e nos casos em que a empresa optar por fornecer ao empregado documentos de legitimação, tais como cartões eletrônicos, impressos, e outros, deverá ser garantido que o seu valor seja suficiente para atender as exigências nutricionais exigidas para este fim.

Estabelece também que o valor do auxílio-alimentação pago *in natura* não terá natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem configurando rendimento tributável do trabalhador.

Fixa, por derradeiro, por descumprimento às normas estatuídas sobre o auxílio-alimentação, multa de dez salários mínimos, que, em caso de reincidência, terá seu valor duplicado.

Na sua justificação, o eminente autor, argumenta que *esse problema atinge em grande parte aos trabalhadores de baixa renda, assim definidos como aqueles que recebem remuneração de até cinco salários mensais, conforme Portaria nº 3, de 1º de março de 2002, expedida pela Secretaria de Alimentação do Trabalhador e o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho.*

Assevera também, que tal medida trará indiscutíveis resultados às empresas e seus empregados, a saber:

Para o trabalhador:

- melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida;
- aumento de sua capacidade física;
- aumento de resistência à fadiga;
- aumento de resistência a doenças;
- redução de riscos de acidente do trabalho.

Para as empresas:

- aumento da produtividade;
- maior integração entre trabalhador e empresa;
- redução do absenteísmo (atrasos e faltas)
- redução da rotatividade;
- isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida;

– incentivo fiscal (dedução de até quatro por cento no imposto de renda devido).

Com estes argumentos, o eminente autor protesta pela aprovação da proposição.

À proposição não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

O fornecimento obrigatório do auxílio-alimentação aos empregados de empresa prestadora de serviço terceirizado é o objetivo principal desta proposição.

Além disso, busca-se regulamentar a matéria de forma minuciosa, dispondo sobre aspectos técnicos que melhor seriam disciplinados pelo Poder Executivo, encarregado da gestão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

A faculdade que se pretende transformar em obrigação é outro item que necessita ser avaliado. Atualmente qualquer empresa prestadora de serviço terceirizado pode requerer sua inscrição no PAT e com isso prover o seu empregado com o auxílio-alimentação ou outra medida correspondente autorizada pelo programa.

O incentivo fiscal autorizado pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, estimula inúmeras empresas a fornecerem alimentação ao trabalhador, e mesmo aquelas não alcançadas pelo benefício tributário, participam do PAT conscientes de sua responsabilidade social.

Não nos parece razoável obrigar somente as empresas prestadoras de serviço terceirizado ao fornecimento deste benefício, o que a nosso ver configuraria evidente discriminação. Tal medida, levada a efeito,

poderia ensejar inusitada situação, onde o trabalhador terceirizado recebe o auxílio-alimentação e o empregado da empresa tomadora do serviço não tem este direito assegurado pelo seu empregador.

Por outro lado, o importante no Programa de Alimentação ao Trabalhador é garantir prioritariamente a assistência ao trabalhador de baixa renda, nos termos do disposto na Lei nº 6.321, de 1976, ou seja para os trabalhadores que percebam até 5 (cinco) salários mínimos, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991.

Atender aos trabalhadores de baixa renda deve ser a nossa prioridade, até porque muitas empresas prestadoras de serviços terceirizadas têm seus quadros funcionais constituídos por empregados com nível superior, com remuneração superior ao limite de cinco salários mínimos.

Para estes trabalhadores, a legislação atual assegura amparo, podendo a empresa se beneficiar também do benefício fiscal, desde que garanta o programa alimentar a todos os seus funcionários que percebam até cinco salários mínimos.

O ideal e mais adequado seria considerar o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT obrigatório a todos os trabalhadores brasileiros com renda até cinco salários mínimos indistintamente, mas tal medida prescindiria de estudos técnicos, além de avaliação sobre o impacto fiscal do programa nas contas públicas.

Assim, considerada a especificidade da proposição, destinada à um único segmento da atividade econômica, entendemos, sem embargo de eventual divergência, que o seu objeto ofende o princípio da isonomia, onde se assegura tratamento igual perante a lei para todas as empresas, inibindo a livre iniciativa e livre concorrência.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER
Nº 2.155, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado (nº 175, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp), que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005 que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de taxista.

Na sua parte substancial, a proposição estabelece:

1. a definição do profissional taxista como sendo aquele que, utilizando-se de veículo automotor próprio ou de terceiros, transporta passageiros e pequenas encomendas, mediante remuneração, dentro da área de atuação permitida;
2. o exercício da profissão quer como autônomo, quer como empregado e, ainda, como colaborador auxiliar;
3. os requisitos para o exercício profissional, tais como habilitação para conduzir veículo automotor, aprovação em curso de direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, utilização de veículo dentro dos padrões exigidos pela autoridade de trânsito e pela autoridade responsável pela permissão e, por fim, permissão ou alvará emitidos pelos órgãos competentes;
4. os deveres a serem observados pelos taxistas;

5. os direitos assegurados à categoria dos taxistas com vínculo empregatício: além dos previdenciários e trabalhistas, remuneração mínima mensal nunca inferior a três salários mínimos, participação nos resultados do trabalho desenvolvido (4% da renda auferida), repouso semanal de 36 horas, limite de tempo de trabalho, disponibilidade de doze horas e compensação de jornada de trabalho.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

> O trabalho dos motoristas de táxi não é devidamente reconhecido pela legislação nacional. Há um silêncio imperdoável quando se trata de conceder direitos específicos a esses profissionais, que são imprescindíveis para a vida nas cidades. Nos grandes centros urbanos, sobretudo, eles atuam com desenvoltura e facilitam a circulação. Oferecem, também, conforto e segurança aos passageiros, colocando, muitas vezes, a própria vida em risco para que o trabalho e o lazer dos cidadãos transcorram com a fluidez necessária. Não é possível, portanto, que a lei continue a desconsiderá-los.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A regulamentação do exercício de profissões, matéria na qual se insere a discriminação das atividades dos taxistas profissionais, pertence ao ramo do Direito do Trabalho. Inclui-se, em conseqüência, entre os temas de iniciativa comum, previstos no art. 61 da Carta Magna. O Congresso Nacional é competente para legislar sobre o assunto, nos termos do seu art. 48. Não há, pois, impedimentos constitucionais formais.

Foram respeitados também os princípios que regem a nossa legislação e não há conflitos de dispositivos do projeto com outras normas constitucionais e legais. Em relação ao aspecto regimental, também não temos reparos a fazer.

Muitos propõem a regulamentação das profissões via negocial, para os quais as regras e condições de trabalho de natureza profissional deveriam ser demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores desta idéia que seria improdutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

A despeito disso, não é demais enfatizar que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços. De 1943 para cá, o desenvolvimento nos campos econômico, cultural, social e demográfico ensejou relações sociais mais numerosas e complexas, o que fez surgir novas profissões para atender às novas necessidades individuais e coletivas.

Todavia, o poder do Estado de interferir em determinada atividade para limitar seu livre exercício só se justifica se o interesse público assim o exigir. Certamente que a exigência do interesse público não é pela especificação ou reserva de direitos para um determinado segmento econômico-profissional, mas sim pela imposição de deveres em favor dos consumidores de seus serviços que, se prestados por pessoas sem um mínimo de preparo técnico especializado, poderia acarretar sério dano social, com riscos à segurança, à integridade física, à saúde, à educação, ao patrimônio e ao bem-estar dos cidadãos.

Assim, devido às peculiaridades de algumas profissões e às exigências da coletividade, atendendo, portanto, ao interesse social, o legislador se propõe a regulamentá-las, tomando como base o tipo de atividade, o desgaste que ela produz e os riscos existentes no seu exercício para, desse modo, lhes conferir um tratamento adequado.

Nesse contexto, insere-se a regulamentação do exercício da profissão de taxista. Num mundo onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm sendo exigidas cada vez mais, esses profissionais devem ter habilitação especializada, pois o seu trabalho tem reflexos diretos não apenas sobre o desenvolvimento econômico, mas também sobre o bem-estar do cidadão.

O projeto é, portanto, meritório, pois se, de um lado, assegura um mínimo de direitos trabalhistas aos taxistas, de outro, deve proporcionar aos usuários de seus serviços maior segurança, conforto e profissionalismo.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº - CAS

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, o seguinte art. 5º, renumerando o artigo 5º para art. 6º:

> "Art. 5º Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional de motorista de táxi.
>
> Parágrafo único. A aposentadoria especial, calculada conforme o disposto no art. 57, §1º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será concedida aos profissionais de que trata esta Lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade por um período de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos."

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2009, com a Emenda nº 01 - CAS.

EMENDA Nº 1 – CAS

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, o seguinte art. 5º, renumerando o artigo 5º para art. 6º:

> "Art. 5º Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional de motorista de táxi.
>
> Parágrafo único. A aposentadoria especial, calculada conforme o disposto no art. 57, §1º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será concedida aos profissionais de que trata esta Lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade por um período de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos."

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 /11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAULO PAIM	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) (RELATOR)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA Nº 1 - CAS **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2005

Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de taxista, em todo o território nacional, observará as normas constantes desta Lei.

§ 1º Taxista é o profissional que, utilizando-se de veículo automotor próprio ou de terceiros, transporta passageiros e pequenas encomendas, mediante remuneração, para os locais demandados pelos clientes e dentro da área de atuação permitida.

§ 2º A atividade de taxista profissional pode ser exercida por trabalhadores autônomos, empregados ou colaboradores, assim definidos:

I – autônomo é a pessoa física, motorista e proprietário do veículo no qual trabalha, com permissão do órgão competente para o exercício da atividade;

II – empregado é a pessoa física, motorista contratado por empresa ou proprietário individual, com permissão do órgão competente para o exercício profissional;

III – colaborador auxiliar é a pessoa física, motorista que possui autorização para exercer a atividade profissional, nos termos da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974.

Art. 2º São requisitos para o exercício profissional dos taxistas:

I – habilitação para conduzir veículo automotor, de categoria B, C, D ou E, definidas no art. 143, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II – aprovação em curso de direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidades reconhecidas pela autoridade permissionária;

III – utilização de veículos com as características exigidas pela autoridade de trânsito e pela autoridade responsável pela permissão;

IV – permissão ou alvará concedido pelos órgãos municipais competentes.

Art. 3º São deveres do taxista profissional:

I – conhecer bem a área de sua atuação, com o intuito de identificar os trajetos regulares e alternativos para o bom desempenho do trabalho, buscando a melhor opção econômica para o passageiro e as opções mais seguras e livres de tráfego;

II – trajar-se adequadamente e portar-se com civilidade;

III – manter o veículo de transporte em boas condições mecânicas e elétricas de funcionamento e zelar pela sua limpeza;

IV – obedecer às normas de trânsito, respeitando os pedestres;

V – manter o taxímetro aferido pelo órgão competente.

Art. 4º Aos taxistas empregados são assegurados, sem prejuízo dos direitos previdenciários e trabalhistas definidos na legislação, quando compatíveis, os seguintes direitos:

I – remuneração mínima mensal não inferior a três salários mínimos;

II – participação nos resultados, não contabilizada na remuneração mínima e não inferior a 4% (quatro por cento) dos valores recebidos em pagamento pelos serviços de transporte efetivados;

III – repouso semanal remunerado com, no mínimo, trinta e seis horas de duração;

IV – em qualquer hipótese, o tempo de disponibilidade e de trabalho cumulados não ultrapassarão doze horas, salvo compensação de jornadas.

V – nas compensações de jornada, cada período de trabalho e de disponibilidade ininterruptos serão compensados com, no mínimo, o dobro do tempo de descanso, computando-se o período de repouso semanal;

Art. 5º Considera-se prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, a atividade profissional de motorista de táxi.

Parágrafo único. A aposentadoria especial, calculada conforme o disposto no art. 57, §1º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, será concedida aos profissionais de que trata esta Lei, desde que comprovem o exercício continuado dessa atividade por um período de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI, Presidente

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 301/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, com a Emenda 1 – CAS de 2009, que "Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.", de autoria do Senador Valdir Raupp.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Subseção IV
Da Aposentadoria Especial

~~Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao segurado que tiver trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.~~

~~§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto na Seção III deste capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de 85% (oitenta e cinco por cento) do salário-de-benefício, mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.~~

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

PARECER
Nº 2.156, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2005, de autoria do eminente Senador DEMÓSTENES TORRES, que tem por finalidade alterar a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para permitir que o trabalhador com idade igual ou superior 65 anos possa movimentar sua conta vinculada.

Na sua justificação, o autor da proposição argumenta *que o trabalhador ao completar 70 anos de idade pode sacar os recursos que estejam acumulados em sua conta junto ao FGTS. Ocorre que essa idade é muito elevada para o padrão brasileiro, em que a expectativa de vida corresponde a 71,59 anos. Ou seja, o trabalhador que consegue atingir 70 anos de idade saca seu FGTS, mas tem, em média, menos de dois anos para usufruir dos recursos. Isso não é justo. Afinal, os recursos lhe pertencem.*

Trata-se, portanto, de matéria relevante para o trabalhador brasileiro, optante do FGTS, e está a merecer especial atenção no âmbito desta Comissão.

À proposição, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A alteração do limite de idade para movimentação da conta vinculada do FGTS insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade.

A legislação atual sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estabelece hipóteses em que a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada, dentre elas quando o trabalhador completar setenta anos de idade.

Reduzir esse limite de 70 para 65 anos é o objetivo da proposição.

O Congresso Nacional, ainda no ano de 2003, aprovou a Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, assegurando às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos direitos específicos, a partir deste limite de idade.

Natural, portanto, que a legislação vá se adaptando em todas as áreas, alcançando e beneficiando maior número de brasileiros.

Na hipótese em discussão optou-se por um meio termo, pois o FGTS constitui-se em principal fundo financiador de ações governamentais nas áreas de habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Assim, a opção por uma transição gradativa, que se inicia agora com uma redução de 5 anos no limite de idade, assegura estabilidade ao FGTS, sem afetar seu equilíbrio financeiro, considerado os financiamentos pactuados.

No mérito, importante ressaltar que de 1980 a 2003, a expectativa de vida do brasileiro cresceu 8,8 anos, o equivalente a 7,9 anos para os homens e mais 9,5 anos para as mulheres, mas somente agora, no ano 2000, a expectativa de vida do brasileiro do sexo masculino alcançou 70 anos, chegando a 71,5 no ano de 2003.

Manter o limite de idade em setenta anos, significa negar acesso a um direito social assegurado ao trabalhador pela Constituição Brasileira, razão pela qual é meritória a iniciativa legislativa.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador Paulo Paim, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2006	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	**MAIORIA (PMDB E PP)**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322 de 2006

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PC do B,) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PC do B,) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES(PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PY)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5-IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
PMDB, PP TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PMDB, PP SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 6º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI - DEM
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF nº 298/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada", de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.157, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências.

RELATOR: Senador **JOÃO DURVAL**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 620, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que tem por finalidade dar nova regulamentação ao exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária.

A proposição em tela atualiza a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979, que presentemente normatiza a matéria. Para tanto, dispõe sobre os seguintes tópicos:

- a definição legal de Técnico em Prótese Dentária (art. 3º);
- a exigência de habilitação profissional (art. 4º, I) e a permissão para o exercício da profissão com diploma expedido por escola estrangeira (art. 4º, II);
- o elenco de competências (art. 6º) e de vedações (art. 7º); e
- a atribuição de competência aos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia para fins de inscrição e registro do profissional e de fiscalização da atividade (arts. 5º, 8º, 9º e 10).

Por fim, estabelece que a lei em que o projeto se converter entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei nº 6.710, de 1979.

A intenção do projeto de lei é modernizar a regulamentação dessa profissão, vez que, frente aos avanços tecnológicos ocorridos no setor, e passados quase vinte anos da edição da norma vigente, tornou-se obsoleta a legislação sobre o tema

O projeto não foi objeto de emenda.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais pronunciar-se sobre a matéria do presente projeto de lei.

Nesse sentido, a questão meritória repousa sobre a necessidade de alterar a regulamentação do exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária.

Cabe ressaltar, inicialmente, que o exercício dessa profissão já é regulado pela Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979, e pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971.

Porém, esses instrumentos legais, além de apresentarem importantes omissões, tornaram-se anacrônicos, haja vista a dinâmica técnico-científica a que a área odontológica está submetida e o intenso processo de mudança e superação tecnológica do setor.

Posto que regulamentar significa impor limites, ordenar competências, atribuições e fixar responsabilidades, o projeto sob análise repara omissões da legislação em vigor, tais como a ausência de definição legal e do escopo de competências do Técnico em Prótese Dentária.

Por outro lado, suprimem-se da regulamentação alguns pontos polêmicos, que estão em desacordo com a opinião majoritária da categoria, tais como a obrigatoriedade de apresentação de prova de quitação do imposto sindical para obtenção de cédula de identidade profissional e a proibição ao técnico de prótese dentária de fazer publicidade de seus serviços.

Esclareça-se, por derradeiro, que não há o que questionar quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Roseana Sarney, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 620 de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR JOÃO DURVAL	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL (relator)	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 620, DE 2007

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO Nº 68.704, DE 3 DE JUNHO DE 1971.

Regulamenta a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 293/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências.", de autoria do Senador Álvaro Dias.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECERES
Nºs 2.158, E 2.159, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.*

PARECER Nº 2.158, DE 2009
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATORA: Senadora **LÚCIA VÂNIA**

I – RELATÓRIO

Sob análise nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, acima ementado, de autoria da Senadora Marisa Serrano, vazado em dois artigos, que altera a legislação de regência do seguro-desemprego para estender, em dois meses, a duração do benefício para os trabalhadores em situação de desemprego que sejam pais, mães ou responsáveis legais de criança portadora de deficiência.

A autora justifica a proposição argumentando que esses trabalhadores têm maiores dificuldades de recolocação no mercado de trabalho, pois, além de buscar um novo emprego, têm que atender às necessidades especiais do filho deficiente, tais como consultas médicas e tratamentos continuados.

A autora da iniciativa aponta ainda que, em média, um empregado com experiência leva seis meses para encontrar um posto de trabalho, situação que pode se agravar ainda mais se se considerar que a escassez de empregos e a crescente exigência do mercado torna necessária, também, a freqüência a cursos de requalificação profissional.

Assim, conclui, para os que têm sob sua guarda uma criança portadora de deficiência, esse prazo será, inescapavelmente, maior.

O projeto foi distribuído para a Comissão de Assuntos Sociais e para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo àquela a decisão terminativa.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõem o art. 58, § 2º, I da Constituição Federal e art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa, no âmbito do Direito do Trabalho, está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais.

No mérito, de fato, assiste razão à autora. A lei deve realizar o princípio constitucional da igualdade, fazendo com que, no caso sob análise, se dê condições jurídicas que possibilitem aos que têm maiores dificuldades a oportunidade de competir pelo tão sonhado emprego da maneira mais equânime possível.

É também de se reconhecer a grande carga que se coloca sobre aqueles que têm sob seus cuidados portadores de necessidades especiais.

Entendo, entretanto, que a redação do § 6°, nos termos do projeto, pode ser melhorada para que não restem dúvidas que a dilação somente será deferida para os trabalhadores que tenham sob sua guarda e responsabilidade, não só crianças, mas qualquer parente que seja incapaz, ou relativamente incapaz, portador de deficiência, nos termos definidos no art. do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), porque, objetivamente, estão submetidos às mesmas condições e limitações objetivas. Essa a razão da emenda que a seguir apresento.

III – VOTO

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 668, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao § 6º do art. 2º, nos termos do PLS nº 668, de 2007, a seguinte redação:

"**Art. 2º**.....

.....

§ 6º Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda ou responsabilidade, pessoa incapaz, ou relativamente incapaz, com deficiência, o período máximo estabelecido no *caput* é de sete meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. (NR)"

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/06/2008, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS	**1 – SERYS SLHESSARENKO**
FÁTIMA CLEIDE	**2 – EDUARDO SUPLICY**
PAULO PAIM (PRESIDENTE)	**3 – (VAGO)**
PATRÍCIA SABOYA GOMES	**4 – IDELI SALVATTI**
INÁCIO ARRUDA	**5 – MARCELO CRIVELLA**
JOSÉ NERY(vaga cedida ao PSOL)	
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	**1 – MÃO SANTA**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	**2 – ROMERO JUCÁ**
PAULO DUQUE	**3 – ROSEANA SARNEY**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**4 – VALTER PEREIRA**
GEOVANI BORGES	**5 – JARBAS VASCONCELOS**
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
CÉSAR BORGES	**1 – (VAGO)**
ELISEU RESENDE	**2 – HERÁCLITO FORTES**
ROMEU TUMA	**3 – JAYME CAMPOS**
GILBERTO GOELLNER	**4 – VIRGÍNIO DE CARVALHO**
ARTHUR VIRGÍLIO	**5 – MÁRIO COUTO**
CÍCERO LUCENA	**6 – LÚCIA VÂNIA** (RELATORA)
MAGNO MALTA	**7 – PAPALÉO PAES**
PTB	
	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	

PARECER Nº 2.159, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da nobre Senadora Marisa Serrano. A medida prevê a inclusão de § 6º no art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, e tem por finalidade dilatar, para até sete meses, o período de percepção do seguro-desemprego para os trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

Ao justificar sua iniciativa, a autora alega que esses trabalhadores, "quando em situação de desemprego, vivem a angústia de terem que atender às necessidades especiais do filho deficiente, como consultas médicas freqüentes e outros tratamentos continuados e, ao mesmo tempo, procurar uma nova colocação de trabalho".

Destaca, também, que o desempregado, ainda que tenha experiência profissional "leva em média seis meses para ser recolocado no mercado de trabalho". Registra, ainda, que esse prazo pode ser excedido, se houver necessidade de frequentar cursos de requalificação profissional para assumir novos postos de trabalho.

O projeto foi analisado na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa – CDH, que o aprovou com emenda, para estender a dilatação do seguro-desemprego aos trabalhadores que tenham sob sua guarda e responsabilidade, não só crianças, mas qualquer pessoa que seja incapaz, ou relativamente incapaz, com deficiência.

Nesta CAS, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A matéria que se pretende disciplinar, ampliação do prazo de concessão do seguro-desemprego para desempregados responsáveis por pessoas com deficiência, refere-se à previdência pública e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Com relação à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria, estando, portanto, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Também em relação ao mérito do projeto nossa posição é favorável. O cuidado e a atenção dispensados às pessoas com deficiência vêm sendo, cada vez mais, objeto de medidas de apoio prático e iniciativas legislativas.

Há uma imensa rede de apoio que, se não consegue atender a todos, pelo menos diminui o sofrimento, melhora a qualidade de vida e, muitas vezes, recupera para o trabalho aqueles que, com deficiência, precisam de uma atenção especial.

Precisamos de políticas públicas abrangentes que beneficiem, também, aqueles que convivem diariamente com essas pessoas e são diretamente responsáveis pelo seu bem-estar e inserção na sociedade. E o seguro-desemprego representa um fator inegável de política social voltada para a reinserção e qualificação do trabalhador desempregado.

A proposição em análise pretende facilitar esse processo, na medida em que os desempregados, nas condições específicas citadas, terão mais tranquilidade e mais disponibilidade de tempo para conseguir a requalificação e o emprego desejados.

Trata-se, portanto, de iniciativa louvável e de grande alcance social, com reflexos altamente positivos tanto para os trabalhadores, quanto para as pessoas com deficiência, que deles tanto dependem.

Em relação à emenda aprovada na CDH vislumbramos algumas impropriedades técnicas. Em primeiro lugar, o uso da expressão "pessoa incapaz ou relativamente incapaz" pode ampliar em demasia o número de beneficiários. Também julgamos necessária a substituição da expressão "portadora de deficiência" por "com deficiência", que é mais adequada aos termos utilizados na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.

Finalmente, o acréscimo de dois meses no prazo do seguro-desemprego é mais adequado do que a fixação desse prazo em sete meses, já que o número de mensalidade de concessão do seguro-desemprego é variável (de três a cinco), nos termos da legislação que se pretende alterar.

Somos, então, pela rejeição da emenda da CDH e a adoção de outras duas emendas que corrijam as impropriedades apontadas.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao texto da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, a seguinte redação:

"Acrescenta § 6º ao art 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais por pessoas com deficiência e dá outras providências."

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao § 6º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

'Art. 2º .....

.....

§ 6º Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda ou responsabilidade pessoa com deficiência, o período máximo estabelecido no *caput* é acrescido de dois meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação.' (NR)".

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, com a Emenda nº 2 e nº 3 – CAS.

EMENDA Nº 2 - CAS

Dê-se ao texto da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, a seguinte redação:

"Acrescenta §6º ao art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais por pessoas com deficiência e dá outras providências."

EMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se ao §6º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

'Art. 2º .....

.....

§ 6º Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda ou responsabilidade pessoa com deficiência, o período máximo estabelecido no *caput* é acrescido de dois meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação." (NR)

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668 DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATORA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)(Relatora)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) (presidente)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668 DE 2007

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: *O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)*

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO **EMENDAS Nº 02 a 08 - CAS PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668 DE 2007**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 668, DE 2007

Acrescenta § 6º ao art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais por pessoas com deficiência e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"**Art. 2º** .....

.....

§ 6º Se o trabalhador desempregado tiver sob sua guarda ou responsabilidade pessoa com deficiência, o período máximo estabelecido no *caput* é acrescido de dois meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, contados da data da dispensa que originou a primeira habilitação. ' (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009

Senadora ROSALBA CIARLINI, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 292/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, com as Emendas nº1 – CAS de 2009 e nº 2 – CAS de 2009, que "Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência", de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame de mérito e emissão de parecer, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, de autoria da nobre Senadora MARISA SERRANO.

A proposição inclui o § 6º no art. 2 da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, com o propósito de estender o período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência.

Em sua justificação, a autora do projeto afirma que a medida se faz necessária porque, nas famílias em que um dos membros é portador de deficiência física ou mental grave, exige-se dos pais ou responsáveis dedicação integral. Dessa forma, justifica-se a dilação do período do seguro-desemprego para os trabalhadores que são pais ou responsáveis legais de portadores de deficiência.

A proposição foi apresentada no dia 22 de novembro de 2007, sendo distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CDH, o projeto recebeu parecer pela aprovação, com emenda que acrescentou a situação de guarda e substituiu a palavra "criança" do projeto original pela expressão "pessoa incapaz, ou

relativamente incapaz", de forma a tornar o benefício mais amplo e inclusivo. Assim, de acordo com o relatório aprovado na CDH, serão contemplados trabalhadores que tenham sob sua guarda e responsabilidade não só crianças, mas qualquer parente portador de deficiência que seja incapaz, ou relativamente incapaz.

A proposição não foi objeto de emendas nesta Comissão.

II – ANÁLISE

No que respeita à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem o projeto.

No que se refere ao mérito da matéria, é importante destacar que o seguro-desemprego configura um dos mais importantes instrumentos de proteção do trabalhador formal, contribuindo, também, para a proteção da própria economia do País.

Embora tenha sido criado em 1986, foi com a Constituição de 1988, que consagrou o direito à proteção social do trabalhador em situação de desemprego involuntário, que o seguro-desemprego teve seus níveis de cobertura ampliados.

Ao tempo em que contribui para preservar a qualidade de vida do trabalhador e de sua família no período em que permanece desempregado, o seguro-desemprego funciona como mecanismo de transferência de renda que atua na preservação dos níveis de consumo e, conseqüentemente, das condições para o desenvolvimento econômico.

É um instrumento que precisa ser aperfeiçoado, sem que chegue a configurar um desestímulo a que o trabalhador procure nova inserção no mercado de trabalho. A proposição legislativa que ora examinamos trata de uma das situações em que, por sua excepcionalidade, encontra-se plenamente justificada a dilação do prazo de percepção do benefício.

Não há dúvida de que o tempo médio de desemprego de um trabalhador que tem, sob sua responsabilidade, pessoa com deficiência é

substancialmente maior, como maiores também são suas necessidades econômicas. A proposição sob exame, portanto, certamente contribuirá para amenizar as dificuldades por que passam esses trabalhadores.

Cumpre, ademais, reconhecer o caráter meritório da alteração aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que nos antecedeu no exame da matéria. De fato, não há razão para que a proposição deixe de ter seu escopo ampliado, compreendendo, também, aqueles que mantêm sob sua guarda ou responsabilidade pessoa com deficiência incapaz ou relativamente incapaz, ainda que não seja criança. Trata-se, portanto, de relevante aperfeiçoamento da proposição.

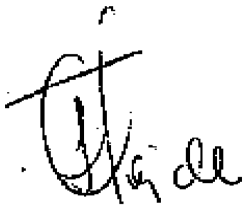
Nesse sentido, o projeto é, quanto ao mérito, oportuno.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, com a emenda aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relatora

PARECER
Nº 2.160, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.

RELATOR: Senador **MÃO SANTA**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges. A iniciativa fixa o piso salarial dos médicos e dos cirurgiões-dentistas em sete mil reais mensais.

Também prevê o reajuste anual desse valor de referência pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Fixa, ainda, a jornada de trabalho para médicos e cirurgiões-dentistas em quatro horas diárias ou vinte horas semanais.

O autor destaca que o art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que estabeleceu em três salários mínimos o valor do piso salarial de médicos e dentistas, não foi recepcionado pela Carta Magna atual, que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Cita a Súmula Vinculante nº 4, do Supremo Tribunal Federal, que é expressa nesse sentido.

Da justificação consta também que o art. 7º, inciso V, da Constituição Federal prevê "piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho". Isso, por si só, justificaria a fixação de piso salarial por meio de lei. O autor registra, ainda, que o valor utilizado representa a atualização daquele fixado em 1961.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Analisando os dispositivos constantes da proposta, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria – fixação de piso salarial e jornada de trabalho – está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual são citadas as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições necessárias para o exercício de profissões.

No mérito, a iniciativa representa o resgate de algumas garantias mínimas para o exercício profissional de médicos e cirurgiões-dentistas, principalmente a fixação de um piso salarial mínimo. Na prática, sabemos que a remuneração desses profissionais é até maior, principalmente no que se refere aos médicos, em áreas do interior nas quais a presença deles é mais rara e as condições de trabalho não são nada atraentes.

No concernente à jornada de trabalho, há até uma flexibilização, já que a legislação anterior previa jornada mínima de duas e máxima de quatro horas. Realmente, dadas as crescentes dificuldades de trânsito e deslocamento dos médicos e cirurgiões-dentistas de um posto de trabalho para outro, uma jornada mínima de duas horas acaba sendo prejudicial aos próprios profissionais. Ademais, muitos procedimentos médicos e odontológicos podem exigir um tempo maior do que duas horas, entre os preparativos e o término da intervenção.

A atualização dos valores do piso salarial também nos parece plenamente válida e necessária. O tempo de tramitação das proposições legislativas exige que elas tenham durabilidade, o que poupa trabalho e permite o planejamento do futuro.

Finalmente, cabe registrar que qualquer valor de piso salarial inferior representaria, para essas categorias profissionais, um tratamento indigno e desrespeitoso com trabalhadores que levam anos para conseguir uma formação decente e precisam de constante atualização científica, para garantir a todos os cidadãos um atendimento condizente com a dignidade humana.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, na forma do texto proposto pelo nobre Senador Gilvam Borges.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Roseana Sarney, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 140 de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2009	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/11/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR MÃO SANTA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	**MAIORIA (PMDB E PP)**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2009

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 302/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2° do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado n° 140, de 2009, que "Altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.", de autoria do Senador Gilvam Borges.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.161, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, "que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações", para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 157, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que institui calendários de vacinação diferenciados para pessoas com necessidades imunoterápicas especiais.

O projeto de lei constitui-se de apenas dois artigos. O primeiro acrescenta dispositivo à Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, a fim de que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) estabeleça calendários diferenciados de vacinação para as pessoas com baixa resistência imunológica ou que necessitem de esquema especial de imunizações. O segundo – cláusula de vigência – fixa prazo de 180 dias para a lei entrar em vigor.

Na justificação, a autora sustenta a premência da adoção de calendário de vacinações diferenciado, de caráter duradouro ou permanente, para portadores de deficiência imunológica ou de necessidades especiais de imunização, já que o esquema vigente no Sistema Único de Saúde (SUS) – com base nos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE) – é adequado tão somente nos casos em que a necessidade imunoterápica diferenciada é circunstancial.

O projeto de lei veio encaminhado a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão em caráter terminativo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 157, de 2009.

II – ANÁLISE

Com sustentáculo no art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, entre outros temas.

Nesse sentido caminha o projeto de lei sob análise, que visa aprimorar o PNI, por meio da proteção da saúde de pessoas com condições ou doenças que acarretam, de forma duradoura ou permanente, deficiência imunológica ou necessidades especiais de imunização, tais como a Síndrome de Down, a infecção pelo vírus HIV e a anemia falciforme.

O PNI tem o objetivo de controlar, eliminar e erradicar doenças imunopreveníveis, mediante ações sistemáticas de vacinação da população. Criado no início da década de 1970, o programa é amplamente reconhecido por sua efetividade, com destaque para a erradicação da febre amarela urbana, da varíola e da poliomielite, em todo o território nacional.

De acordo com o Ministério da Saúde, o PNI aplicou mais de duzentos milhões de doses de imunobiológicos – termo genérico que designa vacinas, imunoglobulinas e soros – apenas no ano de 2008. São cerca de vinte e cinco mil salas de vacinação e quatro dezenas de centros de referência de imunobiológicos especiais espalhados pelo País. No ano de 2007, o volume de recursos financeiros despendidos foi da ordem de 800 milhões de reais.

Atualmente, a população-alvo do PNI não é mais constituída apenas por crianças, como acontecia nos primórdios do Programa, tampouco por pessoas ditas saudáveis. Por essa razão existem os CRIEs, que atendem indivíduos portadores de quadros clínicos especiais, tais como suscetibilidade aumentada às doenças ou risco de complicações para si ou para outros. Porém, essa estrutura ainda não é suficiente para maximizar o desempenho do programa nesse aspecto.

Por esse motivo, a intenção da proposta sob análise é meritória, haja vista ela contribuir para a racionalização das ações do nosso sistema público de Saúde e do PNI.

Aparte esse mérito inquestionável, há outras virtudes no PLS nº 157, de 2009. Ao dispor sobre o PNI, diferentemente de outras proposições que tramitam no Congresso Nacional, o PLS em tela não pretende ampliar ou modificar o rol de vacinas oferecidas à população em geral, ou a segmentos populacionais específicos, pelo SUS. É fato que a determinação de quais imunobiológicos devem compor o PNI não é da competência do Congresso Nacional, pois não cabe ao Poder Legislativo ser o agente dessas escolhas de caráter estritamente técnico.

Vistas pelo aspecto legal, as ações de vacinação no País estão embasadas em um arcabouço normativo composto de uma lei – que cria o PNI –, um decreto que a regulamenta e uma portaria do Ministério da Saúde que institui os calendários de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso.

Acertadamente, o projeto de lei em tela também não pretende imiscuir-se de forma indevida nessa estrutura normativa, nem legislar sobre aspectos do Programa que não são matéria de lei ou que são próprios de espécie normativa infralegal. Ao contrário, busca garantir às pessoas com necessidades imunoterápicas especiais um esquema de vacinação específico, permanente e organizado, sem adentrar na seara exclusiva do Poder Executivo.

Por fim, não há óbices no que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição em comento.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 157 de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157 DE 2009	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAPALÉO PAES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PP)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2009

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PT) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PT) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 11 / 2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131, § 3º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 305/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, que "Altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.", de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECERES
Nºs 2.162 E 2.163, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória.* (Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008).

PARECER
Nº 2.162, DE 2009

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

Em virtude do Requerimento nº 1.658, de 2008, aprovado pela Mesa do Senado Federal em 12 de fevereiro de 2009, retornam a esta Comissão, para análise conjunta, em caráter terminativo, os Projetos de Lei do Senado (PLSs) nºs 30, de 2008, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória*, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e 421, de 2008, que *altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional*, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

O PLS nº 30, de 2008, aumenta o período mínimo de cumprimento da pena privativa da liberdade para efeito de progressão de regime no caso de condenação por crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo. Para tanto, modifica o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, denominada *Lei dos Crimes Hediondos*.

Mais precisamente, a proposta exige o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena, se o apenado for primário, e de 4/5 (quatro quintos), se reincidente.

Na justificação, a autora é muito clara e objetiva quanto à finalidade da proposta:

> A Lei dos Crimes Hediondos foi alterada através da Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, determinando o cumprimento inicial da pena em regime fechado, permitindo a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados, ao condenado que cumprir 2/5 da pena.
>
> Quando da tramitação da proposição que originou a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, o relator da matéria, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), após intensas negociações com a base governista, que insistia em manter o prazo de 1/3 para progressão do regime, conseguiu modificar o prazo para progressão de regime prisional para 2/5 da pena (40%), se o apenado for primário, e de 3/5 (60%), se reincidente.

> Com o presente projeto pretendo retomar a discussão e elevar o período de manutenção, em regime fechado, de presos considerados pela Justiça perigosos para a sociedade.
>
> Assim, propõe para crimes hediondos, o cumprimento de dois terços (2/3) da pena (66%) para progressão de regime prisional, se o apenado for primário, e de quatro quintos (4/5) da pena (80%) para reincidentes.

Por sua vez, o PLS nº 421, de 2008, é mais abrangente.

Assim como o PLS nº 30, de 2008, altera o prazo mínimo de cumprimento de pena para efeito de progressão de regime, que seria de 1/3 da pena para o apenado primário e de 2/3 para o reincidente. Ademais, promove duas outras alterações:

> a) no art. 112 da lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal – LEP), para prescrever que a progressão para o regime menos rigoroso, no caso de crimes que não são classificados como hediondos, dependerá do cumprimento de um quarto da pena imposta, em vez de um sexto, como previsto hoje na lei; além disso, prevê que a progressão deverá ser precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário, bem como das atualmente já exigidas manifestações do Ministério Público e do defensor.
>
> b) no art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal – CP), para estabelecer como requisito à concessão do livramento condicional o cumprimento de mais da metade da pena, em substituição ao atual limite mínimo de 1/3 (um terço), além de vedar o privilégio aos reincidentes na prática de todo e qualquer crime doloso, em vez de apenas na de crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo, consoante a forma vigente da lei.

O autor defende o enrijecimento dos requisitos para progressão de regime, para que "a pena fixada na sentença não seja desfigurada na fase de execução". Ademais, considera que a avaliação da Comissão Técnica de Classificação é um recurso que fornece elementos mais precisos sobre a personalidade e periculosidade do agente.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – ANÁLISE

A matéria circunscreve-se ao campo da competência da União para legislar sobre direito penal e normas gerais de direito penitenciário, nos termos dos arts. 22, I, e 24, I e § 1º, da Constituição Federal (CF).

Antes de avaliar o mérito das propostas em relação à progressão de regime, registro que a redação original do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, proibia a progressão entre regimes penitenciários na hipótese de crimes hediondos e condutas constitucionalmente equiparadas (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o dispositivo que determinava o cumprimento integral da pena no regime fechado. Consulte-se, a propósito, o julgamento do *Habeas Corpus* nº 82.959/SP, ocorrido em 23 de fevereiro de 2006. A aludida decisão, é bom que se diga, não foi unânime. Ficaram vencidos os Ministros Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Celso de Mello e Nelson Jobim. Não é difícil concluir, portanto, que houve uma significativa divisão no tribunal.

Posteriormente, como resposta à decisão daquela Corte, sobreveio a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, fixando as frações de 2/5 (dois quintos), se primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente, no cumprimento mínimo da pena para efeito de progressão, em se tratando de crimes hediondos e condutas constitucionalmente equiparadas.

Esse, portanto, o contexto normativo que justificou a apresentação do PLS nº 30, de 2008. A autora insurge-se contra os parâmetros fixados na supramencionada lei, por entendê-los insuficientes. Já o PLS nº 421, de 2008, equivoca-se ao pretender tornar mais rígida a progressão, pois, na verdade, atenua a situação do condenado primário, que passaria a ter que cumprir não mais 2/5 da pena, mas apenas 1/3, como requisito para a progressão para regime mais brando. Para o reincidente, há um pequeno enrijecimento no requisito temporal: em vez de 3/5, haveria de cumprir 2/3 da pena no regime anterior, para fazer jus à progressão.

Do meu ponto de vista, os parâmetros atuais são muito baixos, considerando a gravidade objetiva dos crimes previstos no *caput* do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990. As novas frações propostas se ajustam melhor à necessidade de prevenção e repressão dos crimes hediondos, como exige nossa sociedade.

Por outro lado, não se pode argumentar que a proposta feriria o princípio da individualização da pena, pois remanesce a possibilidade de que o condenado venha a cumprir uma parcela da pena em regime mais benéfico, dependendo de seu comportamento. Logo, também sob o aspecto material, não vislumbro óbice constitucional à aprovação da proposta.

O PLS nº 30, de 2008, atende ao reclamo da sociedade, que não entende por que um criminoso que mata, estupra ou sequestra deve ficar apenas 40% da pena no regime fechado. A modificação legislativa desse projeto, em

relação aos requisitos temporais para a progressão de regime, nesse ponto, é preferível à do PLS nº 421, de 2008, que é pouco significativa.

O PLS nº 421, de 2008, vai além, endurecendo a resposta penal também aos condenados por crimes que fogem a essa classificação e, também, impondo condições mais duras para a concessão do livramento condicional, que seria vedado ao reincidente na prática de crime doloso.

Cabe, entretanto, fazer reparos no *caput* do art. 112 da LEP e em seu parágrafo único. Primeiro para aumentar de 1/4 para 1/3 o período mínimo de cumprimento da pena para progressão de regime, como proposto pelo PLS nº 421, de 2008. Proponho, também, alteração do § 1º para excluir a menção ao defensor, visto que, na fase de execução da sentença, não há mais que se falar em acusação ou defesa, sendo certo que o Ministério Público, aqui, atua não como parte, mas como fiscal da execução penal, e ainda para adequá-lo ao texto do PLS nº 190, de 2007, aprovado, em 14/10/2009, por esta CCJ.

Sugiro alterar a redação dos §§ 1º e 2º, do art. 2º da Lei 8.072, de 1990 para prever que ao pequeno traficante seja possível a progressão de regime após o cumprimento de apenas 1/3 da pena.

Proponho também que a contagem do tempo de cumprimento da pena para a progressão do regime semi-aberto para o aberto, nos crimes hediondos e nos a ele equiparados, seja feita à partir da pena restante.

Finalmente, em atendimento a preceito regimental (art. 260, II, b), considero que deve ser aprovado o PLS nº 30, de 2008, por se tratar de proposição mais antiga. Entretanto, embora seja formalmente tido por prejudicado, o PLS nº 421, de 2008, por dispor sobre a matéria de modo mais amplo, é aproveitado na redação do substitutivo proposto.

III – VOTO

Por tudo exposto, opino pela **prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, com aproveitamento das modificações legislativas de que trata, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 30, de 2008, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30 (SUBSTITUTIVO), DE 2008

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar mais rigorosas a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 112 *da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de* Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 112.** A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido, no regime anterior, ao menos um terço da pena imposta e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.

§ 1º A decisão sobre progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público e, ainda, do exame criminológico, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou cometido mediante violência ou grave ameaça e no caso de reincidência. (NR)"

..... (NR)"

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** .....

.....

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado, admitida a progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de pelo menos metade dela, se o preso for primário, ou de dois

terços, se reincidente, e, posteriormente, para o regime aberto, após o cumprimento de, pelo menos, um terço da pena restante, segundo o mérito do condenado.

§ 2º Para o condenado primário, de bons antecedentes, não dado à prática de crime nem integrante de organização criminosa e que, na sentença penal condenatória pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, houverem sido consideradas a seu favor a sua personalidade e conduta social, bem como a natureza e a quantidade da substância ou do produto, dar-se-á a progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) da pena, mantidas as demais condições previstas no § 1º deste artigo.

..... (NR)"

Art. 3º O art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § segundo e renumerado seu parágrafo único para § 1º:

"Art. 83 .....

I – cumprida mais da metade da pena;

II – cumprida mais de 2/3 (dois terços) da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de drogas ou terrorismo;

.....

V – não seja reincidente em crime doloso.

..... (NR)"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Substitutivo aprovado ao

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 30 **DE** 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 11 / 2009 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Júnior	
RELATOR: Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SUKORSKI	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 28/10/2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 30, DE 2008

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE					2 - AUGUSTO BOTELHO	X			
EDUARDO SUPLICY	X				3 - MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INÁCIO ARRUDA	X			
IDELI SALVATTI					5 - CÉSAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 - MARINA SILVA (PV)				
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JUCÁ	X			
ALMEIDA LIMA					2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X				4 - LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES	X				2 - ADELMIR SANTANA	X			
OSVALDO SOBRINHO	X				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL					4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PMDB/DF)					5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1 - GIM ARGELLO	X			
TITULAR - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 20 SIM: 19 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 11 / 2009

Senador

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 1º, do RISF)

UACC/2009/comissão/Votação nominal.doc (atualizado em 29/10/2009).

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2008, EM TURNO SUPLEMENTAR, PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDA CCJ - ` 2009
SUBSTITUTIVO AO PLS Nº 30, de 2008

Art. 1º Acresça o art. 3º ao Substitutivo do PLS 30, de 2008, para alterar a redação do § 4º do art. 33 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2003.

Art. 3º O § 4º do art. 33 da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4o Nos delitos definidos no caput e no § 1o deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, podendo ser substituídas por penas restritivas de direitos, a critério do juiz, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é facultar (e não obrigar) ao juiz a substituição da pena de reclusão por penas alternativas quando o agente for primário, de bons antecedentes, não se dedique às ações criminosas e nem integre organização criminosa.

Com isso, em alguns casos, o juiz, a seu critério, pode evitar que aquele agente que cometeu um crime de pequena proporção entre em contato com presos mais perigosos no ambiente prisional e lá seja aliciado para por organizações criminosas.

Sala da Comissão,

Senador Romero Jucá

Altera o art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para tornar mais rigorosas a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Suprima-se no art. 1º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a alteração do § 1º do art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. .

JUSTIFICATIVA

A redação atual do § 1º do art. 112 da Lei 7.210/84 diz que a decisão judicial que conceder a progressão para regime menos rigoroso será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

Com a aprovação do substitutivo, este importante dispositivo irá desaparecer da Lei de Execução Penal, o que deve ser imediatamente corrigido.

Para aproveitar a idéia contida no substitutivo, apresento outra emenda que contempla a intenção do autor com algumas modificações que entendo ser relevantes.

Portanto, a presente emenda visa apenas manter a atual redação do § 1º do art. 112 da Lei de Execução Penal para manter a obrigatoriedade da decisão fundamentada precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB / SE

Altera o art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

Art. 1º Acresça no art. 1º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a seguinte redação para os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984.

§ 2º A decisão sobre progressão do regime fechado para o semi-aberto será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público e, ainda, do exame criminológico, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça. (NR)

§ 3º O juiz poderá, em decisão fundamentada, dispensar a realização do exame criminológico para os casos previstos no parágrafo anterior.

§ 4º A progressão para regime menos rigoroso será condicionada ao monitoramento eletrônico do apenado, desde que haja disponibilidade de recursos para sua realização, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça.

§ 5º O juiz poderá, em decisão fundamentada, exigir a realização de exame criminológico e o monitoramento eletrônico para os demais casos."

JUSTIFICATIVA

As alterações sugeridas no art. 112 da Lei de Execução Penal visam dar mais instrumentos para o juiz subsidiar sua decisão sobre a progressão entre os regimes penitenciários, principalmente nos casos de crimes hediondos ou daqueles cometidos com violência ou grave ameaça.

Sendo assim, fica restabelecida a necessidade de exame criminológico para progressão do regime fechado para o semi-aberto aos crimes mais graves, facultando ao juiz, em decisão fundamentada, dispensar sua realização. Para a concessão do benefício legal, também será condicionado o monitoramento eletrônico do apenado, desde que haja condições técnicas para isso.

Nos demais casos, será facultado ao juiz, também em decisão fundamentada, determinar a realização do exame criminológico e do monitoramento eletrônico.

Desta forma, pretende-se canalizar os esforços do sistema para um melhor acompanhamento dos apenados de maior periculosidade.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB / SE

Altera o art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional e dá outras providências.

Art. 1º Suprima-se, no art. 2º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a alteração do § 1º do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990.

JUSTIFICATIVA

O texto apresentado no substitutivo restringe ainda mais a possibilidade de progressão entre os regimes penitenciários para os autores de crimes hediondos. Ocorre que esta restrição pode esbarrar em vício de inconstitucionalidade por inviabilizar o direito à individualização da pena.

Sendo assim, entendo que o dispositivo deve ser suprimido, ressaltando que foi apresentada outra emenda ao projeto para restabelecer o exame criminológico e determinar o monitoramento eletrônico nos casos de crimes hediondos ou nos casos de reincidência de crimes cometidos com violência ou grave ameaça.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB / SE

Altera o art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para tornar mais rigorosas a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional e dá outras providências.

Art. 1º Suprima-se o art. 3º do Substitutivo do PLS 30, de 2008.

JUSTIFICATIVA

O substitutivo restringe ainda mais a possibilidade do livramento condicional previsto no Código Penal, tanto para os crimes comuns, quanto para os crimes hediondos.

Entendo que o dispositivo deve ser suprimido, ressaltando que foi apresentada outra emenda ao projeto para restabelecer o exame criminológico e determinar o monitoramento eletrônico nos casos de crimes hediondos ou nos casos de reincidência de crimes cometidos com violência ou grave ameaça. Essa emenda ainda dispõe que o juiz pode exigir, nos demais casos, a realização do monitoramento e do exame criminológico.

Ou seja, o juiz terá outros instrumentos para controlar as ações dos presos beneficiados com o livramento condicional ao invés de mantê-los encarcerados.

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
PSB / SE

PARECER
Nº 2.163, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA sobre emendas ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, em turno suplementar.

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item 01 da pauta. Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 30/2008. *"Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 90, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória."* Autoria Senadora Kátia Abreu. Relatoria Senador Demóstenes Torres.

Transfiro a Presidência ao Senador Antonio Carlos Júnior para que eu possa relatar as emendas apresentadas.

[*troca de presidência*]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, relator do projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Conforme combinado com o Governo, eu aceito todas as emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Romero Jucá, exceto uma.

Como é que fica redigido? O texto final fica: *"A progressão mínima para crimes não hediondos passa de um sexto para um terço"*. Mantém-se a progressão hoje do crime hediondo em dois quintos para primário e três quintos para reincidente, mas vem o exame criminológico, de forma obrigatória, e também o monitoramento eletrônico de forma obrigatória.

O juiz, para dispensar o exame criminológico tem que dizer por que quer dispensá-lo. E basicamente é isso.

E o monitoramento foi apresentado por sugestão do Senador Aloizio Mercadante, que tem o trabalho importante nesse sentido e me parece correto. Ou seja, o juiz, ao decidir pela progressão de crime hediondo, se assim o decidir, o preso sairá monitorado. E fica condicionado, é claro, às condições do Estado comprar essa aparelhagem, que é muito mais barata do que, efetivamente, colocar um policial para acompanhar o preso o dia todo.

Basta lembrar também que esse projeto, nós consultamos inclusive o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o considerou adequado. Ou seja, não ampliar a progressão para crime hediondo, desde que houvesse tanto o monitoramento eletrônico quando da progressão e também o exame criminológico. Porque, na prática, o exame criminológico, se comprovar que o preso é perigoso, ele não sairá da cadeia, embora tenha cumprido aquele lapso de 2/5 ou 3/5, previsto atualmente na lei.

O único parecer contrário é para o art. 3º, que... Onde diz o seguinte: "*Nos delitos definidos no 'caput' do § 1º desse art.*", quais são os delitos? Crimes hediondos e reincidentes em crimes praticados com violência ou grave ameaça, mesmo que não seja hediondos, "*As penas poderão ser reduzidas de 1/6 a 2/3 podendo ser substituídas por penas restritivas de direito, a critério do juiz, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas, nem integre a organização criminosa*".

O que é isso? O Governo abre a possibilidade para se dar pena alternativa para o pequeno traficante.

Isso eu sou completamente contra. O projeto original que eu apresento já dá ao juiz uma possibilidade de tratar o pequeno traficante de forma diferente. Qual é a possibilidade? O juiz pode dar uma progressão de 1/3 para o pequeno traficante; 1/3. Lembrando que a progressão é hoje de 2/5 se for primário e 3/5 se for reincidente.

Agora, pena alternativa para pequeno traficante não dá. Eu faço coro, acho que muitos já disseram, mas o jornal *O Globo*, num editorial da semana passada, foi preciso ao contestar essa possibilidade. Por quê? Porque o grande traficante, o membro do crime organizado, passará a utilizar do pequeno traficante ainda que ele não seja membro do crime organizado, com o intuito de que essa tarefa fique com aquele que terá possibilidade de receber pena alternativa.

Então, a questão da droga é muito grave. Em nenhum lugar do mundo há pena alternativa para pequeno traficante, e eu me coloco inteiramente contra pena alternativa para pequeno traficante.

No resto, faço entendimento com o Governo, aplaudo a iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, que encontrou uma solução brilhante para quando houver a progressão do regime fechado para o semiaberto, que é o monitoramento eletrônico, aliás, posição que ele vem defendendo há muito tempo.

Então, em síntese, é essa a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Lembrando que o projeto original é da Senadora Kátia Abreu. Se não chegamos até onde a Senadora queria, nós demos um passo decisivo ao estabelecermos uma progressão diferenciada, ao estabelecermos a volta do exame criminológico, ao estabelecermos o monitoramento eletrônico e, na minha opinião, nós devemos aqui repudiar a possibilidade de que o pequeno traficante tenha pena alternativa.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, pela ordem, como autora do projeto. Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu me inscrevo também, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pode me inscrever aí, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Arthur Virgílio.

Coloco em discussão as emendas. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Senador Demóstenes por esse caminho que nós construímos. Acho que é um grande avanço.

A iniciativa da Senadora Kátia Abreu é meritória e acho que o projeto ficou bem desenhado com esse... Com esses aperfeiçoamentos. Por quê? Porque nós estamos estabelecendo o regime, o exame criminológico para a progressão do regime fechado para o regime aberto, no caso de crime hediondo ou de criminosos que praticaram crimes de forma repetitiva. Então, é necessário esse cuidado. Isso é um instrumento da sociedade e dá, portanto, uma prerrogativa ao juiz, a quem decide, de ter uma avaliação mais cuidadosa.

Se nós estendêssemos o exame criminológico para todo o sistema, 500 mil presos, nós inviabilizaríamos a qualidade que esse exame deve ter e o papel que ele deve cumprir, que eu acho que está muito bem definido.

Além disso, eu insisto, a principal segurança da sociedade estará no monitoramento eletrônico. Por quê? Porque mesmo que seja um preso de bom comportamento, mesmo que seja um preso que tenha total atenção e seja comprovado pelo exame criminológico, o preso que tenha o desejo de se restabelecer na sociedade, o que é que acontece? As organizações criminosas, muitas vezes, impõem a esses presos um comportamento fora do presídio.

Como nós vimos recentemente, inclusive, presos que tem dívida dentro do presídio entregando a irmã, a mulher, o que mostra um nível de controle que essas organizações têm sobre o sistema prisional.

Então, o monitoramento eletrônico dará ao juiz e à sociedade total garantia. Porque aquele preso não vai poder ser pressionado pela quadrilha para praticar qualquer crime. Não. Ele vai se restabelecer na sociedade e durante um período ele estará sendo monitorado, o que é uma forma moderna, inteligente, exitosa a nível internacional.

Além do fato que no caso da prisão temporária, nós poderíamos evitar o regime. Hoje, na realidade muitos presos estão presos porque o juiz não tem segurança de deixar ele em casa, na prisão domiciliar. Com o monitoramento, teria essa condição.

O Brasil precisa avançar com o monitoramento. Vai dar mais segurança, vai preservar os presos de bom comportamento, aqueles que merecem ter progressão, e dará total garantia à sociedade.

Eu quero terminar dizendo que nós precisamos, de fato, dessa mudança de critério, mais rigor na progressão de pena, aonde tem que ter mais rigor, exame criminológico onde deve ter o exame criminológico e o monitoramento eletrônico, que me parece um instrumento indispensável e que nós deveríamos adotar nessa circunstância.

Então, quero parabenizar o Senador Demóstenes pelo aperfeiçoamento e depois votaremos... Acho que só tem uma emenda, no momento oportuno.

Mas, quero parabenizar, acho que chegamos a um bom entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, louváveis os argumentos e as ações nesse sentido adotadas pelo Senador Mercadante e pelo Senador Demóstenes, que termina dando a forma final.

O que mexe com a tranquilidade dos brasileiros é uma coisa muito simples. Os brasileiros não aceitam, por exemplo, que o assassino, os assassinos de Tim Lopes, e estou citando um caso que comoveu a todos por se tratar de um repórter conhecido, mas isso acontece todos os dias nas favelas, nas periferias dominadas pelos traficantes, não pode se repetir.

Eu estava lendo outro dia que talvez o soltassem. E nós sabemos que ele é ideologicamente... O assassino dele, o que ordenou, que comandou, é ideologicamente um assassino, ele é ideologicamente um bandido. Ele não tem recuperação, ele não tem a menor perspectiva de recuperação.

E nós sabemos inclusive mais, que nas regras da bandidagem, diferentemente daquele homem que comete um crime passional, ou da mulher que comete um crime passional e quer purgar seu pecado, quer purgar sua culpa, sua pena, e se reintegrar à sociedade, aquele que é vinculado a esses Comandos Vermelhos, Terceiro Comando, aquele que é convictamente bandido, ele quando é beneficiado por uma saída de Natal, uma saída de Ano Novo, ele... A razão de 100% deles, ele não volta à prisão.

Seria uma *capitis diminutio* para um bandido desse quilate, Senador Lobão, retornar à prisão. Ele não retorna. Quem retorna é aquele que está arrependido do crime que cometeu, aquele que o exame criminológico detectará se ele é capaz ou não de se regenerar. Esse retorna à prisão, esse retorna à prisão e... Para depois sair definitivamente.

O outro, não. O outro imediatamente volta para a disputa pela boca de droga que ele havia perdido com a sua própria prisão, ou volta para se integrar ao grupo se o grupo for dominante naquela, naquela determinada comunidade.

Em outras palavras, nós estamos dando uma satisfação à sociedade brasileira. É o que se espera dessa Comissão de Justiça, que V. Exa. tem presidido com muita percuciência mesmo, com muita clarividência. Estamos dando uma satisfação, porque todas as tentativas de separar quem é recuperável de quem não é, são válidas. E toda dureza com quem não é recuperável, é válido, mais do que nunca.

Senador Jereissati presidiu uma subcomissão que, se não me engano, foi integrada por V. Exa. aqui, no começo desse nosso mandato, 2003. Eu assisti algumas sessões. Uma delas me impressionou até hoje. Por quê? Diziam que 10% da população americana estavam encarcerados; mais, que separavam os crimes de pequena monta ou de monta diferente, do estupro, do latrocínio, desse crime qualificado, separavam nos presídios. Não era o mesmo presídio.

O presídio barra pesada era o presídio barra pesada e com todas aquelas regras de dureza que se vê nos filmes e que aqui eu percebi que tinha muito pé na realidade daquele país, 10% encarcerados.

Tem injustiça social nisso? Tem. A maioria negros, a maioria de mexicanos, a maioria de porto-riquenhos, enfim, de latinos... Isso é uma verdade também. E americanos. Agora, o fato é que a lei tinha que ser dura mesmo com quem cometesse aqueles crimes da gravidade que aqui acabei de relatar.

No Brasil, nós começamos por misturar quem cometeu um pequeno crime matriculando-o numa universidade para que ele aprenda com os irrecuperáveis a cometer outros crimes, muitas vezes sendo obrigado a assumir crimes de terceiros para não morrer, muitas vezes sendo obrigado a dizer que foi ele o assassino do fulano de tal na guerra pelo mando da prisão, porque senão ele é assassinado por uma dessas facções que rivaliza com a outra. É um problema.

Nós deveríamos hoje, se estamos falando do apagão que vai ter que ser... Que vai ter que ser muito bem explicado pelo Governo, o apagão energético, nós temos há muito tempo o apagão de segurança no país. E esse apagão de segurança, ele tem que ter, a meu ver, um sistema nacional presidido, liderado pelo Presidente da República, presidido por ele, os governadores fazendo o grosso da repressão, os prefeitos e governadores e Presidente da República trabalhando políticas sociais, políticas públicas que levem, que a presença do Estado às comunidades abandonadas, a Justiça não se fazendo ausente, ao contrário, estando lá presente para disputar palmo a palmo o coração das pessoas com os traficantes, porque senão a Justiça vira a Justiça do tráfico.

Nós temos, portanto, que fazer a nossa parte. A nossa parte é legislar. E legislar no sentido pragmático, correto, justo, que é esse apontado por V. Exa. e ainda há pouco muito bem aqui manifestado pelo Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, nós estamos prontos para colaborar com essa votação tão relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de dizer ao relator, Senador Demóstenes Torres, que estou muito contente com o seu relatório. Mostrou, mais uma vez, o seu conhecimento, a sua presteza, o seu conhecimento na área da Justiça.

E é exatamente isso que faz com que o Senado se complemente. É exatamente as especialidades dos Senadores que vêm contribuir com a intenção de alguns que não tenham o conhecimento profundo como V. Exa. tem nesta área.

Quando eu fiz, escrevi esse Projeto de Lei, protocolei nesta Casa, foi porque tinha acontecido no Tocantins a libertação de quase 70 presos de crimes hediondos que tinham cumprido a pena mínima para a prescrição. E isso causou uma revolta em todo o Estado do Tocantins, e principalmente às mães, às famílias do meu estado, que ficaram inconformadas de ver tanta injustiça, em que pese o juiz do meu estado apenas cumprir uma lei.

Então, achei que para diminuir essa indignação, que era mais do que justa, nós precisávamos apertar o cerco para esses criminosos, quando protocolamos o projeto aqui nessa comissão e que V. Exa. foi o relator.

Então, quero dizer que estou muito feliz com o aprimoramento que V. Exa. fez, com os avanços aqui alcançados e, para resumir, já que a CCJ é uma das comissões mais ouvidas no Brasil, mais assistidas no Brasil e também no meu estado, em suma, o que lá no meu estado causou indignação um preso de crime hediondo condenado a 30 anos de prisão, cinco anos depois ele poderia estar no regime semiaberto.

Com as alterações de V. Exa., esse mesmo criminoso que tem uma pena de 30 anos, vai ter que cumprir dez anos primeiro, para poder ser avaliado se ele vai para o crime (sic) semiaberto ou não.

Então, acho que esse é um resumo, dentre outros avanços que teve na relatoria de V. Exa., acho que esse é um que merece destaque e também a pena para pequenos traficantes, que sai da pena alternativa para uma pena de regime fechado.

E eu quero parabenizar a todos os senadores e pedir o apoiamento e a aprovação desse projeto da maior importância para o Brasil.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, duas propostas sobre progressão entre regimes penitenciários e concessão de livramento condicional foram apresentadas a esta Comissão. A primeira, no ano de 2008, da Senadora Kátia Abreu.

Em seguida, no mesmo ano, para complementar a proposta da Senadora Kátia Abreu, apresentei uma outra que trata da criação de uma comissão técnica de classificação, que daria parecer sobre a progressão, que teria direito o preso e a instituição do exame criminológico, como também a necessidade de manter a manifestação do Ministério Público e do defensor do preso.

O Senador Demóstenes Torres, ao estudar as duas propostas, apresentou um substitutivo rejeitando a minha, e ele tem toda razão, não pelo fato de não ser meritória, mas porque a da Senadora Kátia Abreu é mais antiga, foi apresentada em fevereiro, e eu apresentei no mês de novembro, do mesmo ano.

No, entretanto, o Senador Demóstenes Torres, que é um estudioso de todas as matérias relacionadas com o crime organizado, ele aprovou todas essas ideias consubstanciadas no meu projeto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E eu quero agradecer a V. Exa.. Porque na realidade--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, na sessão anterior eu aludi bastante ao nome de V. Exa. que contribuiu sobremaneira para que esse substitutivo pudesse ser construído.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas eu quero... Deixar... Não posso deixar de reconhecer que quem levantou primeiro essa questão da progressão entre regime penitenciário aqui foi a Senadora Kátia Abreu. Depois estudei o assunto e verifiquei que ela tinha razão, mas que haveria necessidade de uma complementação.

Aliás, a esse respeito, Sr. Presidente, me permita, que na justificação do projeto, eu disse mais ou menos o seguinte: "*Sendo assim, propomos elevar as frações de modo que a pena fixada na sentença não seja desfigurada na fase de execução.*

Como sustenta acertadamente Alexandre Magno Fernandes Moreira, de que aproveitamos muitas ideias na formulação do presente Projeto de Lei, considerando os dois institutos, progressão de regime e remissão, o tempo de pena efetivamente cumprido em penitenciária torna-se desproporcionalmente curto em comparação com o total da pena aplicada pela sentença.

Esse percentual é uma das causas de descrédito no sistema penitenciário, pois em quase todos os casos concretos a pena imposta na sentença torna-se simplesmente um mito".

Então, eu propus que a progressão se daria no cumprimento de 1/3 da pena imposta na sentença se o apenado for primário, e de 2/3 se reincidente.

Mas o nobre relator, ele propôs um período, vamos dizer assim, intermediário, que é a própria lei atualmente existente, de dois terços se for primário e de um terço se for reincidente, com o que eu concordo com S.Exa., o Senador Demóstenes Torres, porque, de fato, Sr. Presidente, crime de terrorismo, crimes hediondos como estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado, tráfico de entorpecentes, tortura, são crimes que a sociedade... Todos os crimes são condenáveis, mas esses crimes a sociedade repudia veementemente.

Então, é preciso se dar um tratamento específico, um tratamento especial, o que esta lei, o que esse novo projeto do Senador Demóstenes Torres está agora dando uma configuração exigida pela sociedade. Isto é, os regimes fechado, semiaberto e aberto terão uma progressão, se o réu for primário, de 2/5. Ou seja, alguém que seja condenado, por exemplo, a dez anos, a dez anos, quatro anos depois que ele passar no regime fechado, ele passará para o regime semiaberto, quatro anos depois o preso poderá passar do semiaberto para o aberto.

Isto é, a lei é mantida, mas com a exigência de que haja o exame criminológico, que foi uma sugestão do nosso projeto, e que haja o monitoramento eletrônico, sugestão do Senador Aloizio Mercadante.

Por isso, Sr. Presidente, voto favorável, elogiando a proposta do Senador Demóstenes Torres, porque eu tenho certeza que com ela se estabeleceu um consenso na comissão.

Parabenizando também a primeira iniciativa que foi tomada nessa Comissão pela Senadora Kátia Abreu, secundada, naturalmente, por mim e pelo Senador Demóstenes Torres.

Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Senadora Kátia Abreu, Mercadante.

Eu acho que nós demos um passo enorme para dificultar a ação dos criminosos que têm tanto benefício na Lei de Execuções Penais e na legislação normal.

Eu acredito que o tráfico de drogas, Senador Demóstenes, nós não podemos deixar... Viu, Senador Demóstenes, não podemos deixar de ver uma figuração importante.

Existe o crime...

Não, só queria terminar. Desculpa, não quero interromper, talvez...

Mas é que existe o crime organizado do tráfico de drogas. É a principal organização criminosa que hoje milita no Brasil, em vários estados, e a denúncia do próprio Senador Tasso Jereissati quando denunciou o uso do *crack* indiscriminado na sua cidade.

Mas nós não podemos esquecer, Senador José Agripino, Presidente, que o poder econômico do tráfico de drogas insere todos aqueles que participam. Quer como usuário, como o pequeno traficante ou o grande traficante. Porque é o poder econômico que a gente tem que discutir também, como inviabilizar que ele cresça para ter o poder de corrupção e toda aquela decorrência do poder do tráfico de drogas.

Então, a organização criminosa funciona em razão do poder do dinheiro que ela tem. Quando o Presidente americano acusava os outros países de serem os causadores do tráfico de drogas e teve dois policiais americanos que foram mortos por traficantes, por usuários, ele disse: "Nós não podemos lavar as mãos, porque elas estão também sujas de sangue".

O usuário, o dólar é o causador do crescimento do tráfico de drogas e da organização criminosa. Então, toda a infraestrutura do usuário, do pequeno traficante e do grande traficante tem que ser analisada, sim. Tem que ter o poder da Justiça, sim.

Não adianta a gente querer aliviar todo mundo porque aí vai criar, sem dúvida nenhuma, o Demóstenes tem toda razão, quando a gente começa a isolar determinados parceiros do tráfico em que não deve ser punido.

Nós temos a última lei que queriam descriminalizar e há proposta nesse sentido, que eu sou completamente contra a descriminalização do uso de maconha ou de qualquer outro tipo de droga. Acho que é um atraso, uma coisa que nós vamos arrombar uma porta para evitar que o crime cresça.

E eu queria dizer, Senador Demóstenes, que eu fui o primeiro a trazer o monitoramento eletrônico a esta Casa, da Tribuna, quando eu consegui do governo... Da polícia americana, um exemplar e trouxe aqui da importância desse monitoramento.

Então, eu acho que esse projeto engloba uma série de segmentos que V. Exa. tão brilhantemente apresentou aqui, que começa a resolver o problema da subcomissão, que acho que provavelmente o Senador Tasso Jereissati vai concordar comigo, que a importância da discussão que ultimamente tem sido feita nesta comissão sob a Presidência de V. Exa. dispensa qualquer subcomissão.

Porque ela abrange um leque muito grande para se discutir aqui. Não tem que passar anteriormente para a gente depois discutir e depois voltar à discussão, Senador Tasso Jereissati. Estou dizendo que a nossa Subcomissão tem que ter uma participação ativa aqui. Ela não precisa mais ter reunião para discutir, porque estou vendo na pauta da Câmara todos os projetos da nossa pauta. E V. Exa. tem conduzido com prioridade.

Não sei se vale a pena ficar... Uma subcomissão para trazer, depois um relatório... Se nós já estamos aprovando uma série de projetos. Ficar pendurado só no dele, que a gente tem que discutir com mais profundidade.

Desculpa eu dar essa ideia aqui, Presidente, mas parabéns ao senhor, ao Mercadante, a Kátia Abreu.

Kátia Abreu, parabéns! Nossa futura Presidente da República.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Está belíssima hoje.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está bonita de amarelo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada. É amarelo esperança.

Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem um minutinho, Sr. Presidente, por favor. É muito importante para o Brasil, muito importante para essa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Agora, há 20 minutos atrás, encerrou a sessão de votação no Tribunal de Justiça do Pará aonde a CNA pediu a intervenção federal para que houvesse o cumprimento das reintegrações de posse no Pará.

E os desembargadores do Pará, por 21 votos a favor e um contra, aprovou a intervenção federal no Estado do Pará, em função do não cumprimento pela Governadora do Estado das reintegrações de posse.

Agora o processo segue para o Supremo Tribunal Federal e que automaticamente o relator é o Presidente do CNJ, o Ministro Presidente Gilmar Mendes. É uma vitória para a segurança jurídica deste país, é uma vitória não dos produtores apenas do Sul do Pará, mas uma vitória da Justiça, uma vitória das pessoas de bem.

E eu quero aqui parabenizar aos desembargadores por não terem abandonado os seus representados, por terem feito valer a justiça e fazer valer a ordem no Estado que se transformou num verdadeiro ringue de bangue-bangue, de cenas explícitas de terror.

Parabéns ao Pará, parabéns ao Tribunal de Justiça, e eu tenho certeza absoluta que no Supremo Tribunal Federal deverá ser referendado essa questão tão importante para o país.

Muito obrigada Senador Tuma pelos reportes ao nosso relatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Flexa, eu vou fazer a votação nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei breve. Serei breve É só pelo... Anunciado pela Senadora Kátia Abreu.

Eu quero, como paraense, lamentar. Lamentar o fato do estado ter chegado à situação de desgoverno que levou o Tribunal de Justiça do Estado do Pará a aprovar a intervenção no Estado pelo não cumprimento de ordens judiciais pela Governadora Ana Júlia Carepa, por 21 a 1.

O escore deixa claro de que não houve dúvida pelos desembargadores.

Eu vou fazer um pronunciamento hoje, lamentando, porque o Estado do Pará é um estado ordeiro, o povo do Pará é ordeiro e trabalhador. Mas, nós precisamos realmente fazer valer o direito de propriedade, fazer valer a Constituição Brasileira e do nosso estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): [interrupção no áudio] Senador Valter Pereira, eu lhe dou a palavra logo em seguida. Vamos votar.

Então, vamos... Vamos fazer a votação nominal.

Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Bom, espera aí. Só um esclarecimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na Emenda 01 tem parecer contrário. Quem vota com o relator vota não. As demais serão votadas em globo.

Então, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Promotor.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ela é autora. Senador Demóstenes Torres, voto conhecido. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sabendo da forma com que age e trabalha o relator, voto com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator, Sr. Presidente, cumprimentando a autora do projeto, Kátia Abreu, Senador Mercadante e Senador Demóstenes, que acharam uma solução razoável e prudente, no caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o chefe de polícia de Goiás.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Concluiu. Bom, a emenda foi rejeitada e agora vamos proceder a votação das demais emendas em globo.

Parecer favorável. Quem vota com o relator vota sim.

Senador Aloizio Mercadante. Agora são as emendas de parecer favorável. Inclusive a de V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com as emendas, evidentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então vota sim?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora Kátia Abreu é autora. Senador Demóstenes Torres. Voto conhecido, relator. Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

Sem votar?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de fazer um registro aqui importante. Esta sessão aqui hoje está contando com a presença de dois Vereadores da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Vereador Celso Bandeira e Vereador Abel Lemes, que vieram especificamente para participar e para assistir esta votação.

Isso eu quero registrar com bastante relevo, porque trata-se de dois parlamentares que tem demonstrado especial atenção para a questão da segurança pública.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Sobre a matéria ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem depois.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela matéria. Senador Demóstenes, eu acho que nós fizemos um importante entendimento, é um grande avanço.

No entanto, há uma questão que no meu ponto de vista não ficou bem equacionada com a emenda apresentada pelo Governo, e que, mas que nós teremos que enfrentar de outra forma.

Há uma zona muito frágil, uma zona cinzenta entre o usuário, que do meu ponto de vista precisa de políticas de saúde pública, de acompanhamento, de atendimento, e o traficante, o pequeno traficante.

Quer dizer, aquele que não tem antecedentes, aquele que é primário, aquele que está envolvido pelo vício. Como é que nós vamos tratar essa questão? E, sinceramente, não acho que jogar nos presídios como eles estão, um primário, sem antecedentes, que não tem nenhuma potência ofensiva, vá resolver.

Nós precisamos tratar esses dois assuntos. Acho que a emenda não resolve, porque como se referia ao capítulo do tráfico, abria realmente essa confusão do pequeno traficante, que não é o que nós queremos resolver.

Nós queremos tratar do usuário, diferenciar. O Presidente da Associação de Magistrados do Brasil solicitou inclusive que isso fosse feito, desse ao juiz a possibilidade de tratar... Em geral é pobre, desfavorecido, sem defesa, primário, sem antecedentes, que não faz parte da organização criminosa e que foi envolvido pelo vício. Que essas pessoas o juiz possa encaminhar de uma outra forma para um tratamento, uma pena alternativa.

Então, eu acho que merece voltar esse tema de uma outra forma que não é como está no Capítulo 33, não é a solução que foi apresentada.

Portanto, fiquei com o relatório, mas procurarei, o Senador Valter Pereira também sensibilizado por esse tema, buscar uma solução. Tentar avançar nessa direção.

Mas parabenizo, acho que foi um grande avanço que nós fizemos hoje aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos discutir oportunamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Somente para um esclarecimento, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só um esclarecimento: foram apresentadas quantas emendas?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi apresentada uma emenda global... As Emendas 01, 02 e 04 foram votadas em... E 05, foram votadas em globo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Só a 01 que foi votada em separado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, veja, eu apresentei a Emenda 02, 03, 04 e 05.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Todas foram aprovadas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Todas foram aprovadas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Exceto a 01.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A 01 que foi da autoria do Senador Romero Jucá. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu já ia esclarecer. A Emenda 01 foi rejeitada e as demais emendas foram aprovadas.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, durante a discussão em Turno Suplementar, rejeita a Emenda nº 1 e aprova o Substitutivo oferecido ao PLS nº 30, de 2008, e as Emendas nº 2 a 5 ao Substitutivo, que são respectivamente renumeradas como Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, abaixo transcritas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Art. 1º Suprima-se no art. 1º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a alteração do § 1º do art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Art. 1º Acresça no art. 1º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a seguinte redação para os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 112 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984:

"§ 2º A decisão sobre progressão do regime fechado para o semi-aberto será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público e, ainda, do exame criminológico, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça. (NR)

§ 3º O juiz poderá, em decisão fundamentada, dispensar a realização do exame criminológico para os casos previstos no parágrafo anterior.

§ 4º A progressão para regime menos rigoroso será condicionada ao monitoramento eletrônico do apenado, desde que haja disponibilidade de recursos para sua realização, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça.

§ 5º O juiz poderá, em decisão fundamentada, exigir a realização de exame criminológico e o monitoramento eletrônico para os demais casos."

EMENDA Nº 3 – CCJ

Art. 1º Suprima-se, no art. 2º do Substitutivo do PLS 30, de 2008, a alteração do § 1º do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Art. 1º Suprima-se o art. 3º do Substitutivo do PLS 30, de 2008.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2009

Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**, Presidente da CCJ (em exercício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 30 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Júnior (Presidente em exercício)	
RELATOR: Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/11/2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 30 , DE 2008

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 – RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 – AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3 – MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 – INÁCIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI					5 – CÉSAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 – MARINA SILVA (PV)				
TITULARES – PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 – ROMERO JUCÁ				
ALMEIDA LIMA					2 – RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES					3 – GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 – LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 – VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU	X				1 – EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR)	X				2 – ADELMIR SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO	X				3 – RAIMUNDO COLOMBO	X			
MARCO MACIEL	X				4 – JOSÉ AGRIPINO	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PRES.)					5 – ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 – EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 – MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 – ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 – FLEXA RIBEIRO				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 – GIM ARGELLO				
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 – FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 18 **SIM:** 17 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE** A

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 11 / 2009

Senador
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 5º, do RISF)
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/11/2009).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 30 , DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 – RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE		X			2 – AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY		X			3 – MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES		X			4 – INÁCIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI					5 – CÉSAR BORGES		X		
JOÃO PEDRO					6 – MARINA SILVA (PV)				
TITULARES – PMDB e PP	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB e PP**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PEDRO SIMON		X			1 – ROMERO JUCÁ (AUSENTE)				
ALMEIDA LIMA					2 – RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES					3 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 – LOBÃO FILHO		X		
VALTER PEREIRA		X			5 – VALDIR RAUPP		X		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
KÁTIA ABREU		X			1 – EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES		X			2 – ADELMIR SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO		X			3 – RAIMUNDO COLOMBO		X		
MARCO MACIEL		X			4 – JOSÉ AGRIPINO		X		
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL-ES)					5 – ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 – EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 – MARCONI PERILLO				
LUCIA VANIA		X			8 – ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI		X			9 – FLEXA RIBEIRO				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ROMEU TUMA		X			1 – GIM ARGELLO				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
OSMAR DIAS					1 – FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 18 **SIM:** — **NÃO:** 12 **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE**

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 11 / 2009

Senador

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 5º, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/11/2009)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 30 , DE 2008

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 – RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 – AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3 – MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES			X		4 – INÁCIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI					5 – CÉSAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 – MARINA SILVA (PV)				
TITULARES – PMDB e PP	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB e PP**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PEDRO SIMON	X				1 – ROMERO JUCÁ				
ALMEIDA LIMA					2 – RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES					3 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 – LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 – VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
KÁTIA ABREU	X				1 – EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES	X				2 – ADELMIR SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO	X				3 – RAIMUNDO COLOMBO	X			
MARCO MACIEL	X				4 – JOSÉ AGRIPINO	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL 6.)					5 – EUSEBIO REZENDE				
ALVARO DIAS					6 – EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 – MARCONI PERILLO				
LUCIA VÂNIA	X				8 – ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 – FLEXA RIBEIRO				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ROMEU TUMA	X				1 – GIM ARGELLO				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
OSMAR DIAS					1 – FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 18 **SIM:** 16 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** 1 **PRESIDENTE** —

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 11 / 2009

Senador
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/11/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2008
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e o art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tornar mais rigorosas a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido, no regime anterior, ao menos um terço da pena imposta e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.

.....

§ 2º A decisão sobre progressão do regime fechado para o semi-aberto será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Ministério Público e, ainda, do exame criminológico, quando a condenação houver sido pela prática de

crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça.

§ 3º O juiz poderá, em decisão fundamentada, dispensar a realização do exame criminológico para os casos previstos no parágrafo anterior.

§ 4º A progressão para regime menos rigoroso será condicionada ao monitoramento eletrônico do apenado, desde que haja disponibilidade de recursos para sua realização, quando a condenação houver sido pela prática de crime hediondo, ou a ele equiparado, ou pela reincidência de crime cometido mediante violência ou grave ameaça.

§ 5º O juiz poderá, em decisão fundamentada, exigir a realização de exame criminológico e o monitoramento eletrônico para os demais casos. (NR)"

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

.....

§ 2º Para o condenado primário, de bons antecedentes, não dado à prática de crime nem integrante de organização criminosa e que, na sentença penal condenatória pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, houverem sido consideradas a seu favor a sua personalidade e conduta social, bem como a natureza e a quantidade da substância ou do produto, dar-se-á a progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) da pena, mantidas as demais condições previstas no § 1º deste artigo.

..... (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009.

, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinqüir. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitados os prazos previstos nas normas vigentes. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

~~II - fiança e liberdade provisória.~~

~~§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.~~

~~§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.~~

~~§ 3º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.~~

II - fiança. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

LEI Nº 11.464, DE 28 DE MARÇO DE 2007.

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 365/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de novembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, em turno suplementar, o **Substitutivo** do Senador Demóstenes Torres ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que "Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória", de autoria da Senadora Kátia Abreu, e, ainda, declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

RELATÓRIO

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória*, de autoria da nobre Senadora Kátia Abreu.

A proposição em análise pretende aumentar o período mínimo de cumprimento da pena privativa da liberdade para efeito de progressão de regime no caso de condenação por crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo. Para tanto, modifica o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, denominada *Lei dos Crimes Hediondos*.

Mais precisamente, a proposta exige o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena, se o apenado for primário, e de 4/5 (quatro quintos), se reincidente.

Na justificação, a autora é muito clara e objetiva quanto à finalidade da proposta:

> A Lei dos Crimes Hediondos foi alterada através da Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, determinando o cumprimento inicial da pena em regime fechado, permitindo a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados, ao condenado que cumprir 2/5 da pena.
>
> Quando da tramitação da proposição que originou a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, o relator da matéria, Senador Demóstenes Torres (DEM-GO), após intensas negociações com a base governista, que insistia em manter o prazo de 1/3 para progressão do regime, conseguiu modificar o prazo para progressão de regime prisional para 2/5 da pena (40%), se o apenado for primário, e de 3/5 (60%), se reincidente.
>
> Com o presente projeto pretendo retomar a discussão e elevar o período de manutenção, em regime fechado, de presos considerados pela Justiça perigosos para a sociedade.
>
> Assim, propõe para crimes hediondos, o cumprimento de dois terços (2/3) da pena (66%) para progressão de regime prisional, se o apenado for primário, e de quatro quintos (4/5) da pena (80%) para reincidentes.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – ANÁLISE

A matéria circunscreve-se ao campo da competência da União para legislar sobre normas gerais de direito penitenciário, nos termos do art. 24, I e § 1°, da Constituição Federal (CF).

Antes de avaliar o mérito da proposta, devo registrar que a redação original do § 1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, proibia a progressão entre regimes penitenciários na hipótese de crimes hediondos e condutas constitucionalmente equiparadas (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o dispositivo que determinava o cumprimento integral da pena no regime fechado. Consulte-se, a propósito, o julgamento do *Habeas Corpus* n° 82.959/SP, ocorrido em 23 de fevereiro de 2006. A aludida decisão, é bom que se diga, não foi unânime. Ficaram vencidos os Ministros Carlos Velloso, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Celso de Mello e Nelson Jobim. Não é difícil concluir, portanto, que houve uma significativa divisão no tribunal.

Posteriormente, como resposta à decisão daquela Corte, sobreveio a Lei n° 11.464, de 28 de março de 2007, fixando as frações de 2/5 (dois quintos), se primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente, no cumprimento mínimo da pena para efeito de progressão, em se tratando de crimes hediondos e condutas constitucionalmente equiparadas.

Esse, portanto, o contexto normativo que justificou a apresentação do PLS n° 30, de 2008. A autora insurge-se contra os parâmetros fixados na supramencionada Lei, por entendê-los insuficientes.

De fato, os parâmetros atuais são muito baixos considerando a gravidade objetiva dos crimes previstos no *caput* do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990. As novas frações propostas se ajustam melhor à necessidade de prevenção e repressão dos crimes hediondos, como exige a sociedade brasileira.

Por outro lado, não se pode argumentar que a proposta feriria o princípio da individualização da pena, pois remanesce a possibilidade de que o condenado venha a cumprir uma parcela da pena em regime mais benéfico, dependendo de seu comportamento. Logo, também sob o aspecto material, não identifico óbice constitucional à aprovação da proposta.

O PLS nº 30, de 2008, atende ao reclamo da sociedade, que não entende por que um criminoso que mata, estupra ou seqüestra deve ficar apenas 40% da pena no regime fechado.

O único reparo formal diz respeito à ementa da proposição, que não reflete adequadamente o seu conteúdo, razão pela qual proponho uma singela emenda de redação.

III – VOTO

Por todo exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ
(de redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 30, de 2008, a seguinte redação:

Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, para elevar os parâmetros de cumprimento mínimo da pena privativa de liberdade para efeito da progressão de regime em caso de condenação por crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER
Nº 2.164, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.017, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, de voto de aplauso ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pelo lançamento do livro "América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento".

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

RELATORA "AD HOC": Senadora **KÁTIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Requerimento citado à epígrafe, cujo objetivo é propor, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao ilustre ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do lançamento de seu novo livro "América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento".

Como registra a justificativa do Requerimento, cuja autoria é do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, o livro, de dois volumes, foi lançado em edição do Instituto Fernando Henrique Cardoso, em parceria com a *Corporación de Estudios para Latinoamérica*, do Chile, entidade fundada por Alejandro Foxley, ex-Ministro da Fazenda e das Relações Exteriores daquele país.

O livro aborda assuntos levados a debate em projeto desenvolvido pelas duas instituições, os quais se revestem de especial relevo para os rumos políticos do Brasil e de todas as outras nações da América Latina.

II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 222, dispõe sobre o requerimento de voto de aplauso ou semelhante, para determinar o cabimento de manifestação quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Parece-nos evidente a centralidade da questão democrática na América Latina. Com efeito, essa região, que durante o Século XX passou por diversas experiências políticas autoritárias, baseadas em influências ideológicas tanto à direita quanto à esquerda no espectro político, vive, desde alguns anos, um rico processo democrático, que cumpre aprofundar.

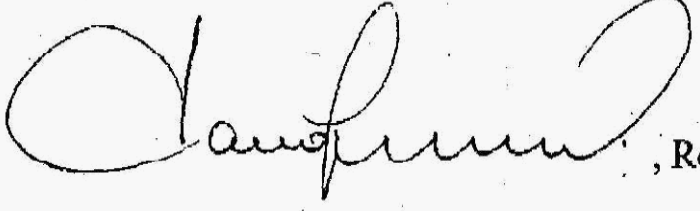
Em tais circunstâncias, o lançamento do livro em tela parece-nos revestido de grande relevância no âmbito do desenvolvimento e aprofundamento da experiência democrática latino-americana, especialmente por conter o testemunho de um ex-Presidente da República brasileiro particularmente respeitado em nosso país e no exterior, seja por sua atuação no meio político ou no meio acadêmico.

III – VOTO

Em face do exposto, opino pela inteira conveniência da proposição e voto pela **aprovação** do Requerimento nº 1.017, de 2009.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 1.017 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 / 09 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADORA KÁTIA ABREU	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. VAGO

Atualizada em: 17/11/2009

PARECER
Nº 2.165, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006 (nº 7.458/2002, na Casa de origem, dos Deputados Eni Voltolini e Leodegar Tiscoski), que altera o inciso II do **caput** do art. 282 e o art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211-D à referida Lei.

RELATOR: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

RELATOR "AD HOC": Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 26, de 2006, mediante o qual se propõe alterar o inciso II do *caput* do art. 282 e o art. 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), além de acrescentar-lhe o art. 1.211-D, para conceder prioridade especial aos feitos judiciais que tenham como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

Composto de cinco artigos, o projeto foi apresentado, em 11 de dezembro de 2002, pelos ilustres DEPUTADOS ENI VOLTOLINI e LEODEGAR TISCOSKI. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 7.458, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 28 de março de 2006.

O projeto em apreço apresenta a seguinte estrutura:

i) o **art. 1º** apenas indica que ficam alterados o inciso II do *caput* do art. 282 e o art. 1.211-B do Código de Processo Civil, além de acrescido à mesma lei o art. 1.211-D;

o **art. 2º** confere nova redação ao inciso II do *caput* do art. 282 do Código de Processo Civil, para determinar que, na petição inicial, a autor deverá ser qualificado também pela data de seu nascimento ou sua idade (além de pelo nome, prenome, estado civil, profissão, residência e domicílio, como na forma atual da lei);

o **art. 3º** modifica o art. 1.211-B ao Código de Processo Civil, para determinar ao juiz a concessão do benefício legal da prioridade na tramitação de feitos às pessoas maiores de 65 anos por ato de ofício (mantendo-se a vigente possibilidade de concessão mediante requerimento do interessado, que deverá juntar documento apto a comprovar a sua idade);

o **art. 4º** pretende acrescentar o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para determinar que os autos do processo no qual tenha sido deferido o benefício legal da prioridade de tramitação sejam identificados com a seguinte inscrição: "Prioridade Especial — maior de 65 (sessenta e cinco anos)";

ii) o **art. 5º**, por fim, carreia a cláusula de vigência, para determinar que a lei entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Percebe-se que a inovação legislativa alvitrada pelo projeto em análise coaduna-se com o teor da sua justificação. Sustentam os eminentes proponentes que, embora a Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, tenha conferido prioridade na tramitação dos feitos judiciais àqueles que tenham como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos, existe, ainda, muita dificuldade em sua aplicação pelos juízos e tribunais; pois o benefício legal ainda depende de requerimento expresso ao juiz da causa. Ademais, é preciso que se torne obrigatória a utilização de um carimbo ou etiqueta na capa dos processos, indicativo que uma das partes é pessoa maior de 65 anos.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, foi aprovado, por unanimidade, o PL nº 7.458, de 2002, na forma do substitutivo do relator Deputado Inaldo Leitão. Ponderou o eminente relator,

quanto ao mérito, que o projeto confere maior efetividade à aplicação do benefício de prioridade à tramitação dos procedimentos judiciais, já outorgado por lei, à *pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.*

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete, de fato, a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as relativas ao direito processual. De resto, à luz dos demais dispositivos do RISF, o PLC nº 26, de 2006, não apresenta vício de **regimentalidade.**

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, por sua vez, foram atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma (CF, art. 60, § 4º). Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

Examinando com atenção os termos do PLC nº 26, de 2006, bem como as razões que o justificam, verificamos, não obstante a altivez do sentimento que o qualifica, que o texto legal proposto apresenta problemas de juridicidade, os quais passamos a abordar.

Como se sabe, a **juridicidade** de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: *a*) *adequação* do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; *b*) *generalidade* normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; *c*) *inovação* ou *originalidade* da matéria, em face das normas jurídicas em vigor; *d*) *coercitividade* potencial; e *e*) *compatibilidade* com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

Feitos tais esclarecimentos, passemos à análise do projeto.

Por oportuno, é digno de nota e distinção a iniciativa dos eminentes DEPUTADOS ENI VOLTOLINI E LEODEGAR TISCOSKI, acompanhados pelo ilustre relator DEPUTADO INALDO LEITÃO, que vai ao encontro dos anseios não só dos próprios idosos, mas de toda a sociedade brasileira, o que importa em ação afirmativa das mais salutares e em gesto de solidariedade de grande alcance social.

Com efeito, numa época em que se mostram recorrentes temas como *cidadania*, *direitos do cidadão* e *direitos humanos*, não nos podemos furtar a discutir, continuamente, medidas destinadas à melhoria das condições de vida dos idosos, contexto no qual a ação legislativa do Estado se revela não apenas salutar, mas imprescindível.

Ademais, é preciso que se diga que a inovação alvitrada pelo PLC nº 26, de 2006, encontra respaldo no princípio da igualdade, que deve ser compreendido numa "relação entre pessoas ou situações" (igualdade material). Como estamos tratando de necessidades especiais ou desiguais, é-nos lícito afirmar que as pessoas com idade avançada só terão igualdade de oportunidades se utilizadas, em benefício delas, políticas desiguais ou, dito de outro modo, compensatórias, que lhes assegurem iguais condições de acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

A despeito disso, a modificação legislativa ventilada pelos ilustres proponentes esbarra no quesito da originalidade, isso porque, no último dia 29 de julho de 2009, foi publicada a Lei nº 12.008, que guarda completa identidade de matéria precisamente com este PLC nº 26, de 2006. Por tal motivo, o projeto de lei em apreço não inova o ordenamento jurídico positivo.

Vale dizer, a matéria tratada no PLC nº 26, de 2006, já se encontra totalmente regulamentada na forma recente dos arts. 1.211-A a 1.211-C do Código de Processo Civil, nos seguintes termos:

> **Art. 1.211-A.** Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
>
> **Art. 1.211-B.** A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

> **Art. 1.211-C**. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável.

Ademais, com o advento da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), ficou assegurada, nos termos de seus arts. 69 a 71, a prioridade na tramitação dos processos, atos e diligências em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em qualquer juízo ou tribunal, nos seguintes termos:

> **Art. 69.** Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.
>
> **Art. 70.** O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.
>
> **Art. 71.** É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.
>
> § 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.
>
> § 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.
>
> § 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Publica da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.
>
> § 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

Ressalte-se que, com a edição do Estatuto do Idoso, já tinha havido redução da idade para o alcance dos benefícios de 65 para sessenta anos, o que foi corroborado pela recente Lei nº 12.008, de 2009.

Dessarte, em suma, o benefício legal de prioridade de tramitação dos feitos judiciais será concedido de ofício pelo juiz ou por simples afirmação nos autos, seja na inicial, na contestação, em petição avulsa, em folha de rosto de recurso, desde que juntada prova documental apta a demonstrar a idade do beneficiário. São documentos hábeis à prova da idade: cópia da carteira de identidade, da certidão de casamento, do cadastro de pessoa física, da carteira de motorista ou de qualquer outro documento público, desde que haja expressa menção à data de nascimento.

Dessa forma, o benefício legal da prioridade na tramitação dos feitos será deferido nos processos de conhecimento, de execução, cautelar e nos procedimentos especiais, em primeira instância ou nos tribunais, podendo ser inclusive concedido durante o curso do processo, quando uma das partes ou intervenientes alcance a idade de sessenta anos.

Frise-se que a prioridade da tramitação dos feitos, uma vez atingida, não será extinta pela morte do beneficiário, pois o benefício se estende em favor do cônjuge sobrevivente, companheiro ou companheira, independentemente da idade deste.

Cumpre esclarecer que já se tornou prática comum nos juízos de primeira instância e nos tribunais a utilização de um carimbo ou etiqueta na capa dos processos, indicativo que uma das partes ou intervenientes é pessoa maior de sessenta anos.

Nesta altura, dispensamo-nos de fazer comentários quanto à técnica legislativa e ao próprio mérito, em razão da prejudicialidade do projeto.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, em consonância com o art. 133, V, *d*, e § 1º, e o art. 334 do RISF, opinamos pela **DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 26, de 2006.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 26 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/11/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR MARCO MACIEL	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. VAGO

Atualizada em: 17/11/2009

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

LEI Nº 10.173, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.008, DE 29 DE JULHO DE 2009.

Mensagem de veto

Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

.....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – SF – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o **Ofício nº 311, de 2009**, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

OF. nº 311/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, que "Acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo", de autoria do Senador Ney Suassuna.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 292, 293, 298, 301, 302, 305, 313 e 315, de 2009**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009**; e dos **Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2003; 175, de 2005; 322, de 2006; 620 e 668, de 2007; 140 e 157, de 2009**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Com referência aos expedientes mencionados, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos sejam apreciados pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios:

OF. nº 292/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007, com as Emendas nº 1 – CAS, de 2009, e nº 2 – CAS de 2009, que "Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência", de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

OF. nº 293/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providencias", de autoria do Senador Alvaro Dias.

Atenciosamente, – Senadora, **Rosalba Ciarlini,** Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 238 /09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada", de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

OF. nº 301/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005, com a Emenda 1 – CAS de 2009, que "Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.", de autoria do Senador Valdir Raupp.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

OF. nº 302/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009, que "Altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.", de autoria do Senador Gilvam Borges.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

OF. nº 305/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, que "Altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.", de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 313/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para a caracterização das atividades ou operações perigosas", de autoria da Deputada Federal Vanessa Grazziotin.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

OF. nº 315 /09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003, que "Determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho.", de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o **Ofício nº 365, de 2009**, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 421, de 2008**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os projetos sejam apreciados pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 365/09 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de novembro de 2009

Assunto: Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, em turno suplementar, o substitutivo do Senador Demóstenes Torres ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que "Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória", de autoria da Senadora Kátia Abreu, e, ainda, declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 2.164, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Requerimento nº 1.017, de 2009**.

A Presidência comunica que a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 2.165, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que conclui pela prejudicialidade do **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2006** (nº 7.458/2002, na Casa de origem, dos Deputados Eni Voltolini e Leodegar Tiscoski), que *altera o inciso II do caput do art. 282 e o art. 1.211– B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, e acresce o art. 1.211 – D à referida lei.* (Dispõe sobre a concessão de prioridade à pessoa maior de sessenta e cinco anos que figure como parte ou interveniente em procedimentos judiciais)

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estas sessões são uma oportunidade para os representantes do povo, os Senadores da República, poderem usar a tribuna por um tempo mais demorado. Eles aqui defendem suas teses mais complexas.

O primeiro orador inscrito é o Senador do Distrito Federal, Adelmir Santana, que representa o DEM. Adelmir Santana enriquece o Congresso Nacional e o Senado da República. S. Exª aqui chegou substituindo o Senador Paulo Octávio, que hoje é Vice-Governador do Distrito Federal.

Suplente, sua história repete a de Fernando Henrique Cardoso, que adentrou nesta Casa como suplente de Mário Covas. Fernando Henrique Cardoso teve uma das vidas políticas mais brilhantes da história do mundo. É um estadista, aceito como tal não só no Brasil como no mundo, o Prof. Fernando Henrique Cardoso.

Então, Adelmir Santana é esse. Se ele não for professor, como é Fernando Henrique Cardoso, é um líder empresarial invejável, ímpar. Eu tive o privilégio de acompanhá-lo em uma reunião da OIT, em Genebra, na Suíça, e vi a liderança que ele extrapola. Eu já sabia que a sua naturalidade é disputada entre o Maranhão e o Piauí. Isso ainda não está certo porque ele nasceu no limite. Então, ainda hoje, Uruçuí e a sua cidade – qual é, no Maranhão? – disputam...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Nova Iorque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nova Iorque. Mas cada povo é mais orgulhoso que o outro e quer que ele seja... Mas, de qualquer maneira, o Piauí, que sempre ganha, com a sabedoria dos seus legisladores, já o fez, por Lei Municipal de Uruçuí, cidadão do Estado do Piauí, pela Assembleia Legislativa.

E essa personalidade, assim como Fernando Henrique Cardoso, que se dedicou à vida universitária, se dedicou ao trabalho. Ele é um líder empresarial invejável. Ele representou este País na OIT com muita liderança, com muita competência, e, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores dirigentes do Sistema S. O Sistema S é um sistema consolidado de serviços prestados. Basta dizer que um dos frutos dele é o

nosso querido Presidente Luiz Inácio. No Sistema S, o Luiz Inácio foi aluno...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Do Senai.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – (...) do Senai, que traduz as melhores escolas técnicas da tradição brasileira.

E ele é da área comercial. Lidera o Senac. Parece-me que é o Presidente do Senac no Distrito Federal, que também tem inúmeras escolas profissionalizantes e de desenvolvimento na cadeia de turismo.

Então, a ele a nossa admiração. E afirmo aqui que nós, Senadores, e o Brasil queremos vê-lo de volta ao Senado.

Brasília não pode decepcionar o Brasil, porque o Senador representou o Distrito Federal com muita grandeza. Nenhum deslize, nada, nenhuma mancha no seu mandato. Ele agigantou-se. Então, Brasília que é de todos nós, piauienses, maranhenses; tem de se unir e trazê-lo de volta.

Eu me lembro do nosso amigo Chico Filho e de Zé Nordeste, que gostam mais dele do que dos Senadores piauienses.

Então, V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

E os nossos parabéns pelo desempenho como Senador e como líder empresarial do meu País.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Na verdade, Presidente, eu tenho uma vida calcada nessas atividades. Eu sou Presidente da Federação do Comércio aqui do Distrito Federal e, por via de consequência, sou, ao mesmo tempo, Presidente do SESC e do Senac. E também hoje exerço a Presidência do Conselho Nacional do Sebrae.

Todos são sistemas ligados à formação profissional, à defesa e à formação dos trabalhadores, como também à defesa da micro e pequena empresa, no caso do Sebrae e à assistência social aos trabalhadores, no caso do SESC. Sou também Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, do que muito me orgulho.

As atividades comerciais no Brasil têm uma participação significativa no PIB nacional. Em Brasília, há um comércio pujante. Esta cidade tem vocação para comércio e serviços, não tem um parque industrial significativo, nem uma agricultura que possa ser destaque, inclusive por questões territoriais. Por ser a Capital do País – aqui estão sediados os Poderes da República e a representação de muitos outros países –, é uma cidade com essa vocação para comércio e serviços.

Bem recentemente, ainda antes de ontem, a Federação do Comércio fez uma homenagem a pioneiros antigos que se dedicaram a comércio e serviços nesta cidade. Há quatro anos fazemos essas referências, criando um prêmio chamado Mercador Candango, o que tem servido para fazermos a história da nossa Capital, não apenas a história política, mas também a história desses empresários. E, assim, nesta festa de antes de ontem, homenageamos 12 empresários pioneiros com o título de Mercador Candango, perfazendo já uma galeria de aproximadamente 50 empresários que receberam essa homenagem.

Naquela oportunidade, também tivemos o privilégio de homenagear, como empreendedor importante, com a Medalha do Mérito Comercial de Brasília, o nosso Vice-Governador Paulo Octávio, que é também um homem ligado às atividades de comércio, de turismo e que merece, da parte da Federação do Comércio, toda a nossa atenção.

Então, aos pioneiros, aos Mercadores Candangos as nossas saudações. Quero dizer que foi uma belíssima festa, com a presença de familiares, de amigos e que nos sentimos extremamente honrados e orgulhosos em prestar essa homenagem a essa população candanga.

Nós temos visto que o Brasil passa por um momento de saída de crise. As atividades comerciais dão demonstrações de crescimento, provavelmente teremos um Natal pujante, e as pesquisas indicam que vamos ter bons resultados no final deste ano, nesses últimos dois meses. Agora, com a injeção do 13º salário, os empresários estão otimistas, o País está otimista, já começa a ser noticiada a falta de alguns produtos; tanto assim que a indústria em alguns setores já está trabalhando em três turnos.

Todavia, ainda deparamos com problemas. Ainda ontem, em audiência pública aqui realizada, algumas autoridades ligadas ao setor energético traziam as suas justificativas e procuravam apresentar as razões do apagão por que passamos recentemente e que ainda ocorre em algumas cidades brasileiras, o que começa a provocar certa preocupação com relação aos investimentos na área energética.

Do mesmo modo, ontem, também esteve aqui nesta Casa o Ministro da Saúde, em audiência pública em uma de nossas comissões, preocupado com o pouco volume de recursos no seu Ministério. Naquela oportunidade, questionamentos sobre a assistência farmacêutica aos nossos doentes. Há um verdadeiro turismo de doentes no Brasil que saem dos seus pequenos municípios em busca de assistência médica nas cidades-polo. E nós argumentávamos que é preciso que se faça uma política de atendimento primá-

rio, não apenas com a consulta, mas que esse atendimento seja complementado com assistência farmacêutica, para evitarmos a reincidência do atendimento e o retorno desses doentes a essas cidades-polo, o que certamente encarece ainda mais a assistência à saúde no Brasil.

Muitas vezes um caso que parece simples se transforma num caso grave, e aí vem a internação, muitas vezes até em Unidades de Terapia Intensiva. E não há recursos suficientes que possam atender essa reincidência de atendimento. É, portanto, necessário que se busque uma fórmula para que essas pessoas, ao serem atendidas no município, sejam atendidas também no que se refere ao acesso a medicamentos, para evitar a reincidência e a procura de centros mais desenvolvidos, que são essas cidades-polo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, outro assunto me traz à tribuna nesta manhã. A população do Distrito Federal está preocupada com uma crise que abala a Universidade de Brasília. Temos assistido a manifestações que marcam uma greve na UnB, justamente no fechamento do ano letivo.

Ontem foi um dia de muitas manifestações, em relação às quais os Parlamentares brasilienses não podem se omitir.

Professores e servidores da Universidade lutam pela manutenção de parcela correspondente a 26% dos seus salários. Trata-se de benefício vigente desde 1991, correspondente à manutenção da Unidade de Referência de Preços, antiga transição de moeda chamada URP, situação contestada pelo Tribunal de Contas da União.

No momento, está havendo um desencontro entre a UnB e o Ministério do Planejamento, o que gerou o corte dos 26% nos salários vigentes. Tenho conhecimento de que as áreas técnicas estão se mobilizando para corrigir essa falha, mas isso não impede que, na esfera judicial, permaneça a discussão sobre a manutenção da URP.

A gratificação está incorporada aos vencimentos desde 1991 e certamente faz parte da rotina da Universidade, em que os salários reconhecidamente não são elevados. Havendo a perda dos 26%, a UnB ficará inviabilizada, porque certamente perderá os seus melhores quadros e os seus cérebros.

É a advertência que faço aqui, Senador João Pedro. Faço hoje esta advertência, neste plenário: a UnB requer preocupação da parte das forças políticas de Brasília, e abro hoje, aqui, o debate dessa questão tão grave, prometendo voltar ao assunto na próxima semana, quando me inteirarei de maiores detalhes do que está acontecendo naquela casa.

Srªs e Srs. Senadores, a população do Distrito Federal está preocupada com a crise que abala a Universidade de Brasília. Temos assistido a manifestações que marcam uma greve da UnB justamente no fechamento deste ano letivo, e isso traz preocupações a todos nós, porque sabemos o que representa a UnB para nós, de Brasília: uma Universidade de renome, que fez escola entre as universidades brasileiras, que tem a marca de Darcy Ribeiro, de tantos educadores importantes, de onde saíram figuras das mais notáveis e que não pode continuar sob essa ameaça de greve.

É preciso que se busque um caminho. Não sei qual é o mais adequado, mas temos que buscar esse caminho e temos que discutir essa matéria. Não podemos passar pelo dissabor de um fechamento do ano letivo de uma escola de tamanha importância, com greve marcada para os próximos dias. É preciso que haja sensibilidade de todos nós, a sensibilidade do Ministério do Planejamento, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, enfim, de quem estiver envolvido nessa questão, para fazer o reparo dos salários daqueles educadores, para evitar efetivamente uma paralisação.

Não temos como aceitar que esses assuntos não sejam tratados nas esferas mais altas do País, dada a importância dessa Universidade. Aliás, a única universidade pública do Distrito Federal, que tem milhares de alunos e que não podem ser prejudicados no conteúdo programático de seus cursos nem ter retardada, no caso, a sua formação. Temos, portanto, todos nós, não apenas os Senadores por Brasília, não apenas os Deputados e as autoridades ligadas ao Distrito Federal, mas todas as autoridades brasileiras, de verificar o que está acontecendo na UnB, para que se busque uma solução rápida e definitiva para evitarmos uma futura greve. Não há como passar despercebida uma movimentação dessa natureza em uma universidade tão importante como é a Universidade de Brasília.

Então, chamo a atenção desta Casa, chamo a atenção das autoridades brasileiras, para que busquemos a discussão, para que busquemos o diálogo e evitemos que isso ocorra em prejuízo do corpo de professores e de alunos dessa Universidade.

É um assunto que me chamou atenção pelas manchetes dos jornais, pelas movimentações que ocorreram e que vêm ocorrendo nos últimos dias. E, nesse indicativo de greve, não é justo que deixemos isso ocorrer, exatamente quando se está finalizando o ano letivo.

Então, chamo atenção dos Srs. Senadores, do País, para que busquemos uma solução, em caráter de urgência, para evitarmos a deflagração dessa greve.

Sr. Presidente, nesta manhã, era o que tinha a fazer referência.

Muito obrigado pela atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o brilhante pronunciamento do brilhante Senador Ademir Santana, mostrando as suas preocupações, e quis Deus estivesse aqui o João Pedro, que é o legítimo e sincero representante do Partido dos Trabalhadores.

Ô, Adelmir Santana, ontem o meu pronunciamento foi... Está ouvindo, João Pedro? Não há nada contra, como eu disse, mas a verdade ele acaba de dizer aqui: há preocupações – atentai bem – sobre uma greve nessa Universidade de Brasília, que atinge hoje a mocidade estudiosa do Brasil todo, que vem para cá. Mas ontem eu li um *e-mail* da classe médica do Piauí. Isso é o que me preocupa. Leve a verdade para o Luiz Inácio. Nós gostamos dele, votamos nele, não temos nada contra. É difícil governar. Está no livro *Dom Quixote de La Mancha*: um golfo de confusões.

Mas a verdade não pode faltar. Muitos aloprados só levam a mentira. Ele, Adelmir Santana, trouxe a verdade. É do Partido e tem bom relacionamento com o Presidente, mas eu quero dizer que ontem eu li um *e-mail* – V. Exª não estava – da classe médica do Piauí, dizendo que, no dia 2 de dezembro, vão fazer greve os médicos.

Aí, você diz por que eu me afastei do Governo do Piauí. um médico do Estado do Piauí ganha R$1.010,00. Está ouvindo, Adelmir Santana? R$1.010,00 – um médico do Estado, concursado, plantonista. R$1.010,00!

Lá, então, tem o CRM, tem a Associação, o sindicato, o líder Eulálio... E eu fui, há uma semana, a uma festa da Academia de Medicina. A Academia não é para isso.

Eles são a elite médica – foi a quinta. São os nomes mais notáveis. No Rio de Janeiro, eu fui à posse do Pinotti; a do Piauí é a quinta. Então, eu vi Lívio Parente e Luiz Ayrton dizerem que a academia não é para isso. É para estimular a ética, a decência, a pesquisa, mas nós temos que apoiar essa greve.

Olhe aí, ô João Pedro: R$1.010,00. Eu nunca vi médico do Piauí fazer greve. Eles são tão responsáveis e tão decentes que estão demorando a fazer porque querem esquematizar para as urgências: que funcione um terço dos atendimentos, para não haver calamidade total.

Então, essas coisas estão ocorrendo, João Pedro. Aquela vergonha – nós somos iguais. Não são letras partidárias, mas aquela indignidade para nós – e, quando eu digo indignidade, são os três Poderes.

O piso das professorinhas é de R$960,00. Aquilo foi um deboche. Não aconteceu. V. Exª está de acordo.

E, agora, o nosso representante de Brasília denuncia uma greve iminente – já está havendo manifestações – na Universidade Federal de Brasília.

Então, são essas as preocupações, e V. Exª que representa o PT real, o PT verdadeiro, que ouve a realidade, não fica só....

Eu sei que a verdade é dura, é mais dura do que as utopias – dizer que tudo está bem. Sou médico, sei Psicologia. É muito melhor dizer a utopia, a ilusão, as promessas, mas a realidade é essa que o Senador acaba de falar. Ontem, fiz um pronunciamento apreensivo pela situação médica do Piauí, hipotecando a minha solidariedade, porque é de R$1.010,00 o salário que o Governo do Estado paga aos médicos. Imagine, João Pedro, se um médico desses adoece, tem um derrame e morre. E a viuvinha? Poderá viver e educar os filhos que ele deixou com dignidade?

Então, os aposentados... Esses temas, João Pedro... Quero lhe dar 10 na defesa da Petrobras. Faz muito bem, é um orgulho, mas temos de enfrentar esse, dos aposentados. Não vou dizer que vai resolver. "Navegar é preciso, viver não é preciso". Vamos navegar, porque eles estão morrendo; não estão navegando. Eles vão se afogar: as professorinhas; os médicos, que ganham R$1.010,00, no Piauí, no Governo do PT; os aposentados; e, agora, a Universidade de Brasília.

Com a palavra o Senador João Pedro, que tem uma representação grande. A Amazônia é grande, a Amazônia toda é maior ainda, é quase a metade do Brasil, mas ele é maior do que a Amazônia; é hoje um Senador respeitado em todo o Brasil pelas suas posturas. Quero crer que ele vai ter um encontro com o Luiz Inácio. Nós gostamos... É a verdade, João Pedro. Sei que isso é até ruim para o político. O do médico... Você vê o quadro, não há ofensa, não...

Talvez ele não saiba, mas o Senado é para isso. V. Exª sabe... Eu acho que ele não sabe. Sou muito realista. O Luiz Inácio é preparado. O Senai era uma escola boa – eu sei o que é Senai, meu avô o criou, são escolas técnicas. E ele é um homem que não gostou de ler livro, mas ele aprendeu, ele viajou o mundo, aprendeu observando.

Como é que a gente aprende cirurgia? Não precisa estudar não, basta o cara ficar na sala e ir olhando o cara operar, ajudando. Ele pode não pegar um livro. O meu maior aprendizado de cirurgia foi operar com os grandes. Eu operei com Zerbini, com Jatene, com Mário de Andrade. Não precisa nem livro não! Eu raciocino: se ele fez assim, eu faço assim. No Piauí, dá certo.

Então, eu estou comparando a realidade, o que é o Luiz Inácio. Quer dizer, eu não estou perplexo com o nome dele no mundo não, está entendendo? Ele foi um estudante prático, enfrentou as lutas sindicais, as lutas políticas e a vivência do mundo. Um homem desse, que conhece uns cem países, observando a maneira de viver, os governos, a forma, o porquê de uns serem ricos e outros pobres... Então, ele teve isso. Isso é que eu quero dizer, V. Exª leve. Todos nós queremos ajudar, queremos e reconhecemos...

Então, V. Exª é desses que aprendeu na luta, na prática, é agrônomo, do campo, ouviu e sabe a verdade. Eu também: R$1.010 para um médico.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É pouco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu podia estar lá, mas Deus foi bom para mim, e os piauienses, mais ainda, me botaram aqui. Mas, rapaz, não é mole não: R$1.010! As professorinhas não conseguiram R$960.

Então, estamos confiando em V. Exª. V. Exª chegue lá e diga: "Luiz Inácio, eu segurei a barra lá da Petrobras". É assim, justo. O Mão Santa... Você viu que eu nunca fiz crítica, nunca fui lá e coisa e tal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas isso aí do salário tem que enfrentar. Olhe, Luiz Inácio, têm esses pontos... Não pode ser Deus a resolver tudo não. Nenhum governante é, está entendendo? Então, tu diz que o Mão Santa disse....

Outro dia, eu ouvi o comentário de que o Zé Dirceu chegou lá e disse: "Olhe, esse Mão Santa não faz mal a ninguém não. Pode deixar". Ele disse: "Eu conheço e não adianta vasculhar...". Disse para o Governador – Deputado Federal Paes Landim me disse isso. Ele disse foi na cara: "Não adianta, pode vasculhar a vida dele. Agora, ele não faz mal a ninguém não".

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, venho, nesta manhã de sexta-feira, registrar a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Manaus no dia de ontem. O Presidente Lula esteve em Manaus acompanhado do Ministro Alfredo Nascimento, acompanhado da Ministra Dilma Rousseff, dos diretores da Petrobras. Estava lá também o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. Em um ato solene na Petrobras na manhã de ontem, Sr. Presidente, foi inaugurada uma obra que considero relevante, obra realizada para trazer o gás de Urucu, que é uma localidade no município de Coari, na região do rio Solimões, até Manaus.

Primeiro, eu quero destacar a audácia, a coragem, mas fundamentalmente a tecnologia empregada na realização dessa obra. Fazer um gasoduto na Amazônia é superar desafios e, neste caso, trata-se de uma obra de engenharia num percurso de mais ou menos oitocentos quilômetros, um duto ao longo desse percurso.

Ontem eu assisti a um DVD institucional de dois minutos sobre essa obra. Como fazer o duto? Como colocar os tubos de ferro nas áreas alagadas? A obra começou em 2006 e chegou até Manaus. Está faltando uma outra etapa, que é transformar, fazer a conversão dos motores a *diesel* para o gás.

A posição do Governo sobre essa situação é até setembro do próximo ano, fazer a conversão dos motores a *diesel* até essa data para trabalhar com o gás vindo lá do Urucu.

Pois bem, foi um desafio para a engenharia fazer essa obra. Ora a região estava alagada – não poderia ser diferente, nós estamos na Amazônia –, ora a região estava sem água, mesmo assim os desafios foram enfrentados na construção do duto. A obra custou em torno de R$4,5 bilhões, uma obra grande portanto. Foi um desafio transportar para a mata os tubos de ferro em helicópteros. Foi uma obra de engenharia desafiadora, Presidente Mão Santa, mas chegou: é um bem do povo amazonense o petróleo, o gás.

Quero dizer que essa reserva de petróleo e gás, tirando a do pré-sal, é a segunda do Brasil, depois de Campos. Espero que o gás se transforme em energia, e essa energia possa melhorar a qualidade de vida dos amazonenses.

Eu quero destacar aqui que o duto, o gasoduto, essa obra perpassa, saindo de Coari, alguns municípios do nosso Estado. Aliás, na solenidade de ontem, estava o Prefeito Mitoso, de Coari, uma cidade importante da calha do rio Solimões, assim como os Prefeitos de Iranduba, Caapiranga, Manacapuru e Anori. O Presidente Lula, evidentemente, estava feliz pela obra, porque a discussão para a construção do gasoduto em Manaus vem desde o final dos anos 80, atravessa todos os anos 90, e foi uma obra que o Presidente Lula iniciou e concluiu. Ela está concluída!

Falta a segunda fase, que é fazer essa conversão dos motores para distribuir o gás na cidade de Manaus, que é a capital do nosso Estado, do Amazonas, uma cidade que tem uma concentração populacional significativa – nós temos quase dois milhões de habitantes em Manaus: 1,8 milhão.

Então, trata-se de uma cidade que carece dessa nova matriz energética. E eu quero destacar este aspecto: vamos sair do *diesel* para o gás, uma matéria-prima que temos no Estado e que é um bem que o

povo, que a sociedade, que a residência, que o táxi podem e devem utilizar.

Então, a mudança da matriz energética em Manaus é muito importante, principalmente na hora em que estamos discutindo um tema que é internacional, que é o tema de mudanças climáticas. E haverá uma convenção que se vai realizar agora em Copenhague, com Brasil assumindo compromissos. E deve assumir e deve perseguir compromissos assumidos no sentido de reduzir a emissão de gases que contribuem com o aquecimento global.

Portanto, essa mudança chega na hora em que a sociedade brasileira, a sociedade civil está discutindo mudanças climáticas, o aquecimento global, a emissão de CO_2, a emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global.

Então, Sr. Presidente, quero destacar essa mudança na matriz energética no meu Estado. E espero que possamos fazê-la o mais rápido possível.

O Estado do Amazonas como o Estado de Roraima não estão ligados ao sistema nacional da rede elétrica. Só agora temos uma obra para interligar com Tucuruí. Essa obra do Governo Federal, ou seja, a conclusão dessa rede que chega até Manaus e que vai ligar Tucuruí a várias cidades do rio Amazonas, que terão acesso a essa rede, evidentemente resolvendo a questão da energia em cidades importantes, está planejada para o final de 2011. Quero destacar a minha cidade, que é Parintins, mas há cidades como Itacoatiara, Maués, Barreirinha, Juriti e Óbidos, no Pará, enfim, cidades que compõem toda essa calha da margem esquerda e da margem direita do rio Amazonas.

Então, quero parabenizar e me associar à alegria do povo amazonense, no dia de ontem, pela inauguração do gasoduto, uma obra da maior relevância para o Amazonas, para Manaus, a capital do meu Estado, que foi inaugurada pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, faço este registro e destaco a importância da mudança da matriz energética que se está processando no meu Estado, na Amazônia e na capital do Estado do Amazonas, que é Manaus.

Então fica aqui este registro. Agradeço as palavras de V. Exª no início da minha fala e encerro o meu pronunciamento nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estamos numa sessão não deliberativa de sexta-feira. Nesta sessão, os Senadores defendem suas teses e não há limitação de tempo, o que reintroduz o Senado na sua grandeza. Na história do passado, Rui Barbosa fez pronunciamentos de quatro horas nesta Casa, o nosso gaúcho que foi líder do PMDB, Paulo Brossard, que João Pedro está lembrando, fazia discursos de três horas e meia por semana, quando as galerias se enchiam, porque naquele tempo não havia o sistema de comunicação de que o Senado hoje dispõe: a televisão, a rádio AM, FM, ondas curtas, a Hora do Brasil e a espetacular cadeia de jornais que dispomos, o diário e o semanário.

Eu li o livro de Paulo Brossard, *Brossard – 80 Anos na História Política do Brasil*, aquele homem, símbolo maior da grandeza da participação da justiça nesta Casa, ele que foi Presidente do Supremo, Ministro da Justiça, ele fazia discursos, João Pedro, de três horas e meia, era Presidente do Senado o piauiense Petrônio Portella, que, mesmo tendo o espírito democrático, fez nascer um Regimento para limitar para uma hora. Até antes podia.

Roberto Campos tem um pronunciamento que é um tratado de Economia, dava para fazermos sete discursos. Eu o li como estudante. Antonio Carlos Magalhães, na sua bela passagem pelo Senado, imprimiu os mais belos discursos do Senado. Roberto Campos, ele mesmo confessa, não tinha o dom da oratória, se ele tivesse tinha galgado mais posições. Mas é um verdadeiro tratado para quem quer conhecer a economia do Brasil. Mas eles demoravam muito. Aí houve essa limitação. Foi Petrônio Portella para diminuir as palavras, o tempo de Paulo Brossard. Aí Paulo Brossard vinha três vezes por semana e fazia discursos de uma hora, que, ao fim, dava no mesmo. Então, ele conta nas suas memórias que as galerias enchiam. E foram essas palavras, a palavra era a arma que ele tinha, que fez renascer o desejo do País das conquistas de anistia e de redemocratização.

E estas sessões são para isso. O primeiro pronunciamento foi do representante do Distrito Federal. Ele enalteceu as ações do Governo, mas mostrou suas preocupações com a universidade, com a greve que, parece, se iniciou. O segundo foi o de João Pedro, que tem sido o Cirineu do Luiz Inácio, e em si é um comportamento muito bravo. Ele relata com muita propriedade, conhecimento e gratidão as ações do Presidente Luiz Inácio em Manaus, a construção do gasoduto, principalmente agora, quando o mundo se preocupa, quando as pessoas vão se reunir na Dinamarca, em Copenhague, para estudar o meio ambiente e tentar diminuir o aquecimento global, que é uma realidade.

E em quanto estava a temperatura em Manaus?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Lá já é quente sem a Convenção. Imagine se ninguém tomar as providências!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É como a minha Teresina também.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O calor é de 34°.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas realmente foi uma conquista grande do povo da Amazônia. E Sua Excelência, o Presidente da República, tem muito a argumentar. É um passo que, como V. Exª explicou, diminuiu a energia que causa a poluição, o gás. Então, V. Exª está de parabéns.

Convidamos para usar da palavra este que, sem dúvida alguma, nos faz orgulhosos de pertencermos ao Senado da República, nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Senador Pedro Simon.

Pedro foi o primeiro companheiro escolhido por Cristo. O Pedro da Bíblia foi escolhido por Cristo. E o mundo religioso... No Vaticano, o artista Michelangelo fez uma estátua de Pedro que está na Capela Sistina. Viu, João Pedro, você que é humilde? Foi tão bela a estátua, que o Michelangelo pegou o martelo e bateu nela: "*Parla*, Pedro". Não sou Michelangelo, mas agora digo: "Fala o Pedro vivo feito por Deus". O Pedro vivo feito por Deus está aí.

A História diz que o grande orador grego foi Demóstenes, que venceu as adversidades e era muito firme no seu ideal e nas suas lutas.

Os romanos, Cícero, que foi Senador, dizia e falava como Pedro Simon: o Senado e o povo de Roma. Aqui, Pedro Simon pode dizer: o Senado e o povo do Brasil. E este Senado se iguala aos melhores da história do mundo, com Rui Barbosa, que buscou na Inglaterra o valor do parlamentarismo democrático, vendo nascer o filhote da Inglaterra, o parlamentarismo do presidencialismo bicameral, tendo-o trazido para cá. Ele passou 32 anos nesta Casa. E o destino é tão grande que Pedro Simon já tem garantido seus 32 anos nesta Casa, quer dizer, iguala-se a Rui Barbosa.

Com a palavra Pedro Simon, que, ontem, nos encantou mostrando o seu amor pela sua cidade natal, Caxias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui convidado por alguns Senadores para combinar com V. Exª a data de irmos a Teresina a fim de fazermos a sua campanha ou para Governador, ou para Senador. E é interessante como há um movimento egoísta por parte dos Senadores, que não querem V. Exª candidato a Governador; exigem que V. Exª seja candidato ao Senado, ou seja, querem que volte a esta Casa. E nós vamos estar lá – dos vários partidos –, mostrando a importância de V. Exª ficar aqui. Já que o PMDB cometeu o ato ridículo de lhe negar legenda, nós, de vários partidos, estaremos lá, em Teresina e no Piauí, defendendo sua candidatura ao Senado Federal. É com muita alegria que eu disse a esses companheiros que fazia questão de estar presente em todas as vezes que formos determinados a ir ao Piauí, garantindo a sua eleição e a volta a esta Casa.

Sr. Presidente, eu tenho procurado, principalmente às sextas-feiras, dar um tom mais profundo aos pronunciamentos. E V. Exª, reiteradamente, tem chamado a atenção para o fato de que as nossas reuniões... Houve reunião que já foi até às 11 horas da noite, em longos, em profundos e competentes debates. Mas eu – ao contrário do meu estilo, que é falar de improviso e falar com paixão –, como o Senador Cristovam Buarque e outros, tenho tentado aprofundar alguns assuntos que eu acho muito importantes, que eu acho muito necessários.

Os corredores do Congresso Nacional e de todos os Ministérios têm se transformado, cada vez mais, em passarelas onde desfilam prefeitos e demais administradores dos Municípios, em busca de recursos para financiarem os projetos mais básicos para as comunidades de todos os cantos e recantos do nosso País

Isso, em contradição a um discurso que também desfila pelas passarelas do poder, dando conta da importância do chamado desenvolvimento local na construção da nossa verdadeira cidadania brasileira.

É que o poder, muitas vezes, se alimenta do discurso. Os prefeitos e os administradores locais lidam com o concreto, com o real. Não é suficiente o discurso.

A questão do municipalismo não tem merecido a devida atenção do Poder Público. É que tudo o que se refere ao local, ao Município, bate de frente com o que prega e como se materializa o processo de globalização real.

A globalização não respeita nem mesmo os limites nacionais. Ela estipula um imenso muro e o que vale é o tempo, e não o espaço. Não importa mais a distância. A tecnologia cuida de aproximar espaços em tempo real. O tempo é o do mercado, o do lucro. Pouco vale onde estejam os "incluídos", incluídos no sentido do consumo, daqueles que podem comprar.

Os "excluídos" vivem numa espécie de "vazio", já chamado por muitos de "lado escuro do mundo". Não importa onde, se nas periferias das grandes cidades de qualquer país, ou no pequeno e distante município. Não há acesso, para esses excluídos, a qualquer benefício da globalização, embora possam viver muito próximos dessa mais alta tecnologia. Onde quer que eles estejam, são considerados "peso morto", "lado passivo", porque, para a globalização, eles não consomem. "Inserção", no caso, é ao mercado.

A Internet e a grande mídia levaram o global para o local, mas não conseguiram trazer o local para o global, a menos que o local passe a ter condições

de adquirir o produto da moda ou o produto da grife. O local só se torna global não necessariamente quando ele passa a saber tudo o que existe, mas quando ele consegue consumir o que o global produz.

É por isso, meus irmãos, que eu não tenho dúvida de que nós temos que construir, urgentemente, um novo paradigma para a globalização. O momento me parece propício, porque já existem também vozes destoantes dentro do próprio processo de globalização. Nas questões ambientais, por exemplo, vimos agora uma mudança fantástica, radical. Enquanto o Presidente Lula, juntamente com o presidente francês, em Paris, lançavam uma nota ao mundo dizendo que levariam uma proposta a Copenhague – e o Brasil, em especial, com relação à devastação da Amazônia –, o presidente americano e o presidente chinês, numa decisão ridícula – primeira manifestação da dupla mundial do crescimento (China e Estados Unidos) –, diziam que não iam levar proposta nenhuma para a conferência de dezembro e que ficaria tudo para o ano que vem.

Categoria do Lula! Nota dez para o Lula, que soltou uma nota dura criticando o americano, lamentando a posição do Obama. A imprensa nacional, inclusive, criticou, dizendo que o Lula não devia ter exagerado tanto. Não sei; não vou dizer, vaidosamente, que foi a manifestação do Lula, mas a verdade é que o Obama mudou o rumo em 180º. Não ia à conferência mundial; agora vai. Proposta, disse ele, com a China só no ano que vem. Agora vai levar uma proposta. Pela primeira vez, os Estados Unidos levam uma proposta para debater a questão do aquecimento global. E, atrás dos Estados Unidos, a China toma decisão igual: também vai levar uma proposta. Sinal de que as coisas, realmente, estão mudando. De repente, não mais que de repente, o que ia ser um fracasso total com relação à discussão da realidade climática do mundo pode se tornar uma grande reunião.

Meus cumprimentos ao Presidente Lula, meus cumprimentos ao Presidente Obama, que teve a grandeza de voltar atrás, mudar sua posição para se identificar com o discurso da sua eleição e com o pensamento do mundo. Isso está mostrando que, no mundo, já há uma perspectiva de que não são mais os Estados Unidos, mas a China a campeã mundial da "infernização" da vida climática. Há um reconhecimento de que isso tem que parar.

Felizmente, a globalização ainda não conseguiu destruir todas as experiências locais, ricas pela sua criatividade, e muito atreladas ao dia a dia das comunidades. Não conseguir, portanto, dissolver o potencial dessas próximas comunidades em participar diretamente da solução de seus próprios problemas; e não ser, apenas, parte deles. Ou seja, a comunidade como sujeito da história, e não apenas como objeto da história.

Temos que nos questionar, neste momento da nossa história: que mundo queremos? Que país desejamos? E para quem queremos este País?

São as respostas a esses questionamentos que vão orientar as nossas prioridades em todos os segmentos da vida humana daqui para frente: na política, na economia, na sociologia, na pedagogia, enfim, na vida toda.

Respondidas essas questões, saberemos, por exemplo, que indústria incentivar, que agriculta cultivar, que serviços orientar, que caminhos percorrer para termos a nova civilização.

Estariam certos os paradigmas atuais que estamos presenciando, que nos colocam entre as maiores potências econômicas mundiais, ao mesmo tempo em que nos equiparamos, na outra ponta, com os países de maior disparidade na distribuição de renda do mundo? É este o Brasil! Piques de glória e de desenvolvimento, como os grandes países, e piques de miséria e de fome, como os países que estão no outro extremo, países fracos e subdesenvolvidos da África.

A continuar o que acontece hoje, não tenho dúvida de que seremos, cada vez mais, um País rico cheio de pobres. Para uns, querido Mão Santa, as benesses; para os demais, a dádiva. Para uns poucos, faça-se a luz; para os outros, o lado escuro.

Como tenho dito, nada vai acontecer de dentro para fora do espaço institucional ou de cima para baixo. É aí que entra a discussão do desenvolvimento local: o municipalismo.

O Município é o grande palco da vida real. É ali onde os fatos, verdadeiramente, ganham corpo. O Estado e a União, do ponto de vista do cidadão, são entidades relativamente abstratas, mais longe, menos atingíveis. O Município, não. Ele é algo concreto; não está longe nem está perto.

O cidadão vive dentro do Município, nos contornos do Município. É ali que se materializam todas as suas realizações, todos os seus atos, todas as suas relações. O cidadão sente que, no Município, ele é verdadeiramente o protagonista da sua própria realidade. Ele realiza a sua história. Apesar disso, a Administração Pública municipal tornou-se dramática quando o administrador local perdeu ainda mais a sua capacidade de planejar e de financiar os projetos necessários para aquele Município; isso, ao mesmo tempo em que viu aumentar, em escalas cada vez maiores, a dimensão dos problemas dos seus Municípios. Aumentam dramaticamente as questões municipais: crescimento, desenvolvimento, desemprego e tudo o mais.

Agora, lá, no Rio Grande do Sul, uma catástrofe atrás da outra. Quarenta Municípios em estado de calamidade pública, como se tivesse havido uma guerra; não chuvarada, mas verdadeiro furacão. Estão, lá, milhares de desabrigados! E, agora, ano eleitoral: vai a primeira-ministra e mais quatro, cinco ministros. Vão lá visitar, dizer que vão fazer alguma coisa. Sempre na caridade, não na obrigação.

Quer dizer, com mais problemas, com recursos insuficientes e com menor capacidade de custear seus projetos, o prefeito abre mão, por um tempo precioso, de ser administrador, para se tornar negociador. Dessa forma, o melhor prefeito tende a ser não aquele que mais conhece a sua realidade e o que escolhe as melhores ideias para resolver os problemas locais, mas o que detém maior poder e capacidade de negociação, o que sabe melhor negociar recursos nas instâncias superiores do Governo Estadual e, principalmente, do Federal.

Não são raras as vezes em que se tem notícia de o prefeito ter que moldar o diagnóstico local, ou redefinir prioridades, para se adequar às receitas dos organismos financeiros dos projetos. Quer dizer, ele se submete aos interesses de quem tem o poder de definir os recursos, e não as necessidades da sua comunidade.

O palco do prefeito já não se localiza tanto como deveria no Município. Os prefeitos de todo o País são obrigados, hoje, a desfilar pelas passarelas da capital do Estado e, principalmente, pelas passarelas de Brasília. Não são raras as verdadeiras peregrinações dos prefeitos pelos corredores das capitais, a minguar recursos que faltam para financiar, muitas vezes, seus projetos mais básicos. Os projetos do dia a dia do cidadão dos seus Municípios.

Isso tudo com enormes custos financeiros e lamentáveis custos de oportunidade do tempo desses administradores, porque perdem momentos preciosos junto à sua comunidade, de bota e chapéu, para, de terno e gravata, bater às portas daqueles que detêm o poder de liberar recursos.

Um bom Prefeito, talvez mais do que um ano dos seus quatro anos de mandato está em Brasília ou está na capital do seu Estado, mendigando recursos – um ano fazendo aqui aquilo que ele tinha o direito de receber, diretamente, no seu Município –, recursos que, muitas vezes, têm inúmeras portas a serem batidas, tendo em vista o aparato burocrático entre a decisão e a liberação.

Esse mesmo aparato burocrático fortaleceu, a meu ver, a corrupção no Brasil. Em determinados escaninhos do poder, os desvios de recursos ficam mais expostos, porque têm a lente da imprensa como uma espécie de olho da população. Nos parlamentos, por exemplo.

Mas as dificuldades de liberação de recursos potencializaram a corrupção, aquela que acontece nos bastidores, mais longe da ribalta.

Os Prefeitos passaram, então, a ser concorrentes entre si pelos mesmos recursos. Em outra escala, também os Governadores passaram a ser concorrentes pelos mesmos recursos.

Como esses recursos, em todos os níveis, são escassos, entra em cena uma outra tática: a esperteza. E se há expressão que em qualquer dicionário tem definição contraditória é a tal da esperteza.

O "esperto" vai do "inteligente" ao "espertalhão", do "enérgico" ou "vigoroso" ao "malicioso" ou "manhoso", do "fino" ao "velhaco".

É evidente que, para essa situação, venha transformando o tal do federalismo numa mira para um tiro de morte. Não há princípio federalista verdadeiro que suporte tamanha concorrência por recursos escassos. "Em casa que não tem pão, todos brigam e ninguém tem razão."

Um exemplo mais concreto foi, ou é, a chamada "guerra fiscal", uma concorrência, não raras vezes desleal, entre os entes "federados". Um verdadeiro "quem dá mais para ter mais". A negociação através do leilão. Ganha o mais inteligente. Ou o mais espertalhão. Ou o mais enérgico. Ou o mais vigoroso. Ou o mais malicioso. Ou o mais manhoso. Ou o mais fino. Ou o mais velhaco.

Ganha, portanto, o mais esperto, qualquer que seja a definição. Boa ou má.

Apesar da minha obrigação de saber o que significa, verdadeiramente, "federação", procurei as definições mais frequentes nos dicionários e nos artigos sobre a matéria. Os sinônimos mais comuns são "tratado", "aliança", "associação" e "liga".

Há quem atribua à federação o conceito de "amigos". Mas há um traço comum nessas mesmas definições: a "união". Somos caxienses, porto-alegrenses, curitibanos, piauienses, paranaenses, paulistas, cariocas ou cearenses. Mas, acima de tudo isso, somos brasileiros, brasileiros no sentido da "União". Usando um pleonasmo, a "União" nos une.

Quando eu falo de "União" nesses termos, tenho como referência o conceito de soberania, como "o complexo dos poderes que formam uma nação politicamente organizada".

Mas, quando volto à questão da cidadania, que é a mais cobrada lá no Município, ou lá no Estado, e incluo a necessidade de negociar recursos escassos e centralizados, muda, no concreto, a tal definição pleonástica de que "União" é o que nos une. É que,

à medida que os recursos se concentram, ainda, no nível federal, e é lá que termina a via-sacra de um sem-número de "estações", percorrida, quase que de joelhos, pelos Prefeitos e Governadores concorrendo entre si, a União passa a ser e ter, na verdade, um "traço de desunião".

Pode ocorrer, por exemplo, dependendo da capacidade de negociação e dos elos do negociador com o poder do momento, que um determinado Município ou Estado possa obter mais recursos para sanar um problema específico que outro, onde esse mesmo problema poderá ser, relativamente, maior.

Quer dizer, o que conta, no caso, não é a dimensão do problema, mas a capacidade do administrador, ou as suas relações com quem tem o poder de definir, e de liberar, os recursos.

Não é o problema mais importante, nem o mais necessário, nem o mais urgente o que receberá o recurso, mas o que tiver condições de chegar mais perto e contar com a simpatia de seja qual for o distribuidor.

O Prefeito/negociador, neste caso, pode ser um porto-alegrense, que concorre com um curitibano pelo mesmo recurso federal para a pavimentação de uma estrada municipal ou outra obra qualquer. Ou um gaúcho, que concorre com um paranaense ou um catarinense, que disputa com um paulista, ou um piauiense, ou um mineiro, e assim por diante.

Situação semelhante acontece nas negociações para a implantação de unidades produtivas privadas. Uma fábrica de automóveis pode ser o caso. Daí, o cenário mais que perfeito para a tal "guerra fiscal".

O Prefeito ou o Governador "A" oferece, por exemplo, a infraestrutura para a instalação da fábrica. Aí, o Prefeito "B" ou o Governador "B", para "ganhar o negócio", oferece a infraestrutura mais subsídios fiscais, e assim por diante. Há um verdadeiro leilão de quem dá mais vantagem.

É que, nesse momento, com muito orgulho, eu, como administrador público/negociador, posso ser, antes de tudo, brasileiro. Também, e bota orgulho nisso, gaúcho. Mas eu realizo a minha condição de cidadão na minha cidade, seja ela Caxias do Sul ou Teresina, ou qualquer outra.

Então, se sou o administrador da minha cidade, vou "brigar", e muito, para que ela tenha a maior fatia de recursos possível. Como esses recursos são escassos, será, obviamente, em detrimento do outro Município. Eu sou, no caso, um concorrente, e a "união" é o que menos me vale. Ou que menos me importa.

Então, se as responsabilidades para a realização do brasileiro como cidadão são municipalizadas, a cargo das prefeituras, tenho que dar também condições para que os Municípios possam concretizá-las. Caso contrário, como falar em "aliança", "associação", "liga'? Quem sabe nem mesmo possamos falar em "amigos". Talvez, em função da concorrência, tenhamos que falar em "desunião". Quer dizer, um verdadeiro "antifederalismo".

Existem autores que chamam o federalismo brasileiro não mais de "cooperativo", mas de "predatório". E a avaliação mais constante, nessa mesma "predação", é a de que não há ganhador.

As emendas aos orçamentos também são responsáveis por esse mesmo "antifederalismo". Além disso, não se pode negar que elas contribuem, em muito, principalmente as chamadas "emendas individuais", para a corrupção que campeia nos orçamentos públicos, tanto na sua formulação como na sua execução. Muitos "velhacos" e "manhosos", como temos assistido ultimamente, onde deveria ter tão somente "enérgicos" e "vigorosos".

Mas, a situação do "antifederalismo" não se resolveria nem mesmo se tais negociações se pautassem unicamente por princípios éticos. Sempre haverá a concorrência, se os recursos são escassos e os problemas cada vez mais intensos.

Não é à toa que os Estados montam "escritórios de representação" em Brasília. Eles são, na prática, instâncias para alavancar recursos para cada um dos respectivos Estados. O Rio Grande do Sul foi mais longe: chamou seu escritório de "embaixada" – "embaixada do Rio Grande do Sul". Quer dizer, um "federalismo" onde cada Estado tem uma "embaixada".

Isso sem contar os inúmeros escritórios de *lobby* privados que se montam à sombra de tais "negociações e liberações de recursos" para os Estados e Municípios, principalmente os mais frágeis em termos de poder de barganha, e os mais longínquos, geograficamente falando, do centro do poder. Aliás, isso tem levado inclusive, para muitos, a atrelar a função do *lobby* com a prática da corrupção, o que, em princípio, deveria ser indevido.

Mas, também, não é à toa que os chamados "lobistas" povoaram, em muitos casos, as Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso, exatamente por que eles nem sempre se pautam por princípios – diria eu – "republicanos".

Em determinados momentos de nossa história, muito se falou em "descentralização" das ações do poder. Mas pouco se fez, ou se fez o insuficiente, em termos de "desconcentração" dos recursos necessários para essa mesma descentralização. Quer dizer, nesse caso, o que se fez foi descentralizar, mas sem desconcentrar.

Sem entrar no mérito da questão dos chamados "Fundos de Participação", existem muitas vozes que

apontam no sentido de que eles não promovem, como devido, a melhor distribuição da renda. Isso sem contar a diminuição desses recursos, em função da crise econômica, das sucessivas renúncias fiscais – como a que o Governo está fazendo agora – e da própria sanha do Governo Federal na concentração dos mesmos.

Nesse contexto, continuo defendendo a necessidade de uma reforma política ampla, com fidelidade partidária, com recursos públicos exclusivos nas campanhas eleitorais, com o fim dos foros privilegiados, com cláusulas de barreira, com campanhas eleitorais que, efetivamente, legitimem o candidato, entre outras questões.

Mas não posso falar em novo pacto federativo somente com a reforma política, a menos que eu esteja me referindo a essa "política" de uma forma bem mais ampla do que a que se chama e se discute hoje no Congresso Nacional. Ao contrário, essas propostas mais parecem se inspirar, como eu já disse na semana passada, na famosa obra de Lampedusa, aquela do "tudo muda, para que tudo permaneça como está". A reforma política, nesses termos, melhor não tê-la.

Só posso imaginar um verdadeiro federalismo que inclua, além da reforma política, uma verdadeira reforma fiscal e tributária. Que as representações políticas nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso sejam, efetivamente, representativas da população, em todos esses níveis! Mas que esse "pacto", expressão que surge principalmente em momentos de crise, contemple condições, em termos de recursos, para que sejamos, de fato, uma Federação no seu verdadeiro sentido!

Se já houve uma descentralização necessária, que ela seja acompanhada de uma desconcentração suficiente.

Não é por acaso, Sr. Presidente Mão Santa, que o País ainda tem um dos piores índices de distribuição regional e pessoal de renda em todo o planeta. Essa situação não se reverterá mantendo os moldes atuais das políticas fiscal e tributária. Ao contrário, a tendência é o recrudescimento de tais disparidades. Não são suficientes também as políticas compensatórias, tampouco os programas de distribuição de alimentos. Não nego a importância de um Programa Fome Zero, não nego a importância de um Programa Bolsa Família, mas eles têm, necessariamente, de englobar mecanismos de emancipação do beneficiário. Não podem ser encarados como dádiva, nem como um fim em si mesmos.

Igualmente não é por acaso o inchaço das nossas cidades maiores. Há gente que saiu dos Municípios menores, porque não lhe propiciavam condições ao pleno exercício da cidadania. Há gente, muitas vezes, jogada ao relento das calçadas e que disputa espaços sob os viadutos e as pontes. Há gente que, no desespero da falta de tudo, se entregou à violência do noticiário do nosso dia a dia. Na falta de oportunidade, sai dos Municípios menores, principalmente a população mais jovem; deles saem trabalhadores, portanto, na idade mais produtiva. Deixam um vazio. Ficam ali crianças e idosos. Os que saem dali pressionam por empregos, por equipamentos urbanos nas cidades maiores, muitas vezes sem a habilidade necessária. Os que ficam necessitam da ação pública, principalmente na saúde e na educação.

Não são por acaso também as ambulâncias que, com sirenes ligadas, transferem dor de um Município sem hospital para outro, mesmo que esse outro Município não necessariamente tenha, pelo menos, médicos em número suficiente. Há uma verdadeira migração de problemas, com edemas sociais lastimáveis, principalmente nos Municípios de médio porte. É aí que reside a maior crítica ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa política não leva em conta a complexidade da realidade dos Municípios, principalmente, antes de tudo, esses de porte médio, que são receptores de problemas.

São esses os elementos que nos levam à necessidade de uma discussão, no contexto de um novo paradigma de desenvolvimento, de um novo pacto federativo. E essa discussão não pode acontecer sem a participação dos representantes locais da sociedade, de baixo para cima.

O local mais apropriado para se discutir um novo pacto federativo é, sem dúvida, o Senado Federal, pelo menos em tese. O Senado é a representação legislativa mais fiel ao conceito de Federação. Somos 26 Estados e um Distrito Federal. Para cada um, há três Senadores, independentemente de seu tamanho geográfico ou da sua população. O Estado de São Paulo, por exemplo, tem mais de 40 milhões de habitantes, o tamanho da população da Argentina; o Rio Grande do Sul, 11 milhões de habitantes, o equivalente à população de Portugal; Roraima, 400 mil habitantes, algo como a população de Cabo Verde, menos de um terço da população de Porto Alegre. No entanto, São Paulo, Rio Grande do Sul e Roraima têm, igualmente, cada um, três representantes no Senado Federal. Não há diferença, porque os Senadores representam seus Estados.

Mas não se pode negar que, nos moldes atuais, há uma espécie de concorrência também no Senado. Cada Senador procura levar para seu Estado uma fatia maior do bolo orçamentário ou das ações do Governo Federal. Cada um acompanha Prefeitos e Governadores para competir na colocação de emendas orçamentárias.

É que, num cenário de restrição de recursos, muitos são os chamados, poucos são os escolhidos. Então, neste caso, não só o Prefeito tem exercido o papel de negociador, mas também o Governador, o Deputado e até o Senador. Ao Prefeito e ao Governador, tem se exigido capacidade de negociação; ao Deputado e ao Senador, prestígio junto ao Governo de plantão. Muitas vezes, esse prestígio significa trocar seu voto, ceder, votando com o Governo, para aprovar sua emenda. Depende se é da base desse mesmo Governo, se representa segmentos mais fortes da sociedade, assim por diante. Quer dizer, mais uma vez, entra em cena a questão da negociação em confronto com os conceitos de União ou até de Federação. Um Estado pequeno pode ter, por exemplo, um Senador que é líder do Governo. Ele, com seu prestígio, pode carrear mais recursos para seu Estado do que para outro, embora, nesse outro, o problema seja muito maior e muito mais sério.

É por isso que, quando me referi ao Senado como o local mais apropriado para se discutir o novo pacto federativo, eu disse "em tese", não obrigatoriamente. É que, embora considere a enorme importância das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas ou até mesmo da Câmara dos Deputados, o Senado Federal tem ou teria de ter um papel distinto no conjunto do Legislativo. O Senado Federal não tem funções constitucionais para ser uma Câmara Municipal, Estadual ou até uma Câmara Federal de luxo. Seu papel constitucional é outro; nem mais nem menos importante, mas é outro. A verdadeira Casa da Federação é o Senado. A Casa Revisora é o Senado. A Casa por onde devem passar as grandes questões da Federação, inclusive a crise da própria Federação, é o Senado. Essa Casa é o Senado. Não é à toa que o Senado, ao longo da sua história, tem se formado por meio de um perfil diferenciado dos seus integrantes, que não são necessariamente "negociadores", que são muito mais, mas não necessariamente "executores". Digo "muito mais", porque sempre foi comum a presença de ex-Governadores ocupando cadeiras no Senado, como V. Exª e eu. Na verdade, o Senador tem de se revestir de um conhecimento vertical do seu Estado, mas tem de ter necessariamente uma visão horizontal do conjunto do País, tem de ter uma visão da Nação, uma visão da Federação.

Não tivesse o Senado Federal essa função diferenciada, talvez nem se justificasse sua presença. Sua presença, sua existência se deve exatamente à função diferenciada do Senado, a Casa da Federação, daquela exercida pela Câmara dos Deputados, a Casa da Nação. Aqui, representamos nossos Estados; lá na Câmara dos Deputados, os Deputados representam a população.

Quem visita o Congresso, no imenso gramado que se estende a partir de suas rampas, depara-se com um "marco" explicativo de suas funções, na perspectiva do arquiteto Oscar Niemeyer. Para ele, até mesmo a arquitetura das duas Casas teve de ser diferenciada. O plenário da Câmara é côncavo, "para fora", significando que aquela Casa representa o povo e está aberta a todas as tendências ideológicas e políticas. O Senado é convexo, "para dentro", significando que se trata de uma Casa mais circunspecta, mais reflexiva, mais profunda nas suas avaliações.

Não é o que tem acontecido ultimamente. Basta que se assista aos vários discursos, pela TV Senado, nos últimos tempos. Durante muito tempo, os discursos eram profundos e reflexivos; agora, digamos, os discursos são de cunho mais popular, mais aberto. Antes, eram tratadas questões nacionais, como governabilidade, Federação, reformas estruturais; agora, são tratados problemas de interesse meramente local. Antes, o Senador era representante de um respectivo Estado no contexto do País; agora, há o "Senador distrital". Antes, o plenário ficava cheio; agora, há a solidão do discurso. Antes, havia o debate; agora, o monólogo.

Não tenho, Presidente Mão Santa, uma avaliação mais profunda para medir uma possível correlação entre toda essa situação que acabo de descrever com esse verdadeiro *tsunami* político que passou pelo Senado nos últimos tempos, mas não tenho dúvida de que a perda do Senado em termos de seu verdadeiro e necessário papel constitucional tem muito a ver com a crise do nosso próprio Federalismo, com a concentração do poder nas mãos do Poder Executivo, do Governo Federal, que se reforça na absurda proliferação de medidas provisórias, que se agrava com a exiguidade dos prazos, quando chegam ao Senado, o que não permite nem mesmo um mínimo de discussão pelos representantes dos Estados. São medidas que quase nunca são provisórias; que não se revestem de relevância nem de urgência – é uma verdadeira usurpação do papel constitucional de legislar –; que suscitam, inclusive, o surgimento de discussões, aqui e acolá, sobre a possibilidade de um Congresso unicameral. E quem admite discutir a extinção do Senado já descartou por completo a ideia política do federalismo, e não importa se, para justificar essa mesma discussão, utilizem-se das mazelas que têm colocado o Senado no pior do noticiário.

Os atos secretos, as atitudes deste e daquele servidor e o medo de alguns Senadores são deploráveis, mas não são o maior problema do Senado. A crise maior do Senado é hoje existencial e pode ser consequên-

cia da crise do federalismo. Apesar dos discursos em contrário e de uma prática de descentralização, houve, na verdade, uma imensa concentração de poder, em todos os sentidos, na contramão do federalismo.

Os dicionários, Sr. Presidente, definem Federação, repito, como "união política entre Estados ou províncias que gozam de relativa autonomia e que se associam sob um governo central". Em primeiro lugar, parece que essa "autonomia" cada vez é mais "relativa", e o "Governo", cada vez mais "central".

Uma discussão, agora não só como resposta a crises cíclicas de um novo pacto federativo, trará a questão da municipalização para a verdadeira e necessária cena política, mas promoverá uma revisão institucional maior do que se poderia imaginar, em princípio.

O Senado, portanto, como já disse, não é só o melhor lugar para se debater um novo pacto federativo. Ele é parte do problema e deveria ser o maior interessado em agasalhar essa mesma discussão. Reiterando, não haverá um novo pacto federativo apenas com reforma política, pelo menos nos moldes em que ela é discutida hoje no Congresso Nacional. A reforma política tem de envolver, necessariamente, além das demais entidades representativas da sociedade, todas as instâncias legislativas. Talvez, no caso de uma reforma política, possa ser a Câmara dos Deputados o palco privilegiado, por ser uma discussão aberta, "convexa", na linguagem de Niemayer. Mas um novo pacto federativo, com a inclusão obrigatória das reformas fiscal e tributária, tem de acontecer no espaço institucional do Senado Federal, porque envolve, obviamente, e até mesmo pelo próprio nome, a questão da Federação. E tem de ser, necessariamente, urgente.

As tais reformas, a política, a fiscal e a tributária, que darão novos contornos ao nosso novo pacto federativo, só acontecerão a partir de pressões de baixo para cima. Essa discussão não se pode delimitar a aspectos positivistas "do que é". Até porque "o que é", nós já sabemos o suficiente. O importante é nos debruçarmos sobre as questões normativas "do que deve ser" – do que deve ser, repito –, refletir a melhor estratégia para concretizar a pressão, repito, de baixo para cima.

A reforma que queremos tem muito a ver com o país que desejamos. Se nos contentarmos com "o que é", correremos o risco deste discurso ser apenas mais um entre os muitos que tratam de temas tão diversos neste plenário.

Não sei se, no apagar das luzes do atual Governo, algo vai acontecer de fato, além das reiteradas promessas. Este tema tem de estar, portanto, no núcleo das discussões do próximo Governo, seja qual for. Que o Governo Federal se comprometa, efetivamente, com o verdadeiro desenho de Federação, que tem a ver, repito, com o país que verdadeiramente desejamos.

Quem sabe possamos, então, aí sim, aproveitar nossa capacidade e nossa experiência de negociar, para que possamos, depois, pôr em prática nossa capacidade de executar e de governar "de bota e chapéu".

Era o que eu tinha a dizer, meu querido Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Pedro Simon, primeiro, eu queria lhe dar um presente, em nome do respeito do Piauí a V. Exª.

Andando em Portugal, onde fui representar o Presidente Sarney, recentemente, na apresentação do livro sobre os dez anos das Constituições Brasileiras, eu encontrei e tirei cópia de uma foto de V. Exª, bem jovem, com um cachimbo, ao lado de Carlos Castello Branco. Então, eu tirei a fotografia.

Outra coisa, eu queria convidá-lo para vir aqui presidir a sessão. E aí eu digo como o Presidente Luiz Inácio, que nunca antes nós tivemos um Presidente "Sr. Ética" nesta Casa. E aqui representando o Piauí que o admira e... Carlos Castello Branco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O maior jornalista da história do Brasil.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – É com prazer que concedo a palavra ao querido Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside esta reunião de sexta-feira, 27 de novembro, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros aqui no plenário e que nos assistem sob o fabuloso sistema de comunicação do Senado, a televisão, muito buscada hoje, sintonizada, porque leva a verdade, e os seus profissionais técnicos de alto padrão, a Rádio AM e FM ondas curtas, a Voz do Brasil, os jornais do Senado, também muito bem confeccionados, o jornal diário e jornal semanário, e mais a agência de notícias do Senado. Eu hoje rendo homenagem a todos os funcionários. Fernando Mesquita tem dado um avanço nesse sistema de comunicação que eu acompanho.

Mas, Pedro Simon, eu estava aqui ouvindo V. Exª e queria dizer que li o livro de 80 anos de Paulo Brossard. Então, ele relata que fazia discursos de três horas e meia. Três horas e meia, Pedro Simon! Marcava o dia, e as galerias todas ficavam superlotadas, a Câmara vinha ouvi-lo. Isso foi inibido. O Governo

revolucionário, presidida a Assembléia por Petrônio Portella, resolveu limitar: o orador só podia falar uma hora. Aí o Paulo Brossard passou a vir três vezes por semana e fazia três discursos, que foram importantes para a redemocratização.

Pedro Simon, eu estava vendo as coisas. As coisas mudaram. Naquele tempo, não tínhamos esta televisão de grande audiência, eu sei, eu sinto. Eu tenho sido parado no exterior por brasileiros a passeio e por pessoas do Brasil que vivem no exterior e sintonizam a televisão, Pedro Simon.

Os tempos mudaram...

Eu sei que as galerias se enchiam para ouvir o gaúcho, Paulo Brossard. Mas, Pedro Simon, tenho toda certeza de que o País parou para ouvi-lo. Essas coisas acontecem. São os tempos. E, quanto a esse pronunciamento que eu estava atentamente ouvindo, vou ouvir a reprise, porque chegou aí a executiva, e há a parte burocrática, que tive de encaminhar. Tive de assinar essas sessões todas e perdi alguns instantes, mas vou recuperá-los à noite. Era pelo cumprimento de missão, porque não posso parar o *staff* administrativo do Senado. Então, naquele instante, quando ocupava a Presidência – viu, Pedro Simon, como V. Exª neste instante está fazendo –, eu era solicitado a assinar alguns documentos da administração. Mas quero dizer-lhe que à noite vou pegar, sintonizar e, centralizado, não vou perder uma palavra de V. Exª.

Mas, eis aqui, Pedro Simon, não se perde. Eu já tinha lido. Aliás, a bem da verdade, vou dizer: tenho uma encantadora mulher. Ela é mais preparada do que eu. Este livro é dela. Eu já tinha lido.

Eu fui convidado para dar uma palestra... E o mundo não está perdido, não. Não pense que as palavras de V. Exª são em vão. V. Exª não está pregando no deserto. A voz de Pedro Simon adentrou os lares e os corações de todo o Brasil. Essa paz da democracia muito devemos a sua autoridade moral. Nós vimos, sofremos, quando queriam destruir o Senado da República. As suas virtudes e a sua moral tornaram-se como aquelas muralhas das cidades antigas.

Pedro Simon, lá no Piauí, às 16 horas, vou dar uma palestra, por isso eu estava ouvindo. Então, não está tudo perdido, não. É parte de uma programação de um congresso. É um congresso para Prefeitos e Vereadores do Nordeste. E fui convidado para encerrá-lo. É sobre ética na política.

Aqui nós o temos. Entendo e posso analisar que tenho a esperança de ser um Pedro Simon. Vou desobedecer a Cícero, que foi um grande advogado, um grande orador, um grande Senador.

Ele disse: "Nunca fale depois de um grande orador". E vou ter de falar depois do Pedro Simon.

Mas quero dizer que me colocaram, Pedro Simon, para terminar um congresso lá no Rio Poty Hotel, Avenida Marechal Castello Branco, em Ilhotas, Teresina.

Houve uma palestra sobre responsabilidade fiscal, outra sobre reforma política, outra sobre o Município e o direito da alimentação, ministrada pelo Deputado Federal Nazareno Fonteles. E eu encerrarei esse debate.

Pedro Simon, com certeza, fui escolhido, porque V. Exª, com generosidade, tem-me dado apoio. V. Exª foi o primeiro que me apoiou para disputar um cargo na Mesa. Mesmo se o Partido não me indicasse, V. Exª disse que estaria comigo numa eleição com o meu nome. E quero crer que, por isso, convidaram-me para encerrar, porque V. Exª... Se Ulysses era o Sr. Diretas, Pedro Simon é o Sr. Ética. Acho que, se convidassem o senhor, lá do Rio Grande do Sul, para dar uma palestra para Vereador, seria difícil. E, por essa amizade que o senhor devota a mim e que relembra o princípio cristão de minha mãe, terceira franciscana, eles me colocaram para encerrar o congresso, hoje, no Poty, de Prefeitos e Vereadores do Nordeste, sobre ética na política.

Mas quero dizer, Pedro Simon, que isso que V. Exª falou foi de uma contribuição ímpar e extraordinária. Assim é o mundo. Eles falaram, homens virtuosos como V. Exª.

Gosto do Luiz Inácio; nós, brasileiros, gostamos. Mas não é assim como ele pensa, não. "Nunca antes", não. No antes, no antes, Luiz Inácio, no antes houve muita gente. E compreendo; não sou daqueles, sou o pai da Pátria, não sou ainda o Pedro Simon, mas quero dizer que compreendo. Este negócio de dizer que Luiz Inácio é ingênuo, não; pelo contrário, tenho dito que ele foi fruto de um Brasil organizado, o Brasil que teve o antes. Ô Pedro Simon, sei o que é a escola do Senai; foi a minha família que criou a Federação das Indústrias no Estado do Piauí, meu tio, padrinho Zeca Corrêa. Hoje, é dirigida pelo meu irmão. Sei o que é uma escola do Senai; não fui eu, mas minha família. Escola-modelo, brasão, foi um símbolo das escolas técnicas com resultados positivos.

Então, nosso Presidente teve este privilégio de nascer em um País organizado e de ser aluno do Senai. Sei o que é o Senai. Acho que, no Rio Grande do Sul, V. Exª tem a mesma observação sobre as escolas técnicas. Técnicas. Mas foram um primor, para que digamos aqui que não houve este negócio de nunca antes. Houve o antes.

Roberto Simonsen. Conheceu-se Henrique Simonsen. Foi ele que teve essa espelhação, quase como Alberto Pasqualini, o líder de V. Exª. Tinha de haver ganhos; como os protestantes Max Weber e Calvino diziam: tinha de haver lucro, mas o lucro em benefício da sociedade. Era isso. Então, Roberto Si-

monsen criou essas escolas técnicas, e o Lula – Luiz Inácio – se beneficiou.

Agora, temos de entender. E entendo, sei o valor dele, mas sei também que ele é rodeado de aloprados por todo lado. Nunca vi tanta sem-vergonhice em uma política na História do Brasil! Ele é esperto. E ninguém melhor do que eu para explicar isso, nem o Pedro Simon. Vou dizer por quê: sou cirurgião. Para onde vamos, levamos nossa formação profissional.

Pedro Simon, às vezes dá certo. Juscelino era um médico cirurgião. Como se aprende cirurgia? Você pode... Eu estudei muito, gostei de estudar: Oton de Lima, Madden... Mas se pode pegar um cirurgião bom, ficar olhando, pedir para segurar as pinças. E, de repente, você é um cirurgião. Quer dizer, usei os dois mecanismos: a teoria, para não errar, daqueles que tiveram a experiência... Mas fiquei olhando o Professor Mariano de Andrade. Fiquei "puxando o saco" dele, para ele me deixar entrar na sala de cirurgia e pegar na pinça.

Eu me lembro... Para você ver como se aprende cirurgia... V. Exª sabe o que é o poder político, e eu aprendi. No meu hospital havia dois chefes: Raimundo Brito, que foi Secretário de Saúde e Deputado Federal, e Mariano de Andrade, um cientista, um bom, o "cara" na cirurgia, como se diz. Então, Raimundo Brito e Mariano de Andrade.... Dois serviços, e eles se acomodaram. Um era chefe de cirurgia de homem, e o outro, de mulher. Não existe isso, mas era para acomodá-los, porque o outro vivia no mundo político, buscando dinheiro para o Hospital dos Servidores do Estado, o Ipase. O político, de vez em quando, tem os seus ciclos, e ele tinha que ser chefe quando voltava.

Mas eu lembro que aí o Raimundo de Brito manda para o Hospital... Moraes... – porque o meu chefe era o Mariano e ele estava ausente. "Não, eu conheço. Quem não conhece o senhor, Ministro da Saúde, autoridade? Não está, aqui, mas eu sou residente de Mariano". "Pois é. Reserva aí um apartamento, que vai a Dª Iolanda Costa e Silva, que me chamou – sou Ministro – para um apendicite. Ao meio-dia eu vou passar aí para operar". Apartamento, residente... Às 10 horas da manhã, o Mariano de Andrade chegou: "O Moraes?" "É... até o telefone". Ministro, aquilo era honroso para um residente. "Mas está lá, no jeito. Está lá a Dª Iolanda com a netinha, apendicite, que ele disse que fez. E ele vai passar aqui ao meio-dia para operá-la". Olhem como é a vida!

Aí, o Mariano de Andrade olhou e disse: "Moraes, bote ela na sala que quem vai operá-la sou eu." Às 10 horas da manhã, quando Raimundo de Brito chegou, o Mariano de Andrade já tinha operado a menina.

Mas eu quero dizer como a gente aprende cirurgia. O Luiz Inácio, hoje, tem essa sabedoria. Ele pode não ter gostado, como eu gostei, de ler os livros. Passei horas e horas nos braços da Adalgisa, mas mais horas, talvez, nos braços dos livros. Ele não, mas o homem viajou muito na vida. Ele lutou na sua luta sindical, na sua construção de um partido político e nas lutas políticas mesmo. Fracasso, não. Só é fracassado quem aceita a derrota. Ele não aceitou. Ele tomou muitas pancadas políticas, que nós sabemos, mas o sujeito só é fracassado quando ele mesmo aceita. E ele não aceitou. E ele aí saiu, como eu saí, olhando cirurgias, olhando para o mundo: viu governantes, viu países; viu por que países são ricos e por que países são pobres.

Então, tem muitos, muitos e muitos cirurgiões que não são muito afeitos à teoria, aos cursos, mas são brilhantes, porque se entregaram ao lado prático. Foi isso o que houve com Luiz Inácio, está ouvindo, Pedro Simon?

V. Exª é um sábio, é um estadista, mas V. Exª não tem o conhecimento dos mundos, dos governos e das civilizações – e nem eu, de jeito nenhum. Os poucos países a que fomos, algumas vezes nós nos esforçamos... – não é, Pedro Simon? Mas ele teve isso que lhe deu essa vivência, e vai lá para Copenhague. É isso tudo.

Mas, Pedro Simon, o que eu quero dizer é o seguinte: nem tudo está perdido. Ainda, Prefeitos e Vereadores se reúnem para estudar, para aprender na ética. Mas nós não podemos dizer, como o nosso Presidente: "Nunca antes"... Que nunca antes?! A civilização foi uma conquista. Nós temos que entender.

Vamos ler Péricles, lá onde nasceu a sabedoria, o governante Péricles. No século de Péricles, já tinha a democracia. Ele se fez na democracia. A força, Pedro Simon, de Péricles era como a força de V. Exª: a palavra. A democracia era direta. Péricles ia para a praça e dizia: "Vamos dar terra para o pobre". Aí levantava a mão, e estava resolvido. "Vamos dar...". Ele deu, o Péricles. "Vamos dar dinheiro para os pobres poderem frequentar o circo", está ouvindo, Pedro Simon? Fez a Constituição de Péricles, Luiz Inácio, e nós somos filhos de lá. Não foi nunca antes não. Fez a Constituição primeira, muito, muito, muito antes de Cristo, que eu represento, como cristão e como Partido Social Cristão, no qual eu ingressei. Muito! Ele fez a primeira Constituição. E que beleza! Por isso é que nós nos curvamos à Grécia, a Atenas.

Que beleza! Lá está, Pedro Simon, que todo mundo tem direito de enriquecer, através do trabalho, que isso é legítimo. Essas teses de Calvino, os protestantes, que estão crescendo, graças a Deus, acreditaram nesta ética do trabalho que faz riqueza. Calvino, Max Weber... É, Pedro Simon... Mas o Péricles dizia que, para o serviço público, não tem negócio de cor, de sangue, de riqueza; é para quem tenha mérito, que tenha as virtudes da honestidade! Ele já pregava lá.

Evidentemente que aquela democracia era complicada, Pedro Simon. Ir para a praça, para o areópago. "Vamos dar dinheiro para os pobres!" Aí, o povo levantava, e ele dava terra para pobre.

O termo ostracismo... Se tinha mau comportamento, se era assassino, não tinha a máquina eletrônica, muito menos o papel. Ele mandava buscar e fazia uma eleição. "Vai para fora, vamos botar...". A cédula era uma ostra, Pedro Simon. Então, os caboclos lá, na democracia direta, representativa, iam buscar uma ostra. Quando tinha um montão de ostras, era o ostracismo. Então, aquela era a democracia direta. Agora, era muita confusão...

Já pensou, Pedro Simon? Entrava pela madrugada, chegava um bêbado, porque já tinha cerveja, já tinha vinho – isso é velho –, querendo falar e falava. Não podia dar certo.

Aí a Itália, a democracia representativa que somos nós, e Cícero, que era o Pedro Simon lá dos romanos, falava – está aqui, ô Pedro Simon: "O Senado e o povo de Roma". Basta isso. Nós podemos dizer, e dizemos, eu digo, eu posso: o Senado e o povo do Brasil. Eu falo pelo povo do Brasil.

Então, é essa a grandeza do Senador que nós herdamos, do que eles dizem que era o maior orador da história do mundo. Mas eles não conheceram o Pedro Simon. Por isso, ele está envaidecido. Se ele tivesse visto V. Exª...

Mas o fato é que nós fomos melhorando, melhorando, e teve muito antes. Não é como Luiz Inácio: "Nunca antes..." Que nunca antes! Que coisa, Luiz Inácio! Que nunca antes!?

Por que o Rui Barbosa está trepado ali? Por que o Cristo está trepado ali? E muito antes deles, muito antes, Lula, Luiz Inácio, muito antes do Cristo, muito antes do Rui Barbosa, lá nessa Grécia, do exemplo de Péricles, surgiu um homem que disse que sabia tanto e morreu injustiçado. Foi forçado a tomar veneno.

Sócrates deu grande ensinamento: "Sei que nada sei". Ele, que era chamado a explicar os fenômenos, a ensinar os reis, ensinou a humildade, Luiz Inácio. Muito antes, havia sábios que nos ensinavam a humildade. Dizer "nunca antes..." Não! Eu estou é para ensinar. Luiz Inácio é o Presidente, eu sou o pai da Pátria. Senador é isso. E ele não escreveu nada, como, depois dele, Cristo nada escreveu, e nós seguimos. Mas Cristo não teve os apóstolos? Nós não somos cristãos? Ele teve os seus discípulos.

E Platão, que está aqui, ó Pedro Simon, Platão escreveu tudo o que aprendeu com Sócrates, que, muito antes de Cristo, já pregava as virtudes, entendeu? E Platão teve um discípulo chamado Aristóteles, que disse que o homem é um animal político – ninguém ousou desmenti-lo –, e esse animal político saiu melhorando as coisas: em Roma, na França. Esse animal político, insatisfeito com as formas de governo, Pedro Simon, os reis, que seriam Deus na terra – o Absolutismo... Daí nós impedirmos...

Aqui nós temos rei, como lá em Cuba, como na Venezuela – fazem o que querem –, no Equador – o menino Correa, o índio Morales, o padre reprodutor do Paraguai. Na Nicarágua, aquela confusão e, em Honduras, porque os militares cumpriram o seu dever constitucional.

Se nós... Esses aí querem ser reis! Não tem diferença de Fidel, de Chávez para um rei. O que era o rei? O seu regime era eterno – o Fidel Castro começou e está aí, não saiu não, e nem Chávez. Agora, aqui, quem não deixou foi o Senado da República, porque nós sabemos... Só nós, não foi a Justiça, não foi a OAB, não foi a Igreja – a UNE envergonhou a história da bravura dos jovens do Brasil. Eu sou do tempo em que se cantava: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Esse era o nosso hino, hino com que nós, da UNE, fizemos cair a ditadura. Hoje ela foi corrompida. Aqui não, aqui o jogo... Os pais da Pátria não se renderam.

E tem que haver a divisão do poder. O povo, na rua, gritou: "Liberdade, igualdade, fraternidade" para derrubar os reis, que eram absolutos, era o "**L'État c'est moi**". Divisão de poder e alternância de poder! E isso fomos nós. E por que... Nunca antes? Não, porque este aí, este, Rui Barbosa, perseguido... Apesar de cem anos depois, o grito "Liberdade, igualdade, fraternidade" chegou aqui, instalou-se a República. O primeiro... O segundo era duro, está ouvindo, ô Pedro Simon?

Não sei se era o Médici ou esse Floriano Peixoto... Floriano Peixoto era o General de Aço... Como é? "De ferro". Olha, ele botou nesse Rui Barbosa, que o Rui Barbosa saiu daqui com medo, foi para Buenos Aires, fugiu e acabou na Inglaterra. Ele não era melhor do que nós não, ele não era melhor do que o Pedro Simon não, ele apenas passou dois anos na Inglaterra, tinha que aprender inglês. Se o Pedro Simon passar dois anos lá... Aí ele foi para Haia, falou em francês... Mas ele era um dos nossos, é o nosso pai, é o nosso símbolo, é o nosso, mas ele era do Senado.

Então temos isso, porque ele lá.... Está ouvindo Pedro Simon? Ele viu... Por que é bicameral? A ignorância é audaciosa, esses aloprados não sabem nada, não estudaram, são uns aproveitadores, aproveitaram a popularidade do Lula e se acobertaram, um bocado de boçal, ignorante, aloprados que não sabem de nada. Por que somos um sistema bicameral? Por que temos o Senado?

É o seguinte... Está ouvindo Pedro Simon? E ele que trouxe, ele que trouxe. Podia ser o Pedro Simon.

Ele passou 32 anos no Senado; o Pedro Simon já tem direito aos 32. Está com quantos anos? Com seu mandato completa 32, depois pode até ganhar outro e passar do Rui Barbosa.

Então, o Rui Barbosa viu a Inglaterra avançada. Mudou o mundo. O mundo teve uma primeira onda, onda da agricultura. Se ficava no campo.... A onda industrial, a segunda onda: o homem passou a viver na capital, na cidade grande, foi a onda industrial. Então os ingleses têm esse mérito.

E lá tinha um Parlamento... Surgiu um rei, Carlos I, que queria "**L´État c´est moi**" e fechou o Parlamento.

Aí é que vocês tem de saber o valor do salário. Vejo uns aloprados, uns ignorantes, uns sem-estudo! O Luiz Inácio é inteligente, é sabido, mas há uns boçais, uns ignorantes que dizem "fechar o Senado". Se se fechar o Senado, estará lascado o Brasil! Esta Casa não é minha, não; não sei nem se volto. Não é não, Pedro Simon? Mas tenho um entendimento.

Atentai bem! Chegou lá o Rei Carlos I e fechou o Parlamento, não é, Pedro Simon? O cão atenta, eles entram em guerra com a Escócia. Aí o rei se viu aperreado, porque não tinha dinheiro. Aí só houve um jeito: o rei abriu de novo o Parlamento, porque o Parlamento inglês tinha credibilidade para conseguir dinheiro para a guerra. Eles abriram o Parlamento. Mas Emily Crown, que, como V. Exª, era firme, disse: "Está certo, boto, vamos funcionar, mas vamos fazer aqui um acordo". Por isso é que há Câmara; por isso é que há Senado. Disse: "Vamos fazer um Parlamento". Nós, que temos credibilidade, voltamos; eu volto. Mas ele disse: "Jamais o rei vai ficar acima da lei". Aí se fixa o Parlamento, o Parlamento monárquico.

Voltamos, eu abro o Parlamento, nós, que temos credibilidade, fazemos isso. Quem tem credibilidade somos nós. Pedro Simon a tem, eu a tenho. Sou filho do voto e da democracia, como o é também Luiz Inácio.

Aí ele voltou, ele impôs a condição – está ouvindo, Pedro Simon? – de que jamais o rei ficasse acima da lei. Está aí a Inglaterra no seu regime bicameral monárquico, com a Rainha. O Senado deles, vamos dizer, é composto de médicos, de pessoas que têm história, pessoas de família antiga. E há a Câmara, que é ligada ao povo eleito. O regime é bicameral.

Os Estados Unidos, que são filhotes da Inglaterra, copiaram o regime bicameral presidencialista – não há rainha lá, mas o regime é bicameral. E Rui Barbosa viu isso. Um tal de John Locke ficou como autor disso – está ouvindo, Pedro Simon? –, mas foi o Senador Emily Crown que o disse. Mas quem escreveu foi John Locke, que aparece aí explicando. E nosso modelo é esse.

Rui Barbosa – daí seu valor –, com medo do Marechal de Ferro... Ele ainda tinha dois anos de mandato, e o Marechal de Ferro... Seu sucessor morreu. Ele ia voltar. Aí ele voltou e não queria assumir, Pedro Simon. Mas aí ele foi. O mandato era de oito anos, e ele cumpriu o final do mandato. Depois, o povo da Bahia nunca lhe faltou, como o povo do Rio Grande do Sul nunca faltou a Pedro Simon. Não é verdade, Pedro Simon? Ele volta sem nem ir lá, porque ele passou pela Inglaterra. E Rui Barbosa trouxe isso.

Então, somos bicamerais por isso. O Senado é o pai da Pátria, é uma inspiração divina. Se aqui não houvesse o Senado, haveria o terceiro mandato do Luiz Inácio. Sou contra qualquer um, sou pela democracia, que significa divisão e alternância no poder. Quem quer o terceiro mandato quer também o quarto. Pergunte ao Fidel Castro! Não quer não, Pedro Simon? Quem quer o quarto mandato quer o quinto. Pergunte ao Chávez! Quem quer o quinto mandato quer o sexto. Os aloprados começam a se aproveitar. Imaginem quantos aloprados existem em torno do Luiz Inácio!

Senador Pedro Simon, V. Exª nunca se utilizou disso. V. Exª foi um Governador extraordinário. O DAS-6, nós não o assinamos. Nos governos de Estado, há DAS-1, DAS-2, DAS-3 e DAS-4. Quem tem um DAS-4, brasileiros e brasileiras, ganha R$10.548,00. Anote aí: são R$10.548,00. Anotou? São reais, viu, Pedro Simon? E a professorinha? Recebe R$960,00? O piso sonhado por Cristovam foi abortado. V. Exª sabe disso, não é? Abortou-se o piso de R$960,00. Um aloprado, com assinatura do nosso Luiz Inácio, quanto ele ganha? Um aloprado ganha R$10.548,00. É um nomeado, com DAS-6, sem concurso. Entrou pela porta larga, como se diz na Bíblia, da safadeza, da sem-vergonhice, não pela porta do Estado. Pedro Simon, sabia que é de R$10.548,00? Ontem, li um manifesto do Piauí que dizia que os médicos vão entrar em greve. O Governo do Estado é do Partido dos Trabalhadores. Ganham R$1.010,00. E um aloprado quanto ganha?

Então, esse pessoal fica atentando o Luiz Inácio. Dizem "fica, fica, fica", para que eles fiquem. Está cheia de aloprado essa praça. Só há uma assinatura. São R$10.548,00! E o que conserta isso? A alternância de poder.

Dizem que Luiz Inácio fez um bocado de coisa boa. A melhor coisa foi a valorização do trabalho. O salário mínimo não dava condição de vida, era de US$70. Com nosso apoio aqui, com o apoio de Paulo Paim e de Pedro Simon, ele é hoje de US$250.

Rui Barbosa ensinou: a primazia do trabalho e do trabalhador; ele é que veio antes, ele é que faz a riqueza.

Ninguém pode ser contra caridade, mas essa Bolsa Família, ô Pedro Simon, tem de ser melhorada por nós, que sabemos. Nós temos competência para

isso. Está ouvindo, Pedro Simon? Se eu estivesse na Presidência da República, V. Exª seria meu Richelieu. E resolveríamos isso facilmente, porque eu sei, eu sou o pai da Pátria, eu fui prefeitinho, eu fui governador. Luiz Inácio não o foi. Franklin Delano Roosevelt, que governou quatro vezes os Estados Unidos, disse: cada pessoa que vejo é superior a mim em determinado negócio, e eu procuro aprender. Então, fui prefeitinho, e Luiz Inácio não o foi; fui governador, e ele não o foi. Como é que se resolve isso? Resolve-se. Ô Pedro Simon, resolve-se. Quem deveria estar lá éramos nós mesmos. Se eu fosse Presidente, V. Exª seria o meu Richelieu. Bota aí, bota o Richelieu aí: Pedro Simon.

É o seguinte, Pedro Simon: prefeito sabe de tudo e é gente boa. Olha como eu resolveria isso! Esse negócio de ganhar sem trabalhar não é comigo, não. Isso é contra Deus. Eu represento o partido de Deus, o partido de Jesus. "Comerás o pão com o suor do teu rosto." Pedro, essa é uma mensagem de Deus para os governantes propiciarem trabalho. Eu entendo assim, entendo bem. Está ali o João Pedro, mas foi o Apóstolo Paulo que disse que quem não trabalha não merece ganhar para comer. E estou com o Apóstolo Paulo. Caridade, eu sempre dou, sempre fiz. Mas, Pedro Simon, com esses treze milhões, sabe o que eu fazia agora? Pedro Simon é meu Richelieu e está atento aí. Pedro, seria muito fácil: eu pegaria essas bolsas e as daria para o prefeito. O prefeito dá mais "x" em dinheiro; e o governador, "y". Aumentava-se, multiplicava-se. Eu encaminhava todos eles para o trabalho. É fácil, fácil! Cada prefeitinho, em sua cidade, determinaria: "Aquele ali é forte, é do campo, vai ser guarda municipal, vai tomar conta da praça, vai vigiar; a mulher é do campo, sabe arte culinária". Completaria o prefeito: "Você tem um emprego de vergonha e vai fazer a merenda escolar. Você, que é do campo e sabe plantar, vai cuidar da praça, vai ser jardineiro". Em pouco tempo, em cada serviço social municipal, esse pessoal seria colocado para trabalhar.

Sei que é momento de emergência e que é preciso caridade, mas não me preocupo com eles, não; eu me preocupo com os filhos deles. Padre Antônio Vieira disse: "O exemplo arrasta. Palavra sem exemplo é um tiro". Imaginem os filhos vendo, por um, cinco, dez, quinze anos, o pai e a mãe sem trabalhar! Acho que não é por aí, não.

Ele tinha necessidade e estava com fome. Não sou contra a caridade. Meu nome é Francisco. Mas está na hora – viu, Pedro Simon? – de o Congresso aprimorar esse ato de caridade e de generosidade e encaminhá-los para o trabalho, que dá dignidade, que dá grandeza, que realiza e que o mundo todo aceita, desde Cristo.

Essas são minhas palavras. Esta sessão serve para que cada Senador, num período mais demorado, apresente suas teses. E nossa tese é esta: acreditamos na democracia.

Sou um médico cirurgião, tenho 43 anos de medicina. Na minha infância, encantava-nos Olavo Bilac, que dizia: "Criança, não verás nenhum país como este". Mas é injusto. Nunca antes, vi tanta injustiça! O Presidente Luiz Inácio, nós, do Congresso, e o Poder Judiciário temos uma vergonha.

Tenho vontade de confessar a Pedro Simon: a professorinha, para a qual se fez uma lei para ter um salário mínimo, tem um piso de R$960,00, que é uma vergonha, e ainda foi abortado. A culpa é do Luiz Inácio, ô Pedro Simon, a culpa é nossa e da Justiça. Justiça é uma inspiração divina, mas é feita por homens fracos, alguns deles são até corruptos. A professorinha, aprovamos aqui, e essa lei abortou, tem um piso de R$960,00.

Li, ontem, um manifesto dos médicos do meu Piauí que têm o salário pago pelo Partido dos Trabalhadores, que governa o Piauí: R$1.010,00. Sei o que é isso, sou médico há 43 anos, de Santa Casa, sei como trabalham, como são honrados, como estudam. Apenas R$1.010,00. Vão fazer greve no dia 2. Olhai quanto ganha um ministro, o pessoal da área da Justiça, esse pessoal. Eles têm 50 estômagos, a professorinha, um; o médico, R$1.010,00.

Então, este País está se sustentando no tripé do Partido dos Trabalhadores: a mentira, a corrupção e a incompetência. Tudo é maravilha, você pega um sistema... Não é não. Greve, nunca vi isso, Luiz Inácio, nunca, antes, vi os médicos do Piauí entrarem em greve. O salário é R$1.010,00. Li ontem o manifesto.

As professorinhas... O Cristovam, que gastou sete anos... É de R$960,00 e a Justiça barrou. Elas não têm o piso. Vou dar um quadro, Luiz Inácio... Eu não vou... E faço história... Em 1967, eu fazia residência médica de cirurgia no Rio de Janeiro, no Hospital do Servidor. Eu vi as professoras exultantes, felizes... As professoras, não, as enfermeiras... Radiantes! Eufóricas! O Presidente Castello Branco tinha acabado – está ouvindo, Pedro Simon? – de assinar um decreto-lei, que era menos vergonhoso que essas medidas provisórias, porque o decreto-lei só valia quando era aprovado aqui. Agora não, o Luiz Inácio assinou e já está valendo! Por isso, não estão nem aí! A gente aprova, mas não interessa, pois já está valendo! Não é verdade, Pedro Simon? Pois Castello Branco assinou um decreto-lei em que as enfermeiras ganhariam seis salários mínimos. As leis do Brasil, hoje... O médico é três... E eles estão em greve... Ganham, no Piauí, como muitos no Brasil, R$1.010,00... Imagine...

Deus é muito bom, principalmente para mim, já que Ele me botou aqui... Mas, com um salário deste, de R$1.010,00... Imagine, se ele tem um derrame! A

viuvinha dele, a Adalgisa... Éééé, Pedro Simon. Pedro Simon, eu vou lhe dar um quadro. Ontem, eu recebi – eu e o Marconi Perillo – o Presidente do Congresso da China. Lá são dois: um é Legislativo e o outro é o Consultor construtor. É o Senado de lá, mas eles não fazem leis – é a diferença. Orientam o governo, é construtor... E ele é o Confúcio. Lá, o Cristo é o Confúcio – toda religião é boa. Confúcio disse: "Um quadro vale por dez mil palavras."

Então, hoje, eu vou dar um quadro porque tudo o que está aí é mentira, é imprensa paga. Esse negócio que estamos numa boa, não estamos, não. A professorinha não tem direito a R$960,00. Foi embargada na Justiça. A Justiça freou o que este Congresso fez para a professorinha. Mas, e os deles? Pergunte o quanto ganha um desembargador, o quanto ganha um juiz, o quanto ganha um procurador, enquanto a professorinha... e o médico é R$1.010,00.

Mas eu vou lhe dar só um quadro – para terminar essa história, porque eu estou aqui para dar essa contribuição. E o Luiz Inácio deveria ouvir o que Sócrates falou. Antes de tomar o veneno, cicuta, ele disse: "Só sei que nada sei." Humildade. Pedro II ensinou a todos, Presidente. Ele deixava a coroa, o cetro e ouvia os Senadores. Já pensou se Luiz Inácio estivesse aqui ouvindo? Eu não, mas o Pedro Simon, que me antecedeu? Foi assim com este País. O Pedro II... A Casa é para isto.

Mas Confúcio disse: "Um quadro vale por dez mil palavras". Ontem, estava o Presidente do Congresso construtivo... Vou lhe dar um exemplo: eu vivi numa Santa Casa. O Diretor era o médico Cândido Almeida Athayde. Está vendo, Pedro Simon? Ele, com 94 anos... Eu era Governador do Estado e resolvi chamar o Dr. Cândido. Ele fez o parto de João Paulo dos Reis Velloso. Esse negócio de Mão Santa foi lá no Maranhão, na terra dele, quando eu fui representá-lo, e o caboclo, que não sabia o meu nome, disse: "Esse é o da 'Mão Santa'". Aí eu disse: eu vou dar a medalha maior, aquela que V. Exª ganhou em Oeiras, no Piauí, na nossa capital. E coloquei aquela medalha no peito dele, porque era Governador: Grã-Cruz Renascer. Dois meses depois, o Dr. Cândido Athayde morre, com 94 anos. Governador, fui ao enterro do Diretor da Santa Casa, onde ele trabalhava. Ele tinha operado uma cesariana na véspera, com 94 anos. Tinha operado aos 94 anos, trabalhando, porque os médicos têm vergonha e dignidade. Com esse salário aí...

Pedro Simon – olhe para cá –, eu tenho todos os cursos imagináveis em cirurgia; todos os que V. Exª pensar. Era o Pelé fazendo gol, Roberto Carlos cantando e eu operando os pobres na Santa Casa. Sabe qual é a minha aposentadoria? Eu nem olho. É a Adalgisa quem recebe; outro dia ela mandou o contra-cheque. É R$3.000,00. E tenho 43 anos como médico. Olhe a injustiça!

Mas Confúcio disse: "Um quadro vale por dez mil palavras". Eu deixei esse quadro. O Dr. Cândido operou com 94 anos de idade. Todos os médicos estão assim. É isso que Luiz Inácio tem que saber. Os do Piauí estão ganhando R$1.010,00. Está certo que ele tem que se virar – ele tem que estar em um Estado e estar em outro, dar plantão, consultório –, é aquilo que nós chamamos até de bico, mas isso não está certo, está vendo, Pedro Simon?

Tem uma lei, que nós fizemos – eu fui o Relator. Saí defendendo, está ouvindo, Pedro Simon? – na CAE e, depois, na Comissão de Justiça. Está aqui, foi aprovado por unanimidade, são R$7.000,00. Eu fui Relator. E esses médicos estão todos trabalhando com 90, com 100 anos, porque eles têm dignidade, eles têm vergonha. É a única profissão que tem um código de ética. O juramento de Hipócrates já é um código de ética.

Então, este País está precisando da verdade. Eles estão mentindo muito. Tem a imprensa, tem o jornal. Eu não vi nenhum dizer que o médico do Piauí, isso é no Brasil todo, ganha R$1.010,00. Eu não vi nenhum jornal e nenhuma televisão. Por isso que isto aqui... Nós somos o povo e eu estou dizendo que as professoras... Nós fizemos uma lei aqui. Até a Câmara, que é difícil, se curvou. A lei saiu e abortou. As próprias professorinhas não têm direito de ter um salário mínimo de R$960,00. Então, este é o País.

Se Montesquieu sonhou o tripé da democracia – Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo –, eu acho que ele errou. Se fôssemos nós dois, não chamaríamos de poder, mas de instrumentos da democracia. Poder é o povo que trabalha, é o povo que paga, é o povo que constrói, é o povo que é soberano. Essa é a verdade. Mas o que eu vejo, hoje, no Brasil, é o tripé da corrupção, da mentira e da incompetência que está sustentando este Governo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Felicito e agradeço ao Senador Mão Santa pelo seu importante e ilustrativo pronunciamento.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 309, DE 2009

(nº 5.939/2009, na Casa de Origem)

(DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.939, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A Petro-Sal terá sede e foro em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro.

Art. 2º A Petro-Sal terá por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Parágrafo único. A Petro-Sal não será responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Art. 3º A Petro-Sal sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Art. 4º Compete à Petro-Sal:

I – praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, especialmente:

a) representar a União nos consórcios formados para a execução dos contratos de partilha de produção;

b) defender os interesses da União nos comitês operacionais;

c) avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, de avaliação, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como fazer cumprir as exigências contratuais referentes ao conteúdo local;

d) monitorar e auditar a execução de projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos;

e) monitorar e auditar os custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e

f) fornecer à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP as informações necessárias às suas funções regulatórias;

II - praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, especialmente:

a) celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União;

b) verificar o cumprimento pelos contratados da política de comercialização de petróleo e gás natural da União resultante de contratos de partilha de produção; e

c) monitorar e auditar as operações, os custos e os preços de venda de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos;

III - analisar dados sísmicos fornecidos pela ANP e pelos contratados sob o regime de partilha de produção;

IV - representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção; e

V - exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social, conforme definido no seu estatuto.

Parágrafo único. No desempenho das competências previstas no inciso I, a Petro-Sal observará, nos contratos de partilha de produção, as melhores práticas da indústria do petróleo.

Art. 5º É dispensada a licitação para a contratação da Petro-Sal pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto.

Art. 6º A Petro-Sal terá seu capital social representado por ações ordinárias nominativas, integralmente sob a propriedade da União.

Parágrafo único. A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Art. 7º Constituem recursos da Petro-Sal:

I - rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção, inclusive parcela que lhe for destinada do bônus de assinatura relativo aos respectivos contratos;

II - rendas provenientes da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores de petróleo e gás natural da União;

III - recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

IV - rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

V - alienação de bens patrimoniais;

VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

VII - rendas provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. A remuneração da Petro-Sal pela gestão dos contratos de partilha de produção será estipulada em função das fases de cada contrato e das dimensões dos blocos e campos, entre outros critérios, observados os princípios da eficiência e da economicidade.

Art. 8º Ato do Poder Executivo aprovará o estatuto da Petro-Sal.

Parágrafo único. O estatuto fixará o número máximo de empregados e o de funções e cargos de livre provimento.

Art. 9º A Petro-Sal será dirigida por 1 (um) Conselho de Administração e 1 (uma) Diretoria Executiva.

Art. 10. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I - por 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério de Minas e Energia, que o presidirá;

II - por 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda;

III - por 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - por 1 (um) conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República; e

V - pelo diretor-presidente da Petro-Sal.

§ 1º Os conselheiros terão um período de gestão de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) recondução.

§ 2º O funcionamento e as atribuições do Conselho de Administração serão definidos no estatuto.

Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva deverão ter reputação ilibada e comprovada experiência em assuntos compatíveis com o cargo.

§ 2º O funcionamento e as atribuições da Diretoria Executiva, bem como o número de diretores e o respectivo prazo de gestão, serão definidos no estatuto.

§ 3º As decisões colegiadas da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, presentes, no mínimo, 3/5 (três quintos) deles.

§ 4º Os membros da Diretoria Executiva, depois de deixarem seus cargos, ficarão impedidos, por um período de 4 (quatro) meses, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo, gás natural, biocombustíveis ou de distribuição e comercialização, em operação no País.

§ 5º Durante o período previsto no § 4º, os ex-membros da Diretoria Executiva receberão remuneração idêntica à dos cargos por eles anteriormente ocupados.

§ 6º A violação ao impedimento previsto neste artigo caracteriza prática de advocacia administrativa, sujeita às penas previstas em lei.

Art. 12. A Petro-Sal terá um Conselho Fiscal, cujos membros serão eleitos pela Assembleia Geral, constituído por:

I – 2 (dois) conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e

II – 1 (um) conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º Os conselheiros terão um período de gestão de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) recondução.

§ 2º O funcionamento e as atribuições do Conselho Fiscal serão definidos no estatuto que deverá prever expressamente a contratação de auditores independentes para realização de auditoria anual e das demonstrações contábeis da empresa pública criada por esta Lei.

Art. 13. O regime de pessoal da Petro-Sal será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Nos concursos referidos no *caput*, a Petro-Sal poderá exigir, como critério de seleção, títulos acadêmicos e experiência profissional mínima, não superior a 10 (dez) anos, na área na qual o candidato pretende desempenhar suas atividades.

Art. 14. Fica a Petro-Sal, para fins de implantação, equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para contratar pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 1º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da Petro-Sal.

§ 2º As contratações a que se refere o § 1º observarão o disposto no *caput* do art. 3º, no art. 6º, no inciso II

do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da instalação da Petro-Sal.

§ 3º Nas contratações de que trata o *caput*, a Petro-Sal especificará, no edital de contratação, o tempo mínimo, como critério de seleção, títulos acadêmicos e experiência profissional na área na qual o candidato pretenda desempenhar suas atividades.

Art. 15. Sem prejuízo do disposto no art. 14 e observados os requisitos e as condições previstos na legislação trabalhista, a Petro-Sal poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, cujos instrumentos terão a duração máxima de 2 (dois) anos, mediante processo seletivo simplificado.

§ 1º A contratação por tempo determinado somente será admitida nos casos:

I - de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; e

II - de atividades empresariais de caráter transitório.

§ 2º O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser prorrogado apenas 1 (uma) vez e desde que a soma dos 2 (dois) períodos não ultrapasse 2 (dois) anos.

§ 3º O processo seletivo referido no *caput* deverá ser estabelecido no regimento interno da Petro-Sal, conterá critérios objetivos e estará sujeito, em qualquer caso, a ampla divulgação.

§ 4º O pessoal contratado nos termos deste artigo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e

III - ser novamente contratado pela Petro-Sal, com fundamento neste artigo, antes de decorridos 6 (seis) meses do encerramento de seu contrato anterior.

§ 5° A inobservância do disposto neste artigo importará na resolução do contrato, nos casos dos incisos I e II do § 4°, ou na sua nulidade, nos demais casos, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores.

Art. 16. Fica a Petro-Sal autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O patrocínio de que trata o *caput* poderá ser feito mediante adesão a entidade fechada de previdência privada já existente.

Art. 17. A Petro-Sal sujeitar-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Art. 18. Ao fim de cada exercício social, a Petro-Sal deverá disponibilizar, na rede mundial de computadores, as demonstrações financeiras referidas no art. 176 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 5939, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL, e dá outras providências.

II – Emendas apresentadas em Plenário (105)

III - Na Comissão Especial:
- parecer do Relator
- emendas oferecidas pelo Relator (5)
- parecer da Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A PETRO-SAL terá sede e foro em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, podendo instalar escritórios em outras unidades da federação.

Art. 2º A PETRO-SAL terá por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

Parágrafo único. A PETRO-SAL não será responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Art. 3º A PETRO-SAL sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Art. 4º Compete à PETRO-SAL:

I - praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, especialmente:

a) representar a União nos consórcios formados para a execução dos contratos de partilha de produção;

b) defender os interesses da União nos comitês operacionais;

c) avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, de avaliação, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como fazer cumprir as exigências contratuais referentes ao conteúdo local;

d) monitorar e auditar a execução de projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos;

e) monitorar e auditar os custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e

f) fornecer à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP as informações necessárias às suas funções regulatórias;

II - praticar todos os atos necessários à gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, especialmente:

a) celebrar os contratos com agentes comercializadores, representando a União;

b) verificar o cumprimento pelos contratados da política de comercialização de petróleo e gás natural da União resultantes de contratos de partilha de produção; e

c) monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos;

III - analisar dados sísmicos fornecidos pela ANP e pelos contratados sob o regime de partilha de produção;

IV - representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção; e

V - exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social, conforme definido no seu estatuto.

Art. 5º É dispensada a licitação para a contratação da PETRO-SAL pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto.

Art. 6º A PETRO-SAL terá seu capital social representado por ações ordinárias nominativas, integralmente sob a propriedade da União.

Parágrafo único. A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Art. 7º Constituem recursos da PETRO-SAL:

I - rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção, inclusive parcela que lhe for destinada do bônus de assinatura relativo aos respectivos contratos;

II - rendas provenientes da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores de petróleo e gás natural da União;

III - recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

IV - rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

V - alienação de bens patrimoniais;

VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

VII - rendas provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. A remuneração da PETRO-SAL pela gestão dos contratos de partilha de produção será estipulada em função das fases de cada contrato e das dimensões dos blocos e campos, entre outros critérios, observados os princípios da eficiência e da economicidade.

Art. 8º Ato do Poder Executivo aprovará o estatuto da PETRO-SAL.

Parágrafo único. O estatuto fixará o número máximo de empregados e o de funções e cargos de livre provimento.

Art. 9º A PETRO-SAL será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Art. 10. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I - por um conselheiro indicado pelo Ministério de Minas e Energia, que o presidirá;

II - por um conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda;

III - por um conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - por um conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República; e

V - pelo diretor-presidente da PETRO-SAL.

Parágrafo único. O funcionamento e as atribuições do Conselho de Administração, bem como o prazo de gestão de seus membros, serão definidos no estatuto.

Art. 11. Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva deverão ter reputação ilibada e comprovada experiência em assuntos compatíveis com o cargo.

§ 2º O funcionamento e as atribuições da Diretoria Executiva, bem como o número de diretores e o respectivo prazo de gestão, serão definidos no estatuto.

Art. 12. A PETRO-SAL terá um Conselho Fiscal, cujos membros serão eleitos pela Assembléia Geral, constituído por:

I - dois conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e

II - um conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O funcionamento e as atribuições do Conselho Fiscal serão definidos no estatuto.

Art. 13. O regime de pessoal da PETRO-SAL será o da Consolidação das Leis do Trabalho, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Nos concursos referidos no caput, a PETRO-SAL poderá exigir, como critério de seleção, títulos acadêmicos e experiência profissional mínima não superior a dez anos na área na qual o candidato pretende desempenhar suas atividades.

Art. 14. Fica a PETRO-SAL, para fins de implantação, equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para contratar pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 1º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da PETRO-SAL.

§ 2º As contratações a que se refere o § 1º observarão o disposto no caput do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 1993, e não poderão exceder o prazo de quarenta e oito meses, a contar da data da instalação da PETRO-SAL.

§ 3º Nas contratações de que trata o caput, a PETRO-SAL poderá exigir, como critério de seleção, títulos acadêmicos e experiência profissional mínima não superior a dez anos na área na qual o candidato pretende desempenhar suas atividades.

Art. 15. Sem prejuízo do disposto no art. 14 e observados os requisitos e as condições previstos na legislação trabalhista, a PETRO-SAL poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, cujos instrumentos terão a duração máxima de dois anos, mediante processo seletivo simplificado.

§ 1º A contratação por tempo determinado somente será admitida nos casos:

I - de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; e

II - de atividades empresariais de caráter transitório.

§ 2º O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser prorrogado apenas uma vez e desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse dois anos.

§ 3º O processo seletivo referido no **caput** deverá ser estabelecido no regimento interno da PETRO-SAL, conterá critérios objetivos e estará sujeito, em qualquer caso, a ampla divulgação.

§ 4º O pessoal contratado nos termos deste artigo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e

III - ser novamente contratado pela PETRO-SAL, com fundamento neste artigo, antes de decorridos seis meses do encerramento de seu contrato anterior.

§ 5º A inobservância do disposto neste artigo importará na resolução do contrato, nos casos dos incisos I e II do § 4º, ou na sua nulidade nos demais casos, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores.

Art. 16. Fica a PETRO-SAL autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O patrocínio de que trata o **caput** poderá ser feito mediante adesão a entidade fechada de previdência privada já existente.

Art. 17. A PETRO-SAL sujeitar-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 714, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL, e dá outras providências".

Brasília, 31 de agosto de 2009.

Mensagem nº 739, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 5.939, de 2009, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – PETRO-SAL, e dá outras providências", enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 714, de 2009.

Brasília, 9 de setembro de 2009.

E.M.I. nº 00040 - MME/MP/MF/MDIC/CCIVIL

Brasília, 31 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PETRO-SAL, e dá outras providências".

2. A proposição insere-se no conjunto de medidas decorrente da Resolução nº 6, de novembro de 2007, do Conselho Nacional de Política Energética, aprovada por Vossa Excelência, determinando ao Ministério de Minas e Energia que avaliasse, no mais curto prazo possível, as mudanças necessárias no marco legal que contemplem um novo paradigma de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, advindo da descoberta da nova província petrolífera, respeitando os contratos em vigor.

3. Resulta, ainda, dos trabalhos da Comissão Interministerial instituída em 17 de julho de 2008, por determinação de Vossa Excelência, a qual é integrada pelos Ministros de Estado de Minas e Energia, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelos Presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, com a finalidade de estudar e propor as alterações necessárias na legislação, no que se refere à exploração e à produção de petróleo e gás natural na nova província petrolífera do Pré-Sal.

4. Trata-se, portanto, de medida vinculada e necessária à implementação do regime de partilha de produção, novo modelo de exploração e produção de petróleo e gás natural, objeto de proposição legislativa específica, o qual será aplicável às áreas integrantes da nova província petrolífera do Pré-Sal, bem como em áreas estratégicas a serem definidas por proposta do CNPE. Observa-se, ademais, o disposto no art. 37, inciso XIX, da Constituição, o qual determina que "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública".

5. No regime de partilha de produção, o contratado assume integralmente os custos e os investimentos necessários à execução do contrato, sendo ressarcido, em caso de descoberta comercial, com parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. A parcela restante do petróleo extraído, chamada de excedente em óleo, é dividida entre o Estado e o contratante, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato. Como todos os custos são recuperados pelo contratante, faz-se necessário o monitoramento permanente das atividades sob o regime de partilha de produção, de forma que a eficiência esteja presente em todas as etapas.

6. Essas características do regime de partilha de produção demandam dotar a União, no exercício do monopólio assegurado pelo art. 177 da Constituição, de mecanismos sólidos de governança e gestão, dos quais é parte essencial a nova empresa a ser criada para representar os seus interesses, fiscalizar e atuar de forma a maximizar o excedente em óleo arrecadado em favor do Estado brasileiro. Essa entidade, sob a forma de empresa pública, não será responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, mas defenderá os interesses da União na gestão dos contratos de partilha de produção, celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, e na gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União.

7. A Empresa deverá avaliar, técnica e economicamente, planos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, a serem aprovados pela ANP; monitorar e auditar a execução dos projetos e os custos de investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda de petróleo e gás natural da União. Adicionalmente, a PETRO-SAL integrará o consórcio a ser formado para a execução das atividades previstas no contrato de partilha de produção, e participará do comitê operacional responsável pela sua administração.

8. Caberá também à PETRO-SAL representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, para casos nos quais a jazida da área do Pré-Sal e das áreas estratégicas se estenderem por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha de produção.

9. A PETRO-SAL terá sede e foro em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, podendo instalar escritórios em outras unidades da federação. Sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Terá ainda seu capital social representado por ações ordinárias nominativas, integralmente sob a propriedade da União e submeter-se-á à supervisão do Ministério de Minas e Energia e à fiscalização da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

10. No âmbito do modelo de partilha de produção, a PETRO-SAL deverá ser dotada de corpo técnico reduzido, porém de alta qualificação, para executar as mencionadas atividades relativas à gestão dos contratos de partilha e de comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos recebidos pela União em decorrência desses contratos. O quantitativo máximo de empregados permanentes da nova empresa, a ser selecionado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, assim como as funções e cargos de direção e assessoramento destinados à sua estruturação organizacional, serão estabelecidos por meio de seu estatuto, a ser aprovado em ato do Poder Executivo. Em benefício de seu corpo técnico efetivo, a PETRO-SAL poderá patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

11. Para viabilizar o início de suas operações, a PETRO-SAL poderá contratar pessoal por tempo determinado, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Adicionalmente, poderá contratar pessoal, por prazo determinado, para a prestação de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo e quando as atividades empresariais forem de caráter transitório.

12. As receitas da Empresa advirão da contraprestação de serviços para a União, podendo receber rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção, e da gestão dos contratos que celebrar com os agentes comercializadores do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, além de parcela do bônus de assinatura e de receitas de outras fontes. Com tais receitas específicas e vinculadas ao exercício de suas atividades finalísticas, pretende-se que a nova Empresa possa atuar com a autonomia orçamentária e financeira adequada ao seu nível de responsabilidade e ao ambiente da indústria de petróleo, dotada de capacidade de atrair e reter corpo técnico de alta competência, remunerando-o condignamente.

13. Os órgãos de administração e de fiscalização da PETRO-SAL são o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. O estatuto estipulará o funcionamento e as atribuições da Diretoria Executiva, bem como número de diretores a serem nomeados pelo Presidente da República. Ao Conselho de Administração, composto por representantes dos Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil da Presidência da República, além do diretor-presidente da PETRO-SAL, compete, conjuntamente com a Diretoria Executiva, a administração da Empresa. O estatuto da PETRO-SAL também definirá as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal, órgão integrado por representantes dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, eleitos pela Assembléia Geral.

14. Destaque-se o fato de que países nos quais ocorreram descobertas relevantes, como se estima ser o Pré-Sal, salvo ajustes em razão das peculiaridades locais, também criaram empresas específicas responsáveis pela gestão dos interesses públicos nesse setor. A PETRO-SAL, no exercício de suas funções, desde logo poderá adquirir e desenvolver as capacidades técnicas indispensáveis para suas atividades, tendo sua atuação orientada prioritariamente para a busca de maiores ganhos para o Estado e para a sociedade brasileira.

15. Entendemos, Senhor Presidente, que tal iniciativa é fundamental e indispensável à necessidade de gerir adequadamente as reservas de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas, permitindo ainda ratificar o compromisso de fortalecer e modernizar a indústria nacional, sobretudo a cadeia produtiva do petróleo e gás, assegurando também para as futuras gerações o produto dessa riqueza. Assim, a criação da PETRO-SAL se reveste de caráter essencial para o êxito do novo modelo de partilha de produção, contribuindo para que a atuação do Estado na defesa do interesse de todo o povo brasileiro possa ocorrer de maneira mais efetiva e sem prejuízo das diretrizes políticas que devem ser observadas e da visão de médio e longo prazo que deve permear o desenvolvimento da indústria do petróleo e gás natural no Brasil.

16. Essas são, Senhor Presidente, as considerações a respeito da proposta de Projeto de Lei que ora levamos à superior deliberação de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Assinado Por: Edson Lobão, Paulo Bernardo Silva, Guido Mantega, Miguel Jorge, Dilma Rousseff

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

CAPÍTULO XV

Exercício Social e Demonstrações Financeiras

SEÇÃO II

Demonstrações Financeiras

Disposições Gerais

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638,de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638,de 2007)

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa. (Redação dada pela Lei nº 11.638,de 2007)

§ 7º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu critério, disciplinar de forma diversa o registro de que trata o § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.

Art. 6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários, a contratação de: (Redação dada pela Lei nº 11.123, de 2005)

I - professor substituto nas instituições federais de ensino, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; (Incluído pela Lei nº 11.123, de 2005)

II - profissionais de saúde em unidades hospitalares, quando administradas pelo Governo Federal e para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo ou emprego permanente em órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta. (Incluído pela Lei nº 11.123, de 2005)

§ 2º Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado. (Renumerado do Parágrafo Único com nova redação pela Lei nº 9.849, de 1999).

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada:

II - nos casos dos incisos I a III, V e VI do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I e IX do art. 2º desta Lei, mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua insubsistência, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 12. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

III - pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante, nos casos da alínea *h* do inciso VI do art. 2º. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

§ 1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias. (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003)

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria "Brasil não combate o doping", publicada no jornal *Correio Braziliense*, em sua edição do dia 16 de novembro de 2009.

A matéria relata as preocupações com os recentes casos de **doping** no esporte brasileiro. Lem-

bra também o caso mais recente, emblemático e ainda presente no debate nacional que foi o da ginasta Daiane dos Santos.

Diz ainda o jornal que "anunciado como país sede dos Jogos Olímpicos de 2016, Brasil registrou 30 casos só este ano. Falta uma política nacional para evitar que o problema continue".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

14 15 - Super Esportes - Brasil, segunda-feira, 16 de novembro de 2009 - Correio Braziliense

ESPECIAL DA SEGUNDA

Brasil não combate o doping

Anunciado como país sede dos Jogos Olímpicos de 2016, Brasil registrou 30 casos só este ano. Falta uma política nacional para evitar que o problema continue

» THALITA KALIL

Um teste surpresa feito pela Federação Internacional de Ginástica acusou que Daiane dos Santos estava dopada. O resultado, anunciado no último 30 de outubro, foi o mais chorame, mas não o único caso de doping a chamar atenção do Brasil. Em agosto, dez dias antes do Mundial de atletismo, cinco brasileiros foram pegos nos testes também — e ficaram para casa. À parte às controvérsias se o número está ou não dentro da normalidade, ele reflete uma realidade grave do país que vai receber os Jogos Olímpicos de 2016: o Brasil não tem uma política de combate ao doping.

O Ministério do Esporte tem uma [redacted] mas a única função do órgão, criado em 2004, é aprovar a lista de substâncias da Agência Mundial Antidoping (WADA). "A comissão foi criada para manter a legislação brasileira de acordo com a internacional", justifica o médico Eduardo de Rose, membro do Comitê Olímpico Brasileiro e presidente da Comissão. "Eventualmente, ela poderia até fazer algo, mas não bem recursos para isso", justifica.

Alexandre Pagnano, membro da comissão, presidente da Associação Brasileira de Estudo e Combate ao Doping (ABECD) e presidente da Confederação Brasileira de Culturismo e Musculação, reclama que o problema vai além. Como a comissão é subordinada ao Conselho Nacional do Esporte (CNE), nem as orientações que dá são necessariamente aceitas e

Poucos encontros

A Comissão foi criada em 2004. Ela tem 13 membros: representantes de órgãos do governo, do esporte e da sociedade, ligados ao tema doping. De acordo com os membros, já houve anos em que foram realizadas quatro reuniões. Em 2009 só uma aconteceu, por enquanto.

chegam a virar ação. "Montar a comissão, do jeito que ela está, simplesmente para se reunir uma vez por ano para aprovar a lista de substâncias, que por lei tem que passar por aprovação, e depois pessoa CNE, está sendo inútil."

Mas há quem defenda o funcionamento da comissão. Para o representante do Conselho Federal de Educação Física, Alexandre Nunes, o grupo cumpre o seu papel dentro do possível. "O andamento dentro do processo democrático é lento. Mas discutimos as demandas que os representantes das 13 instituições levam." E ele destaca que o papel de combate ao doping será feito pela Agência Brasileira Antidoping (ABDA). "Qualquer fiscalização em um país do tamanho do Brasil é difícil. As confederações têm dificuldades e nem a comissão nem o ministério têm poder de gerir isso."

A comissão se reunirá hoje. E a pauta, mais uma vez, é apenas a lista de substâncias da WADA. O e-mail de convocação para os membros diz que "outros assuntos serão pautados oportunamente".

A ginasta Daiane dos Santos foi pivô do último grande escândalo de doping de 2009. Antes dela, o atletismo brasileiro deu vexame antes do Mundial de modalidade, em Agosto

> "A alegação do governo, e eu escrevi várias vezes do ministério, é que não existe dotação orçamentária específica para ação do sistema de controle antidoping"
>
> **Alexandre Pagnano,**
> **presidente da Associação Brasileira de Estudo e Combate ao Doping (ABECD)**

Muitas promessas, nenhuma ação

Como a Comissão de Combate ao Doping não tem poder de decisão nenhum, não há quem responda pelo tema no Ministério do Esporte. Alexandre Pagnanal denuncia que o governo prometeu ajudar as confederações nacionais, cedendo cotas de análise de doping, no Ladetec, mas não pagou.

"Desde 2006 o governo prometeu cotas de controle de exame antidoping, tanto aos esportes olímpicos quanto aos não olímpicos, e não cumpriu com seu papel na duação dessas cotas de análise de controle. A alegação do governo, e visitei vários áreas do ministério, é que não existe dotação orçamentária específica para a ação do sistema de controle antidoping." A confusão começa por não saber a quem recorrer para saber sobre o tema. Dentro do ministério, denuncia Pagnanal. "O alto rendimento declarou, pelo antigo secretário, que não é competência dele, a ciências e tecnologia, não é competência dela, a educacional, não é competência dela, de quem é então? Estamos no limbo."

Procurado pela reportagem do Correio, o Ministério do Esporte simplesmente respondeu que neste mês de novembro, o ministério receberá a visita de uma missão da Wada que vai ajudar a definir um plano nacional antidoping, que contemple a criação de uma agência e a demanda de investimentos em laboratórios de controle de dopagem. Informações sobre quanto tem sido destinado do orçamento ou quem é o responsável no órgão pelo tema combate ao doping não foram prestadas.



A Confederação Brasileira de Futebol é a instituição que mais faz controle antidoping no país. Enquanto o Comitê Olímpico Brasileiro fez 600 exames pré-evento, ano passado, para irás Olimpíadas, o esporte bretão faz cerca de quatro mil análises por ano. Esse número engloba as séries A, parte da B e da C, do Campeonato Brasileiro, da Copa do Brasil, da Libertadores e da Copa Sul-Americana. No total, o Brasil realiza de cinco a seis mil exames antidoping por ano. "Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Tem países que fazem mais de 10 mil, mas outros não fazem nem mil. Fazemos bastante, mas poderíamos fazer mais", argumenta o médico Eduardo De Rose.

[redacted]

Das 28 modalidades olímpicas, quatro fazem controles permanentes. De acordo com o médico Eduardo de Rose, maior autoridade em doping no país, futebol, atletismo, natação, ciclismo e vôlei mantêm uma boa regularidade de controle. "A maioria faz mais dos mundiais", explica o médico.

"As demais modalidades, não o fazem e só são realizados quando entra a ação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), na participação dos Jogos Sul-Americanos, que é o Odesur, Pan-Americanos e Olimpíada. Para isso, [redacted], garante Alexandre Pagnani.

O COB não quis entrar na discussão e, por meio de sua assessoria, disse apenas ter a informação dos exames feitos pelas confederações, mas que eles são confidenciais. Muitas das confederações, entretanto, confirmam: exame antidoping só nas principais competições e olhe lá. No penta do futebol, por exemplo, os atletas só são avaliados quando o COB pede. A razão, explica Celso Sasaqui, diretor técnico e vice-presidente da confederação, é o alto custo e o baixo número de atletas. "A gente não faz o controle com exames. É mais na confiança. Os médicos nos avisam quando algum atleta tem que tomar um remédio que esteja na lista proibida da WADA." Hoje, um exame completo simples, custa cerca de US$ 500 por atleta.

O custo também é o argumento da Confederação Brasileira de Esgrima, que só faz o controle no campeonato brasileiro. "É um exame um pouco caro". Justifica Julianita Gesser, chefe do departamento técnico da confederação. Mas ele logo lembra que o ciclo olímpico ainda está no início e garante que ano que vem o controle deve ser regular.

Pagnani questiona o argumento do custo. "Nós sempre que abrir o leque de ser declarado, ou como dirigente até mesmo de um esporte polêmico de ultrassom, quanto mais controle fizer, mais vai pegar. Será que é vantagem em que o mundo saiba o que acontece no Brasil? Por que não fazer esses controles? Há alegações de que não há recursos por parte das confederações – as olímpicas eu desconsidero, já que elas têm o repasse da Lei Piva, elas poderiam separar 1% desse valor que eles recebem para destinar a campanhas educativas de controle. Algumas confederações iniciam o controle e param de repente."

Prejuízo e constrangimento

Sem dinheiro para fazer o controle regular na sua confederação, Alexandre Pagnani teve uma atleta campeã mundial pega tentando burlar o exame antidoping durante a competição. Anne Recker, pôs água na urina. A punição veio na segunda para a atleta, que será suspensa, e para a técnica e a Confederação. Mas tudo isso poderia ter sido evitado, lamenta Pagnani. "É preferível que peque aqui dentro para não nos sujeitar à muita falta de ética, dissabor e ao ridículo lá fora."

Agência Brasileira também gera polêmica

Desde outubro do ano passado, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) já abriga a Agência Brasileira Antidoping (ABA), uma exigência da Agência Mundial Antidoping (Wada) para o país. Só que ela ainda tem uma ação restrita. "A agência está em desenvolvimento. Ainda este mês devemos ter uma reunião com a Wada para tomar decisões. Mas depende de um entendimento com o Ministério do Esporte", explica Eduardo de Rose.

O médico ainda explica que a ABA deverá ser formada por membros do comitê e do ministério, meio a meio. "Ela não pertenceria a nenhum dos dois. Tanto que pode ter sede tanto no COB quanto no Ministério. Depende do que for decidido." A ligação intrínseca do comitê com a região regulador, entretanto, é questionada por Alexandre Pagnani.

"A sugestão nossa é de que a Anvisa absorva a agência, com as cabeças profissionais que o Ministério do Esporte oferece, como os que trabalham na Comissão Nacional e outros, para consolidar essa agência nacional, porque o Comitê Olímpico se ofereceu a montar a agência. Mas, numa teoria jurídica, por mais que o COB não tenha malandragem, as pessoas imaginam que ele é o maior interessado em que estas situações não apareçam." A Anvisa alega apenas que não foi contactada, mas que hoje, não tem estrutura para isso. O COB simplesmente alega estar cumprindo uma exigência da Wada.

Palavra de especialista

Críticas pesadas

"Testar atletas nas competições é mais um teste de QI do que um teste antidoping, porque o atleta precisa ser muito estúpido para ser flagrado numa competição. Você usa esteroides durante a pausa da competição, porque o que interessa é o momento da força, e isso será o pico, mais ou menos, uma semana depois da competição. Para que se antecipar os testes no quarto trimestre, que é quando os atletas usam as drogas. Mas, ao invés de aumentar e antecipar os testes no quarto período, como em anos olímpicos, eles reduzem pela metade. Ou eles estão pensando que o uso de doping ou de testes são ignorantes."

Victor Conte
Fundador do laboratório Balco, dos EUA, responsável pelo primeiro escândalo por uso de esteroides, com as velocistas Marion Jones e Tim Montgomery, que conquistaram medalhas olímpicas e recordes mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Invocamos a proteção de Deus e declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 218ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 186, 24 de novembro de 2009)

RETIFICAÇÕES

No final da página 60732, inserir, por omissão gráfica, a Exposição de Motivos nº 515/2008-MC, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2009, (nº 1.754/2009, na Câmara dos Deputados).

Na página 60949, após o art. 3º, para correção do texto da ementa do Projeto de Lei Original nº 944, de 2007:

INSERIR DOCUMENTO ANEXO

Onde se lê:

Altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relator: DEP. DR. NECHAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. WOLNEY QUEIROZ).

Leia-se:

Altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso" e dá outras providências.

EM no. 515/2008-MC

Brasília, 15 de setembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária Cruzilicense de Radiodifusão - ACCR**, no Município de Cruzília, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.053524/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

ATA DA 219ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 187**, em 25 de novembro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na Ata, à página 61649, na publicação do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2009 - Complementar, inclua-se por omissão, logo após a justificação,

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2009.

Senador Romero Jucá

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

15ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 07 de julho de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de julho do ano de dois mil e nove, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Marco Maciel, Senador Renato Casagrande, Senador Wellington Salgado, Senador Valter Pereira, Senador Romeu Tuma, Senador Inácio Arruda, Senadora Fátima Cleide, Deputado Colbert Martins, Deputada Rebecca Garcia, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Luiz Carreira** e **Deputado Sarney Filho**. A Presidência procede a leitura de expediente do gabinete do Senador Jefferson Praia, justificando a ausência de Sua Excelência por se encontrar em missão oficial no Equador, no período de 07 a 12 de julho de 2009, participando da Reunião Conjunta do Parlatino. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente Reunião destina-se à seguinte pauta: Item único: Apreciação de Requerimentos e Assuntos Diversos. Foram lidos os seguintes requerimentos: **a)** Requerimento de informação ao Ministério de Relações Exteriores, solicitando cópia do documento encaminhado pelo governo brasileiro à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática – CMNUCC, de autoria da *Deputada Vanessa Grazziotin.* **b)** Requerimento para realização de Audiências Públicas com as autoridades nomeadas, para debate de questões fundamentais para as definições de política ambiental global na Conferência das Partes de Copenhagen face ao aquecimento global de origem antrópica, às mudanças climáticas, e às políticas e medidas de governo para a mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global, de autoria do *Deputado Antonio Carlos Mendes Thame*. **c)** Requerimento sobre a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da CMMC, com quatro parlamentares, para acompanhar o processo de organização da II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID+18, que ocorrerá entre os dias 16 a 20 de agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, de autoria do *Senador Inácio Arruda*. **d)** Requerimento para que sejam convidados o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, René Barreira e o Diretor da Conferência Internacional sobre Impactos – ICID, Antônio Rocha Magalhães, para, em Audiência Pública, debater sobre a agenda da ICID+18, que ocorrerá em agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, de autoria do *Senador Inácio Arruda* e subscrito pela *Deputada Rebecca Garcia*. **e)** Requerimento sobre a realização de Audiência Pública – na Região Nordeste, em Salvador/BA, de autoria do *Deputado Jorge Khoury*. **f)** Requerimento, em aditamento ao Requerimento nº 27/09, aprovado no dia 09 de junho de 2009, que propõe Audiência Pública objetivando "discutir a Instrução Normativa nº 07/09 do IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotados medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono oriundos da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo e a carvão", para re-ratificar os nomes das autoridades convidadas, nele especificados, solicitando a participação naquela Audiência dos Senhores José domingos Lopez Miguez, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Naturais e Renováveis – IBAMA; Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; bem como das Senhoras Isabela Teixeira, Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Silvia Calou, Coordenadora do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, de autoria do Senador Renato Casagrande. **g)** Requerimento sobre Audiência Pública Regional desta Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2009, no Auditório Deputada Antonieta de Barros/ALESC, com a participação dos membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater as Mudanças Climáticas e Desastres Naturais no Estado, de autoria da *Senadora Ideli Salvatti*. **h)** Requerimento de Audiência Pública com a presença do Senhor Tasso Rezende de Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de mudanças climáticas, com o objetivo de apresentar um panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das flores-

tas e para o enfrentamento da crise climática global, de autoria da *Senadora Marina Silva*. **i)** Requerimento de Audiência Pública com a presença do Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Tasso Rezende de Azevedo e do Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Senhor Virgílio Vianna, de autoria da Deputada Rebecca Garcia. A Presidência esclarece ao plenário que o Presidente Lula recebeu o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Senhor Ricardo Teixeira, para tratar de assuntos relacionados à Copa do Mundo no Brasil. Na oportunidade o Presidente da CBF comunicou para o Presidente Lula da sinalização positiva da FIFA para essa iniciativa. A Presidência informa que nos últimos dias de setembro, ou começo de outubro deste ano, a FIFA realizará sua próxima reunião no Rio de Janeiro, oportunidade em que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, poderá apresentar à FIFA a proposta Copa Lima. A Presidência comunica, também, que no dia 09 de julho de 2009, quinta-feira, às dez horas, haverá uma reunião dos representantes do Grupo de Trabalho sobre o projeto Copa Limpa, com o Chefe de Gabinete Pessoal do Presidente da República, Senhor Gilberto Carvalho, para tratar dos assuntos a serem apresentados ao Presidente Lula, em audiência a ser marcada. Por fim, participa que a atriz Cristiani Torloni manteve conversa com o Pelé e que o mesmo manifestou intenção de participar do Grupo de Trabalho sobre o projeto Copa Limpa. Usaram da palavra os senhores parlamentares, Deputada Vanessa Grazziotin e Senador Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. e Sras. Parlamentares, que aprovaram, permaneçam como se encontram.

Eu quero fazer a leitura de inúmeros expedientes que estão sobre a Mesa.

O primeiro é do Senador Jefferson Praia, solicitando a gentileza de justificar a ausência dos trabalhos desta Comissão, em virtude de estar em missão oficial no Equador, no período de 7 a 12 de julho, participando da Reunião Conjunta do Parlatino. Ele também solicita que sejam transferidas para o mês de agosto as Audiências, formalmente solicitadas, com Ministros de Estado, para o encontro com o Grupo Representativo da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que esteve acompanhando as enchentes do Norte do nosso país. Então nós vamos, já de imediato, designar à Secretaria da Comissão que proceda a transferência para o mês de agosto destas Audiências solicitadas.

Eu tenho em mãos, também, vários requerimentos que eu vou dar ciência e, se tivermos *quórum* para deliberação... Ainda não temos o número de parlamentares suficientes para aprovar os requerimentos, mas nós vamos fazer a leitura, e, se houver *quórum*, nós faremos a deliberação.

O primeiro requerimento é da Deputada Vanessa Grazziotin, que solicita informações ao Ministério de Relações Exteriores de cópia do documento encaminhada pelo Governo brasileiro à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Então é a solicitação de um documento, já enviado pelo Brasil, à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senadora Ideli, se V. Exa. me permite--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): --mesmo não havendo número para deliberação, caso não haja até o final dessa Sessão, penso que esse seria um requerimento que V. Exa. poderia transformar num ofício--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu poderia transformar num ofício.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): --como Presidente da Comissão, porque é uma informação que eu acho que é importante para todos nós.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É um requerimento de informação. A assessoria nos informa que terá que ser encaminhado à Mesa. Então, com a aprovação da Comissão. Bom, vamos deixar aqui, por enquanto.

O outro requerimento é do Deputado Mendes Thame, que requer a realização de Audiências Públicas com autoridades, a seguir nomeadas, para debate de questões fundamentais para as definições de política ambiental global na Conferência das Partes de Copenhagen, face ao aquecimento global de origem antrópica, as mudanças climáticas e as políticas e medidas de Governo para mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global: o Sr. Carlos Nobre, que inclusive já esteve aqui nesta Comissão, que é Pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais; o Sr. José Marengo, Pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais. A

segunda Audiência Pública, sobre redução de emissões derivadas do desmatamento, o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e o Sr. Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. A terceira Audiência, transferência de tecnologia de recursos financeiros para países emergentes e redução da pobreza no combate ao aquecimento global, convidar o Sr. José Goldenberg, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, professor honorário do Instituto de Estudos Avançados. E a quarta, Audiência Pública sobre a taxação de carbono – CARBONTAX: o Sr. Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia, e a Sra. Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal do Brasil. Então, estas são as propostas de quatro Audiências com as autoridades já nominadas.

O outro requerimento é do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão, com quatro parlamentares, para acompanhar o processo de organização da Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, que ocorrerá entre os dias a 16 a 20 de agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Senador Inácio Arruda, eu acho que esta é uma Comissão importante, que até eu posso estar enganada, mas eu acho que nós não necessitaríamos até de aprovação, nós poderíamos designar uma Subcomissão, posso conversar com o Relator--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): *Ex-ofício*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, *ex-ofício*, eu acho que isto aqui é algo que nós poderíamos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Fica como sugestão à presidência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. E aí, Senador Inácio, seria interessante que V. Exa. já pudesse nos orientar quais os parlamentares que V. Exa. tem ideia que gostariam de compor esta Subcomissão.

Da mesma forma, o Senador Inácio Arruda convidando o Ministro de Estado do Meio Ambiente Carlos Minc, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, Renê Barreira, o Diretor da Conferência Internacional sobre Impactos e Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Rocha Magalhães, para, em Audiência Pública, debater sobre a Agência da ICID+18, que é esta atividade que nós vamos formar a Subcomissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que ocorrerá em agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. Esta Audiência Pública seria muito conveniente que acontecesse antes da Conferência, não é, senador?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então vamos ver se a gente consegue aprová-la.

Deputado Jorge Cury, que requer a realização de Audiência Pública na Região Nordeste, em Salvador. A justificativa é o Estado da Bahia deter em seu território todos os biomas da região: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Então este é o pedido também, o requerimento do Deputado Jorge Cury.

Requerimento do Senador Renato Casagrande, que propõe Audiência Pública para discutir a Instrução Normativa 7/09, do IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotadas medidas que visem a mitigação das emissões de dióxido de carbono oriundas da geração de energia elétrica de usinas termoelétricas movidas a óleo e a carvão. Para reratificar os nomes das autoridades convidadas nele especificados, solicitando a participação naquela Audiência do Sr. José Domingos Gonzalez Miguez, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Ministério de Ciência e Tecnologia, Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Maurício Tomaschin, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como das Sras. Izabella Teixeira, Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente, e Silvia Calou, Coordenadora do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico.

Ainda da Sra. Deputada Rebeca Garcia, solicitando Audiência Pública com a presença do Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Tasso Rezende de Azevedo, e do Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Viana. Nos dias 1º a 4 de abril reuniram-se em Cuiabá e... É para discutir a importância dos mecanismos de REDD para a promoção do desenvolvimento sustentável e conservação ambiental da região amazônica.

Requerimento da Senadora Marina Silva, também a respeito do mecanismo REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação. A Senadora Marina solicita Audiência Pública com a presença do Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de mudanças climáticas, com o objetivo de apresentar um panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas. Também para fazer uma exposição. Acaba coincidindo, são de igual teor, inclusive

com o mesmo convite. Nós estamos agregando então o requerimento da Senadora Marina ao da Deputada Rebeca.

E, por último, um requerimento de minha autoria, para que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas possa se fazer presente numa Audiência que vai acontecer dia 14 de agosto, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater as mudanças climáticas e desastres naturais no Estado de Santa Catarina, inclusive podermos participar da abertura da atividade, que vai ter vários painéis: desastres naturais, causas e relações com as mudanças climáticas, consequências sócio-econômicas dos desastres naturais, o que fazer frente às mudanças climáticas e desastres naturais e o encerramento ao final do dia. Então esse também é uma solicitação de presença de representação da Comissão no evento que a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia vai realizar.

Eu queria, ainda, deixar aqui encaminhado, em nome da Comissão, nós recebemos uma informação do nosso Relator, Deputado Colbert Martins, que está sendo organizada a representação do Brasil na COP-15, em Copenhagen, e a informação que ele teve acesso é de que a situação de hospedagem em Copenhagen é extremamente difícil, que o Itamaraty tem reserva para vinte pessoas representando a delegação brasileira. E, obviamente, a nossa Comissão não está incluída nestas vinte reservas. Portanto, apesar de nós estarmos tão longe, relativamente longe ainda da realização da COP-15, em Copenhagen, eu queria deixar aqui registrado que em nome da presidência e da relatoria da Comissão nós vamos pedir a reserva de algumas hospedagens já para a representação da nossa Comissão. Aí eu gostaria de saber o que seria razoável nós termos enquanto representação: quatro membros, seis membros, o que é que seria razoável nós pedirmos para depois a gente poder fazer a discussão aqui de quem iria.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senadora, se V. Exa. me permite, primeiro eu quero concordar que, apesar de parecer cedo, não é cedo. Eu pego como exemplo o meu Estado. Há uma grande ebulição em torno do assunto, porque lá não há mobilização só do Governo do Estado, que efetivamente se mobiliza, o Governador do meu Estado deve participar de alguns debates que acontecerão paralelamente, a Secretária de Meio Ambiente a mesma coisa, mas as próprias entidades não governamentais estão muito mobilizadas para esse evento, Senadora Ideli, e aqui no Congresso eu tenho maior conhecimento por parte da Câmara, que já que foram encaminhadas ao Presidente Michel Temer uma solicitação da Comissão de Meio Ambiente e, salvo engano, da Comissão da Amazônia para a participação. Eu acho que, eu não sei, quatro membros seriam dois Senadores e dois Deputados da Comissão. Eu acho que poderíamos ir num número um pouco maior, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque esta é uma Comissão que já não tem caráter deliberativo. Se nós não pudermos sequer acompanhar os processos de debate sobre a questão mais relevante--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente, e pela importância, eu que a acho que nós temos que ir, temos que ir preparados, acho que nós temos que marcar, levar um material produzido por essa Comissão, porque independente dos resultados em si é o momento local onde as grandes autoridades ambientais do mundo estarão reunidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vão estar debatendo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E nós precisamos fazer uma presença. Eu acho que até poderíamos ver, Senadora, da possibilidade da gente montar um painel de parlamentares, porque certamente outras delegações estarão presentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com certeza nós teremos um número significativo de parlamentares.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Vamos montar um painel. No Encontro Mundial da Água que nós participamos, ainda não estava formada essa Comissão, mas lá teve um encontro específico de parlamentares. Eu acho que V. Exa., que preside a nossa Comissão, poderia, com a nossa consultoria, com a assessoria técnica, buscar contato para ver se teríamos condições de, durante aquele evento, montarmos um fórum parlamentar, se não um fórum, mas pelo menos um painel de debate onde estivéssemos representados. Na minha ideia, acho que uns quatro de cada Casa não seria muito não, pela importância deste evento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela importância do evento.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sem dúvida nenhuma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Poderíamos trabalhar na linha de oito.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A nossa Comissão é composta por vinte e quatro titulares e quatro suplentes. 1/3 dos efetivos para um evento desta magnitude eu tenho a convicção de que é bastante conveniente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De forma complementar e porque são temas correlatos, há programa(F) da ICID, que é a Conferência do Semiárido, ela ocorre dezoito anos depois, mas ela coincidiu com a Conferência Mundial do Meio Ambiente no ano de 1992. A Conferência do Semiárido foi realizada em março e a Conferência Mundial do Meio Ambiente foi realizada mais para o final do ano de 1992.

O que se quer é exatamente que o fruto dessa reunião do semiárido, é estabelecer uma Convenção Quadro das Nações Unidas que trata especificamente do tema semiárido e desertificação, que tem reuniões anuais e sempre se escolhe um País diferente. O Brasil já sediou no Município de Recife, no Estado do Pernambuco, essa Convenção, a Conferência foi em Fortaleza, e o encontro da Convenção no Brasil foi no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife. Montevidéu também já sediou, a Alemanha, na cidade de Bonn também já sediou, aí foi Madri, África, Ásia, quer dizer, o Brasil não tem acompanhado sistematicamente, porque normalmente, quando fica mais distante, tem dificuldade de mandar representação.

Mas eu estou dizendo que essas coisas são muito ligadas uma na outra. Da Conferência Mundial do Meio Ambiente é que surgem também as várias Convenções da ONU, inclusive a Convenção que trata da questão de usos da água no mundo, veio exatamente da Conferência Mundial de Meio Ambiente em 1992. Na época eu não era parlamentar Federal, eu era Deputado Estadual, tive a oportunidade de participar das duas Conferências, tanto no Rio como em Fortaleza, na ICID.

Agora eu tenho assim a opinião, que como esse movimento cresceu bastante, então eu acho que nós poderíamos fazer uma articulação da Comissão de Mudanças Climáticas com a Comissão de Meio Ambiente do MERCOSUL, que por sua vez está articulada com o Parlamento Europeu. Na Comissão de Meio Ambiente já se trata desse assunto, porque inclui o potencial hídrico da América do Sul que é gigantesco, tanto dos seus caudalosos, que são conhecidos no mundo inteiro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Como os aquíferos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): – como os aquíferos. Então nós temos uma participação dupla por dois mecanismos de reserva de água razoável. Então o Brasil, nós podemos nos articular, V. Exa. pode se dirigir diretamente à Comissão de Meio Ambiente do Parlamento do MERCOSUL.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do MERCOSUL.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E o MERCOSUL já está articulado com o Parlamento Europeu, para que a gente pudesse providenciar, quem sabe, um bom painel sobre a questão do uso dos recursos hídricos em países em desenvolvimento, como é o caso de toda a América do Sul ou toda a América Latina, você tirou os Estados Unidos e o Canadá então todos nós estamos em desenvolvimento nessa região, eu acho que dá para fazer um bom painel, e também do uso compartilhado com países, que esse é um problema gravíssimo. Você vê o problema de Israel, uma das razões da ocupação das Colinas de Golã é exatamente nascentes, quer dizer, ocupou um território de país vizinho para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para garantir a água.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --subtrair as reservas hídricas e ter que se abastecer com águas também vindas do Rio Tigre e Eufrates fora do seu território. Então, quer dizer, é uma peleja naquela região por recursos hídricos muito grande. No caso do Brasil, nós somos muito interligados com as bacias hídricas da América do Sul, quer dizer, tem uma forte ligação. Você vê o caso do Rio Paraná, Rio Uruguai, o Rio Amazonas, quer dizer, são bacias muito interligadas, muito, muito próximas, Rio Paraguai, quer dizer, são fronteiriças e que se compartilham, você tem que compartilhar esse uso da água nessa região.

Então eu acho que dava um tema, um painel muito interessante, um encontro muito interessante em cima de uma coisa bem concreta que nós temos, que perpassa toda a Região Sul, toda a região de fronteira do Brasil com os demais países, e depois o uso compartilhado interno dentro dos países, que nós também temos o caso nosso na Região Nordeste com o Rio São Francisco, com o Rio Parnaíba, que servem há vários Estados simultaneamente. Eu acho que dá para que a gente faça um grande painel no sentido de proteger esses mananciais.

Eu não sei se V. Exa. acompanhou, mas uma reportagem deu conta de que a cidade de Nova York resolveu comprar o seu entorno para proteger--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para proteger as nascentes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --o manancial hídrico, está certo, nascentes e os próprios rios, riachos, lagos, lagoas daquela região do mundo, quer dizer, numa iniciativa pioneira e muito ousada da cidade de Nova Iorque. Foi o Município de Nova

Iorque que tomou a iniciativa de fazer a compra das regiões, quer dizer, você continua sendo proprietário, mas o uso passa a ser determinado pela Prefeitura de Nova Iorque, que é exatamente de proteção absoluta daquela região.

Então eu acho que tem muita coisa para se fazer, muitas iniciativas para se tomar, eu acho que nós poderíamos contribuir com a Conferência que está acontecendo lá, quer dizer, mas nós tomarmos uma iniciativa interligados, quer dizer, a Comissão daqui se articula com o MERCOSUL, se articula com o Parlamento Europeu e fazemos um grande painel na Conferência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu vou solicitar então, Senador Inácio, que V. Exa. possa reproduzir a sugestão, a ideia, na forma de um requerimento para a gente poder--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu vou fazer em forma de ofício para V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De ofício, isso, porque aí não há necessidade de aprovação, mas para poder captar a dimensão da ideia que V. Exa. apresenta.

Nós já estamos com três horas e três minutos, nós não vamos ter o quorum. Apenas eu queria dar a seguinte informação: na semana passada o Presidente Lula recebeu o Ricardo Teixeira para encaminhamentos da Copa. Eu tive a oportunidade de ir conversar com ele a respeito dos encaminhamentos que nós temos aqui do Projeto Copa Limpa, Copa Sustentável. Ele aproveitou para relatar ao Presidente a sinalização extremamente positiva da FIFA para esta iniciativa. A FIFA, inclusive, realizará sua reunião, sua próxima reunião da direção da FIFA, será no Brasil, no Rio de Janeiro, nos últimos dias de setembro, início de outubro. Portanto, nós teremos a oportunidade de apresentar à FIFA a proposta da Copa Limpa, da Copa Sustentável, no Rio de Janeiro, neste evento. E esta semana o secretário do Presidente, o Gilberto Carvalho, realizará uma reunião preliminar com os representantes da Comissão dos Ministérios e da CBF na quinta-feira agora, pela manhã, eu acho que às dez horas da manhã, se não me falha a memória, depois eu vou pedir para comunicar a todos os membros que se prontificaram a integrar o grupo de trabalho, para nós preparássemos a Audiência onde nós iremos expor a proposta para o Presidente.

Então a Cristiane Torloni, que estava no dia com o Presidente, no dia da entrega lá do Manifesto do Amazônia para Sempre, aonde nós comentamos com o Presidente a história da Copa Limpa, ela já conversou com o Pelé e o Pelé já sinalizou disposição também de se integrar neste grupo da Copa. E o Ricardo Teixeira ainda nos deu a seguinte informação: a Copa da África do Sul já é a Copa da África, é a Copa do Continente Negro, do Continente Africano, que traz toda essa carga do debate da discriminação e tal, e a Copa de 2014 não tem marca ainda. Portanto, esta reunião de setembro da FIFA poderá ser uma reunião aonde com a apresentação da nossa proposta da Copa Limpa, da Copa Sustentável, nós poderemos provavelmente já emplacar a ideia, só em termos de projetos e tal, mas também dar a ideia de que a Copa de 2014, no Brasil, além do melhor futebol, do melhor País, também o País e a Copa com sustentabilidade, certo?

Então era isso que eu queria dar de informes. Depois nós vamos informar certinho o horário para os membros do subgrupo que estão aqui, que sou eu, o Senador Gilberto Goellner, a Deputada Vanessa Grazziotin, a Deputada Rebeca Garcia, o Deputado Lupércio Ramos e o Deputado Rômulo Gouveia. São esses os parlamentares que se depuseram a integrar o grupo de trabalho. Então eu vou, depois, passar direitinho o horário e a sala lá no Centro Cultural do Banco do Brasil, onde acontecerá a reunião quinta-feira agora.

Mais algo? Não havendo mais algo, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h07

16ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 06 de agosto de 2009, quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos, no Plenário nº 09, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As dez horas e oito minutos, do dia seis de agosto do ano de dois mil e nove, no Plenário 09 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da Deputada Vanessa Grazziotin, Vice-Presidenta da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: Senador Marco Maciel, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Senador Delcídio Amaral, Senador Inácio Arruda, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Colbert Martins, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Rômulo Gouveia e Deputado Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: CE nº 188/20090-PR, firmado pelo Senhor Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Amazonas Energia/Sistema Telebrás, encaminhado à Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em resposta ao Ofício nº

135, de 2009. Ato contínuo, a Senhora Presidenta lê o comunicado do Ministério de Minas e Energia, referente ao pedido de audiência solicitada pela Comissão e, esclarece que, a audiência está marcada para o dia 12 de agosto de 2009, às quinze horas no gabinete do Senhor Ministro Edson Lobão. Assume a Presidência dos trabalhos a Senadora Ideli Salvatti. A presente reunião destina-se à deliberação de Requerimentos e assuntos diversos. A Senhora Presidenta lembra aos membros que, na 15ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 07 de julho do ano em curso, foram lidos todos os requerimentos que serão deliberados nesta Reunião. A Senhora Presidenta coloca em discussão os requerimentos, sendo aprovados os seguintes: Requerimento nº 28, de 2009-CMMC, que requer o envio de Requerimento de Informação ao Ministério de Relações Exteriores, solicitando cópia do documento encaminhado pelo governo brasileiro à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática – CMNUCC, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin. Requerimento nº 29, de 2009-CMMC, que requer a realização de Audiências Públicas com as autoridades nomeadas, para debate de questões fundamentais para as definições de política ambiental global na Conferência das Partes de Copenhagen face ao aquecimento global de origem antrópica, às mudanças climáticas, e às políticas e medidas de governo para a mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global, com a presença dos seguintes convidados: 1ª Audiência Pública: Senhor Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE e Senhor José Marengo, pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE e Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, para discorrerem sobre os Aspectos-chave para adaptação às mudanças climáticas e ao aquecimento global de origem antrópica. 2ª Audiência Pública; 2ª Audiência Pública: Senhor Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, chefe da delegação diplomática brasileira em Posnam, 14ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto e Senhor Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, para discorrem sobre a Redução de emissões derivadas do desmatamento: REDD; 3ª Audiência Pública: Senhor José Goldemberg, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, professor honorário do Instituto de Estudos Avançados – IEA/USP, para discorrer sobre a Transferência de tecnologias e de recursos financeiros para países emergentes e a redução da pobreza no combate ao aquecimento global de origem antrópica e 4ª Audiência Pública: Senhor Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia e Senhora Lina Maria Vieira, Secretária da Receita Federal, para discorrerem sobre a Taxação do carbono (carbon tax), de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Requerimento nº 30, de 2009-CMMC, que requer a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da CMMC, com quatro parlamentares, para acompanhar o processo de organização da II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID+18, que ocorrerá entre os dias 16 a 20 de agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, de autoria do Senador Inácio Arruda. Requerimento nº 31, de 2009-CMMC, que requer, na forma do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal e do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, René Barreira e o Diretor da Conferência Internacional sobre Impactos – ICID, Antônio Rocha Magalhães, para, em Audiência Pública, debater sobre a agenda da ICID+18, que ocorrerá em agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, de autoria do Senador Inácio Arruda, subscrito pela Deputada Rebecca Garcia. Requerimento nº 32, de 2009-CMMC, que requer a realização da Audiência Pública – na Região Nordeste, em Salvador/BA, de autoria do Deputado Jorge Khoury. Requerimento nº 33, de 2009-CMMC, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 27/09, aprovado no dia 09 de junho de 2009, que propõe Audiência Pública objetivando "discutir a Instrução Normativa nº 07/09 do IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotados medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono oriundos da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo e a carvão", para re-ratificar os nomes das autoridades convidadas, nele especificados, solicitando a participação naquela Audiência dos Senhores José domingos Lopez Miguez, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Naturais e Renováveis – IBAMA; Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; bem como das Senhoras Isabela Teixeira, Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Silvia Calou, Coordenadora do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, de autoria do Senador Renato Casagrande. Requerimento nº 34, de 2009-CMMC, que requer, nos termos regimentais, Audiência Pública Regional desta Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2009, no Auditório Deputada Antonieta de Barros/ALESC, com a participação dos membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assem-

bléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater as Mudanças Climáticas e Desastres Naturais no Estado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Requerimento nº 35, de 2009-CMMC, que requer, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública com a presença do Senhor Tasso Rezende de Azevedo, Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de mudanças climáticas, com o objetivo de apresentar um panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das florestas e para o enfrentamento da crise climática global, de autoria da Senadora Marina Silva. Requerimento nº 36, de 2009-CMMC, que requer Audiência Pública com a presença do Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Tasso Rezende de Azevedo e do Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, Senhor Virgílio Vianna, de autoria da Deputada Rebecca Garcia. Requerimento nº 37, de 2009-CMMC, que requer, nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, se faça representar por alguns de seus membros, na Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, que ocorrerá no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhagen (Dinamarca), de autoria da Senadora Ideli Salvatti, subscrito pelo Deputado Colbert Martins. A Presidência sugere ao plenário que seja formada uma delegação de 6 (seis) parlamentares membros (três senadores e três deputados), para que possam representar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, na Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, sendo que os membros da Mesa Diretora da Comissão, se façam presente, ficando a próxima reunião para definição dos outros membros, com vistas aos preparativos com hospedagem, passagens, etc. A Presidência concede a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Colbert Martins, o qual informa que estará concluindo seu relatório no mês de outubro de 2009, visando sua aprovação pela comissão no mês de novembro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Extraordinária, criada por intermédio da resolução nº 4 de 2008, do Congresso Nacional e 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Havendo concordância de todos os senhores e senhoras presentes, damos continuidade a nossa reunião. Quem aprova a Ata permaneça como se encontra. Aprovado. Há expediente sobre a Mesa.

A Mesa comunica que foi encaminhado a Senadora Ideli Salvatti, Presidente de nossa Comissão, ofício de nº 135, de 23/06/2009, do Sr. Dr. Flávio Decat de Moura, Diretor Presidente da Amazonas Energia, através do qual ele encaminha uma correspondência a resposta a ofícios que foram remetidos a partir da aprovação do relatório de diligência feita no Estado do Amazonas, naquele momento de cheia, quando as águas dos rios subiram exageradamente, desproporcionadamente. Entre as resposta que ele envia a essa Casa, está um ofício confirmando que será implantada uma usina termoelétrica no Município de Anamã. E também outras informações. A Secretaria da Comissão remeterá cópia a todos os gabinetes deste ofício recebido.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Esse ofício foi feito por quem, Presidente, quem foi dos nesses membros que foram...?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Foi aprovado em plenário, mas--

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Mas quem foi o autor ou autora?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não, foi uma comitiva de parlamentares, Senadora Marina, Senador Jefferson Praia, eu, Deputada Rebeca, Deputado Marcelo Serafim fizemos uma diligência no Estado do Amazonas, fomos a alguns municípios do interior. A partir da diligência, foi produzido o relatório, aprovado aqui, que solicita uma série de providências e alguns questionamentos. Estamos agora, recebemos as respostas.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Outra correspondência recebida vem do Ministério de Minas e Energia, do Ministro Edson Lobão, que através desse comunicado, confirma a audiência que havia sido solicitada pela nossa Comissão para tratar de vários assuntos, entre eles sobre a Copa Limpa. A audiência está marcada

para o dia 12 de agosto, na próxima quarta-feira, às 15 horas. Ele nos receberá, ele receberá os membros que estiveram participando da diligência no Estado do Amazonas e os demais membros da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Bom-dia Senador, seja bem-vindo.

Dando continuidade, passamos ao único Item de nossa pauta. Antes de passarmos ao único Item de nossa pauta, convidamos para dirigir os trabalhos, a Senadora Ideli Salvatti.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mil perdões o atraso. Então, vamos fazer porque esses requerimentos já foram, na realidade, lidos anteriormente, então, apenas nós passaríamos para a sua deliberação para que não fique qualquer dúvida.

Requerimento de informação ao Ministério de Relações Exteriores solicitando cópia da documentação, encaminhado ao Governo brasileiro a convenção Macro das Nações Unidas sobre mudança climática. É um Requerimento da Sra. Vanessa, Deputada Vanessa Grazziotin. Do Deputado Antônio Mendes Thame, requerer realização de audiências públicas com autoridades a seguir nomeadas para debate de questões fundamentais para definições de política ambiental global, na conferência das partes de Copenhagen, face ao aquecimento global. Aí tem a lista dos convidados que estão no Requerimento que já foi anteriormente lido. Requerimento do Senador Inácio Arruda para construção de um grupo de trabalho no âmbito da Comissão, com quatro parlamentares para acompanhar o processo de organização da segunda conferência internacional, Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas. Também do Senador Inácio Arruda, Requerimento para que sejam convidados o Ministro do estado do meio ambiente, Carlos Minc, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, René Barrera, e o diretor da conferência internacional sobre impactos e variações climáticas e desenvolvimento sustentável, Antônio Rocha Magalhães, para em Audiência Pública, debater sobre esta conferência aí do semiárido.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sra. Presidente, só para que fica registrado, eu gostaria também de conjuntamente com o Senador, subscrever esse Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado Zequinha. Do Deputado Jorge Cury requer que a realização de Audiência Pública na região Nordeste em Salvador, na Bahia. Aqui a questão da Mata Atlântica. Problemas aí relacionados ao bioma da Mata Atlântica.

Do Senador Renato Casagrande para discutir a instrução... Audiência Pública para discutir a instrução normativa, Nº 7 de 2009, do IBAMA, que estabelece procedimento e licença ambiental para serem adotadas medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono.

De minha autoria Requerimento para a Audiência Pública regional desta Comissão, no dia 14 de agosto, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina com a participação também da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembleia para debater as mudanças climáticas e desastres naturais no Estado. Dia 14 de agosto, é a próxima sexta-feira da outra semana. Inclusive, há uma possibilidade, nós estamos aguardando apenas a confirmação, porque como nós tivemos o evento da Amazônia aqui, no Plenário do Senado, e logo em seguida, saiu a questão do desmatamento da Mata Atlântica, a ideia era fazer... Porque os estados campeões de desmatamento, Minas e Santa Catarina. Então, era de realizar eventos, relacionados ao desmatamento da Mata Atlântica, nesses dois Estados.

Então, Santa Catarina nós levá-los a proposta a Comissão de Meio Ambiente, compartilhou, então, estão organizando. E a Christiane Torloni já sinalizou a possibilidade de estar. A gente transformando também numa espécie de vigília. Então, assim que eu tiver a confirmação dão Christiane, eu também comunico a todos os parlamentares. E neste caso, gostaríamos também, junto com o Requerimento, viu Dulcídea, já pedir que pudesse ter o acompanhamento da TV Senado, da estrutura de divulgação aqui... Não, dia 14 de agosto. Próxima sexta. Isto. Então, nós vamos mandar o comunicado, não é? Inclusive da confirmação da presença da Christiane Torloni na perspectiva de transformarmos em vigília contra o desmatamento da Mata Atlântica, e também, vamos fazer os encaminhamentos para a cobertura da TV Senado, no evento.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu subscrevo também proposta do Deputado Jorge Cury, lá nós temos também problemas importantes, na estação da Mata Atlântica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na Bahia, não é?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Na Bahia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o terceiro, não é?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É o terceiro. Felizmente, nós estamos em terceiro lugar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É Minas, Santa Catarina e Bahia.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É o tipo do campeonato que a gente tem que ficar por último também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Talvez fosse o da gente poder agora, agora só tá falando alguém de Minas organizar lá.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Minas vai ter uma atividade de assuntos climáticos em Minas Gerais. Está até proposto uma atividade que eu li na imprensa... Ah, foi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está tendo.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Está tendo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está tendo agora, está tendo. [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive, nessa atividade do dia 14, lá na Assembleia Legislativa, eu pediria que os parlamentares fossem comunicado, e os parlamentares que puderam acompanhar que fosse comunicado até terça-feira para poder ter a questão do deslocamento equacionado pela Secretaria. Outro Requerimento da Senadora Marina Silva para realização de Audiência Pública, com a presença do Sr. Tarso Rezende de Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente, para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDE, (Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação). Da Sra. Deputada Rebecca Garcia, Audiência Pública com a presença do assessor especial do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Tarso Rezende de Azevedo, que é o mesmo. Então, talvez a gente já pudesse aprovar os dois, incorporando.

E por último, esse eu vou fazer a leitura na íntegra, porque não foi lido anteriormente. É um Requerimento de minha autoria, do Deputado Couber Martins, para que a Comissão possa se fazer representar por membros, na Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU, a COP15, que ocorrerá em dezembro de 2009, em Copenhague, de 07 a 18 de dezembro. Para que se tenha êxito, considera-se vital conhecer com antecipação os compromissos financeiros e políticos dos governos. Os resultados da referida Conferência de Copenhague a serão essenciais quanto a estipular a quantidade pela qual as nações industrializadas deverão limitar suas emissões, até 2020. Determinar quais os países industrializados que estão dispostos a garantir apoio financeiro para adaptação desses planos e estabelecer estruturas internacionais de governo para vigiar os regimes climáticos no longo prazo. Então, esse é o objetivo do Requerimento.

Então, eu solicito, não havendo mais Requerimentos, eu gostaria de solicitar se alguns dos parlamentares quer discutir alguns dos requerimentos. Se não, nós faríamos a votação em bloco.

Deputado Zequinha, por favor.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Senadora Ideli, nobre Relator. Não, eu gostaria, já que a maioria desses requerimentos tem um sentido só. Justamente discutir as mudança climáticas, em geral acho que quase todos eles tem a ver com isso. Ou todos. Então, acho-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vários deles, inclusive em preparação a COP15, não é?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É, todos em relação. Primeiro, eu acho que é importante, lógico, nossa Comissão é a Comissão de Mista de Mudança Climáticas e tem tudo a ver com a nossa Comissão, a gente agora focar em cima dessa reunião de Copenhague.

Segunda-feira, esta segunda-feira, dessa semana, eu fui convidado pelo Embaixador da Grã-Bretanha, para participar de um jantar com o Ministro da Energia e das Mudanças Climáticas. Vejam V. Exas., como é importante a mudança climáticas hoje no mundo. Então, o Ministro da Energia da Inglaterra, que é o Ministério mais importante da Inglaterra, ele está associado às mudanças climáticas. Então, naquela oportunidade, o Ministro nos disse que teve contatos que várias autoridades brasileiras e que estava indo com a convicção de que o Brasil deveria assumir a liderança nesse processo. E que o sucesso da COP15 que vai justamente falar, vai justamente tomar ações, em torno de um novo acordo internacional, e que substituirá o acordo de Kyoto, o protocolo de Kyoto, que já está findando, que é importantíssimo. Então, que o Brasil tem um papel muito importante a desempenhar nisso. Agora, o Brasil para que ele possa ter autoridade para desempenhar esse papel, é preciso que ele quebre alguns preconceitos. O maior deles, Presidente Senadora Ideli, é justamente a dificuldade que o Brasil tem em querer assumir metas da redução das emissões. Ora, o Brasil se nós formos comparar as últimas... O ultimo inventário que fizemos e o único, porque não tem outro, a maior parte das nossas emissões é oriunda do desmatamento, do uso do solo, e do nosso rebanho bovino; da emissões de metanos. Isso tudo somado dá mais de 75%. Ora, nós conseguimos reduzir o desmatamento, nós conseguimos reduzir as queimadas. Para isso, foi consolidado uma antiga política que vem desde a época em que o Presidente Fernando Henrique era Presidente, a Marina foi uma importante Ministra na consolidação dessas políticas e o Minc deu

continuidade a elas. Então, além da crise internacional, isso fez com o diminuísse. Por que o Brasil não assume então, as metas de redução, já que objetivamente nós reduzimos? E há um plano de metas de redução de desmatamentos nossos.

Então, eu acho que o Brasil, internacionalmente, deveria assumir isso. E nós deveríamos fazer uma discussão em torno disso, Senadora. Agora, para isso-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Como propriedade dentro da Comissão.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Como prioridade. Para isso é importante também que a gente tenha um panorama global do que o Brasil deseja fazer. Então, é lógico que a gente precisa ter conhecimento, minha sugestão é que a gente priorize dentre esses Requerimento que foram aprovados aí. Priorize primeiro aqueles que possam nos dar um panorama de como o Brasil vai se colocar. Como o Brasil entende, como o Governo brasileiro entende. A partir daí, a gente pode fazer intervenções, mais objetivas, depois desse conhecimento e dessa discussão. E depois disso, a gente tirar uma decisão, talvez de incentivo para o que Governo assuma publicamente essas metas de redução das nossas emissões. Para que ele já chegue lá com autoridade. Dizendo: "Olha, embora a gente não seja obrigado a reduzir as nossas metas, porque as responsabilidades são comuns, porém, diferenciadas, nós não somos os responsáveis histórico pelo aquecimento global". Mas a gente, num gesto de boa vontade, para constranger a Índia, para constranger a China para que eles tomem também essas medidas, já que objetivamente nós estamos contribuindo para o aquecimento global é importante que o Brasil tome essa atitude, e vá para discussão com altivez e com independência.

Então, eram essas as colocações que gostaria de fazer, pertinentes a esses requerimentos que estão sendo votados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço, Deputado Zequinha, e são muito pertinentes, e eu acho que nós já catamos, Couber, a prioridade agora nos trabalhos, focando na COP15, que é a prioridade agora do segundo semestre.

Não havendo mais quem queira discutir, eu considero aprovado os requerimentos todos, em conjunto. E queria fazer uma proposta muito concreta, que é a questão da delegação que vai representar a Comissão. Eu queria propor que nós estabelecêssemos um número de seis participantes, sendo que nestes seis participantes, eu considero extremamente importante que a direção da Comissão esteja entre esses seis; Presidência, relatoria e vice-Presidência. E no que nós possamos nessas três outras vagas da delegação, nós pudéssemos abrir, Dulcídia(F), um aviso para todos os parlamentares de forma a que a gente tenha a possibilidade de já na semana que vem definir quem serão os seis, a ponto de nós podermos, inclusive, já estabelecer a hospedagem. Porque o que nós já sabemos é que já não tem. Então, nós teríamos que ter uma prioridade... E só pode estabelecer a hospedagem, se nós soubermos quem serão os parlamentares que irão representar. Então, se não houver nenhuma contrariedade a este encaminhamento, a Comissão seria representada por seis parlamentares, Presidência, relatoria e vice-Presidência e mais três. E aí seria bom se a gente pudesse ter um equilíbrio entre Câmara e Senado. De tal forma a ter três Senadores, três Deputados, que eu acho que seria o adequado. Está bom? Podemos encaminhar dessa forma? Então, não havendo mais o que tratar.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, só antes que V. Exa. conclua, eu tive um contato ontem com um grupo de pessoas aqui na Câmara que trabalham, estão trabalhando basicamente com contatos no mundo virtual, na internet. Eu, inclusive, coloquei, e vou pedir para que eles estejam aqui na próxima terça-feira, porque nós queremos dar amplitude para um grupo que tem conexões diretas com todos esses grupos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eles querem, inclusive, que a nossa Comissão seja a cobaia, não é? Muito bom.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Exatamente. Outros grupos que trabalham nessas áreas ambientais. E, Deputado Sarney, eu acredito que nós precisamos aqui... E aí, a relatoria, Presidente Ideli, faz uma sugestão, e eu acho que nós temos que essas discussões todas acontecerem até final de setembro. Outubro, nós deveremos estar aqui prontos para poder votar o nosso relatório. Eu acho que outubro é um período, da reunião da nossa Comissão, para que nós tenhamos no princípio de novembro concluído esse relatório--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com uma posição oficial, inclusive.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Com uma posição oficial nossa. Temos que também colocar como prioridade a aprovação da nossa lei antiaquecimento global, como prioridade absoluta, nossa, para colocar nos Plenários, para que nós tenhamos uma lei aprovada.

Enfim, eu como relator, quero estar no final de outubro com o relatório pronto que seja o pensamento maior da nossa Comissão para que novembro nós possamos, sim, fazer um grande evento de encerramento de atividades. Mas com uma proposta clara, porque

dia 12, se não engano, 12 de dezembro, as reuniões de Copenhague já aconteceram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já acontecem.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Então a posição do Brasil, uma posição parlamentar nossa, com sugestões como essas que foram tomadas pelo Deputado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, para que não paire qualquer dúvida, está em votação o conjunto de requerimentos apresentados e, inclusive, com a definição da delegação de seis membros para Copenhague. Então, quem está de acordo permaneça como se encontra. Estão aprovados os requerimentos e a proposta da delegação à Copenhague de seis parlamentares. E até terça-feira, então, nós vamos bater o martelo nos nomes para poder encaminhar daí, a hospedagem e o translado da delegação.

Então, muito obrigado Srs. Presidentes. Na semana que vem, então, a reunião terça-feira, na quarta-feira tem uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, às 15 horas, para tratar daquela questão dos encaminhamentos lá na enchente no Norte e Nordeste. E na sexta-feira a Audiência Pública, então, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia.

Então, muito obrigada aos Srs. parlamentares presentes. E agradeço.

Está encerrada a Sessão. – Sessão encerrada às 10h29.

17ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 11 de agosto de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As quatorze horas e cinquenta e seis minutos, do dia onze de agosto do ano de dois mil e nove, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidenta da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senadora Ideli Salvatti, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Deputado Colbert Martins, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: Ofício GP/DL/0273/2009, datado de 14 de maio de 2009, firmado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Jorginho Mello, encaminhando cópia da Moção nº 0089.7/2009, aprovada na Sessão Plenária do dia 14 de maio de 2009, de autoria da Comissão de Turismo e Meio Ambiente daquele Poder, manifestando ao Senado Federal sua homenagem à vigília em defesa da preservação da floresta amazônica. A presente reunião destina-se: a) Confirmação dos membros que irão participar da Audiência Pública em Santa Catarina, a realizar-se no próximo dia 14 de agosto, sexta-feira; b) Confirmação dos membros que irão participar da Conferência Internacional – COP 15, e c) Assuntos Diversos. Usaram da palavra o Deputado Jorge Khoury, Deputado Rômulo Gouveia e Deputado Sarney Filho**.** Tendo em vista a manifestação de alguns parlamentares presentes à reunião, para comporem a Delegação que representará a comissão na COP 15, em Copenhagem/Dinamarca, a presidência determinou, ouvido o plenário, a inclusão dos nomes dos seguintes parlamentares no Requerimento 38, de 2009-CMMC: Deputado Jorge Khoury, Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Luiz Carreira e Deputada Rebecca Garcia. Registrou, ainda, que a comissão verificará com as presidências das comissões temáticas que abrangem o assunto na Câmara dos Deputados, a possibilidade de diluir esse acréscimo com aquelas comissões e, em último caso, solicitar ao presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, a devida autorização para viagem dos membros acrescidos no Requerimento. A comissão aprova, **extrapauta**, o **Requerimento nº 38, de 2009-CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Colbert Martins, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 34, de 2009-CMMC, aprovado por unanimidade, em reunião realizada no dia 06 de agosto do ano em curso, a definição dos seis membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para compor o Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhagem (Dinamarca), a realizar-se em dezembro de 2009, com a seguinte composição**:** Senadora Ideli Salvatti (Presidenta), Deputada Vanessa Grazziotin (Vice-Presidenta), Deputado Colbert Martins (Relator), Deputado Sarney Filho (Membro), Senador Jefferson Praia (Membro), Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (Membro), Deputado Jorge Khoury (Membro), Deputado Rômulo Gouveia (Membro), Deputado Luiz Carreira (Membro) e Deputada Rebecca

Garcia (Membro). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas Ordinária, criada por intermédio da Resolução nº 04/2008 do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores parlamentares, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

O expediente sobre a Mesa... Acusamos o recebimento de um expediente encaminhado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Deputado Sr. Jorginho Mello, que encaminha a esta Comissão, na realidade encaminhou ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sarney, que encaminhou, remeteu à nossa Comissão, Comissão Mista de Mudanças Climáticas, cópia da Moção de nº 89.7/2009, aprovada na sessão do plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 14 do corrente mês, de autoria da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, daquele poder, manifestando ao Senado Federal sua homenagem à vigília em defesa da preservação da floresta amazônica, e a Moção está anexada. Quem tiver interesse, pode solicitar cópia de nossa secretaria.

E passamos imediatamente para a nossa pauta.

O item 01 da pauta. **Confirmação dos membros que irão participar da Conferência Internacional COP 15**. Na reunião passada – o Deputado Colbert Martins, Relator de nossa Comissão, pode, depois, passar o informe mais detalhado –, ficou acordado, entre os membros e a Presidência, que a Comissão aprovaria seis nomes de parlamentares para compor a delegação representativa do colegiado, determinando à secretaria que encaminhasse aos membros, via e-mail, o convite para a Conferência Internacional COP 15, solicitando dos Srs. Parlamentares a confirmação de participação até as 12 horas do dia de hoje, o que foi feito no dia 06 de agosto, na última quinta-feira. Inclusive, a secretária da nossa Comissão acabou de trazer os extratos, e reiterado, na segunda-feira, os extratos de todos os e-mails, encaminhados a todos os gabinetes daqueles que compõem esta Comissão. Às 13 horas do dia de hoje, a secretária apresentou a Sra. Presidente os e-mails recebidos em resposta, confirmando a presença dos mesmos. Por se tratar de uma missão oficial estrangeiro, faz-se necessário aprovarmos um requerimento, aditando ao Requerimento nº 37/2009, desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas, aprovada na reunião anterior, com a composição da referida delegação. E, também, a confirmação dos membros... Outro ponto, a confirmação dos membros que irão participar da audiência pública em Santa Catarina, a realizar-se no próximo dia 14 de agosto, sexta-feira.

Conforme determinação da Presidência da Comissão, a secretaria também encaminhou aos membros, por e-mail, também no dia 06 de agosto, na última quinta-feira, reiterado, o convite para audiência pública em Santa Catarina, solicitando confirmação de participação, da mesma forma, até as 12 horas do dia de hoje. Encaminhou também, no dia 10 de agosto, segunda-feira, via e-mail, a programação do evento, reiterando a confirmação. Ficou, portanto, confirmada a presença da Sra. Presidente, Senadora Ideli Salvatti, do Deputado Sr. Relator Colbert Martins. A Presidência da Comissão encaminhou, no dia de hoje, ofício ao Presidente do Congresso, solicitando providências quanto à realização de tão importante evento.

Assuntos diversos. Antes, nós temos um requerimento, nós temos um requerimento que temos que votar, mas, antes do requerimento, eu gostaria de votar o requerimento. Eu gostaria só de lembrar que, amanhã, no dia de amanhã, às 15 horas, nós teremos uma importante audiência com o Ministro Edison Lobão, onde discutiremos com ele questões relativas à Copa do Mundo, que pretendemos dar um caráter a Eco Copa, Copa Verde, não é, Deputado Mendes Thame? E poderemos, além disso, obviamente, tratar qualquer outro assunto. É uma importante reunião que fica, aqui, reiterada a participação, o convite para a participação dos parlamentares, deputados, deputadas, senadores e senadoras. E o Requerimento que está sobre a Mesa, apenas para confirmar a informação, já dada inicialmente, que é a formação de uma delegação para participar da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas. Então, diz o seguinte o Requerimento nº 38/2009: "Requerem aditamento ao Requerimento nº 37/2009, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, aprovada por unanimidade, na reunião do dia 06 de agosto do ano em curso, a definição de seis membros desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para compor a delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas, da COP 15, em Copenhague, a realizar-se em dezembro de 2009. A composição da delegação de

parlamentares ficou da seguinte forma: Senadora Ideli Salvatti, Presidenta; Deputado Colbert Martins, relator; Deputada Vanessa Grazziotin, vice-Presidenta; Deputado Sarney Filho, membro; Senador Jefferson Praia, membro; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, membro. Eu passo a palavra ao nosso relator, para encaminhar à votação.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sra. Presidente, senhoras e senhores deputados, senhores que comparecem a esta sessão, na semana passada, essa foi a sugestão aqui colocada. O que eu gostaria, Presidente, é que nós consultássemos a assistência, aqui presente, o Deputado Jorge Khoury, que é dos Democratas, também, aqui presente, o Deputado Roberto. Nós temos um problema de tempo, precisa ser aprovado pela Comissão de Relações Exteriores, daqui, do Senado, para que isso possa ser enviado ainda, até porque existem problemas logísticos, inclusive de acomodação, que já não existem, praticamente, nesse momento, na cidade de Copenhague. Então, eu pediria à V. Exa. que escutasse os deputados, aqui presentes. A Deputada Rebecca Garcia, que aqui esteve, me falou do interesse pessoal dela também, ela encontra-se com um problema de familiar que ficou internado em Manaus, durante essa semana. Eu só gostaria que V. Exa. consultasse os demais membros presentes, para que a gente pudesse proceder essa votação.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Pois não. Deputado que queira se manifestar. Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Sra. Presidente, Srs. Parlamentares. Presidente, eu gostaria que... Como o nosso relator colocou aí, independente dessa relação que já se encontra na Mesa, fruto do entendimento da última reunião e também dos ofícios, que aqui chegaram, dos parlamentares que receberam o encaminhamento aqui, da Comissão, no meu entendimento, então, formou essa Comissão. Fora esses nomes que já estão aí, aqueles parlamentares que têm interesse de participar da COP 15 e que, eventualmente, não tiveram possibilidade de encaminhar, em tempo hábil, a sua solicitação, teria condição ainda de fazê-lo nessa reunião?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Deputado... O Deputado Rômulo quer a palavra também, deputado?

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): O gabinete encaminhou, né? O meu gabinete encaminhou no tempo hábil, e eu gostaria de, já que tem um critério de seis, ficar numa reserva ou ver a possibilidade de haver interesse... Não só o gabinete encaminhou, como também, aqui, na última reunião, presente, também, pessoalmente, confirmei o interesse de pleitear. Claro que eu sei que tem outros critérios de escolha, mas eu gostaria que o meu nome fosse analisado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Mais alguém? Não. Então, conversando rapidamente aqui, a ideia que nós apresentamos, é óbvio que, infelizmente, a secretaria da Comissão mostrou aqui, Deputado Rômulo, e confirma que nem de V. Exa. chegou a resposta. E, de fato, foi enviado para todos os gabinetes, não chegou a tempo. Se V. Exa. tiver ou dispor de... Porque, quando remete e-mail, fica na caixa que remeteu uma cópia, inclusive, com o horário da remessa. Se V. Exa. tiver e quiser trazer para cá, a Comissão agradeceria enormemente.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Eu vou encaminhar agora, pessoalmente. Já na última reunião, eu comuniquei aqui, porque, também, na última reunião, a Presidenta pediu que quem tivesse interesse já... Como eu estava presente na última reunião, eu também comuniquei a própria secretária e telefonei, hoje ainda, para a secretária, confirmando. Eu acho que o documento tem fé, mas eu acho que... E a própria presença na última reunião que estava aqui foi indagado, e, na mesma hora, coloquei a pretensão.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Srs. Deputados, aqui, nós só temos deputados presentes, é o seguinte: então, nós já temos três manifestações, Deputado Colbert, três manifestações: Deputada Rebecca, V. Exa., o Deputado Rômulo e o Deputado Luiz Carreira. Então, nós temos o Luiz Carreira, a Rebecca, o Jorge Khoury e o Deputado Rômulo; quatro. Nós temos quatro manifestações. Então, qual o encaminhamento, Deputado Rômulo? Que pudéssemos aprovar este Requerimento de nº 38, para não atrasar o processo. Deputado Rômulo, que pudéssemos, de imediato, aprovarmos este Requerimento, que constam seis nomes: dois senadores e quatro deputados, mas também deliberarmos, desde já, uma conversa com o presidente do Congresso Nacional Senador José Sarney para levar novos quatro nomes e ver a possibilidade de ampliação. Eu acho que esse caminho estaria bem. Todos concordam aprovarmos?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Pois não.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, só uma sugestão, também, que eu acho que seria bastante oportuna. As Comissões Mistas, as comissões permanentes temáticas da Câmara, elas também estão querendo mandar parlamentares representantes dessa Comissão. Então, talvez fosse o

caso de verificarmos, junto às presidências dessas Comissões de Meio Ambiente, sei lá também se a da Amazônia, no que diz respeito à Câmara, se pretendem mandar, se a Câmara vai acatar,e aí nós faríamos uma compatibilização, tanto eu quanto os outros deputados fazemos parte. Então, a gente pode fazer essa compatibilização, tentar fazer essa compatibilização também. Da mesma maneira, no Senado, também poderia se fazer essa compatibilização e isso poderia ampliar as possibilidades de a gente ampliar o número aqui, da Comissão.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Perfeitamente, Deputado Zequinha Sarney. Eu acho que a proposta de V. Exa., ela não contradita com a proposta da Mesa. Votaríamos agora, Deputado Jorge Khoury e Deputado Rômulo, o requerimento, este requerimento para encaminhar, mas, na sequência, deliberaríamos--

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Eu acho que a proposta do deputado era que fosse ter votado conjunta. Então, poderia deixar para a próxima reunião, para que pudesse fazer um único expediente, porque, do contrário, eu acho que fica prejudicado. Eu acho que fazer um só, porque, aí, aqui, nessa Casa, já é difícil quando é um, quando é em separado, aí...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Acrescentar mais quatro nomes aqui e iríamos ao Presidente do Senado, seria adendo, uma proposta de adendo, aprovaríamos todos os nomes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aprovado isso também, iríamos à Comissão. É isso? Comissão do Meio Ambiente da Câmara e do Senado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) E aprovar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Convocassem(F) os membros dessa Comissão para ir.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Além do Deputado Jorge Khoury, o Deputado Rômulo Gouveia, a Deputada Rebecca Garcia e o Deputado Luiz Carreira. Isso. Então, nós votaremos o requerimento dessa forma, com esses quatro adendos, e iríamos, marcaríamos uma conversa com o Senador José Sarney. Mas, ao mesmo tempo, Srs. Deputados, veríamos, nas demais Comissões, a possibilidade de assegurarmos uma ou duas vagas, digamos, para um ou dois parlamentares que constam nessa lista, para não sobrecarregar, porque, de acordo com o **art. 150**, do regimento comum, diz o seguinte: que as despesas com funcionamento das sessões conjuntas, bem como das comissões mistas, serão atendidas pela dotação própria do Senado Federal, exceto no que se refere às despesas com o pessoal, que serão custeadas pela casa respectiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) Não. Mas deduz-se, subentende-se que isso é por conta do Congresso, e, para não sobrecarregar o Congresso, porque já tínhamos seis, ficou uma comissão... Dez, ficaram dez. Então, Deputado Jorge Khoury, vamos ver na Comissão de Meio Ambiente. Eu não sei se alguém aqui faz parte da Comissão da Amazônia. A Deputada Rebecca Garcia talvez seja suplente, não tenho certeza, talvez seja membro. Não tenho certeza.

Então, vamos a votos. Quem concorda... Mas alguém para discutir o Requerimento de nº 38? Não. Então, em votação o Requerimento de nº 38, com adendo da inclusão de novos quatro nomes. Quem for a favor, permaneça como se encontra. Os contrários. Abstenção. Aprovado por unanimidade.

A palavra está franqueada, uma vez que esgotamos a nossa pauta do dia de hoje. Não havendo quem queira se pronunciar, agradeço a presença de todos os Srs. Parlamentares, as Sras. Parlamentares, dos presentes à nossa reunião.

E nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 15h11.

18ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, de Audiência Pública Regional, da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 14 de agosto de 2009, sexta-feira, às 9 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis.

As nove horas e vinte e três minutos, do dia quatorze de agosto do ano de dois mil e nove, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, com a participação dos Membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Autoridades, sob a Presidência da Senadora Ideli Salvatti, Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, reúnem-se com a presença dos seguintes parlamentares: Deputado Federal Couber Martins e Deputado Estadual Décio Góes. A Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidenta esclarece que a presente reunião de Audiência Pública Regional tem a participação

de diversos especialistas da área que trarão muita contribuição aos trabalhos desta Comissão pela riqueza das apresentações e por isso que a mesma tem um formato de seminário, dado as elevadas e enriquecedoras exposições. A reunião inicia-se com a apresentação do evento, das autoridades presentes e dos expositores. Tomam assento à Mesa dos Trabalhos os Senhores: Flávio Rene Brea Victoria – Diretor de Recursos Hídricos, representando o Governo do Estado de Santa Catarina; Senadora Ideli Salvatti, Deputado Décio Góes – Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Máximo Porto Seleme – Secretário Adjunto – Representando o Prefeito de Florianópolis – Sr. Dário Elias Berger –, Deputado Colbert Martins – Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Engenheiro Agrônomo Raul Zucatto – Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/SC e Sérgio Luiz Zampieri – Chefe da EPAGRI/CIRAM – Representando o Grupo Técnico Científico de Prevenção às Catástrofes. Após a execução do Hino Nacional, inicialmente é concedida a palavra, para suas considerações iniciais, aos Senhores: Sérgio Luiz Zampieri, Raul Zucatto, Deputado Colbert Martins, Máximo Porto Seleme, Décio Góes, Senadora Ideli Salvatti. A Senadora Ideli Salvatti apresenta aos participantes, de um vídeo, produzido pelos Bombeiros de Santa Catarina, quanto ao episódio das recentes catástrofes climáticas no Estado. Em seguida, o Dr. Laércio Ghizi – Coordenador de Saúde – ALESC, é convidado para fazer uso da palavra, prestando esclarecimentos à respeito do recente surto da "Gripe A", fornecendo orientações para a sua prevenção. Ato contínuo, após a solenidade de abertura, dá-se início ao 1º Painel: "Desastres Naturais: causas e relações com as mudanças climáticas", com os seguintes expositores: Deputado Décio Góes, Luiz Augusto Toledo Machado – Coordenador do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do INPE e Maria Laura G. Rodrigues – Coordenadora de Metereologia da EPAGRI/ CIRAM. O Deputado Décio Góes passa a palavra inicialmente ao Dr. Flávio Rene Brea Victória – Diretor de Recursos Hídricos – Representando o Governador do Estado de Santa Catarina, que ainda não havia se manifestado. O Senhor Deputado Décio Góes, concede a palavra ao Luiz Augusto Toledo Machado, que no decorrer de sua exposição, procede a apresentação ilustrativa concernente ao tema abordado, a seguir, é concedida a palavra a Dra. Maria Laura G. Rodrigues, para sua exposição. O Senhor Deputado Décio Góes, abre a palavra aos participantes para expressarem os seus questionamentos. Fizeram uso da palavra os Senhores: Izaldi Spindola – Superintendente do Patrimônio da União de Santa Catarina, Leonardo Ribeiro de Carvalho – Geógrafo e João Paulo Silveira – Estudante de Medicina. O Senhor Deputado Décio Góes, retoma a palavra aos expositores para que possam responder os questionamentos formulados. A seguir, o Deputado Décio Góes e, anuncia o início do 2º Painel: "Conseqüências Socioeconômicas dos desastres naturais", concedendo a palavra a Senadora Ideli Salvatti que, convida os Senhores expositores: Valmor Schochet – Professor de Mestrado de Desenvolvimento Regional da FURB e Tadeu Santos – Coordenador da ONG "Sócios da Natureza". A Senhora Presidenta, após a fala do Dr. Tadeu Santos, reforça a importância da Bacia do Rio Prata e, sugere aos participantes a elaboração, ao final do presente encontro, de um Protocolo de Intenções, a exemplo do Protocolo de Kioto, contendo subsídios colhidos das palestras proferidas pelos expositores. A Senhora Presidenta concede a palavra ao Dr. Valmor Schiochet – Professor do Mestrado de Desenvolvimento Regional – FURB. A Senhora Senadora, abre a palavra aos participantes para expressarem os seus questionamentos: João Paulo Silveira – Estudante de Medicina, Maria Aparecida Ferreira – Associação dos Pescadores Artesanais de Ibiraquera, José Deomir – Defesa Civil – Prefeitura de São José, Mara – Educadora Ambiental da Fundação Ambiental de Itapema e Nicolau Cardoso Neto – Professor e Advogado. A seguir, a Senhora Presidenta concede a palavra aos expositores para as considerações finais, suspendendo os trabalhos às treze horas e vinte e oito minutos. Reaberta a Reunião de Audiência Pública Regional, às quatorze horas e trinta e três minutos e, após a apresentação dos expositores do 3º Painel : "O que fazer frente às Mudanças Climáticas e desastres naturais". Assume a condução dos Trabalhos, o Dr. Luiz Otávio Cabral, Assessor da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e, concede a palavra ao primeiro expositor, o Dr. Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto – Promotor do Ministério Público Estadual, após, reassume a condução dos trabalhos, o Deputado Décio Goés que, concede a palavra ao Dr. Virgílio Maurício Viana – Diretor Geral da Fundação Amazônia Sustentável e, em seguida ao Dr. Ivo Bucaresk – Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Meio Ambiente e, após ao Dr. Mário Montovani – Diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica. Após, o Deputado Décio Góes, abre a palavra aos participantes, possibilitando a oportunidade de questionarem os Expositores. Fizeram uso da palavra os Senhores: Lido José Borsuk – Eng. Agrônomo e Assessor Parlamentar, Rosemari Pozzi Griggs – Professora, Eldon E. Jung – Conselheiro, André Luiz Campos

de Andrade – Representante do DNIT, Representante da Sociedade Brasileira Economia Ecológica (ECO ECO) e, Gestor Governamental do Ministério do Planejamento. O Excelentíssimo Senhor Deputado Décio Góes, retorna a palavra aos expositores para as suas considerações finais. Ato contínuo, o Deputado Décio Góes, suspende a presente reunião às dezessete horas e dois minutos, para um breve intervalo. Reaberta a Audiência Pública Regional, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, assumindo a condução dos Trabalhos a Senadora Ideli Salvatti, convidando os expositores do 4º Painel: "O que fazer frente às mudanças climáticas e desastres naturais", com os seguintes expositores: Dr. Rivaldo Antonio Macari – Prefeito de Bom Jardim da Serra e Representante da FECAM, Dr. Massato Kobiyama – Professor do Departamento de Engenharia Ambiental – UFSC e o Dr. Márcio Luis Alves – Major da PMSC – Diretor da Defesa Civil. A Senadora Ideli Salvatti, passa a Presidência dos Trabalhos ao Dep. Décio Góes, que concede a palavra aos expositores para iniciarem as suas exposições. O Senhor Deputado Décio Góes agradece aos expositores, participantes e aos servidores da Assembléia e do Senado Federal que trabalharam no evento e, convida o Sr. Odilon Faccio, que passa a leitura da Carta de Florianópolis. O Senhor Deputado Décio Góes, abre a palavra para os expositores e demais participantes quanto a colaboração de sugestão para a Carta de Florianópolis, concedendo inicialmente ao Major Márcio Luis Alves que faz algumas sugestões, após, Senhor Tadeu Santos (ONG Sócios da Natureza), Senhor Alcides Nunes da UFSC e Presidente do Instituto Lagos, Nicolau Cardoso Neto – Professor e Advogado, Ademar Alarício do Espírito Santo, Sérgio Luiz Zampieri – Engenheiro Agrônomo, André Luiz Campos de Andrade – Representante do DNIT, Representante da Sociedade Brasileira Economia Ecológica (ECO ECO) e, Gestor Governamental do Ministério do Planejamento, e o Senhor Leonardo Ribeiro de Carvalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, uma Reunião Extraordinária de Audiência Pública regional, criada por intermédio da Resolução nº 04/2008 do Congresso Nacional.

Esta Reunião Extraordinária está sendo realizada em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Santa Catarina e está sendo realizada no Auditório Deputada Antonieta de Barros, em atendimento ao Requerimento nº 34/2009 da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, aprovada em reunião desta Comissão do dia 06 de agosto do ano em curso.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Nós precisamos da dispensa da leitura...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Muito obrigada, Sr. relator. Havendo a dispensa então da leitura da Ata os Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esclareço que o formato desta presente Audiência Pública regional está sendo feito na forma de seminário dada a riqueza das exposições e do alto nível dos expositores que ao longo deste dia estarão aqui participando deste seminário.

MESTRE DE CERIMÔNIA: ...Ao Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, uma promoção da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

O objetivo deste evento é refletir sobre as implicações das mudanças climáticas para Santa Catarina, a relevância do tema é inquestionável. A sustentação geográfica do nosso Estado favorece a ocorrência de adversidades climáticas e desastres naturais cujas consequências e prejuízos se agravam pela forma irresponsável como temos utilizados os nossos recursos naturais e ocupado a nosso solo. É preciso entender o processo global e regional, mas é preciso agir localmente para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Como dizem os cientistas, por mais otimista que seja o cenário o processo de elevação da temperatura média global é irreversível, restando tempo e espaço apenas para conscientização e ações urgentes.

Neste sentido, desejamos a todos um profícuo e bem-sucedido seminário.

Convidamos para compor a Mesa de honra o Sr. Flávio Rene Brea Victoria, Diretor de recursos hídricos, neste ato representando o Governo do Estado de Santa Catarina; Exma. Sra. Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, a Senadora está terminando de conceder uma entrevista e já toma o seu assento à Mesa; Exmo. Sr. Deputado Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa;

Sr. Maximo Porto Selene, Secretário-adjunto, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, o Exmo. Sr. Dário Berger; Exmo. Sr. Colbert Martins, Deputado Federal de Belo Horizonte. Desculpe-me é Bahia. Relator da Comissão Mista; Engenheiro agrônomo, Sr. Raul Zucatto, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CREA, Santa Catarina; Sr. Sérgio Luiz Zampieri, chefe da Epagri/Ciram, neste ato representando o grupo técnico cientifico prevenção às catástrofes.

Convidamos todos os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional.

[execução do Hino Nacional]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos a presença das seguintes autoridades, Exmo. Sr. Fabiano da Luz, Prefeito do Município de Pinhauzinho; Sr. Marcos Pinar, vice-Presidente regional da grande Florianópolis da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina, Famesc; Sr. Dieter Neermann, Diretor geral, neste ato representando a Udesc; Major Edir de Souza, neste ato representando a Secretaria-Executiva de Justiça e Cidadania, Defesa Civil de Santa Catarina; Sra. Maria Edwirges Madeira, Superintendente do Aeroporto Internacional de Florianópolis; Sr. Carlos Henrique Paniz, neste ato representando o Exmo. Sr. Deputado Estadual Reno Caramori; Sr. André Luiz Campos de Andrade, Gestor Governamental, neste ato representando o DNIT de Santa Catarina; Sr. Valmor Mattei, Secretário-Executivo da União Metropolitana de Defesa Civil; Sr. Silvio Leandro Rabello Varella, Chefe da unidade e Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Sra. Marlene Zierevsck(F), neste ato representando o magnífico reitor da Unidavi, Sr. Celso Oliveira Souza. Sr. Carlos Eduardo Tavares da Costa, neste ato representado o Superintendente da Polícia Federal, Sr. Ademar Stocker; Sra. Luciana Branholi(F) Corrêa, neste ato representando a Secretaria de Estado de Articulação Internacional; Sra. Eldes Pavesi(F), Diretora-Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Brusque; Sr. Henrique de Azevedo, Superintendente da Fundação de Meio Ambiente de Biguaçu; Sr. Eduardo José Bitencourt Penna Ribeiro, Diretor regional dos Correios; Sr. José Delmir, Diretor Municipal da Defesa Civil de São José; Sr. Eliseu Muller Júnior, Diretor da Defesa Civil de Brusque; Sra. Célia Vitali Bello, neste ato representando o Sr. Luiz Carlos Maia, Presidente da Inmetro, Santa Catarina; Sr. Alessandro Barbosa, neste ato representando a Univille; Sr. Alziro Melazira Calassa, Assessor de planejamento, neste ato representando o Município de Concórdia; Sr. Maurício Chedid dos Santos, Diretor de Planejamento da Secretaria Municipal de Segurança de Balneário Camboriú, neste ato representando o Exmo. Sr. Prefeito Edson Piriquito; Sr. Paulo Flávio Laudissen(F), Secretário Municipal de Administração e Planejamento de Descanso. Vereadora Sra. Cinzete Vandresen Balmann(F), neste ato representando o Prefeito de Santa Rosa de Lima, Exmo. Sr. Celso Weydmann; Sr. Edson Junk, neste ato representando a Associação Blumenauense Pró-Ciclo Vias; Sr. Carlos Ernani da Veiga, Diretor-Geral do Instituto Federal Santa Catarina, Campos, Florianópolis; Sr. Fábio Wiggers, Biólogo, neste ato representando a Prefeitura de Iguaçu; Sra. Isolde Espíndola, Superintendente do patrimônio da união de Santa Catarina; Sr. Tadeu Santos, Coordenador-Geral da ONG Sócios da Natureza; Sr. Gildo Silvano, neste ato representando o Exmo. Sr. Antônio Rodrigues, Prefeito Municipal de Balneário Barra do Sul; Sr. Jacir Massi(F), Superintendente substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, superintendência federal em Santa Catarina; Sr. Vilson de Lima Souza, Chefe de gabinete e neste ato representando o Exmo. Deputado Estadual Jailson Lima; Sr. Valdeci da Silva, neste ato representando o Deputado Federal Jorge Boeira; Sr. Gilberto Antônio do Nascimento, Engenheiro, neste ato representado a Caixa Econômica Federal; Sr. Jorge Pias **Raineski**, Arquiteto Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil; Sr. André Bittner(F), neste ato representando a Defesa Civil de Biguaçu; Sr. Tônio Atanásio(F), neste ato representando a Secretaria Municipal de Saúde e Samur de Itapema. Exmo. Sr. Rivaldo Antonio Macari, Prefeito do Município de Bom Jardim da Serra e representante da Fecam. Agradecemos também a presença e participação dos demais convidados.

Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Sérgio Luiz Zampieri, chefe da Epagri/Ciram, neste ato representando o grupo técnico-científico prevenção às catástrofes.

SR. SÉRGIO LUIZ ZAMPIERI: Bom-dia a todos. É uma satisfação estarmos presentes, cumprimentarmos as autoridades, a Senadora Ideli Salvatti e os demais representantes da Mesa.

De uma forma rápida colocar o trabalho da Epagri/Ciram no sentido em que diante desse quadro de mudanças climáticas o trabalho que a gente vem realizando no sentido de que seja minimizadas as enchentes e os programas ambientais que existem em Santa Catarina.

A estimativa do nosso centro é ter um modelo de prevenção a catástrofes num prazo de três a quatro anos similar a um modelo que a gente conheceu agora na Alemanha com níveis de alerta e monitoramento em que a população de Santa Catarina possa ter tranquilidade e possa acompanhar em tempo real essas informações, mediante o sistema de estações

criadas e pensadas, executadas em Santa Catarina. Essa é a nossa intenção.

E eu agradeço a oportunidade. E passo a palavra ao próximo palestrante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Convidamos para fazer uso da palavra o Engenheiro agrônomo Sr. Raul Zucatto, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

SR. RAUL ZUCATTO: Gostaria de cumprimentar e saudar a Senadora Ideli Salvatti e cumprimentar o Deputado Estadual Décio Góes, e ao saudá-los gostaria de cumprimentar e saudar a todos os componentes da mesa, cumprimentar a todos os senhores e senhoras, e dizer da satisfação do CREA neste momento aqui representando os profissionais da engenharia, arquitetura e agronomia e demais profissões que integram este Conselho.

Trazer aqui o nosso compromisso e o comprometimento de nos integrarmos e sermos parceiros nesta atividade, entendemos de suma importância que precisamos aglutinar todas as lideranças e as forças vivas e os profissionais ligados ao setor de desenvolvimento do nosso Estado, para que possamos avançar nessa defesa das questões ambientais, climáticas e buscarmos alternativas nas regiões de maior risco.

Nós participamos na luta travada pelo Vale de Itajaí através dos nossos profissionais e das nossas inspetorias. Temos assento no grupo técnico-científico que o governador criou para buscar alternativas e propor medidas para ceder às catástrofes do nosso Estado. E queria aqui trazer, cumprimentar os Promotores deste importante evento e colocar a estrutura técnica do nosso conselho, das nossas 28 unidades no nosso Estado, e o compromisso dos profissionais da área tecnológica nesta importante atividade buscando, se integrando e contribuindo profissionalmente nas diferentes modalidades em defesa e na busca de soluções para este importante e grave, talvez, problema que nós temos em Santa Catarina.

Colocamo-nos à disposição. E queremos, mais uma vez, parabenizar pela iniciativa deste evento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Convidamos para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Federal Colbert Martins, Relator da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, nossa Presidente, em nome dela eu cumprimento os demais membros da mesa e todos que aqui comparecem.

Agradeço, Senadora, o convite e dizer da responsabilidade que todos nós temos no Congresso Nacional com um tema dessa magnitude. Nós acompanhamos a situação aqui de vocês em Santa Catarina, e lá na Câmara votamos os recursos que foram necessários para aqueles momentos tão difíceis.

Mas o que nos cabe e vai nos caber na condição de relator da Comissão Mista de Assuntos Climáticos do Congresso Nacional é termos a possibilidade da decisão política de enfrentarmos situações que o mundo inteiro, neste momento, enfrenta. Nós temos problemas importantes que afetam a economia, e é necessário que o Brasil assuma ao lado de vários países limites na emissão de carbono que aquecem o mundo inteiro e provocam modificações no clima no mundo todo. Para isso vamos ter que vencer oposições grandes do ponto de vista econômico e financeiro, afinal de contas, quem mais polui no mundo são os países mais ricos ou com maior influência econômica no planeta. Temos que fazer o nosso esforço, mas a China também tem que fazer, temos que fazer o nosso esforço, mas os Estados Unidos, um dos maiores poluidores do mundo, têm que fazer, e de nada adianta as exigências de serem feitas para os países emergentes se nós não conseguirmos, neste momento, além de dar o nosso exemplo, exigir que os exemplos deles também tenham que ser cumpridos.

Nós temos limites importantes, a Comissão de Assuntos Climáticos vai se posicionar de forma clara para que nas discussões que se travarão agora na Dinamarca que, na realidade, trata-se de um novo pacto de Kyoto atualizado, nós possamos ter um avanço importante das nossas posições.

Neste momento aqui, Senadora, dizer da preocupação que todos nós temos que se não controlarmos as mudanças no clima nós poderemos ter não só Santa Catarina, mas boa parte do País sujeito a problemas como o que vocês passaram. Portanto, a responsabilidade é de todos, é de todas nós e vai nos caber cada vez mais atuarmos para que essas questões sejam limitadas para o futuro.

Obrigado a V. Exa., obrigado a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Maximo Porto Selene, neste ato representando o Prefeito Municipal de Florianópolis.

SR. MAXIMO PORTO SELENE: Bom-dia a todos, bom-dia, Senadora Ideli Salvatti, lhe cumprimentando cumprimento as autoridades da Mesa presentes.

Dizer que a Florianópolis é um grande prazer receber este evento, ainda sendo a capital do Estado que, recentemente sofreu com as consequências das adversidades climáticas. Como Secretário-adjunto de

segurança e defesa do cidadão e também diretor da Defesa Civil do nosso município, eu tenho acompanhado muito de perto tudo que tem acontecido, e queria dizer que até pouco tempo a Defesa Civil, acredito que nacional era como um seguro que se fazia para não ser usado, e se mantinha ali por pura manutenção, hoje a Defesa Civil é, com certeza, uma parte integrante da administração dos municípios e tem que ser olhada com olhos muito especiais. Em nosso município nós há dois anos já vemos investindo maciçamente em equipamentos, em treinamento de pessoal, em criação de núcleos comunitários, porque estamos vislumbrando para muito próximo novos acontecimentos.

Nós sabemos que se criou um canal climático e que essas mudanças não irão retroceder, estão avançando dia a dia e nós não podemos ficar parados sem nada fazer. O nosso município tem investido bastante, criamos agora recentemente um plano de contingência, e devo agradecer aqui o apoio da Defesa Civil do Estado, que está aqui representado pelo Coronel Ely, a quem muito tem ajudado a todos os municípios, acredito que sem esse apoio nós não teríamos conseguido nos erguer. Criamos aqui um núcleo de Defesa Civil que tem o apoio dos bombeiros comunitários, bombeiros militares, unificamos as secretarias pertinentes de toda a prefeitura que atua no combate, saúde, educação, obra, habitação, Floram, do meio ambiente para que juntos possamos atacar o problema de maneira consciente. Temos realizado estudos junto a Udesc e a Universidade Federal através do Ceteb para os impactos ambientais, enfim, dizer que Florianópolis está realmente preocupada e investindo cada vez mais nas questões de Defesa Civil.

É um alerta de que a Defesa Civil não pode mais ser apenas olhada como alguma coisa que estava ali para que, eventualmente, se acontecer nós tivéssemos que usá-lo. Acredito que todos devem investir, todos os municípios maciçamente no treinamento e na capacitação de pessoas, na aquisição de equipamentos para que assim nós possamos proteger a nossa população e nos prevenir em evento futuros que, com certeza, hão de vir.

Seria isso. Muito obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Convidamos para fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Bom-dia a todos os participantes deste evento. É uma satisfação grande tê-los aqui. E como anfitrião representando a Assembleia Legislativa e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente que faz este seminário em parceria aqui com a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Eu queria saudar a todos, e desejar umas boas vindas e um bom seminário. Queria saudar a Mesa aqui representada pelo Governo do Estado na pessoa do Flávio que é diretor de recursos humanos, do prefeito de Florianópolis através do Secretário-Adjunto Maximo, do Deputado Federal Colbert Martins que é Relator da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Deputado da Bahia que fez questão de estar aqui presente conosco. Queria agradecer muito a sua presença, do Raul Zucatto que é presidente do nosso CREA e eu faço parte também, o Sérgio Luiz Zampieri que faz um trabalho e representa todo o trabalho magnífico que a Epagri/Ciram faz em Santa Catarina. Queria saudar também o nosso prefeito de Bom Jardim da Serra, Macari que está aqui representando a Fecam que também ajudou a divulgar o evento, o pessoal do Projeto Piava que nos ajudou a divulgar e tantas outras organizações, o Tadeu dos Santos que veio lá do Sul, da ONG Sócios da Natureza, também ajudou a divulgar e tantas outras entidades que nos ajudaram a divulgar o evento. E saudar de maneira muito especial, especialíssima a Senadora Ideli Salvatti que nos estimulou neste trabalho, neste seminário que ajudou, que participou, que está junto organizando através da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, da qual ela é Presidente.

O desafio que propormos para esse dia, hoje é o dia de combate à poluição, é refletir sobre as mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina. Sabe-se que o aquecimento global e as mudanças climáticas a eles associadas, vem se tornando uma das maiores evidências da crise ambiental desencadeada por nossa civilização. Capaz de comprometer as condições que viabilizam a existência humana neste planeta. Os cenários construídos pelos cientistas podem ser mais ou menos pessimistas, mas todos convergem para o entendimento de que a temperatura média global vai continuar subindo nas próximas décadas, colocando em cheque a nossa capacidade de adaptação aos problemas ambientais que se intensificarão, alterações nas estações do ano, elevação do nível dos oceanos, maior ocorrência de eventos climáticos extremos, aumento da incidência de doenças, epidemias, pandemias, dentre outros. Além do mais, se por um lado nenhum metro quadrado desse planeta está isento das alterações dos padrões do clima, por outro se sabe que as nações e populações mais carentes deste planeta são as que mais sofrerão.

Neste contexto a situação do Sul do Brasil não deixa de ser preocupante, sobretudo, por sua situação geográfica, a ocorrência de estiagem prolongada, en-

chente catastrófica e o Furacão Catarina são evidências de um processo que precisa ser objeto de reflexões, discussões e ações nos mais diversos níveis, desde o individual ao coletivo, do informal ao institucional, do civil ao governamental. Atenta a essas questões esta Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa vem organizando nos últimos anos importantes eventos relacionados ao tema, em junho de 2007 realizamos o Seminário Perspectivas sobre Mudanças Climáticas e lançamos a cartilha aquecimento global você é parte do problema, você é parte da solução. Em março de 2008 organizamos, em parceria com outros órgãos e entidades, a III Conferência Estadual do Meio Ambiente que teve as mudanças climáticas como eixo temático. Fomos parceiros do Sustentar em 2008, do Sustentar em 2009 que aconteceram nesta Casa. O presente seminário, portanto, representa a continuidade dessa preocupação em torno de um fenômeno que é global, mas que não pode prescindir de ações e políticas locais, regionais e nacional.

Nesse sentido cabe ressaltar que essa situação, a nossa situação, a situação de Santa Catarina mostra-se contraditória, de um lado foi sancionada recentemente a lei que institui a política estadual sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, e, de outro, já está em vigor o Código Estadual de Meio Ambiente que por ser bem menos protetivo tende a agravar a problemática socioambiental e os desastres naturais a médio e longo prazo. Além disso, continuamos deixando a desejar na implantação de importantes instrumentos da política ambiental, do plano estadual de recursos hídricos, de gerenciamento costeiro, de zoneamento ecológico e econômico, levantamento florístico e florestal, o ICMS Ecológico, o pagamento por serviços ambientais e o fortalecimento de órgãos ambientais estaduais. A Fatma, a própria Epagri que trabalha paralelamente, precisam ser visivelmente fortalecidas, as fundações municipais e estaduais e ainda não temos, sequer uma secretaria de Estado específica e qualificada para atuar na área ambiental. Também a gente vê com preocupação um conjunto de licenças sem a devida democratização da informação, de mais de quase duas centenas de pequenas centrais hidrelétricas do Projeto Anitápolis, da [ininteligível], enfim, grandes empreendimentos com grande impacto ambiental e sem uma grande democratização das informações para a sociedade está segura de receber esses investimentos com segurança.

O fato é que o agravamento das adversidades climáticas e ocorrência periódica de desastres naturais em nosso Estado não permite mais retrocesso desse tipo, é preciso consciência e ação urgente em todos os níveis e esferas. Nesse sentido esperamos que este seminário contribua na luta por uma sociedade mais sustentável e que as ideias aqui fomentadas alimentem ações coerentes e concretas nessa direção.

Bom seminário a todos. E muito obrigado pela presença de todos.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra a Exma. Sra. Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Muito bom-dia a cada uma, a cada um. Quero agradecer de forma muito carinhosa a compreensão e a disposição de cada um de vocês estar aqui ao longo de todo este dia para que nós possamos, efetivamente, debater, analisar, propor e dar encaminhamento para uma situação que Santa Catarina se propõe a ser, inclusive, centro de referência, essa questão das mudanças climáticas e desastres naturais que veem acontecendo em todo mundo e também no nosso País, eu acho que tem no Estado de Santa Catarina este referencial de que aqui está acontecendo um volume e uma gravidade de fenômenos que nos coloca no centro desta discussão. Por isso que eu queria agradecer muito, em primeiro lugar, ao Deputado Décio Góes que preside a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, pela sensibilidade desta parceria no evento de nós podermos estar aqui organizando em conjunto a Comissão Mista de Mudanças Climáticas e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, chamando atenção para o que está acontecendo em Santa Catarina e a responsabilidade que nós, mais de que qualquer outro Estado, temos que apontar caminho, dar encaminhamento e propor soluções.

Da mesma forma quero agradecer ao Relator da nossa Comissão, o Deputado Colbert Martins, um baiano de boa estirpe que trocou a Bahia por Santa Catarina, no dia de hoje, e vai nos acompanhar neste trabalho. E ele veio, não tenho a menor dúvida, Deputado Colbert Martins, veio exatamente por este mesmo entendimento, Santa Catarina por conta de tudo que vem acontecendo, merece esse destaque e estarmos aqui é uma confirmação da importância deste debate ser feito aqui a partir daqui e com proposições e encaminhamentos a partir da realidade extremamente delicada que nós estamos vivendo.

Queria também cumprimentar o Dr. Flávio que é Diretor de recursos hídricos, Deputado Décio Góes, que está aqui, inclusive, representando o Governo do Estado de Santa Catarina. O Sr. Maximo Porto Selene que representa o Prefeito de Florianópolis, o Sr. Dario Berger, o Zucatto companheiro meu de longas lutas sindicais e agora aqui representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

que tem tudo a ver com o assunto que nós estamos tratando, o Sr. também Sérgio Luiz Zampieri, chefe da Epagri que neste ato está representando o grupo técnico científico de prevenção às catástrofes. O nosso querido Prefeito Macari de Bom Jardim, representando a Fecam. E aí, Décio, eu já quero fazer um registro, é inadmissível que o Auditório Antonieta de Barros não tenha uma rampa de acessibilidade, porque o nosso Prefeito Macari não pode--

DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Ele deveria estar na Mesa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Ele deveria estar aqui na mesa e não pode. Então, já vamos melhorar o meio ambiente aqui também do Auditório Antonieta de Barros para permitir a acessibilidade de todos os participantes.

E queria deixar ainda algumas observações. Nós temos um trabalho da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Este seminário para nós é muito importante, porque exatamente ele vincula tudo aquilo que o nosso Relator, o Deputado Colbert Martins já colocou de tarefas da Comissão Mista que é preparar a nossa participação na COP 15, no evento da Dinamarca do final do ano onde vai ser revista a questão de Kyoto, todas as metas, todos os comprimentos que os países ricos, os países em desenvolvimento e os países pobres têm que assumir frente às mudanças climáticas. Nós temos um trabalho da legislação que está sendo debatida, inclusive, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e tantas outras matérias que estão tramitando na Câmara e no Senado.

Nós temos um trabalho que está sendo feito, inclusive, com um grupo especial para que a Copa 2014 possa ser uma copa sustentável, que tudo que seja feito em preparação à execução da Copa em 2014 tenha esta marca, que o Brasil, além do bom futebol, além das maravilhas que nós temos, nós também possamos sair desse evento com tanta repercussão internacional com uma marca de sustentabilidade. Nós temos trabalhado na questão da Defesa Civil e temos participado da discussão de mitigar os efeitos das catástrofes, estarmos melhor preparados para enfrentar tudo isso. E a vinculação desta legislação, dessa preparação da Cop 15, lá do evento de Kopenhagen em dezembro, esse evento mundial, da legislação, ou seja, tudo isso tem que estar vinculado ao mundo real e o mundo real das catástrofes provocadas ou acentuadas pelas mudanças climáticas, infelizmente, para nós, e aí se abre uma janela de oportunidade, está em Santa Catarina, por isso que é tão importante para a nossa Comissão este seminário e esta atividade no dia de hoje.

Também há como representante de Santa Catarina no Senado Nacional, também há uma tarefa para nós, Santa Catarina tem um papel a cumprir, sobre vários aspectos, primeiro porque o nosso Estado é um Estado diferenciado dos outros, aqui nós temos distribuição populacional, distribuição econômica com fortes focos regionais de arranjos produtivos diferentes, em menos de 50 km nós temos um arranjo produtivo voltado para um setor, e 50 km, 60, praticamente, do lado na vizinhança já voltado para outro setor produtivo, e isso nos permite dar sustentabilidade ao desenvolvimento, até talvez mais do que outros Estados. Então, nós temos essa situação especial e essa tarefa, esse papel a cumprir. Na produção de alimentos Santa Catarina é o maior produtor de proteína animal, na exportação e está aqui com fortes consequências no meio ambiente que é a história dos dejetos da suinocultura, por exemplo, então, ao mesmo tempo, que nós temos uma sustentabilidade na agricultura familiar, sustentando todo esse processo com consequências ambientais.

Então, este assunto, todo esse tema Santa Catarina tem tarefas e papel a cumprir. E, além disso, nós temos aqui oportunidade de mudança, inclusive, de fortalecimento das energias renováveis na produção de energia do nosso Estado. Então é outra tarefa importante que tem a ver com o que nós estamos trabalhando uma indústria com uma matriz mais limpa, uma matriz de maior preservação.

E a outra questão que eu queria colocar aqui para encerrar a minha fala, no papel que Santa Catarina tem a cumprir é o seguinte. Não existe outro Estado no Brasil que tenha uma Defesa Civil tão organizada e tão experiente como a de Santa Catarina, inclusive, no desastre de novembro houve, inclusive, muitas homenagens, o papel que a Defesa Civil estadual e municipal dos diversos municípios, atuação dos nossos bombeiros da Polícia Militar de todas as forças vivas que se envolveram, e isto é exemplo para o Brasil. E nós queremos que se torne mais do que exemplo, nós queremos que o centro nacional de Defesa Civil com equipamentos, com instrumentos, com estrutura possa estar sediado e esse debate nós já fizemos com o Ministro Tarso Genro e já fizemos em termos de Governo Federal porque vai ser necessário ter com as mudanças climáticas, com a ampliação dos desastres é necessário ter um centro nacional de Defesa Civil de prevenção de catástrofes, de atuação em catástrofes, e nós estamos reivindicando até pela referência que Santa Catarina é que isso seja sediado aqui com equipamentos, com estrutura, fortalecendo, inclusive, isto que já é um bom exemplo de Santa Catarina para a resto do Brasil.

[palmas]

E a outra questão que nós queremos sair daqui com o compromisso de tudo, de todos, é de nós lutarmos para que o centro nacional referência de referência, de estudos e de preparação de pessoal de ciência, de tecnologia na questão dos estudos climatológicos, também seja sediado em Santa Catarina.

E nós temos aqui, eu estou, inclusive, com a presença do pessoal do Instituto Federal de Educação, estão aí já com um curso de meteorologia em andamento. Mas nós queremos mais do que um curso, nós queremos exatamente esse centro de referência de estudos climatológicos aqui. Da mesma forma que Santa Catarina seja a referência da defesa, na prevenção e no socorro também seja a referência nos estudos e na produção de ciência e tecnologia, conhecimento, preparação de pessoal para as mudanças climáticas que cada vez mais vão produzir desastres.

Então, para nós este seminário se reveste dessa magnitude, dessa importância e por isso que é muito importante ele estar sendo realizado aqui em Santa Catarina.

Nós tivemos uma perda de público, porque por conta da gripe que, aliás, as mudanças climáticas também contribuem com a propagação de doenças infectocontagiosas. Houve até uma preocupação: desmarca ou não desmarca e isto acabou reduzindo, eu acho, contribuiu com a redução, nós poderíamos ter um seminário com muito mais participação, o que nos dá a tarefa de fazermos ainda melhor, compensando a ausência de tantas personalidades que, de repente, poderiam estar aqui e que não estão. A qualidade é excelente por todas as autoridades que já foram citadas.

Então, eu queria, antes de terminar, pedir a atenção de todos para um vídeo que nós condensamos, ele é muito maior, mas nós condensamos em alguns minutos um vídeo produzido pelos nossos bombeiros maravilhosos que relata um pouco, para gente não esquecer, não esquecer nunca e que isso nos motive a no dia de hoje trabalharmos com muito afinco para estarmos atento ao que já aconteceu e que pode, infelizmente, voltar a acontecer em Santa Catarina.

Então, eu pediria no encerramento aqui da minha fala que nós pudéssemos ter atenção. E agradecer, mais uma vez, o trabalho que os nossos bombeiros, a Polícia Militar, o Exército, a Aviação, todos que vieram aqui, o pessoal da Caixa Econômica. Não posso nunca deixar de registrar a força tarefa, mais de mil servidores da Caixa que vieram atendendo àquela determinação de pagar o fundo de garantia que num mutirão inédito no Brasil mais de 1,5 bilhões de fundo de garantia, rapidamente pode ser entregue na mão das pessoas para o socorro e a Caixa Econômica teve um trabalho excelente.

Então, eu queria pedir muita atenção para o vídeo e desejar a todos um excelente seminário, e que todos nós tenhamos capacidade de trabalhar bem e aproveitar bem o dia de hoje.

[palmas].

Eu queria propor, inclusive, para nós podermos assistir o vídeo, desmanchar a Mesa e depois na sequência já vai a Mesa do primeiro painel. Pode ser Décio?

[exibição de vídeo]

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Convidamos o Dr. Laércio Guizi(F), Coordenador de saúde da Assembleia Legislativa para dar algumas orientações sobre a prevenção da Gripe A.

SR. LAÉRCIO GUIZI(F): Bom-dia a todos. Bom-dia à Mesa componente desses trabalhos. Inicialmente, só quero dizer que eu não estou gripado, estou com uma renite, então a voz fica meio anasalada.

Mas como coordenador de saúde e nesse evento sobre desastres naturais e mudanças climáticas, nós temos um tema que está, vamos dizer assim, na moda, atualmente pela preocupação que está gerando que é a Gripe A. A Gripe A é causada por um vírus, vírus da Influenza modificado e que está trazendo alguns problemas de saúde na comunidade, em geral, Santa Catarina e outros Estados que mais têm pessoas afetadas pela doença, no entanto, ela é provocada pelo mesmo vírus da gripe comum, esse vírus provoca os mesmos sintomas, as mesmas coisas que essa outra gripe está provocando. E o que a gente tem deixar bem claro é que a incidência de lesões mais sérias pela Gripe A é praticamente igual a da outra, no entanto, é o vírus modificado e está trazendo algumas novidades ou alterações em relação à sequência que era da outra gripe, especialmente, nas mulheres grávidas, nas gestantes que estão tendo mais sintomatologia, um quadro mais severo, o porquê não se sabe muito, porque gestante sempre teve e a gripe sempre ocorreu nos períodos de mais frio aqui no Sul do Brasil, e essas complicações não existiam na sua intensidade.

Então o Poder Legislativo se antecipou um pouco nessa vanguarda, nessa luta de prevenção contra a Gripe A. Já há mais de um mês a nossa coordenaria junto com a Mesa Diretora instituiu algumas medidas dentro do âmbito da Casa Legislativa de Santa Catarina. Na entrada existem ali aqueles despênseres com álcool gel para a pessoa higienizar as mãos, máscaras para aqueles que entram com sintomas de gripe, fora isso os nossos servidores que apresentem sintomas estão dispensados do trabalho até para evitar aglomeração

de mais pessoas no mesmo ambiente, a não disseminar mais a gripe, e ontem a Mesa Diretora baixou outro ato de que as gestantes estão dispensadas do trabalho, sem nenhum prejuízo para o seu rendimento, até o dia 22 de setembro, se não me engano, que é o período do último dia do inverno.

Por coincidência hoje de manhã eu recebi uma correspondência assinado pelo secretário municipal de saúde do Florianópolis e pelo coordenador da comissão de controle e manuseio de doença respiratória aguda grave, isso no meu consultório particular. E fala aqui algumas medidas e aonde as pessoas que apresentam sinais mais exacerbados da gripe essas pessoas aonde elas devem recorrer. Para os pacientes moradores aqui de Florianópolis que precisem desse medicamento especial para a Gripe A que não está disponível em nenhum local, só na rede pública, ele deve procurar a UPA – Unidade de Pronto Atendimento Sul e UPA Norte das 8 às 17. Com certeza, no interior do Estado se não houver UPA, UPA é uma unidade de entendimento que funciona 24 horas aqui na cidade, existem os postos de saúde, é para esses locais que as pessoas devem se dirigir. Os consultórios particulares não poderão dispor desse medicamento, então seria no primeiro momento o posto de saúde, se houver a UPA e lá havendo a necessidade de um tratamento específico então os pacientes são encaminhados, no nosso caso aqui que é o Hospital Nereu Ramos, especialmente, ou no hospital infantil. Mas a prevenção é o melhor remédio, e nessa mesma correspondência e nós aqui também fizemos um folheto explicativo que foi distribuído por toda a Casa, sobre os cuidados, melhor é a gente prevenir.

Então, quais seriam os cuidados? E aqui eles também reforçam bastante nessa correspondência: Manter ambientes ventilados, lavar as mãos frequentemente com água e sabonete, especialmente, após tossir ou espirrar, depois de usar o banheiro, antes de comer, antes e após tocar os olhos, boca, ou nariz, proteger com lenços, preferencialmente, descartáveis a cada uso, a boca e o nariz ao tossir ou espirrar, se não tiver lenço, sempre que puder a pessoa deve fazer aquela etiqueta da tosse que é tossir no antebraço, e não nas mãos, porque aqui já dispersa mais o vírus também. Evitar sempre que puder aglomerações ambientes fechados e contato com pessoas doentes, evitar sair de casa enquanto estiver com sintoma de gripe, evitar tocar os olhos, nariz e boca após o contato com superfícies, ambientes de trabalho, muita gente trabalhando, pega no mouse, na caneta, no mesmo momento, se alguém tiver gripado é uma forma de transmissão. Evitar compartilhar alimentos, copos, talheres e objetos de uso pessoal, limpar as superfícies com álcool a 70%, o álcool gelo que nós estamos usando aqui na Casa, adotar hábitos saudáveis, alimentação balanceada e ingestão de líquidos à vontade e atividades físicas para aumentar a resistência do corpo contra a gripe e outras doenças também. Então, são os cuidados básicos que todos nós devemos ter nesse momento que está sendo um momento difícil que existem muitos casos suspeitos, no entanto, poucos são confirmados até pela demora que existe no resultado final desses exames. Então, a pessoa deve sempre procurar evitar essas aglomerações, esses ambientes para se proteger. E o que mais deve preocupar a pessoa que esteja gripada não é o logo dizer: “Eu estou com Gripe A”, não é, são alguns sintomas que diferenciam da outra gripe, especialmente, febre muito alta, que dificilmente cede com remédios normais para baixar a temperatura, muita tosse e, especialmente, dificuldade para respirar. A pessoa que está com a gripe e de repente começa a ter muita dificuldade deve logo procurar um posto de saúde, porque num caso suspeito a da instituição da medicação deve ser feita nas primeiras 48 horas. Aí o medicamento é bem eficaz.

Então, são esses cuidados gerais que gostaria de trazer aqui já que tem gente de todos os Estados para que levem essas recomendações. Se alguém quiser lá na nossa divisão têm esses folhetos e têm todas essas orientações também.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Registramos a presença do Exmo. Sr. Vereador Alaor Antonio Camilo, Presidente da Câmara Municipal de Concórdia e o Exmo. Sr. Vereador Leonildo Borguesan, Presidente da Câmara Municipal de Rio Ufino.

Encerrada a solenidade de abertura do Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, iniciaremos o primeiro painel intitulado: Desastres naturais, causas e relações com as mudanças climáticas.

Convidamos para compor a Mesa deste primeiro painel, o Exmo. Sr. Deputado Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa para mediar este painel. O Coordenador do centro de previsão do tempo e estudos climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; o Sr. Luiz Augusto Toledo Machado. A Coordenadora de meteorologia da Epagri/Ciram, Sra. Maria Laura Rodrigues.

Luiz Augusto Toledo Machado possui bacharelado em meteorologia e mestrado em meteorologia pela Universidade de São Paulo e doutorado em Sais de La Vi Universite(F) de Paris, foi pesquisador visitante da NASA GIS e do LMD França e membro do corpo docente da PGMET Inpe. Atualmente é pesquisador

titular três do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e coordenador do CPTE Inpe.

Maria Laura Guimarães Rodrigues possui graduação em meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas e mestrado em engenharia ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente coordena o setor de previsão de tempo e clima da Epagri, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA.

Com a palavra o Exmo. Deputado Décio Góes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Então, vamos dar início ao primeiro painel. Mas antes eu queria corrigir aqui uma situação que ocorreu. Nós acabamos não dando a palavra para o Flávio que é Diretor de recursos hídricos do Estado e representa o Estado de Santa Catarina. Então, eu queria corrigir, Flávio, te pedir desculpa e te pedir para voltar à Mesa e fazer a tua manifestação.

Queria agradecer o Dr. Laércio Guizi(F), que nos fez uns breves comentários sobre a questão da Gripe A, porque eu acho que esse momento tem que ser um momento educativo, para que as pessoas possam ter uma atenção especial para exigir pessoal e a responsabilidade coletiva que a gente tem de que se tiver doente não deve... Ou com algum sintoma não deve ir em lugar público, enfim, alguns cuidados coletivos para que a gente possa minimizar os efeitos da gripe.

Então, com a palavra o Dr. Flávio.

SR. FLÁVIO RENE BREA VICTORIA: Bom-dia a todos. Realmente, o filmezinho acabou atrapalhando um pouco a sequência do protocolo. Mas de qualquer forma nós estamos em casa, como falou ao Décio, realmente, essa não é uma questão a ser considerada.

Então, eu gostaria de cumprimentar a mesa antes composta, a Senadora Ideli, o Deputado Décio, os colegas da Epagri e do CREA e a todos os presentes, ressaltando a importância deste evento. O governador não pode vir, mas sabendo que eu como diretor de recursos hídricos, eu também sou da área, sou pesquisador da área de clima também, com alguns trabalhos publicados, e ele então fez questão que a gente viesse representando, e isso me dá um prazer muito grande. Primeiro porque eu entendo que a gente precisa, eu me dedico ao tema da pesquisa nessa área desde 1995 quando se começou a falar em mudanças climáticas de uma maneira mais concreta, com a instituição do grupo IPCC e etc. E nós temos que agora, e temos ultrapassado algumas fases de moda do tema, e eu creio que nós precisamos ir além agora, esse evento, evidentemente, vai contribuir muito para isso, nós precisamos ir além da questão da mídia, simplesmente, da mídia, aquela história de ler uma notícia na Veja, no final de semana, e a partir daí surge uma pessoa que passa a falar com conhecimento de causa superficial e, ao mesmo tempo, tentando ser profundo no tema, isso é interessante do ponto de vista de conscientização, mas nós precisamos ir além disso em termos de introdução dessas questões técnico-científicos nas políticas públicas, e é isso que nós temos tentado fazer dentro da diretoria de recursos hídricos, inclusive, porque uma informação mais profunda vai nos levar a desfazer alguns mitos climáticos que existem aí, inclusive, uma confusão grande entre o que é a normalidade do clima, o que são as variabilidades normais do clima, os fenômenos El Niño e La Niña que são fenômenos hoje, com certo conhecimento e que permite que a gente interfira em termos de prevenção, em medidas de prevenção, e a questão das mudanças climáticas, evidentemente, no contexto geral isso tudo vai estar sendo modificado, vamos dizer assim, mas é importante ter as questões bem claras, porque quando se fala em mudanças climáticas nós falamos em mudanças em relação ao quê? Em relação ao que se tinha como normal, vamos dizer assim. Então é importante que a gente conheça o que se tinha como normal de uma maneira concreta para então podermos avançar bastante em questões das medidas a serem tomadas, porque uma confusão em cima do estabelecimento da causa do problema pode nos levar a soluções equivocadas e confundido as medidas a serem tomadas.

Eu, pessoalmente, atualmente... Eu sou pesquisador, atualmente como gestor de recursos hídricos do Estado, para mim tem sido uma oportunidade ímpar de trazer essas questões técnico-científicas todas à área de recursos hídricos e a questão da mudança climática, evidentemente, que é algo presente, o sistema natural, o sistema hídrico, o sistema de água de chuva é o que vai ser mais fortemente influenciado com extremos sendo acentuados. Por outro lado, nós temos a necessidade de colocar isso dentro das políticas, e é isso que nós estamos fazendo. Por exemplo, um dos grandes problemas quando se fala em mudança climática é a acentuação dos extremos, os extremos de chuvas em excesso e de secas mais prolongadas.

Então, o Estado precisa trabalhar fortemente, os Municípios, o País, precisam trabalhar fortemente nas questões de infraestrutura hídrica e que para enfrentar as mudanças de períodos maiores de seca, nós precisamos ter um sistema de armazenamento de água mais competente, e é coisa que hoje nós não temos, e em muitas localidades de Santa Catarina pode se chamar sistemas de abastecimento, ao invés de chamar de um reservatório, podemos chamar de um açude, cidades de grande porte que tiram água contando com

o açude de armazenamento, e isso é um absurdo, e isso é falta muito básica de preparação nossa para as condições normais, muito menos, para uma condição mais acentuada que é o que está visualizando mais adiante nessas áreas.

Então, a gente tem que ter muito claro que não esquecer as origens do problema, efetivamente, como já foi falado anteriormente pelo Deputado Federal, os países desenvolvidos foram os grandes responsáveis pelo aquecimento que nós estamos sofrendo e que vamos sofrer nos próximos 50, 60 anos. Isso tem que ficar muito claro para gente... Não chorar as mágoas em cima disso, mas para que a gente tenha clara a origem do problema. Claro, nós vamos fazer a nossa parte, agora os países desenvolvidos precisam atuar fortemente no repasse de tecnologia e na redução do consumo de CO2 que é o padrão principal na qualidade de vida daqueles países.

Então, outro item importante é que num sistema de mudança, evidentemente, quando se intensifica as questões climáticas de mais chuvas e menos chuvas, o padrão de circulação atmosférica, nós teremos no processo, como um todo, ganhadores e perdedores, apesar de nós pensarmos como pessoas e como humanidade, evidentemente, que todos perdem com isso, mas do ponto de vista frio e econômico haverá perdedores e ganhadores, por exemplo, os países menos desenvolvidos vão perder produtividade agrícola em torno de 15, 18, 20%, os países mais desenvolvidos, os Estados Unidos e parte da Europa vão ganhar em torno de 20, 25% em termos de produtividade agrícola.

Então, isso é uma questão que também fica clara, porque nas estratégias globais isso é considerado, nós não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que essas questões não estão na mesa de negociação, e na apresentação que eu falo sobre mudanças climáticas a gente coloca bem isso, os países ricos provocando a mudança e agora negociando com a bolsa cheia de dinheiro do lado e os países pobres precisando ainda construir o seu desenvolvimento, precisando construir as suas infra-estruturas, e hoje amarrados de maneira muito forte por essas questões de não poder emitir quase nada, poder emitir pouco em função do problema que é uma conscientização global em torno da questão.

Então, eu queria colocar esses pontos para que a gente possa em termos de consideração global quando se pensa em agir localmente, considerar que a vulnerabilidade dos países, das pessoas que moram, que vivem em países mais pobres é muito maior, os países ricos responsáveis pelo problema hoje têm renda, construíram com base nesse problema que foi criado, construíram a renda suficiente para enfrentá-lo agora, enfrentar as consequências, enquanto que os países pobres não construíram o seu desenvolvimento, vão sofrer os efeitos globais e precisariam ter ainda, avançar em termo de desenvolvimento para construir uma capacidade financeira de enfrentamento que não tem hoje, então por isso muito mais vulneráveis.

E, por último, eu gostaria de colocar então como ponto fundamental essa questão das políticas, irmos além da mídia e introduzirmos essas questões todas nas políticas estratégicas de Estado e dos Municípios para que tenhamos todos medidas claras de enfrentamento, de melhoria das infra-estruturas para, vamos dizer assim, para fazer frente a essas mudanças e, evidentemente, que as questões de conscientização que serão fundamentais sempre para que a gente possa mitigar ou reduzir os efeitos desses aquecimentos.

E o Brasil como, muitas vezes, tem sido colocado, o Brasil não é vilão da questão do aquecimento global, esse discurso fácil que muita gente tem adotado, que é o discurso dos países desenvolvidos não deve ser a tônica, o Brasil tem a sua parcela, os países que estão se desenvolvendo têm a sua parcela, vão precisar ainda fazê-lo de forma sustentável, um desenvolvimento sustentável, mas o Brasil não é vilão, nós temos uma matriz energética predominantemente limpa, coisa que a maioria dos países não têm, nós temos um potencial a ser explorado ainda muito maior. Nós temos um problema que é sério que é a questão do desmatamento na Amazônia que precisa de 70% das emissões nossas vêm desse desmatamento da Amazônia, então precisamos reduzir esse problema, mas reduzindo essa questão do desmatamento e da Amazônia e das queimadas, nós estaremos, eu diria assim, a ponto de bala em termos de tecnologias, inclusive, na questão do biodiesel que foi desenvolvido bastante nos últimos períodos para enfrentar as questões de mudanças climáticas.

E eu colocaria alguns pontos, o Deputado Décio me permite, a gente colocar nessa questão das políticas, dessas questões todas técnico-científica sendo colocadas dentro das políticas públicas, eu citaria algumas ações que nós estamos fazendo na diretoria de recursos hídricos, e não é na diretoria de recursos hídricos, a Senadora Ideli corrigiu bem, mas estamos elaborando um plano estadual de recursos hídricos, como foi bem falado, houve quando assumimos a diretoria havia uma relação de um plano realizado por controle remoto à distância de qualidade bastante questionável, então nós interrompemos a realização desse plano e constituímos uma estrutura dentro da diretoria que hoje está elaborando, concluindo a fase de diagnóstico do plano e aí vamos fazer imediatamente as fases sequenciais. Então, nós já teremos

agora, em seguida, uma projeção de tempo, temporal em relação à efetivação do Plano Estadual de Recursos Hídricos fundamental para aquela condição, e nós sabemos da situação atual e em função disso fazemos planejamentos estratégicos de infraestrutura e etc. de medidas em cada bacia catarinense.

Eu salientaria a questão do conhecimento. Nós estamos trabalhando baseados no tripé: conhecimento, infraestrutura e tecnologia, e a questão do conhecimento, a base de dados, o sistema estadual de informações de recursos hídricos, disponível no www.aguas.sc.gov.br. O sistema de outorga que nós estamos desenvolvendo no Estado, fazendo cadastramento de todos os usuários de água no Estado e iniciando a fazer a realização das outorgas para... Conhecemos o sistema, conhecemos as disponibilidades, conhecemos as demandas e com isso conseguimos planejar as políticas públicas que vão nos dar condições de enfrentar as questões de mudanças climáticas.

Eu colocaria como mais dois itens aqui, o sistema estadual de informações de monitoramento climatológico de qualidade em parceria com a Epagri, o Estado está montando um sistema estadual de informações custeando esse sistema, o sistema de previsão de alerta que nós estamos aperfeiçoando no Vale do Itajaí e outras regiões que estão com problema, que têm problemas desse tipo, o mapeamento hidrogeológico do Estado que é algo que nós tínhamos antes uma base, nós falávamos antes em conhecimento, nós tínhamos uma cartográfica muito... Temos uma base cartográfica muito precária, e a diretoria está propondo agora, em articulação com outras secretarias, nós fazemos nova base cartográfica do Estado que vai ser a referência para o planejamento do Estado nos próximos 30, 40 anos com a precisão de um para 10 mil, podendo chegar um para cinco mil e um para dois mil. Então, é um trabalho que nós estamos com edital na praça agora de licitação e em torno de um ano e pouco nós vamos ter o novo mapeamento do Estado que vai servir para as diversas áreas.

Então, para não me alongar muito e para ocupar um pouco só do espaço que foi me dado pelo Décio, com muita satisfação, eu disse: "Não, deixa para lá..." E o Décio fez questão que a gente ocupasse um pouco o espaço. Então, só para citar um pouco daquelas questões que estão sendo feitas, justamente com esse foco que eu falei antes, para mim tem sido uma experiência muito boa ter trabalhado 20 anos na pesquisa nas diversas áreas e incluindo a pesquisa nas questões climáticas e de mudanças climáticas e poder agora estar colocando na área de recursos hídricos que é uma área sensível e fundamental para a variabilidade que está acontecendo já e que vai acontecer, nós fizemos estudos que mostram que já está acontecendo.

Então para mim tem sido fundamental a gente conseguir colocar isso dentro das políticas e interferir no processo. Então para mim tem sido um prazer isso, e por isso que eu fiz questão de compartilhar com vocês um pouco dessa abordagem que está sendo colocada no Estado, é uma oportunidade ímpar da questão técnica estar sendo priorizada. E só corrigindo um pouco o valor que o Décio comentou anteriormente da liberação de 180 e poucas licenças para PCHs, na verdade, não foi uma liberação, é uma nova metodologia que nós adotamos no Estado, justamente com a preocupação preventiva de fornecer a empreendedores que têm interesse nos diversos pontos do Estado o limite que o Estado está impondo aos investimentos. Na verdade, nós analisamos e liberamos 62 DRDHs que é outorga de água para PCHs com um critério técnico bastante rigoroso que nós estamos adotando, e fizemos um procedimento inédito que é essa avaliação preliminar de explanagem(F) hídrica que vão balizar os investimentos justamente para evitar que o cara faça um grande esforço e depois chegue ao final a gente corte a metade da água que ele estava pensando que ia ter, porque os outros usuários precisam de água também. E está sendo considerada essa análise hídrica integrada, em função disso aquelas cento e poucas APDHs que é a preliminar de outorga ela está causando um furor muito grande nos investidores, porque eles estão vendo que não vão ter a outorga daquela água toda que precisa, e isso, certamente, vai limitar investimentos, mas, infelizmente, isso é necessário, porque o Estado precisa pensar em todos os usuários de água e nas questões ambientais, vazão cênica, preservação de cachoeira, enfim, diversos critérios que estão sendo implementados no Estado.

Muito obrigado.

SR. LUIZ AUGUSTO TOLEDO MACHADO: Bomdia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite de estar aqui à Senadora Ideli Salvatti, ao Deputado Décio Góes, ao Deputado Colbert e a todos os presentes, a oportunidade de estarmos aqui apresentando uma visão sobre a questão de desastres naturais e mudanças climáticas.

Essa palestra tinha sido esquematizada de ser feita em 30 minutos, mas devido aos ajustes de tempo eu vou ter que fazer um pouquinho mais rápido. Então, vocês me perdoem porque eu vou ter que pular algumas transparências e, às vezes, falar um pouco rápido.

Mas, basicamente, eu gostaria de abordar o assunto de ventos extremos e mudanças climáticas, exemplos de alguns casos recentes, falar sobre o sistema de monitoramento, e como a sociedade está se

organizando para a questão da mitigação dos eventos extremos.

Então, inicialmente, eu gostaria de mostrar esse quadro que é um quadro da renascença que se chama "A Tempestade" e já em 1700 nós vimos aqui uma visão um pouco apocalíptica de uma tempestade com pessoas nas árvores, pessoas mortas, ou seja, uma visão bastante realista de tempestade severa. E a minha ideia de mostrar esse quadro é a ideia de dizer que a tempestade severa sempre existiu, ela sempre existiu independente mesmo antes da industrialização.

E um segundo quadro que eu gostaria de mostrar, esse está no Museu do Ipiranga feito pelo Benedito Calisto que se chama "Inundação na Várzea do Carmo", logo ali em cima é o Colégio São Paulo, o Parque do Estado e aqui a Avenida do Estado, que já nessa época, em 1800, se falava, se tinha o quadro para retratar inundação da Várzea do Carmo, hoje tudo isso daqui é ocupado, é uma cidade ocupada e então esse é um exemplo de ocupação do solo indevida.

Fora a questão de ocupação do solo indefinida, nós temos aí algumas imagens do que ocorre com queimadas aqui o Parque Nacional lá no Pará, ou seja, a questão de desflorestamento que implica fortemente na questão... Não está funcionando, mas tudo bem, essa daí é uma imagem que mostra o quanto a gente fica emitindo de gás carbônico e de CO só na questão de queimadas, e quanto exporta esse monóxido de carbono, ou seja, existe essa questão de desflorestamento, de queimadas que aumentam radicalmente a questão da contribuição brasileira, se ela não contribui de uma forma o aumento dos gases do efeito estufa com a parte de industrialização, ela aumenta consideravelmente através das queimadas. Passar o próximo, por favor.

Como consequência as outras questões é a questão do desflorestamento. Juntando esses fatores com a questão da industrialização, então existe o desflorestamento, existem as queimadas, existe a ocupação indevida do solo, e nós vemos aqui o aumento do gás carbônico devido à contribuição, principalmente, dos países desenvolvidos que quem desde o início da industrialização aumentando consideravelmente o gás do efeito estufa, nós temos como consequência aumento da temperatura do planeta, da temperatura dos oceanos, aumento do nível dos oceanos, intensidade de chuvas, intensidade frequentes de furacões secas, extremos de temperatura, ondas de calor, e diminuindo gelo nos pólos e as geleiras que tem consequências que são interações que ocorrem e que acabam acelerando o processo de mudanças climáticas, e, consequentemente, nós temos aqui análise do IPCC, o aumento da temperatura nos últimos anos, os dois anos dais quentes estão dentro desses últimos anos dessa última década onde nós temos um aumento significativo da temperatura dos oceanos e isso tem consequências, as consequências são variações do globo inteiro onde nós temos aí na parte de cima, onde está aumentando a precipitação, onde está diminuindo e nós vemos que na região lá do Sul e Sudeste da América do Sul um aumento de precipitação que está sendo notado.

Por outro lado, também nota-se aumento do número de furacões no Atlântico Norte, nós temos aí o primeiro evento de furacão, ciclone extratropical que tivemos aqui o evento Catarina, mas temos aí número crescente de aumento de furacões no Atlântico Norte devido o aumento da temperatura como consequência das mudanças climáticas. E aqui o número de desastres naturais, aqui desde o ano de 75 a 2005 nós vemos que existe um aumento crescente do número de desastres naturais, e sendo a maioria deles desastres naturais meteorológicos. Então, nós temos aí um ingrediente que misturado com ocupação indevida do solo, se torna um perigo para toda a sociedade.

Aqui do lado direito é um gráfico interessante, porque esse é um ponto importante nas mudanças climáticas que nós temos que ter em mente, a questão que eu vou falar com um pouco mais de detalhes, que a precipitação como um todo não, necessariamente, aumenta, o que aumenta é o número de eventos severos, então aqui nesse gráfico é o total anual de precipitação dividida pelo número de dias com precipitação. Então, o número de dias diminui, mas a quantidade mesmo que se mantenha os eventos são mais extremos. Nós podemos ver novamente ali, aqui incluindo a região o Estado de Santa Catarina, a região Sudeste que existe um aumento desse número do total anual sobre os números de dias com precipitação.

Aqui já é um estudo que foi realizado de tendência de chuva de 1955 a 2002 os anos pluviômetros, nós vemos também aqui no Estado de Santa Catarina que existe uma tendência de aumento da quantidade em milímetros por década, quanto que está aumentando essa tendência realmente de chuvas aqui nessa região.

Aqui para a Argentina é o número de eventos superior a 100 milímetros que ocorreram. Também vemos aqui nos anos de 2002, 88, 84 nós tivemos um aumento considerável desse número de eventos, de precipitação intensa, maiores que 100 milímetros em dois dias.

Aqui é um estudo que também mostra o número de... Não é o número de ciclones extratropicais, esse que a gente tem ouvido falar cada vez mais que tem causado uma série de eventos extremos com meteorologia, mas esse é número de eventos organizados,

ou seja, é um ciclone extratropical que é bem organizado da superfície até o topo da atmosfera. Então, aqui é uma porcentagem do total e número de eventos organizados. Então, esse número de eventos organizados também está crescendo com o tempo. Isso, provavelmente, devido os aumentos da temperatura da superfície do mar. E aqui nós temos um exemplo de simulação, é lógico que essas simulações são extremamente importantes quando nós simulamos o que vai ocorrer em 100 anos, nós ainda temos muito a aprender, a melhorar esses modelos; mas já dá um indicativo do que nos espera.

Então, nós temos aqui umas diferenças entre a década 90, menos a década de 2100, ou seja, qual é a diferença do padrão de chuva entre a década de 1990 a 99 e de 2090 a 2099 em 100 anos? O que mostra esse resultado? Em julho no nosso inverno – vermelhinho –, mostra que nós vamos ter menos chuvas, ou seja, mais secas e isso é o que nós temos recorrente, nós temos observado cada vez invernos mais secos. Vocês vão até dizer que eu estaria me contradizendo no exemplo que eu vou mostrar em seguida, mas isso que é o caso, é a questão da variabilidade. Então, nós temos muito mais secas, mas, ao mesmo tempo, nós vamos ter um julho que foi um extremo de precipitações em São Paulo que é a questão da variabilidade, que um ano que muda e esse aumento da variabilidade que é a resposta da mudança climática. E já em dezembro, fevereiro quando nós temos a época chuvosa, nós temos, continuamos ter na região do Sudeste do Brasil um aumento da quantidade de precipitação, ou seja, nós temos no período chuvoso mais chuva e no período seco mais seca. Essa é a uma diferença entre os 100 anos.

Para se entender o que ocorre com a mudança climática eu vou tentar apresentar um exemplo mais lúdico. Nós temos que ver que você aumenta temperatura ou aumenta evaporação do solo, então o solo vai ficar mais seco com menos umidade gerando mais seca, só que, ao mesmo tempo, que a temperatura aumenta, o ar tem a capacidade de armazenar mais umidade que aqui tem 7% a cada grau Celsius de aumento aumenta essa capacidade do ar que tem mais umidade. Então, se por um lado você tem mais seca, você tem mais umidade na atmosfera e isso pode se transformar rapidamente, havendo as condições, em tempestades severas, então você tem o maior número de secas e o maior número de tempestades severas. Então, aqui começa a aparecer uma constância, a gente cada vez mais vê exemplos de eventos extremos.

E aqui a ideia que eu tive foi tentar mostrar aqui o que ocorreu nesse último ano. Nós temos aqui em julho, aqui no norte do Paraná e sul de São Paulo, um evento que choveu oito vezes mais do que a média em julho nessa região. Realmente, eu nunca vi um julho com tanta chuva em São Paulo, como foi este ano. Se nós formos aqui já mais para... Aliás, eu escrevi primavera, mas é outono, isso aqui no outono foi outro evento severo, nós tivemos no Norte e Nordeste um grande problema nas chuvas, aqui um exemplo que as chuvas não dão trégua no Norte e Nordeste. E se nós formos um pouco mais para trás nós entramos no caso de novembro das chuvas dos eventos extremos em Santa Catarina, ou seja, está cada vez fazendo mais parte na nossa realidade esses eventos.

Aqui eu prefiro colocar, detalhar, mas como o tempo está curto eu vou passar rápido sobre isso, que todo mundo já discutiu, exauriu essa discussão das consequências desse evento que eram vórtice ciclônico com anticiclone que ficou estacionado. Mas uma coisa que eu acho que é importante é que, por exemplo, a previsão de tempo houve a previsão que havia um evento extremo, a previsão indicou com dias de antecedência precipitação acima do normal, mas não conseguiu prever que se chegaria a valores tão extremos. E aqui é só um exemplo de como a tecnologia pode melhorar. Nós temos cada numerozinho desse daí é um modelo, a resolução, cada vez que você roda um modelo tentando ver com uma menor resolução o resultado fica muito bom. Aqui é com resolução de 20 quilômetros, o modelo já detectava precipitações intensas ali na região, já quando um modelo menos preciso, ou seja, com grades de 100, 150 km já não mostrava esses eventos, mostrando a importância de se ter esses modelos regionalizados para a região.

Outra coisa interessante ali do lado esquerdo é o radar do Morro da Igreja que é o único radar que opera aqui no Estado de Santa Catarina, meteorológico, nos permitiu ver que essa chuva foi uma chuva completamente diferente. Normalmente, quando nós falamos num evento extremo, nós esperamos descargas elétricas, trovões, esse caso que a gente chama de nuvens quentes, ele não desenvolveu a fase de gelo, foi um sistema extremamente eficiente que transformava vapor de água em chuva durante quatro, cinco dias, ou seja, foi um sistema diferente que a gente não tinha tanta experiência sobre ele.

E a questão de vulnerabilidade. Essa é uma questão também fundamental, a questão de que não adianta você só saber que vai ter um evento extremo porque o quanto vai chover, porque a vulnerabilidade é o ponto que dá o desastre, então você precisa saber da parte meteorológica e precisa saber das questões de vulnerabilidade.

Aí a questão desse evento é interessante que em 1983 no Vale do Itajaí houve as inundações e Santa

Catarina desenvolveu um sistema extremamente eficiente, foi um exemplo, mas nesse caso em função dessa inundação a população subiu às encostas, houve uma ocupação mais desordenada e a consequência foi esses eventos que nós observamos.

Aqui é um levantamento nos Estados Unidos que eu coloquei como exemplo que a gente precisa começar a desenvolver. Qual o número, quais são as regiões suscetíveis a diferentes tipos de evento? Levantar as áreas de vulnerabilidade que depende de mapa de uso da terra, cobertura vegetal com altimetria para chegar numa demarcação de áreas de risco. E juntando tudo isso, todas essas informações para se fazer a previsão de tempo que isso inclui satélites, radares, supercomputadores. Então, vamos passar essa daí.

Então, aqui é um exemplo de uma modelagem de alta resolução isso necessita de supercomputadores, de investimento em grandes computadores, tanto da parte regional, como global, modelos oceânicos para poder prever ventos de ondas e as operações marítimas. Próximo, por favor. Modelos ambientais de qualidade do ar onde a gente pode estar vendo as ações de mega cidades ou as queimados, como essa pluma de CO2 se movimenta, e para isso precisa de manutenções, fluxos de dados. Eu vou passar, por favor. E rede de radares. Isso é importante, os radares são extremamente importantes para a questão de monitoramento e previsão imediata de eventos severos, nós precisamos ter radares. Os Estados Unidos têm mais de 150 radares já há mais de 15, 20 anos e já está trocando, a gente tem uma pequena rede que funciona com muitas... Ainda necessita de muito investimento.

Vamos passar esse exemplo aqui. E outra parte importante, aí é um satélite parente do Deputado, o Góes, que é o Satélite Góes que nós temos aí... Esse é um satélite que os Estados Unidos, vamos dizer, emprestou para gente. É um satélite velho. Ele falou: "Não uso mais, está aposentado, coloca aí porque vocês estão precisando". Só que ele termina no fim desse ano. A gente não tem um satélite meteorológico, a meteorologia brasileira não tem satélites, ela sempre conta com a ajuda dos outros. E a Inpe tem um programa espacial, mas que está atendendo a parte de sensoriamento remoto, mas que precisa ter mais investimentos para atender a parte de meteorologia. Sistemas de alerta, integração de informações, isso é fundamental, emite alertas, conhece as vulnerabilidades, são sistemas integrados entre a meteorologia e a Defesa Civil. Aqui, por exemplo, é um exemplo de um sistema que nós estamos desenvolvendo, onde você vem em amarelo a previsão para duas horas, aonde está o sistema, em roxo são onde está tendo as descargas elétricas, você tem a estrada, você tem a cidade. Esse é o tipo de informação que a gente precisa, conseguir chegar a um zoom, colocar as informações geográficas em camadas junto com as informações metereológicas.

E aqui, finalizando, eu gostaria de falar sobre a questão de eventos mundiais que estão sendo trabalhados para mitigar a questão de desastres naturais. Aqui agora em agosto, setembro, 31 de agosto a 04 de setembro têm a Reunião Mundial do Clima em Genebra, é uma reunião que ocorre a cada 20 anos e que pretende dedicar essa reunião à questão de vulnerabilidades, à questão de clima. Está sendo escrito uma carta de Genebra onde existe uma proposta dessa carta de criar um quadro de previsões climáticas sazonais para ajudar todos os países em desenvolvimento e a base disso é o dado aberto. E outro sistema, que eu termino a minha fala descrevendo esse sistema, é sobre o Gilson que é um sistema, chama-se sistema dos sistemas de observação da terra. Esses sistemas é para trazer benefícios à sociedade, dados abertos, diminuir a latência, a informação chegar ao usuário, e isso é uma ação mundial, é uma ação mundial que teve um impulso muito grande desde a parte do tsunami, o grande tsunami que teve na Polinésia e começou a ter essas informações que incluem integração de informações, gerenciamento de dados.

Então, eu acho que nós temos que ter certa liderança nessas ações que são mundiais, o Brasil tem um potencial para desenvolver, e o que eu gostaria de colocar é que a meteorologia precisa estar um pouco melhor organizada. Para isso até aproveito a presença da Senadora para falar que no congresso existe uma PEC, no Congresso tem uma--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ AUGUSTO TOLEDO MACHADO: Existe uma PEC, porque a meteorologia não faz parte do dever do Estado, então o sistema... Não existe um sistema meteorológico. Então existe uma PEC que está no Senado já tramitando há muito tempo onde coloca que para a meteorologia ser um dever do Estado, para poder criar o Sistema Nacional de Metrologia-–

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Você sabe o número dessa PEC para eu passá-la lá?

SR. LUIZ AUGUSTO TOLEDO MACHADO: Eu lhe passarei todas as informações. E essa PEC é extremamente importante, porque ela vai permitir organizar o sistema federal com o estadual e hoje é meio desorganizado e os investimentos. Então, esse eu acho que é um passo importante, a criação do Sistema Nacional de Meteorologia, a questão de acerto de alertas com a Defesa Civil, e a questão de infraestrutura que é radares e satélites. Eu acho que existe necessidade

de um plano para modernização da meteorologia e a integração com a Defesa Civil.

Muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu queria agradecer o Luiz Augusto, extremamente pontual e objetivo. Já fez, inclusive, a reivindicação dele aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): É, já sai com tarefa.

E queria então passar a palavra, rapidamente, para a Maria Laura, também por 20 minutos ela faz a explanação. E a ideia que a gente tinha era depois abrir para uma quatro perguntas ou manifestações para gente ir fazendo uma interação em cada bloco, uma intervenção de dois minutos cada para poder a gente ir se inteirando.

Dra. Maria Laura, a palavra é sua.

SRA. MARIA LAURA RODRIGUES: Bom-dia a todos.

Eu vou falar mais especificamente sobre as estiagens no oeste e um pouco das chuvas de novembro.

Aqui mostrando em Santa Catarina por sua própria localização geográfica, características de hidrografia, topografia é bastante afetada por adversidades metereológicas. Nós temos principalmente no oeste, granizo, estiagem a neve no planalto, as geadas, o vale, principalmente com as enchentes, ressacas no litoral, ocorrência também de tornados, os ventos fortes, principalmente, no litoral sul com a atuação de ciclones, então normalmente fora a questão de variabilidade do clima, mudanças climáticas já é um Estado com essas características presentes.

Em termo de estiagem nós tivemos nesses últimos nove anos oito foram com eventos de estiagem, aí as datas, então dos períodos mais significativos entre 2001 e 2009.

Neste gráfico nós temos a porcentagem de precipitação em regulo à média, então as cores em azul seriam chuva acima da média, e essas cores e os tons de amarelo para o vermelho as chuvas abaixo da média, então aí a ocorrência de episódios de estiagem. Nós tivemos no inverno de 2003, quando praticamente em todo o Estado chovendo metade do que era esperado para aquele período, também o verão de 2004, nós tivemos o verão de 2004, 2005 com estiagem, também chovendo praticamente metade do esperado para aquela época. E aí o verão de 2005. Então, vocês podem observar que nesses períodos 2003, 2004, 2005 e 2006 em épocas do ano diferente, no inverno, no outono ou no verão; mas todo o Estado sendo atingido por déficit de chuva e, muitas vezes, nessa faixa de chover metade do que era esperado para aquela época. Aí o episódio mais recente que nós tivemos em novembro, dezembro de 2008 e depois no período de março a maio de 2009. Nesta última foram 137 municípios em situação de emergência, uma estiagem atingindo principalmente a faixa do oeste e do planalto, principalmente, o oeste catarinense acaba sendo a região mais atingida por essas estiagens. E aqui nesses gráficos que eu mostrei foram estiagens mais severas abrangendo todo o Estado.

Aqui é um gráfico com anomalias de chuva para o Município de Chapecó no oeste catarinense. Então, em resumo as cores em azul significam as chuvas acima da média nos meses são anomalias mensais de chuva, então, azul com as chuvas acima da média, quando choveu mais de 50%, foram períodos chuvosos, quando choveu mais de 50% da média. E aquele o laranja então é o bem abaixo da média quando choveu mais da metade ou menos da metade do que se esperava. Então, vocês podem observar que nós temos para um mesmo ano excesso e déficit de chuva.

Na última coluna é o total de chuva anual que a média na região de Chapecó seria em torno de dois mil milímetros, então vocês podem ver que mesmo em anos que ocorreram déficit de chuva nós temos no total, fechando o ano um valor dentro da média, porque ocorrem meses com excesso de chuva e meses com o déficit de chuva, principalmente, esses período de outono e inverno acabam sendo com mais déficit de chuva, setembro e outubro é um mês dentro desse período analisado de 99 a 2008 que aparece com um déficit mais acentuado.

Então, nós verificamos que períodos de estiagem no oeste são intercalados com períodos de chuva intensa, por isso a importância até de se captar a água em períodos de abundância, porque nós temos esses períodos, em todos os anos, nesse período de 99 a 2008 acabamos tendo, pelo menos, dois meses consecutivos com chuva abaixo da média, e os prejuízos, as consequências, os impactos dependem muito do período em que ocorre esta estiagem. Então, se pega no litoral numa época de verão o turismo que acaba sendo bastante prejudicado, para a agricultura esse período de setembro a março que é um período de safra é que acaba sendo o período mais vulnerável em caso de estiagem para a agricultura.

Agora falando um pouco então das chuvas no litoral e Vale. Nós temos aqui então o mapa mostrando essas mesmas anomalias de chuva para esses meses de setembro, outubro e novembro de 2008. Então, agora o contrário daquele que a gente estava vendo nas

estiagens aparecia a cor de amarelo e vermelho que era um déficit de chuva, aqui em azul são as anomalias positivas, as chuvas acima da média, bem acima da média nesses casos. Então, ali no mês de setembro nós tínhamos uma anomalia negativa, um déficit de chuva no oeste já começando a aparecer no litoral as anomalias positivas. Outubro foi um mês bastante chuvoso em Santa Catarina, em 2008, com todo o Estado ficando com chuvas acima da média, e novembro então que foi o mês da tragédia no Vale, o litoral e o Vale tudo com chuva acima da média, bem acima da média por causa das chuvas concentradas naqueles últimos dias de novembro, e, ao mesmo tempo, ocorrendo um déficit de chuvas no oeste catarinense.

Aqui para o período desse de setembro, outubro a novembro o gráfico debaixo em coluna é o total de chuva mensal para esse período. Então, novembro aquele valor de Blumenau chegou a mil milímetros, o valor que ocorreu no mês de novembro, o de Blumenau é aquele em roxinho. Então, as chuvas em novembro superando 500 milímetros na região de Timbó, de Brusque que são todos municípios localizados no Vale do Itajaí. Aquelas outras eram as tabelas com os totais de chuva. Acho que aqui no gráfico dá para visualizar melhor. Esses são os totais diários de chuva de novembro e dezembro de 2008. Então, aqui os picos maiores onde aparece acima de 250 milímetros são totais diários, e esses picos maiores foram bem entre os dias 22 e 23 que foi quando ocorreram os maiores volumes de chuva do mês.

Então, vocês podem ver que já vinha, nós já tivemos um período bastante chuvoso em outubro, novembro ocorreram esses extremos, volumes extremamente altos de 200, 250 milímetros em um dia, e mesmo em dezembro, depois de passada a tragédia a gente ainda ficou fazendo um monitoramento intenso do tempo no período de dezembro, ainda ocorreram alguns volumes de chuva e qualquer chuva, qualquer 50 milímetros que desse já era um grande estrago na região já bastante castigada.

Aqui de Blumenau o mês de novembro. Então aqueles picos mais altos, 122, na verdade, as chuvas ocorreram nos dias 22 e 23, aparecem os totais no 23 e 24. Vendo então que Blumenau, em um dia, choveu quase 300 milímetros e foi a região onde no mês totalizou os mil milímetros, sendo que a média na região nesse mês de novembro fica em torno de 100 a 150 milímetros. Então, em um dia esses 300 milímetros representavam praticamente duas vezes o que seria a média do mês.

Para Itajaí a mesma coisa. Os volumes altos naquele período de 21 a 24 com a chuva do dia 22 para 23 sendo a mais crítica. E aqui da chuva e o nível dos rios em Blumenau. Então, em vermelho, essa linha em vermelho é o nível dos rios, a medição diária do nível dos rios, então durante o mês de outubro por ter sido chuvoso o nível do rio na região já vinha subindo gradativamente atingindo um pico em torno de 11m entre o dia 23 e 24 que assim em 24 horas o nível do rio subiu 7m em apenas 24 horas.

Aqui no aviso emitido pela Epagri/Ciram um dos primeiros alertas no dia 18, já se alertava então para elevados volumes de chuva no litoral do Vale nos próximos dias, falando que entre quinta e sábado com risco de alagamentos e deslizamentos. E aí um modelo que já mostrava o modelo ETA rodado no CPTEC mostrando um volume elevado de chuvas ali naquela região do litoral, um azul mais forte, os volumes elevados previstos exatamente para a região do litoral e Vale.

Aqui é uma ilustração dos sistemas que atuaram, o sistema de alta pressão que provoca, "a Lestada" aqui para o nosso literal e o vórtice ciclônico.

Então, essa condição atmosférica, essa condição meteorológica observada em novembro de 2008, nessa condição, nós tivemos uma série de fatores, a combinação da lestada e do vórtice que provoca um volume de chuvas alto no litoral. O período prolongado de chuvas que desde dezembro já vinha sendo chuvosa, a condição de solo encharcado, o volume excessivo em dois a três dias com esses 200, 300 milímetros se concentrando em poucos dias, na verdade, em três dias chegou a dar 500 milímetros nesse período somente em três dias. Essa mesma condição da lestada favorece uma elevação do nível do mar ao longo do litoral e isso dificulta o escoamento da água nos rios para o oceano, então acaba favorecendo ainda mais a elevação do nível dos rios e a própria condição de vulnerabilidade da região. Porque a gente observa que o mesmo volume de chuva que ocorre no oeste não causa tanto estrago, tanto impacto como esse mesmo volume ocorrendo nas áreas do litoral e do Vale.

E uma coisa que se observou também é que era uma situação, então essa condição de lestada, de vórtice, de elevação do nível do mar é uma condição que se encontrou também no caso da enchente de Tubarão em março de 74 e das inundações e deslizamentos que nós tivemos no litoral sul em Florianópolis em dezembro de 95. Então, é uma condição atmosférica meteorológica bem importante de ser estudada porque atinge o litoral, pode ser litoral sul, litoral norte, ou grande Florianópolis, dependendo da posição de sistemas e causa um grande impacto nessas regiões.

Aí a questão da... O que é que causa esses fenômenos, a questão da variabilidade e aquecimento global. Falando, repetindo um pouco o que o Dr. Toledo falou. Nós temos aqui para Santa Catarina, então

o El Niño é um fenômeno que tem um grande impacto na região, e nós tivemos então El Niños provocando maiores volumes de chuva e enchentes até em Santa Catarina nesses anos de 1911, 57, 83, 87 e 97. Ali sublinhado esse de 1911 e 1983, porque as maiores enchentes no Vale ocorreram nessas datas e associadas à atuação de El Niño. Só que quando acontecem então essas chuvas associadas a El Niño elas acabam atingindo praticamente todo o Estado numa grande escala que acontecem as enchentes, os altos volumes de chuva.

Outra questão é da variabilidade interdecadal, é que o que acontece é que a atuação do El Niño nós temos a variabilidade natural do clima, então nós temos décadas mais chuvosas, décadas menos chuvosas. Então, nós temos nessa década de meados de 40, meados de 70 foram períodos de El Niño mais fracos. Então com isso são décadas menos chuvosas. E tivemos nos últimos 30 anos, meados da década de 70, a final da década de 90 vários episódios de chuva no Estado associados a El Niños mais fortes, então teria sido uma década de maiores volumes de chuva. E agora o que nós tivemos, a partir do final da década de 90 o que se observa são El Niños mais fracos e foi justamente nesse período então que tem que ser observados os casos de estiagem em Santa Catarina. Esses episódios mais frequentes que já seria nessa fase da década de El Niños mais fracos. Fora essa variabilidade natural do clima entra essa questão já abordada dos extremos climáticos no Sul do Brasil associada à questão de aquecimento global.

Então, estudos do IPCC mostram que analisando dados dos últimos 50 anos nós tivemos no Sul, isso para o Sul do Brasil um aumento da intensidade e frequência de eventos de chuva intensa que estariam aumentando nos últimos anos, e ali um exemplo desse estudo que para Blumenau foi feito um estudo se pegando chuvas de mais de 100 milímetros ocorrendo em dois dias consecutivos, não mais do que dois dias consecutivos. Então, são esses episódios isolados e se verificou então que de 40 a 60 foram 20 eventos, de 61 a 80, 23, e aí nas décadas seguintes de 81 a 2004, 41 eventos. Então, mostrando num exemplo como esse aumento da frequência, nesse caso mostrando o aumento da frequência dessas chuvas intensas.

É claro que as coisas importantes a se considerar é que chuvas e inundações ocorrem há séculos, embora, possa estar ocorrendo esse aumento, já ocorre, como vimos enchentes de 1911 na região do Vale. As séries históricas são de curta duração, então há importância de continuar esses estudos e ter esses dados, de ter essas séries históricas disponíveis para a pesquisa, as próprias alterações, além, das alterações em nível global, nós temos alterações no microclima, considerar que as cidades têm um aumento, a da densidade urbana. Então, numa cidade como São Paulo o estrago que uma chuva fazia há 20 anos, hoje esse estrago é muito maior. Nós temos as áreas muito mais vulneráveis como aconteceu, como pode ser visto nesse evento de novembro de 2008, a região do Vale com as áreas de encostas sendo habitadas. Então, todos esses aspectos são importantes serem levados em consideração.

Aqui da página do Ciram aquele em vermelho o plantão meteorológico, foi nesse momento das chuvas de novembro de 2008 que nós fizemos um plantão especial, uma página no site para colocar essas informações.

E o que é que se vê, então importante é que tem a pesquisa. Isso aqui é um resumo também de estudos que foram feitos e são todos estudos recentes, a meteorologia que praticamente nos últimos 20 anos que se avançou bastante em termos de tecnologia e de pesquisa no Brasil, mas ainda tem muita coisa para ser feita, principalmente, em Santa Catarina, como nós não temos nenhum curso de graduação ainda aqui no Estado e nem curso de pós-graduação. Então, existe uma carência muito grande de pesquisa, aqui para o Estado que é importante, a gente tem que conhecer esses sistemas, conhecer o impacto desses sistemas para poder melhorar a previsão, e dentro da previsão também centros, o centro meteorológico forte, precisamos de dados, tendo sempre o suporte dos dados da estação. A Epagri, por exemplo, nesse último evento de novembro de 2008 a rede de estação já contribuiu muito para que se fizesse um bom monitoramento desse evento devido à expansão que a rede teve nos últimos dez anos, e precisa se investir então tanto em pesquisa, como na questão dos centros operacionais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu queria recompor a Mesa com a Maria Laura e o Luiz Augusto. E agradecer à Maria Laura que ela foi também pontual, a minha Mesa está bem pontual.

Então, eu queria abrir para três, quatro intervenções, praticamente porque nós estamos um pouco no horário. Então, a Isolde já vem aqui. Não sei se tem microfone. Já temos duas inscrições. Já pode... Se apresente.

SRA. ISOLDE ESPÍNDOLA: Bom-dia a todos. Isolde Espíndola, Superintendente de patrimônio da União de Santa Catarina.

Primeiro eu queria parabenizar à Senadora Ideli, ao Deputado Décio pela oportunidade de fazer este evento aqui. Eu gostaria de acrescentar, nós vimos aqui

as questões climáticas, as questões das enchentes de novembro. Mas eu queria acrescentar aqui também outro dado que é importante para Santa Catarina a começar estudar e a gerenciar que é a questão da nossa orla. O patrimônio da União demarca as suas áreas, aqueles 33m da linha beira-mar. O que é que nós estamos observando? Estamos o aumento do mar, a erosão da nossa orla. Então, dizendo a vocês, isso, principalmente, está ocorrendo muito na região norte, a região de Barra Velha, a região Balneário e Barra do Sul e Itapuã. Em Barra Velha há muitas casas, dezenas de casas hoje demolidas total ou parcialmente pelo avanço do mar. Não só dizer que isso ocorre lá, mas também na ilha. Nos últimos 40 anos ficou observado que a região norte aqui de Canavieiras o mar já avançou em 28m, há um avanço, uma erosão e há um assoreamento em outras praias. A outra questão também é assoreamento, os acrescidos que têm aparecido principalmente na desembocadura dos rios. Então, vota e meio o patrimônio da união tem recebido pedidos de cancelamento das pessoas dizendo assim: "Cancela porque o que era o meu terreno, que era um terreno de marinha que ocupava não mais existe, ou é praia ou é água".

Então, o que eu queria colocar aqui é o seguinte é que o Estado de Santa Catarina tem realmente características topográficas que precisam ser muito bem estudadas e analisadas desde as águas que vêm da serra, o grande número de lagoa, os grandes rios que nós temos, e a grande questão de ainda plantação de arroz em água. Tudo isso são componentes que têm que ser muito bem discutidos.

E aí eu queria colocar aqui, Deputado Décio, o seguinte: não é possível com todas essas características Santa Catarina não ter o programa de gerenciamento costeiro efetivado. É isso que nós precisamos começar a trabalhar, porque não é só gerenciar, é gerenciar a nossa costa, gerenciar a questão dos rios, toda erosão que houve no rio Itajaí na última enchente e dizer mais porque hoje nós temos um grande, vamos dizer, que traz um grande movimento ao estado--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Concluindo.

SRA. ISOLDE ESPÍNDOLA: Estou terminando. É a questão do turismo, ora o turismo está na nossa orla, e se essa orla está sendo depredada o que é que vai ser amanhã ou depois? Estamos precisando de gerenciamento costeiro e que o Estado assuma junto com o patrimônio da união, com o Ministério do Meio Ambiente e com os Municípios um projeto chamado Projeto Orla, onde se faz todo o diagnóstico e se faz a prevenção, vamos discutir a ocupação irregular dessa orla, vamos discutir o desassoreamento da desembocadura dos nossos rios, se não estando bem feitos agravam as enchentes.

Então, isso está falando no nosso Estado. Aí eu trago essa questão à Comissão da Assembleia que impulsione essa questão do gerenciamento costeiro. E a Comissão do Senado, de alterações climáticas também olhe que esse mesmo fenômeno acontece em outros Estados, só que há outros Estados que têm, sim, já um gerenciamento costeiro andando, funcionando e indo. Mas Santa Catarina com todos esses problemas não tem um projeto orla que tenha realmente o bom apoio do Estado que precisa não tem o gerenciamento costeiro efetivo.

Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Mais uma inscrição e depois tem mais aqui outra, e mais o jovem lá no fundo, e aí a gente passa às duas considerações, depois no outro bloco o pessoal que quiser fazer observações faz, vai ter oportunidades também.

SR. PAULO MELLO FILHO: Bom-dia. Primeiramente, parabenizar a organização, à Senadora Ideli, ao Deputado Décio.

Eu vou levantar um aspecto que hoje o Brasil, nós somos muito felizes no aspecto da legislação que nos dá proteção ambiental. O Brasil é um país muito rico e no aspecto de instrumentos legais para a nossa proteção. No entanto, nós precisamos de programas para o cumprimento dessas leis, e todas essas leis, Lei do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Lei de Recursos Hídricos, Lei de Saneamento vem tudo de encontro às estratégias para o controle das mudanças climáticas.

Então, é um momento muito oportuno nesse momento que nós estamos vivenciando, fazer o cumprimento dessas leis em nível nacional. Em Santa Catarina, particularmente, que já é conhecido, um Estado dos mais eficientes na área de saneamento básico, a implementação de soluções, a implementação da prática de saneamento básico vem de encontro às mudanças climáticas. Então, é oportuno, realmente esse evento.

Para termos uma ideia, um trabalho que nós terminamos recentemente... Eu sou o Professor Paulo Mello Filho, sou da engenharia sanitária ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, me desculpem. Coordeno o projeto de tecnologias sociais para a gestão da água no nosso Estado com abrangência em várias regiões que integra a Epagri, a Embrapa, estamos no momento de avaliação dele com perspectiva de continuidade. Mas um dado muito interessante

que está saindo do forno, Santa Catarina é um Estado de quase 5,5 milhões de habitantes, é um Estado de aproximadamente 5, 5 milhões de habitantes, e a potencialidade de geração de gás de efeito estufa, nem todos, alguns gás de efeito estufa, por exemplo, o gás metano é equivalente, Deputado Décio, aproximadamente a 250 milhões de habitantes. Um Estado que tem 5,5 milhões de habitantes e a nossa potencialidade, repito, potencialidade de geração de gás metano que é um dos principais gases responsáveis pelo gás de efeito estufa pelas mudanças climáticas, 250 milhões de habitantes. Fica uma grande interrogação utilizando os modelos do IPCC, utilizando os dados que... Existe no Brasil hoje uma rede para fazer esse inventário do gás de efeito estufa no Estado, Santa Catarina está começando a construir essa base de dados, mas num projeto de pesquisa com a Universidade Federal, com a Fapesc e com a Companhia SCGas, nós consolidamos essa informação e estamos assustados com essa informação.

Essa é a contribuição que eu faço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado.

[palmas]

Então se apresenta. Dois minutos. O microfone poderia ir ao encontro para ir mais rápido.

SR. LEONARDO CARVALHO: Bom-dia a todos. Meu nome é Leonardo de Carvalho. É uma pergunta direta, até pelo tempo. O Sr. Luiz Machado colocou um ponto interessante, o GOES não vai ficar mais disponível a partir do final do ano. O que é que o país está fazendo a respeito disso, ou nós vamos ficar desprovidos dessas imagens, enfim, como será feita a nossa previsão meteorológica?

O outro ponto que eu perguntaria seria para a representante do Epagri no sentido de a contento como é que está o sistema hoje de infraestrutura na questão meteorológica no Estado. Eu dando uma olhada rápida no site da NASA eu vi, por exemplo, que o evento do Furacão Catarina existiam divergências até no ponto de velocidade do vento, porque como eles citaram, Santa Catarina não tinha estações, não tinha avião, enfim, de furacão para fazer essa medição. E por último, até o nobre Deputado pode também auxiliar. Quais é a visão do governo do Estado e da Assembleia no sentido de realmente, já que está se tendo essa questão de eventos climáticos mais drásticos no Estado, qual seria um programa ou o é que está sendo feito voltado para prover no Estado dessa infraestrutura e o que é que de tão necessário está se fazendo e para um futuro próximo? Seria essa pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado. Jovem.

SR. JOÃO PAULO SILVEIRA: Bom-dia a todos que me ouvem agora. Meu nome é João Paulo Silveira. Eu sou estudante de graduação de medicina na universidade, e eu fiz o meu trabalho de conclusão de curso sobre os impactos da mudança climática na saúde, em especial para a nossa região de Florianópolis, mas eu acabei precisando estudar o planeta inteiro. Então, é a terceira oportunidade que eu tenho de estar aqui na Assembleia observando a segunda relação de mudanças climáticas, a outra foi na Audiência Pública sobre saneamento e de observar que, além, das autoridades que estão aqui presentes que participam em cargos da gestão aqui no nosso Estado, que tomam as decisões que estão inseridas nessa trama política, inúmeros outros profissionais que se dedicam a outras atividades de relevância pública, que estão no dia a dia trabalhando e, em especial, essas pessoas da minha geração que estão aqui que junto comigo iremos herdar a realidade que vai estar colocada daqui a cinco, a dez, a 20 anos e vamos ter que gerir muito dos problemas que estão se consolidando agora.

Então, o que eu tenho a oferecer é uma reflexão, uma visão integrada da realidade. Este tipo de assunto extrapola o campo da climatologia, extrapola o campo de saneamento e ele envolve uma série de outras dimensões nas nossas vidas. Então, as mudanças climáticas têm que ser abordadas a gente levando em conta a relação dos efeitos das consequências delas com os modelos de desenvolvimento econômico que a gente está escolhendo e optando agora, nesses anos de agora para o nosso Estado, para a nossa cidade e etc. Isso está articulado com a gestão dos nossos recursos hídricos, como foi muito bem feita a fala aqui que também serão alterados e serão modificados, e, provavelmente, entrarão em regime de escassez nas próximas décadas. E tudo isso se relaciona com a saúde, e o que aconteceu em Blumenau, em Ilhota, no Vale serviu muito para gente entender como o Sistema Único de Saúde que até então não existia lá na ponta, é uma coisa de dez anos o Sistema Único com os postos, com as equipes, com os agentes de saúde atuando no território de cada cidade, como estava desarticulada a resposta e a prevenção do desastre com as outras dimensões de alerta meteorológico e etc.

Então, Santa Catarina é um Estado chave do ponto de vista geográfico, a latitude em que a gente se encontra, as características do nosso relevo, as características sociais e históricas de ocupação do Estado, o nosso modo de desenvolvimento econômico, tudo isso se articula para que a gente tenha aqui uma região de grandes mudanças e de, talvez, muita ingerência

agora, escolhas equivocadas agora que vão repercutir negativamente depois. Então, recursos hídricos, num estudo saindo agora de Schiffer(F), mostrando nessa área de recursos energéticos toda a matriz energética brasileira será prejudicada pelas mudanças climática, isso se relaciona muito com o ciclo hidrológico da Amazônia, as chuvas que acontece no Estado. Por que essa minha fala? Porque a proteção para a nossa terra, para o nosso povo, para as nossas cidades reside nas áreas de floresta, reside nos cursos de água, reside na preservação no que a gente ainda tem de riqueza natural, e esse ano foi o ano em que aqui nesta mesma Casa, infelizmente, se optou baseado num modelo de desenvolvimento agroeconômico equivocado, no meu ponto de vista, por reduzir a proteção para as áreas de mata ciliares de recursos d'água que vão repercutir negativamente para essa questão daqui a cinco, dez, vinte anos, se a gente quer que chova a gente precisa de floresta.

O Paraná é um Estado que está secando, o Paraná derrubou todas as florestas, plantou muita soja, muitos campos, a temperatura lá sobe muito, chove pouco, Santa Catarina tem floresta ainda, mas a gente estava optando pelo quê? Por querer plantar perto dos cursos d'água e plantar nas áreas de altitude, como se isso fosse resolver, a gente precisa de linhas de crédito para a pequena agricultura, a gente precisa repensar o modelo de desenvolvimento econômico. Então isso é uma das coisas, ao mesmo tempo, que as mudanças climáticas piorarão a situação para nós, a gente está piorando a nossa capacidade de responder a elas na medida em que a gente abre mão dos nossos recursos ambientais aqui em nome do desenvolvimento econômico bastante equivocado.

Quanto à área costeira, realmente foi muito boa a fala da senhora, a gente está falando de desastre natural, só falando de intenso, de precipitação. Olha, não existe nenhum tipo de respaldo científico que nos diga que o mar não vai subir em dez ou 15 anos, muito mais do que ele está subindo. Agora se essa área for requisitada com uma elevação de alguns centímetros do nível médio do mar, se subir o nível médio em meio metro a gente vai ter uma situação fora da nossa capacidade de gerir. Aí vem o nosso... Eu vou terminar falando do turismo que também se articula, acho que tem aqui o representante público que trata das questões de turismo e meio ambiente interligadamente, e a gente tem tomando exemplo de Florianópolis o quê? Um modelo de desenvolvimento turístico, de ocupação imobiliária de alto e médio padrão, de ocupação de áreas de baixada, de ocupação de áreas costeiras sem a menor infraestrutura urbana. A gente não tem plano de macrodrenagem, a gente não tem saneamento, e ainda assegurando toda a destruição e o impacto do nosso esgoto e do nosso lixo são as belas e vigorosas baías e matas que cercam a ilha. Na hora que isso saturar, porque a população vai dobrar em 20 anos dentro da Ilha, na que isso saturar e que essas chuvas tiverem vindo aqui o impacto vai se multiplicar enormemente. Então, ou a gente começa a atuar agora, embora nós jovens aqui não temos espaço, não participamos dos espaços políticos de decisão, mas todos que estão aqui presentes para que a gente reverta esse tipo de tendência desenvolvimentista que vai prejudicar as nossas e as futuras gerações de forma inédita.

Então, é esse o recado que eu tenho para dar, obrigado por terem ouvido.

[palmas]

E fica em especial aqui o recado para toda a Defesa Civil, todo o Corpo de Bombeiros, todas as pessoas que trabalham com manejo, com resgate, com atendimento, com a prestação de socorro depois que acontece para que todos nós nos estendamos, vocês e nós na área da saúde como gestores e como atores dessa mesma realidade, a gente precisa integrar a Defesa Civil à previsão meteorológica, ao Sistema Único de Saúde lá na atenção primária, e é por isso que os municípios do Estado têm que investir mais em saúde também, em saneamento, não só ficar esperando a verba do Ministério da Saúde, a verba federal investir no mínimo no PSF, investir no PSF é estar ajudando nessa questão depois.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado.

Queria agradecer a participação das intervenções que tivemos. E é justamente para isso que a gente tem feito essa sequência de seminários para alertar os gestores públicos da necessidade de ter políticas específicas para gente combater e que essas previsões se realizem de outra forma, de uma forma positiva, não de uma forma negativa, e para isso também nós contamos com a participação da TV AL da Assembleia Legislativa que está transmitindo ao vivo esse seminário para todo o Estado de Santa Catarina, e também a TV Senado vai estar colhendo as imagens aqui deste seminário para reproduzir também através da TV Senado.

Queria passar para a conclusão do nosso debate, então o Luiz Augusto de Toledo e depois a Maria Laura.

SR. LUIZ AUGUSTO TOLEDO MACHADO: Para concluir. Antes eu gostaria de responder a questão levantada sobre o satélite. O satélite, efetivamente,

termina a vida útil dele no final deste ano e não tem o que fazer. O governo brasileiro está tentando ver junto à NOA a substituição, mas não tem como substituir, então vai haver um buraco e nós vamos passar a utilizar outro satélite americano que é o GOES 12, mas daí hoje em dia nós temos uma imagem a cada 15 minutos e a garantia desse novo satélite é uma imagem a cada três horas, então nós vamos ter que voltar a conviver com uma imagem a cada três horas. Vocês veem que um evento severo pode ocorrer nesse instante.

A questão de se ter um satélite brasileiro é algo que está sendo discutido na Agência Espacial Brasileira, em vários níveis, a questão é quanto custa. Que um satélite desse está em torno de 300 milhões de dólares. Então, precisa ter um investimento dessa ordem para o Brasil passar a ter esse satélite.

Com relação a última intervenção eu gostaria de falar que da questão da saúde já existem convênios lá, o Inpe tem convênios com o Ministério da Saúde, está sendo feito modelos incluindo saúde, clima para tentar ter alguns alertas, e a questão vista como um todo é a questão do sistema terrestre. Então, é preciso se ter uma modelagem do sistema terrestre onde entram todos os componentes, componente humano, existe uma dificuldade muito grande de modernizar isso, mas é através do desenvolvimento desse grande modelo é que nós vamos ter condição de chegar e analisar hipótese, testar num modelo dinâmico que possa dar resposta aos tomadores de decisão.

E para concluir gostaria de agradecer essa oportunidade e deixar um recado que o Brasil é um país de contrastes, tem coisas que a gente é bem desenvolvido, outras menos. A parte de conhecimento, de ter centros de primeiro mundo a gente tem a questão de observação já precisa de investimento, o País não tem um avião de medidas, um avião laboratório, não tem um navio oceanográfico instrumentado, a Marinha acabou de comprar um navio, é preciso instrumentar também. A gente tem muito que investir na infraestrutura. E eu acho que esse modelo de prevenção, de desastres naturais, um piloto aqui no Estado de Santa Catarina que é um Estado bastante assolado por desastres naturais e com uma capacidade grande de articulação e com bastante infraestrutura, seria extremamente benéfico ao País haver um piloto de como tratar dessas questões aqui no Estado.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado, Luiz Augusto. E agradeço a tua participação nesse nosso painel e nesse nosso evento.

SR. LUIZ AUGUSTO TOLEDO MACHADO: Eu gostaria de deixar aqui alguns exemplares, não são muitos, sobre uma análise do caso de chuvas de Santa Catarina, vou deixar aqui para quem desejar ter um exemplar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado.

Maria Laura.

SRA. MARIA LAURA RODRIGUES: Sobre a questão se houve melhorias desde o Catarina em termos de rede de observação. Sim, nós tivemos melhoria. Enquanto que na época do Catarina nós tínhamos pouquíssimas medições de vento, agora nesse evento de chuvas de novembro de 2008 nós tínhamos estações metereológicas que nos facilitaram e muito o trabalho de ficar monitorando as chuvas e o nível dos rios naquele período. Teve tantos investimentos governamentais, o INMET aumentou o seu número de estações. Por parte da Epagri foram feitas parcerias com outras instituições para viabilizar porque essas estações têm um custo alto. Então, para viabilizar a implantação de estações para um estado, e a nossa rede estadual melhorou bastante de lá para cá, claro que tem muito a ser melhorado, a questão do radar meteorológico, como vocês viram que enquanto no Estado de São Paulo tem três radares em operação, em Santa Catarina nós temos um radar que pertence à Aeronáutica e agora também a Epagri em conjunto com a Fapesc, dentro de um projeto da Fapesc estamos trabalhando na questão da digitalização do radar que tem em Fraiburgo e que deve melhorar e muito para nós fazermos o monitoramento e a previsão de tempo. Mas em termos de equipamento, vocês viram a questão de satélite meteorológico na dependência internacional, a própria questão do monitoramento costeiro, agora nesse ano que a Marinha está instalando onógrafos no litoral Sul do Brasil, nós não temos medição de nível do mar ao longo da costa catarinense, então esses eventos de invasão das águas no litoral, as ressacas são comuns aqui no litoral, no litoral norte, principalmente, por causa da posição geográfica, fora isso a urbanização no litoral norte também foi feita de forma inadequada, então quando ocorre uma ressaca o mar invade mesmo querendo retomar um lugar que era seu e que foi ocupado por prédios. E nessa questão então da melhoria, claro que tem muito ainda para se melhorar em termo de equipamento, da instrumentação porque não dá para fazer monitoramento, previsão sem tecnologia, sem esse tipo de investimento.

A questão de pessoal também nós temos... Vocês imaginem num evento como esse das chuvas de novembro de 2008 nós temos um monitoramento intenso ainda durante todo o mês de dezembro, porque para

a Defesa Civil, para o Corpo de Bombeiros, ele estava naquele período de resgate, então qualquer chuva era prejudicial e impedia as operações de resgate. Teve um momento nas chuvas em dezembro que até o pessoal da Defesa Civil falando que toda operação que eles fizeram de limpeza numa região foi, literalmente, por água abaixo, porque acabou dando uma chuva em dezembro que destruiu tudo que eles já tinham recuperado numa determinada área em termos de limpeza. Então, esse monitoramento numa situação como essa requer um monitoramento 24 horas e é preciso gente, pessoal para se manter um centro operando efetivamente. E então muito ainda tem que ser melhorado e ainda na parte realmente Santa Catarina tem... Nós temos um excelente contato com a Defesa Civil, desde a época do El Niño 97, 98 nesses eventos: Catarina, agora todos esses eventos de chuva sempre se conseguiu repassar as informações para a Defesa, como aconteceu o exemplo de Catarina nesse episódio de novembro, também o apoio do Governo que acreditou nas previsões, decretou o estado de emergência em ambas as situações, mas acho que também ainda tem muito a ser melhorado nesse aspecto da divulgação da disseminação de informação, do repasse dessas informações para os órgãos governamentais, tanto informação de chuvas, de estiagem tem que haver uma interação maior, um trabalho mais efetivo nessa parte da divulgação de um plano de ação mesmo com a Defesa Civil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Então, agradeço à Maria Laura pela participação dela nesse seminário. Vamos bater palma para ela.

[palmas]

Eu acho que parte das respostas aqui, o que é que é a visão do governo do estado e da Assembleia Legislativa sobre a questão das mudanças climáticas que foi perguntado ali que era a parte que me tocava. Do ponto de vista da Assembleia há um conjunto de leis que o governo já tem condições de atuar, a última que foi aprovada foi a lei que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, ela prevê o fundo, a política, prevê os instrumentos de ação, só que precisa de regulamentação, foi aprovada há cerca de um mês, ainda vai regulamentar, ainda não tem, efetivamente, nada concreto implantado. O que a gente tem mais de concreto que foi implantado além do trabalho da Ciram, da Epagri, dos órgãos, aquele grupo interdisciplinar e intertécnico que o governo instalou depois dos eventos e espero que as conclusões deles sirvam para entrar nos planos diretores, nos planos de gerenciamento costeiro, nos planos e tal que o Estado tem que fazer.

Mas ao longo do nosso vai ter mais representantes do Estado e, provavelmente, eles vão poder responder melhor o que é que o Estado está fazendo em relação à questão das mudanças climáticas em Santa Catarina.

Então, encerro esta Mesa. E convido a Senadora Ideli Salvatti para seguir a outra Mesa. Enquanto que a Senadora Ideli Salvatti está respondendo a pergunta da imprensa, eu poderia agradecer e dispensar a presença dos meus companheiros aqui de Mesa e convidar a Mesa seguinte composta por representante do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental da Universidade Federal, o Sandro Luiz Schlindwein. Alguém de origem portuguesa misturado com italiano, tem dificuldade aqui com alemão. O Valmor Schiochet que é Professor de mestrado e desenvolvimento regional da Furb, e o Tadeu dos Santos que é Coordenador-geral da ONG Sócios da Natureza, que é meu conterrâneo lá do sul do Estado.

Então, a ideia é até 20 minutos cada para as apresentações, e eu estou passando então para a Senadora Ideli cumprir a tarefa de coordenar esta Mesa.

Obrigado pela colaboração da primeira Mesa.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Eu agradeço o Deputado Décio Góes. Nós estamos aqui num revezamento eu e ele. Então, já foram chamados os nossos dois painelistas, o Valmor Schiochet, o Tadeu Santos e o Sandro Luiz... Eu não vou falar esse sobrenome. Como é que gente pronuncia essa sopa de consoantes aqui?

SR. SANDRO LUIZ SCHLINDWEIN: É Schlindwein.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Schlindwein. Quase deu certo.

Então, nós iniciaremos... Pode ser? Então, nós vamos iniciar as apresentações pelo Sandro Luiz, eu não vou repetir o sobrenome que é representante do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Vamos ter apresentação? Eu vou pedir para os demais componentes se a gente poderia ficar mais na lateral aqui.

SR. SANDRO LUIZ SCHLINDWEIN: Bom-dia, Senadora Ideli Salvatti, bom-dia, Deputado Góes, bom-dia a todos. Em nome do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental eu agradeço o convite para falar aqui neste seminário sobre mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina.

Eu vou falar rapidamente alguma coisa sobre o aquecimento global para poder situar a segunda parte que é sobre um projeto que nós participamos aqui na Bacia do Rio da Prata, cuja intenção é melhorar a previsão regional para estudar impacto e então propor estratégias de adaptação que é outra parte que eu vou falar. No nosso entendimento o desenho de estratégias de adaptação é uma parte ainda pouco discutida dentro dessa discussão sobre mudanças climáticas, o foco ainda é muito mais em mitigação, e pouco em estratégias de adaptação para então concluir a minha apresentação.

Eu quero começar com algumas alegações que me parecem bastante importantes. A primeira delas já foi dita aqui, a mudança climática de origem antropogênica, é importante que se diga, ela é irreversível e, indubitavelmente, é o maior desafio que a humanidade tem que enfrentar nesse século. O segundo ponto é que como a gente não percebe no dia a dia os perigos, se é que eu posso usar essa expressão do aquecimento global, quando nós resolvermos reagir a eles pode ser tarde demais, e isso então remete a outro ponto, a outra alegação de que desenho, estratégias de adaptação implica em atuação local, em conhecimento local, mas tem que ser liderado por políticas de Estado, e, por fim, essa formulação de políticas para enfrentar as consequências da mudança climática, elas implicam na adoção do pensamento de longo prazo que é alguma coisa que nós não estamos muito habituados a fazer.

Só para lembrar, o Luiz Augusto aqui que me precedeu já falou bastante do aquecimento global, mas é bom lembrar dos cenários possíveis que nós podemos trabalhar, e cenário mais otimista prevê, pelo menos, um aumento irreversível de dois graus e o mais pessimista pode ir até o final desse século em seis graus ou aumento de temperatura, com consequências, apesar de todo o esforço de previsão com consequências que nós não podemos antecipar no todo.

Quando nós falamos em cenários, em previsão, nós sempre temos certa dose de incerteza, então se nós usarmos, mesmo que nós adotemos o cenário mais otimista que é só de dois graus nós não podemos afirmar, com certeza, quando nós teremos os dois graus de temperatura média maior do que nós temos hoje, ou seja, o universo temporal, o tempo em que esse aumento pode ocorrer pode ser logo, mas ele também pode demorar bastante.

Então, o que é que as evidências científicas nos fornecem até então? Cenários de mudança de clima provocados por atividade antropogênica e cenário não é previsão, cenário é uma imagem do futuro, é um futuro alternativo, e nós temos várias fontes de incerteza. A Maria Laura também falou da variedade interdécada, então como separar um evento que ocorre naturalmente, com certa variação daqueles que já são provocados pela alteração irreversível do clima. Nós temos, evidentemente, incerteza nos cenários de emissões, quanto que vai ser a emissão que depende muito também do tipo de política que vai ser adotado de desenvolvimento, inclusive, nós temos incerteza nos modelos globais. Já se falou aqui que é preciso refinar os modelos, então é outra fonte de incerteza, e, sobretudo, nos modelos regionais, nós temos muitos modelos globais, nós temos poucos modelos regionais ou para só algumas regiões e por isso também é outra fonte de incerteza. Então, nós podemos dizer que nós temos uma cascata de incerteza que começa desde o nível de emissões até as modelagens sobre esses níveis de emissões, e isso nos causa uma dificuldade, nos traz uma dificuldade se nós pensarmos nas diferentes respostas setoriais que nós podemos ter a essa mudança que é inserta, ou, pelo menos, na sua magnitude. O que causa, o que leva uma dificuldade na formulação e no desenho de estratégias de adaptação, porque nós temos probabilidades de ocorrência diferente e se nós pensarmos, por exemplo, em termos de análise custo-benefício isso traz uma dificuldade bastante grande também. Então, nós não podemos deixar de lado e lembrar essa cascata que eu estou chamando de cascata de incerteza quando nós pensamos na formulação de estratégias de adaptação, até porque muitas das medidas de mitigação que são propostas se baseiam também, evidentemente, em cenários futuros, mas o processo de tomada de decisão pode ser diferente.

Que abordagem nós... E eu vou falar daqui a pouco de um projeto que nós adotamos. Nós temos um nível global, o incremento de temperatura que pode acontecer e depois nós temos que baixar isso para um nível regional e aquilo que nós vamos nos concentrar. Então, nós precisamos avaliar o impacto que a alteração climática em nível regional vai ter e para isso nós precisamos de conhecimento de cientistas, especialistas, eu não quis traduzir essa palavra em inglês porque ela tem um significado muito particular, mas nós poderíamos dizer nos interessados locais pelo problema, precisamos de dados e resultados e modelos, como já foram apontados nas palestras anteriores, para então nós podermos refinar cenários e podermos pensar em termos de adaptação de políticas e de medidas de adaptação. Ou pensando nisso que eu falei até agora que nós formulamos e participamos de um projeto que é o projeto chamado Claris LPB que é uma rede formada por pesquisadores da Europa e da América do Sul para avaliar mudança climática e

estudos de impacto da Bacia do Rio da Prata. Esse projeto começou no ano passado, então não vou aqui ainda trazer nenhum grande resultado para vocês, e é coordenado por um instituto francês.

Só para que vocês tenham uma ideia, para que esse projeto possa ser executado nós compomos esse consórcio do qual aqui no Brasil, além, de nós na Universidade Federal participa também o pessoal da hidrologia na Federal do Paraná, os colegas do CPTEC também participam lá do Inpe e mais o departamento de ciência atmosférica da USP.

Só para situar vocês da Bacia do Rio da Prata, e por que é que nós estamos trabalhando na Bacia do Rio da Prata? Vocês veem em destaque a Bacia do Rio da Prata e que engloba parte dos países da Argentina, uma grande parte do Brasil, parte do Uruguai, todo o Paraguai está dentro da Bacia do Rio da Prata e parte da Bolívia. É uma superfície bastante grande, mais de 3 milhões de km², esse dado varia um pouco aqui, se é quinta ou não maior bacia do mundo, mas é a segunda maior do continente sul-americano, 17% da superfície da América do Sul está contido nessa bacia e talvez para o nosso caso catarinense, 63% da superfície se encontra no interior dessa bacia, ainda que talvez para nós em termos de desastres naturais o Vale do Itajaí seja bem mais emblemático e simbólico e não está dentro da bacia, mas se nós pensarmos em termos de secas e magnitudes de seca nós temos já dentro da Bacia do Rio da Prata.

Para lembrar um pouco da importância de se estudar e de se aperfeiçoar, melhorar previsão dentro da Bacia do Rio da Prata, é uma área agrícola bastante grande e importante, além de área industrial, mas se nós pensarmos e o nosso foco eu diria pela origem, pela formação de pesquisador do nosso grupo é na agricultura, então nós temos, como vocês sabem, uma grande produção de milho, soja, trigo, arroz, cana-de-açúcar, bovinos, suinocultura, avicultura, e, assim por diante. Um dado muito relevante, me parece que 70% do PIB desses cinco países que eu falei para vocês é gerado dentro dessa bacia, então vocês imaginem frente aos cenários que foram apontados a pouco, o significado que isso pode ter.

Dentro da bacia nós temos uma capacidade hidroelétrica instalada da mais de 42 gigawatts. Alguém lembrou ainda a pouco, a matriz energética brasileira, as grandes hidroelétricas de Santa Catarina estão todas aí dentro e evento extremo é um fenômeno muito importante para a gestão de reservatório, quase nunca se fala em gestão de reservatório, se não chove não tem como gerar energia, se chove demais o que é que nós fazemos com a água? E 50% da população desses cinco países que eu citei vivem no interior dessa bacia. Então, vocês imaginem o tamanho da população afetada pelos eventos climáticos no interior da bacia.

Então, quais são as questões de pesquisa desse projeto? Melhorar um pouco o estudo da variabilidade climática no século XXI quanto que vai ser o aumento de temperatura, como isso vai afetar a ocorrência de eventos extremos, a partir disso então avaliar os impactos, que impactos essa alteração vai ter, sobretudo, sobre a dinâmica do uso da terra. A geografia da produção agrícola pode mudar bastante nos próximos anos em função desses impactos, e com isso, evidentemente, se refletir, por exemplo, na segurança alimentar, e por fim quais estratégias de adaptação nós precisamos desenhar para lidar com isso.

Então, o objetivo é melhorar a predição, desenvolver estratégias e um aspecto importante envolver atores interessados na mudança climática para essa avaliação. O projeto é organizado em subprojetos e eu vou destacar só dois que é o subprojeto 2 que estuda toda a parte de clima, digamos assim, para melhorar a predição e o subprojeto 4 que é onde nós participamos que é estudar impacto sobre alteração climática e que estratégias de adaptação podem ser desenhadas que é onde o nosso grupo atua. E para isso nós temos que interagir com a sociedade, já que um dos objetivos é desenvolver sistemas ou estratégias de adaptação à mudança climática, e nós estamos focados em sistemas de uso, sobretudo, agrícola de terras que é o assunto com o qual nós lidamos no nosso núcleo de investigação.

Nós escolhemos, elegemos dois lugares para trabalhar, um deles em Anchieta, por que Anchieta? Porque nós temos um trabalho, membros do nosso grupo já têm um trabalho de mais tempo lá em Anchieta, e Anchieta, de certa maneira, os agricultores, são pequenos agricultores ao longo do tempo desenvolveram certa estratégia de adaptação pela seleção de cultivares resistentes à seca, por exemplo, então são pequenos agricultores familiares que serão impactados e por isso nós vamos estudar com eles, e depois com uma cooperativa agrícola importante num lado do agronegócio, digamos assim, que é a Cooperativa a Cotrijal em Não-me-Toque porque os sistemas de uso da terra dos seus associados são muito representativos para a grande parte da extensão da Bacia da Prata, pelo menos, no caso brasileiro, já que os colegas argentinos vão tratar disso no lado Argentino.

E como eu disse, quero focar, de certa maneira, que no desenho de estratégias de adaptação e esse é um aspecto muito importante. Esse é um livro novo do Anthony Giddens e ele trata nesse livro do que ele chama de um “paradoxo de Giddens”, a gente não percebe os perigos do aquecimento global no dia a

dia, nós todos lembramos e falamos dos eventos extremos, todavia, se nós esperarmos até que os dois graus na melhor das hipóteses, até que os dois graus, de fato, estiverem aí de temperatura média pode ser tarde demais e eu uso uma metáfora para tratar disso que é a metáfora do sapo em uma fervura, dizem que... E parece que isso é baseado num dado real que se você pegar um sapo... Por favor, não façam isso em casa, se vocês pegarem um sapo e, de fato, jogarem numa panela de água quente ele vai pular, vai tentar sair dessa panela, vai pular para fora. Todavia, se vocês botarem na temperatura ambiente e aquecerem lentamente a água ele vai se adaptar, então ele estaria se adaptando, mas ao final do processo ele está cozido, ele está morto. E mesmo que em Santa Catarina cada vez chova mais e que nós tenhamos certa tendência de nos tornarmos em sapos, nós não podemos nos tornar nesse sapo, pelo menos. Esse é o grande risco da estratégia de adaptação, esperar os dois graus acontecerem.

Então, se nós pensarmos em estratégias de adaptação, que repito, é um elemento do debate pouco lembrado, o plano nacional sobre mudanças climáticas se vocês olharem são 57 páginas sobre mitigação e sete páginas sobre estratégias de adaptação, e considerando que a mudança do clima é irreversível nós não podemos relegar isso. Então, ela tem que ser antecipatória e preventiva. A razão talvez de se discutir menos adaptação é porque ela é mais complexa, porque ela é baseada sempre no elemento local, já que ela implica conhecer vulnerabilidades locais. O Luiz Augusto e a Maria Laura falaram em vulnerabilidades, ou seja, desenvolver estratégias de adaptação implica em desenvolver capacidade para agir em situações de complexidade e incerteza e isso é mais difícil do que elencar uma série de medidas para mitigar, por exemplo. Então, isso implica num processo de aprender, nós temos que aprender com isso e por isso que nós estamos propondo que nós precisamos pensar no desenho de sistemas de aprendizagem para adaptação à mudança climática.

Aqui rapidamente só para mostrar para vocês como é que a gente pode, digamos assim, um fluxograma de como é que a gente pode desenvolver uma estratégia de adaptação, ou seja, a gente identifica as vulnerabilidades, identifica os interessados, os grupos locais, níveis políticos, mapeiam essas vulnerabilidades e pensa numa resposta, isso permite também compreender o processo natural que existe de adaptação ao clima, mas também apontar essas políticas e medidas necessárias.

Só para lembrar, já existe, porém, várias estratégias de adaptação pensadas que podem ser de diferente tipo, por exemplo, pode ser estratégia sem arrependimento, chamada de estratégia de adaptação sem arrependimento, eu faço uma estratégia agora, penso numa estratégia agora, não preciso esperar o clima mudar e eu não me arrependo dela depois, um exemplo economia d'água, melhor gestão de água. Mesmo que a mudança climática não seja tão intensa quanto se imagina, ninguém se arrepende por isso e, assim por diante, estratégias reversíveis. Um exemplo típico que se falou aqui em gerenciamento costeiro e áreas de risco é planejamento urbano. Eu posso estimar certa variação climática e ocorrência de certos eventos, restringir certas áreas à ocupação urbana e se eu verificar que isso não vai acontecer eu posso voltar a liberar essas áreas novamente para habitação, por exemplo.

Estratégias de adaptação que leva em consideração margens de segurança, por exemplo, fazer uma obra física e se eu aumentá-la um pouco mais ou para um evento climático mais extremo eu posso diminuir muito a vulnerabilidade sem que isso implique um custo muito alto, estratégias chamadas brandas, como, por exemplo, seguros, praticamente, se fala muito pouco em securitização junto com a mudança climática, e eu acho que o Estado tem um papel aqui para regulamentar isso também, e redução do horizonte de decisão, por exemplo, eu posso fazer obras com duração mais curta e assim por diante.

Para não me estender mais eu vou chegar aqui às minhas considerações finais. Então, é preciso lembrar que só estratégias de mitigação não é suficiente. Eu preciso pensar ou nós precisamos pensar em formular políticas públicas que promovam esse desenho e, sobretudo, implementação de estratégias de adaptação. A forma de fazer uma estratégia de adaptação tem que ser, pelo menos, no nosso entendimento através do desenho de sistemas de aprendizagem, ou seja, a ação das pessoas tem que ser consertada, então nós precisamos criar circunstâncias para que ocorram processos de aprendizagem para lidar com mudança climática de maneira consertada, para aprender a lidar com essas situações de complexidade e incerteza, essas estratégias precisam ser incorporadas em processo de tomada de decisão, ou seja, elas precisam ser desenvolvidas com os atores locais e é fundamental o Estado liderar o processo de formulação dessas políticas públicas inovadoras para nós enfrentarmos essas consequências.

E aí juntando com o que já foi dito hoje pela manhã, inclusive, pela Senadora e pelo Deputado eu poderia dizer assim, a ciência pergunta e a política responde. Então, como manter a mudança climática na agenda política, já que nós temos tantas outras necessidades

cotidianas mais prementes? O Luiz Augusto falou da PEC, essa sobre o sistema meteorológico, essa é uma maneira de manter isso na agenda. O segundo ponto também que a Senadora fez referência quando falou nesse centro de referência aqui no Estado. Como promover essa institucionalização de programas de investigação de longo prazo. Se vocês se derem ao trabalho, e eu fiz essa semana de olharem, por exemplo, o site da Fapesc teve um único edital específico para tratar de redução de emissão de gás do efeito estufa em 2005, depois não houve mais nada. O CNPq principal agente hoje de apoio à pesquisa cientifica e tecnológica do Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo menos, até 2005 quando eu fui olhar não tem nenhum edital específico, nada. Então, nós precisamos pensar como institucionalizar um programa duradouro para investigar isso. E por fim o que me parece um elemento chave aqui, que nós temos que pensar com mais tempo, é como melhorar essa conexão entre ciência e formulação de política pública? Esse me parece ser um elemento chave se nós quisermos progredir na implementação de medidas de adaptação para atenuar esses efeitos da mudança climática.

Para terminar eu quero agradecer aqui a Comissão Europeia que é quem financia a nossa pesquisa, a Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climáticas no Congresso Nacional, nós já tivemos uma visita da Senadora lá no Centro de Ciências Agrárias, que muito nos honrou e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

E se alguém quiser olhar um pouco mais e conhecer um pouco mais desse nosso projeto na Bacia da Prata, vocês têm aqui um site ou mesmo um e-mail para entrar em contato conosco. Nós somos uma equipe pequena, mas estamos à disposição de todos até para promover esse sinergismo que nós precisamos promover entre Poder Executivo, Poder Legislativo, academia e a sociedade.

Agradeço a atenção de vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Maravilha, maravilha, Sandro. Muito bom.

Eu quero, inclusive, fazer o registro. Quem tiver oportunidade faça visita ao Centro conheça e aprofunde mais porque estava, inclusive, comentando com o Valmor, nós temos sempre um grande destaque e um grande debate sobre a Bacia Amazônica, e a Bacia do Rio da Prata é tudo isso, grande risco e todo o potencial que ela tem econômico, social e de concentração de população, de geração de energia, de economia.

Então, eu passo já, de imediato a palavra ao Tadeu Santos que é coordenador-geral da ONG Sócios da Natureza.

Para quem está nos assistindo na transmissão direta da TV AL, da TV Assembleia, ao 12h30 nós saímos da transmissão ao vivo porque tem uma programação, tem jornal e retoma logo à tarde quando nós retomarmos os trabalhos. Então, quem está nos assistindo, perdão, mas depois estará sendo gravada e vai ser transmitido em outros momentos.

E quem já começa a sentir a fomezinha. O restaurante da Assembleia Legislativa comida boa, preços módicos, e, portanto, assim que nós terminarmos os trabalhos nós vamos nos dirigir ao restaurante, quem quiser, obviamente, comer em outro local, aqui próximo à Assembleia Legislativa, mas o restaurante aqui da Assembleia é muito bom.

Então, passo já de imediato a palavra ao Tadeu Santos, coordenador da ONG Sócios da Natureza.

SR. TADEU SANTOS: Bom-dia a todos. Inicialmente, quero agradecer ao Deputado Décio Góes e a Senadora Ideli Salvatti por promoverem oportunidade de uma ONG, uma Organização Não Governamental estar presente num evento de extrema importância quanto às mudanças climáticas ou meio ambiente.

A gente sempre tem procurado esclarecer quando a gente está em público de que nós temos uma linguagem diferente, uma linguagem que a gente chama onguiana. E essa linguagem de ONG ele é baseada num olhar socioambiental sobre o espaço que a gente vive e sobre o planeta.

Todo mundo está sabendo, o Brasil inteiro sabe que em Santa Catarina tem sido, tem ocorrido com frequência fenômenos naturais, adversidades e mudanças climáticas. E o local no Estado que a gente tem provocado até em nível nacional, porque a gente está lá agora no CONAMA e desafiado até pesquisadores, investigadores de que aqui em Santa Catarina estão ocorrendo as maiores enchentes do País. Quando a gente fala em maiores é violência das águas. A de 74, por exemplo, matou na Bacia de Tubarão, 250 pessoas, em Itajaí em 83, 84, 130. No natal de 95 lá na Bacia do Mampituba no Araranguá, numa noite de natal nas encostas da serra, morreram 29 pessoas em questão de duas horas uma trombada de água que rasgou os aparatos da serra, uma sena muito maior, inclusive, do que apresentada agora em novembro de 2008 em Blumenau ou na região de Blumenau.

Depois vêm esses tornados que acontecem nessa região, ciclones extratropicais, e o Furacão Catarina. Nós tentamos chamar essa situação, essa região de estado de emergência climática, porque os dados provam, os fatos estão aí.

Vamos tentar junto ao Deputado Décio Góes e à Senadora Ideli Salvatti uma sugestão de se criar também como a ONU criou o Protocolo de Kyoto para cuidar da questão climática do planeta, então que se crie também um protocolo de intenções para cuidar dessa região, porque a gente está gritando, gritando de que a questão de Santa Catarina é muito grave e quando a gente está lá fora o pessoal quer falar mais sobre o desmatamento da Amazônia, parece que o Brasil, questão ambiental é só desmatamento na Amazônia, enquanto que nós temos problemas seriíssimos aqui da questão de combustíveis fósseis, nós temos sérios problemas de intensas áreas de irrigação para rede e cultura, isso tudo, tudo isso afeta o clima da nossa região. Aí tem a questão da geografia, essa proximidade, o relevo dos aparatos da serra, da serra geral com o oceano. O que é que nós como ambientalistas queremos, Senadora e Décio Góes? Nós rogamos para que o Governo invista mais em investigação, estudos profundos para realmente identificar essas causas. É preciso não apenas acreditar ou confiar no que os meteorologistas falam, é preciso muito mais do que meteorologia, porque os problemas aqui já estão acontecendo de mudanças climáticas. Essa região de Santa Catarina já está acontecendo. Aí alguém diz que a influência do clima da Amazônia, o desmatamento da Amazônia pode estar interferindo, isso é uma tese, mas tem gente que não concorda. Num evento que a gente fez em 2005 houve um cientista da USP, o Deputado Décio Góes estava presente, ele falou que poderia ser a influência do aquecimento do mar, inclusive, sugeriu uma boia, a gente tem notícia de que vai ser instalada pela Marinha, pela Defesa, uma boia sensor onde vai identificar qualquer tempestade que venha do oceano nessa região do Catarina que pega de Torres, Passos de Torres até Tubarão.

E quase concluindo. A gente sempre fala de que Santa Catarina com todas essas desgraças das enchentes, dos tornados, justamente esse Estado criou uma lei através do Governo do Estado que poderá essa lei do Código Ambiental trazer mais tragédias humanas e mais prejuízos econômicos para as pessoas ribeirinhas, os excluídos ambientais. Então, o Estado que tinha que criar uma lei, que tinha que pensar, que tinha que investir em estudos para que essas adversidades climáticas causasse menos impacto na natureza e na população, o Estado criou o Código Ambiental e que está, todo mundo sabe, é público, ameaçando a integridade do código florestal através da bancada ruralista.

Nós vamos realizar o segundo encontro sobre fenômenos naturais, adversidades e mudanças climáticas da região Sul. A gente especifica bem que é dia 07 e 08 de outubro em Araranguá. Nós vamos abordar, os nossos palestrantes, os nossos convidados deverão abordar o espaço físico, geográfico da Bacia do Mampituba que faz divisa com o Rio Grande do Sul, até a Bacia do Itajaí, passando pela grande Florianópolis, pela Bacia do Tubarão, pela Bacia do Urussanga e do Araranguá. Além dos documentos e das propostas que a gente está fazendo para a elaboração de documentos, vários outros documentos, mais um documento vai ser encaminhado à COP 15 através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e um audiovisual que a gente pretende fazer nessa mesma linha que a Senadora deu atenção, mas com mais dinâmica e com menos tempo para que haja possibilidade de ser exibido em Kopenhagen. Era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Obrigado, Tadeu.

O nosso terceiro palestrante deste painel, o Professor Valmor Schiochet. Acho que o que o Tadeu traz, se a gente conjugar o que o Tadeu traz com o que o Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental da USP que trouxe anteriormente da importância de nós podermos sair deste evento com uma proposta concreta de que a Bacia do Rio da prata, ou seja, essa região pela importância econômica, social, populacional de energia e ter aqui tanta concentração de desastre merece... Adorei essa proposta de um Protocolo de Kyoto, inclusive, que envolve alguns países, não apenas o Brasil, mas eu acho que a gente poderia sair daqui com esta preocupação de caminhar para algo nesta linha, porque se não houver comprometimento dos governantes, das áreas responsáveis, tendo já não funciona bem, imagina se ficar, continuar solto como nós temos situações totalmente contraditórios entre si, como bem lembrou o Tadeu, ao mesmo tempo, que estávamos com um dos maiores desastres, aprovando flexibilização na legislação ambiental aqui no nosso Estado.

Então, passo a palavra já para o nosso Professor Valmor Schiochet, o povo de Blumenau da FURB.

SR. VALMOR SCHIOCHET: Bom-dia. Queria, inicialmente, agradecer o convite feito pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidido pelo Deputado Góes e Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas da nossa Senadora Ideli.

Para participar deste evento gostaria de dizer que este convite foi feito, na verdade, há um esforço coletivo empreendido lá pela Universidade Regional de Blumenau que tem de forma sistemática a partir da década de 80 se dedicado à compreensão dos fenômenos da enchente na região e seus impactos, e que agora em função deste desastre de 2008, de alguma maneira, também nos mobilizamos internamente no

sentido de aprender mais em função deste evento que ocorreu lá.

Eu não vou falar como especialista da área de mudanças climáticas, no tema de mudanças climáticas e nem de desastres, e vou falar como alguém que acompanhou esse esforço coletivo da Universidade lá da nossa academia lá dos professores, pesquisadores e colegas, e também de um esforço coletivo que temos feito na região de entender melhor como a sociedade é afetada e como a sociedade reage diante desses fenômenos.

Uma primeira questão é que o tema, a situação de desastre no caso do Vale de Itajaí é uma rotina, ou seja, nós não estamos falando de um fenômeno novo, nós estamos falando de um fenômeno que é recorrente na história da ocupação daquela região e que se torna um problema somente após a colonização onde a enchente se torna um problema social dada a forma de ocupação.

Nos 150 anos de ocupação da região, especialmente, do município, nós tivemos mais de 68 eventos caracterizados como enchentes que afetaram de forma mais dramática, vamos dizer assim, a população local.

A segunda questão que eu queria então, a primeira questão é essa especificidade de tratar do fenômeno do desastre não associado diretamente às mudanças climáticas, mas o desastre como uma característica de uma região que ela tem um histórico no qual o desastre é uma rotina, dois a dois anos, em média, você tem uma situação em que mobiliza a população em torno do fenômeno da enchente.

Segundo, a ideia de que os desastres deveriam ser para a sociedade fenômenos de aprendizagem social, ou seja, nós deveríamos ter diante desses fenômenos que mobilizam, são fenômenos de forte impacto psicossocial de mobilização das pessoas, nós deveríamos aprender com esses fenômenos, e me parece a sociedade, a nossa sociedade, o tipo de modelo da nossa sociedade dificulta esse processo de aprendizagem, nós não conseguimos aprender e mudar a forma de lidar com a natureza, de interagir entre nós frente à dramaticidade desses fenômenos. Então, essa também é uma questão que eu gostaria que a gente colocasse de alguma maneira nessa reflexão.

E terceiro que, de fato, a enchente de 83, as enchentes, os eventos de 83, 84 bastante dramáticos na região levaram a que, pela primeira vez, se mobilizou particularmente a partir da universidade regional de Blumenau uma preocupação mais efetiva com a situação das enchentes na região quando foi instituído o primeiro projeto crise, depois um instituto de pesquisas ambientais, hoje nós temos o mestrado de engenharia ambiental e o próprio mestrado desenvolvimento na região, um conjunto de ações da universidade do ponto de vista de compreensão daquela bacia, de entendimento daquela bacia e das condições de vulnerabilidade daquela bacia frente a eventos extremos que é o caso das chuvas naquela região.

E houve um processo de aprendizagem bastante importante sobre os fenômenos das enchentes, mas insuficiente para prever o desastre ocorrido no final do ano passado. Tanto é que todos os... O professor Hélio está aqui, depois ele poderá completar com informações que não domino, obviamente, mas a situação de desastre ocorrido no final do ano passado foi atípica em relação aos fenômenos ocorridos na região historicamente que é o fenômeno da enchente, porque o estudo todo e a previsão se dava em cima do conhecimento da bacia, do conjunto da Bacia do Vale do Itajaí, quando o evento não ocorre no conjunto da bacia, ele ocorre de forma mais intensa numa parte da bacia, o que dificultou toda a previsão dos efeitos do evento das chuvas naquela região, especificamente, Blumenau e as áreas abaixo de Blumenau, porque nas áreas acima de Blumenau não teve nenhum problema.

Isso coloca que estas situações, o conhecimento acumulado que nós temos sobre esses eventos são sempre insuficientes para nós prevermos novos eventos. Então, há uma necessidade de não acomodação frente ao conhecimento já estabelecido. Essa é a terceira mensagem que eu gostaria de passar.

O que aconteceu em Blumenau nesse final de 2008, obviamente, um evento extremo de chuva, acima do normal e que a cidade, de alguma maneira, já estava, a região já está preparada para "conviver com as enchentes", mas o que ocorreu lá não foi uma simples enchente, aliás, o nível do rio, a média do nível do rio muito próximo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): O rio subiu tanto assim?

SR. VALMOR SCHIOCHET: Subiu tanto assim. Em outros eventos o nível do rio foi sempre superior ao que ocorreu em novembro.

O que aconteceu foi que a enchente esteve associada a dois outros fenômenos, a enxurrada que é a chuva intensa, o deslocamento das águas bastante intenso, de maneira concentrada e um fenômeno novo que foi o desmoronamento e deslocamento das terras em função também da situação geológica e da forma de ocupação. Isso pegou a comunidade e a sociedade de surpresa, e trouxe como consequência uma condição de dramaticidade muito grande em função do número de mortos provocados por aquele desastre.

Como não temos muito tempo aqui. Eu gostaria apenas de chamar atenção a dois aspectos a respeito

desse fenômeno. Primeiro: os desastres são fenômenos que não podem ser tratados simplesmente como fenômenos naturais e sim eles precisam ser tratados sempre como fenômenos socioambientais, porque em relação à conjugação de eventos extremos ligados à natureza e vulnerabilidade social. E a vulnerabilidade social decorre da forma como a sociedade ocupa o ambiente, se relaciona com o ambiente e a forma como a sociedade se relaciona entre si.

Segunda questão: os efeitos de um desastre são desiguais do ponto de vista social. Existe a população afetada por um desastre ela é prioritariamente as camadas sociais mais vulneráveis socialmente e economicamente. E há possibilidade de que setores da sociedade se beneficiem com os desastres, e são justamente os setores que, vamos dizer assim, configuram os setores dominantes, para usar uma linguagem simplificada, porque um desastre pode ser uma oportunidade a esses setores de obter vantagens, e isso dificulta muito que a compreensão de fenômeno dos desastres se transforme em ação política e efetiva para mudar a posição da sociedade frente a esses fenômenos. E a história dos desastres, essa rotina dos desastres no Vale do Itajaí mostra claramente isso, ou seja, setores que logo depois dos desastres foram beneficiados com as políticas, com as ações de intervenção, e assim por diante e que configura um modelo que aos pobres vão se virar de algum jeito e, assim por diante, e um grupo vai se beneficiar dos recursos, da forma de investimento e, assim por diante, e tal porque também está ocorrendo nesse momento.

Não podemos esquecer, nesse caso, de contextualizar o desastre no contexto sociohistórico da situação de crise que nós, internacional que nós vivemos, e assim por diante, e as consequências do desastre foram certa proteção econômica para a região. Tanto é que no mês de janeiro de 2009 houve uma renda de veículos motorizados no município de Blumenau, 71% superior a janeiro de 2008 em função da liberação do Fundo de Garantia e um conjunto de políticas que permitiu com que a economia social, a economia da região se recompusesse, agora recompor a economia da região é recompor certo modelo de organização disso. Então, não quero me aprofundar nisso, mas só gostaria de chamar atenção sobre os efeitos desiguais de um desastre do ponto de vista social de que pelo fato dos efeitos da reação aos desastres beneficiar certa parcela da sociedade, isso dificulta que a sociedade se comprometa em enfrentar as causas, obviamente, complexas desses fenômenos.

E, por fim, gostaria de falar de uma questão que é a especificidade do desastre de 2008 na região do Vale do Itajaí. Não tenho conhecimento e gostaria de ter melhores informações de que um desastre tenha sido seguido pela constituição de uma questão social como a do Vale do Itajaí de 2008 que foi a produção dos desabrigados, produção enquanto uma construção do desastre, construção social de desabrigados. Nós temos ainda hoje, o evento ocorre em novembro de 2008, hoje estamos em agosto de 2009, nós temos no município de Blumenau 309 famílias morando em abrigos provisórios, galpões transformados em espaço de moradia para estas famílias, e nós temos mais duas dezenas de famílias nas mesmas condições em Ilhota e nós temos 42 famílias que resolverão não ir para essas moradias provisórias e fizeram uma ocupação urbana no município de Gaspar e mais 22 famílias no Município de Blumenau que também não foram para esses abrigos e resolveram fazer a ocupação de uma área urbana no Município de Blumenau. De forma que nós temos hoje mais de 400 famílias, aproximadamente 400 famílias que estão morando em situação provisória sem as suas casas, e a isto se soma, se pegarmos os dados do Auxilio Reação nós temos mais de cinco mil famílias em Santa Catarina sendo beneficiadas pelo Auxilio Reação que significa famílias que tiveram suas casas atingidas e estão morando em áreas de risco, se é que voltaram para suas casas que esse é o principal problema que nós temos. A situação de desabrigado, de desabrigamento e a extensão desse período de desabrigamento é um fenômeno novo dos desastres no Brasil.

Não sei se na história do Brasil nós já tivemos uma situação de que centenas de famílias não poderão voltar mais às suas casas, porque não existe mais casa, não existe mais terreno, e boa parte delas, em tese, poderiam voltar, mas a residência fica numa área de risco e há certo acordo social de volta a essas áreas de risco, centenas de famílias voltaram à área de risco, por decisão aceita pela Defesa Civil dada essa condição política com o que fazer com essas famílias, por vontade própria das famílias de preferir voltar à área de risco do que ir morar nos abrigos provisórios e, assim por diante. Estamos numa situação na região que um evento extremo poderá ter como consequência uma catástrofe muito maior do que de novembro, porque, de fato, nós estamos diante de um problema social que não foi provocado pelo desastre, mas o desastre dado a configuração social daquela região aprofunda um problema social que é a questão da ocupação urbana e da moradia e aí o que fazemos? Precisa resolver o problema da regularização fundiária, precisa encontrar áreas para as famílias morarem, precisa fazer a construção e, assim por diante. E toda a prioridade pública é a ideia de reconstrução da infraestrutura, e a questão das pessoas parece que ela fica para um último

plano, é a última questão a ser resolvida, a casa das pessoas que é a questão fundamental nessa situação, a residência, a casa das pessoas, a última questão a ser resolvida do ponto de vista social, econômico, político e, assim por diante.

Então, o que eu gostaria de chamar aqui na minha fala, Senadora, é pensar os fenômenos que nós estamos tratando aqui, os desastres enquanto fenômenos socioambientais e trazer esse elemento da dramaticidade que esses fenômenos causam na vida das pessoas e na vida das pessoas que são aquelas que já são fragilizadas e vulnerabilidades pelo modelo societário que nós vivemos, porque são os setores mais excluídos da sociedade.

Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Agradeço o Professor Valmor Schiochet. E, com certeza, se naquele vídeo inicial da abertura nós trouxéssemos algumas imagens de como estão há quase nove meses vivendo milhares de pessoas nos abrigos, talvez todos nós tivéssemos a dimensão da gravidade do que o Professor Valmor está trazendo. Porque, inclusive, na Mesa anterior eu estava ali conversando com o presidente do Instituto de Arquitetura do Brasil que eu não consigo mais ver se continua aqui ou não, não estou vislumbrando. E ele comentando o seguinte: que está mais do que na hora de nós termos projetos de construção com outra metodologia, com outro parâmetro de residências para fenômenos como este que nós vivenciamos. Que qual é o problema? Não tem o terreno, tem que legalizar o terreno para comprar, para doar, para seja o que for, isso tudo leva um tempo, e aí depois tem o projeto, tem a licença ambiental, tem não sei o que, tem não sei o que lá. Ou seja, estas cinco mil famílias, no mínimo, vão levar um ano e meio a dois anos para poder voltar para uma casa decente, e isso é o que o Valmor está trazendo, é tão trágico quanto aquelas cenas a gente vê a promiscuidade, o problema das famílias, é de tudo, porque aí vem desde assédio sexual, a promiscuidade entre adultos, crianças e adolescentes, violência; porque acampamento é bom um final de semana, acho que todo mundo aqui já acampou, e um final de semana é maravilhoso, fique nove meses acampado para ver a bomba relógio que é isto em termos de relacionamento, de destruição das relações pessoais e da convivência entre as pessoas.

Então, eu acho que o professor Valmor traz uma questão extremamente relevante para o nosso debate que também vai exigir de todos nós posição.

Eu vou abrir para algumas intervenções. Então temos uma... Vamos fazer quatro para gente depois porque depois do almoço vamos ter. Então, o primeiro aqui eu não sei o nome, depois esta... Tem um lá na ponta, dois homens e duas mulheres.

Então vamos começar aqui. Um, dois, três da ponta e o quarto a senhora ali.

SR. JOÃO PAULO SILVEIRA: Apresentar-me de novo. Algumas pessoas não estavam aqui na minha primeira fala. O meu nome é João Paulo e eu sou estudante de medicina. E eu estudo mudanças climáticas e a nossa questão ambiental algum tempo até antes de eu entrar nesse curso.

Com relação dialogando com o que foi apresentado aqui, eu lembro que no começo de investigar mudanças climáticas era difícil ter noção do que significa dois graus a mais na temperatura média do planeta. Ali está colocado que traz uma série de consequências. Mas para gente ter uma noção um pouquinho mais clara.

A nossa história humana desde a antigüidade não chega a oito mil anos, história escrita de achado arqueológico. A nossa época atual desde a última glaciação tem dez mil anos, antes disso a plataforma continental era terra e o gelo avançava sobre os continentes. Então, há dez mil anos, em dez mil anos não houve uma mudança climática como a que a gente está prevendo agora, houve uma oscilação climática na Idade Média, foi considerada uma pequena idade do gelo medieval com oscilaçãozinha de 1,8 graus, então agora a gente está com cenário dizendo seis graus, talvez, o mais pessimista, dois graus otimista. A gente não viveu isso enquanto humanidade até agora, isso é muito mais grave do que parece quando fala ali dois graus em um século. Isso muda tudo, então isso ajuda a gente começar a entender por que é que causa tanta inquietude esse assunto.

Outra coisa, para quem está aqui, se interessou pelo tema, está em formação ainda é preciso entender que isso acontece e isso não foi ensinado na escola, infelizmente, é um conhecimento recente, não está disseminado num planeta que é vivo, o Planeta Terra controla a própria temperatura. Eu estou vivo e vocês habitam corpos orgânicos vivos também que controla a própria temperatura. A terra também faz isso, a Terra está viva. Então, quem está começando a estudar esse assunto da informação vá atrás disso, porque isso não está colocado, e isso vai fazer muita diferença depois para gente entender que tipo de ruptura a gente pode ter pela frente. Se as coisas fossem lineares, a Terra fosse uma roxa com umas plantinhas em cima era uma coisa, mas se a terra está se controlando e a gente

chega e a pressiona bem quando ela está esquentando a ruptura pode ser muito maior.

Tendo isso em vista a minha fala vem para dialogar com o seguinte: Os problemas que a gente está vendo aqui, as mudanças climáticas incidem sobre uma sociedade, uma civilização cheia de outros problemas. Então, sem querer me alongar muito, mas o que a gente vê na medicina é uma sociedade doente, e a doença não está ligada apenas com a pobreza, apenas com a falta de recurso material, senão as pessoas bem de vida não estariam adoecendo de doenças crônicas degenerativas, de neoplazias e de sofrimento mental psíquico. Então, esse tipo de questão vai obrigar, e eu estou apostando na minha fala aqui, esse é um espaço de reflexão. Essa mudança vai implicar numa mudança de entendimento do que é a nossa saúde, de que tipo de sociedade a gente quer, enquanto a gente tiver interpretando a saúde da nossa sociedade de acordo com indicadores econômicos a gente vai estar errando.

Então, eu estou fazendo essa fala pelo seguinte porque realmente o desastre vai e abala uma série de famílias e tal e isso é uma série de medidas e o PIB responde e a saúde da economia responde, mas as pessoas estão lá e uma série de problemas, é preciso ter isso em mente, não basta a gente se basear pelo PIB do Estado, pelo crescimento do Estado, pelo escambal econômico do Estado porque isso não reflete a saúde das nossas comunidades, das nossas pessoas, dos nossos filhos, ainda mais a capacidade de responder a um evento desse tipo, a um evento drástico desse tipo.

Então, a ideia de sustentabilidade vem, e eu vou resgatar no final da minha fala isso, sustentabilidade significa pensar a nossa vida, pensar a nossa sociedade da forma diferente do que ela tem sido pensada até hoje. A economia se apropria do termo sustentabilidade, casa, desenvolvimento econômico sustentável e tudo, mas ainda o paradigma é outro, não casa bem as duas coisas. E eu vou fechar com um exemplo: na área de Blumenau, me corrija o pessoal de lá que está vendo isso. Na primeira enchente de 83 havia pessoas estudando sítios arqueológicos da cidade onde os indígenas habitavam lá há muito tempo, depois da enchente a cidade de Blumenau toda afetada os sítios arqueológicos onde os indígenas habitavam não foram inundados. Então a humanidade precisa aprender com o seu conhecimento como habitar uma região, como alimentar as suas famílias, como construir suas moradias, como construir sua estrutura produtiva sem entrar em conflito com a natureza.

Então, é esse que é o principal problema nas mudanças climáticas, elas acontecem numa civilização e numa sociedade que está em conflito com a natureza, destruindo a natureza e adoecendo os seus filhos e suas pessoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Muito obrigada, então, João Paulo.

SR. JOÃO PAULO SILVEIRA: Encerrando a minha fala eu gostaria que as pessoas que lidam com desastres, que entendem do problema que isso traz para as pessoas que isso está articulado com a dimensão da saúde de uma forma muito íntima e que a gente precisa pensar soluções coordenadas para que a gente se desenvolva sem necessariamente estar destruindo e estar adoecendo as pessoas.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-AC): Muito grata. Então, a próxima. E como o João Paulo já tinha falado no bloco anterior, eu acho justo que nós tenhamos uma quinta fala, e eu tinha alguém, então temos mais uma pessoa. Se apresentando.

SRA. CIDA: Eu sou a Cida. Eu sou dos movimentos sociais e pensei muito antes de falar, porque a minha fala nesta Casa sempre me emociona muito como movimento social. Mas também seria covardia de, certa forma, se eu não falasse por todos os movimentos sociais hoje aqui.

Eu escutando os palestrantes e antes de tudo vendo esse tema lá no meu e-mail pensei muito antes de vir, mas a gente nunca deve desistir de toda essa reflexão que nos traz hoje aqui, mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina. E quando a gente pensa em desistir é porque a gente vê certas demagogias e demagogias muito sérias que acontecem no próprio âmbito de discussão desses temas e, principalmente, subestimação demais diante desses temas quando ele vem de movimentos sociais, quando ele vem de pessoas simples, de pessoas que talvez não tenha o técnico na sua fala, mas tem a sua sabedoria de conviver com a natureza de forma integrada.

Falaram os palestrantes aqui em dois nomes, em duas palavras chaves que vai tentar nortear a minha fala que é a integração e aprendizado. Como eu falei, eu sou da cidade litorânea, eu sou Cida dos movimentos sociais e nesse momento eu represento como conselheira a APA da Baleia Franca, os movimentos reserva extrativista de pesca artesanal, o pró-jovem voltada para uma nova forma de educação no campo, e também de uma forma muito simples, lideranças de pesca, da qual eu represento.

Nesta Casa mesmo... Ah, e de conferências também estaduais do meio ambiente.

Nesta Casa mesmo quando a gente trouxe como delegados e fomos até Brasília com este tema de de-

sastres naturais por mudanças climáticas, já logo em seguida e foi feita abertura com os governantes, debatemos como é que se ia encaminhar esses temas, como iríamos discutir. Pois aí é que eu chamo essa atenção de demagogia, a gente tem que se integrar de alguma forma, essas novas formas de gestão apresentadas junto aos movimentos sociais precisam estar sincronizados e, principalmente, respeitados com os nossos governantes, porque a mesma forma que foi apresentada a conferência do meio ambiente estadual com esse tema, logo em seguida, também esteve aqui a reserva extrativista de pesca artesanal como Audiência Pública. Todos os governantes ou quase todos os governantes que estavam aqui defendendo esse tema estavam contra uma nova forma de gestão, de parcelamento de solo, de usar água em pequena escala com seus pequenos pescados e aí como é que fica o movimento social, tentando propor uma nova forma de gestão para fazer essa diferença no clima, e não consegue. Não consegue ser acreditado, ele é subestimado. Como é que a gente vai inserir a nossa forma de pensar como que a gente vai fazer a comunidade ser responsável pela mudança de clima, se quando é ela que propõe ela não é respeitada e tampouco escutada.

Fizemos a agora a parte de uma forma nova de gestão dentro da APA da Baleia Franca, novos municípios ela abrange, 42 Conselheiros, então foi agora... Vocês vão escutar, por isso é importante eu falar. Hoje no RBS vai ter a entrevista de Maria Elizabete da Rocha, chefia da APA da Baleia Franca, ontem foi parado o porto, foi embargado o porto, não para não ter desenvolvimento, não é isso que queremos, não é isso que queremos. Simplesmente para ter uma nova forma de pensar como o porto vai funcionar com as baleias passando por aquele local, ponto, ninguém estava proibindo nada, mas infelizmente não escutam essa explicação, preferem dizer que é para não ter mais desenvolvimento, tudo é isso, tudo é essa palavra. Mas para quê? Para quem o desenvolvimento que estamos pensando? Para quem? E para onde? E as futuras gerações vão olhar para nós de que forma? Foi isso aí que vocês deixaram para nós?

Então, eu trago aqui a reflexão, eu acho que temos que ter a visão de longo prazo, sim, essas questões imediatas, às vezes nos faz cegar para certos olhares e, por favor, se a gente não... Falam tudo que... muito que os movimentos sociais, os ambientalistas é utopia, pois se a gente não acreditar em utopia em direção à natureza, com certeza não vamos conseguir encaminhar nada em mudança climáticas. É isso que eu gostaria de falar, obrigado por vocês trazem esse tema, mesmo que eles nos tragam algumas reflexões tão difíceis da gente encarar, mas estamos aqui para dizer que estamos juntos. Queremos fazer integração, queremos sim, discutir o parcelamento do solo, uma nova forma de plantio, uma nova forma de alimentação, mas se subestimarmos principalmente a natureza, infelizmente não vamos chegar em nada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito obrigada, grata, Cida. O próximo.

[palmas]

Eu vou pedir para a nossa quarta inscrita já vir aqui, para a gente poder acelerar, e temos o último, não é? Para a gente poder almoçar, a fome está grande.

SR. DEOMIR CORRÊA DA SILVA: Cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, e demais componentes da Mesa. Gostaria de chamar a atenção da Senadora e do Deputado Décio Góes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Meu querido, só um minuto que nós estamos com uma emergência aqui. Tem um carro Clio 3130, que precisa ser retirado, eu vou dizer que está pegando fogo, para que se por acaso o proprietário estiver aqui, sair correndo. Então é Clio 3130, é a placa, precisa ser retirado de imediato.

E eu pediria que você se apresentasse para ficar o registro.

SR. DEOMIR CORRÊA DA SILVA: Meu nome é Deomir, hoje eu sou policial militar e estou à disposição do Município de São José como Diretor de Defesa Civil.

Quando foi falado que nós temos a melhor Defesa Civil do Brasil, eu realmente concordo e é motivo de orgulho pra estado catarinense. A defesa civil do Estado de Santa Catarina, realmente ela é muito bem conduzida, os integrantes da nossa Defesa Civil do Estado são a maioria da Polícia Militar e do nosso Corpo de Bombeiros, duas instituições que escrevem diariamente a história de nosso estado pelos relevantes serviços prestados à sociedade catarinense.

Porém, eu gostaria de chamar a atenção, e até eu faço um apelo à Senadora e ao nosso Deputado, para as defesas civis municipais, nós temos hoje quase 300 municípios no nosso estado e é uma realidade, não adianta tapar o sol com a peneira, a maioria dos nossos municípios sequer possuem Defesa Civil. Sequer possuem. E quando possuem Defesa Civil, com raras exceções, são pessoas indicadas por questões políticas e que não tem o mínimo de conhecimento na área de Defesa Civil.

Então eu chamo a atenção, até para como a gente está enfrentando esse problema, senadora, isso aí independe de posição política, que seja realmente tratado esse assunto, que cada município tenha a sua Defesa

Civil ou um órgão equivalente, e que as pessoas sejam capacitadas e treinadas para o enfrentamento da crise na hora da necessidade. Isso aí é uma coisa muito séria é uma realidade pode ser comprovado.

Hoje eu até me sinto muito feliz por estar na Prefeitura de São José, que possui uma das defesas civis hoje, não por que eu estou ali, porque eu comecei em janeiro, e a Defesa Civil de São José já vem desde 1991, 92, mas é uma das mais bem estruturadas do Estado de Santa Catarina, uma das pessoas defesas civis que tem duas engenheiras à disposição. Então assim, hoje eu faço parte da União Metropolitana de Defesa Civil, e uma das nossas propostas é ajudar a instituir as defesas civis dos municípios de Santa Catarina, não só na nossa região, mas em todo o Estado de Santa Catarina, com pessoas treinadas e capacitadas.

Nós buscamos inclusive cursos na Defesa Civil Nacional, Senadora, porque é muito importante que os profissionais de Defesa Civil estejam treinados e capacitados. Não é apenas o cargo que importa, importa é que essas pessoas estejam preparadas para o gerenciamento da crise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço.

SR. DEOMIR CORRÊA DA SILVA: Outra coisa, Senadora, o AVADAN, o dito AVADAN, isso tem que ser simplificado. Infelizmente não é por preencher o AVADAN, porque os profissionais de Defesa Civil, realmente eles fazem um esforço muito tremendo e tem conhecimento para preencher aquele documento, mas olha, realmente é complicado aquele documento, sem aquele documento o município não é reconhecido, a sua situação de emergência nem no estado e nem no Governo Federal. Mas é complicado, a gente elabora aquele documento, manda uma vez, retorna, manda outra vez, retorna.

E por incrível que pareça, muitas vezes ligam pra gente, aconteceu um fato que é piada: Perguntaram para mim por que morreu só uma cabeça de gado em São José, morreu porque morreu só uma, não por que eu quis colocar uma, provavelmente eu respondi lá para o técnico que as outras sabiam nadar muito bem ou usavam colete salva-vidas.

[risos]

Porque é um absurdo a dificuldade no preenchimento desse documento.

A reconstrução, as verbas que os municípios e o Governo do Estado recebeu e os municípios, foram para a reconstrução da infraestrutura. Eu concordo lá com o Valmor, quando ele diz que os mesmos favorecidos até agora não receberam praticamente nada a não ser o auxílio reação para pagar o aluguel, e que se não me engano eram seis parcelas e que já receberam as seis parcelas e ainda não retornaram para suas casas.

Então é inadmissível para nós, aceitarmos que o evento aconteceu no mês de novembro e até o momento pessoas se encontrem em acampamento. É um absurdo. Como a Senadora falou, acampamento é bom em final de semana, mas será que não tinha uma forma, porque estado de emergência, estado de necessidade tem o amparo legal. Tem o amparo legal para dispensa de licitação e algumas outras coisas, será que não dá para alugar, de repente moradias para essas famílias que precisavam, estão lá como se estivessem num campo de concentração. Outra coisa, nós estamos falando aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Concluindo, meu querido.

SR. DEOMIR CORRÊA DA SILVA: Tudo bem, Senadora, mas eu preciso concluir. Nós estamos falando a questão do vale do Itajaí. Nós esquecemos dos outros municípios no nosso Estado, que não foram tão grandemente afetados, como ocorreu no Vale do Itajaí, mas São José, Florianópolis, Santo Amaro, Palhoça e outros municípios também, nós temos em São José mais de 30 famílias que se encontram sem moradias, morando na casa de parentes ou casas de amigos e que precisam de uma solução. Nós conseguimos que os recursos do município, digamos assim, atingir algumas famílias, favorecer algumas famílias, mas o município infelizmente, a maioria dos municípios não tem condições de dar a resposta adequada para essas famílias.

Então são essas as minhas colocações, eu peço para a senhora dar uma olhada nesse AVADAN, ver se consegue abreviar lá, é muita burocracia e as questões também dos municípios do Estado estar preparados. Também o Evaldo Macari não está mais aqui, já foi Secretário de Segurança, sabe da dificuldade, ele é Presidente da Federação dos Municípios--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele vai estar à tarde.

SR. DEOMIR CORRÊA DA SILVA: Exatamente, até passar para os prefeitos, não é, porque realmente é vontade política, faz parte da vontade política dos prefeitos, instituir defesas civis em todos os municípios de Santa Catarina, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço.

[palmas]

A nossa penúltima inscrita. Vou pedir brevidade porque a fome está grande.

SRA. MARA LÚCIA FIGUEIREDO: Serei bem breve. O meu nome é Mara, eu sou educadora ambiental da Fundação Ambiental de Itapema. A minha questão é bastante simples, foi falado aqui inúmeras vezes, o professor Sandro logo no começo da sua fala, fala da causa antropogênica como sendo irreversível nas questões das mudanças climáticas, foi citado que o modelo de sociedade, nesse modelo de sistema desenvolvimentista que nós vivemos é uma das principais causas. A questão que esses fenômenos, eles não podem ser considerados apenas como um fenômeno ambiental e sim um fenômeno socioambiental.

O Professor Valmor traz a questão da aprendizagem social. Eu pergunto: Onde está a lembrança do profissional capaz de lidar com essas situações? Em momento algum aqui foi citada a educação ambiental. Eu pergunto ao professor Sandro se na sua equipe de pesquisas tem um educador ambiental.

[palmas]

Eu pergunto a Senadora Ideli, por que não ter uma Mesa aqui das questões da educação ambiental junto às questões de mudanças climáticas. É só isso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Olha, Mara, para uma professora dirigindo os trabalhos esta doeu, viu, a gente não ter programado uma Mesa com a relevância que o tema exige, ou seja, ou a gente vai preparar as gerações com a visão ambiental, ou então nós vamos continuar repetindo os erros. E por último, o nosso último inscrito se apresentando.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Boa-tarde a todos, que já não é mais bom-dia. Me chamo Nicolau Cardoso Neto, sou Pesquisador da Fundação Agência de Águas do Vale do Itajaí, subsidiado pelo Projeto Piava e oferece o como resultado de pesquisa fundamentação para a construção da política de recursos hídricos dentro do Comitê de Bacia do Itajaí.

Eu tenho só dois pontos, bem objetivos. O primeiro quando o Tadeu falou na questão de um protocolo, a gente estava conversando ali entre algumas pessoas, que esse evento, ele não pode perder a oportunidade de ser só um evento de informação como está sendo. Eu acredito que ao final do evento uma carta deveria ser definida ou uma carta de intenções ou uma carta do próprio evento e com alguns pontos que foram aparecendo nas diferentes falas hoje.

A questão da necessidade de uma articulação entre a política pública de saneamento, de recursos hídricos, ambiental, a própria de saúde. Tem tudo uma correlação entre essas políticas, que se elas forem tratadas da forma como são tratadas hoje pelo estado, não só de Santa Catarina como também da União, não funcionam. O exemplo que eu trago para vocês é um Código Estadual de Meio Ambiente.

Eu participei bastante da discussão desse Código desde novembro do ano passado, e ainda participo, discutindo isso com muitas pessoas. A forma desarticulada como ele foi pensado, sem pensar na questão ambiental, ele não um código de meio ambiente. Não é um código [ininteligível] meio ambiente. Ele foi construído para responder o ideal de algumas pessoas, mas não foi articulado de forma a pensar a questão ambiental do estado. Se eu bater só no art. 114 do Código, que fala de APP, na diminuição das áreas de APP, de preservação. Só o fato de diminuir o APP não é um problema ambiental, só, é um problema social e econômico, as cinco mil famílias exigiram uma demanda econômica para reaver algum prejuízo que eles tiveram, não é um simples, um Código Ambiental não defende simplesmente uma fauna, uma flora e o ideal dos ambientalistas, como é criticado: "Ah, o Código Ambiental vai criticar desenvolvimento...". Não vai, ao contrário, você falar em Código estadual de meio ambiente, você vai falar no desenvolvimento para longa data, as pesquisas que a gente realiza dentro do Comitê de Bacias é para tapar buraco, falta água em Taió, como é que eu vou distribuir a água entre os usuário de Taió? Daí o Estado vem e aprova a instalação de PCHs na bacia sem falar com o Comitê. Gente, a gestão de recurso hídrico demanda uma conversa entre o gestor de ponta, que é o Comitê, o Estado que é representante para a questão energética e a própria União. Cadê a articulação? Cadê as diferentes políticas públicas, atreladas de uma mesma forma que não venham a desmerecer, pela definição de uma política ambiental, outras políticas que também tem que defender.

Ontem eu estava dando aula, falei esse exemplo o aluno perguntou para mim: "Professor, e por que foi aprovado então?" Eu: "Olha, essa uma questão que a gente demanda filosofar em cima, não é uma só, uma simples aprovação de uma legislação, mas é toda uma questão política que envolve diferentes interesses e a necessidade de aprovação para ter um resultado específico para algumas pessoas".

Esses eram os dois pontos que eu queria falar. Esse evento não pode perder a chance de ter uma carta específica e assinada por toda a força política que hoje está aqui e pelos diferentes participantes que estão perdendo o seu tempo ou ganhando o seu tempo numa discussão, e o primeiro ponto que tem que estar nessa carta é a necessidade de uma articulação entre as políticas públicas ambiental de recursos, hídricos de saúde. Todas. A gente não pode mais trabalhar com

uma política de fim de cano, que é dito na administração privada, de end of pipe, eu vou criar um código para tapar um buraco. E cadê todo o meio do caminho, ou todo aquele cano que a gente necessita compreender para gerar uma política.

Essa é a minha crítica porque aconteceu esse ano aqui no Estado, que criou um Código Estadual de Meio Ambiente, que deixa a política que envolve a necessidade ambiental de preservação de fora, não inovou muito.

Muito obrigado. Vamos sair.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Obrigada, Nicolau.

E Nicolau, já quero absorver a proposta. Odilon, vem aqui um pouquinho, nós vamos redigir a carta, eu acho que é excelente a ideia, então quem tiver sugestão do que entende como importante colocar na carta que nós vamos fazer a leitura e aprovação ao final do evento, vai encaminhar ao Odilon, Odilon Faccio, que está nos assessorando aqui no evento. Então quem tiver sugestão do que é importante entrar nesta carta que o Nicolau sugeriu, vai encaminhar ao Odilon, que vai ficar com a tarefa de redigi-la. Certo? Para a gente no final do encontro... Pode ser assim, Décio? Tem a concordância.

Então para as considerações finais dos nossos painelistas, vamos fazer a ordem inversa. Valmor, depois o Tadeu e terminamos com aquela sopa de consoantes, não é?

[interrupção de áudio]

SR. VALMOR SCHIOCHET: --tem o caráter das falas, das intervenções, elas ampliam bastante o debate e de fato não se trata aqui de fazer um comentário sobre elas. Gostaria apenas de registrar que há um esforço lá da região de Blumenau, de aprender com o evento, com o desastre, nós precisamos não só pensar o desastre a partir dos seus antecedentes, mas também a forma como a sociedade reage e enfrenta a situação de desastre. Há um certo padrão da maneira como a sociedade lida com isto e é um padrão que reproduz, geralmente reproduz a condição anterior que foi geradora do desastre. Então isto é um elemento que precisa entrar bastante na nossa reflexão.

No mais, agradecer também o grupo lá da Universidade que me indicou para a organização do evento, para falar em nome desse esforço que estamos fazendo e esperamos que ainda esse ano, saia uma publicação com algumas impressões mais gerais, das várias áreas de conhecimento sobre o desastre de 2008 lá no Vale do Itajaí.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Prof. Valmor Schiochet, professor da nossa querida FURB.

Passo já de imediato a palavra ao Tadeu, que representa aqui a ONG Sócios da Natureza, e queria pedir que os que fizeram exposição por Power Point, que por favor deixem a cópia, porque isso vai ficar nos anais, tanto da Comissão de Mudanças Climáticas quanto na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, para... Inclusive disponível para as pessoas que estão acompanhando o evento ou quem não pode acompanhar, acessar depois as brilhantes exposições que aqui foram feitas.

Então, Tadeu.

SR. TADEU SANTOS: Economizou a minha solicitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SR. TADEU SANTOS: Bem, pessoal, eu como palestrante, eu tinha 20 minutos, que procurei, a pedido da organização, devido o horário eu procurei falar de forma bem reduzida e obedecer essa orientação.

Eu quero fazer, enfatizar, a presença de duas pessoas, que elas caracterizam o principal problema da nossa região, que é o Nico Matiola é um agricultor que resistiu a instalação de uma mina no Município de Sara e o Axé, que foi seu companheiro fiel o tempo todo. A história deles está num site: observatóriodocarvão.org, da UNESP, representado pelo Prof. Zeca aqui.

A questão das mudanças climáticas tem tudo a ver com combustíveis fósseis, por isso senadora, que a gente pede que estudos sejam realmente direcionados a essa questão, essa relação combustíveis fósseis, agricultura da irrigação do arroz, para que a sociedade civil, afetada os excluídos ambientais não só do Vale do Itajaí, mas do Jaraguá ou de qualquer outra região, tenham noção desses aspectos preventivos e de adaptação, porque se não houver a questão da educação ambiental, que é a questão do aspecto preventivo, e nem de adaptação, não adianta também nós ficarmos aqui tentando salvar a nossa região.

Concluindo, a proposta do Nicolau, nós já apresentamos, nós conseguimos do Ministro Minc, uma moção de repúdio do CONAMA, conselho mais antigo da República, talvez um dos conselhos mais respeitáveis do país. A gente apresentou uma proposta de moção de repúdio ao Governo do Estado de Santa Catarina pela aprovação do Código Ambiental. Uma semana depois, eu acho que o Ministro gostou e pediu e mandou um também para o Congresso Nacional, para o Senado, uma moção também repudiando com a questão do Código Florestal. Então um dos documentos está

aqui, pode ser anexado, o protocolo ou carta do qual o Nicolau sugeriu.

Obrigado e eu agradeço novamente a senadora e a iniciativa da senadora e do Deputado Décio Góes.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço o Tadeu, e por último o Prof. Sandro Luiz...

SR. SANDRO LUIZ SCHLINDWEIN: Chega, é suficiente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Parou aí.

SR. SANDRO LUIZ SCHLINDWEIN: Bom, eu serei bem breve, é só para lembrar de que a origem do que se discute aqui, ou está se discutindo, está na modalidade da relação ser humano/natureza, nós precisamos lembrar que nós somos produtos e produtores de sistemas de interesses complexos, nós operamos em ambientes em que nós verificamos incerteza, controvérsia, múltiplos interesses. Então nós precisamos criar as circunstâncias para que nós possamos promover ação consertada para melhorar essa situação problemática. E é aí que entra o papel importante das casas legislativas, seja no âmbito estadual da Assembleia Legislativa, no âmbito federal do Senado Federal e da Comissão Mista.

E para terminar então eu agradeço mais uma vez o convite e a oportunidade de falar aqui, muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Prof. Sandro Luiz.

E eu vou suspender os trabalhos retomar não às duas, porque não vai dar tempo da gente almoçar só em meia hora, mas para retomar os trabalhos às 14h30. Como nós atrasamos um tanto de manhã, vamos tentar recuperar um pouco o atraso à tarde e atrasando só meia hora, está bom? Grata.

[Sessão suspensa às 13h24].

[Sessão reaberta às 14h26].

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde. Estamos reiniciando o Seminário Mudanças Climáticas e Desastre Naturais em Santa Catarina, promoção da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Comissão Mista Sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Iniciaremos agora a Mesa Redonda: "O que fazer frente às mudanças climáticas e desastres naturais". Convidamos o Sr. Luiz Otávio Cabral, Assessor da Comissão de Turismo e Meio Ambiente para a primeira parte dessa Mesa. Farão parte desta Mesa Redonda o Promotor do Ministério Público Estadual Sr. Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto; o Diretor Geral da Fundação Amazônia Sustentável, Sr. Virgílio Maurício Viana; o Diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica, Sr. Mário Mantovani.

Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialização em Ciências Jurídicas pela Universidade do Oeste Santa Catarina e em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina e Professor contratado da Universidade do Vale do Itajaí.

Mário Mantovani é Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica há 12 anos, ocupando atualmente o cargo de Diretor de Relações Institucionais. Foi protagonista na criação da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, ANAMMA, idealizou os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas e de meio ambiente, presidiu e participou da construção de diversas entidades, redes de fóruns de organizações da sociedade civil, fundou e coordena a rede de ONGs da Mata Atlântica.

Virgílio Maurício Viana, Engenheiro Florestal com PHD em Biologia pela Universidade de Harvard, pós-doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade da Flórida. Livre Docente em Ciências Florestais pela Universidade Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ESALQ USP; é professor do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ USP. Atualmente é Diretor Geral da Fundação Amazônia Sustentável.

Com a palavra o Sr. Luiz Otávio Cabral.

SR. LUIZ OTÁVIO CABRAL: Bom-dia a todos. Desculpe o atraso também da parte da tarde, mas por mais que a gente tente organizar e racionalizar um evento, ele tem a sua dinâmica e a sua lógica própria. Então nós vamos ter, nós temos na verdade mais um convidado para essa primeira fase da Mesa Redonda, que é o Ivo Bucaresky, que está aqui à minha direita, ao lado do Mário Mantovani e ele é Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc, do Ministério do Meio Ambiente e ele está nessa Mesa para fazer algumas considerações sobre ações do Ministério do Meio Ambiente em relação ao eixo temático desse evento.

Então para não me alongar muito, nós começamos com a fala do Promotor do Ministério Público Estadual, Luiz Eduardo Souto.

SR. LUIZ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA SOUTO: Eu gostaria de cumprimentar a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, por ela ter a iniciativa desse evento. Cumprimentar os

demais palestrantes, Mário Mantovani, Virgílio Maurício Viana, cumprimentar os cidadãos presentes, as entidades públicas e privadas, estudantes, parabenizá-los também por virem a esse evento, dada a sua importância numa época de gripe, de epidemia, o que leva à compreensão de que realmente os senhores estão dando o devido valor que precisa ser dado a esse tema.

Considerando a situação vivenciada nos últimos anos em Santa Catarina, os eventos climáticos assomados com os problemas legislativos, também operados no nosso estado e agora levados ao Congresso Nacional. Então nós fizemos uma apresentação retomando um pouco a legislação vigente, fazendo uma comparação legislativa federal com a legislação estadual com as alterações, mudanças e as implicações ambientais analisadas conjuntamente com os desastres, as catástrofes que ocorreram no Estado.

Então, esse é o cabeçalho da representação que redundou a ADIN, hoje tramitando no Congresso Nacional, referente ao Código Ambiental catarinense. No cabeçalho dessa representação elaborada pelo Ministério Público, pelo nosso Centro de Apoio, consta alguns dos dados mais graves ocorridos no estado em função das mudanças climáticas e os desastres ocorridos.

Então tivemos 32 mil desalojados, desabrigados, 135 óbitos, milhões de reais em prejuízos materiais envolvendo 16 municípios catarinenses como resultado das enchentes ocorridas em 2008. No mês de abril do corrente ano a Defesa Civil concomitantemente às cheias, às enchentes ocorridas no Vale do Itajaí, também registrou 53 municípios em situação de emergência, estavam até o mês de abril passado por falta de água no extremo oeste do estado. O problema interferindo no meio urbano e também no meio rural com a falta de água para a agricultura e para os municípios do extremo oeste. Chegamos tenho ter 180 municípios em estado de emergência e 53 municípios... Aproximadamente 40 municípios em estado de calamidade registrados. E também colocamos o registro da falta de água gerada em algumas regiões que proporcionaram, além dos problemas ambientais, problemas sociais da ordem de 200 demissões, simbolicamente 200 demissões numa cooperativa no oeste de Santa Catarina, na região de Joaçaba. Pode passar.

Aqui é uma foto uma imagem que registra a chegada das chuvas em Balneário Camboriú, equivalente quatro meses de chuva em três dias, foi o que ocorreu na região, um evento climático impar não havia ainda registro de evento dessa ordem. Pode passar.

Então focando as duas questões que nos são relevantes a questão das estiagens e da enxurrada. A falta de água nos centros urbanos e zona rural, o prejuízo socioeconômico e ambientais e as enxurradas, as enchentes e os deslizamentos o prejuízo socioeconômico também meio urbano em regiões diferentes, muito embora recentemente também tivemos problemas de estiagens no próprio vale, registradas no Diário Catarinense, alguns meses atrás.

Aí é uma foto de Santa Catarina, também os efeitos da estiagem para a agricultura, que vai nos levar a compreensão da necessidade de uma reflexão a respeito das mudanças legislativas que estão ocorrendo no nosso Estado, justamente no nosso estado. Consequências no sul do estado, do Furacão Catarina, é a cidade de Ilhota, em que se registrou o maior número de mortes por causa das chuvas, a cidade ficou embaixo d'água.

Aqui duas questões importantes. Nós temos uma visão hoje do meio ambiente, após a Constituição Federal, uma visão ampla, uma visão não mais considerada o meio ambiente sob o prisma meramente natural, dos recursos naturais, mas sim a compreensão de um meio ambiente amplo, envolvendo natureza, envolvendo cidades, envolvendo a cultura impregnada ao meio ambiente, quer dizer, se consegue visualizar uma compreensão diferente da história, isso parece uma coisa simples, mas não é, uma vez que um estudo recente de uma estudante paraense numa tese de mestrado revelou que nas escolas, indagados os estudantes a respeito do conceito de meio ambiente, ainda é visualizado como o mato, como a natureza contemplativa, o homem não está inserido nesse conceito.

E através do conceito, volta um pouquinho, do conceito de cidade, nós temos a interação entre o meio urbano e o meio rural. Uma das diretrizes do Estatuto das Cidades coloca a integração e a complementaridade entre as atividades urbana e rural na gestão dos municípios, que o para nós hoje, ainda para os gestores municipais é um problema, uma vez que nós temos uma lei de parcelamento urbano, que trata das questões urbanas e um Código Florestal que trata das questões urbanas e rurais, cada vez mais sob o prisma da análise integrada dos recursos. E daí a necessidade dos planejamos por bacia hidrografia gráfica nas políticas nacional de recursos hídricos e na política de saneamento, e isso tem uma dificuldade tremenda de ser compreendida, que o rio que passa pela cidade é o mesmo rio que passa pelo campo e nós temos que ter essa compreensão, sob pena de termos um problema em um lado ou outro desse espaço.

As áreas de risco urbanas, por definição legislativa, nós aqui, nós repassamos as questões. A Lei do Parcelamento do Solo, os arts. 3º e 4º coloca a proibição de construções de solo, quando houver áreas ala-

gadiças e sujeitas a inundação, declividade superior a 30 graus e ao longo das águas correntes e dormentes, 15 metros salvo maiores exigências.

Aqui começa um grande problema na compreensão da legislação federal, uma vez que nós tínhamos o Código Ambiental de 65 que tratava o distanciamento das margens dos cursos d'água na fixação da área protegida de matas ciliares em cinco metros. A partir de 79, visualizado sobre o prisma da questão sanitária e da segurança das construções, essa legislação foi ampliada para 15 metros a distância da área proibida para construção. Não estava se tratando de ocupação, mas construções. E posteriormente em 86 nós tivemos a nova alteração legislativa, um projeto de um deputado catarinense, justamente em função das enchentes ocorridas na década de 80, que assolaram o Estado de Santa Catarina. Então nós tivemos um evento climático que alterou a legislação do Código Florestal. Hoje se questiona por que 30 metros, onde está o estudo dos 30? O engraçado é que o questionamento vem justamente na época em que os efeitos climáticos que geraram a alteração dos 15 para os 30 está ocorrendo novamente. O que nos levaria a compreensão do raciocínio lógico de que o legislador estava correto naquela percepção de alteração da época, parece que os eventos vieram nesse momento para demonstrar isso, mas infelizmente essa questão não está sendo bem assimilada. Pode passar.

Aqui nós estivemos em Blumenau essa semana, temos ali na FURB, em Blumenau, onde estão as cabeças, um pólo de cabeças pensantes no estado muito interessante nessa questão de compatibilização de desenvolvimento urbanístico, meio ambiente e organização em desenvolvimento urbano, urbanidade. Nós temos ali um trabalho bastante interessante, no curso de mestrado e doutorado, nós fomos nesse eventos. Retorna, por favor. E o mais triste é que nós íamos para o evento e durante toda a extensão do Rio **Itajaí**-Açu, este foi o visual que nós íamos passando, no Município de Gaspar, Blumenau, Ilhota, o rio Itajaí-Açu está todo assoreado e as residências estão lá na margem do rio, esperando o momento da próxima enxurrada e da queda dessas habitações para dentro dos cursos d'água. Pode passar.

Aqui também algumas imagens dos eventos em relação a desmoronamentos no Morro do Baú, que foi noticiado na imprensa nacional. E os conflitos legislativos gerados, que hoje é a realidades do estado que não é mais só a preocupação do nosso estado, hoje estamos debatendo em nível nacional, uma vez que foi protocolado por um deputado catarinense, o Deputado Valdir Colatto, o projeto de lei que hoje está lá no Congresso Nacional discutindo a redução, ou melhor, discutindo a autonomia dos estados, a possibilidade de autonomia dos estados para regulamentar a questão dos recuos de APPs urbanas e rurais, ou seja, a não mais inclusão de normas gerais, estabelecendo padrões mínimos de áreas de proteção. Então nós temos ali a Constituição Federal, que estabelece a suplementariedade dos estados e municípios nessa regulamentação, respeitadas essas normas gerais, especificamente o Código Florestal e também com relação às restrições de parcelamento da Lei de Parcelamento do Solo versus a autonomia legislativa dos estados sob justificativa das peculiaridades locais.

Nós tivemos uma apresentação do francês Michel Prieur, recentemente na sede administrativa do Governo do Estado, no Teatro Pedro Ivo, estive lá assistindo, e saí surpreso com o que recebi de informações. O protocolo de Madri para o zoneamento costeiro da Europa, hoje está trabalhando sobre o prisma transfronteiriço e respondendo a uma indagação minha, o palestrante colocou a necessidade de regras mínimas, padrões mínimos, não para países, mas para nações, ou seja, muito embora nós também tratemos questões peculiares de forma peculiar, temos também sob o prisma do zoneamento costeiro europeu, a necessidade de todas as nações respeitarem o padrão mínimo, que é a discussão hoje da importância do Código Florestal estabelecendo esse tratamento similar entre os estados.

Só retornando um pouquinho, e embaixo aqui, hoje eu diria "o samba do crioulo doido", que é o Código Florestal com as metragens do art. 2º, o Código Ambiental de Santa Catarina e os Planos Diretores Municipais, cada qual buscando a sua autonomia, seguindo a métrica constitucional, os planos diretores também fazendo as metragens que quiser, uma vez que o Código Estadual tem a mesma restrição por considerar a suplementariedade na regra de competência constitucional, aplicável nos municípios em relação aos estados.

Dos conflitos legislativos no Código Florestal prevendo recuo de 30 metros, o Código Ambiental catarinense o recuo de cinco ou dez metros, conforme o tamanho da propriedade ou da área. Definidos não pelo órgão do meio ambiente, mas o órgão que apoia a agricultura, a EPAGRI, e a proibição de supressão da vegetação remanescentes, que com a desestruturação dos órgãos ambientais do estado, isso se torna uma utopia, nós não temos como nem dimensionar, por uma falta de planejamento no zoneamento ecológico econômico, nós não temos no estado, a ausência de planejamento de bacias, nós não temos como identificar quais sejam esses remanescentes de vegetação a serem preservados, não temos fiscalização, não sabe-

mos onde estão, obviamente é uma porta aberta para a supressão total dessas áreas remanescentes até a metragem mínima estabelecida, senão até ingressando para dentro do rio. E a Lei de parcelamento do solo terceiro um recuo de 15 metros. Pode passar.

As matas ciliares e suas funções ambientais. Aqui nós também trouxemos na apresentação da professora Sandra, da UNB, Universidade de Brasília, nesse evento e ela numa tese sua que está... eu até não coloquei a fonte na Internet, mas depois eu posso deixar disponível. Ela está disponível a todos na Internet, ela coloca, com o nome Sandra Soares de Melo, os senhores conseguem acessar pelo Google. Ela colocou, esmiuçou as funções tanto ambientais quanto urbanas das áreas das matas ciliares, dessas matas ciliares, que vão implicar de uma forma ou de outra no assoreamento ou no problema das enchentes em diferentes cursos regiões do curso d'água, conforme a forma do tratamento de diferentes políticas municipais, dentre elas receptar e conter sedimentos, flutuação dos níveis de água, retenção da água na micro bacia, estabilidade das bordas migrações laterais, proteção da biodiversidade e ao mesmo tempo, pode passar, aqui uma foto dando os efeitos no Município de Blumenau da ausência da mata ciliar. Pode passar, e as funções urbanas que seriam aqui novo prisma e uma nova percepção que se dá a questão da importância do recurso hídrico que é a valia, quer dizer aproximação, o sentimento de importância, de interação entre o rio e o município. Dependendo do padrão de urbanização, nós temos formas diferentes de visualizar o tratamento das matas ciliares. É o exemplo que foi dado até nesse seminário, no sentido de que numa área eminentemente urbana, onde nós tenhamos ali espaços verdes ou praças, a exigência da colocação da matas ciliares nesses espaços interrompam a visibilidade do rio, poderá implicar na instalação de empreendimentos que possibilitem uma maior poluição desses cursos d'água. Então, se trabalhando a legislação federal nós veremos, o próximo passo, a questão da intangibilidade das matas ciliares.

Esse discurso de que as mata ciliar é intocável, ele é um discurso falacioso. Falacioso por quê? A própria legislação federal, ela previu as hipóteses em que é possível a utilização desses espaços, e não são poucas as hipóteses, mas ele coloca um denominador final na apropriação dos espaços hoje considerados uma decorrência da função social da propriedade, que é a qualificação deles como espaços gravados com uma restrição do próprio terreno que acompanha o bem, como, por exemplo, um condomínio, uma taxa de condomínio acompanha o apartamento e nós temos ali quem compra um imóvel na beira do rio tem uma restrição, que é um produto da função social da propriedade. Então nós colocamos as hipóteses previstas no Código Florestal, onde é possível o ingresso nessas áreas, mas sempre sob a ótica do interesse ou utilidade pública, interesse social ou atividades de baixo impacto, que estão identificadas no próprio Código Florestal e regulamentadas pela resolução CONAMA 369, que veio como um produto de uma discussão ampla de diversos setores da sociedade.

Então, isso desmistifica esse conceito de intangibilidade e restrição do acesso a essas áreas próprias, mas como são áreas de muita valorização, a ocupação eventual de um morro pode proporcionar uma vista bastante agradável e a utilização do espaço para moradia individual também nas margens de um rio também são espaços valorizados, e há o interesse da especulação imobiliária. E a grande distorção do conceito de utilidade pública que para nós, Operadores do Direito, hoje é o grande desafio. Nós vivenciamos um período em que utilidade pública é tudo, as pessoas, o administrador muitas vezes diz: "Por utilidade pública, construa-se esse condomínio na beira do rio porque vai arrecadar IPTU para o município" ou "canalize-se esse rio para proporcionar renda aos cofres municipais", ou "realize-se atividade de mineração nas margens do curso d'água, porque mineração é atividade que pode ser interesse social, para a construção civil ou utilidade pública, para a mineração ou para outros fins". Então esse conceito hoje, ele está sendo muito mal adotado e muito mal explorado e na verdade, nessa análise então da utilidade pública nós temos obrigatoriamente que sopesar a validade, a importância do bem ambiental. Não é trazido a efeito numa sociedade hoje mais preocupada com a renda, com a economia com o crescimento, não com o desenvolvimento sustentável.

Então nós avançamos para as encostas de morro, falamos da mata ciliar, um estudo recente da EPAGRI, que é um... Podemos dizer que é o órgão de excelência no estado em pesquisa e conhecimento científico, conseguiu colocar o Estado de Santa Catarina como o quinto maior produtor de alimentos do país, muito embora tenha a 19ª ou 20ª extensão territorial da Federação, o que também nos leva a uma reflexão a respeito do quanto as margens de rio, as matas ciliares, estão prejudicando a agricultura do estado. Veja, no mesmo estado em que tanto se combate as características do nosso estado para avançar na agricultura em detrimento do que eu qualifico como o último fio do bigode de vegetação, que são as matas ciliares, por toda a sua função ecológica, nós temos um estado com uma produtividade incrível e isso é um produto também da competência dessa entidade pública, a EPAGRI, aumentando a título exemplifica-

tivo, a produção das áreas agricultáveis de rizicultura no sul do Estado, que são cinco mil em cinco vezes a produção, no mesmo espaço territorial nós tivemos em cinco vezes aumentada a produção do arroz em dez anos, graças aos estudos tecnológicos e isso jamais foi trazido ao debate com relação a nós preservamos mais as nossas matas ciliares nessas áreas, aliás, a rizicultura no Estado de Santa Catarina hoje é um impasse, temos ajustamento de condutas firmados com todos os setores e com a rizicultura ainda não sabemos o que vamos fazer, porque o nosso ajustamento ainda não foi cumprido.

Aqui então, nesse estudo da EPAGRI, 80% das catástrofes ocorridas nas encostas de morro foram identificados intervenções antrópicas, o que demonstra a importância das matas e desses espaços protegidos naturalmente com as vegetações próprias. E que nós leva a crer que não houve um derretimento dos morros, como chegou a ser chegado em uma oportunidade.

Então, as encostas com declividade superior a 45 graus, previstas no Código Florestal como áreas de preservação permanente temos aqui o impasse de que a legislação ambiental catarinense, que buscou esgotar a legislação, trazendo o discurso de que os estados devem legislar a respeito das questões próprias regionais, o Código ambiental catarinense simplesmente esqueceu dessas áreas, não legislou a respeito. Então aí nós ficamos naquele questionamento: O Código Florestal importa ou não importa? Se nessa matéria, ao que tudo indica, ele relegou para o Código Florestal tratar dessa declividade e essa área de proteção. Pode passar.

Aqui também mais um exemplo das consequências, como é que encontram-se algumas moradias, as que não caíram, estão a mercê, estamos entrando novamente do período critico perigoso do Estado, que é o período entre outubro, novembro, setembro e que poderão vir novas enxurradas e as moradias lá estão ainda ocupando espaços de altíssimo risco.

Algumas conclusões nos levam a refletir, isso é um pouco da normativa própria das regras e temos que refletir um pouco no espírito do comportamento social no período de gripe, no período de epidemia, nós estamos vivendo uma epidemia, ela deve ter algum fundamento e acredito que esse fundamentalmente tem alguma correlação sanitária e obviamente alguma correlação ambiental, seria sermos ingênuos de pensar que não há essa possibilidade.

E nós só podemos compreender que uma mudança há de ser refletida com a visualização do problema, que é a menos valia ambiental nas decisões políticas e sociais, uma cultura individualista, nós temos hoje a percepção, o Promotor de Justiça da Comarca, recebe uma denúncia de crime ambiental quando o seu imóvel está sendo atingido por terceiro, e se ele ocupa uma APP, um morro, ele diz: “Doutor, o senhor me deixa continuar habitando esse morro que eu vou cuidar para que ninguém mais construa nessa região”. Geralmente é assim, pensando sob a ótica própria.

A ausência da compreensão legislativa do por que dessas regras, e hoje me parece que elas estão mais explícitas nos eventos climáticos e por consequência a ausência de planejamento urbanístico e ausência do poder de polícia. E passando. E nós verificamos também esse modelo utilitarista de produção e consumo insustentável e um crescimento populacional sem o correto planejamento familiar, acumulação de favelas e a ocupação dos espaços protegidos, uma expansão urbana desordenada em todo o país, isso não é só uma realidade de Santa Catarina. E assomado a isso tudo as mudanças climáticas, que talvez na desgraça do que vem ocorrendo, nos permitam agora com epidemia, com mudanças climáticas, refletir um pouco nessa verdadeira bagunça, que é o nosso tratamento com os espaços urbanos e com essa ausência de planejamento.

Então, algumas alternativas ao desenvolvimento sustentável seguro das atividades humanas. Algumas. Algumas poucas reflexões, obviamente que isso aqui é uma ponta do iceberg, nós pensamos no planejamento urbano. O Ministério Público tem feito um trabalho como eu vou passar na sequência, referente à identificação e congelamento das áreas urbanas consolidadas, assomado às medidas de planejamento, medidas mitigadoras, relacionadas à temporalidade das construções, às áreas de risco, salubridade e revegetação separadas das ocupações novas, por quê?

No estudo, por exemplo, da FURB visualizou que Blumenau possui 90% das áreas urbanas, ainda espaços não ocupados que congelados os espaços hoje ocupados e mal ocupados, nós ainda podemos parar e começar a refletir a respeito de como nós devemos reurbanizar esses espaços, separando o joio do trigo, ocupações antigas das ocupações novas. E aqui sim, uma urbanização planejada, a interrupção das ocupações legais, através de um severo poder de polícia e vigilância.

Em relação às ocupações velhas que geram a maior expansão das áreas urbanas consolidadas, mal ocupadas, sob o argumento do princípio da isonomia, nós darmos um tratamento de equilíbrio, com algumas nuances. E obviamente redundando com a política de educação ambiental, que também está nas nossas prioridades institucionais esse ano e para os anos seguintes, porque sem política de educação ambiental trazendo a esse espaço a reflexão da população,

muitas vezes os eventos passam e se minimiza e se aguarda que se ocorra novamente para nós pagamos o preço caríssimo da ausência de uma mudança de comportamento.

Aqui as ferramentas que hoje já são utilizadas dentro do Estado de Santa Catarina e fora, o geoprocessamento, hoje os municípios têm acesso a isso. Ainda o preço não é o ideal, mas são acessíveis, considerando o retorno que se consegue obter. Uma microbacia [ininteligível] de Blumenau, apresentada pela Profa. Sandra, por alguns dos orientandos da Profa. Sandra Momm, em Blumenau nesta semana, anteontem, mostrava o avanço da ocupação, a área em amarelo a área consolidada, a área em laranja de expansão urbana e a área verde, a área não ocupada através dos anos 72, 81, 93 e 2003. No estudo ela demonstra, depois de fotos mais aproximadas, para onde foram, como se desenvolveu essa urbanização nessa região nos últimos 30 anos, trazendo esse fato para nós pensarmos os próximos 30, se nós ainda estaremos aqui, como essa área restante poderá, como objeto de planejamento de ocupações novas, ser pensada e trabalhada dentro de um espectro de maior rigorismo na fiscalização dos espaços.

Então o planejamento rural complementando o urbano, a questão da agricultura sustentável também sofrendo os efeitos das estiagens, nós colocamos isso, foi objeto de muito debate na tramitação do Código Ambiental e acho que estamos, os órgãos governamentais estão um pouco mais flexíveis e atentos a essas questões, estão colocando em debate e tenho uma expectativa que nós consigamos não deixar isso para mero regulamento do legislativo, mas efetivamente operar as compensações ambientais das áreas restritas, principalmente para os produtores de baixa renda. As culturas alternativas de manejo agroflorestal são extremamente relevantes, já todas as alternativas previstas na legislação federal, no Código Florestal que foram omitidas nesse debate e que muitas vezes, em função do interesse econômico relevante, a forma de desenvolvimento econômico, eu cito o exemplo das agroindústrias, Sadia, Perdigão e as cooperativas, não houve em relação ao regime de integração dos suinocultores, o interesse em dar a esses suinocultores uma segunda fonte de renda. E nós, por exemplo, não vou nem citar, eu ia citar o caso das [ininteligível], mas eu vou deixar para um segundo momento.

Então nós temos todas essas diretrizes na Legislação Federal, seria as culturas alternativas, o foco da preservação de recursos hídricos e a fiscalização ambiental mais efetiva. Estamos acabando.

Aqui é uma foto do que eu falei que é um os principais impasses rurais do estado, a rizicultura, a gente vê as margens do rio assoreadas, a área plantada, o assoreamento já avançou para dentro da área plantada. O rio já atingido nas suas margens, todo o impacto de uma atividade que leva em consideração a menos valia do recurso hídrico, que é tão importante para própria atividade.

O trabalho do Ministério Público, os enunciados dos seminários do Ministério Público que vem hoje norteando alguns municípios já no estabelecimento da regularização das áreas urbanas consolidadas, a política ambiental municipal focada, quer dizer, não se trabalha, existe um regramento federal e existe, mas a política municipal é essencial no trato das questões peculiares, sem dúvida, uma vez considerada a importância de um padrão mínimo, nós temos que incluir o gestor municipal nessa questão de adequar a urbanização dos espaços livres e também o tratamento específico em relação às questões consolidadas. O que vem sido exigido para essa lei, não basta o legislador dizer é cinco, é dez, é 15, mas que se faça... O diagnóstico é feito das peculiaridades locais, sócio ambiental, aí se analisam a época das construções, a questão da situação sanitária, se é possível permanecer ou não, a questão dos remanescentes florestais identificados e a questão das áreas de risco, que é a principal, uma vez que há construções antigas, ainda do tempo dos cinco metros do Código Florestal, na definição dos interesses. E também a identificação dos interesses sociais e de utilidade pública, onde abre-se a possibilidade sim, da intervenção para outros fins nessas áreas ambientalmente protegidas.

Então, finalizando, ainda até um pouco até da esfera, a questão dos efeitos sociais dessas ocupações, quer dizer, nós temos trabalhado e discutido os problemas sob um foco ambiental, ninguém dá bola. Meia dúzia se preocupa porque se fala em problemas geralmente eram discurso utópicos. Hoje já está se dando bola, sim, porque o discurso sentimentalista do ecologista hoje está ocorrendo e está agredindo está atingindo a individualidade de cada um. Mas sempre é bom agregar ao nosso discurso ambiental o discurso da saúde humana, que não tem como dissociá-lo, e também a questão dos interesses sociais, já que se diz que se quer sacrificar o meio ambiente em prol dos interesses econômicos e sociais, o que a gente vê hoje em função da seca e justamente desemprego.

Muito obrigado.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Convidamos o Exmo. Deputado Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio ambiente da Assembleia Legislativa

do Estado de Santa Catarina, para mediar esse painel em substituição ao Sr. Luis Otávio Cabral.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu queria saudar a todos novamente. Agradecer a participação do Promotor Eduardo e dizer que a TVAL já está transmitindo essa programação ao vivo e nós vamos também ter essa programação na TV Senado, vai ser passado também na TV Senado.

Eu queria então passar a palavra para o Ivo Bucaresky. O Ivo é Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente.

Então, eles me combinaram aqui para trocar, o Virgílio Viana então passa a ser primeiro na sua apresentação.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA: Boa-tarde a todas e a todos. Eu queria saudar o Deputado Décio Góes que coordena essa Sessão e trazer a vocês aqui um olhar distante, um olhar da Amazônia que tem como... Eu vou mostrar para vocês, relação direta com as mudanças do clima no mundo inteiro e especial com o que ocorre aqui em Santa Catarina. Eu vou fazer uma apresentação procurando mostrar esse nexo, essa relação entre a Amazônia, as mudanças climáticas e o que ocorre aqui em Santa Catarina.

O Brasil vive um momento muito interessante, onde os governadores da Amazônia recentemente se posicionaram junto ao Presidente da República, solicitando que houvesse uma mudança no que diz respeito à forma do trato das questões do clima no que diz respeito a florestas e essa carta que os governadores fizeram ao Presidente, teve uma mensagem principal: Nós devemos mudar a forma como as florestas vêm sendo tratadas na convenção do clima. Para quem não está estão atualizado com o assunto, ou familiarizado com o assunto, o Protocolo de Kyoto que foi assinado a cerca de dez anos atrás, ele excluiu a participação das florestas como um instrumento de enfrentamento das questões do clima. A única modalidade reconhecida por Kyoto foi o reflorestamento e mesmo assim com regras muito, muito desfavoráveis. Então nós basicamente deixamos fora as florestas no acordo de Kyoto. E nós vivemos hoje um processo interessante que culminará em dezembro, em Copenhagen, com a revisão desse protocolo e de outros instrumentos previstos na Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas.

Com base nessa carta dos governadores, foi criado uma força-tarefa. Essa força-tarefa tem o objetivo de propor ao Presidente da República recomendações quanto à formulação da estratégia brasileira nesse processo de negociações. E eu tive a oportunidade e o desafio de ser indicado para coordenar essa força-tarefa. Então é essa função que eu também compartilho com vocês hoje essa visão.

A visão estratégica expressa pelos governadores na carta ao Presidente da República, ela tem basicamente três componentes. Primeiro, que a floresta ela é derrubada, não porque as pessoas são burras ou estúpidas ou ignorantes. O desmatamento decorre de uma decisão racional, as pessoas desmatam porque são inteligentes, porque são racionais. O que é importante é entender a racionalidade e procurar formas para alterar e criar uma nova racionalidade e uma racionalidade que valorize a floresta em pé, mais do que a floresta derrubada. Então esse é o desafio, é fazer com que para o sitiante ou para o fazendeiro ou para quem quer que seja a floresta passe a ter valor. Segundo, é que a floresta deve ser conservada não apenas porque interessa ao planeta, mas porque interessa em primeiro lugar ao Brasil. E terceiro, é que uma das formas de fazer essa valorização da floresta em pé é valorizar economicamente o carbono, no âmbito da Convenção do Clima. Essa sigla, UNFCC, é a Convenção do Clima sobre a qual terá uma reunião, um evento na Dinamarca no final do ano.

Nessa imagem aqui, vocês podem ver o fluxo de vapor d'água do Planeta Terra, hora a hora, e aqui tem um reloginho, aqui na parte de baixo da tela, dia a dia e mês a mês. Nós estamos mais ou menos por aqui em Santa Catarina, onde está esse dedinho e a Amazônia está aqui, América do Norte, África e etc. Em branco é vapor d'água e em laranja são as tempestades.

Então aqui nós podemos ver o fluxo de vapor d'água saindo da Amazônia e seguindo em jatos, os climatologistas chamam de jatos de baixa altitude, que são sopros de vapor d'água que saem da Amazônia na direção Centro-Sul da América do Sul, portanto, as florestas da Amazônia têm um papel muito importante, eu não vou entrar em detalhes mais técnicos científicos sobre isso, mas eu queria deixar essa imagem com vocês, a imagem de que a floresta funciona, como diria uns colegas do INPE, como uma bomba d'água a bombear água do oceano para o continente. E isso não é só a Floresta Amazônica, as florestas do sudeste asiático, da bacia do Congo na África, tem um papel assemelhado. Então esse fluxo de umidade ele tem uma forte relação com o papel das florestas. Portanto, quando nós falamos em conservar o clima, em manter os sistemas e processos que estão relacionados com temperatura, com chuva, etc., nós estamos falando sim do papel das florestas. E conservar as florestas é algo muito importante.

Portanto, a palestra que me antecedeu do nosso Promotor do Estado, ela tem interface com isso, a

partir do momento que a legislação é mais ou menos permissiva, ela afeta a tomada de decisão com relação às florestas e isso afeta a relação de florestas e clima, tanto numa escala pequena, no estado como é de Santa Catarina, quanto numa escala maior, continental, como é essa que vocês podem ver aqui.

As chuvas são importantes e têm relação com a Amazônia por várias razões, mas convém salientar pelo menos três. Primeiro a produção agropecuária, aqui foi citado na parte da manhã um aumento da variabilidade da precipitação das chuvas no Estado de Santa Catarina, que é um estado produtor de alimentos. Então uma variabilidade de chuvas afeta a produtividade agropecuária, primeiro. Segundo, as chuvas abastecem os rios e são os rios que geram energia hidrelétrica, então isso afeta a nossa matriz energética. E terceiro, o abastecimento urbano, boa parte das cidades e vilarejos se abastecem de rios. Então sem as chuvas não temos os rios que abastecem as cidades.

Portanto, conservar a Amazônia não é algo que deve ser feito para satisfazer pressões de gringos. Não. Conservar a Amazônia é do interesse nacional em primeiro lugar. E isso é muito importante, porque a paradigma do desenvolvimento do Brasil em boa medida, ele foi norteado por uma visão equivocada, que desbravar era bom, que desmatar era bom, que o progresso se dava quando o mato era substituído por qualquer coisa, café, cana, pasto ou o que quer que seja.

E isso é algo subjacente a muitos instrumentos de políticas públicas. A regularização fundiária, o crédito agrícola, todos eles estão baseados nessa visão de que estimular, desbravar, desmatar traz progresso, traz empregos e esse pressuposto está errado. Então um dos grandes desafios que nós temos é revisar todo o conjunto de políticas públicas à luz de um novo paradigma, de que conservar floresta é bom, não é ruim, não é um estorvo.

Bom, isso está subjacente a essa posição que os governadores formularam, de que desmatar não é do interesse nacional, conservar floresta, sim, é do interesse nacional. E que eu coloco um horizonte de cenários. Aqui também foi debatido na parte da manhã vários cenários, isso aqui é o mapa do Estado do Amazonas de 2005, com essas várias formas aqui, são as unidades de conservação, o Estado do Amazonas tem uma política bastante audaciosa na área de meio ambiente, eu tive oportunidade de ser Secretário de Estado durante cinco anos, até o ano passado e ampliou em mais de duas vezes as unidades de conservação. Essas são as unidades de conservação lá no Estado, isso aqui é o cenário em 2012, em amarelo é desmatamento e isso aqui é em 2050. Isso é a melhor ciência do mundo, hoje o cenário previsto e aí publicado pelo Soares Filho e outros aí na Revista Nature e outras publicações.

Bom, o grande desafio nosso é segurar esse amarelinho e fazer com que isso aqui não se concretize. Qual é a forma para que isso aqui não se concretize? É fazendo com que a floresta valha mais em pé do que derrubada. Não é só com polícia, não é só com legislações restringentes, vai ser com uma outra lógica de desenvolvimento, uma outra lógica de pensamento.

E nós estamos diante de uma oportunidade histórica, a Convenção do Clima, ela vai criar as bases, esperamos, de uma revolução. A gravidade do problema já foi salientado aqui, mas só para ilustrar, é como se cada um emitisse dez toneladas de carbono, cada um de nós aqui em média, e nós tivéssemos de sair de dez para duas toneladas per capita. Isso significa que não apenas essa lâmpada tem que ser trocada ou o ar condicionado tem que ser mais eficiente, ou o carro vai ter que fazer 100 km por litro. É o material de construção, a vida, todas as pessoas têm que passar por uma revolução, senão o planeta não para em pé. Isso só vai ser possível se nós criarmos um conjunto de medidas voltadas para o que se chama de economia de baixo carbono, a economia onde a produção de um copo desse seja feito com menos energia, um encontro como esse seja feito com menos energia.

Portanto, esse evento de Copenhagen é um evento estratégico para o futuro de Santa Catarina, é estratégico para o futuro do Brasil, é estratégico para o futuro do planeta. Se nós não conseguirmos lograr um acordo suficientemente ambicioso, estamos fritos. Eu estou cada dia mais convencido dessa urgência, e esse é o desafio que temos pela frente.

Nós analisamos como inserir florestas. Hoje e em dia tem um debate muito grande em torno dessa sigla, que se chama REDD, R é de redução, E de emissões, D de desmatamento e o outro D é de degradação. Esse é o apelido que foi dado para a floresta dentro da convenção. Como inserir esse tema florestas do dentro da convenção e quais são as alternativas para isso. E é isso que nós nos debruçamos, e a Comissão está num momento interessante.

Eu vou aqui só sintetizar alguns temas fundamentais relacionados com isso. Primeiro é que a contribuição dos países do anexo 1, que são os países ricos, industrializados, ela tem que ser muito maior do eles já se comprometeram até hoje. E usar florestas para compensar as obrigações deles pode ou não pode ser uma escapatória para eles não fazerem os esforços necessários, foram eles que sujaram a natureza de uma forma muito simples, são eles que têm que arcar com a maior parte dos custos. Agora, aí surge

uma sutileza: eles não estão dispostos, por questões econômicas, a assumir compromissos que vão levar obrigações a um preço de carbono que seja impagável não consegue, especialmente nesse contexto de crise da economia. Nesse sentido, o Brasil podia ter uma posição inteligente, estratégica diferente da que nós estamos tendo até hoje, ma posição na qual nós possamos oferecer um serviço.

Nós podemos prestar um serviço. Sequestrar o carbono é um serviço. Plantar as matas ciliares dos rios do Itajaí, etc. É um serviço que tem vários beneficiários, um deles é em mora ali perto, outro é quem mora na China, ou no Japão nos Estados Unidos, porque isso afeta o planeta. Nós estamos num mundo conectado, o que é feito aqui em Santa Catarina afeta quem está em Nova Iorque ou quem está em Xangai. Então nós podemos prestar um serviço. Interessa a nós prestar esse serviço? Interessa a Santa Catarina plantar mais árvores na beira dos seus rios? Interessa. Interessa ao planeta isso? Também interessa. Então temos um ponto de interesse em comum. Então custear o sequestro de carbono por meio de reflorestamento de APPs é bom para Santa Catarina, é bom para o Brasil, é bom para o planeta.

Qual o desafio que nós temos? É fazer com que o novo acordo do clima facilite, estimule um fluxo financeiro capaz de fazer com que plantar árvores na beira dos nossos rios seja bom. Ele não desmata porque ele é estúpido, não. Ele desmata porque ele está querendo melhorar de vida, então ele desmatou, o pai dele desmatou, o avô e etc. Se hoje for bom para ele ou para ela plantar, ele vai plantar árvore. Então eu acho que nós devemos ter uma abordagem pragmática para isso, criar uma racionalidade econômica que leve a um estimulo econômico, para que a gente faça de um lado o reflorestamento e de outro a conservação das florestas.

O Mário vai falar com bastante mais profundidade que eu sobre a questão do desmatamento aqui na Mata Atlântica, que continua a acontecer. Esse ano, 2009, tem desmatamento, vai ter em 2010 de novo. Como estancar isso? Tem duas formas. Uma é a ação de polícia que o que a gente tem dado mais ênfase historicamente no Brasil, não tem funcionado desde a época de D. João VI tem regras, proibindo cortar jacarandá e etc. Não funciona muito. É bom, existe Oto seu papel, mas nós precisamos criar uma racionalidade econômica. Volto a dizer, também para combater o desmatamento. Os Sitiantes que moram nas serras aqui deveriam receber pelas florestas, pelos serviços ambientais que as florestas prestam e isso não é algo inédito, não é algo novo, eu vou mostrar como isso está sendo feito no Amazonas, mais adiante.

Bom, vou entrar aqui num tema, num certo detalhe e aí aqueles que estão familiarizados com a discussão vão me perdoar eu vou passar bem rapidamente.

Tem dois tipos de mecanismos, compensatórios e não compensatórios. Nos mecanismos não compensatórios nós podemos ter duas fontes, fundos de governo e fundos do mercado de Kyoto. Desse fundo do mercado de Kyoto tem uma coisa que chama AU, que são os leilões de permissão disso aí podem sair recursos para financiar as atividades de conservação de florestas e de reflorestamento. Isso são mecanismos que não compensam as reduções que os países industrializados têm que fazer. Está claro isso? São mecanismos não compensatórios. Isso pode financiar o que se chama no jargão da convenção Namas, que são as ações apropriadas de mitigação que algumas são com florestas de REDD, outras não são.

Bom, tem um outro mecanismo que é o compensatório, é fazer com que o plantar árvores aqui, ou o evitar o desmatamento, e aí tanto faz ser Amazônia quanto a Mata Atlântica de Santa Catarina, fazer com que esse desmatamento evitado possa gerar um crédito que compense uma parte dessas emissões.

Isso tem que ter um registro nacional, tem que ser certificado como o UNFCC, que certifica florestas e isso tem uma certa territorialidade de forma que uma fazenda, um conjunto de fazendas de pequenas propriedades pode-se juntar e fazer um projeto de REDD e esse processo de mercado, ele pode recolher taxas. E aí, deputado, uma das questões que nós temos que abordar é como regular o regime tributário para o carbono. Nós estamos falando de economia expressiva. No ano passado foram 118 bilhões de dólares ao ano de transações, 18% disso foi MDL, que é mecanismo onde o Brasil pode participar. E o Brasil participou com pouquinho, podia participar com muito mais, porque não criou regras favoráveis a floresta.

Agora, a partir do momento que isso apresenta ser significativo, isso pode ser uma fonte de receita, por exemplo, de fundos como é o Fundo da Amazônia, ou de um fundo estadual de meio ambiente que acredito que Santa Catarina tenha um fundo estadual de meio ambiente. Mas, enfim, é importante definir o regime tributário disso, vai ser um imposto tipo ICMS, ou ISS, ou um royalty tipo petróleo ou uma contribuição tipo CEFEM. Então tem várias alternativas e isso eu diria que é um dos temas mais importantes do ponto de vista estruturante. E com esses recursos os governos podem apoiar os projetos de REDD.

Bom, esses mecanismos tem diferentes perspectivas, eu já falei dos número do mercado de carbono, os Estados Unidos a nova legislação se comprometem a destinar uma fração desses AUs que eu mencionei

antes, que é algo que pode ser expressivo, entre três a cinco bilhões de dólares por ano. Existem também aqui algumas simulações aí, são vários estudos da MacKinsey e nós temos um potencial enorme disso. Então, financiar o desenvolvimento sustentável custa, não é fácil, uma duas pessoas que participou aqui no final da sessão, colega dos movimentos sociais, falava da necessidade de ouvir, de realizar os sonhos dos movimentos sociais. Isso tudo custa, no final na ponta do lápis tem que financiamento para isso. Se a gente vai pensar num novo modelo de agricultura ou num novo modelo de produção pesqueira, isso requer investimentos e se esse investimento for do interesse nacional e também for do interesse planetário, aí eu acredito que nós temos uma ponta de esperança de salvar o planeta.

Eu acho que essa é a oportunidade e existem números expressivos. Por exemplo, nós temos um potencial de redução de desmatamento de 1,9 bilhões de toneladas por ano. Uma das estimativas é que o preço chegará a 30 euros a tonelada. Então fazendo uma multiplicação isso tem, melhor dizendo, a 60 euros a tonelada em 2030. Isso são recursos expressivos. E o grande desafio da questão ambiental, eu acredito, é sair de uma posição marginal e secundária, daqueles que só podem dizer não, não, não, não faça isso porque não pode, não faça isso porque não pode, não faça isso porque não pode, para a posição de ser protagonista da concepção de um novo modelo de desenvolvimento. Isso só vai ser possível se tiver recurso financeiro. Não adianta a gente fazer um belo discurso, uma melhor... Tem que ter, em última análise, dinheiro, projeto para fazer as coisas. Seja essas questões ligadas à floresta ou seja outras questões, nós precisamos de uma política tributária de isenção fiscal que estimule a indústria.

É um despropósito nós darmos hoje um incentivo para IPVA que é para todo tipo de carro. Tanto que o carro que tem seis cilindros, que faz quatro quilômetros por litro, quanto para um Gol Mil ou um carro mil que faz 15, quer dizer, a gente tinha que ter uma política tributária diferente, para que a indústria olhasse e falasse: "Olha, se tiver um carro que faça vinte quilômetros por litro, aí o IPVA vai ser 5%. Se tiver um carro que faça 50, tem zero de IPVA", e aí a indústria vai trabalhar para daqui a cinco anos ou dez anos, ter um carro que faça 50 km por litro, porque ele vai ser muito mais competitivo do que o outro, quer dizer, e isso é para geladeira, para o fogão, para o ar condicionado. Nós precisamos traduzir tudo isso em política intersetoriais, não devemos pensar apenas em políticas de comando e controle, que são as leis que regulamentam e foram tão bem descritas aqui pelo Promotor.

Bom, como fazer que esse mar verde fique de pé? O Amazonas em particular, que tem uma área enorme, o Amazonas tem 157 milhões de hectares. Qual é a área de Santa Catarina, alguém sabe de cabeça?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São 95 mil km².

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA: 95 mil. Então é 1/15, mais ou menos a grosso modo, é 1/15 é uns 6% do Estado. É um estado enorme, desse estado enorme, 98% é coberto por florestas. Como manter isso em pé? A gente tem experiências bastante interessantes é que não são projetos, são iniciativas grandes. É que eu estou só ilustrando o caso de uma área, que é o Projeto Juma, que é uma reserva de desenvolvimento sustentável, lá tudo é grande. Então essa reserva, que é tipo um Parque aqui, ou uma reserva extrativista, uma reserva de desenvolvimento sustentável, tem 570 mil hectares. Uma população pequenininha, são 360 famílias. Então é um universo de floresta enorme para pouca gente. Esse é o primeiro projeto do Brasil, o primeiro projeto do mundo a obter uma certificação do carbono por esse padrão, chama CCBA, por essa certificadora que chama Tüv-Süd, que é alemã.

Isso só para dizer o seguinte, existe uma série de pessoas que argumentam que florestas não podem entrar no acordo de Copenhagen porque têm problemas metodológicos, não procede. Todas as questões metodológicas são resolvíveis e nós da Fundação da qual o Mário também e conselheiro, nós conseguimos nesse projeto passar por todos os testes metodológicos. Então é possível dizer em alto e bom tom que não existem justificativas técnicas para deixar de incluir florestas no próximo acordo de Copenhagen. Com recursos derivados disso, o Amazonas montou um programa bastante interessante sob a liderança do Governador Eduardo Braga, que tem dado um grande apoio a essas políticas, isso hoje é implementado pela Fundação, é um programa chamado Bolsa Floresta, que traz benefícios às famílias que assumem o compromisso de desmatamento zero. Então essas famílias participam de um curso sobre mudanças climáticas, que a gente faz nas comunidades com teatro, circo, músicas, para explicar a mudança do clima, ao final disso eles assinam um compromisso de desmatamento zero e recebem quatro tipos de benefícios: Bolsa Floresta Familiar, Bolsa Floresta Renda, o Associação e o Social. O Familiar, ele vem na forma de um cartão de crédito, quer dizer, é uma coisa simples que as mulheres que recebem, o Bolsa Floresta Renda, ele financia tudo aquilo que faz a floresta valer mais em pé do que derrubada, tudo aquilo que não gera fumaça, então pode ser castanha pode ser peixe etc. O programa Bolsa Floresta Social, na mesma ordem de grandeza

para saúde e educação, o Familiar e o Associação, que fortalecem as organizações de base, então as organizações de base tem, é um enxoval que é uma lanchinha, porque lá é tudo por água, um painel solar com Internet e computador e mais ou menos mil reais por mês para custear a locomoção e a logística, com isso fortalece a governança local.

Eu queria concluir, Deputado com--

SR. MÁRIO MANTOVANI: Virgílio.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA: Pois não.

SR. MÁRIO MANTOVANI: Antes de terminar essa... Dizer que também tem duas pessoas aqui de Santa Catarina no nosso Conselho, o Presidente, o Furlan, e o Lírio Parizotto, que é o vice-Presidente.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA: Muitos bem lembrado, Mário, o ex-Ministro Furlan é Presidente do nosso Conselho de Administração, tem trazido um aporte excepcional com a visão de gestor que é, à frente da Sadia e agora dessa nova empresa BRF, e o Lírio Parizotto que tem um outro olhar também bastante interessante, quem vem do mercado financeiro. Nós temos um Conselho de Administração formado por três representantes do setor empresarial, três do governo, três dos movimentos sociais e ambientais e três da área acadêmica, então são doze representantes nesse Conselho de Administração. É uma experiência interessante, para quem quiser conhecer na Internet é fas-amazonas.

Eu queria, Deputado, concluir aqui com três provocações. Eu acredito que o marco legal vigente no que diz respeito à Legislação Brasileira, aí estou deixando de lado a discussão de Copenhagen, para dizer que tem três pontos que eu acredito sejam muito importantes. Primeiro é um tratamento tributário para essa questão do carbono, que eu já mencionei e acredito que seja muito importante, isso devia ser vinculado, Mário, a fundos de meio ambiente, sejam estaduais ou municipais ou um federal como é o caso do Fundo Amazônico. E aí é ótimo ter o Ivo também representando aqui o Ministério do Meio Ambiente, que está com esse assunto na pauta. A criação de um sistema de pagamento por serviços ambientais. Eu descrevi aqui, de forma muito resumida, o programa bolsa floresta que é algo formado e formatado para realidade do Amazonas, que é uma realidade completamente diferente daqui. Para vocês terem uma ideia essa reserva que eu citei a pouco do Juma, ela fica pertinho de Manaus, são só 32 horas de barco, é pertinho, porque algumas demoram seis dias, sete dias de barco, é um outro mundo, é um outro mundo completamente diferente. Eu costumo dizer que Florianópolis e São Paulo são muito mais parecidas com Nova Iorque ou com Londres do que com o interior do Amazonas, que é uma outra realidade. Tempo é outro, dinheiro não existe, não tem banco, enfim, é um outro mundo. Então isso foi adaptado para lá, agora, eu acredito que uma das... E aí eu vi que vai sair uma carta desse evento, uma provocação que eu faria, é que fosse criado aqui no Estado de Santa Catarina uma Comissão ou algo para pensar num sistema de pagamento por serviços ambientais para quem tem mata. Vamos criar uma economia disso, vamos fazer com que as pessoas que têm mata recebam pelos serviços ambientais que essas matas desempenham.

E a ciência, tem vários colegas pesquisadores também, podem documentar e dar os subsídios para isso. Os serviços ambientais relacionados à conservação das bacias hidrográficas, voltados à conservação da biodiversidade, ao saber etnoecológico enfim, têm muitos componentes que valem a valoração econômica.

O terceiro é uma revisão profunda das políticas intersetoriais e nas políticas intersetoriais inclui política ambiental, e essa revisão tem que ter um norte muito simples: É coerente [ininteligível] ou não? É a pergunta que eu faria se essa mudança da legislação ambiental aqui é coerente ou não. Se não for, tem que ser revisada. Se for, está ótimo. Agora, e a política educacional? E aí algumas pessoas também se manifestaram sobre educação, está nas escolas, as pessoas estão aprendendo sobre mudanças climáticas? Estão aprendendo sobre o papel das florestas? Mas escolinhas rurais dessas fotos tão impressionantes que foram passadas aqui, é explicado o papel da floresta no deslizamento, no desmoronamento, no assoreamento dos rios etc.? Se for ótimo, se não tem que repensar o conteúdo escolar e assim vai. Política tributária, os incentivos de ICMS que o estado dá, estão levando em consideração a economia de baixo carbono? As políticas de ISS que são os tributos municipais estão considerando isso? Políticas de estrada, de abastecimento urbano, de energia. Enfim, tudo isso tem que ser pensado, se nós não pensarmos tudo isso, nós não vamos ter um bom futuro.

E queria deixar um senso de urgência aqui, já que o colega apresentou, o Marcelo, telas renascentistas, essa também é do Georges Pompidou, pesquisando sobre o Apocalipse. Eu sou super otimista, mas enfim eu estou estudando isso por dever de ofício. Esse aqui é o anjo Gabriel anunciando o fim do mundo, caindo numa bola de fogo e o mar subindo. Esse aqui é uma outra, com um jatos de vapor ou de calor vindo das nuvens e podia ser uma capa do IPCC, do próximo relatório do IPCC. Isso é uma luta, eu diria que a gente esteja diante de uma luta enorme, uma luta que têm muitos capítulos, uma luta de um capítulo amazônico

que tem a ver com Santa Catarina, Santa Catarina que tem as suas lutas, mas eu acredito que a gente possa ganhar essa batalha. Eu gosto de dizer que a gente está do lado mais alto aqui, direito lá no Amazonas vencendo a batalha, mas o inimigo é poderoso e poderoso e a qualquer momento pode virar. E convém sempre lembrar que do outro lado da cerca está esse pessoal pronto para invadir, assim que botarem fogo na floresta, então convém correr.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu queria agradecer a participação do Virgílio Viana, que nos deu essa brilhante explanação e abriu vários horizontes no nosso pensamento e representa aqui a experiência da Fundação Amazônia Sustentável.

Eu queria, a gente já sabe que eles trocaram aqui por conta do voo, então está dispensado e agradecemos bastante a sua participação e a coordenação do evento está pedindo para deixar a sua palestra aqui, para que a gente possa disponibilizar para quem tiver interesse.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA: Eu vou deixar a palestra aqui com o maior prazer com a organização do evento e peço desculpas, teve um atraso do horário aqui na sessão e eu estou com essa agenda pegando fogo lá em São Paulo e tenho que voltar. Mas o Mário Mantovani, que é nosso conselheiro, pode responder em meu nome todas as perguntas aqui sobre a Amazônia também. Está bom, Mário?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Então está bom. Muito obrigado e vamos bater palmas aqui para agradecer der novo.

[palmas]

Então agora, o Ivo Bucaresky, Chefe de Gabinete do Ministro Minc, do Meio Ambiente, tem a palavra.

Aqui a ideia é em torno de 20 minutos cada, para a gente...

SR. IVO BUCARESKY: Primeiramente, boa-tarde a todos e a todas, eu quero agradecer o convite feito pela organização do Ministério do Meio Ambiente, fazer uma saudação do Ministro Carlos Minc a todos. Eu não tenho Power Point, que nós fomos chamado muito em cima da hora, não tivemos tempo de preparar, então eu vou fazer uma palestra só falando aqui sem o Power Point.

Nos foi pedido um pouco para falar particularmente sobre o Pacto da Agricultura Familiar, que é algo que aqui em Santa Catarina, apesar que eu queria falar um pouco antes, pegar um pouco as questões que o Virgílio colocou e levar a um debate, primeiro obviamente, já foi falado antes, a questão ambiental não é só a questão da floresta em pé, a questão de preservar a água, o ar e até inclusive o ambiente urbano que nós temos.

O meio ambiente não deveria ser Ministério... Devia ser Ministério do Ambiente, nós deveríamos cuidar de todos os ambientes, nós temos que ter lógicas de que grande parte dos problemas que nós temos hoje na Floresta Amazônica, na Mata Atlântica ou aqui no vale do Itajaí são gerados aqui por nós que estamos nos grandes centros, é o nosso padrão de consumo, são as demandas que nós temos é que gera grande parte dos problemas ambientais, dos problemas climáticos que existem no Brasil e no mundo. Portanto, certamente uma mudança no estilo de vida no padrão de consumo, na forma de organização da produção são necessários para resolver os problemas ambientais, todas as outras medidas que nós estamos fazendo são importantes, as medidas de criação de dados de conservação, do Código Ambiental, tudo mais, mas nada disso vai se resolver se a gente também não mudar fortemente no nosso padrão de consumo e de produção. Sair do padrão de carbono, alterar a forma de consumo que nós temos, senão isso... Sem isso também não vai se resolver com todas as outras medidas que nós temos.

E eu quero até, concordando com o Virgílio, dizendo o seguinte: a gente sabe que não basta só o discurso ideológico, o convencimento ideológico para preservar a questão ambiental, ou as pessoas tendo na sua vida concreta a necessidade, ou seja, se doer no bolso ou se doer quando vem a enchente e derruba a sua casa e mata um ente querido, as pessoas não vão se preocupar com essas questões. Isso nós temos muita clareza, o Ministro coloca muito bem, por exemplo, a nossa política de unidades de conservação de parques nacionais e que nós queremos que as unidades de conservação sejam utilizadas pela população, não é para ser um lugar, um santuário que ninguém entra, que ninguém vê, que ninguém vive e temos que criar mecanismos econômicos de preservação. As políticas que o Virgílio falou do REDD, nossos fundos são parte disso, inclusive colocando na sua questão nós estamos estudando, já estamos mandando para o Congresso já, um programa de pagamento de serviços ambientais, que está indo, um projeto de lei do Governo Federal para o Congresso Nacional para ser discutido, na minha opinião, ainda tímido ainda, precisamos fazer mais, ele começa basicamente como pagamento de serviços ambientais na área de agricultura familiar, na área rural nós temos que ir na frente depois, evoluir isso também para a área urbana, mas já é um avanço necessário para a gente fazer. Nós temos conseguido fazer uma

série de políticas de acordos com cadeias produtivas, o que tem gerado um benefício muito forte, um exemplo claro é o acordo com a cadeia produtiva da soja, a soja que até recentemente era um problema forte de desmatamento na Amazônia, hoje virou marginal.

E o bom exemplo disso é a postura do Governador de Mato Grosso, que era considerado um dos grandes inimigos do meio ambiente e hoje talvez seja um dos governos com as políticas mais avançadas na área ambiental, e por que isso? Porque dói no bolso do Governador Blairo Maggi, porque como ele é o maior produtor de soja de Mato Grosso, se o Estado de Mato Grosso for considerado agressivo ao meio ambiente, se houver um boicote mundial à soja de Mato Grosso, o Governador Blairo Maggi vai falir. Portanto ele tomou consciência disso e mudou em dois anos, a postura dele hoje talvez o Mato Grosso esteja como algumas das políticas mais avançadas nessa área, e se tornou um grande aliado do Ministério do Meio Ambiente. E nós queremos fazer esse tipo de mecanismos em outras coisas.

Portanto pagamento de serviços ambientais, acordos de cadeias produtivas são importantes. E para isso nós também estamos fazendo um pacto com a agricultura familiar. O Código Florestal brasileiro, que tem cerca de 40 anos, na prática nunca foi implementado de fato, ele começou a ser implementado no último ano e meio, quando nós criamos a Lei de Decreto de Crimes Ambientais e a partir daí com mecanismo de comando e controle, que eu concordo com o Virgílio, não são os únicos mecanismos, são necessários outros, mas que são importantes para resolver e fazer as pessoas se mexerem. Quando nós começamos a fazer operações, a partir dali o Decreto de Crimes Ambientais, o setor rural percebeu de que o Código Florestal tinha que ser levado a sério e passou a querer mudar o Código Florestal. Santa Catarina infelizmente foi a primeira a reagir com um Código Ambiental Estadual, que é um Código extremamente retrógrado, na nossa opinião, complicado.

Eu quero dizer aqui na Casa em que foi votado isso aqui, nós não concordamos com esse código, inclusive porque ele é uma quebra do pacto federativo, querer dizer que um código estadual vale mais do que o código federal, e não é à toa inclusive que um deputado de Santa Catarina, tenta no novo Código Ambiental tirar, que o Governo Federal possa legislar sobre a questão ambiental e passar para os estados, achando que a questão ambiental é uma questão apenas local, ela é uma questão geral e nacional, portanto nós queremos realmente, precisa de um novo Código Florestal? Precisa, precisa evoluir, precisamos ter um novo Código Ambiental, mas não retroagindo, mas melhorando e adaptando algumas realidades.

O pacto que nós estamos fazendo com a agricultura familiar envolve isso. Qual é a ideia? Nós sabemos diferenciar o que é a situação da agricultura familiar, que é a pequena produção que representa a produção de alimentos que nós comemos nas nossas vidas, que têm uma condição econômica muito mais difícil de seguir, talvez uma das regras mais rígidas do Código Florestal, são diferentes do que é a agricultura, o Agrobusiness, os grandes agricultores, os grandes latifundiários.

Esse pacto então visa resolver algumas questões, flexibilizar de certo modo ou botar de outras maneiras o Código Florestal Brasileiro. Nós temos hoje no Código Florestal a exigência de que todas as fazendas, todos os proprietários rurais tenham reserva legal, e também se houver área de proteção permanente de mata ciliar, morros com inclinação a mais de 45 graus e outras áreas, sejam preservadas, não podem ser mexidas. Isso na propriedade rural, quer dizer, se tiver reserva legal mais APP muitas vezes compromete parcelas consideráveis da propriedade. Portanto, nós estamos mudando para agricultura familiar, que a APP seja contada para reserva local, quer dizer, permitir se você proteger a sua mata ciliar, ela conta para a reserva legal, e que há um interesse do agricultor, porque como já vimos que aconteceu em Santa Catarina, a destruição da mata ciliar levou às enchentes e à destruição das propriedades das vidas que nós tivemos, permitindo também usos mais flexíveis dessas áreas reflorestáveis, estamos criando um incentivo em que o Governo vai dar gratuidade para a averbação da reserva legal, faremos um programa de recuperação das APPs e das reservas legais com matas nativas, com permissão de usos limitados, mas com uso, quer dizer, você poder colher frutos, colher sementes, poder fazer eventualmente uma trilha para o rio, uma passagem para você tirar água para o seu consumo, alguma parte de consumo de lenha próprio, nós temos que ter lógico também que não pode achar que preservação ambiental é não permitir que as pessoas utilizem dos recursos naturais, isso é utopia, as pessoas têm necessidades. Nós temos é que como organizar esses usos, diminuir obviamente a necessidade do consumo e quando o fizer, de maneiras que elas sejam manejáveis, renováveis, que elas não sejam mais prejudiciais ao meio ambiente e à biodiversidade.

A nossa ideia então é inclusive fazendo acordos, aqueles que já estão em questões judiciais, nós vamos fazer anistia de uma série de multas, nós estamos fazendo uma moratória de três anos para que elas permitam que se regularizem, nós vamos permitir... Houve

um discurso aqui de que se usasse o Código Florestal, por exemplo, acabariam as plantações de maçã e de uva de uma série de produtos agrícolas de Santa Catarina de outros estados, nós temos um dado, por exemplo, que as áreas de APP com inclinação acima de 45 graus no Estado de Santa Catarina representam apenas 0,19% do território, praticamente nenhuma propriedade rural é afetada, que tenha que derrubar sua macieira, sua videira e na nossa legislação se tiver uma agricultura familiar, ele pode continuar plantando, com a nossa proposta vai continuar plantando a sua maçã, a sua uva para produção, já que mesmo não sendo mata nativa, a árvore lá existente, ela protege o morro, porque a função da proteção do morro é para impedir a queda dos morros. Mesmo não sendo uma árvore nativa, uma macieira ou uma videira consegue proteger e segurar o morro. Então a ideia não inviabilizar a agricultura, mas proteger a questão ambiental, é óbvio que nós preferimos que sejam matas nativas, a ideia é recuperação da mata nativa, inclusive com o direito ao uso, para essas pessoas poderem plantar e eventualmente derrubar algumas árvores plantadas, que são necessárias para o consumo, mas as pessoas vão ter que plantar elas, vão ter que compensar depois, replantando o que foi derrubado.

E quero dizer o seguinte, que esse pacto está sendo feito em conjunto com as associações da agricultura familiar a Contag, as FETRAFs, o MPA, o MST estão participando fortemente dessas reuniões, está sendo feito em acordo conjunto com o movimento social, há uma política, um discurso de alguns setores rurais tentando criar um terrorismo com agricultura familiar, dizendo que o Código Florestal eles vão ser presos, vão ser multados, não vão poder produzir, que a produção está inviável. Isso não é verdade, não está inviabilizando a agricultura familiar, esse pacto inclusive tem o apoio de grande parte do movimento ambientalista, já que a agricultura familiar para quem não sabe, hoje representa 95% das propriedades brasileiras, mas apenas 20% da área que está utilizada para a agrícola e 8% apenas do território nacional, quer dizer, os impactos eventuais que se tenha no meio ambiente são marginais, eu acho que [ininteligível] nós vamos ter avanços. Com os programas de serviços ambientais e com essas políticas nós vamos poder, vai permitir que os agricultores possam recuperar as suas matas ciliares, possam recuperar os seus topos de morro e possam ao mesmo tempo produzir, receber.

A ideia então é que tirar eles da ilegalidade, agora outra coisa vai ser obviamente a política com a grande agricultura. Ali com o grande agricultor eles têm condições de fazer, eu não posso com a propriedade de dez mil metros, dez mil hectares, dizer que ele vai contar a ter terras da reserva legal como iguais, que obviamente a grande agricultura agora quer os benefícios da agricultura familiar para eles, isto é não possível.

Assim como os pagamentos de serviços ambientais não serão feitos, pelo menos nesse momento, para a grande agricultura, será voltado para a agricultura familiar. A ideia, por exemplo, é que se você manter sua mata ciliar, você é um produtor de água, você está ajudando a produzir e a proteger os rios, portanto você tem que receber por isso.

Nós, que somos consumidores de rios, nós que consumimos a água aqui, que ele protege, temos que pagar para ele proteger a água que nós consumimos. Isso tem que estar em diversos mecanismos, vai estar na conta d'água da gente, não tem jeito, mas nós vamos ter que pagar o agricultor para proteger a água. No Rio de Janeiro nós já estamos começando... O Ministro, quando era Secretário, começou uma política disso, de recuperação das matas e de pagamento para todos aqueles que estavam na bacia do Rio Guandu, que é quem fornece a água para a cidade do Rio de Janeiro e quem vai pagar isso aqui vai ser a CEDAE, que é quem fornece a água para a população, ou seja, a população que consome tem que pagar. Hoje nós temos que parar com a ideia de que a água é algo de graça, que é dado. A água é um recurso natural que nós vamos ter que remunerar. Quando a Coca-cola retira água para fazer o seu refrigerante, ela precisa pagar por essa água, mesmo que ela retire direto do rio, que ela não seja fornecida ou de um lençol freático, mesmo que ela não chega fornecida por uma empresa de abastecimento, mas ela vai ter que pagar para um Comitê de Bacia, para um fundo que vai depois remunerar as recuperações aos produtores de água que são os agricultores que preservam a mata ciliar. Portanto, seguindo como disse o Virgílio, a nossa política é uma política pragmática de recuperação, sabendo o seguinte: se as pessoas não tiverem interesse em manter, se elas não forem remuneradas por isso, que é isso que é a nossa grande discussão inclusive com os países desenvolvidos, que eles não querem nos remunerar por isso, porque eles querem que a gente arque com todo custo da poluição que eles fizeram, mas que a gente arque com o custo social também, ou seja, que o país continue atrasado e que ao mesmo tempo preserve o meio ambiente para eles. Nós temos que definir, nós queremos desenvolvimento econômico, distribuição de renda, melhoria da situação e preservar o meio ambiente. E para isso a Europa os Estados Unidos e o Japão eles têm que pagar, eles vão ter que pagar por isso.

E nós também temos que pagar por isso, pelo que nós consumimos na cidade. Nós somos grandes

consumidores, nós somos de certo modo grandes degradadores do meio ambiente. Quem está tirando a madeira de lei da Amazônia para vender para a gente fazer os nossos armários, os nossos móveis, está tentando viver, tem 25 milhões de pessoas vivendo da Amazônia. Se a gente não criar mecanismos para que eles consigam de madeiras legais, que eles consigam ter uma sobrevivência digna, ele vai continuar desmatando ilegalmente, vendendo, e nós estamos consumindo, nós somos responsáveis por isso.

E aí aqui gostaria de colocar um pouco o debate que é essa questão que Santa Catarina está levando, quer dizer, nós vivemos num estado... o Estado de Santa Catarina foi um dos estados que mais sofreu com as mudanças climáticas, em grande parte pela degradação que foi feita no meio ambiente, pelos rios degradados, e ao mesmo tempo é o estado hoje que mais retroage na legislação ambiental, que tenta colocar isso aqui. É importante que a população de Santa Catarina esteja mobilizada para isso aqui, nós temos que criar uma legislação ambiental nova, adaptada, esse impacto da agricultura familiar é uma adaptação já, que nós estamos fazendo da legislação nacional ambiental.

Agora, uma coisa é dizer o seguinte: Vamos mudar APP reserva legal, vamos resolver questões de topo de morro, vamos remunerar para quem manter a mata ciliar. Outra coisa é dizer que a mata ciliar vai ter cinco ou dez metros. Nós vamos mudar a forma de cálculo, não ser mais pelo auge da enchente, mas pela várzea média, que é correto, agora, achar que cinco metros ou dez metros de mata ciliar vai proteger os rios, vai impedir que haja um outro [ininteligível], isso é uma tolice.

Achar que legislação ambiental pode ser por estado, é primeiro não entender o que é o meio ambiente, que é um sistema geral. Na verdade, só legislar pelo país já é pouco, ainda mais pelo estado. Segundo, ele ainda se torna uma questão política, porque nós estamos quebrando o pacto federativo. Isso é uma ameaça, inclusive para a unidade do país. O Código Ambiental de Santa Catarina, ele é ameaça à unidade nacional, no momento em que você tenta dizer o seguinte: "Não, códigos estaduais são mais importantes que os códigos nacionais", você quebrou o pacto federativo. E nós já vimos isso acontecer em outros países do mundo e o resultado que foi dado. Portanto, é importante uma política de mobilização da sociedade, das pessoas que se preocupam com as questões de meio ambiente em Santa Catarina com esse tipo de política que foi adotada aqui no estado.

Eu resumi assim, eu acho que eu vim mais preparado para uma discussão mais forte sobre a agricultura familiar, que era que o eu tinha colocado, eu vi que a discussão é mais sobre mudanças climáticas, mas acho que mais ou menos eu resumi o que tem sido a nossa política, dizendo o seguinte, que o Ministério do Meio Ambiente tem adotado muito das políticas que o Virgílio tem colocado a nossa ideia de ter uma política forte de preservação das florestas. Em Copenhagen o Brasil estará indo com uma política de que nós temos que o mundo inteiro, principalmente o primeiro mundo, vai ter que se responsabilizar pela diminuição das emissões de gases, para que a gente diminua os impactos das mudanças climáticas. O Brasil já assumiu uma meta sem pedir compensações, de uma redução de 70% das nossas emissões, basicamente com diminuição do desmatamento, mas pretendemos ter outras metas, inclusive não só na questão do desmatamento, os nossos estudos já estão dizendo que, por exemplo, a questão das emissões urbanas de gases cresceram violentamente nos últimos 20 anos, nós temos que começar a diminuir... Nos gases urbanos, eu digo, de carros, automóveis, fábricas, nós temos que começar a ter política de diminuição também das emissões urbanas, não só das nossas emissões geradas nas florestas.

Temos criado uma série de unidades de conservação, só para saber, nos últimos sete anos, nesse governo, o Brasil sozinho representou mais de 50% da meta mundial de criação de unidades de conservações, que é uma meta até 2020, 50% disso foram nos últimos sete anos, no Governo Lula, o Brasil sozinho representou mais de 50%. Nós fizemos uma política forte de reestruturação do sistema ambiental brasileiro, criando um corpo permanente de [ininteligível] do Ministério do Meio Ambiente, criando o Instituto Chico Mendes, refortalecendo o IBAMA, estamos fortalecendo também os mecanismos de comando e controle, ou seja, o policiamento e a fiscalização. Nós temos visto, por exemplo, o Boi Pirata I e Boi Pirata II, que o Ministro fez no Pará, que foi retirada de gado ilegal dentro de unidades de conservação, e às vezes eram políticas simples, bastou a gente pegar um fazendeiro que todos os outros vão embora, porque percebe que se continuar lá vai perder o seu gado.

Então nós temos que criar, eu acho que são mecanismos de conscientização da população, mecanismos de comando e controle, mas mecanismos econômicos de proteção. O pacto da agricultura familiar é um mecanismo desse, o pagamento de serviços ambientais é outro mecanismo, O REDD é outro mecanismo, os pactos das cadeias produtivas também são outras, que o Ministério tem participado ativamente.

Eu acho importante também que o governo de Santa Catarina, as prefeituras de Santa Catarina a

Assembleia Legislativa também comecem a pensar políticas desse tipo, mais avançadas e não a política de tentar achar que a questão ambiental, o Código Ambiental, ele é um entrave ao desenvolvimento. Ele não é. Você tem que mudar a forma de desenvolver, ele é uma proteção do desenvolvimento, eu acho que o entrave ao desenvolvimento foi uma enchente, como nós tivemos aqui em Santa Catarina, que criou um desastre ambiental no estado.

Temos que lembrar inclusive o seguinte, que políticas como essas do Código Ambiental podem gerar um desastre na indústria de Santa Catarina, porque daqui a pouco, por conta de uma questão como essa, pode haver um boicote, por exemplo, ao frango de Santa Catarina, por dizer que ele, porque há um código que e retrógrado ou ao gado, e com isso falir toda a indústria de Santa Catarina.

O que o Estado de Mato Grosso fez de maneira pragmática, Santa Catarina também tem que fazer, esse é o recado.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Agradecer o Ivo Bucaresky e passar imediatamente então a palavra para o Mário Mantovani, que é da Diretoria da Fundação SOS Mata Atlântica.

Mário, você tem material aí.

SR. MÁRIO MANTOVANI: Tenho, já está aí.

Bom, boa-tarde a todos, é um prazer muito grande, Deputado, estar aqui, Décio, porque algumas das pessoas vezes que eu estive na assembleia aqui, eu fui tão vaiado que eu peguei até saudade das épocas que a gente vinha discutir Código Florestal, coisas do tipo, com aquele bando que se trazia para cá, de pessoas que não tinham a menor informação de que era, que era só para vaiar os ambientalistas, para não deixar falarem aqui na assembleia. Então era uma coisa muito chata, eu estou até achando "pô, que graça tem vir na Assembleia Legislativa aqui, e não ter um povo para estar vaiando, para dar mais animação na tarde da gente". Mas eu estou trazendo aqui para vocês algumas informações que são muito importantes. Eu venho nesse estado há mais ou menos desde os anos 80, a minha primeira incursão no Estado de Santa Catarina e o meu grande aprendizado, eu lembro aqui da nossa amiga dos movimentos sociais falando muito bem, dos aprendizados que a gente tem que ter. Eu que fui 35 anos, já estou fazendo de movimento ambientalista, talvez seja o primeiro "ongueiro" aposentado do Brasil, e que já fui durante muitos anos tido como um biodesagradável, vamos dizer assim, e que depois vim a aprender aqui no estado, por exemplo, naquela enchente com 1984, Décio, eu vim aqui e trouxe um modelo das associações de reposição florestal do Vale do Itajaí.

Daquela experiência, que era o dinheiro de padaria, olaria, pizzaria, churrascaria, nós criamos 29 associações de reposição florestal em São Paulo e fizemos uma Revolução Verde, onde se planta pequenos produtores florestais. E com isso, hoje, são os viveiros que plantam para a SOS Mata Atlântica, por exemplo, os 25 milhões de árvores do Bradesco ou os milhões de árvores que a gente está fazendo com a Coca-cola, como disse o Ivo, com as maiores empresas com o Brasil, fazendo neutralização com carbono.

Essa uma história que surgiu aqui, por que não prospera? Nós estivemos aqui, também naquela época, discutindo o ICMS ecológico. Quantos anos isso está parado no estado, foi arquivado, só Deus sabe que o aconteceu, foi para as calendas, como eu posso querer que o município goste de uma unidade de conservação, se o município não tem uma compensação pelas áreas com restrição, então você vê os Prefeitos rastejando na frente do Governador por misérias, para quererem tirar uma unidade de conservação, porque não vão poder ganhar e se submetendo a todo tipo de chantagem e pressão, quando poderiam bater no peito e dizer, como na maioria dos estados do Brasil, "nós temos ICMS ecológico", em São Paulo, 5%, só do orçamento do estado, hoje de ICMS ecológico, faz com que os municípios tenham muito mais dinheiro e recurso do que o fundo de transferência de participação dos municípios. Por que isso? Isso não prosperou aqui.

Quantas outras coisas, e o que prosperou aqui? A iniquidade, a insensatez de um código florestal que vai contra tudo aquilo que o Virgílio Vianna mostrou aqui agora, que pelo Código que tem aqui no Estado, nós não poderíamos ter sequer algum desses benefícios que foram mostrados, que vai ser impostos agora pelos posicionamentos que nós vamos ter com a Conferência Mundial do Clima e essas questões todas que vem por aí. Esse tipo de coisa não prospera, só prospera isso. E eu lembro, eu queria contar aqui um histórico para vocês também, nessa própria Assembleia Legislativa, nós viemos já discutir quantas vezes, para falar sobre a lei com a Mata Atlântica. E esses que fizeram a pressão contra o Código Ambiental Brasileiro, contra a legislação ambiental brasileira, contra o Código Florestal, Colatto, Micheletto, aliás, eu vim trazer a motosserra de ouro aqui para o Micheletto. Eles perderam, perderam feio, colocaram na nossa legislação, na lei da Mata Atlântica, durante 14 anos para ficar mofando lá e todas as tentativas foram derrotadas não por nós, mas pela sociedade, por aquilo que a gente sabe que é o mais importante, que é o benefício de todos

e não o beneficio daquele que é financiado pelo setor de celulose, pelo setor de plantadas aqui, que vai ficar na mão, porque esse setor, quando eu vinha aqui antigamente, abaixou a cabeça e cedeu, porque a grande certificação mundial é o FSC, do qual eu sou Diretor com muita honra, e estamos certificando a maioria das empresas de papel e celulose no Brasil. E se não fizer isso não vai para o mercado internacional e esses que estão aqui abaixando a cabeça, puxando o saco, estão hoje condenados a ficarem também com esse seu grupinho, porque não vão mais ter mercado.

E eu não sou o chato "biodesagradável" nesse processo. O mundo segue para um lado e a gente vê aqui deprimente aquela visão que nós tivemos nessa assembleia, de uma audiência onde os ambientalistas foram isolados, foram espancados na rua, porque receberam dinheiro com grupos que tinham interesse em manter, e falavam em nome de pequenos proprietários, que a gente sabe que hoje, 2, 3% dos proprietários detêm quase 70% com a terra aqui desse estado. Os pequenos foram garantidos na lei com a Mata Atlântica, até 50 hectares, podem manejar sua propriedade como quiserem. E a gente viu chantagem, aliás, não foi feito só aqui não, seria uma injustiça se falasse mal só desses Deputados. Foi feito por um Ministro de Estado da Agricultura, que chantageou, terrorista de Estado dizendo que não ia mais produzir alimentos, sendo que 70% dos alimentos do Brasil são produzidos pelo pequenos.

Esse tipo de coisa não pode prosperar, isso não tem a ver com o que a gente vai mostrar agora com uma política mundial de clima. Isso tem a ver com ainda os grupos desordeiros, com aqueles grupos que sempre tiveram benefícios e que precisam fazer terrorismo, usar a população para a sua política baixa, rasteira, que não querem ver que o mundo mudou de direção, e o que tem a ver isso com mudança climática?

Tem a ver o seguinte, se nós não conseguimos olhar um palmo adiante do nariz, nós vamos condenar o Estado de Santa Catarina a perder também essa história, que é estão importante, como a questão do meio ambiente, porque é retrógrada, ver dificuldade na legislação porque desmontou o órgão ambiental do estado, porque desmontou toda a estrutura ambiental do estado, então o que é melhor fazer? Não consigo fazer com que ela seja executada, eu desmonto e acabo com o órgão ambiental, acabo com as pessoas, acabo com a legislação, eu tenho poder. Tem nada. Vai ficar na história como quem fez o maior desastre ambiental desse estado, não foi a chuva, não foi um problema climático, foi uma política burra que condenou esse estado a ficar sendo visto hoje como "o que esse estado está querendo, quando o mundo está indo para outros lados".

E eu com queria mostrar isso para vocês, vamos lá. Esse mapa não é o mapa da SOS como sai publicado pela FATMA e pelas pessoas, esse é um mapa da Lei da Mata Atlântica que esse estado não quis cumprir até o ano passado quando saiu o decreto. Esse não é o mapa da SOS, esse é o mapa da lei que o Brasil criou para proteger os 7% do que resta dessa floresta, porque teve vergonha na cara de ver a maior floresta, de maior biodiversidade do mundo, ser destruída, que até alguns atrás perdíamos um campo com futebol de floresta a cada quatro minutos. Esse não é o mapa da SOS, esse é o mapa da cara do Brasil, que nunca valorizou seus produtos naturais. Essa é a cara do mapa do Brasil, que fez com que nós tivéssemos tanta injustiça. Tantos grupos excluídos. Tantos grandes sendo beneficiados. Bens do ciclo da cana, do café, de tudo isso. Esse que é o pessoal que trabalhou a vida toda fazendo patrimonialismo nesse país, que falam que a Mata Atlântica impediu o desenvolvimento. Covardia, covardia, a Mata Atlântica nunca impediu nada, quem impede é a insanidade da gente não avançar. Então está aí. Olha essa decisão não é da SOS, quem diz isso aqui são os técnicos. Quem definiu isso aqui foi o IBGE. E aí nós temos então, o que é de acordo com a aplicação daquela lei que o Estado de Santa Catarina lutou durante tantos anos contra, de acordo com essa lei, esse é o mapa do bioma da Mata Atlântica que está hoje em vigor no Brasil. Pela sua lei federal, que colocou, pela sua Constituição, que colocou a Mata Atlântica como patrimônio nacional. Pela constituição dos estados, pela legislação regulamentada da Mata Atlântica, pelo decreto da Mata Atlântica e se Deus quiser também com o apoio da população vai ser também com os códigos municipais de meio ambiente.

Vamos lá. Eu quero mostrar isso para dizer que o tem a ver isso com as mudanças climáticas. Vamos nós. Olha o tamanho da encrenca. Quantos nós temos hoje de municípios no Brasil que são ligados diretamente com a Mata Atlântica e podem ser beneficiados por essa Lei de Incentivos que o Estado de Santa Catarina não teve coragem de fazer e que poderia ter incentivos para esses municípios aqui que estão hoje usando aí recursos que poderão advir, inclusive como disse aqui, do mecanismo de Kyoto, já que nós temos 93% de áreas degradadas. Vamos lá, mais um.

Aqui são a base com que foi feito, o nosso mapa é feito na escala de um para 50 mil. Mas por que Santa Catarina dá 40% e o da SOS dá 20? Qual a diferença? É metodológica, nós colocamos o que está na lei, eu posso colocar área de iniciais, posso colocar telhado pintado de verde, posso colocar o que eu quiser, a

metodologia é minha. Isso aqui não é do SOS, essa metodologia é do INPE.

Desde 85 se monitora, desde 85 alertamos o Estado de Santa Catarina para o que acontecia aqui. Desde 85 a gente vem dizendo: "Olha, pessoal está no rumo errado essa política". Nós vimos aí o Requião que todo mundo chama com de maluco, criando agora com ICMS ecológico, fazendo o dinheiro chegar do ICMS no proprietário rural que criasse o RPTN, que criasse Unidade Particular de Proteção Natural. Isso é o tipo de coisa que vai entrar numa mudança climática que eu vou agregar valor, eu vou fazer o carbono do Estado do Paraná, ser duas, três vezes mais caro porque tem adicionalidades. Então, isso é para mostrar para vocês o tamanho do domínio da Mata Atlântica. Próximo.

E aí a gente tem... Olha a parte vermelha, onde se concentra, a vergonha de um mapa como esse de uma vegetação que já foi reduzida a quase toda... Toda a nossa cultura reduzida aqui, nós vamos ver aqui em Santa Catarina e lá naquela divisa lá para produzir carvão para a siderurgia, uma das coisas que mais teve crise agora, a gente vai ver lá na divisa de Minas, no interior de Minas Gerais, para retirada de carvão.

Isso aqui é um mapa que se apresente para o Brasil em 2008? Isso é um mapa que eu posso mostrar para as futuras gerações num momento como esse que passa o estado? Vamos lá, volta só um... Desculpa. Nós temos então hoje total de desflorestamento ainda na Mata Atlântica com lei, com tudo, 102 mil hectares, sabe para quê? Qual é o maior problema ambiental da Mata Atlântica? A expansão urbana.

Esse que a gente viu a briga aqui, o Costão de Santinho, que a Ana Hartmann que eu agradeço muito, ajudou a gente a negociar aquela história de ter ali uma reserva particular de proteção natural. Essas coisas que fazem com que a gente vê hoje a especulação imobiliária tomando conta de Santa Catarina e de qualquer lugar do Brasil, que faz com que Angra... E aqui eu queria falar com o Décio uma coisa, Décio. Deixa eu te contar uma história, eu sou hoje diretor do maior programa de certificação mundial de turismo sustentável. Durante muitos anos, juntamos as cem certificações que existem no planeta, que dizem para o cara que consume turismo: "Vai nesse lugar, porque esse lugar é o bom para você fazer seu turismo". Pegamos as cem certificações e traduzimos numa única, que vai ser o FSC, talvez que existem para a floresta nós traduzimos para o turismo. A maior indústria com o mundo é a do turismo. Por que as pessoas vêm para o Brasil? Para ver o quê? Para ver nossa tecnologia? Nossas construções milenares? A nossa cultura secular? Para que as pessoas vêm no Brasil, para ver o quê? Meio ambiente, natureza. E se a gente mostra esse mapa aqui, que tem só 7% de cobertura florestal, no mundo do turismo que está buscando diferencial de destinos, nós seríamos enquadramos sabe como? 171, como eles não conhecem isso, talvez se tivesse aí um serviço mundial de defesa do consumidor, ia dizer: "Olha, lá no Brasil você fala que tem meio ambiente, só tem 7%", a maioria dos turistas vem para o Rio de Janeiro, que vão visitar o que? Vão visitar o Parque Nacional do Tijuca, que não tem 200 anos de plantado, era área todinha devastada. Ou vem ver Foz do Iguaçu, que você não nem percebe aqui, olha o mapinha aqui, como é que está do lado de Foz de Iguaçu, no meio do nada, que o pessoal vem fazer aqui lá de fora, o segundo destino turístico do Brasil? Comprar muamba no Paraguai? Claro que não, o cara vem ver natureza. E essa maior indústria do mundo hoje está ameaçada porque nós destruímos o seu insumo básico, a sua matéria prima primordial, para fazer duplo sentido. Nós destruímos a natureza. Vai para o Nordeste, você atravessa, sai da praia, atravessa a estrada, você está no meio do canavial e a imagem que fica de turismo, praia e sol, você tem hoje mundo inteiro. A diferença que nós teríamos que fazer, era de mostrar realmente que a gente tem cuidado com a natureza, chamando a atenção para isso. E nós hoje estamos com a questão do turismo muito fortalecida mundialmente. Eu sou do Conselho Nacional do Turismo, da CNTur, sou do STSC, que é um certificação global, e às vezes eu falo: "como é que eu vou justificar a presença do Brasil no cenário do turismo?"

Por isso o Brasil hoje recebe apenas seis milhões de turistas. Um Parque como o do **Yellowstone**, 25 milhões de turistas. Um país mo Costa Rica, que as pessoas vão ver meio ambiente lá, recebem 25 milhões de turista e nós seis milhões. Uma vergonha. Somos o 98º país com o mundo em termos de destino turístico. E os que vêm aqui eu duvido que é para ver meio ambiente, é para turismo sexual, porque nós vendemos durante muitos anos bunda e futebol para esse turismo, não valorizamos aquilo que é nosso. Aí como que você pode fazer? E ainda toma atitudes como essa no nosso estado. Eu sou também do Conselho de um Instituto, do InvestiTur, que está fazendo investimento grande aqui no estado e num modelo que não quer mais fazer resort, porque resort está falido no mundo, ninguém quer mais saber com resort, Sauípe é o maior mico, mico seria muito bacana para comparar, é uma roubada, uma cagada aquele negócio lá, ninguém aguenta mais aquilo, 30% de ocupação, não traz ninguém. E a gente fica fazendo o quê? Querendo trazer um modelo aqui. Eu vou vendo ainda Santa Catarina falando que queria fazer resort. Onde é isso gente, perderam o sentido do tempo, estão voltando

nos anos 70, então nesse cenário aqui, nós vamos falar de mudanças climáticas, que vai entrar fortemente quando você vier fazer o seu turismo.

O Virgílio não disse quem bancou aquele Projeto do Juma. Vocês sabem quem bancou aquilo lá como posto de carbono? Quem fez a fixação de carbono? O grupo Marriott. Já ouviram falar desse grupinho de turismo? É um pouco maior que o do Costão de Santinho, é um pouco maior o que os investidores portugueses que não querem licenciamento, que estão vindo para cá, os espanhóis que estão vindo para cá, achando que isso é quintal, que pode fazer aqui o que eles não fazem em outro lugar do mundo. É muito maior. E essa é a tendência. Eu vou fazer a minha viagem carbono neutro. Eu vou fazer a minha viagem para chegar no lugar, o meu destino, eu vou estar em paz. Tudo que eu fiz, eu vou estar neutralizando, eu vou fazer um turismo de vontade, um turismo que eu acho que eu estou contribuindo com aquela comunidade, esse é o turismo que vai vir. E que se a gente tiver esse tipo postura que teve Santa Catarina, nós estamos indo para trás também no turismo. E eu já vim discutir aqui muitas vezes, vi agora a certificação da praia do Costão do Santinho com o Blue Flag, que é uma das certificações mundiais de praias, pode-se perder porque nós não temos as outras condições de meio ambiente. Então eu queria mostrar isso para vocês. Próximo.

Falar: "Mas que cara chato, vem contar esse monte de coisa", eu não sou chato, hoje vocês não estão de vaiando, então eu vou podendo contar tudo aqui o que acontece. E gente, é muito interessante porque é uma coisa, a gente está aqui hoje, mas numa situação muito civilizada, ouvindo pessoas fantásticas desde manhã. Isso é importante. Se não houver esse diálogo, se a gente não considerar essas coisas, não pensar para a frente, nós não vamos conseguir avançar de forma de civilização.

Não estou nem mais falando com coisa de ambientalista contra o governo. A última reunião que eu tive com o governador em Camandatuba, fizemos um pacto de não agressão, falamos: "Não vale chutar o saco, não vale por a mãe no meio e nem furar os olhos, vocês vão ter que se conversar aqui". E não foi nem um pouco boa a conversa, por quê? Olha aqui os dados de Santa Catarina, desmatamento ainda e Mata Atlântica que pela proteção da lei estariam garantidos. Como é que vou conversar de forma civilizada vendo um desmatamento nessas proporções, o segundo do Brasil em desmatamento. Num lugar que já não tem nada.

E se for falar da Araucária, que é a floresta que nós hoje temos a pressão para querer continuar a destruição, se formos falar de Araucária, não sobrou 7%, apenas 1% da área original, aí é muito mais cruel, aí é perversidade, aí é o doente no hospital você ainda tentando matar sufocado esse doente. Então, olhe os dados, está aqui, olha, isso salta aos olhos, isso mostra o quanto é que a gente está sofrendo. Você viu aí, Minas Gerais e Santa Catarina; e Minas Gerais teve aquele desmatamento naquela franja, porque eles achavam que não era Mata Atlântica, que era uma floresta estacional semidecidual muito mais com característica de cerrado do que de Mata Atlântica, por isso que teve aquele corte, mas no nosso estado não. Foi na ignorância, na motosserra, de qualquer forma justificando inclusive que depois não ia poder usar aquela árvore que teria ali, o cara via um pedaço saindo, uma Araucária já cortava de medo, de tanto medo que foi incutido nessas pessoas. Vamos lá, próximo.

Dá para ter uma ideia dos pontos onde houve mais desmatamento no nosso Estado. Próximo. Volta só para mostrar os dados aqui. Então, nós temos 25 mil hectares e os remanescentes no estado, pela Lei da Mata Atlântica, não é pela lei da SOS Mata Atlântica, não. Lei da Mata Atlântica, Federal, aprovada no Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente, regulamentada em decreto pelo Ministro Minc, temos 23% da área original, daquela que é estágio médio, secundário para frente, em estado médio e avançado de regeneração. Próximo.

Reduzida a 7% no Brasil, já falei tudo isso. Olha que coisa que a gente fez, somados todos os fragmentos, porque no nosso mapeamento qualquer coisa de três hectares, três campos de futebol, ele entra hoje. Nós temos 11% da cobertura vegetal, seria alguma coisa aí em torno de 200 mil pequenos fragmentos, e com mais de cem hectares, não mais que cinco mil fragmentos. Então nós estamos no limite, e é ético, é ético proteger isso que nós temos que deixar para as futuras gerações. Nós não temos o direito, nós que fomos beneficiados diretamente pela degradação dessa floresta.

E o que tem a ver isso com a questão do clima? Eu queria encerrar com isso com vocês. O nosso primeiro mapa na escala de um para milhão, e depois de um para 250 mil. Eu estou falando para vocês, vou voltar no tempo, 1986, conhecemos uma jovem professora terminando geografia, chamada Magda Lombardo, que fez um estudo, ouçam bem isso, fez um estudo que hoje chama-se Ilhas de Calor nas Regiões Metropolitanas. Esse estudo mostrou que do ponto de vista do clima, nós que ouvimos falar que se aumentar meio grau vai derreter geleira, se aumentar dois graus vai levantar o nível do mar, que a Ideli sofre lá com Comissão de Mudanças Climáticas, tentando mostrar quanto isso pode ser impactante para a agri-

cultura no Brasil. Nas cidades, senhoras e senhores, nas cidades de São Paulo e acho que pode se levar isso para todas as outras regiões metropolitanas, nós temos até oitos graus de diferença entre bairros. Bairros com mais cobertura florestal, menor temperatura. Bairro com menos cobertura, maior a temperatura. Isso para quem tem problemas pulmonares, somado a esse diesel criminoso da PETROBRAS que é distribuído no Brasil com 2000 PPMs de enxofre, isso quer dizer a diferença entre a vida e a morte. Isso é que é grave, é mudança climática na minha rua, onde passa o corredor de ônibus. É mudança climática no meu bairro, onde já vive os pobres amontoados. É a mudança climática no meu quintal, esse eu sinto que faz impacto. Essa é a mudança climática, que se eu não enxergar, eu não vou enxergar eu não vou enxergar o que está acontecendo no mundo. Se não a gente vai ver aquelas besteiras que se falam: "Olha, lá nos Estados Unidos tem o mapa do Brasil sem a Amazônia nas escolas". Vocês já ouvir isso? Quem já ouviu falar? E todo dia você recebe na Internet também, aumente seu pênis em sete centímetros, não é? Cure a celulite em duas semanas. Todo dia cai um monte de coisa dessas e a gente acredita no que quiser. E essa mesma conversa foi aplicada aqui em Santa Catarina, não sei por que não usaram a história do pênis, mas disseram que aqui nós não iríamos mais produzir alimento. Que bobagem! Como é que tem coragem depois, de olhar a população para pedir votos, sabendo que o mundo está indo para o outro lado, sabendo que Angra dos Reis que era um dos grandes destinos do turismo no Brasil, está condenado hoje por favelas que sobem morro, igual nós temos aqui vindo do aeroporto, onde já está se abrigando a criminalidade, daqui a pouco vamos ver tiroteio com bala traçante no paraíso do turismo, porque se ocupou de forma irregular, com candidato a candidato a vereador entulhando famílias inteiras nesses lugares, na cara de pau, usando essa população. E nós estamos vendo isso se repetir, até quando? É essa a história que a gente tem que fazer.

Mudança climática com a falta de cobertura florestal é impacto direto, é um tiro a queima roupa na sociedade. Mudanças climáticas quando a gente fala de 7% de cobertura florestal, é você tirar o direito à vida das pessoas. Comprometer a agricultura, comprometer a água. Cada árvore média hoje que você tem na frente de casa de arborização urbana, coloca 150 litros de água por dia, cinco árvores neutralizam meu carro, se rodar 20 mil quilômetros com combustível de álcool por ano. Nós temos que aprender a fazer essa nova contabilidade, não vai mais ter um produto no Brasil que você não vai comprar que vai vir com quanto tem de carbono. Mas não é porque o Brasil quer, porque o mundo vai exigir e nós vamos ter que aprender a trabalhar com isso. Nós vamos ser o divisor de águas, Copenhagen vai ser, a nossa geração vai contar para a outra geração o que mudou, como é que a gente via antes da Internet, de tudo, e depois do carbono. E com esta lei que foi feita em Santa Catarina, nós estamos condenados a viver nesse obscurantismo e na ignorância que aqueles que vivem assim querem que todos aprendam a fazer. Mudança climática é talvez o que nos vai colocar num patamar civilizatório para o mundo, que o grande patrimônio do Brasil é a sua questão ambiental.

Então eu queria deixar uma mensagem para vocês, não de baixo astral, porque estão destruindo. Eu, que estou a 35 anos fazendo isso, eu hoje acredito muito mais na questão ambiental, porque agora não somos mais os loucos, os desvairados, os malucos que ficavam defendendo borboleta, água, ar. Talvez eu tenha até escapado dessa crise dos anos 70 com os militares lutando contra Angra, lutando contra todos os projetos mégalos que faziam os militares, porque eles não entendiam o que a gente fazia. Quando falavam muito mal, diziam que a gente era o tal do melancia, verde por fora e vermelho por dentro, era um tipo de comunista diferente, talvez por isso a gente resistiu, mas aquilo já passou. Os tempos são outros, todas as empresas estão se adaptando, não tem balanço socioambiental de empresa hoje que não tem que vir a questão ambiental. Hoje eu vim lendo no avião que agora nas contabilidades, Price, e todas essas grandes empresas vão exigir que os investimentos ambientais sejam colocados à parte no balanço, para quando fizer o balanço social da empresa, esse novo balanço que agora está sendo exigido, se coloque isso, de quanto tem de investimento. Quem não fizer isso está por fora, e o Virgílio falou muito bem aqui, aliás, o Ivo falou muito bem. Essas empresas que estão comprando de quem não tem sustentabilidade, não vai fazer mais isso. Nós somos parceiros, por exemplo, do Bradesco, o maior título de capitalização do Bradesco, imagina para os ambientalistas, o maior cartão de crédito afinidade, tudo isso colocado em meio ambiente. A última reunião que teve do Bradesco com seus fornecedores dizendo o seguinte: "Somos o banco do planeta, a partir de agora na nossa cadeia de suprimento, só quem estiver produzindo com sustentabilidade vai fornecer". Não precisa falar mais nada. São três mil agências que nós neutralizamos o carbono dessas três mil agências. Isso sinaliza para todos os outros, se nesse segmento de banco, que é uma grande concorrência, se faz isso, imagina o que vai vir em outra.

Então eu queria terminar dizendo o seguinte: Nunca foi tão bom trabalhar com meio ambiente, meio am-

biente hoje é beneficio para quem está plantando, para quem está fazendo negócio, com a Coca-cola estamos fazendo projetos agora de 27 milhões recuperando rio, estamos fazendo projeto com a VCP, que é o maior projeto de reflorestamento do Brasil, 300 milhões de árvores no Vale do Paraíba, sem ser compensatória, sem nada, simplesmente porque isso vai ser o cartão de visita dessa empresa, e que agora comprou a Aracruz, comprou a Veracel. Olha, nós estamos falando de um segmento que tem 8% do PIB brasileiro e que já tem 50% de área de cobertura florestal nos seus projetos e tem APP protegida, e não é cinco metros. Nós estamos falando de gente que está entrando agora com grandes empresas, buscando investir. Eu lembro até com a Souza Cruz, que se adaptou de tanto a gente dar porrada. Grandes empresas estão buscando se posicionarem nisso. Wal-Mart, com quem eu trabalho, Pão de Açúcar, Carrefour, todas essas empresas entrando nessa linha. Será que Santa Catarina não avaliou isso quando aprovou essa insanidade desse Código Ambiental? Precisava ter falado com o Furlan, que é Presidente dessa Fundação. Com o Lírio Parizotto, que é amigo de todo mundo aqui, que já sabe quando é que põe o seu dinheiro, em qual tipo de empresa. Lá na bolsa de valores, nas empresas de sustentabilidade que ele sabe que essas que é tem valor, e por isso que a sua ação hoje é uma das melhores do Brasil, é um dos maiores acionistas do Brasil, esse caras têm faro, conseguem ver na frente. Pena que o Governador não aprendeu a lição.

Então é isso aí, muito obrigado minha gente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Agradecer ao Mantovani que esquentou o debate aqui e apresentou, foi claro em relação a algumas contradições que o nosso estado tem. O nosso Estado diz que é um estado de turismo, e, no entanto, tem uma política ambiental completamente às avessas do que o mercado de turismo mundial quer--

SR. MÁRIO MANTOVANI: Deixa eu só falar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): O Estado diz que é produtor de... O Estado é produtor de alimentos e proteínas e, no entanto todos os nossos rios e a nossa água--

SR. MÁRIO MANTOVANI: Estão comprometidos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): E como é que nós vamos produzir alimentos com água poluída?

A hora que o mundo descobrir isso, nós estamos ferrados.

SR. MÁRIO MANTOVANI: Décio, quem quiser as informações sobre os indicadores do turismo sustentável, o site é www.ra.or, vai achar lá STSC, ou já direto STSC, Sustainable Tourism Stewardship Council, que é o órgão mundial que está juntando isso aí. Então vocês vão ver, compara aquilo que está lá com o turismo que a gente está falando hoje, que é uma vocação do estado, aí você vão ver, não precisa ficar na palavra do Mário Mantovani.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Bom, para dar sequência e orientar a TVAL, que nós estamos ao vivo para todo o Estado de Santa Catarina e depois a TV Senado também vai reproduzir o nosso seminário, nós vamos abrir agora, como de costume e no final de cada painel para quatro intervenções, de preferência vamos dar prioridade para quem ainda não se manifestou.

E depois nós vamos parar 15 minutos para tomar um cafezinho e depois nós voltamos para o último painel. Está certo? Quem quer se inscrever. Borsuk, depois a senhora e depois o senhor, já tinha pedido.

Todos primeiro se apresentem com nome, porque nós estamos gravando o seminário.

SR. LIDO BORSUK: Lido Borsuk, Engenheiro Agrônomo. Eu estou muito satisfeito com as informações que foram aqui apresentadas pela Mesa. Primeiro, eu quero dizer que é assustador a gente viver e ver nesse estado, que quando foi aprovado um Código Ambiental, dizendo que o código ia beneficiar pequenos agricultores. Uma grande jogada política eleitoral. Porque não é verdade que o código vai melhorar a vida das pessoas e isso vai trazer renda para todos aqui no estado, está muito claro na fala dos palestrantes aqui. Eu vou deixar para a Mesa, para passar para os palestrantes, algumas informações que são importantes a gente ter para estar refletindo. Santa Catarina tem... A área ocupada com agricultura é 16% do estado. A área ocupada só com pinus é 7.2. 700 mil hectares com pinus, e o pinus é produzido não pela agricultura familiar, se a gente somar todas as áreas, todas as culturas agrícolas, menos o milho, a soja e o fumo, tudo, somando tudo, inclusive com flores ornamentais, todas as culturas alimentícias, dá menos que a área de pinus no estado.

Então eu quero dizer que nós temos que ter uma política muito séria aqui no estado, que tipo de desenvolvimento que a gente vai fazer. E a minha pergunta é para o representante do Ministério do Meio Ambiente, é como é que o Ministério está vendo essa questão do avanço das florestas cultivadas, as florestas que são exóticas, especialmente no Rio Grande do Sul, aqui em particular em Santa Catarina e em vários estados

aonde essa cultura tem crescido assustadoramente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado. O Ivo responde depois no final. Tinha inscrita a senhora. Se apresenta, a manifestação em torno de dois minutos.

SRA. FLORES MARY(F) GREEGS(F): Boa-tarde a todos, o meu nome é Flores Mary(F) Greegs(F), eu sou catarinense e eu tenho um concernimento muito grande em relação à conservação ambiental do Estado e eu escrevi há muito tempo atrás uma tese sobre a exploração da madeira em Santa Catarina, na época eu morava com a Ideli, então eu tenho acompanhado isso toda a minha vida.

Recentemente eu adquiri uns lotes num condomínio que outrora era pasto de gado, aqui na encosta da Serra, região de Rancho Queimado, vizinho a Anitápolis. E começamos um movimento de recuperação daquela região com araucárias, com todas as árvores nativas, para refazer tudo aquilo que foi destruído pelo menos naquela região. E com todas as pessoa querendo participar disso aí.

Bom, recentemente fiquei sabendo que duas empresas, a Bunge e Yara, irão construir já com a aprovação primeira da FATMA, uma grande fosfateira junto com uma mina de ácido sulfúrico, irão transportar enxofre importado do Porto de Imbituba, subir a serra até a Anitápolis. Vai ter uma mina a céu aberto, 800 metros de altura, jogando poeira e a mina de aço sulfúrico jogando esse ácido no ar. Toda a região é de agricultura familiar. Toda aquela região é de agricultura familiar. Eu inclusive tenho participado de recuperação de jovens na região que estavam se tornando inclusive criminosos, com a participação desse trabalho de reflorestamento e muito mais.

E, além disso, a construção de duas represas imensas, de 80 metros de altura, que vai ser feita com os rejeitos das florestas mineiras. Gente, é 247 hectares que vão ser destruídos do bioma da Mata Atlântica. Isso é uma coisa inaceitável, o Estado de Santa Catarina não pode deixar que os políticos façam isso, é um crime, é o que resta como ele já falou, o Mário, é o que resta da nossa Mata Atlântica, nós não podemos deixar isso acontecer.

Eu queria fazer uma pergunta ao Mário, porque eu tenho acompanhado na Internet, em todo os meios, eu não vi, pode ser que eu esteja errada, eu não tenha visto essa... Uma manifestação, uma posição do SOS Mata Atlântica em relação à fosfateira de Anitápolis que está para começar no ano que vem. É só isso.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado.

Se apresente e faz o questionamento, a manifestação.

SR. ELDON JUNG: Meu nome é Eldon Jung, eu sou conselheiro da Associação Blumenauense Próciclovias, de Blumenau. É deprimente a gente ouvir o que está ouvindo o dia todo aqui. Então eu queria também trazer uma contribuição, porém positiva do que é possível ser feito em nosso estado e de forma sustentável.

Pegando o gancho do Mário sobre o turismo ecológico, eu queria mostrar que podemos ter turismo que não precisa ser somente com o carro a álcool, mas podemos fazer o turismo a pé ou de bicicleta. No turismo de bicicleta temos dois projetos muito bonitos aqui em Santa Catarina, o primeiro no Vale Europeu, Circuito do Vale Europeu, sediado em Timbó, há três anos foi iniciado e já traz o ciclo turístico de todo o Brasil e está sendo divulgado também na Europa.

No mês que vem vai ser instalado o segundo roteiro, que é o Costa Verde Mar, pegando desde Zimbros até Piçarras e no interior Ilhota, Luís Alves e Cidade de Camboriú. São soluções baratas, catarinenses, para mostrar o que ainda resta das nossas matas, que nós temos aqui, as nossas lindas paisagens. Isso eu queria, para levantar o alto astral nosso, que estamos vendo somente aspectos negativos e lembrando que para o uso da bicicleta, no mês que vem temos o dia 22 de setembro, que é o Dia Internacional na cidade sem o meu carro. Lembre-se que cada um de nós pode encontrar uma forma de reduzir o uso do carro, nós lembramos, vá a pé ou vá de bicicleta. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): O nosso último inscrito, então.

SR. ANDRÉ LUIZ: Boa-tarde a todos, o meu nome é André Luiz, eu sou gestor governamental do Ministério do Planejamento e Diretor da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Eu vou fazer duas perguntas, na verdade primeiro um comentário, e até... Primeiro parabenizar ao Deputado Décio e lamentar também que eu não vi aqui nenhum representante do Ministério das Minas e Energia, até para que comentasse também esse Plano Decenal de Energia que foi aprovado essa semana, que eu acho que está indo muito na contramão de tudo o que está sendo falado aqui.

E aí eu já entro no comentário. Hoje, como acadêmico de economia e pesquisador da área de meio ambiente, eu vejo que no Governo Federal há uma contradição entre a posição do meio ambiente e a posição também do Ministério da área econômica e de energia e principalmente Casa Civil. Paralelamente a isso é uma Casa política, eu sei que não se deve fazer

comentários políticos aqui, mas a gente tem que permear isso. Os dois principais candidatos a Presidência da República, eu não vejo no discurso de crescimento econômico, aliás, eu vejo o discurso de crescimento econômico, não vejo o discurso de desenvolvimento sustentável. Não sei se a candidatura, a provável candidatura da Marina, agora essa semana vá ser um catalisador, um estimulante para que mudem, tanto o Serra quanto a Dilma mudem sua postura, e para tentar realmente fazer com que o Brasil seja uma referência na questão da mitigação.

E a pergunta primeira vai para o Mário. Vai no seguinte sentido. Face a todas essas contradições que nós temos no Governo Federal, será que a gente ainda tem condições de assumir uma liderança mundial na questão da mitigação? Eu vou muito na linha do José Eli da Veiga, que para ele já está pessimista, não enxerga mais... A gente perdeu o bonde da história.

Então eu também estou meio pessimista com isso. Eu acho que a gente já perdeu inclusive no começo do ano, começo do ano, não, em março, os Estados Unidos ratificou a sua entrada na agência internacional de energias renováveis, assim como a Espanha. E o Brasil, que tanto se vangloria de utilizar o biodiesel, não aceitou, não sei se aí teria que perguntar para o Pinheiro Guimarães lá no MRE ou para o próprio Celso Amorim, por que não entrou na Agência Nacional de energia renovável.

E a segunda é para o Ivo, eu sei que ele está na parte mais frágil do tripé, meio ambiente, energia e área econômica, mas enfim a pergunta é a seguinte: Qual a postura que a gente vai levar para Copenhagen, se é a postura realmente do desenvolvimento sustentável ou uma postura vacilante, porque hoje eu vejo muito frágil. A gente tem hoje, a gente está escutando assim muita defesa do meio ambiente, mas a gente sabe que na realidade tem que combinar também com os russos, como diria Garrincha. A gente tem que combinar também com o outro lado, que claro são os nossos próprios colegas de outras áreas aí, mas que não comungam das nossas ideias.

Então são essas duas perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado. Eu então vou passar a palavra para as considerações finais e responder rapidamente as questões apresentadas e vou passar primeiro para o Promotor, Dr. Eduardo que ele tem um compromisso, eu já segurei ele o que deu aqui, e queria passar a palavra. E agradecer a presença dele, o esforço que ele fez para estar aqui.

SR. LUIZ EDUARDO COUTO DE OLIVEIRA SOUTO: Eu queria também agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente e Turismo da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Décio Góes, Presidente. A participação nesse importante evento com uma turma de peso aqui, discutindo assuntos do maior interesse de Santa Catarina. E queria também aproveitar a oportunidade para noticiar uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça na data de ontem, para uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público Estadual, que envolve um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Sul do país, que é o Parque Estadual do Tabuleiro, Serra do Tabuleiro. O Parque, ele tem diversas áreas de conflito, nós temos uma lei estadual que redelimitou o Parque, em alguns locais extremamente conflituosos, criando um mosaico de APAS, unidade de uso sustentável, e o coração do Parque, o local onde se situa o Manancial de Pilões, que é a Vargem do Braço, e aí de uma forma surpreendente foi incluída nessa lei também como APA, contrariando a Constituição Federal nos termos ali, sob a compreensão do Ministério Público, como se fosse a retirada do coração do Parque. Poderia motivar até a sua própria extinção. Não entrando na questão de debate das demais áreas conflituosas, compreendemos a importância disso no resguardo da água que abastece 80% da grande Florianópolis, um milhão de habitantes recebem água do Manancial de Pilões na Vargem do Braço, e ali nós constatamos que aquela comunidade tradicional que se encontra, que o Ministério Público defende a permanência, inclusive porque as comunidades tradicionais, elas são de maior utilidade da preservação dessa unidade da proteção integral de parques, nós verificamos que está se iniciando uma especulação imobiliária a montante desse manancial, que é justamente nessa região aonde o Ministério Público solicitou judicialmente a reinclusão da Vargem do Braço para dentro do Parque do Tabuleiro e o Tribunal de Justiça, tendo uma decisão importantíssima para um dos maiores remanescentes da Mata Atlântica do país e para a vida da população, que precisa dessa água da grande Florianópolis, teve agora concedida essa liminar. Então fica o convite, porque a liminar, ela é uma antecipação do resultado final do processo da tutela, e o julgamento definitivo, com certeza haverá pressão de determinados setores que estarão lá, está marcada para o dia 19 às oito horas no Tribunal de Justiça. Agora a semana que vem.

Então fica esse convite, justamente porque muitas vezes a presença da população é importante no julgamento final do processo.

Agradeço mais uma vez então, e muito obrigado, Deputado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Depois das considerações do Montovani e do Ivo, como eu falei antes, nós vamos descer para o café e depois nós vamos montar a última Mesa, a Senadora Ideli coordena e nós vamos votar a carta que está sendo elaborada durante as intervenções.

Então a presença e a participação de cada um é extremamente importante para a carta ter a legitimidade necessária e a legitimidade que a gente deseja para ela. Ivo, considerações finais.

SR. IVO BUCARESKY: Eu vou direto para as respostas aqui. Primeiro do Borsuk sobre as florestas cultivadas e as florestas exóticas aqui. Primeiro, nós temos uma grande situação para resolver, há obviamente uma necessidade, uma demanda da população, todo mundo de madeira, como é que a gente... Nós precisamos conseguir equilibrar as necessidades de consumo naturais que existem de madeira da população, da indústria, de todo mundo, a preservação das florestas, principalmente das florestas nativas.

E, obviamente, é um problema hoje da lógica de produção brasileira, em que em geral as madeiras nativas brasileiras não são consideradas ainda comercialmente de valores. Qual que é a política do Ministério? Nós temos que obviamente tentar preservar o máximo as florestas nativas brasileiras, especialmente, por exemplo, na questão agricultura. Toda a nossa política de recuperação de mata ciliar, de APP, de reserva legal, exige que seja cruzada matas nativas, florestas nativas. Agora, há uma necessidade de utilização de árvores comerciais cultivadas, muitas delas são exóticas. Como fazer isso em áreas menores, quer dizer, controladas e com o manejo controlado e como criar, inclusive dentro de matas nativas, como a araucária e como o jacarandá, que também é demanda, como você fornecer a madeira legal. O Ministro sempre gosta de dizer que a melhor maneira de você combater a madeira ilegal é tendo madeira legal.

O que nós temos feito é exatamente isso aqui, é incentivos ao replantio de floresta nativas nessas recuperações, a criação de unidades de conservação, a criação das chamadas florestas nacionais que são florestas de manejo para que se forneça madeira legal de mata nativa. Nas florestas nacionais você vai ter a concessão de uma área, onde a pessoa vai poder usar por 30 anos, ela pode usar cada ano 1/30 daquela região para desmatar, mas dentro um plano de manejo feito bem determinado o que pode, como pode fazer o corte e ela tem que replantar essas árvores na lógica de que depois de 30 anos aquela área está recuperada novamente, preservando a floresta a biodiversidade.

Agora, você tem necessidade de fazer alguma plantação de árvores exóticas. Nós temos um exemplo de quando éramos da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro O noroeste do estado, por exemplo, estava virando um deserto cinza de desmatamento. Havia uma proibição, inclusive, de plantação de silvicultura, o Ministro, na época Secretário, alterou a lei, permitindo que naquela região dentro do zoneamento ecológico econômico, quer dizer, exigia primeiro o zoneamento ecológico econômico, se pudesse plantar, mas na seguinte condição: Para cada árvore que você planta exótica você tem que plantar uma nativa. Qual era a lógica? Você precisa da madeira a dizer que aquilo ia virar um deserto verde, mas na verdade um deserto verde em tese ainda é melhor do que um deserto cinza. Mas na verdade a nossa ideia é: você recupera a parte da mata nativa, mas mantém também uma parte de mata exótica que será utilizada para consumo, porque se você não plantar... Infelizmente você tem necessidade de pinheiro, de eucalipto, de algumas outras árvores, e as pessoas têm necessidade de lenha, têm necessidade de madeira para móveis. Se você não plantar aquela árvore, as pessoas vão lá e vão derrubar a mata nativa. Então nós temos também que ter política de incentivo ao replantio, inclusive de mata exótica, agora sob controle em áreas determinada e com limites, inclusive sociais, porque um problema hoje que nós temos que tomar cuidado na questão do reflorestamento, é que não é só a questão ambiental. Em alguns tipos de reflorestamento, especialmente na área de papel e celulose, há políticas de replantio que acabam escravizando o agricultor, que é uma preocupação. Se resolve até nas nossas legislações é uma questão ambiental. Lá no Rio, por exemplo, a questão ambiental foi mais ou menos resolvida, praticamente grande parte do movimento ambientalista aceitou a regra que o Ministro na época fez, o problema era social, era como criar mecanismos para que depois na plantação os agricultores não fossem escravizados pelas empresas.

Na pergunta do André Luiz, eu quero dizer o seguinte: Primeiro, há contradição entre o Meio Ambiente, Minas e Energia e tudo o mais e o protagonismo no Brasil, isso é uma coisa no mundo inteiro, não é só no Brasil. Esse é um conflito que nós vamos ter no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na África do Sul, na Argentina, onde quer que seja, obviamente há um conflito entre a área ambiental e a área produtiva. Em cada lugar com mais força, com menos força, com mais flexibilidade de uma área ou de outra. Eu acho que houve avanços nesse Governo, nós pelo menos, nesse um ano e meio que nós estivemos lá, nós conseguimos sentar com a maioria dos Ministérios em re-

solver as questões, em Minas e Energia, particularmente, nós temos tido um diálogo razoável. Há Ministérios onde já o diálogo não é tão bom, Agricultura tem sido um exemplo claro onde o diálogo está mais pesado, Transportes, por uma estrada que a coisa está mais complicada, mas no geral nós tínhamos conseguido dialogar, mostrando como a gente consegue resolver sem ser considerado um empecilho a área ambiental, mas mostrando as vantagens, agora óbvio que há contradições. Há contradição normal que existe no mundo inteiro. Há as contradições num governo de coalizão, que também geram isso, mas eu acho que tem tido e praticamente dizer que o Brasil não tem protagonismo, eu discordo. Eu acho que o Brasil tem avançado ainda muito timidamente, mas nós temos conseguido melhorar muita coisa. Nós temos talvez a legislação ambiental mais avançada do mundo. O problema, é óbvio, é que a aplicação da legislação, mas isso não é um problema só da área ambiental, é um problema geral da Legislação Brasileira. Nós temos legislações avançadas em várias outras áreas que a gente também não consegue implementar. Nós temos batalhado para implementar.

O Brasil tem sido um protagonista na área de unidade de conservação, volto a repetir o dado da meta mundial adotada nos últimos cinco anos, o Brasil representa sozinho 50% das áreas de unidade de preservação implementadas.

E sob Copenhagen, assim, nós estamos indo exatamente bem avançado. O Ministro numa reunião preparatória, inclusive, liderou um G30 lá com vários países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos, porque na verdade a grande discussão de Copenhagen é quem paga a conta. Não exatamente ter que fazer a política de emissão, é só a concordância e a pergunta é quem paga a conta. Nós achamos que quem tem que pagar a conta são os países desenvolvidos, que são os que poluíram, que desmataram e agora tem que pagar essa conta. Essa é a discussão, e o Brasil está indo fortemente nessa discussão com outros países, na realidade dizer assim: Quem tem que pagar a conta é o primeiro mundo, é o mundo desenvolvido. E assim, nós já tivemos uma política, a política de combate às emissões do Brasil que nós adotamos, é uma das políticas mais avançadas, nós estamos propondo reduzir em 70% nossas emissões nos próximos 15 anos. Obviamente que implementar vai ser uma outra dificuldade, que vai ser uma luta na sociedade, agora, o projeto do governo é ambicioso e nós estivemos aqui sem inclusive pedir retornos financeiros para o resto do mundo. Agora, em Copenhagen a discussão é essa, e o Brasil é um dos protagonistas da discussão de que quem tem que pagar a conta são eles. Esse é o fundo do debate hoje lá, não é tanto os outros debates técnicos, isso é o de menos, a grande discussão é quem vai pagar a conta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado, Ivo.

[palmas]

Rapidamente, Mantovani, para fazer as considerações finais.

SR. MÁRIO MANTOVANI: Dois minutos, só. Respondendo o pessoal lá... Flores, não é? O seu nome. Flores, Flores Mary(F).

Só para responder. Eu estava conversando com o pessoal da fosfateira desde que começou o movimento lá, eu não estou me recordando do nome do carinha que mora na região... Alguém deles. Eu acho que é.

Eu falei com ele o seguinte, lógico que todo mundo fala: "Por que a SOS não falou?". A SOS trabalha em 17 estados e se manifesta... Qualquer pessoa que quiser defender uma árvore, nós nos posicionamos a favor, se for da Mata Atlântica, principalmente sabendo o passado a história dos licenciamentos aqui no estado. A gente já pode ter certeza sem ver o processo, que se apoiar o movimento social, nós vamos estar do lado do bem. Então nós vamos apoiar.

Agora, eu sugiro para vocês que estão lá, para não virar briga de vizinho, fazer um negócio bem legal, entrarem com um processo contra a Bunge, porque não adianta entrar contra o estado, contra a FATMA, contra ninguém, entra direto contra a Bunge, que está hoje bancando, por exemplo, o Planeta Sustentável da Abril. Pede para tirar esse caras da Abril, por exemplo, por estarem fazendo esse desastre aqui, é o melhor jeito, como a gente fez com a PETROBRAS, pedindo para que a Petrobras, que é uma das maiores empresa do mundo em tecnologia, saísse do índice de sustentabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo, agora vai sair da bolsa de Nova Iorque, porque não vai mais poder fazer propaganda de que é uma empresa sustentável. Isso é um tiro muito mais forte, aí entra principalmente o cara que é o acionista, se você soltar uma campanha na Internet contra a Bunge, dá muito mais efetivo do que falar mal do estado aqui, porque aqui é chutar cachorro morto, então faz o negócio com quem tem que fazer, mesmo. Vai em cima da Bunge, que dá muito mais resultado e a gente apoia.

Outra coisa, eu diria o seguinte no caso da questão da economia, desses grandes projetos, eu acho que hoje não tem problema com o meio ambiente como a gente ouve falando, no caso da madeira, vários dos grandes projetos aí. Eu até falei isso com o Ministro Lobão, o problema é que não se acertou a comissão com as empreiteiras, é briga de quadrilha que está

em cima disso aí. Eles vão ter que acertar primeiro as comissões. Então eu acho que não tem nada de meio ambiente, isso é uma briga muito séria, vai ter que entrar, com claro o que cada um está levando que o está atrás. Porque se o Governo ele quer aprovar, ele aprova qualquer licenciamento no Brasil, em qualquer estado. Nunca o meio ambiente impediu licenciamento nenhum. Isso é briga, é coisa de acerto de contas, e eu diria que tem mais nessa questão da economia globalizada, falando da questão do governo, que lado seguir, só para terminar, eu acho que as empresa vão fazer diferença, a Única está fazendo uma proposta para entrar no mercado com esse **contingenciona-mento** que existe hoje, de acordos internacionais, o setor está fazendo. O setor de celulose fez isso, vários outros, eu acredito que vai ser mais por aí.

E terminaria aqui com a questão da política hoje, sorte que nós temos alguém aparecendo no cenário, a Marina Silva como candidata, que ainda não se consolidou, mas ela já traz para o debate a questão ambiental. O papel da Marina até agora foi gigante, só de ela colocar que está entrando com a bandeira de meio ambiente, ela já está provocando essa divisão, já está provocando que todos... Ontem eu estive com o Governador Aécio, vi muitas conversas, e o pessoal já está falando: "Você podia ajudar a gente lá em fazer o Programa de Governo, colocando o meio ambiente". Então, a Marina está vindo com o fator desequilíbrio nesse plebiscito de Governo e oposição. Quem sabe a gente não tem mais esse plebiscito e tem o tema ambiental na agenda.

É isso aí, obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Bom, agradecendo a todos, até aqui vocês participaram bem. Agradecer aqui a condução do trabalho aqui que vocês me ajudaram bastante e dizer, sobre a questão do projeto Anitápolis ainda, dizer o seguinte, nós fizemos uma Audiência Pública aqui nessa Casa no dia 16 de julho, dentre as decisões, foi tirado um grupo técnico que está estudando as três mil folhas do EIA/RIMA, das licenças, que nós conseguimos pegar essa semana e está pré-agendado para o dia 27/08, outra Audiência Pública na região, seria em Braço do Norte, dessa vez o empreendedor garantiu que vinha, e Braço do Norte suspendeu todas as atividades por conta da gripe A, nós estamos vendo aqui se Santa Rosa de Lima sedia então a próxima Audiência Pública, que seria a princípio no dia 27. Até segunda-feira nós definimos e vamos divulgar e queríamos que todos passassem adiante e pudesse ter o maior número de pessoa lá nesse dia.

Dez minutinhos para o café é já subimos para próxima Mesa aqui. Obrigado.

[Sessão suspensa às 16h58].

[Sessão reaberta às 17h20].

MESTRE DE CERIMÔNIAS: Retomando os trabalhos, convidamos para compor a segunda parte desta Mesa a Exma. Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, para a mediar esta segunda parte da Mesa. O Major da Polícia Militar de Santa Catarina, Diretor da Defesa Civil de Santa Catarina; Sr. Márcio Luiz Alves, o Professor do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina, o Sr. Massato Kobiyama; o Prefeito de Bom Jardim da Serra e representante da Federação Catarinense dos Municípios, Fecam, o Sr. Rivaldo Antonio Macari.

Márcio Luiz Alves, graduado pela Academia de Polícia Militar de Santa Catarina, é mestrando do curso de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Foi gerente de prevenção do Departamento Estadual de Defesa Civil, Presidente do Conselho de Defesa Civil, do Codesul e Presidente do Conselho Nacional de Gestores de Defesa Civil dos Estados e do Distrito Federal. Atualmente é Diretor Estadual da Defesa Civil de Santa Catarina.

Massato Kobiyama possui graduação em Ciências Especiais pela Universidade Educacional de Kyoto, mestrado em Forestry Science pela Universidade de Tecnologia e Agricultura de Tóquio e Doutorado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é Professor Associado II pela Universidade Federal de Santa Catarina UFSC e responsável pelo laboratório de hidrologia do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFSC.

Rivaldo Antônio Macário, nascido em Urussanga Santa Catarina, é advogado, foi Promotor de Justiça em Curitibanos e São Joaquim, foi Deputado Estadual, Deputado Federal e Secretário de Estado, e é atualmente Prefeito de Bom Jardim da Serra.

Com a palavra, a Exma. Senadora Ideli Salvatti.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou muito grata, estão feitas já as devidas apresentações dos nossos três ilustres painelistas e nós vamos dar sequência aos trabalhos da tarde, do encerramento deste nosso seminário.

E a resposta que ansiosamente aguardada, e que a gente espera contribuir com ela, é o que fazer frente às mudanças climáticas e os desastres naturais.

Esta é a angústia, este é o questionamento, e, então, nós vamos poder ouvir agora, neste último painel de encerramento do nosso seminário conjunto, Mudanças Climáticas e Desastres Naturais, de Santa Catarina, organizado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, cujo Presidente é o Deputado Décio Góes e também a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Então, eu passo imediatamente a palavra ao nosso Prefeito de Bom Jardim da Serra, e que aqui se faz representando a FECAM, inclusive na articulação da questão ambiental dentro da FECAM, o Dr. Rivaldo Antonio Macari.

SR. RIVALDO ANTONIO MACARI: Cumprimentos municipalistas à nossa Senadora Ideli Salvatti, parceira dos municípios catarinenses no afã diário de buscar soluções para as nossas comunidades. Também ao Deputado Décio Góes, um sulista quase que conterrâneo, já que ele é de Criciúma e eu de Urussanga, e tive a felicidade de iniciar a minha vida profissional como Advogado, trabalhando no escritório pertencente à família do Deputado Décio Góes, a banca de advocacia Góes, na cidade de Criciúma. Major Márcio, igualmente parceiro dos municípios, especialmente de Bom Jardim da Serra, em razão dos acontecimentos climáticos ocorridos no nosso município, a defesa civil tem tido uma parceria exitosa conosco e levado avente os seus objetivos. Da mesma forma, o professor Kobiyama, um estudioso das questões ambientais do nosso Estado. Eu saúdo também, em nome da FECAM, a todos aqueles que participaram e estão participando deste evento importantíssimo sob a ótica dos municípios catarinenses.

Eu falo por todos os municípios do Estado de Santa Catarina, pela condição de, na gestão passada, ter sido escolhido, dos dezoito municípios que compõem a região da AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana, que, de forma pioneira, no Estado de Santa Catarina, criou uma diretoria para tratar especificamente de assuntos ambientais, contratando uma assessoria técnica, no mesmo momento em que foi criada, para que desse o suporte técnico às ações ambientais. A experiência exitosa na AMURES levou os Prefeitos catarinenses a criar, a nível de Federação, no último encontro do conselho político da nossa entidade, na cidade de Blumenau, no mês de maio, uma diretoria para assuntos ambientais e, por unanimidade, entendeu por eleger-me o diretor da nossa entidade, no que diz respeito às tratativas das questões ambientais.

Em razão disso, eu gostaria de citar, primeiramente, algo que talvez não seja do conhecimento, principalmente daqueles mais recentes na tratativa das questões, sobretudo, climáticas do Estado de Santa Catarina. Eleito Deputado Estadual ao final da década de 1980, em imediatas de década de 80, assumi a Secretaria de Segurança Pública e, consequentemente, os rudimentares serviços de defesa civil, prestados pelo Estado àquela época. Deparava-nos com um caso extremamente interessante e peculiar: o Estado de Santa Catarina mantinha, já de administrações anteriores, um contrato de assessoria e prestação de serviços com uma Fundação, se eu não me engano sediada no Estado de São Paulo, eu digo se eu não me engano porque eu não cheguei a conhecê-la, mas essa Fundação se chamava Fundação Cacique Cobra Coral. E esta Fundação, de forma esotérica, fazia e orientava as posições climáticas do Estado de Santa Catarina naquela oportunidade. Eu digo de forma esotérica porque é um pensamento meu. Eu não vou afirmar que aquilo fosse esotérico, mas, até onde eu saiba, não existia um caráter puramente técnico e científico àqueles serviços prestados naquela ocasião.

Isso foi motivo, há vinte anos atrás, de uma série de percalços em razão das possibilidades existentes, até para se romper com aquele contrato, essa coisa pairava no ar. Eu falo isso para reforçar a ideia de que, no nosso Estado, as questões climáticas vêm sendo tratadas de forma técnica e científica de vinte anos para cá. Até então, a coisa era muito rudimentar, vaga e beirando as raias da adivinhação. Efetivamente, ao longo desses anos, o nosso Estado evoluiu ao ponto de termos, hoje, um serviço meteorológico, com reconhecimento nacional, que é o prestado pelo serviço EPAGRI/CIRAM. Efetivamente, em razão desta evolução técnico-científica, os serviços de defesa civil foram aprimorados. Entretanto, no que diz respeito exatamente ao objetivo desta Reunião, deste Seminário, que é mudanças climáticas e desastres naturais, os municípios catarinenses têm um enfoque e uma preparação, uma antevisão do muito que temos que caminhar, ainda, para que a gente possa se preparar para tudo que está acontecendo e o que está por acontecer.

Nós preparamos um tema, é extenso, eu iria pular os capítulos iniciais, porque, senão, demandaria muito tempo, e tempo é uma coisa que nós não temos neste momento. Eu vou me prender às questões cruciais.

O município, como ente federativo no Brasil, é o primo pobre desta Federação. O pacto federativo nacional, embora retroprojetado constitucionalmente de uma forma efetiva, ele, na sua prática, deixa o município como primo pobre desta Federação à reboque de todas as decisões, ao contrário do que pensam e querem os municípios, que, por estarem mais perto da população, por serem geridos por pessoas integrantes das próprias comunidades que requerem um serviço

público, são efetivamente os entes federados prioritariamente a serem procurados e, principalmente, com relação a questões ambientais, sobretudo mudanças climáticas e desastres naturais. É o cidadão afetado pela mudança climática, afetado pelo desastre natural, que recorre, primeiramente e prioritariamente, ao município. Na contramão desta realidade está o fato de que o município não dispõe de um aparato legislativo que dê legalidade plena às atitudes que ele deve tomar com relação às questões ambientais, enfatizo novamente, sobretudo mudanças climáticas e desastres naturais.

De sorte que, como proposição primeira, a Federação Catarinense dos Municípios, ela, para fazer frente às necessidades de uma forma conjuntural, mas, sobretudo, ambientais, requer e pede urgência na formatação de um novo pacto federativo, que insira definitivamente o município nas questões legislativas pertinentes e com competência para trabalhar essas questões, a começar pela política de meio ambiente. Toda formulação desta política, ao longo de todos esses anos, teve participação incipiente dos municípios. E o resultado desta falta ou quase nenhuma participação sugere situações, na ótica municipalista, esdrúxulas, como, por exemplo, termos uma legislação ambiental que é pinçada de diversas origens e das mais variadas procedências e influi diretamente naquilo que falou o Mantovani, ambientalista, que é, que é a grande e crucial questão ambiental que se prega no País. Não está lá no interior ou tão-somente não está só lá. Está nos grandes conglomerados urbanos, com uma tendência migratória da população de se destinar prioritariamente aos centros urbanos. É um movimento que vem sendo aumentado ano a ano e continuam os municípios com pouca ou quase nenhuma condição de fazer o enfrentamento dessas questões. Eu falo tendo sido Deputado Estadual, Deputado Federal e, hoje, pela segunda vez, Prefeito.

Não há que se falar em questões ambientais, sem que nós tenhamos uma consciência nacional e federativa da necessidade dos planos diretores. 80% dos municípios do País e do nosso Estado não possuem plano diretor ou possuem planos, legislações esparsas, que não condizem com a necessidade dos dias de hoje, especialmente com relação a parcelamento do solo urbano, ocupação deste solo. Em razão deste vácuo, até mesmo o Código Ambiental de Santa Catarina, em nenhum dos seus artigos tratou da questão, nos perímetros urbanos, das cidades catarinenses, como deveria ter tratado, e era proposição da FECAM de que o Código Ambiental também tratasse das questões ambientais nos perímetros urbanos. E ali residem, talvez, as maiores e piores consequências dos desastres naturais. Eu falo isso inclusive olhando sob o aspecto de mudança climática, dizer que nós, da serra catarinense, praticamente de Bom Jardim da Serra, no nosso entender, não está havendo o aquecimento que se diz por aí. Nós estamos enfrentando, talvez, um dos piores invernos dos últimos anos. Nós, ao contrário da última década, monitoramos o frio em razão da cultura da maçã, porque, para se ter uma safra com boa perspectiva, as macieiras precisam ter, no mínimo, 700 horas de frio. Nós já suplantamos 1200 horas, e o inverno termina dia 22.

De sorte que eu falo sobre isso para dizer que, sob o ponto de vista dos municípios, nós não dispomos da avaliação técnica necessária das questões climáticas, com vistas a fazer a prevenção dos desastres naturais, que é, com certeza, a primeira e principal reivindicação dos municípios catarinenses com relação a esta questão. Que os municípios sejam abastecidos de informações a respeito do clima, para que os serviços municipais de defesa civil possam estar sendo informados diariamente de tudo que diz respeito ao clima. Nós não temos essas informações. E muito embora possamos acessar pela internet as previsões, nós não temos a certeza de que se é exatamente lá no local, lá onde está o nosso município, o que é que está previsto para lá, o que é que pode acontecer, conforme nós devemos nos posicionar. Esta é uma reivindicação primeira.

Então nós temos como fatores de controle para a previsão dos riscos esta situação para que nós possamos ter, Major, uma preparação para emergências, que não está instalada nos nossos municípios. E nós temos uma dificuldade estrutural em termos de municípios do Estado de Santa Catarina, que é de dar pronta resposta aos desastres naturais. Temos esta dificuldade e, suplantada a esta dificuldade, eu acrescento outra: especialmente os municípios têm dificuldades para atuar na reconstrução das áreas atingidas, pelas questões técnicas, mas, também, de efetivo acesso aos recursos necessários para que essas ações sejam tomadas. Bom Jardim da Serra viveu, no ano passado, episódios climáticos que variaram da seca em estado de emergência às enchentes com rolamento de encosta no perímetro urbano, coisa que nunca havia acontecido no nosso município, e nós tivemos dificuldades, e estamos tendo ainda, de assinar os recursos necessários para que a gente pudesse fazer frente às necessidades de reparação dessas situações e fazermos inclusive a reconstrução e recuperação das áreas atingidas.

Em 2008, nós tivemos 235 decretos de situação de emergência, com 166 municípios afetados por esta situação. Ainda hoje, Deputado, Senadora, os municí-

pios de Santa Catarina têm dificuldades de gerenciar recursos que foram alocados, sobretudo na Caixa Econômica Federal, por dificuldades de projetos e uma burocracia excessiva para a firme e pronta disposição desses recursos para chegar à comunidade. De sorte que é a segunda posição neste Seminário dos municípios do Estado de Santa Catarina: elaboração de normas não permissivas, mas tecnicamente coerentes, que façam frente à necessidade da ponta, com o acesso imediato aos recursos, para que a burocracia não sufoque, sobretudo, aquelas pessoas que necessitam da ação do município naquele momento.

Então, na continuação, os municípios de Santa Catarina propõem ao Governo do Estado e ao Governo Federal a elaboração e revisão do plano diretor das cidades de Santa Catarina, elaboração para os municípios que não têm, que compreendem a grande maioria dos municípios de Santa Catarina. Para isso, tem sido acenado, no âmbito do Ministério das Cidades e também na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e de Planejamento no Estado de Santa Catarina, recursos para que os municípios possam fazer frente a esta necessidade de elaboração deste quesito fundamental e tecnicamente insuperável para que a gente possa fazer frente às mudanças climáticas e as necessidades frente às emergências. O orçamento municipal não dispõe de recursos, na grande maioria dos municípios, para fazer frente à elaboração desse plano. Só para se ter uma ideia, de um orçamento do Município de Bom Jardim da Serra, elaborado na ordem de 3,5 milhões a 4 milhões por ano, só a elaboração do plano diretor para a Cidade de Bom Jardim da Serra suplanta 120 mil reais, o que torna essa despesa impossível para ser arcada pelo município. E essa situação de Bom Jardim da Serra pode ser colocada para a grande massa dos municípios do Estado de Santa Catarina.

Vamos falar em gestão ambiental. Nós precisamos urgentemente, Sr. Deputado, de uma legislação ambiental que contemple a zona urbana. Que legislação seria? Mas que é necessária, é, porque ela pode ser contemplada no plano diretor, mas não vai deixar de ser ambiental. Nós precisamos de um norte, de uma posição, porque vamos ter situações consolidadas no município. O nosso Deputado foi Prefeito de cidade importantíssima, Criciúma. Como é que você vai fazer esse comportamento ambiental, sob o ponto de vista do plano diretor, sem ter o enfoque numa legislação ambiental cabível? De sorte que esta gestão, nós, da FECAM, propomos, porque ao município, sobretudo ao pequeno, disponibilizar um corpo técnico diversificado e competente para executar essa gestão é uma questão complicada. Nós temos tido a experiência de trabalhar em consórcio nas nossas associações e isso tem dado resultado. Talvez, Sr. Deputado, seja essa a fórmula para que nós possamos ter suporte técnico para tratarmos das questões ambientais, sob o ponto de vista de consórcio. A FECAM, portanto, reivindica das autoridades federais e estaduais de que, neste novo pacto federativo, possa obter um tratamento orçamentário para que essa questão seja resolvida, oferecendo a via das associações ou do consórcio para esta questão.

Nós temos também educação e conscientização ambiental. Nós vivemos um momento de transformação muito importante na nossa organização. Vai se municipalizar a educação ambiental sob o ponto de vista de currículo? Qual é a competência do município exatamente nessa questão? Por enquanto, nós estamos apenas com a educação infantil, de zero a seis anos. Mas a formulação da política de desenvolvimento da educação e conscientização ambiental praticada isoladamente, sem ter uma visão ampla da questão educacional, é uma coisa que tem sido aplicada aleatoriamente pelos municípios do Estado de Santa Catarina, alguns com bons resultados, mas alguns sem resultados visivelmente promissores desta questão. É preciso que nós tenhamos uma visão de conjunto da questão da educação ambiental.

Por fim, nós que vamos viver, segundo as últimas previsões, que eu repito, nós não sabemos exatamente se elas têm uma fundamentação científica, mas há previsão de que o mês de setembro próximo será um mês muito chuvoso no Estado de Santa Catarina. Este mês de setembro, que tradicionalmente é um mês de chuva, mas a previsão é de que ele se encaixe. Então há necessidade de identificação das áreas de eminente risco ambiental no território catarinense, desenvolvimento de planos de recuperação destas áreas de risco e adoção de ações preventivas às demais áreas de potencial de risco ambiental.

Eu quero dizer que os municípios catarinenses não se eximem dessa participação. Nós fomos, com relação ao último desastre, temos sido, ao longo desse tempo, o primeiro socorro das populações atingidas pelas questões climáticas e de desastre ambiental. Aquele acontecimento de momento, onde a comoção toma conta das pessoas, desaparece da mídia, mas fica no dia a dia da administração dos Prefeitos de Santa Catarina, que, ainda hoje, transcorrido vários meses daquele episódio, enfrentam diariamente as consequências daquele episódio climático, do desastre acontecido. Então, Major, nós que temos essa previsão para o mês de setembro, a Federação Catarinense de Municípios exorta à defesa civil que, preventivamente, monitorem essa questão e passem aos municípios de Santa Catarina, especialmente àqueles com maior

potencial de risco, para que as ações preventivas possam ser deflagradas.

Generalizadamente, o tema é extenso, mas eu quero terminar aqui a minha fala para dizer da urgente necessidade e repetir pela formulação de um novo pacto federativo, onde os municípios possam ter capacidade decisória para o enfrentamento das questões ambientais climáticas e fazer frente aos desastres naturais. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradecemos ao nosso querido Prefeito Rivaldo Antonio Macari, Prefeito de Bom Jardim da Serra, e passo, de imediato, a palavra para o Professor Masato Kobiyama, que é Professor do Departamento de Engenharia Ambiental da nossa querida Universidade Federal de Santa Catarina. E já entrego a condução dos trabalhos ao Décio, ao Deputado Décio Góes, no nosso revezamento aqui. Então, professor, com a palavra.

[troca de presidência]

SR. MASATO KOBIYAMA: Boa-tarde ou boa-noite quase. Meu nome é Masato, eu sou da Universidade Federal de Santa Catarina. Primeiro, agradeço aos organizadores, quero primeiro parabenizar esse encontro e, também, agradeço pelo convite. Eu nunca falei a nível do Estado. Na verdade, sempre faço palestras em municípios e, também, na verdade, são simpósios nacionais de ciências, né? Então, eu estou muito contente de falar no Estado de Santa Catarina. Mas também é um desafio de falar sobre esse assunto com apenas vinte, trinta minutos. No mês passado, eu acabei de fazer um curso com 36 horas no simpósio nacional, também em outubro eu vou fazer esse tipo de assunto no Ministério Público Gaúcho, mas 40 horas. Então, vinte, trinta minutos não é muito tempo, mas eu vou tentar passar informações para vocês e eu gostaria de receber críticas. Então eu coloco aqui--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Agora é uma breve apresentação do teu trabalho, para deixar todo mundo curioso, para, depois, nós te convocarmos para fazer ela inteira.

SR. MASATO KOBIYAMA: Bom, eu sou do laboratório de hidrologia. Então, o que eu posso falar bastante mesmo é da parte de hidrologia, a ciência da água, e também no título eu coloquei "A aplicação da hidrologia para a redução dos desastres naturais", também sobre o tema "O que fazer frente às mudanças climáticas". Então o que eu sugiro mesmo é aplicar a hidrologia para reduzir danos. O próximo.

Eu não sou chinês, mas nós, japoneses, somos admiradores do povo chinês, então sempre falo, aqui não dá para ler, mas, se não gerenciar a água, não vai conseguir governar o País. Esse é um provérbio chinês e, quando ocorre qualquer problema, desastres naturais no Japão, todo mundo fala isso, isso é um fato durante a longa história na China e no Japão. Então eu só queria aproveitar essa frase chinesa para mim e para o povo catarinense. O próximo.

A minha apresentação tem cinco itens e, de cada item, eu vou detalhadamente falar. O próximo.

Todo mundo sabe que, no século passado, na verdade, começou um aumento de desastres naturais. Essa estatística, na verdade, é a estatística mundial, mas, talvez, é a mesma coisa da estatística brasileira ou estatística catarinense. De qualquer maneira, todo mundo fala que na década de 50 começou a aumentar e agora aumenta exponencialmente, na verdade está aumentando demais. O próximo.

Aqui eu coloco no título do Seminário "Desastres naturais" e, também, "Mudanças climáticas". Eu não participei hoje de manhã, eu não sei o que é que os palestrantes falaram até agora. Existe, no mundo, um time, um grupo que fala de aquecimento global; outro grupo, ainda em minoria, ainda em minoria, mas que fala de esfriamento global. Talvez, no Brasil, é mais comum, é mais popular, é mais famoso, na área do lado(F), de esfriamento global próximo à União(F). Uma vez eu conversei com o Professor Mariano, da Universidade de Alagoas, e ele estava me contando que, se esfriar, chove ainda mais. Então, para mim, na verdade, é indiferente se vai esquentar ou esfriar. De qualquer maneira, segundo o Professor Mariano, vai chover muito, se chover. Se parar de chover, vai prorrogar aquela estiagem. Então fica cada vez pior em termos de recursos hídricos. Então, independente de aumento ou de redução de temperatura, nós vamos sofrer mudança climática global, regional ou local, e, consequentemente, nós vamos sofrer ainda mais desastres naturais. Eu vejo o que o povo catarinense sofreu desde novembro do ano passado, até eu tive a oportunidade de visitar vários municípios, inclusive o Morro do Baú, que ficou bem famoso. Aquele tipo de coisa, o catarinense apavorado, mas meu país... Até ontem também... Na verdade, anualmente ocorre. Então, na verdade, a gente, o povo mesmo tem que estar bem preparado. Isso eu queria avisar para vocês: não fiquem apavorados, mas, se a gente se preparar, talvez a gente consiga reduzir, pelo menos. O próximo.

Então, eu apresento aqui uma nova classificação, feita pelo CRED, uma parte pela Universidade da Bélgica, que eles têm muita influência para a ONU. Eles fizeram em 2007, no relatório de 2007, que foi publicado em 2008. Eles fizeram nova classificação sobre os desastres naturais. Antigamente, falava-se

geológico(F), hidrometeorológico e biológico. Hoje, eles falam... Passou de geológico(F) para geofísico(F) e, também, desastres hidrometeorológicos, agora, estão classificados para três tipos: meteorológico, hidrológico e climatológico; o desastre biológico permanece com o mesmo nome. Só que esse CRED está tentando retirar o desastre biológico da categoria de desastres naturais, pois possuem características um pouco diferentes, segundo eles. Mas, de qualquer maneira, eu só queria dizer que o que o povo catarinense tem medo ou preocupação maior hoje é talvez nesse sentido, desastres hidrológicos, inundações. Temos diversos tipos de inundações e também deslizamentos, também diversos tipos de deslizamentos. Na verdade, cada tipo a gente tem que entender, mas, hoje em dia, é misturando tudo, na verdade. Então eu só queria dizer que, pela nova classificação do CRED, os desastres hidrológicos estão cada vez mais problemáticos. O próximo.

Bom, típica inundação é desse tipo, todo mundo sabe. Inundação, na verdade, em termos de ciência, é mais fácil identificar. O próximo.

Um tipo de deslizamento: fluxo de detritos. Às vezes até os brasileiros falam [ininteligível], em inglês, mas o que está acontecendo, o que aconteceu mais foi esse tipo. Depois de 2003, no mundo inteiro, é só sobre isso, na verdade, conferências internacionais. No ano que vem, a gente vai apresentar na Itália, mas, realmente, tem várias conferências só sobre esse tipo de fenômeno, ou seja, é muito comum no mundo, na verdade. O próximo.

Esse realmente dá para notar, a parte azul é de desastres hidrológicos, aumentando todos os tipos de desastres naturais, mas o que aumenta mais no mundo e também em Santa Catarina são os desastres hidrológicos. Se conseguíssemos reduzir, pelo menos, essa parte, nossa qualidade de vida realmente vai ser bem melhor. O próximo.

Aqui é o Capítulo II. Então as estatísticas mostram que os desastres hidrológicos estão aumentando. E o que são desastres hidrológicos? Inundação e deslizamento. O próximo.

Então, para isso, nós precisamos fazer gerenciamento de desastres naturais, tem que fazer conscientização, tem que fazer... Aqui não dá para fazer, mas essa obra, essa grade não está em construção, é pronta. Essa barragem mesmo é só para [ininteligível]. Então cientistas realmente fazem pesquisas científicas, e a gente procura qual é a barragem mais adequada para cada tipo de deslizamento na verdade. Aqui tem várias, vários monitoramentos, também moderagem, fazer mapeamento, etc., e tudo é aplicação da hidrologia. Daí mais um pouco eu vou explicar para vocês. O próximo.

Em gerenciamento de desastres naturais. Na verdade, nós temos duas metas principais. Uma é conhecer o adversário, ou seja, fenômenos naturais. Nós precisamos entender deslizamento, nós precisamos entender inundações. Se não entender o adversário, a gente não consegue combater. Então tem que fazer pesquisas científicas para entender aquele mecanismo. E, paralelamente, nós precisamos aumentar a resistência da sociedade contra esse tipo de fenômenos naturais. Então têm duas metas. O próximo.

Esse aqui realmente está só simplificando, a defesa civil normalmente tem quatro etapas: de prevenção, preparação, resposta e construção, mas, convencionalmente, a gente coloca três etapas no ciclo de desastre, ocorrência de desastre. Também nós temos a parte do Governo, parte não– governamental e a parte indivíduo. Então eu não vou realmente cada item ler, mas cada item, cada etapa tem suas funções, seus deveres. Mas juntando tudo, agora eu vou... O próximo.

Na verdade, nós precisamos fazer, tecnicamente falando em medidas estruturais, fazer obra, obra, obra, barragem, dique, etc., coisa da engenharia que a gente faz, medidas estruturais. Quando a gente faz barragem, um dique qualquer, nós precisamos ter dados hidrológicos. Ou no caso de medidas não estruturais, mapeamento de áreas de risco, precisamos de dados hidrológicos. Sistema de alerta, agora o Prefeito falou, também precisamos de dados hidrológicos. Conscientização, educação ambiental, realmente é indiscutível, precisamos ter dados hidrológicos. Então, na verdade, qualquer ação contra desastres hidrológicos ou outros desastres, nós precisamos de dados hidrológicos; se não tivermos dados hidrológicos, nós não podemos fazer nada. Na verdade, eu posso fazer a educação ambiental sem dados, mas, quando eu faço palestra do Rio Negrinho, eu busco dados hidrológicos do Rio Negrinho, se não é furado. Se eu vou dar palestra em Rio do Sul, eu busco dados do local. Senão, realmente, a eficiência da educação ambiental cai. Então qualquer ação eu digo que tem que ter dados hidrológicos, senão, realmente não vai ter bom desempenho. O próximo.

Então, aqui, eu só quero dizer de gerenciamento de desastres naturais, a fim de reduzir os prejuízos, necessita de aplicação da hidrologia, fazer vários trabalhos. O próximo.

Então, aqui, eu só quero fazer... Na verdade, tem muitos: o que tem que fazer, o que deve fazer... Tem muitos, mas, aqui, eu vou colocar cinco ou seis itens só. Tudo que eu, mais ou menos, busquei, através da observação dos desastres naturais ou hidrológicos ocorridos em Santa Catarina nas últimas décadas. Pode passar.

Aqui dá para se ver, inundação de Joinvile, inundação de Blumenau, no meio é a Vila Ramos, que sofreu com o fluxo de escombro. Aqui é onde tinha máquina. Na verdade, tinha a infraestrutura da casa. Então, o povo de Vila Ramos não teve três dias água, foi destruído. Aquela foto direita acima, a anterior, é o Furacão Catarina que estragou uma casa, e embaixo, à direita, é o Morro do Baú, que foi destruído. Então, constatando esses eventos, eu vou colocar algumas considerações.

A primeira coisa é a evolução. Nós, seres humanos, estamos bem evoluídos, todo mundo... Até criança sabe que éramos macacos, chipanzés, gorilas assim. Ao longo de tempo geológico(F), nós evoluímos, agora chegando a essa cara que o ser humano tem. Desastres naturais também têm uma evolução. O que eu vejo mesmo em Santa Catarina, na verdade não só em Santa Catarina, Belo Horizonte idem, São Paulo idem, Rio de Janeiro idem... Na verdade, antigamente falava-se só de desastre com água, ou seja, inundação, mas cada vez mais predominante desastres ligados a sedimentos, especialmente deslizamentos. Então, hoje, talvez, se fale isso para os catarinenses, o povo acredita. Esse material, na verdade, eu estou colocando aqui, três anos atrás, nós fizemos um workshop dentro da UFSC, ninguém deu bola, mas, agora, todo mundo acredita. Realmente deslizamento é mais predominante, e Santa Catarina precisa mesmo se preparar para deslizamento. O que ocorreu de desastre mesmo em Blumenau... O pessoal de Blumenau está bem preparado para a inundação. Mas, infelizmente, não teve experiências; não precisa ter experiência, na verdade. Se tivesse a sorte, não precisa mais. Realmente, até agora, não tinha muita experiência, então infelizmente o pessoal de Blumenau, na primeira vez, sofreu bastante com problemas de sedimento. Então, realmente, daqui para frente, Santa Catarina quase inteiramente tem que preparar-se para deslizamento. Isso eu não digo que é para abandonar a parte de inundação. A inundação vai ser comum também, mas eu digo que é popular(F).

Agora, o segundo item, eu estou falando de desastres hidrológicos, mas aqui eu vou mostrar dois tipos de desastres humanos. Aqui é a sua pergunta: onde é local perigoso para morar? Alguém pode dizer? A encosta. Então a Prefeitura achou que aquela encosta é perigosa, local plano, permitiu construir. Então, moradores achavam que onde eles construíram era um local seguro. Isso realmente foi um erro gravíssimo. O próximo.

Aqui eu só coloquei lateralmente. Até criança entende. Onde desliza aqui, aqui, na verdade o local é inclinado. Aquela massa que desliza vai movimentar para algum lugar. Se você fala, a Prefeitura ou o Governo do Estado Federal fala que este lugar é perigoso, essa massa vai alcançar até algum lugar. O perigo é nesse lugar até onde alcança, é o mesmo perigo, mesmo grau. Isso, realmente, a Prefeitura está esquecendo. Então quando vocês fazem mapeamento em nível municipal ou estadual qualquer, tem que avaliar até onde aquela massa movimentada vai alcançar, senão vai ter um monte de vítima igual como aquela Prefeitura, aquele município. Eu digo que era Brusque. [ininteligível] e Blumenau idem, na verdade. O próximo.

Então aqui é um exemplo. Se realmente algum estudo fala que vai deslizar por causa da inclinação, realmente você tem que dizer até onde aquela massa vai chegar. Se não realmente é meio furada essa avaliação de perigo. O próximo.

Então é outra coisa: tem vários municípios que permitem corte. Aquele ali, no canto, ocorreu aqui, essa foto maior, isso é puramente desastre induzido pela ação humana. Simplesmente o homem ou mulher, eu não sei, cortou a encosta, fez côncavo, então criou, favoreceu a condição perfeita na verdade para gerar deslizamento. Então isso é uma ignorância do ser humano, na verdade isso é o típico deslizamento humano. Então a gente tem que pesquisar muito mais de mecanismos para evitar e também tem que divulgar para moradores. O próximo.

Agora chegando à inundação humana. Agora, aqui, eu não sei se tem gente de Joinvile, daqui a pouco nós vamos lançar um livro histórico de inundação em Joinvile nos últimos 150 anos. Joinvile tem muitos problemas de inundações. Então eu só quero mostrar como que funciona em Joinvile. O próximo.

Aqui são dados dos últimos 150 anos de chuva. Todo mundo fala que, se chegar em Joinvile, está chovendo. Assim a chuva e Joinvile parece que são sinônimos. Mas, ao longo de 150 anos, a chuva anual está tendo uma tendência de reduzir, levemente está reduzindo, está cada vez mais seco, levemente eu estou falando. O próximo.

Aqui desde 1951 Joinvile está aumentando a sua área urbana, essa parte branca está aumentando. Com isso a gente fez um levantamento de danos. O próximo.

Aqui, assim, a chuva está diminuindo, levemente diminuindo ao longo de 150 anos, mas a inundação está aumentando a sua frequência. Por acaso, eu não acho que é por acaso, mas junto com o crescimento populacional. Eu não vou mostrar mais do que isso, mas a nossa conclusão nesse trabalho mesmo é que a inundação em Joinville é muito mais problema humano do que problema natural, na verdade, ocupando uma área de inundação. Então um lado é muito legal, na

verdade. Se tiver problema humano, então é só corrigir. Esse é o nosso pensamento. O próximo.

Então aqui são fatores que causam deslizamento humano e inundação humana. Os primeiros quatro itens, pretos mesmo, são comuns. A maior parte deles é de corte de encosta que causa deslizamento aumento, aumento das áreas impermeáveis que causa inundação. Então a gente questiona o que está realmente causando o aumento de inundação ou deslizamento em Santa Catarina. Pode colocar: mudança climática global. Parece que se fosse mudança climática global, só colocar fixação de gás carbônico ou reflorestamento parece que resolva, mas eu acho que o problema é o péssimo gerenciamento de bacias hidrográficas. Isso está realmente causando o problema. Então não é culpa da natureza, realmente é culpa do ser humano. Mas este lado é outro lado, que eu estou falando, é muito legal. Então apenas corrigir a nossa ação. Se corrigirmos a nossa ação humana, talvez consiga abruptamente essa redução de desastres. Eu não estou dizendo que não vai reduzir inundação, mas consegue reduzir desastres hidrológicos. O próximo.

O terceiro item é o local de instalação de órgãos públicos, escolas, hospitais, etc. Aqui, em Balneário Camboriú, tem um hospital que se chama Santa Inês, que foi interditado, por muito tempo foi interditado. Esse realmente, se você ver, atrás dessa encosta, dá para saber que o local é perigoso e eles construíram. Esse também é um problema sério. Na próxima vez, no futuro assim, o órgão público tem que se instalar, qualquer infraestrutura, prefeitura, escola, hospitais, corpo de bombeiros, etc., em local realmente mais seguro, porque eles comandam, eles recebem vítimas. Então isso realmente a gente viu que foi um problema muito sério de vários municípios. O próximo.

Aqui é em Brusque, uma escola municipal ou estadual, eu não me lembro, foi interditada. Também foi construído bem na frente, bem do lado da encosta gigante. Então para mim é surpreendente que até novembro passado estava aguentando. Poderia cair bem antes, na verdade. Então eu acho que é essa coisa que nós precisamos ficar de olho, cada município, cada prefeitura estar construindo o que e onde está construindo, porque os prédios são importantíssimos para a população. O próximo.

Agora a zona ripária ou mata ciliar. Popularmente, o pessoal fala mata ciliar, mas, cientificamente, eu acho que é errado mata ciliar, mas isso eu não vou discutir. Eu uso mais zona ripária, eis que é correto. Mas, assim, mata ciliar, Santa Catarina ficou muito famosa por causa da alteração do Código Florestal, o Código Ambiental. Aí discutindo cinquenta metros, trinta metros, cinco metros, dez metros, etc. Aqui isso mostra, tem uma medição de trinta metros. Essa de trinta metros tinha mata ciliar, só que por causa do fluxo de escombro em novembro passado, simplesmente foi arrastado, tirou tudo. O que eu quero dizer é que ambientalistas anteriores falavam que tem razão, é muito bom, tem que preservar. Eu concordo, eu sou mais realmente nessa área de preservar por causa da fixação do gás carbônico, etc. Mas isso também às vezes é muito fraco para convencer usuários. Então eu sempre falo: "Se você ocupar esta área, você vai morrer", porque essa área é importante ambientalmente, mas é muito perigoso, então tem que se afastar. Isso realmente é a nossa postura, na verdade. O próximo.

Então eu digo que todo mundo anda misturando sobre mata ciliar, desejando um monte de coisa. A mata ciliar tem muitas funções. Dependendo das funções que a mata ciliar têm, trinta metros é absolutamente pouco. Às vezes é muito mais, demais, trinta metros é absolutamente pouco ou absolutamente grande, depende da função que você quer. Então têm várias definições de mata ciliar, dependendo disso você necessita de cem metros, às vezes cinco metros, alguma coisa assim. Pode clicar.

O Código Florestal do Brasil tem essa, minimamente tem que ter trinta metros. O pessoal está discutindo muito, pouco, etc. Mais um clique.

Na avaliação do nosso levantamento em campo, trinta metros é razoável, minimamente tem que ter, especialmente na área montanhosa, para dizer que é área de perigo. Então eu não sou político, eu não vou criar Lei, mas eu sempre aviso para moradores qualquer que moram na montanha: "Se quiserem, façam o que quiserem, mas se preparam, de repente vão morrer". Isso a gente sempre avisa. Então pode falar qualquer coisa de mata ciliar, porque mata ciliar tem diversas funções. Uma das funções realmente é de proteger a sociedade, simplesmente retirando a atividade do ser humano daquela área perigosíssima. Então é isso que eu queria avisar. O próximo.

Então aqui o Morro do Baú arrastado, na verdade não é trinta metros, muitos mais metros estavam arrastados. A quedeira do rio é linda, mas é muito perigosa. Esse senso cada um tem que ter na verdade. O próximo.

Sistema de alerta municipalizado. O Prefeito falou, o sistema de alerta tem que ter, mas o ideal mesmo é que o sistema seja municipal. Não adianta quem mora no interior, bem longe de Florianópolis, desejando que só de Florianópolis comandasse. Às vezes, eu não vou falar muito termo técnico, mas às vezes se chover, dez ou vinte minutos depois vai ocorrer. Então não tem tempo para escapar. Nesse caso, esse sistema de alerta, se fosse no município, a ação é muito melhor.

Eu sempre acho, quando ocorreu o Furacão Catarina, nós tivemos sorte porque a defesa civil do Estado funcionou bem junto com o CIRAM/EPAGRI. Se deixasse que aquele sistema fosse lá em Brasília, São Paulo, Santa Catarina estava muito mais prejudicada. Então eu digo que quando a gente vê isso esses fenômenos bem abruptos, cada vez mais comum, nesse caso cada município tem que ser responsável, se não mesmo que criássemos sistema estadual, talvez tenha problema, por causa da rapidez dos fenômenos. O próximo.

Então eu só queria dizer que a minha sugestão é a municipalização do sistema de alerta. O próximo.

Falta de conscientização e informação. Eu só queria dizer que aqui são duas fotos lá em cima, que é Rio dos Cedros, que ocorreu recentemente. Duas fotos abaixo, o pessoal de Rio do Cedros orgulhosamente fala: "Veja, Masato, que paisagem linda no nosso município". Como é que pode acontecer com essa paisagem linda? Mas você imagina aqui, é típico, evidência daquele fenômeno. Aqui em cima não tem vegetação, por enquanto. Daqui há cinco anos vai ficar assim. Então para mim é surpreendente que moradores não saibam como é perigoso aqui nessa cidade. Em Morro do Baú a mesma coisa, como é que pode acontecer com esse lugar bem bonito, mas para mim esse lugar é bem perigoso. Então os moradores não percebem disso e isso é realmente falta de informação. Então eu só quero dizer que pode morar, mas tem que ter pelo menos informação ou conscientização de cada local, cada bairro, cada município. O próximo.

Então o que a gente faz mesmo é a capacitação ou conscientização de vários municípios, comunidades. O próximo.

Eu falei demais, eu vou parar. O que a gente faz na UFSC para melhorar o ambiente mesmo é criando rede de Bacias Escola. Aqui não é muito comum. O próximo.

No ano passado, a gente apresentou em Kyoto. Nesse ano, o meu aluno estava dizendo que, lá na Sérvia, eles estão discutindo como que realmente vão adotar esse sistema de rede de Bacias Escola do Rio Negrinho. Europeus estão falando agora de como trazer esse conceito, levar para a Europa. Então, assim, os europeus gostaram da criação de rede de Bacias Escolas. Então a gente está fazendo lentamente, mas estamos tentando implantar essa rede, lá na rede Rio Negrinho, Mafra, São Bento, paralelamente monitorar e usar para a educação ambiental, na verdade. O próximo.

Então fazer a educação ambiental também, a gente faz. O próximo.

Então é mais ou menos esse o conceito: se a gente criasse Bacias Escolas, a gente consegue gerar informações hidrológicas e também cada indivíduo, de cada bairro, entender sobre chuva, sobre evasão, sobre movimento da água. Então a comunidade está bem fortalecida para opinar para os governos e a gente consiga talvez gerar uma ideal gestão participativa dos recursos hídricos ou recursos naturais ou até da bacia hidrográfica. O próximo.

Então, finalizando, conclusão: a aplicação de hidrologia com Bacias Escola é ponto de partida. Com isso, nós podemos entender ciclos hidrológicos e nós podemos fazer gerenciamento dos recursos hídricos. Isto possibilita gerenciamento dos desastres naturais, desastres hidrológicos, a gente consiga reduzir. Isso é realmente o ideal na governança dos Municípios, Estados e País. O próximo.

A gente sempre fala: "Depende de você. Os seus netos, os seus filhos vão ficar daquele jeito, nadando no meio da água". Isso tudo depende de nós, na verdade. Aí você decide. O próximo.

Eu só vou colocar aqui o meu muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu queria agradecer a palestra do Professor Masato, extremamente interessante. Eu penso que o professor tem razão. As mudanças climáticas acontecem e vão acontecer, mas se a gente tiver uma prioridade, que é a questão da preservação da água, de concentrar os esforços na questão das bacias hidrográficas, na implantação delas, dos comitês de bacias, enfim, e aí criar esses métodos de Bacia Escola, tem o Projeto Piava, enfim, várias experiências que tentam trazer a participação popular no implemento desses projetos, que isso faz a educação ambiental, eu penso que é o caminho mais rápido. Eu não sei por que o Governo do Estado, que já tem Lei, tem todas as condições de implantar todas as bacias hidrográficas em Santa Catarina, não faz isso. Seria um grande avanço que a gente teria nesse Governo.

Eu queria, para encerrar, então, o nosso evento, trazer a palavra do Major da Polícia Militar de Santa Catarina, que é Diretor de Defesa Civil do nosso Estado, o Major Márcio Luiz Alves.

SR. MÁRCIO LUIZ ALVES: Bom, boa-noite a todos. Desculpem o avançar da hora, mas eu vou procurar ser breve. Eu queria, primeiramente, agradecer à Senadora Ideli Salvatti e ao Deputado Décio Góes pela iniciativa, pelo movimento que têm feito em Santa Catarina em prol de uma melhor segurança, melhor capacidade de responder a situações emergenciais e que nós temos sido vítimas frequentemente. Ao Prefeito Rivaldo Macari, não só agradecer pela sua presença, mas pelas suas palavras.

E aí, no que falou o Prefeito, eu diria que o pobre coitado do Prefeito é o balcão do cidadão brasileiro. É lá que o cidadão busca apoio e ele, o que disse, a menor parte dos recursos financeiros existentes no Brasil vai para a mão do Prefeito. Quer dizer, ele tem que responder à demanda do município; ao mesmo tempo, ele tem a menor parte do bolo financeiro, que seria o recurso que ele teria para dotar o município de melhores condições e de melhor qualidade de vida. Infelizmente isso não acontece. Sou aqui partidário no sentido de um novo pacto federativo para essa mudança em relação à parte federal, estadual e municipal. As coisas acontecem no município e é no município que elas precisam ser resolvidas.

O Professor Masato, colega, companheiro, eu gostaria até de mostrar o material que, há muito, fizemos com a Universidade Federal, o Professor Masato é um dos autores, é um grupo de professores competentes que criaram um Atlas de Desastre de Santa Catarina, que tem nos ajudado muito. Agradecer, se não foi citado, eu gostaria de na pessoa do Sérgio fazer um agradecimento e um elogio especial ao CIRAM/EPAGRI. Se muito nós acertamos em Santa Catarina nos desastres, isso se deve a ter um centro de meteorologia competente, sério, profissional, e que nós todos catarinenses devemos nos orgulhar, não só pelo centro, mas pelos profissionais que o CIRAM possui. Então é uma ferramenta fundamental para que nós possamos fazer tudo aquilo que o Professor Masato falou. O monitoramento, ele é fundamental para que possamos prevenir, preparar, dotar a comunidade de informação.

Recentemente, nós tivemos uma conferência sobre alerta antecipado de desastres em Born, na Alemanha, e, nesse evento, foi dito o seguinte: você precisa ter conhecimento do risco, porque você precisa saber do que você precisa se preparar e como se preparar. Para isso, precisa conhecer, mas, acima de tudo, precisa ter boas informações e divulgar essas informações. E aí o Prefeito sempre diz: "Por favor, levem a informação ao município". Nós temos feito isso em parceria com o CIRAM/EPAGRI, não só ao município, mas ao munícipe, que é tão importante. E aí eu faço aqui, aproveito também para fazer um elogio especial ao Sr. Solimar, que eu pediria que se levantasse. Por favor, Sr. Solimar. O Sr. Solimar é um cidadão de Florianópolis, um líder comunitário, que desde o ano passado nós convidamos a participar de atividades voltadas à preservação da vida humana, à preservação da integridade física da comunidade, da preservação em uma construção de uma comunidade mais segura. E o Sr. Solimar é um representante de várias pessoas de comunidades, líderes comunitários que vêm trabalhando com isso, Deputado, de maneira fabulosa. Por conta disso o Maciço do Morro da Cruz é uma área – e o Professor Masato pode afirmar isso – de alto risco. Ao mesmo tempo que a resiliência, a capacidade de responder e de se comportar adequadamente diante de chuvas intensas, naquela região, melhorou consideravelmente, graças ao trabalho que ele tem feito.

Eu também lamento pelo adiantar da hora, porque vários colegas de defesas civis municipais estiveram aqui e pelo adiantar da hora tiveram que se deslocar aos seus municípios. Mas aqui vejo Gaspar, aqui vejo Brusque, está o Coordenador-Geral de Araranguá, então esse é um tema importante, estava São José, esteve Florianópolis, então é importante nós discutirmos.

Eu trouxe para nós apresentarmos e eu vou discorrer em cima disso, o que ocorreu na visão da defesa civil em novembro do ano passado. Pode passar.

Bom, esse foi o maior desastre da história de Santa Catarina, não temos dúvida disso, pelo volume, a magnitude dos danos materiais, humanos e ambientais. Pode passar o próximo, por favor.

Bom, a diversidade climática que afetou Santa Catarina, ela foi superior a eventos registrados na história de Santa Catarina. Em 1974, nós tivemos o desastre em Tubarão que os registros, ainda mesmo que incipientes, retratam 199 mortos, mas um dano material e ambiental menor, até por conta da ocupação da região, menor número de residências, menores números de indústria. Então o prejuízo econômico foi bem menor. Em 1983 e 1984, nós não precisamos falar. Em 1983, 54 mortos. Em 1984, 51 mortos. Mas também um desastre que não é o desastre de Blumenau, mas foi um desastre de Santa Catarina. Em 1995, Sul do Estado e Grande Florianópolis, 69 mortos, chuvas intensas, escorregamentos e deslizamentos gigantes na Região Sul, também inundações e deslizamentos na Grande Florianópolis. Tivemos aí um Natal tenebroso. Quem mora na região da Grande Florianópolis e no Sul do Estado sabe que nós passamos um Natal debaixo de água e com muitas pessoas em abrigos, 25 mil pessoas em abrigos. Em 2004 e 2005. Em 2004 nós tivemos o Furacão Catarina. Chamo a atenção para o Furacão Catarina. O Furacão Catarina, a mídia nacional dizia que era besteira o que nós falávamos, porque grandes institutos de meteorologias negavam a ocorrência de um furacão no Atlântico Sul e no Brasil, que nós estaríamos sendo alarmistas, que nós éramos inconsequentes. Isso em rede nacional, inclusive aconselhando para que nós, moradores do litoral, fôssemos ao mar surfar. Quem viu a matéria do Jornal Nacional, uma pessoa de ranking muito alto da meteorologia brasileira dizendo isso com todas as letras, nós temos isso

gravado. E, no entanto, nós tivemos um desastre que, por um trabalho muito competente, volto a afirmar, do CIRAM/EPAGRI, que alertamos 48 horas antecipadamente, pedimos para que as pessoas se abrigassem, fizemos um trabalho diferente. E por quê? Porque não podíamos dizer que um furacão ia atingir Santa Catarina, porque, se você não conhece o fenômeno, como é que você vai se proteger?

Então, nós tomamos um cuidado muito grande e temos certeza disso: que a participação da comunidade catarinense, dos meteorologistas catarinenses, da defesa civil do Estado e dos municípios, conseguimos preservar vidas. Morreram 11 pessoas, destruíram 1200 casas e danificaram 35 mil casas, deixando 29 mil pessoas desabrigadas. Então um número também significativo. De 2005 a 2007, estiagens severas, sem danos humanos, mas sérios danos sociais e econômicos. Santa Catarina perdeu muito, está perdendo muito dinheiro com essa estiagem. O Dr. Macari apresentou um número de 235 municípios em situação de emergência no ano de 2008. Perfeito, Prefeito, o número exato foi de 166 municípios, só que esse ano nós já chegamos a 300 municípios em situação de emergência e calamidade pública, este ano, dos quais 240 municípios, dos 293 que nós temos em Santa Catarina. Então os números são significativos e nos faz pensar. Em 2008 e 2009, veio o desastre que realmente marcou mais uma vez Santa Catarina como um local em que os desastres são severos e que nós precisamos fazer alguma coisa.

Agora eu gostaria, essa informação era importante dizer assim: e o que nós viemos fazendo 30 trinta, 40 anos? Na verdade 35 anos, desde 1974. A defesa civil de Santa Catarina foi criada em 1973. O que nós viemos fazendo? Nós viemos fazendo: trabalhamos quatro anos, muda o governo, mudam as pessoas, muda o município, mudam as pessoas e nós não temos continuidade. Eu trabalho há vinte anos em defesa civil e eu conheço diversas pessoas, excelentes profissionais que chegaram e foram embora. Outros que chegaram, que são excelentes profissionais, mas nós não temos memória, nós não temos memória. Nós estamos perdendo.

Em decorrência disso, hoje, aí trago como boa notícia, pelo menos para nós, o Governador determinou que nós fizemos um concurso público para criar a carreira no Estado de Técnico de Defesa Civil. Para nós isso é uma vitória, somos a primeira Unidade da Federação com profissional de defesa civil, mas isso deveria ser no Brasil inteiro. Santa Catarina é o único Estado brasileiro que tem um Fundo Estadual de Defesa Civil. O orçamento deste ano: 11 milhões, 7 milhões aplicados em prevenção. O orçamento anual da defesa civil nacional: 6 milhões para prevenção; 3 bilhões foram liberados em seis meses para responder a desastres. A ONU diz o seguinte: cada um dólar investido em prevenção, são sete dólares economizados na reconstrução e no atendimento a desastres. Nós estamos no Brasil na matriz contrária e temos que mudar isso. Pode passar.

Bom, 80 mil pessoas desabrigadas. Nós ainda temos 2700 pessoas em abrigos e 28 mil pessoas desabrigadas, que estão em casas alugadas. Nós atendemos com o auxílio reação no valor de R$ 17.350.000,00, com dinheiro doado pelo povo brasileiro, e que hoje, coincidentemente, ao sair de uma loja de material de construção, um senhor me abordou e me disse: "O senhor é o Major Márcio?" "Sou". Ele disse assim: "Eu queria agradecer pelos seis meses do auxílio reação, porque foi com ele que eu consegui recuperar a minha casa, foi com ele que eu consegui voltar para a minha casa e é com ele que eu consegui retornar a trabalhar e a ter o mínimo do que eu tinha", quer dizer, o recurso foi bem empregado, porque as pessoas precisavam morar, nós não podíamos deixar 28 mil pessoas dentro de abrigos; nós temos com 2700, o que já é, na minha avaliação, um absurdo. Mas não tem onde colocar. Os abrigos têm uma qualidade? Não tem, é desastre, mas é o mínimo necessário para que aquelas pessoas tenham também dignidade humana.

Nós tivemos 85 municípios que decretaram situação de emergência e 14 calamidade pública. O problema também é social, as pessoas foram atingidas em 1983 por uma enchente. Como é que eu fujo da enchente? Eu subo o morro. Eu penso agora como que aquele povo de Blumenau, do Vale do Itajaí, vai viver. Ele não pode mais morar no baixo porque ele pega enchente e no alto porque ele morre soterrado. É um problema social muito grande e não tem terreno, não tem onde morar e não querem ser relocados. Então é um problema social também bastante grande. Pode passar.

135 mortos; 97% desses mortos morreram soterrados. Nós temos um clip, que eu não gostaria de apresentar, mas são imagens impressionantes de retirada de pessoas soterradas, o estado dos corpos pela energia liberada no movimento de terra. O professor pode, talvez, nos dizer o quanto de energia libera um movimento de terra. É destrutivo, teve corpos que foram encontrados pela metade. Então foi uma morte, além de ser um número muito alto, de maneira muito brutal. As famílias sofrem e sofrem até hoje, o medo é uma coisa que está instará na vida daquela comunidade por muitos anos. Nós temos ainda dois desaparecidos, uma senhora de 73 anos e uma criança de 11 meses. Para encontrar será muito difícil.

Esses números eu vou pular, porque são números... É uma evolução do desastre. No dia 22 e 23 de novembro nós tivemos chuvas que elevaram ao dobro a chuva da média mensal; o que deveria chover no mês, choveu em dois dias. No caso de Balneário Camboriú, 455 milímetros, onde a média é em torno de 110; Itajaí, 413, onde a média também é em torno de 110; São José, 254, mesma média; Florianópolis, 216; agora em Blumenau, em cinco dias, 600 milímetros. Não sou especialista na área, mas não há solo que suporte tanta água, ainda mais com a intervenção do homem. Pode passar.

Nós tivemos dois milhões de pessoas afetadas. O Prefeito foi feliz quando falou: "Olha, nós temos que trabalhar na prevenção, nós temos que trabalhar na preparação, nós temos que trabalhar na resposta e na reconstrução". Mas a matriz de Santa Catarina é trabalhar fortemente na prevenção e nós falarmos em potencializar o Poder Público, melhorar o Corpo de Bombeiros, eu só queria trazer um dado para os senhores. No primeiro dia do desastre, nós tínhamos, no Aeroporto de Navegantes, 24 helicópteros e seis aviões. Nenhuma operação no Brasil foi maior, operação aérea, foi maior do que a desenvolvida em Santa Catarina, nenhuma operação. Eram 5 aeronaves do Governo Federal, das Forças Armadas, e 19 aeronaves cedidas pelos Governos Estaduais, inclusive por particulares, e aviões também de Governos Estaduais e do Governo Federal. Nós tivemos uma dificuldade muito grande. Nós tínhamos helicópteros à vontade, mas nós não tínhamos teto para poder acessar as comunidades. Nós tínhamos tanques de guerra do Exército brasileiro, mas eles não passavam na quantidade de material que escorreu. Então nós entendemos que tão mais importante do que potencializar os nossos órgãos de resposta é potencializar a nossa comunidade, é fazer com que o nosso povo também saiba se proteger. O Dr. Masato disse isso muito claro. O nosso povo tem que saber qual é o risco que ele está sujeito, o nosso povo tem que saber como é que ele se protege, o que ele pode fazer para evitar ser vítima de um deslizamento, de uma inundação. Isso começa desde a escola. Ele precisa saber que se ele ocupar uma área de risco, ele pode ser vítima. Se falava muito, quando aconteceu o desastre, a coisa mais impressionante que eu vi foi procurar culpado. O que se procurou de culpado: "Ah, é o Governo Federal"; "Não, é o Governo estadual"; "Não, é o Governo Municipal"; "Não, é o plano ambiental"; "Não, é a comunidade". Se procurou culpado. Eu vi pouca gente preocupado em buscar a solução para o problema, o que está estabelecido. Eu vi doutores chegarem aqui nesse auditório, naquele púlpito, dizer que tem que retirar as pessoas da área de risco. Isso qualquer tapado sabe dizer. Perdoem a expressão, qualquer um sabe dizer. Agora eu desafio qualquer governo tirar as pessoas de área de risco que existem no Brasil, que são 30% da população brasileira. Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, Morro da Cruz. Área de risco. Tira, coloca onde, constrói como? Nós estamos tentando construir 6500 casas para desenvolver às famílias que foram afetadas. Não tem sido possível, não têm recursos, não é suficiente o recurso, não tem terreno.

Então, são simples essas soluções, fáceis, mas, no discurso e na prática, infelizmente, não vimos. Então a condição hoje de ter pessoas de risco é uma condição que é intrínseca do Brasil e que nós vamos ter que conviver com o risco. E nós temos é que potencializar a nossa comunidade para ela se proteger. Diga lá para o Sr. Solimar que nós vamos chegar amanhã e tirar a comunidade dele lá de cima do morro. Diga para eles. Qual será a repercussão, qual será a repercussão? No entanto, nós buscamos a comunidade dizendo: "Espera aí, como é que nós podemos fazer com que vocês não saiam, mas que fiquem mais seguros?" E começamos a fazer isso. Há risco? Existe risco, sempre existirá risco, mas nós estamos construindo com a comunidade.

Outro problema que o Professor Masato falou e que está muito claro é a percepção nossa de risco. E a percepção de risco não é só do governante. É do governante que permite construir em áreas de risco, é do morador que constrói em área de risco. Então é de todos nós, e nós não vamos ter que mudar só a percepção de risco da autoridade, porque o povo vai subir, vai construir. Nós temos que mudar é a percepção de risco da sociedade. Nós precisamos é fazer com que as pessoas comecem a entender que existem riscos, que ele tem que se preparar, que ele tem que mudar. Eu costumo dizer que morar no morro não é problema, desde que a edificação construída nesse local tenha uma estrutura adequada para aquele local. O que não pode é você colocar uma casa sem uma estrutura adequada no morro. Ela não vai suportar o vento, ela não vai suportar a chuva. Então está muito fácil as soluções, está muito fácil, eu tenho visto apresentar soluções muito simples. O que eu não tenho visto é nós termos um esforço de mudar o comportamento da nossa comunidade, da nossa sociedade. E nós entendemos, a defesa civil do Estado de Santa Catarina entende que passa por uma mudança cultural a redução de risco de desastre. E não é só Santa Catarina. Quem acessa as informações mundiais, a ONU, o Professor Masato mostrou um slide, que vinha um slide ali da estratégia internacional de redução de risco de desastre, que é um órgão da ONU. A estratégia diz que nós temos que

conviver com esse risco, reduzir o risco, mas que não tem como você fazer isso sem passar por uma mudança cultural. As pessoas vão precisar mudar de comportamento, precisa mudar de comportamento.

Então, em Santa Catarina, nós temos ensinamento insuficiente com a dor para mudar esse comportamento. O que nós temos procurado fazer? Nós desenvolvemos um projeto que não foi depois do desastre, ele foi em 2006, foi colocado em prática em 2008, chama-se "A percepção de risco, a descoberta de novo um olhar". Nós vamos trabalhar com 70 mil jovens na escola, com 1323 professores e 1323 escolas públicas estaduais, e nós já recebemos o pedido de Blumenau para ampliar para a rede pública municipal, acabamos de receber o pedido de Gaspar para levar para a escola pública municipal e nós também vamos trabalhar, acabamos de fazer quatro milhões de cartilhas falando sobre defesa civil, sobre prevenção, sobre comunicação. O nosso povo tem uma dificuldade de se comunicar, Em uma pesquisa feita recentemente no maciço, perguntaram para os homens: "Vocês sabem que aqui é uma área de risco?", porque a maioria da construção civil disse "Não, eu sei, porque o corte está errado, porque a estrutura da casa não oferece segurança". O homem sabe. E perguntaram para a esposa dele: "Você sabem que aqui é uma área de risco?". "Não, aqui não é área de risco, aqui é tranquilo". Quer dizer, a mulher do senhor que disse que é área de risco não conhece o risco. Por quê? Porque não há comunicação, não há comunicação. E a mulher, nesse caso, tem participado pouco. Ela é quem mais tempo permanece dentro de casa e é quem mais tempo pode perceber o risco. Então precisamos comunicar mais, precisamos fazer com que esse tema não fique só nos auditórios, que não fique só nas palestras, que não fique só na academia. E aí aqui eu quero fazer justiça ao Professor Masato e à equipe dele, que isso tem saído da academia e ido para a prática, tem ido para a rua. Isso nós estamos propondo fazer também.

Esse movimento de mudança cultural, ele é tão ou mais importante do que dotar os órgãos públicos de estruturas gigantescas. Cito um outro exemplo: o bombeiro pode ter o maior caminhão, que lá no Maciço do Morro da Cruz ele não sobe porque não tem rua, não tem infraestrutura pública suficiente para que ele chegue. Então nós temos que fazer o quê? Nós temos que ir lá na comunidade e explicar para eles que eles moram ali, é uma área de risco e eles podem reduzir esse risco e que têm comportamentos que vão favorecer uma proteção da vida e da integridade física, porque do patrimônio já se torna um pouco mais difícil. Então o trabalho que nós precisamos fazer não é só estrutural, o trabalho não é só a construção, não é só concreto e ferro. Eu digo mais, afirmo: o trabalho mais importante é a construção de uma nova comunidade, é uma construção de uma nova cultura, é uma construção de um novo cidadão. Se nós não fizermos isso, as construções estruturais não vão resolver, não vão resolver. As barragens construídas no Vale do Itajaí não nos ajudaram em absolutamente nada na enchente de novembro. Não porque foram mal feitas, é porque a chuva não chegou lá. Os pátios de armazenagem de água ficaram vazios. Nós esvaziamos antes acreditando que a chuva chegaria lá e não foi o caso.

Ouvi agora numa Conferência Mundial na Suíça, que foi a Segunda Plataforma Global de Redução de Riscos de Desastre, de uma portuguesa, Tereza Rodrigues, conversando sobre desastre, ela disse assim: "Márcio, não esqueça, a natureza não faz contrato conosco". A natureza não acerta conosco, não existe um pacto. "Olha, você enche até aqui que eu corro para lá". Os planos funcionam, sim. Precisam existir, Prefeito, planos, defesas civis organizadas, porque os planos são uma base e é muito mais fácil você partir de um plano para uma ação mudando pequenos detalhes de proteção do que partir do nada para nem saber para onde correr.

E tem também uma informação importante que veio de lá também, foi quando o John Holmes, que é o Subsecretário de Estratégia Internacional de Redução de Risco e Desastre, que é da ONU, que é o maior órgão da ONU, estará em setembro aqui em Florianópolis, ele disse o seguinte: 80% da informação necessária para a redução de risco de desastre está disponível antes do desastre. E nós já conseguimos ter essas informações. Aí nós tentamos buscar essa informação quando? Durante o desastre. Não vamos conseguir nunca. Então essa mudança cultural, esse choque cultural nós precisamos fazer, construir e fazer com que a nossa comunidade tenha um comportamento diferente para se proteger.

A Senadora Ideli Salvatti, ao iniciar hoje, pela manhã, a fala, fez um elogio que eu quero aqui na frente de todos os senhores agradecer. É um elogio ao povo catarinense, não é à defesa civil, mas foi ao povo catarinense. Nós somos um Estado que tem o único Centro de Estudos de Pesquisas sobre Desastre do Brasil, nós temos uma boa estrutura de defesa civil, nós temos excelentes centros de meteorologia e nós somos, sim, uma referência nacional e devemos ser o centro de referência nacional de defesa civil, não porque nós queremos ser melhor do que os outros, mas é porque nós estamos numa etapa muito avançada e que podemos ajudar não só Santa Catarina, mas todo o Brasil.

Muito obrigado, desculpa aí a fala mais emocionada, inclusive abandonei a minha apresentação, porque às vezes a emoção fala mais do que a razão. Muito obrigado e um bom dia para todos nós.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Agradecer ao Major Márcio e dizer que essa experiência foi fruto de muito sofrimento, de muito trabalho e que acabamos acumulando essa experiência.

Eu queria chamar o Odilon, que ficou responsável pela Carta de Florianópolis, para que pudesse fazer a sua leitura aqui, enquanto que a gente dá os encaminhamentos finais. Eu queria aceitar aí alguma ponderação, se está dentro da linha que a gente imaginou aqui durante o transcorrer do nosso debate. Enquanto o Odilon não chega, eu queria agradecer, já começar os meus agradecimentos: à equipe da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, especialmente o Cabral e a Derlei de Lucca, que ajudaram bastante toda a equipe; aqui da Assembléia Legislativa, toda a estrutura da Casa, a estrutura de comunicação da Casa, da TVAL, da rádio digital, da equipe de jornalismo; e a equipe de apoio, a equipe da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional que veio aí também dar um suporte para o nosso evento. Eu queria pedir para o Odilon então pegar o microfone aqui e fazer a leitura da nossa Carta.

SR. ODILON FACCIO: Bom, breves esclarecimentos. Nós tentamos incorporar as ideias principais apontadas em cada painel. Entretanto, esse último painel talvez não tenhamos contemplado todos os pontos. Se caso isso não ocorreu, a gente depois faz um ajuste no documento, está bom? Eu vou ler e depois submeter a vocês.

Carta de Florianópolis. Considerando as evidências e cenários relacionados às mudanças climáticas e suas consequências para Santa Catarina em termos de desastres naturais e catástrofes socioambientais, os pesquisadores, gestores públicos, parlamentares, ambientalistas, estudantes, professores e representantes dos movimentos sociais que participaram do Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, realizada no dia 14 de agosto de 2009, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, propõe:

1) AGENDA POLÍTICA:

a) acompanhar e participar dos debates relativos à Conferência Mundial de Copenhagen, chamado COP-13, considerando a sua relevância na redefinição de ações globais diante das mudanças climáticas; b) elaborar um protocolo de compromisso entre os Países e/ou Estados e Cidades da Bacia do Prata, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, visando o estabelecimento de metas e ações de redução da missão do CO2 na região, bem como para mitigação e adaptação ao aquecimento global; c) desenvolvimento de programas e ações voltadas ao fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável em direção a uma economia de baixa emissão de CO2 que, ao mesmo tempo, promove a inclusão social e a democracia; d) promover o apoio de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável e ao pagamento de serviços ambientais, especialmente políticas tributárias positivas como, por exemplo, o ICMS ecológico, que favoreçam, promovam e beneficiem especialmente os produtos e serviços mais sustentáveis; e) a continuidade desse debate através da reedição desse seminário para aprofundar e difundir o conhecimento sobre a relação entre mudanças climáticas e desastres naturais de Santa Catarina.

2) AGENDA DE CIÊNCIA E PESQUISA:

a) inserir as questões da mudança climática como elemento estruturante das políticas públicas e das ações dos órgãos públicos em diferentes âmbitos, federal, estadual e municipal; b) viabilizar recursos financeiros adequados para a estruturação e fortalecimento das instituições de pesquisa, estudos e monitoramento das mudanças climáticas; c) institucionalizar cursos e programas de pesquisa para a elaboração de diagnósticos, mapeamentos, estratégias de prevenção, combate e adaptação às mudanças climáticas para as diferentes regiões do território catarinense; d) criar um centro federal voltado a melhor enfrentar as mudanças climáticas na região, capaz de subsidiar os órgãos e estratégias de defesa civil nas diferentes esferas; e) criar e/ou aparelhar os órgãos de defesa civil estadual e municipais visando uma atuação efetiva na prevenção e combate aos desastres naturais.

3) EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE:

a) desenvolver ações voltadas a inserir a temática das mudanças climáticas nos curriculuns das escolas e em diferentes espaços educativos; b) apoiar iniciativas de reeducação para o consumo consciente que promovam mudanças efetivas em termos de redução, reutilização e reciclagem de energias, materiais e produtos utilizados por instituições, entidades e indivíduos; c) estabelecer como prioridade o apoio aos meios de transportes coletivos de baixa emissão de CO2, estimulando também o uso de meios de transporte individuais; d) promover a busca de alternativas energéticas considerando a importância da promoção, da reconversão socioeconômica do setor carbonífero no Sul do Brasil.

4) FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:

a) criar um fórum catarinense sobre mudanças climáticas que reúna representantes de diferentes seg-

mentos da sociedade e que se constitua no espaço de análise e discussão permanente dessa problemática e elaboração de políticas públicas que possam fazer frente a diversidades ambientais, sociais e econômicas decorrentes do processo de aquecimento global.

Por fim, os participantes desse Seminário ratificam que essas e outras ações devam ocorrer de forma democrática e participativa, de modo a se constituir em compromisso e responsabilidade de todos os catarinenses, sobretudo porque se colocam como indispensáveis à realização das estratégias de desenvolvimento sustentável, pautadas na prudência ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Florianópolis, 14 de agosto de 2009.

Essa é a ideia. Esperamos que tenha contemplado, pelo menos, a maioria das sugestões feitas em diferentes painéis. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Então, rapidamente, eu queria aceitar algumas sugestões de supressão ou inclusão de alguma coisa no texto, de modo bem objetivo, e quem quiser fazer algum comentário final sobre as considerações que houver aqui. Começamos então com o Major Márcio e depois o Tadeu.

SR. MÁRCIO LUIZ ALVES: O Item 2e, criar ou aparelhar os órgãos de defesa civil nacional, estadual e municipal, que a nossa defesa civil hoje é um escritório em Brasília minúsculo e sem profissionais, a defesa civil nacional. E também não se combate os desastres. Então criar ou aparelhar os órgãos de defesa civil nacional, estadual e municipal visando a atuação efetiva na prevenção, na preparação para a emergência, na resposta aos desastres, na reconstrução dos efeitos dos desastres naturais. É o 2e.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Efetiva na prevenção, é isso?

SR. MÁRCIO LUIZ ALVES: Prevenção, preparação para a emergência, porque o combate, não se combate o desastre, se responde ao desastre. Mas isso daqui depois eu passo passar.

E no 4a, também lá no final da letra 'a', possam fazer frente às diversidades ambientais, sociais e econômicas decorrentes do processo de aquecimento global. A maioria dos cientistas mundiais hoje já tem uma versão que não se sabe bem se é aquecimento global ou se é resfriamento. Há uma discussão. Se há uma discussão, eu sugiro ali mudanças climáticas, processo de mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Muito bem sugerido. Tadeu Santos. Era bom aqui no microfone, porque está sendo gravado, sempre não esquecendo de dizer o nome e fazer a observação.

SR. TADEU SANTOS: Tadeu Santos, sou um dos sócios da Natureza. Como eu não consigo ler à distância, eu também não ouvi bem se foi atendida aquela nossa preocupação de se investir em estudos profundos sobre as reais causas que promovem as adversidades, os fenômenos naturais aqui no Estado de Santa Catarina, principalmente no litoral entre Mampituba e o Itajaí. Nós não podemos ficar apenas com apontamentos de meteorologia, é preciso aprofundar mais a questão do porquê. Nós queremos, a sociedade civil eu acho que precisa de respostas sobre essa questão. Enquanto isto, o fortalecimento da defesa civil é indiscutível, Deputado. No aspecto de prevenção e de adaptação, quer dizer, o fortalecimento da instituição no Estado e nos Municípios.

Quanto ao Código Ambiental, a gente tinha falado daquela moção, mas eu acho que não cabe aqui, que seria uma moção do CONAMA repudiando a aprovação do Código Ambiental.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): A questão de viabilizar os recursos para as pesquisas e tal não especifica a área, porque nós tínhamos representação de várias regiões. Isso será feito depois, mas tem aqui, está contemplado na Agenda de Ciências e pesquisa, no Item B. A questão do protocolo de compromisso, o reforço da defesa civil, a questão do Código Ambiental não entrou explicitamente, mas está indiretamente no texto. Eu não sei se cabe dar uma revisada aqui enquanto isso. A próxima questão.

SR. ALCIDES DUTRA: O meu nome é Alcides Dutra, eu sou Biólogo da Universidade Federal de Santa Catarina e Presidente do Instituto Larus.

Eu li atentamente a proposta e considero que existe uma contribuição que foi dada aqui diversas vezes de uma maneira bastante incisiva e contribuinte que não ficou adequadamente explícita nesse documento, que é a relação íntima entre a existência de florestas e a estabilidade climática. Eu sugiro que se coloque que existe um reconhecimento, isso vem de encontro a quem me antecedeu agora, de que nós precisamos respeitar e aceitar, principalmente aplicar o conhecimento científico que já existe, quer dizer, não é só considerar que existe a necessidade de mais, que isso é óbvio, mas aquilo que já é público e notório e aceito internacionalmente sem nenhuma restrição, deve ser não só respeitada, como também explicitada e colocada em ação. E hoje se sabe, sem nenhuma sobra de dúvida, que existe uma relação direta entre catástrofes climáticas e desmatamento. Isso não ficou bem explícito nesse documento. Então eu sugiro que seja colocada uma referência dizendo que há um reconhecimento desse público que contribuiu para a geração desse documento, de que boa parte ou pelo menos

parte das alterações que vêm gerando essas alterações climáticas estão associadas ao desmatamento, à supressão da vegetação nativa. E vamos tirar da pauta essa história de onde fica essa vegetação, se fica aqui em Santa Catarina, se não fica, se fica na Amazônia. Isso tem pouca importância. O Dr. Virgílio apresentou uma animação que mostra aquelas emanações de vapor d'água e que a Amazônia contribui dramaticamente com as quantidades de vapor d'água que vão interagir e constituir o nosso clima. Logo, essa questão geográfica de onde fica o problema pouco importa. Da Amazônia até Santa Catarina, na minha opinião, pelo que nós vimos aqui, é uma coisa só. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado. Eu queria passar aqui adiante. Enquanto isso chamar o Cabral aqui para ir ajudando o Odilon na elaboração das correções e complementações do texto da Carta.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Nicolau Cardoso Neto, da Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, que subsidia a pesquisa para o Comitê de Itajaí.

Eu acho que uma contribuição só num ponto, eu acho que a letra b. Eu acho que fica estranho quando fala Bacia de Prata, a gente estava num evento aqui em Santa Catarina e está questionando uma coisa da Bacia do Prata. A gente pode utilizar a questão do MERCOSUL, que já existe toda uma organização para isso e, pelos países que foram citadas, eu acho que só a Bolívia estaria de fora. Eu acho que se colocasse de fazer um protocolo de intenções nos países do MERCOSUL aproveitaria já também essa discussão econômica que é feita por esse Mercado Comum nesses países. Então fica muito mais objetivo e não fica tão perdido. Por que é que é Bacia do Prata se estamos no Estado de Santa Catarina e parte do Estado influencia essa bacia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Só por uma questão, porque nós estamos tratando de questões ambientais e nós estamos falando dessa grande bacia.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Mas, de repente, pode até fazer menção dos países.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu acho que podia usar os dois termos.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Pode ser, aliar, de repente, os dois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para lembrar: na realidade, existe um trabalho sendo feito na Bacia do Prata [ininteligível]. Por isso que ficou Bacia do Prata.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Mas fica um pouco perdido para quem não esteve no evento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: – Poderia fazer o seguinte: tentar coadunar Bacia do Prata e o MERCOSUL, então juntar as duas coisas, aproveitar [ininteligível].

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: A Bacia do Prata, ela está totalmente dentro do MERCOSUL, os países que fazem parte do MERCOSUL têm, dentro do seu território, a Bacia do Prata. De repente, fazer uma menção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você sabe que as bacias são do MERCOSUL, através desse projeto por causa da Bacia do Prata, fazer um link entre os dois.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Até para dar a origem do porquê é que surgiu a Bacia do Prata nessa discussão, porque eu, quando eu escutei aqui, eu pensei assim: "Quem não veio, não vai entender". De repente, fica uma coisa--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ODILON FACCIO: Só uma breve explicação. É que, de fato, a gente aproveitou a Bacia do Prata porque existe um projeto e tornaria a ideia mais fácil, mais realista em termos de execução. Se você envolver os países do MERCOSUL, a ideia também é boa, mas tornaria mais complexo a materialização da proposta. É só isso, porque a gente já teria um projeto em sendo implementado com esse recorte de Bacia do Prata, facilitaria a implementação.

O segundo esclarecimento, quando nós estamos falando de uma Carta, aqui a ideia é fortalecer as ideias, as propostas fundamentais. Aqui não dá conta da complexidade e qualidade das informações que foram apresentadas. Talvez fosse recomendável uma publicação do evento, onde o conjunto das apresentações, teses e reflexões pudessem ter vazão. Aqui a ideia da Carta é mais fortalecer as iniciativas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma questão, você tem que ter uma atenção de talvez citar o projeto, porque a coisa ficou meio perdida do porquê do Bacia do Prata, então fazer uma menção ao projeto.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Como referência de projetos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu acho que contempla, resolve.

SR. NICOLAU CARDOSO NETO: Sim. O outro ponto é que essa Carta eu acho que ela deveria deixar um pouquinho mais claro a necessidade de um comprometimento das diferentes políticas públicas, que elas sejam muito mais bem pensadas, de uma forma em rede, essas diferentes políticas públicas, e um comprometimento do Poder Público com a execução dessas diferentes políticas públicas. Ficou um pouquinho confuso, porque até aqui são as políticas

públicas, mas seria basicamente toda política pública que fosse colocada em prática, não só no Estado, tivesse um comprometimento do Poder Público em fazer uma correlação entre essas diferentes políticas, para ficar uma coisa... O Código Estadual do Meio Ambiente também teria que fazer um menção ou respeitar a demanda do Código de Saneamento de Santa Catarina ou na Política Estadual de Recursos Hídricos para não haver conflito entre essas mesmas políticas que trabalham a questão ambiental. É só para ficar de uma forma mais claro e polida, porque todas são resultados de uma discussão dentro da Assembléia Legislativa e que de certa forma discutem a questão ambiental dentro do Estado de Santa Catarina.

Eu esperava falar para o Major Márcio, só uma questão do Comitê de Itajaí, é que há trinta dias entrou no ar um sistema de alerta do Comitê de Itajaí que controla sete ou oito rios principais da bacia. E já está funcionando. Portanto, há quinze dias, quando nós tivemos uma intensidade intensa de chuvas e que tivemos um risco de inundação, dois rios desses ficaram num estágio laranja, que a gente chama, de emergência, quase chegando ao vermelho. Então fora também da questão da gestão desses riscos pela defesa civil, o Comitê de Itajaí já tem também um tipo de controle, porque o controle de atividades extremas, principalmente da chuva, é uma das funções e competências de um Comitê de Bacia, segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, e isso já está sendo implementado lá na Bacia de Itajaí. Então como referência que ele citou que vai até aos colégios e aos diferentes municípios do Estado, que quando ele for ao Itajaí, que ele nos comunique para que a gente possa fazer um ação integrada entre o comitê e a defesa civil para que não haja duas frentes tratando sobre o mesmo assunto. Aproveitar que nós lá, no comitê, já temos um linha de trabalho e uma atuação já bem definida na questão da educação e na divulgação de informação.

Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Obrigado. Mais duas inscrições, três, para a gente encerrar.

SR. ADEMAR: Boa-noite. O meu nome é Ademar, da AMOPRE(F) de Naufragados. Eu estou aqui desde a primeira hora do evento. Observando os painéis e quem os conduziu, muita verdade. As pessoas que aqui se manifestaram, também cada uma de sua maneira, do seu jeito, também trouxeram muita verdade.

Esse documento, eu não dei nenhuma contribuição, mas me sinto contemplado neste documento e principalmente no fecho dele, que é a questão do participativo. Que nós não nos esqueçamos que, lá fora, também tem muita gente que não participou hoje aqui, que também tem muita verdade e que também quer contribuir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Muito obrigado. Passo para o próximo inscrito.

SR. SÉRGIO LUIZ ZAMPIERI: Meu nome é Sérgio Luiz Zampieri, eu sou chefe do EPAGRI/CIRAM. Para quem não conhece, foi bastante citado hoje, é o Centro de Informações Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): E foi bem parabenizado hoje.

SR. SÉRGIO LUIZ ZAMPIERI: Justamente, até o motivo da minha fala, um deles, é agradecer a Mesa, os três palestrantes de forma indistinta colocaram o nosso trabalho como um bom trabalho e vários outros palestrantes hoje durante o dia. Mas, na realidade, tudo isso é fruto de uma boa equipe, uma equipe competente, que pegou lá no dia das enchentes, fez vinte e quatro horas, dobrou o sábado e o domingo e a gente já tem essa tradição de uma longa data.

Colocar para vocês que na EPAGRI/CIRAM a gente tem como um dos objetivos agora, é fazer um sistema integrado de monitoramento de alerta para toda Santa Catarina em que se pretende no mínimo ter uma estação pluviométrica em cada município de Santa Catarina. Para quem não entende, é o seguinte: é uma estação que você vai monitorar de hora em hora, em tempo real, via internet, você pode acessar o site nosso... Não está no ar ainda, é um sistema que a gente está propondo. Existe informações hoje em torno de cem estações que a gente já tem, só que elas são de uso interno. Nós precisamos de tecnologia de informática, eu acredito que no horizonte de dois ou três meses nós já vamos colocar mais essas cem estações para que as pessoas possam visualizar. E consequentemente a gente vai associar com o sistema de alerta em que você vai poder saber a gravidade, digamos assim, de determinado rio quando ocorre uma enchente. Atualmente nós temos vários projetos, entre eles a instalação de 30 estações no sul do Estado até o final do ano junto com a PETROBRAS, mais 30 com o MDA na região do Planalto Norte de Santa Catarina, mais 77 junto com a SBS, que a gente vai implantar em todo o Estado, mais 30 que a gente vai implantar com outro projeto de MDA que a gente conseguiu recursos no Vale do Itajaí, nas regiões afetadas, e se pretende fazer um projeto junto com o Projeto Microbacias para que a gente consiga, no mínimo, ter uma dessas estações em cada município de Santa Catarina.

Então, o objetivo um pouco da minha fala, sabe, Odilon, digamos assim que algumas delas ainda está no plano da não realidade. Então que exija assegurado

recursos e o interesse do Estado de Santa Catarina para que a gente tenha um sistema de alerta eficaz, um sistema de monitoramento, que quem ganha é a comunidade catarinense. Essa é, digamos assim, a preocupação nossa como gestor da unidade para que realmente comece nesse período, eu imagino que dois, três, quatro anos, a gente tenha um sistema muito parecido àquilo que existe de melhor hoje na Europa.

Só para colocar para vocês, as estações que a gente está implementando em Santa Catarina são estações com tecnologia genuinamente catarinense da nossa empresa, lá da EPAGRI/CIRAM, e se fosse comprar no mercado essas estações custariam em torno de 50 mil reais, e com as soluções que a gente encontrou e a tecnologia de software, enfim, de equipamentos, elas caem para 5 mil reais. Então é um avanço significativo que a gente está procurando fazer com que a gente tenha mais dados para gerar informações.

Eu agradeço à Mesa pela atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu é que agradeço a participação e reforço os parabéns aí à EPAGRI/CIRAM, que tem orgulhado muito a gente e dada muito informação. Eu vivi como Prefeito de Criciúma o Furacão Catarina e me servi muito das informações de vocês lá, também do Coutinho lá na região nossa, a gente conseguiu fazer um sistema preventivo na cidade e conseguimos não ter todo o prejuízo, todo o caos que poderia ter sido sem as ações preventivas que nós conseguimos promover.

SR. SÉRGIO LUIZ ZAMPIERI: O nosso objetivo é sempre evitar ao máximo [ininteligível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Sempre, sempre agradeço a vocês.

SR. SÉRGIO LUIZ ZAMPIERI: Obrigado pela atenção, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): O último inscrito.

SR. ANDRÉ LUIZ: André Luiz, do DNIT, e também da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

Na verdade, são três correções: ali na Conferência Mundial de Copenhagen, é COP-15, não é COP-13. Também no Item 1c, eu acho que seria melhor ali, "em direção a uma economia de baixa emissão de CO2", poderia ser "uma economia de baixo carbono", porque, além de emissão de CO2, também tem metano, tem óxido nitroso, também tem outros gases, também, que compõem os gases de efeito estufa, isso no Item 1c, eu acho que "baixa emissão de carbono" fica legal. Agora, lá no item... Eu acho que é 3, é que está lá embaixo, mas, na parte de transportes, só faz o favor de abaixar aí, que fica mais fácil. No Item 3c, "estabelecer como prioridade o apoio aos meios de transporte coletivos de baixa emissão de CO2, estimulando também o uso de meios de transporte individuais". Aí é meio contraditório, porque está estimulando o uso de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Está confuso aqui.

SR. ANDRÉ LUIZ: É, eu acho que ou tira ou desestimula.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Eu pedi aqui para eles para tirar fora.

SR. ANDRÉ LUIZ: É, eu acho que sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Aquela segunda frase.

SR. ANDRÉ LUIZ: É, e aí uma quarta sugestão minha, até pelo que eu já ouvi agora aqui nas críticas, até do senhor e da Senadora Ideli, de repente lançar um prêmio ou um concurso de teses ou de artigos para a comunidade acadêmica sobre mudanças climáticas, sobre a questão de matriz energética. Poderia até ser utilizado mesmo os recursos aqui da ALESC e do Senado Federal, gerar uma publicação e aí vocês divulgarem no próximo encontro de mudanças climáticas, seria um documento, algum produto gerado pelo encontro. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Esse encontro, toda a documentação, as palestras dos nossos palestrantes vão estar disponibilizadas, depois que fizermos lá o cadastro da inscrição, a gente vai poder mandar o endereço direitinho para os participantes e depois, usando os recursos de comunicação da Assembléia Legislativa, a gente vai divulgar. Então o último, o último, o último [risos].

SR. LEONARDO CARVALHO: É só uma ideia. Como se falou aqui muito de defesa civil, o Comitê de Bacias, cada entidade dessa, cada organismo desse está fazendo o seu trabalho, a sua pesquisa, coletando dados, enfim. Então uma ideia seria colocar nessa carta a possibilidade de articular esse pessoal todo de alguma forma e botar essas informações em algum link que seja mais acessível para todos. Então, por exemplo, provavelmente no caso o que tem maior intróito no Estado seria a defesa civil. Então todas as questões sobre níveis de rio, os próprios dados meteorológicos do EPAGRI e tudo, fazer uma espécie de um link, um site específico, poderia ser coordenado pela defesa civil, que você acessasse esses dados todos. Se eu quero saber sobre a meteorologia, eu preciso ir no EPAGRI/CIRAM. Se eu preciso saber dos rios, eu preciso ir no comitê. Então um lugar único seria uma boa ideia de congregar isso tudo de uma vez só, facilitar a divulgação, o acesso do público em geral e dos próprios gestores também nessa questão. É uma sugestão a dar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Legal. Eu acho que nós conseguimos apanhar

aqui as questões, estamos confiando aos dois de fazer esses ajustes finais aqui e nós vamos então concluir o nosso Seminário que levou o dia inteiro de hoje, dia 14, Dia Mundial de Combate à Poluição. O nosso Seminário está bem adequado ao tema do dia.

Nós estamos, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa em nossa gestão tem tido esse tema das mudanças climáticas como eixo de atuação, nós temos feito seminários desde 2007, várias atividades nesse sentido, trabalhamos com a cartilha para poder popularizar a ideia, porque na verdade nós estamos promovendo uma mudança cultural, nós estamos estimulando essa mudança cultural que tem que acontecer para fazer as mudanças que a gente quer, enfrentar a questão das mudanças climáticas, enfrentar as questões ambientais de forma a conciliar, produzir e preservar.

Então eu queria agradecer a todos mesmo que participaram, a nossa plenária foi de lideranças, de representação, de entidades importantes, foi uma plenária de qualidade, Prefeito Rivaldo Macari, e agradecer ao apoio da FECAM, agradecer novamente todas as nossas estruturas técnicas, a TV Senado que nos acompanhou até agora e toda a estrutura da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Sem o apoio da Presidente Senadora Ideli Salvatti não seria possível trazer tantos palestrantes com qualidade como nós tivemos aqui no dia de hoje. Então muito obrigado e vamos dar continuidade aqui, que essa Carta nos remete a um conjunto de compromissos importantes. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço a presença dos senhores parlamentares e a dos presentes nesta Reunião e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 19h25.

19ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de agosto de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As quatorze horas e cinquenta e dois minutos, do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e nove, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, Presidenta da Comissão, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senador Renato Casagrande, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Inácio Arruda, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Vanessa Grazziotin, Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Miro Teixeira** e **Deputado Sarney Filho**. Presentes, também, o Deputado Federal Paulo Teixeira e o Deputado Estadual Décio Góes. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 1696, de 2009, datado de 17 de agosto de 2009, firmado pelo Senador Paulo Paim, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, encaminhando cópia do Ofício nº 6549/2009, do Ministro de Estado das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 763, de 2009, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. E-mail recebido do Ministério do Meio Ambiente, comunicando que a audiência solicitada com o Ministro Carlos Minc e a delegação de parlamentares que integraram a diligência no Estado da Amazônia, ficou agendada para o dia 27 de agosto de 2009, às 10 horas, no Gabinete do Ministro. Carta de Florianópolis, resultado da Audiência Pública Regional realizada em conjunto com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ocorrida no dia 14 de agosto de 2009, cuja transcrição é feita na íntegra: "CARTA DE FLORIANÓPOLIS – Considerando as evidências e cenários relacionados às mudanças climáticas e suas consequências para Santa Catarina em termos de desastres naturais e catástrofes socioambientais, os pesquisadores, gestores públicos, parlamentares, ambientalistas, estudantes, professores e representantes de movimentos sociais que participaram do "Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina", realizado no dia 14 de agosto de 2009, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, propõem: 1) **Agenda política:** a) Acompanhar e participar dos debates relativos à Conferência Mundial de Copenhagem (COP 15), considerando a sua relevância na redefinição de ações globais diante das mudanças climáticas; b) Elaborar um Protocolo de Compromissos entre países e/ou estados e cidades da Bacia da Prata (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai) visando ao estabelecimento de metas e ações de redução da emissão de CO2 na região, bem como para mitigação e adaptação ao aquecimento global; c) Desenvolvimento de programas e ações voltadas ao for-

talecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável, em direção a uma economia de baixa emissão de carbono que, ao mesmo tempo, promova a inclusão social e a democracia. d) Promover e apoiar políticas públicas voltadas ao turismo sustentável e ao pagamento por serviços ambientais, especialmente políticas tributárias positivas como, por exemplo, o ICMS Ecológico, que favoreçam, promovam e beneficiem especialmente os produtos e serviços mais sustentáveis; e) A continuidade deste debate através da reedição deste seminário para aprofundar e difundir o conhecimento sobre a relação entre mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina; 2) **Agenda de ciência e pesquisa:** a) Inserir as questões das mudanças climáticas como elemento estruturante das políticas públicas e das ações dos órgãos públicos em diferentes âmbitos: federal, estadual e municipal; b) Viabilizar recursos financeiros adequados para a estruturação e fortalecimento das instituições de pesquisa, estudos e monitoramento das mudanças climáticas; c) Institucionalizar cursos e programas de pesquisa para elaboração de diagnósticos, mapeamentos, estratégias de prevenção, combate e adaptação às mudanças climáticas para as diferentes regiões do território catarinense; d) Criar um Centro Federal voltado a melhor enfrentar as Mudanças Climáticas na região, capaz de subsidiar os órgãos e estratégias de defesa civil nas diferentes esferas; e) Criar e/ou aparelhar os órgãos de defesa civil estadual e municipais, visando uma atuação efetiva na prevenção e combate aos desastres naturais. 3) **Educação para a Sustentabilidade:** a) Desenvolver ações voltadas a inserir a temática das mudanças climáticas nos currículos das escolas e em diversos espaços educativos; b) Apoiar iniciativas de reeducação para o consumo consciente, que promovam mudanças efetivas em termos de redução, reutilização e reciclagem de energia, materiais e produtos utilizados por instituições, entidades e indivíduos; c) Estabelecer como prioridade o apoio aos meios de transportes coletivos de baixa emissão de carbono. d) Debater e buscar alternativas energéticas, considerando a importância de promoção da reconversão socioeconômica do setor carbonífero no sul do Brasil. 4) **Fórum de Mudanças Climáticas:** a) Criar um "Fórum Catarinense sobre Mudanças Climáticas", que reúna representantes dos diferentes segmentos da sociedade e que se constitua num espaço de análise e discussão permanente desta problemática e elaboração de políticas públicas e, a exemplo de outros estados, produzir, também, um Plano Estadual de redução das emissões dos gases do efeito estufa para fazer frente às adversidades ambientais, sociais e econômicas decorrentes do processo das Mudanças Climáticas; b) O Fórum Catarinense sobre Mudanças Climáticas deve produzir políticas visando uma maior integração entre diferentes áreas temáticas como, por exemplo, agricultura, educação, saúde e desenvolvimento; c) O Fórum Catarinense deve ser tornar um espaço que articule e coordene o conjunto das informações relacionadas às Mudanças Climáticas. Por fim, os participantes desse seminário ratificam que estas e outras ações devam ocorrer de forma democrática e participativa, de modo a se constituir em compromisso e responsabilidade de todos os catarinenses, sobretudo porque que se colocam como indispensáveis à realização das estratégias de desenvolvimento sustentável, pautadas na prudência ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Florianópolis (SC), 14 de agosto de 2009**".** Ato contínuo, assume a Presidência dos trabalhos o Deputado Colbert Martins e Deputada Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à seguinte pauta: Apresentação do resultado da 18ª Reunião de Audiência Pública Regional, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC e Assuntos Diversos. A Presidência registra a presença do Deputado Estadual Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convidando-o a tomar assento à Mesa dos Trabalhos e concedendo-lhe a palavra para tecer seus comentários referente a 18ª Reunião de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a qual preside, acontecida no último dia 14 do corrente. Usaram da palavra os senhores parlamentares: Deputada Vanessa Grazziotin que propôs a realização de uma reunião com o Grupo de Trabalho – PROJETO COPA LIMPA, sobre a proposta brasileira a ser apresentada no COP-15. Deputado José Guimarães que solicita a realização de Audiência Pública Regional, no Nordeste, para que se debata as Mudanças Climáticas e Desertificação na região. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, criada por intermédio da Resolução nº. 04/2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Solicitada a dispensa da Ata pelo nosso Relator, Deputado Colbert Martins, os senhores e senhoras parlamentares, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Há expediente sob a Mesa.

O primeiro expediente é do Ministério do Meio Ambiente, Ministro Carlos Minc, que, conforme solicitado, comunica agendamento de audiência do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, à Senadora Ideli Salvatti, Presidente da Comissão Sobre Mudanças Climáticas, e comitiva representativa para dia 27 de agosto, quinta-feira, às 10 horas, no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, 5º andar, no Gabinete do Ministro. O assunto é o orçamento das universidades e órgãos de pesquisa na região amazônica e discutir com os países amazônicos, investimentos no estudo, na pesquisa e na preservação do clima, flora e fauna, e a redução do desflorestamento na região, responsável, em grande parte, pelas emissões brasileiras de gases de efeito estufa, conforme Requerimento nº. 17/09, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Então, confirmada a audiência com o Ministro Carlos Minc. Aliás, isto é importante que seja registrado, foi fruto daquela comitiva que esteve acompanhando os efeitos da enchente lá, no Amazonas. Uma série de medidas e de tratativas com vários Ministérios foram encaminhadas, aprovadas na Comissão e estaremos, agora, dando encaminhamento, entre elas, a esta reunião com o Ministro Carlos Minc.

O outro comunicado é... Esta Comissão recebeu Ofício nº. 1696, datado de 17 de agosto, da lavra do Senador Paulo Paim, no exercício da 1ª Secretaria, encaminhando resposta ao requerimento de informação, aprovado em reunião realizada no dia 09 de junho do corrente, nesta Comissão, ao Ministro de Estado das Cidades. Determino à Secretaria que encaminhe uma cópia do referido expediente à Deputada Vanessa Grazziotin, autora do referido requerimento, para o seu conhecimento. Então, está encaminhado, já veio a resposta. Esta reunião, nós gostaríamos de poder fazer a apresentação do resultado da Audiência Pública regional, realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na última semana, no dia 14, e gostaria já de fazer o registro. Nós contamos, hoje, com honrosa presença do Deputado Décio Góes, que foi o nosso parceiro, ele preside a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa e, hoje, está aqui, nos brindando com a presença e vai acompanhar a apresentação que nós faremos das fotos, das imagens do que foi a nossa Audiência, e, na reunião, nós aprovamos uma carta de Florianópolis, com toda a reflexão feita, as proposições, os encaminhamentos, oriundos daquele debate.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Na última reunião da Comissão, que foi presidida pela Deputada Vanessa Grazziotin, houve um equívoco da minha parte, quando informei que a minha Assessoria havia mandado expediente a esta Comissão, quando, na verdade, não houve. Então, por uma questão até de justiça aos próprios funcionários da Comissão, colocar que não houve a comunicação. Foi uma falha da minha Assessoria, e eu gostaria de fazer esse registro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, deputado, apesar da gentileza de fazer o registro, em respeito aos nossos brilhantes funcionários, mas foi acatada a indicação do seu nome para estar incluído na comitiva que representará a Comissão na COP 15.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Eu agradeço. Até por uma questão de justiça, na verdade, não poderia ser injusto, até porque quero parabenizar o trabalho, não só dos membros, como também a Presidência de V. Exa., que muito bem preside esta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço. E eu passaria a palavra e a Presidência dos trabalhos ao Deputado Colbert Martins, porque eu sou relatora de um projeto que vai ser votado nesse momento, lá na Comissão de Constituição e Justiça. Será uma votação rápida. Com certeza, eu terei oportunidade de estar aqui, ainda, antes do término dos trabalhos. Então, está repassada aqui a condução dos trabalhos, a leitura da Ata e a apresentação das imagens do debate que possa ser feito a respeito da... Muito importante a Audiência que realizamos lá, em Santa Catarina, na última sexta-feira. Deputado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Assumo a Presidência desta Comissão tipicamente feminina, até porque a vice-Presidente também o é, mas dizer do prazer em ter participado de grande parte dessa reunião, cumprimentar o Deputado Estadual Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que conosco, neste momento, se encontra, e dizer da qualidade do encontro da representatividade que, lá, nós tivemos a oportunidade de testemunhar. E dizer que a proposta, aqui aprovada, de autoria da Senadora Ideli Salvatti é muito em razão

dos desastres naturais graves que Santa Catarina sofreu, em decorrência de mudanças no próprio clima e nas circunstâncias que modificaram, de forma absolutamente negativa, as ações do clima em Santa Catarina. Não apenas lá em Santa Catarina. Vocês podem acompanhar, e eu peço que a Assessoria possa continuar mostrando esses... Esses documentos de fotos daquele evento e, ao mesmo tempo, eu vou transmitir as resoluções tiradas lá em Florianópolis, na última sexta-feira.

Considerando as evidências e cenários relacionados às mudanças climáticas e suas consequências para Santa Catarina, em termos de desastres naturais e catástrofes sócio-ambientais, os pesquisadores, gestores públicos, parlamentares, ambientalistas, estudantes, professores e representantes de movimentos sociais que participaram do Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, realizados em 14 de agosto de 2009, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina propõem: 1) Agenda política. A) acompanhar e participar dos debates relativos à Conferência Mundial de Copenhagen, considerando sua relevância na redefinição de ações globais diante das mudanças climáticas. B) Elaborar um protocolo de compromissos entre países e/ou Estados e cidades da Bacia do Prata, essa considerada o projeto da rede européia/sul américa de avaliação de mudanças climáticas e estudos de impacto da Bacia do Prata apresentado no seminário (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai), visando estabelecimento de metas de ações de redução de emissão de CO2 na região, bem como, mitigação do aquecimento global. C) Desenvolvimento de programas e ações voltados ao fortalecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável, em direção a uma economia de baixa emissão de carbono e que, ao mesmo tempo, promova a inclusão social e democracia. D) Promover e apoiar políticas públicas voltadas ao turismo sustentável e ao pagamento por serviços ambientais, especialmente, políticas tributárias positivas, como por exemplo, ICMS ecológico, que favoreçam, promovam e beneficiem especialmente os produtos e serviços mais sustentáveis. E) A continuidade desse debate através de reedição desse seminário para aprofundar e difundir o conhecimento entre relação mudanças climáticas e desastres naturais em Santa Catarina.

2) A agenda de ciência e pesquisa. Inserir as questões das mudanças climáticas como elemento estruturante das políticas públicas das ações dos órgãos públicos em diferentes âmbitos, Federal, Estadual e Municipal. B) Viabilizar recursos financeiros adequados para a estruturação e fortalecimento das instituições de pesquisa, estudos e monitoramento das mudanças climáticas. Monitoramento. Vamos corrigir esse final. Institucionalizar cursos e programas de pesquisa para elaboração de diagnósticos, mapeamentos, estratégias de prevenção, combates e adaptação às mudanças climáticas para as diferentes regiões do território catarinense. D) Criar um centro Federal voltado a melhor enfrentar as mudanças climáticas na região, capazes de subsidiário os órgãos de estratégia de Defesa Civil nas diferentes esferas. E) Criar e/ou aparelhar os órgãos de Defesa Civil Estadual e Municipais, visando uma atuação efetiva na prevenção e combate aos desastres naturais.

É bom ressaltar que em Santa Catarina, além das instituições estaduais como Polícia Militar e Bombeiros Policiais Militares, existe uma forte organização de voluntários de Defesa Civil e Bombeiros, extremamente organizados e estruturados, que é preciso que além de Santa Catarina pelas suas características culturais possa ser estendido também a outras unidades da federação brasileira.

3) Educação para sustentabilidade. Desenvolver ações voltadas a inserir a temática das mudanças climáticas nos currículos das escolas e em diversos espaços educativos. A) Apoiar iniciativas de reeducação para o consumo consciente que promovam mudanças efetivas em termos de redução, reutilização e reciclagem de energia... Muito obrigado, Deputado... E espaços educativos. Peço à Assessoria que possa fazer a correção anotada pelo Deputado Miro Teixeira. Deputada Vanessa, V. Exa. é convidada a assumir a Presidência enquanto eu concluo a leitura. B) Apoiar iniciativas de reeducação para o consumo consciente que promovam mudanças efetivas em termos de redução, reutilização e reciclagem de energia, materiais e produtos utilizados por instituições, entidades e indivíduos. C) Estabelecer como prioridade o apoio dos meios de transportes coletivos de baixa emissão de carbono. D) Debater e buscar alternativas energéticas, considerando a importância e promoção da reconversão socioeconômica do setor carbonífero no sul do Brasil. Esse Item D é específico para Santa Catarina, um dos maiores produtores de carvão mineral do país.

4) Fórum de mudanças climáticas. A) Criar um fórum catarinense sobre mudanças climáticas, que reúna representantes dos diferentes segmentos da sociedade e que se constitua num espaço de análise e discussão permanente dessa problemática e elaboração de políticas públicas e, a exemplo de outros Estados, produzir também um plano estadual de redução de emissões dos gases de efeito estufa, para fazer frente às adversidades ambientais, sociais e econômicas, decorrentes do processo das mudanças climáticas. B) O fórum catarinense sobre mudanças climáticas deve

produzir políticas, visando uma maior integração entre diferentes áreas temáticas como, por exemplo, agricultura, educação, saúde e desenvolvimento. C) O fórum catarinense deve se tornar um espaço que articule e coordene o conjunto das informações relacionadas às mudanças climáticas.

Por fim, os participantes desse seminário ratificam que essas e outras ações devam ocorrer de forma democrática e participativa, de modo a se constituírem compromisso e responsabilidade de todos os catarinenses, sobretudo, porque se colocam como indispensáveis à realização das estratégias, desenvolvimento sustentável, pautadas na prudência ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Quero passar a Presidência à Vice-Presidente, Deputada Vanessa Grazziotin, pedindo à Deputada que possa conduzir essa sessão a partir de agora e reiterando, Deputada Vanessa, que aqui presente está o Deputado Décio Góes, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, entidade parceira no fórum realizado lá em Santa Catarina, na última quarta-feira. E que nós pudéssemos aqui ouvir outros deputados, aqui presentes, para que nós pudéssemos consubstanciar os documentos desse evento, realizado pela nossa Comissão, lá em Santa Catarina, na última sexta-feira.

[troca de presidência]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Após a concessão da Presidente, me instalo.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Porque, na realidade, V. Exa. estava dirigindo e ao mesmo tempo... Dirigindo a sessão e relatando a diligência, a participação da Comissão--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): É porque eu relatei que essa Comissão é eminentemente feminina. V. Exa. e a Deputada(sic) Ideli. Então, portanto, ocupo esse espaço com todo o cuidado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Ainda não é eminentemente feminina. Ela apenas tem uma realidade diferenciada das demais. Nas demais, a mulher se faz presente. Agora, raramente--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Acho que nós estamos com excesso de pessoas na Mesa do sexo feminino, mas meu protesto fica registrado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Enfim, eu gostaria também de agradecer ao Deputado Colbert Martins, não apenas pela leitura, mas pelo importante trabalho que tem feito à frente desta Comissão, tem feito um grande esforço para estar presente em todas as atividades e assim foi no Estado de Santa Catarina. Deputado... Deputados presentes, foi comunicada a presença do Deputado Décio, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e eu consulto os demais pares da possibilidade se há alguma objeção, que passemos a palavra para que ele possa dar as suas impressões, fazer suas observações, num tempo breve aqui, em nossa Comissão. Então, passo a palavra a V. Exa., Deputado Décio.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (PT-SC): Queria fazer a minha saudação à Deputada Presidente e ao relator, que nos deu a satisfação de estar participando lá em Santa Catarina na última sexta-feira desse seminário que promovemos em conjunto. Foi um seminário que teve uma participação de cerca de 150 pessoas, até... Alguns momentos, 200 pessoas. Mas todos de lideranças extremamente bem representativas de vários setores da sociedade catarinense. Das nossas universidades, da rede de universidades, de fundações que o Estado tem, das organizações não-governamentais, do Governo Estadual, dos órgãos do Governo Federal e várias Prefeituras e Câmara de Vereadores e fundações municipais e fundações estaduais, estavam lá representados.

Então, debatemos durante um dia inteiro com toda a equipe técnica do INPE, da nossa EPAGRI/CIRAM, nós temos um centro de controle meteorológico extremamente avançado e que tem sido o trabalho deles, tem sido fundamental na prevenção dos desastres naturais que têm acontecido, eles têm medido as mudanças climáticas no Estado e já se detectou um crescimento de 2% na nossa temperatura média e cerca de dois centímetros no mar. Então, já há sinais de mudança climática em Santa Catarina, talvez, justifique essa... Essa concentração de desastres naturais na região. Tivemos a participação de vários estudos das nossas universidades, tanto regional como a nossa Universidade Federal de Santa Catarina, a Fundação Amazônia Sustentável, a SOS Atlântica... Então, foi um debate extremamente rico e algumas conclusões que eu queria destacar nesse documento.

A necessidade de nós termos mais profissionais nessa área. A gente está sempre pego de forma desprevenida. E Santa Catarina, por conta dessa condição climática dela, que faz passar pelo Estado todo aquele fluxo que vem da Amazônia e os fluxos polares e passa a ser também um caminho de correntes entre o Atlântico e o Pacífico. Talvez, isso justifique esses acidentes que nós estamos tendo. Nós retiramos do seminário a importância de ter um instituto de pesquisa dessas mudanças climáticas para que nós possamos estar mais prevenidos. Possamos preparar culturalmente a popu-

lação para esses novos tempos e possamos adaptar a nossa economia, nossa agricultura, enfim, para isso. Como não é uma mudança local, ele seria ali, em Santa Catarina, mas de âmbito nacional, lógico. E Santa Catarina reivindica isso porque nós entendemos que nós devemos, como estamos sendo prejudicados ou estamos tendo vários eventos desastrosos no Estado, do ponto de vista ambiental, a gente reivindica esse centro. Ou nós estamos levantando essa necessidade para o país porque entendemos que é importante ter um centro de pesquisa para evitar e adaptar essas mudanças climáticas.

Então, eu queria agradecer à Comissão por ter permitido que a Assembléia Legislativa fosse parceira e propiciar um grande evento, porque eu acho que só nós, de Santa Catarina, tínhamos a obrigação de alertar para o Brasil essas condições climáticas alteradas e que já estão tendo efeitos danosos em nosso Estado. Então, obrigado à Senadora Ideli, Relator Colbert Martins que foi lá nos visitar em nome de toda a Comissão. E eu trago aqui o abraço da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, agradecendo essa oportunidade dessa grande parceria que a gente estabeleceu. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se quiser encaminhar aos nossos queridos deputados. Vanessa, algo? Não? Então, não havendo mais a tratar, eu declaro encerrada a presente sessão, com os encaminhamentos que foram dados pela carta, que são encaminhamentos extremamente pertinentes ao assunto que nós debatemos, com a participação, inclusive, de inúmeros especialistas no assunto, e não só profissionais da área, universidades, não é, Deputado Décio, mas, também, as entidades não-governamentais, ONGs, populares que participaram e tiveram oportunidade de dar o seu testemunho do que vem... O significado que vem tendo os desastres, ditos naturais que, cada vez mais, Santa Catarina vem sendo palco, com muito sofrimento e muito prejuízo para todos nós e, ao mesmo tempo, que Santa Catarina infelizmente sedia esses episódios, também, Santa Catarina tem que ser o palco de um debate profundo, sério e responsável, e tem que dar o exemplo da sustentabilidade de uma economia que modifique a sua matriz, tendo na sustentabilidade um dos seus eixos principais e se transformando, efetivamente, em referência. Referência no socorro às vítimas, na Defesa Civil, referência nos estudos climatológicos necessários porque cada vez mais o Brasil precisa ter para fazer frente a tantos desastres. Mas eu concedo a palavra, se... Se o deputado permite, primeiro às damas, a nossa Deputada Vanessa Grazziotin. Em seguida, o Miro. O Deputado Miro.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigado, nobre senadora.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO : Pra cumprir tudo é muito programado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V. Exa., por favor, não me lembre.

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu retiro a minha inscrição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputada Vanessa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senadora, primeiro, quero cumprimentá-la, cumprimentar o Deputado Décio que preside uma importante Comissão na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Colbert. Eu só gostaria de destacar que assim como foi importante, eu não tenho dúvida nenhuma, fundamental essa Audiência Pública, esse seminário realizado em Santa Catarina, num dos Estados que viveu um dos maiores dramas recentemente, por conta, sem dúvida nenhuma, como o próprio Deputado Décio aqui relatou, por conta muito das mudanças climáticas que está havendo esse desequilíbrio da natureza, que nós temos aprovado nesta Comissão, senadora, a realização de um conjunto de seminários semelhantes a esse pelas regiões. Temos que ir ao Nordeste, temos que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Temos o do semi-árido, que é dedicação do Senador Inácio Arruda.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Do semi-árido. Temos um para debater--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria a questão da desertificação e fundir, viu, senadora, também com o semi-árido, fundir um só no Nordeste.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Temos um debate ainda sobre a questão das mudanças climáticas e os povos indígenas, que aprovamos também um requerimento. A ideia seria fazer no Município de maior população indígena do Brasil, que é São Gabriel da Cachoeira, Município muito importante, cujo Prefeito é um índio, do Partido dos Trabalhadores. Mas é um índio, pela primeira vez na história do Município e que nos aguarda com muita ansiedade. Eles já realizaram uma conferência municipal de mudanças climáticas e, agora, estão aguardando a Comissão do Congresso Nacional para repassar todo o debate que eles tiveram já lá, Deputado Miro. Então, seria interessante que nós elaborássemos, desde já,

o nosso calendário. Até eu fiquei muito triste de não poder ter ido à Santa Catarina, por conta de outros eventos marcados com muita antecedência.

Fiquei muito triste, tenho certeza de que assim foi com todos parlamentares. Se tivéssemos, desde já, um calendário, Presidente Ideli, para que pudéssemos nós nos programarmos de tal sorte que mobilizasse... Mobilizássemos maior número de parlamentares para eventos diferentes. Deputado Colbert ir a alguns, Deputado José Guimarães, Deputado Teixeira... Isso é muito importante. Acho que essa é uma medida que a gente tem que programar desde já para fazer acontecer até o final do ano. Que já estamos em agosto, praticamente no final do mês de agosto. Temos pouquíssimos meses para fazermos esse debate e depois o relator se debruçar em seu relatório junto com Deputado Mendes Thame que é o sub-relator. Era isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputada Vanessa, antes de passar a palavra para o nosso Relator, Deputado Colbert Martins, eu estou com o seguinte entendimento. Em termos de atividade aqui, da Sessão Ordinária da Comissão, nós temos que priorizar a COP 15. Esta deve ser a nossa prioridade, porque está se aproximando, nós gostaríamos de poder ter alguma participação mais efetiva, inclusive, com propostas. Portanto, eu queria pedir ao Deputado Colbert Martins que nós pudéssemos ter já para este final de agosto e o mês de setembro, dedicar as atividades aqui, das terças-feiras exclusivamente, voltado à preparação da COP 15. E como nós temos vários assuntos que têm peso diferenciado de região para região, mas são todos muito importantes, que nós pudéssemos estabelecer um calendário porque estas atividades não precisam ser realizadas às terças, quartas e quintas. Elas podem ser realizadas como nós já fizemos. A do Amazonas foi numa segunda-feira, a de Santa Catarina foi numa sexta...

Portanto, nós poderíamos organizar porque aí, é claro, que os parlamentares que estão com um envolvimento mais direto, com aquela região e com o assunto, priorizam. E aí nós potencializamos o trabalho da Comissão. Então, eu não sei se seria possível nós termos esse encaminhamento. E, também, como a FIFA virá no final de setembro e nós queremos dar andamento naquela discussão da COPA LIMPA, o Grupo de Trabalho do COPA LIMPA também poder... Aí não precisa ser na nossa reunião de terça-feira, pode ser num trabalho paralelo, dividindo as tarefas, pra gente poder ter, até o mês de outubro, dado conta de todas as nossas tarefas. As audiências regionais, com os temas específicos, a preparação da nossa intervenção, da nossa participação na COP 15 e, também, o resultado do trabalho da COPA LIMPA. Então... Eu passaria--

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado Guimarães.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Só para sugerir, relator, dentro do espírito que V. Exa. está colocando, às terças-feiras, nós trabalharíamos com esse roteiro, em função da COPA LIMPA e tal--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): COP 15.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): COP 15. E nós agendaríamos, Colbert, noutra data, que pode ser numa segunda ou numa sexta, e já sugiro que, na nossa região, seja mudança climática e desertificação, onde nós, da região lá, eu, o Senador Inácio, assumiríamos toda a mobilização lá. Porque essa questão fundamental lá que tem a ver com a temática da Comissão. Quero já que esta Comissão, senadora, se necessário for, apresente o requerimento. Mas, verbalmente, quero sugerir e peço que conste, na Secretaria da Comissão, a sugestão de seminário para o Nordeste. Pelo menos, um. Audiência Pública. Mudanças climáticas e desertificação. Já quero que conste como sendo o requerimento de nossa autoria, requerimento oral, conforme o regimento me permite, para constar com esse tema, nobre relator. Se for possível, a gente já pode aprovar e nós nos encarregaremos sem depender de nenhum envolvimento de V. Exa.s, apenas o comparecimento e nós mobilizaríamos tudo em função disso.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Deputado José Guimarães, a informação da Assessoria da Comissão é que a matéria já está aprovada, tanto quanto, aqui na Bahia tem outra matéria de outra Audiência Pública. O que nós vamos fazer agora é reunirmos com a Assessoria da Comissão e verificar as datas e definir como é que nós faremos isso. Queremos ter essas reuniões programadas e eu me comprometo que ainda durante essa semana nós agendaremos. E na próxima semana, começaremos as nossas atividades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Os diretamente interessados, buscar o relator para fazer o... Fechar a agenda. As regionais, Senador Casagrande...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na próxima reunião, senadora, preliminarmente, antes da pauta normal, eu apresentaria a data.

[falas sobrepostas]

Foi realizado. Foi Santa Catarina na última sexta-feira. Mas eu espero, na próxima semana, estarmos

aqui, com tudo pronto, definido, para a aprovação e uma agenda pronta. Espero conversar com todos durante esses dias. Lamentar que a Deputada amazônida, Deputada Vanessa Grazziotin, não pôde estar presente, no Estado aonde ela nasceu, efetivamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é. Ela não teve condição de voltar à terra. Visitar onde ela enterrou o umbiguinho lá.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Exatamente. Então, acho que nós vamos preparar essa agenda para--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Deputado Colbert, independente da votação dos requerimentos aqui na Comissão, aproveitando essa oportunidade com a permissão da Presidente, eu dei entrada e encaminhei à Mesa o requerimento que, por questões técnicas, não será votado hoje, mas se V. Exa. pudesse incluir, desde já, no calendário que vai propor à Comissão. É uma reunião sobre COP 15, com um Grupo de Trabalho de representantes do Governo da Amazônia. O Governo Brasileiro criou recentemente um Grupo de Trabalho para formatar uma proposta para a COP 15, com governadores que, na realidade, são seus representantes dos nove Estados da Amazônia Legal coordenado pelo Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Então, seria importante que em breve a gente pudesse ouvi-los, porque eles já estão em fase de conclusão da proposta brasileira que será encaminhada em Copenhagen que é levar em consideração e remunerar a floresta, cujo desmatamento é evitável. E mais as outras medidas.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Deputada Vanessa, V. Exa. pode formalizar. Já está pronto aqui as que V. Exa. manifesta. Agora, eu gostaria que nós pudéssemos fazer no mesmo dia da atividade que fizéssemos com as comunidades indígenas. Se formos fazer em Manaus, que nós pudéssemos fazer atividades que são complementares, no mesmo momento. Mas poderemos, hoje, organizar esse calendário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao nosso relator--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): E agradeço ao convite, fiquei muito honrado de estar lá. O Deputado Décio, parabenizar pela grande organização do seminário, foi um seminário... V. Exa. diz que tiveram 150 pessoas, foi o mínimo, um cuidado muito grande, Deputado Miro, com a gripe. Afinal de contas, nós estamos, hoje, tendo que ter cuidados, e, lá, eu vi a preocupação... Houve uma palestra inicial sobre a questão, acho que todos nós, em organizações desse porte, devemos fazê-lo e cumprimentar também a [ininteligível] e a toda equipe aqui que também esteve lá, organizando muito bem esse seminário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, eu gostaria, antes de encerrar, lembrar aos Srs. Parlamentares da audiência com o Ministro do Meio Ambiente, no próximo dia 27, quinta-feira, às 10 horas, no Gabinete do Ministro Carlos Minc, que é ainda sequência daquela nossa atividade, Deputada Vanessa, lá do acompanhamento das enchentes, no norte do país. E agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, inclusive do Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa, que nos visita, Deputado Décio Góes, e encerro a presente reunião.

Sessão encerrada às 15h24

20ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 25 de agosto de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As quatorze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Marco Maciel, Senador Renato Casagrande, Senador Valter Pereira, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Cícero Lucena, Senador Inácio Arruda, Senadora Fátima Cleide, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Luiz Carreira** e **Deputado Sarney Filho**. Presente, também, o Deputado Federal Luiz Sérgio. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Correspondência firmada pelo Embaixador Sérgio França Danese, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, comunicando que o Ministro Celso Amorim será representado, na presente Audiência Pública, pelo Embaixador para a Mudança do Clima, Sérgio Barbosa da Serra, em substituição ao Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, anteriormente designado. Proposta apresentada pelo Deputado José Guimarães

para a realização da Audiência Pública Regional, a acontecer no Estado do Ceará, na Cidade de Fortaleza, em setembro 2009. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009–CMMC, "Diretrizes de Calendário de Trabalho da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para o ano de 2009", de autoria da Senadora Ideli Salvatti, com a presença do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado – Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores – MRE, representando Sua Excelência o Senhor Ministro Celso Amorim, para debater sobre o tema "Perspectivas do Brasil para a COP-15". A Presidência convida o Embaixador Sérgio Barbosa Serra a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua exposição inicial. Usaram da palavra os senhores Parlamentares: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Sarney Filho, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Luiz Carreira, Deputado José Guimarães, Deputado Fernando Gabeira e Deputado Colbert Martins. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 39, de 2009 – CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer a realização de Audiência Pública para ouvir representantes do Grupo de Trabalho do Ministério da Integração, para discutir propostas do Plano Amazônia Sustentável, em data a ser posteriormente definida. **Requerimento nº 40, de 2009 – CMMC**, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2009-CMMC, aprovado em 09 de junho de 2009, que seja incluído no rol dos convidados para a Audiência Pública para discutir a Instrução Normativa nº 07/09 do IBAMA, o nome do Senhor Claudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil. **Requerimento nº 41, de 2009 – CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promova Seminário, nas dependências do Senado Federal, para debater o projeto "Copa Limpa", na primeira quinzena de novembro de 2009, com a participação dos seguintes setores: Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, Confederação Brasileira de Futebol, Ministério dos Esportes, Ministério do Meio Ambiente, Poder Público Municipal das 12 cidades-sede e Organizações sociais e empresariais. **Requerimento nº 42, de 2009 – CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realize Audiências com os Ministros da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, da Educação e da Justiça, para tratar dos seguintes assuntos: Criação de um Centro Nacional de Climatologia e Mudanças Climáticas e Criação de um Centro Nacional de Referência em Defesa Civil e Catástrofes. **Requerimento nº 43, de 2009 – CMMC**, de autoria do Deputado José Guimarães, que requer seja realizada Audiência Publica Regional, em setembro de 2009, na Cidade de Fortaleza, para debater as Mudanças Climáticas e a Desertificação no Estado do Ceará. **Requerimento nº 44, de 2009 – CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Colbert Martins, que requer, em aditamento aos Requerimentos nº 37 e 38, de 2009-CMMC, aprovados por unanimidade nesta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em reunião realizada no dia 25 de agosto do ano em curso, a inclusão do nome do Deputado José Guimarães, para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhagen (Dinamarca), a realizar-se em dezembro de 2009. **Aprovados**, também, requerimentos lidos na reunião de 31 de março de 2009, a saber: **Requerimento nº 05 de 2009-CMMC**, de autoria do Deputado José Guimarães e da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer seja realizada reunião de audiência pública para debater o processo de validação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, MDL, pelo Comitê Executivo do MDL. **Requerimento nº 06, de 2009-CMMC**, de autoria do Deputado José Guimarães e da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer seja realizada reunião de audiência pública para debater a regulamentação do Mercado de Carbono no Brasil através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL. O Relator da Comissão, Deputado Colbert Martins, informou ao plenário que será realizada audiência pública regional em Salvador/BA, no próximo dia 14 de setembro de 2009 e outra na Cidade de Fortaleza/CE, em 24 de setembro de 2009. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Reunião Ordinária, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior.

Os senhores e senhoras Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler. Nós temos aqui requerimentos apresentados por vários Parlamentares que eu vou fazer a leitura e, tão logo tenhamos quorum para a sua aprovação, faremos a aprovação dos Requerimentos.

O primeiro Requerimento é da Deputada Vanessa Grazziotin, que "Requer a realização de Audiência Pública para ouvir representantes do Grupo de Trabalho do Ministério da Integração para discutir propostas do Plano Amazônia Sustentável".

O segundo Requerimento é do Senador Renato Casagrande, que "Propõe Audiência Pública objetivando discutir a Instrução Normativa nº 07/09, do IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotadas medidas que visem a mitigação das emissões de dióxido de carbono oriundos da geração de energia elétrica de usinas termoelétricas movidas a óleo e a carvão. Solicita a participação nesta Audiência do Sr. Cláudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil". Aliás, o Instituto Acende Brasil realizou hoje um evento grande aqui em Brasília, que eu não tive a oportunidade de poder participar, mas já queria deixar aqui o registro, que é exatamente a questão de mudanças climáticas e a nossa matriz energética, o modelo energético adotado pelo Brasil.

Os dois Requerimentos seguintes são de minha autoria.

Um é para que a Comissão realize, promova um seminário aqui nas dependências do Senado Federal para debater o Projeto Copa Limpa, a copa com característica de sustentabilidade, na primeira quinzena de novembro de 2009, com a participação dos seguintes setores: Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Confederação Brasileira de Futebol; Ministério dos Esportes; Ministério do Meio Ambiente; Poder Público Municipal das doze cidades sede; Organizações Sociais e Empresariais.

Na proposta da programação teríamos a cerimônia de abertura, a primeira palestra "Os desafios das megacidades", com um convidado internacional. O objetivo é inclusive neste debate e nesta palestra "Os desafios das megacidades", ter um pouco o acompanhamento do impacto que eventos desta magnitude como Copa do Mundo acabam representando como alavanca de desenvolvimento aonde elas são realizadas. Então a ideia é trazer algum estudioso, alguma personalidade que tenha acompanhado exatamente este impacto nas megacidades de eventos internacionais de grande porte. A segunda palestra é "Como a Copa 2014 pode ajudar a cidade em termos de sustentabilidade". Aqui a ideia é convidar também uma personalidade internacional que possa reproduzir a experiência de eventos em cidades que tiveram a preocupação da sustentabilidade em eventos também de grande impacto como Copa do Mundo. Interromperíamos para o almoço e na parte da tarde faríamos painéis de no máximo uma hora cada um tratando de energia, saneamento, mobilidade urbana, segurança, prédios inteligentes e verdes, com especialistas aí do Brasil tratando destes assuntos.

O segundo Requerimento de minha autoria é que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realize Audiência com os Ministros da Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, da Educação e também Ministro da Justiça para tratar dos seguintes assuntos: a criação de um Centro Nacional de Climatologia e Mudanças Climáticas e a criação de um Centro Nacional de Referência em Defesa Civil e Atendimento a Catástrofes. Estes dois centros surgiram no seminário sobre mudanças climáticas e desastres naturais realizados por esta Comissão no dia 14 do corrente em Florianópolis, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Então isso é para nós podermos dar continuidade ao evento realizado em Florianópolis.

Então estes Requerimentos, juntamente com dois outros requerimentos que já foram também lidos no dia 31 de março, serão posteriormente aprovados.

E, por último, eu queria dar ciência à Comissão de que o Deputado Guimarães apresentou uma proposta para o Seminário Regional sobre Mudanças Climáticas e Desertificação, a ser realizado no Ceará. Este Seminário vai contar com um painel sobre "Desertificação – Diagnóstico e perspectivas frente às mudanças climáticas", com o Sr. Egon... Eu não vou ousar dizer o sobrenome, que é Secretário de... Como é que é, Deputado Guimarães?

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Egon Krakhecke.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Krakhecke, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; a Professora Marta Celina, Professora da Universidade Federal do Ceará. E o segundo painel: "Produzir sem degradar – Desafios para o semiárido: experiências exitosas", com Camilo Santana, Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; José Sydrião de Alencar Júnior, Superintendente do ETENE; Cristina Nascimento, Coordenadora do Grupo ASA. E uma Mesa redonda do "Plano Estratégico para os Recursos Hídricos no Estado do Ceará – Uma visão de futuro", com Francisco Coelho Teixeira, Presidente da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos; e Eudoro Santana, Presidente do Conselho de Altos Estudos e

Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Ceará. E, por último, uma Mesa redonda "Mecanismos de incentivo à sustentabilidade – Programa Município Selo Verde ICMS Ecológico", com Maria Tereza Bezerra Faria Sales, Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (COMPAM); e Eliene Leite Araújo Brasileiro, Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará.

Então esta é a proposta do Deputado Guimarães para o nosso Seminário de Mudanças Climáticas e Desertificação no Ceará, a ser realizado no dia 23 de outubro na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Pois não, Deputado Guimarães.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Só uma ratificação, Presidente Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): É Audiência Pública?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, que vai ser realizada na forma de um Seminário.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Como nós fizemos lá em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Perfeitamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, com belíssimos resultados.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Tá bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, a presente Reunião, ela teve como objetivo a realização de uma Audiência Pública para que nós pudéssemos tomar conhecimento das "Diretrizes e do Calendário de Trabalho da Comissão para o ano de 2009". Também nesta Reunião de hoje, a respeito do Calendário de Trabalho nós já temos as propostas aqui para o mês de setembro, o mês de outubro e mês de novembro. Eu vou pedir apenas a permissão de aguardar a chegada do nosso Relator, porque não gostaria de apresentar aqui a proposta do calendário sem a presença dele.

Enquanto isto, nós já vamos entrar aqui na nossa Comissão, o Ministro Sérgio Barbosa Serra, que é Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima, do Ministério das Relações Exteriores, que está neste momento representando o nosso Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para debater sobre o tema "Perspectivas do Brasil para a COP-15. O Ministro Sérgio Barbosa, que é Embaixador Extraordinário, inclusive havia sido inicialmente designado um outro Embaixador, mas como o Ministro Sérgio Barbosa é exatamente o coordenador de toda estas tratativas e preparação do Brasil para a COP-15, ele muito nos honra com a sua presença e eu espero que nós tenhamos uma apresentação bastante proveitosa para a Comissão, tendo em vista que nós tiramos como prioridade agora neste segundo semestre preparar a posição da Comissão e inclusive preparar a delegação da Comissão que irá participar da Conferência COP-15, nós já escolhemos dez parlamentares que estarão representando a Comissão em Copenhagen.

Então, Ministro, eu passo com muito prazer a palavra para V. Sa., para que possamos ter a apresentação e depois fazer os questionamentos e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Eu queria dizer que para mim é uma honra e um grande prazer também estar representando o Ministro Celso Amorim nesta Audiência Pública, nesse assunto que é tão premente, porque nós temos um calendário apertado até Copenhagen e esperamos que em Copenhagen, no fim do ano, nós possamos concluir uma negociação que esteja satisfatória para o Brasil, mas, sobretudo, benéfica para o planeta, porque o problema do aquecimento global e da consequente mudança climática já vem nos afetando, há assim sérios eventos meteorológicos extremos, a elevação do nível do mar já começa a se sentir, enfim, e temos que trabalhar de uma certa forma para, segundo o art. 2 da Convenção do Clima, chegarmos a uma estabilização que se pretende seja ainda nesse século, em meados do segundo quarto, do terceiro quarto desse século.

Mas, enfim, eu fui convidado aqui para apresentar aos Srs. Senadores e Deputados da Comissão Mista as perspectivas da posição do Brasil ou como o Brasil vê a COP-15. Mas achei que devia primeiro fazer uma introdução sobre o que é que está em jogo, enfim, qual é o panorama geral dessa negociação. Pode passar.

Bom, então essa situação atual das negociações, que eu fiz em alguns poucos slides aqui, é o seguinte: as negociações estão, como os senhores sabem, correndo em dois trilhos, que correspondem ao que nós chamamos Mandato de Bali, mais especificamente é o Mapa do Caminho ou Bali road map, em inglês. Essa é uma instrução, aliás, que se deve à delegação brasileira, porque isso foi uma ideia que acabou vingando antes da COP de Bali, numa reunião no norte da Suécia, no qual estiveram, enfim, incluiu vinte e oito países, entre eles o Brasil, que eram os principais atores na negociação, e definiu-se que em Bali se definiria esse roteiro de negociação em dois trilhos. Um trilho, que é o trilho do Protocolo de Kyoto,

cujas metas de redução de emissões dos países do Anexo 1, portanto, os países industrializados, se esgotam, enfim, expiram em 2012. Então seria a definição nesse trilho de negociação das metas para o segundo período de compromisso, chamado segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto. E o outro é o trilho da Convenção que engloba os outros, isto é, há uma designação de países desenvolvidos ali que estão incluídos numa janela, num nicho. Aliás, desculpem, esse trilho da Convenção é a implementação do plano de ação que foi adotado em Bali, o Plano de Ação de Bali, e há um nicho para países, um subparágrafo lá para países desenvolvidos. Mas leia-se aí Estados Unidos, porque é o único país desenvolvido que é integrante do Anexo 1 da Convenção, mas não é signatário, ou melhor, no ratificou o Protocolo de Kyoto. E o outro é onde nós nos encaixaríamos, enfim, os países em desenvolvimento, como, enfim, enfrentariam, quais seriam os seus compromissos para essa nova fase do regime internacional do clima. Pode passar.

Então continuando, assim, na situação atual das negociações, então há dois... O trilho aí, a sigla é em inglês, o Grupo de Trabalhado Ad Hoc (AWG-KP), do Protocolo de Kyoto, que é um dos dois, até a reunião... Nós estamos pensando, isso começou em Bali, portanto, dezembro de 2007, teve uma primeira reunião após Bali, que foi em Bangkok, em março de 2008. Então de março de 2008 até há 20 dias atrás, digamos, que foi a última reunião do processo negociador da Convenção, em Born(F), as negociações estavam virtualmente empacadas. Os países que deveriam falar das suas metas estavam usando os mais variados métodos, enfim, táticas dilatórias, discutindo aspectos técnicos, talvez até secundários, mas, enfim, não entravam no assunto principal, que era na definição dessas metas. Mas eis que em agosto vários desses países, eu diria que os principais atores entre os signatários de Kyoto, com exceção da Rússia, apresentaram a indicação do que quais seriam as suas metas para esse segundo período de compromisso. Evidentemente que isso é um aspecto positivo, porque uma negociação que estava virtualmente parada, depois de mais de um ano e meio começa a ver, a ter uma luz no fim do túnel. Agora há um problema que os números apresentados são extremamente modestos. Eu não tenho aqui no slide, inclusive porque são números preliminares, isso aí não é negociado ainda, são, digamos, indicações do que é que seriam essas reduções. Uma delas já se tinha há mais tempo, que aliás era a única, que estava solitária nas discussões, que era da União Européia. A União Europeia, e que é a mais, eu diria, avançada delas, a União Europeia se propõe a reduzir em 20% suas emissões com relação ao ano base de 1990, que é o mesmo ano base usado para as metas do Protocolo de Kyoto, até 2020, que é o chamado médio prazo nessas negociações. É uma meta comunitária, isto é, ela é uma meta conjunta para todos os 25 países da União Europeia, o que quer dizer que uns podem emitir mais e outros restringem menos, dependendo do seu grau de desenvolvimento. É a maneira que a União Europeia pratica internamente, o que nós... É o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, já que você tem aqueles países do Leste Europeu que tem economias mais rudimentares e tal. Então, quer dizer, Alemanha, Reino Unido e França teriam metas maiores e Polônia, Hungria, etc., teriam metas menores. A média então seria 20%, podendo ir a 30% caso haja um engajamento sério com metas consideradas aceitáveis pela União Européia dos países desenvolvidos e um engajamento também de países em desenvolvimento.

Bom, isso então é, digamos, o que de melhor tem em termos de números razoavelmente ambiciosos na mesa, embora seja ainda insatisfatória, mesmo esses números da União Europeia, se nós levarmos em consideração as recomendações do último relatório do IPCC, que indica que os países industrializados deveriam reduzir até 2020 entre 25% e 40% das suas emissões, quer dizer, a União Europeia está nesse patamar de 20 a 30%. Agora o Japão, o que colocou na mesa até agora, é uma redução de 15% com relação a um ano base que eles arbitraram em 2005, que a rigor representa oito% com relação a 1990. Se quiser fazer uma comparação, perfeita, quando da União Europeia. Bom, 8% com relação a 1990, já que o Japão tem o compromisso no Protocolo de Kyoto até 2012 de 6%, seriam só dois, 2% a mais entre 2012, quer dizer, entre o fim do primeiro período de compromisso e 2020. O Canadá é um caso até mais... O Canadá está excedendo em muitos as suas metas de Kyoto, então se propõe a reduzir 3% até 2020 com relação a 1990, quer dizer, é menos do que ele deveria ter reduzido até 2012. Agora como ele cresceu e não diminuiu, ele é um pouco doura a policial dizendo que é 20% com relação a 2006. Então é uma ginástica um pouco... E a Austrália, que são esses exemplos que eu peguei aqui, ele está propondo e está sendo negociado ainda no Legislativo australiano a redução de 4% até 2020 com relação a 1990. Isso não é, parece também ridículo, mas é um pouco menos no caso de Kyoto, no primeiro período de compromisso, a Austrália não tinha meta de redução e, sim, de estabilização. A meta dela era zero, enfim, isso somente para ilustrar o fato de que se as negociações aí estão começando a caminhar, finalmente, os números ainda são muito modestos. Claro que na hora da negociação isso está muito, de-

pendendo do que os Estados Unidos vão colocar na mesa, mas, enfim, isso pode melhorar. E há também uma indicação, eu falei dos números do Japão, mas o Japão, como os senhores sabem, terá uma eleição geral agora dia trinta deste mês. E as pesquisas indicam que o partido de oposição deve ganhar pela primeira vez o partido liberal democrático pela primeira vez, em 50 anos, não estará no poder. E a plataforma do partido que deve ganhar, enfim, que é favorito para ganhar as eleições, é um pouco mais, digamos, aparentemente iria um pouco além do que isso que foi oferecido pelo atual Governo. O seguinte, por favor.

Bom, as negociações aonde nós nos encaixamos, a situação atual é a seguinte: existe um texto de negociação que no momento está com duzentas páginas, mas que começa a ser depurado. Vocês imaginam que um texto de duzentas páginas para você negociar até dezembro -

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Haja diplomacia.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: --é meio complicado. Mas, enfim, ele começa a ser depurado, mas no momento o trabalho está menos de cortar e mais de eliminar as redundâncias, porque tem muita coisa repetida ou muita coisa que pode ser, digamos, várias propostas sobre o mesmo tema que são coincidentes ou quase coincidentes. Isso daí já deve... Nós esperamos que na próxima reunião, a próxima reunião vai ser em Bangkok do processo negociador, vai ser em Bangkok no fim de setembro, começo de outubro, que até o fim de Bangkok isso já esteja em sessenta páginas mais ou menos, mas ainda vai deixar muito trabalho pela frente. No caso dos países desenvolvidos, o que é que se espera, o que é que dita esse Plano de Ação de Bali, que é no fundo o que estamos negociando nesse trilho da Convenção?

Eu queria só fazer um parêntese aqui, que por razões de tempo, porque eu acho que é o que mais interessa, eu estou falando mais na área de mitigação, porque há adaptação, há uma série de... E tem também a parte financeira e tecnológica, mas ela se casa um pouco com essa parte de mitigação. Mas, no caso, o que é que se espera de mitigação dos países desenvolvidos, que a rigor são os Estados Unidos? São compromissos ou metas comparáveis às dos demais industrializados membros de Kyoto. Então isso é um pouco o que trava a negociação no outro protocolo, enfim, nos trilhos do protocolo, porque nós sabemos, já está divulgado, é de conhecimento público, o que é que está no Projeto de Lei Waxman-Markey, que está tramitando no Congresso americano, mas a gente sabe que não deve diferir muito do que será a oferta americana. Os americanos já disseram que querem evitar o que aconteceu com Kyoto, que eles assinaram um protocolo que não podiam depois cumprir porque não poderiam ratificar no Congresso. Então eles farão o que o Congresso permitir, digamos, não irão, a não ser marginalmente, além do que estará na Lei depois. Agora o Projeto de Lei está começando o seu exame no Senado. Não se sabe, ele passou na Câmara de Representantes por sete votos, sendo que vários Democratas votaram contra. Então, quer dizer, no Senado, com a coisa mais apertada, não se sabe se ele vai ser desfigurado, enfim, vai ser uma negociação complexa interna dentro dos Estados Unidos. E também não se sabe, aí é outro parêntese, se o Senado aprovará até dezembro, porque pode ficar para o ano que vem. Aí vamos ter que ver o que é que acontece em Copenhagen, mas, enfim, não...

No caso dos países em desenvolvimento, na área de mitigação, o que está previsto no fundo é essa sigla que está começando a ganhar corpo aí, que aparece na imprensa e pouca gente entende o que é, que são NAMAS, que a sigla em inglês é Nationally Appropriate Mitagation Actions, são Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação que sejam mensuráveis, reportáveis e verificáveis. Pode passar.

Bom, quais são os problemas nessa negociação desse trilho? No caso dos Estados Unidos, como eu já tinha mencionado aqui, é a indefinição quanto às metas e a possibilidade real de que não estejam definidas antes de Copenhagen. Há também aí uma discussão à parte, quer dizer, os números que estão no chamado plano americano, no Projeto de Lei americano são considerados pela maioria dos negociadores como muito modestos. Agora a questão é política: pode se dar um desconto no caso dos Estados Unidos pelo fato de eles não participarem até agora do processo, não fizeram nada, então, quer dizer, as suas emissões de 1990, que era o ano base para Kyoto, até agora cresceram muito. Eles alegam que o plano deles, no longo prazo, é muito eficaz, é muito ambicioso. Agora como estamos falando nesse segundo período de compromisso até 2020, ele de fato é modesto e a questão da comparabilidade vai ser uma discussão complicada, porque é muito menos do que o que a Europa está oferecendo, porque é o mínimo que a Europa está oferecendo, e é um pouco a razão pela qual países como o Canadá, Japão, fazem indicações de que só irão, enfim, terão ofertas tão modestas, para não dizer pífias.

Bom, no caso dos países em desenvolvimento, o problema na negociação, que está a caminho de ser contornado, foi uma inicial tentativa de criar uma diferenciação formal entre eles, quer dizer, pinçar países como o Brasil, China, Índia, África do Sul, chamados emergentes, e colocá-los numa categoria diferente.

Agora se fizer isso, independentemente do mérito desse tipo de proposta, se se tem uma negociação que é para encerrar em Copenhagen, isso aí reabre uma caixa de Pandora, porque reabre todo o texto da Convenção, o que pode levar anos. O Protocolo de Kyoto demorou sete anos para ser negociado. E o clima não pode esperar. Então o que nós dissemos quando essa questão foi levantada, nós e outros países também, mas o que o Brasil disse: Olha, é evidente que a economia do Brasil ou da China não é a mesma do que é da Bolívia, enfim, de outros países em desenvolvimento, de Bangladesh e tal, mas a diferenciação, se a negociação for realmente séria, se fará naquilo que eu falei, mencionei antes, nas NAMAS, as ações que os países registrarão, digamos, como suas, mostrará essa diferenciação. Aí o que o Brasil vai fazer será compatível com o tamanho do seu País, da sua economia e será, certamente, mais do que Serra Leoa ou a Bolívia farão. Essa discussão, esse argumento, de certa forma, colou. Então ele agora se deslocou um pouco, a tentativa é um pouco de, digamos, confundir um pouco aqueles compromissos que os Estados Unidos terão que assumir, em termos de mensuração, com o que países emergentes como o Brasil terão que também assumir, embora um seja para reduzir, no caso dos países desenvolvidos o que se coloca, enfim, e é de acordo com o que o IPCC prega, é uma redução absoluta das suas emissões. E no caso de países em desenvolvimento como o Brasil, é uma diminuição, quer dizer, não deixa de ser uma redução de emissões, mas é uma... Já que eles têm que ser reconhecidos na própria Convenção, eles têm que emitir mais para vencer problemas de subdesenvolvimento, ou melhor, de pobreza e de falta de infraestrutura, etc., por exemplo, programas como o Luz para Todos implicam em aumento de emissões. O pré-sal, a exploração do pré-sal, não está ainda isso cientificamente computado, mas levará a um aumento das emissões também. Então o que se pede, o que está acertado para os países em desenvolvimento é que a curva de crescimento seja declinante até tender a uma estabilização que se fala em 2020, 2030, mais de 2030, mas de forma que ela não cresça, digamos, se o Brasil crescer 5% ao ano nos próximos 20 anos, ele teria um crescimento das emissões que se chama de business adjustment(F), se nada for feito, é uma curva assim. Se, enfim, com as ações que o País adotará, a curva tenderá a cair, a se estabilizar e futuramente a cair.

Um outro problema aí nesse trilho de negociação é a indefinição, e isso está realmente indefinido quanto ao pacote financeiro tecnológico. Esse pacote é importante porque não só, digamos, o financiamento e transferência de tecnologia são dois dos pilares do Plano de Ação de Bali, como toda essa arquitetura das ações, das NAMAS dos países em desenvolvimento, elas se casam, quer dizer, o País terá ações, se comprometerá a ações de mitigação mensuráveis, reportáveis, etc., verificáveis, em contrapartida recebendo um aporte financeiro e tecnológico também mensurável, reportável. E o pacote financeiro, as fórmulas financeiras, há basicamente três propostas na mesa: uma proposta... Bom, vou falar primeiro da proposta no qual o Brasil é parte, que é a proposta do Grupo dos 77, que é uma proposta que se centra, quer dizer, os recursos são arrecadados nos países desenvolvidos com base em, digamos, são contribuições compulsórias com base em emissões, uma certa taxa de emissões. E há uma governança que são os pontos que nós temos mais batalhado, pelo qual nós temos mais batalhado, uma governança democrática, em que haja participação igual tanto dos países doadores quanto dos países em desenvolvimento que receberão os financiamentos.

Há uma proposta mexicana que tem ganhado até um certo corpo, que é uma proposta pelo qual todos os países contribuem. É um pouco como é o Fundo Monetário e o Banco Mundial. A questão de governança não está muito definida nessa proposta, mas a arrecadação de fundos é a base de contribuição de todos, menos dos países menos desenvolvidos. Mas o país em desenvolvimento, digamos, como o Brasil, contribuiria, quer dizer, entraria, teria uma contribuição, mas o seu retorno, em termos de financiamentos que poderia ter, seria maior do que... Haveria um ganho líquido aí.

Há uma proposta interessante da Noruega, que é baseada num leilão, os fundos seriam baseados num leilão de permissões de emissão de allowances dos países desenvolvidos. Enfim, são basicamente essas três.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): A primeira não ficou clara, a primeira que o Brasil [ininteligível], não ficou clara.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Essa proposta seria, quer dizer, a captação dos fundos seria, digamos, exclusivamente de países desenvolvidos com índices. É que ela não está muito detalhada ainda, mas seriam baseadas nas suas emissões globais, nas suas emissões, quer dizer, quem emitir mais contribui mais, nesse caso. X%... Desculpa, o nível seria na base de 0, (zero vírgula) alguma coisa do PIB. Aí exatamente eu não... Mas haveria um peso em relação à taxa de emissões de cada País.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): [pronunciamento fora do microfone].

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Sim, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fala no microfone.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Nesse caso, assim, me parece um pouco perigoso a gente ir por esse caminho, porque hoje nós, até agora, pelo menos até que se faça um novo inventário, somos o quarto maior emissor. E nesse caso, como ficaria? Seria aquele caso das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ou um anexo diferenciado? No pagamento por emissões, nessa hipótese?

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Não, nesse caso eu esqueci, eu omiti um detalhe muito importante: só contribuiriam os países desenvolvidos, do Anexo 1, então nós estaríamos fora. Entre eles é que o critério... O cenário mais provável--

DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP): Em outras palavras, seriam metas voluntárias. Todos esses países, mesmo que sejam considerados emergentes, os BRICs, todos, seríamos todos voluntários, estão fora, não têm obrigatoriedade de reduzir, continuaria como no protocolo?

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Não, nesse caso específico eu estou falando de pacote financeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Da questão financeira, arrecadação.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: O que é que financiaria a mitigação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A mitigação, como se arrecadaria o dinheiro para as mitigações necessárias.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: O mais provável, e é uma opção que de certa forma nos agrada, porque nenhuma dessas três eu acho que tem condições de implicar, digamos assim. O mais provável é que haja uma combinação de ideias, enfim, de mecanismos extraídos de cada uma dessas propostas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Ah, isso faz parte, quer dizer, seriam, digamos, recursos para mitigação e adaptação, enfim, o pagamento de serviços ambientais foi incluído na rubrica REDD, que é uma forma de mitigação. Então, quer dizer, seria dentro, estaria coberta.

Bom, uma outra complexidade dessa negociação, eu estou falando aqui numa coisa certinha, que é o trilho, os dois trilhos e tal, é a forma jurídica. Que acordo seria feito? Bom, uma ideia é que o resultado da negociação fosse, digamos, uma ou uma série de decisões tomadas pela COP. Bom, se têm vantagens e desvantagens. A vantagem é que é um instrumento mais leve, mais fácil. Ele dependeria, quer dizer, cada País teria o seu, enfim, alguns pela sua legislação interna seriam levados a ratificar; outros, não. Depende, isso é um pouco a critério. Têm países tanto desenvolvidos como países em desenvolvimento, no caso em desenvolvimento o mais loquaz aí é a África do Sul, que quer de qualquer maneira um texto que seja legalmente ratificável para obrigar, enfim. E outros países querem um novo protocolo. Agora um novo protocolo, aí é a ideia, uns querem um novo protocolo para engajar, quer dizer, que o resultado do LCA, das discussões do trilho da Convenção seja um protocolo, e aí teria o Protocolo de Kyoto continuando com o seu segundo, então, haveria dois protocolos. Mas há países que apresentaram propostas de um único protocolo que, digamos, englobaria o que houvesse de melhor em Kyoto e o resultado do outro trilho da negociação.

Bom, no caso o Brasil, embora nós tenhamos, há meses atrás, optado pelas decisões da COP, nós somos flexíveis nisso. Agora há uma questão: se o resultado de Copenhagen for, digamos, muito aquém do que se deseja, eu não vejo, quer dizer, isso é uma coisa que ainda não está muito fixada em termos de posição do Brasil, mas eu não vejo muito sentido de você ter um protocolo, um documento que tenha essa solenidade, tudo isso, para um resultado fraco, quer dizer, é melhor você ter, se o resultado não for satisfatório, não tem sentido você ter um documento que seja pior do que Kyoto. E, assim, um documento que fique aí pelos anos afora, quer dizer, porque depois é difícil você renegociar isso. Aí seria melhor ter, digamos, uma coisa menos... Eu não digo menos amarrada, não, mas menos formal, talvez, ou uma estrutura menos pesada e que fosse mais fácil à medida, depois que sairmos da crise financeira, depois que vai ter os novos lados do IPCC, você ajusta com mais facilidade mais adiante. Mas, enfim, isso é uma questão que não está acertada, qual seria a forma jurídica do documento. Só vai provavelmente se acertar lá em Copenhagen mesmo. A próxima.

Desculpem-me ter tomado tanto tempo, mas agora é o tema que me pediram para falar. Eu sublinhei aqui o que é uma posição, a posição do Brasil é uma posição de Governo, porque muitas pessoas falam que é o Itamaraty. Não é o Itamaraty. O Itamaraty é, digamos, é o negociador. Digamos que por norma constitucional cabe ao Itamaraty negociar acordos e tal, mas é uma posição de Governo, que incluiu desde um núcleo central que já existe há bastante tempo, composto pelo Itamaraty, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente, que formam uma Comissão Interministerial de Mudança do Clima, como um univer-

so bem mais amplo, principalmente porque nós vamos ter que fazer uma oferta que envolve interesses outros que não são cobertos por esses três Ministérios. E será um processo... A posição ainda está sendo trabalhada, evidentemente, em consulta com o parlamento, com a sociedade civil, com o empresariado, então nós temos feito uma série de reuniões, além de um... Já houve três reuniões do núcleo mais central aí, dos Ministros Celso Amorim, o Minc, Carlos Minc e Sérgio Rezende, mas isso é um universo um pouco maior.

As premissas da posição do Brasil, primeiro, é que o Brasil quer para toda a negociação um resultado ambicioso, que se oriente pelas recomendações da ciência. Nós somos favoráveis, por exemplo, à estabilização da temperatura em dois graus centígrados em 2050, então até 2050. Isso aí, evidentemente, que impõe a necessidade de controles maiores para as emissões. Portanto, que haja uma meta global de no mínimo 50% de reduções até 2050. Nós pleiteamos que no médio prazo os países desenvolvidos tenham as metas sugeridas pelo IPCC, que são de 26% a 40% até 2020. E no caso, isso aí eu já repeti, são basicamente as premissas, dos países em desenvolvimento que haja uma redução substancial da curva de crescimento das emissões. O seguinte, por favor.

Bom, aí entrando em dados mais concretos. Nós somos da opinião no Itamaraty que o Brasil tem condições e os senhores podem ter visto uma entrevista que o Ministro Celso Amorim deu, saiu no Jornal das Dez, no Globo News, na sexta-feira, depois a entrevista completa num programa também na Globo News no domingo, mas nós temos condições de levar números a Copenhagen. Se nos são exigidas ações mensuráveis, temos um número que corresponderá a essa diminuição da curva de crescimento com relação ao chamado business adjustment(F). Agora que número, isso aí terá que ser definido em discussões intergovernamentais. Nós temos, quer dizer, porque há algumas ideias a respeito. O potencial de redução de emissões do Plano Nacional de Mudança do Clima é bastante grande, quer dizer, que daria para, seguindo uma série de objetivos que estão ali no plano, quer dizer, comprometendo numa negociação internacional uma série de objetivos daqueles que estão no plano, daria para certamente ter uma contribuição bastante ambiciosa e bastante robusta de queda da curva de crescimento. E também, digamos, a dedução óbvia é que seria o peso da redução do desmatamento, quer dizer, de ações de redução de desmatamento será grande na nossa oferta, quer dizer, nós ofereceremos ações, NAMAS dentro do mecanismo REDD. Agora será só isso? Eu acho, quer dizer, as nossas emissões, como se sabe, são majoritariamente do desmatamento. Agora há outras ações que nós também poderemos incluir aí, uma mistura de ações na área. A siderurgia está fazendo muito, por exemplo, para se tornar sustentável. Enfim, esse um trabalho que ainda está sendo feito e eu, enfim, um pouco encerro por aqui, porque--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por curiosidade, NAMAS o que é que significa?

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: NAMAS é uma sigla em inglês, mas a rigor muito -

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Metas?

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Não, ao pé da letra... Podem ser entendidas como metas. O problema de metas é que metas é o que está em Kyoto, mas, enfim, são Ações Nacionalmente Adequadas, quer dizer, cada País terá as suas ações, de Mitigação.

DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP): Com licença, Embaixador, eu poderia fazer uma pergunta?

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Eu encerrei, muito obrigado, eu estou à disposição dos senhores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós agradecemos ao Embaixador, o Ministro Sérgio Barbosa Serra. Já vamos, porque há uma certa ansiedade aqui, estão todos ansiosos, todos emitindo ansiedade aqui já.

Então vamos começar com o Deputado Mendes, depois o Deputado Zequinha.

DEPUTADO MENDES THAME (PSDB-SP): São duas rápidas observações. A primeira é a seguinte: essa oferta que o Brasil vai fazer é uma oferta no âmbito das proposições voluntárias ou é a assunção compulsória de metas de redução?

A segunda pergunta: qual a posição do Brasil com relação ao REDD? Nas últimas reuniões em Bali e, principalmente, nessa última em Posna, o Brasil foi contra a inclusão do desmatamento evitado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Vai continuar com essa posição ou deu uma flexibilizada, mudou?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos proceder um a um, que eu acho que fica mais rico. Vamos fazer um a um, Embaixador, que eu acho que fica mais consistente, digamos assim.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Bom, Deputado Mendes Thame, quanto à sua primeira pergunta, uma NAMA, quer dizer, uma ação, o que o Brasil se propõe a fazer e que, digamos, está no cardápio do que é que um País como o Brasil deve fazer no Plano de Ação de Bali, no fundo é sempre voluntária, assim como qualquer meta que a União Européia, por exemplo, 20% ou 30%, é voluntário. Agora há uma obrigatoriedade nisso, quer dizer, não é um número in-

dicativo, isso eu posso lhe dizer, porque no momento em que ela é mensurável, não se sabe ainda se ela vai ser, por exemplo, que as duas formas serão aceitáveis, digamos assim: "Vou reduzir o desmatamento..." O Plano Nacional de Mudanças do Clima fala em redução de 70% do desmatamento até 2017 – eu acho. Isso representa, depende do cálculo que se faça, pode representar uma diminuição das emissões de tantos por cento com relação, digamos, vamos pegar o ano de hoje, 2009 ou 2010, pode redundar numa diminuição da curva ascendente de tantos por cento, quer dizer, temos tantos por cento com relação ao chamado business adjustment(F) ou pode ser um número mais físico em termos de emissões, uma não emissão de tantos milhões de toneladas de CO2. Agora o que quer que seja colocado na negociação... Bom, primeiro ele já é mensurável por si só, tem que ser dito quanto vai resultar. Segundo, ele tem que ser... Isso não foi definido ainda como, porque nós temos um sistema de comunicação nacional, mas provavelmente que há uma periodicidade bem ampla, vai haver um sistema de monitoramento mais, digamos, amiúde, mas tem que ser reportado à COP, à Convenção. E ele é verificável. O fato de ser verificável, eu acredito que não vai haver um mecanismo de penalização por não cumprimento, por inadimplência, isso porque nós ainda temos que ver como é que vai ser com o Protocolo de Kyoto, que as metas só expiram em 2012, eu não sei, têm vários países que serão, provavelmente, inadimplentes. Mas, enfim, haverá uma fiscalização ou uma verificação por seus pares, quer dizer, isso daí é um pouco como funciona na OMC a revisão das políticas comerciais, isso na nossa visão, ou como funciona o exame pela Comissão ou pelo Conselho, hoje em dia, de Direitos Humanos, na situação de direitos humanos no País, quer dizer, você é sujeito à verificação se aqueles números estão sendo cumpridos e, eventualmente, é o PROBIO universal se não for.

Quanto à sua outra pergunta, sobre o REDD, eu diria que a nossa posição tem evoluído bastante. Quando houve a negociação em Bali, nós até tínhamos muita reticência quanto à inclusão do segundo "D", era RED antes, Redução de Emissões por Desmatamento, mas agora também tem Degradação Florestal, porque havia e ainda há certos problemas metodológicos quanto a definir ou mesmo verificar o que é que é, como é a degradação. E éramos também contra incluir na Convenção do Clima, em medidas ligadas a clima, a questão da conservação das florestas. Nós achávamos que era mais apropriada a discussão disso na Convenção de Biodiversidade. Mas nós aceitamos, o § 1b3, que trata de mitigação em REDD, inclui a importância do papel na conservação do estoque de carbono. No caso de financiamento de desmatamento evitado, nós somos bastante abertos nisso. Por exemplo, o que está começando a ser implemento implementado, o Fundo Amazônia, ele cobre tudo, cobre desde redução de desmatamento até desmatamento evitado, quer dizer, ações de conservação da floresta. Agora o que nós temos cautela – e aí o senhor mencionou bem a questão do MDL – é com o uso de mecanismos compensatórios, que o MDL é um mecanismo compensatório, quer dizer, é um offset, o que se deixa de emitir num lado permite se emitir do outro. Nós temos que ter cuidado para que a matemática dê certo. Quer dizer, talvez em caso de conservação é mais ainda, porque você não está diminuindo o desmatamento, você está deixando que ele ocorra, evitando que ele ocorra, que certamente tem que ser compensado.

Saiu uma matéria no Valor Econômico de ontem, eu acho, que falava que nós não podemos... O articulista falava que nós não podemos recompensar quem simplesmente está cumprindo a Lei, mas não é isso, quer dizer, isso porque o desmatamento seria proibido, mas, enfim, a conservação, não há dúvida que é muito importante. Agora ela não diminui fisicamente o desmatamento, ela faz com que você mantenha o estoque de carbono, que é muito importante. Mas daí a permitir que alguém, quer dizer, um País desenvolvido se desonere das suas obrigações, portanto, emita, deixe de cumprir parte da sua meta em troca de pagar o desmatamento evitado num outro País, eu acho que isso tem que ser feito com uma certa cautela, talvez com algumas limitações. Por exemplo, só pode ser aplicado, só pode ser abatido num percentual "X" da sua meta. Isso, enfim, nós estamos abertos à discussão. Eu não sei se vai dar para completar esse tipo de discussão, quer dizer, que é mais detalhado, em Copenhagen, até Copenhagen, mas pelo menos pode estar encaminhado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço. Deputado Zequinha Sarney.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Embaixador, primeiro eu quero agradecer a presença de S. Exa. aqui e dizer o seguinte: eu fui Ministro do Meio Ambiente, eu diria, quando começou, na realidade, a grande discussão diplomática a respeito do clima. Eu pude sentir – naquela época era um Governo diferente – que existia, sim, uma grande dificuldade de unificar a linguagem do Governo. O Meio Ambiente falava uma linguagem, o Itamaraty falava outra linguagem e Ciência e Tecnologia falava outra linguagem. De lá para cá, eu quero ser muito sincero e franco, nada mudou nesse aspecto. Pode ser que, agora, já se aproximando do encontro de Copenhagen, o Governo apresente uma proposta unificada, mas isso não quer dizer que essa

proposta foi discutida com igualdade de ponderações dentro do Governo. Sempre houve por parte do Itamaraty, até mesmo pelo fato de o Itamaraty ter nos seus quadros pessoas altamente competentes e ser próprio do Itamaraty as negociações internacionais, mas sempre houve por parte do Itamaraty, digamos assim, uma preocupação do tema, que eu diria até uma apropriação indébita, porque esse tema não é um tema relativo à diplomacia em si, é um tema muito mais complexo, muito mais abrangente. Dentro desse sentido, eu vejo que até agora quando se fala em reticências a respeito do REDD, a respeito da floresta em pé, até mesmo o fato da mudança ser tão recente... Ora, o Brasil é um País que tem um diferencial por causa da nossa mega biodiversidade, nós temos a Amazônia como um grande diferencial e a Amazônia é uma floresta. Então não tem sentido que a gente, ao invés de valorizar nessas discussões o nosso patrimônio, a gente fique valorizando e buscando outro tipo de referências. Então esse eu acho que é um problema que precisa ser enfrentado, precisa ser enfrentado. Isso não é um problema que diz respeito a pessoas e nem a governos. Eu acho que é até um problema cultural que tem se entendido há muito tempo, tanto que eu comecei fazendo uma referência à época que eu era, eu mesmo, era Ministro.

Agora, eu entendo também que nós não podemos ficar sem uma definição forte de assumirmos metas, sim, e nos obrigarmos internacionalmente a cumprir essas metas. Isso vai nos dar autoridade moral, isso vai indicar que outros países que não estão fazendo o dever de casa como nós estamos, eu vou entrar nessa parte, que eles possam também se adequar. Por exemplo, uma posição do Brasil de assumir metas não voluntárias, metas não voluntárias, sobre metas dentro do Protocolo, dentro da Convenção, seja lá qual for o instrumento jurídico a ser usado, iria constranger desde já a China, iria constranger a Índia, iria tirar o discurso desses países que embora em desenvolvimento, embora sem a responsabilidade histórica, hoje tem uma contribuição enorme para o clima. E não adianta a gente ficar dizendo que nós não temos culpa, que os outros desmataram e nós não desmatamos, os outros fizeram e nós não podemos fazer, porque essa é uma discussão que já ficou para trás, isso é uma discussão do Século XX, não é uma discussão do Século XXI.

Então, dentro dessa perspectiva, eu acho que a cobrança pelos serviços ambientais deveria ser um foco central das nossas discussões. E dentro disso, o mecanismo de incentivo REDD é um mecanismo importante. É evidente que eu também acho que emissões evitadas, elas não podem ter o mesmo peso de mitigações de emissões. Mas no caso da floresta, o próprio fato de ela estar em pé já é um serviço ambiental que ela está prestando, porque ela está assegurando o carbono. Isso sem falar em todo o conjunto que um bioma presta de serviço, como a Amazônia, que interfere no regime de chuvas de longas distâncias, a possibilidade de bioprospecção, enfim, uma série de coisas.

Então eu acho que o Brasil poderia ser mais ousado para assumir esse papel que está sendo entregue de bandeja pela comunidade internacional dentro dessa nova visão de uma economia de baixo consumo de carbono. Então o Brasil tem todos os diferenciais e a gente, ao invés de reforçar esses nossos diferenciais, a gente quer entrar no lugar comum dos outros países. Ora, nós aqui emitimos pelo desmatamento. A maioria dos países emite pela queima de combustível fóssil. Então o nosso desmatamento diminuiu enormemente. Se nós tivéssemos lá em Kyoto assumido o compromisso de redução, compromisso mesmo de redução em Kyoto, nós teríamos cumprido sobejamente, nós cumprimos esse compromisso. Agora não dá para a gente querer assumir um papel de liderança sem querer assumir certas responsabilidades. Agora o foco na cobrança dos serviços ambientais é que eu acho que deva ser importante para que o Brasil possa se destacar dentro dessa discussão e ganhar vantagens, evidentemente, comparativas.

Então, com todo o meu reconhecimento profundo e admiração pelo trabalho que o Itamaraty presta, pelos serviços prestados, eu acho que, nessa questão... Por exemplo, há pouco tempo aqui veio o Embaixador do Ministério da Energia e das Mudanças climáticas da Grã-Bretanha. E ele, pessoalmente, deu uma série de sugestões, reconheceu a importância do Brasil, mas disse que era fundamental que o Brasil assumisse essas metas. Então eu acho que a área que diz respeito à sustentabilidade, a área que diz respeito à nossa biodiversidade, a área que diz respeito à questão florestal é que deveria ser o nosso foco principal.

Então, já que temos que fazer alguma pergunta, por que é que isso não ocorre, Embaixador? Por que é que a gente, às vezes, não fica na agenda de um País diferenciado como o nosso e entra na agenda do mundo industrializado?

Então é essa pergunta que eu gostaria de deixar aí, com essas considerações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Deputado Zequinha Sarney. Embaixador, como eu estou inscrita aqui, na sequência, e não foge muito, eu queria só agregar um questionamento.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Em seguida, me inscreva, Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, já lhe inscrevo, Deputado Guimarães. É a seguinte questão: o senhor falou de que há uma observação, até eu registrei aqui: "Não podemos recompensar quem está cumprindo a Lei", que esta observação foi feita no sentido das compensações. Como é que vamos compensar alguém que não está cumprindo a Lei que proíbe desmatar? Mas tem uma situação que ou nós vamos ter a capacidade de enfrentar neste debate ou, então, eu acho que a gente fica meio que se iludindo, porque a emissão, ela sempre é ou tem uma tendência a ser economicamente mais lucrativa. O lucro está muito acoplado, a vantagem econômica está muito acoplada aos procedimentos que ampliam a emissão. Portanto, se nós quisermos ter sucesso nas nossas negociações e se nós quisermos inclusive fazer o diferencial, que é um pouco o que o Deputado Zequinha estava colocando, ou nós vamos dar vantagem econômica de preservar, de manter em pé, de diminuir a emissão, ou seja, ou vai ter a compensação econômica ou então a nossa... Porque, no convencimento, pura e simples, eu acho que a gente vai levar tempo demais e o resultado vai ser, eu acho, catastrófico para todos nós. Então, como é que está se trabalhando, porque, de toda a agenda, me parece que as questões econômicas e financeiras, se elas não forem focadas, entende, e a gente consiga dar, na Conferência de Copenhagen, um salto de qualidade, mesmo nas compensações, de como vai ser arrecadado, entende, como é que vai entrar o dinheiro para poder fazer o pagamento pelos serviços ambientais, a vantagem de manter em pé ao invés de... A vantagem tem que ser uma vantagem econômica de manter em pé ao invés de derrubar, porque o que eu quero dizer que a vantagem econômica de derrubar está posta. Então, se não tiver vantagem econômica, que equilibre ou que provoque algum grau de tentação, eu não consigo enxergar. Então eu queria pegar um pouco mais nesta linha aí das questões econômicas e financeiras, que o senhor pontuou, mas eu acho que a gente precisaria aprofundar mais. Então era isso, Embaixador.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Eu agradeço muito às perguntas. Primeiro a do Deputado Sarney Filho. Realmente eu estava fora do Brasil, mas, de longe, na época, admirei muito a sua gestão no Ministério do Meio Ambiente. Eu acho... Quer dizer, a sua colocação foi muito correta. Quer dizer, a rigor, é uma procura constante, nesses anos todos, de termos, no Governo, uma linguagem comum em matéria de política, menos política, talvez, mas mais de negociação de clima, porque, enfim, há estilos. Nós procuramos... Quer dizer... Eu diria, quer dizer... Entrando no porquê desses estilos, porque o Ministério do Meio Ambiente normalmente é, enfim, é a ceara dos ambientalistas. O Itamaraty, a rigor, não é a sua vocação cuidar de clima, mas, enfim, pegaria elementos para, digamos, fazer o exercício de negociar. E você tem outras áreas do Governo que têm outros enfoques, no caso o Ministério da Indústria e Comércio tem um, a Agricultura tem outro, mas tudo isso dizendo respeito a clima, porque todos esses aspectos são a sustentabilidade da indústria, da agricultura. Então há uma procura desse equilíbrio que às vezes seja uma utopia, não conseguimos encontrá-lo com tanta facilidade. O senhor mencionou agora que aqui esteve o Ed Miliband, que é Ministro de Energia e Clima, quer dizer, ele cuida não só de... Isso acontece, por exemplo, na Dinamarca é a mesma coisa, que quem cuida de Clima já não é o mesmo que cuida de Meio Ambiente e muitas vezes é junto com Energia, que parece até um interesse conflitante. Em alguns casos é. Quem negocia pela Arábia Saudita são representantes do Ministério do Petróleo. Mas, enfim, nós temos procurado afinar, eu estive... Houve três reuniões agora, pensando em Copenhagen assim, no momento mais presente, eu não estava quando houve uma delas, mas já houve três reuniões entre os Ministros do Itamaraty e do Meio Ambiente para afinar os discursos. Claro que sempre haverá maneiras de enfoque, eu não diria tanto enfoque, mas estilos diferentes. Mas, enfim, é uma tentativa nossa de--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Ciência e Tecnologia. Aliás, a Ciência e Tecnologia até sedia a Comissão Interministerial.

Bom, agora, quanto a metas, eu acho... Quer dizer, essa discussão de metas, nós ficamos no Itamaraty, assim, muito categóricos: "Não, o Brasil não aceita metas". O problema é que meta... Foi definido como meta, meta de redução de emissões, é o que está no Protocolo de Kyoto. Não havia... Quer dizer, o Protocolo de Kyoto não contempla países em desenvolvimento. Agora, a rigor, é um pouco assim: se você faz uma política de combate, digamos, ao analfabetismo, isso não tem sucesso se não tiver uma meta. Então, quer dizer, o nosso plano de combate à mudança do clima é cheio de metas. Então abriu-se a janela nessas negociações. Quer dizer, a evolução do regime internacional do clima levou ao Plano de Ação de Bali, que fala que os países em desenvolvimento teriam ações quantificadas. A rigor, isso pode ser uma meta, porque ela é voluntária, no momento em que não é um órgão internacional, uma Corte Internacional que diz que Estados Unidos vai ter 50, a Inglaterra 30, o Brasil 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E principalmente se não disser o que é que vai acontecer se não cumprir.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Pois é. Enfim, elas são negociáveis. Enfim, no fundo, é resultado de uma negociação que não deixa de ser voluntária. Mas o fato de, pela primeira vez, um País como o Brasil assumir um número que não terá designação de meta, vamos assumir um número, vamos assumir um número, vamos assumir um número, isso está no plano, vamos assumir um número, não sabemos ainda qual é, porque ele pode ser também... Se tivermos... O senhor falou em REDD, por exemplo, se tivermos esses apoios para empreendermos tais ações, para se remunerar os serviços florestais. Então, se não tiver, nós faremos também, mas não será 100, será 70, eu não sei, mas será um número, sem dúvida.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA):: Iremos com um número?

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Iremos com um número.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): [ininteligível]

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: E digo mais: nós temos capacidade, o senhor mencionou muito o caso de... O que já foi feito no Brasil, às vezes, nem pensando em clima, porque, por exemplo, o [ininteligível] do etanol não teve na sua concepção... Era a crise do petróleo, era o problema de segurança energética.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há disposição de levar uma proposta [ininteligível] que vai ser discutida ao longo--

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Certamente, certamente.

[sobreposição de falas]

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Vai levar uma proposta concreta?

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Concreta, concreta.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Que vai ser discutida agora?

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Uma proposta concreta que você--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que poderá ser flexibilizada em função--

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Não, ela sempre, como é uma negociação, ela acaba tendo uma margem, não pode chegar lá totalmente rígido. Mas, como nós estamos cientes das nossas responsabilidades, o fato de que países que, digamos, têm mais responsabilidades, como os países desenvolvidos, se eles não apresentarem metas compatíveis com o que lhes caberia, isso não quer dizer que nós: "Ah, então não vamos fazer". Não é isso. Nós faremos, sim, e teríamos até o que já fizemos e estamos... Enfim, uma projeção do que está sendo feito, inclusive com a queda do desmatamento e tal, como o senhor mencionou, provavelmente é mais do que muitos países que estão no Protocolo de Kyoto, muitos dos quais não estão cumprindo. Não há inadimplência ainda com relação ao Protocolo de Kyoto porque é só em 2012. Então, provavelmente, é capaz do Japão, sei lá, quem não está cumprindo, chegar no último ano, aí compra excesso, chamado de "ar quente ou hot air(F) da Rússia, que emitiu muito menos. Por quê? Por causa da sua desestruturação industrial, e aí sai, não deixa de ser inadimplente. Agora o REDD certamente é importante. Não só de certa forma a ideia do REDD é uma criação nossa, por inspiração na proposta que a Ministra Marina Silva fez em Nairobi, em 2006, como nós sabemos muito bem que o grosso da nossa contribuição deve ser aí, porque aí é que nós emitimos mais.

E a questão, respondendo um pouco também, procurando responder o que a Senadora Ideli mencionou: de fato, eu não posso concordar mais. O problema é um problema econômico aí, porque o problema da economia da Amazônia, quer dizer, por que é que o desmatamento é mais lucrativo do que manter a floresta em pé? Porque isso é uma questão cultural, que desde que o homem deixou de ser catador e caçador, que criou essa agricultura, que você conquista a natureza. A natureza está aí para ser conquistada, o que quer dizer derrubada. Então nós temos que mudar o paradigma econômico da Amazônia e das áreas de matas do Brasil e fazer com que passe a compensar. Agora eu quero dizer que enquanto não se muda isso, que é um processo lento, que é mudança de padrões de consumo mesmo, de comportamento, é claro que temos que... A remuneração tem que ser de outra forma, tem que ser mediante fundos em alguma pequena parcela talvez do mercado de carbono, mas tem que haver uma remuneração, porque senão é claro que... Porque combater o desmatamento só com ações de comando e controle, tem limites, então, quer dizer, há que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não. Então nós temos inscrito o Deputado Guimarães e o Deputado Gabeira. Eu acho que nós faríamos isto e encerraríamos? E o nosso Relator. Deputado Guimarães.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Embaixador, eu vou, na verdade, reclamar uma necessidade do Brasil, do Governo brasileiro ter uma visão mais completa sobre o Brasil. Eu sei que esse deba-

te, toda vez que é levantado, particularmente aqui no Senado, o olhar fundamental é para a Amazônia, e eu entendo pela dimensão e pelo impacto que isso tem. E o Brasil, ao fixar suas metas para levar à COP-15, precisa, Embaixador, ter uma visão mais completa sobre o País. Em que sentido? O Brasil fixa que é fundamental reduzir o desmatamento da Amazônia. O que é que está sendo feito ou o que é que vai se fazer para reduzir e o impacto que está tendo no Brasil, no País como um todo, um processo brutal de desertificação que experimentamos no Nordeste brasileiro e já chegando em direção ao Sul? Como fixar metas para enfrentar o problema, que também contribui para esse processo mundial, de centenas e centenas de lixões a céu aberto que também contamina sobremaneira o meio ambiente? Que metas nós poderemos ter para evitar ou desconstituir tudo aquilo que hoje está praticamente contaminando todo o nosso manancial hídrico em várias regiões do País?

Eu estou levantando isso, Embaixador, não sei se oportunamente, mas no momento em que p Brasil se prepara para uma Conferência desse porte, eu concordo com o Deputado Zequinha, o Brasil tem que exercer um papel de liderança, não pode ter uma visão de parte, tem que pensar o Brasil com toda a sua diversidade, aí não é nem pública, é diversidade ambiental. Então eu estou, na verdade, fazendo essa ponderação para reclamar uma visão mais completa sobre o País.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Embaixador, boa-tarde. Eu queria saudá-lo, é um grande prazer tê-lo aqui na Comissão e revelo. Eu acho que nós estamos caminhando para uma solução boa em Copenhagen, pelo menos do ponto de vista do Brasil, mas acho que talvez um dia, quando a gente tivesse tempo, a gente pudesse discutir realmente qual é a base das nossas divergências, a gente não escondesse muito as nossas divergências em palavras, por exemplo: "Aqui são as metas de reduções, aqui é o NAMA", enfim.

Nós desde o princípio, quando o tema do meio ambiente foi colocado, a contradição Norte-Sul teve um papel fundamental. O senhor vê que mesmo em 1992 havia aquela proposição de contradição Norte-Sul, até na formulação da agenda. E o Brasil sempre, através do Itamaraty, sempre levou muito em conta essa contradição Norte-Sul. É uma contradição que existe, há diferenças entre o Norte e o Sul que são diferenças que nós registramos com facilidade. Agora quando nós pedimos para o que Brasil não se integre no polo Sul de uma forma automática, não quer que nós queiramos pensar como Miliband ou que nós somos ingleses, europeus, nem nada. É nós partimos da realidade mesmo do Brasil, um País que é uma potência ecológica, quer dizer, a nossa posição, ela não nasce, não pode nascer de uma análise da contradição Norte-Sul. Ela tem que nascer, primeiramente, de uma análise das nossas condições intrínsecas, que são condições superiores. Nós temos mais água do que qualquer outro País, nós temos mais espécies vegetais do que outros países, nós temos mais aves e mais espécies animais do que outros países, mais cobertura vegetal, nós temos a maior parte da floresta tropical do mundo. Então essa é uma realidade que, se não explorarmos estrategicamente, nós ficaremos presos a uma solidariedade com China, Índia, esses países, que é uma solidariedade razoável, mas que não diz respeito às nossas condições intrínsecas.

Eu estou um pouco preocupado porque eu acho que do ponto de vista do Governo essa estratégia não é colocada, não se parte do ponto, porque é evidente que o que a Senadora disse e o que o senhor disse sobre a questão econômica é importante, mas se nós definirmos os serviços ecológicos, se nós partimos para uma posição de liderança mundial, nós vamos ter condições de cobrar também que esses serviços ecológicos sejam recompensados, e aí sim a questão da economia de dar mais lucro mantendo a floresta de pé vai ficar solucionada. Agora tem que ter uma posição nítida.

Eu não sei se estou bem informado, às vezes as pessoas me enganam, mas me informaram ontem, lá um amigo em Copenhagen, que o Presidente da República não vai a Copenhagen. A Embaixada mesmo já está desfazendo a viagem do Presidente da República. Se ele não for a Copenhagen, aí vai ser um problema para nós. Eu queria saber do senhor também se nós temos alguma informação sobre isso, porque, se ele não for a Copenhagen, vai ser um sinal realmente de que o Brasil não está tão empenhado nesse processo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí vai ter que mandar a Marina.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Não, nós mandaremos a Marina de qualquer jeito, mas era importante que ele fosse também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ainda o nosso Relator, o Deputado Colbert Martins. Não vai ter nem resposta a esta observação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Sr. Embaixador, eu cumprimento e agradeço a sua presença. Dizer, Senadora Ideli, que, como Relator, eu gostaria de me dirigir aos membros da Comissão, o Sarney, e dizer que o Embaixador, ao início, quando

eu pude chegar... Eu peço desculpas pelo atraso, eu estava em uma outra atividade, o Embaixador colocou exatamente que, nos Estados Unidos, tramita, neste momento, no Congresso, as decisões sobre o que vai ser levado para Copenhagen. E nós precisamos decidir pelo Congresso Nacional também essas posições. Não é apenas uma decisão do Poder Executivo, nem será. Não é um relatório nosso isolado. Essa é uma decisão que toma o Brasil e, tomando o Brasil, toma-se através da sua representação parlamentar, da sua representação legislativa. Eu acho que nós temos que participar dessa discussão, aprovando-a aqui, para que ela possa se tornar, isso sim, uma decisão representativa do povo brasileiro e, no caso, da representação congressual, que é a representação dos Estados brasileiros. Eu entendo absolutamente indispensável que, ao participarmos dessa discussão, tenhamos a aprovação aqui, como é importante que seja aprovado por outros parlamentos, por outros parlamentos que, pelo mundo, aprovarão, com certeza.

Eu concordo aqui com as colocações já feitas, eu acho que nós temos que ter uma posição pró-ativa, uma posição de frente, eu acho que essa questão, Deputado Sarney, da cobrança e dos incentivos, que têm que ser compensados por outros países, eu acho que é extremamente necessário que nós venhamos com uma posição que nos coloque como um ponto importante pelas razões aqui já todas apresentadas. Entendo isso como necessário que aconteça. Acho que o Embaixador também concorda e não vou entrar nessa discussão, eu acho que o Itamaraty nos representa muito bem nessa discussão também com os outros Ministérios, eu não vejo dificuldade nisso, Embaixador, muito pelo contrário. Agora decisões que sejam levadas a Copenhagen, têm que ser decisões decididas pelo País, não por um ou dois Ministérios, nem muito menos pelo Poder Executivo. Essa é uma posição que tem que ser uma posição da sociedade brasileira, do Brasil como um todo e nós aqui estamos prontos para discutir, analisar essas questões e dar o respaldo legislativo adequado.

E, por último, entender que o nosso prazo para isso, nós estamos hoje a menos de quatro meses da realização desse evento, muito menos de quatro meses. Então temos que ter um calendário que seja o mais rapidamente cumprido para que nós possamos, ao estarmos lá, representando a altura o País. Eu acho que a presença do Presidente, como o Deputado Gabeira coloca, é um sinalizador importante, mas além da presença do Presidente, uma decisão do próprio Congresso Nacional respaldando uma decisão do Brasil eu acho que nos torna à altura do desafio que teremos agora em dezembro. Obrigado a V. Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço aos nossos Deputados. Então o Embaixador Sérgio Barbosa Serra para as respostas finais. Eu já quero registrar que, na linha que o nosso Relator está colocando, já está previsto para terça-feira que vem o nosso próximo trabalho da Comissão, que é exatamente a Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas, ou seja, nós temos o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas. Aí eu pediria, depois, se a Dulcídia teria o nome já para a gente poder informar aos parlamentares. Então, Embaixador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Duas e meia da terça-feira que vem.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Bom, inicialmente, eu queria responder ao Deputado Guimarães. É verdade não só na minha exposição, mas, enfim, quando se fala sobre mudança do clima aqui no Brasil, não só no Brasil, mas quando se refere ao Brasil e se fala até de fora, vem logo o tema da Amazônia. Mas por quê? A razão é porque mais ou menos 70% das nossas emissões são por desmatamento. E só mais recentemente a rigor, Deputado, é que se conseguiu mapear, enfim, entrar outros biomas, no caso do desmatamento, no cômputo disso. Mas, enfim, a Amazônia pesa muito por causa disso. Mas, a rigor, da mesma forma que, por exemplo, outros países têm, enfim, o foco maior das discussões internas é a queima de combustíveis fósseis, quando for o caso. Mas evidentemente que eu tenho a impressão, quer dizer, que a questão do desmatamento vai pesar no que nós apresentarmos como contribuição em Copenhagen. Por quê? Por causa disso, porque é a principal causa e porque existe ou está em negociação um mecanismo específico para isso, que é o REDD. Agora não é impossível que outras áreas sejam também contempladas aí. Isso é uma coisa que nós vamos ter que discutir internamente, mas só para dar um exemplo, o fato é também que a nossa indústria, ela tende a ser muito pouco, quer dizer, emite pouco, porque como a matriz energética é limpa, se for comparar a indústria de cimento brasileira, que é uma indústria, digamos, que emite bastante, com a indústria de cimento americana, ela provavelmente emite menos, nem tanto em razões de eficiência energética, mas porque ela é pouco intensiva em emissões, em carbono. No nosso caso você pode até ser menos eficiente em termos de energia, mas mesmo assim... Mas não obstante isso, eu quero destacar, por exemplo, que em Minas Gerais, que é o Estado onde está concentrada a maior parte

da nossa siderurgia, faz-se um esforço muito grande para tornar a siderurgia sustentável através da diminuição do desmatamento para o uso do carvão vegetal e florestas plantadas, por exemplo.

Agora, a questão da desertificação é uma das causas principais, ela terá outras, mas é uma das futuras causas principais da mudança do clima, porque ela está crescendo e alguns desses fenômenos já estão crescendo em função do que já existe de mudança do clima. E daí a importância, nessa negociação, da questão da adaptação, porque nós temos que... Um dos pilares dessa negociação é a questão da adaptação. Nós temos que ter fundos importantes para diminuir ou atenuar os problemas como a desertificação.

No caso dos lixões, de certa forma nós temos até, por exemplo, alguns dos projetos brasileiros na área do MDL são de captação, quer dizer, do metano de lixões. Então, quer dizer, é uma forma de se tornar o lixão menos poluente, digamos assim.

Respondendo ao Deputado Gabeira, eu acho que, certamente, quer dizer, nós pensamos muito, eu estava falando aqui do G-77 e tal, quer dizer, a questão da contradição Norte-Sul. Isso está na base de uma série de posições nossas em vários fóruns, normalmente os de natureza econômica. É evidente, contudo, que na questão do clima V. Exa. tem toda a razão de dizer que nós temos... Quer dizer, agora isso foi, até essa nossa característica especial foi ressaltada, eu me lembro, o Deputado Mendes Thame estava presente nessa época, na COP-14, foi uma COP meio chocha, porque foi intermediária lá em Posna, houve dois discursos um pouco, quer dizer, não foi no corpo, mas no próprio prédio, mas à margem da negociação... Não, um foi dentro, foi do Secretário Geral da ONU e o outro foi o Al Gore, que fizeram... O Secretário Geral da ONU falou do potencial do Brasil como a revolução verde, o crescimento verde que está promovendo, sendo que o Al Gore também falou das nossas contribuições já feitas à área de combate à mudança do clima. Ainda falando dessa dicotomia, dessa contradição Norte-Sul, nessas negociações todo mundo funciona como bancadas partidárias, mas até um certo ponto. Quando chega na hora final, aí é um pouco, quer dizer, o Brasil sozinho tem pouca--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: É, como os partidos. O Brasil também, o Brasil sozinho não tem, numa discussão inicial, não tem peso, assim como a França não tem se não for dentro da União Européia, enfim. Aí o fato de nós usarmos ou participarmos, usarmos o G-77 é um pouco como os Estados Unidos usam o Grupo Guarda-Chuva que une lá o Canadá, Japão, Austrália, enfim, e outros, porque você fica... Agora quando chega mais para o final, essas lealdades, não que elas deixem de existir e tal, mas aí é um pouco--

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Embaixador, desculpe estar interrompendo o senhor, mas é uma questão dentro desse assunto que o senhor está tocando aí. O senhor acha que esse fato de a gente precisar desse guarda-chuva, estarmos juntos, termos um grupo forte que na área econômica é importantíssimo para o mundo, para o Brasil e tudo, isso de certa forma o senhor acha que influencia, ele de certa forma reprime um pouco ações do Brasil nesse clima, que são ações antagônicas com esses parceiros? É só dentro disso.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Eu acho que, num primeiro momento, sim. É num primeiro momento em que você está compondo posições e um pouco marcando o espaço. Quando chega na hora de deliberação final, aí um pouco... Não é que as regras mudem, mas aí o peso de países como o Brasil, principalmente aí com todo esse potencial que foi muito bem ressaltado aqui, é claro que vai influir. Eu acredito até que haja um pouco, quer dizer, se eu posso fazer, quais são os principais atores dentro desse grupo? São Brasil, China, Índia, África do Sul, o México seria se não tivesse... O México não está no grupo dos 77 porque entrou para o CDE e aí não pode. Mas, então, esses um pouco levam os outros, e quando tem um que fica, por exemplo, se eu for qualificar, um pouco falando em off aqui, se eu for qualificar aqui a Índia é o mais retraído desses. A China, ao contrário do que tem sido mais veiculado, está prestando... Dizem que a China tem, enfim, está desenvolvendo tecnologia... Eles não vão poder deixar de usar o carvão, mas eles estão com uma... São mais eficientes do que os americanos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tecnologias extremamente avançadas.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Extremamente avançadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A gente que tem carvão lá no nosso Estado, a gente sabe o quanto que acaba ficando de referência o que a China tem feito.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Então, quer dizer, não é um pouco assim. O Brasil, o Ministro Celso Amorim falou muito, destacou nessa última que o Brasil não vai se esconder atrás de nenhum biombo, quer dizer, querendo dizer que não vamos nos esconder atrás dos que estão na defensiva. Então, quer dizer, nós temos condições e vamos exercer... Eu não digo a liderança, que é uma questão mais... Mas, quer

dizer, na hora nós levaremos um número. Se outros do G-77 não quiserem botar número, por exemplo, a Índia não coloca número se não tiver número do outro lado de apoio financeiro e tecnológico. Nós, é claro, principalmente por causa das florestas, gostaríamos de ter, mas se não tiver muita coisa a gente faz mesmo assim, quer dizer, e números que serão... Então, quer dizer, eu acho que essa questão da liderança, eu não diria tanto liderança, mas de atuação de pró-atividade, nós certamente teremos e vamos ter um papel importante nesse final de negociação. Eu diria até de vanguarda, de liderança é um pouco relativo.

O Deputado Relator mencionou aí o caso dos Estados Unidos. Eu também queria fazer... A Senadora me citou aqui dizendo que nós não podemos recompensar quem está simplesmente cumprindo a Lei. Isso eu estava citando um artigo que saiu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não disse que foi o senhor que falou, Embaixador, eu disse que o senhor utilizou na sua explanação esta frase. Ou nós vamos recompensar, entende, quem está cumprindo a Lei, ou vamos bater de frente o tempo inteiro, porque economicamente é mais vantajoso descumprir a Lei, infelizmente.

EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: No caso do papel do Legislativo na atitude americana aqui, os Estados Unidos tem uma característica, como um País grande, como superpotência e tal, que são mais ou menos, dependendo da administração, avessos a "constrangimentos" representados por acordos internacionais, quer dizer, isso não quer dizer que eles não aceitem, mas eles têm mais resistência do que outros a serem, digamos, tolhidos na sua soberania por razões internacionais. Claro que na era Bush era, enfim, o extremo dessa rejeição. Agora no caso do clima o Executivo americano tem um trauma, que foi o fato de ter assinado um acordo e não ter... Não foi sequer... Não é que tenha sido rejeitado pelo Congresso, ele não foi nem enviado, porque--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Exatamente, então eles não... Porque eles já em outras, por exemplo, nas negociações do GATT, agora a OMC, o Executivo consegue normalmente uma Lei que dá um [ininteligível], quer dizer, ele pode negociar um acordo que depois... Que normalmente é o procedimento dos países, que depois levam o acordo à ratificação, que os seus legislativos podem ratificar ou não. No caso para as negociações comerciais é uma permissão que eles têm que o Legislativo aí ou rejeita tudo ou aceita tudo, não entra nos detalhes de cada tarifa que foi negociada e tal. Mas, enfim, nesse assunto de mudança do clima eles não querem avançar um passo sem ter a luz verde do Congresso, porque existe esse precedente que eles querem evitar. Eles dizem isso abertamente, os negociadores: Não adianta, porque enquanto não sair, os números são meramente indicativos, mas não quer dizer que seja um compromisso enquanto não forem aprovados pelo Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Embaixador, muito bom, muito bom. Eu acho que isto vai contribuir de forma significativa para a sequência de trabalhos que a Comissão tem a realizar. Inclusive na próxima terça-feira nós estamos convidando os Ministros e o Coordenador do Fórum ou representantes. Então o Ministro da Ciência e Tecnologia ou o seu representante, o Ministério do Meio Ambiente ou o seu representante e o Fórum brasileiro tem a Coordenação ou o seu representante, exatamente para que nós possamos fazer a discussão da Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas. Então eu agradeço muito ao Embaixador Sérgio Barbosa Serra pela participação brilhante, a luz que coloca para todos nós e as responsabilidades.

Se houver concordância dos parlamentares presentes, nós já tínhamos feito a leitura de inúmeros requerimentos. Então eu colocaria em votação em bloco os Requerimentos de nº 5, de nº 6, de nº 39, de nº 40, de nº 41, nº 42 e nº 43. Bom, então eu coloco em votação, porque todos esses requerimentos já foram lidos, dado ciência à Comissão e, se não houver nenhum parlamentar que queira discutir, eu os submeto à aprovação. Portanto, os senhores e senhoras parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. Estão devidamente aprovados.

Por último, nós temos a entrega do calendário que foi já distribuído e eu queria solicitar também a aprovação, porque foi feito um recurso pelo Deputado Guimarães, para que ele pudesse ser incluído no Requerimento de nº 38, que já foi aprovado, que ele pudesse ser incluído na delegação. Então não havendo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual delegação?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É a que vai participar da Conferência, da COP, em nome da Comissão. Então se não houver nenhum óbice, eu vou acatar o recurso do Deputado Guimarães, que é assíduo a esta Comissão e faltou exatamente naquela Reunião aonde foi estabelecido.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em aditamento, é isto? Então nós vamos fazer um aditamento do nome do Deputado Guimarães. Relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Presidente, para perguntar que nós vamos fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só antes disso, se não houver ninguém em contrário, considero aprovado o aditamento do nome do Deputado Guimarães. Pois não.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Para informar à Comissão que nós vamos realizar Audiências Públicas no Estado da Bahia, em Salvador, no dia 14 de setembro e, também, no dia 24 de setembro em Fortaleza, na sequência do que fizemos também lá em Santa Catarina, em Florianópolis. Em Salvador às nove horas da manhã, é uma segunda-feira, dia 14, e às 15h30 no dia 24 de setembro em Fortaleza.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): E o tema, Embaixador, do Ceará, de Fortaleza, será Mudanças Climáticas e Desertificação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, mais uma vez agradecendo a brilhante presença do Embaixador Sérgio Barbosa Serra.

Sessão encerrada às 16h43.21

21ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 01 de setembro de 2009, terça-feira, as 10 horas, no Plenário nº13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As dez horas e vinte e quatro minutos, do dia primeiro de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senadora Ideli Salvatti, Senador Valdir Raupp, Senador Romeu Tuma, Senador José Nery, Senador Cícero Lucena, Senador Inácio Arruda, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 297/09-LPR, datado de 26 de agosto de 2009, firmado pelo Líder do Partido da República na Câmara dos Deputados, Deputado Sandro Mabel, solicitando o desligamento do Deputado Lúcio Vale da suplência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e indicá-lo para a titularidade na referida Comissão. Ofício nº 298/09-LPR, datado de 26 de agosto de 2009, firmado pelo Líder do Partido da República na Câmara dos Deputados, Deputado Sandro Mabel, solicitando o desligamento do Deputado Homero Pereira da titularidade da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater sobre o tema "Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15", com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 02, 04, 012, 029 e 035, todos os de 2009–CMMC, aprovados nos dias 31 de março, 16 de abril e 06 de março de 2009, respectivamente. A Presidência convida o Ministro Carlos Minc a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua exposição inicial. Usaram da palavra os senhores parlamentares: José Nery, José Guimarães, Jorge Khoury, Ideli Salvatti, Sarney Filho, Valdir Raupp, Mendes Thame, Vanessa Grazziotin, Colbert Martins, Rômulo Gouveia e Inácio Arruda. A Presidência registra a presença dos Senhores Takayashi Fukuyo e Yasunori Takenaka, diplomatas encarregados de Assuntos de Meio Ambiente do Japão, acompanhados do Senhor Jimmy Yamamura, Assessor para Assuntos Políticos e Intérprete, da Senhora Jaqueline B. N. Poole, Consultora do PNUD sobre mudanças climáticas, Senhora Alcione Maracajá Beltrão, Prefeita Municipal de Alagoinha/PB e do Senhor Alan D. Poole, Consultor de energia e meio ambiente do World Bank, em Washington DC. Ato contínuo assume a presidência a Senadora Ideli Salvatti. A Comissão aprova, **extrapauta**, o seguinte requerimento: **Requerimento nº 45, de 2009-CMMC**, de autoria do Deputado Sarney Filho, requerendo informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referente ao relato do Senhor José Domingos Gonçalves Miguez, Coordenador-Geral de Mudanças Globais e Clima do MCT, à imprensa, ressaltando que o Ministro da Ciência e Tecnologia estaria disposto a pedir o fim da exigência de mitigação das emissões em usinas termelétricas a carvão, recentemente impostas pelo Ministro do Meio Ambiente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as treze horas e dez minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de

Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta da CMMC.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, criada mediante Resolução nº 4 de 2008, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciamos os trabalhos, eu própria proponho a dispensa da leitura da Ata. Dispensada a leitura, os Srs. Parlamentares que aprovam a Ata da reunião permaneçam como se encontram. Aprovada.

Os expedientes sobre a Mesa. Primeiro, comunicar a todos que houve uma mudança na composição da Comissão. O Partido da República, PR, através do seu líder na Câmara dos Deputados, Deputado Sandro Mabel, encaminhou ao Presidente do Senado do Congresso Nacional o expediente indicando o Deputado Lúcio Vale para a suplência desta Comissão. Da mesma forma, o mesmo Partido da República, através do Deputado Sandro Mabel, encaminhou expediente indicando o Deputado Homero Pereira para a titularidade, também da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Outro comunicado é o de que amanhã nós teremos uma Audiência, amanhã, uma Audiência, às 17h, com o Ministro da Integração Nacional, Ministro Geddel Vieira Lima. Essa audiência decorre de solicitação em decorrência da aprovação do Requerimento nº 17, que contém as providências que devem ser tomadas emergencialmente, fruto da diligência realizada no Estado do Amazonas, especialmente nos Municípios de Manacapuru e Anamã, em decorrência das últimas cheias do Estado.

Então, a Audiência Pública, repetindo. A Audiência Pública, não, a Audiência dos membros dessa Comissão com o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, às 17h de amanhã, dia 02 de setembro. Será no próprio gabinete do Ministro, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar.

Bom, na nossa Pauta, hoje, nós temos um único item, que é Audiência Pública cujo objetivo é debater sobre política e plano nacional sobre mudanças climáticas e perspectivas do Brasil para a COP 15, e teremos a Presidência do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc. Esta Audiência Pública decorre do atendimento aos Requerimentos de nºs. 2, 4, 12, 29 e 35, aprovados no dia 31 de março, 16 de abril e 6 de março deste ano.

Então, neste momento, eu convido o Ministro Minc para compor a Mesa destes trabalhos. O Senador José Nery, para acompanhar o Ministro. Bom, primeiro eu gostaria de, em nome da nossa Presidente, Senadora Ideli Salvatti, de agradecer aqui, publicamente, a presença do Ministro do Meio Ambiente, Ministro Carlos Minc. Sabemos da vossa agenda extensa, mas o Ministro sempre tem se mostrado muito solícito, não só com a Comissão, mas com o Parlamento. Mesmo porque, ele mesmo diz, é Parlamentar de origem, apenas licenciado, e sabe da importância dos debates no Parlamento sobre temas políticos importantes, sobretudo no caso de hoje, questões relativas à COP-15.

A Senadora Ideli Salvatti deve estar chegando em breve, Ministro, teve outro compromisso, mas em breve ela coordenará os nossos trabalhos. Passaremos a palavra à V.Exa. Agora, lembrando aos Parlamentares de que o Ministro tem uma agenda já pré-determinada, então o período máximo, o tempo máximo, salvo engano, é 12h00. 12h30 é o período máximo que o Ministro poderá ficar conosco.

Então, para que não--

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Permita, Vanessa?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Pois, não.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Para a Secretaria dos trabalhos, acho pouco razoável uma Comissão da importância desta realizar este debate com a presença quase diminuta de nós, Deputados e Senadores. Solicitaria que a Secretaria pudesse convocar os membros para que viessem a esta Comissão. Só somos dois.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Não, nós somos três.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Não, além da Presidência, evidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) O Senador que está aqui, Senador José Nery, que está aqui.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): É bom arrumar uma mobilização para ver, porque eu acho pouco, dada a--

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Deputado José Guimarães--

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): --a importância do tema e do papel do Ministro Minc.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Perfeitamente, o problema é que os Deputados que estão sendo contactados, Deputados e Senadores, por esta Comissão, grande parte deles está ainda chegando, chegando a Brasília. Sabemos que terça-feira pela manhã é dia em que a maior parte dos Parlamentares chega a Brasília. Então, estão sendo contactos e assim que chegar a Casa, certamente, tendo ciência da importância desta audiência, eles para cá virão.

Então, passamos a palavra ao Ministro. Ministro, regimentalmente temos um tempo, mas V.Exa. fique à vontade para utilizar o tempo que considerar necessário.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado. Bom dia, Deputada Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente, Deputados e Senadores, Assessores, Parlamentares, imprensa aqui presente.

Eu queria, antes de mais nada, Deputada Vanessa, agradecer o convite que foi feito. Como disse V.Exa., esta aqui é a 41 ª vez que eu venho aqui no Parlamento, em um ano e três meses. Convidado, convocado de moto próprio, eu me sinto bem participando dos debates aqui. Como Parlamentar, estou no sexto mandato, de Parlamentar, então eu sei o que é ter o voto, ser representante do povo, e eu prezo mesmo a Casa Parlamentar.

Bem, eu vou tentar fazer uma exposição inicial bem breve. Como V.Exas. são da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, então estão acompanhando as questões, os detalhes do plano. Então, eu vou tentar me ater, Deputada, - V.Exa. me corrija se julgar que não é exatamente esse o espírito de questões mais assim - daqui para frente, do que contar o mais ou menos todo mundo está... Que nós temos um plano de clima, que nós temos metas nesse plano, que nós temos o Fundo Amazônia, são questões que a Comissão conhece, porque são basicamente questões do ano passado.

Então, eu vou tentar falar coisas daqui para frente, que são as que mais interessam, e até trazer uma proposta para vocês, que seria um trabalho comum. Eu comentava com o Senador José Nery, aqui, a ideia de que nós possamos - eu estava dizendo para os Deputados e Senadores com os quais eu conversava agora, há poucos minutos - que eu tenho sentido no governo um clima favorável à questão ambiental e à questão climática. Dizer que é um clima favorável à questão climática é quase que uma tautologia, um clima favorável ao clima.

Bom, mas eu senti isso em algumas questões importantes. Uma, vocês vão saber nos próximos dias, quando o governo anunciar o zoneamento agroecológico da cana de açúcar, agora, no dia 09. E outra foi ontem de manhã, quando nós conseguimos incluir a questão do investimento do clima no pré-sal, no fundo do pré-sal, que a gente não tinha conseguido há dois meses, quando foi apresentado. Então, fizemos várias gestões e ontem, por sugestão nossa, foi realmente incluído no fundo a questão do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ao lado dos outros que já estavam, como educação, ciência e tecnologia. Saúde não. Não. Educação, ciência e tecnologia, e entrou cultura.

Então, o que eu estava conversando com alguns Deputados e Senadores seria o seguinte. Como nós temos essa reunião de Kopenhagen, agora em dezembro, e o Brasil quer ter uma posição de protagonismo, terá uma posição de protagonismo, antes nós não tínhamos um grupo de Ministros que seriam, assim, o foco dessa questão. E hoje nós temos o chamado G3, que é com o Ministro Amorim, Relações Exteriores, eu próprio, do Meio Ambiente e o Ministro Rezende, de Ciência e Tecnologia.

Nós já tivemos duas reuniões com as assessorias, e a terceira vai ser agora, dia 15. Vai ser a terceira reunião do G3. E chegamos a vários consensos, porque os Ministérios, como não havia uma posição de governo, cada Ministério falava a sua linguagem, o que não convém. Não adianta o Ministério do Meio Ambiente defender uma meta e defender que não pode aumentar mais do que 2°C a temperatura até o final do século, que deve ter REDD, e outros Ministérios acharem...

Então, a gente começou a construir, não só esses três. Focado nos três, mas com vários outros Ministérios, por exemplo, Agricultura, Minas e Energia, mas, com foco nesses três, construir uma posição de governo. Porque a gente vai levar para Kopenhagen, não é cada Ministério levar sua posição. E isso daí o Parlamento tem que participar, os governadores da Amazônia têm se mobilizado, isso é uma coisa importante.

Então, a convergência está muito grande. Então, nós vamos chegar com uma posição forte sobre redução, sobre metas, sobre REDD, sobre fundo... A gente deve fechar isso na reunião do dia 15, como devem ser esses fundos que os países ricos devem constituir, até para ajudar descarbonizar a economia e as emissões dos países em desenvolvimento.

Bem, então a minha proposta seria a seguinte, para começar pelo fim, a minha proposta seria o seguinte, que vocês, Deputados e Senadores, e que a gente pudesse também dar alguma sugestão, que vocês selecionassem, também com alguma sugestão nossa, um número determinado de projetos ligados à questão climática. Não pode ser um número muito grande, eu estou falando de cinco, seis projetos.

E que a gente fosse à reunião dos líderes e pedisse, eu me disponho a vir com vocês, se vocês julgarem... Inclusive, trazer outros, o Ministro da Ciência e Tecnologia, por exemplo, é meu companheiro, Sérgio Rezende, e pedisse para incluir em pauta um dia, que a gente escolhesse um dia simbólico, eu não sei que dia cai dia 21 de setembro, que é dia da primavera. Em suma, um dia que tenha uma ligação com a questão

ambiental, com a questão climática. Porque não adianta também aprovar o ano que vem, tem alguns projetos... Eu já digo um, por exemplo, um que me interessa muito, mas não significa que eu vou só batalhar por esse, que é a questão do fundo de mudanças climáticas, que é aquele que garante 10% dos lucros extraordinários do petróleo, e que já existe isso na Lei do Petróleo, uma parte disso para o meio ambiente.

Mas é só para a questão de derramamento de óleo, a gente não consegue usar tudo isso, Graças a Deus, porque não tem todo ano derramamento de óleo. Então, uma grande parte disso acaba sendo contingenciado, e vai para o bolo comum. Então, a gente tem que pegar uma parte disso, que já está para a questão ambiental, e carimbar para clima. E aí ver toda a questão de adaptação, de mitigação, de energias alternativas, em suma, projetos envolvendo a população, pagamento por serviços ambientais, para corredores de biodiversidade, e tudo aquilo que pode ser... Combate à desertificação e a questão da água, valorizar a questão da água em áreas onde isso é fundamental. Eu digo esse porque nós enviamos. Sei que, com origem na Câmara e no Senado, tem projetos importantíssimos, ligados a energias renováveis, ligados à prevenção, ligados à descarbonização da economia, ligados ao aproveitamento dos ventos, do solar.

Em suma, a própria reciclagem, que é uma forma de economia de energia... Então, a minha proposta seria, se nós conseguíssemos escolher... Não adianta ser uma lista muito extensa. Se nós conseguíssemos, Deputada, escolher um número de 5, 6 projetos, e convencer as lideranças em colocar isso em Pauta um determinado dia, escolhido por vocês... E aí esses projetos seriam escolhidos de acordo com a relevância, e também a tramitação aqueles. Se eles já tiveram em Comissões... Porque não adianta escolher um projeto que já tenha sido vetado, ou com parecer negativo nas Comissões Parlamentares.

Bem, feita essa sugestão, eu gostaria de acrescentar alguns pontos. Um deles é o seguinte: Nós temos esse plano com clima, mas, nesse plano, vários setores da economia não foram caracterizados. Basicamente, as metas que nós temos são para a redução do desmatamento na Amazônia, para a questão da co-geração de energia, da eficiência energética, aumento do etanol e aumento de biocombustíveis. Isso tem metas, e tem uma meta também para reciclagem. Ou seja, vários setores da economia, por exemplo, siderurgia, construções, etc., não têm metas para esses setores.

E os outros biomas não têm metas. Por que não têm? Porque nós não os monitorávamos, nós só monitorávamos a Amazônia. Portanto, a gente só tem série histórica para a Amazônia. Como é que a gente ia fazer uma meta, Deputados e Senadores, para o Cerrado, ou para a Caatinga - só para dar dois exemplos - se nós não tínhamos uma série histórica. Como aprumar uma meta?

Agora nós já estamos monitorando todos os biomas brasileiros, inclusive, provavelmente no dia 10 ou no dia 11, que é o dia do Cerrado, nós vamos divulgar dados de monitoramento do Cerrado, pela primeira vez. Então, nós estamos trabalhando, para o mês de junho de 2010, para fazer a atualização do plano, a primeira atualização do Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Isso vai ser aberto à consulta pública, e eu acho que a Câmara e o Senado devem ter um papel - comandados pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas – devem, desde agora, começar a preparar esse Debate Nacional. Porque nós do Ministério, nós temos algumas capilaridade, temos uma boa relação com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, mas não temos a capilaridade que a Câmara e o Senado têm. Porque aqui tem Deputados e Senadores do todos os Estados, que conhecem as realidades regionais, da Amazônia, do Sul do país, do Sudeste, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, em suma, há Deputados aqui que representam todas as regiões.

Então, uma sugestão que eu já faço é a Comissão de Mudanças Climáticas chamar a si, e com o nosso apoio também, começar a organizar atualização e o debate nacional em cima da atualização do plano clima. Eu vou dar algum exemplo para vocês, prático. Por exemplo, o setor de siderurgia, que emite muito, não tem metas para ele no atual plano. O setor, atualmente, planta metade das árvores que precisa para a produção do carvão vegetal. A outra metade, e nesse caso é até bom, do ponto de vista... Porque o carvão vegetal tem um ciclo, a árvore, e quando ele vai para dentro do aço ele captura o carbono, lá dentro do aço, por 800 anos. Então, é uma boa solução, mas isso só se for de mata plantada, porque se não for de mata plantada é péssimo. Porque ele vai lá cortar a mata nativa, emite, e, além disso, está destruindo a biodiversidade, está transformando parte, por exemplo, do Cerrado e da Caatinga - só para dar dois exemplos, não são só esses - em carvão, o que é inadmissível.

Então, nós temos discutido com o setor, nós temos discutido com o governo de Minas - que é importante, porque boa parte da siderurgia está em Minas Gerais - e nós estamos caminhando para algo em torno de uma meta de oito anos, para que o setor da siderurgia plante todas as árvores que necessite para que seja autossuficiente, e isso vai ser um grande adianto. Mas eu acho que o Parlamento deve participar disso, deve

participar disso e deve participar de outras, porque nós não temos pernas para fazermos as negociações com todos os setores de economia.

Vou dar outro exemplo. Esse plano de zoneamento agroecológico da cana, que o presidente Lula vai anunciar agora, no dia 9, é apenas para a expansão da cana, não é para trás. Essas regras são para as novas áreas de etanol. Uma das regras - eu não vou anunciar todas - é zero queimada. Por que isso é bom para o clima? Primeiro porque a queimada emite, e depois, quando você não queima, você pode aproveitar a palha da cana para fazer energia renovável da biomassa.

Então, você ganha três vezes: Não contamina o pulmão do trabalhador, não emite para o clima, e ainda pega a palha para gerar energia de biomassa, quer dizer, show de bola. Então, daqui para frente vai ser assim. E daqui para trás? Então, nós abrimos com a UNICA, que representa os produtores de açúcar e álcool, uma negociação para as áreas mecanizáveis, que são aquelas que podem ver realmente o fim das queimadas e o aproveitamento da palha, qual seria um prazo razoável para acabar também com as queimadas, em todas as áreas antigas mecanizáveis, ou seja, menos de 12 graus.

Três Estados têm Leis estaduais que, basicamente... São Paulo, Minas, o terceiro agora eu estou em dúvida, mas acho que é Mato Grosso, o terceiro eu estou em dúvida. Mas esses três Estados são onde está mais avançado esse processo, as metas para áreas antigas mecanizáveis, eles falam em cinco anos. De hoje a cinco anos. Então, estamos falando de cinco anos, então estamos falando de 2014. Sim, mas e os outros Estados?

Então, aí cabe ou uma lei federal - eu sei que tem vários projetos tramitando sobre isso - havendo um acordo com os três Estados, eu acho que vocês podem ter um grande avanço em relação a isso. Ou então, mesmo, fazer um acordo direto com o setor, como nós estamos fazendo com a siderurgia. Às vezes acordos são... Eu tenho uma tradição de fazer bons acordos, o acordo com a soja, a moratória da soja parou de ser agente de desmatamento da Amazônia, não compra mais soja de área desmatada; o acordo com a madeira, a gente vai atualizar agora e fazer o balanço, não foi feito, com minério. Eu acho que os acordos setoriais são muito interessantes. Porque hoje em dia ninguém consegue exportar madeira, carne e soja se não tiver um selo. Então, isso é um bom momento.

Esses exemplos que eu estou dando para vocês, o exemplo do monitoramento dos outros biomas, essa novidade que nós vamos, provavelmente no dia 11, dia do Cerrado, anunciar o resultado do primeiro monitoramento do bioma Cerrado; esse acordo com a siderurgia, que não está fechado, mas está encaminhado; esse possível acordo com a UNICA e com o setor para as áreas já consolidadas, já que o zoneamento é daqui para frente, para as áreas de expansão, as regras não valem para o setor consolidado. Então, vocês veem que há um campo enorme em relação a isso. Dou um terceiro ou quarto exemplo para vocês que eu estou com dificuldade de avançar nessa negociação, e vejo que comum tipo de Legislação ou abertura de negociação da Comissão de Mudanças Climáticas pode adiantar, me refiro, por exemplo, à questão dos sacos plásticos.

Hoje em dia, ou comercializa ou dá para o cidadão que vai fazer uma compra no supermercado, por ano, 12 bilhões, 12 bilhões de sacos plásticos. Mais da metade disso para vai para o meio ambiente. Isso tem um efeito. Entopem os rios, entopem os lixões, dificulta a degradação natural, e acaba aumentando a emissão também.

Então, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma campanha nacional que está tendo uma grande adesão, chamada "Saco é um saco"; várias redes: Walmart, Pão de Açúcar, agora entrou Lojas Americanas, empresa Gol a empresa de energia de São Paulo, em suma. No sentido de que o consumidor diminua o uso, recuse sempre que possível, passe para a bolsa reutilizável, coisas desse tipo.

Muito bem. Isso está avançando muito, mas não é suficiente. Mesmo no Rio de Janeiro, nós aprovamos uma Lei estadual, que diz que o supermercado que não oferecer desconto para quem não usa o saco plástico e também não oferecer uma bolsa reutilizável, então tem que trocar 50 sacos plásticos por um quilo de feijão ou arroz. Que aí você troca poluição por comida, e aí vai virar que nem a latinha, acaba no meio ambiente. Agora, por que a história da latinha funcionou bem e o saco plástico funciona mal? Porque a latinha, a indústria de reciclagem fechou o círculo. Montaram uma rede de coleta, reaproveitam, tem um preço. O catador... Você está tomando uma cerveja e o catador fala: "Tio, guarda a latinha para mim", a latinha nem chega ao chão. O saco plástico não aconteceu isso.

Então, qual é o esforço que eu estou fazendo? Além – nós, Ministério - além da campanha, além de Leis e etc., nós temos que, com a indústria do plástico, com a indústria química, a indústria do plástico, fechar o circuito, porque não adianta o supermercado pegar milhões de sacos plásticos e ficar com o mico na mão. Isso aí tem que voltar para a produção, para gerar energia, para gerar novos insumos, ou para a indústria de reciclagem, que gera uns prensados que podem servir para dormentes, para caixotes e etc.

Hoje em dia o lixo é matéria prima fora do lugar, tudo se aproveita. Então, eu acho que, em relação a isso... Porque tudo que você recicla, vidro, alumínio, papel, plástico, você está economizando energia, e, portanto, você está diminuindo as emissões. Então, qualquer lei, qualquer projeto que a gente consiga, inclusive, voltar nessa minha sugestão - caso vocês achem que é boa - de escolher cinco ou seis projetos da Câmara e do Senado e tentar, simbolicamente, votar, algum bom de reciclagem, eu vejo isso com muito bons olhos.

Porque a reciclagem... No Brasil, hoje, a coleta seletiva domiciliar é 7%. Todo mundo fala: "Viva a educação ambiental", "Viva as cooperativas", "Viva a coleta seletiva", mas você vai lá ver mesmo, 7% do lixo domiciliar é separado. Então, cabe... Nosso Parlamento tem um espaço aí para colocar... Até isso tem uma ligação direta, não só com a poluição, contaminação do lençol freático, inundações, entupimentos de rios e canais, mas com a emissão. Tudo que você não recicla você está desperdiçando energia, porque existe uma energia contida nesse copo de vidro, num saco plástico, numa latinha de alumínio, tem energia lá. E para você produzir energia nova, sempre se emite, mais ou menos.

Bem, eu queria concluir dizendo que nós estamos tratando... O Ministério de Ciência e Tecnologia está correndo para fazer um novo inventário de emissões, porque o nosso foi divulgado em 2002, 2003, mas a base dele é 94, então está desatualizado. Então, o Ministério do Meio Ambiente resolveu fazer uma divulgação, que não é a mesma coisa que o inventário. O inventário é uma coisa mais complexa., tem metodologias do IPCC, e a responsabilidade é do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), nós apenas ajudamos. O que nós estamos fazendo é começar a divulgar anualmente estimativas de emissão, por setores. A primeira que nós divulgamos - deve ter aproximadamente uma semana - foi do setor de... Dois setores, energia e indústria. E a base é 2007, portanto é um dado recente. Bem, esses dados foram à base IBGE, indústria, e a metodologia a mesma base do IPCC, para calcular a emissão. O que dizem esses dados? De 94 para 2007, as emissões do setor de energia aumentaram cerca de 50% e do setor indústria, cerca de 77%. E aumentaram mais do que a produção, enquanto a produção, por exemplo, a produção de energia a partir de fósseis aumenta, e também da hidroeletricidade, aumenta em cerca de 70% no período, as emissões ligadas a fósseis aumentam 121%, isso por causa das térmicas.

Então, nós temos que ver como fazer para incentivar as energias renováveis e impedir que a nossa matriz, que é boa, que é muito mais limpa que a dos outros países, muito mais limpa, muito mais renovável, o Brasil está na frente. E os dados ainda são bons, mas eles começam a ficar piores. Então, o esforço nacional da Academia, do Parlamento, do Governo, é impedir que essa tendência continue avançando, ou seja, que as térmicas a óleo e a carvão continuem avançando, mais do que a hidroeletricidade, do que a energia dos ventos, do que a energia da biomassa, do que a eólica, solar e etc. Então, eu acho que a gente tem que refletir sobre isso, ou seja... Outra coisa: Os dados que são, como eu falei, uma estimativa, uma estimativa, eles são preocupantes, mas eles também mostram uma coisa.

O dado de 94, de base 94, Deputada Vanessa Grazziotin, dizia o seguinte: Que energia e indústria, juntos, eram responsáveis por 18% das emissões, e desmatamento, 75%. Nós não temos ainda os dados do desmatamento, devemos ter agora no início de outubro. Desse período, não esse que a gente divulga todo mês, do INPE, que é para efeito de emissão global. A nossa ideia é que isso já não... Os dados com base em 2007 de desmatamento devem dar algo em torno de 60%, e indústria e energia devem ter passado de 18% para 28%. Ou seja, isso só significa que o esforço de mudanças climáticas continua sendo muito forte em relação ao desmatamento, ainda é o número um, mas relativamente diminuiu; indústria e energia aumentou. O que é que significa isso? O esforço para a energia renovável e tecnologia limpa passa a ser maior ainda em vista do aumento relativo do peso nas nossas emissões em 2007 nesse setor.

Então, esse setor está aumentando enquanto o desmatamento está diminuindo. Isso naturalmente vai exigir de todo nós, Parlamento e Governo medidas mais fortes.

Eu teria outras questões para levantar, mas naturalmente V.Exas. levantarão questões e eu guardarei então para respostas os temas que mais nos interessam.

Agradeço então e encerro a primeira intervenção por aqui. Saudações... Ecológicas.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Muito obrigada nobre Ministro.

Ministro é... Com a sua breve exposição priorizou o tempo para o debate. E nós queremos comunicar Deputado José Guimarães que já há um significativo de Parlamentares presentes, todos eles chegando à Brasília ainda e assim que outros Parlamentares chegarem para cá virão.

Nós não encaminhamos a inscrição, mas o Senador José Nery já solicita a inscrição, se o Relator permite, nós vamos passar à palavra pela ordem e a

qualquer momento que o Relator queira fazer intervenção ou alguma sugestão, que fique à vontade.

Então, eu passo a palavra ao primeiro inscrito e a gente solicita que seja passada a relação para que sejam feitas as inscrições ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente Deputada Vanessa Grazziotin, Sr. Ministro Carlos Minc, Deputado Colbert Martins Relator desta Comissão, Srs. Parlamentares.

A breve exposição do Ministro Carlos Minc, tratando da necessidade de atualização do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, creio que deve ser essa a questão e, sobretudo, por ser uma atribuição exatamente da questão do âmbito desta Comissão, deveríamos estabelecer uma pauta para o tratamento, para elaborarmos um cronograma de debates setoriais de um lado.

E, de um outro lado pensarmos como envolver mais diretamente a população brasileira, os diversos segmentos sociais nesse esforço conjunto, porque não haverá, não poderemos ter sucesso nessa empreitada de conseguirmos um nível de compreensão e de medidas que contribuam efetivamente para equacionar ou pelo menos mitigar os dessas mudança tão graves e tão repentinas que aos poucos a população brasileira vai começando a identificar com vários fenômenos naturais como a mudança do período do regime das chuvas.

Verificamos na Amazônia esse ano, por exemplo, um prolongamento do período chuvoso mais intenso, até quase o final do mês de julho. Verificamos no Nordeste, as chuvas que normalmente vai ali é o mês de maio, início de junho. Em julho choveu torrencialmente em várias regiões do Nordeste Brasileiro que o é uma manifestação bem precisa dessas mudanças que vem ocorrendo.

A seca no Sul, se for um pouquinho mais atrás, há cinco anos, tivemos a seca da Amazônia, enfim, com graves consequências para as comunidades tradicionais, os ribeirinhos em geral enfim.

Então, essas mudanças e as medidas que possamos tomar no sentido de incorporação desse debate pelo conjunto da sociedade, deveriam nos levar, além dos debates mais gerais, pombos amos fazer no Parlamento.

Creio que podiam pensar para 2010 um incremento desse debate e concluir quem sabe esse processo de atualização com a definição de metas específicas, setoriais, nos diversos setores produtivos, bem como uma incorporação da sociedade, sobretudo da área da educação e da juventude que pode ter um efeito multiplicador: Primeiro na compreensão desse fenômeno.

E segundo das medidas das tarefas que estão colocadas para cada cidadão no seu dia-a-dia, para lidar com essa questão com as medidas preventivas que pode tomar para não permitir que esse abismo, que está colocado aí para toda a humanidade, venha se consolidar que é um total desestruturação climática a tal ponto que terá consequências sociais, econômicas, ambientais insuportáveis para a humanidade.

Então, eu creio que poderíamos pensar, em termos de cronograma Ministro, trabalharmos esse processo de atualização remodelagem do Plano Nacional de Mudanças Climáticas concluir esse processo lá na primeira semana de junho de 2009, na Semana do Meio Ambiente, 2010, ao mesmo tempo em que podíamos também fazer da Semana do Meio Ambiente 2010, escolhermos alguns temas específico e fazer disso mais do que temos feito um debate nacional em que toda as Casas Legislativas a partir de um debate que posso fazer aqui no Congresso Nacional.

Os governos estaduais e municipais, as organizações não governamentais pudessem colocar esse nível de mobilização em torno dessa questão ambiental, em torno da discussão das medidas, das atitudes que têm que tomar diversas organizações da sociedade e o cidadão comum, em relação às suas atitudes para contribuir nesse processo tão importante para superarmos e quem sabe enfrentarmos de forma mais efetiva os desafios que as mudanças climáticas vêm impondo à humanidade ao setor público e a sociedade em geral.

E por último, eu queria concordar com essa proposta que o senhor apresentou e tínhamos debatido um pouco ali antes, na antesala dessa Comissão. De definir, a partir de uma discussão dessa Comissão e com o Ministério, um conjunto de projetos, priorizando cinco ou seis projetos que possamos adianta sua tramitação nas Comissões e levando à votação em Plenário ainda agora neste segundo semestre.

Eu creio que é uma sugestão possível de ser viabilizada e, portanto, precisamos aqui construir as medidas necessárias para que possamos dar consequências práticas a essa proposta.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Obrigada a V.Exa., Senador José Nery.

Nós queremos comunicar, Deputado José Guimarães, que chegou ainda um número maior de Parlamentares

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Surtiu efeito.

[risos]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) E lembrando aqui a todos que o Ministro se referiu, no início da sua intervenção, sobre o grupo G3 como ele classificou formado pelos Ministério das Relações Exteriores, de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia.

A semana passada nós tivermos presente na Comissão o Ministério das Relações Exteriores, hoje contamos com a honrosa presença do Ministro do Meio Ambiente, na semana que vem no dia 08, teremos a participação do Ministro de Ciência e Tecnologia e aí fecharemos o debate individual com esses Ministros e depois poderíamos vir o Relator, indicava, se o seria importante ou não uma reunião, talvez não uma Audiência Pública, mas uma reunião com os Parlamentares e os três Ministros ou passaríamos numa reunião dos senhores, isso então, esse é um momento muito importante.

E Ministro eu acho que para orientar melhor os nossos trabalhos, faríamos três intervenções, na sequência V.Exa. se pronunciaria e já estamos recebendo aqui as inscrições, e vamos ser mais rigorosos com o tempo. São11h03, temos o teto até 12h30.

Então, para que todos possam falar e o Ministro responder ou falar sobre todas as questões levantadas cinco minutos, está bom para cada Parlamentar?

Então, o próximo Deputado inscritos é o Deputado Jorge Khoury... Ah não, José Guimarães, desculpa. Deputado José Guimarães, cinco minutos.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Sra. Presidente, Sr. Ministro Carlos Minc eu vou levantar três questões que considero importantes para o ouvir de V.Exa., os devidos comentários enfim.

A primeira Ministro é: V.Exa. colocou uma questão muito importante, a necessidade desta Casa do Congresso construir uma agenda que dê conta até em função da Conferência de Kopenhagen, dê conta da temática que o Brasil com certeza, como disse V.Exa., será protagonista dos debates da Dinamarca. Projetos que estão tramitando.

Essa discussão precisa fazer parte da Agenda Política é não é uma questão que diga respeito apenas aos ambientalistas, é um problema, são questões políticas que devem envolver o conjunto desta com a Casa o conjunto do Congresso, como o fundo que V.Exa. se referiu o Plano Nacional, a questão do reconhecimento de outros biomas que são fundamentais como a caatinga.

Então, esse debate não está reprimido está ali meio que engavetado e é muito importante, portanto, que está Comissão introduza esse debate na reunião dos líderes, dos dois Presidentes das duas Casas para que nós possamos ter esta agenda que eu considero importante para o Brasil. Esta é a primeira questão que eu queria ratificar, a posição que o Ministro colocou.

A segunda questão, a segunda Ministro é claro que a presença de V.Exa. nesse debate suscita outras variáveis desse debate que o país todo vem fazendo. Eu li de ontem para hoje uma noticia muito importante que é o fato de ter havido uma redução do desmatamento da Amazônia em torno de 65%. Isso é algo muito importante por conta do impacto que isso tem na emissão.

Então, eu queria ouvir de V.Exa. como é que o governo, o Governo Brasileiro pode conciliar, no momento que o mundo todo discute essa questão desenvolvimento com preservação? Até que ponto os investimentos do PAC, eles estão tirando essa sustentabilidade da questão ambiental.

Eu coloco isso Ministro porque esse debate é sempre recorrente aqui no Congresso, também não quero me colocar em... Debater democraticamente aqui, até que ponto porque vez outra esse debate é muito recorrente, sobretudo na Câmara. E há sempre uma discussão que muitos levantam: O Brasil, por conta inclusive como eu ouvi ontem no lançamento do novo marco regulatório do pré-sal, até que ponto isso vai gerar sustentabilidade.

Então, essa questão são questão de fundo ou como alguns dizem e a mídia é muito exigente, de que o Brasil pouco tem feito para preservar o que ele tem de mais sagrado que é o meio ambiente.

Então, eu queria que V.Exa. pudesse avançar um pouco mais nessa questão do desenvolvimento com a sustentabilidade, esse debate que hoje está muito forte e é muito recorrente.

A terceira questão Ministro, eu tinha levantado na vez, na reunião anterior. Eu entendo que essa questão não pode ficar restrita o debate que nós temos que fazer hoje sobre a Amazônia tem que ser feito de uma forma mais ampla. O Brasil não é só a Amazônia ainda que é uma questão central até porque é responsável, eu estou já concluindo, Presidente, pelo desmatamento é um elemento central de tudo que vem sendo feito e que V.Exa. tem tido um cuidado muito especial.

Mas, o Brasil é maior do que isso, V.Exa. colocou a questão do cerrado, bioma do cerrado, da caatinga. O Nordeste Brasileiro, hoje, em que pese, Senador José Nery, as chuvas que se prolongaram, vive um processo brutal de desertificação. E se nada for feito, não for estabelecido metas, isso também, ainda que não na mesma proporção do desmatamento, mas é uma questão que tem que ter metas, que tem que ser levado para COP-15, porque se não nós não deixamos de ver o Brasil dentro de sua dimensão global e olhamos só para um lado.

Então, eu considero que essas questões Ministro V.Exa. pode dar um contribuição importante. E digo isso, o ex-Ministro está aqui e Senador, eu entendo porque que essa questão não pode ser tratada apenas pelos ambientalistas, esse questão é um debate estratégico sobre o futuro do Brasil.

Fiquei ontem muito ligado, não sou especialista na área, a questão do pré-sal até que ponto isso vai garantir sustentabilidade para o novo marco do desenvolvimento industrial do país.

Então, eu queria apenas interrogá-lo, mas com maior abertura do mundo para ouvir e sobretudo para formar opinião sobre esses temas que me parecem recorrentes e fundamentais para o futuro do planeta e do Brasil.

Obrigado Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Nós agradecemos a participação de V.Exa. e dizer que V.Exa. foi bem disciplinado com o uso do tempo, Deputado José Guimarães.

E pedir desculpas por não termos anunciado antes, o fazemos agora, comunicar a presença, entre nós, registrar a presença de Takayoshi Fukui e de e de Yasunori Takenaka são Diplomatas encarregados de assuntos de meio ambiente do Japão.

Agradecemos vossas presenças, ambos estão acompanhados do Sr. Jimmy Yamamura, que é Assessor para Assuntos Políticos e Intérprete. Comunicamos também a presença da Sra. Jaqueline Poole, Consultora do PNUD para Mudanças Climáticas. Da Sra. Alcione Maracajá Beltrão que é Prefeita do município da Alagoinha, na Paraíba,

E do Sr. Alan Douglas Poole, Consultor do Amro Bank, Consultor para Energia e Meio Ambiente do Amro Bank em Washington.

Então, agradecemos a presença de todos, não só destes anunciados, mas, de todos que participam dessa audiência.

E dando sequência, na última intervenção, antes de passarmos à palavra ao Sr. Ministro, ao Deputado Jorge Khoury, por cinco minutos Deputado.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Sra. Presidente, Sr. Relator, caro Ministro, colegas, convidados.

Ministro eu acho que a tônica nessa reunião como V.Exa. disse que é a 41 ª vez que vem ao Congresso, então, a despeito dos temas específicos, mas o clima é mais ou menos o que você disse no início.

Nós tivemos aqui a presença dos representantes do Ministério do Meio Ambiente, na semana passada como disse a nossa Presidente. E a expectativa do Ministro de Ciência e Tecnologia na próxima semana... Desculpe, então. Ciências e Exteriores e na próxima semana da Ciência e Tecnologia.

O representante... O embaixador veio como Coordenador do Governo Brasileiro junto à COP-15 e ele foi bem enfático quando ele disse que ali não era posição, está até no slide escrito isso, no era a posição de um e nem dois Ministérios, era a posição do Governo, a posição que ele estava trazendo ali.

E eu confesso a V.Exa., e talvez algum dos colegas que aqui estão hoje, que estavam também na semana passada, nós ficamos um pouco intrigados com as colocações que ele fez como sendo a colocação do Brasil a ser apresentado lá em Kopenhagen. Na verdade, eu não vou entrar em pormenores das colocações dele, mas nós queremos ouvi-lo porque entendemos que por mais que as questões internacionais sejam tocadas pelos Ministério das Relações Exteriores, esse tema específico, nós entendemos que deveria ter ou deva ter uma orientação maior da área setorial, vamos dizer assim, ou da área específica do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Entendemos que em todas as negociações internacionais há evidentemente os interesses políticos do país com relação a essas negociações, no entanto, por outro lado também, nós vemos que o Brasil dependendo do como chegue à Kopenhagen, pode chegar exatamente como o país que poderá representar quase que o centro das atenções, mas, dependendo também como um ele chegue ele poderá chegar como mais um e não representar aquilo que todos nós conhecemos e que todo mundo espera de nós.

Então, é mais ou menos essa colocação que eu faço Ministro é no sentido de ouví-lo, se já temos porque sabemos que encontros como esse na verdade as decisões não são tomadas lá em dezembro em Kopenhagen. Uma série de reuniões preparatórias vinham ocorrendo e eu imagino que a essa altura o Brasil já tenha mais ou menos uma ideia ou o foco de onde ele vai colocar as suas pretensões na COP-15.

Por outro lado, nós recebemos aqui no início do ano, uma visita de um grupo de Parlamentares da Dinamarca. E aqui eles estiveram e deram a entender a todos nós, não foi nessa Comissão, foi na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e deram a entender que eles estavam visitando vários países do mundo e que a ideia era que o Parlamento chegasse à COP-15, também com posições definidas e que para eles a posição do Brasil era muito importante.

Volto a insistir que eu entendo também que a despeito do esforço que essa Comissão vem fazendo é evidente que a posição do Brasil lá é a posição do Governo Brasileiro.

Então, nada mais salutar do que nós do Congresso, cheguemos lá a Kopenhagen com a mesma cabeça, quer dizer, o Brasil chega de maneira uníssona tratando de um tema tão importante para o momento mundial, momento do planeta.

Então, eu vejo também que seria muito interessante que ao longo desse período...

[soa a campainha]

Para Presidente Vanessa, nós pudéssemos ter reuniões periódicas, não sei se 15 em 15 dias ou sei lá de mês em mês, entre a posição que o Congresso vem trabalhando e a posição que o Governo vem trabalhando para não chegarmos lá de última hora distribuindo um papel para cada um, "a posição é essa tal", mas chegarmos mais ou menos entendendo o que o Brasil pretende lá na COP.

E com relação à agenda que V.Exa. se referiu, eu conhecendo como V.Exa. que Parlamentar que é os afazeres de uma Casa como essa, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que pudesse junto à sua Secretaria de Mudança Climática, ela pudesse verificar, a Secretaria, pudesse verificar os projetos que tem em tramitação no Congresso Nacional e que, de alguma forma, se pudesse ter um avanço nesses dias e que nós pudéssemos chegar em Kopenhagen com isso já resolvido, eu acho que dava também um upgrade ao Brasil lá.

Então, o senhor falou no dia 21 que era o Dia da Árvore, tem o dia 22 que é o dia do início da primavera. Então, eu sugeriria à V.Exa. o dia 22 porque é uma terça-feira, o dia 21 é segunda-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE) Muito obrigada, Deputado Jorge Khoury.

Então, imediatamente passamos a palavra ao Ministro Minc. Na sequência, faremos um bloco só para concluirmos. Ministro Minc.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin.

Então, eu vou responder a esse primeiro bloco de três questões, na verdade, três parlamentares, cada um levantou vários questões. Então, eu vou seguir a ordem das questões colocadas.

Primeiro, o Senador José Nery que teve que se ausentar, mas deixou várias questões, ele se interessou pela questão da atualização do Plano de Mudanças Climáticas, propôs um cronograma para que o Parlamento participasse de forma mais intensa e organizada dessa atualização, que será em junho de 2010, mas o debate já está valendo a partir de agora.

Falou da questão das chuvas, falou de metas setoriais, medidas preventivas e concordo com a seleção de cinco a seis projetos, como o Deputado Jorge Khoury também se manifestou agora, para um esforço concentrado do Congresso e do Governo de aprovarmos alguns projetos significativos antes de Kopenhagen. Um deles, que eu levantei, é o Fundo de Mudanças Climáticas, o Brasil, se aprova esse projeto aqui, vai ser o primeiro país, Deputado Sarney Filho, vai ser o primeiro país que vai chegar com um fundo constituído com recursos oriundos do petróleo, por exemplo, para mitigação, para adaptação no Nordeste, em suma, vários pontos importantes.

E outro de energia sustentável, reciclagem, a Deputada Vanessa está aqui já com uma lista selecionada... Que o eu acho é que essa lista talvez valha à pena escolher um número talvez menor, porque é uma ilusão achar que a gente vai aprovar em setembro outubro, 10 ou 15 projetos. Talvez valesse à pena desse que já está aqui, ou seja, que já fizermos o dever de casa, escolher desses aqueles mais significativos e cuja tramitação também seja mais favorável.

Um deles naturalmente o plano nacional de resíduos sólidos, política nacional, vejo isso também com muito bons olhos. Inclusive, não sei se, Deputado Vanessa, se esse plano, eu tenho acompanhado, até porque isso aí foi uma iniciativa do Poder Executivo de 2007. Eu não sei se a versão atual, ela prevê a questão da captura de metano como condição para que esses projetos sejam financiados, aterros intermunicipais, por exemplo, isso seria uma coisa muito interessante, porque consta no plano de mudanças. Vocês sabem que o metano... Vocês sabem por que são membros da Comissão, o metano é um gás do efeito estufa que tem um fator superior a 20, 30 vezes o CO2.

Então, você captar o metano, que é o gás do lixo, e transformá-lo em energia é um ganho para a mudança climática, muito significativo para a mudança, exatamente para evitar o aquecimento global.

Então, em relação ainda às questões levantadas pelo Senador José Nery, ele falou de metas setoriais, nós já tínhamos falado que algumas nós contemplamos nessa primeira versão do plano, que o Presidente Lula assinou no dia primeiro de dezembro, mas muitas outras não estão, e nós, algumas estamos avançando, por exemplo, a do setor da siderurgia e a questão do álcool, da cana, a questão das queimadas da cana. Tentar, em cinco seis anos, acabar com isso nas regiões já consolidados, mecanizáveis, e em oito anos fazer com que o setor da siderurgia plante todas as árvores que necessita para produção do carvão vegetal.

Como medida preventiva, eu apenas dou um exemplo, Deputada Vanessa, para as pessoas terem uma noção da dificuldade da prevenir. Os estudos de vulnerabilidade que nós temos encomendados, alguns estão ficando prontos, mostram que a região mais

afetada pela mudança climática, em primeiro lugar, é o Nordeste. Em primeiro lugar, o Nordeste Brasileiro e também a área do litoral, sobretudo as áreas mais baixas que tem muita concentração de população de baixa renda, por exemplo, favelas. Como a área da Baixada Fluminense, área de Salvador, Pernambuco e outras áreas assim. Aí você combina a questão da vulnerabilidade clima climática com a vulnerabilidade social.

Eu vou dar um exemplo de trabalho de adaptação para o público que está aqui, que não está muito familiarizado com essa terminologia. Adaptação são aquelas medidas que previnem mudanças inexoráveis, que acontecerão apesar de todo o esforço que for feito, a temperatura vai aumentar, o nível do mar vai aumentar. Algumas coisas acontecerão, quer dizer, se nós não fizermos todo o defender casa, será muito pior ainda. Se nós todo o dever de casa, Senador Valdir Raupp, algumas coisa já acontecerão de qualquer jeito e nós teremos que investir e já nos adaptarmos a essas mudanças inexoráveis.

Uma delas é a elevação do nível do mar. Eu vou dar um exemplo para vocês, para vocês verem o que é uma obra adaptação, o Rio de Janeiro, Baixada Fluminense. Nós temos três milhões de pessoas, vivendo em margens de rios, que foram ocupadas as margens, esses rios tinham quatro metros de profundidade, agora têm 50 centímetros, porque todo mundo cortou as árvores, joga tudo o que é lixo dentro do rio, então, cada vez que chove e a maré sobe, não pelo clima, pela lua, portanto, os movimentos normais de subida da maré, essas pessoas perdem...

Senadora Ideli Salvatti, *buenos dias*, eu soube que V.Exa. estava...

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estava da fazenda.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Estava na fazenda...

Senadora Ideli Salvatti só para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esse berrante aqui para alguém.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --só para lhe dizer, eu fiz uma intervenção inicial muito curta, falando de algumas novidades, para não dizer que o todo mundo já sabia, e fiz algumas propostas também. Uma delas é nós escolhermos, vocês, com o nosso apoio, cinco ou seis projetos, tentar votar em setembro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Prioridade.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Fazer um esforço para votação projetos de clima. Depois disso, eu fiz uma intervenção inicial bem rápida, depois houve uma primeira rodada com três Parlamentares, Senador José Nery, Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Cury. Eu estou respondendo essa primeira rodada aqui. Eu estava terminando de responder exatamente as questões levantadas pelo Senador José Nery.

E estava concluindo, falando do que seria, por exemplo, medida de adaptação. E dava o exemplo de Rio de Janeiro, segundo os nossos cientistas que estudam vulnerabilidade, áreas mais vulneráveis no Brasil, o Nordeste brasileiro, por causa da desertificação, semiárida e etc, e áreas da litoral, inclusive, o vosso Estado, sobretudo áreas onde são mais baixas e tem também questão como favelas, que aí você junta vulnerabilidade ambiental e social.

E eu dava o exemplo da baixada. Então, que obras nós estamos fazendo lá? Uma obra do PAC, também com o Rio de Janeiro, e aí já entrando num dos pontos do Deputado José Guimarães, do PT, do Ceará. Então, o que é essa obra? É o projeto Iguaçu, Sarapuí, Botas, é dragagem desses rios, relocação das populações que moram na margem do rio, para as áreas planas, com casas em condições, casas dignas. Plantio de árvores, para impedir a reocupação das margens, ciclovias. Praças, pontes, saneamento.

Até aí pode parecer uma obra normal de dragagem. Por que é uma obra de adaptação? Nós verificamos que essa obra já tem enchente hoje, as pessoas perdem tudo. Perdem objetos, perdem a vida, têm várias doenças, doenças de veiculação hídricas causadas pela água pluvial, Senadora Ideli, no Brasil isso é a primeira causa de mortalidade infantil.

Então, nós já estamos construindo nesses locais as ciclovias e as estradas, sob a forma de talude, em áreas mais altas, como se fossem diques, prevenindo a subida do nível do mar daqui há 20 anos, 30 anos.

Então, é uma obra de adaptação do ponto de vista da terminologia climática, porque aprofunda o rio, protege a margem relocaliza a população e aumenta o nível da barreira para prevenir, daqui há 20, 30 anos, uma elevação do nível do mar que, combinada com a chuva e com a maré, seria realmente trágica para uma área que antes disso já sofre com o problema da inundação e o problema social.

Mas isso que nós estamos fazendo no Rio, foi um plano do Rio com a UFRJ, na época eu era Secretário Estadual, apoiado pelo Governo Federal, isso mostra, Deputado José Guimarães, como você pode combinar uma obra do PAC, que é dragagem e habitação, com uma questão social e com uma questão de sustentabilidade, como V.Exa. levantou, uma das questões eu

já passo agora, então, para as questões levantadas pelo Deputado José Guimarães.

Perguntou a questão do desmatamento na Amazônia e dos temos recorrentes aqui no Parlamento entre as contradições de desenvolvimento e preservação. Eu poderia lhe responder esse ponto específico, Deputado, dizendo o seguinte: "Nós do Governo, ao longo desse período que eu estou aqui no Ministério, está completando agora um ano e três meses, nós vemos que o desmatamento ela está diminuindo, ele deve esse ano chegar ao menor desmatamento dos últimos 21 anos, deve ter uma redução significativa entre 45 e 50% em relação ao ano passado, mas nós chegamos a esse resultado principalmente por métodos de fiscalização, controle e repressão, ou seja, cortar o crédito, monitorar, ampliar a repressão, Arco de Fogo e etc".

E o Governo sabe que esses métodos eles são insuficientes e têm também efeitos sociais e até políticos, muitas vezes indesejáveis. Então, nós temos que cada vez priorizar mais a alternativas. Isso significa zoneamento econômico ecológico, Fundo Amazônia, Arco Verde, regularização fundiária, de tal, maneira, Deputado e Senadores, que vocês combatam o desmatamento não com ação ao IBAMA da e Polícia Federal tão somente, mas com as alternativas sustentáveis.

E dou uma boa noticia para vocês. A Operação Arco Verde, que iniciou há dois meses atrás, quando o Presidente Lula e dez Ministros estiveram no mesmo dia na Amazônia, em três Estados, Rondônia, Pará e Mato Grosso, eu estive com o Presidente Lula em Alta Floresta, com o Governador, outros Ministros. A Ministra Dilma esteve em Rondônia com Parlamentares, Governador e também outros Ministros e o Ministro Cassel, a Governadora Ana Júlia e outros estiveram em Marabá.

Então, de lá para cá os dados atualizados a ontem, então vocês estão tendo agora dados utilizados ontem. A Operação Arco Verde já pegou 24 municípios e fez 140 mil atendimentos. o que quer dizer atendimento? Como são trinta órgãos governamentais, atendimento pode ser um crédito do BASA ou do Banco do Brasil para o empreendimento sustentável. Uma ação do Ministério da Pesca para aquicultura, que até substitui às vezes o boi pirata com ganho, você produz proteína, emprego, sem desmatar. Pode ser uma ação do Ministério do meio Ambiente, através do serviço florestal, ajudando a fazer manejo florestal comunitário, por exemplo. Pode ser uma ação do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com regularização fundiária. Pode ser uma ação da Previdência Social, por exemplo, dando apoio para aqueles que trabalhavam em serrarias ou madeireiras que foram fechadas e, portanto, têm que ter um apoio até chegar a uma atividade sustentável.

Então, isso tudo somam com os atendimentos, então estamos em mais de 140 mil e os próximos três municípios serão, ou quatro municípios, que vão ser agora os dias 07, 08, 09, 10, 11 de setembro, serão Novo Progresso, Castelo dos Sonhos. Mato Grosso, pode ser Porto dos Gaúchos? Em suma eu esqueci o nome certinho não trouxe aqui a anotação.

Em suma, mais quatro daquelas listas dos 43, completados os 43 municípios que mais desmatam, iremos a outros municípios, porque não vamos ficar só nesses 43. Isso já mostra um pouco, Deputado Jose Guimarães, a ideia: "Bom, queremos concluir todo o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia até janeiro de 2010, até janeiro de 2010. E a regularização fundiária que foi votada aqui por esse Parlamento, objeto de muita discussão, mas foi votada e é importante, sem regularização fundiária não há política pública na Amazônia".

Eu quero dizer que desses 140 mil atendimentos, ações de regularização fundiária, nós já devemos estar, Senadora Ideli Salvatti, com 6 mil e 500, o que é expressivo. O que é expressivo. Fundo Amazônia, os primeiros projetos financiados já pelo Fundo Amazônia, já início de outubro. Então, daqui há um mês serão seis projetos, somando cerca de 50 milhões de reais nos Estados da Amazônia. Projetos de governo, de ONGs de entidades científicas como o INPE, INPA, Museu Goeldi, etc.

Em suma, nós queremos com o Fundo Amazônia, o zoneamento, a regularização e o Arco Verde, que se esse ano, Deputado Sarney Filho, eu diria que da queda do desmatamento, eu atribuiria 90% ações de fiscalização e controle, e 10% outros tipos de ação, não só do Governo Federal, Governo Estaduais, Municípios, ONGs. Em suma, não é só Governo Federal que combate o desmatamento, felizmente há uma integração de várias instâncias.

O meu sonho, Deputado e Senadores, é que o ano que vem a gente possa dizer que 40, 50% do que a gente obtenha pela queda do desmatamento seja de ações de alternativas muito mais sustentáveis e positivas, que geram menos problema político, que geram menos desemprego, causados quando você fecha uma serraria ilegal.

Então, esse é o meu sonho, mas isso depende também dos Parlamentos. Isso depende também dos Governos Estaduais.

A ação da repressão é sempre muito desagradável. A última que eu participei, dez dias atrás, na área de Novo Progresso, a gente foi tirar lá, tirarmos dez mil cabeça de gado de reservas nacionais a Câmara

de Vereadores de Novo Progresso votou lá que eu sou agora *persona non grata*. Eu sou *persona non grata* em Novo Progresso, os Vereadores votaram isso.

Eu até entendo. Imagina ser Vereador de uma cidade, que metade das serrarias é ilegal, metade das carvoarias é ilegal. Chega uma operação e reprime a atividade ilegal. É uma situação, sou eu lá, eu já sou *persona non grata* em vários municípios e vou continuar fazendo isso. Agora, eu gostaria de ser *persona grata*, por isso que em Novo Progresso, dia 09 agora, está chegando Arco Verde, espero que pelo menos a gente possa mostrar que está também chegando a mão amiga com alternativa, que é o que funciona mais, que é que o é mais efetivo, que é que o gera menos atrito.

Então, a gente tem que fazer às vezes o papel de mal da fita, mal do filme, chegar lá e fecha a atividade. E como atingir as metas sem reprimir a ilegalidade? Agora, se a gente não tiver capacidade de abrir alternativas sustentáveis, estamos roubados. Aí, sim, estamos roubando, porque não tem jeito, o sujeito vai desmatar cinco metros adiante, a gente está gastando tempo, dinheiro, Exército, recurso, IBAMA, Força Nacional, tudo isso é caro, tudo isso gera problema. Isso só funciona por um tempo determinado numa região específica. A longo prazo, isso não é efetivo. Isso não é efetivo.

Bem, complementando, então, as questões do Deputado José Guimarães, PAC, sustentabilidade, pré-sal. Bom, eu não vou me estender muito porque o Parlamento vai discutir esses dias isso, e também tem vários outros Parlamentares que vão se manifestar, e eu também tenho um limite de tempo hoje, mas para não deixar sem resposta a questão do pré-sal, eu quero dizer o seguinte: "Nós, o Ministério foi quem primeiro levantou, antes mesmo dos ambientalistas terem levantado essa questão, que o pré-sal emite três a quatro vezes mais CO2 que o pós-sal, que os postos normais". isso realmente é fato. Isso varia de poço para poço, não é uma norma, mas só comparando, por exemplo, um poço pós-sal, atualmente, tem cerca de 3% de CO2 nas emissões. O poço que a gente conhece do pré-sal, que é o Tupi, que já se tem dados, o gás do Tupi, ele tem de 12 a 15% de CO2 na sua composição, ou seja, quatro vezes mais.

Isso é significativo? É significativo. Isso inviabiliza o pré-sal? Não inviabiliza, nós temos é que investir pesado em ciência e tecnologia. quais sãos as tecnologias...

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Ministro, só um minuto, porque essa ia ser uma das minhas perguntas, talvez, então vamos avançando um pouco. Eu não entendi direito, no processo de exploração ou no conteúdo do gás mesmo? Isso que precisa... porque são duas coisas diferentes.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: São, são, são.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Que exigem tratamentos diferentes, então isso que eu queria que ficasse claro, que eu realmente não...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É no conteúdo do gás.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Conteúdo do gás. Não no processo de exploração?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não. Sim, mas no processo de exploração, uma parte do conteúdo do gás escapa, e depois quando você vai utilizá-lo--

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Ah, isso é outro problema.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: --é outro problema. Mas então são várias etapas, V.Exa. tem toda a razão.

Mas, então, quais são os procedimentos? Há o procedimento que a PETROBRAS já faz e pode fazer mais de re injeção, e há um procedimento chamado CCS, que é captura e estocagem do carbono. Esse procedimento está desenvolvido há mais de dez anos em uns vinte países, não está concluído e não existe marco regulatório do CCS.

A PETROBRAS há nove anos pesquisa o CCS, em três linhas diferentes, com a PUC do Rio Grande do Sul, a COPPE, do Rio de Janeiro, e com a CENPES, da Ilha do Fundão, do Rio de Janeiro. É um processo relativamente caro, o preço varia de poço para poço, de país para país. O que nós temos que avançar, eu acho que essa Comissão junto com a Comissão talvez de Minas e Energia pode avançar, é o seguinte: "O Brasil tem que ter um marco regulatório para o CCS". O CCS é uma tecnologia que não tem um marco regulatório nem no Brasil e nem no mundo. O que significa isso?

Qual a segurança que você deve ter? Que o é o CCS? Você captura o carbono, põe lá embaixo da terra e tapa e fica lá armazenado, por isso se chama captura e estocagem de carbono. Um dos 'Cs' é de carbono, o outro é de captura e o S é de estocagem lá embaixo. Agora, qual é o nível de segurança que se exige para que isso não vaze? Qual é o nível de supressão de carbono? Qual é o tempo que isso vai valer? Vai ter um seguro? Se uma empresa tem uma concessão ou partilha, seja qual for o regime por trinta ou quarenta anos, depois ela devolve para o patrimônio da União, a União fica com isso, qual é a segurança que esse CCS não vai vazar depois?

Então, em suma, tem uma série de questões, vários países como a Austrália, a Alemanha e os Estados Unidos criaram, na Austrália, uma fundação

para começar a definir um marco regulatório do CCS. O Brasil foi convidado, isso é uma coisa gratuita, não sei exatamente por que razão não aceitou, eu acho que deveria aceitar.

Mas mesmo que a gente faça internamente um marco regulatório nosso, vocês percebem o seguinte, digamos no licenciamento, que é uma função do IBAMA, aí IBAMA vai ou não exigir isso. Mas vai exigir qual CCS, com qual garantia? Nós não podemos sem marco regulatório dizer que exigência nós podemos ou não fazer no processo de licenciamento.

Nós já garantimos ontem, Deputado José Guimarães e Deputado e Senadores, o fundo social será votado por esse Parlamento, foi enviado ontem pelo Presidente Lula aos Presidentes da Câmara e do Senado, ele tem entre seus componentes, ciência e tecnologia, educação e, agora, combate à pobreza e, ontem foi agregado, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e cultura.

O meio ambiente e envolvimento sustentável foi uma proposta de Ministério do Meio Ambiente, que foi acatada pelo Presidente. Isso é muito importante, o Deputado Rollemberg estava nessa reunião, ajudou muito. A Senadora Ideli Salvatti estava nessa reunião, também acompanhou isso. o que significa isso?

Nós vamos ter recursos, não está definido qual é o percentual, não sei se a Câmara e o Senado podem avançar nesse sentido, vocês hão de avaliar, mas nós vamos ter recursos substanciais para investir em prevenção, em tecnologia, inclusive, em tecnologia limpa e energias alternativas. Vai ser uma oportunidade disso, porque essa riqueza toda não só vai ajudar para prevenir, ter uma boa tecnologia.

Agora, eu acho que esta Comissão, Senadora, que V.Exa. preside, Ideli Salvatti, pode avançar na discussão do marco regulatório do CCS, sem o que nós não podemos nem pensar em introduzir esse fator no processo de licenciamento.

Deputado Jorge Khoury levantou várias questões, falou da posição do representante do Ministério de Relações Exteriores aqui, também falou do grupo Parlamentar da Dinamarca.

Bem, nós estamos construindo, Deputado Jorge Khoury, uma posição de Governo, mas eu não vejo que essa posição de Governo ignore a posição do Parlamento. De forma alguma, o governo é sensível a isso. O governo é sensível a isso. E eu vejo que várias coisas, que estão acontecendo na sociedade, estão ajudando o governo a avançar na sua posição de mudança climática.

Por exemplo, no ano passado, há um ano atrás, nós não tínhamos plano, não tínhamos meta, não tínhamos Fundo Amazônia, não tínhamos acordos setoriais como os que nós temos hoje, com a soja, com a madeira e etc, para reduzir. Hoje, com todas as deficiências que nós temos, nós podemos dizer: "Temos plano, temos metas e temos Fundo Amazônia". Então, avançou. Avançou.

A sociedade funciona? Funciona. Na semana passada, creio, houve uma reunião em São Paulo com cerca de trinta pesos pesados da nossa economia e esses industriais, e também da área agrícola porque estava a UNICA, por exemplo, esses industriais disseram o seguinte: "Nós queremos metas. Nós queremos que as nossas indústrias declarem o carbono que nós emitimos, nós queremos uma tecnologia de baixo carbono, nós queremos que os nossos fornecedores tenham essa preocupação".

É bom dizer que esses setores avançaram, mas também não disseram quais são as suas metas, e é bom dizer que essa não é uma posição unânime da indústria. A CNI que é a Confederação Nacional da Indústria é contra a definição de metas.

O quê?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):Não quer nem ouvir falar.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não quero ouvir falar. E várias outras estaduais não querem. Portanto, assim como o Governo tem posições diferentes, está tentando agora afinar uma posição, isso acontece no Parlamento e acontece na sociedade. Têm empresários que estão avançando e têm outros que estão mais de acordo com a situação das suas empresas...

Quais são os empresários que estão avançando? Os mais modernos, os que exportam, os que têm balanços de responsabilidade ambiental e social. O que os seus clientes lá fora querem saber é se o seu produto é intensivo em carbono ou não.

Então, esses empresários eles declararam: "Olha, nós estamos querendo avançar não é porque nós somos bonzinhos não. Nós estamos querendo avançar que se a gente não fizer isso, nós vamos ter problemas nos nossos mercados".

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, talvez o melhor exemplo desta pressão que a opinião pública, que o próprio mercado tem sinalizado, foi o que aconteceu na questão da pecuária.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):Não quiseram fazer o acordo ambiental, como a soja fez, aí teve toda aquela ação do Ministério Público, os supermercados querendo identificar de forma clara de onde é que estava vindo a

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Boicotando

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Boicotando e ai.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Quem comprasse carne de área desmatada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tiveram que sentar na mesa e fazer acordo

SR. MINISTRO CARLOS MINC: E no Pará, estive ontem com a Governadora Ana Júlia, será agora assinado, houve a adesão de cerca de oito grandes frigoríficos.

Então, Deputado Khoury, eu vejo que, por exemplo, posição do REDD o Governo não tinha ainda uma posição, como não tem ainda, mas, está fechado uma posição pró REDD. Para quem não sabe esse termo quer dizer Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação evitadas, quando você diminui o desmatamento e diminui a degradação você diminuem emissões.

Muito bem, qual é o cerne na questão? Os ambientalistas, normalmente não favoráveis a REDD e o Governo Brasileiro, ele tinha uma ressalva. Qual era a ressalva principal que o Itamaraty e outras áreas tinham que tem sentido?

Diziam o seguinte: Bom, os países compromissos, para eles pode ser mais cômodo e mais barato ao invés deles fazerem o dever de casa, muito mais barato pagar cinco, dez dólares por tonelada de carbono para países como o Brasil, Indonésia. Em suma, países que tem floresta ou conservarem ou diminuírem o desmatamento e com isso eles não terem que fazer o seu próprio dever de casa, se furtarem as suas próprias responsabilidades.

Qual é a posição que nós estamos chegando aqui e os governadores da Amazônia, por exemplo, tomaram uma posição que ajudou. Nós estamos e isso daí será um dos pontos da reunião do G3 no dia 15 agora. Qual é a ideia que está se solidificando dentro governo?

Aceitar o mecanismo do REDD, limitar a um percentual por exemplo. Limitar a um percentual, dizer: "Olha, você tem uma meta de...". Ou então, um adicional ou uma adicionalidade ou um percentual, ou então, uma combinação das duas.

É razoável, é razoável. Para nós é muito bom porque a gente vai receber para conservar as nossas florestas, a gente já tem que conservar de qualquer jeito, se a gente tiver mais recursos a gente conserva mais financiamento empreendimento sustentáveis, manejos e outros.

Então, eu quero dizer que o Governo, primeiro ele anoto uma posição fechada ainda, está fechado, segundo, ele é influenciado como todo o governo, por sua base Parlamentar pelo pensa a indústria.

Por exemplo, havia setores dentro do Governo mais atrasados que diziam o seguinte: "Se nós assumirmos metas nós vamos engessar a nossa indústria. E a nossa indústria está num estágio que a da Alemanha, dos Estados Unidos estavam há 30 anos atrás, por que a gente vai fazer isso com a nossa indústria se eles não fizeram isso com a deles há 30 anos atrás?"

Mas, quando a própria indústria nossa, pelo menos um setor mais dinâmico e mais moderno fala: "Nós queremos metas".

Esse argumento... Mesmo que esse setor mais moderno ainda não tenha dito quais são as metas, e ainda não seja todo, nem sei se é majoritário acho que nem é majoritário... É mas, é muito significativo. É muito significativo.

Então, isso, Senadora Ideli Salvatti, derruba o argumento de um setor mais atrasado do próprio Governo que eu faço parte que dizia: "Não. Não vamos fazer por causa da indústria". E a indústria diz: "Mas nós queremos".

Então, eu estou dando esse exemplo para mostrar como o que a sociedade faz, o que o Parlamento faz o que os Governadores fazem é claro que influencia a posição que o Governo Brasileiro, não teria como não influenciar. Só se fosse uma ditadura, só se fosse uma ditadura, impermeável, que obviamente não é o caso do nosso Governo.

Então, essas seriam Senadora Ideli Salvatti, as minhas considerações em relação a primeira rodada dos três Parlamentares, Senador José Nery, Deputado José Guimarães e Deputado Jorge Khoury.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço Ministro.

[interrupção no áudio]

A Comissão recebeu o Embaixador Sérgio Barbosa Serra, em nome do Ministério de Relações Exteriores já foi comentado e nós fizemos um bom debate aqui, inclusive, atualizando a Comissão das tratativas e de tudo o que está se constituindo enquanto posição que o governo brasileiro deverá levar a Kopenhagen, à COP-15.

E tem uma questão semântica de metas de compromissos, mas o Brasil vai levar. Isso a gente ficou convencido de que o Brasil levará uma posição inclusive, até para provocar insistir que efetivamente se avance, que nós tenhamos os compromissos as metas reafirmadas aí na reunião de Kopenhagen.

Então, eu queria Ministro passar aqui a cópia da exposição que o Ministro Sérgio Barbosa também está sendo distribuído para todos os Parlamentares.

Queria também colocar que acho que foi uma grande vitória, uma grande vitória na reunião Ministe-

rial e do Conselho Político de ontem, termos incluído a questão ambiental no fundo, que eu acho até que seria adequado até nós pensarmos em mudar a sua nomenclatura, Fundo Sócio Ambiental, da gente poder dar essa característica exatamente de que tudo que advirá desta exploração, desta riqueza fantástica que é o pré-sal...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ou ambiental e social para virar FAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou ambiental e social para virar FAS e tal, ou seja, que a gente possa realmente consolidar aquilo que foi a vitória de ontem. Acho que a posição do Presidente da Petrobras, do Sérgio Gabrielli quando disse que há uma obrigatoriedade da Petrobras, de na exploração do pré-sal ter à questão, inclusive com a captura do CO2 depois como elemento central na exploração, que isso é possível ser desenvolvido e que a Petrobras está muito imbuída deste espírito da questão ambiental também.

E eu queria, antes de passar a palavra para os três próximos inscritos aqui da nossa lista, dizer que nós vamos ter sim, que priorizar esta Comissão não tem caráter deliberativo, ela não vota matérias, mas, nós temos aqui, talvez o que há de melhor nesta preocupação ambiental, tanto da Câmara quanto do Senado está reunido aqui na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, portanto, nós temos como influenciar as demais Comissões para que provemos sim, alguns projetos prioritários até o final do ano, até porque é impossível nós irmos com a representação que vamos para COP-15, sem levar trabalho realizado, ou seja, projetos aprovados aqui no Congresso Nacional. E eu queria até já elogiar, porque houve um acordo muito importante firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o setor da pequena agricultura, da agricultura familiar para o pagamento dos serviços ambientais.

Enquanto nós não tivermos este efetivo reembolso, esta vantagem econômica, as nossas pequenas propriedades não têm. A gente sabe que não tem condição de dar a sustentabilidade e a preservação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu queria parabenizar e queria incluir este como um dos projetos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):E já vou passar a palavra. Os inscritos são: Deputado--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):Já vou lhe dar Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Não é só para saber mesmo quais são, quem são os próximos três?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):É o Deputado Sarney Filho, o Deputado Mendes Thame e o Senador Valdir Raupp, e se todos concordarem a Deputada Vanessa Grazziotin, e aí nós incluímos... Ah, é o Relator.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE): E o último é o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):É o Relator. Faremos todos e aí então... Está bom! Era isso Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, com a palavra o Deputado Sarney Filho que também foi um dos que pleiteou a inclusão ambiental ontem no debate com o Presidente e os Ministros e o Conselho Político.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Ministro, Presidente, Relator, colegas.

Ministro praticamente o senhor já se referiu a quase tudo o que eu ia perguntar, hoje mesmo, a gente viu nos jornais que houve uma manifestação ontem do Greenpeace.

Eu lendo a matéria, algumas matérias que saíram da Greenpeace, eles chegam a comentar que a exploração do pré-sal, pode colocar em risco o clima do planeta, porque supõe-se ou por estudos sei lá, isso que é que nós precisamos esclarecer, é que as emissões vão chegar a mais de um bilhão de toneladas no processo de exploração do pré-sal.

Então, não ficou claro conforme eu tinha lhe dito na realidade o que significa de emissões nas exploração prospecção e exploração e o próprio consumo. São dois tratamentos diferentes eu entendo, é lógico que a queima do combustível fóssil vai ter que ter um tratamento específico, que acho não deve ser confundido com a exploração. Agora é necessária que assim como foi feito pelo Ministério exigências de mitigação nas termos elétricas a carvão que também se faça algum tipo de exigência de mitigação na exploração.

A respeito disso, Ministro, eu quero ler um requerimento que eu estou fazendo ao Ministério da Indústria e Comércio, ao Ministro, porque ele é que o encarregado de responder. Recentemente, o Dr. Miguéis que nós conhecemos do Ministério da Ciência e Tecnologia, falando a imprensa, relatou que o Ministro da Ciência e Tecnologia estaria disposto a pedir o fim da exigência de mitigação das emissões em usinas

termo elétricas à carvão, recentemente imposto pelo Ministério de Meio Ambiente.

Eu estou fazendo a seguinte pergunta: Essa informação procede? Se positivo, qual o motivação de tal procedimento?

E aproveitei a oportunidade da presença de V.Exa. aqui, porque acredito que isso é do seu interesse também do nosso interesse. Então, eu vou passar à Presidência da Mesa esse requerimento.

E a outra diz respeito à questão que já foi levantada aí, pela Senadora Ideli Salvatti: O Brasil resiste a assumir metas e muito mais à palavra meta também. É claro que a gente que entende essa intrincada rede de relações internacionais, sabe que é evidente que o Brasil não quer assumir a metas, justamente para não constranger seus parceiros em outras negociações internacionais, especialmente a China e a Índia.

Então, para isso está fazendo um certo exercício de acrobacia verbal semântica, né? E até apareceu... Eu até, na época que na reunião passada eu perguntei, NAMAs eu já perguntei aqui para duas pessoas que mi me lembro direito que diabo é NAMAs, mas eu sei que faz parte dessa coisa, que é a média da linha, da curva, de não sei o que lá, mas tudo isso para que a gente tenha números e possa, ao mesmo tempo termos números, mas, ao mesmo tempo, não constranger esses países.

Então, Ministro, eu acredito, sinceramente, que esse tipo de exercício diplomático, eles não cabem mais frente a essa realidade mundial, quer dizer, o Brasil tem que claramente assumir sua posição de metas, mesmo e, através dessa posição, reivindicar o seu lugar de liderança nesse processo da nova economia de baixo consumo de carbono. Nós temos todos os diferenciais possíveis, apesar de que estamos trabalhando - estamos entre aspas, porque eu não estou - mas estamos trabalhando para modificar esse diferencial, tanto é que já se aponta uma pequena inversão nas nossas emissões. Hoje nós temos... As nossas maiores emissões ainda são emissões oriundas do desmatamento do uso de solo, pecuária, mas já se começa a ver um aumento substancial das nossas emissões por queima de combustível fóssil. Então, estamos mudando a nossa matriz energética, daí a importância de mantermos a exigência da mitigação em termoelétricas, principalmente a carvão, que é a que mais emite.

Dessa forma, Ministro, eu não quero fazer perguntas, porque já estão respondidas, mas eu quero só colocar, como uma preocupação nossa, essas duas questões e colocar como uma sugestão da Comissão. Eu, infelizmente, não vou poder ouvir a sua segunda parte, eu tenho outros compromissos e estou viajando daqui a pouco, vou para o Maranhão. Então, eu vou ter que me retirar, mas gostaria de colocar essas duas questões aqui, para que o senhor pudesse também incorporar.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: A TV Senado nos acha.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Vou ver.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado Sarney, NAMAs é: Ações de mitigação localmente adequadas, vieram me informar, relembrar. Por cedência, o Deputado Mendes Thame está invertendo com o Senador Valdir Raupp, que também vai, logo em seguida, ter que se retirar. Pois não, Senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria agradecer, já, ao nobre Deputado Mendes Thame pela cedência e permuta do tempo, eu tenho uma Audiência às 12h15 com o Ministro Benjamin Herman--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Herman Benjamin.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Herman Benjamin, que é um defensor assíduo do meio ambiente, da preservação ambiental. Cumprimentar a Presidência, a Senadora Ideli Salvatti, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Relator, nosso companheiro Deputado Colbert, senhoras e Srs. Parlamentares.

Eu queria fazer um questionamento, algumas perguntas, ao Ministro, sobre desmatamento zero. Eu quero saber a posição do Ministro sobre desmatamento zero. Eu acho que há espaço para isso, neste momento. Em todo o país, as discussões estão tomando corpo, está tomando força, de norte a sul, de leste a oeste deste país, a proposta do desmatamento zero. Não é porque eu tenho uma proposta nesse sentido, o PLS 342 de 2008, que trata desse assunto, mas tem outros projetos tramitando também na Câmara e no Senado sobre esse mesmo tema, inclusive, o Zequinha--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Eu posso adiantar que eu sou completamente favorável.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Isso é muito bom. O ex-Ministro Deputado Zequinha Sarney, que está precisando se retirar, também defende esse projeto, já me falou algumas vezes do desmatamento zero. A gente fala mais da Amazônia porque no resto do Brasil não tem mais que o desmatar. Então, a gente trata mais do desmatamento zero na Amazônia Legal, nos nove Estados da Amazônia Legal.

Eu entendo que o Brasil, as autoridades governamentais não estão divulgando no mundo - não só no Brasil, mas no mundo - o que o Brasil preserva. Nós sabemos que o Brasil, junto com a Rússia e o Canadá, são os três países que mais preservam no mundo, no planeta, e isso não está sendo divulgado

lá fora. Talvez nem aqui no Brasil. Talvez, se for perguntar para talvez 90% ou mais dos brasileiros, eles também não vão saber disso. Só acham que o Brasil é o vilão do meio ambiente, é o país que mais queima, que mais desmata, que mais agride o ambiente e as suas florestas.

Então, a nossa proposta seria o desmatamento zero com algumas compensações, que seria liberar o que está consolidado. Por quê? Porque às vezes a Amazônia é culpada, é condenada por causa das queimadas e dos desmatamentos. E o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, que já fizeram tudo isso no passado? E deveriam ter preservado 20% também, que está no Código Florestal atual, e não tem os 20%. Onde estão os 20%?

Se for exigir que, lá na Amazônia, os pequenos e médios produtores tenham que reflorestar o pouco que derrubaram a mais, temos que também exigir de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo, de todo o nordeste brasileiro, que também derrubaram os 20% que deveriam preservar. Qual o Estado Brasileiro, fora da Amazônia, que tem 20% de preservação das suas reservas? Nenhum. Assim como os países lá fora também não têm. Os países europeus têm 0,3% das florestas nativas, os Estados Unidos chegam, acho que, a 7%. Então, são poucos países do mundo, como eu já falei aqui, que só a Rússia é o Canadá podem dizer que reservam, tal como o Brasil. Então, a nossa proposta seria aproveitar esse momento bom da discussão nacional e instituir o desmatamento zero. O mundo todo ganharia com isso, porque nós temos ainda, na Amazônia Legal - que é 61% do território nacional e só tem 21 milhões de brasileiros - 83% das duas florestas. Quando joga para o contexto nacional isso vai para 56%. Portanto, mais de 50% do território nacional está ainda coberto por florestas. Então, seria um ganho muito grande se instituíssemos o desmatamento zero. E aí, é claro, daí libertaria esses 46% para quase seis mil cidades, áreas urbanas, e a produção de tudo o que se produz para sustentar os 190 milhões de brasileiros. E, ainda, as exportações do agronegócio, que são em grande escala e têm contribuído muito para o saldo da balança comercial.

Então, a nossa proposta é esta. Nas compensações também entraria a floresta... A preservação das florestas das reservas legais como ativo econômico, desses fundos que estão sendo criados, do pré-sal, ou do fundo da Amazônia, para compensar aqueles que vão preservar, que não vão mais poder derrubar a partir do desmatamento zero. Porque haveria um questionamento jurídico se quem derrubou, quer dizer, quem não derrubou vai ser condenado a não derrubar mais, os que derrubaram vão ser beneficiados. Esse questionamento é lógico e é claro, mas haveria a compensação. Iríamos tratar a floresta em pé como ativo econômico, dando, pagando, através de um fundo, essa compensação pelo não desmatamento. Essa é a minha proposta. Eu acho que o momento é muito fértil, o momento é muito bom para se instituir isso no Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Valdir Raupp e passo, em seguida, ao Deputado Mendes Thame.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Ministro, Sra. Senadora Ideli Salvatti, Srs. Senadores, Deputados, Parlamentares.

Eu queria fazer três rápidas observações e, juntamente com essas observações, perguntas. A primeira é a seguinte: Todos, a partir de 2007, nós começamos a receber dados consolidados, científicos, a respeito dos impactos do aquecimento global. Começou com o IPCC, e, posteriormente, outras instituições fizeram relatórios bastante consubstanciados, consistentes, e que ganharam respeito de toda a comunidade científica.

E os últimos dizem que a questão dos 2%, que seria o cenário mais benéfico, o cenário mais otimista, já foi para o espaço. Dificilmente nós conseguiremos evitar que a temperatura média da superfície da Terra ultrapasse 2% de aumento na temperatura nesse próximo século. Esse é um dos dados que nós temos, quer dizer, dificilmente... E, como corolário dessas observações, nós temos que... Se não houver um apoio de praticamente unanimidade dos países, nós não vamos conseguir resultados satisfatórios, nem naquele cenário intermediário, pouco acima de 2%, nem naquele cenário. Nós estaremos caminhando para uma ruptura, com o risco de passar do ponto de resiliência e termos impactos brutais, principalmente na questão dos refugiados ambientais, com grandes contingentes humanos, milhões de pessoas, tendo que se deslocar de uma área para outra com problemas políticos muito piores do que aqueles que enfrentamos até nas duas grandes guerras.

Bom, todos os países teriam que assumir metas, ainda que diferenciadas. O que nós estamos sentindo é que o Brasil, a posição do Brasil que é levada pelo Ministério das Relações Exteriores e que, segundo o representante que aqui esteve, é a posição do Governo Brasileiro, e não de um ou dois Ministérios, essa posição tem sido sempre do mínimo divisor comum, uma posição pífia. As colocações que fez aqui hoje nos entusiasmam, mas elas não atingem o cerne da questão, elas ficam na periferia. O cerne da questão é se o Brasil vai assumir metas obrigatórias, e não voluntárias, de redução de gases do efeito estufa.

Isso é o essencial. O resto é um complemento, é uma perfumaria, é um celofane. Se eu não assumir metas obrigatórias, ficar nos voluntários é a mesma coisa que eu dizer: "Olha, cada país faz o que quer, quando quiser, se puder". Não tem sentido uma reunião da ONU, com mais de cem países, um custo brutal para cada delegação que vai lá, para decidir sobre metas voluntárias. Então, eu fico imaginando como é que nós poderíamos reproduzir 1992 e 97, quando o Ministério do Meio Ambiente liderou, o Itamaraty liderou e conseguiu que o Brasil tivesse posições de vanguardas. Foi a posição do Ministério do Meio Ambiente que prevaleceu e conseguiu que o Brasil assumisse essas posições de vanguarda.

Nós não conseguiríamos recompor essa posição? Segunda posição. São três rápidas observações. A primeira é essa: Por que nós não chegamos a discutir o cerne da questão? Segunda posição. Os analistas internacionais, sobre este última crise, estão deixando de analisar a bolha imobiliária, que é uma bolhinha que estourou. Estão analisando hoje a super bolha, que foi o fato de que, durante mais de 20 anos, os Estados Unidos consumiram 7% ou 8% a mais do que seria indicado pelos bons fundamentos econômicos. E o mundo inteiro financiou, durante duas ou três décadas, esse sobreconsumo dos americanos, que se endividaram, emitiram moedas sem lastro, e o mundo inteiro foi aceitando. Em certo momento essa bolha tinha que estourar. A análise desses economistas é que esta bolha já estourou e que... Já estourou, e que vai agora exigir uma adequação, que não é só uma regulamentação a mais, um socorro aos bancos para a economia capitalista retomar. Não, é uma mudança de paradigma, que vai haver um ajuste entre os países superavitários e os deficitários e vai começar uma começar uma nova economia.

Então, a pergunta, com relação a isso, é a seguinte. Todos os países deram apoio ao seu setor econômico para que esse setor econômico não quebrasse e não perdesse muitos empregos, mas a grande maioria dos países fez condicionamentos. Condicionamentos: Recebia o recurso, em troca de mudar sua matriz de produção e substituir energia suja por energia limpa. Mudar o que era produzido, passar a produzir alguma coisa que fosse mais econômica em petróleo, em gasolina, ou menos... Mais econômico em energia, em água.

O Brasil não fez praticamente nada. Ameaçou colocar um aquecedor solar no "Minha casa, minha vida", mas não passou disso. Ainda é tempo, Ministro, de fazer alguns condicionamentos ou a oportunidade já passou? Terceira observação. As crises são momentos de oportunidades. Quando veio a primeira revolução industrial, que foi quando descobrimos o motor a vapor, os países que se sobressaíram foram aqueles que tinham lenha e carvão. 90 anos depois veio a segunda revolução industrial, quando descobriu-se a eletricidade e o motor a combustão interna. Os países que se sobressaíram foram os que tinham gás, petróleo, carvão e lenha. Agora, nós temos o limiar - vou encerrar - de uma terceira revolução, uma revolução da sustentabilidade, uma revolução energética. O Brasil está na ponta, na ponta, na filha(F) do horizonte, à frente de muitos países. É uma brutal oportunidade. Nós perdemos a primeira revolução, a segunda revolução, não aproveitamos nada, não tínhamos condições. Ou até tínhamos, mas como é que um país que tinha escravos na primeira revolução podia fazer uma revolução industrial? Não podia. Nós fomos um dos últimos países do planeta a abolir a escravidão, com escravidão eu não faço a revolução industrial, não tenho operários.

Agora nós temos tudo. O que é que o Ministério de Meio Ambiente, que tem que ser a inteligência de tudo isso, para a gente aproveitar essa oportunidade, para nos transformarmos, seja numa plataforma mundial de exportação de biocombustíveis ou em um país que dê exemplo na utilização das energias alternativas, o que, corajosamente, sem essa teoria do mínimo divisor comum, o que nós estamos propondo para influir o Itamaraty, que não segue o Parlamento, não; não é sensível às nossas observações, mal segue os outros Ministérios. Como fazer com que esses Ministérios tenham a iniciativa e comandem o processo?

Era só isso e agradeço muito a sua presença aqui entre nós.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço o Deputado Mendes.

Deputada Vanessa e o nosso Relator - nós estamos correndo contra o tempo, o limite do Ministro é 12h30.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-CE): 12h30. Eu vou ser muito breve, nobre Presidente.

Primeiro eu, Deputado Mendes, eu vou aproveitar a intervenção de V.Exa., como sempre muito abrangente e importante, para procurar dar sequência a ela, em relação à posição do governo. Eu fico feliz quando vejo o governo buscando uma posição de consenso. Acho, Deputado Mendes, que nós estamos superando aquela etapa de que o que vale é a posição do Itamaraty, e não a posição do Meio Ambiente, ou a posição da Ciência e Tecnologia, e sequer ouvir o Congresso Nacional.

Acho que duas decisões recentes mostram que há efetivamente uma busca de superação dessa dicotomia, prejudicial ao nosso país. Primeiro, pela formação do G3, que é Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e

Itamaraty. Segundo pela formação do grupo de trabalho dos nove governadores da Amazônia, coordenados pelo Ministério de Articulação... É institucional, articulação... É, do ex-Ministro Mangabeira, por aquele Ministério. Acho que o que precisa haver é a ligação desses dois Fóruns, na sequência, Ministro. E o Meio Ambiente pode dar uma grande colaboração nisso. Então, o primeiro aspecto é isso.

O segundo aspecto, que eu considero com V.Exa., Ministro, quando V.Exa. fala da necessidade da Comissão do Parlamento e um melhor, e o principal Fórum, é essa Comissão, para que o senhor tenha uma ideia, o Congresso Nacional tem – tinha, até o ano passado, final do ano passado, em dezembro - uma única Comissão Mista Permanente, que é a Comissão Mista Permanente de Orçamento. A segunda Comissão Mista Permanente a ser criada é a Comissão de Mudança Climática, por isso a Senadora Ideli Salvatti já entra para a história. Porque é a primeira Presidente, uma mulher, a presidir essa Comissão que, não tenho dúvidas, tem uma importância fundamental.

Então, que a gente possa debater, e acho que nós temos que debater, e acho que nós temos que buscar esse caminho que V.Exa. aponta, que a Comissão já havia discutido. Nós vamos selecionar alguns projetos, esse foi o primeiro passo, colocar os mais importantes. Faltam alguns outros aí, e a partir daí vamos fazer essa seleção, para ver o que é possível aprovar. E aí, Ministro, nós, as mulheres, sofremos muito a discriminação da sociedade, por isso somos bastante organizadas. Em torno do Dia Internacional da Mulher, nós fazemos exatamente isso. Nós elencamos um conjunto de projetos a serem aprovados, e efetivamente eles são aprovados. Vamos fazer isso antes de Kopenhagen, vamos fazer, aprovando projetos importantes.

E aí, eu não quero nem citar, tem vários elencados ali, mas eu quero citar a questão do pré-sal, e citar a necessidade que nós temos de colocar a questão ambiental na Legislação Tributária brasileira. É inconcebível que um país do tamanho do nosso, que tem a maior floresta do planeta, não tenha um componente ambiental na sua Legislação Tributária, Senadora Ideli Salvatti. Nada, absolutamente nada. Então, como é que nós vamos atingir meta? Não há incentivo, não há absolutamente nada para isso. Em relação ao pré-sal, eu quero cumprimentar, Ministro, V.Exa., e lembrar aqui as palavras do Presidente Lula, que fazem chamamento ao Congresso Nacional. Nós precisamos melhorar, aperfeiçoar o que vem de lá para cá. Não só que no diz respeito à repartição dos recursos, aos royalties, à participação especial, mas inclusive ao destino. Então, Ciência e Tecnologia é fundamental. E dentro dessa parte, Ministro, eu quero o apoio de V.Exa. Dentro do bolo da Ciência e Tecnologia tem que ter um bolo separado, um bolinho, dentro do bolo maior, para a Amazônia. Porque a gente fala muito, muito. Precisamos parar de falar e agir. Na semana passada nós estávamos numa audiência lá em vosso Ministério, com a Bancada do Amazonas, discutindo BR 319.

Primeiro, há uma unanimidade entre nós, nós somos a favor da preservação, mas também somos a favor da ligação de uma parte importante do Brasil com outras regiões, porque a Amazonas ocidental é isolada, Senadora Ideli Salvatti. Então, vai ter que a BR, vai ter que ter a BR. Agora, como será esta BR? Para ela ser a BR ideal, a BR que o Brasil suporta, ela vai ser uma BR muito cara, porque vai ser a primeira estrada parque. E assim tem que ser. E, como V.Exa. disse, ninguém cria parque no papel. Aliás, a maior parte dos nossos parques, das nossas reservas, até mesmo as extrativistas, é de papel. Elas são de papel, não é só um problema da BR 319. A maior parte dos nossos parques, de nossas reservas, é de papel, porque o IBAMA, com aquele pingo de gente, ou o Chico Mendes, não tem condições de sustentar, nem de desenvolver qualquer tipo de ação. Então, para isso, precisa de recurso.

A gente fala muito em desenvolver a Amazônia, preservar as florestas, é o desenvolvimento sustentável... Mas cadê a aplicação em Ciência e Tecnologia? Ela não chega... O número não chega a 5%. A quantidade de doutores, de pesquisadores do Brasil que estão na Amazônia não chega a 5%, como é que vamos desenvolver? Então, eu acho que é um debate muito importante. Eu acho que já temos a primeira grande vitória.

E, por fim, Senadora Ideli Salvatti e Ministro, eu não estou fazendo nenhuma pergunta, aproveitando para fazer algumas colocações. No documento distribuído pelo Itamaraty a semana passada, foi a base da apresentação, fala sobre a posição do governo, Deputado Mendes Thame, e aqui só fala de meta. Não sei se eles não quiseram abrir o jogo aqui, não quiseram ampliar o debate, mas só fala de meta, aqui. Meta. A não ser o primeiro item, que diz que o Brasil quer um resultado ambicioso. Depois vem meta, meta, meta. Cadê o debate sobre a questão do fundo? É um debate polêmico, extremamente polêmico, esse. O mercado de carbono é uma questão polêmica, cadê aqui a posição do Brasil? Cadê aqui a mudança - eu não sei se é IC, é isso que é, aquela sigla lá, não sei o quê, ICS - que hoje não levamos em consideração o que a floresta em pé captura de gases tóxicos, só o que ela emite nas suas queimadas, mas o que ela captura não, que são os tais serviços ambientais, Ministro. Outro debate polêmico. Então, precisamos mudar essa regra, porque

é um cálculo matemático. Se for bem verdade que há a emissão, por outro lado é verdade também que há captura, mas isso não é sequer levado em consideração. Outro debate polêmico e não está aqui, Senadora Ideli Salvatti.

Então, eu acho que talvez seja necessário sim, concluo - Senadora e Deputado Colbert, o Relator aqui - que tenhamos uma reunião com esse grupo dos três. Não precisa exatamente ser com os Ministros, mas uma reunião de trabalho, de trabalho. Porque isso aqui não é só o que o governo está discutindo. Nós não estamos discutindo só metas, nós estamos discutindo outras coisas, e nós temos que acompanhar muito de perto esse debate. Obrigada e desculpa o tempo, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, por último, o nosso Relator, o Deputado Colbert Martins.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Presidente Sra. Ideli Salvatti, Ministro Minc, a todos os Deputados, deputadas aqui, as pessoas que assistem.

Eu vou ser bem objetivo, Ministro, até porque me cabe, como Relator, fazer uma avaliação. Tive que chegar um pouco atrasado, o avião não saiu no tempo previsto lá da Bahia e eu acabei perdendo um pouco do que V.Sa. falou aqui, eu vou ver depois, exatamente, o que foi tratado. Mas, de qualquer forma, pelo que eu pude observar aqui, eu fico muito alegre com a sua posição. Eu acho o senhor muito objetivo, muito claro. As suas negociações são absolutamente factíveis, é preciso entender desenvolvimento sustentável desta forma. O senhor negocia com todos os setores que para sua produção tem que, de alguma forma, provocar prejuízo ao meio ambiente. Vejo a sua posição com relação ao pré-sal. Tem problema, tem, mas como é que se faz? De que forma se evolui cientificamente, tecnologicamente, para que emissões ou outras condições possam ser limitadas?

Eu vou fazer duas colocações bem breves aqui, V.Sa. fala do bioma Cerrado, agora dia 11. Insisto no bioma Caatinga, Ministro. Nós estamos, o Semiárido e a Caatinga, nós somos do Nordeste, nós precisamos ter posições semelhantes a que está se tomando com a Floresta Amazônica, com o Cerrado, com a Caatinga. Eu acho que falta exatamente este momento aí. Sei que esta agenda tem sido corrida, sei que a Amazônia é importante, sei que o Cerrado está à frente, mas é preciso que a Caatinga e o Semiárido sejam incluídos logo nessa sequência, que está aí também.

O segundo ponto é exatamente o que a Deputada Vanessa e o Deputado Mendes Thame colocaram. É mercado de carbono, nós precisamos ter uma posição aqui, porque deveremos negociar essa posição lá, não dá para ter uma negociação... Não dá para poder engessar o braço, botar uma algema, e chegar tudo amarrado lá, na negociação em Kopenhagen. Nós temos que ter a característica das perspectivas. E aí, Vanessa, é importante que esta Comissão, Senadora Ideli Salvatti, não deliberar... Mas nós vamos ter que aprovar esse processo, que saia daqui com o conhecimento e o debate nosso. É preciso que, antes disso estar fechado... Não dá para aceitar pacote pronto, chegar a Kopenhagen para defender posição que a gente não participou, na nossa discussão. Entendo, então, que devemos ampliar esse processo. Vanessa, não apenas com os Ministros e os Ministérios envolvidos. A presença do próprio Presidente Lula é importante, necessária e significativa.

Então, eu acho que, do ponto de vista político, nós devemos fazer como são os próprios Estados Unidos neste momento. A sustentação de uma proposta, as propostas e o que nós podemos aprovar aqui, os projetos de lei, estarão sim subordinados a uma discussão prévia conosco, aqui, para que nós atendamos o que é que tem, possamos participar do que for feito, e, aí sim, conjuntamente, expressarmos uma opinião que deve ser a opinião do governo e do país como um todo. Eu fico muito satisfeito com a presença de V.Sa., Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Bom, tentar ser tão objetivo quanto o nosso Relator... Foi, realmente, um recorde aqui, de colocar as questões no tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque todos começam sendo bem objetivos, mas se esticam, não tem jeito.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, mas é normal, é assim que é.

Então, eu fiz uma curta intervenção inicial, e depois eu respondi às três primeiras colocações: Senador José Nery, Deputado José Guimarães e Deputado Jorge Khoury. E agora, então, eu vou seguindo a ordem, as seguintes. A Senadora Ideli Salvatti falou do acordo da agricultura familiar, falou da questão das metas, do avanço, portanto, do governo explicitar isso. Eu acho, Senadora, que o mais importante é não só ter um plano de mudanças climáticas e atualizá-lo, em junho de 2010, incluindo outros setores, outros biomas etc. Eu já falei que a Câmara e o Senado, essa Comissão, deve ser vanguarda em envolver a sociedade, os setores da economia, os Governos Estaduais nisso. Mas o importante é você tirar consequências práticas disso. Por exemplo, em relação a cada plano setorial, o Deputado Mendes Thame se referiu à questão do programa

"Minha casa, minha vida", e eu também me refiro ao zoneamento agroecológico da cana, que o Presidente Lula anunciará agora, dia 09. E eu, que intervi bastante nessas duas questões, eu, assim como ontem V.Exa. estava presente, jogou um papel... Nessas três, então, eu argui a questão do plano para reforçar posições. Por exemplo, quando nós defendemos que tinha que ter queimada zero na expansão da cana, porque no plano de mudanças climáticas fala de redução de emissões e de energia renovável, e a palha da cana é energia renovável. Então, isso foi incorporado, porque eu falei: "Bom, o que adianta o Presidente Lula assinar em dezembro um plano, e quando a gente vai para o setorial não incorpora o plano? Então, é papel, é papel". E aí, Deputada Vanessa, não é só reserva que é no papel, também o plano, esse é papel, puro papel. Então, nós conseguimos, dizer: "Não"... E vocês vão ver isso no dia 9, expansão da cana, queimada zero.

Quando a gente chegou à discussão do programa "Minha casa, minha vida" e dissemos: "Olha, tem que ter aquecimento solar", é porque nós fizemos um cálculo, que isso significaria emitir menos de 820 mil toneladas/ano. Houve um processo de negociação complexo, o nosso Relator, Deputado Colbert Martins, se referiu a isso, e a negociação é uma coisa que o Parlamento dá muito, isso. Porque no Parlamento ninguém consegue aprovar uma lei sem combinar com os outros todos. Então, eu estou no sexto mandato, então, como vocês, tenho a tradição de negociação. Por exemplo, não foi óbvia esta questão dentro do governo. Nós tivermos que mostrar para a área social que as pessoas também iam economizar 400 reais/ano na conta de luz, então tinha o lado social. E conseguimos também reduzir o tempo, dentro dessa negociação mais ampla, de licenciamento de condomínio sem perder o rigor, mas integrando o licenciamento urbanístico com o ambiental e diminuindo burocracias, passamos de seis meses para um mês, e, dentro desse bojo, saiu o solar, que é um avanço.

E, ontem, a questão que a Senadora disse que foi um avanço - e ela participou da inclusão de Meio Ambiente no fundo do pré-sal e do desenvolvimento sustentável - nós arguimos o seguinte: Como é que nós podemos ter um plano brasileiro e chegar numa posição de protagonismo se a gente lança um programa que emite muito e não tem, no fundo, recurso para uma tecnologia que segure essas emissões, que abata e também financie tecnologias limpas e energia alternativas?

Então, só para dar três exemplos, o exemplo da cana, o exemplo da habitação e o exemplo do pré-sal. Vejam como um plano, ainda que incipiente, ainda que incompleto, como é importante quando você agarra ele a sério, para influenciar que os programas setoriais incorporem os princípios dele, exatamente para o plano não ser um plano de papel.

Então, Senadora Ideli Salvatti, eu estou completamente convencido disso, que o plano deve se robustecer, ser mais robusto. A questão - indo já agora para o Deputado Sarney Filho, que teve que se ausentar - ele fala de uma das metas que nós tomamos no governo, que é obrigar as térmicas a carvão e a óleo mitigarem suas emissões, e levamos ao CONAMA. É verdade, a do IBAMA é um ato nosso, e nós já somos obrigados, quer dizer, a Lei diz que tem que se mitigar os impactos, mas se falava mais para impacto de poluição, e agora a gente está apenas agregando impacto de emissão, porque o CO2 não é um gás poluente, mas é um gás que, ao derreter as geleiras e aumentar o nível do mar, põe em risco a sobrevivência. Então, nós apenas ampliamos o conceito de mitigar, porque a Lei já exige, quer dizer até para mudar a Lei não teria que ser um ato nosso, teria que ser um ato do Parlamento.

Mas vocês já votaram leis que dizem que os impactos têm que ser mitigados, nós apenas alargamos esse conceito para as emissões de CO2. Há problemas, há resistência em áreas do governo? Há. Então, as respostas, então, a uma questão levantada, até por escrito, em um requerimento do Deputado Sarney Filho, há. E no CONAMA, que é um espaço democrático, tem assento a sociedade civil, tem assento vários Ministérios, tem assento os Governos Estaduais, ABEMA, a ANAMMA, que representam os Secretários municipais, nós vamos chegar a um ponto em relação a isso, não há dúvida nenhuma.

Na verdade, os setores que se opuseram aos termos em que nós colocamos a questão, dizem o seguinte: "Bem, nós nos últimos anos licenciamos menos hidrelétricas. E as hidrelétricas que nós estamos licenciando, agora, por exemplo, as do Madeira, elas não têm mais àqueles enormes reservatórios que tinham antes, até porque afetavam áreas de biodiversidade, terra de índios etc. Então, são pequenos reservatórios e, se trabalha com fio d'água e com a velocidade do rio e com turbinas do tipo bulbo e outras que são menos agressivas. Mas exatamente por isso, você no período de não chuva tem que ter alternativa".

Então, alguns do MME, diziam que a térmica é, o que era antigamente o grande reservatório, ou seja, o seguro para o período da estiagem, para um país como o nosso que depende - e é bom que dependa muito da hidrelétrica da hidroeletricidade - que é uma energia renovável que emite muito pouco. Então, a gente tem ver o complemento com a questão do solar, da biomassa, dos ventos, no Nordeste há uma excepcional combinação

Eu quero dizer que nós estivemos em Natal há pouco tempo com 20 Secretários do Meio Ambiente, lançando a Carta dos Ventos, que são 12 medidas para tornar mais efetiva a energia eólica destravar a energia eólica no Brasil. Nós estamos atrasadíssimos. E um desses 12 pontos o Ministro Mantega já garantiu. O Ministro Mantega com quem a Senadora Ideli Salvatti esteve conversando, negociando outras questões hoje de manhã, que é a desoneração do equipamento solar eólico, tirar o IPI do equipamento solar eólico.

Você tem que tornar a energia alternativa mais interessante. Não basta você dizer: "Adotem essa energia". Mas tem leilão que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Foi só o Ministro falar de eólica e entrou o Senador Inácio Arruda. Ele sentiu os ventos soprando.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Os ventos estão no Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu só queria só complementar, Ministro, que a Paraíba tem um potencial muito grande.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Então, inclusive no Nordeste os estudos da COPPE, mostram que o tipo de regime de ventos e de regime das chuvas no Nordeste e em outros Estados, também, mas no Nordeste especialmente é o mais adequado e o mais complementar do sistema eólico com o sistema hídrico. Então, é realmente um casamento perfeito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Viu, Ministro, nós temos um estudo na Paraíba que até no Carirí, na Região do Carirí tem potencial.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: É verdade. Então, nós estamos fazendo agora o "cumpra-se" da Carta dos Ventos que foi lançada há pouco tempo em Natal. E Deputado Rômulo Gouveia, eu acho que isso que é importante. Eu acho que esse Parlamento pode e deve acompanhar, até porque algumas dessas medidas implicam em medidas legislativas... Em medidas legislativas.

E outra questão que o Deputado Sarney Filho levantou, foi a questão das metas e levantou também a modificação do perfil das emissões. Essa modificação do perfil das emissões o próprio Ministério do Meio Ambiente é que alertou na semana passada quando divulgou pela primeira vez, uma estimativa com base em 2007. Portanto, muito mais atualizada que 94, para as emissões da indústria e da energia e mostrou exatamente essa mudança do perfil, um aumento considerável.

No caso das emissões, além das térmicas já mencionadas, o transporte rodoviário, responsável por 92% das emissões de energia de combustão no setor transporte. O que isso implica? Implica em questões por que a gente não fortalece, mais ainda, a linha de ferrovias, hidrovias. Transporte público, aumento ou participação do etanol e do biocombustível. E nós temos que fazer a nossa parte.

Por exemplo, agora no dia se não me engano 03 de setembro, agora... Agora, então estamos falando de depois de amanhã. Na reunião do CONAMA, o primeiro ponto de pauta é uma resolução nossa que espero que seja aprovada, que vai reduzir 33% as emissões de NOX nos veículos leves e medianos: caminhonetes. Isso é uma coisa muito importante e foi amplamente negociado com a indústria automobilística. Não adianta você votar uma coisa e ninguém está preparado para isso. Foi negociado com o setor automobilístico com a ANP. Em suma têm que ter os combustíveis alternativos, os motores... Tem viabilidade.

E na próxima reunião do CONAMA, extraordinária, nós vamos votar que todos os Estados façam a inspeção veicular. O Rio de Janeiro faz isso por lei há dez anos, por coincidência é uma lei de minha autoria. E a COPPE demonstrou que isso reduziu 40% das emissões veiculares, porque um veículo desregulado emite 50, 60% a mais, ou seja, você faz três furos: um furo no pulmão, por causa das doenças pulmonares, o outro no clima.

E o outro terceiro, no bolso do consumidor, porque a queima imperfeita significa que vai gastar mais dinheiro em combustível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para fazer um complemento. Nós aprovamos na semana passada na Comissão de Meio Ambiente uma lei no mesmo sentido, da Resolução do CONAMA, criando obrigatoriedade de inspeção veicular em todo o país.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria até interessante combinar uma coisa--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Combinar uma coisa com a outra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Combinar uma coisa com a outra.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Muito bem. Passando, então, Senadora Ideli, Deputado Sarney Filho. Agora o Senador Valdir Raupp, que teve que se ausentar. Ele centrou num projeto que ele tem de desmatamento zero, aonde se consolida o que já existe e se paga pelo não desmatamento. E levantou, também, que o Brasil lá fora muitas vezes é visto como um vilão, mas é um país que preserva muito.

Eu queria dar uma notícia em primeira mão para vocês, que nós anunciar logo mais numa coletiva que vamos comentar, também, dados do desmatamento, que é o seguinte... Senadora Ideli, há cerca de seis

meses atrás quando o INPE começou a fazer o estudo, não só do corte raso, mas do desmatamento progressivo, da degradação progressiva. Eu então comentei com os Diretores do INPE, se não era possível fazer o estudo contrário, ou seja, da recuperação progressiva, àquelas áreas onde houve corte raso e foram embargadas, que depois de muitos anos começam a brotar, até porque elas absorvem carbono. Isso implica outra metodologia.

Você tem que calcular o que você está emitindo pelo corte e o que você está capturando pelo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ressurgimento.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ressurgimento. Boa terminologia se V.Exa. permitir, vou adotar.

Muito bem, então, qual é o dado que eu vou anunciar. Portanto, que eu vou anunciar não, que eu vou comentar, quem anuncia é o INPE que fez o estudo, não é? Qual é o dado que eu vou comentar? Nos Estados Pará, Mato Grosso e Rondônia, isso que eu ia comentar com o Senador Valdir Raupp que é de Rondônia, a média em oito anos de áreas que já estavam contadas como corte zero, portanto, a gente contabilizou a emissão delas, 20% dessas áreas estão no ressurgimento, não. Não é ressurgimento... Ressurgimento.

Ressurgimento. Isso é interessante. Não significa que todas elas, porque algumas, depois alguém vai poder querer cortar de novo. Mas isso significa algo muito interessante que as políticas de embargo e fiscalização estão funcionando, pelo menos, em parte. Então, a gente tem que contabilizar, não só o que a gente perde com o desmatamento. A gente está reduzindo o desmatamento, mas continua muito grande. Eu não regozijo, não me regozijo de que a gente diminui 45% de desmatamento em relação ao ano passado, porque era tão grande o desmatamento que ainda assim é alto.

Mas é interessante somar esse número a recuperação de 20% de áreas que, já eram dadas como completamente corte zero e que emitiram carbono e, agora estão ao ressurgirem: captam. Esse é um dado interessante e vai implicar numa mudança de metodologia de cálculo que a gente vai ter seguramente, apenas, na revisão do plano em junho de 2010.

Bem, eu concordo com a ideia do Senador Valdir Raupp, desmatamento zero. Agora veja bem, uma coisa é a gente falar aqui: quem é contra o desmatamento zero?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ninguém.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Ninguém é contra. Agora você vai lá está todo mundo queimando. Então, a questão é a seguinte, não basta dizer desmatamento zero, porque daqui a pouco desmatamento zero vai virar que nem desenvolvimento sustentável, que nem a fotografia do Che *Guevara* que todo mundo põe na camisa. Vai virar um slogan.

A questão é a seguinte o que fazer para alcançar o desmatamento zero? O que fazer para coibir? O que fazer em cada Estado para dar alternativas sustentáveis para as pessoas não desmatarem? E não só na Amazônia, no cerrado, na caatinga, na Mata Atlântica. Na Mata Atlântica nós estamos fazendo o contrário. Na Mata Atlântica se cortou tanto, que a meta lá não é diminuir o desmatamento é ampliar a Mata Atlântica. A nossa meta é em 15 anos dobrar as áreas protegidas, os corredores.

Agora mesmo no Rio de Janeiro, Senadora Ideli, há pessoas dias atrás nós anunciamos... Nós dobramos o corredor central da Mata Atlântica no Rio, dobramos o Parque Estadual da Serra dos Órgãos, dobramos Três Picos, que é um Parque Estadual, o Município de Teresópolis, graças a uma Lei de ICMS Verde, criou uma área de cinco mil hectares... Em suma o conceito de mosaico de unidade de conservação, lá a gente está ampliando é diferente.

Na Amazônia a gente está correndo para diminuir o prejuízo, na Mata Atlântica é diferente o raciocínio, você tem que aumentar porque sobrou 12%, 13% de Mata Atlântica. Bem, então, a tese do Senador é ótima, todos os ambientalistas... Agora, não é só os ambientalistas, CNA, todo mundo é a favor do desmatamento zero. Agora você sobrevoa, não só a Amazônia, vários outros biomas, foi dito aqui a caatinga, é verdade, o cerrado. E você vê desmatamento, queimadas etc.

Então, muitas vezes àqueles que defendem o desmatamento zero - não é o caso do Senador Valdir Raupp, que tem realmente esse compromisso, tem lei sobre isso, defende mesmo - mas muitas vezes você tem setores, inclusive setores econômicos que enchem às bochechas com desmatamento zero. E, quando a gente vai lá reprimir o desmatamento, dizem que nós somos inimigos do progresso, que estamos desarticulando as economias. Votam que eu sou *persona non grata*, não é? Em suma, boicotam as atividades do Ministério.

Então, é aquela chamada... Um poeta já falou da distância entre a intenção e o gesto. Então, a gente tem que estar atento sempre ao que o poeta dizia Senadora Ideli Salvatti: a distância entre a intenção e o gesto. Mas muito bem, mas a meta é essa.

Então, o Deputado Mendes Thame, que é um especialista, participa há muitos anos dos encontros internacionais e nacionais também sobre meio ambiente e clima. Levantou três questões, que os dados do IPCC, 2Cº centígrados; que os novos dados dizem que isso

mesmo com todo o dever de casa feito, já será mais do que 2Cº centígrados. Infelizmente é verdade, infelizmente V.Exa. tem razão. As disposições do governo: cerne e metas obrigatórios. Eu concordo com isso. E também desafio o Ministério do Meio Ambiente, a ter um papel mais forte de liderança.

Bom, o eu quero dizer é o seguinte. Eu, Deputado Mendes Thame, estou, como eu falei há um ano e três meses no Ministério. A Senadora Marina Silva, que é minha amiga e companheira, uma batalhadora, ficou cinco anos e meio. Praticamente cinco vezes o período que eu fiquei. O que eu quero dizer é que quando eu cheguei aqui no Ministério, não tinha plano, não tinha metas e não tinha Fundo Amazônia e havia contradições seriíssimas dentro do governo. Não havia não é por acaso, é porque não havia acordo para isso, setores queriam e outros não queriam.

E mesmo o Fundo Amazônia, tinha setores, inclusive Deputada Vanessa, eu quero dizer que o Presidente Lula, por uma questão que até acho que ele tinha razão, no início não era favorável ao Fundo da Amazônia, porque ele levantava a questão da soberania. Só quando nós tiramos os doadores do Conselho e dissemos: "Não. Conselho são os Governos da Amazônia, o Governo Nacional e a Sociedade Civil, CONTAG, CNI, SBPC". Aí o Presidente Lula falou: "Ok". E assinou o Fundo da Amazônia em agosto do ano passado, portanto, estamos completando um ano e, agora, vão começar a sair os projetos, financiar os projetos.

Bem, mas então, nós temos tido esse protagonismo, Deputado Thame. Não só em brigar para ter o plano, às metas e o Fundo da Amazônia, os acordos setoriais. A gente está brigando, como eu dei os exemplos daqueles três, por exemplo: o da cana, o da habitação e o do pré-sal, para fazer o "cumpra-se" desse fundo, porque se não é para inglês ver... Se não é para inglês ver. E a gente está avançando mais. A gente já está fazendo o acordo com a siderurgia dos oito anos, com a UNICA dos cinco anos, para não queimar mais nas regiões antigas.

E estamos avançando. E queremos avançar mais. Estamos querendo que o Parlamento tome também, a sua iniciativa e junto conosco, avance. E junto com o Fórum Brasileiro de Mudanças. Ninguém resolve um assunto desse sozinho. A Deputada Vanessa falou, também, dos governos estaduais, dos Governos da Amazônia. Os Governos da Amazônia estão ajudando muito quando tomaram uma posição em relação ao REDD, ao carbono e tal.

O segundo ponto que o Deputado Mendes Thame levantou, foi sobre a questão do consumo nos EUA, o estouro do consumo, a questão dos condicionamentos, cobrando que outros países quando apoiaram setores. Como foi o caso, para dar um exemplo, do apoio que os Estados Unidos deu ao setor automobilístico exigiu uma série de contrapartidas. E, se nós vamos fazer isso, se ainda é tempo.

Eu quero dizer que a minha posição é essa. É essa... A dificuldade da crise é que você trabalha sob pressão. Por exemplo, antes nós tínhamos - e o MMA era um dos protagonistas junto com o MME - o programa de troca de geladeiras, aonde o mecanismo do corte dos juros no crédito, tinha que ver com a troca de geladeiras e a captura dos gases CFC, captura e reciclagem dos gases CFC. O que aconteceu?

E uma das coisas que a gente usou para convencer o governo de comprar o programa da troca de dez milhões de geladeiras em dez anos, foi que além de tudo ele tinha um efeito anticíclico. Note-se que o CFC é também um gás do efeito estufa poderosíssimo. Ele tem o efeito mais de cem vezes maior, que o CO2. Então, o CFC, fura a camada de ozônio é dá o câncer de pele, mas ele também tem um efeito tremendo no aquecimento global.

Então, o que acontece? Nós estávamos modelando o programa de troca de geladeiras com apoio a quem, ao comprar a nova entregasse a velha para tirar o CFC e, o resto ia para a reciclagem do ferro, por exemplo. E tinha alguns problemas a resolver a logística reversa, como organizar essa história que não é óbvia. Então, as empresas interessadas siderúrgicas, que em suma, iam usar a sucata do ferro e tal. Nesse momento vem a crise e nós fomos atropelados e acabou saindo... O governo deu realmente o crédito à linha branca, geladeira e televisão, e não houve tempo de incluir isso.

Mas o Presidente Lula nos prometeu, realmente, que isso não vai matar o programa de troca da geladeira, que logo em seguida vai voltar isso. Porque na crise ele tinha que cortar o crédito, porque se não ia ter desemprego e não estava pronto, ainda, todo o programa e não houve condições de adiar. Mas, por exemplo, outra questão. Um dos setores beneficiados foi o setor do frigorífico, estava quebrando a partir da quebra da independência e de outros frigoríficos.

Mas esse - como nós já tínhamos assinado com os bancos públicos inclusive o BNDES, o Protocolo Verde dos bancos - ficou claro que os frigoríficos só poderiam ter acesso a esse crédito especial que foi votado no Conselho Monetário Nacional se eles não desmatassem. O que tivesse embargado o BNDES não ia emprestar. Então, nesse caso, funcionou esse condicionalismo ou condicionamento, como V.Exa... Condicionantes como V.Exa. falou de outros países.

E por fim, o terceiro ponto, V.Exa. falou da crise momento de oportunidade, a terceira revolução. Como o MME pode ser também protagonista, para que essa crise sirva pra gente andar para frente e, não andar para trás. Eu quero dizer, Deputado, que nós temos feito das tripas coração, para atuar em várias áreas em relação a isso.

Nós, por exemplo, estamos com uma discussão forte com o Ministério dos Transportes e o Ministério de Minas e Energia, para cruzar o licenciamento das hidroelétricas e das hidrovias, porque a hidrovia é muito menos poluente. Não tem desmatamento, não tem asfalto, não tem caminhão soltando diesel. No Brasil a tradição é você licenciar a hidrelétrica e não fazer simultaneamente eclusas, para fazer as hidrovias. Então, em cada área nós temos discutido isso.

Na área da energia, com a Carta dos Ventos e, com a questão da compensação das térmicas. Na área da agricultura, o zoneamento da cana, para dar um exemplo. Na área da habitação, na área das energias limpas. Então, nós concordamos que é um bom momento, inclusive, eu acho que um pouco antes de V.Exa. chegar eu dizia para os Deputados e Senadores que nós estamos num bom momento.

Dentro do governo eu estou sentindo que às contradições, por exemplo, que sempre existem e não é só no Brasil que existem contradições, como aquelas que a Senadora Marina Silva, fala que ela sofreu, que ela enfrentou nos anos que foi Ministra. Em outros países Senadora Ideli, também é isso e países mais avançados que nós em algumas questões climáticas Alemanha, Inglaterra, nesses países há contradições entre a ambiental e área econômica. Isso não é privilégio do Brasil.

Então, eu tenho sentido que nos últimos momentos assim, alguns embates--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mesmo porque Ministro, às mudanças ambientais que nós consideramos favoráveis geram também negócios--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Não, há dúvida.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Então, não... A empresa tem um lobby lá--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: V.Exa. está coberto de razão.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): E eles têm o lobby lá também--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque esse é um negócio que se--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Negócios e empregos verdes, que eu acho que o grande tema é: empregos verdes. Eu inclusive sugiro Senadora Ideli, que mais... Eu não sei se já fizeram que mais adiante um tema pudesse ser esse até para enfrentar uma questão levantada pelo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):Já tem até requerimento nesta linha.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Já tem requerimento.

Muito bem. Eu quero dizer, então, Deputado Mendes Thame que no limite da nossa capacidade, do nosso esforço. E às vezes, comprando brigas com colegas de governo, com colegas vossos aqui do Parlamentar e ganhando títulos como esses de *persona non grata,* nós nesse tempo temos batalhado muito isso. E podemos dizer que com uma coisa aconteceu.

O Brasil está mudando a posição em relação à questão climática. O desmatamento começou a cair. E não só começou a cair como os outros Ministérios entraram na guerra. Antes, às vezes, nós nos sentíamos um pouco um Quixote solitário enfrentando as serrarias ilegais. E com a Operação Arco Verde, a gente vê todo o governo chegando, 10 Ministérios, 30 órgãos. E eu anunciei, não sei se V.Exa. já estava, que ontem a Operação Arco Verde chegou a 26 Municípios e 140 mil atendimentos. E aí, você vê que não é só a repressão, tem a repressão, mas tem alternativas.

E muitos governadores se queixavam, em parte sem razão, mas nesse ponto com razão. Nesse ponto eu dou a mo a palmatória, que chegava o Arco de Fogo, mas não chegava o Arco Verde, que havia uma decalagem. Então, você quebrava uma atividade ilegal, mas não financiava a legal. E agora eu sinto que isso aconteceu. Nós ficamos batendo à porta dos Ministérios um ano e, agora o time todo chegou junto, sem o que a batalha é perdida.

Então, eu quero dizer que nós temos avançado. Não tanto quanto gostaríamos Deputado Thame, mas para o tempo que a gente está aqui, para o que a gente tem enfrentado, acho que alguma coisa a gente pode mostrar.

Então, a Deputada Vanessa Grazziotin levantou várias questões. Saudou o G3, saudou o grupo dos Governadores de Amazônia. O avanço que teve ontem no pré-sal. Levantou um ponto sobre o qual eu tenho total identidade com a deputada Vanessa, como é que a legislação tributária não incorpora a questão ambiental, inclusive, eu acho que isso deve chegar, por exemplo, aos automóveis.

Assim, como eu conversei com o Ministro Mantega, e ele topou tirar o IPI dos equipamentos solares eólicos. O próximo ponto - isso eu já anunciou também - esse mês ainda, nós vamos lançar a nota verde. O que cada veículo emente de poluição e o que emite de CO2, são duas contas diferentes, duas notas diferentes. Por-

que a gente não conseguia fazer... Eu queria fazer um único, mas não consegui, porque alguns apontavam... Alguns carros apontavam... Alguns modelos estavam bem, do ponto de vista de emissão, quer dizer, emitiam pouco e mal, do ponto de vista de poluição.

Então, uma coisa zerava a outra e acabava não dando a dimensão. Então, eu não consegui. Então, vão ser duas notas esse mês. Isso vai ser bom para estimular o consumo consciente... Isso pode servir de base a alguma medida tributária, mantendo... Para não matar do coração o Ministro Mantega, mantendo a massa de arrecadação, mas já aliviando para o que polui e emite mesmo e sobrecarregando para o que emite e polui mais.

Por exemplo, isso seria um exemplo, do que V.Exa. está dizendo com muita razão, que enquanto o meio ambiente não chegar no cerne da economia e das políticas tributárias, nós vamos falar e vamos ser uns utopistas. E, às nossas palavras não vão ter um sustento na valoração tributária, creditícia etc. E outra questão, a Deputada falava quando a gente discutiu - ela e outros colegas, como o Senador João Pedro e outros - estiveram conversando a 319. E a ideia da estrada parque, dos parques e a Deputada diz com razão, que muitos dos nossos parques de papel.

Eu quero dizer, então, também para vocês e fazer um apelo, porque aqui a gente ouve muitos apelos, mas também faz muitos apelos. O ano passado eu fiz um apelo desesperado para o Presidente Lula, que eu precisava de três mil pessoas para o IBAMA e para o Chico Mendes, para a Amazônia porque os parques... Tinha parque de um milhão de hectares com uma, duas pessoas tomando conta. Isso é uma covardia.

Houve uma longa negociação, envolveu o nosso eterno Ministro Paulo Bernardo, guardião do cofre e, finalmente chegamos a um ponto. Não foram as três mil, mas foram mil. Mas eu quero dizer para vocês uma coisa que talvez vocês nem saibam, chegou nesse Congresso o projeto de lei criando esses mil cargos para a Amazônia, para o Chico Mendes e para o Ibama, para a gente poder ter parques com ecoturismo, com... No caso das reservas extrativistas com extrativismo e etc. Com pesquisa científica e tecnológica.

Então, o apelo que eu faço é para que a gente consiga também botar no pacote aí, do que a gente quer para a questão climática avançar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se não veio com urgência constitucional, vamos pedir aqui às nossas colegas e aos colegas da Câmara, para pedir logo lá--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Urgência, urgentíssima.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Se eu não morro do coração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou votar com os Democratas, para aprovar uma matéria dessa todo risonho--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sem os excessos tudo é possível.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Beleza. Eu queria por falar em projetos dizer o seguinte. Eu estava vendo aqui na lista dos projetos que a Comissão de Mudanças Climáticas estava listando, eu não vi aqui aqueles nosso do Fundo de Mudanças Climáticas que é o 3820/2008, que pega 10% do lucro extraordinário do petróleo para um Fundo de Mudança Climática--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vai ter que incluir.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Que inclusive, eu acho que em uma negociação, a gente pode botar uma parte disto para o Nordeste, por causa de ser a região em matéria de adaptação... Segundo os especialistas é a região que vai sofrer mais, então eu acho que merece, merece um olhar, não é tudo, uma parte. Então, eu gostaria também que isso fosse incluído na lista dos projetos, para a gente fazer um pacote e tentar votar até fim de setembro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):E aqui não está da compensação ambiental, que entrou posteriormente--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):A esta listagem que nós fizemos, naquela atividade da preservação da Amazônia, no Plenário do Senado.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. O pagamento por serviços ambientais já tinha vários projetos na Câmara e no Senado. Os Deputados e Senadores me procuraram e disseram que esses projetos não podiam ter dinheiro, porque vocês não podem criar despesa. Então, pediram para eu fazer um e o Presidente apresentar, para ser apensado e ter tinta na caneta.

Eu quero dizer que eu fiz isso em um mês. Eu quero dizer que eu sou eco ansioso... Eco ansioso. E no dia 5 de junho, na Bahia, quando ampliou uma reserva extrativista de Cassurubá, o Presidente Lula assinou e mandou para esse Congresso para ser apensado aos que já havia e botar a tinta na caneta, que é para ter dinheiro no pagamento de serviços ambientais.

Bom, avançando então, depois do Deputado Mendes Thame e da Deputada Vanessa, temos então o Deputado Colbert Martins, Relator que levantou várias questões, mas basicamente duas: o bioma cerrado e a questão do mercado de carbono. Desculpe, cerrado,

ele falou do cerrado para levantar o bioma caatinga, está aqui, eu botei: cerrado mais caatinga, sublinhado. Então, eu li o primeiro, esqueci de ler o segundo.

Eu quero dizer, Deputado Colbert Martins, que eu tenho um carinho especial... Eu estive em várias operações na caatinga, eu já disse que a Amazônia é prioridade, mas o Ministério não é, e não será o samba de uma nota só. Por isso que antes, a gente monitorava só a Amazônia e, hoje, a gente monitora todos os biomas. E falei e repito: que na atualização de junho de 2010, vão ter metas de redução para todos os biomas, redução de desmatamento.

Eu tive em várias operações no interior da Paraíba, no interior de Pernambuco em cima de trator, destruindo fornos ilegais de carvão que estavam transformando a caatinga em carvão, para siderúrgicas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Nós paramos caminhões de carvão que tinham o seguinte requinte, Deputado, o terço de cima, a terça parte de cima era carvão legal, originado de plano de manejo. E, os 2/3 debaixo carvão ilegal. Vejam o requinte. Vejam a criatividade dos nossos criminosos ambientais. Eu sempre digo Senadora Ideli, o dia que essa criatividade for para o bem, que beleza de nação nós vamos ter: que beleza de nação nós vamos ter.

Eu quero dizer que nós tivemos várias vezes com os Governadores do Nordeste, inclusive duas vezes em Fortaleza, uma vez em Recife e uma vez em Natal. Nós assinamos com todos os Governadores sem exceção e pudéssemos recursos, modestos, mas pusemos de planos contra a desertificação, contra a destruição do semi-árido. Fomos lá assinamos e vários Estados concluíram esses planos e começaram a executar.

Nós estimulamos a ANA, Agência Nacional de Águas que é do nosso Ministério, a avançar com o projeto de um milhão de cisternas e programas de recuperação de água em várias áreas. Nós lançamos o Programa do Parque Fluvial do São Francisco, com vários Prefeitos de toda a área do São Francisco para ampliar as ações de recuperação ambiental e social de toda essa área.

E tivemos aqui, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, num ato que foi para que se votasse a PEC do Cerrado e da Caatinga. E fui junto com os Deputados da Comissão ao Presidente da Câmara Michel Temer, que se comprometeu ainda nesse ano, nesse segundo semestre a colocar em votação.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que eu ligado da caatinga, estive várias vezes lá, fizemos ações lá. Estamos monitorando a caatinga. Assinamos com os Estados a questão da desertificação. Estamos avançando no São Francisco. E estive no ato da PEC, do Cerrado, Caatinga--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E temos a Conferência, também--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Segunda Conferência de Semi-Árido--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Agora, em novembro, dezembro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que vai se realizar em Fortaleza, que teremos que examinar se ela está bem entrosada dentro do Ministério.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Está. Está bem entrosada dentro do Ministério junto com--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É muito importante, porque vai ter repercussão também em Kopenhagen--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Exatamente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os efeitos da nossa...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Exatamente. Bem. E o outro ponto que V.Exa. levantou é o mercado de carbono. Eu já falei rapidamente aqui, que nós somos favoráveis a isso. A estrutura do Fundo Amazônia que não é mercado de carbono, porque são doações voluntárias, mas ele está ligado ao conceito de carbono da seguinte maneira: nós só podemos sacar recursos do fundo, se o ano anterior nós reduzirmos o desmatamento. E o que a gente pode sacar é em função da redução desse desmatamento em matéria de emissões, multiplicando as toneladas evitadas por cinco dólares - eu acho que a gente foi até modesto.

Então, cinco dólares por tonelada de carbono evitada, ou seja, o Fundo Amazônia, embora não seja mercado de carbono, ele está vinculado ao conceito de mercado de carbono, inclusive com essa cota. Quero dizer, que já falei e repito: o Ministério do Meio Ambiente e favorável ao REDD, o Relações Exteriores tinha ressalvas, porque dizia que isso podia ser usado pelos países ricos para não cumprirem o seu dever de casa.

E a gente está chegando a um meio termo, no que foi ajudado pela posição dos Governos da Amazônia, que é dizer então, um percentual, 10%, um percentual, que se estabeleça um percentual. Que a nossa posição seja sim, ao mercado, mas sim às doações, também. Tem que ter um sistema misto, não só para quem evita desmatamento para quem evita, mas também para queima cuida da floresta.

Inclusive numa matéria, se não me engano no Globo de domingo passado, nós numa matéria nós defendemos o conceito de créditos de carbono para as comunidades, proprietários, comunidades que mantém áreas desmatáveis pela lei, ou seja, poderia haver um

desmatamento legal, mas que resolve. Então, isso está dentro do conceito de que a floresta em pé, tem que valer mais do que a floresta derrubada.

Então, tem vários conceitos. Entra o conceito de pagamento por serviços ambientais, entra o conceito de bolsa-reflorestamento. Eu quero dizer que o Presidente Lula assinou para áreas, por exemplo, de assentamentos que no passado desmataram muito, sobretudo o tempo da ditadura, etc. Levar os homens sem-terra, a terra sem homens com a motoserra na mão. E, aliviar a pressão em cima dos latifúndios do Sudeste.

Então, nós estamos pagando, Senadora Ideli, nem sei e V.Exa. sabe disso... 200 reais/mês, para família de assentamento ou comunidade que comprovadamente recupera área degradada. Já é uma modalidade de pagamento por serviços ambientais.

Teria mais a dizer, mas espero ter pelo menos comentado respondido, às questões fundamentais. Agradeço o convite que me foi feito. Louvo o esforço da Comissão e estou sempre à disposição. Saudações ecológicas e libertárias.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ministro, em primeiro lugar eu queria agradecer a sua vinda a contribuição, extremamente importante que o senhor dá aos trabalhos desta Comissão. E eu gostaria de passar às suas mãos... Eu recebi na condição de Presidente da Comissão um relatório extremamente substancial, eu não sei se V.Exa. teve acesso já do programa das Nações Unidas Para o Meio ambiente, no trabalho da integração meio ambiente esporte.

Então, relatando todos os esforços nos últimos eventos internacionais desportivos, para fazer esta integração entre esporte e meio ambiente.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: V.Exa. está à frente disso,

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Copa Verde, Olimpíada-- **SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):**Não. Copa Limpa--

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Copa Limpa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque os corintianos não admitem a Copa Verde, não é?

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Copa limpa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Copa Limpa.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Copa limpa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, é Copa Limpa, isto.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Estamos juntos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, eu queria passar ao senhor o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, nesta ligação com o Esporte. E da mesma forma, também, ao nosso Relator, para que o assunto, também, possa ter aí subsídio para o nosso relatório final.

E queria...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Copa Verde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Não. Copa Limpa.

E eu queria já aproveitar, para o requerimento apresentado pelo Deputado Sarney Filho, com a assinatura de vários outros Parlamentares, que a gente pudesse aprová-lo; que é dirigido ao Ministério de Ciências e Tecnologia, para saber da questão do fim das exigências de mitigação das emissões em usinas termoelétricas ou a carvão, recentemente imposto pelo Ministério do Meio Ambiente. Então...

SR. MINISTRO CARLOS MINC: Isso está em discussão no CONAMA--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto.

SR. MINISTRO CARLOS MINC: E a portaria do IBAMA ela se mantém, quando o CONAMA votar uma nova, naturalmente vai valer também para o IBAMA.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Exatamente. Então, eu queria submeter à aprovação o requerimento. E se todos os Parlamentares concordarem eu declaro aprovado o requerimento.

E na próxima semana, Audiência Pública sobre Política e Plano Nacional Sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP 15, é exatamente com o Ministro de Ciências e Tecnologia, Sérgio Machado.

E, amanhã às 17h, a Comissão que fez aquela diligência no Estado da Amazônia, tem às 17h com o Ministro da Integração Nacional o Ministro Geddel, para tratar de assuntos decorrentes daquela diligência.

Então, declaro encerrada a presente sessão. E mais agradeço a presença de todos e, mais uma vez, ao Ministro Carlos Minc.

Sessão encerrada às 13h08.

22ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 08 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

As quatorze horas e cinquenta e três minutos, do dia oito de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Fe-

deral, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidenta da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Wellington Salgado, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Inácio Arruda, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Lupércio Ramos** e **Deputado Luiz Carreira**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura de fax firmado pelo Senhor Alexandre Navarro Garcia, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, agradecendo o convite para a participação do ministro na audiência pública para debater sobre "Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15", e informando que Sua Excelência será representado pelo Senhor Carlos Nobre, Chefe do Centro de Ciências do Sistema Terrestre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15", com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 02, 04, 09, 012, 029 e 035, todos os de 2009–CMMC, aprovados nos dias 31 de março, 16 de abril e 06 de março de 2009, respectivamente. A Presidência convida o Senhor Carlos Nobre a tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para sua exposição inicial. Usam da palavra os senhores parlamentares: Senador Renato Casagrande, Deputada Rebecca Garcia, Senadora Marina Silva, Deputado José Guimarães e Deputado Lupércio Ramos. Ato contínuo assume a presidência a Deputada Rebecca Garcia. A Comissão aprova, **extrapauta**, adendo ao **Requerimento nº 35, de 2009-CMMC**, de autoria da Senadora Marina Silva, subscrito pelo Senador Renato Casagrande e pela Deputada Rebecca Garcia, incluindo no rol dos convidados o nome do Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores. A Presidência comunica ao plenário que a Audiência Pública Regional na Bahia, anteriormente agendada para o dia 14 de setembro de 2009, foi transferida para o dia 28 de setembro de 2009. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputada **Vanessa Grazziotin,** Vice-Presidenta no exercício da Presidência.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climáticas Ordinária, criada mediante Resolução nº 04/2008 do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Pois não, Deputado Carreira?

Então, vamos dispensar a leitura da Ata. Quem aprova a Ata, permaneça como se encontra. Aprovada.

Pauta da reunião. Temos hoje um único item em nossa pauta, que é a realização da audiência pública, destinada a debater o tema Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP 15. E o nosso convidado de hoje é o Dr. Carlos Nobre, que aqui está representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende. E a audiência pública se dá em decorrência do atendimento aos Requerimentos de nº 02, 04, 09, 12, 29 e 35, todos de 2009, aprovados no dia 31 de março, 16 de abril e 06 de março, respectivamente.

O expediente sobre a Mesa que comunicamos e que foi recebido do gabinete do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, um ofício endereçado à Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Senadora Ideli Salvatti, que fala da sua impossibilidade de participar da reunião do dia de hoje e indica o Dr. Carlos Nobre, que é o chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, para representá-lo neste evento.

Então, neste momento, convidamos o Dr. Carlos Nobre, que está hoje, aqui, representando o Ministro Sérgio Rezende, a tomar assento à Mesa dos trabalhos. Seja bem-vindo, Dr. Carlos Nobre. Acho que o senhor já esteve em outro momento conosco. Já. A segunda vez na nossa Comissão. Sinal que estamos debatendo muito o tema, Dr. Nobre. Sem mais atrasos, vamos iniciar.

Passamos a palavra à V. Sa. Há um tempo regimental de 20 minutos, mas V. Sa. fique à vontade para utilizar o tempo que considerar necessário.

E nós comunicamos aqui e agradecemos a presença dos Srs. Deputados Carreira e Deputada Rebecca, que estão aqui, participando na nossa reunião.

SR. CARLOS NOBRE: Boa-tarde a todos! Deputada Vanessa Grazziotin, muito obrigada à Comissão pelo convite. Como a senhora já ressaltou, o Ministro Sérgio Rezende está impossibilitado de comparecer e pediu que eu comparecesse.

Eu preparei uma apresentação, mas há algum problema técnico, então eu vou começar a falar um pouco do que eu estava preparado para dizer, que eu acho que, eventualmente, funcione melhor ou igual a apresentar.

Três pontos eu quero cobrir nesta apresentação de 20 minutos. Em primeiro lugar, eu quero mostrar a vocês, se ainda precisa ser mostrado, a urgência de nós atuarmos na questão da mitigação das mudanças climáticas. A ciência aponta, no meu ponto de vista, sem nenhuma dúvida relevante, a necessidade e a urgência de ações globais para mitigar as mudanças climáticas e também para adaptar, para adaptação; porque nós já passamos do ponto de retorno, não há mais o que fazer com relação a evitar. Não há mais nenhuma possibilidade concreta, simples, factível, mesmo com o avanço tecnológico, que nos possibilite dizer: "Olha, daqui a 50 anos, o problema está resolvido, não haverá mais, debelamos o problema, estabilizamos o clima, estabilizamos as emissões que causam...".

Então... Vamos continuar. O computador começa... Talvez ele funcione ou não. Então, eu... Agora, sim. Então vamos lá. Então, a primeira coisa que eu quero mencionar é... O primeiro ponto é o seguinte: o IPCC, já desde 2001, painel intergovernamental de mudanças climáticas, colocou um número que parece um pouco mágico, que nós não devemos deixar a temperatura subir mais do que 2 graus em relação ao período pré-industrial, o que era a temperatura do planeta antes de nós, através da queima de combustíveis e mudanças da vegetação; nós injetamos uma grande quantidade de gases que provocam esse aquecimento da baixa atmosfera da superfície, chamado efeito estufa.

2 graus. Por que 2 graus, não 2,5 ou 1,5? Bom, 2 é um número redondo, e nós já caminhamos 0,8 graus até hoje, mais ou menos. Então, sobra nessa conta, contabilidade simples, sobra 1,2 graus. Não sobra muito, porque nós já jogamos tantos gases na atmosfera e esses gases ficam tanto tempo na atmosfera, décadas, há séculos, há milênios, antes de serem removidos por processos naturais, que nós já, de certo modo, comprometemos mais 1 grau, mesmo que não fizéssemos nada. Então, praticamente, nós já esgotamos a cota e nós teríamos que estabilizar rapidamente.

Então, essa é a necessidade do esforço global. E, por último e não menos importante, e vocês hão de notar que o debate, até hoje, de mudanças climáticas, ele foi muito mais na direção da mitigação. Eu até entendo como sendo a urgência de reduzir o risco futuro para as futuras gerações. Mas, com um certo grau de mudanças climáticas, vamos dizer assim, otimisticamente hoje, com enorme esforço global, 2 graus, o planeta vai ter aquecido 2 graus, então 2 graus já é uma modificação muito grande. Só para dar um número para vocês, com 2 graus de aumento neste século, o nível do mar vai subir por mais de mil anos. Ele vai ficar subindo, subindo, subindo e não há muito mais o que fazer, por mais de mil anos. Então, por exemplo, todas as cidades costeiras, as ilhas e etc. têm que se adaptar ao aumento do nível do mar, para citar um dado somente. 2 graus já modifica o clima substancialmente, como nós estamos vendo uma mudança climática já detectável, significativa, com 0,8 graus. Com 0,8 graus, já foi decretado o fim do gelo no Oceano Ártico. Daqui a duas, três décadas, provavelmente, muito provavelmente, não haverá gelo no final do verão do hemisfério norte, o que é uma grande mudança climática que o planeta não vê há alguns milhões de anos. Então, isso é para lhes dar a ideia da magnitude do que nós estamos... as nossas ações humanas estão causando para o equilíbrio do sistema climático. E isso também elimina algumas idéias um pouco simplistas de dez anos atrás, de que o planeta tem condição de se adaptar, muitos graus já houve no passado remoto, e já houve mesmo; na história geológica do planeta, a temperatura já subiu, já esteve muito mais alta, já teve muito mais gás carbônico na atmosfera, mas isso são escalas geológicas, centenas de milhões, bilhões de anos.

O fato concreto é que nós estamos modificando o clima numa velocidade que o homo sapiens nunca viu nada parecido, 250 mil anos, ou se a gente quiser pensar até nos hominídeos, 2,3 milhões de anos, os primatas que se tornaram bípedes. Aproximadamente, 2,3 milhões de anos nas savanas da África. Nada parecido ocorreu. Então, é um experimento geofísico, sem precedentes, na história recente do planeta.

Desculpe-me, alguns slides meus estão em inglês, eu não tive tempo de convertê-los. Eu estive na Austrália, numa reunião científica, na semana passada, e obtive alguns dados novos e eu queria rapidamente mencionar. O debaixo, que é o mais interessante, aqueles pontos em preto são as observações, as medidas da emissão de combustível fóssil, só emissão de combustível fóssil naquela unidade, bilhões de toneladas de carbono, do átomo de carbono. Então, vejam que... Se vocês prestarem atenção, vocês vão ver que aqueles pontinhos pretos têm uma inclinação de 90 até 2000 e, depois, a inclinação sobe de 2000 para frente, e a taxa de crescimento de 90 a 2000 é 1,2%, e a taxa de crescimento para frente já é 3,4%.

Vocês estão vendo aquela tabela ali. De 2000 a 2008, o crescimento é de 3,4% ao ano. Nós emitimos, em 2008, e 8,7 bilhões de toneladas.

Vejam aquela bolinha em branco, a última, aquela é a emissão de 2008. Notem que, com seis meses de crise financeira, ela deu uma ligeira diminuída, e aquelas outras bolinhas ali são as projeções do que vai acontecer com a emissão, como resposta à crise financeira.

Então, a crise financeira, ela, de fato, diminuiu a atividade em todo o mundo, mas ela dá uma pequena diminuição, e, realmente, se alguém tinha alguma ilusão que a crise financeira fosse um remédio, amargo, mas, ainda assim, um remédio para a questão da injeção dos gases, essa história não é verdadeira. Veja que a parte central ali tem desmatamento. A média de desmatamento global, incluindo da América do Sul e do Brasil, é de 1,5 bilhões de toneladas, isso foi em 2007, e essa é uma média que não apresentava muito crescimento entre 2000 e 2007. Em 2008, as estimativas recentes mostram que o desmatamento tropical diminuiu. No Brasil, vem diminuindo já há quatro anos, o que significa o seguinte: a emissão de combustíveis fósseis não para de crescer. Mesmo com a crise financeira, ela cresceu 2% em 2008, e não 3,4, como vinha crescendo antes. E os desmatamentos tropicais diminuíram nos últimos anos. Portanto, no final dos anos 90, os desmatamentos tropicais representavam 20% das emissões. Esse número ficou famoso, vários políticos importantes do mundo, o Al Gore, todo mundo cita esse número. Na realidade, hoje, ele representa 12%. Mas isso não chega a ser uma excelente notícia para o planeta. É uma boa notícia para os países tropicais, que eles conseguiram, estão conseguindo reduzir o desmatamento, e nós não sabemos exatamente por que, olhando os trópicos todos, talvez entendamos um pouquinho melhor o Brasil. Mas, ainda assim, são 1,2 bilhões de toneladas. Está tudo aumentando, essa diminuiu um pouco a emissão do desmatamento, mas, ainda assim, é alta. Portanto, há muito o que fazer.

Para onde toda essa emissão está indo? 45% fica na atmosfera. Então, em 2008, somando tudo, as emissões globais foram aproximadamente 9,7 bilhões de toneladas, o desmatamento, fóssil, tudo. Isso tudo que eu estou falando é CO2, gás carbônico. 45% ficam na atmosfera, 30% vai para a biota terrestre, as plantas, elas estão absorvendo, plantas gostam, até certo ponto, de mais gás carbônico. Mais gás carbônico, mais fotossíntese e mais... Carbono fica preso nas árvores, nas plantas. E 25% vão para os oceanos. A grande preocupação vem desse gráfico azul, embaixo. Essa é a fração que vai para os oceanos. Atualmente, é 25%; nos anos 60, era acima de 30%. Então, a capacidade que os oceanos têm de absorver, de retirar uma parte do gás carbônico está diminuindo com o tempo e deve desaparecer até o final do século. Os oceanos mais quentes, eles perdem um pouco a capacidade de absolver.

Então, o que é que a ciência, hoje, mostra? Esse gráfico, em preto, são as emissões em bilhões de toneladas do gás carbônico, que é o chamado cenário 'tudo continua como está', se a gente continuar com esse aumento das emissões. E a linha em verde, o que é que essa linha em verde é? Essas seriam as emissões ideais para que a temperatura não passasse de 2 graus, com 50% de probabilidade. Veja que, no final do século, 2100, nós estamos praticamente zerados, descarbonização praticamente completa de todo o planeta. E se a gente quiser ter garantia absoluta, 75%, que a temperatura não vai passar de 2 graus, aí, lá para 2070, nós teríamos que entrar no chamado emissões negativas. Se alguém quiser uma imagem de emissão negativa, eu dou, com muita simplicidade. Vamos dizer que, no futuro, nesse futuro distante, nós teríamos energia elétrica produzida com biocombustível, e aí, em vez de soltar o efluente do biocombustível na atmosfera, nós canalizamos o Gasoduto com o CO2 que saiu da combustão e enterramos isso em minas profundas, no pré-sal, em qualquer lugar. Nós, portanto, estaríamos transferindo, via fotossíntese, CO2 da atmosfera para a planta, da planta para o biocombustível, do biocombustível para a energia elétrica, e o efluente não deixamos chegar à atmosfera. Isso seria uma maneira de chegar a emissões negativas que talvez tenhamos que chegar.

Deixa eu pular alguma coisa. Tem havido, logicamente, um debate muito grande, desde 1992, com a convenção climática assinada no Rio, atribuição de responsabilidades. Esses gráficos mostram... Por exemplo, até 2005, o gráfico da esquerda, que é chamado 'Os pecados do passado', 63% vinham dos países desenvolvidos, 35, dos países em desenvolvimento... Desculpe. Os que são, hoje, considerados os países de renda média. O Brasil está naqueles 35%, e 1,6, aquela fatiazinha pequenininha, é dos países pobres, que corresponde hoje a 1,3 bilhões de pessoas.

Já no meio, são as emissões correntes. Notem que isso, em 2006, os países desenvolvidos e os emergentes têm a mesma emissão, subiu muito as emissões dos emergentes, principalmente China, Índia e vários outros, inclusive o Brasil. E os países pobres subiram muito por quê? Eles são 26, 25%, ou mais, da população mundial e eles emitem 2,5%. E a última pizza lá são as oportunidades de mitigação nas próximas décadas, e é isso que eu acho importante destacar aqui, nesta Comissão. 70% das oportunidades a menor custo

nas próximas décadas vêm dos países em desenvolvimento. Quer dizer, os países em desenvolvimento, através, principalmente, da redução das emissões de desmatamento, da redução do aprisionamento de carbono em reflorestamento, do aprisionamento de carbono pela agricultura, que é muito pouco falado ainda, inclusive no Brasil. Agricultura tropical tem um enorme potencial de tirar carbono da atmosfera. Uma agricultura científica, tecnológica, bem feita. Ela não só aumenta a produtividade, mas ela também retira carbono. E substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis. Esses 70% que estão ali é principalmente essas quatro coisas que eu falei, além, também, de aumentar a eficiência energética nos países em desenvolvimento.

Veja bem, isso que eu falei, diminuição de desmatamento, emissão por desmatamento, por queimadas, também, que emitem muito – e queimada não emite só gás carbônico, não, queimada emite metano, emite óxido nitroso, dois poderosos gases de efeito estufa –, reflorestamentos, agricultura, solos agrícolas recebendo e aumentando a quantidade de carbono dos solos agrícolas, e substituição de combustível, isso é o que o Brasil e muitos países tropicais têm em abundância. Então, a grande oportunidade desses países. Por que é que eu estou falando nos próximos dez, vinte anos? Porque, se a gente olhar o mapa realístico da quantidade de termoelétricas a carvão que já foram contratadas, hoje, 2009, para os próximos 20 anos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: No Brasil?

SR. CARLOS NOBRE: No mundo. Não significa, senador, que elas serão todas construídas, mas, se a gente olhar um panorama muito claro, planos de China, Índia, Estados Unidos, Austrália, países desenvolvidos; todos, soma todos, há mais termoelétricas a carvão projetadas hoje, para os próximos vinte anos, do que todas em operação. Então, quer dizer, o mundo, apesar do perigo das mudanças climáticas, o mundo vê ainda carvão em fósseis, e, principalmente, carvão, que é barato, como o grande fornecedor de energia elétrica. E é muito difícil mudar esse transatlântico super pesado no curto prazo, porque o mundo é sedento de energia e essa é uma fonte barata, e muitas já estão contratadas, termoelétrica, e muitas estão operando. Uma termoelétrica a carvão tem uma vida média de 40 anos.

Então, nesses próximos vinte anos, aparece uma grande oportunidade para os países tropicais, e o Brasil em particular, que são as opções de mitigação nessas quatro áreas que eu mencionei: biocombustíveis, solos agrícolas, reflorestamento e diminuição do desmatamento. Grande potencial para o Brasil.

Deixa eu acelerar. Qual é o custo de nós não fazermos nada? Então, esse é um cálculo feito, recentemente, também, que obtive nessa reunião científica, lá na Austrália, a semana passada, que é o seguinte... É um pouco difícil de entender, mas eu explico, porque ele é importante. O gráfico está escrito o número de anos, na horizontal, o número de anos que nós podemos atrasar as iniciativas de mitigação, e, em amarelo, é o seguinte: quanto que nós já emitimos, até hoje, desde a revolução industrial? 500 bilhões de toneladas de carvão, isso é um número redondo. Quanto nós podemos emitir para manter a temperatura abaixo de 2 graus, com 50% de probabilidade? Mais 500 bilhões. Então, o amarelo é se nós, coletivamente, em Copenhague, o mundo decidisse: "Não vamos passar de 2 graus". Então, a cota global é 500 bilhões de toneladas. E o que ele diz ali... Olha, se a gente não quiser nenhum atraso, que é a primeira barrinha, zero, nós temos que reduzir as emissões a 5% por ano, até consumirmos esses 500 bilhões de toneladas; 5%. Se nós atrasarmos esse máximo em cinco anos, já passa para 6%, é a segunda barrinha; se nós atrasarmos dez anos, 8%; se nós atrasarmos vinte anos, já são 14, 15%. Em outras palavras, se a gente não fizer nada e as emissões continuarem a subir nos próximos vinte anos, se nós quisermos manter a temperatura abaixo de 2 graus, nós vamos ter que reduzir as emissões 15% ao ano, todos os anos, até praticamente zerá-la. E a barra da direita ali, em cinza, é o grau de dificuldade. O debaixo é difícil; o de cima parece, hoje, impossível. Em vermelho é se nós falarmos: "Vamos relaxar os 2 graus, vamos emitir mil bilhões de toneladas, um trilhão de toneladas de carbono e só, e paramos de emitir, e aí a temperatura subiria 2,6 graus". Então, esse gráfico é muito interessante, que ele mostra o custo do atraso, o quanto significa atrasar, se nós quisermos ficar dentro desses...

Deixa eu acelerar um pouquinho. Esse é bem conhecido, é a matriz de emissões brasileiras, essa é de 94, eu acho que todos estão cientes. Vou falar um pouquinho, depois, de alguns planos que nós temos para o inventário nacional, a partir do terceiro inventário. Esse é o primeiro inventário, o segundo vai sair agora, em dezembro. E nós vemos claramente que o uso da terra, que é desmatamento da Amazônia, dos cerrados, principalmente isso, uso do fogo é a contribuição principal, depois vem a agricultura. Agricultura é, principalmente, emissão de pecuária, emissão de metano por fermentação entérica dos bois. E energia é bem menor, mas esse é 94. Quando sair agora, em dezembro, vocês vão ver que a energia subiu e o desmatamento diminuiu, mas isso não será captado... Eu até os previno. No inventário que vai ser lançado no

final de 2009, ele vai até 2002; 96, 2002. Portanto, ele não terá captado a redução do desmatamento dos últimos anos. Então, isso é importante porque, certamente, a imprensa vai destacar muito esse inventário, ele já não será realista. Daqui a pouco, eu falo dos planos do MCT para o terceiro inventário. Portanto, ele não pega a diminuição do desmatamento dos últimos anos.

E energia. Esse gráfico, uma coisa importante é ver que tem uma boa notícia e uma má notícia. A má notícia, primeiro, é que nós... Uma grande emissão por desmatamento. A boa notícia é que toda essa emissão, ela está associada com o PIB agrícola na Amazônia e no cerrado, que é 1% do PIB brasileiro. É totalmente diferente do caso da China e da Índia, que 80% das emissões da China são energia, carvão, petróleo, gás natural. Portanto, como é que eles vão fazer para reduzir? Para eles, é muito mais difícil. Nós, se aumentarmos a eficiência agrícola no Brasil, na Amazônia e no cerrado, nós poderemos realmente reduzir as emissões. Então, eu tenho pensado muito, e eu digo para vocês que a gente precisa definir... Do mesmo jeito que nós falamos eficiência energética... E eficiência energética no mundo significaria 18% de redução das emissões globais, se aplicasse a eficiência energética com a tecnologia de hoje, seria 18%, carros mais eficientes, termoelétricas mais eficientes, tudo mais eficiente do ponto de vista energético, e eu digo que aqui, no Brasil, o nosso desafio é também pensar em eficiência agrícola. Eficiência agrícola é mandatória, se o Brasil quiser diminuir radicalmente aqui.

Energias renováveis, eu nem vou falar muito aqui, porque isso é uma coisa que todos estão cientes, esse é um enorme potencial do Brasil, que já é um país que usa 46% da sua energia de formas renováveis ou quase renováveis. Então, é um enorme potencial, e eu não quero falar muito mais do que o que nós temos já falado.

Mesmo em biocombustíveis, precisa ser dito que, por exemplo... A eficiência, que eu estava falando, a eficiência agrícola é 82 toneladas de cana, de biomassa, por hectare, ali, naquela região, São Paulo e um pouco do Sudeste e tal, e lá, já no Nordeste, cai bastante. Esse potencial... O potencial teórico de cana-de-açúcar é 200. É difícil atingir o potencial teórico. Os estudos científicos e práticos, hoje, da Embrapa, e de várias universidades, mostram que nós podemos atingir 150 com facilidade. Com isso, nós não precisaríamos aumentar tanto a área...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. CARLOS NOBRE: Toneladas por hectare. E, logicamente, todos... Estão vocês aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E o zoneamento o senhor acha adequado?

SR. CARLOS NOBRE: O quê?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O zoneamento?

SR. CARLOS NOBRE: O zoneamento é importante.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais adequado do que esse plano que está sendo anunciado aí?

SR. CARLOS NOBRE: Do jeito que está sendo anunciado, ele é adequado, ele protege biomas que não têm uma vocação natural, como a Amazônia... É lógico, esta Casa, essas Casas aqui, o Congresso é que vai deliberar sobre isso, mas é um primeiro plano muito bom. Era importante não desfigurá-lo, na minha opinião, não desfigurá-lo. É importante... Porque é o que eu digo: a eficiência agrícola é a chave de tudo. Aumenta a rentabilidade da agricultura, todo mundo ganha. Então, a gente tem que ir muito mais pelo lado da eficiência e, realmente, ter limites da expansão em área. A tradição de 500 anos da história agrícola do Brasil é expansão em área e não em eficiência, nós precisamos inverter essa tradição.

A Amazônia é o nosso grande potencial. Eu fiz uma conta muito simples para mostrar aqui. Esse é aquele gráfico de cima, é o famoso gráfico de desmatamento do INPE, do meu instituto, mostrando a redução que houve nos últimos quatro anos, apesar que o ano passado deu uma pequena subida, provavelmente esse ano será menor. O Ministro Minc anunciou que, possivelmente, poderá ser o menor em 20 anos. Esperamos que isso se confirme agora, no fim do ano. Mas, se a gente pegar uma linha de base, o desmatamento médio de dez ou 20 anos, dá 19 mil, 20 mil km². Esse é o desmatamento médio, histórico dos últimos 20 anos. Se a gente contabilizar a diminuição do desmatamento dos últimos quatro anos dá 25 mil km². Quer dizer, 25 mil km² nós não desmatamos em relação àquela linha de base ou àquele desmatamento histórico. Isso significa mais de 1 bilhão de toneladas de CO2 que foram evitadas. Se existisse um mercado de carbono para desmatamento, redução de desmatamento, que não existe, nós poderíamos... Isso valeria no valor de hoje, que está muito baixo o mercado de carbono, 2 a 3 bilhões, é só para dar uma ideia para vocês que, no mercado de carbono, que já existe, e Copenhagen deve expandi-lo significativamente, portanto, o preço vai subir, desmatamento evitado também faz sentido, junto com reflorestamento, junto com absorver carvão nos solos agrícolas e junto com biocombustíveis. E como eu falei, como tem uma associação muito fraca entre PIB e expansão da fronteira agrícola na Amazônia, é

aí que nós temos que agir com muita energia, porque os ganhos serão muito grandes.

O plano nacional que todos vocês conhecem está aqui, nesta Casa, nas Casas do Congresso, em debate, Política Nacional de Mudanças Climáticas. A política, a política. O plano é um, vamos dizer assim, o anexo à política. Mas o plano que quebrou um gelo histórico na Convenção, nas negociações, e eu acho que foi um gesto extremamente bem vindo e inteligente da diplomacia brasileira, que foi anunciar e colocar no papel que o Brasil reduzirá desmatamentos da floresta tropical até 2017, abaixo de 70% dessa média histórica. Isso significa menos de 5 mil km por ano. Nenhum país em desenvolvimento tem qualquer meta remotamente parecida com a do Brasil, país grande. Então, isso é muito importante. Isso quebrou o gelo das discussões, isso mostrou que países em desenvolvimento podem participar, e o Brasil tem tudo para liderar essa discussão, principalmente redução das emissões vindas de desmatamento tropical. Então, esse foi um grande gesto inteligente e com grande visão de futuro que o Brasil teve. Agora, é lógico, precisamos atingir essa meta, não pode só ser uma linha escrita, que não vamos implementar.

E, por último, bem brevemente, eu quero dizer um pouco o que é que nós estamos desenvolvendo no terreno da pesquisa. O Ministério criou, há um pouco mais de um ano, a Rede-Clima, Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas, que visa expandir a capacidade científica, tecnológica e institucional do Brasil, ampliar o conhecimento sobre o fenômeno, identificar os impactos e subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema, nos planos nacional e internacional. Essa rede foi criada. Deixa rapidamente mostrar para vocês. Ela está sendo implementada... Desculpe, a qualidade não está boa por causa da luz. Mas ela tem todos esses temas que vocês estão lendo: biodiversidade, ecossistemas, recursos hídricos, desenvolvimento regional, cidades, agricultura, energias renováveis, saúde, economia, zonas costeiras e modelagem climática. Cada instituição ali mostrada, que também está difícil de ler em vermelho, ela articula uma sub-rede nacional também, e os números em amarelo já são o número de instituições que hoje participam da Rede-Clima. Ela rapidamente se formou, ela tem 76 instituições de pesquisas e 139 grupos de pesquisa. Então, já é uma grande rede e que começa agora, esse ano, a se estruturar, e, a partir do ano que vem, nós já faremos uma série de documentos e apresentaremos resultados de pesquisa. Então, é uma resposta científica, vamos dizer assim.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Cinco onde é que fica?

SR. CARLOS NOBRE: Cinco fica no Museu Paraense Emílio Goeldi. Essa... Deputada, eu sei de onde a senhora é e já sei a observação que a senhora faria. Não há ainda uma sub-rede no Amazonas, mas isso é uma configuração inicial. Em função dos recursos aportados, foram 10 milhões de reais do Fundo Transversal de Ciência e Tecnologia, mas isso é uma configuração inicial. A tendência agora é essa rede crescer e adotar outros temas e realmente envolver o país como um todo, inclusive todas as comunidades científicas.

Se a gente olhar aqueles numerinhos em amarelo, expandi-los, aí, sim, nós vamos ver que todas, praticamente todas as instituições do Estado do Amazonas estão participando, não há ainda uma sub-rede, mas isso, certamente, será resolvido com outras sub-redes que vamos criar.

E para finalizar, eu queria falar só do inventário nacional. O primeiro inventário foi muito importante, ele desenvolveu a metodologia, ele foi lançado em 2004, mas ele cobriu o período 90 a 94. O segundo inventário vai ser lançado em dezembro deste ano, ele cobre o período de 96 a 2002. É uma radiografia mais próxima, mas, ainda assim, um pouco desatualizada.

O que nós propusemos, e o Ministério da Ciência, e eu estou falando aqui, hoje – de manhã mesmo, eu discuti esse assunto no Ministério –, é que a responsabilidade para quantificar, gerar os dados desses inventários está passando para a Rede-Clima. Antes, era um departamento, uma área do Ministério da Ciência e Tecnologia que o fazia e, agora, passa para a Rede-Clima. O Ministro Sérgio Rezende já se comprometeu a conseguir recursos importantes, para que, a partir de 2010, nós consigamos dar um grande salto nessa quantificação. Nós vamos atualizar, tentar trazer esse inventário para o presente, para 2008, 2007, 2008, e envolver toda essa rede que eu mostrei na transparência anterior, inúmeras instituições que já estão trabalhando com essa questão. Por que é que eu acho isso muito importante? Porque, quando a gente fala em inventário nacional, na verdade, as pessoas começam a ver um objetivo num inventário, que é uma planilha, uma tabela, um Excel, mas, na verdade, não é esse o objetivo do inventário. O objetivo de monitorar é mitigar. Quer dizer, não é uma coisa morta, que se encerra em si mesmo. O objetivo do inventário não é apresentar à sociedade o que está acontecendo com a emissão; o objetivo do inventário é dotar o Poder Público, o setor privado e a sociedade civil de ferramentas de mitigação. Então, dentro da Rede-Clima, essa ligação é muito mais natural, porque as universidades têm uma responsabilidade de desenvolver a pesquisa tecnológica para mitigação.

Eu só menciono aqui, naqueles vários setores... Por exemplo, mudanças dos usos da terra. Essas são instituições que trabalham com esse tema, e o INPE lidera muito dessa pesquisa, e elas já estão dentro da Rede-Clima. Energia: todas aquelas instituições já estão dentro da Rede-Clima, elas todas trabalham com a questão da emissão do setor energético e agricultura, também, todas as instituições. Então, a Rede-Clima está perfeitamente preparada para isso, e nós queremos ver... Se houver possibilidade e recursos, nós gostaríamos de, talvez, fazer um inventário entre esse ano e 2010, e, quem sabe, no final de 2010, já teríamos um terceiro inventário, cobrindo o período de 2004/2008, já com uma responsabilidade da Rede-Clima. Então, essa é uma novidade importante de nós podermos ter esses inventários.

E, por fim, eu já mostrei isso aqui, na última vez, eu acho que uma grande motivação para nós todos, brasileiros, mas, certamente, nós da comunidade científica e no MCT, em particular, é tentar responder a essa pergunta retórica importante: poderá o Brasil, nesse século, se tornar uma potência ambiental ou o primeiro país tropical desenvolvido? Quando mostro essa figura fora do Brasil, eu não coloco primeiro, para não parecer muita arrogância do Brasil, mas eu acho que nós temos realmente condições de sermos o primeiro país plenamente desenvolvido. E o nosso grande potencial é ambiental. Ambiental é mais do que agrícola. Nós já somos uma potência agrícola, podemos nos tornar muito mais ainda na agricultura. Mas o ambiental é realmente responder esse desafio, que é inventar um novo paradigma de desenvolvimento.

Acho que qualquer pessoa que analisa o cenário internacional estratégico, os recursos energéticos, entende por que é que o Brasil precisa ter um poderio militar, e, ontem, o Presidente Lula e o Presidente Sarkozy assinaram um memorando. Mas, veja bem, o que é que acontece? O Brasil precisa ter uma capacidade de resposta militar no Atlântico, na Amazônia, no território brasileiro, ele vai e compra a tecnologia de um país que tem essa tecnologia. No caso, a França tem, outros têm também. O Brasil ainda não tem essa tecnologia militar. Mas, quando a gente fala de desenvolver regiões tropicais, não tem onde comprar. Essa é uma realidade. Eu acho que, se tivesse um país super, hiper desenvolvido, tropical, com grande abundância de recurso, similar ao Brasil, e que tivesse desenvolvido plenamente, com o uso dos recursos, o Brasil, provavelmente, também se apoiaria, mandaria um monte de alunos para fazer pós-graduação, mas não existe. Então, esse é o grande desafio. Esse desafio é importante porque, se nós inventarmos esse novo Brasil, potência ambiental, país desenvolvido é também um país que tem condições de inventar, de inovar tecnologicamente. Então, temos aí uma grande oportunidade de criar um espaço de um novo modelo de desenvolvimento, alguns chamam pós-consumo, sociedade pós-consumo, mas ela ia, principalmente... E, lógico, eu acredito, muito firmemente, que ciência e tecnologia desempenham um papel absolutamente fundamental, e nós temos que ter uma nova visão, inclusive, de ciência e tecnologia, para explorar racionalmente a potencialidade do Brasil.

Então, em conclusão, a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a implementação bem sucedida, poderá tornar o Brasil um dos países com menores índices per capita de emissão de gás de efeito estufa, podendo atingir valores abaixo de 0,5 toneladas de carbono por habitante no médio prazo. Eu estou falando, talvez, 2030, 2040, o que talvez nos colocasse como um dos países mais limpos do mundo nessa escala de tempo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A média é 2?

SR. CARLOS NOBRE: A média é 2. E, para isso, nós precisamos de redução dos desmatamentos e implementação acelerada de energias renováveis. Isso é outra coisa também que eu acho que vai se tornar cada vez mais um debate importante no Brasil. Em se confirmando as reservas do pré-sal, que elas não signifiquem uma desaceleração tecnológica na questão dos biocombustíveis. Isso seria, na minha opinião, uma tragédia, do mesmo jeito que, na década de 80, quando a PETROBRAS não apoiou o biocombustível e quase que mataram o pró-álcool, aquilo foi um erro estratégico, na minha visão. Não vamos deixar esse erro acontecer de novo, outra vez pela riqueza fóssil, porque ela tem dias contados. Mesmo sendo o pré-sal, e vamos até esperar que seja grande a reserva, mas ela tem dias contados e isso tem que ser usado com muita sabedoria para beneficiar o Brasil, mas não que ela não sirva como desculpa para nós não avançarmos com relação ao uso das energias renováveis, que, diga-se de passagem, o Brasil, na questão do biocombustível, vai muito bem, mas, na questão eólica, solar, ainda precisa fazer muito. Nós temos o maior potencial de energia eólica do mundo e pouquíssimo, ainda pouquíssimo aproveitado. Começa agora deslanchar, mas ainda de forma tímida.

E, por fim, o país é vulnerável às mudanças climáticas que já se tornaram inevitáveis, e ele deve acelerar nas pesquisas sobre adaptação. Adaptação é normalmente visto como um custo para o país. Portanto, é muito mais difícil convencer da urgência de utilizar recursos públicos para as ações da adaptação.

Deputada, me desculpe passar um pouco do tempo. Muito obrigado pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Nós é que agradecemos a participação de V. Sa., Dr. Carlos Nobre.

E quero comunicar que o relator teve que se retirar porque tinha uma audiência no Ministério da Saúde, e eu também, por uma audiência marcada nesse horário, terei que convidar a Deputada Rebecca para dirigir a nossa sessão, a partir desse momento. É possível, Deputada?

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Eu queria só... Posso...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Fazer o questionamento? Faz aqui, Deputada, V. Exa. está inscrita. Deputado Carreira. E antes de passar gostaria de pedir a V. Exa. se é possível nos passar essa...

SR. CARLOS NOBRE: Sim, sem dúvida, resolvemos os problemas tecnológicos.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Podemos abrir para o debate? Então, gostaria de passar a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Mais uma vez, agradeço ao Professor e ao Pesquisador Carlos Nobre pela presença.

E o primeiro tema que eu quero abordar é esse que eu perguntei aqui, informalmente, sobre a tramitação do projeto que trata da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Esse projeto já está na Câmara desde o início do ano, e nós não temos ainda uma definição de relator pela informação que nós estamos obtendo aqui.

Então, eu acho que uma tarefa dessa Comissão é nos reunirmos com a Presidente da Comissão. Se está na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, devemos nos reunir com ele, para que... Eu queria pedir, então, à Presidente Rebecca que pudesse fazer isso, porque nós vamos chegar daqui a pouco, até lá na COP, em Copenhagen, e vamos ser cobrados, o Governo vai colocar a culpa no Congresso, que já mandou, já tem um ano, tem um ano que mandou a política, e a política não deu um passo, sequer, no Congresso Nacional. Então, é importante que a gente dê sequência a esse projeto e acho que esse projeto é de interesse da Comissão nossa aqui, que a nossa Comissão aqui é muito mais uma comissão de debate e de formulação de proposta do que de análise de projetos, mas que nós pudéssemos, pelo menos, desenvolvermos a articulação para que o projeto tramite lá na Câmara dos Deputados e, depois, vai ter que tramitar aqui, no Senado. Então, tem que começar essa tramitação, e a definição de relatoria é o primeiro passo, até porque o governo mandou um projeto sem regime de urgência. E eu acho que nós deveríamos até como... Aqui tem um debate importante, porque, quando se fala em regime de urgência, acha-se que é um tema muito curto para o debate, e, de fato, é, é uma pressa desnecessária, e esse debate se faz agora com relação ao pré-sal. Mas, quando não se pede regime de urgência também, parece que fica dez anos aqui para ser votado. Então, nem tanto ao mar e nem tanto à terra--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos utilizar o pescador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): **--**nem tanto ao pescador, mas vamos dar tanto ao pescador. Agora, nós não podemos também deixar um projeto tanto tempo tramitando, como outros já demoraram tanto para tramitar aqui, na Casa.

Mas, Dr. Carlos Nobre, primeiro o seguinte: a meta para a COP 15, para que nós possamos manter ali aquela previsão de 2% de aumento médio da temperatura de 2 graus, aumento médio da temperatura, é a redução de 40%? É essa... Eu cheguei aqui, o senhor já tinha--

SR. CARLOS NOBRE: É bem mais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Até-–

SR. CARLOS NOBRE: Quer que eu responda agora?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se pudesse responder... Porque nós vamos discutir um período agora, ou até 2017 ou até 2020, depende... Qual é o caminho? Nós vamos fazer um protocolo que vai ter um tempo de quatro ou cinco anos ou de seis anos, no máximo de sete, até 2020. Não é isso? Vamos imaginar até 2020, que, depois, ele vai ter que ter outros compromissos assinados, teremos que ter... Até 2020, pelo que a imprensa está dizendo... Agora, Japão assumiu o compromisso de 25%, anunciado ontem, a Europa assumiu um compromisso de 20%, 20, 20, 20. Qual é a meta para 2020? V. SA. poderia responder, talvez rapidamente. E peço desculpas por não ter participado do início da apresentação do senhor.

SR. CARLOS NOBRE: Vamos dizer assim, a meta para 2020 é, idealmente falando, tanto quanto possível, bem mais do que 20% e o que for factível acima de 20%. A meta para a estabilização no nível que nos dê 50% de garantia de que não passará de 2 graus, essa meta é bem pesada, é 80%--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas 80% em quanto tempo?

SR. CARLOS NOBRE: É 80%. Agora, se nós conseguirmos essa meta até meados do século, o risco de passar de 2 graus é menor que 50%; meados do século, 2050, vamos dizer como referência. Então, o que--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que podemos avançar agora já seria-—

SR. CARLOS NOBRE: É muito melhor, é muito mais garantia de que atingiremos essa meta. É mais caro avançar agora? O debate vai muito nessa direção. Vamos esperar novas tecnologias, mais baratas, quem sabe, no futuro, ou não, ou vamos exercer o máximo de precaução e vamos diminuir? Portanto, dentro desse número, que é 80% de redução até meados do século, eu acho – essa é a minha posição – que nós devíamos não aceitar menos do que 30% dos países desenvolvidos até 2020. Isso é um número grande para os países desenvolvidos, é em relação a 1990. Veja bem--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque o Brasil não assumiria metas de redução nessa nova fase? Mas não escaparia, certamente, depois de 2020, até porque, depois de 2020, certamente o Brasil não vai escapar.

SR. CARLOS NOBRE: Então, deixa dar um número um pouco mais para frente. Vamos supor que o mundo inteiro concordasse nessa meta de 80%, de longo prazo, 2050, isso significa que os países desenvolvidos teriam que zerar a emissão, zero, 100%, não pode mais emitir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 80%, 2050.

SR. CARLOS NOBRE: Isso para o globo ser 80%, e os países em desenvolvimento teriam que reduzir da ordem de 60 a 65% até 2050. Quer dizer, o Brasil, se nós seguimos o plano, reduzirmos o desmatamento na Amazônia, depois no cerrado, depois biocombustível e mais biocombustível e reflorestamento, o Brasil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois na caatinga.

SR. CARLOS NOBRE: Também, caatinga também. E o Brasil estaria numa posição inigualável. A China, a Índia e outros países, África do Sul têm muito mais dificuldade, porque eles não têm essa riqueza de recursos naturais que o Brasil tem para poder mitigar. Então, o Brasil, ainda que não tenha compromisso pela convenção, se o Brasil chegar em 2020, por exemplo, reduzindo os desmatamentos e acelerando substituição de combustível fóssil com biocombustível, o Brasil, de fato, poderia chegar a 2020 com uma emissão menor até do que tinha em 1990. Isso, numericamente, é possível no nosso país.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o Brasil não vai poder, na verdade, depois de 2020, na hora de se discutir um terceiro protocolo, ou a terceira prorrogação do protocolo, o Brasil não vai, certamente, ter argumento mais para não ter meta de redução. Nessa fase, ainda tem, porque está assumindo adoção de políticas públicas que serão verificadas e acompanhadas pela ONU, mas, para frente, não.

No protocolo, agora, nós vamos discutir a questão de meta, nós vamos discutir a transferência de tecnologia e ainda vamos discutir mecanismo de desenvolvimento limpo. Não é isso? O senhor acha, palavras do senhor, que desmatamento evitado poderá entrar como geração de crédito de carbono?

SR. CARLOS NOBRE: Não, ele já entrou, já entrou na fase de negociações agora.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois é. Mas o senhor acha que isso poderá ser acatado, aprovado?

SR. CARLOS NOBRE: O mecanismo chamado REDD, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, eu tenho praticamente certeza que haverá esse mecanismo. A sua abrangência é que está em negociação, a sua abrangência. Do meu ponto de vista, na minha percepção desse problema global, valeria a pena o Brasil ter uma posição de liderança, e, para o Brasil, porque é o país que tem mais--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Brasil era contra isso.

SR. CARLOS NOBRE: Então, três fatores: o Brasil tem mais floresta, tem, historicamente, taxas altas de desmatamento, o Brasil é o único país que já tem o sistema de monitoramento, que é do INPE, totalmente provado, poderia servir para verificar a redução do desmatamento, e o Brasil é um país razoavelmente sofisticado, do ponto de vista tecnológico, para buscar soluções alternativas para a questão do desenvolvimento das regiões tropicais.

O Brasil não é contra o mecanismo do REDD. Por enquanto, a diplomacia... Pelo menos, diplomatas acham que isso não devia entrar com mecanismo de mercado para poder ter a compensação, um país compra uma espécie “de um crédito”.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se pode limitar aos países desenvolvidos o percentual?

SR. CARLOS NOBRE: Então, o que eu, pessoalmente, como cientista da área... Eu não estou falando que isso é política do Governo brasileiro, mas, como cientista da área, o que eu acho possível é um mecanismo que aceite uma parte dessas reduções de emissão

por desmatamento, seja compensada, uma parte. Esse percentual, há pessoas que dizem 1%, eu acho muito pouco, outros dizem mais. Eu acho que 10 a 15% das responsabilidades que os países desenvolvidos têm seria um número adequado. Com isso, se geraria um grande fluxo financeiro para os países tropicais. Sem isso, nós dependeríamos de duas coisas acontecerem: uma, da boa vontade dos países de criarem fundos voluntários, como a Noruega fez e criou o Fundo Amazônia. Não saberia julgar se muitos países o farão. E a outra coisa, que é uma ideia poderosa, mas é difícil dizer se ela vai ser implementada, é a famosa taxa de carbono. Muitas pessoas defendem que a melhor maneira de fazer os países desenvolverem é colocar um custo adicional à emissão. Os países desenvolvidos, para emitir mais, eles pagam imposto de carbono. Esse imposto cria um grande fundo. Esse fundo vai para os países em desenvolvimento, para que eles possam reduzir as suas emissões, e, vamos dizer assim, essa redução que nós necessitamos para o planeta até 2050, esse dinheiro viria desse fundo. Mas há muitos economistas do mundo desenvolvido que são taxativamente contra criar mais um imposto. Então, é difícil saber para que lado vai. Portanto, eu acho--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para gente avançar no esclarecimento de uma dúvida, de um tema, de um item. Hoje, o INPE acompanha o desmatamento da Amazônia Legal e não acompanha dos outros biomas.

SR. CARLOS NOBRE: Está se preparando para acompanhar, mas, oficialmente, ainda não tem um número anual para outros biomas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos agora no Dia do Cerrado, tem muita matéria sobre o cerrado e, mais uma vez, comprova o avanço da degradação do cerrado. O senhor acha, como pesquisador do INPE, que é possível o INPE fazer acompanhamento de toda a cobertura florestal do Brasil?

SR. CARLOS NOBRE: É perfeitamente possível. O INPE está se preparando e o INPE não o fará sozinho. No âmbito, inclusive, da Rede-Clima, nós temos parceiros, a UnB, a Universidade Federal de Goiás e Embrapa, esse são nossos parceiros, e, portanto, é possível, sim, desenhar um sistema que o INPE, pela sua experiência histórica e pelo aporte tecnológico das informações satelitárias, poderá coordenar, mas ele envolverá várias instituições e poderá, sim, num intervalo de muito pouco tempo, oferecer os mapas de biomas, de alterações da vegetação em todo o Brasil, não só o cerrado, as caatingas, pantanal-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pampas.

SR. CARLOS NOBRE: E mata atlântica.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E encerro, então, fazendo uma pergunta sobre o pré-sal, porque nós estamos com a febre do pré-sal, todo mundo discutindo pré-sal, debatendo pré-sal, ver a salvação do mundo. E nós temos dois mecanismos financeiros na política de petróleo: um é a compensação de royalties, participação especial para Estados e Municípios produtores, e municípios vizinhos aos municípios produtores. Esse recurso é um recurso que vai para a área ambiental, a área de ciência e tecnologia, vai para a área de Defesa, vai para a ANP; mas a grande maioria desse recurso é contingenciada pelo Governo. A grande maioria é contingenciada pelo Governo. E o outro mecanismo é o mecanismo do rendimento do fundo social, que vai através da venda do petróleo, que caberá ao Estado, ele vai vender, e isso vai num fundo, que vai ser aplicado e vai ter um rendimento, e esse rendimento será aplicado em combate à pobreza, meio ambiente e aquelas outras áreas. Que tipo... Como o pré-sal, os meios científicos já anunciam que o pré-sal tem um teor de carbono superior, três vezes mais, do que o petróleo, o pós-sal, efetivamente, qual é o mecanismo que nós deveremos adotar agora, na discussão da lei, das leis que estão tramitando, que garanta alguma ação eficaz com relação à compensação. Vocês já pensaram alguma coisa? Estão discutindo algum tema relacionado a essa questão da compensação ambiental com relação ao pré-sal? E se aqui, na Comissão, Presidente, já tem alguma audiência pública convidada, convocada, articulada, para discutir pré-sal e meio ambiente, pré-sal e mudanças climáticas? A sua assessoria poderia verificar? Até poderíamos verificar com o Carlos Nobre quem são os nomes que poderiam ser convidados até para uma audiência pública sobre esse tema. Era isso.

SR. CARLOS NOBRE: Um breve comentário, senador. Essa questão é muito relevante. O Brasil se arvorando a ser um país, uma nação-modelo, um país limpo, que é o que todos desejamos, ele precisa também tomar conta da questão da emissão da própria exploração. A PETROBRAS é uma empresa que, tecnologicamente, vem se preparando há muito tempo, há mais de dez anos, junto com as outras empresas petrolíferas do mundo, não a Exon, porque ela tem outra linha, mas várias outras, inclusive a estatal norueguesa, no sentido de diminuir muito as suas emissões, as emissões da exploração. A PETROBRAS faz parte de um esforço, com várias outras petrolíferas, de fazer um experimento de enterrar o CO2; gera o CO2, separa a exploração, separa o gás carbônico e aí joga, reinjeta no poço. Então, isso é um experimento que está acontecendo na Bahia, neste momento.

Então, eu recomendo, em primeiro lugar, logicamente, convocar a PETROBRAS, o setor técnico da PETROBRAS, responsável por esses experimentos. E, junto com isso, o setor de exploração da PETROBRAS, que eles é que devem ter os dados mais recentes sobre a quantidade de gás carbônico que existe, pelo menos, nos testes que eles fizeram no pré-sal. A informação que nós temos – não é ainda uma informação científica, são informações ainda muito de imprensa – é que é uma quantidade, como o senhor destacou, alta.

Então, eu acho que é muito importante que, tecnologicamente, a PETROBRAS se prepare, e todos que forem explorar o pré-sal, a separar o gás carbônico e reinjeitar, porque, senão, realmente, quando nós contabilizarmos o benefício, o custo ambiental dessa emissão de gás carbônico, associado com a exploração do pré-sal, vai ser um custo ambiental alto. O petróleo do pré-sal já vai ser queimado. Portanto, ele já vai liberar bastante CO2. Se, além disso, tem aquele CO2 que está lá, imobilizado no pré-sal, por mais de 100 milhões de anos, e, de repente, chega à atmosfera, é uma carga a mais. Aumenta o custo da exploração? Aumenta. Mas eu acho que esse é um custo que vale a pena pagar para que se minimize o custo ambiental da exploração do pré-sal.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Segundo a lista de inscrição, o segundo inscrito seria eu. Na verdade, o que eu ia colocar aqui era em relação ao mecanismo de REDD, que já foi colocado aqui, pelo senhor, e que eu gostaria de saber exatamente era isso, era a posição do INPE, o próprio Ministério como ele está se posicionando em relação ao REDD, já que a gente percebe, por parte do Itamaraty, essa... Não poderia dizer esse medo de debater, mas ainda há toda uma preocupação em levar esse tema para Copenhagen. Inclusive, recentemente, aqui, nesta Comissão, a Ministra Marina e eu apresentamos dois requerimentos, Requerimento nº 35 e 36, para que se fosse debatido o REDD aqui, nesta Casa, que eu entendo que é de fundamental importância antes de Copenhagen, e veio publicada a lista das audiências e não ficou para esse ano. Eu acho que perde todo o sentido debater REDD depois de Copenhagen.

Então, eu gostaria de saber como que o INPE vê o REDD e, mais ou menos, o que o senhor já colocou, né, se o senhor acha que é importante que se brigue por esse espaço, nem que sejam esses 10 ou 15% que o senhor acredita que sejam viáveis, se é melhor brigar pelo pouco, mas viável, do que pelo muito impossível.

SR. CARLOS NOBRE: Sem dúvida. Eu acho que esse debate, ele ainda não está totalmente consolidado aqui, no Brasil, há várias visões, mas eu acho muito importante. Em primeiro lugar porque das emissões globais que sejam 12%, 1,2 bilhões de toneladas, isso é muito significativo, isso é equivalente, mais ou menos, a todas as emissões do setor de transporte. Então, não é um termo que alguém pode falar: "Não, esse é um tema muito pequeno, não vamos nos preocupar". É um termo grande, e as reduções, para chegar a 80% em 2050, elas têm que vir de todos os setores, não é só de um ou de outro setor. E, de novo, eficiência agrícola nos países tropicais é uma maneira muito segura de diminuir desmatamento, e, mais do que isso, de aumentar a segurança da agricultura e a segurança da produção de alimentos. Então, é o conceito econômico de eficiência. Então, se o REDD vai ajudar, eu acho que nós temos que apoiá-lo.

Outra coisa. Eu também acho que o REDD, senador, e até tem uma semelhança do debate REDD com o pré-sal, assim, conceitualmente, que é o seguinte: o REDD funcionaria melhor com um mecanismo nacional. Um país que reduz desmatamento, ele pode se oferecer aquilo, ou mercado, ou para os fundos, ou qualquer mecanismo que seja criado, como um número nacional. O Brasil reduziu tantas centenas de milhões de toneladas esse ano porque não desmatou ou diminuiu muito o desmatamento. Então, se a gente quebrar isso e tentar em nível de municio ou nível de projeto, a conta fica muito difícil de fechar. E há uma série de discussões exatamente nessa natureza um pouco detalhada. Se for em temos de projeto, um projeto que diminua desmatamento, ele não garante que, do lado, o desmatamento tenha aumentado, os chamados vazamentos. Então, eu acho que, num primeiro momento, pelo menos, era importante uma certa... Integridade climática, ela é melhor defendida com o REDD como um mecanismo nacional. Esse é um ponto importante. E reitero o REDD como um mecanismo que não seja só uma coisa assim... Tem que ser pensado como um mecanismo que, havendo recursos, tem que ser estruturante, como um pouco do que o senhor acabou de estacar do pré-sal, para a ciência e tecnologia, para um novo modelo de desenvolvimento das regiões tropicais do Brasil. Ele não pode ser só uma coisa, como alguns têm falado, do tipo: "Bom, se o proprietário agrícola decide não exercer o direito que ele tem de desmatar o X% da reserva legal que varia de acordo com o bioma, ele tem que ser recompensado por isso". Eu acho que é uma maneira um pouco estreita de ver o REDD, quando ele é visto puramente como... "Sim, a floresta está prestando um serviço ambiental, de alguma maneira tem que ser remunerado". Mas eu acho que essa é uma maneira muito estreita de ver o REDD. O REDD também pode

ser visto para isso. Para mim, o mais importante do REDD, em função das estimativas que se fazem... Se a gente zerasse o desmatamento tropical até 2030, zerasse mesmo, isso significaria fluxos de até 30 bilhões de dólares para os países tropicais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só complementar essa pergunta da Presidente Rebecca. Os grandes empresários do setor de reflorestamento e florestamento estiveram outro dia reunidos e anunciaram a posição de trabalharem e articularem para que obtenham créditos pela grande reserva de carbono que eles têm. Esse é outro mecanismo, isso não está no mecanismo-–

SR. CARLOS NOBRE: Esse já é, até certo ponto, contemplado no mecanismo de desenvolvimento limpo, que permite reflorestamento e aflorestamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas na hora da substituição. Se você tem floresta nativa sendo usada para produzir carvão...

SR. CARLOS NOBRE: Não, não. Há projetos de reflorestamento que só deixar a floresta crescer e ter uma garantia, durante o período de validade do projeto, de que não será desmatado, aquilo é contabilizado. Gera. A metodologia, para gerar crédito, ela foi de difícil aprovação. Nós temos um projeto no Brasil aprovado, no Estado de São Paulo, e, lógico, há um potencial muito grande no setor de carvão vegetal. Aí, sim, também gera crédito, que é a diferença entre aquele carvão, o coque mineral, substituído na siderúrgica, ele é contabilizado e aquilo se vende. Isso é mecanismo de desenvolvimento limpo.

A questão do reflorestamento, ela tem um enorme potencial também,tem um enorme potencial, e esse crédito ou esse volume de recursos que poderiam fluir para o Brasil, em projetos de reflorestamento, na verdade, eles podem ser uma ferramenta muito importante para a recomposição, até mesmo para biomas muito degradados, para áreas que a lei protegeu e que não foram protegidas, como matas ciliares e uma série de outras. É uma maneira... Esse projeto do Estado de São Paulo, numa hidrelétrica, num lago de uma hidrelétrica da empresa AES Tietê, é um bom exemplo. Eles conseguiram, vendendo créditos de carbono no mercado, 50% do custo do reflorestamento, reflorestamento com mata nativa, atlântica, e aquilo é para deixar para sempre, e é muito importante para proteção do reservatório e uma série de benefícios ambientais. 50% porque o preço da tonelada está baixo. Se Copenhagen tiver o sucesso que todos esperam – quer dizer, os países desenvolvidos, pelo menos, concluam que devem reduzir 20% ou 30% –, o preço do carbono vai subir muito, e esses projetos de reflorestamento vão adquirir viabilidade financeira. Então, esse é um filão enorme que o Brasil também tem condição de liderar. O Brasil é o país que mais tem áreas degradadas, sujeitas a projetos de reflorestamento. Tem água... Então, também... Tem tecnologia agrícola de silvicultura para desenvolver, mas o Brasil está muito bem nesse quesito.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Então, em relação ao tema REDD, o senhor acredita que o Brasil deveria liderar essa pauta em Copenhagen, deveria levar, dentro das propostas, a questão do REDD?

SR. CARLOS NOBRE: O Brasil está levando. Vamos dizer assim, ainda não é possível olhar internacionalmente, no âmbito da convenção, e dizer que o Brasil é inconteste o líder das negociações. Eu acho que, para isso, é importante que a posição brasileira seja uma de abrir oportunidades. Eu acho que esse é o fator principal. Não fechar oportunidades, não fechar. Inclusive, dentro de certo limite, há questão de mercado, há questão de opções de mercado, há vários mecanismos, há mais de 20 coisas na praça em discussão, mas a posição que eu acredito que o Brasil deve... Se o Brasil quiser liderar isso, ele deve considerar também as necessidades dos outros países tropicais. Então, as realidades entre os países tropicais é muito distinta. Para ser líder, o Brasil tem que ser o líder de todos, não só, talvez, da realidade brasileira.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero só pedir licença, Presidente, porque eu preciso me ausentar para outro compromisso. Mas vou fazer um requerimento. Se algum parlamentar tiver uma sugestão de nomes, para a gente fazer uma audiência pública sobre compensação de carbono com relação à extração do pré-sal, já vamos convidar a PETROBRAS, não sei se tem alguém do INPE que trata desse assunto.

SR. CARLOS NOBRE: Também tem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois, se o senhor puder me sugerir o nome.

SR. CARLOS NOBRE: Eu vou sugerir o nome.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E se algum parlamentar tiver uma sugestão, eu vou protocolar um requerimento, com a sugestão dos parlamentares nas próximas horas. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Obrigada.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu, há algum tempo, apresentei um requerimento, pedindo a presença do Dr. Tasso Azevedo, para que viesse fazer uma exposição sobre a proposta brasileira que envolve a questão do REDD e uma série de iniciativas, e eu gostaria de que pudéssemos agendar o quanto antes a vinda do Dr. Tasso, para que nós pudéssemos ter um olhar sobre essa construção que vem sendo

feita, até porque o Ministro Celso Amorim disse que o Brasil vai chegar com um número, e acho que esse número, obviamente, que é algo que nos deixa numa boa perspectiva, mas ele não deve ser algo aleatório, deve ser uma construção que envolve os diferentes segmentos da sociedade, e, já que temos uma Comissão aqui, talvez fosse interessante que a gente pudesse participar minimamente desse processo, no sentido de que a proposta que o Brasil vai levar para Copenhagen possa ser uma construção feita de forma transparente e envolvendo os diferentes segmentos da sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Senadora Marina, antes da senhora chegar, eu havia mencionado o seu requerimento, que, inclusive, é o Requerimento de nº 35, e nós colocamos aqui da importância dessa audiência acontecer antes de Copenhagen, porque nós recebemos a relação com as audiências marcadas e nós percebemos que o requerimento havia sido aprovado, mas não marcado, e ele perderia toda a finalidade sendo marcado para o próximo ano.

Então, eu conversei e foi nos passado que teria sido uma decisão da Presidente da Comissão, da assessoria da Presidente da Comissão, a qual nós vamos entrar em contato, acabando aqui a reunião, para que possa ser colocado o mais breve possível.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Exatamente. Acho até...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Não nesse requerimento. Mas podemos incluir.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Podemos, até porque o Ministro deu uma excelente entrevista, no programa da Globo News, para o jornalista André Trigueiro, e que nos deixou todos numa expectativa muito boa. Então acho que poderíamos aditar. Não é isso, Casagrande? Com a presença do Ministro Amorim, enfim... Até a audiência pode ser feita em dois momentos, não sei, porque o Ministro é muito ocupado. Ele faria, num primeiro momento, a exposição dele e, num segundo momento, a outra exposição. Mas eu acho que é algo inteiramente desejável. Eu, infelizmente, em função da agenda, não pude participar das últimas reuniões, mas nem entendo por que é que o requerimento, que eu imputei tanta importância de que acontecesse, foi colocado para ser realizado depois de Copenhagen. Sinceramente, registro aqui o meu estranhamento com essa orientação da assessoria.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Eu coloquei justamente em função de eu também ter apresentado um requerimento na mesma linha e também me estranhou o fato de ter sido colocado para depois.

Mas gostaria de passar a palavra para o próximo inscrito, que é o Deputado José.

DEPUTADO JOSÉ: Deputada Rebecca, eu vou levantar apenas duas observações para o Sr. Carlos Nobre.

Nós assistimos... Eu, pelo menos, assisti as três últimas audiências, Deputada Rebecca. O Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Minc esteve aqui e, agora, o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. É percebível que, nas três exposições, há muitas opiniões diferente, dentro do Governo, sobre qual o papel que o Governo brasileiro terá na Conferência de Copenhagen. É percebível isso, os vários temas que estão sendo tratados aqui, viu, Senador Renato Casagrande? Eu tenho tido essa preocupação, sou um assíduo participante aqui, desta Comissão, e acompanhei bem os três debates últimos, inclusive sobre a questão da redução do desmatamento, do REDD... Toda essa temática que o Sr. Carlos Nobre está colocando, outros também se posicionaram, lembram, V. Exas., da exposição do Ministro Minc, aqui.

Então, era necessário... Evidente que o senhor não é Ministro, mas há necessidade de o Governo, como um todo, esboçar uma posição sobre essas questões todas, porque, do contrário, o Governo brasileiro, e, se esta Comissão for à conferência oficialmente, atira para tudo quanto é lado e o país não exercerá o seu papel na Conferência de Copenhagen; será mais um entre os emergentes que não terá posição mais ativa, Senador Renato Casagrande. Essa é a primeira preocupação que eu queria expor aqui.

Há opiniões díspares entre os representantes do Governo aqui. Lembrem os senhores a exposição do embaixador, há três terças-feiras, sobre essas temáticas. Então, primeiro, queria levantar essa observação ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Segundo, Deputada Rebecca, a Comissão precisa ter uma agenda. Na última reunião, Senador Renato Casagrande, foi levantada a possibilidade de nós construirmos uma agenda de votação daqueles projetos importantes da Comissão, aqui, independente das posições que o Governo brasileiro vai tomando e vai unificando. Nós temos vários temas que estão dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados e nem, sequer, relator tem para determinadas matérias, como o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Então, esta Comissão precisa ter uma agenda, porque ela, pelo menos, deveria agendar uns cinco projetos, como foi a última sugestão, e nós discutirmos, Deputada Rebecca. Faço a proposta para ser enviada à nossa Presiden-

ta, a Senadora Ideli, para discutir com a Presidência da Câmara e com os líderes, porque, do contrário, nós vamos chegar a dezembro, e com toda obstrução – não estou discutindo aqui a obstrução da questão da urgência dos projetos de lei do pré-sal – e sem ter posição nenhuma. Como é que esse Congresso vai a Copenhagen, sequer, sem discutir o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, sem aprovar nada? Parece que é uma coisa... É um faz de conta que nós estamos... Desculpem a minha inquietação. É como se fosse, Deputada Rebecca, um faz de contas. Nós já realizamos várias audiências públicas, as sugestões são feitas, e de objetivo e concreto: qual é a agenda política que esta Comissão está fazendo para obrigar o Congresso a votar um sistema de interesse do país, articular os projetos, articular com os líderes? Porque toda discussão... Nós estamos aí, à beira da conferência, e nós não discutimos nada do ponto de vista de resultado do Congresso. Está aí tudo trancado. Agora, a agenda do Congresso é o pré-sal. Evidentemente que exige que façamos um debate aqui, senador--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É mais uma razão para votarmos a política. O pré-sal é mais uma razão para votarmos a política.

DEPUTADO JOSÉ: Isso independe. Então, nós temos o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, tem o reconhecimento dos biomas, não só o cerrado, como a caatinga; tem vários temas que estão dormitando e ninguém faz nada. Então, eu acho que a Comissão deveria reinverter, reinventar a sua pauta, a sua agenda.

Senador Casagrande, cada reunião, que eu participo de todas, vem um convidado e expõe idéias, e nós temos várias idéias tramitando aqui, na Câmara, e nós não a discutimos.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Obrigada, Deputado José.

Eu gostaria de aproveitar para incluir aqui, no requerimento de nº 35, da Senadora Marina, o convite ao Ministro Celso Amorim, e nós já poderíamos votar e deixar isso pronto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Então, pode concluir?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Todo mundo de acordo?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso independente... Até se o Celso Amorim quiser fazer uma audiência específica... Mas fazemos no mesmo requerimento, não tem problema nenhum.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Certo. Então, está aprovado o requerimento.

O próximo inscrito, Deputado Lupércio Ramos.

DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM): Nossa Presidente Rebecca, Dr. Carlos, eu vou tentar ser rápido, mas até me desculpe se for repetitivo, que deverei ser repetitivo nessa questão. Até porque esse debate é um debate novo, é um debate que ainda não atingiu a todas as camadas sociais, está uma coisa ainda difícil de ser compreendida, as mudanças climáticas, esses cálculos que se fazem com relação a CO2, à compensação, uma série de coisas. Mas a minha pergunta, na verdade, se refere à questão da Amazônia. Percebe-se que, neste debate, a Amazônia está no eixo, no eixo do debate, no eixo da questão. Quando se fala em mudanças climáticas, pelo menos os seus gráficos ali mostraram o quanto as queimadas contribuem para isso etc. e etc., e a Amazônia está no centro, no centro deste debate. Agora, quando se vai discutir, lá, na Amazônia, ainda não se tem uma clareza do que isso significa para o futuro, para a humanidade, e isso tem um custo social na região, tem um custo na região. Até porque essa questão de compensação ambiental ainda é uma questão muito vaga, é uma questão que, na prática, não se tem absolutamente nada, pelo menos na nossa região, lá, no Amazonas. E daí vem a minha pergunta: qual seria, de fato, essa compensação para o povo daquela região, que vai passar a entender, mas só a partir da educação e de uma série de outros instrumentos, essa questão da mudança climática? Qual é a compensação, de fato? O senhor acha que o Governo já tem um plano unificado para se cuidar da questão da compensação? Esse debate está entrosado entre o Ministério do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, os Ministérios da área econômica... Existe um plano de Governo para, de fato, se conduzir essa questão das mudanças climáticas, não levando prejuízo social, econômico para as populações das quais esse plano também depende?

E a segunda questão. Já se falou muito no pré-sal, já até se fala sem bem conhecer, mas se fala que o pré-sal vai emitir muito mais CO2 do que o petróleo que já usamos, etc. e etc. Mas se fala também num Fundo Social, e, neste Fundo Social, estariam contempladas as questões ambientais, as compensações ambientais e ciência e tecnologia. Qual é a melhor forma para se aplicar os resultados de um fundo desta natureza, para, de fato, haver uma compensação que, de forma matemática, a gente possa medir?

SR. CARLOS NOBRE: Muito obrigado, deputado. Deixa eu começar pela segunda pergunta, que eu acho muito importante. Se nós... Outra vez, vou usar

o exemplo do acordo com a França, militar, que foi assinado ontem entre os dois presidentes. O Brasil não detém ainda uma tecnologia de ponta, sofisticada, de caças, de submarinos, helicópteros e etc. e foi comprar onde tem, na França. Isso é normal, não há nenhuma questão... Por outro lado, o Brasil é o quarto maior produtor de aviões do mundo. Qual que é a diferença entre essas duas coisas? A diferença se chama a criação de um instituto de tecnologia, na década de 50, em São José dos Campos, o ITA. Então, o que eu acho que nós temos que pensar para a parte tropical, para o Brasil como um todo, que é tropical, mas, principalmente, para a região tropical, é que nós temos que inventar um novo modelo de desenvolvimento, e, pode ser um pouco de vício de eu ser da área de ciência e tecnologia, eu não consigo conceber este novo modelo que não passe por um pilar muito forte de inovação tecnológica e de ciência.

Então, nós precisamos descobrir novas maneiras de aproveitar o potencial natural que o Brasil tem, da biodiversidade, da energia renovável, de formas que nunca foram utilizadas. Eu já tinha dado esse exemplo. Nós não temos modelos para copiar, nós não temos de ir para outro país e falar: "Vocês já resolveram alguns problemas de uso da biodiversidade, nos ensinem". É uma coisa nova. Então, se alguém me perguntasse... Se esse recurso do pré-sal se configurar e, um dia, for um volume substancial, eu acho que, na questão de ciência e tecnologia, a melhor maneira de usar esse recurso seria financiar esse novo paradigma de desenvolvimento para as regiões tropicais, é para a Amazônia, é para o cerrado, é para a caatinga, é para a Mata Atlântica também, é para o Brasil como um todo. Criar essa competência é, mais ou menos, um esforço. A gente tem a experiência, tem a do ITA, tem a da Embrapa, que tem grande sucesso em muitas áreas, tem outras pequenas ilhas de competência, São Carlos tem competência em mecânica fina, em ótica. Nós temos ilhas de competência que nos mostra um caminho de desenvolvimento autônomo. Essa é a diferença: desenvolvimento autônomo. A Embraer... É muito diferente de o Brasil ir comprar os caças e os submarinos na França, não tem nenhum problema de comprar da França, mas a Embraer é uma potência tecnológica. Agora, vamos supor que o Brasil não tivesse a Embraer, não tivesse a indústria aeronáutica. Será que seria fácil ter uma indústria? Não seria fácil, teria que se começar, mais ou menos, do zero.

Então, eu acho que país desenvolvido é país que tem capacidade de invenção, de inovação tecnológica. O Brasil tem ilhas de competência, nós precisamos generalizar isso no Brasil, em particular, inventar esse modelo.

Então, a Academia Brasileira de Ciências – a Senadora Marina Silva conhece essa proposta – fez um estudo, fez uma proposta, terei prazer em lhe passar essa proposta também, que é uma rede de instituições de ensino superior, um fortalecimento das universidades amazônicas, todas, e, principalmente, a criação de institutos de tecnologia aplicados, ciência e tecnologia aplicada a encontrar novas maneiras de gerar receita, renda, desenvolvimento, a partir da riqueza natural da biodiversidade e dos recursos naturais da Amazônia.

Eu não vou me estender muito, mas esse plano mostra que por um volume de recurso, que não é pequeno, não é nada barato desenvolver tecnologia e ciência de ponta, mas é algo que eu acho que valeria a pena para o Brasil. De onde viria esse dinheiro? Podia vir dos impostos. Mas, se tem um fundo que vai fazer uma compensação pelo petróleo que vai ser queimado, eu acho que essa seria uma maneira muito nobre de desenvolver as regiões tropicais do Brasil. Essa seria a resposta à sua segunda pergunta.

Com relação a sua primeira pergunta, eu continuo achando que as ações na Amazônia, elas têm que ser estruturantes. Elas não podem ser pontualmente olhar uma questão de um pequeno setor; elas têm que ser estruturantes e, logicamente, elas têm que beneficiar muito os grupos sociais que, historicamente, conseguem manter a floresta em pé. Eu acho que, se a gente olha o desmatamento como um todo, a fronteira, ela não necessariamente está... Se a gente olhar só, vamos parar o desmatamento e remunerar as pessoas que estão na fronteira, para não desmatar, isso seria uma visão estreita. Eu acho que ela tem que olhar a Amazônia como um todo. Agora, não é, na minha opinião, uma coisa muito, eu vou usar a expressão aqui, "romântica", mas é no sentido de que, mesmo as populações que vivem distantes, em áreas remotas, e que, de certo modo, tem muito a ver com a preservação da floresta e dos recursos naturais, eles também, nós sabemos disso, eles têm aspirações de alcançar uma qualidade de vida superior ao que eles tiveram, acesso, e isso é possível. Hoje, as tecnologias modernas de informação, elas podem permitir uma qualidade de vida que essas populações nunca obtiveram, mas, para isso, precisa haver uma base de geração de riqueza própria e também mecanismos de compensação e de transferência de riqueza que venha de outras áreas, que exploram os recursos naturais de forma mais intensa, para essas populações e para essas regiões. Então, eu vejo que é possível, mas tem que ser visto como uma coisa estruturante.

Outro dia, eu estava discutindo com uma ex-assessora da Senadora Marina Silva, Maria Alegrete, que mesmo essa questão que tem bastante impacto e

tem sido muito famoso, até internacionalmente do seu Estado, o Bolsa Floresta, isso, que parece ser uma iniciativa muito bem vinda, um experimento importante, mas isso também tem que ser visto... Quer dizer, na medida em que as pessoas tenham certo rendimento do Bolsa Floresta ou do Bolsa Família, internalizado no interior da Amazônia, o que é que essas pessoas vão fazer? O que é que elas fazem? Qual é a função? Elas tinham certa rotina diária de ir à floresta, e elas deixam, às vezes, de ter essa rotina. Então, do ponto de vista antropológico, como que essas populações vão se integrar num novo modelo, em que haja mais rendimento, que, portanto, as possibilite a uma qualidade de vida muito melhor, que elas, talvez, nunca tiveram, e que, junto com essa qualidade de vida, venha também uma visão de manutenção desses recursos da biodiversidade? Então, não é uma coisa estática, não é uma coisa estática. Eu também, às vezes, não me sinto muito confortável com a visão do bom selvagem, que as reservas indígenas vão permanecer, como as que são em áreas de floresta, como floresta para sempre, porque isso faz parte da cultura. Eu acho que isso é um pouco de paternalismo colonizador que nós trazemos da nossa herança lusitana, ibérica, de achar que os indígenas têm que sempre fazer o que eles sempre fizeram, eles estão trabalhando em prol do bem-estar da humanidade. Eu acho que essa é uma visão que não se coaduna, realmente, com o modelo de desenvolvimento, e que houvesse um benefício distribuído para todos, tanto às populações tradicionais quanto às populações indígenas; mas isso nós precisamos conceber, logicamente respeitando o que eles querem fazer. Mas quais são as opções?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Senadora Marina, ainda gostaria de usar a palavra?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É apenas para dizer que essa ideia de políticas estruturantes, eu sempre advoguei essa ideia dentro do Governo e continuo advogando, por isso estou inteiramente de acordo. Porque o que nós temos de política estruturante é a política estruturante para o modelo predatório. Tudo que vai na direção de um novo modelo são ainda coisas pulverizadas, pontuais, como se fosse o alternativo, não no sentido de alternativo ao velho modelo, mas alguma coisa muito precária, muito sonhadora, muito estereotipada, às vezes. Quando se tem boas experiências que estão prontas para ganhar escala, na dimensão adequada, para fazer a diferença, em um contexto macro, mas, infelizmente, os recursos não são destinados para isso. Por exemplo, a duras penas, se aprovou no Congresso a Lei de Gestão de Florestas Públicas e se criou o Serviço Florestal Brasileiro. O Serviço Florestal Brasileiro, para a implementação da legislação que valoriza o manejo da floresta em pé, teria que ser, pelo menos, uma estrutura que se compare à Embrapa, mas não se faz esse movimento, e aí há uma cobrança de que tem que dar resposta ao manejo sustentável, quando não se cria as estruturas para fazer essa nova economia, em substituição à garimpagem das árvores, fazendo degradação de floresta, depois queimada, depois virar pasto e, depois, virar grãos, e aí é o círculo vicioso da velha economia. E também um movimento que, no meu entendimento, deve fazer uma aproximação entre a vontade dos empreendedores e os incentivos por parte do Governo, porque também o velho modelo, ele conta com alguma dose de risco por parte do empreendedor. Existe certo risco que ele faz algum investimento. Agora, para o novo modelo, as pessoas querem que seja 100% o Estado bancando, e, se não bancar 100%, então eu vou ficar aqui, onde eu estou, degradando, como se isso fosse possível, como se, num longo prazo, ele não vá sofrer um prejuízo enorme pelo estresse hídrico, por vários problemas que poderão acontecer na região.

Então, as pessoas têm uma mentalidade passiva de uma visão patrimonialista que precisa ser questionada, ainda bem que já existem bons exemplos. Por exemplo, agora mesmo, os Amigos da Terra fizeram um workshop lá em São Paulo, em que provaram, por A mais B, que existem pessoas do setor agropecuário que estão tendo altíssima produtividade, respeitando a legislação atual, gerando mais emprego, produzindo por mais hectare, gado, e uma série de inovações que essas pessoas estão se dando muito bem, obrigado. Agora, ninguém olha para esses bons exemplos, no sentido de que vamos também copiar esses bons modelos.

Então, eu acho que tem uma preocupação, que é correta, tanto que o pagamento por serviços ambientais não é um congelamento para que as pessoas fiquem ociosas, é como gerar uma nova atividade, uma nova economia de valorização da floresta, de uso da biodiversidade, e isso só é possível com a produção de conhecimento de inovação tecnológica. É assim que nós vamos encontrar os novos produtos. E ainda há um espaço, pelo menos, por uns 20 anos para a gente fazer isso. O problema é que nós podemos chegar em 2020, 2023, sei lá o que, e não termos feito o dever de casa, e o carbono comece a ser precificado, e a gente comece a perder competitividade e mercado em tudo. Aí, sim, eu já fico vendo as pessoas dizendo que a culpa é do Governo, que a culpa é de alguém, porque não fez por mim alguma coisa. Eu acho que uma coisa que a sociedade pode fazer é cobrar do Estado, cobrar do próprio Congresso que faça agora essa agenda que a

gente quer ver no futuro. Mas o movimento é no sentido de pressionar o parlamento para eliminar a legislação ambiental, no sentido de manter a velha economia, e não de fazer o trânsito para nós. Isso é o pior tiro no pé que se pode dar. É por isso que eu vejo o esforço, inclusive da rede que o Dr. Nobre ajudou a criar, no sentido que a gente possa ter uma ação de vanguarda em todos os sentidos. E como o Deputado falou, não é só uma questão de conscientização, porque só a consciência não muda a realidade; é a consciência, as estruturas necessárias para que a gente ponha a consciência em prática.

Agora mesmo, nós... Um projeto que tramitou na Comissão de Agricultura, aqui, do Senado, que é para integrar pecuária e agricultura, pecuária e floresta; e o projeto teve oito votos contrários e apenas um voto favorável na Comissão de Agricultura, e aí, com uma ginástica enorme, conseguimos trazer de novo para a Comissão de Meio Ambiente. E aí a gente pode perceber que o projeto é altamente relevante para o setor agrícola do país, mas a própria Comissão de mérito negou o projeto. Quer dizer, desse jeito, nós vamos fazer sempre as políticas que liga coisa nenhuma, e as que são feitas, ainda na atualidade, é no sentido do estruturante para destruir. Por exemplo, repassar 67 milhões de hectares de terras, sem os critérios necessários, em relação à destinação dessas terras, é o velho padrão, inclusive da época dos governos militares, integrar para não entregar. Esse padrão não precisa mais ser repetido. Ele pode ser transformado, reelaborado, otimizar as áreas que já foram abertas, usar de forma sustentável as áreas de floresta, criar novos procedimentos, novas práticas, e, com isso, nos inserirmos no mercado com uma nova narrativa. Infelizmente, quando a gente fala essas coisas, a decodificação disso é que a gente está sendo contra ao desenvolvimento, ao progresso, à ciência. Pelo amor de Deus, não existe nada mais contrário à ciência do que manter o velho padrão. É a mesma coisa que alguém tivesse advogado que o Brasil continuasse uma economia de cana-de-açúcar e café e nunca tivesse industrializado. É, mais ou menos, como um agravante, que, se não mudarmos, não tem saída. Pelo menos, teria uma saída no futuro, se quisesse o velho modelo anterior.

Então, eu só quero parabenizar o Dr. Nobre, enfim, e esperar, Deputada Rebecca, que a gente possa fazer essa discussão sobre o REDD, que a gente chamar aqui o Ministro Celso Amorim, e que a gente possa ter essa discussão de forma transparente. Eu acho que o que vai dar força para o Brasil ter uma boa posição é que a sociedade esteja comprometida com a posição brasileira, os diferentes setores, os acadêmicos, os movimentos sociais, os empresários, enfim... E o Brasil se sinta respaldado, inclusive, para liderar um processo. Não é uma questão só de ter uma posição sua e ficar em paz com a sua consciência, que isso não resolve. É um esforço multilateral, onde o Brasil tem que procurar, de alguma forma, construir, dentro dos G77, dos emergentes, China, Índia, enfim, África do Sul e México, uma posição ousada em relação à arquitetura que queremos, para que os países em desenvolvimento também possam contribuir. É por isso que esta Comissão deve, agora, afunilar, no sentido de que qual é a posição brasileira que vai para Copenhagen, como é que o Congresso pode, inclusive, dar respaldo a ela, em termos políticos, aqui, dentro do Senado e da Câmara.

SR. CARLOS NOBRE: Eu só queria complementar, senadora. Eu acho que eu entendo a sua posição e concordo, praticamente, com tudo, e tem um dado a mais que a senhora não citou, mas a senhora conhece bem, que é a demografia do Brasil. A demografia do Brasil está mudando tanto que, às vezes, nós ainda, na nossa cabeça, estamos pensando na velha demografia, quando, na verdade, o Brasil vai estabilizar, muito em breve, a sua população. Não há dúvida que o Brasil... A população do Brasil não deve passar muito de 215, talvez chegar a 218, 219 milhões, em 20 anos, e, depois, vai começar a decrescer lentamente. Portanto, de fato, nós desarmamos a bomba populacional. Quer dizer, o modelo, o novo Brasil que nós almejamos, ele tem que levar em consideração isso, ele tem que levar em consideração que não há uma necessidade infinita de expansão territorial da produção agrícola, não é infinita, e, quando somamos a isso as ferramentas da moderna agronomia, nós podemos realmente imaginar esse Brasil do futuro, e não tão distante, daqui a algumas décadas, como um país que vá, de fato, recuperar muito dos seus biomas. O Brasil pode ser um país que produza muito, dos maiores países, como o Canadá, Estados Unidos, Austrália, Argentina, Rússia, de produção de alimentos, que nós temos todo esse potencial, alimentar muito bem toda a sua população, produzir biocombustíveis e recuperar; isso é perfeitamente possível, do ponto de vista da ciência e da tecnologia, até mesmo do que nós dispomos hoje.

Então, eu acho que nós temos que, realmente, levar em consideração essa mudança muito acentuada do perfil de crescimento populacional do Brasil, que já começou a praticamente se estabilizar, e, em 20 anos, nós vamos começar até decrescer a população brasileira.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Gostaria de agradecer a presença do Dr. Carlos Nobre, em especial as informações recém-chegadas ao país que o senhor nos trouxe.

Gostaria de comunicar também que a audiência pública regional, destinada a debater a respeito do bioma na Bahia, que, previamente, havia sido agendada para o dia 14, foi remarcada para 28 de setembro.

E agradeço a participação, também, dos nossos parlamentares, senadores e deputados que por aqui passaram hoje, e dos presentes na reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 16h31.

23ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 15 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às quatorze horas e dezesseis minutos, do dia quinze de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Colbert Martins**, Relator da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senadora Ideli Salvatti, Senador Wellington Salgado, Senador Romeu Tuma, Senador Jefferson Praia, Senador Delcídio Amaral, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho**. A Presidência lê a justificativa de ausência do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que se encontra em Ottawa, Canadá, representando a Câmara dos Deputados na VI Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, de acordo com o Ofício nº 2015/09/GP, da Presidência da Câmara dos Deputados. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura de fax comunicando que o Professor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos irá representar o Professor Luiz Pinguelli, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, na Audiência Pública a realizar-se no dia 15 de setembro de 2009. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para debater sobre o tema "Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15", com a presença dos Senhores Luiz Pingueli Rosa – Secretário Executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e Rubens Harry Born – Diretor-Executivo do Vitae Civilis – Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 02, de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame, nº 04, de autoria do Dep. José Guimarães e Dep. Vanessa Grazziottin, nº 09, de autoria do Senador Renato Casagrande, nº 012, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e nº 029, de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame, todos de 2009–CMMC, aprovados nos dias 31 de março, 16 de abril e 06 de março de 2009, respectivamente. A Presidência convida os Senhores Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos e Rubens Harry Born a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas exposições iniciais. Às quinze horas e cinquenta minutos, o Senhor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos se ausentou da Audiência, tendo em vista compromissos inadiáveis anteriormente assumidos. Usaram da palavra o Deputado Luiz Carreira, Deputada Vanessa Grazziotin, Senador Jefferson Praia, Senador Romeu Tuma e Deputado Jorge Khoury. A Presidência registra a presença dos senhores Jonas Dantas, Engenheiro Agrônomo, Presidente do CREA-BA; Senhor José Chacon de Assis, Engenheiro Eletricista, Presidente da Associação Fluminense de engenheiros e Arquitetos e Senhor Odair Santos Junior, Engenheiro Civil, Membro da Delegação do Brasil à Conferência da ONU sobre Mudança Climática. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Colbert Martins,** Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Boa-tarde a todos. Estamos começando essa nossa Reunião. Por haver número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, por solicitação do Senador Jefferson Praia e do Deputado Luiz Carreira. Os senhores e as senhoras parlamentares, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas as Atas.

Audiência Pública destinada a debater o tema "Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectivas do Brasil para a COP-15", com a presença dos Srs. Luiz Pingueli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro Sobre Mudanças Climáticas, e Rubens

Harry Born, Diretor-Executivo da Vitae Civilis – Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, em atendimento aos requerimentos de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado José Guimarães, Deputada Vanessa Grazziotin, de autoria do Senador Renato Casagrande, da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, todos em 2009, aprovados em 31 de março, 16 de abril e 06 de março de 2009, respectivamente.

Comunico aos presentes que a Senadora Ideli Salvatti, Presidente, determinou a alteração do calendário de atividades desta Comissão, atendendo a solicitações da Senadora Marina Silva e da Deputada Rebeca Garcia. Solicito à Secretaria a entrega do calendário desse mês de setembro e outubro, bem como encaminhá-los via e-mail, juntamente com o resultado da presente Reunião.

Expedientes sobre a Mesa, que passo a ler.

Do Sr. Luiz Pingueli Rosa à Senadora Ideli, que indica o Professor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos como seu representante na Audiência Pública do dia 15 de setembro, hoje, por estar fora do Brasil nesta data. O Professor Marcos Aurélio já é ciente do convite.

Justificativa de ausência. A pedido do Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, encaminho ao conhecimento de V. Exa. o Ofício 215, da Presidência da Câmara dos Deputados, designando o parlamentar para participar da 6ª Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA, na Cidade de Ottawa, no Canadá, no período de 13 a 16 de setembro de 2009, e do workshop sobre etanol, na Cidade de Washington, nos Estados Unidos, em 17 e 18 de setembro de 2009, considerando-se a viagem missão oficial. Por isso, solicitamos a fineza de justificar a ausência, já justificada plenamente, do citado parlamentar.

Convido os senhores, Professor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos, representante do Dr. Luiz Pingueli Rosa, Diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Dr. Rubens Harry Born, Diretor-Executivo do Vitae Civilis, a tomarem assentos à Mesa dos trabalhos. À nossa esquerda o Professor Marcos Aurélio de Freitas, e à minha direita, o Dr. Rubens Harry Born.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Professor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos, que tem até vinte minutos para as suas considerações.

SR. MARCOS AURÉLIO DE FREITAS VASCONCELOS: Uma boa-tarde a todos. Agradecer aos Deputados e Senadores, enfim, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, pela oportunidade e convite ao Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, de poder, enfim, atualizá-los e debater com V. Sas. o andamento da Política e do Plano Nacional de Mudança do Clima e, principalmente, a perspectiva sempre anual da Conferência do Clima. O Professor Luiz Pingueli Rosa infelizmente não pôde estar presente; está, hoje, no Canadá, numa reunião sobre discussão de emissão de gases de efeito estufa de hidrelétricas, que é um grupo que ele trabalha na COP, mais especificamente da sua área de pesquisa, e me pediu que o substituísse. Deputado, eu só gostaria de dizer que eu tenho uma agenda, às quatro horas, no Ministério de Relações Exteriores, assumida anteriormente, e peço desculpas se eu tiver que sair em torno de quinze para as quatro, por aí, então já deixo o aviso que foi uma agenda anterior.

Sobre os temas que nos pediram que comentasse, quanto à Política Nacional de Mudança do Clima, foi feito um esforço muito grande entre 2007 a 2008, enfim, de estruturação, de uma agenda a qual o Fórum, enfim, inclusive o Rubens que está aqui, presente, enfim, participa do Fórum e outros, para tentar definir uma lista de ações, de instrumentos e de possibilidades de estimular o tema das mudanças do clima, no âmbito do Brasil. Eu não digo do Governo Brasileiro, do Brasil, porque, na verdade, envolve uma ação de Estado, não é bem uma ação de Governo. Então, para isso, foi feito um Projeto de Lei, que foi encaminhado, enfim, ao Congresso Nacional, e, hoje, se ajunta com outras propostas do Legislativo e cabe agora a bola(F) que se encontra com o Congresso Nacional para uma reflexão de como aperfeiçoar e de como levar adiante essa Política Nacional de Mudança do Clima, que cria, inclusive, instrumentos financeiros para poder dar suporte a diversas ações que hoje são elencadas no Plano Nacional de Mudança do Clima e que dependem desse esforço de regulamentação. Dentre eles, eu ressalto a expectativa de criação de um Fundo para Mudança do Clima, que seria uma mudança de vinculação de recursos do petróleo, que, hoje, são encaminhados ao Ministério de Meio Ambiente, mas que têm que ser aplicados, na sua maioria, em situações onde existem vazamentos de petróleo, o que, felizmente, não têm ocorrido com tanta frequência do ponto de vista de usar os recursos. Então, esses recursos já são captados pelo Tesouro Nacional e não necessariamente têm sido usados, já que existe uma demanda grande no tema da mudança do clima. Principalmente para conter o desmatamento da Amazônia, há um estímulo no tema da proposta de política que isso seja feito.

Do ponto de vista do plano, que tem sido o nosso instrumento de dia a dia, no fim do ano de 2008, foi aprovada uma proposta inicial de Plano de Mudança

do Clima, enfim, em cima de sete pontos que eu vou ressaltar. Esses sete pontos se encontram... Existe um Grupo Executivo, a qual o Fórum Brasileiro faz parte, junto com outros Ministérios, chefiados pela Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, a Dra. Suzana Kahn, que também é membro do Fórum e também é professora da COP, como eu, e existe a Comissão Interministerial, que, uma vez as propostas vindo do Grupo Executivo, tem o trabalho de aprovar, ou não... De toda forma, esse plano, proposta inicial, foi aprovado no fim do ano passado, foi inclusive apresentado na última Conferência do Clima na Polônia, o Brasil foi até bem recebido, enfim, em relação a esse tipo de iniciativa. Agora, não resta dúvida que cabe uma série de aperfeiçoamentos, principalmente na maneira como esse plano pode ser incrementado. Muita das metas, de fato, não são quantitativas. Isso foi um questionamento frequente das pessoas que participam do Fórum, que demandavam metas mais quantitativas, e as que eram quantitativas careciam, de certa forma, de um acompanhamento mais claro, que é um pouco o esforço que está sendo feito esse ano de identificação de pontos focais nos Ministérios e que possam fazer relatos e acompanhamentos da maneira como o plano está sendo implementado. Lógico que isso faz com que sociedade civil, com que, enfim, academia, membros não só do Governo Federal, mas também dos Estaduais e Municipais, além das empresas, enfim, possam, de certa forma, aumentar o seu controle e também participar, porque muito das iniciativas não serão realizadas ipsis litteris pelo Governo Federal.

Na linha do plano, eu destaco aqui os sete pontos.

Primeiro, um desenvolvimento de baixo carbono, uma tentativa de se manter um estímulo a uma matriz energética, de certa forma, de boa qualidade, como temos no País, com bastante participação de fontes renováveis, enfim, mas que tem tido problema quando a gente vê as previsões da Empresa de Pesquisas Energéticas, que não necessariamente vão bater com as iniciativas do Plano Nacional de Mudança do Clima. Isso é fato, por um lado, das necessidades pragmáticas de entradas de recursos energéticos na matriz, para atender à taxa de crescimento, que, muitas vezes, nos leilões que a gente tem acompanhado tem tido dificuldade em ter hidrelétricas licenciadas para serem colocadas nos leilões. Isso tem feito com que o crescimento de termoelétrica tenha nos preocupado e possam trazer problemas a esse desenvolvimento de baixo carbono.

O segundo ponto é ligado com energias renováveis e carece também de um estímulo. Tem se feito um esforço muito grande para se viabilizar, de certa forma, hidrelétricas de menor impacto, visto os efeitos do Madeira ou de Belo Monte, que, apesar dos impactos ambientais, já são bastante mais razoáveis do que as hidrelétricas da década de 70 e 80, como Balbina e Tucuruí, mas, de certa forma, há uma preocupação no setor elétrico, com a entrada de térmica, e que isso não provoque um desbalanceamento nas vantagens que a gente tem na área de energia elétrica.

Outro ponto importante é na linha dos biocombustíveis, que acabou se criando uma linha específica para biocombustíveis, tentando estimular a entrada dos biocombustíveis no mercado internacional. Se, por um lado, a matriz do etanol está bem desenvolvida e, de certa forma, pode ser aprofundada e intensificadas nos próximos anos, inclusive com a hidrólise do bagaço, enfim, com melhorias tecnológicas que podem vir no futuro, ou no futuro próximo, no lado do óleo vegetal, isso ainda causa muita preocupação e, talvez, seja, hoje, o Calcanhar de Aquiles da discussão dos biocombustíveis, porque, de fato, não existe uma matriz ainda produtiva para óleo vegetal que dê tanta biomassa por hectare como produz a cana-de-açúcar. Então, se, por um lado, a cana-de-açúcar chega até 7 mil, 8 mil litros de etanol por hectare, a nossa melhor matriz para produção de óleo vegetal tem sido em cima da soja, que dá 500 quilos ou 500 litros por hectare. Então, isso causa preocupação, porque, à medida que a gente passou para o B4, quer dizer, 4% de mistura no diesel, a gente já estaria demandando quase que 20% da nossa produção de óleo de soja. Não chega a tanto porque, por um lado, 70%, hoje, do biodiesel vem da soja, mas 20% vem da parte bovina, sebo bovino, e os outros 10% são variados, ou 5%, porque a soja tem chegado quase a 75%. Então, há uma preocupação, sim, com o que esse lado do biocombustível, biodiesel, que pode ter fontes variadas, como óleos de reuso da área urbana ou mesmo desenvolvimento de algumas novas espécies ou espécies que são desenvolvidas em outros países, como é o caso da palma, que dá 5 toneladas por hectare de óleo, para poder, de certa forma, numa discussão de mercado internacional, não vir uma preocupação que o biocombustível provoque pressões sobre o desmatamento na Amazônia.

Então, falando claramente, eu diria que, do lado da cana-de-açúcar, é ajuste fino, e, do lado do biodiesel, precisa ainda de muito esforço, principalmente agrícola, para se dotar de uma matriz de produção de óleo adequada às necessidades do setor de energia. E isso, ainda, não existe.

Do lado, enfim, dos outros pontos. A questão do desmatamento, sem dúvida nenhuma, é um ponto de forte importância. Estamos num ano aonde se apre-

sentam taxas de redução de desmatamento consideráveis do último período de acompanhamento do ano passado para esse ano. Aí cabem ressalvas que, por um lado, existe uma política pública, de fato, que tenha aumentado a fiscalização e o controle e até determinadas medidas de estímulo à proteção da floresta de pé ou de busca de alternativas econômicas à ocupação da Amazônia, de maneira mais equilibrada, mas, por outro lado, temos que lembrar que estamos em ano de crise econômica mundial e que, historicamente, o desmatamento tem caído, nos anos em que as restrições econômicas mundiais têm se apresentado. Não é a primeira vez. Afora isso, foi um ano de muita chuva na Amazônia, de chuvas históricas muito elevadas, que, de certa forma, alteram também as taxas de desmatamento. Então, há uma preocupação que essa taxa excelente, que está se conseguindo esse ano, eu não tenho o número exato, mas eu acho que é em torno de 8 mil, 8 mil e poucos quilômetros quadrados de área desmatada, que é elevado, mas é baixo, comparado aos 15, 20 mil quilômetros médio dos últimos quinze ou vinte anos, mas que isso não seja, de fato, um momento conjuntural e não um momento estrutural de mudança de ocupação na região. Isso a gente tem visto nas ações de Governo, uma preocupação inclusive com obras de infraestrutura e etc., que venham cercadas de série de requisitos ambientais para se adequar mais na região. Há uma preocupação muito forte porque, de fato, o grosso da taxa do desmatamento – e isso tem sido registrado pelo IBAMA e outros órgãos – tem sido em atividades que não são legalizadas, atividades que não precisam ou pelo menos não têm licença ambiental e têm levado adiante o desmatamento de maneira muito difícil de controle. Mas, então, o desmatamento ainda é o nosso tema importante.

Cabe ressaltar um esforço do Ministério de Ciência e Tecnologia de atualizar o nosso inventário de gases de efeitos estufa, porque o plano foi feito num momento de ter se baseado em cima do inventário de gases de 1994. Então existe um esforço hoje, da equipe do Migueis(F), enfim, e de outros tantos do Ministério de Ciência e Tecnologia, para atualizar o mais rápido possível, para 2005, 2006, enfim, esse nosso inventário de gases de efeitos estufa, porque pode ser que estejamos concentrando esforços demais em determinadas áreas e deixando outras com poucas ações de controle; isso é importante ser atualizado.

Do ponto de vista de ações, também existe – a quinta – a preocupação com a cobertura florestal. Enfim, existem ações um pouco diversificadas e um movimento para tentar valorizar a floresta de pé e, de certa forma, receber recursos financeiros para a proteção florestal. Nisso, não há um consenso ainda do ponto de vista de política nacional, mas há um esforço para que a cobertura florestal, de certa forma, seja reconhecida como uma proteção aos estoques de carbono e possam ter subsídios a esse tipo de ação.

Ainda, vulnerabilidade de adaptação, é a sexta ação. Em vulnerabilidade de adaptação, o País tem pouquíssimo histórico no tema de vulnerabilidade de adaptação com a mudança do clima, apesar de ter tido alguns períodos, enfim, de variabilidade importante, que a gente não pode fazer o vínculo direto com mudança do clima, ainda exige necessidades maiores de pesquisas, mas, de certa forma, existe um histórico de anos de enchentes ou de períodos de enchentes e de secas recorrentes e que algumas ações deram resultados a contento e que podem ser estimuladas. Exemplo: cisternas no Nordeste, que aumentaram o represamento de água individual das populações isoladas, de cerca de 100 a 200 litros, no latão, para 16 mil litros pela formatação de cisterna. Isso pode ajudar num momento de adaptação a um período de maior seca na região e que pode ser integrado com outras ações. Então, seria uma espécie de adaptação preventiva, porque os modelos de previsão de mudança do clima futuro, para 2050 em diante, têm muita dificuldade em trabalhar com os dados de água. Existe muita incerteza em relação ao que ocorrerá com o ciclo hidrológico, se vai chover mais ou menos nas regiões. Hoje, diante dos modelos que o INPE roda e outros organismos de pesquisa, ainda não é possível ser feito com um índice de qualidade que a gente gostaria. Para temperaturas já existe um certo consenso, para a questão dos gases de efeitos estufa também, mas para o que vai acontecer com o ciclo hidrológico ainda existe muita incerteza. Agora, os anos de maior seca ou os de maior inundação são anos que merecem um melhor acompanhamento e uma melhor identificação de regiões que foram afetadas, de atores que foram impactados ou de eventuais conflitos que ocorreram para exatamente corrigir esses anos de maior pressão. Exemplo: 2001, o ano da crise de energia elétrica, o ano da crise de energia elétrica que tem a ver com a falta um pouco de investimento na geração, mas também com um período de baixas chuvas em algumas bacias hidrográficas do sistema interligado, como a do Paraná, como a do São Francisco, enfim, que eu destaco como importantes para o sistema, que vários conflitos ocorreram, na época eu era diretor da Agência Nacional de Águas e pude ver de perto, conflito da navegação no Tietê, que houve uma necessidade de intermediação para que a navegação não parasse com a safra de grãos, se entendesse com a ANS e aquelas hidrelétricas da região, que não parasse no Canal Pereira Barreto e outras regiões e não parou, embora

trabalhou com mais dificuldades. Da mesma maneira, esticar os canos para pegar água quando eles estão mais baixos, determinados reservatórios ou determinados rios, para que as populações não fiquem sem água. O caso do Lago de Furnas é bem conhecido, de um conflito bastante forte que ocorreu em 2001, quando o lago ficou 12 metros abaixo do nível histórico e que 33 municípios lindeiros ficaram com problemas na sua infraestrutura de turismo, mas também para tirar o próprio esgoto que em parte é dissolvido de maneira irregular no próprio lago da hidroelétrica, mas esse ano é um ano interessante para estudar. Isso ocorreu também no São Francisco e merece uma maior dedicação, como trabalhar um período de seca e uma vez melhor adaptado para esses períodos, para o que vier no futuro estaremos mais organizados.

Chamo a atenção da Amazônia em 2005, com um período de seca importante, fruto de aquecimento anômalo do Atlântico Norte, e chamo a atenção desse ano, com índices de inundação muito impressionantes. Ter um certo mapeamento detalhado dessas regiões onde sofreu a inundação, quem sofreu, de que forma sofreu, um problema que tem sido um Calcanhar de Aquiles na Amazônia durante muitos anos, o sistema isolado, aonde qualquer variação de nível de rios dificulta levar diesel no interior para as populações da região. Uma vez não levando diesel, se sabe da dificuldade de geração de energia elétrica e, portanto, manutenção de alimentos, medicamentos, etc. e etc. Isso precisa de certa forma com que a gente venha a exercer maior pressão eventualmente em cima da conta consumo de combustíveis, que quase todo o recurso, na ordem de 3 milhões de reais, tem sido usado historicamente para financiamento de diesel e óleo combustível e, apesar de poder usar em energia renovável, não tem sido. Talvez caiba ao Congresso Nacional algum tipo de regulamentação, de pressão à conta consumo de combustíveis para que aumente o uso de renovável, principalmente nos sistemas amazônicos. Não precisa botar lógico que os 100%, porque não tem capacidade técnica, mas que coloque 5%, que coloque 2%, que coloque uma taxa de crescimento ao ano, senão vamos ter eternamente um sistema viciado em diesel e óleo combustível, porque existe toda uma cadeia de troca e de vendas, de transporte desse óleo até o interior, que poderia ser utilizado biomassa, que poderia ser utilizado energia solar, que poderia ser utilizado eólica em alguns pontos, e isso não tem sido feito, mesmo em Fernando de Noronha, a quase 500 km da costa brasileira, e em outros pontos do País também não são feitos porque não existe uma obrigação de substituição. Existe, sim, uma possibilidade de uso e isso não tem sido feito.

Então vulnerabilidade de adaptação é um tema que exige cuidado. A gente tem visto que Santa Catarina tem sido recorrente, vítimas de momentos de intensidade, no Vale do Itajaí agora essa semana que passou tiveram situações muito delicadas e isso precisa ser verificado, ser mapeado e começar a tomar medidas de adaptação, mesmo que os modelos eventualmente não consigam garantir para nós que seja uma mudança do clima, que pode ser pura e simplesmente uma variabilidade de sinal ou variabilidade de vulnerabilidade de má ocupação do uso do solo, mas se estivermos melhor preparados, não resta dúvida que poderemos suportar melhor a mais ou menos quantidade de água.

Por último, a questão de ensino e pesquisa. Existe uma Rede Clima no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Fórum faz parte, é do membro da Rede Clima, mas a Rede Clima tem uma dificuldade porque ela não faz parte de um Fundo de PID. Não é a mesma coisa que o CT-HIDRO, que o CT-PETRO, que o CT-NERG, que tem fonte de recurso frequente. É sim hoje uma tentativa do Ministério de Ciência e Tecnologia de direcionar uma parcela dos seus recursos para o tema de mudança do clima. Como não existe uma dotação orçamentária já definida em Lei vindo de um determinado recurso que pode ser setores que emitem muitos gases, como é o caso da área de energia com petróleo e outros, isso fica solto e fica um pouco na possibilidade de ter ou não recursos. Então carece, de certa forma, de definição de recursos.

Quanto ao plano, é isso.

Por último, o que me pediram aqui foi comentar também da expectativa, enfim, para a reunião da COP-15, na Dinamarca, no fim do ano. Para começar, se eu não me engano, o Professor Neilton se encontra aqui. O dia 2 de dezembro, se eu não me engano, é data de princípio, No dia 3 de agosto, o Professor Luiz Pingueli Rosa, o Neilton esteve presente, eu não estive, tiveram uma reunião com o Presidente do República, a qual é o Presidente do Fórum de Mudança do Clima, o Professor Pingueli é o Secretário-Executivo, onde o Presidente solicitou ao Fórum que estimulasse várias reuniões com a sociedade civil ou com determinados setores que estão mais à frente do tema da mudança do clima para tentar começar a compor uma série de sugestões e de posições brasileiras. Uma dessas primeiras reuniões foi hoje, não é Rubens, enfim, em que o FBOMS já está trazendo sugestões para essa pauta. E tem dia 17... Quer dizer, daqui a dois dias, em Manaus, terá uma reunião com o Governo do Estado do Amazonas e Fóruns, enfim, principalmente Amazônicos, mais outras reuniões, para discutir a questão do REDD, que é um termo em inglês, mas de redução

de emissões, e, de certa forma, a valorização da floresta de pé, isso é um tema nessa semana, na quinta-feira. Dia 24/09, em Minas Gerais, uma discussão sobre silvicultura e siderurgia, em Belo Horizonte, é um setor bastante bem organizado que busca a sustentabilidade de florestas plantadas e que já de certa forma tem até metodologias aprovadas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Dia 25/09, no Rio de Janeiro, uma reunião com as Organizações Sindicais, estimulado pelo CSA e pelo CNT, enfim. E em seguida, no próximo mês, tentar produzir reuniões ministeriais e, se possível, com a Presidência da República, para começar a levar adiante essa série de sugestões, enfim, para que o Brasil tenha um papel um pouco mais protagonista, sabendo que China, Índia e outros países que se encontram em situações de desenvolvimento recente, como é o caso brasileiro, têm aumentado de maneira muito impressionante suas emissões e isso tem levado a dificuldades de posições pró-controle das emissões de carbono mais clara dos países em desenvolvimento. É lógico que é uma questão ética dos países desenvolvidos que emitiram o quanto quiseram desde a Revolução Industrial, que chegaram a padrões de vida muito impressionantes com esse nível de emissão, com carros gigantescos, etc. e etc., mas também cabe a nós uma reflexão sobre as possibilidades que a gente têm de redução de emissão, sem prejuízo, lógico, da melhoria de qualidade de vida da população brasileira, principalmente aqueles que ainda não se encontram no nível de padrão considerável.

Então eu peço desculpas por ter me estendido, mas tentei dar uma varrida no tema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Muito obrigado ao Professor Marcos Aurélio de Freitas. Eu gostaria de propor à Comissão, já que o Professor Marcos Aurélio tem tempo limitado, há uma inscrição já feita, que nós pudéssemos dialogar com ele e, logo em seguida, falaremos com o Dr. Rubens.

SR. MARCOS AURÉLIO DE FREITAS VASCONCELOS: O Professor Neilton, que é PHD no tema e de certa forma é o braço direito também do Professor Pingueli, vai ficar presente e, se houver algum problema, vai colaborar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Seguramente vai colaborar, mas dificilmente problemas não haverão.

A Deputada Vanessa está inscrita. Mais alguém? O Deputado Carreira. O Deputado Carreira inicialmente e a Deputada Vanessa logo em seguida. O Senador Jefferson após.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Presidente Colbert Martins, que é o nosso Relator, Dr. Marcos Aurélio, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Dr. Rubens, Diretor-Executivo do Vitae Civilis.

Dr. Marcos Aurélio, na verdade, é o seguinte: o senhor mencionou uma questão que até foi objeto de discussão recentemente por todos nós, que é em relação ao Fundo de Mudança Climática, quer dizer, a fonte do fundo, que são os recursos do petróleo, recursos oriundos de multas e de agressões que eventualmente tenham sido cometidas pela PETROBRAS. O pessoal do Ministério do Meio Ambiente dizia que já tinha 60% comprometido com o Fundo de Mudanças Climáticas e mais 40% com o quê? Com outro fundo que já foi criado agora, o Fundo Amazônia. Então tem 40% e 60%, tem 100% comprometido desses recursos. Esses recursos vêm sendo nos últimos anos, eu até fiz um requerimento pedindo informações ao Ministério, que enviasse sobre a utilização desses recursos pelo fundo, porque ao que me consta ele vem sendo contingenciado quase na sua totalidade, o que não tem, quer dizer, é um fonte sem fonte, quer dizer, é uma fonte que existe, mas vem sendo usado para cumprir um resultado de superávit primário, enfim, vem sendo contingenciado e não tem sido liberado, o que na verdade é muito ruim para o País, se ele apresentar isso lá fora, como um fundo que ele está constituindo para exatamente tratar de uma questão que é prioritária hoje em todo o mundo e, sobretudo, para um País como o nosso, com as dimensões terra naturais, com os recursos naturais que têm, levar uma proposta sobre um fundo que sequer vem sendo utilizado minimamente para o Ministério, um Ministério que tem poucas condições, inclusive, operacionais. Tem aí eu não sei quantos parques e reservas criadas e não tem como gerenciar por falta de recursos. Tem o fundo e o fundo não é liberado ao longo desses últimos anos e aí se dá como fonte principal esses recursos. Qual é a garantia de que esses recursos efetivamente vão ser aportados a partir de agora, a partir da criação desse fundo? Porque, se for um fundo sem fundo, é melhor procurar outra solução do que realmente gerar uma fonte que não vem sendo utilizada, e o Governo não tem manifestado nenhuma prioridade, pelo menos, para essa questão, já que o orçamento do próprio Ministério do Meio Ambiente hoje é um dos últimos do País, quer dizer, em termos de importância, de tamanho. Isso a gente vem até lutando muito aqui, na Câmara, não é, Vanessa? O Relator Colbert Martins também, todos sabem que a gente tem discutido isso, chegamos a discutir até a possibilidade, que eu até ironizei um pouco no dia e muita gente não compreendeu, até duas Deputadas, sobretudo lá do Amazonas, quando eu dizia: "Olha, esse negócio de estar falando em um bilhão de reais de fundo, sem combinar com o Governo, não adianta

nada, porque quando chegar na hora do Relator, vai virar zero". Foi o que acabou, na verdade, cortando recursos e colocando um bilhão de reais, que 500 milhões era da Comissão da Amazônia e 500 milhões da Comissão de Meio Ambiente, aí virou zero no final porque realmente não foi ajustado com o Governo. O Ministro vem aqui, fala que é prioridade. A Ministra, na época, Marina Silva, até chegou a discutir esse assunto, teria já a sinalização do Relator, e o Relator, no final, foi o Ministro Pimentel, hoje Ministro da Previdência, era o Relator, também nada ocorreu.

Então esses recursos, na verdade, não são bastante expressivos para o tamanho do orçamento nosso e para as prioridades. Então é preciso definir isso com clareza, tem ou não tem, quer dizer, se a fonte é essa, principal, porque as outras fontes, eu estava olhando aqui na constituição inclusive do fundo, são fontes de fundos setoriais determinados por Lei específica de criação, quer dizer, se isso não for trabalhado desde já, dificilmente esse fundo vai se constituir. Linhas de créditos de financiamento, eu acho que isso é mais fácil pelo menos de encaminhar, mas também as medidas fiscais e tributárias que forem feitas, enfim, mas os principais são esses fundos que têm efetivamente já uma destinação e que precisam ser efetivados. Esse é um ponto inicial, porque isso gerou até uma certa discussão no último dia na Frente Parlamentar Ambientalista, que já que a gente está dando cara nova ao que já vinha sendo feito e não era utilizado. Então nós estamos criando um novo fundo e dando recursos que já não vinham sendo utilizados. Se esses recursos efetivamente não vão ser utilizados, então o Governo tem que encontrar outra fonte, buscar outra fonte, já que tem dificuldades no seu orçamento para destinar esses recursos, apesar de serem fontes preestabelecidas; o recurso está lá, só vem sendo contingenciado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Para concluir, Deputado Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Então é até mais fácil.

Uma outra questão é com relação a certa incompatibilidade entre alguns pontos, como o senhor bem frisou, na questão do aumento das emissões, por exemplo, em 30%, o que vai de encontro a uma das medidas do plano, sobretudo do desenvolvimento de baixo carbono, que é logo no início. O País vai ter que apresentar esses pontos lá na Conferência, talvez agora já mais detalhados em metas e etc., que foi uma das grandes reclamações do último encontro, que se definisse melhor, quer dizer, o cronograma, o senhor chegou já a anunciar aqui. O que nós pedimos aqui, eu não estou vendo aqui... Quer dizer, quando houver a conclusão praticamente desse processo, nós estaremos no mês de novembro, por aí, já às vésperas da COP-15, e talvez seja nesse momento que o Congresso venha a tomar conhecimento dessas proposições que estão em andamento. Então eu acho que essa Comissão, Deputado Colbert Martins, deve passar a acompanhar mais de perto, inclusive pedir a participação direta nessas reuniões que estão sendo feitas, para que a gente vá acompanhando desde o início do processo essa discussão, para quando chegar no mês de novembro, por aí, onde o Governo esteja fechando as suas propostas, o Congresso também esteja acompanhando e possa manifestar também aqui a sua opinião, já que provavelmente terá alguns representantes do Congresso Nacional também nessa reunião da COP-15. Então é importante que o Congresso venha a associar esse esforço, venha a participar mais diretamente, eu acho que é a nossa obrigação fazê-lo, não somente do Executivo, quer dizer, fazer a sua parte, o Executivo tem que fazer, porque cabe a ele, quer dizer, se não fizer quem será cobrado será ele, mas cabe ao Congresso também acompanhar de perto e tentar inclusive, evidentemente, dar a sua colaboração para que o entendimento aqui depois possa ser mais rápido, inclusive na própria aprovação da Lei que está aí e precisa ser encaminhada com a máxima rapidez possível.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu quero cumprimentar os nossos convidados, o Dr. Marcos Aurélio. Eu acho que o Deputado Carreira levantou um aspecto importante: no Brasil nós temos e trabalhamos com um Plano Nacional de Mudanças Climáticas que não foi ainda transformado em Lei, porque a Lei tramita aqui e é óbvio que esse dever de casa quem tem fazer não é o Fórum Brasileiro, somos nós, os parlamentares. Há já um esforço da nossa parte e que deve se intensificar – não é Deputado Colbert, o Deputado é o Relator de nossa Comissão – nesses próximos dias para que a gente aprove também nos próximos dias os Projetos de Lei, sobretudo aquele que cria o Fórum, que cria a Política Nacional de Mudanças Climáticas para que cheguemos na COP-15 com um arcabouço legal mais bem definido, porque o que nós temos é um Decreto que criou um plano. É importante? É muito importante, mas aquilo que tem força de Lei passa a ser mais importante ainda; não há dúvida quanto a isso. O primeiro aspecto é esse.

O segundo aspecto é quanto à mobilização da sociedade. Eu acho que ela pode até vir a superar as expectativas, Deputado Colbert. Eu aqui pedi que viesse a cópia do jornal de ontem lá do meu Estado. Olha aqui: "Delegação do Amazonas define propostas

à COP-15", ou seja, há uma mobilização nunca vista antes, nunca vista, que parte da sociedade civil, que parte dos Governos locais, que parte dos pesquisadores, em decorrência dessa Conferência. Então eu acho que mais do que nunca o País tem obrigação, por tudo que representa, de ter uma posição não só de destaque, mas de levar propostas trabalhadas politicamente. Há algum tempo nós recebemos no Brasil algumas comitivas, mais europeias, que vieram ao Brasil discutir qual era mesmo a opinião do Brasil em relação às expectativas para a COP-15. Então eu acho que nós precisamos nos preparar bem. E é óbvio: quando nós falamos em nos preparar bem, é definir as políticas para que sejam aplicadas. E não há como definir uma política de enfrentamento às mudanças climáticas sem que se passe pela Amazônia.

Eu quero dizer da minha angústia em relação a como as coisas vêm sendo encaminhadas em relação à Amazônia. Eu não sei se os senhores tiveram a oportunidade de ver, mas a Revista Veja, cujo conteúdo eu tenho um questionamento profundo, o conteúdo das matérias publicadas naquela revista, naquela publicação, mas o encarte deste ano sobre a Amazônia tem um conteúdo muito importante, um conteúdo diferente de edições anteriores, porque coloca no centro da questão a necessidade de levar o desenvolvimento para ter sucesso na política de preservação, de elevar a qualidade de vida das pessoas para se ter sucesso na política de preservação. Questiona programas importantes valorizados pelo Governo, não só pelo Governo Federal, mas pelos Governos locais, algo que nós questionamos a vida inteira, sobre, por exemplo, áreas de extrativismo, colocar pessoas para viver exclusivamente disso, que não leva a lugar nenhum. Nós tivemos recentemente, quando o Ministro da Articulação Estratégica era o Ministro Mangabeira, fizemos uma visita, eu estava à frente da Comissão da Amazônia, montamos um calendário e fomos com o Ministro Mangabeira, o Ministro da Cultura à época, Gilberto Gil, visitar uma unidade de desenvolvimento sustentável em Mirauá, que é uma unidade estadual e que tem um instituto de pesquisa federal, que é o Instituto de Pesquisa Mamirauá, tido como um exemplo. A renda que as famílias têm a partir daquela área de desenvolvimento sustentável é uma renda que não chega a meio salário mínimo por mês. Então seria ilusão de nossa parte imaginar que vamos alcançar o nível de preservação que queremos ou alcançar a meta de redução do desmatamento se não olharmos para esse lado, de darmos qualidade, perspectiva e alternativas de vida às pessoas que ali vivem, desde os ribeirinhos aos indígenas, todos, absolutamente todos.

E aí o que me preocupa mais, e eu quero chamar a atenção do senhor, sobretudo, que aqui representa o Fórum, é que, também, como tem o Fórum, nós temos a Rede Clima, uma Rede de Pesquisa. Tivemos o Dr. Carlos Nobre aqui, na semana passada, na semana passada. Na Rede mesmo são setenta e poucos grupos, salvo engano, vários grupos com coordenações, ou seja, da parte da coordenação não há uma instituição de pesquisa da Amazônia, ou seja, a lógica não vai ser revertida se nós não a revertemos, porque dizer que não há pesquisador na Amazônia, não precisa dizer, tem que levar pesquisador, e porque não há pesquisador na Amazônia, não colocar nenhuma instituição na Rede, tenha a santa paciência, essa não é a política correta. Nós não temos que pegar o que está feito, nós temos é que fazer. É preciso dar atrativos aos pesquisadores para que eles se desloquem. É preciso ter uma política mais audaciosa, mais efetiva para a formação de doutores, pesquisadores? É claro que é. Então eu acho que é isso que nós precisamos, sobretudo porque, quando a gente fala de Amazônia, nós falamos de quê? 60 a 75% das emissões brasileiros, não é isso? Das emissões brasileiras. Eu vi V. Sa.. falar sobre a energia, que a mais suja, a mais poluente do Brasil é a nossa, sobretudo da Amazônia Ocidental, que é a nossa Amazônia: Acre, Roraima, Rondônia. O Senador Tuma sabe porque convive há muitos anos na Amazônia já, não só como parlamentar, mas antes na função que tinha dentro da Polícia Federal. É uma realidade que nós estamos mudando agora, mas com muita dificuldade. A matriz energética, quem mais consome energia é a Cidade de Manaus, quem mais consumo óleo. Manaus sozinha consome igual ao que todo o resto da região consome. Nós vamos mudar agora a matriz energética do óleo para o gás natural, nós vamos mudar agora. O Programa Luz para Todos, ele tem um único formato: é levar a extensão de energia. Como que nós vamos levar a extensão de energia àquelas comunidades longínquas? O outro modelo vimos aqui, debatemos aqui, ainda está sendo debatido.

E para viabilizar isso tudo que nós estamos falando, eu estou concluindo, Presidente Colbert, que já--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): É que eu quero aproveitar a presença do professor, temos mais dois inscritos, para que ele possa responder.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu estou concluindo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu lhe agradeço.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Concluindo, então, eu acho que o que nós preci-

samos é de recursos, são recursos. Não tenho dúvidas quanto a isso. Temos um Fundo Amazônia, um Fundo Amazônia que tem cento e poucos milhões vindos da Noruega, com promessas de Alemanha, enfim, um fundo que resguarda a nossa soberania, mas que traz recursos. Penso que esse fundo, ele precisa ter uma lógica clara e objetiva na aplicação dos recursos para que não se disperse, eleger prioridades. E, na minha opinião, a prioridade, a prioridade central hoje seria que não dá para atingir todos os problemas, mas vamos eleger alguns, um, dois, três, vamos resolver esses que os outros virão, mas é a formação de doutores na região, de pesquisadores. Eu acho que isso é fundamental para que construam os mecanismos, as ferramentas necessárias ao desenvolvimento sustentável, que é aquilo que todos nós queremos.

Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Muito obrigado à Deputada. Senador Jefferson Praia, com a palavra V. Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu quero parabenizar ao Dr. Marcos pela exposição e vou fazer alguns questionamentos ao senhor como representante do Fórum, onde V. Sa. poderá dar uma posição do Fórum ou pessoal.

A primeira questão é quanto aos compromissos da COP-14. O Brasil foi lá e assumiu compromissos. Que avaliação V. Sa. faz dos compromissos assumidos na COP-14? Ou o Fórum.

Com relação à COP-15, quais são os compromissos que nós temos que reafirmar, que nós temos que avançar? Nós temos aí que assumir que não foram assumidos, se é que temos algum ponto ainda a destacar dentro desse contexto.

O terceiro, também dentro do contexto da COP-15, qual é a posição nossa com relação aos países que também são os maiores emissores de CO2? Qual a nossa posição aos desenvolvidos, como devemos proceder? Claro que para você cobrar tem que ser exemplo e aí, ser exemplo, vai requerer muito esforço nosso, mas devemos cobrar os países também para que cumpram as suas tarefas?

E, por último, a França recentemente estabeleceu uma forma de tributação em relação à emissão de CO2. Eu não sei se V. Sa.. esta a par dessa tomada de decisão por parte do Presidente Sarkozy. Como é que V. Sa.. percebe isso? A população francesa rejeitou um pouco porque passaram com essa tributação, eu não conheço detalhes do projeto, mas passa a ser cobrado tributos pela emissão de CO2 por todo mundo, praticamente por todos os que são emissores aí dentro do contexto da proporção de emissão de cada um. Como é que V. Sa. percebe essa questão e se V. Sa. também e o Fórum tem alguma proposição do ponto de vista do Legislativo para que nós possamos aqui nesta Comissão fazer uma análise de levarmos avante a sugestão e avançarmos dentro do contexto que essa Comissão tem, que é o objetivo de discutir e de propor alguma questão relacionada a aspectos legislativos dentro do contexto das mudanças aí climáticas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Muito obrigado ao Senador Praia. Senador Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Boa-tarde. Eu pouco vou perguntar porque infelizmente estava ausente, depois eu vou pegar as notas taquigráficas, mas o Praia já me deu uma luz dos temas que V. Sa.. levantou aqui.

Eu estive recentemente em Belo Horizonte, eu não sei se já foi falado isto, houve um Congresso Internacional sobre o Meio Ambiente, preparativo para a COP-15, que foi proporcionado pelo próprio Governador Aécio Neves. O Presidente que tratou de todos os temas que foram discutidos, eram três dias, eu só compareci à abertura porque foi um convite especial do Governador, era o Prêmio Nobel do Meio Ambiente, eu não me lembro o nome dele aqui, era um senhor que fez uma exposição de todas as dificuldades que vêm enfrentando em vários países que são ou não dedicados a proteger o meio ambiente reduzindo a carga de carbono que nós estamos soltando pelo ar.

Tem duas coisas que são interessantes. Eu estive agora, em Aramar, conversando com o Almirante lá, onde está sendo construída a base para o desenvolvimento do enriquecimento do urânio, e ele, o Almirante [ininteligível] me disse que a energia nuclear é a menos poluente. Para mim é uma coisa surpreendente, porque eu não sou realmente voltado para esta área. E quando uma delegação chinesa esteve agora recentemente, há uns dois meses, com o Ministro Lobão, estavam com 400 milhões de dólares para financiar a parte de siderurgia, o Ministro Lobão disse que tem um projeto para cinquenta miniusinas de energia nuclear, já programado para daqui a vinte anos estarem em funcionando. Então a minha dúvida: será que a energia nuclear é menos poluente do que as outras?

Eu acho que a Deputada tem razão, tem que ter um programa especial para a Amazônia, do desenvolvimento da tecnologia, professores e pesquisadores que tenham interesse em lá ficar. Fica difícil o senhor ter uma progressão de um trabalho dedicado à pesquisa na Amazônia, se não tiver condições de sobrevivência com tranquilidade, financeiramente, e, também, meios para a pesquisa. Nós temos bons centros. Principalmente na área médica, hoje, já procura se

desenvolver os produtos medicinais que comunidades indígenas têm oferecido à sociedade civil. Então essas coisas são importantíssimas, porque essa discussão do que se faz sobre a COP-15, Copenhagen 15, se fala já com muita intensidade. Eu acho que nós temos que fazer essa propaganda permanente, porque não pode ser de um partido só, Deputada, nem de um de nós, a propaganda e o trabalho em defesa do meio ambiente. Eu acho que tem que ser da coletividade brasileira, lutar porque internacionalmente já se fala muito na proteção do meio ambiente, o perigo e o risco de saúde que se corre.

Outro dia eu fui participar de um debate que para mim foi surpreendente: a influência do meio ambiente em cardiopatia. Como eu sou cardiopata por razões de ter sido operado, então me convidaram para eu explicar o que aconteceu comigo. Importantíssima a discussão da influência do meio ambiente em problema cardiológico, pulmonar, cardiológico e tudo. Foi discutido por médicos e técnicos em meio ambiente. Então o senhor vê como o assunto é diversificado em várias fontes. Não é só a queima de carvão ou derrubada de árvore, tem uma série de fatores que a gente tem que perseguir e é desta Casa que tem que sair os projetos. Então V. Sa.. e o Professor Rubens é que vão nos dar as orientações corretas para que o Relator possa fazer um relatório propositivo e a gente possa ganhar essa guerra. Eu não sei se vou viver até lá, mas eu tenho neto e tenho filhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Não tenha dúvida que vai, Senador. Obrigado a V. Exa. Eu passo a palavra ao Professor Marcos.

SR. MARCOS AURÉLIO DE FREITAS VASCONCELOS: Eu vou tentar responder aqui em parte, porque foram vários comentários. Alguns eu conheço bem e outros nem tanto.

Primeiro em relação ao Deputado Carreira, a questão do fundo e o recurso, enfim, que historicamente tem sido contingenciado. Eu fiquei sete anos em Brasília, de 1998 a 2004, Superintendente na ANEL, depois Diretor da Agência Nacional de Águas de 2001 a 2004. Eu pude acompanhar um pouco as agências reguladoras num momento que era moda e, depois, ainda presenciei dois anos do Governo Lula com a Ministra Marina, trabalhei com ela, enfim, dentro do seu Ministério. Eu vi perder o período de importância das agências reguladoras, pelo menos do ponto de vista econômico-financeiro, de financiamento, embora todas elas tenham uma dotação orçamentária definida por Lei de taxas de fiscalização, de fundos de compensação financeira ou de royaltys, no caso da ANA é hidroelétrica, etc. De fato elas todas perderam em dotação orçamentária, mesmo com o fundo, com a origem da receita tendo crescido, porque o País se desenvolveu, os setores cresceram e as taxas se mantiveram no percentual definido por Lei, mas o contingenciamento aumentou. A ANA, no primeiro ano que eu trabalhei, teve 240 milhões de reais de orçamento, e no último ano, do que eu ouvi falar, foram 40 milhões, apesar de que a sua taxa, de onde vem a hidroelétrica, esse ano está dando uns 120, 130; a outra parcela era Tesouro. De certa forma na época de passar a Lei da ANA eu acompanhei, a gente tentou colocar no Congresso Nacional e houve boa recepção para que aquele recurso não fosse contingenciado, mas isso sofre veto na Fazenda, não é trivial. Historicamente o que não tem sido contingenciado é o que é destinado a Estados e Municípios, num histórico de proteção e de respeito ao Pacto Federativo. Agora os setores que entram na moda ou que ganham percepção pública em geral são melhores aquinhoados. É verdade que o Ministério do Meio Ambiente, embora tenha um poder muito grande do ponto de vista de licenciamento e de controle ambiental crescente, mas financeiramente não tem sido um Ministério de muita importância comparado a outros maiores, de muito maior porte. Então eu acho que convém, sim, a preocupação do Deputado para que, se, de fato, tenha sido criado um Fundo de Mudança do Clima e que esses recursos venham de um possível emissor de carbono, e, no caso, aqui, é sempre mais fácil amarrar o guiso no rabo do gato que já tem a arrecadação... Quer dizer, eu vejo que, na área de águas, se tenta cobrar do poluidor saneamento, e a experiência tem sido pífia, comparado ao que já se cobra das hidrelétricas desde 2001, desde 1999. Já tem mais tempo que se cobra das hidrelétricas, a 7.990 e outras Leis. Então é mais fácil cobrar desses setores que já têm cobrança instituída. Agora não resta dúvida que a pressão em cima do Tesouro para que não contingencie esse tema conforme foi historicamente o Fundo do Petróleo, isso vai ter que ser feito não só pelos órgãos de Governo que o recebem, mas o Congresso Nacional e a sociedade para que acompanhem e isso seja feito. Eu não tenho a resposta, eu só tenho historicamente acompanhado que, por exemplo, o mesmo dinheiro que financia a ANA, financia também o Fundo de Ciência e Tecnologia de Recursos Hídricos do MCT, uma parcela dele, que é a compensação financeira, e tem sido muito menos contingenciado percentualmente do que foi o da agência reguladora, porque o de Ciência e Tecnologia se manteve como importância do País ao longo do tempo e de certa forma até teve uma ampliação de interesse.

Eu vou aqui para o lado das contradições, aumento de emissões, ainda do Deputado Carreira. Eu

acho que de fato houve um esforço de planejamento nos últimos anos, mas que não necessariamente esse esforço de planejamento levou em consideração o tema da mudança do clima. Então aí no caso específico a gente estava comentando da Empresa de Pesquisa Energética, a EPE, que tem feito modelagens, etc. Esses modelos têm que ser revistos, esses cenários têm que ser revistos à luz de um estímulo de um Plano de Mudança do Clima e de uma tentativa de um desenvolvimento de menor emissão.

Da Deputada Vanessa, que eu já conheço de alguns anos já do Estado do Amazonas, eu fui professor, com muita honra, da Universidade do Amazonas durante um tempo, professor visitante, enfim, entre 1996 e 1998, em alguns momentos, e tive com os colegas, convivi da realidade amazônica durante um bom tempo e sei da dificuldade, de certa forma, de se manter pesquisadores na região. Primeiro formar e, segundo, manter. Quer dizer, são dois temas. Muitas vezes se forma e os pesquisadores acabam ficando no Sudeste ou em outras regiões, onde o voo é mais barato, aonde você tem alguns tipos de conforto e menor dificuldade. Então, de fato, tem que ter um esforço concentrado para a formação, mas também de certa forma para premiar melhor, sabe? Eu acho que os custos de existência naquela região são superiores e mesmo eu morando no Rio de Janeiro, não satisfeito com o meu salário de professor universitário, acho que também deveria ser melhor, enfim, ter remunerações melhor como professor de universidade federal, mas tenho que reconhecer que os colegas da Região Norte deveriam ter um recebimento superior em fato dos custos, etc., e ter estímulos. A gente tem visto, por exemplo, que nos últimos dez anos se perderam inúmeros profissionais para órgãos de controle, conforme foi na década de 80 para os órgãos bancários. Então engenheiros, geólogos, geógrafos, brilhantes profissionais foram parar nos órgãos de controle porque os salários são melhores. O salário de um PHD hoje, numa universidade, é da ordem de R$ 7.000,00, e a gente sabe que um recém formado pode estar ganhando dezesseis, dezessete em outros concursos. Então, de certa forma, existe um desbalanço nessa profissão, mas que regionalmente ele é maior. Então isso pode e deve ser estimulado, até porque se tem que se privilegiar alguma coisa em mudança do clima e baixo carbono, se chama Amazônia, e isso exige de fato tomadas de decisão responsáveis com o desenvolvimento econômico da região. Não resta dúvida de que controlar desmatamento com fiscalização terá pouquíssimo resultado à luz do que, por exemplo, eu vejo no Rio de Janeiro, a nossa dificuldade em controlar favelas ao lado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com violências variadas na Linha Vermelha, Linha Amarela e etc., com todo o aparato policial existente. Não acredito que em cinco milhões de quilômetros quadrados a gente, na base da fiscalização, vá controlar o desmatamento da Amazônia. Eu acho, sim, que pode ser feito ajuste fino com a fiscalização, mas o grosso tem que ser a atividade econômica que gere emprego para essas pessoas que hoje estão envolvidas com o desmatamento, que boa parte das pessoas que estão no desmatamento não são marginais, são pessoas que estão tentando trabalhar e que de certa forma não foi oferecida uma alternativa econômica mais equilibrada, como é o caso da Zona Franca de Manaus, que gera emprego para um monte de gente e que não tem nada a ver com desmatamento. Então outras alternativas, como essa, têm que ser buscadas na região, com bastante qualidade para as pessoas que lá vivem.

Eu passo aqui para os questionamentos dos Senadores. Deixa eu pegar aqui as duas. Eu ressalto aqui a questão dos compromissos para a COP-14. O Brasil estimulou muito a entrada do Protocolo de Kyoto, que é o protocolo que vale, enfim, até 2012, e daí uma busca por uma solução, que foi um protocolo aonde os países desenvolvidos que assinaram esse protocolo e os países em desenvolvimento também, se separou em grupos, os que já estavam desenvolvidos e os que estão se desenvolvendo para que aqueles emissores reduzissem suas emissões no mundo inteiro e, principalmente, aonde fosse mais baixo o custo, e nos países em desenvolvimento têm sido historicamente o maior mercado de redução de emissão. Ocorre que essas emissões todas somadas não chegam a 0,5% das necessidades que exigem no País para a redução de emissão, global, e isso tem gerado preocupação. Daí a COP desse ano, por um lado por estar chegando perto de 2012, por outro lado por estar tendo um Governo americano que pelo primeiro momento começa a reconhecer o tema da mudança do clima, temos que lembrar que até o ano passado algumas empresas de petróleo, incluindo a EXXON, faziam concursos para cientistas para dizer que o clima não ia mudar. Isso foi financiado durante um bom tempo e, de certa forma, começou a diminuir até antes da mudança do Governo dos Estados Unidos, porque os acionistas da EXXON começaram a se queixar da redução de vendas na Europa provocado por ONGs, enfim, se mobilizaram muito bem para mostrar que aquela empresa de petróleo estava agindo de maneira incorreta. Então é um tema crescente e o compromisso brasileiro num primeiro momento foi botar o guiso no rabo do gato do primeiro mundo. Eu acho que fez muito bem. Fez muito bem e fez de maneira muito clara, mesmo com um pequeno Exército de Brancaleone trabalhando nisso: Ministério

de Ciência e Tecnologia, Ministério de Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente trabalharam muito bem até agora. Agora chegou uma outra fase aonde não podemos chegar nas Conferências como o País que ainda tem uma diferença de desenvolvimento muito grande em relação aos países do primeiro mundo, começamos a ser uma economia de fato respeitada, de fato concorrencial, e precisamos a começar a aproveitar das oportunidades que temos aqui, por um lado uma matriz energética que historicamente tem sido com peso de renovável bem diarista da deles e que pode ser estimulada, por outro lado há outra situação relativa à Amazônia e essa sim convêm cuidados e convêm detalhes de como se portar. As orientações de como se portar nas Conferências têm sido dado pelo Ministério de Relações Exteriores e tem sido de bastante precaução, daí os estímulos nacionais para que possamos assumir compromissos um pouco mais, eu diria, de vanguarda, que de certa forma tem sido um pouco limitantes. Eu reconheço também que o papel dos colegas do Ministério de Relações Exteriores, logicamente com a base técnica fornecida pelo MCT, pelo MMA e outros, de certa forma tem que ser de prudência, sim, porque os países desenvolvidos têm tido uma função de prudência. O caso francês que foi citado, eu acompanhei recentemente em literatura, porque eu fui numa reunião do IPCC, na Noruega, sobre energia renovável, que voltei semana passada, por um acaso troquei de voo na França e peguei a revista do [ininteligível], que estava discutindo o tema da taxa do carbono. Era um pouco o retorno deles das férias de verão e etc., parecia como uma espécie de pêndulo, porque, no momento que a taxa faltava muito tempo para aprovar, todo mundo foi a favor, e agora, que chegava no detalhamento da taxa, a coisa está complicando. Eu acho que ela ainda não foi aprovada. Eu acho que ela está no encaminhamento de discussão, e há uma preocupação grande, porque, no interior da França, por exemplo, não há transporte coletivo, e aí o cara que está na área rural vai pagar mais? Há uma discussão em que os ecologistas têm dito que é pouco para o que se esperava, e a população está achando que é mais uma taxa, enfim, gerando uma certa reação.

Por último, em relação ao Senador Tuma, a questão do nuclear foi debatida no ano passado, no âmbito do Fórum, não houve consenso pró ou contra nuclear. De fato em relação a gases de efeito estufa é um baixo emissor ou a emissão é muito pequena em algumas atividades do garimpo e etc., mas a preocupação é que não existe só a poluição de gases de efeitos estufa, existem outras poluições, inclusive radioativas desse tipo de fonte, e que o Brasil, no meu entendimento, eu não estou falando pelo Fórum, eu estou falando no meu entendimento, acho que de fato tem que manter um papel de pesquisa muito importante nessa fonte, porque tende a haver várias iniciativas no mundo e não acho que o Brasil deva se afastar do tema da energia nuclear. Porém, com o potencial hidráulico que a gente tem e com a capacidade de produção de biomassa e etc. ou mesmo outra fontes que podem vir, como a eólica, como marés e etc., eu acho que também não cabe desenvolver nenhum programa nuclear francês que botou duas, três usinas por ano durante um bom tempo entre a década de 70 e 80; eu acho que não é o nosso caso. Agora talvez ter bastante pesquisa, ter bastante desenvolvimento, algumas unidades de geração, eu acho que é razoável que se tenha, até para não se perder o trem da história nesse tema.

Eu peço desculpas por não poder ficar, mas eu tenho um compromisso no Ministério de Relações Exteriores às quatro horas e que foi assumido um tempo antes de o Professor Pingueli ter pedido que eu viesse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Professor Marcos, muito obrigado, obrigado ao senhor pelas informações, fique muito à vontade no seu labor.

Passo a palavra ao Dr. Rubens Harry Born, Diretor-Executivo da Vitae Civilis, para que possa utilizar até vinte minutos para a sua exposição. Logo em seguida a abertura para debates.

SR. RUBENS HARRY BORN: Muito obrigado, boa-tarde senhoras e senhores, boa-tarde Sra. Deputada, Srs. Deputados, Senadores. É um prazer estar aqui nesta Comissão e poder contribuir, trazer pensamentos, posições e experiências, pontos de vista não só da organização na qual eu atuo, mas de um conjunto maior de organizações para as quais eu tenho tido a honra e o privilégio de colaborar. Quero dizer que, além de estar aqui na condição de Diretor do Instituto Vitae Civilis, eu tenho dois outros papéis.

Um é o de ser um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Mudanças de Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e nós tivemos nesses dois dias, começando ontem, uma reunião que envolveu mais de oitenta participantes, não só do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, mas de outras redes, de Centrais Sindicais, a CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, entidades de defesa do consumidor, entidades de defesa de direitos humanos estavam presentes. Nós temos aqui, no plenário, representantes de algumas organizações que estavam lá, temos aqui a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, a Associação Potiguar de Defesa da Natureza, o Instituto Brasileiro

de Defesa do Consumidor, GREENPEACE, Instituto Socioambiental – Desculpe se eu estou falhando o nome de alguns aqui –, BARCA, Vitae Civilis, AGAPAN, que é uma das pioneiras lá no Rio Grande do Sul, o próprio FBOMS está representado aqui pela sua gerente. O FBOMS é uma coalizão de cerca de quinhentas ou mais organizações, movimentos sociais, sindicatos, tem catorze grupos de trabalho, um deles de mudança do clima e até hoje, até amanhã, temos reunião conjunta dos grupos de juventude, grupos de água, tivemos a presença de participantes do grupo de energia, de floresta na nossa reunião para discutir Plano Nacional de Mudança do Clima, Política Nacional de Mudança do Clima e COP-15, exatamente os temas, não por coincidência, os temas dessa Sessão, porque nós tivemos a oportunidade de dialogar com membros da Comissão e poder articular datas convenientes e poder trazer representantes da sociedade para esse Plenário, até porque os senhores sabem que o § 1º, do art. 1º, da Constituição, diz que nós vivemos numa República participativa e fazemos questão de que, além dos senhores e senhoras parlamentares, os cidadãos e cidadãs possam estar presentes nesta Casa nos temas mais importantes para a Nação.

Falo, também, na condição de Coordenador-Geral de uma campanha global, sou coordenador para a parte brasileira, é uma campanha global que aqui, no Brasil, ficou apelidada de TIC TAC TIC TAC. Inclusive há um site, eu vou distribuir para os senhores e senhoras o material, é uma campanha sui generis também porque envolve grupos ambientalistas, grupos de direitos humanos, sindicatos, líderes empresariais, cientistas, jovens, mulheres, grupos religiosos de todas as religiões. Aqui no Brasil, só para dar um tempo, nós temos da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a CUT e outras Centrais Sindicais. Nós temos de grupos de direitos humanos às grandes ONGs ambientalistas. Temos Associações Amigos de Bairro, temos várias redes que estão nessa campanha.

Então, Deputado Colbert, quero apresentar alguns dos pontos que preocupam esse conjunto bastante diversificado de organizações no que tange tanto ao tema Plano Nacional e Política Nacional como preparativos para a COP-15. E, Deputado e Deputada Vanessa, Vice-Presidente, os dois temas têm muito a ver. Como disse o professor Marcos Aurélio, não dá para pensar que o Brasil defenderá posições numa COP, qualquer que seja ela, esta ou nas próximas, se não tiver consistência e coerência com o que busca realizar no Brasil. A liderança internacional do Brasil precisa se dar na base de exemplos concretos, na busca de uma consistência e coerência do seu desenvolvimento, que nós defendemos, pautamos, reivindicamos que seja na base, no diálogo da sustentabilidade do desenvolvimento.

Nesse sentido, eu começo talvez de trás para adiante. A campanha global está mobilizando aquele conjunto expresso e bastante diversificado de organizações com a tentativa de conseguir com que os negociadores dos principais países, leia-se países industrializados, mas leia-se também Brasil, China, Índia, África do Sul, Coreia, Cingapura, México, Argentina, Chile, bloco do MERCOSUL, todos os países que tenham um papel fundamental, e eu diria também dos pequenos países insulares, porque eles têm um papel fundamental, como tiveram na negociação do Protocolo de Kyoto.

Podem ser os mais vulneráveis, mas têm um papel fundamental na discussão desses temas. É conseguir que as melhores decisões sejam tomadas em Copenhagen e, para isso, essa campanha, está circulando no mundo todo um abaixo-assinado lançado há menos de três semanas para ser entregue aos Chefes de Estado, Chefes de Governo em Copenhagen ou alguns dias antes de Copenhagen. Com isso queremos dizer que esperamos que o Presidente Lula, assim como esperamos que o Presidente Obama nos Estados Unidos, que o primeiro Gordon Brown da Inglaterra, Chefe de Estado, Chefes de Governo estejam em Copenhagen e assumam pessoalmente a condução das decisões políticas que serão tomadas em Copenhagen. É importante o envolvimento dos Chefes de Estados e Chefes de Governo, é importante o envolvimento do Poder Legislativo, dos parlamentares, é importante que uma Comissão, imagino que desta Casa, dessas duas Casas, do Congresso Nacional, possa estar presente em Copenhagen.

Então quais são os pontos que são defendidos pela campanha – depois eu quero voltar para a proposta das organizações brasileiras – do ponto de vista global? Primeiro, que Copenhagen possa garantir que o aquecimento global fique bem abaixo dos 2ºC no final desse século. Por que é importante isso? A temperatura já aumentou 0,6º e aumentará certamente mais 0,6º ou 0,7º com os gases emitidos já emitidos até o dia de hoje, até esse momento. Portanto, como disse o Vice-Presidente Al Gore no seu filme, a nossa oportunidade, a janela de oportunidade é muito pequena. E para isso precisamos então de políticas, metas e mecanismos que permitam não passar dos 2º, com grande chance que a gente possa ter o pico global das emissões antes de 2020. Isso significa que os países industrializados terão que cortar pelo menos 45% das suas emissões até 2020. Eles cortando para que pequenos países insulares ou países mais pobres na África e alguns países em desenvolvimento

possam ainda ter um tempo para criar as infraestruturas, postos de saúde, escolas na Amazônia, como a Deputada falou, estradas, o que for necessário para garantir condições dignas de vida dentro do modelo da sustentabilidade do desenvolvimento. Isso implicará em transformações que podem eventualmente levar ainda a um aumento de emissões, mas o aumento dessas emissões, também isso é uma reivindicação para os países em desenvolvimento, tem que se dar em taxa, em velocidade menor que ocorreria se nós não tivéssemos o Tratado Internacional das Nações Unidas assinado no Brasil em 1992, a Convenção do Clima. Isso está expresso claramente no art. 41.1 da Convenção do Clima: obrigação, compromissos de todos os países; letra 'b' do art. 4.1: incorporar nos seus planos setoriais de energia, transporte, habitação, as preocupações de mudança do clima; art. 4.1 da Convenção do Clima, alínea 'd': conservar florestas, recuperar áreas degradadas florestais. Então a proteção de florestas e a recuperação de áreas florestais é compromisso do Brasil, desde que o Congresso Nacional ratificou a Convenção e por Decreto Legislativo colocou a Convenção dentro do ordenamento jurídico, se eu não me engano, em 2 de fevereiro de 1994. Portanto, há quinze anos que a Convenção é Lei no País e há quinze anos que deveríamos ter plano nacional em vigência, refletido no orçamento nacional e, portanto, mais do que demandar Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério de Relações Exteriores, que têm sido os baluartes do tema no Brasil, nós precisamos cada vez mais demandar Ministério de Planejamento e Orçamento, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministro de Minas e Energia, que incorporarem suas políticas setoriais nos seus orçamentos, as preocupações de ter um Brasil com baixa emissão de carbono, gradativamente, por mais que o Brasil ainda não tenha metas obrigatórias de redução. Isso eu quero mais falar mais adiante.

Aí vem um outro ponto do abaixo-assinado, que é também refletido e endossado pelas organizações do Brasil, que todos os países têm que estabelecer objetivos mensuráveis, verificáveis e reportáveis para redução substancial das emissões de países em desenvolvimento, portanto, estamos juntos, emergentes e em rápido crescimento econômico. E aí, sem citar, estamos falando sim de Brasil, Índia, China, África do Sul, Cingapura, Coreia, Chile, viabilizados por medidas apropriadas a cada País, o que no jargão da Convenção são a sigla NAMAs – Medidas Nacionais Apropriadas de Mitigação.

Tive a oportunidade, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs, em novembro de 2007, numa reunião do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima no Palácio do Planalto, entregar ao Presidente da República um documento que foi oficialmente lançado aqui no Congresso Nacional naquele mesmo ano, em novembro de 2007, que é proposta da sociedade civil para o Plano e para a Política Nacional de Mudança de Clima. Não há mais exemplares impressos disponíveis, nós temos nesse CD uma versão em português, eu deixarei, mas naquela oportunidade nós tivemos a oportunidade de falar para o Presidente da República Federativa do Brasil, dizendo que o Brasil nas negociações internacionais faz parte do bloco G-77, o bloco dos países em desenvolvimento. E a título de exemplo lembrei ao Presidente de que o Brasil... Citei alguns exemplos de países que têm algo em comum com o Brasil, citei quatro países: Bolívia, Burundi, Botsuana e Brasil. Todos têm a letra B como inicial do nome. A primeira comparação para por aí com Botsuana e Burundi. Com Bolívia temos algo mais em comum, temos uma fronteira em comum porque estamos na América do Sul. A comparação para aí. Do ponto de vista legal e político, o Brasil tem a mesma responsabilidade que Botsuana, Burundi e Bolívia perante a Convenção do Clima. Do ponto de vista de condições econômicas, de, digamos, maturidade política da democracia, das nossas instituições(F), da economia, da pujança da economia, nós temos responsabilidades diferentes. Sei que o Presidente Lula, a ex-Ministra Marina Silva, o próprio Ministro Carlos Minc e outros Ministros têm dito que sim, que o Brasil reconhece que tem responsabilidades diferenciadas, mas nós precisamos estar à altura e preparar o País para assumir essas responsabilidades. E aí vem uma outra demanda, que é tanto do abaixo-assinado internacional como do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais: criar mecanismos efetivos, concretos, eficazes para diminuir as emissões associadas à redução do desmatamento e, também, a ampliação da conservação florestal. Privilegiamos mais os mecanismos vinculados a políticas públicas, sob as quais haverá governança e transparência. E os mecanismos de mercado, eventualmente, só como suplementares aos instrumentos de políticas públicas.

Necessitamos também, pensando em países como Burundi e Botsuana, que o Brasil deve ter um papel de protagonismo, assim como está tendo a sociedade civil nas COPs de demandar os países industrializados, que mobilizem os recursos financeiros e acesso à tecnologia como foi promovido na RIO 92, como está consagrado na Convenção do Clima, como está consagrado no Protocolo de Kyoto – e não está sendo

cumprido – de facilitar o acesso a recursos financeiros e mobilizar recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento nas medidas de adaptação e nas medidas apropriadas de mitigação a cada País. Precisamos, portanto, mobilizar a sociedade, porque Copenhagen poderá produzir um belo resultado e ficará no papel se a sociedade não estiver atenta e mobilizada e se o Congresso não estiver atento e mobilizado para logo em seguida a Copenhagen tomar as medidas que forem necessárias no campo legislativo, para permitir que aquilo que for decidido possa ser ratificado com rapidez ou possa entrar no ordenamento jurídico nacional com a rapidez e efetividade que esperamos. Mas, sobretudo, o abaixo-assinado e também a posição do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais é que todo o esforço tem que ser feito tendo como marco a promoção da sustentabilidade e dignidade do desenvolvimento humano e que, portanto, nós temos que reconhecer os limites ecológicos, garantir aquilo que está no inciso II, § 1º, do art. 225 da Carta Magna, que incumbe ao Poder Público preservar, proteger os processos ecológicos essenciais que garantem a vida. Podem olhar lá no inciso II, § 1º, do art. 225.

Portanto, nós precisamos, agora eu quero voltar um pouquinho à questão nacional e também às posições do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e àquilo que o Professor Marcos Aurélio e o Deputado Carreira tinham colocado, algumas questões sobre contradições ou incoerências.

Temos dito que o plano – e damos boas-vindas ao plano – é um copo com água eu não sei se pela metade, portanto, eu não sei se meio cheio ou meio vazio. Precisamos completar o copo com água da melhor qualidade. E, para completar, precisamos sim da aprovação do Projeto de Lei sobre Política Nacional de Mudança do Clima, o Projeto de Lei 3.535. Esperávamos que esse Projeto de Lei, na sequência lógica, tivesse surgido e sido aprovado e promulgado antes da existência de um plano, porque o plano é um instrumento do Projeto de Lei. Não foi. Temos tempo até 7 de dezembro para tentar colocar na pauta. Eu sei que têm as medidas aí do pré-sal que eventualmente podem ou não trancar a pauta, mas essa é uma outra busca de coerência que eu quero me referir. Mas a votação de um Projeto de Lei sobre Política Nacional de Mudança do Clima é para ontem, é para ontem na nossa opinião. Estamos já no mínimo com quinze anos de atraso desde que a Convenção foi ratificada pelo Congresso e, portanto, uma política nacional tem que ser um marco regulatório que garante transparência e claridade, para que o plano é uma medida do Executivo. No ano que vem teremos eleições. Então é importante que esta Casa possa garantir à sociedade brasileira que vamos ter um marco legal e regulatório importante.

Quanto às contradições, não adianta ter um plano da melhor água cristalina e possível se ele for uma pequena peça dentro do conjunto governamental e que é muitas vezes sobrestada com contingenciamento orçamentário, como o Deputado falou, ou que tem que conviver com contradições. Eu quero dar dois exemplos. O plano defende e nós esperávamos mais, que fosse uma meta maior ou mais ambiciosa de redução do desmatamento, não até 2017, mas como algumas ONGs defendem até antes, 2015, quiçá até 2014, porque quando o pessoal vier aqui na Copa do Mundo vai ver o que Brasil de fato fez um esforço de reduzir o desmatamento e a gente vai dizer: "Estamos jogando uma boa bola e não somos degradadores, poluidores e assim por diante". Mas de nada adianta isso, eu falo isso porque nas negociações em Bonn, em junho, os nossos diplomatas, os nossos representantes foram questionados por conta da aprovação da Medida Provisória 458 em Lei. Independente do mérito, houve um questionamento lá fora. O Brasil não está imune a ser questionado lá fora e, portanto, nós teremos que buscar maior coerência entre a busca do desenvolvimento nacional em base sustentável e o que está no plano. Nós não podemos ter medidas legislativas ou do Poder Executivo que eventualmente anulem o esforço do Plano Nacional de Mudança do Clima. Então para isso precisamos envolver Estados e Municípios no controle do desmatamento, na promoção de sistemas agroflorestais, na promoção de uma agricultura sustentável, na promoção de cidades sustentáveis. E aí, veja, o Ministério das Cidades, política de transporte. Eu queria fazer uma pergunta em caráter pessoal enquanto cidadão, enquanto diretor do Vitae Civilis. O Presidente da República alegou e tomou uma medida que para combater a crise econômica precisava manter o nível de emprego na indústria automobilística e reduziu o IPI a zero até esse mês, escalonado nos meses subsequentes para uma série de veículos. Bem, de um lado é importante, há defensores dessa medida dizendo que é importante uma renovação da frota, porque carros mais antigos são mais poluentes que carros novos. Isso é plausível e isso, obviamente, tem que entrar na equação e tem que ser considerado. Mas a manutenção, a postergação ou o adiamento disso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Dr. Rubens, o senhor dá licença? Eu estou sendo comunicado pela Presidência do Senado que os Senadores estão sendo chamados a Plenário. V. Exa., Senador Jefferson Praia, fique à vontade. E dizer ao senhor que, se começar a Ordem do Dia, por

dever regimental nós teremos que interromper a nossa Sessão. Obrigado.

SR. RUBENS HARRY BORN: Estarei terminando então logo mais. Então com esse exemplo, será que com o aumento da frota... E falta o Governo apresentar esses números. Se nós precisamos de números para objetivos mensurais, o que esse aumento de frota, mesmo que os carros novos sejam menos poluentes que carros antigos, o que levará ao aumento das emissões brasileiras em função da frota circulante? Como isso será eventualmente compensado? Se nós criticamos os países industrializados que querem manter um nível de emissão e vêm nos impor ônus para diminuir emissões ou para compensar emissões para o plantio de árvores, será que nós queremos aumentar a frota circulante em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro para depois deixar o ônus para a Paraíba, para o Piauí ou para o Acre em plantar árvores para compensar a frota que aumentou nos Estados mais desenvolvidos? Essa conta precisa ser feita, esse debate precisa ser feito, assim como outros exemplos.

Então a campanha TIC TAC – e aí com isso eu quero ir terminando, Deputado Colbert, Deputada Vanessa – quer que esse abaixo-assinado e que as nossas propostas possam ser encaminhadas ao Presidente da República, se possível, até antes da sua viagem no final de semana e participação na Assembléia Geral da ONU daqui uma semana, no dia 22 de dezembro a abertura da Assembléia Geral da ONU, convocada pelo Secretário-Geral Ban Ki-Moon, e o Presidente da República Federativa do Brasil, por tradição, é o primeiro Presidente a falar. Esperamos que o nosso Presidente não fale somente da diminuição do desmatamento ou de biocombustíveis, porque nós achamos que inclusive os biocombustíveis, o etanol, são uma transição, não a solução final, para um modelo de mobilidade sustentável na cidade com mais transporte público. De novo o exemplo do IPI: será que não valeria fazer uma revisão dos tributos, uma engenharia financeira, ao invés de conceder isenção para o proprietário particular conceder crédito para as Prefeituras aumentarem a frota de ônibus limpos e eficientes, aumentar os sistemas de metrô na cidade? Com essa renúncia fiscal virá, efetivamente, aumento de frota circulante de transporte público nas grandes metrópoles brasileiras? Então está faltando envolver o Ministério do Transporte, o Ministério de Energia, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento nessas áreas.

Então nós queremos que o nosso abaixo-assinado, as nossas propostas que eu terei prazer em encaminhar depois para os membros desta Comissão, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, e de tal maneira que os senhores e senhoras possam interagir com a Presidência da República, mas obviamente nós vamos buscar interagir, possa ser levado antes do 22 de setembro. O dia 21 de setembro é um dia mundial onde em diferentes cidades, de Moscou a Cingapura, de São Paulo a Natal, 21 de setembro, próxima segunda-feira, haverá manifestações em centenas de cidades do mundo. Só no Brasil tínhamos ontem mais de setenta ações que vão acontecer em diferentes cidades brasileiras para lembrarem o Presidente da República no dia seguinte, quando ele falar na ONU, que a sociedade civil está atenta, está mobilizada para exigir não só do Brasil, Presidente Obama, de Gordon Brown, de todos os demais Presidentes, Chefes de Estado, as medidas necessárias. Dia 24 de outubro haverá uma nova mobilização global internacional em várias cidades e estaremos atentos e disponíveis para o diálogo com essa Casa e com o Poder Federativo.

Só, por último, não poderia deixar de falar, o Senador Tuma colocou, mas uma das posições taxativamente é não aceitar a geração energética nuclear pelos riscos envolvidos. Consideramos que isso não é desenvolvimento sustentável pelos riscos e comprometimento possível de futuras gerações.

Então eu queria para terminar, Deputado, lhe passar um abaixo-assinado, um bóton da campanha e depois passarei isso aos demais parlamentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Dr. Rubens, eu quero agradecer. O senhor ficou de nos dar um CD que eu vou pedir que--

SR. RUBENS HARRY BORN: Eu tenho mais exemplares para todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu vou pedir que seja reproduzido também lá pela nossa Comissão para poder colocar à disposição das pessoas.

SR. RUBENS HARRY BORN: É o da Campanha TIC TAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Desafios globais e mudanças--

SR. RUBENS HARRY BORN: Não, desculpe, aqui dentro tem um documento que está esgotado. Stéfani(F), você não tem aí o documento GT Clima? O bóton eu posso lhe passar, Senador, é da TIC TAC.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu gostaria de deixar aberta a palavra, se o Senador Praia, que pediu, pudesse fazer qualquer intervenção e se o senhor puder... Isso aí vai ser bem levado em consideração no nosso relatório, porque achamos que o senhor foi muito prático do ponto de vista da representação que o traz aqui. Senador Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu quero parabenizar ao Dr. Rubens pela fala e lhe dizer, Dr. Rubens, que nós só vamos avançar nos objetivos que queremos, que não são divergentes, mas sim convergentes, quando tivermos esse tipo de manifestação. Acho que temos que estar mais presentes mesmo nos parlamentos, não só aqui no Congresso Nacional, mas nas Prefeituras, nas Assembléias Legislativas, nos acompanhamentos das decisões dos Prefeitos, dos Governadores e, é claro, de todas as ações do Governo Federal. E aí temos uma agenda muito intensa para avançar. Eu entendo que o Estado brasileiro aí, nos seus mais diversos entes federativos, tem muito a fazer ainda, deixa a desejar. Nós temos um País complexo, um País muito difícil.

Para V. Sa.. ter uma ideia, eu sou de uma região, que é a Região Amazônica, de um Estado que o Estado do Amazonas, e aí nós temos, por exemplo, muitos Prefeitos que não têm uma visão como a visão que V. Sa.. acabou de colocar, que é a nossa visão, daqueles que percebem a questão climática como alguma coisa que já está acontecendo e não vai acontecer, ela apenas tende a se intensificar. E aí nós temos, é claro, que cobrar muito mais, cobrar de todos esses Poderes: cobrar dos Prefeitos, cobrar dos Governadores, cobrar do Presidente da República, dos Ministros, cobrar do Congresso, estarmos atentos nas votações dos Projetos de Lei como V. Sa.. acabou de colocar.

Eu acredito também, eu gostaria de deixar apenas uma outra observação que foi tocada pela Deputada Vanessa quanto à Amazônia e quanto ao País como um todo ou o planeta, mas vamos colocar lá na nossa Amazônia. O foco, a Revista Veja, para mim ela está sendo de uma percepção muito interessante, até porque essa tem sido a minha visão. Desde quando entrei nessa Casa tenho colocado e agora tivemos um Dia da Amazônia, eu fiz uma abordagem dentro desse contexto: o foco é o ser humano, porque não vai ser apenas com monitoramento e com fiscalização que nós vamos conter o desmatamento. Ou nós fazemos políticas públicas para atender o ser humano, aqueles 25 milhões de seres humanos que estão na Amazônia e a maior parte está em uma condição de vida que não é a adequada, são pessoas muito pobres, ou nós focamos dentro do contexto de atuarmos aí resolvendo as questões, a infraestrutura econômica e social, porque eles querem isso, ou então nós estaremos fazendo uma política de gastarmos muito mais sem grandes resultados, porque tudo é uma questão de tempo. Eu entendo que dentro do contexto da Amazônia nós temos políticas públicas de curto prazo, de curtíssimo prazo, de médio e de longo prazo.

No curto prazo ou nós buscamos atender aquela população, orientar aquela população, fazer investimento em educação, em ciência e tecnologia, já que não conhecemos aquela região e temos as dificuldades, como V. Sa.. percebeu, para termos um número "X" de doutores lá naquela região, já que esse é um dos grandes problemas. V. Sa.. deve saber que 80% dos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia irão se aposentar daqui a cinco anos, 80%, quer dizer, de cem pesquisadores, oitenta vão se aposentar daqui a cinco anos e você não tem uma política que possa fazer com que nós aproveitemos o conhecimento daquelas pessoas e, é claro, possamos dar continuidade ao trabalho que o instituto vem fazendo. Portanto, o Governo deixa muito a desejar. Nós temos visto muitos discursos apenas. Investimento na área de ciência e tecnologia que deixa a desejar, quando a região Amazônica fica relegada a um segundo, terceiro plano, que é hoje a região mais importante desse País, não querendo menosprezar os demais. A Região Amazônica, ela tem que ser olhada de forma diarista sim, porque é lá que nós temos a maior reserva florestal. O senhor e todos que estão aqui sabem disso. Eu tenho falado por aí que a Amazônia, ela não é a vilã da COP-15, não, ela não vai ser a vilã lá na Dinamarca. A Amazônia é a estrela de Copenhagen, a Amazônia será a estrela de Copenhagen, porque é na Amazônia que estão os nossos potenciais, está a nossa reserva florestal, toda a questão da biodiversidade, tudo que temos de aproveitar desse País de forma correta. E, para isso, nós temos que ser enérgicos como vocês estão sendo, estarem presentes aqui no Congresso, participar. Na política eu aprendi uma questão importantíssima: se você não tiver o acompanhamento dos parlamentares, as coisas não andam; ou nós atuamos acompanhando os projetos que estão na Casa, acompanhando o desempenho dos parlamentares, o que eles estão votando, como é que as coisas estão indo, ou então nós vamos ficar sempre cobrando. Cobra-se, cobra-se muito e nós não vemos o resultado esperado.

Portanto, eu quero me solidarizar com vocês no abaixo-assinado, dizer que sou apenas mais um nessa luta, mas entendo que nós temos um caminho muito grande a avançar, porque a Amazônia que está na cabeça dos senhores e das senhoras que estão aqui é uma Amazônia para daqui a trinta anos. Ou nós agimos rápido ou vai ser uma Amazônia que quando chegarmos lá a árvore já está derrubada. Se você dar uma olhada naquele mapa ali, você encontra o Estado do Amazonas com uma reserva ainda de praticamente 98%. Mas tem uma razão: a razão relacionada às estradas para o difícil acesso ao Estado do Amazonas e

uma outra fundamental, que é o polo industrial de Manaus, que fez com que as nossas energias, Deputado Colbert, não fossem em direção aos recursos naturais; foi tentado isso, não pensa que não houve política com o objetivo de se investir no setor primário. Houve sim, só que na visão do empresariado local foi muito mais fácil investir em indústria e no comércio do que ir para o aproveitamento dos recursos naturais e isso fez com que nós tivéssemos lá aquela reserva. Agora se você olhar para os demais Estados, com exceção do Acre, você olha, por exemplo, para o nosso vizinho e os nossos irmãos do Pará, você vai ver uma outra realidade. Por que isso? Pelo acesso e por não ter um modelo econômico que fosse uma alternativa, fora o aproveitamento dos recursos naturais.

Portanto, temos que ter o nosso olhar para o curtíssimo prazo, é importante isso, para o médio e para o longo prazo. Então o curtíssimo prazo é como nós vamos fazer com que aquela população tenha uma melhor qualidade de vida, possam sem educados, sejam nossos aliados para preservar e conservar a Amazônia, porque senão na hora eles acabam fazendo uma coisa que não é... Por exemplo, eles não têm essa percepção, V. Sa.s. aqui sabem disso. O cidadão lá que está paupérrimo, aproveitou errado os recursos naturais e continua na miséria. Porque ele precisa fazer, Deputado Colbert, faz muitas vezes uma ação em nome ou determinado por um mal empresário, por alguém que quer apenas o lucro imediato e que se dane a questão relacionada ao meio ambiente e a questão climática. Não estão preocupados. E aí os nossos pobres irmãos e irmãs da Amazônia ficam observando tudo isso passar com uma péssima qualidade de vida.

Portanto, era essa a contribuição que eu gostaria de dar e eu acredito que esta Comissão está fazendo um trabalho muito bom, vai avançar, foi uma ideia muito interessante criarmos esta Comissão e termos este tipo de debate aqui, porque o mundo passa hoje por uma revolução, eu não sei em que nível ela está, mas nós já sentimos isso. O senhor, todos que estão aqui dentro, já estamos dentro desse contexto de um novo modelo que vem por aí, que é o modelo de uma economia diferente, que é uma economia que vai se voltar para os aspectos relevantes do bom aproveitamento dos recursos naturais e não apenas do lucro imediato. Essa era a minha contribuição e deixo o nosso trabalho à disposição de todos os senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): O Deputado Luiz Carreira também vai falar, mas antes que o Deputado use a palavra, eu registro com prazer a presença do Engenheiro Civil Odair Santos Júnior, assessor da presidência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais; registro, também, a presença do Engenheiro Eletricista José Chacon de Assis, Coordenador Nacional do Movimento Cidadania pelas Águas no Brasil; também do Engenheiro Agrônomo Jonas Dantas, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia, que é Coordenador Adjunto do Grupo de Trabalho do Meio Ambiente do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura e também mentor da Frente em Defesa do Rio São Francisco. Muito obrigado a todos pela presença. Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Eu queria cumprimentar ao Dr. Rubens, Diretor-Executivo da Vitae Civilis, e parabenizá-lo pela sua exposição.

Lembrar que na verdade é o seguinte: todos os Governos – e esse Governo em particular – criaram alguns factóides que, na verdade, o tempo acaba por fazer esquecer. Por exemplo, a primeira coisa que se falou no início do Governo foi o Primeiro Emprego, deu-se até a coordenação ao atual Governador da Bahia. Não se criou emprego nenhum, então acabou o Primeiro Emprego, sumiu, não se falou mais nunca. Depois o Fome Zero. Também o Fome Zero sumiu. Aí veio o Bolsa-Família, que era um complemento do Governo anterior, esse daí se colocou, deu-se capilaridade e passou a ser o programa principal. Depois veio o PAC, que também já não se fala mais. Agora o pré-sal, agora tudo é pré-sal. A questão da mudança climática chegou aqui em 2008 muito forte, de certo a Ministra Marina Silva veio e discutiu, quer dizer, o projeto chegou aqui. E de lá para cá ninguém mais se mobilizou para nada, nem o Ministro teve o interesse específico de vir aqui tratar essa questão e fazer impulsionar, porque nessa Casa infelizmente as coisas, quando o Governo quer, ele faz andar; quando não quer, tem que ser por nossa iniciativa mesmo.

Então eu sugiro aqui ao Deputado Colbert Martins que a gente saia até daqui e vamos ver, o projeto está sobre a mesa, para ver efetivamente que providência o Presidente da Casa está tomando ou vai tomar para que se possa votar o mais rápido possível, porque, se for parar para discutir somente o pré-sal aqui, nós vamos ficar aqui até para o ano, discutindo o pré-sal, que é o que o Governo quer de certa forma também, que é acabar... "Aprova logo tudo como está, mesmo que vai acontecer em 2020, mas vamos discutir logo, vamos botar isso na rua", porque é a questão da Ordem do Dia agora. Das outras questões não se fala mais. Isso é muito importante porque, como tem a questão da COP, eu acho que é hora do próprio Congresso, aqui, tomar uma posição e cuidar.

Eu pergunto o seguinte: a sociedade civil concorda com esse Projeto de Lei que está aqui? Quer dizer,

tem novas sugestões a acrescentar a esse texto que veio do Executivo, em 2008, que está aqui, dormindo na Casa desde 2008? Quer dizer, eu fui Relator na época na Comissão de Meio Ambiente do projeto do Thame, do Mendes Thame, que foi apensado a esse projeto, está apensado. Aprovamos na Comissão de Meio Ambiente. É o 3.535. Eu tenho aqui a solicitação de apensamento do Mendes Thame, tem o requerimento dele, requer a tramitação dos Projetos nº 261 – que eu fui o Relator – e o 3.535, de 2008, quer dizer, está com tramitação conjunta esses projetos, só que está aí sem nenhuma definição. Agora nós estamos aqui na Comissão de Mudanças Climáticas há tanto tempo discutindo mudança climática e esses projetos constaram do relatório anterior, do relatório de dezembro do ano passado. Nós fizemos uma recomendação especial para a tramitação. Mas se aqui na Casa não se cuidar disso pessoalmente, não estiver todo dia tratando, não anda, porque a pauta está sempre carregada ou trancada por diversas MPs que estão sempre aí ou por questões outras que são mais prioritárias para o Governo, o Governo já mandou a proposta dele para cá, não está fazendo, não está demonstrando o interesse específico em ver aprovada antes da COP-15. Eu acredito que o Governo está comendo mosca nisso, quer dizer, não tem efetivamente trabalhado junto às suas lideranças aqui, não está interessado em ter essa proposta aprovada até a COP-15 ou está achando que é irrelevante tê-la, já que ele tem um plano e a política ficou aí, digamos, sem grandes interesses maiores por parte do Governo, que se tivesse um interesse específico já estaria aqui certamente as suas lideranças sendo trabalhadas para que colocassem, quer dizer, agilizassem a tramitação seja do Relator, seja da colocação em pauta. Então eu acho que essa questão precisa até elucidar, perguntar ao Ministério antes de mais nada o seguinte: "Olha, isso aqui é para fazer efetivamente, vocês querem aprovar?" Então conversa com o líder do Governo, conversa com as lideranças da base do Governo que nós vamos colocar também com as lideranças da oposição. Não temos nada em contrário, ao contrário, vamos apoiar integralmente.

Agora eu queria ver também se nesse momento, eu acho que às vezes funciona muito a constituição de um grupo de trabalho aí rápido para poder dar uma tramitação, fechar um texto final, quer dizer, com o Relator, ver quem é o Relator, se já foi designado, eu não sei nem se ter Relator, que está sobre a mesa aqui, quer dizer, o que é inacreditável até a uma altura dessa, e a gente está aqui na Comissão discutindo exatamente isso.

Então eu faço um apelo aqui para o Relator, o Deputado Colbert Martins, tomar essa providência agora, junto com a Presidente Ideli Salvatti, nós podemos ir juntos aqui, compor um grupo, eu me coloco à disposição, eu já estou convocando o Deputado Jorge Khoury, mesmo que ele não me dê essa autorização, mas para poder a gente começar a pelo menos fazer tramitar e tentar aprovar, ainda há tempo, para não sair daqui e o Brasil chegar: "Você tem uma política...?". "Não, eu tenho um plano". O plano tem suas contradições todas, porque--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Para concluir, Deputado Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Só para concluir, Presidente, tem outro aspecto que eu queria também observar, é o seguinte: realmente houve uma perda, a perda de capacidade de planejamento é um negócio notável ao longo desses últimos anos. Esses Ministérios setoriais hoje, Ministério das Cidades, cuida só de política hoje. Está na hora de fazer convênio de Prefeitura, essas coisas, não cuidar mais de política. Então realmente a questão das cidades, que é uma questão importante, não vem sendo tratada com essa prioridade toda. A gente nem ouve falar, eu não sei nem quem é que representa essa área no Ministério e se vem discutindo e como tem discutido, porque o Ministério de Minas e Energia está preocupado com a matriz, está preocupado com outras questões, discute também essa questão, evidentemente, quando é acionado, mas eu não vejo essa prioridade toda, sobretudo na questão das cidades. Eu acho que mereceria... Até o CONAMA já saiu com uma Resolução na semana passada e acho que vai emitir uma outra criando a obrigatoriedade inclusive da fiscalização das emissões, do acompanhamento das emissões dos carros com três anos ou de um ano, eu não sei ainda qual é exatamente a posição, mas houve uma evolução nisso lá no CONAMA, eles já devem estar publicando a segunda, quer dizer, uma outra Resolução já avançando nessa questão. Então é preciso aí... Por isso quando eu fiz a pergunta aqui ao professor Marcos Aurélio, é exatamente o seguinte: que essas reuniões no Ministério, elas acontecem, mas quando a gente vai ver, quer dizer, em grande parte pouca gente participou efetivamente dessa discussão, o Ministério das Relações Exteriores no final define qual é a plataforma de discussão que vai levar, o Ministério do Meio Ambiente vai dar a sua opinião, de Ciência e Tecnologia juntamente e vai ficar por aí. E, talvez, a gente não leve aí o que poderíamos levar de mais avançado, de mais propositivo para um País que gostaria de ter, pelo menos é o desejo de todos nós, ter uma posição de vanguarda na COP-15. É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Evocado que foi V. Exa., aliás, mais do que evocado, convocado, se V. Exa. quiser baixar nessa Sessão, Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Deputado Colbert, Dr. Rubens, representantes da sociedade civil, de ONGs aqui presentes, saúdo a todos na pessoa do Engenheiro Jonas, colega Carreira. Veja só, independente de ter sido citado, mas não é por isso que eu estou aqui falando, mas dizer que concordo com o Deputado Luiz Carreira, com essas suas preocupações que refletem, efetivamente, o dia-a-dia que nós estamos convivendo nesse momento no País.

Mas eu queria também fazer duas rápidas colocações, Deputado Colbert, que tem a ver com, por exemplo, a criação dessa Comissão, quer dizer, na verdade ao longo do tempo que existe o Congresso Nacional nós só tínhamos uma Comissão Permanente Mista, que é a do Orçamento. Então se cria a segunda Comissão Permanente Mista, que é exatamente de Mudanças Climáticas. Se, por um lado, dá a essa Comissão uma importância só equiparada à da principal Lei do País, que é a Lei Orçamentária, por outro lado, nós vemos que, num ano também crucial para o tema dessa Comissão, vamos dizer, essas indefinições com relação à posição(F) do País.

No início do ano nós recebemos na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados uma delegação de parlamentares da Dinamarca, que por certo aqui estiveram e estiveram em outros países do mundo ao longo do ano exatamente convocando os parlamentos mundiais para chegarem a Copenhagen mais ou menos preparados com relação a esse tema. Nós estamos chegando aqui praticamente já no limiar do nosso tempo, apesar do Dr. Rubens falar quem sabe até o dia 7 de dezembro a Lei estivesse aprovada, mas V. Sa.. sabe, como os demais também, que muito pouco vai acontecer no mês de dezembro. As reuniões preparatórias já vêm acontecendo ao longo do ano e essas reuniões preparatórias, têm praticamente participado delas os representantes do Governo. No momento em que a sociedade civil está se preparando, o Parlamento está se preparando, o Governo está se preparando, o setor produtivo também está se preparando, mas de uma maneira totalmente dispersa, quer dizer, tudo que está se fazendo para se ter legitimidade precisaria passar por essa Casa, quer dizer, e na verdade isso a gente não vê. Aqui tivemos em Audiências Públicas convocados por essa Comissão, não por iniciativa deles, representantes do Governo, da área do Itamaraty, da área do Ministério do Meio Ambiente, que foi o próprio Ministro, de Ciência e Tecnologia, e o representante do Ministério do Itamaraty, Relações Exteriores, disse com clareza e ainda estava no PowerPoint que ele projetou ali: "Essa não é a posição de um ou dois Ministérios, é a posição do Governo", deixando claro para todos que a posição do Governo é a posição do Itamaraty. Que, evidentemente, e a gente há de entender que o País, quando está discutindo uma questão internacional, ele não está se preocupando apenas com aquele tema, mas as suas interferências com outros assuntos que está tratando junto aos demais países do mundo, no entanto o que nós todos falamos e ele falou até com uma certa veemência, não tenha dúvida de que o mundo todo está lá esperando o que é que alguns países vão dizer. E um deles é o Brasil. E pelo que nós ouvimos aqui da pessoa que disse que era a posição do Governo e não de um ou dois Ministérios, ele foi muito claro com relação a algumas questões que para nós que militamos nessa área é muito importante, ele disse: "Isso aí é uma coisa que nós estamos vendo e tal", mas deixando claro, talvez é até a estratégia do Ministro Amorim, Celso Amorim, dele não vir diretamente, mandar uma pessoa, até para sentir aí como é que ia ser a reação aqui.

Então eu queria fazer esse comentário e concluir dizendo que vimos aí alguns grupamentos de empresários, também a mídia mostrou na semana passada, já tendo uma série de compromissos com relação ao tema. Na verdade, quer dizer, o Brasil vai para lá com que posição? Essa história também dos Estados Unidos, que o Obama e todo mundo, não tenha dúvida que a posição vai ser diferente do que foi sempre. Agora não vamos ficar, não vamos imaginar que vai ter surpresa lá, não. Eu acho que ele vai vir com alguma coisa diferente, mas não do tamanho que todos gostaríamos que fosse. Então por isso mesmo eu entendo que os países que têm muito mais a oferecer é que vão receber de alguma forma o olhar crítico do restante do mundo. E se nós chegarmos lá realmente de maneira consistente, de maneira uníssona e trabalhando lá no capítulo do parlamento de uma forma, no de um Governo da mesma forma, na área do setor produtivo e exatamente no setor da sociedade civil, das ONGs também, é evidente que a gente chega forte. Mas eu sinto, quer dizer, até me incomoda dizer, mas eu não consigo sentir a consistência dessa unidade e, mais ainda, quer dizer, eu entendo também que ao longo do ano, da mesma maneira que os parlamentares dinamarqueses estavam visitando outros Países, outros Congressos, outros Parlamentos, é natural que o Governo brasileiro tivesse ao longo do tempo reuniões periódicas com os grupamentos da sociedade tentando colher mais ou menos um entendimento: "Bem, o entendimento político do País é esse, mas a sociedade está com essa visão. Como é que nós podemos aco-

lher alguma coisa dessa visão da sociedade para que a gente pose bem para a fotografia lá em dezembro?" Porque senão poderá ser uma frustração, quer dizer, um País como o nosso, com a Amazônia que só nós temos e com todas essas outras questões, chegar lá e para aqueles outros que estão dependente da gente para uma série de decisões, vão ficar realmente sem ter muito o que dizer. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Dr. Rubens com a palavra.

SR. RUBENS HARRY BORN: [interrupção no áudio] ... depois eu posso me referir aos comentários do Senador Jefferson, mas, pela ordem, o Deputado Luiz Carreira colocou questões importantes. Eu entendo sim e reafirmo que seria importante ter uma aprovação do Projeto de Lei 3.535. Nós apresentamos, sim, comentários no ano passado. Achamos que temos sugestões de como aprimorar o Projeto de Lei, porque ele está bastante, digamos, genérico e, talvez, não deixa claro o mandato para... Eu não sei se mandato, talvez a palavra não é correta, a determinação para os ocupantes do Poder Executivo de sim ter objetivos mensuráveis e metas em diferentes campos. Bem, se nós temos metas de superávit primário, meta para a educação, meta para a geração de emprego, meta para não sei o que, é importante que a Lei, mesmo que ela não defina a meta, que tem a questão se a Lei deve ter uma meta, talvez não, porque isso era a crítica ao Projeto de Lei do Mendes Thame, mas que a Lei sim determine que caberá ao Poder Executivo estabelecer objetivos mensuráveis e metas nos diferentes campos. Eu acho que isso faltava, talvez, no Projeto de Lei 3.535. Mas a sua questão, eu acho que eu me remeto também à fala do Deputado Jorge Khoury, coloca um outro aspecto: o senhor falou do curto, médio e longo prazo e de aprovar. A campanha, eu tomei de novo alguns abaixo-assinados, fala: "Acorda, chegou a hora". No dia 21 de setembro as ações que vão estar acontecendo em várias cidades do mundo, em inglês é Wake-up Call, "É a hora de acordar". No Brasil nós estamos falando hora de acordar também. É a hora de acordar para a sociedade, é hora de acordar para dirigentes empresariais, é hora de acordar para os ocupantes de cargos técnicos no Executivo, é hora de acordar para os ocupantes de cargo de confiança e cargo político no Executivo, é hora de acordar para partidos políticos, para parlamentares, de que precisamos, sim, tomar decisões que pensem tanto no curto, no médio e longo prazo, mas a hora é agora. Nós temos até Copenhagen oportunidades e nós não podemos, desculpem a expressão, nos safar da responsabilidade e aproveitar essa oportunidade dada por Copenhagen, porque senão estaremos, e a isso que me referi, não só afetando os 25 milhões de brasileiros que têm na Amazônia, mas os 30 milhões que têm no semiárido no Nordeste, os não sei quantos milhões, 40 ou 60 milhões nas sete ou oito grandes metrópoles brasileiras que estão vivendo cada vez com ar mais poluído, que a frota está aumentando e o ar está ficando mais poluído. Então nós temos sim obrigações morais de tomar decisões o quanto antes, agora, se possível, antes de 7 de dezembro, para prevenir consequências danosas ao ser humano e ao meio ambiente no futuro. Quanto mais retardarmos, piores, como o senhor falou, serão as consequências, tanto maiores serão os custos e os ônus de mitigação no futuro. E agora significa no curto prazo, como o senhor falou, prover acesso à educação, à saúde, a condições de dignas de vida. O senhor, na pergunta ao Professor Marcos Aurélio, tinha perguntado do Fundo Amazônia. Me permitam dizer também: o Fundo Amazônia, muito legal a Noruega ter dado um bilhão de dólares em sete anos, cento e tantos milhões por ano de dólares, que significa duzentos e tantos milhões de reais, mas se nós olharmos o portfólio somente do BNDES, 80 bilhões de reais por ano em grandes empreendimentos, alguns necessários, hospitais, estradas, escolas, rodovias, mas outros questionáveis. E qual o impacto dessas obras em termos de balanço de emissões de carbono e metano? Dou um exemplo: o senhor falou, talvez, cidades [ininteligível] não seja agora. Se 80% da nossa população vive em cidades, menos 30 milhões de pessoas que moram no Nordeste, no semiárido, vivem nas cidades. As cidades brasileiras consomem 18%, segundo dado da ELETROBRAS, 18% da energia elétrica consumida no horário de pico, nesse horário, é para aquecer água em chuveiros, especialmente no Sul e no Sudeste, num País que é solar. Isso representa, do total produzido, seja de 3% a 5% da capacidade produtiva da demanda média de energia. Bem, se nós tivéssemos energia termossolar disponível, como São Paulo aprovou uma Lei que obriga que novas construções tenham termossolar, nós estaríamos poupando usina no Rio Madeira ou usinas nucleares. O gasto, o investimento seria mais racionalizado e mais sustentável.

Agora ao Deputado Jorge Khoury. Eu tenho conhecimento e estava aqui também o Professor Fidélis, que é assessor do Professor Pingueli Rosa, também do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima, que nos acionou, o Professor Marcos Aurélio anunciou que em reunião com o Presidente da República estão sendo realizadas pelo Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima uma série de consultas setoriais. Importante, sem dúvida, uma iniciativa que o Professor Pingueli e sua equipe merecem o nosso apoio, mas seria muito importante, se eu posso fazer uma analogia com o Plano

Nacional de Mudança do Clima e nós temos questionamentos sérios quanto a deficiências do processo, se o processo foi instigante, teve discussão, mas o tempo de discutir com a sociedade foi muito pouco, que pelo menos as posições brasileiras para a COP pudessem ser eventualmente anunciada com um mês de antecedência, onde a gente pudesse conhecer as posições do Governo e dialogar. E até mais, porque no art. 49, inciso I, da nossa Constituição, diz que a aprovação final de qualquer tratado internacional pertence a essa Casa. E, portanto, seria muito importante que o relato ou os debates aqui havidos nessa Comissão pudessem ser de alguma maneira canalizados ao Itamaraty para servir de base, mas se em final de outubro o Governo brasileiro pudesse anunciar essa posição... O Governo é Governo, ele tem uma atribuição legal, constitucional de encaminhar as negociações, mas mais do que posição de Governo, o mundo lá fora espera posições do Estado brasileiro, portanto, posições da sociedade brasileira ou do Poder Legislativo, o Poder Executivo, e aí eventualmente articulando em toda as suas esferas, União, Estados e Municípios, possa escutar a sociedade brasileira e ter lá fora um posicionamento que reflita necessidades de curto, médio e longo prazo da sociedade brasileira. Portanto, ser política de Estado e não meramente política de Governo. É isso que nós precisamos de mudança de clima, por isso é que nós precisamos que o Ministério de Energia, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda sejam chamados também a esta Comissão e possam declinar o que estão fazendo em relação à mudança do clima ou positivamente ou eventualmente que suas ações lamentavelmente aumentem as emissões, eu não quero isso, mas sejam cobrados. O senhor falou de oportunidades no curto, médio e longo prazo. Eu concordo. Nossas oportunidades têm que ser vistas com responsabilidade. Nós precisamos prover a casa, a escola para o homem amazônico, para o ser humano que vive no Nordeste, mas ao mesmo tempo não esmagar esse senso de responsabilidade e de dignidade de vida humana com o senso de responsabilidade em relação ao planeta, em relação às emissões, e não podemos estragar o senso de responsabilidade com senso de urgência dizendo: "Não, vamos fazer qualquer coisa agora ou deixar para o futuro". Então o senso de urgência, o senso de responsabilidade, tanto na questão ambiental e na questão social, precisam ser devidamente equilibrados.

E aí de novo ao senhor e ao Deputado Khoury: nós, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, da Campanha TIC TAC, do Vitae Civilis, eu tenho certeza que das outras organizações nacionais que estão aqui, estamos dispostos a voltar a essa Comissão e a essa Casa tantas vezes por necessário antes da COP, durante a COP, para dialogar com os parlamentares e verificar o que é possível fazer. Estamos solidários a uma tramitação rápida e uma retomada do Projeto de Lei 3.535.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Eu gostaria de comentar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Pois não, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): É o seguinte: nós estamos falando aqui da Política Nacional de Mudança de Clima, é o Projeto de Lei 3.535, não é isso, que trata basicamente de objetivo, princípio, diretriz e instrumento. Nós já estamos com um plano, não aprovamos sequer as diretrizes. Se essas diretrizes que são instrumentos, são definições, enfim, do que é, digamos, o que é adaptação, o que é emissão, o que é fonte, são definições na verdade dos termos principais que se usam, os objetivos, quer dizer, as diretrizes da política nacional, os instrumentos, os instrumentos são esses, o que eu pergunto é o seguinte: isso aqui, essa proposta foi mandada pelo Ministério do Meio Ambiente, que a meu ver foi mandada pelo Ministério do Meio Ambiente muito porque a gente tinha aprovado o Projeto do Mendes Thame na Comissão de Meio Ambiente. Então o Governo se apressou em mandar também uma proposta que acabou apensando. De lá para cá não cuidou absolutamente disso, não mandou ninguém acompanhar, não discute isso, não tem ninguém fazendo tramitar rapidamente. Quando tem um interesse numa MP, num PL, qualquer coisa aqui, tramita na hora, aprova quando quer, passa o rolo compressor quando quer passar, não tem nenhuma dificuldade. Quer dizer, não tem nenhum interesse, isso aqui não mexe em nada, não significa nada, já tem um plano, já está começando a discutir o plano, as metas, então ter as diretrizes interessa, não interessa. O que é esdrúxulo e esquisito é o País já ter um plano e não ter sequer diretrizes aprovadas, quer dizer, as suas políticas e diretrizes aprovadas. Se isso atende, a gente poderia aí talvez compor um grupo, se pudesse até identificar algumas pessoas, junto com o Ministério do Meio Ambiente e dizer assim: "Tudo bem, é isso aqui? Então vamos tramitar rápido e vamos aprovar pelo menos as diretrizes políticas enquanto discutimos a questão do plano", que o Governo está fazendo as reuniões setoriais, está discutindo inclusive as metas que vai definir para levar. Mas não tem razão ninguém de estar parado aqui o Projeto que o Governo mandou, que institui a Política Nacional para a Mudança Climática, do Clima.

Então se for isso, quer dizer, se há uma concordância sobre esses instrumentos que estão aqui, são

esses mesmos, não deverão ser esses, são outros, quais os outros, se vocês puderem dar alguma contribuição a isso... Nós vamos procurar ao sair daqui, vamos procurar um encaminhamento para essa questão, agora procurar o Ministro do Meio Ambiente e saber o seguinte: "É isso aqui que o senhor quer mesmo? Quem é que vai acompanhar isso aqui, quem é que vai tratar dessa questão para a aprovação? Isso aqui é a posição do Governo ou o Ministério do Meio Ambiente mandou simplesmente para se livrar de um encargo na hora praticamente da chegada de um Ministro à saída da Ministra Marina Silva?" Então essas coisas precisam ser elucidadas porque se há interesse, vai se votar e aprovar. Quando não há interesse, efetivamente fica aí dormindo na mesa, como está até hoje, porque ninguém procurou o Presidente da Casa e nem procurou nenhum líder do Governo para que encaminhasse a votação. Eu vejo assim.

SR. RUBENS HARRY BORN: Deputado, nós assumimos que esse Projeto de Lei foi uma iniciativa de um Governo, não de um Ministério, até porque foi formulado por um Comitê Interministerial presidido pela Ministra Dilma, com um Grupo Executivo presidido inicialmente pela ex-Ministra Marina Silva, depois pelo Ministro Carlos Minc. Portanto, foi um Projeto de Lei de iniciativa do Governo. Entendemos que esse Projeto de Lei, ele aponta objetivos, instrumentos de caráter genérico que são necessários, e o nosso questionamento, nós tínhamos do GT Clima, o Grupo de Trabalho do Clima do Fórum Brasileiro de ONGs, algumas sugestões de como aprimorar alguns dispositivos, artigos, parágrafos ou incisos, temos como linguagem ou com instrumentos, mas achamos que isso é necessário, não suficiente, nada impede de ser aprovado esse primeiro patamar para depois ser aprimorado. Mas eu me lembro, eu não tenho aqui, eu estava buscando aqui no meu computador de mão, eu tenho o Projeto de Lei, não tenho aqui a versão, nós poderemos amanhã mesmo encaminhar algumas sugestões que nós tínhamos--

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Mas objetivamente é possível avançar rapidamente na questão do clima.

SR. RUBENS HARRY BORN: Eu acho que inclusive em função das contradições que existem é importante que esta casa, o senhor mesmo colocou, não fique polarizada pelo pré-sal e lembre à sociedade brasileira que ao mesmo tempo que o Governo quer discutir o pré-sal, o mundo quer discutir mudança de clima e espera uma resposta da sociedade brasileira. Então trazer esse Projeto de Lei, de novo, para a pauta do Congresso nesse momento, eu acho que é uma responsabilidade moral e política da maior envergadura, independente se o projeto é suficiente ou não. Eu acho que do ponto de vista político esse é um momento de trazer o assunto. A hora, como eu falei, é agora. Eu acho que no Projeto de Lei, e refletindo discussões que nós tivemos entre ONGs no ano passado, faltam alguns elementos que permitam um exercício de governança, tanto governança do Governo, como da sociedade, sobre outros instrumentos. O senhor citou na pergunta, Fundo Amazônia e Fundo Clima, mas eles são diminutos se nós compararmos BNDES, os Fundos Constitucionais Regionais, os Bancos de Fomento como os Bancos Regionais, Banco do Brasil, BASA, Banco do Nordeste, os Bancos de Fomento que o Governo tem também participação--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Para concluir, Dr. Rubens.

SR. RUBENS HARRY BORN: --majoritária. Portanto, eu acho que falta no Projeto de Lei instrumentos que permitam também maior interação e sinergia entre medidas de Governos Estaduais e Governos Municipais. Sabemos do problema do ordenamento jurídico brasileiro, da autonomia que tem Estados e Municípios no campo de legislação comum e legislação concorrente, mas eu acho que é importante o Projeto de Lei também de alguma maneira tangenciar esse assunto. Mas eu não quero me alongar porque o Deputado está pedindo a minha atenção aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu lhe agradeço, cumprimento a V. Sa.. pelas relevantes contribuições. Saiba que nós vamos tanto pautar essa matéria quanto utilizar as contribuições que o senhor e o Fórum que o senhor representa possam nos trazer.

Lembro aos senhores parlamentares membros desta Comissão que ainda não confirmaram suas presenças para participarem da Audiência Pública Regional no Estado da Bahia, em Salvador, a realizar-se no próximo dia 28 de setembro, segunda-feira, que o façam junto à Secretaria, impreterivelmente até às dezoito horas de amanhã, 16 de setembro, quarta-feira. Lembrar que nesse momento só somos baianos.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Lembro a V. Exa. que só existe aqui representantes da Bahia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): É melhor, porque tinha uns representantes de emissão de carbono de São Paulo, um bocado de gente emitindo carbono do Amazonas, mas já não estão mais nesse momento aqui.

No mesmo sentido, essa Comissão está realizando Audiência Pública Regional no Estado do Ceará, no próximo dia 24 de setembro, quinta-feira, e da mesma forma aqueles senhores e senhoras parlamentares

membros que gostariam de participar, que também confirmem junto à Secretaria até às dezoito horas de 17 de setembro, na próxima quinta-feira. Os prazos aqui mencionados serão impreterivelmente observados, possibilitando à Secretaria a agilização das providências administrativas junto ao Senado Federal.

A Deputada Vanessa Grazziotin deixou aqui a solicitação e lembrança do evento que vai relatar a experiência do Polo Industrial de Manaus, no próximo dia 23 de setembro, na Câmara dos Deputados, em especial a abertura da exposição com o lançamento de livros às onze e trinta no hall da taquigrafia, na Câmara dos Deputados, antecedido de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Amazônia e Desenvolvimento Regional, além da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Agradeço a presença dos senhores parlamentares e de todos os presentes nessa Reunião. Devo dizer que já pedi Audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, para que nós possamos agilizar a tramitação do Projeto de Lei 3.535, pendente de designação de Comissão Especial, que nós vamos pedir que o Presidente o faça de imediato. O Projeto de Lei 261, relatado por V. Sa., encontra-se, nesse momento, pendente de pronunciamento da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que é outra ação que faremos também de forma imediata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 16h56.

24ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 22 de setembro de 2009, terça-feira, as 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte e dois de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Colbert Martins**, Relator da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senadora Ideli Salvatti, Senadora Marina Silva, Senador Jefferson Praia, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Jorge Khoury, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho.** Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: e-mail subscrito pelo Embaixador Sérgio França Danese, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty, comunicando que o Embaixador Sérgio Barbosa Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima, irá representar o Ministro Celso Amorim na Audiência Pública. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a "apresentar um panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação, enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das florestas e para o enfrentamento da crise climática global", com a presença do Senhor Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Virgílio Vianna – Diretor Executivo da Fundação Amazonas Sustentável e Senhor Tasso Rezende de Azevedo – Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de Floresta e Clima, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 35, de autoria da Senadora Marina Silva e outros e nº 36, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, ambos de 2009–CMMC, aprovados em 06 de agosto de 2009. A Presidência convida os Senhores Sérgio Barbosa Serra, Virgílio Vianna e Tasso Rezende de Azevedo a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas exposições iniciais. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos a Deputada Vanessa Grazziotin. Usam da palavra a Deputada Rebecca Garcia, Deputado Lupércio Ramos, Senadora Marina Silva, Deputado Colbert Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezessete horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputada **Vanessa Grazziotin,** Vice-Presidenta, no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas Ordinária, criada mediante Resolução nº. 04, de 2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata de reunião anterior.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dispensada a leitura, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Solicitação do Deputado Roberto... É verdade. Senhoras e senhores Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Pauta da reunião, Item Único. Audiência Pública destinada a "Apresentar um panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDD – Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação, enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das florestas e para o enfrentamento da crise climática global", com a presença do Sr. Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Virgílio Vianna – Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável e Sr. Tasso Rezende de Azevedo – Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área da Floresta e Clima em atendimento aos Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva e da Deputada Rebecca Garcia, ambos aprovados em 06 de agosto de 2009.

Há expediente sobre a mesa, que passo a sua leitura do Ministério das Relações Exteriores é dirigido à Senadora Ideli Salvatti: "Presidente, tem a honra de referir-me ao Ofício 191, de 2009, sobre a Audiência Pública a realizar-se hoje, 22 de setembro, às 14 e 30 minutos, destinada a debater mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD. Dada a importância do convite e relevância da matéria e estando o Ministro Celso Amorim impossibilitado de comparecer ao evento na data indicada em razão de compromissos previamente assumidos, o Embaixador Sérgio Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima, foi designado para representar o Itamaraty na ocasião".

Convido então o Embaixador, representante do Ministro Celso Amorim, Embaixador Sérgio Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima, Dr. Virgílio Vianna – Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável, assim que ele puder vir e o Dr. Tasso Rezende de Azevedo – Consultor do Ministério do Meio Ambiente, na área de Floresta e Clima, a tomarem assento à Mesa dos trabalhos.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Sr. Presidente, Deputado Colbert Martins.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Com a palavra V. Exa., Deputado Guimarães.

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Antes iniciar os nossos debates, Sr. Presidente, é para ratificar e divulgar e solicitar que a imprensa do Senado e da Câmara possa dar divulgação ao nosso seminário, que iremos realizar na próxima quinta-feira, na cidade de Fortaleza, que tem como tema central: "Mudanças climáticas e desertificação no Ceará e no Nordeste".

São vários convidados já confirmados neste seminário, na próxima quinta-feira, a partir das 8h30, no Auditório da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. E como sabem V. Exas. da importância deste tema nos debates que nortearão à elaboração das posições do Brasil na Conferência de Copenhagen.

Portanto; é um tema importante, que solicitaria além de convidar a todos os Deputados e deputadas, Senadores e Senadoras, para este importante seminário a se realizar na cidade de Fortaleza, na próxima quinta-feira, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Reitero então o convite, estaremos nesta Audiência Pública seguida também no dia 29, segunda-feira, da Audiência Pública em Salvador, no Estado da Bahia.

Passo a palavra então, ao Embaixador Sérgio Serra, que representa muito bem o Ministro Celso Amorim.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Pois não. Boa tarde a todos.

É para mim um prazer e uma honra estar aqui, mais uma vez, nesta Comissão Mista, desta vez para falar de um assunto mais...

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): O Embaixador é um assíduo na nossa Comissão.

[risos]

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Sempre as ordens, sempre as ordens.

Mas enfim, desta vez para falar num assunto mais específico e que desperta. Enfim é natural que desperte um grande interesse, que é a questão das reduções de emissões para o desmatamento e degradação, que também evoluiu para sua assídua REDD, para incluir um REDD mais, REDD plus, também cobrindo o manejo florestal, conservação de estoques e enfim.

Primeiro, eu queria dizer que esse assunto está ainda, embora nós estejamos a menos de... A três meses da Conferência de Copenhagen, o assunto ainda está numa fase bastante preliminar de discussão no processo negociador para a Conferência de Copenhagen. Isso, digamos, é negativo por um lado, porque mostra que pouco avançaram as discussões nessa área, mas também em outras áreas, também estão, a discussão está igualmente atrasada.

Mas por outro lado tem um dado positivo, que é permitir que, conforme todos sabem, quer dizer nós estamos no meio de um debate interno bastante intenso sobre o assunto, a permitir, portanto que uma

posição reformulada do Brasil possa ser apresentada daqui até Copenhagen. Quer dizer, então, só para dizer que não há problema de não haver tempo hábil, há sim tempo para a gente ajustar a nossa posição e apresentar propostas inovadoras nessa área.

Mas enfim, recapitulando um pouco o mecanismo ou, digamos, o conceito de REDD tem sua origem numa proposta brasileira feita pela então Ministra Marina Silva, na Conferência, na COP, Conferência das Partes de Nairóbi, em dezembro de 2006, na qual ela apresentou uma proposta brasileira sobre incentivos positivos na redução de emissões por desmatamento. Na época, então, a sigla era RED, só.

Posteriormente, quando chegamos à COP seguinte, em Bali, foi incorporada a essa sigla e passou a constar do Plano de Ação de Bali, o segundo D, que se refere à degradação florestal. Eu devo dizer que o Brasil tinha alguma resistência à inclusão da degradação florestal nas discussões, no mesmo bloco negociador que a redução de desmatamento, porque por razões basicamente metodológicas.

Porque se o desmatamento é, eu não digo fácil, mas é, digamos, é mais facilmente detectável por monitoramento de satélites, ou até fotografias aéreas ou da degradação não. A degradação é um processo mais complicado, às vezes, não é visto pelos métodos tradicionais de monitoramento, mas era um assunto que interessava muito, interessa muito a países florestais importantes como os africanos, sobretudo.

E nós achamos que, sem abrir mão de uma análise metodológica mais acurada, que não tinha por que alienarmos esses países que tem problemáticas similares as nossas, quer dizer, que o desmatamento é uma das fontes principais de emissões e aceitou-se incluir o segundo dele.

O conceito do REDD plus veio mais ou menos na mesma época, porque no próprio Plano de Ação do Bali há um subparágrafo que fala da conservação florestal, da conservação do estoque de carbono, papel da conservação do estoque de carbono e do manejo florestal.

Então, hoje em dia temos esse conceito do REDD ampliado. E é com esse conceito que nós trabalhamos e é esse o, quando falamos, por exemplo, em financiamento de programas de REDD, é o conceito que, por exemplo, que está embutido no Fundo Amazônia, que é gerido pelo BNDES. Portanto, ele foi criado para captar recursos, no caso do Fundo Amazônia recursos governamentais que se destinam, ou que possam se destinar à todas essas aplicações.

Sobre o Fundo Amazônia, eu acho que eu não preciso me deter, o Tasso Rezende é um dos que vai mostrar aqui, não é?

Então, além do Dr. Virgílio Vianna são pessoas que sabem mais do Fundo Amazônia do que eu.

Mas, enfim, então nós estamos agora na proximidade do fim das negociações, da parte decisiva das negociações procurando definir quais seriam os mecanismos para financiamento de REDD. O Fundo Amazônia é um dos modelos.

Quer dizer, é um modelo de financiamento público que, digamos, corresponde mais ou menos à proposta que existe não especificamente sobre REDD, mas de financiamento para ações de mitigação na proposta que está sobre a mesa em discussão apresentada pelo grupo dos 77 e China, do qual o Brasil faz parte, pelo qual os Países do Anexo 1, dos países desenvolvidos deveriam se comprometer a aportar recursos da ordem de 1% do seu PIB para ações de mitigação e também de adaptação.

Mas, adaptação é um outro problema, que eu não abordaria aqui por causa da delimitação do tema sob o qual essa Audiência Pública está se detendo.

Então, nós temos as possibilidades são essa que digamos, já existe uma proposta na mesa e o debate interno, também nas Nações Unidas, mas enfim, o interno, sobretudo se ampliou para tratarmos de questões de financiamento de mercado à ações de REDD.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Embaixador

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu vou interromper rapidamente--

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): --para convidar o Dr. Tasso Rezende Azevedo, Consultor do Ministério da Saúde, para que faça parte da nossa Mesa, já que ele partilhará conosco do debate. Eu volto à palavra a V. Sa.

Desculpe, Ministério do Meio Ambiente, desculpe. Está muito perto do Ministério da Saúde, não está?

[risos]

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Então, nós temos, quer dizer, as possibilidades de financiamento seriam, digamos, essa tradicional que eu já lhes mencionei e que, digamos, se enquadraria perfeitamente no conceito de NAMAs. Se um país em desenvolvimento incluir entre as suas ações de mitigação nacionalmente apropriadas, que são tal qual definidas no Plano de Ações de Bali são as chamadas NAMAs, ações na área de REDD, elas seriam amparadas, ou poderiam ser amparadas, ou teriam direito a ser amparadas, amparadas não é um bom termo.

Enfim amparadas por aporte tecnológico e financeiro de países desenvolvidos.

As outras possibilidades que têm sido levantadas na área de financiamento de REDD são: 01. A de mecanismo de mercado, enfim são mecanismos de mercado, mas uma seria mercado não compensatório. Mercado de carbono não compensatório, que consistiria basicamente de recursos advindos de leilões, de permissões, basicamente AAUS, que é a sigla para isso, permissões de emissão de carbono por parte de países desenvolvidos. Esse é um pouco o modelo de financiamento que está incluído na proposta norueguesa de financiamento a mitigação.

E a terceira possibilidade. E esta é que gerou um debate mais intenso, internamente aqui no Brasil, é a questão da utilização de mecanismos do mercado de carbono compensatórios. O mecanismo tradicional, como vocês sabem desse tipo, é o mecanismo de desenvolvimento limpo, o MDL, que financia através ou de investimentos ou da venda de crédito de carbono, projetos em países em desenvolvimento que gere uma diminuição de emissões e que no outro lado da ação, a compra desses créditos desonere o país que os compra, o país desenvolvido do Anexo 01, de cumprir uma parte da sua meta de redução de emissões.

Mas, isso tudo dentro de um processo bastante complexo de análise projeto a projeto que, dificilmente, quer dizer, poderia até ser reformado nessas negociações, mas, dificilmente se concluiria uma reforma muito ampla desse sistema, mesmo porque, há um interesse em manter esse... Como é um mecanismo de offset, portanto, de compensação, que permite uma emissão do outro lado da equação, há um interesse em se manter um esquema bastante rígido nesse aspecto.

Então, nas discussões que nós tivemos aqui, da qual o Virgílio coordenou a parte dos Governadores da Amazônia Legal, chegou-se a conclusão de que a primeira premissa seria que a se utilizar o mercado compensatório que não o fosse por intermédio do canal tradicional do MDL – o MDL, aliás, é um mecanismo do Protocolo de Kyoto.

Então, que se criasse algum mecanismo diferenciado no seio da convenção para lidar com isto.

A outra questão e que esta sempre será uma questão importante e permanente dentro desse debate e da eventual implementação de qualquer esquema é a questão da metodologia da aplicação de um esquema de mercado de carbono no campo compensatório. E tendo em vista a necessidade, já que há uma compensação, uma compensação no sentido que quem ganha aqui perde ali, quer dizer o clima, se deixa de emitir aqui, permite a emissão de outro lado da linha, que não seja afetada a integridade ambiental de qualquer sistema que se desenhe para esse financiamento.

E que não se perca a integridade ambiental da própria convenção. Isto é, que não seja um jogo de soma zero. Não adianta o clima não beneficia se você tem um ganho de um lado, por deixar de emitir e esse ganho, proporcionalmente, haja uma liberação para que se emita no país que comprou o crédito.

Então, para equacionar isso, a força-tarefa que estudou a fundo, que é formada pelos Governadores da Amazônia, mas com o apoio de diversos órgãos do Governo Federal, pensou-se num esquema e o Virgílio explicará isso melhor do que eu, que é um esquema de que essa, guardadas todas as precauções metodológicas e com relação à integridade ambiental do sistema, que essa compensação, esse offset, fosse limitado. Primeiro, que gerasse um aumento, digamos uma redução maior, maior ambição nas metas de redução de emissões dos países desenvolvidos. Da seguinte forma.

Digamos, a União Européia, ela já se propôs embora esse ano ainda vai evoluir nas negociações. Mas, enfim, a proposta que está na mesa posta pela União Européia é uma redução de 20% das suas emissões até 2020, podendo chegar a 30% se outros países fizerem propostas que eles considerem satisfatórias.

Então, digamos que seja 30%. Então, se a Europa fizer um esforço adicional, ou melhor, cumprir esses 30% com esforço doméstico e outros que são permitidos, como através do MDL, que 3% dessa redução, ou melhor, um adicional de 3%, digamos, 10% ou podia ser de 15 ou... Mas para sermos realistas, 10% a mais eles poderiam fazer abatendo mediante a compra de créditos de carbono gerados pelo mecanismo de REDD.

Isso teria a vantagem de que você induziria países, os países desenvolvidos que tem que adotar essas metas obrigatórias, a adotarem metas mais ambiciosas. Claro que teria sempre que cuidar da questão da integridade ambiental, das questões que tem a ver com a permanência da diminuição do, ou no caso da conservação do estoque de carbono. Mas, haveria uma compensação, mas essa compensação seria em cima de uma ação complementar por parte dos países desenvolvidos.

Eu acho que isso é um bom, embora essa não fosse uma posição original do Governo Federal, eu acho que foi uma contribuição muito positiva dos governadores e eu tenho a impressão que temos uma base para discutir. Há um cronograma aqui, o Virgílio secretariou a realização de um relatório dessa força-tarefa e há um cronograma bastante já acertado, que depois para meados de outubro, não é Virgílio? Nós

teríamos que começar a refinar, já teríamos refinados esses argumentos para montar uma posição.

Que eu acho que por esses cronogramas, nós já poderíamos talvez fazer a submissão, que é a forma com a qual você... Porque eu acho, eu pessoalmente...

[soa a campainha]

Acho um pouco arriscado a gente chegar à Copenhagen e aí soltar uma bomba em cima da mesa, porque isso vai exigir uma indecisão bastante complicada. Porque o outro lado também precisa concordar isso.

Os europeus, por exemplo, são muito, digamos, tendem a ser muito restritivos em matéria de mercado de carbono para desmatamento ou para florestas, haja vista a relutância deles em aceitar créditos de carbono de reflorestamento e aflorestamento, que são modalidades prevista já, aceitas no MDL, mas a Europa tem uma... Então, quer dizer, eu acho que com esse cronograma que foi proposto pela força-tarefa, nós poderíamos chegar talvez à reunião de Barcelona, que é a última, digamos, do mecanismo do processo de negociador antes de Copenhagen, já podendo propor algo mais concreto.

Quer dizer, eu me disporia a responder a perguntas, mas eu tenho impressão que eu até já passei dos meus vinte minutos de exposição.

Muito obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Quem agradece, Embaixador, somos nós.

E nós vamos ter perguntas, eu vou conduzir para que ao final nós façamos as indagações. E passo de imediato a palavra ao Prof. Virgílio Maurício Vianna, até vinte minutos. Vamos apagar essa luz e vamos acompanhar também a projeção.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA: Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria saudar os meus colegas de Mesa, Embaixador Sérgio Serra, Deputado Colbert Martins, Tasso Azevedo do Ministério e fazer uma menção especial à Deputada Rebecca Garcia, que foi autora do convite a essa participação.

Pudesse botar o primeiro slide. Eu vou fazer uma apresentação dividida em quatro partes.

Em primeiro lugar, eu vou falar um pouco como o que eu vejo como visão estratégica nacional, relacionada com floresta e mudanças climáticas. Segundo falar um pouco sobre o contexto internacional, já que é este que foi a motivação da Sessão de hoje. E, depois, em terceiro falar sobre as recomendações as quais o Embaixador se referiu da força-tarefa, sobre REDD e mudanças climáticas. E, por fim, encerrar com algumas visões de experiência prática na implementação de programas de REDD na Amazônia brasileira.

Essa imagem, ela mostra é mais um clique, quem sabe vai clicar em cima da imagem aqui. Clica, volta. Ele rodou antes, mas não rodou agora, imaginem vocês que essas são nuvens e esse reloginho ali embaixo roda hora a hora, dia a dia e mês a mês. E mostra, a grosso modo, as nuvens circulando o vapor de água do planeta terra. Ilustra de uma forma muito clara que a Amazônia é uma grande bomba d'água e ela produz vapor d'água.

E essa produção de vapor d'água, ela é essencial para o círculo hidrológico, ou seja, o círculo de chuvas no planeta e, em particular, responsável por um fluxo importante de vapor d'água para o resto do Brasil.

Nessa imagem, nós temos aquilo que foi, deveria ser visto em animação, na forma de um diagrama. A umidade vem do Oceano Atlântico, as florestas têm um papel de uma bomba que suga essa umidade, ela ao encontrar os Andes, ela uma fração expressiva em torno de 44% dessa umidade vem para o Centro-Sul brasileiro.

Isso é responsável por uma parte expressiva da pluviosidade que afeta, portanto o agronegócio brasileiro, a produção agropecuária, a geração de energia hidrelétrica e o abastecimento urbano, que dependem de rios, que dependem de chuva.

Isso, de uma forma muito resumida, para dizer que é do interesse nacional manter a floresta em pé. Porque no passado e faço uma pequena digressão, no passado desmatar era sinônimo de progresso e abrir mão do direito de desmatar poderia parecer para muitos que era abrir mão do direito de desenvolver.

Então, desenvolver foi ligado intrinsecamente à oportunidade de desmatar. Foi assim que se desenvolveu a agricultura em São Paulo, foi assim que se desenvolveu a agricultura no Paraná e assim por diante, acabando com as florestas. Acredito que hoje, o ponto de partida para essa discussão deva ser um outro que a floresta vale mais em pé do que derrubada é do interesse nacional manter a floresta.

Portanto, se nós transacionarmos algo que envolva compromissos de manter a floresta em pé não é contrário ao interesse nacional, pelo contrário é do interesse nacional. Então, esse é um ponto conceitual extremamente importante e que está subjacente ao posicionamento histórico do Brasil e está subjacente à formação de políticas públicas do Brasil.

Historicamente, nós só demos crédito para quem derruba a floresta, muito pouco crédito a quem maneja a floresta a quem maneja os lagos, os igarapés e os rios do Amazônia.

Nessa sequência aí, que aqui está meio, acho que mudou a versão do power point. Primeiro, a primeira frase aqui é essa do interesse nacional manter a floresta em pé. Segundo, que a floresta, ela é do interesse nosso e é também do interesse de outros países do planeta, porque essa circulação de água que acontece ela é essencial para manter o fluxo de umidade no planeta inteiro.

Então, é também de interesse dos demais países.

Os recursos que vierem a ser recebidos de um mecanismo, como esse que o Embaixador citou, devem ser investidos na manutenção da floresta em pé. E aí vai um outro pressuposto importante, que ninguém desmata por burrice, ou por ignorância, ou por estupidez, essas pessoas desmatam por uma racionalidade. E o desafio é fazer com que nós façamos investimentos que torne a floresta cada dia mais valiosa para quem mora lá e não apenas apostar em atos de polícia.

Bom, alguns fatos importantes. Nós precisamos reduzir drasticamente as emissões o número é 40%, a participação do carbono florestal é expressiva, em torno de 20%, os números mudam um pouco, mas a ordem da grandeza é essa. Recursos, nós precisamos de 17 a 33 bilhões de dólares por ano para investimento em redução do desmatamento. As questões metodológicas, que até pouco tempo atrás eram vistas como barreiras, não são barreiras metodológicas. Por isso, Embaixador, esse é um ponto importante, não existem barreiras metodológicas instransponíveis para a questão do REDD. Eu vou depois voltar a esse assunto e aprofundar, mas isso é um pressuposto importante. E Copenhagen é algo que será histórico, especialmente se lograr um avanço.

Então, nós estamos diante de uma oportunidade histórica e queria aproveitar a oportunidade e parabenizar pela iniciativa dessa discussão, que é essencial que o Congresso se mobilize e articule diante dessa oportunidade.

No caso brasileiro, em torno de 3/4 das emissões são ligadas a desmatamento, variam as estimativas de ano a ano, etc., mas ordem de grandeza é que o mais importante no Brasil é o desmatamento.

Alguns pontos fundamentais para que nós analisemos essa questão. Esse é um relatório da McKinsey, que coloca uma estimativa de necessidade de redução de 17 bilhões de toneladas, nós precisamos reduzir em 17 bilhões. A conta que todos os setores fizerem o que é possível é possível se chegar a 14. Faltam, portanto três, o setor florestal, portanto é essencial para fechar essa conta.

Esses números variam tem diferentes estimativas, mas eu queria só deixar aqui o conceito, as florestas são essenciais para fechar a conta do clima. Esse primeiro número é de 2020, o segundo é de 2030. Eu vou deixar essa apresentação aqui, de forma que depois quem quiser pegar está à disposição a todos.

O debate tem muitas siglas, então uma passagem sobre siglas a UNFCCC é a Convenção, COP é Conferência das Partes, o RED, como o Embaixador disse, foi o início da discussão com um D só.

Com dois Ds, o segundo D é redução de emissão por de desmatamento e degradação. E o REDD com um mais (+) depois, significa tudo isso; mais conservação e manejo florestal.

O SUBSTA é o órgão subsidiário que define as questões técnicas e o CDM é o mecanismo de desenvolvimento limpo. Só enfim, para dar uma passada rápida dos jargões, porque, muitas vezes, esses jargões são colocados e nem todos estão com isso na ponta da língua.

A história do REDD foi iniciada em Montreal, foi uma submissão da Papua, Nova Guiné e da Costa Rica, que colocaram isso na agenda. Depois teve um evento em Bali, que criou uma data limite de dois anos e depois impôs alguns outros avanços que foram notados. No decorrer dessa história, o Brasil teve como Embaixador colocou uma contribuição importante ao ter depois de iniciado o processo de discussão do REDD feito a proposta do Fundo Amazônia como mecanismo novo e o Tasso acredito que vai aprofundar nesse tema.

Os próximos passos e aí é importante, Embaixador, a menção que o senhor fez sobre a formalização disso. Bangkok começa agora na próxima semana, a primeira semana de novembro tem Barcelona e depois temos Copenhagen, essa é a sequência de eventos formais relacionados à COP.

Alguns princípios para inclusão do carbono florestal. Primeiro é necessária a redução radical das emissões. Nós estamos diante de uma emergência global, então, isso implicará mudanças profundas nos sistemas produtivos na linha de economia de baixo carbono.

Portanto, eu acredito Deputado, que deva ser feita essa discussão não apenas nessa Comissão, mas em todas as outras, eu acho que a política tributária brasileira ela deve considerar incentivos de longo prazo para uma economia de baixo carbono.

A inclusão de florestas, que é o último ponto ali, ela tem que representar um incentivo e não um desincentivo. Nós temos que fazer com que isso permita aos países do Anexo 01, ampliar as suas metas de redução.

Os recursos devem ser investidos para valorizar as florestas em pé em todas as escalas, tanto na escala governamental, quanto na esfera não-governamental.

Nós devemos evitar a burocracia e os mecanismos complicados do MDL, por isso foi a opção inclusive com grande contribuição que nós tivemos do Itamaraty no processo de elaboração do relatório dessa força-tarefa, para amadurecer a ideia de que o REDD deveria estar fora do MDL, dada a complexidade e as questões técnicas que são colocadas no MDL, que poderia ser colocado talvez num outro instrumento, quem sabe até um protocolo de florestas novo, específico, para tratar desse tema. E nós não chegamos a propor o formato desse instrumento, mas seria um instrumento adicional, aquilo que foi ainda acordado no MDL.

Os principais temas de debates são três, primeiro, qual é a forma de financiamento? Vai ser governamental ou não-governamental via mercado. Segundo é se pode compensar ou não e a lógica da compensação já existe, o Brasil já aceitou a compensação em projetos na área de energia, aterros sanitários e outros.

Então, nós já aceitamos o conceito de compensação. A lógica é: Poderemos aceitar também para a floresta ou não? Ou a pergunta é: Por que não aceitar compensação por floresta, se nós já aceitamos para aterro sanitário, ou para o setor de energia, por que não? E o terceiro é qual que é a escala? Isso deve ser feito só na escala nacional ou existe uma escala subo nacional?

E aí nisso eu paro eu encerro essa primeira etapa aqui, que é um pouco do contexto internacional de uma forma bem resumida e entro no relatório da força-tarefa que foi motivada pela carta dos governadores ao Presidente da República, a partir da uma conversa inicial do Governador Eduardo Braga com o Presidente da República. Isso foi formulado e entregue ao Presidente numa reunião dos governadores, o Fórum dos Governadores, na qual o Embaixador Sérgio Serra estava presente e o que eu relato aqui, de uma forma muito resumida, foram as principais recomendações.

Essas recomendações estão num pequeno texto cujo resumo executivo está aqui, todos têm uma versão colorida ou em preto e branco. A versão completa desse relatório está na Internet e está disponível e o endereço está distribuído aqui. Essa força-tarefa, ela foi constituída por especialistas indicados pelos Governos dos Estados, eu fui indicado para coordenar essa força-tarefa. E é nessa posição de Coordenador que eu apresento esse relatório.

Esse relatório foi apresentado oralmente ao Presidente da República, na quinta-feira, na presença da Ministra Dilma e de cinco outros Ministros, dos nove Governadores e teve uma acolhida muito positiva. O Ministro Minc, que falou em nome do Governo Federal, logo após essa audiência com o Presidente da República, fez uma avaliação bastante positiva na linha do que manifestou aqui o Embaixador Sérgio Serra.

A grosso modo são três mecanismos de financiamento, isso aqui é o cerne das recomendações está nesse slide, então vale a pena prestar atenção nele: Primeiro é a questão dos fundos governamentais, que é o financiamento a exemplo do que temos com a Noruega e o Brasil, recursos do Tesouro de alguma fonte orçamentária ou de algum fundo governamental, que hoje existe a demanda do G-77, que isso seja entre meio e 1% do PIB dos países do Anexo 01.

O segundo é o mecanismo de mercado de Kyoto e aí existem várias alternativas, a principal delas é o Leilão de Permissões de Emissão, que tem essa sigla em inglês que chama AAUs. Destinar uma fração destas AAUs para o REDD.

Esses dois então podem ser fontes de recursos para os países do Anexo 01, ou não Anexo 01 melhor dizendo, países como o Brasil. E a principal forma de alocação desses recursos são o que se chama de NAMAs e aí às ações nacionalmente apropriadas que tem, grosso modo, dois tipos, aquelas relacionadas com florestas e aquelas não relacionadas com florestas. Tem aquelas que estão relacionadas com o setor de energia, transporte e etc.

Existe uma proposta de se destinar uma fração desses AAUs na forma de uma cota a REDD, então já existem propostas em discussão de destinar isso, tanto na União Européia quanto na Lei Americana, que está tramitando segundo a estimativa do Todd Stern que é o negociador, nós tivemos uma reunião muito interessante há poucas semanas atrás, seria em torno de três a cinco bilhões de dólares por ano, em termos de fração de AAUs prevista da Lei Americana destinada à REDD.

Aí temos o lado amarelo, aquilo que é novo, essa é a contribuição nova da força-tarefa ao posicionamento brasileiro. É um mecanismo de mercado compensatório, em inglês se usa o termo offset, é aquilo que permite compensar parte das emissões. Esse mercado de carbono tem que ter um registro para que não haja dupla contabilidade, tem que ter um processo de certificação dessas emissões, tem que estar baseado numa certa territorialidade. E essa territorialidade pode ser tanto uma escala pequena de uma pequena propriedade privada, uma escala de municípios ou estados ou que, têm várias territorialidades possíveis. E que financiariam e apoiariam ações de campo de projeto de REDD.

Uma discussão muito importante que eu queria deixar aqui registrado, eu acho que isso é um tema para o Legislativo Brasileiro, que é definir as taxas, qual vai ser a forma de taxação disso, se vai ser um ICMS, ou

um ISS, ou contribuição, ou royalty, enfim, qual vai ser o mecanismo tributário para isso.

E os governos, portanto podem receber uma fração daquilo que é transacionado no mercado na forma tributos, esses tributos pode alimentar o financiamento governamental, que por sua vez é essencial para apoiar os projetos. Essa aqui é a engenharia que resume a essência do relatório e na parte amarela é o que seria de contribuição em termos de inovação à posição tradicional do Brasil nas negociações nas Nações Unidas.

Essa é a lógica do aumento adicional, ou seja, nós, se nós tivermos um compromisso de 20%, a ideia é que sejam compromissos adicionais e aí o número de 10% ilustra esse conceito, então, se a for 20 vai para 22, e 30, 33 e assim por diante, em relação sempre a 1990. E a título de referência, se esse sistema fosse aplicado a valores de 2008, ou quando o mercado de carbono transacionou cerca de 118 bilhões de dólares, então 10% seria algo como 11,8.

Isso está na ordem de grandeza daquilo que eu apresentei num dos primeiros slides, as estimativas apontam para algo entre 17 e 33. Então aqui nós teríamos algo em torno de 11, em números grosseiros. A estimativa é que o mercado saia de cento e poucos para dois trilhões até 2020. Depende dos pressupostos, depende das contas e etc., mas essa é a ordem de grandeza, então, 10% desse valor, de algo bastante significativo.

E ao mesmo tempo é algo que não tira a responsabilidade principal dos países do Anexo 01, em fazer os esforços domésticos

[soa a campainha]

Aqui é um resumo do que os países se comprometeram, então, a média está toda em torno de 10 a 20%, quando nós precisamos de 40. Então, o desafio é esse, como trazer esses países para mais perto dos 40%.

Esse gráfico ilustra um conceito interessante, quer dizer, a meta de 40%, nós poderíamos fixar uma meta mínima para a inclusão do REDD, a partir disso, nós poderíamos atrair os países para se aproximar os 40%, permitindo uma fração crescente de REDD, que é um carbono relativamente mais barato. Por exemplo, existe a discussão no pré-sal brasileiro de se investir em CCS, que é captura de carbono e estoque no subsolo, que é muitíssimo mais caro do que conservar a Amazônia.

Não é um investimento prioritário para o Brasil, investir em captura do carbono e absorver no subsolo. É em torno de 70 a 200 dólares a tonelada e nós estamos falando no REDD em torno de dez dólares a tonelada.

Então, nós temos uma relação custo benefício muito mais vantajosa para REDD, do que absorção de carbono na forma de CCS, que é a sigla utilizada para isso.

As recomendações principais da força-tarefa foram três: Primeiro, que os países assumam metas mais ambiciosas se aproximando dos 40% e o REDD pode funcionar como esse atrativo para metas mais ambiciosas. O segundo é um mecanismo triplo de financiamento, aqueles três veículos que foram apresentados ali, três mecanismos de financiamento: O governamental, o de mercado sem compensações e o de mercado com compensações. E o terceiro, uma forma de limitar isso a uma cota que não tem fungibilidade, ou seja, não se mistura o carbono do REDD com o carbono de outro, isso é importante para manter o equilíbrio dos preços do mercado de forma segregada.

Agora, eu passo rapidamente aqui, para deixar só uma imagem da realidade, porque muitas vezes a gente faz as discussões e as pessoas estão distantes da realidade Amazônica.

Isso aqui é a imagem do Estado do Amazonas em 2005, 2012 é o desmatamento em amarelo, esta é a previsão, este é o cenário mais aceito pela Ciência. E aqui é 2050. Então esse o REDD, em poucas palavras é evitar que esse amarelo aconteça. Calcular quantas toneladas de carbono é quantificar essa área de amarelo e multiplicar pela quantidade da biomassa que aquilo tem e aplicar as fórmulas para transformar biomassa em toneladas de carbono.

O desafio nosso é fazer a redução do desmatamento e melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na Amazônia. O REDD tem que ser um instrumento de melhoraria de qualidade de vida de quem mora lá.

Hoje, nós temos um programa que se chama Bolsa Floresta no Amazonas, que tem quatro componentes; é o componente social, renda associação e familiar. Aqui os números, é bom que estão assim distantes deveremos fixar o olho, porque a cor mudou não era essa cor.

O Bolsa Floresta renda são 140 mil reais por unidade de conservação por ano, investidos em ações voltadas para geração de renda com a floresta em pé. O investimento em castanha, o investimento em andiroba e etc. A cadeia produtiva florestal. O segundo são 140 mil reais por ano investidos em ações de saúde, educação, comunicação e transporte. Programas sociais. O terceiro voltado para a governança local, fortalecer a associação de moradores. E o quarto é o Programa de Pagamento às Mulheres.

Essa a essência do programa Bolsa Floresta e aqui são alguns números que ilustram a aplicação disso. E coloco essa experiência para ilustrar o que poderia vir a ser um programa nacional de pagamento por serviços ambientais é lógico que ele vai variar de lugar para lugar porque a Amazônia é muito diversa e isso se aplica a um determinado contexto da Amazônia.

Mas esse aqui é o Bolsa Floresta Social na RDS de Mamirauá, de 2009, onde estão sendo feitos investimento de 628 mil reais e que o foi priorizado pelos moradores de lá são sete "ambulanchas", lá como não tem estrada é tudo água, então é ambulancha ao invés de ambulância.

A escola no Município Mbyá Guarani, 197 mil, outra escola em fonte boa, sistema de abastecimento de água e energia solar e totaliza esses 628 mil reais.

Na mesma área, na RDS de Mamirauá, esse é o programa Bolsa Floresta Renda, também 628 mil reais, investidos em melhoria dos flutuantes, instalações elétricas, materiais de insumos, construção de canoas de transporte chama-se abajaras, apetrechos de pesca, flutuantes que servem como entre postos e motores de transporte. A lógica é diminuir o custo de logística para valorizar o pirarucu, que é o principal produto deles e outros produtos que eles têm como fonte de renda.

Agora, esse aqui é o Bolsa Floresta Associação, também dessa mesma área, 127 mil voltados para melhorar governança, para que a associação de moradores de cada lugar faça supervisão, acompanhamento e controle. O problema é que os Presidentes das Associações de Moradores, o Deputado Lupércio conhece muito bem, não têm como se locomover numa região que é muito distante e dispersa.

Então, o Bolsa Floresta Associação, ele investe num enxoval que é uma voadeira e uma estrutura de comunicação e um curso de transporte e alimentação para que se façam reuniões e mobilizações pelos próprios moradores, pela própria associação de moradores do local. Então, tem uma ênfase muito grande em governança local.

Depois tem o Programa que é o Bolsa Floresta Familiar, que é o cartão é um Cartão Visa Electron, que a mulher recebe são 50 reais por mês que é a complementar a tudo isso.

A soma dos quatro programas nesse ano totaliza seis milhões e 700 mil reais, dinheiro investido nessas quatro modalidades do Programa Bolsa Floresta. Isso para ilustrar que é possível sim, chegar lá na ponta. É possível criar um mecanismo de REDD que chegue lá na ponta com os benefícios e com a lógica adaptada à realidade da Amazônia. Isso foi uma estratégia de ação pensada de uma forma original, a partir da realidade daquela parte da Amazônia.

Os números que nós temos do Programa, eles tem aumentado e aí ilustra um pouco, desde abril de 2008 até setembro desse ano, hoje nós temos cerca de 6.700 famílias participando no Programa. Já é o maior Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais do mundo, envolve dez milhões de hectares numa área bastante expressiva.

Só para vocês terem uma ideia de comparação, a Costa Rica que tem o maior programa o mais histórico foi o primeiro nisso, tem em torno de 650 mil hectares.

Aqui é uma imagem de uma oficina para deliberação, tudo isso é feito de forma participativa. Então, é possível se envolver as comunidades num processo de tomada de decisão.

E, por fim, eu queria só ilustrar a questão metodológica, já que o Embaixador mencionou nisso. Essa eu voltei ao mapa de 2050 do Amazonas e essa aqui é a certificação que foi feita, na verdade foi uma validação, falando mais precisamente, e foi a primeira do Brasil a ter toda a sua metodologia auditada internacionalmente.

Foi auditada pela empresa alemã TÜV SÜD, que é credenciada nas Nações Unidas e foi o primeiro do mundo a receber o padrão ouro, Deputado.

Então, todas as questões metodológicas que se chamam linha de base permanente, vazamento e adicionalidade e outras foram todas superadas nesse projeto. Isso para ilustrar que é possível sim superar todas essas questões, não só é possível como já como já foi feito. E essa é uma área daquelas 15 áreas que hoje nós trabalhamos no Amazonas.

Isso aqui ilustra uma solução também para o problema de áreas de alto desmatamento e baixo desmatamento. O Mato Grosso desmata muito, o Amazonas desmata pouco, como conciliar essas duas realidades? O Brasil desmata muito e a Costa Rica desmata pouco. Como conciliar essas realidades?

Tem uma abordagem simples, que é chamado de mecanismo de estoque e fluxo, que é possível auxiliar essas duas realidades a partir de uma fórmula última razoavelmente simples.

Por fim, eu queria concluir aqui com uma reflexão da Mafalda da Argentina, onde no primeiro cartoon a esquerda no alto, ela olha para o planeta no segundo ela fala assim: "Não se preocupe, nesse exato momento há milhares de pessoas estudando todos os seus problemas, super população, fome, poluição, racismo, armamentismo, violência, todos". Aí no terceiro ali em baixo, ela vira de costas e como se o problema tivesse resolvido. E último ela fala: "É já sei há mais

problemólogos do que solucionólogos, mas o que haveremos de fazer?".

E a meu ver eu acho que esse cartoon da Mafalda ilustra muito um mau hábito que temos da América Latina de ver problemas antes de construir soluções. É possível sim que existam problemas A, B, C e D, mas vamos fazer. Vamos fazer e gente no andar da carruagem, no andar da carroça que o jerimum se acomoda.

Então é um convite a isso a gente ser um pouco ousado e começar a fazer as coisas e não imaginar que algum dia a gente vai parar e resolver todos os problemas antes de começar.

E para terminar um pouco de um senso de urgência, isso aqui é uma tela do Museu Pompidou Renascentista, eu sou otimista. E essa tela aqui faz um pouco, eu agora estou pesquisando um pouco sobre Apocalipse, apesar de ser muito otimista. Esse aqui é o Anjo Gabriel anunciando a subida do mar, o calor chegando do céu e o próximo podia ser a carta, Embaixador, do IPCC o relatório saindo o calor do céu.

As comunidades da Amazônia estão todas dizendo que está esquentando, tem banzeiro, a Rebecca conhece bem e o que sãos banzeiros, estão aumentando os banzeiros e o calor.

E temos um centro de urgência e é com esse senso de urgência que eu queria concluir. Dizendo que nós temos uma batalha enorme na Amazônia. Gosto de dizer que nós estamos do lado direito vencendo essa batalha, ainda que seja uma batalha muito dura. Mas o senso de urgência é grande, porque esse pessoal que está do lado da cerca está pronto para entrar e invadir.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradecemos ao Dr. Virgílio Vianna, Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável e esse material V. Sa. coloca disponível a todos os membros dessa Comissão.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Tasso Rezende de Azevedo, Consultor do Ministério de Meio Ambiente na área de Floresta e Clima. V. Sa. tem até vinte minutos para, logo em seguida, os Deputados e Senadores que aqui estejam possam fazer as suas perguntas.

Enquanto estamos resolvendo problemas técnicos, dizer que temos uma reunião que deve ser agendada pelo Presidente Michel Temer, ainda hoje, provavelmente ainda hoje eu chamarei os Membros da Comissão, para que nós coloquemos como proposta nossa de discussão de imediato a aprovação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas na Câmara dos Deputados, como também o Projeto de Lei 271, se não me engano, 261 do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame que diz respeito ao Fundo de Crédito de Carbono, que já se encontra em condição de votação na Comissão de Finanças e Tributação.

V. Exa. mas quero dizer que eu pedi já por solicitação, inclusive ,do Deputado Jorge Khoury, que não se encontra nesse momento mais na Comissão, mas vai pedir aos nossos Assessores que façamos um resumo de todas as propostas colocadas, inclusive, essa daqui de hoje, convido a Deputada Vanessa para que assuma a Presidência, para que nós possamos até o dia 15 apresentar um relatório preliminar na nossa Comissão com relação as propostas aqui discutidas.

Então, nós vamos fazer um resumo de tudo o que foi aqui apresentado e vamos reunir à Comissão, para que eu possa até o dia 15 apresentar um relatório preliminar do que aqui foi colocado. Se o Brasil ainda não tem proposta, o Congresso Nacional vai ter rapidamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Relator Colbert Martins. Na verdade, eu fiz a brincadeira, porque eu estava lendo essa matéria de manhã me deixou preocupado porque inclusive as duas pessoas ouvidas aqui foram o Mendes Thame, e acho que o Mendes Thame, sobretudo comentou sobre o projeto dele. Porque, hoje, o Relator me parece que o projeto está sendo relatado pelo Rocha Loures, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E que mudou completamente o relatório dele e fez outro relatório que não tem nada a ver com o dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Mas, de qualquer forma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E não incorporou inclusive e separou do relatório do governo. Então é preciso que a gente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Mas saiba que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então vamos pegar o do governo e tocar para a frente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Mas saiba que o Brasil vai ter proposta de projeto sim.

Passo a palavra ao Tasso, o nome completo, Tasso Rezende do Ministério do Meio Ambiente e a Presidência à Deputada Vanessa Grazziotin.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO: Então, dado o que já falado nas apresentações anteriores, eu dei uma adaptada na apresentação para falar de três coisas, talvez, que eu acho que sejam bem importantes de compreensão, agora, que é o que realmente é o desafio em Copenhagen.

Eu acho que quando a gente pensa em formar a posição brasileira, tem algumas coisas que são importantes entender talvez o tamanho do desafio e como que se encaixa essa discussão do REDD, por exemplo, que é uma coisa muito importante para nós, na equação toda que aí nós vamos ter que fechar.

Então, eu dividi essa apresentação em três partes. Uma parte um pouco mais de contexto. Uma segunda parte que eu vou colocar números de que é o desafio global de fechar uma conta que a gente consiga ficar abaixo de 2 graus de aumento de temperatura no Planeta, qual é o desafio que está colocado.

E, em terceiro, eu vou arriscar uma coisa aqui, para mostrar como é que é o desafio para o Brasil, como é que o Brasil gera meta trajetórias e vou mostrar algumas figurinhas arriscadas, porque tem alguns números nela que estão ainda em construção, mas eu acho que é importante para poder ter um pouco dessa visão. Então vamos seguir em frente.

A gente tem uma convenção, que é uma convenção das mais ousadas que já foi feita no âmbito das Nações Unidas. E, por uma razão simples, foi feita uma convenção em 92, sobre um tema sobre o qual se tinha um grau de incerteza muitíssimo alto. Em 92, as informações que existiam para você fazer uma convenção de mudanças climáticas eram ainda com altíssimo grau de incerteza. Não é à toa que ele sempre foi tratado por muito tempo como um tema de ciência e tecnologia quase mais do que um tema de ambiental.

Mas, a despeito de ser uma convenção ousada e com alguns objetivos fortes, o que nós temos hoje é que a nossa trajetória, embora queríamos diminuir as emissões, as emissões tem aumentado e não só aumentado o grau de emissões anualmente, mas também a velocidade com que elas estão crescendo.

Então, hoje, as emissões no planeta aumentam cerca de um meio por cento ao ano, globalmente, quando deveriam estar caindo. Aquela linha tracejada é mais ou menos o caminho para onde nós vamos se nós continuarmos do jeito que nós estamos hoje, na velocidade que estamos hoje de crescimento chegaríamos a alguma coisa como 61 gigatons de emissões em 2020.

Só para noção do que significa gigaton de emissões. Um carro, desse carro, qualquer carro médio brasileiro, andando com gasolina emite o peso dele em carbono por ano, mais ou menos um tonelada, então, um gigaton é a emissão de um ano de um bilhão de carros. Esse é o tamanho da coisa.

Então, quando a gente está falando em números tipo 37, 50, ou como o Prof. Virgílio colocou antes, seis bilhões de ou seis gigatons de emissão no caso das florestas, nós estamos falando em equivalência a bilhões e bilhões de anos de emissões de veículos, só para ter uma ideia.

Esse tema do clima, ele tem uma série de correlações que tem maior ou menor grau de certeza e que dão margem as várias discussões que a gente tem sobre exatamente onde podemos chegar.

Então, o que se sabe é que uma determinada emissão de CO2, você gera uma determinada concentração de CO2 equivalente ou de gás de efeito estufa na atmosfera e que por sua vez levam a um determinado forçamento radioativo, que é o efeito físico desses gases, que por sua vez levam a um aumento de temperatura.

Até aí, as razões entre um e outro, essa sequência são relativamente bem entendidas, com maior ou menor grau de incerteza, mas mais ou menos você sabe essa, dá para você fazer cálculos num laptop dá para fazer esses cálculos.

Quando você passa a temperatura para as alterações climáticas é onde está o maior grau de complexidade. Isso envolve modelos para você definir exatamente o que acontece em determinado aumento de temperatura e o que acontece no clima, isso envolve modelos muito mais complexos.

Para ter uma ideia, o Brasil vai ser capaz de rodar esses modelos, a partir do final desse ano, com o INPE recebendo o supercomputador, que vai permitir a gente rodar modelos para o Brasil inteiro, ter modelo parciais para o Brasil.

Então, o maior grau de incerteza é um determinado aumento de temperatura, o que a gente gera de alteração climática. Muito bem, por isso é tão importante a gente acordar e definir qual é o máximo de aumento de temperatura que nós vamos admitir para o planeta como um objetivo. Lembre-se que a convenção não tem esse objetivo ainda.

E o que se chegou à conclusão, depois do 4º Relatório de IPCC, é que o seguro seriamos ficar abaixo de 2 Cº do aumento de temperatura. Isso foi rodando dezenas de cenários projetando várias e concluiu que os impactos que nós teríamos acima de 2 Cº, eles seriam impactos que tornariam muito difícil a nossa adaptação com o conhecimento que a gente tem hoje, com os recursos que a gente tem hoje para enfrentar essa mudança.

Então, uma vez que definiu esses 2 Cº, nós em tese podemos voltar para traz e tentar definir o que precisa ser feito em termos de concentração e em termos de emissões.

Mas de onde saem essas informações? Rapidamente, eu vou passar um gráfico, esse gráfico que eu estou mostrando para vocês é quase que um resumo

do que nós temos nos cenários do IPCC, no seu 4º Relatório.

É um gráfico aparentemente meio complicado, mas de uma forma simples é no eixo da horizontal a gente tem concentrações de gases do efeito estufa em CO2 equivalente. Onde uma determinada concentração qual é o impacto em termos de temperatura que é o eixo vertical.

Então o que apresentam essas cores diferentes? São conjuntos de cenários que foram rodados pelo IPCC. E conforme eles vão mudando esses cenários, eles vão dando um diferente resultado, numa determinada concentração de quanto a quanto que pode variar a temperatura.

Então esse cone que a gente está vendo aí representa basicamente isso. A uma determinada concentração de gases do efeito estufa a gente pode ter uma variação de temperatura, que está dentro desse espaço que está colocado ali.

Vamos pegar aqui um exemplo, se nós pegarmos no 600 PPMs de concentração, o que o cenário do IPCC diz: "Se chegar a 600 PPMs o aumento de temperatura ficará entre 2.2 e 5 Cº", portanto, claramente acima dos 2 Cº que a gente não gostaria de chegar. Então, 600 PPMs está fora de concentração, certo?

Agora vamos descer abaixo e ver ponto onde cruza a linha debaixo, da linha preta de debaixo com 2 Cº é mais ou menos ali a 550 PPMs.

Então, a 550 PPMs a gente tem uma pequena chancezinha de ficar em 2 Cº, mas é muito provável que a gente vai ficar, 99% de chance que nós vamos ficar acima de 2 Cº. Então também não vamos usar essa. Qual a certeza que a gente tem de ficar abaixo de 2 Cº?

É se nós tivermos abaixo de 380 PPMs, porque vocês veem lá abaixo de 380 PPMs, todos os cenários, todas as situações ficam abaixo de 2 Cº.

Então nós deveríamos escolher 380 PPMs. Bom, o problema é que nós já estamos acima de 380 PPMs é por isso que não está se falando nesse número. Qual é o número que está se falando hoje? 450 PPMs.

Tem três bolinhas aí, então, a bolinha vermelha é o nosso limite, acima daquilo é impossível ficar abaixo de 2 Cº. A bolinha verde mostra que abaixo de 380 PPMs todo cenário seriam abaixo de 2 Cº. O que se escolheu? 450 PPMs, que é o número que a gente sempre escuta por aí. O que é 450 PPMs? É onde o cenário médio que é a linha do meio cruza com os 2 Cº. Isso quer dizer que há uma chance de 40 a 60% de ficarmos abaixo de 2 Cº, se chegarmos a 450 PPMs.

Eu, em geral, não gosto de entrar num avião que só tem 40 a 60% de chance de chegar ao destino, mas é mais ou menos isso que estamos escolhendo fazer ao escolher 450 PPMs, quer dizer, já é um risco altíssimo. Está certo? Mas, se explica por que se escolhe um número como esse, não dá para ser mais do que isso, está bem?

Muito bem, se eu sei que é 2 Cº, se eu sei que então isso significa ficar em 450 PPMs, nós sabemos e essa é uma outra inferência importante, pelos relatórios do IPCC, para que tenhamos uma grande chance de ficar abaixo de 2 Cº, as emissões totais durante o século não pode ultrapassar a 1800 gigatons. 1800 gigatons, nos 100 anos desse século.

Muito bem. Isso significa mais ou menos 18 gigatons por ano de emissões globais. Nós hoje estamos entre 40 e 45, aliás, mais provável que estejamos acima já de 45, em 2009. Embora tenha tido uma diminuidazinha por conta da crise, mas voltaremos a trajetória normal no próximo ano.

Significa que passaram dez anos, nesses primeiros dez anos nós já consumimos, digamos, do nosso orçamento de 1800 gigatons já emitimos 400. Sé nós continuarmos no mesmo nível que estamos hoje sem aumentar nada as emissões, em 2020 teremos consumido outros 400. Sobrarão mil gigatons para os outros 80 anos. Aí a média não é de 18 aí a média baixa para 12.

Então, o tamanho do desafio é esse é como que nós colocamos o mundo numa trajetória que permite lidar com essa realidade de números.

No próximo slide, eu fiz um exercício, apenas para mostrar que todos os países estão fazendo, todos os cientistas dos diversos países estão fazendo modelando que é saber qual é a trajetória de emissões que o mundo suporta para ficar dos nos 2 Cº. E eu mostro esse slide só para mostrar que, independente de qualquer cenário que a gente queira projetar, significa que em 2050 as emissões têm que estar em cerca de 10 gigatons ou abaixo. Portanto cerca de 20% do que são hoje, por isso se fala de uma redução expressiva de 80% das emissões até 2050.

Muito bem, se nós continuamos no cenário atual, que é a linha debaixo ali, vocês vão ver que já em 2030 a gente ultrapassou os 1800 gigatons, portanto já estaremos acima dos 450 PPMs, provavelmente, e, portanto, já estaremos acima dos 2 Cº, portanto esse é o tamanho do esforço.

Bom, isso nos leva a entender que não há como sair de Copenhagen, com um acordo que nós possamos considerar um sucesso se nós não tivermos claramente definido qual é a redução das emissões globais. Não adianta dizer: "A gente ter a redução dos países desenvolvidos em X por cento". Se nós não dissermos claramente qual é o tamanho do pacote global. Não pode. A gente diminui a emissão de um lugar e

continua aumentando nos outros, porque nós estamos vendo que a conta não vai dar certo.

Aliás, um número interessante é o seguinte, as emissões atuais dos países em desenvolvimento já somam cerca de 25 gigatons, portanto já é maior do que a média que a gente tinha que ter ao longo do século, então, não há condições de ter um acordo se não envolver todo mundo com responsabilidade. Pode passar o próximo.

Então, naqueles três cenários que eu desenhei. Eu desenhei um cenário mais otimista, um bem pessimista e um médio está bom? A partir de agora, eu vou tratar sempre do cenário médio, quando eu falar do que nós precisamos fazer.

Então, aqui essa linha preta mostra o que acontece no cenário atual, como é que estão crescendo as emissões. A linha vermelha mostra onde nós precisaríamos estar. A diferença, por exemplo, em 2020 é que dá esses 17 gigatons que o Prof. Virgílio mencionou.

A gente tem que fazer uma redução muito expressiva. O que é 17 gigatons? É as emissões totais da China, mais as emissões totais dos Estados Unidos e mais um Brasil.

Então é isso que o mundo tem que reduzir em relação o que é expectativa até 2020, não se faz isso sem um acordo muito forte, está certo?

Uma outra característica importante é a última questão que eu vou colocar em contexto geral é que a gente se fundamenta muito num princípio chamado "responsabilidades comuns, porém diferenciadas," a gente escuta sempre esse termo e ele é um termo que é muito importante nessa convenção.

Ele é o fato de que, em 1992, quando se assinou a convenção, o que já tinha sido emitido na atmosfera, o que estava concentrado na atmosfera, mais de 80% era originário de um pequeno grupo de país, 37 países respondiam por 80% do que estava na atmosfera. Portanto, se definiu o seguinte, esses países vão ter que fazer um esforço muito maior de redução das suas emissões para acomodar a necessidade de espaço de crescimento que vai haver nos demais quase 200 países do planeta.

O problema é que esse conceito, ele conforme vai andando o tempo ele vai mudando, porque vai mudando o padrão de emissões. Então, hoje, os países do chamado Anexo 01, ou esses 37 países, eles já não emitem mais do que os países, os demais países, ao contrário, eles emitem já menos do que os demais países, então, esse conceito ele começa a ser mudado.

E as emissões históricas, que também era um fator muito importante, entre 2020 e 2030, as emissões históricas dos países em desenvolvimento já serão maiores do que as dos países desenvolvidos.

Então, falar em responsabilidades comuns, porém diferenciadas, hoje é uma coisa, falar em responsabilidades comuns, porém diferenciadas, daqui 10, 15 anos terá outro significado, portanto, e nós no Ministério do Meio Ambiente a gente tem discutido bastante isso. Nós entendemos que é agora o momento do Brasil definir qual é a parcela de responsabilidade que ele vai assumir.

Porque discutir a sua responsabilidade daqui 10, 15 anos, quando o conceito de responsabilidades comuns porém diferenciadas terá outro significado não é inteligente, teremos que fazer essa discussão é agora mesmo. Próximo.

Muito bem, agora eu vou quantificar e já entro na segunda parte da apresentação, quantificar esse esforço de redução e o que pode e o que não pode ser feito e como é que a gente pode botar número nisso durante Copenhagen.

Aqui eu mostro aquela diferença, vocês vão ver que tem uma diferença de 17 gigatons entre o cenário atual é o que precisa ser feito em 2020 para 2030, 35 gigatons. Pode passar.

Muito bem, então, uma pergunta que foi feita o ano passado, no começo do ano passado, foi feita a seguinte pergunta a um grupo de consultores que foi liderado pela McKinsey, contratado por um projeto grande que estudou, está estudando tema de clima que era: É possível a gente reduzir esses 17 gigatons até 2020, com a tecnologia que a gente conhece ou que a gente sabe que vai que estará disponível e com as alternativas que nós temos hoje, como por exemplo, combater o desmatamento entre outras? E que a custo isso seria possível?

E aí foi feito um estudo nas áreas de energia, mudanças da terra, transporte, agricultura, todos os setores e foram levantadas cerca de 200 ações que podem ser feitas no planeta para fazer essa redução. E para cada uma delas foi feito um pequeno gráfico, que é esse que segue abaixo, e que mostra a um determinado custo quanto é o potencial de redução que você pode ter.

Então só para entender depois o gráfico que vai aparecer completo a ação B é uma ação melhor do que a A, porque a ação B ela reduz mais a um custo menor.

Então, a grosso modo, esse é o tipo de desenho que a gente tem. E a ação C, ela é melhor adianta, ela custo negativo, ou seja, você implementar ela no final você tem ganhos, por exemplo, economizar energia, uma ação de economia de energia é uma ação que na verdade você faz investimentos para ter ganho no final.

E, com isso, eles montaram um gráfico que parece com esses, muitos de vocês já devem ter visto esse tipo de gráfico em que é uma curva de custo para a redução das emissões. Então cada uma dessas barrinhas é uma das ações e aí tem uma ideia de quanto ela pode reduzir e quanto que custaria.

E a boa noticia é a seguinte é que é possível reduzir os 17 gigatons se nós fizermos tudo o que tem para fazer com menos de 60 euros por toneladas. Se for até 100 euros por tonelada dá para fazer tipo 18 a 19 gigatons, que daí já o aumento do custo é muito alto para pouca ação.

Onde é que está desmatamento, por exemplo? Essas barrinhas do meio, as mais chatinhas e mais longas, então elas são muito longas, quer dizer podem reduzir bastante a um custo muito pequeno, são excelentes. Por isso que elas são aquilo que o Prof. Virgílio colocou antes, é uma tremenda de uma oportunidade, porque elas custam pouco e tem um impacto grande.

O desafio são 17 gigatons para a gente reduzir em todo a planeta, agora presta atenção nessa equação que eu vou falar agora, porque ela o que está na cabeça de quem está negociando especialmente do lado de lá, nos países que teriam que assumir compromissos mandatórios, que são os países do chamado Anexo 01.

Você olha para a essa equação e diz o seguinte, se a gente quer chegar, se nós tivermos uma meta global que seria, por exemplo, ficarmos nos mesmos níveis de emissões de 2005 em 2020, globalmente, que seria ficar em 44 gigatons, teremos que reduzir no planeta cerca de 17.

Quanto que os países desenvolvidos teriam que reduzir se a meta deles fosse reduzir 25% as suas emissões em relação a 1990, isso dá 09 gigatons. Se eles assumirem 40%, que é o limite máximo que está em negociação, entre 25 e 40%, aliás, 40% é o que nós temos advogado fortemente na nossa diplomacia, então daria 11 gigatons.

Então, se eles assumirem compromissos dessa magnitude, ainda faltarão alguma coisa entre seis e oito gigatons, que precisarão ser reduzidos para que a gente chegue no global na redução necessária de emissões.

[soa a campainha]

Muito bem, quem é que vai bancar os oito e seis gigatons que tem que reduzir além do que eles são responsáveis? Nós. Está certo? São os demais países, mas só que farão isso de forma voluntária, porque assim está mostrada a convenção. Ela trata, separa e no caso dos países que não são do Anexo 01, fazem os seus compromissos voluntariamente e assume-se que quem pagará as contas são também os países desenvolvidos. Está certo?

O que é que eles podem fazer internamente? É um outro número interessante. Ações internas, o que eles podem fazer internamente esses países em economia de energia, em transição e etc para fazerem mudanças internas? Cinco gigatons.

Ou seja, qualquer que seja o cenário, se eles assumirem entre 25 e 40 gigatons é impossível, é impossível eles cumprirem, no conjunto dos países, cumprirem as suas metas apenas com ações internas. Necessariamente, isso significará que eles terão que investir e estimular alterações em outros países que possam ser utilizadas para compensar a obrigação que eles vão ter que realizar.

Qual é o instrumento hoje disponível para fazer isso? Só existe um instrumento para eles fazerem isso em relação a países em desenvolvimento é o MDL. Está certo?

Qual o tamanho do MDL, hoje? O tamanho do MDL hoje é cerca de 0.2 gigatons. Soma todos os projetos de MDL que geraram créditos o ano passado. Os créditos que puderam ser utilizados no ano passado deu 200 milhões de toneladas, 0.2 gigatons, aliás, curiosamente foi o quanto reduziu só do desmatamento na Amazônia, nós reduzimos em 2006/2007 por exemplo.

Então, na melhor projeção dos caras mais otimistas que trabalham com MDL é de que nós poderíamos ter alguma coisa como dois gigatons de potencial de redução de emissões pelo MDL, até 2020.

Ora, se nós precisamos fazer quatro e seis, que é o que eles vão ter que pagar, comprar de alguém e o único instrumento que eles têm é o MDL, com regras que são tão restritivas que geram apenas alguma coisa como dois gigatons tem um problema na conta.

E aí não é de se estranhar que quando eles propõem os seus compromissos, e nenhum país tem chegado a compromissos nem nos 25, eles estão fazendo essa conta. Dizendo assim: "Se eu não tiver certeza de que em algum lugar eu vou poder comprar o que vai faltar em algum mecanismo que a conta feche nós não temos como entrar no jogo".

Então a questão toda é: É possível você ter mecanismos que vão permitir você fazer em larga escala offset, o REDD é um exemplo desses, mas existem outros exemplos e ao mesmo tempo você garantir que os países em desenvolvimento farão além desse esforço, farão um esforço de redução voluntário, que é aquele representado pela barrinha do lado de lá, esse é o desafio que está colocado.

Eu vou colocar isso de uma outra maneira, como é que os números funcionariam numa negociação.

Pode passar. Então, o IPCC, ele está a seguinte diretriz, que é a baliza pela qual toda a negociação está andando. Para que nós tenhamos uma trajetória que permita ficarmos abaixo de 2 Cº, o resumo da ópera é os países desenvolvidos tem que reduzir entre 25 e 40% suas emissões de forma mandatória.

E os países em desenvolvimento, além disso, os países em desenvolvimento terão que fazer um desvio de sua trajetória atual de crescimento de emissões. Você tem que crescer menos do que está crescendo as emissões dos países em desenvolvimento agora, essa a equação.

Então, e aponta e agora na negociação tem apontado que nós temos basicamente quatro instrumentos possíveis para viabilizar a implementação disso.

A implementação conjunta eu não vou falar muito, porque ele é uma coisa só entre os próprios países desenvolvidos, então, ele não nos afeta, mas o CDM, que é um que já existe e que é basicamente baseado em projetos, com uma escala relativamente pequena, mas tem dois mecanismos em construção. Um mecanismo que é o REDD, que o Prof. Virgílio já falou e eu não vou entrar muito nele.

E o segundo é um negócio chamado NAMAs, que é Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação, nada mais é do que o mesmo conceito de REDD, que é você pensar a redução das emissões do desmatamento em escala nacional e você aplicar isso para outros setores.

Então suponhamos se você tivesse um projeto no Brasil que fosse para reduzir a emissão de todo o setor de aterros sanitários do país de tanto para tanto, num período de tal a tal, isso seria transformado num projeto e você poderia quantificar quanto que é essa redução de emissões em larga escala e não projetinho por projetinho, ou como é feito hoje.

Muito bem. Pode passar. Então vamos lá aí eu vou tentar fechar essa segunda fase basicamente com isso. 1990, aqui a gente tem um gráfico que mostra a grosso modo, esse número tem várias variações, mas assim, a grosso modo, a gente tinha um emissão total no planeta de 33 gigatons, sendo que 14 gigatons eram os países em desenvolvimento e 22 gigatons dos países desenvolvidos. Está bem?

2005 isso tudo é uma série de estimativas, porque os inventários de vários países não existem, então são estimados, estima-se que as emissões dos países desenvolvidos baixou um pouco, ficou em 19 gigatons, não se enganem, quer dizer, essa redução aconteceu principalmente no Leste E uropeu, depois da queda do Muro de Berlim, porque houve uma transição grande do tipo de indústria que eles tinham muito antigas para indústrias mais novas e que houve uma grande redução.

Em geral, os países ou estabilizaram ou aumentaram. Os países da Europa Ocidental, Estados Unidos aumentaram, Japão teve uma pequena queda acho que 2% ou algo parecido, mas é basicamente por aí. E os países em desenvolvimento cresceram de 14 para 26 gigatons. Está bem?

Muito bem, qual é a projeção para 2020 no cenário atual, com os esforços que já estão sendo feitos? É que os países desenvolvidos no seu conjunto aumentem um pouco as emissões, por quê?

Porque agora os países do Leste Europeu, que tiveram uma grande redução em determinado período parou de cair e agora está começando a aumentar de novo, está se adaptando de novo. Então espera-se ter um pequeno aumento, mas muito importante, os países em desenvolvimento terão aumento muito expressivo nas suas emissões, nós vamos para alguma coisa próximo de 40 gigatons. 40 mais 20 dá 60, estamos muito longe dos 44 que seria no cenário médio, estabilizar as emissões em 2005.

Então, eu deixei aquela linha ali nos 45, que seria, suponha que a gente quisesse estabilizar onde está 2005 e que essa seja a meta definida no âmbito da convenção, não como número, mas será definida de alguma maneira, tive reduzir ou estabilizar nos níveis de 2005 ou alguma coisa parecida.

Como é que você incorpora as metas dos países desenvolvidos? Suponha que a meta dos países desenvolvidos seja 25%, então, eles cairiam de 20 gigatons para 16,5 gigatons. Eles teriam que fazer o que fosse necessário para chegar a essa redução.

Como o que eu quero é limitar os 45 gigatons, globalmente, eu estou, mesmo sem escrever, inferindo que os países em desenvolvimento ocuparão o resto do espaço, que é os tais é que o dá 27,5 gigatons. Quer dizer o quê? Que a vai gente poder aumentar um pouquinho de 26 para 27,5. Mas lembra que era 40, o que a gente faria normalmente? Então qual é a diferença? A diferença seria os 12,5 gigatons, que seria o nosso desvio da trajetória de crescimento atual, então, veja que louco.

Se os países desenvolvidos assumirem uma meta de 25%, para que o mundo chegue onde deve chegar, os países em desenvolvimento terão que fazer uma redução do seu cenário atual em 30%, então, o esforço é maior do que o dos países desenvolvidos. Esse é o drama que está colocado na mesa de negociação. Como é que você transforma isso em alguma coisa que possa ser efetivamente realizada.

Suponha agora que eu estou falando em uma redução de 40%, que seria o outro limite. Então as

emissões dos países desenvolvidos baixariam para 13.2 e sobraria um espaço de 30.8 para os países em desenvolvimento. Ou seja, nós poderíamos aumentar nossas emissões de 26, 30,8. Está bem? Ainda assim teríamos que fazer um desvio do nosso cenário o chamado business as usual, do cenário atual de 8,2 gigatons. O que dá 20% de desvio.

Bom o que vai provavelmente acontecer? Vai ficar algum lugar no meio, quer dizer vai ficar algum lugar, talvez fiquem 30 tudo bem, significa que em qualquer cenário haverá necessidade de haver um desvio na nossa trajetória de crescimento para que a gente consiga completar a conta.

Agora, aí entra o ponto fundamental do que significam as formas de compensação, um comprar o direito de outro, digamos, comprar o direito de você continuar emitindo. Significa o seguinte: Só é possível você falar em offset, se o esforço que for feito dos países em desenvolvimento, ele for maior do que já está previsto aqui para fechar a conta, está certo?

Ou seja, se a gente conseguir no cenário, digamos, que a redução seja de 40% nos países desenvolvidos. Se nós reduzirmos mais do que 20%, a distância da trajetória atual, tudo que o nós poderíamos fazer a mais poderia ser usado como offset. Certo? Porque eu garantiria que eu ficaria nos 44. Esse é o truque da história toda.

E aí gente, não interessa se: "Ah a meta é mais do que 10%", porque essa é só a forma de se falar na proposta, inclusive. A questão central é que offset pode existir não só para REDD, pode existir para NAMAs, para qualquer tipo de mecanismo, desde que nós tenhamos a garantia de que ficaremos naquele limite que nós acordarmos na convenção, que é o máximo que podemos ter de emissões globais.

E é por isso que a posição brasileira tem sido muito cautela com a questão de compensação. Porque não é a questão da gente falar assim: "Ah, isso aqui é uma oportunidade, se vocês aumentarem o seu compromisso dos países desenvolvidos está ótimo. Então a gente pode colocar o REDD". Não adianta fazer isso. Não adianta. Porque mesmo se eles fizessem um compromisso de 40%, ainda assim, só para a gente admitir o offset se for acima daquilo que nós vamos fazer de um esforço genuíno do nosso caso.

Parece uma coisa muito difícil, impossível de ser alcançada em termos de fazer esse tipo de redução? Pode ser que sim, pode ser que não. Depende do que nós queremos fazer, por exemplo, no caso de Brasil.

E aí eu vou correr o risco aqui de mostrar uns gráficos que eu andei fazendo, que nós estamos discutindo internamente, só para ter uma ideia de como isso funciona na hora que nós vamos ter que decidir o que a gente é capaz de fazer ou não.

Pode fazer o próximo, pode passar que é só uma repetição que eu estava tentando fazer uma outra coisa no slide e não deu certo. Pode passar e aí eu fecho aqui.

O primeiro gráfico que eu vou mostrar é uma projeção do que seria o nosso cenário de emissões no Brasil, se nós não fizéssemos nenhuma ação para reduzir as emissões ou mudar nossa trajetória.

Então, a gente tem uma emissão de agropecuária, pode ir passando, que ela vai crescendo. Ela vem crescendo, basicamente isso é pecuária mesmo, é o metano emitido pela pecuária e que ele tem um crescimento, que vem crescendo desde 94 e continua com esse crescimento.

Depois, nós temos um crescimento no setor de energia, indústria e resíduos, eu simplesmente projetei o mesmo crescimento que tivemos entre 94 e 2007 com os dados que foram lançados há duas semanas pelo Ministério e projetei isso no tempo.

Depois nós temos as emissões do desmatamento e aqui eu fiz o seguinte, eu simplesmente coloquei se nós não tivéssemos diminuindo o desmatamento e mantivéssemos o nosso ritmo do desmatamento, com uma média histórica somando todos os biomas, nós manteríamos então esse tamanho de participação. Mas veja que ainda assim o desmatamento já começa a diminuir a participação no total, mesmo se não fosse reduzido, porque os outros setores estão crescendo muito.

E, por último, eu acrescentei ali o pré-sal, o pré-sal tem uma importância no Brasil, porque ele aumentará cerca de 100 milhões de toneladas as nossas emissões, o que não é pouca coisa, está certo?

Então, este seria o nosso cenário chamado assim, o cenário business as usual.

Veja que interessante o nosso cenário, esse cenário sem fazer nenhum esforço adicional, ele já é um crescimento menor do que o cenário previsto para o conjunto dos países em desenvolvimento.

Então, o Brasil tem uma condição muito especial, dada pela sua história de matriz energética, que permite que na média global de crescimento nós puxamos a média um pouquinho para baixo.

Então, eu deixei aqui a linha do... O cenário do Brasil sem ação e o cenário dos países em desenvolvimento. E agora eu vou desenhar uma possibilidade que seria com políticas de redução. Então, vamos lá.

Então, eu coloquei aqui uma sugestão de que a gente, no caso da agropecuária, se a gente pudesse estabilizar a partir de 2015, aí considerando que você não consegue fazer nenhuma mudança no rebanho

que começa a ter impacto antes de cinco anos, então 2015, se a gente fosse capaz de estabilizar. Aí a EMBRAPA desenvolve lá as enzimas que fazem o boi verde arrotar metano, ou seja, CO2. Parece piada, mas estão mesmo fazendo isso, então seria um outro mecanismo. Enfim conseguimos criar alguma metodologia para que reduza as emissões. É sério, é sério... E aí teríamos uma redução, começaríamos a ter uma redução lá para 2025, 2030.

Depois, no cenário de energia a mesma coisa, nós já contratamos o aumento de emissões de energia do Brasil até 2015. Já está contratado, não tem como voltar atrás. Nós já contratamos as termoelétricas, nós já contratamos uma série de... Nos leilões, uma série de ações na área de energia que farão que as emissões vão aumentar para 2015, inexoravelmente.

Mas, se nós tomarmos decisões certas e aí entra o papel importante do Congresso em definições de políticas públicas do Executivo em definir suas políticas energéticas, etc. a gente pode a partir de 2015, tentarmos começar a fazer curva mudar e começar a descer a partir de 2025, ou algo parecido.

E depois eu fiz a curva do desmatamento, aí é que é interessante, porque o desmatamento, porque se nós zerarmos o desmatamento como é o que se espera com o plano de combate ao desmatamento, envolvendo não só a Amazônia, mas tem que envolver o cerrado, a caatinga, a Mata Atlântica e etc., a gente pode ter uma queda muito substancial das emissões do desmatamento. E por fim vai entrar o pré-sal, que é inexorável, ele é um aumento das emissões.

Isso mostra o seguinte que o Brasil tem um potencial gigantesco e não tem nenhum outro país da dimensão do Brasil com esse potencial de transformação. Onde, veja só no business as usual, que é o nosso cenário de não fazer nada já é mais baixo do que os demais países, mas o que nós podemos fazer com um esforço concentrado, canalizado, com um plano de mudanças climáticas bem estabelecido, permite a gente ter um ganho muito expressivo.

Então, eu fiz só uma... Só assumi uma terceira questão, que é supor que o Brasil apresente como meta, como uma contribuição do Brasil para o planeta dizer o seguinte: "Olha, aquela que nós vamos fazer com o nosso esforço e com o apoio voluntário de quem estiver interessado, a gente dá para a gente se comprometer em estabilizar as nossas emissões do nível de 1990". Que já seria... Veja bem a diferença que nós estamos falando ali, nós estamos falando uma diferença de cerca de 30 a 40% do cenário usual. Seria uma tremenda contribuição para o esforço do planeta.

E aí o que é a diferença para baixo? A diferença para baixo ali é tudo aquilo que a gente quer numa contribuição adicional, que é o Brasil fazendo um esforço adicional que levaria a gente poder gerar offset em enorme quantidade.

Então, há espaço para nós termos mecanismos de offset em larga escala, não só com REDD, mas com outros mecanismos? Sim, há esse espaço, ele significa a gente fazer um desvio maior do que aquele que está previsto.

Então, para resumir a história para dizer o seguinte: Se a gente em qualquer situação na negociação de Copenhagen, a gente tem que definir que é 2 Cº mesmo que a gente quer, isso tem que estar no texto, esperamos que vá estar, porque agora tem um acordo pelo menos entre as maiores economias para que esteja lá. Nós temos que acordar que é cerca de 450 PPMs é o limite de concentração e por acordar com isso a gente consegue desenhar qual é a curva de redução de emissões. O que significaria pelo menos definir um ponto em 2020 e um ponto em 2050 de qual seria o limite de emissões que nós teríamos que ter globalmente.

Definir, o mais forte possível, uma redução dos países desenvolvidos. Acordar que nós teremos sim uma redução dos países em desenvolvimento da sua trajetória de crescimento, que será feita a partir do seu compromisso voluntário. Tem que haver compromisso de recursos que vão ser aportados nesses países para fazer voluntariamente essa parte sem gerar créditos, primeiro.

E que, a partir da um determinado nível de redução, você pode sim gerar créditos. Isso é que gerará o estimulo para que haja o fluxo de recursos de tecnologias, etc., para que você faça a primeira redução que é a redução, digamos, que não gera crédito e, além dela, é que lá vai gerar crédito. Isso para dar um exemplo seria o seguinte; suponho que a redução esperada seja de 20% em relação ao cenário previsto.

Então, nós poderíamos ter um projeto de REDD no Brasil, que seria reduzir as emissões de desmatamento, eu acho que é de 80%, até 2020. Então os primeiros 20% é a nossa contribuição para o planeta. Os outros 60% é aquilo que poderia ser transformado em offset.

Então, há espaço para a gente fazer isso, mas depende da gente acordar todos os números. Não dá para gente acordar um número para REDD, uma estratégia específica para REDD, a gente só acorda se a gente tiver uma estratégia a ser definida para todos os elementos da negociação.

Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Nós agradecemos a participação do Dr. Tasso e passaremos agora para a intervenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Nós temos aqui, além do Deputado Colbert Martins, que é o Relator da nossa Comissão, nós temos inscritos todos os Parlamentares presentes, praticamente.

Então, eu solicito dos Parlamentares, se possível, se todos concordarem, faremos um único bloco de intervenções, eles respondem os nossos convidados para que possamos encaminhar rapidamente para as conclusões. Sem prejuízo de debate, obviamente.

A primeira inscrita é a Deputada Rebecca.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Eu gostaria de agradecer em primeiro lugar a presença dos nossos convidados, do Embaixador Sérgio Serra, do Prof. Virgílio Vianna e do Consultor Tasso Azevedo.

Na verdade, as perguntas que eu havia deixado aqui acabaram que já foram quase todas respondidas. O que eu gostaria de saber do Embaixador Sérgio Serra é que em relação ao que o Prof. Virgílio Vianna colocou aqui da cota de 10% para REDD compensatório, se nessa nova possibilidade porque aí já aparece a questão com um valor bem razoável, eu diria assim, se nó formos pensar a nível de Itamaraty, que tem se posicionado de uma maneira muito conservadora em relação a questão da REDD.

Como ficaria essa nova possibilidade de só 10% serem usados para o REDD compensatório? Se a Itamaraty estaria aberto para abraçar e defender esse ponto em Copenhagen.

E gostaria de saber como o senhor colocou que está sendo finalizados os debates dessas questões dentro do Itamaraty. Para que rumo, se eu poderia colocar assim, estamos caminhando? No que está sendo definido esse debate dentro do Itamaraty?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigado, Deputado Rebecca.

Na sequência, eu só pergunto ao nosso Relator se ele quer se pronunciar agora, fazer alguns questionamentos, ou seguimos a lista de inscrição e V. Exa. fica para o final?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Ao final.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Ao final.

Deputado Lupércio Ramos.

DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Antes de tudo eu quero parabenizar toda a Mesa, por esse debate. Em especial, o meu velho e grande amigo Virgílio Vianna.

E chego até a pensar Virgílio, que no futuro, com certeza a gente vai ter esta ciência do clima, eu não sei o quê nós poderíamos chamar como currículo, não é? Nas escolas, nas universidades, porque além da ciência, a gente tem matemática, tem química, em toda a essa história.

Mas foi uma boa aula, uma boa exposição, parabéns ao Rezende, também.

Eu acho que é um grande começo, não é Virgílio? Para a gente mostrar de forma concreta, de forma prática, de forma matemática que nós precisamos mudar o comportamento. Compreendo que é ainda um debate novo, um debate aonde temos, tenho dito isto, é um debate ainda, temos uma zona cinzenta aí para gente compreender, até para a massa compreender essa questão e daí vem a minha pergunta, Virgílio.

A nossa preocupação aqui é fazer com que os projetos avancem, os projetos que estão tramitando na Casa, não é Coubert? Que são os projetos que estão tramitando, são vários projetos, alguns divergem, um diverge de outro, e é preciso que a gente tenha esse debate voltado para o consenso e voltado para as orientações, a orientação da ciência, da pesquisa, dos relatórios que são feitos e etc. Mas, compatíveis com o modelo de desenvolvimento, qual vai ser de fato o nosso desenvolvimento sustentável.

Então, aí vem a minha pergunta, que é angustia nossa, qual o papel do Brasil, Virgílio, nesse debate de Copenhagen? Qual o papel do Brasil? E a pergunta que aí eu quero repetir: O que o Brasil vai apresentar? O que o Brasil vai levar para Copenhagen? E o que o Brasil espera de Copenhagen? Qual o retorno que nós esperamos desse grande debate? O que nós queremos de fato? E essa primeira pergunta, eu faço aos três expositores.

E a outra é mais específica ao Virgílio, porque eu o conheço há muitos anos e sei que o Virgílio vem nesse debate há muitos anos. Como compatibilizar, Virgílio, esse debate da necessidade que temos dessas mudanças que precisamos fazer, mas compatibilizar, por exemplo, um debate acadêmico, um debate aqui que o Brasil precisa conhecer um debate de uma sociedade com uma qualidade de vida já razoavelmente boa, com o nosso ribeirinho, com os nossos caboclos.

Não falo aqui só da Amazônia em si, mas onde estão todos os biomas e as florestas tropicais, no nosso caso específico, aquelas áreas de fronteiras e etc.

Nós hoje, no Amazonas, nós temos esse belo exemplo que você mostrou aí do Bolsa Floresta e tal, mas eu tenho dito aqui que o Bolsa Floresta é uma

experiência, é um projeto um tanto pedagógico, é uma coisa iniciada para ver se daí se avança.

E é bom que fique esclarecido aqui que o Bolsa Floresta não são 50 reais, é 50 reais de uma ação, mas aí tem uma escola, tem todo um esforço para desenvolver a educação. E aqui é o que eu quero deixar uma reflexão maior, enquanto o governo não decidir melhorar a educação, nessa região, na Amazônia, por exemplo, enquanto nós não tivermos condição nossa educação ainda é não digo que seja caótica, mas é ainda uma educação que deixa muito a desejar. Muito a desejar. Um vazio enorme na educação de nível superior.

Então, tudo o mais pode ser sonho se nós não concentrarmos na educação, nesse papel da conscientização. E daí vem a minha pergunta: Como fazer de um grande projeto de Bolsa Família, algo que venha não para acomodar o cidadão lá na nossa região, "Eu estou recebendo aqui isso, agora eu vou me acomodar. Eu vou receber esse auxílio, essa bolsa, todo um projeto, mas eu vou querer mudar de vida. Eu vou querer continuar crescendo. Eu vou querer formar uma sociedade Amazônica, igual às outras sociedades, com a mesma qualidade de vida com os recursos que o mundo oferece para que a gente viva bem e não para acomodar o cidadão".

Até porque, nós, eu falo isso porque eu sou de lá e a gente já é meio acomodado mesmo, não é por preguiça não, é por falta de perspectiva. Agora, qual é a perspectiva que eu vou ter diante de um novo modelo de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento sustentável, achando que alguém vai me pagar para eu proteger a Floresta Amazônica?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Obrigada, Deputado Lupércio.

Eu pergunto à Senadora Marina Silva, eu passo a palavra à V. Exa., Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sra. Presidente, primeiro eu quero agradecer a presença do Dr. Sérgio, do Virgílio, do Tasso e da contribuição relevante que nos trouxeram.

Infelizmente, eu estava numa reunião e perdi as demais apresentações, mas eu conheço já em parte e quando sugeri essa Audiência Pública, que no meu entendimento ela deveria ter acontecido bem antes, porque no meu entendimento ela era uma espécie de termo de referência para o trabalho que iríamos fazer. Mas, ela foi postergada já esse momento e acho que cumpriu sim o seu papel para nós em relação aquilo que imaginei quando sugeri.

Devo dizer que nós estamos diante de uma situação bastante complexa e o Congresso Nacional poderá contribuir mais do que está contribuindo em relação a essa questão. Inclusive com algumas contribuições básicas para além do debate, que é viabilizar meios, recursos e iniciativas legais que possam favorecer a contribuição brasileira interna e externamente.

Então, sem entrar muito em detalhes aqui, eu queria fazer algumas perguntas e vou dirigir algumas delas ao Dr. Sérgio Serra.

Primeiro, em relação à política nacional de mudanças climáticas. A política nacional foi elaborada ainda durante a minha gestão, foi encaminhada para o Congresso depois da minha saída, acho que em meados de 2008. E essa política, pelo que eu pude levantar, se encontra na Mesa, sequer foi distribuída na Câmara dos Deputados para as Comissões de mérito.

E eu vi uma declaração do nosso Ministro Carlos Minc, dizendo que há uma responsabilidade do Congresso, porque podemos chegar a Copenhagen sem a aprovação da política, o que será muito ruim.

No entanto, eu acho que existem tantas prioridades e que as pessoas aceleraram processos, projetos vêm para cá com urgência constitucional, como foi o caso do pré-sal, que depois teve que ser retirada. E em relação a essa questão da política, eu não vejo nenhuma movimentação no sentido de que a base de governo possa operar, os líderes do governo possam operar.

Eu mesma vou conversar com a Bancada do PV, para que possamos atuar nessa direção do projeto—

[interrupção do áudio]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): V. Exa. concede um aparte, Senadora?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sim. Como V. Exa. é o Relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): É que a senhora não estava aqui ao chegar e esse procedimento foi tomado a semana passada, nós estamos marcando com o Presidente Michel Temer e essa urgência será dada, tanto nessa matéria quando no Projeto de Lei 3535--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Isso. Então.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): --quanto no 261, que diz respeito à questão do Fundo de Carbono.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Infelizmente mantenho a minha crítica, porque está desde meados de 2008 na mesa, não é? E é lamentável. Eu não estou aqui criticando a Mesa, eu acho que a Mesa nem sei se tem a compreensão do que está em xeque nessa discussão. Mas o governo que mandou o projeto está.

E da mesma forma que outras matérias vêm para cá com o sentido de urgência, não basta responsabilizar o Congresso se não se monitora aquilo que se dá prioridade. Então há que dar prioridade sim aos projetos que vem para cá e não fazer política de lavo as minhas mãos já que o Congresso não aprovou.

Eu lembro que quando enfim, na presença anterior que era para ratificar o Protocolo de Kyoto, ele foi ratificado acho que um mês e meio antes de irem para Johanesburgo.

E foi graças a uma verdadeira força-tarefa, que eu juntamente com o Deputado Gabeira e o Senador Lúcio Alcântara fizemos aqui para que não passássemos o vexame de chegarmos em Johanesburgo sem ter ratificado o Protocolo de Kyoto.

Então fico feliz que V. Exas. já tomaram essa iniciativa e, obviamente, que nos incorporamos a ela, porque não é admissível que um projeto com essa magnitude, diante de um debate tão importante, sequer tenha sido apreciado pelas Comissões de Mérito, tenha sido distribuído da Mesa para as Comissões de Mérito.

Bem, então, como o Embaixador Sérgio aqui no meu entendimento está representando o governo, é muito mais dando esse alerta para que haja essa movimentação em termos da base do governo.

E uma outra questão que eu gostaria de perguntar, ainda também ao Embaixador Sérgio, é referente a como está sendo constituída a posição do brasileira. Eu sei que há uma tradição inclusive durante o período em que estive no Ministério nós trabalhamos muito em relação a tudo isso, que era de fazer as rodadas de conversas envolvendo diferentes segmentos da sociedade, a Academia, as ONGs, os Ministérios, enfim diferentes setores para a constituição da posição brasileira.

E eu gostaria de saber por que pelo menos da minha parte há interesse do Congresso em poder participar desses processos em relação à constituição da posição brasileira. Por que não? Eu gostei muito da entrevista do Embaixador, do Ministro Celso Amorim, quando ele disse que nós podemos ser surpreendidos muito positivamente em Copenhagen, porque poderemos ter até um número.

Obviamente, que não queremos ser surpreendidos o suficiente a ponto de sabermos da proposta quando chegarem lá. Gostaríamos que esse fosse um processo transparente e que inclusive essa Comissão, ela possa ter algum tipo de interação com esse processo de formação da posição brasileira.

Eu entendo que há sempre um espaço para a surpresa negocial dos nossos negociadores e isso é legítimo, mas algo que esteja embasado num forte envolvimento da Academia, das empresas, dos movimentos sociais, dos diferentes setores de governo, dos Governos Estaduais, de todos nós e isso darão a maior força ao governo para liderar esse processo junto inclusive aos países emergentes, que precisam também de assumir posições ousadas.

E uma pergunta ao Tasso, que, aliás, já tinha visto essa apresentação há uns três, quatro meses atrás e parabenizo pelo brilhantismo de todo o esforço, exercício que vem fazendo como Consultor do Ministério do Meio Ambiente.

Mas a pergunta que faço em cima das avaliações que foram feitas, quais são as políticas necessárias para alcançar o cenário considerado no seu último exercício, que foi apresentado aqui e enfim, como ainda se é possível que com essas políticas e medidas que estamos levando a cabo, e no caso do Brasil, se a gente pode de fato ter uma posição que seja mais adequada àquilo que o Brasil pode contribuir.

Nós temos um pouco de receio em relação aqui em muitos exercícios, as pessoas colocam muitas ideias, a necessidade de recursos externos e esse isso é importante. O Fundo Amazônia é importante, trabalhamos junto a ideia, o esboço, você foi responsável por todo esse processo, mas há que ter recursos endógenos, prioridades de governo para que a gente possa implementar as políticas do ponto de vista do esforço brasileiro.

Então, eram essas as perguntas que gostaria de fazer.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Senadora.

Complementando somente o que disse o nosso Relator, há algum tempo já essa Comissão vem debatendo isso e nós entendemos que seria necessário um esforço coletivo, não só da Câmara de Deputados, mas também do Senado, apesar dos projetos se encontrarem na Câmara, mas poderíamos fazer isso, enquanto Comissão estamos aguardando uma reunião formal.

Já conversávamos informalmente, entretanto é necessário, se faz necessário uma reunião formal com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, com os membros dessa Comissão, Além de que teremos participação breve na Comissão de Líderes, de tal forma agendarmos para o Plenário, porque nós não temos mais tempo de aguardar a votação ou as votações exatamente nas Comissões Permanentes.

Passo a palavra agora para o nosso Relator Deputado Coubert.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): De forma bem breve, Sra. Presidente, eu devo dizer que essas duas apresentações de hoje elas são absolutamente técnicas, importantes, necessárias, para que

nós possamos no nosso relatório fazer uma avaliação mais clara nas sugestões que venhamos a apresentar. Dizer ao Embaixador que nós já acompanhamos também da forma prudente, da forma responsável e adequada para uma negociação deste porte.

Eu vou me permitir somente ressaltar que, além da Floresta Amazônica, nós precisamos e aí eu tenho repetido isso várias vezes, incluir de forma determinada nesse debate o bioma cerrado. Das áreas que mais destroem cerrados, três municípios estão no interior da Bahia nesse momento.

O bioma caatinga, que nós ainda não conseguimos também trazê-lo para uma discussão mais consequente. A caatinga está sendo transformada em carvão vegetal em largo espaço, principalmente no Nordeste Brasileiro. Como também da Mata Atlântica, que vai terminar, vai acabar sem sobrar um pedacinho sequer e nós não temos dado a esses biomas a mesma importância a mesma força.

Eu respeito a presença importante do que ele tem nas emissões da Floresta Amazônica. Mas, esses nossos outros biomas e nós que representamos essas áreas precisamos ter também adequadamente representados nesse mesmo esforço, com as suas características, mas entender que esses biomas precisam ser integrados muito também nessa discussão que nós fazemos aqui, agora.

A expectativa, a Senadora Marina Silva também não estava, mas eu acabei de afirmar, que nós estamos fazendo um levantamento e quero pedir à senhora a participação, porque nós pretendemos apresentar um relatório preliminar até o dia 15 de outubro desta Comissão. Até porque esperamos poder integrar nessa discussão todas aquelas sugestões aqui nos dada e que nós venhamos a ter uma participação cada vez mais intensa e decisiva na posição brasileira que vai ser levada a Copenhagen.

Achamos que nós precisamos antecipar esse relatório até para poder colocá-lo no momento das discussões com as propostas que aqui foram colocadas e nós temos como avançar nessas propostas ainda mais, até porque entendemos que representantes que nós somos de boa parte dos interesses da população brasileira, do Estado Brasileiro.

Quero dizer Deputada Vanessa, que eu acredito que nós estamos agora convergindo para a finalização desse documento e as apresentações aqui hoje foram extremamente importantes. E que nós deveremos no mês de outubro, na segunda quinzena, estarmos voltados aqui para dentro da Comissão, para as discussões que devam ocorrer na apresentação de mais um relatório, para que no princípio de novembro, até o dia 15, nós tenhamos um relatório final apresentado por esta Comissão.

Quanto ao que nós vamos fazer lá na Câmara dos Deputados é apressar a apreciação de um relatório, de uma proposta de mudanças climáticas já vinda do governo, que é importante que nós a aprovemos, discutamos e aprovemos. Como também do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que está nesse momento em condições de Plenário, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Queremos dar tempo para que o Senado também possa ainda fazer uma aviação dessa matéria. Eu acho que essa agenda para nós é importante de ser implementada e concluída.

Obrigado a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Deputado Coubert.

Então, já concluída a fase da intervenção e participação dos Parlamentares, nós voltaremos a palavra à Mesa e desta vez seguindo uma ordem oposta ao início.

Então, com a palavra o Dr. Tasso, Consultor do Ministério do Meio Ambiente.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO: Então, as duas questões; uma questão sobre o que precisa ser feito para a gente chegar naquele cenário, um cenário mais otimista.

A primeira questão é que a política de combate ao desmatamento tem que ser estendida a todos os biomas. Hoje, as emissões de desmatamento da Amazônia nesse ano, provavelmente, serão muito próximas as emissões do cerrado, serão 350 milhões de toneladas cada um.

Isso era mais ou menos, a Amazônia era o dobro do cerrado há 10, 15 anos atrás.

Então, com a queda do desmatamento na Amazônia e o cerrado aumentou dobrou a área de desmatamento, em relação a 1994, então, a gente tem uma situação em que a gente pode estar trocando uma coisa por outra. Então política de combate ao desmatamento tem que ser estendida para o cerrado, os números da caatinga vão sair até o final desse mês e eles devem ter uma cara muito parecida com a do cerrado, ou seja, deve haver um aumento.

Então, não há condições da gente ter uma trajetória como aquela proposta se não for uma política, ou seja, se esse desmatamento não for visto no Brasil como uma coisa realmente abominável e que tem que ser eliminada de qualquer maneira. Ponto final. É isso que é a questão central.

E como o Embaixador falou isso é o nosso colchão, porque a queda de desmatamento é que vai nos

dar a chance de num período, de nos próximos 10, 15, 20 anos, a gente possa fazer uma adaptação suave a necessidade de poder adaptar as nossas emissões aos outros setores a uma realidade de uma economia de baixo carbono nos próximos anos. Então, essa questão é fundamental.

O segundo, que tem a ver com essa questão do desmatamento é que o Brasil precisa ter um mecanismo de longo prazo que financie floresta em pé, cair o desmatamento é uma coisa a outra coisa é manter a floresta depois sem desmatar. E aí, isso não é uma coisa que possa ser baseada em pequenos projetos, etc., tem que ser uma política nacional que tenha um mecanismo claro de pagamento pelo serviço de manter a floresta em pé.

Isso necessariamente significará que nós vamos transferir renda no Brasil, como a gente faz, no caso, por exemplo, no programa como o Bolsa Família que é um programa que transfere renda para os mais pobres, a gente vai ter que ter um mecanismo no Brasil que transfira riqueza para quem protege floresta e de alguma maneira, porque isso é o serviço que está prestando para todo mundo.

O terceiro ponto é que nós temos uma matriz energética, que é muito limpa. Realmente comparando com qualquer outro país do mundo ela é uma matriz energética significativamente limpa, eu acho que em países que tenham grandes emissões, talvez só o Canadá tenha uma proximidade com aquilo que a gente tem, por exemplo, em termos de energia hidrelétrica e outros.

Só que o que está mostrando os números mais atuais que foram lançados é de que a parcela que está crescendo mais e significativamente mais é justamente aquela parcela que não é de energia renovável e que é de energia, digamos, com alto grau de emissões.

Então, olhando para o futuro, se a gente não fizer uma mudança, uma inflexão nessa política poderemos ter sérios problemas.

E acho que aí entra uma questão fundamental, que ainda no Brasil nós temos uma quantidade de combustíveis fósseis. Vide os seus isolados, onde a gente subsidia o combustível fóssil, mas não tem políticas que permitam você subsidiar combustíveis alternativos. Você pode até subsidiar o investimento, via conta CCC, mas não pode subsidiar o alternativo. Aliás, eu acho que isso é uma tremenda coisa que pode ser feita aqui no Parlamento, que seria adaptar as leis que falam sobre a questão do subsídio da energia em regiões isoladas para que elas possam incorporar o uso de energias alternativas em larga escala.

E o outro item, o outro item importante é a questão de alguns setores da indústria no Brasil, que podem, tem oportunidade de passar por transformações importantes. Eu vou dar só o exemplo da siderurgia, talvez seja o único lugar no planeta onde a siderurgia pode passar por um processo intenso de transformação em que permite aumentar a produção ao mesmo tempo em que diminui as emissões substituindo o carvão mineral pelo carvão vegetal, especialmente de plantações florestais ou de área de manejo florestal sustentável.

Hoje, 90% da nossa produção siderúrgica vem, é de oriunda de carvão mineral, são poucos exemplos com carvão vegetal, mas os poucos exemplos que nós temos são exemplos muito bons, que realmente tem uma contribuição importante. Então, eu acho que esse é o típico do setor onde precisa ter uma política muito clara e é uma política que ela tem que taxar, ela tem que ter um mecanismo que transfira recursos que hoje vão para o combustível não renovável e transfira ela para os combustíveis renováveis.

Então, um exemplo simples poderia você ter um mecanismo que torne mais caro o uso do carvão mineral e aquilo que você arrecada a mais no carvão mineral você subsidia o carvão vegetal de plantões florestais. É uma conta que dá zero, do ponto de vista da sociedade, mas que ela força você ter uma transição para uma indústria diferente. E essa é uma coisa que tem que ser discutida com a sociedade. Com todos os setores.

E aí eu acho que vale uma coisa nova do Brasil. O setor empresarial que sempre foi, digamos assim, um pouco alienado dessa discussão, não se posicionava fortemente. Deu demonstrações nos últimas semanas, para não dizer nos últimos meses, muito fortes de que está pronto para a briga, digamos assim, para objetivos mais ambiciosos.

Dia 25 de agosto agora, nós tivemos um evento em São Paulo bem importante, onde 22 das 50 maiores empresas brasileiras incluindo as três maiores construtoras, maior empresa de mineração e etc, assumem um compromisso de reduzir essas emissões.

Não é não só não aumentar é reduzir as suas emissões, publicar os seus dados de emissões e assim por diante. Então, eu acho que a gente pode contar com o impulso também do setor industrial.

Sobre a posição brasileira eu acho que tem... Ah, e uma última coisa é com a questão da pré-sal. Porque o pré-sal é digamos um bilhete premiado, mas que vem... É que nem a história do cachorro com as pulgas, porque vem um monte de coisas junto.

Uma delas é que nós vamos produzir petróleo quando o mundo vai transitar para não consumir petróleo. Esta é a primeira questão. Aquilo que a gente está dizendo que é um super valor hoje pode ser que

ele não seja tanto, depende de como for a equação futura talvez não seja tanto. Mas a questão mais importante é que nós temos que nos preparar para ter uma situação em que não é assim, nós trocamos a emissão do desmatamento pela emissão do pré-sal, ou pela emissão de combustíveis fósseis. Isso não é inteligente para o planeta.

O que a gente tem que fazer é encontrar mecanismos de fazer com que o uso desta riqueza que é o petróleo do pré-sal, ele se dê num contexto em que a gente pode trabalhar a neutralização das emissões. Parece uma coisa hoje absurda, mas não é. O próprio exemplo que o Virgílio deu sobre a questão do estoque de carbono, o CCS que é você estocar o carbono embaixo da terra, ela é uma tecnologia que está evoluindo muito rapidamente.

Esse custo é estimado que ele vá, nos próximos anos, cair de 200 dólares para cerca de 40 dólares e é importante que a gente também esteja pensando em todos esses instrumentos. Acho que se a gente pensar à frente nisso, nós poderemos ter uma situação diferente e mais confortável inclusive de uso desse recurso para o futuro próximo.

Sobre a questão da posição brasileira, eu acho que tem o seguinte aspecto; o Brasil tem que chegar em Copenhagen decidindo algumas coisas: Primeiro, que 2 Cº é aquilo que nós acreditamos que no Brasil é onde nós devemos chegar. Até junho desse ano a gente não tinha isso claro, em junho desse ano o Brasil fez uma primeira submissão, em que ele menciona claramente os 2 Cº e, portanto isso é dado como favas contadas, quer dizer dos 2 Cº nós já estamos dentro.

Segundo, a gente tem que assumir claramente qual é a referência de cenários que nós estamos usando em termos de concentração de emissões na atmosfera. Não pode ser ambíguo nisso, a sociedade brasileira tem que entender exatamente quando o Governo Brasileiro tiver apresentando seu cenário sob qual perspectiva ele pensou. Se foi 450 PPMs é uma coisa, se foi 380 é outra e se foi 510 é outra. A gente tem informar a sociedade, exatamente, qual é o cenário que nós estamos trabalhando.

Nós acreditamos que é, no caso específico do Ministério do Meio Ambiente, na discussão nós acreditamos que devemos sim dizer que estamos trabalhando para formular os cenários com 450 PPMs, o que nos diz qual é o tamanho do espaço de carbono.

Eu acho que o Brasil tem que contribuir para que exista sim uma meta global de redução de emissões. Nós temos que dizer que tem uma meta global de reduções, não pode ser ambíguo nisso, não pode dizer: "É mais ou menos uma trajetória".

Não, tem que dizer: "Nós acreditamos que é necessário dizer onde queremos estar globalmente em 2020 e onde vamos estar em 2050".

É agora que tem que dizer isso, porque se nós não dissermos agora isso vai ser negociado mais para frente, onde não haverá possibilidade da usar o argumento das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Então eu acho que isso é uma coisa super importante, tanto 2020, como 2050.

2050, a gente praticamente já disse isso, porque quando assinou a carta com as maiores economias, se acordou que trabalharemos para ter uma meta para 2050, mas a visão é de que a gente precisa também ter isso bem definido para 2020.

E dado isso, o Brasil sabendo que a gente teria um limite global e que nós vamos lutar para ter o maior compromisso dos países desenvolvidos em relação as suas emissões, eu acho que a última tarefa é a gente formular os cenários muito claros de quão longe o Brasil pode ir no seu compromisso, digamos, voluntário, em relação ao esforço global que terá que ser feito.

E eu acho que esse que é talvez o número que eu acho que isso é o que o Ministro Celso Amorim, ele fazia referência quando fez um comentário, acho que numa entrevista para a Globo News, não é? Onde ele fez um comentário de que nós teríamos números para a trajetória que o Brasil deveria ter. Provavelmente, nós não vamos ter um número, dizer assim: "Ah, o Brasil vai se comprometer a reduzir 20% em relação ao cenário business as usual, como a gente diz, o cenário de referência".

Mas, a gente precisa sair daqui sabendo que a gente poderia no processo de negociação trabalhar com uma margem, por exemplo, de 10 a 30%, o que quer que seja, que permita que os negociadores trabalhem fortemente para usar essa nossa margem que o Brasil tanto para forçar os países desenvolvidos a terem o compromisso mais alto possível de redução das suas emissões.

Isso é que vai permitir a gente, aí sim integrar a questão de REDD, não só REDD, mas também como NAMAs, como mecanismo também de offset, que poderá gerar recursos substanciais para a gente poder fazer as implementação das políticas, que a gente mesmo está decidindo para o Brasil.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Dr. Tasso.

Eu só queria antes de passar a palavra para o nosso próximo convidado, de lembrar que amanhã nós teremos aqui no Congresso, na Câmara, às 11h30, uma breve solenidade de lançamento do livro: "Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia – A Experiência do Pólo Industrial de Manaus". Trabalho

científico que envolveu 14 pesquisadores e que pela primeira vez faz um estudo acerca da contribuição do Pólo Industrial de Manaus, para a preservação da Floresta Amazônica.

Então, como nós estamos vendo aqui e já sabemos disso, que a redução do desmatamento é o centro talvez da política de redução de emissões do Brasil, até porque participa com 70, 75% hoje, então, as atividades que estarão acontecendo amanhã, elas serão muito importantes.

Então eu faço desde já o convite a todos os presentes, não só os Parlamentares, mas a todos que aqui estão que, rol da taquigrafia teremos o lançamento do livro com um pequeno ato às 11 horas e 30 minutos e às 14h00 uma Audiência Pública. E a Comissão Mista de Mudanças Climáticas é uma das organizadoras desses dois eventos.

Bom, então, agora nós passamos a palavra para quem não altera de posição que é o Prof. Virgílio Vianna, fazendo uma correção aqui, o Dr. Virgílio, que já foi Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, ele hoje é Diretor Executivo Geral da Fundação, não Fundação Amazônia Sustentável, mas Fundação Amazonas Sustentável. Dr. Virgílio.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA: Obrigado, Deputada Vanessa, nada como ter uma amazonense na Mesa, que enfatiza o fato da Fundação ser do Amazonas.

Com relação às questões levantadas pelo Deputado Lupércio, sobre a definição no posicionamento brasileiro na COP. Eu acredito que o Embaixador vai poder falar com um mandato de quem representa o Itamaraty nesse processo. Eu queria só relatar que o foi feito no âmbito da força-tarefa. O que a força-tarefa fez foi uma recomendação, a partir de uma inspiração, de uma proposição inicial dos governadores da Amazônia e que detalhou um instrumento de financiamento do REDD compensatório.

E é uma satisfação muito grande ouvir a manifestação do Embaixador aqui, no sentido de considerar isso como uma coisa positiva, assim como foi a manifestação do Ministro da Ciência e Tecnologia e assim como foi o posicionamento do Presidente da República.

Então, eu acredito que nós temos aqui uma oportunidade singular de avançar nesse assunto e acredito que a força-tarefa tenha sido uma contribuição importante para esse processo.

Com relação ao papel que o Brasil poderia desempenhar nessas discussões, eu vejo a possibilidade de dar um passo um pouco ousado. A partir do momento que talvez nós tenhamos desatado esse nó de florestas e mudanças climáticas, eu que tenho usada essa expressão desatando o nós, porque a coisa estava meio amarrada. Eu acho que com esse conceito de 10% de cota é algo que resolve boa parte das preocupações, tanto dos ambientalistas quando os países que defendem que o maior esforço tem que ser dos países do Anexo 01.

O Brasil poderia então dar um passo a mais, Embaixador, e eu queria até aproveitar e o senhor que vai fazer a última colocação, ouvir o senhor a esse respeito, por que o Brasil não faz parte da coalizão dos países de florestas tropicais?

Existe uma articulação internacional e o Brasil sempre se alia ao G-77 e é incompreensível que tem vários posicionamentos que o Brasil se alia à China, à Índia e etc.

Mas, por que o Brasil, nesse contexto do REDD, não busca uma aliança com os países de florestas tropicais? Existe uma coalizão que envolve salvo engano meu, 33 países. E o Brasil não faz parte disso. Não é o caso do Brasil, agora, com esse posicionamento novo, assumir uma liderança e propor um modelo que inclua todos os países nisso?

Segundo, Deputado Lupércio, eu acredito que nós tenhamos uma oportunidade também muito grande de exercer a liderança no âmbito da Bacia Amazônica e levar também à Copenhagen uma posição que traduza a visão de todos os outros países. E aí o UTCA existe e está baseada em Brasília e talvez seja um locus importante disso.

O Presidente da República nessa audiência, com a força-tarefa manifestou seu interesse em fazer uma reunião de todos os Presidentes da Bacia Amazônica, ainda em novembro, antes da COP.

Então são essas duas reflexões que eu faria. E queria aqui ecoar e saudar as preocupações da Senadora Marina Silva, que me parece muito corretas, acredito eu que esse processo de construção da posição brasileira tem que ser mais aberto possível. E é um processo que não deve ser feito intramuros, tem que ser o mais plural e o mais participativo possível, portanto eu acho que as considerações que a senhora fez são muito oportunas e queria só ecoar e parabenizar.

Eu me esqueci de falar uma segunda parte da pergunta do Deputado Lupércio. Como ligar o REDD à questão dos caboclos, perdão Deputado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois não, pode concluir.

SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA: Duas coisas, Deputado.

Eu acredito que, em primeiro lugar, o investimento em educação é essencial, como o senhor bem disse investir em educação, mas não educação que é a educação em que estamos acostumados a ver nas esco-

las urbanas, tem que ser uma educação rural. Melhor dizendo tem que ser uma educação florestal.

E isso... Existem experiências muito interessantes no Amazonas e em outros lugares do Brasil também, mas voltadas para a economia florestal. E, talvez, o principal desafio seja conseguir recursos internacionais, ligados a redução do desmatamento que financiem a transição do Brasil rumo à economia de baixo carbono. E a economia na Amazônia tem que ser uma economia de não desmatamento.

Agora, essa economia só vai resultar a melhoria da qualidade de vida de nosso caboclo se fizer com que a floresta dê mais dinheiro em pé. E é possível fazer isso, nós temos vários exemplos disso, no Juma, por exemplo, na RDS do Juma, o preço da castanha que era paga ao regatão de quatro reais, passou para 12 e com a certificação chegou a 15, isso numa cooperativa local. Quer dizer é possível aumentar o valor da floresta em pé, com uma política de investimento em biocosméticos em fármacos.

Esta que é a visão de longo prazo é fazer com que a floresta dê mais dinheiro em pé do que derrubada e essa economia florestal, é bom lembrar, que é responsável por sustentar a melhor qualidade de vida no planeta. Os melhores IDHs do mundo não estão nos países de indústria estão na Escandinávia. E a Escandinávia, onde ocorrerá a COP é uma região do planeta onde a principal economia não é industrial é florestal.

O balanço de pagamento da Suécia, que tem os IDHs mais altos do mundo, é a economia florestal, só que eles souberam usar bem as árvores e os subprodutos que as árvores dão.

Então, tem uma forte industrial alicerçada nessa base florestal. E isso talvez devesse ser a nossa visão de longo prazo para a Amazônia.

E isso que seria a conexão entre o caboclo caminhando para uma vida confortável, uma vida com boa educação, com boa saúde, boa habitação, enfim, todos os componentes de uma boa qualidade de vida a partir de uma valorização da economia da floresta.

Obrigado, Deputada.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, Dr. Virgílio.

E, por fim, nós passamos a palavra ao nosso convidado que será o último a fazer a intervenção, Embaixador Sérgio Barbosa Serra, que aqui representa o Ministro Celso Amorim.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO BARBOSA SERRA: Muito obrigado, Deputada.

Bom, há uma série de perguntas aqui e um pedido, tanto do Tasso como do Virgílio, para eu dar um panorama sobre exatamente qual o papel que o Brasil vai ter em Copenhagen.

Primeiro, eu queria dizer que é uma honra para mim estar respondendo a perguntas de todos, mas enfim, da Senadora Marina Silva, que sob, cujo comando, eu tive o prazer de estar e a honra de estar em Bali.

Mas enfim, a Senadora pergunta e eu também fico um pouco, quer dizer, sobre a questão de como vamos à Copenhagen sem uma Política Nacional de Mudança Climática. Eu não gostaria de, digamos, de fazer comentários sobre o fato de que esse projeto que foi apresentado pelo Executivo está há alguns meses aqui, com uma tramitação lenta no Congresso Nacional.

Mas, eu vejo, ouvi com muita satisfação, antes mesmo que a Senadora fizesse a pergunta, o Deputado Colbert Martins, Relator dessa Comissão Mista, mencionou que agora o projeto está tendo sua tramitação desobstruída na Câmara dos Deputados.

Eu acho que é possível que não se complete essa tramitação antes de Copenhagen, o que será uma pena. Mas, eu acho que isso não impede que o Brasil, digamos, nós já temos o plano nacional que será certamente um parâmetro que nós usaremos para levar a nossa contribuição à Copenhagen e eu acho que seria ideal termos a política também já firmemente adotada.

Mas, se não temos que, teremos que, enfim, ir adiante com a posição proativa que nós pretendemos ter, como sempre temos tido mesmo sem ter esse importante documento aprovado e sancionado.

Como está sendo constituída a posição brasileira? Nós temos uma, quer dizer, eu estou falando um pouco em nome do Itamaraty, mas a rigor existe um condomínio, como a Senadora sabe, o Itamaraty é o que negocia, mas enfim a composição da ou a constituição da posição brasileira na parte do Poder Executivo é normalmente um condomínio entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente.

E nós temos feito como fizemos com as outras COPs, reuniões preparatórias que, normalmente se dão no Itamaraty, mas não necessariamente, mas tem sido mais frequentes no Itamaraty, as quais são abertas a vários setores da sociedade brasileira. Inclusive o Parlamento, evidentemente, mas também ao meio empresarial, acadêmico.

Já quase fizemos duas reuniões este segundo semestre, a última eu não estava presente. Mas nós pretendemos assim que se completar essa rodada de negociações, essa próxima em Bangkok fazermos uma outra, eu acho que pelo menos mais duas até Copenhagen.

A parte substantiva da nossa posição, o Ministro Celso Amorim, enfim na entrevista a que a senhora se referiu que foi à Globo News, mencionou que nós levaríamos números, ou um numero, eu acho mais possível números no plural à Copenhagen.

É claro que esses números, quer dizer, ele mesmo eu acho que na mesma entrevista chegou a dizer que era prematuro ainda dizer qual seriam esses números, porque no fundo nós estamos essa posição em termos quer dizer a disposição já é um consenso de sermos proativos, então, já é um consenso entre não só o governo, mas como a sociedade brasileira.

Em termos concretos, nós ainda precisamos ir além da coordenação entre os três Ministérios, que nós temos que consultar, por exemplo, se nós vamos levar números, o setor empresarial tem que ser ouvido também. Está sendo já. Mas, o Congresso também e nós temos agora um novo elemento dentro dessa nossa posição, que é o resultante da força-tarefa que surgiu da carta de Palmas, dos Governadores da Amazônia, que cujo processo este que estará, eu imagino, se concluindo, ou seja, entrando numa fase decisiva lá para meados de outubro.

Então, ainda vamos nos reunir mais e esse será, por exemplo, essa é uma vertente da nossa posição que será a ligada à REDD, principalmente mecanismos de financiamento à REDD. Mas, a nossa posição será basicamente se constituirá de NAMAs, de uma série, um conjunto de ações. Eu suponho que com forte, digamos, baseada em grande parte na área de desmatamento, de redução de desmatamento, portanto o REDD, mas não necessariamente só aí.

Eu, o Tasso mencionou aqui a questão, quer dizer o Brasil já aderiu ou enfim já adotou a questão dos 2 Cº, como, digamos, limite para uma, evitar uma mudança climática perigosa, um aquecimento global perigoso.

E quanto ao digamos, a meta global, nós também já estamos, pelo menos a meta global de longo prazo, nós já temos também um consenso dentro do governo a esse respeito já, enfim, que achamos que as, globalmente, essas emissões tem que se reduzir pela metade, no mínimo, até 2050.

O que nós não temos ainda, porque o Tasso mencionou a questão da trajetória. A trajetória na nossa visão as trajetórias de redução e de diminuição da curva de emissões são várias possíveis. Isso ainda estamos... Mas enfim, na nossa visão há uma possibilidade grande de quer dizer, se você, para você ter 2 Cº como limite máximo de aquecimento global, os países poderão ter curvas de queda ou de estabilização e posterior queda de emissões variáveis.

Então, a nossa ainda eu não acredito que nós tenhamos isso definido em Copenhagen, nem acho que haja necessidade de tê-lo.

No caso da pergunta da Deputada Rebecca Garcia, da cota de 10%, se o Itamaraty, enfim, que foi mencionado aqui na exposição do Virgílio, se o Itamaraty, digamos adotou essa posição, eu acho que isso foi uma, é evolução muito positiva do nosso entendimento aqui.

Porque ela reflete no fundo a preocupação, ela está dentro dela embutido nesse limite de 10%. Que, aliás, correspondem a uma elevação da ambição das metas dos países envolvidos, 10% a mais no adicional, a nossa preocupação com relação à integridade ambiental do sistema. Quer dizer para você evitar que...

O Ministro Celso Amorim, uma das frases que ele mencionou na entrevista dele é que o Brasil não irá se esconder atrás de outros países nem quererá que outros países se escondam atrás do Brasil nessa negociação. Querendo dizer que outros países vão fazer aumentar suas emissões por conta de compras de crédito pelo Brasil.

Agora, quanto a ser 10% ou não, eu vi o Ministro Minc falar até em mais, eu ouvi numa entrevista aqui que ele falou: "Não, se estiverem, se comprometido com 30 e quiserem se elevar a 40, então seria esse diferencial", é uma questão de realismo na hora da negociação. Eu acho que o mais importante é que os países uma outra, um outro cenário seria você só aceitar, digamos, um adicional acima de um número mínimo.

Por exemplo, se você achar que é 40% que tem que ser a média de redução dos países desenvolvidos, de repente é que o for acima de 40%, se 30% for pouco.

A rigor, isso varia uma pouco de país a país, porque pelo cálculo das responsabilidades históricas, por exemplo, 30% seriam pouco para a uniu européia, agora 25%, que é o que o novo governo japonês está anunciando que vai colocar já seria acima do que o Japão, que é um país de industrialização tardia, é um pouco até acima do que o Japão, digamos se exigiria do Japão. Então, isso pode variar um pouco de país a país.

Eu acho que 10% são bons como uma demonstração de que aquilo só pode ser é uma parcela adicional do esforço que os países desenvolvidos e, portanto um limite do que pode ser creditado e compensado em termos de offset.

No caso do Virgílio perguntou por que o Brasil não faz parte da coalizão do arco íris dos países... Bom, inicialmente, nós não fazemos parte, porque esses países pensam quase que exclusivamente em termos de mercado de carbono e, no nosso caso, o crédito

compensatório, o mercado compensatório seria uma parcela só. Agora, nós fazemos parte de uma outra coalizão de países florestais que foi criado na época, aliás na pré COP, antes de Bali, e que foi a rigor um convite da Indonésia e nós já participamos de algumas reuniões desse...

Mas, isso não quer dizer que nós não coordenemos em certos assuntos com essa coalizão dos países florestais. O caso dos países amazônicos, eu acredito que agora vá haver uma evolução mais positiva com essa adesão nossa a, pelo menos, uma parcela do REDD seja financiada por créditos de carbonos dessa forma limitados.

Mas, eu devo dizer que alguns antes de Poznan, da COP de Poznan houve uma proposta que nós fomos um até dos introdutores dessa proposta. Que nós fizéssemos uma reunião prévia em Poznan, dos países da OTCA, dos países amazônicos, enfim, para tratar como é que a gente então procurar uma coordenação nessa área de REDD. E a reunião não se realizou e não foi por causa do Brasil, eu não me lembro mais, eu não quero dar nomes aos bois, porque arriscaria de estar, mas algum amazônico não quis que houvesse essa reunião não aceitou que... Quer dizer é uma coordenação que seria muito bem vinda para nós, mas que não tem funcionado, infelizmente, nas negociações.

Eu acho que, eu tenho a impressão que já respondi o que eu tinha anotado aqui, eu posso estar...

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):

[interrupção do áudio]

A participação do Dr. Virgílio Vianna, representando aqui a Fundação Amazonas Sustentável, representando o Ministro Celso Amorim, o Embaixador Sérgio Serra e do Tasso, Consultor Dr. Tasso Rezende, que representa aqui o Ministério do Meio Ambiente. E agradecendo a audiência de todos.

Antes de encerrar a reunião, relembrando essas duas atividades de amanhã, às 11h30 lançamento do livro, às 14h00 Audiência Pública nos Plenários das Comissões da Câmara. E comunicando que no dia 24, na próxima quinta-feira haverá Audiência Pública Regional no Estado do Ceará em Fortaleza, e no dia 28 Audiência Pública Regional no Estado da Bahia, em Salvador.

Agradeço a presença de todos e a audiência de todas as Sras. e Srs. Parlamentares e demais e nada mais havendo tratar declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

Sessão encerrada às 17h24.

25ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em conjunto com as Comissões da Câmara dos Deputados: do *Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio*, da *Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional* e do *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, no dia 23 de setembro de 2009, quarta-feira, as 14 horas, no Plenário nº 01 das Comissões da Câmara dos Deputados.

As quatorze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e três de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 01 das Comissões da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, em conjunto com as Comissões do *Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio*, da *Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional* e do *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,* da Câmara dos Deputados, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senador Wellington Salgado, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Cícero Lucena, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Jorge Khoury, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira** e **Deputado Rômulo Gouveia**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a "apresentação e debate do Livro "Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a proteção da Floresta Amazônica: discurso ou fato?", em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2009–CMM C, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, aprovado em 09 de junho de 2009. A Presidência convida o senhor Gilmar de Oliveira Freitas, Economista da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM; Senhora Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais, como representante da SUFRAMA; Senhor José Alberto Costa Machado, Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Senhor José Aroudo

Mota, Coordenador de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos Regionais e Urbano do IPEA e Senhor Alexandre Almir Ferreira Rivas, Coordenador-Geral do Projeto PIATAM, para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes, pela ordem, a palavra para suas considerações iniciais. Ato contínuo, assumem a Presidência dos Trabalhos o Deputado Sebastião Rocha e o Deputado Lupércio Ramos. Usam da palavra a Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Francisco Praciano e Deputado Lupércio Ramos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezessete horas e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão e publicada no Diário do Senado e do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputada **Vanessa Grazziotin,** Vice-Presidenta no exercício da Presidência.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EVENTO: Audiência Pública

N°: 1589/09

DATA: 23-9-2009

INÍCIO: 14h51min
TÉRMINO: 17h05min
DURAÇÃO: 02h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min
PÁGINAS: 46
QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas.

ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS – Coordenador-Geral do Projeto PIATAM.

JOSÉ AROUDO MOTA – Coordenador de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA.

GILMAR DE OLIVEIRA FREITAS – Economista da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM.

ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da SUFRAMA.

SUMÁRIO: Discussão sobre os instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública conjunta com as Comissões da Amazônia, Meio Ambiente, Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Frente Parlamentar Ambientalista.

Houve exibição de imagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, de iniciativa dos Deputados Edmilson Valentim, Vanessa Grazziotin e Sarney Filho, que tem como objetivo discutir os instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia.

Convidamos para fazer parte da Mesa o Sr. Gilmar de Oliveira Freitas, economista, representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; a Sra. Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais, representante da Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus; o Sr. José Alberto da Costa Machado, pesquisador da Universidade Federal do Amazonas, um dos coordenadores de um trabalho científico publicado em forma de livro, lançado hoje pela manhã aqui na Câmara dos Deputados; o Sr. José Aroudo Mota, Coordenador de Meio Ambiente da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, também um dos coordenadores da pesquisa; o Dr. Alexandre Almir Ferreira Rivas, Coordenador-Geral do projeto PIATAM e também um dos Coordenadores do livro intitulado *Instrumentos Econômicos* para a *Proteção da Amazônia – A Experiência do Polo Industrial* de *Manaus.*

Comunicamos que passaremos a palavra aos representantes de instituição, aos pesquisadores, aos nossos convidados pelo tempo, cada um, de 7 a 10 minutos, no máximo.

São praticamente 15 horas, a Ordem do Dia inicia-se às 16 horas, a partir daí teremos problema. Houve um atraso de nossa parte para darmos início à audiência, porque as Comissões concluíram há pouco seus trabalhos, inclusive esta Comissão de Desenvolvimento econômico. Houve também uma audiência pública pela manhã com representantes da Agência Nacional do Petróleo, para tratar dos projetos do pré-sal.

Passo a palavra, se todos concordarem, ao Prof. José Alberto da Costa Machado.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Deputada Vanessa, que coordena as atividades, agradeço o convite para participarmos desta audiência pública e cumprimento todos os senhores que nos ouvem.

Dividiremos a apresentação do trabalho com os 3 coordenadores do estudo na medida em que avançarmos na exposição.

Vamos direto ao ponto. O livro que apresentamos – *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia – A Experiência do Polo Industrial* de *Manaus* – foi um trabalho desenvolvido pelo PIATAM, instituto que tem uma quantidade bastante expressiva de contribuições científicas para o desenvolvimento da Amazônia, reúne dezenas de pesquisadores e tem dado grandes contribuições sobretudo para os impactos da indústria de petróleo na Amazônia e estudos de impactos ambientais de grandes obras na Amazônia.

O Instituto PIATAM desenvolveu esse trabalho em convênio com a Nokia, uma indústria da Zona Franca de Manaus à qual nos referiremos em seguida. O patrocínio financeiro foi dado pela Nokia e tivemos o apoio institucional da SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

(Segue-se exibição de imagens.)

O livro lançado hoje pela manhã no *hall* da Câmara é esse da imagem e a equipe de pesquisadores é essa daí.

Gostaria de destacar a origem dos pesquisadores do Amazonas, do Pará, das instituições nacionais, como o IPEA, das universidades parceiras do exterior, no caso a Washington University.

Gostaria de destacar também a qualificação acadêmica dos pesquisadores: são 9 doutores, 4 mestres das mais diversas áreas do conhecimento, tais como economia ambiental, econometria, desenvolvimento sustentável e assim sucessivamente.

Estes são os avaliadores internacionais, da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, aos quais me referi e que tiveram o encargo de examinar a fundamentação científica, metodológica, os dados, os resultados a que chegamos.

Agradecemos especialmente as entidades empresariais do Estado do Amazonas, capitaneados pela Federação das Indústrias e Centro das Indústrias; a bancada federal do Estado do Amazonas, capitaneada pela Deputada Vanessa Grazziotin, que não mediu esforços para dar visibilidade a esse estudo que consideramos importante para a Amazônia.

É necessário registrar também que o Dr. Rodrigo Navarro, à época executivo da Nokia, acreditou que esse estudo seria importante para sua instituição em caráter internacional e convenceu os executivos mundiais da Nokia a apoiarem aquilo que se transformou nesse estudo. Faço este registro porque é correto que assim se faça.

A organização do livro é a seguinte: na primeira parte, discutimos o que é o polo e o seu contexto na Amazônia; na segunda, estão os métodos econômicos utilizados para fazer as mensurações; na terceira, estão as sugestões, os aspectos conclusivos que remetem à ideia de políticas necessárias para que o estudo que acabamos de fazer não fique apenas como produção acadêmica, não fique apenas como material para produzir discursos, mas tenha conseqüências práticas no desenvolvimento da região.

As questões que orientaram o preparo do livro foram as seguintes: primeira, o que causa desmatamento na Amazônia. De maneira geral, a literatura se refere que é atividade produtiva buscando desenvolvimento econômico, normalmente associado à expansão da fronteira agropecuária, à extração de madeira, a grandes rodovias, etc. Mas essas causas não são válidas para toda a Amazônia, porque encontramos Estados que, não obstante terem essas causas bastante intensas, têm um crescimento econômico pífio, e alguns Estados que, não tendo essas dinâmicas, têm um crescimento econômico significativo, que é o caso do Amazonas. Se isso fosse real, seria possível que e o Polo Industrial de Manaus tivesse alguma influência nas baixas taxas de desmatamento do Estado do amazonas. Essa percepção era muito corrente regionalmente, mas não havia uma prova científica, não havia uma mensuração, uma quantificação para, de fato, testar a relação entre o Polo Industrial de Manaus e o baixo desmatamento do Estado do Amazonas.

Ao examinarmos o mapa, considerando apenas os 4 principais Estados, amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, verificamos que a contribuição do Pará para o desmatamento, no período 1985 a 2003, foi de 31,6%, com uma cobertura vegetal remanescente de 81%. A contribuição de Mato Grosso para o desmatamento, nesse mesmo período, foi de 36%, com uma cobertura vegetal remanescente de 63%. A contribuição do Amazonas para o desmatamento foi de apenas 4,9%, com uma cobertura vegetal remanescente de 98%.

Ao examinarmos a estrutura produtiva, observamos que no Pará há extração mineral, pecuária e extração madeireira. Em Rondônia e Mato Grosso há agronegócio e pecuária.

O Polo Industrial de Manaus tem uma estrutura produtiva diferente dos demais: há indústria eletroeletrônica e indústria de duas rodas, sediadas sobretudo em Manaus.

Parece claro que a estrutura produtiva tinha a ver com esse desempenho ambiental. Se fosse comprovado que isso era real, o Polo Industrial de Manaus teria uma externalidade ambiental não considerada

localmente, nem nacionalmente, seja pelo valor do desmatamento evitado, isto é, aquilo que o Polo evita desmatar tem um valor concreto em razão do carbono que ela consegue manter capturado, seja pelos benefícios ambientais que ela gera não apenas para a região, mas para todo o Brasil e o mundo.

O que é esse Polo Industrial de Manaus? É uma dinâmica industrial com as seguintes características: mais de 500 empresas sediadas em Manaus; é o núcleo dinâmico da chamada Zona Franca de Manaus; tem um faturamento – a base é de 2007 – de 26 bilhões de dólares; só na planta de produção há 103 mil empregos, com mais 400 mil indiretos; cerca de 53% dos insumos utilizados são nacionais; os investimentos consolidados em equipamentos, em máquinas e em infraestrutura industrial são da ordem de 7 bilhões de dólares; a arrecadação tributária total é de 13 bilhões de reais. Essa dinâmica econômica é responsável por mais de 60% de todo o tributo federal que a União arrecada na Região Norte do País, ou seja, quando se considera todos os Estados da Região Norte, mais de 60% dos tributos federais advêm do Polo Industrial de Manaus.

Esse Polo Industrial de Manaus é baseado em incentivos fiscais. Há uma percepção distorcida em relação à função desses incentivos. Regionalmente, costuma-se utilizar como justificativa o fato de estarmos longe dos mercados, tanto dos insumos quanto do consumo. Esses incentivos seriam para cobrir o diferencial logístico.

Fora da região, o argumento que se utiliza é que esses incentivos são apenas artifícios para beneficiar empresas, a fim de melhorarem sua *performance* econômica. No entanto, com estudos, se ela tem uma externalidade ambiental, a motivação desses incentivos passa a ser outra. O resultado dessa dicotomia de visão é que ficam ofuscados esses efeitos positivos do Polo tanto para o desenvolvimento da Amazônia quanto para a proteção da floresta, o que significa dizer que os tomadores de decisões tomam decisões, sobretudo no âmbito tributário, que têm efeitos, que têm preço, porque fragilizam o Polo Industrial de Manaus. Ao fragilizá-lo, fragiliza-se também essa dinâmica econômica, que gera proteção ambiental com benefícios para o Brasil e para o mundo.

Ao formularmos o objetivo do trabalho nos focamos nos seguintes pontos: primeiro, demostrar, usando métodos científicos, a relação entre o Polo Industrial de Manaus e o baixo desmatamento do Estado do Amazonas, se isso existisse; segundo, estimar a magnitude desse efeito – se existe, qual o tamanho dessa contribuição; terceiro, quais seriam as consequências para a floresta amazônica com o encerramento das atividades do Polo Industrial de Manaus; quarto, fundamentar, a partir dessas estimações, demandas do próprio Governo Estadual, a fim de buscar compensações para o Estado do Amazonas por esse benefício, por essa externalidade positiva, gerado para o Brasil e para o mundo; quinto, fundamentar uma política de agregação de valor aos preços básicos dos produtos gerados no PIM, ou seja, que os produtos que lá são gerados pudessem levar uma marca indicando que eles são feitos protegendo a floresta amazônica, na suposição de que esse tipo de certificação permitirá a ele ter um valor mercadológico diferente do preço daquele que não tenha sido fabricado lá. Um celular, um relógio ou outro produto fabricado lá, ajudando a proteger a Amazônia, deveria ter uma preferência de mercado diferente de um relógio ou um telefone celular que seja fabricado em outra parte. Então, a ideia do trabalho era exatamente fazer isso.

Agora, vou passar a palavra ao Prof. Rivas, que vai apresentar a parte metodológica, como foi desenvolvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada.

Eu agradeço a sua participação, Dr. José Alberto.

Percebo que os senhores combinaram perfeitamente a metodologia. Cada autor presente à Mesa – porque temos outros presentes no plenário – fará a explanação de uma parte do livro. Assim, todos falarão no tempo que estipulamos inicialmente. O Dr. José Alberto utilizou o tempo estipulado.

Então, passo a palavra agora ao Dr. Alexandre Rivas.

O SR. ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS – Sra. Deputada, muito obrigado pelo convite; obrigado a todos por estarem aqui.

Vamos dar sequência ao trabalho iniciado pelo Dr. José Alberto Machado, sobre como foi desenvolvido esse modelo ou os modelos que apresentaram os resultados que trazemos aqui hoje.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, foi desenvolvido um modelo comportamental matemático, que buscou desenvolver os elos lógicos entre o Polo Industrial de Manaus e o nível de desmatamento que havia no Estado, tentando identificar, a partir dessa lógica, quais seriam as variáveis que pudessem ter alguma relevância nesse nexo entre o desmatamento e o polo industrial de Manaus.

Em seguida, foi desenvolvida uma segunda análise, obviamente tendo como referência análise anterior, chamada análise de correspondência. Trata-se de uma análise estatística, em que aquelas variáveis

identificadas no modelo anterior, além de outras, foram comparadas uma a uma com o nível de desmatamento, com o nível de produção do polo industrial de Manaus, do PIB do Estado e da região. A partir disso, houve a geração de um conjunto de variáveis significativas relacionadas ao desmatamento no Estado do Amazonas. Então, observem que saímos de uma situação em que observamos variáveis com alguma relevância e vamos para uma segunda situação, em que encontramos aquelas que têm significância.

Passamos, então, para o terceiro módulo de modelagem, que trabalhou, entre outros aspectos, a questão da formação dos clubes de desmatamento. Nesse clubes de desmatamento, aconteceu a busca de associação de padrões de desmatamento para a Amazônia e para o Amazonas. Então, aqui demos uma saída e olhamos o padrão do desmatamento não só no Estado do Amazonas, como também em toda a Amazônia. Procuramos fazer uma relação, uma modelagem econométrica espacial, para identificar esses clubes e poder caracterizá-los.

No caso da Amazônia legal, tivemos a formação de 4 clubes. Na coluna do meio dessa tabela que apresento todos poder ver o número de municípios, com a respectiva área em quilômetros quadrados correspondentes a cada um desses clubes. Na terceira coluna, vemos aquelas atividades econômicas que mais têm efeito nesses clubes de desmatamento.

A mesma coisa foi feita para o Estado do Amazonas, onde, em vez de 4, foram identificados 3 clubes principais de desmatamento, com os municípios e as respectivas áreas apresentadas na coluna do meio. Observem as indicações das variáveis que mais contribuíram para aquele respectivo clube, como, por exemplo, rebanho bovino e culturas temporárias, que contribuíram mais para o clube de desmatamento 1.

Temos uma amostra da análise espacial, feita no caso para a Amazônia Legal, indicando ali os 4 clubes aos quais eu me referi. Para o Estado do Amazonas, indica os 3 clubes aos quais também fiz referência.

Após esse estudo, após esse componente do estudo, passamos, então, para a análise contrafactual, a fim de estimar o que chamamos no estudo de efeito PIM, quer dizer, se existia, então, um nexo entre esse desmatamento e o Polo Industrial de Manaus, existia um efeito, e esse efeito é exatamente o que denominamos de efeito PIM.

Nesse componente do estudo, a principal pergunta é: se Manaus seguisse o mesmo padrão de médio desmatamento dos demais Municípios do Estado do Amazonas, qual seria o desmatamento previsto na Capital do Estado para um ano? Então, foi feita uma análise, uma estimativa desse efeito para um ano, o ano de 1997. Esse efeito PIM em Manaus foi de 85%, ou seja, nesse modelo, se não existisse o Polo Industrial de Manaus, o desmatamento teria sido pelo menos 85% do valor que foi naquele ano mais alto. Esse é o efeito PIM, que atua contra a força do desmatamento. Esses 85%, traduzindo para a área, e depois traduzindo isso em termos de valor de carbono não emitido, correspondeu a cerca de 400 milhões de dólares para aquele ano.

Em seguida, então, foi desenvolvido o último modelo – portanto, foram 5 análises estatísticas econométricas. Foi apresentado o quinto modelo, no qual também é calculado o efeito PIM, porém, diferentemente do modelo anterior, em vez de olhar apenas para um ano, olhou para um período de 7 anos, que foi o período recente, contados a partir de 2000 a 2006. O efeito PIM, nesses anos recentes, para todos os Municípios do Estado do Amazonas – é uma outra diferença do modelo anterior, no qual víamos apenas Manaus, e agora todo o Estado do Amazonas –, no período de 2000 a 2006, foi de 70% a 77%. Guardadas as proporções, considerando os dados, os modelos, o modelo anterior, estamos numa faixa de 70% a 84% do desmatamento, que poderia ter existido se não houvesse o PIM.

Isso correspondeu, tendo como base novamente o preço carbono e a área que não foi desmatada, ao valor entre 1 a 10 bilhões de dólares no período. Esse valor depende de qual cotação do carbono se utiliza. No primeiro caso, pode-se utilizar a cotação mais baixa ou em torno de 5 dólares a tonelada; no segundo caso, uma cotação mais alta, que foi, se não me engano, de 32 dólares a tonelada de carbono – uma no mercado de Chicago, e a outra no mercado europeu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Dr. Alexandre.

Passarei a palavra agora ao Dr. Aroudo. Na sequência, voltaremos ao Dr. José Alberto, antes de passarmos para os 2 convidados, representantes da SUFRAMA e da Federação das Indústrias.

Dr. José Aroudo Mota, V.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. JOSÉ AROUDO MOTA – Obrigado, Excelência.

Dando continuidade, vimos 5 modelos apresentados, logicamente que de forma resumida. Podemos agora desenhar um painel dos principais resultados. Aqueles municípios que são influenciados pela Zona Franca, pelo Polo Industrial de Manaus têm, vamos dizer assim, contribuído com menores taxas de desmatamento. Essa é a primeira conclusão, dentre aquelas grandes conclusões, os grandes achados, porque esses modelos, como bem demonstrou o Sr. Rivas,

variam numa taxa de preservação da floresta de 70% a 85%. Vê-se, então, que há flexibilidade, mas todos os modelos, todos os resultados encaminham-se para basicamente as mesmas propostas pontuais.

O PIM é uma força que atua contra a lógica do desmatamento, o que pudemos ver nesse painel exposto pelos Profs. José Machado e Alexandre Rivas.

O PIM tem influenciado na queda da taxa de desmatamento. Se analisarmos os municípios próximos à região de influência do PIM, certamente vamos verificar que têm taxas mais baixas de desmatamento. Quando o Prof. José Alberto Machado apresentou aquele mapa, vimos o que contribuía para as taxas de desmatamento no Pará, no Amapá, no Mato Grosso, em todos os Estados da região da Amazônia Legal. Verificamos pontualmente quais as atividades mais contribuidoras das taxas de desmatamento e quais que ajudavam a preservar. Fica bem claro que quem explora muito a natureza certamente tem floresta derrubada.

A área de desmatamento de Manaus equivale a 2 vezes a área do Distrito Federal. Só no ano de 1997, proporcionou um desmatamento equivalente a um Distrito Federal, ou seja, metade deixou de ser desmatada. Isso é muito importante. Esse é um número extremamente significante para mostrar à sociedade brasileira que temos alternativas que são viáveis e que são importantes para a preservação da floresta. Floresta tem valor presente e futuro, muito importantes para a sociedade. Então, precisamos olhar com bastante carinho e responsabilidade.

O PIM evitou o desmatamento de 5.200 quilômetros quadrados da área da floresta amazônica. Esse número, como eu disse aos senhores, é significativo, equivale à área do Distrito Federal – quem é daqui de Brasília sabe o tamanho –, basicamente 6 mil quilômetros quadrados. Com isso, uma série de valores deixamos de captar, como por exemplo o valor de uso da floresta, de medicina de bioprospecção de ervas, de fibras, valores de recursos que não conhecemos e que serão descobertos no futuro. A cada período é descoberto algo mais interessante na Amazônia.

Se juntarmos os 5 modelos, vamos observar um painel muito claro. O PIM colaborou com a redução de 70% a 77% do desmatamento no Estado. Para todo o Estado do Amazonas, o benefício foi de 1 a 10 bilhões, no período de 2000 a 2006. Ora, isso traz, vamos dizer assim, um benefício em torno de 1 bilhão e 430 milhões de dólares por ano.

Honestamente, depois que terminou esse trabalho, que discutimos bastante esses números e verificamos o que dizia a literatura, chegamos a uma conclusão muito simples: a sociedade tinha de pagar para a Amazônia ficar em pé. Isso seria muito importante.

Obrigado, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Concedo a palavra ao Sr. José Alberto.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Continuando, nós gostaríamos de destacar um trecho das avaliações feitas de um dos avaliadores, em que diz que os dados apresentados indicam que a verdadeira função do PIM é a de catalisador econômico, que, de um lado, alivia a pressão sobre a floresta e, por outro, é capaz de canalizar recursos financeiros para a educação e o desenvolvimento de ciência e tecnologia, o que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento de tecnologias e inovações de processos econômicos sustentáveis a longo prazo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Parece-me que essa é a tarefa da presente pesquisa, qual seja, demonstrar a função histórica do PIM, para possibilitar – aí chamamos a atenção para isso que está sublinhado – a formulação de uma política coerente, que reforce, de forma planejada sua função catalisadora e crie, dessa maneira, um processo de desenvolvimento a ser considerado sustentável para a Amazônia como um todo.

Fazemos esse destaque. Esse avaliador quer nos dizer que essa externalidade ambiental positiva foi um efeito imprevisto, mas poderia ser aproveitado, a fim de ser canalizado, aperfeiçoado, remodelado, de modo a beneficiar toda a Amazônia.

Nesse sentido, há uma série de mecanismos de compensação que podem ser usados como instrumentos econômicos, entre os quais estão citados 5. Vou deter-me apenas ao quinto, por ser um instrumento de alcance regional, é da competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, tem aplicação imediata, governança regional e não demanda grandes providências, a não ser decisão política e vontade gerencial para que seja implementado.

Trata-se de um selo a ser associado a cada produto fabricado no Polo Industrial de Manaus. No selo há uma garça estilizada, com a inscrição "Produzido no Polo Industrial de Manaus". É um selo extremamente diminuto, que as empresas entendem apenas como peso burocrático, que não agrega nenhum valor ao que é produzido ali. Estamos propondo um selo de adesão voluntária, mas que deveria ser conquistado com base em uma política a ser estabelecida para as empresas. Seria produzido no PIM, protegeria a Amazônia. Obviamente, a empresa poderia fazer uso desse selo para o seu relacionamento com o mercado. Esse tipo de certificação está prevista na Resolução nº 202, de 2006, do próprio Conselho de Administração da SUFRAMA. Basta uma rápida modificação para criar essa alter-

nativa. Temos base legal para fazer isso, para termos um mecanismo de atratividade bem mais significativo ao empreendimento.

Até hoje, o Polo Industrial de Manaus teve esse efeito ambiental positivo, mas baseado em um único mecanismo de atração, que são os incentivos fiscais. É necessário que sejam agregados outros tipos de atrativos que não sejam apenas incentivos, como por exemplo o aperfeiçoamento da infraestrutura, a parte logística, de energia, de comunicação, todas em situação sempre caótica em torno desse Polo.

Há necessidade de maior enraizamento para o funcionamento produtivo. Temos indústria eletroeletrônica, indústria de 2 rodas, sobretudo, e precisamos ter uma indústria baseada em bens regionais, que esteja mais vinculada ao verde e ao que é específico da região. Precisamos de mais qualificação para o valor agregado, ou seja, conhecimento e tecnologia desenvolvidos localmente.

Chamo a atenção dos Deputados das outras regiões, pois precisamos de maior espraiamento econômico para outros Estados da Região. Há plena possibilidade de replicar essa dinâmica industrial conforme as potencialidades locais, associada aos fundamentos locais de cada área, a fim de que outros Estados possam ter dinâmicas econômicas similares, obviamente guardados os marcos legais de cada uma.

É preciso haver direcionamento estratégico focado nesse propósito, uma vontade regional organizada em que todos os entes federais e estaduais localizados na Região possam trabalhar nesse sentido, criando essa condição de diretrizes estratégicas da Nação para a Região. Até hoje, a Zona Franca de Manaus é uma excepcionalidade, é uma legislação considerada excepcional. É necessário que essa política seja inserida na lógica nacional, para que deixe de ser uma exceção e possa constituir a política do Brasil para a Amazônia, para a região onde está inserida.

Por último, são um grande problema para as empresas ali localizadas a consolidação, a harmonização e a estabilização dos fundamentos tributários. Uma das maiores dificuldades são a irregularidade e a descontinuidade da legislação tributária, que criam um custo para as empresas que poderia ser completamente diferente se tivéssemos outro tipo de fundamento legal tributário para orientar os seus padrões.

Essa virtuosidade que estamos apresentando aqui continuará a ter divulgação. Foi feito o lançamento. Será realizado um congresso para economistas na Amazônia, com a presença de cerca de 500 formandos em Economia, quando será ministrado um curso sobre essa questão. Haverá também o lançamento de um livro no mercado. Será feita a tradução para publicação nos mercados dos Estados Unidos e da Europa. Estamos ultimando entendimentos para realizar o lançamento desse mesmo estudo na COP-15, Conferência das Partes sobre o Clima, que ocorrerá em dezembro, em Copenhagen. Está sendo preparado um documentário para ser levado para Copenhagen e também para ser passado na mídia televisiva brasileira, com o propósito de mostrar que o Polo Industrial de Manaus é uma dinâmica econômica que deu conta de gerar riqueza, de gerar sustentabilidade e de preservar as florestas do Estado do Amazonas.

Haverá hoje, às 18 horas, uma conferência para professores da Universidade de Brasília – UnB, no Centro de Desenvolvimento Sustentável, quando apresentaremos esses estudos, tentando mostrar que é necessário utilizar instrumentos econômicos dessa natureza para preservar a Amazônia.

Querer preservar a Amazônia simplesmente proibindo as pessoas de desfrutarem de sua riqueza, de melhor qualidade de vida e de um nível melhor na forma de existir é uma utopia, nunca vai acontecer. O mais adequado é procurarmos instrumentos econômicos com as características que apresentamos aqui, porque já verificamos que eles deram certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sebastião Bala Rocha) – Agradeço a contribuição ao Dr. José Alberto da Costa Machado, Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Apresento-me aos senhores. Sou o Deputado Sebastião Bala Rocha, do Estado do Amapá.

Registro a presença do Deputado Lupércio Ramos, do Amazonas, da Deputada Rebecca Garcia, também do Amazonas, e do Deputado Rômulo Gouveia, da Paraíba, que prestigiam nossa audiência pública.

Esse tema é por demais importante para o Brasil e para o mundo, e não só para a Amazônia, haja vista que estamos no olho do furacão das mudanças climáticas. Tenho falado com frequência sobre ele.

A Amazônia vive sob fortes pressões internacionais e nacionais de inibição de projetos de desenvolvimento na região, exatamente em função dos problemas decorrentes das mudanças climáticas, do aquecimento global.

O Polo Industrial de Manaus e a Zona Franca como um todo se irradiam para outros Estados da Amazônia, que agora também conquistaram suas Zonas Francas Verdes. A industrialização de produtos regionais com isenção de IPI é importante para continuarmos protegendo a Amazônia, sobretudo Estados como o Amazonas, que tem 97% a 98% de área preservada, e o Amapá, meu Estado, que também está nesse mesmo patamar.

Sou governista, sou da base do Governo, sou do PDT, mas tenho criticado muito o que o Governo tem feito com recursos da SUFRAMA, por exemplo. Tem negado sua liberação, contingenciado esses recursos, atrasando o desenvolvimento e estimulando, de alguma maneira, a concentração de outros processos de desenvolvimento na região sem o mesmo viés da proteção ambiental das zonas francas – tanto a de Manaus como as dos demais Estados.

Por isso, ressalto a importância desta audiência pública para conscientizar o Brasil e o mundo de que queremos fortalecer cada vez mais os instrumentos de desenvolvimento que temos, que estão calcados na sustentabilidade, como foi mencionado.

Vamos dar continuidade à audiência pública, ouvindo agora o Dr. Gilmar de Oliveira Freitas, economista da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM.

O SR. GILMAR DE OLIVEIRA FREITAS – Boa tarde a todos. Tentarei mostrar, dentro do tempo que me foi concedido, a visão da indústria do Estado do Amazonas, com respeito ao Polo Industrial de Manaus.

(Segue-se exibição de imagens.)

O parque industrial instalado em Manaus registra aproximadamente 600 empresas em diversificada produção, empregando avançada e sofisticada tecnologia.

Responsável por uma política de desenvolvimento autossustentável, a Zona Franca de Manaus foi e está sendo capaz de realizar a integração econômica da Amazônia Ocidental, sem prejuízo do seu patrimônio ambiental. Como já foi dito anteriormente, 98% das florestas do Estado do Amazonas estão preservadas.

A manutenção dos incentivos fiscais como ferramenta de desenvolvimento, criação de empregos e distribuição de renda é imprescindível para promover a utilização equilibrada do potencial da biodiversidade do nosso ecossistema, sem agressão à natureza.

A Amazônia e o Estado do Amazonas despertam muito interesse das demais nações, sendo fonte de especulações sobre sua realidade, gerando, entre outras coisas, grande cobiça sobre suas riquezas naturais.

Muitas vezes, sob o falso pretexto de preservar o meio ambiente amazônico, tentam nos impingir planos e projetos incompatíveis com a nossa realidade.

O Estado do Amazonas se apresenta como detentor de um patrimônio natural imensurável. As grandes jazidas de minério, gás e petróleo falam da importância e da dimensão econômica dessa região e da sua função estratégica para o futuro do Brasil e da própria humanidade.

A regionalização da economia e da produção sustentável só será possível se for mantida a política atual de incentivo, que possibilitará o desenvolvimento de novas oportunidades de negócios, criadas pela tecnologia limpa. Isso beneficiará o aumento da capacidade de produção e de inovação da indústria local, dinâmica e tradicional.

Essa é a maior bacia hidrográfica do planeta. Cerca de 20% da reserva de água doce do planeta estão na Amazônia.

Biodiversidade. É um banco genético de valor incalculável. Total presumido na floresta: mais de 1 milhão e 500 mil espécies vegetais; 300 espécies de mamíferos; 950 espécies de pássaros; 2.500 espécies de peixes; 30 milhões de invertebrados; 100 variedades de anfíbios.

Das drogas prescritas nos Estados Unidos, mais de 25% contêm substâncias ativas derivadas de plantas de florestas tropicais.

As populações indígenas da Amazônia dominam o conhecimento sobre 1.300 plantas com princípios ativos característicos de antibióticos, narcóticos, abortivos, anticoncepcionais, antidiarréicos, anticoagulantes, fungicidas, anestésicos, antiviróticos e relaxantes musculares. Dessas plantas, 90 já são usadas comercialmente. O Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos identificou cerca de 2 mil espécies oriundas de florestas tropicais com potencialidade para tratamento do câncer.

Os incentivos concedidos às indústrias que integram o Polo Industrial de Manaus são oferecidos exclusivamente à produção. Os Governos Federal e Estadual, ao aprovarem um projeto, concedem apenas uma expectativa de direito, que só se concretiza com a venda da produção. Ou seja, todos os riscos são assumidos pelos empreendedores, sem qualquer participação ou subsídio financeiro assumido pelo Estado brasileiro.

De fato, o Polo Industrial de Manaus desencadeou um efeito virtuoso na conservação da floresta no Estado do Amazonas. Nesse *slide*, verificamos a preservação das áreas de floresta onde os Estados da Amazônia Ocidental apresentam o menor desmatamento, principalmente quando comparamos o Amazonas com os Estados do Pará e de Mato Grosso. Na parte em preto vemos o desflorestamento.

A prova de que o nosso modelo de desenvolvimento ajuda a preservar a floresta do Amazonas está demonstrada nesse gráfico, quando o comparamos com os demais Estados da Amazônia Legal. O nosso parque industrial tem uma peculiaridade muito importante: não tem chaminés e tem um grau insignificante como poluidor do meio ambiente.

Graças à política de incentivos, conseguimos o adensamento da cadeia produtiva, que procura ampliar

a capacidade instalada e a produção local de produtos dos diversos setores da indústria, incluindo as partes e peças e componentes.

Com a política da Zona Franca, projetos estratégicos foram criados e são desenvolvidos, servindo de base para um promissor futuro tecnológico. Temos o CT-PIM, o CBA, o Polo Gás Químico, que, com a conclusão do gasoduto que vem de Coari, deverá modificar a matriz energética do Estado do Amazonas.

As indústrias estabelecidas na Zona Franca de Manaus também têm uma participação na responsabilidade social, com contribuições para o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas, para o fundo de desenvolvimento de pequenas e microempresas e, principalmente, para a manutenção e diversificação dos cursos da Universidade Estadual do Amazonas.

Os empresários entendem que o mais importante é a articulação que deve haver entre a classe política, o Executivo, a Academia e os segmentos da indústria, fortalecendo e aperfeiçoando os mecanismos existentes, para que se traduzam em medidas concretas, direcionadas para o enfrentamento dos principais gargalos que afetam o desempenho satisfatório da economia amazonense, comprovadamente responsável pela preservação da floresta e do bioma Amazônia.

Por meio do suporte econômico das indústrias do PIM, representado pelo recolhimento de impostos federais e estaduais, as médias e pequenas empresas têm sido apoiadas, gerando empregos e se engajando em atividades inovativas, conquistadoras de novos mercados internos e externos.

No nosso Estado temos exemplos de pequenas e médias empresas de sucesso no mercado exportador. A aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias que tenham potencial de indução naquelas atividades produtivas econômicas de maior competitividade no mercado nacional e internacional é o caminho certo para o crescimento e progresso da indústria local. Por isso, devem ser incentivadas.

Tanto a indústria dinâmica quanto a indústria que utiliza as matérias-primas regionais, as chamadas atividades tradicionais, buscam o aumento da eficiência da estrutura produtiva com mapeamento, identificação, ampliação e fortalecimento de cadeias produtivas, visando à maior competitividade de produtos m*ade in* Amazonas, expandindo a base produtiva, o que, consequentemente, contribui para aumentar a pauta de exportação. Com isso, mescla-se, efetivamente, o *mix* de produtos entre as 2 modalidades da indústria amazonense.

De que precisamos? Do estímulo aos setores onde o Amazonas tem maiores possibilidades e capacidades ou necessidades de desenvolver vantagens competitivas, abrindo caminhos para a inserção desses setores no fluxo de comércio nacional e internacional.

Visto por esse prisma, o Governo Federal e o Estadual, por meio das políticas públicas que compõem a política industrial, serão os grandes promotores do desenvolvimento econômico regional. É imprescindível que a política para atração de recursos produtivos seja preservada e até aumentada. O desenvolvimento econômico, todos sabem, não é distribuído de forma homogênea. Os aparatos produtivos, nas diversas regiões, são atingidos por diferentes níveis de complexidade, que, por sua vez, geram implicações políticas e sociais evidentes.

O que a indústria faz, pensando no futuro? As políticas públicas levadas a efeito em planejamento pelo Governo nos 3 níveis, bem como os projetos de lei do Legislativo, merecem atenção permanente do setor privado. Por esse motivo, os empresários amazonenses procuram participar, com seus representantes, dos diversos foros e eventos, bem como de organismos consultivos, a fim de levar sua contribuição e experiência e tentar, de certa maneira, viabilizar as estratégias discutidas e aprovadas que redundem em melhorias para o Estado do Amazonas e para toda a população.

Em virtude de dotações diferenciadas de recursos naturais, tamanho de mercados consumidores, qualificação de mão de obra, aparato logístico, infraestrutura, entre outras, exigem-se políticas públicas efetivas para a atenuação de desvios econômicos regionais.

Estamos conscientes da necessidade de intervenção do Estado no campo econômico. Precisamos dessa parceria para suprir e atender a necessidade de aplicação de tecnologia cada vez mais complexa para a produção de bens.

Os problemas que afetam a produção e o desenvolvimento do Estado, representados pelos custos adicionais na forma de juros, tributação, infraestrutura de transporte e encargos sociais, exigem tratamento diferenciado, a ser aplicado por políticas públicas viabilizadoras de empreendimentos, que contribuam para o desenvolvimento sustentável dessa área. A preservação ambiental é o grande desafio que nos é imposto.

Temos algumas propostas: participação efetiva das entidades empresariais da Zona Franca de Manaus nas discussões dos planos (disseram-me que meu tempo já se esgotou; então, vou falar mais rapidamente); melhor geração e distribuição de energia; ações que melhorem a logística do sistema de transporte de cargas, cujos problemas principais são péssimas condições das estradas, ineficiência da navegação de cabotagem,

linhas irregulares do transporte aéreo, burocracia no sistema portuário, morosidade na gestão do sistema público; participação efetiva das entidades empresariais da Zona Franca de Manaus nas discussões do plano de desenvolvimento da produção; necessidade de tornar mais ágil o desembaraço na zona primária para acelerar o comércio exterior da Zona Franca de Manaus; realização de investimentos em infraestrutura portuária, aeroportuária e portos secos, tipo EADI, acompanhados do efetivo funcionamento 24 horas por dia, fundamental para ganho de competitividade; melhora da infraestrutura operacional, com reforço do quadro de pessoal nos órgãos públicos de fiscalização que atuam na Zona Franca de Manaus. As empresas do Polo Industrial de Manaus não temem a fiscalização. Elas querem mais agilidade.

Srs. Parlamentares, o que de fato precisamos para manter esse modelo de desenvolvimento, que tem como um dos principais resultados a proteção da Floresta Amazônica, é o respeito dos nossos direitos constitucionais, constantes também no Decreto Lei nº 288/67.

É a contribuição da gestão privada para o desenvolvimento do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lupércio Ramos) – Nosso muito obrigado também.

A próxima exposição será apresentada pela Dra. Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais, representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – A temática em discussão nesta sala, hoje, traduz-se em instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, a questão é: o que é instrumento econômico para proteger a Amazônia? Seja o conceito científico, acadêmico ou técnico, e se dê do ponto de vista de atrair investimentos econômicos para a região; seja do ponto de vista do gasto tributário dos Governos Federal, Estaduais e Municipais na região; seja do ponto de vista de uma política extrafiscal, qualquer conceituação que se dê para instrumento econômico para a proteção da Amazônia só vai ter uma resposta: é um instrumento econômico que seja capaz de produzir indicadores socioeconômicos positivos; que seja capaz de preservar ambientalmente a região; que seja capaz de ter arrecadação tributária e que consiga ter projetos específicos para o desenvolvimento da região. Ao longo dos séculos de desenvolvimento da região Amazônica, não se encontrou nenhum outro projeto que não tenha sido a Zona Franca de Manaus.

Dentro do campo dos indicadores econômicos, não se tem nenhum outro tipo de política pública que traduza indicadores econômicos tão positivos como o Polo Industrial de Manaus. E aqui não quero ser redundante, porque o Prof. José Alberto já o colocou, com muita propriedade.

Dentro dos indicadores ambientais, eu também seria redundante, porque está muito bem explicitado no trabalho *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia*. E já foi exaustivamente falado como o modelo do polo industrial preserva ambientalmente a Floresta Amazônica.

Observa-se aí uma preocupação muito grande dentro da questão ambiental. As unidades de conservação, hoje, dentro do ambiente do Estado do Amazonas, especialmente, protegem o Brasil do Brasil, protegem a Amazônia do Brasil. Não se consegue visualizar unidades de conservação nas áreas de fronteiras. Nós nos protegemos do Brasil. Então, a grande preocupação hoje da Amazônia é dos brasileiros para com o brasileiros dentro da Amazônia, o que é inadmissível.

Arrecadação tributária. Hoje, para cada R$1,00 de renúncia fiscal produzida no Polo Industrial de Manaus, arrecada-se, no Estado do Amazonas, R$1,40. Mas vamos mais longe ainda: cada R$1,00 renunciado no Estado do Amazonas gera, na Região Sudeste do País, R$1,31. Então, dizer que o Polo Industrial de Manaus ou a Zona Franca de Manaus é um poço de incentivos fiscais, é um total desconhecimento, para não dizer ignorância, do potencial de arrecadação de tributos federais, estaduais ou municipais hoje gerados e administrados pela Zona Franca de Manaus.

Dentro desse processo de desenvolvimento regional ao longo da história do Amazonas, qual foi a política que se preocupou com as potencialidades da região? Qual política se preocupou com o capital intelectual da região? Qual política se preocupou com a agregação de valor?

Na questão do capital intelectual observa-se a questão de especialistas, mestres e doutores formados pela Universidade Federal do Amazônia e pela Universidade Estadual do Amazonas num período que vai de 2002 a 2007. Não vamos nos ater mais a números – quem quiser o texto da palestra, nós o liberaremos depois –, mas observem, por gentileza, o Estado do Amazonas, que, em 2002, tinha 287 doutores e, por meio das políticas de financiamento, de fomento entre SUFRAMA, Governo Federal e Governo Estadual, tem-se hoje 637 doutores. Ora, observa-se ali um crescimento de 121%.

Se se observar toda a Região Norte, são 2.601 doutores. Senhores, toda a Região Norte tem menos doutores que a USP. Como é que se consegue amar alguma coisa sem conhecê-la? Eu nunca vi. Então, se não se conhece a Amazônia, não se consegue amá-la; se o Brasil não conhece a Amazônia, não consegue respeitá-la, compreendê-la.

Vai-se compreendê-la com meras atitudes técnicas? Não tem como, se não tiver a academia, a SUFRAMA, o Governo Estadual e as demais instituições, em parceria, para desenvolvê-la.

Traduzir os projetos de desenvolvimento na região da Amazônia Ocidental, especialmente onde estão instalados os incentivos fiscais, e não compreender os projetos que são capazes de preservar e de deixar essa floresta em pé, é total desconhecimento da realidade da Amazônia.

Dizer que os incentivos fiscais não contribuem para a Amazônia é mais uma vez ratificar a ignorância sobre a Amazônia que existe dentro do Brasil; é desconhecer esses projetos que estão tão dentro do Acre, no Estado do Amapá, no Estado do Amazonas, de Rondônia e de Roraima, que por sinal tem as menores taxas de desmatamento dentro da Amazônia Legal. São exatamente os Estados que têm os incentivos fiscais do Governo.

Então, não me venham com chorumelas, como diria Machado de Assis, dizer que a Zona Franca não protege a Amazônia do próprio Brasil que nós temos.

Se estamos falando em instrumentos econômicos para criar indicadores de desenvolvimento dentro da Amazônia, para preservá-la, que consiga arrecadar tributos federais e ter projetos específicos, senhores, não vamos inventar a roda ou tentar criar a pólvora; esse instrumento econômico para a Amazônia Ocidental é a Zona Franca de Manaus.

Conclusão da nossa exposição: existem 2 Amazônias muito claras atualmente: as Amazônias que estão centradas nas capitais – uma em Manaus, uma em Belém, uma em Boa Vista etc. E outra Amazônia, a do interior da Amazônia, outra realidade que os nossos Parlamentares conhecem muito bem.

Criar pólos de desenvolvimento ou de meros incentivos fiscais nos Municípios de Anamã e de Beruri não leva desenvolvimento para aquela região, porque não será por incentivo fiscal que uma indústria se instalará em Beruri, que são 3 horas de voadeira, depois de se ter atravessado o Rio Negro, andado 80 quilômetros de carro, para chegar lá. Então, pode-se dar todos os incentivos fiscais, que nenhuma empresa irá para lá.

Item nº 3. O maior instrumento atualmente que se traduza em segurança de fronteira para a Amazônia tem que estar atrelado a 3 pilares: o primeiro deles é a presença militar. E aí eu volto para a questão inicial, do Brasil que não conhece a Amazônia. Eu não consigo entender como se tem uma força armada pesada, no Leste do País, de frente para o Atlântico, e um deserto das Forças Armadas no oeste da Amazônia, que está diferente para a América latina.

O Exército atualmente é um instrumento importantíssimo para a preservação, a conservação da área de fronteira, mas em termos de contingente há uma presença muito maior das Forças Armadas no Leste do País, que está de frente para o Oceano Atlântico, que não está voltado para a região oeste do Brasil.

O segundo pilar é a presença civil. E aí é importantíssimo o trabalho aqui apresentado, Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia. É quando o Estado brasileiro se faz presente na Amazônia. Então, que esse livro se traduza realmente em referendar cientificamente a qualidade e a importância socioeconômica e ambiental que o polo industrial tem para a presença civil do Estado brasileiro na Amazônia.

O terceiro pilar se traduz no conhecimento da Amazônia: capital intelectual produzido dentro da Amazônia, para ela.

Item nº 4. Que outra política, que não seja a da Zona Franca de Manaus, conseguiu indicadores de desenvolvimento social, econômico e ambiental tão expressivos?

Então, volto à fala inicial de que não vamos querer inventar a roda ou descobrir a pólvora, porque elas já existem.

Por conta disso, senhores, nós, SUFRAMA, sofremos hoje um violento contingenciamento nos projetos de desenvolvimento, que são exatamente os projetos que mantêm a floresta em pé. Quando isso é traduzido em um discurso, fica muito evidente que, na prática, em termos operacionais a coisa não se materializa. Dizer que a floresta amazônica é muito bonita, em pé e, não liberar os recursos para que se fomentem, na região, projetos de desenvolvimento, para que aquela floresta continue em pé, é outra questão. Existe um discurso de preservação ambiental da Amazônia e uma política extremamente degradadora da floresta amazônica hoje.

Por fim, senhores, manifestamos todo o interesse e apoio. Que esse estudo, efetivamente, referendado pela academia e feito pela equipe de professores que aqui estão, realmente sirva de subsídios para as políticas públicas hoje dentro da Amazônia.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lupércio Ramos) – Nossos agradecimentos a todos os expositores.

Agora, passamos a palavra aos Srs. Deputados inscritos. Imediatamente, concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin, que está inscrita; em seguida, S.Exa. retomará a direção dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Muito obrigada, Deputado Lupércio Ramos.

Primeiro, quero destacar novamente – mesmo não correndo o risco, sendo exatamente redundante – a importância desse debate nesta Casa, hoje. Deputado, Francisco Praciano, a bancada do Estado do Amazonas teve a oportunidade de ter uma primeira apresentação. O livro foi lançado no Estado do Amazonas; hoje ocorrerá esse debate; e à noite, na UNB, o trabalho será apresentado.

Creio que todas essas apresentações e esses debates devam culminar numa apresentação e numa presença forte não só do Estado do Amazonas, mas também de toda a região na Conferência de Copenhague – C*O*P-15*,* que acontecerá em dezembro deste ano. Porque se o debate já é importante, assim como a conclusão dos senhores, que se dedicaram a trabalho tão importante, do ponto de vista ambiental, econômico, científico e socioambiental, imaginem, neste momento, aqueles países que não assinaram o Protocolo de Kyoto, hoje! Muitos deles passam a apresentar as suas metas de redução de gases tóxicos na atmosfera.

Sou daquelas que tem a convicção de que a Zona Franca de Manaus tem sido, até o momento, o instrumento mais poderoso de preservação da nossa floresta.

O Estado do Amazonas é o maior não só o da Região Norte, mas também do Brasil. É o que também tem a maior cobertura vegetal preservada. Como os senhores – não quero fazer chover no molhado – demonstram, no trabalho, isso deve-se ao modelo de desenvolvimento que gera emprego, que retira da floresta a pressão vivida em outros Estados.

Um dos *slides* que foi exibido pelo Dr. José Alberto mostra o mapa da Amazônia e a presença do desmatamento. O desmatamento em grande parte ocorrido pela queimada é responsável por 75% das emissões brasileiras de gases tóxicos. No mapa, percebemos obviamente o arco do desmatamento. Percebemos que, na BR-163 e em outras rodovias, também há um importante foco do desmatamento. Mas o Rio Amazonas é um foco, na medida em que as nossas vias são os nossos próprios rios. Quando olhamos o *slide* apresentado, percebemos no mesmo rio, que é o Rio Amazonas, que vai do Pará até o Amapá, a diferença das suas margens no Estado do Amazonas das suas margens no Estado do Pará. A via e o rio são os mesmos. O grau de desmatamento no Estado do Pará, no Rio Amazonas, é muito superior ao grau de desmatamento no mesmo rio no território amazonense.

Esse trabalho é um instrumento que devemos utilizar. Tenho certeza – acho que foi o Prof. Gilmar que falou – de que ele demonstra a necessidade do reforço da intervenção do Estado na Amazônia. Não adianta fixar a meta – como já esta fixado no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, aprovado por um decreto do Presidente Lula, ano passado – de que, até 2017, devemos reduzir em 72% o desmatamento da Amazônia. Não adianta só colocar isso no papel. Precisamos de medidas que amparem essa decisão.

Quando olhamos para o lado, nesse grande debate ambiental que se trava, vemos muito falar em compensação. Mas que compensação? Compensação para ficarmos parados, nos embalando na rede? Não. A compensação tem que vir em forma de desenvolvimento. Nesse sentido, precisamos jogar forte, penso eu, na questão do incentivo fiscal, no fortalecimento da Zona Franca. A Zona Franca precisa-se fortalecer.

Um dia desses, assinei um projeto de emenda constitucional, do Deputado Silas Câmara, que tira prazos para a Zona Franca. Estamos agora nessa nova rodada de reforma tributária, brigando por mais 10 anos de prorrogação para a Zona Franca.

Enfim, quero com essas palavras, que não foram tão breves assim, Deputado Lupércio Ramos, ao mesmo tempo, agradecer a V.Exa e dizer que tenho a convicção de que, além do Regimento da Câmara e de uma série de documentos que temos que carregar conosco, esse livro é um dos documentos a mais que precisamos carregar, porque ele, sem dúvida alguma, será o grande esteio e justificativa para o fortalecimento da Zona Franca de Manaus. Era isso. Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lupércio Ramos) – Convido a Deputada Vanessa Grazziotin para retomar a direção dos trabalhos e concedo a palavra ao eminente Deputado Francisco Praciano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO – Só para dar os parabéns a toda a Mesa, aos companheiros que colaboraram com a confecção desse livro, cujo objetivo é mostrar, por vias diretas e indiretas, a importância da Zona Franca de Manaus, usando, como foco – é isso o que entendi, porque não li o livro ainda –, a questão do desmatamento.

Eu sou um leigo nessa matéria. Entretanto, acho que o Estado do Amazonas é muito isolado. A parte norte do Rio Amazonas é uma área quase que inóspita e o mosquito da malária colabora bastante, além do desmatamento, com a inexistência de atividades humanas tendo em vista que a área é pouco antropizada.

Outra observação que faço é que, sem vergonha alguma, graças a Deus, não temos um Estado com muitas rodovias, isto é, com muito acesso ao resto do Brasil.

Não tenho ainda a visão de que, ao se abrir a BR-319, qual será o tamanho do prejuízo para o meio ambiente. Quando se abriu a BR-317, ligando o Amazonas ao Acre, acho que potencialmente começamos a ver um outro cenário. Quando tiver consolidada a Santarém-Cuiabá, não sei também o tamanho do prejuízo. Por que não sei, e por que acho que o desmatamento também é garantido hoje? Por esse isolamento do Estado, além da questão da Zona Franca. E não tenho dúvida de que a Zona Franca colabora realmente com o freio do desmatamento, mas não vejo, no Estado do Amazonas ou mesmo do Pará, políticas orientadas para reduzir o desmatamento.

Exemplo disso é a falta de guardas florestais. O INCRA, muito presente na região amazônica, está totalmente desestruturado; o INPA, quase indo à falência, não se utiliza da Zona Franca de Manaus e, enfim, dos 30 bilhões de dólares ali produzidos. Há alguns anos, em 1990, o INPA tinha 1.600 funcionários, hoje tem 700, e a metade está abandonando o órgão, e a outra se aposentando. O Instituto de Pesquisa da Amazônia está falido; o Museu Emílio Goeldi, com pouca ou nenhuma estrutura.

Sem dúvida, a Zona Franca colabora para o não desmatamento do Estado do Amazonas – e a parabenizo por isso. Não advogo, porém, a existência tão somente da Zona Franca de Manaus para que consigamos esse resultado. Porque, na hora em que se abre espaço, a Zona Franca perde para a BR-319; a Zona Franca vai perder para a BR-317 e para qualquer rodovia ou ferrovia que se abra ali, porque não há política para a Zona Franca.

Gostaria de saber da Mesa qual é o laboratório, no Estado do Amazonas ou mesmo no Estado do Pará, que tem incentivos e está gerando produtos e tecnologia para os projetos específicos a que a Dra. Ana Maria se referiu.

O que, fora da Zona Franca, exportamos hoje? Cacau? O açaí do Estado do Amazonas? Vejo grande pressão no sentido do desenvolvimento de atividades clássicas no Amazonas. Apesar de estar aqui há 2 anos e meio, quando participo de audiência pública sobre a Amazônia, fico na dúvida; não sei se estamos tratando da Amazônia, do Piauí, do Ceará ou do Centro-Oeste. Porque, fala-se em boi – se queremos ou não o boi, se pode ou não o boi, se pode ou não o açúcar, se pode ou não a madeira. Não vejo discussão alguma no sentido de se ativar, de fato, com muito investimento, pesquisa que venha a traduzir a famosa biodiversidade potencial da Amazônia em riqueza real.

Eu sou amazônida; há 35 anos fui do Ceará para a Amazônia e estou lá. Hoje, vejo uma cidade estragada, que não tem um manancial, um riacho, como se diz no Ceará, ou um igarapé, como se diz no Amazonas, em que se possa lavar o rosto, tomar banho. A grande vantagem hoje dos nossos Governos é terem a vaidade de dizer que estão urbanizando o igarapé, isto é, matando o igarapé. Não há um metro cúbico de água tratada na cidade de Manaus. Essa é a realidade. Mostrem-me onde temos um metro cúbico de água tratada na cidade de Manaus, exceto em unidades fabris da Zona Franca de Manaus, que fazem o seu próprio tratamento e servem de modelo. O próprio tratamento das indústrias da Zona Franca de Manaus, porém, não serve para nada, porque passa por um bairro onde dejetos e lixos se somam aos igarapés que levam para o Rio Negro.

Vejo uma cidade maltratada e quase que irrecuperável quando se fala em orçamento do Estado e do Município. Manaus está irrecuperável, medieval, com muitos becos, sem planejamento, ambientalmente desmontada – desculpe-me dizer isso, talvez não devesse fazê-lo, mas estou aqui quase num desabafo.

Apesar da Zona Franca e tudo mais, em termos de ensino médio de qualidade, o Amazonas hoje perde tão somente para o Estado de Alagoas, e, em termos de ensino fundamental, só ganha do Estado do Maranhão. O último PNUD está mostrando que o analfabetismo está aumentando. Portanto, Zona Franca sim. Ela merece uma sobrevida bastante longa, mas não pode ser o único modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas. Ela salva o Estado enquanto não promover o chamado desenvolvimento, abrir bastantes estradas, começar a cultivar cana-de-açúcar, ampliar a criação de gado etc. Não há projetos para a Amazônia, na minha opinião. A Zona Franca, por si só, é frágil, vulnerável. A qualquer momento começaremos a perder esses benefícios. Na minha opinião, a Zona Franca ainda é um entrave. O Brasil não gosta da Zona Franca porque ainda não aprendeu a amar a Amazônia. Nós estamos aqui falando a meia dúzia de Deputados Federais, quando deveríamos estar falando para os outros Estados, para o mundo.

Desculpem-me o desabafo, mas quero dizer que os nossos estadistas, os governadores da região têm muita vaidade para construir estradas, rodovias. Isso é natural. Manaus tem uma vaidade muito grande, e conseguiu crescer porque tem vários viadutos e ainda estamos construindo outros. Agora vamos construir uma ponte que vai ligar Manaus ao outro lado do rio, principalmente para transportar tijolo e verdura. Vamos

sediar a Copa do Mundo em 2014. Vamos desmontar um estádio que já é ocioso por falta de futebol e vamos gastar 600 milhões de reais para criar um outro estádio numa cidade em que não há futebol. Tudo isso por conta de 3 dias de Copa. Está na hora de reconhecermos que esse não é o modelo a seguirmos. Há muita gente que quando sair da política ficará vaidosa pela ponte que fez, pelas estradas que fez, pelo concreto que usou. Mas não vejo ninguém vaidoso por ter começado a montar um modelo de desenvolvimento realmente digno de se registrar na história. Não temos vaidade de termos um laboratório que produza alguma coisa; não temos vaidade de estarmos aproveitando a nossa biodiversidade, muito cantada e decantada nos livros mundo afora. Na realidade amazônica, não sobrevive quem não tiver boi, quem não plantar cana-de-açúcar, quem não estiver envolvido com as atividades clássicas de lá.

Quero dar só um recado: Euclides da Cunha dizia que a última página do Gênesis era inacabada. E só acabará com muita ciência. O Governo deste País e o mundo têm que entender que é preciso investir muito em pesquisa. É preciso que a ciência domine aquela região e que se defina um modelo de desenvolvimento com muita proteção e segurança para a Amazônia. Na minha opinião, investimento na segurança, na proteção, na defesa da Amazônia. É o que se deve fazer até que a ciência nos diga como devemos explorar a Amazônia.

Para terminar, quero dizer que estive em visita à Antártida, no Polo Sul. O Tratado da Antártida diz muito claramente que a região só poderá ter alguma exploração comercial em 2048, Dr. José Alberto. Trata-se de uma área de paz, onde não haverá nenhuma atividade militar ou comercial até 2048, quando a ciência disser que a Antártida pode ser explorada. Só aí poderá haver atividades comerciais ou industriais naquela área.

Na Amazônia não precisa ser assim, mas é preciso adotar como princípio muita pesquisa, muita defesa da Amazônia até que encontremos um modelo de desenvolvimento para a região.

Muito obrigado, companheiros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Deputado Praciano.

Na sequência, usará a palavra o Deputado Lupércio e, em seguida, os nossos convidados, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sra. Presidenta Vanessa Grazziotin, Srs. Deputados, senhores convidados, vou ser rápido porque hoje todos estão correndo. O dia de hoje foi muito importante no Congresso Nacional com relação a Zona Franca de Manaus, com relação ao Estado do Amazonas, com relação à Amazônia de modo geral.

Nunca se falou tanto na Amazônia nesta Casa como nos últimos dias, até porque esta Casa também se prepara para participar do grande encontro mundial que vai haver em Copenhague, e diante de uma realidade iminente de que nós precisamos refletir, mudar a matriz, o comportamento, a forma de produzir bens e riquezas no Brasil, na nossa região, com essa problemática das mudanças climáticas e tudo o mais.

Quando se fala em mudanças climáticas, quando se fala em pagamento de serviços ambientais, é evidente que a Amazônia, em particular o Amazonas, está sempre no centro do debate, no centro da questão. E esta Casa precisa aproveitar este momento ímpar para a Amazônia e muito especial para a Zona Franca de Manaus.

Não acredito que o Brasil não gostasse da Zona Franca. O Brasil tinha algumas interrogações com relação à Zona Franca de Manaus, bem, assim o Congresso Nacional. Sabemos disso. Mas isso porque o Brasil ainda não havia atentado para a questão da Amazônia, da preservação da floresta, da preservação ambiental.

Parabenizo a Zona Franca de Manaus, os empresários, os Deputados e os estudiosos que, por meio desse livro, estão mostrando que a Zona Franca de Manaus, o polo industrial de Manaus é, sim, um grande instrumento de desenvolvimento regional e, acima de tudo, é hoje um grande instrumento de preservação ambiental.

Acho que o Deputado Francisco Praciano ainda não chegou da viagem do Ceará ao Amazonas, que iniciou há muitos anos, porque negar que no Amazonas há uma política voltada para a questão ambiental é negar a realidade dos fatos. Nós temos uma operante Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, que não somente criou, mas que mantém inúmeras reservas ambientais, parques ecológicos, áreas de sustentabilidade e que desenvolve uma série de ações, políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente. São milhares e milhares de metros quadrados de áreas preservadas. Áreas preservadas com políticas públicas agora adotadas pelo Governo do Estado.

Como negar que em Manaus se preocupa com os igarapés? Será que o PROSAMIM não existe? Ou é uma miragem para o Deputado Praciano? Ou existe? Quem, como ele, conheceu a área em torno do Palácio do Rio Negro e vai vê-la hoje sem dizer: o que é aquilo? Aquilo é fruto de uma política pública arrojada do Governador Eduardo Braga, dentro do comportamento mais exigido pela população hoje de

respeito com a questão ambiental, com o desenvolvimento sustentável.

A Zona Franca de Manaus é importante, é fundamental. Nós vamos lutar por ela, mas já iniciamos uma série de atividades compatíveis com o desenvolvimento adequado, com uma política correta de meio ambiente.

Então, Srs. Deputados, Deputada Vanessa Grazziotin, quero parabenizá-los por esta iniciativa e, mais uma vez, parabenizar os empresários por estarem aqui contribuindo com esse avanço que estamos conseguindo pela qualidade de vida, não só do povo do Amazonas, e, quiçá, daqui para a frente, a Amazônia seja olhada com mais respeito.

Concordo com o Deputado Praciano com relação à educação; ainda estamos muito aquém da nossa necessidade. Precisamos avançar, especialmente na educação de nível superior, na ciência e na tecnologia. Os Governos, principalmente o Governo Federal, precisam olhar com mais critério e com mais responsabilidade a Amazônia, para que se tome consciência, para que se compreenda melhor, através da ciência, a complexidade da nossa região. Mas nem tudo está perdido; muita coisa está avançando, e avançando muito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada pela participação de V.Exa., Deputado Lupércio.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, a quem peço também serem sucintos nas suas intervenções finais, gostaria de registrar que passaram pela reunião os Deputados Sebastião Bala Rocha, Zequinha Marinho, Eduardo Valverde, Lupércio Ramos, Marcelo Serafim, Francisco Praciano, Valtenir Pereira, Rômulo Gouveia, que esteve conosco até há alguns minutos, e as Deputadas Rebecca Garcia e Marinha Raupp.

Enfim, passo a palavra, seguindo a mesma ordem, ao Dr. José Alberto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO – Deputada Vanessa, peço a palavra para uma pequena intervenção, antes de passar para a Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Pois não, Deputado Praciano. Imaginei que isso fosse acontecer. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO – Mas não se espante, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Não, não estou nem um pouco espantada. Só acho que esse, talvez, não seja o debate para o momento, Deputado Praciano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO PRACIANO – Mas eu acho que vou colaborar e que, se ficarmos mentindo para o mundo, não vamos avançar. Temos de começar a mostrar ao mundo as nossas realidades. Hoje é muito mais fácil o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministério, o Presidente Lula e o Governo Federal conhecerem nossas realidades do que fantasiarmos.

Temos um PROSAMIM que não tem qualquer sistema de esgoto e que nada mais é do que o asfaltamento das beiras dos igarapés. Quem estiver conflitando comigo, por favor, dê-me o endereço de uma estação de tratamento de esgoto na cidade de Manaus, incluindo o PROSAMIM. Esse projeto é ruim? Não, mas é preciso adicionar ao mesmo um sistema de tratamento de esgoto, que, todos sabemos, não existe.

Quando vim do Ceará para cá, encontrei uma cidade ainda bucólica, bonita, que hoje está estragada. Temos de dar nosso recado correto às autoridades para que comecemos a ter mais transferência de recursos, mais pesquisa. Fazer aqui elogios a projetos que não existem, que são fantasia, não é bom para o Estado do Amazonas. Observemos o orçamento do Estado e vejamos se ele pode garantir as nossas reservas florestais. Não há motor, não há barco, não há guarda florestal. Todos podem ver o orçamento do Estado; já fiz a avaliação. Todo ano faço isso.

Portanto, as reservas florestais, por acidente, estão sendo conservadas, até o momento que venham os acidentes para isso acontecer, mas não porque temos orçamento. E não temos política. Temos um PROSAMIM sem nenhum sistema de integração e temos o Bolsa Floresta que, de fato, não é hoje um bom projeto, mas apenas uma imagem que estamos colocando para o mundo. Gostaria que o programa fosse ampliado.

Apenas quero colaborar, sem qualquer conflito com o companheiro Deputado, no sentido de sermos mais realistas, chorar mais, muito mais do que fazer elogios a coisas que não existem em nosso Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Deputado Praciano, temia exatamente isso, pois também não me sinto em condições de não dizer nenhuma palavra a respeito do assunto. *(Risos.)* E, talvez, minhas palavras sejam aquelas que buscam o equilíbrio.

V.Exa. tem razão quando diz que ainda não começou. Por exemplo, fiquei muito feliz e muito orgulhosa por ter ido à Conferência Mundial sobre a Água, na Turquia, e ver exposto como principal programa do Banco Mundial o PROSAMIM. Por outro lado, temos de ter também a clareza, Deputado Praciano, de que não podemos iniciar um processo de saneamento sem, primeiro, promovermos a urbanização. Não se saneia aquilo que está exatamente em cima do igarapé. Esse é o primeiro passo.

Nossa obrigação, enquanto Parlamentares Federais, Deputado Praciano, é dar continuidade a isso. Não há dúvida alguma. A cidade de Manaus, hoje, inicia um processo de uma nova cidade, pois vivia completamente escondida e, agora, passa a ser mostrada, a ter visibilidade.

Mas, enfim, nosso debate não é esse. Nosso debate é no sentido de comemorar o fato de que, se nada estivesse dando certo, teríamos a Zona Franca de Manaus. E, pela intervenção de colegas Parlamentares hoje pela manhã, pudemos perceber como os demais Estados da nossa região, Acre, Rondônia e Roraima, gostariam também de ter abrigado em seu território um modelo de desenvolvimento como o nosso. Por isso, nem V.Exa. nem eu podemos dizer que está tudo perfeito.

Acho que nossos trabalhadores poderiam ter remuneração maior; a participação dos salários na folha poderia ser maior, mas é algo pelo qual continuamos a lutar. V.Exa. e eu brigamos pela diminuição da jornada de trabalho, mas, para que alcancemos esse intento, temos de ter um modelo cada vez mais forte, um modelo consolidado, com perspectivas não só de presente, mas também, e sobretudo, de futuro.

Assim, passo a palavra, pedindo-lhe desculpas, ao Dr. José Alberto.

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Nossa posição aqui é de acadêmicos; até que gostaríamos que fosse numa outra, para podermos meter um pouco a colher no debate.

Mas gostaria de registrar que essa inquietude do Deputado Praciano – e a Deputada Vanessa também sabe – é, de certa maneira também, um pouco do que está no livro. O que constatamos, e está dito lá, é que o efeito ambiental ocorre por acaso; é uma externalidade; portanto, é um efeito não previsto, não planejado, que surgiu pelas circunstâncias. E nós temos a grande alegria de poder ter isso na mão para continuar lutando pela Zona Franca de Manaus e pelas suas possibilidades. Mas precisamos de políticas planejadas, refletidas, e de modelos.

Consta das conclusões do livro que não podemos ficar apenas dependentes do incentivo. Vamos sempre necessitar do incentivo porque somos uma estação de mercados, tanto de insumo quanto de consumo; por isso, temos dificuldade logística. Portanto, os incentivos sempre serão necessários, mas é preciso que tenhamos outro tipo de mecanismo de atração. Por quê? Porque daqui a pouco esses incentivos que existem não serão suficientes para atrair empreendimentos para lá.

Mesmo com a presença do PADIS e do PADTV atraindo segmentos da área eletroeletrônica e eletrônica de consumo para o Sul e o Sudeste, mais adiante teremos dificuldades. O mesmo ocorre em relação à produção do segmento de TV digital.

O que de certa maneira diz o livro, e acho que isso podemos falar à vontade – particularmente, passei 5 anos defendendo com unhas e dentes esse modelo a partir da SUFRAMA, participando de centenas de debates no mundo inteiro –, é que temos um excelente efeito ambiental, o qual temos de aproveitar para fazer um *upgrade*, uma melhoria, buscar uma melhoria nos fundamentos produtivos dessa dinâmica econômica que existe. Para chegar a esse ponto, não há melhor companhia do que a ciência, do que a pesquisa, do que o conhecimento empírico, medido, mensurado. E, de certa maneira, é o que nos propusemos fazer.

O Instituto Piatam, presidido pelo Professor Rivas, tem dezenas de estudos só sobre esse foco, Deputado Praciano. São instrumentos econômicos para proteção da Amazônia – e nos oferecemos a continuar produzindo em *sites* –, pensamentos, reflexões e estudos que nos ajudem a ter modelos de desenvolvimento da região, no caso, nosso Estado, e que sejamos menos dependentes de incentivos fiscais e mais assentados nas suas bases e nas suas virtuosidades. Nunca dispensarão incentivos, até porque estamos mostrando que o incentivo não é para melhorar o desempenho da empresa; ele tem efeito positivo para o Brasil e para o mundo, que tem de ser compensado, e certamente precisa ser compensado.

A inquietude do Deputado Praciano, nós e os pesquisadores do penúltimo *slide* da nossa apresentação, assim como o nosso livro, apontam a necessidade de buscarmos outros mecanismos de competitividade ao lado deste, que também é importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Professor José Alberto.

Antes de passar a palavra ao Dr. Alexandre Rivas, quero agradecer a presença da Deputada Janete Capiberibe, do Estado do Amapá, e do Deputado Wandenkolk Gonçalves, também do Estado do Pará.

Com a palavra o Dr. Rivas.

O SR. ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS – Muito obrigado a todos mais uma vez pela oportunidade de estar aqui.

Diante desse discurso de preocupação de V.Exas. e do Deputado Lupércio – tenho certeza que muitos a têm em mente –, quero dizer que, junto com meus colegas acadêmicos e pesquisadores, tenho estado à frente de projetos muito polêmicos em relação à Amazônia, como a BR-319, o Porto das Lajes, o Gasoduto Coari-Manaus, entre outros dessa magnitude, e muitas vezes somos criticados porque apresentamos conclusões, e não as apresentamos levianamente, que são feitas com responsabilidade.

Um dos aspectos importantes sempre expressos: como é que vocês estão fazendo isso com a Amazônia? Então, apresentamos em nossos trabalhos todos os argumentos técnicos e sempre nossas recomendações vêm dentro de determinado cenário: faça-se isso ou sugira-se isso ou aquilo.

Por exemplo, neste momento, não estou vendo aqui aqueles ambientalistas que vejo quando estamos nas audiências públicas defendendo a Amazônia. Não estou vendo nenhum aqui. Correto? Quer dizer, é discurso ou é fato? Estamos aqui, seja em situação favorável, seja adversa, apresentando nossas posições com base na ciência que pudemos produzir e na ciência já produzida. E onde estão aqueles que defendem a Amazônia com unhas e dentes, como é o caso dos que defendem o não asfaltamento das rodovias na Amazônia? Por que eles defendem o não asfaltamento? Por ser um vetor desmatamento? É um vetor desmatamento, desde que não haja a presença do Estado, que é o que argumentamos. O problema não é a estrada, mas a ausência de governança na estrada. Esse é o problema.

É isso, então, que recomendamos, ou seja, que as coisas aconteçam dentro de cenários de governança. Não haverá desmatamento quando se abrir uma estrada na Amazônia? Haverá. Não dissemos aqui, por exemplo, que o PIN não causou desmatamento. Não! Nós dissemos que ele freou o desmatamento, porque é preciso existir desmatamento para que exista atividade econômica.

A Deputada mencionou a taxa de desmatamento, e agora está-se propondo a taxa de desmatamento zero. Isso é completamente utópico! Isso não vai acontecer. Isso não vai acontecer porque não temos apenas uma Amazônia com o arco do desmatamento pressionando. Temos "amazônias" e "amazônias", com diferentes atividades econômicas, conforme apresentado aqui, com diferentes dinâmicas, que precisam do desmatamento. Mas, ao mesmo tempo, é preciso haver políticas, é verdade, que recuperem aquilo que já foi degradado e cuidem daquilo que ainda está por ser degradado, para que o saldo líquido desse processo seja uma equação por meio da qual, de um lado, ganhe o ambiente e, de outro lado, ganhem as pessoas.

Então, realmente o polo industrial de Manaus, a Zona Franca de Manaus, é o seguinte: atirou-se no que viu, acertou-se no que não viu. Popularmente, é isso aí. E o que mostra o nosso trabalho nesse sentido? Mostra que não é verdade que não temos uma política; nós só não sabíamos que tínhamos uma política. Então, que se use essa política de forma poderosa, como ela pode ser, e se estude para se identificarem as fraquezas e as oportunidades que nela existem e se estude para ver como isso ser transbordado para outras regiões e outros ramos da atividade econômica que possam ter efeitos similares, como bem disse o Deputado Federal pelo Amapá. Eu tenho certeza de que os outros Estados da Amazônia, como Pará, Acre, Roraima, Tocantins, todos eles têm essa possibilidade.

Nesse sentido, eu quero concluir meus agradecimentos dizendo que para nós, enquanto pesquisadores, acadêmicos dedicados a esse processo, de alguma forma nosso trabalho já acabou. E acabou no momento em que nós fechamos a ideia de construção desse processo. Depois, o que nós fizemos foi executar o trabalho. Estamos preocupados agora é com o que vem pela frente.

Nós já conversamos com diversos atores desse processo e de público eu gostaria de dizer que é muito importante que a partir deste momento – o lançamento do livro e a apresentação do estudo foram importantes também – haja mudança e que se esqueça isso. Nós temos utilizar aquilo que o livro, o estudo, produziu. Temos que tirar vantagens agora, em todos os níveis, sejam eles nas relações políticas, sejam ambientais ou em estabelecimentos políticos; temos que tirar vantagens agora do que foi apresentado aqui.

Um exemplo...

O SR. JOSÉ ALBERTO DA COSTA MACHADO – Começar pelo seco.

O SR. ALEXANDRE ALMIR FERREIRA RIVAS – Exatamente. O Professor José Alberto já está avançando. Um exemplo é o seguinte: primeiro, isso aqui tem que reverberar na imprensa nacional e internacional. Obrigatoriamente, tem que reverberar. Eu estou falando não mais como autor, mas como uma pessoa que está vendo de fora esse processo.

Temos que fazer reverberar isso nas esferas decisórias. Obviamente, a mídia é um dos canais para que se chegue lá, mas é preciso que se provoque, que se lembre sempre que haverá um encontro tal. Então, vamos apresentar, levar o trabalho, dentro desta estrutura.

Quanto à questão tecnológica desse processo; um desses aspectos, fundamental, é o selo que o estudo propõe. Temos que melhorar os processos associados ao Polo Industrial de Manaus. São vários processos. Um deles é a criação desse selo. Ele tem que ser criado.

Nós temos que aumentar o nexo entre o desenvolvimento econômico e o nível de desmatamento, para que os instrumentos econômicos aumentem seu potencial e daqui a dez anos talvez, quando isso for revisado, possamos olhar para trás e dizer que aumentou, de 70% a 85%, para 90%, a força do Polo Industrial para evitar o desmatamento.

Mais uma vez eu quero, Deputada, agradecer pelo seu empenho, sua liderança nesse processo, e de todos os Deputados da Frente Ambientalista da Amazônia, e em nome de todos os pesquisadores que fizeram esse trabalho, das instituições que apoiaram – especialmente eu gostaria de fazer menção à Nokia, que desde o primeiro momento foi ímpar na condução —; ao Rodrigo Navarro, a pessoa que junto com o José Alberto, na SUFRAMA, levaram essa ideia adiante; ao centro das indústrias, a FEAM, que entendeu perfeitamente a dimensão desse trabalho e que tem vestido a camisa. Tenho certeza de que continuará vestindo, por intermédio do Ronaldo Mota.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Dr. Alexandre Rivas.

Antes de passar a palavra aos 3 convidados para fazerem suas considerações finais, eu devolvo a palavra ao Plenário, ao Deputado Wandenkolk Gonçalves, que havia pedido para falar e infelizmente a Mesa não o registrou. Desde já peço desculpas, Deputado.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Deputada Vanessa Grazziotin, eu que agradeço a benevolência de V.Exa., porque cheguei um pouco atrasado.

Mais uma vez, só para registrar, eu estou com 2 anos e meio aqui só, ou já, e eu considero V.Exa., fazendo uma homenagem aos amazônidas, a mais perfeita tradução da mulher e da cabocla amazônida, por tudo que representa, pela garra, pela determinação. Se eu tivesse que pintar um quadro para externar o mapa do Amazonas, tenho certeza de que seria melhor a fotografia de V.Exa.

Eu sou meio cético com algumas questões. Até perguntei às meninas aqui – desculpem a intimidade, ao falar meninas –, que me ofertaram o livro... Primeiro, eu quero parabenizar o estudo e a determinação dos 3 autores do livro, que já nos dá um rumo e um indicador do que todos nós estamos buscando, o tão propalado desenvolvimento sustentável.

Eu queria dizer à Presidenta Vanessa e a todos aqui presentes que não comungo da ideia de que temos um projeto para a Amazônia. Não temos! Pode ser até que o tenhamos para o Amazonas, mas não para a Amazônia! Hoje nós vivemos sob o impacto de palpites: todo o mundo quer dar palpite sobre o Amazônia. Aconteceu um fato aqui, faz-se uma reserva legal; aconteceu um fato aí, para-se não sei o quê; faz-se uma medida provisória. Nós não temos projeto nenhum para a Amazônia, muito menos um projeto com o qual todos nós sonhamos, que é o tão propalado desenvolvimento sustentável.

E o Brasil daqui de Brasília é diferente do Brasil ou dos brasis da Amazônia. Foi dito agora há pouco que cada Estado ou cada célula da Amazônia é uma estrutura diferente: o Pará não tem nada a ver com o Acre, que não tem nada a ver com o Amazonas, que não tem nada a ver com o Amapá.

A Zona Franca foi importante? Claro que foi. Atiraram no que viram e acertaram no que não miraram, porque na hora que fizeram a Zona Franca preservaram a floresta, por causa do pólo industrial. Mas foi diferente no Pará. Nós não tínhamos uma zona franca e precisávamos alimentar mais de 7 milhões de paraenses. Tivemos, então, que avançar sobre a floresta com políticas direcionadas pelo próprio Governo Federal – este e outros tantos; estou falando de todos os Governos Federais. Quem não se lembra do "*Homens sem terra para terra sem homens*"? Ou do "*Planta que o João garante*"? E do "*Integrar para não entregar*"? Todas essas eram políticas públicas do Governo da época.

Sou funcionário da EMATER, sou extensionista há 35 anos, e fui um dos grandes responsáveis pelo avanço sobre a floresta com o projeto de crédito rural. Hoje vem um Ministro e chama o produtor de vigarista. E nós, que induzimos o desflorestamento? Não há nenhuma sanção para o Governo – estou falando de mim, como agente do Governo.

E aí, Deputada Vanessa, nós estamos vivendo um dilema. Nós transitamos, na opinião desses palpiteiros, rapidamente de "inferno verde" a "pulmão do mundo". E ficamos submetidos a essas questões.

Estou aqui com o Prefeito de Vitória do Xingu, que é Presidente do Consórcio Belo Monte, onde nós vamos instalar, se Deus quiser, a hidrelétrica do Belo Monte, para gerar energia para este País, e lá eu vi 3 exemplos que me deixaram profundamente angustiado.

Primeiro eu vi um padre italiano dizendo que Deus não perdoaria ninguém – falando em nome de Deus – porque nós estávamos desmatando. E a Itália só tem 0,3% de floresta em pé. Então, o Deus dele de lá é diferente do nosso daqui.

Eu vi uma ONG americana, por meio de seus representantes, levando os gaviões, os araras, enfim, várias nações indígenas para uma reunião de audiência pública e ensinando os índios a preservar. Isso é piada! Onde estão os sioux? Os apaches? Os peles-vermelhas? Mataram todos, dizimaram todos e ainda passaram filmes para nós aprendermos como é que se mata índio! E agora vem posar de grandes defensores da Amazônia, dizendo que é preciso preservar as comunidades indígenas, a origem, a cultura, a etnia, etc.

Assim é complicado, porque nós ficamos só aceitando o que vem de cima para baixo ou de fora para dentro e não aproveitamos inteligências como essas que os senhores nos trazem aqui, hoje. É disso que eu quero falar: do nosso Instituto de Pesquisas, das nossas universidades, do Museu Emílio Goeldi, das Universidade do Pará e do Amazonas, do Instituto do Índio. Onde está todo esse volume de inteligência, com experiências vividas na nossa região e que não são transformadas em projetos ou em políticas públicas?

E aí volto para mais um dilema, que é o dilema atual: preservar produzindo ou produzir preservando? Esse é o dilema em que nós nos encontramos hoje! Porque lá há 25 milhões de brasileiros, e nós não dissemos ainda o que vamos fazer com todas essas pessoas, inclusive vocês 3 que estão aí atrás!

Acho que nós precisamos nos unir aqui. Uma vez eu propus – isso não é novidade – que, já que a Amazônia é responsável por todos os males do mundo hoje e o Governo tem 40 Ministérios, que seja criado um Ministério para a Amazônia, para especificamente definir as questões da Amazônia. Por que não se faz isso? Foi um dos primeiros projetos que eu apresentei, e não tem nem parecer do Relator, na Comissão da Amazônia.

Quando apresentamos a proposta de criação de uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, que industrializa no local e vende para o exterior, sabe o que aconteceu? Um Deputado da Amazônia fez um parecer contrário à proposição!

O art. 43 da Constituição Federal diz que nós temos que diminuir as desigualdades regionais, a diferenças regionais. Eu vou dar um exemplo claríssimo aqui, agora, de como isso é mentira, é falácia, é só para nos fazer votar no orçamento do Brasil daqui de Brasília – que para nós, de lá, praticamente não tem nada. A nossa importância é só na hora do aquecimento global: o Fórum Social Mundial foi realizado lá na Capital do meu Estado, Belém do Pará, e não recebeu um centavo do Governo Federal. E foram milhares e milhares de pessoas. Nós poderíamos ter aproveitado o Fórum Social Mundial para fazer alguns projetos de infraestrutura para a grande Capital, Belém, principalmente nas áreas de saneamento e segurança pública. Não fizemos nada.

E aí veio a Copa do Mundo. Os senhores foram uns agraciados! O *marketing* do seu Governador – nosso, porque é na Amazônia, não é? – foi importantíssimo e conquistou! Ora, se era para diminuir as diferenças e desigualdades regionais, porque não se propôs a realização de uma copa verde, de modo que as Capitais dos Estados da Amazônia fosse escolhidas sedes da copa? Seriam 9 Estados! Assim, nós poderíamos avançar nas Capitais com políticas públicas na área se saneamento, segurança, hotéis e levaríamos o mundo todo para conhecer a Amazônia – que ele não conhece –, atraído por uma copa da FIFA. Aí o turismo iria "bombar"; aí teríamos geração de emprego e renda. Mas não! Vão derrubar o Morumbi para fazer outro Morumbi; vão tirar o Mané Garrincha daqui para fazer outro Mané Garricha; estão brigando para... Mais uma vez o Brasil de Brasília vai ganhar de todos nós. E o art. 43 da Constituição diz que temos que diminuir as desigualdades. Mas, quando temos a chance, é só conversa fiada.

Ao encerrar a minha participação, gostaria de fazer um pedido a V.Exa.: vamos nos unir, todos nós, independentemente de questões políticas, ideológicas ou partidárias. Nós somos um grupo significativo de Parlamentares da Amazônia. Vamos costurar uma proposta conjunta, integrada, em favor da nossa região.

Nós viemos para cá em razão da gente que está lá, que acreditou que viríamos para cá para fazer alguma coisa diferente! Ou viemos aqui para mudar, ou nós vamos ser mudados daqui a um ano! Não tem conversa! Nós viemos para isso, mas eu não vi mudar nada – ou, talvez, as coisas mudaram para pior.

Desculpem-me o desabafo; desculpem-me até ter extrapolado o tempo, mas eu vim aqui justamente para trazer esse desabafo e pedir para nos unirmos em um fórum – que poderia ser a Comissão da Amazônia, mas, infelizmente, não é. Vamos nos integrar e defender projetos conjuntos, conjugados e integrados em favor da nossa gente, em favor dos 25 milhões de pessoas que vivem lá.

Muito obrigado e parabéns aos senhores pelo trabalho que realizaram em favor de todos nós. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Deputado Wandenkolk. Somos nós que agradecemos a sua presença e a sua brilhante participação nesta nossa audiência pública.

Por fim, passo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin.

Autores desta bela obra que com certeza virá nortear políticas públicas na nossa região amazônica, eu quero enaltecer o papel que a Deputada Vanessa Grazziotin desempenha para que os desabafos possam ser feitos aqui e para que as palavras que eu escutei do Dr. Alexandre se transformem em realidade.

Na realização do I Simpósio da Amazônia, a Deputada Vanessa, como Presidenta da Comissão da Amazônia, promoveu algo inédito: o encontro dos

políticos desta Casa e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que aconteceu em Belém do Pará.

Deputada Vanessa Grazziotin, quero falar da importância do momento que V.Exa. promoveu ali em Belém do Pará, na UFPA, com os Parlamentares da Amazônia, com acadêmicos, com as organizações da sociedade amazônica e brasileira, pois, a partir do exemplo dado por V.Exa., quando a substituí na Presidência da Comissão da Amazônia, promovi o II Simpósio da Amazônia, na mesma linha, junto com a SBPC, em Campinas – era, inclusive, época do aniversário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Quero dizer aos senhores que o documento que elaboraram é muito importante. Eu tenho certeza de que ele é fruto de experiências, de práticas adotadas pelos senhores no Estado do Amazonas, na Universidade do Amazonas, à frente de instituições públicas importantes, decisivas para a implantação dessas políticas públicas.

Eu sou do Amapá e, durante 2 mandatos, a partir de 1996, nós fizemos um programa de Governo voltado para o desenvolvimento sustentável. Lá nós não temos a Zona Franca de Manaus – essa é uma experiência de vocês, que vem nos deixar muitos ensinamentos, muitas reflexões –, mas, durante esses 7 anos, implantamos um programa inteiro de Governo. Foi um laboratório em que a sustentabilidade foi aplicada a todas as áreas do conhecimento – nas ciências sociais, econômicas, enfim, em todas.

Eu tenho certeza de que a obra que os senhores e as senhoras deixam neste momento para nós, aqui, no Congresso Nacional será de fundamental importância para o nosso aprendizado e para que avancemos, fazendo nós mesmos, na Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável, o PAS, cuja implantação tanto discutimos na Comissão da Amazônia.

Nós somos a maior bacia hidrográfica do planeta. Como são aplicados em políticas públicas os conhecimentos científicos da construção naval, por exemplo, a partir da engenharia naval e a partir do conhecimento ancestral que têm na beira dos nossos rios os construtores navais, os ribeirinhos, que estão aí todos os dias fabricando suas embarcações?

Eu quero pedir desculpas por só ter podido chegar neste momento final, mas estou feliz de estar aqui com os senhores, com as senhoras, com a Deputada Vanessa Grazziotin, reforçando seu trabalho.

A Deputada Vanessa é uma lutadora. Deputada Vanessa Grazziotin, no meu Estado comenta-se que toda noite V.Exa. fala no programa *A Voz do Brasil*. Dizem que V.Exa. é incansável. É essa Vanessa Grazziotin incansável que está aqui, neste momento.

Muito obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin. Agradeço também aos senhores e peço-lhes desculpas por haver chegado no horário em que cheguei. Mas ainda consegui participar deste momento tão importante que todos os senhores e senhoras da Mesa promovem aqui, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Vanessa Grazziotin) – Sou eu que agradeço as palavras generosas de V.Exa. e também as do Deputado Wandenkolk Gonçalves. E comunico que não sou candidata a nada, mesmo porque neste ano não haverá eleição. Eleição, só no ano que vem, não é, Deputado Francisco Praciano?

Quero dizer que a Deputada Janete Capiberibe foi Presidenta, no ano passado, da Comissão da Amazônia, onde teve um brilhante desempenho.

As angústias do Deputado Wandenkolk são angústias de todos nós, porque nós convivemos aqui com bancadas regionais extremamente organizadas, como são as bancadas do Sul e, sobretudo, a do Nordeste. Nós estamos engatinhando, mas já iniciamos. O Deputado Francisco Praciano tem participado muito das reuniões da bancada do Norte, coordenadas pelo Deputado Paulo Rocha. Temos a convicção e a certeza de que iniciamos uma longa caminhada e que, em breve, seremos tão unidos e tão organizados como as bancadas das regiões citadas.

Passo a palavra agora ao Dr. Gilmar, para suas considerações finais.

O SR. GILMAR DE OLIVEIRA FREITAS – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Deputada Vanessa Grazziotin a oportunidade que S.Exa. deu às indústrias do Estado do Amazonas de virem aqui colocar a sua posição em relação aos problemas e aos êxitos do Polo Industrial de Manaus.

A obra que foi lançada, *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia: a Experiência do Polo Industrial de Manaus*, tem da Federação das Indústrias e do Centro da Indústria do Estado de Amazonas sobre o tema e sobre o que está aqui proposto todo o apoio.

Eu gostaria também de acrescentar que achamos que, em parte, V.Exa. tem razão, Deputado Praciano, sobre as políticas que deverão ser temas para discussão e aprovação nesta Casa. Mas, de qualquer forma, queremos dizer que dificilmente nós teremos algo que substitua esse modelo, no que diz respeito aos seus efeitos tanto para a questão ambiental quanto para os resultados econômicos que mantêm a po-

pulação com ocupação econômica, evitando que ela devaste a floresta.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos os Deputados e pedir que seja feita uma união entre os Parlamentares dos Estados do Norte, principalmente, nos quais lutamos com bastante dificuldade, para que, unidos, Legislativo, empresariado e Governos Estadual e Federal possamos ter êxito em nossa batalha pela preservação da Amazônia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Dr. Gilmar.

Passo a palavra, agora, ao Dr. José Aroudo Mota.

O SR. JOSÉ AROUDO MOTA – Muito obrigado, Deputada. Vou ser bem rápido e bem comedido.

Num belo dia, aqui em Brasília, ligaram-me lá no IPEA e me disseram que uma equipe da UnB tinha tido uma conversa com o Governador João Capiberibe, do Amapá, e que nós iríamos implantar um curso de desenvolvimento sustentável. Então, formamos 40 mestres no Amapá. E eu fui várias vezes ao Estado. Tenho muitos amigos lá em Macapá e naquela região do Estado.

Recebi um orientando que veio com uma dissertação de mestrado intitulada: *Amazônia: Terra Rica, Povo Pobre.* Essa dissertação já foi consultada quase 150 vezes no IPEA – sempre que eu oriento um mestrando, dou como presente para o IPEA, que é a minha instituição, o exemplar da dissertação que dele recebo. Até a semana passada foram 120 participações em bancas de mestrado e doutorado no Brasil inteiro.

Na sua obra pude identificar 3 figuras que circulam na Amazônia. Primeiro, os nativos, que sabem, mas não conhecem: sabem da cultura e dos anseios da população, mas não têm conhecimento formal. Segundo, o amazônida, como é o caso do nosso amigo Deputado cearense – eu também sou do Ceará, lá do Crateús. Essa turma conhece, mas não sabe, porque não viveu a cultura. Terceiro, os alienígenas, que não sabem nem conhecem, mas se aproveitam dos valores das populações tradicionais, das populações locais, publicam e são lidos e são reconhecidos, às vezes, nas Academias.

Então, eu vejo que esse livro traz um grande desafio: o mecanismo de se olhar a Amazônia por um ângulo diferente, de uma maneira diferente. A Amazônia já tem muita gente boa formada. Hoje, no Estado do Amapá, basicamente, a estrutura operacional de Governo é formada pelos nossos alunos. Conta com vários dos nossos alunos. Tive uns 5 orientandos dessa turma de 40 lá do Estado. São excelentes pessoas e grandes formadores de opinião, com estilo político e assim por diante.

Então, há um grande desafio, Deputada. O livro foi lançado. A Deputada é extremamente ativa e extremamente conciliadora – isso é muito importante no processo de formação de grupos e de defesa de interesses. Eu e os meus colegas formamos um grupo grande, também com capacidade de conciliação – senão, não teríamos condições de formatar muitas opiniões e muitos modelos e muitas contas complexas. E, certamente, se fôssemos fazer todas essas contas a mão, gastaríamos alguns anos fazendo conta errada. Ainda iríamos errar.

Então, muito obrigado. Estou muito envaidecido. Nós, da turma da área ambiental do IPEA, que somos 13 colegas pesquisadores que atendemos praticamente ao Poder Legislativo, à Escola Superior do Ministério Público, ao Senado, ao Governo Federal e ainda aos Estados, estamos muito satisfeitos, porque sabemos que é uma obra que vai colaborar muito.

E fiquei muito feliz também com o nível de debate dos Deputados, todos conciliando para um interesse: o interesse da Amazônia, o interesse de manutenção da vida. Agora, alguém tem de pagar pela vida, e pela vida da floresta. Mas há a vida das pessoas. O Deputado, nosso amigo do Pará, disse que lá vivem 25 milhões de pessoas. Vão colocá-las onde? Vão simplesmente deixá-las para lá? Marcelândia, no Mato Grosso, era a cidade que mais desmatava. O desmatamento saiu de um patamar assustador para zero. E as pessoas ficaram como? O que o Plano da Amazônia Sustentável fez?

Então, esse livro, independentemente de eu ter dele participado, é uma obra que vai contribuir, porque diminui o poder alienígena na Amazônia.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Dr. Aroudo.

Por fim, passamos a palavra à Dra. Ana Maria Oliveira, representante da Superintendência da Zona Franca.

A SRA. ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – Serei bem breve, Sra. Presidenta.

Deputado Wandenkolk Gonçalves, é porque V.Exa. não conhece as outras. Essa aqui é a menor que tem lá das amazonenses, viu? O senhor precisa ver as demais.

Senhores, não tem como amar a Amazônia sem conhecê-la. E para conhecê-la é preciso estudá-la cientificamente. Que o trabalho hoje aqui lançado, apresentado e desenvolvido pelos professores Alexandre Rivas, José Aroudo Mota e José Alberto, sirva para que saiamos do mero discurso político. Que ele

se torne um fato cientificamente comprovado e orientador das políticas públicas para a Amazônia.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Muito obrigada, Dra. Ana Maria.

Eu gostaria encerrar a nossa reunião, dizendo, antes, que, tendo em vista que os trabalhos foram gravados e registrados, eles constatarão dos Anais da Comissão. Por isso, consulto o Plenário sobre a possibilidade da dispensa da leitura da ata desta reunião. *(Pausa.)*

Não havendo quem discorde, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Também não havendo quem queira discutir, coloco em votação a ata da 36ª reunião extraordinária conjunta desta Comissão de Desenvolvimento Econômico com as Comissões da Amazônia e do Meio Ambiente, com a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e com a Frente Parlamentar Ambientalista.

Nós consideramos a ata aprovada.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez, sensibilizada, agradeço a presença de todos, sobretudo em nome do Senador João Pedro, que hoje coordena a nossa bancada, mas nos comunicou não poder estar presente neste momento por conta de uma atividade que tem no Senado Federal; e também do Presidente Edmilson Valentim e dos Presidentes das demais Comissões.

Esperamos que este seja apenas o início desse grande trabalho que ainda temos pela frente.

Muito obrigada.

A reunião está encerrada.

26ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, de Audiência Pública Regional, da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de setembro de 2009, quinta-feira, à partir das 8 horas e 30 minutos, no Auditório 13 de maio, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza.

As nove horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e nove, no Auditório treze de maio, da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, após a saudação do ***Deputado Estadual Domingos Filho*** – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, a ***Deputada Vanessa Grazziotin,*** Vice-Presidenta da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião com a presença dos seguintes parlamentares membros: ***Senador Inácio Arruda***, ***Deputado José Guimarães, Deputado Colbert Martins***. Compõem a Mesa dos Trabalhos as seguintes autoridades: ***Deputado Estadual Domingos Filho*** – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ***Deputado Cirilo Pimenta*** – Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desertificação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ***Maria Tereza Bezerra Farias Sales*** – Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM. A Senhora Presidenta solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Esclarece que a presente reunião de Audiência Pública Regional tem a participação de diversos especialistas da área que trarão muita contribuição aos trabalhos desta Comissão pela riqueza das apresentações destinadas a debater sobre "***Mudanças Climáticas e Desertificação no Estado do Ceará***" e, a mesma terá um formato de seminário, dado as elevadas enriquecedoras exposições. A Senhora Presidenta após a abertura dos trabalhos concede a palavra ao ***Deputado José Guimarães*** e, passa ao Parlamentar a condução dos trabalhos da Comissão. Ao assumir a Presidência dos trabalhos, o ***Deputado José Guimarães,*** procede às suas considerações, solidarizando-se com a ***Senadora Ideli Salvatti***, do Estado de Santa Catarina, referindo-se aos últimos acontecimentos ocorridos em seu estado e, concede a palavra ao ***Senador Inácio Arruda***, posteriormente aos Senhores: ***Deputado Colbert Martins***, ***Deputado Cirilo Pimenta*** e à ***Senhora Maria Tereza Bezerra***. O Senhor Presidente registra a presença dos Senhores: ***Décio Paulo Bonilha*** – Prefeito do Município de Cascavel, ***Francisca Cristina do Nascimento*** – Coordenadora de Projetos CETRA, ***Sheila Cavalcante Pitombeira*** – Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio do Meio Ambiente, ***José Walter Bessa Macedo Sá*** – Consultor da Petrobrás, ***Francisco José de Souza*** – Secretário de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Município de Horizonte / CE, ***Maria Salete Vale Farias*** – Coordenadora de Patrimônio da SUPERMATA, ***Luiz Edgar Cartaxo Arruda Júnior*** – Coordenador da Comissão Fortaleza Bela, ***Expedito Marurício Pereira Nobre*** – Coordenador da CREDE 10, ***Francisco Celso Crisostomo Secundino*** – Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde de Canindé, ***Roberto Barroso de Liama Aguilar*** – Secretário de Agricultura e Recursos Hídricos de Uruburetama, ***Lívio Emanuel Batista de Araújo*** – Assessoria de Imprensa da Juventude do PT Nacional, ***Maria Luiza Menezes Fontenele*** – Movimento Critica Radical, ***Marceno dos Santos*** – Presidente da Associação dos Produtores dos Sítios Morrinhos, Formiga, Consolo. Água Fria, Pinheiro do Município de Barbalha,

Luiz Pragmácio Telles Ferreira de Souza – Assessor Técnico Ambiental APRECE, ***João Rodrigues dos Santos*** – Diretor de Formatação do SINDIÁGUA, ***Jackson Samir Pontes Alexandre*** – Secretário Geral da Juventude do PT Nacional, ***Francisco Antônio Vieira Brito*** – Secretário de Direitos Humanos – FUNCI; ***Anderson Luiz Fernandes da Silva*** – Educador Ambiental, ***Francisco Jerônimo do Nascimento*** – Presidente da CUT/CE, ***Aluisio Bastos*** – Diretor do SINTSEF/CE, ***Argemiro Cavalcante*** – Delegacia Sindical de Morada Nova; ***Valdene Vasconcelos Cunha*** – Vereadora do Município de Tianguá, ***Walmir Severo Magalhães*** – Diretor Técnico da EMATER / CE e, ***Antonio Bezerra Peixoto*** – Consultor da DAS/FAEC. Ato contínuo, o ***Deputado José Guimarães*** informa aos presentes que serão realizados dois Painéis no período matutino e dois Painéis no período vespertino, iniciando com: ***"Desertificação – Diagnóstico e perspectivas frente às mudanças climáticas"*** e ***"Produzir sem degradar – Desafios para o Semiárido:experiências exitosas",*** concedendo a palavra aos seguintes expositores: ***Marta Celina*** – Professora da UFC; ***Camilo Santana*** – Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; ***José Sydrião de Alencar Júnior*** – Superintendente do ETENE e, ***Cristina Nascimento*** – Coordenação Executiva da Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA – Brasil. Após as exposições, o ***Deputado José Guimarães*** abre a palavra aos participantes para expressarem os seus questionamentos, na seguinte ordem: ***José Osvaldo B. Carioca*** – Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente – CEMEA; ***Maria Flores de Andrade Feitosa*** – Presidente da Fundação Bernardo Feitosa; ***Waldenisia Gadelha*** – Coordenadora do Departamento do Meio Ambiente da CONDSEF e Engenheira Civil do DNOCS – Fortaleza/CE; ***Celso Crisóstomo*** – Instituto Vida Melhor; ***Erineudo Luis de Lima*** – Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Itaitinga e, ***Luis Moises***. Ato contínuo, o Senhor Presidente retorna a palavra aos expositores para responderem os questionamentos realizados pelos participantes. A Presidência **suspende** os trabalhos às treze horas e cinco minutos, **reabrindo** às quatorze horas e trinta e cinco minutos. O Senhor Presidente *Deputado José Guimarães,* reabre os trabalhos dando continuidade às exposições dos terceiro e quarto Painéis: "***Plano Estratégico para os recursos hídricos no Estado no Ceará – Uma visão de futuro"*** e ***"Mecanismos de incentivo à sustentabilidade: Programa Município Selo Verde: ICMS Ecológico"***. A Presidência concede a palavra aos seguintes expositores: ***Francisco José Coelho Teixeira*** – Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH; ***Eudoro Santana*** – Presidente do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembléia Legislativa do Ceará; ***Maria Tereza Bezerra Faria Sales*** – Presidente Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM e, ***Eliene Leite Araújo Brasileiro*** – Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE. Ao final das exposições, o Senhor Presidente abre a palavra aos participantes para procederem aos seus questionamentos: ***Glauber Gomes de Oliveira*** – Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca do Ceará – AEP/CE e Fiscal Agropecuário – ADAGRI; ***Bráulio Gomes*** – Professor do IFET/CE; ***Alberto Almeida*** – Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica do DNOCS /CE; ***Joel Bastos*** – Agricultor do Município de Irauçuba/CE; ***Maria Dolores Feitosa*** – Presidente da Fundação Bernardo Feitosa, ***Eveline Barbosa Silva Carvalho*** – Diretora-Geral do Instituto de Pesca e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE; ***Maria Irles de Oliveira Mayorga*** e ***Patrícia Verônica P. S. Lima*** – Professoras do Departamento de Economia Agrícola/UFC. A Presidência abre a palavra aos senhores expositores para responderem aos questionamentos dos participantes, bem como para as suas considerações finais. O Senhor Presidente, ***Deputado José Guimarães*** agradece a participação de todas as autoridades e demais participantes da presente reunião de Audiência Pública Regional no Estado do Ceará. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal e do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional realiza hoje, dia 24 de outubro de 2009, a sua 26ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública Regional, no Estado do Ceará, acolhidos na Assembleia Legislativa em Fortaleza, tendo como anfitrião o seu Presidente Deputado Estadual Domingos Filho.

Inicialmente, submeto aos Srs. Parlamentares a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovado. É com grande satisfação que concedo a palavra ao Deputado Domingos Filho, para, também, abrir essa audiência, saudando as autoridades presentes, a imprensa e demais convidados. Deputado Domingos Filho com a palavra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DOMINGOS FILHO (PMDB-CE): Bom-dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, telespec-

tadores da TV Assembléia, TV Ceará, TV Verde Vale, TV Sinal, ouvintes da Rádio FM Assembléia.

Declaro aberta a presente Audiência Pública Regional da Comissão Mista de Acompanhamento das Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, que tem por finalidade discutir o tema "Mudanças Climáticas e Desertificação no Ceará", em atendimento a requerimento de autoria do Deputado Federal José Nobre Guimarães.

A presidência convida com muita satisfação para compor a Mesa o Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda. O Senador está dando entrevista. Convido o Exmo. Sr. Deputado Federal Colbert Martins, Deputado Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas [palmas]; Exmo. Sr. Deputado Federal José Nobre Guimarães, autor do requerimento [palmas]; Exma. Sra. Deputada Federal Vanessa Grazziotin, vice-Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas na Câmara dos Deputados [palmas]; Exmo. Sr. Deputado Estadual e Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido da Assembléia Legislativa, Deputado Cirilo Pimenta [palmas]; Exmo. Sr. Senador Inácio Arruda [palmas]; Exma. Sra. Maria Tereza Farias, Presidente do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará.

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, um dos maiores desafios a serem vencidos reside atualmente na luta por um planeta ecologicamente saudável. O que presenciamos é o desmatamento desenfreado de nossas florestas. Elas são destruídas para virar pasto ou para atender às exigências de um agrobusiness feroz e predatório, cada vez maior e mais frequente. É oportuno lembrar que essa lamentável situação ocasiona a emissão de gases nocivos à camada de ozônio. O resultado de tudo isso é uma verdadeira alteração da biota, ou seja, do conjunto dos seres animais e vegetais e as mudanças climáticas que assolam o nosso planeta.

Outro problema que chama a atenção dos estudiosos é o rápido avanço do processo de desertificação, desencadeado pelas bruscas alterações do clima. Como consequência, temos quase 11% do território brasileiro comprometido pela desertificação. Porém, é no Nordeste que se encontra a maior e mais afetada área de desertificação do Brasil. Por isso, senhoras e senhores, urgem ações imediatas para impedir a contínua degradação ambiental no chamado polígono das secas.

Entende a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – e daí a realização desta Audiência Pública – que a recuperação das áreas afetadas depende, pois, de programas que promovam a despoluição e o desassoreamento dos rios, restauração da mata nativa e avaliação dos impactos pela prática de monocultura. Destaque-se que, para a realização desde evento, conta a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará com o valioso apoio da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, não se deve ser contra o progresso se de fato ele contribui para o desenvolvimento material e espiritual dos povos. Entretanto, deve se combater o uso desordenado do solo, pois é de fundamental importância que por ações governamentais eficazes não comprometamos o nosso legado às futuras gerações.

E para dizer do significado desta Audiência Pública nós temos a satisfação de passar a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Domingos Filho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DOMINGOS FILHO (PMDB-CE): Exmo. Senador Horácio Arruda, senador cearense e membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas; Exma. Sra. Deputada Federal Vanessa Grazziotin, vice-Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Federal Colbert Martins, Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas; Exmo. Sr. Deputado Federal José Guimarães, membro da Comissão Mista e autor do requerimento que originou esta Audiência Pública; Exmo. Sr. Deputado Estadual Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Exma. Sra. Maria Tereza Farias, Presidente do Conselho de Políticas em Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará.

Eu queria cumprimentar a todas as senhoras e aos senhores, representantes das organizações sociais que, nesse momento, estão aqui, na Assembléia Legislativa, nesse rico momento da Casa, para debater esse assunto que certa e seguramente angustia bastante aos cearenses. E queria, na pessoa do nosso Deputado e ex-Deputado, eterno Deputado Eudoro Santana, Secretário-Geral do Conselho de Altos Estudos da Assembléia Legislativa, e da Dolores Feitosa, essa jovem Dolores Feitosa, que acaba de debutar os 85 anos de idade [palmas]. Aproveito para parabenizar o Presidente da SUPERMATA – Superintendência do Meio Ambiente do Município de Tauá.

Estamos, mais uma vez, reunidos em torno de uma das mais agudas questões de nosso tempo e, desta vez, com a presença da ilustre vice-Presidente da Comissão Mista de Acompanhamento das Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Deputada Federal Vanessa Grazziotin, que nos honra com a sua partici-

pação nesse seminário sobre a desertificação no Ceará, atendendo a requerimento do nosso conterrâneo, o Deputado José Guimarães. O Ceará recebe com as honras e o abraço de boas-vindas a nobre e destemida parlamentar, uma das vozes políticas mais respeitadas do País, e, também, o Sr. Deputado Colbert Martins, além dos nossos conterrâneos, o Deputado Federal José Nobre Guimarães, o Senador Inácio Arruda, para este momento de exposição das dificuldades de nosso Estado frente a esta calamidade anunciada, que ameaça o futuro de nossa agricultura e desencadeia toda uma sequência de problemas econômicos e sociais, abatendo os nossos sonhos de um desenvolvimento sustentável, pelo qual tem tratado as lideranças regionais e federais com tanto empenho e esperança.

A desertificação tem sido uma das mais graves preocupações ecológicas das duas últimas décadas e o debate sobre suas causas, efeitos e atitudes de controle se intensificam. No momento em que o planeta se vê ameaçado pelo aquecimento global e pelas outras várias formas de degradação da natureza, aumenta a responsabilidade política dos dirigentes, dos políticos, da comunidade acadêmica e de demais agentes sociais para, no âmbito nacional e regional, discutir a educação ambiental como um dos recursos de minoração do conjunto de problemas, urgentes e aflitivos, que estão a requerer da sociedade empenho, tratamento lúcido e solução racional.

No que nos diz respeito, como habitantes das regiões árida, semiárida, subúmida e seca, o problema que se mostra mais assustador é o processo de desertificação, que está destruindo de modo inexorável o potencial produtivo de nossa terra, já tão malsinada pelos fatores climáticos e pela negligência histórica dos responsáveis por seu desenvolvimento.

A retirada da cobertura vegetal do solo, principalmente através das queimadas, com o seu consequente empobrecimento pela diminuição da matéria orgânica e provocação da insuficiência de nutrientes, é uma prática predadora de nossos agricultores, repassada de geração para geração. Faltou à nossa agricultura e aos que a exercem a oportunidade da informação e, mais do que isso, as alternativas benfazejas de exploração da terra, de modo a poupá-la do desgaste suicida, tornando-a ao mesmo tempo mais rendosa e frutificadora.

O avanço galopante do deserto sobre as áreas de fertilidade a todos assustou, provocando movimento em favor da preservação, ação de cidadania que já vem rendendo os primeiros resultados favoráveis. Um exemplo é o monitoramento do IBAMA nos focos de queimadas e incêndios florestais, atribuindo multa e processo aos que os praticam com intenção delituosa, enquanto tenta o esclarecimento pedagógico para os que degradam por falta de informação.

Nesse quadro de envolvimento com esta boa causa, a Assembléia Legislativa do Ceará quis se colocar nas primeiras fileiras dos que batalham em prol da urgente questão e tem feito a sua parte. Já em 2007, publicávamos uma cartilha, produzida pela equipe do INESP, o nosso Instituto de Pesquisa, que trazia uma análise acurada sobre a desertificação, suas causas, seus efeitos e as perspectivas de controle. Concursos escolares sobre a desertificação foram promovidos e estimulados entre alunos do ensino fundamental, através de um programa de jornais culturais, obtendo-se uma participação que até nos espanta pelo nível de informação e consciência de crianças e jovens com um problema com que eles, em futuro próximo, irão lidar e tentar corrigir. O tema tem sido tratado pelos parlamentares com muita frequência no Plenário e nas Comissões, além de em Audiências e Seminários desse porte, de onde procuramos retirar do debate novas luzes e encaminhamentos práticos.

A Assembléia Legislativa do Ceará recebe com a maior alegria os participantes desse encontro e deseja que daqui saiam grandes sugestões de solução para esse grave problema da realidade antiga e atual de nosso Estado. Sejam todos bem-vindos.

[palmas].

MESTRE DE CERIMÔNIA: A seguir, o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Domingos Filho, passará a presidência da Mesa à Deputada Federal Vanessa Grazziotin, que conduzirá os trabalhos desta Audiência Pública. A ilustre parlamentar pertence ao PCdoB do Estado do Amazonas e ocupa a vice-Presidência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO DOMINGOS FILHO (PMDB-CE): Do Congresso Nacional, Câmara e Senado, corrigindo aqui para dar a importância devida a essa Comissão Mista. E não poderia aqui deixar de, mais uma vez, abraçar e agradecer a presença da nossa querida Deputada Vanessa Grazziotin. E também aqui reconhecer um trabalho de um outro Deputado do PCdoB, o Deputado Lula Morais, que também, através do seu gabinete e de um conjunto de outros Deputados, mas sob a liderança do seu gabinete, com todo o apoio da presidência da Assembléia Legislativa, promoveu um seminário específico sobre desertificação com vários eixos, com vários temas sobre o assunto e em várias oportunidades. Portanto, é um privilégio estar aqui essa Audiência Pública e ela ser presidida, meu querido Deputado Lula Morais, por uma camarada

do PCdoB, a Deputada Vanessa Grazziotin [palmas], que eu tenho o privilégio de lhe passar a presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Bom, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar todas as companheiras presentes, os companheiros presentes, cumprimentar o nosso querido Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o Deputado Domingos Filho, agradecer vossas palavras que eu, pessoalmente, considero um tanto quanto exageradas, mas agradeço profundamente todas as referências. Quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda, que, juntamente com o meu querido companheiro, Deputado José Guimarães, foram os autores da propositura para realização da Audiência, de uma das duas Audiências Públicas que acontecerão esse ano, durante esse ano, na Região Nordeste. Então eu cumprimento ao Senador Inácio Arruda, digo a ele da minha alegria e satisfação de estar aqui, no Ceará, no dia de hoje. Do Deputado José Guimarães já falei, cumprimento ao meu querido Deputado, e, para todos vocês, quero dizer que o Deputado José Guimarães, quando chegou a Brasília, no início dessa legislatura, lá estava ele compondo a Comissão da Amazônia, Desenvolvimento Regional e Integração Nacional. Quando o Deputado chegou na Comissão da Amazônia, Desenvolvimento Regional e Integração Nacional, ele se deparou com 90% de parlamentares oriundos da Amazônia e disse ele: "O que vou fazer aqui com tantos parlamentares da Amazônia?". Nós precisamos estar presentes numa Comissão que trabalha as desigualdades regionais. E o Deputado, com o apoio de mais três ou quatro outros parlamentares do Nordeste, conseguiu com que Emendas da Comissão da Amazônia, Desenvolvimento Regional e Integração Nacional, nunca dirigidas a outra região que não ao Norte do País, fossem dirigidas ao Nordeste brasileiro. Mas não apenas aprovou Emenda. O Deputado José Guimarães conseguiu fazer com que a Emenda fosse efetivamente executada. Então eu quero aqui homenagear o Deputado e agradecer pelo convite.

[palmas]

Cumprimento o Deputado Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, a nossa Secretária de Meio Ambiente do Estado do Ceará, D. Maria Tereza Farias, e, por fim, cumprimento o nosso Relator, o Deputado Colbert Martins, que é o Relator da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Primeiro, eu quero dizer que aqui estou representando a Presidente de nossa Comissão, a Senadora Ideli Salvatti, que estava agendada, programada para fazer parte dessa comitiva e aqui estar coordenando essa Audiência Pública. Infelizmente a Senadora teve um problema no seu Estado, que vive uma situação em alguns municípios de calamidade e teve que cancelar a sua vinda, mas eu trago aqui os cumprimentos e os abraços a todos da Senadora Ideli Salvatti.

Em segundo lugar, a título de esclarecimento, muito rápido, dizer que essa Comissão, como o próprio Deputado Domingos falou, é uma das Comissões mais importantes que se têm não na Câmara e no Senado, mas no Congresso Nacional. O Congresso Nacional até o ano de 2008 tinha apenas uma Comissão Mista Permanente, que era a Comissão Mista Permanente de Orçamento. Em 2008 foi aprovado, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade a criação da segunda Comissão Mista Permanente, que é a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, ou seja, essa não é uma Comissão Temporária, é uma Comissão que funcionará todos os anos, porque temos o entendimento, assim como uma parcela importante da população mundial, que o assunto meio ambiente, que o assunto mudanças climáticas, é um assunto que tem que estar presente em todos os debates, seja de educação, seja de saúde, de desenvolvimento, enfim, todos, porque as mudanças climáticas, de acordo com a previsão de cientistas do Brasil e do mundo, podem trazer sérias transformações no ambiente em que todos vivemos, trazendo prejuízos que poderão ser irreparáveis.

Antes de dar continuidade, eu quero cumprimentar, sei que tem vários parlamentares estaduais presentes, mas eu quero cumprimentar as Deputadas cumprimentando a Deputada Raquel Marques, que está entre nós. Deputada Raquel, através de V. Exa., cumprimento suas colegas aqui da Assembléia Legislativa. E aos Deputados eu cumprimento cumprimentando o Deputado Lula Morais, que não só é um camarada, mas um querido companheiro, militante de muitos anos na luta em prol da democracia.

Mas, enfim, a tarefa esse ano da nossa Comissão é uma tarefa de grande magnitude e importância, porque teremos, em dezembro deste ano, em Copenhagen, na Dinamarca, a Conferência das Partes. O Presidente Lula, eu não sei se já voltou ao Brasil, mas estava em Nova York numa reunião de Chefes de Estado preparatória à COP-15, que será a Conferência que deverá estabelecer onde os países deverão anunciar as suas metas de redução de emissão de gases tóxicos, gases de efeito estufa, que tanto tem modificado não só o clima, mas o relacionamento do homem com o próprio meio ambiente.

E o Congresso Nacional, assim como o Parlamento brasileiro, precisa ter uma presença ativa nessa

Conferência. Para que os senhores tenham uma ideia, nós estamos aqui e na segunda-feira haverá a Segunda Audiência Pública no Estado da Bahia, em Salvador, e certamente o tema que dominará os debates hoje será desertificação. O tema que domina na Amazônia é exatamente o desmatamento da Amazônia, sobretudo as queimadas. Esses temas precisam ser debatidos não só pelos Secretários de Meio Ambiente, não só pelo Poder Executivo, mas pelo Poder Legislativo, através do qual ou dos quais, Assembléias, Câmaras de Vereadores, nós temos condições de democratizar ainda mais o debate e trazer ainda mais a população para discutir esse assunto tão importante para todos nós. Então a Amazônia, por exemplo, terá no início do mês de outubro, no início do mês de outubro um fórum de governança local sobre a COP-15, do qual participarão Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e Poder Executivo, tudo em preparação para a COP-15.

Então eu quero dizer da nossa satisfação, da felicidade de estarmos aqui, no dia de hoje. Eu certamente vou aprender muito com as senhoras e com os senhores, muito mais a respeito da desertificação, porque se fala muito na Amazônia, mas pouco, Deputado José Guimarães, se fala da desertificação, pouco se fala do Cerrado, e é preciso que falemos também de outros biomas que compõem essa Nação brasileira, que é a mais rica, não só porque tem a mais rica biodiversidade, mas porque tem o povo mais alegre, o povo mais feliz, mais bravo e lutador.

Então agradeço a recepção que todos estão nos dando e em homenagem ao Ceará, em homenagem a todos os presentes, eu quero nesse momento, assim como me foi passada a direção dos trabalhos, repassar a direção dos trabalhos no dia de hoje ao Deputado José Guimarães, que digo: tanto o Deputado José Guimarães quanto o Senador Inácio Arruda tem dado uma grande contribuição para a Comissão Mista de Mudanças Climáticas. O Deputado Colbert é da Bahia, sabe muito mais do que eu a respeito da desertificação e todos nós estamos procurando ajudar o Deputado Colbert na elaboração do seu relatório. E não é só o relatório, nós queremos também aprovar algumas Leis importantes antes de dezembro para que o País possa chegar em Copenhagen não apenas com um belo discurso, uma bela proposta do Poder Executivo, mas com Leis efetivas, Leis Nacionais Federais aprovadas de defesa do nosso meio ambiente. Então eu passo agora, desenvolvo, nobre Deputado, a direção, passo a palavra e a direção a V. Exa. Assim como fez o Presidente comigo, faço com V. Exa., lhe dando o lugar devido. Muito obrigado a todos

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Bom-dia a todas e a todos, meus colegas Deputados, a nossa vice-Presidente da Comissão, Vanessa Grazziotin, Deputado Colbert Martins e o Senador Inácio, que conosco dirigem a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Câmara e Senado.

Ao decidirmos realizar essas duas Audiências Públicas, uma no Ceará e outra na Bahia, não só porque somos Deputados da Bahia e do Ceará, mas em função da importância que esses dois Estados têm no País, não só no processo político nacional, como principalmente são os Estados que com suas economias diversificadas estão situados, grande parte da Bahia e especialmente o Ceará, estão situados dentro do chamado semiárido nordestino, que precisamos introduzir num debate em que o País vem desenvolvendo sobre o clima, mudanças climáticas, emissão de CO2, o impacto disso nas questões econômicas, sociais e ambientais do País, onde o Brasil se prepara para a Conferência de Copenhagen, na Dinamarca, de 7 a 15 de dezembro, é nossa responsabilidade, tanto minha como do Colbert Martins, colega da Bahia, como do Senador Inácio, nós, Deputado Cirilo Pimenta e demais colegas Deputados, trazer esse debate aqui para o Estado do Ceará. Isso tem uma importância muito grande para nós, que estamos discutindo essa questão lá no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, dizer para os cearenses, irmãos e irmãs cearenses, que, quando nós convidamos o Governo do Brasil para debater as metas do País para a Conferência de Copenhagen, sempre se discute lá na Comissão do Senado Federal o olhar, e não poderia ser diferente, *data vênia*, Deputada Vanessa, a questão da Amazônia sempre está no centro dos debates quando se trata de mudanças climáticas, a questão ambiental, como conciliar desenvolvimento com o meio ambiente, e nós incluímos, queremos incluir uma questão que para nós é fundamental do Nordeste brasileiro. Primeiro, o Governo brasileiro e o Congresso reconhecer a Caatinga como um bioma. Isso é fundamental. Segundo, publicizar e assumir uma atitude de debate corajosa de colocar no centro do debate, por exemplo, o desmatamento da Amazônia, que é uma questão que tem meta o Governo brasileiro, o fenômeno conhecido como desertificação, o Governo brasileiro tem que ter também metas para enfrentar esses problemas e combater este fenômeno que está trazendo prejuízos incalculáveis para as futuras gerações, particularmente para o nosso Estado, o Estado do Ceará.

E nós estamos conseguindo, de certa forma, para que o debate de Dinamarca não se dê apenas com relação à Amazônia. Há que se pensar esse país como um todo, e o olhar das questões ambientais não podem ser apenas sob o olhar da Amazônia, pela importância estratégica que tem essa região. O Nordeste brasileiro é, sim, uma região importantíssima para o futuro, até porque, segundo os dados que nós temos, a Região Nordeste e a Norte são as regiões que mais impacto... A chamada mudança climática que mais impacto está tendo aqui, na Região Nordeste. O Ceará tem quase que 95% de suas terras no semiárido. Em que pese a ação das instituições públicas, há muito que se fazer. E se o setor público, o setor privado, as instituições e as entidades que desenvolvem ações nessa área não se unirem, não levarem em conta que os investimentos precisam ser considerados em função da realidade socioeconômica dessa região, nós sofreremos muito no futuro. É um problema, é uma questão, portanto, de uma agenda que nós temos que construir em Brasília, no Congresso Nacional.

Várias propostas estão sendo debatidas no Congresso Nacional e nós queremos incluir no centro do debate nacional a questão nordestina, não como um problema, mas como solução integrada dentro da discussão que o País inteiro faz sobre os mais variados temas. E as instituições que estão aqui poderão colaborar para que ao final desse seminário, Deputada Vanessa Grazziotin, que a sua presença aqui como sendo de uma região muito diferente do Brasil, que eu tive a oportunidade de visitá-la, e eu disse, certa feita, na minha Comissão, que defender a questão da sustentabilidade, conciliar desenvolvimento com preservação ambiental, não é a tarefa apenas dos ambientalistas, é uma tarefa de todos nós, brasileiros, que temos que pensar no futuro da humanidade numa dimensão diferente em função do impacto que essas mudanças do clima estão tendo inclusive na Nordeste, na Região Amazônica. A presença da Deputada Vanessa, companheira de muitas caminhadas e lutas em projetos em Brasília, é muito importante. É de uma outra região, mas veio aqui dado o compromisso que ela tem. E a compreensão que eu fiz ela perceber quando eu comecei a militar na Comissão de Desenvolvimento Regional e da Amazônia, eu dizia: "Vanessa – ela era a Presidente –, a questão do Nordeste, a questão da Comissão, não pode o olhar dela ser apenas voltado para a Amazônia". Claro que a Amazônia, por si só, já diz tudo, mas o Nordeste grita e pede socorro para que desenvolvamos políticas públicas eficientes para enfrentar o grave problema que é recorrente, que é o processo brutal de desertificação em várias regiões aqui no Estado do Ceará.

O objetivo, portanto, desta Audiência, é tratar para que, ao final, Senador Inácio, nós possamos sair daqui, quem sabe, com a Carta de Fortaleza, já sugiro aqui, a Carta de Fortaleza para que esse grito do Ceará possa chegar não só no Congresso Nacional, mas principalmente na Dinamarca por ocasião da Conferência de Copenhagen, que é um momento especialíssimo, onde o Brasil tem que ser protagonista de posições avançadas lá na Conferência na Dinamarca. Se nós formos, não é Vanessa, Colbert Martins, se nós formos, se o Congresso nos autorizar, nós saberemos muito bem colocar essa questão como uma questão central nos debates da Conferência do Clima que vai acontecer na Cidade de Copenhagen, na Dinamarca.

Quero, portanto, como autor, juntamente com o Senador Inácio, desta Audiência Pública, que nós façamos um esforço até o início da tarde para buscarmos pactar(F) algumas posições que eu tenho certeza que a Deputada Vanessa saberá bem defendê-las lá, na Comissão de Mudanças Climáticas.

Eram essas as minhas palavras iniciais, agradecendo aqui a presença de todos e todas. Tem vários parlamentares presentes e entidades, instituições, especialmente o símbolo dos Deputados Estaduais presentes, Deputada Raquel Marques, Deputado Lula Morais, Deputado Artur Bruno, Deputado Fernando Hugo, Deputado Cirilo Pimenta, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente aqui desta Casa, várias Prefeitos, eu estou vendo Prefeitos aqui, instituições como o DNOCS que eu estou vendo, que está presente aqui, e também está na luta conosco para a reestruturação do DNOCS, dado o papel que o DNOCS tem nas políticas públicas de combate à desertificação e convivência com o semiárido, a presença de vocês aqui é muito importante. A sociedade civil, em nome da D. Dolores Feitosa, que é símbolo da luta pelo meio ambiente sustentável aqui no Ceará, uma companheira de 85 anos e que continua brilhando com as suas ideias sempre jovens, sendo que isso nos faz crer que a humanidade tem futuro, se ela souber conviver e conciliar bem desenvolvimento com o meio ambiente.

Ao meu companheiro cearense, o Senador Inácio Arruda, que essa Audiência possa servir de referência para que nós, no Congresso Nacional, não deixemos escapar esta oportunidade de ouro que nós temos: é hora do Nordeste brasileiro, não só em função desse debate ambiental que tem que estar presente, mas principalmente com o pré-sal. Nós temos que tocar na questão nordestina como uma questão nacional. Já diz o Projeto de Lei: fazer investimentos em educação, ciência e tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente, cultura. Nós não podemos pensar o País apenas com o olhar de Copacabana e Avenida Paulista. Tem que

pensar o Brasil com as suas múltiplas heterogeneidades, existentes do ponto de vista econômico, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social.

Muito obrigado a todos e a todas, e eu passo a palavra, então, ao Senador Inácio Arruda, para concluir essa fase aqui de abertura da nossa Audiência. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado José Nobre Guimarães; vice-Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Deputada Vanessa Grazziotin; meu colega e amigo, já de alguns mandatos no Congresso Nacional, Colbert Martins, mas sempre muito jovem, vocês podem perceber, eu não sei se ele tem alguma semelhança com algum humorista que passou por aí, vocês dão uma olhadinha aí, fiquem tirando as conclusões; nosso colega também parlamentar, Deputado, ex-Prefeito da Cidade de Quixeramobim, uma grande gestão realizada naquele município, Cirilo Pimenta; nossa amiga nessa grande batalha, a Maria Tereza Farias, que preside o Conselho de Políticas de Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará; nosso Secretário de Agricultura do Estado do Ceará, Camilo Santana, que, em nome do Congresso Nacional, nós podemos convocá-lo para a Mesa. Não podemos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Já, já no debate.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas ele pode vir para cá, para ficar com a gente aqui, na Mesa, acompanhando aqui. Quando a gente sair, ele já fica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Como convidado, que é um dos debatedores para a Mesa seguinte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Meus companheiros e amigos das várias organizações da sociedade civil que estão presentes neste ato, a nossa colega e também uma menina muito lutadora, a Mariana, Presidente da Associação dos Defensores Públicos, que nas suas lutas, junto com os seus colegas do Brasil inteiro, tem conseguido ampliar o papel da Defensoria Pública no Brasil inteiro, para que ela não esteja apenas tratando dos presos nos presídios, que já é um papel de grande relevância, mas também tratando da comunidade, daqueles que precisam ser defendidos em várias áreas. É como se a Defensoria, no passado, fosse só a Defensoria dos presos. Não, a Defensoria é a Defensoria dos que estão com liberdade, que podem se movimentar, mas que não podem se defender. Eu acho que isso foi uma conquista muito grande, parabéns mais uma vez, Mariana, a vocês e a todos os Defensores Públicos do nosso País.

Eu quero ligar rapidamente, Guimarães, a nossa luta no Congresso Nacional. Eu tenho participado da Comissão de Meio Ambiente desde que cheguei da Câmara. Eu acho que só num período, porque você tinha que optar por uma Comissão, apenas em um período não fiquei na Comissão de Meio Ambiente. Agora no Senado também tenho participado desde o início da Comissão do Meio Ambiente e desde a criação da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Aqui ainda como Deputado Estadual, o Cirilo ainda estava aqui, nós nos organizamos para participar da Segunda Conferência Mundial de Meio Ambiente no Rio de Janeiro, criamos uma Comissão Especial aqui na Assembléia Legislativa. E já proponho de imediato que a Comissão de Meio Ambiente, juntamente com o conjunto de Deputados, criem uma Comissão Especial dentro dessas atribuições que já tem a Comissão de Meio Ambiente, para preparar a participação dos organizadores estaduais na Conferência Mundial de Copenhagen. Eu acho que nós não podemos ficar fora, nós devemos articular o máximo de organizações governamentais e não governamentais para estar presente na Conferência, porque a Conferência trata de proteger a natureza, proteger o meio ambiente, mas examina também o desenvolvimento, porque nós não estamos tratando de uma proteção do meio ambiente que impede o desenvolvimento. É como você articula esses dois caminhos: precisamos desenvolver, precisamos crescer. Que energias vamos usar para não degradar, para não destruir a natureza, para não comprometer o planeta, para que as gerações futuras também possam desfrutar desta beleza que é a terra. Então eu acho que esses o grande objetivo. Então nós temos que participar, todos.

O Congresso Nacional faz um trabalho extraordinário, Vanessa, Ideli Salvatti, Colbert Martins, Guimarães, em nome de todos que estão ali naquela Comissão, fazem um trabalho extraordinário, a Comissão de Meio Ambiente do Senado e da Câmara se unem nesse esforço de debater, de discutir, de ouvir a sociedade brasileira.

Eu não quero, no caso do nosso Estado, chover no molhado, mas talvez seja importante a gente frisar. Foi aqui que começou a batalha para que a gente tivesse uma legislação apropriada para proteger um dos biomas mais importantes do nosso País e do mundo, que é o bioma Caatinga, com todas as suas fragilidades, mas é um bioma que tem uma fauna maravilhosa, uma flora espetacular e que precisa de atenção, conhecimento. Esse foi o sentido do requerimento do Deputado Guimarães, que o meio ambiente, fica uma

espécie de fascínio para um tema do meio ambiente, e um tema que é, digamos assim, incensado, principalmente de fora do nosso País, que é cobiçado, que é o tema da Amazônia, que é justo, que nós temos tratado, o meu partido mesmo fez um seminário só para tratar da questão da Amazônia, porque a Amazônia desperta não só essa luta de todos do mundo inteiro para defendê-la, mas, sobretudo, a cobiça, frente as suas riquezas espetaculares, que é a quantidade de água, a riqueza do subsolo com ouro, com ferro, com gás, com petróleo, diamantes. Essa que é a questão central da cobiça internacional sobre a Amazônia. Muitos que incensam lá fora a defesa do meio ambiente, na verdade o que querem é encontrar a maneira de se apropriar dessa farta riqueza amazônica e evidente também que tem muita gente honrada, honesta, que considera que a Amazônia deve ser protegida e nós consideramos que devemos dialogar muito com esses setores.

Mas ao colocar como questão central do debate ambiental o problema amazônico, que é justo, correto e todos nós defendemos, não há dúvida, praticamente se esquece dos demais biomas importantes do Brasil. E o Nordeste é um desses biomas importantes. Aqui participamos intensamente da preparação da Conferência Mundial do Meio Ambiente do Rio, em 1992, e também da preparação da organização dentro da Conferência Internacional sobre o Semiárido. Foi a primeira Conferência, se realizou aqui no Estado do Ceará. Nós vamos ter uma segunda Conferência. O papel dessa Conferência foi tão significativo que na Conferência Mundial, porque ela foi anterior, ela foi preparatória à Conferência Mundial de Meio Ambiente, ela foi tão significativa que na Conferência Mundial de Meio Ambiente entrou o tema Nordeste brasileiro e entrou o tema "Desertos e áreas de desertificação na América do Sul, na América Central, na Europa, as outras áreas da África que já são bastante conhecidas como deserto, a China já tinha um deserto bastante conhecido, mas o resto do mundo entrou no debate sobre a questão da desertificação, fruto daquela Conferência Internacional do Semiárido realizado no Estado do Ceará. Mas teve uma repercussão maior: a Conferência indicou e a Organização das Nações Unidas organizou uma Convenção permanente sobre a questão da desertificação e das áreas semiáridas no mundo inteiro. Essa Convenção Quadro das Nações Unidas tem sede na Cidade de Bonn, na Alemanha, praticamente eu participei de seis a oito reuniões dessa Convenção, eu participei pelo menos da metade, uma em Montevidéu, uma em Recife, uma em Madri e outra em Bonn. Exatamente hoje eu estava convocado para participar da Conferência em Buenos Aires, que está se realizando, a Conferência da Convenção Quadro das Nações Unidas, preparatória para Copenhagen, mas nós tínhamos esse compromisso aqui com o Estado do Ceará e não poderíamos então nos ausentar, porque era muito significativo para nós e estamos nas vésperas para a preparação para a Segunda Conferência Internacional sobre o Semiárido, que se realizará também no próximo ano. Então não poderíamos deixar de discutir com vocês esse tema. A Convenção está se realizando hoje e amanhã na Cidade de Buenos Aires, na Argentina, e essa Convenção nasceu da discussão e do debate no Brasil. Isso é muito significativo.

Mas não foi só isso. Além de nós criarmos uma estrutura permanente que funciona nas Nações Unidas para tratar do semiárido e para ter políticas de defesa da natureza nesses biomas mais frágeis que podem se transformar em desertos, ainda nasceu ali o Projeto Áridas, que gerou várias publicações no Brasil. Além disso, é fruto da ação já da Convenção Quadro, resultado da Conferência da Convenção Quadro no Brasil, já numa segunda rodada, eu estive presente na Cidade do Recife nesta reunião da Convenção Quadro das Nações Unidas para a Desertificação. Criou-se ali uma das organizações mais significativas e mais empenhadas no Brasil, especialmente no Nordeste, na defesa do bioma Caatinga e no combate à desertificação, que foi a articulação do semiárido, que reúne mais de oitocentas Organizações Não Governamentais do Nordeste brasileiro. ASA – Articulação do Semiárido, uma organização que promove a construção, ficou pelo menos assim simbolizada na construção das famosas cisternas de placas para a acumulação de água no Nordeste brasileiro, que tem sido um grande êxito, ela que tem uma meta para alcançar, um milhão de cisternas de placa no Nordeste brasileiro.

Eu considero, Guimarães, que é muito significativa a nossa presença aqui, no Estado do Ceará, para colher este olhar de um outro bioma, de uma outra região, que têm problemas gravíssimos na natureza e de outra natureza e que precisam ser examinados pela Comissão de Mudanças Climáticas. As projeções são de que, em cinquenta anos, por razões, digamos assim, da ação do homem, mas também da própria natureza, que não é só a ação do homem, é que a própria natureza está encarregada de aumentar o clima da terra, uma ação natural. Essa ação natural, junto com a ação do homem, pode elevar a temperatura em cerca de 4º na Região Nordeste. Essa elevação poderá causar, digamos assim, grandes problemas na nossa região se nós não tivermos uma ação permanente de defesa do nosso bioma Caatinga. E os Estados mais prejudicados são o Estado do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco, são os que serão mais atingidos pela

elevação fortíssima da temperatura em 4º centígrados num período de cinquenta anos. Então nós temos que nos preparar.

Aqui já foi destacado pelo Presidente da Assembléia, o Deputado Lula Morais aprovou e foi sancionada uma Lei para proteger as regiões de desertificação. Nós temos lutado no Congresso Nacional para aprovar uma legislação nesse porte, já há cerca de seis ou oito anos que batalhamos no Congresso Nacional em torno disso. Brevemente poderá ser examinada pela Câmara, porque já aprovamos no Senado, essa matéria está na Câmara para ser examinada e espero que, também, consigamos aprovar na Câmara dos Deputados, o Presidente Lula sancionar, ainda no seu Governo, um grande programa de proteção desse bioma, especialmente o nosso, do Nordeste brasileiro, que é o bioma caatinga. Então, Guimarães, eu quero agradecer a oportunidade, também, de me pronunciar nesta nossa visita à Assembleia Legislativa e ao Estado do Ceará, e nos preparar para ouvirmos os questionamentos dos nossos colegas, convidados das instituições governamentais e não-governamentais. Obrigado.

[palmas]

DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Senador Inácio. Nós fizemos aqui um acordo no procedimento dos debates. Nós vamos... Para informar aqui, ao plenário, são vários debates que todos rezam sobre um mesmo tema, sobre um mesmo painel, que é desertificação, diagnóstico e perspectivas frente às mudanças climáticas. Nós vamos juntar em duas mesas. Agora, antes de ouvirmos... Aliás, após ouvirmos rapidamente as palavras do nosso querido Colbert Martins, que é relator da Comissão, e do Presidente da Comissão do Meio Ambiente aqui, desta Casa, nós vamos, em comum acordo aqui, com nosso relator, nós vamos juntar agora, já, já, em um debate, no painel 1, nós vamos ter o painel com a Professora Marta Celina, Doutora em Geografia Física pela Universidade de São Paulo; o Secretário, Dr. Camilo Santana, Secretário do Desenvolvimento Agrário no Estado do Ceará; o José Sydrião de Alencar, Superintendente do ETENE, do Banco do Nordeste, que está aqui presente; e a Cristina Nascimento, que é a Coordenadora Executiva da Articulação do Semiárido, a ASA. E a parte da tarde, nós vamos, exatamente às 2 horas, um outro painel, juntar nos dois. Agora, pela manhã, que nós temos tempo até 12 horas, 12h30, esses quatro painelistas, e, no começo da tarde, nós faremos com o Francisco José Teixeira, que é Presidente da COGÉ; o Eudoro Santana, Presidente do INESP, aqui, da Assembleia; a Maria Tereza, que está aqui, carinhosamente, do nosso lado; e a Eliene Brasileiro, que é a Presidente da APRECE, Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará. Combinado assim, democraticamente? Fazemos dois painéis, um agora e o outro, no início da tarde. Todo mundo pode à tarde? Pode, Beto? Combinado assim, não é, Colbert? E a gente termina, encerra o seminário aí por volta de 15h30, 16 horas, está bom? Vamos ouvir o nosso Colbert Martins, depois, o Cirilo Pimenta, rapidinho.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Bom-dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, no Ceará, mais uma vez. Para mim muito importante estar no estado que eu conheço, no estado que eu frequento e que gosto. Agradecer o Deputado José Guimarães, ao Senador Inácio Arruda, agradecer também à Secretária, a Maria Tereza, e ao Deputado Cirilo, que, logo em seguida, falará conosco também. Cumprimentar os Deputados Estaduais Lula Morais, Raquel Marques, Artur Bruno, Fernando Hugo, que aqui estão. Muito obrigado pela presença de cada um de vocês. Responsabilidade que temos, como relator desta Comissão Mista da Câmara e do Senado, é de apresentar uma proposta ao Brasil e, mais ainda, ao mundo, cuja responsabilidade, nesse momento, nas emissões de carbono que nós enfrentamos. E, para isso, eu estou tentando reunir as informações que são apresentadas na nossa Comissão, para que nós tenhamos uma posição absolutamente clara. Quem acompanhou as últimas declarações da China viu que o Governo Chinês já anuncia metas de redução de emissão de carbono. E o que nós pretendemos é que o Brasil também assuma metas de redução de carbono que estão afetando o clima em todo planeta. E nós estaremos apresentando a nossa participação, o nosso relatório, de maneira que nós venhamos a enfrentar uma situação que nos afeta diretamente a todos e a cada um de nós.

A Amazônia deixou de ser a maior emissora de carbono do Brasil, porque existe uma ação extremamente forte de redução das queimadas. Quem acompanhou os jornais de ontem, viu que a emissão de carbono na Amazônia está na base de 400 mil toneladas por ano, mas que a indústria, que as energias termoelétricas e que os transportes estão alcançando 400 mil toneladas, também, de emissão. Quer dizer, nós não temos mais aquele padrão amazônico apenas. É importante? É. Mas falou o Deputado Inácio Arruda que nós estamos precisando, também, nos voltar para a caatinga. A caatinga está sendo transformada em carvão no país inteiro, aonde ela existe. O cerrado, o cerrado está sendo dizimado. Na Bahia, dos três maiores municípios que acabaram com o cerrado no Brasil, três são baianos, porque o cerrado está em todo o país. A Mata Atlântica praticamente já não existe, e nós

estamos ainda focados na Amazônia, e a Amazônia já começou a reduzir o seu desmatamento. Portanto, está na hora de nós voltarmos agora as nossas vistas para os tipos de bioma, como vamos discutir também na Bahia, na próxima segunda-feira, bioma cerrado, bioma caatinga, bioma Mata Atlântica, para evitarmos chegar à desertificação, que é o tema que nós vamos enfrentar aqui, hoje. Mas eu quero somente fazer uma provocação rápida a vocês na discussão. Vocês têm ideia de... Manaus é uma cidade do tamanho de Fortaleza, um pouco maior, talvez. Dois milhões de habitantes? Vocês têm ideia de como é que é a energia em Manaus, uma cidade do tamanho de Fortaleza?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por enquanto, só.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Por enquanto. Mas, até hoje, sabem como é que Manaus é iluminada, com o centro industrial que Manaus tem? Diesel, termoelétrica. A Amazônia inteira é, gasta energia diesel para ser... A exceção de Roraima, que nós importamos energia elétrica da Venezuela, e parte do Pará – a Deputada Vanessa me corrija – tudo lá é movido a diesel, e nós precisamos avançar. Agora, o Governo Lula está avançando para transformar a matriz diesel em gás, de um gasoduto que está indo de Coari a Manaus. Mas quero dizer a todos que a energia que nós usamos em um dos maiores polos de desenvolvimento que nós temos é diesel. Portanto, nós precisamos mudar o nível da nossa limpeza de matriz, e o Ceará já está fazendo isso, com grande parte de produção de energia eólica. Mas qual é a vantagem que o Ceará tem? Qual é a vantagem que o Rio Grande do Norte tem em mudar a matriz para uma matriz limpa, se nós estamos sujando a matriz ali do lado? Então, para isso, nós estamos criando um Fundo de Mudanças Climáticas, que permita que aqueles estados e países que emitam menos carbono possam ganhar com isso, também. Agora, essa parte aqui, Guimarães, é nossa. Essa parte aqui, Vanessa e Inácio, é nossa, o atraso é nosso. Tem três anos essa discussão na Câmara e no Senado e não sai. Do mesmo jeito que o bioma caatinga, o bioma cerrado está lá, parado, e não sai. Nós precisamos romper certas amarras, que aí a responsabilidade vem para cada um de nós.

Então, dizer que vamos aprovar, esse ano ainda, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, parada há três anos, na Câmara e Senado, vamos aprovar agora. Vamos aprovar o nosso Fundo, para que se permita que as pessoas que emitam carbono possam compensar, é responsabilidade nossa, e precisamos cada vez avançar mais nessa linha. E vou concluir, dizendo que estou aqui para ouvir, vou anotar as questões que sejam trazidas a nós, aqui, por quem vive e mora no Ceará, porque tem muito mais conhecimento e responsabilidade, pelo que já conhece, pela sua experiência. Dizer que eu, que já li Rachel de Queiroz, que já li Euclides da Cunha, que conhece muito do que é seca, nós sabemos que não é mudança climática, que já está lá atrás, em 1915, com as secas que nos afligem, mas que nós temos que entender e compreender com elas as formas da sua modificação. Não é entender que tudo que está acontecendo agora já não aconteceu no passado. Já, as mudanças climáticas já vêm acontecendo. Nós temos que, neste momento, agora, tomar as atitudes que possamos tomar para diminuí-las, para mitigá-las.

Quero parabenizar ao Presidente da Assembleia, Domingos Filho, pela excelente qualidade de comunicação que vi nessa Assembleia. Eu acho que a representação do povo do Ceará – e aqui parabenizo ao Presidente, aos demais deputados e deputadas – está fazendo uma grande integração entre a comunidade, através do uso da tecnologia e dos meios de comunicação. Fiquei muito alegre em ver, hoje, uma Assembleia movimentada, com várias audiências públicas, algumas delas realizadas à distância. Esta é a verdadeira finalidade deste poder. E cumprimentar, também, pela grande qualidade de comunicação, altamente, politicamente responsável. Vejo, vocês transmitem com Libras. Nós, que lutamos para pessoas com deficiência... São mais de 50 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência hoje, e, no dia 20, muitos de nós – eu que tive na família alguém com deficiência – sabe da dificuldade e da luta que fazemos para que essas pessoas estejam permanentemente integradas. Parabéns a vocês pela grande luta e responsabilidade. Estamos aqui para ouvir e aprender com todos. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O Deputado José Guimarães teve que se ausentar momentaneamente para conceder uma entrevista. Então, nós passamos, nesse momento, a palavra ao Deputado Cirilo Pimenta, que preside, aqui, na Assembleia legislativa, a Comissão de Meio Ambiente.

DEPUTADO CIRILO PIMENTA (PSDB-CE): Bom, um bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Vanessa Grazziotin, que comanda essa Audiência Pública nesse momento, com a ausência, que ela já havia autorizado o nosso Deputado Guimarães a comandá-la, ela retoma novamente o comando dessa audiência. Eu agradeço pela sua presença, agradeço ao Deputado Colbert Martins, também, pela sua presença, a nossa querida Tereza,

Maria Tereza, que é Presidente do Conselho, o nosso Secretário de Agricultura, Dr. Camilo Santana, os deputados que estão aqui, Dedé Teixeira, Lula Morais e todos os outros que já estiveram aqui, estão na Casa e voltarão para o debate conosco. Deputado Sérgio Aguiar, aos representantes de organizações governamentais e não-governamentais que se fazem presente aqui, nesse momento, e agradecer a iniciativa dos nossos deputados, nosso Deputado José Guimarães, e do Senador Inácio Arruda, por trazer essa discussão aqui, para o nosso estado.

Como todos nós sabemos, a nossa região é uma região conhecida como semiárido. Semiárido é quase que árido. A gente sabe que, para deserto, falta pouca coisa, se nós levarmos em consideração o termo na essência da palavra. E a questão climática, ela sempre foi, na verdade, uma questão muito limitante no nosso processo de desenvolvimento econômico e social desde o nosso processo de colonização, como bem V. Exa. falou. A falta de chuvas nos períodos que elas teriam que acontecer, que são as chamadas secas, elas já fizeram sofrer por demais a população do nosso estado, aliás, do Nordeste como um todo. Secas que V. Exa. citou, como a de 15, mas em 1877, 78, mais especificamente em 78, só no mês de novembro, no Ceará, morreram 30 mil pessoas em consequência da seca que se repetiu por três anos seguidos, e diminuiu, e muito, nessas três secas, a população do nosso estado, não é? E nós não tínhamos a estrutura que temos hoje de acúmulo de água. Foi um sofrimento que veio ao longo da nossa existência, e, com o aprendizado, nós fomos, aos poucos, montando estruturas que nos tornou e nos torna mais resistentes. Hoje, nós temos aí o DNOCS completando 100 anos, que, ao longo da sua existência, construiu barramentos no Nordeste como um todo, que tem nos tornado muito mais preparados para enfrentar as secas. Mas, mesmo assim, no ano de 2009, nós tivemos a maior quadra invernosa, talvez, dos últimos 30 anos. Agora nós temos 52 carros-pipa rodando. Agora, que terminou o inverno há poucos dias, o Ceará ainda está verde – que já era para estar com a sua caatinga, com a folha caída –, ainda está verde pelo prolongamento das chuvas, e até nos trouxe enchentes e nos trouxe também muitos danos, e nós estamos ainda convivendo com o carro-pipa. Apesar do nosso esforço, de estarmos aqui, na Assembleia, também, com o Pacto das Águas, somos o segundo estado a ter uma legislação de recursos hídricos do Brasil, uma lei que orienta a utilização de recursos hídricos. Concluímos, agora, sob o comando do nosso Deputado Teodoro Santana, uma discussão nesse parlamento, no Conselho de Altos Estudos, chamado Pacto das Águas, para discutir essa utilização, melhor aproveitamento da água, a fim de que nós possamos encontrar uma solução para esse problema cruciante que vem ao longo dos anos.

E tem a questão da nossa da nossa caatinga, da nossa mata, que vem, aos poucos, sendo danificada, ao longo da nossa existência, cada vez mais áreas desertas pela utilização de queimadas, pelo mau uso dos tratores, da agricultura mecanizada, ainda, de forma ainda rudimentarmente utilizado, que tem provocado erosão por demais. Nós temos áreas, hoje, quase impróprias para a utilização da agricultura, e, também, a questão da nossa fauna, que, à medida que nós agredimos mais a caatinga, nós vamos diminuindo a fauna e, consequentemente, as formas de vida que ainda persistem, apesar das secas e apesar do avanço das sociedades sobre essas áreas. Precisamos tomar medidas fortes, principalmente de áreas de proteção ambiental. Nós, inclusive, estamos sugerindo que cada município possa ter uma área de preservação ambiental, para que nós possamos ter uma reserva garantida que possa permitir à fauna, também, uma subsistência da sua amostra, e, consequentemente, condições de vida para todos. Portanto, são questões como esta que nós temos realmente que discutir. Se o Brasil todo, o mundo todo está preocupado, nós, nordestinos, sim, é que temos que ter mais preocupação, porque somos nós, talvez não, com segurança, os que mais sofreremos com o aquecimento global. Apesar de nós termos, hoje, os 20 bilhões de metros cúbicos d'água acumulados nos grandes açudes do Ceará, nós temos o processo de evaporação e a assoreamento intenso. Que eu conheço a minha cidade, que tem um açude construído em 1958, que, hoje, está totalmente assoreado. Ele tinha 58 milhões de metros cúbicos; hoje, talvez, só tenha 10 ou 12 milhões de água acumulada pelo assoreamento e a eutrofização(F) que já está lá para todo mundo ver. Então, é preciso que nós discutamos essas políticas que possam evitar essa má utilização tanto do solo, como da água, como da nossa própria mata, como a utilização para o carvão e etc.

Portanto, é por demais importante, e gratificante, ver essa discussão de nível nacional trazida para a nossa região, que é a mais frágil, a mais susceptível a suturas, e, infelizmente, que acontecerão mudanças climáticas que afetarão as formas de vida que já são frágeis, em decorrência dessa história toda, dessa tradição toda da situação climática do Nordeste, como do resto das regiões áridas e semiáridas do mundo. Muito obrigado.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Bom, agora, então, obrigado, Deputado Cirilo Pimenta. Vamos compor a Mesa do primeiro painel, não é? Deputado Colbert, fica à vontade, se quiser ficar aqui, fica, nossa terra(F), ou senta aqui, dá entrevista, todo mundo aqui. Está bom? Vamos convidar aqui... Já temos aqui o Secretário Camilo Santana, convidamos o Dr. José Sydrião de Alencar, superintendente do ETENE/BNB, Professora Marta Celina. Cadê a Marta? Já está vindo. E a Cristina Nascimento, Coordenadora da Articulação do Semiárido, da ASA Brasil. São os convidados para esse painel. Qual é a ordem aqui? O que vocês preferem, Camilo, Alencar, Cristina e Marta? Qual é a ordem aqui? Vamos tirar aqui... É a ordem? Então, vamos ouvir a Marta Celina; em seguida, o Camilo Santana; em terceiro, o Alencar e, em quarto, a Cristina. Ok? Professora Marta Celina, sua presença nos honra, e obrigado, agradecemos em nome da Comissão a sua gentileza de nos ajudar nesse debate tão importante, pelo conhecimento que você tem sobre essa questão aqui no estado. Sinta-se à vontade. Vamos estabelecer o tempo de 15 minutos, ok?

SRA. MARTA CELINA: Bom-dia a todos, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite e parabenizar a organização. Eu tive a curiosidade de acessar o site da Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional e percebi que essas audiências regionais, elas já foram convocadas especificamente em Santa Catarina, onde foi discutido todo o problema dessas inundações recentes, e, na verdade, essa iniciativa, no contexto regional, é a primeira, pelo menos do que eu pude perceber. Então, eu achei isso fantástico, é a oportunidade de a gente estar articulando duas temáticas extremamente importantes, a do contexto das mudanças climáticas, do contexto da desertificação, e das mudanças ambientais globais, que não são só mudanças climáticas, mas perda de diversidade e outras, não é? Gostaria, então, de falar que eu acho uma oportunidade importante, além da articulação dos temas, desertificação e mudanças climáticas, articulação no nível federal, e no nível estadual, e, com toda comodidade, no caso especificamente aqui do Estado do Ceará, que trabalha com a desertificação, com a temática da desertificação. Espero dar alguma contribuição a esse debate, não é?

Inicialmente, não sei se a transparência vai passar. PowerPoint. Ok, tem um 'PowerPointzinho' aqui, né? A ideia, definindo a desertificação, que é uma coisa, para nós, já, de certa forma, bem conhecida, que trata da degradação das terras áridas, semiáridas e subúmidas, resultante de variação de fatores, de vários fatores, e aí nós temos as variações climáticas, e adversidades, e as atividades humanas, né? Há um consenso internacional, a partir da Agenda 21, especificamente o Capítulo 12, de que trata da situação ambiental das regiões áridas e semiáridas do planeta, no qual indica, como disse o Senador Arruda, a instituição ou a formalização da Convenção Internacional da Desertificação, e que contempla, então. Eu gostaria de lembrar uma coisa: a princípio, esse tema, essa definição de desertificação, ela é um conceito resultado de articulações políticas, historicamente construído, na verdade, desde 1997, que a ONU é preocupada com as questões da desertificação e instituiu as primeiras reuniões, e, nesse contexto, ela tem um viés político, algumas amarrações políticas importantes. A definição dessas áreas, a partir, inclusive, de um índice climático, é porque há necessidade, há uma compreensão de que as sociedades mais pobres e menos desenvolvidas no mundo inteiro estão inseridas nesse contexto das regiões áridas e semiáridas do planeta. Então, é nessa perspectiva que essa amarração tão estrita, tão restrita à questão do conceito da própria desertificação. É lembrar, também, que esse conceito, como a gente falou, ele evolui a partir dessas definições, dessas negociações políticas que acontecem na ICID, em 92, aqui no Ceará, e vão para Rio, 92, através, como eu falei, da Agenda 21. Mas a gente costuma brincar, quem trabalha com desertificação, que nós temos a Convenção dos Ricos e dos Pobres, e que a desertificação é a Convenção dos Pobres, porque lida com pessoas que estão em regiões pobres, são as pessoas que são as pessoas excluídas, são as grandes massas excluídas, os africanos, setores importantes da região Nordeste. Então, nesse sentido, é uma oportunidade, também. Quem sabe, agora, a gente não pode botar agora um pouco a mão nos fundos dos recursos que estão sempre contemplando as convenções da biodiversidade e de mudanças climáticas? Aí a gente tem, rapidamente, esses tipos climáticos, definidos a partir do índice de aridez, que é um índice climático relativamente simples. Perspectiva, a possibilidade de você reconhecer quais são as possíveis deficiências hídricas que você encontra nessas áreas.

Depois nós temos... Rapidamente, no PowerPoint seguinte, a gente trabalha, num âmbito geral, as causas e as consequências da desertificação e aí aparece o nosso primeiro link, que são as vulnerabilidades climáticas, quer dizer, as áreas suscetíveis à desertificação, elas têm intrínseca nelas a questão da vulnerabilidade climática. Essa vulnerabilidade, ela se materializa na questão das baixas precipitações, com uma distribuição espacial e temporal bastante regular, altas taxas de evapotranspiração e, sobretudo, ocorrência de secas frequentes. E esse link se faz porque é exatamente aí que os modelos indicam, os modelos

do IPCC, que a intensificação de fenômenos dessa ordem seriam as respostas ao processo de aquecimento do planeta na atualidade. Então é um problema central para a gente que está em regiões semiáridas discutir e articular entre desertificação e mudanças climáticas. Essas vulnerabilidades socioeconômicas também são estruturais. Além de estruturais, dentro desse contexto estrutural nós temos as atividades humanas e aí vem o que a gente conhece muito bem aqui em termos de Nordeste e semiárido, especialmente aqui no Ceará, que é o pastoreio, o uso de técnicas agrícolas, o extrativismo e outras.

Aí no mapa seguinte nós temos as áreas estabelecidas pelo Plano Nacional de Combate à Desertificação, é um documento final, resultou de um conjunto de articulações, de discussões. Eu considero, particularmente, que o PAN, ele apresenta, ele representa os anseios da comunidade que está dentro do semiárido, toda a academia, as ONGs, as instituições e a população de um modo geral envolvida, porque foi construído um processo democrático, então nós temos esse documento que temos que olhar com cuidado. Ele realmente pode ser o ponto de partida para que a gente possa pensar em combate à desertificação. Desertificação se combate e seca se convive, mas eu acho que são coisas centrais.

Lembrar também a diversidade de ambientes que a gente tem dentro do semiárido brasileiro, é fantástico. Nós temos hoje realidades, inclusive nós já temos disparidades intrarregional enorme. Quando você olha para o Vale, todo o Vale do Rio São Francisco, na altura de Petrolina, Juazeiro, é outra realidade. Então você tem setores já de diversidade ambientais com repercussões sociais e econômicas importantes dentro desse semiárido. As especificidades no caso da desertificação do semiárido brasileiro é a extensão, nós temos 15,72% do território brasileiro em áreas que nós chamamos suscetíveis à desertificação. Obviamente que não é todo esse percentual de área que está em processo de desertificação, mas é suscetível pelas condições climáticas, o que significa alta variabilidade pluviométrica, e, sobretudo, pelas condições estruturais que nós temos socioeconômicas, enfim, então nós temos essas áreas, e, num contexto de mudança climática, seriam exatamente essas áreas que mais se fragilizam e que apresentam maiores fragilidades.

Em termos relativos, nós temos pluviosidades importantes comparada com outras regiões semiáridas do planeta, mas, porém, temos uma demografia bastante elevada, temos um substrato geológico, de um modo geral, que não favorece muito o armazenamento d'água, além de taxa de evapotranspiração muita elevadas.

Quando a gente vê rapidamente o clima e a desertificação no Estado do Ceará, a gente tem um mapinha que apresenta esses índices de aridez através do índice efetivo de imunidade, nós já temos dois núcleos de áridos, são pequenos, microdesertos dentro do ponto de vista climático e também ambiental, todos nós conhecemos bem, que era Irauçuba e um setor de Tauá, você vê essas pequenas manchas mais avermelhadas, e num contexto geral nós temos em torno de 92 a 93% do Estado do Ceará inserido dentro do semiárido. Então talvez por isso é que a gente tenha corrido tanto atrás de água, sabe, nos estruturado tanto em termos de água, porque é a questão mesmo central, dos Estados nordestinos é o Estado que tem a maior inserção da sua área dentro do semiárido.

Esse mapa ao lado apresenta o que a FUNCEME já apresentou, iniciaram esses estudos exatamente na preparação da INCID 92(F). Ao longo do tempo, o grupo de pesquisadores da FUNCEME foi melhorando, e a partir de índice de aridez, que eu apresentei anteriormente, associado com níveis de exposição dos solos, indicando níveis de degradação, foi formulado o que nós chamamos desse mapeamento da suscetibilidade à desertificação dentro do Estado do Ceará. Então nós temos aí o que nós, cearenses, já conhecemos, é o que nós chamamos esse eixo Norte, que é Irauçuba, a região do Tauá e o médio Jaguaribe, tão bem conhecido. Sei também que está sendo formatado um novo mapa a partir do trabalho realizado pela Comissão Permanente de Combate à Desertificação do Estado do Ceará, que eu sei que tem um grupo trabalhando muito bem com várias oficinas locais e que nós estamos na maior expectativa do resultado desse material.

A imagem seguinte é só para mostrar o contexto da variabilidade pluviométrica dentro do Ceará. Você pega essa imagem, na verdade esse gráfico mostra uma variação muito grande. Esse coeficiente de variação, especificamente aí para Irauçuba, está em torno de 40%, é similar a regiões desérticas do mundo. Então isso, quer dizer, significa que em anos como o de 2009 nós podemos ter precipitações da ordem, por exemplo, para Irauçuba, próximo a mil milímetros, mas, em anos seguintes, nós podemos chegar a 200, 300 milímetros. Então essa variabilidade é central. Que ecossistemas – e aí vem a especificidade da Caatinga – podem suportar? Que tipo de bioma, que tipo de adaptação ambiental é capaz de suportar variações dessa ordem, em termos de precipitação? Isso é a coisa central. E essa variabilidade climática, também tem que ser dita, é inerente às regiões semiáridas do mundo todo. Não podemos fugir disso. A despeito de mudanças climáticas, essa é a realidade da variabilidade.

As temperaturas, nós estamos numa região tropical, equatorial, e trata-se de isotermias, o nível de temperatura pouco influenciaria. Entretanto, na perspectiva de mudanças climáticas a gente passaria a trabalhar com taxa de evaporação mais alta.

E aí esse balanço hídrico do solo seria a forma como a gente poderia melhor visualizar o que seriam esses cenários, uma vez que esses cenários propostos pelo IPCC pouco contemplam, vamos dizer assim, a questão da variação da pluviosidade. As incertezas do contexto das mudanças climáticas, as maiores incertezas estão exatamente no comportamento das precipitações no mundo inteiro. Então o balanço, um balanço hídrico do solo já mostra aí para a Cidade de Quixeramobim uma situação extremamente difícil do ponto de vista da disponibilidade hídrica. Isso representa uma Normal Climatológica, definida pelo INMET, que é uma média de trinta anos, mas você vê que nesse extratozinho do balanço hídrico a deficiência hídrica, que é toda essa mancha que aparece aí em vermelho, é muito significativa. Só para a gente ter ideia, não fomos muito longe, mas pegamos um outro balanço hídrico de Fortaleza, onde os índices pluviométricos estão na faixa de 1400, 1450, aproximadamente 1450 milímetros anuais, mas veja que a questão da média, e aí a gente cai de novo, retorna à questão da variabilidade. Mesmo para Fortaleza, onde médias pluviométricas são confortáveis, a gente ainda tem.

Então, no contexto de mudança climática, mesmo que alguns modelos já estão sendo gerados com aumento da precipitação em níveis de 5, 10 e até 20% do aumento das precipitações em função do aumento das taxas de evaporação e aporte de umidade do oceano para o continente, a gente tem que considerar que as nossas taxas de evapotranspiração subiriam muito e provavelmente gerando déficits hídricos ainda maiores, porque isso é resultado também das condições dos nossos solos.

O consenso. Em termos de mudanças climáticas, eu fico até um pouco... Me desculpem aqui o--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Faltam três minutos, Professora Marta.

SRA. MARTA CELINA: O grupo de Comissão... Eu fico até um pouco constrangida de falar tanto em mudança climática. Eu fico mais à vontade de falar de aquecimento global, que é o que eu chamo consenso. Se há consenso sobre isso entre os grupos dos céticos e não céticos, IPCC versus [ininteligível] e todo mundo, é a questões desses três itens que a gente apresenta aí no gráfico: amento das temperaturas médias do planeta, realmente há consenso sobre isso; aumento dos níveis dos oceanos, também há consenso; e a diminuição da cobertura de gelo, das áreas de gelo no Hemisfério Norte. E ao lado também, um gráfico menor, mostrando os cinco anos mais quentes desde 1850, que nós teríamos 2005, 2004, 2003 e 1998. Eu acho que aí são coisas...

As dúvidas, os cenários. Os cenários são delicados. A gente que vem da academia com mais rigor fica muito pouco à vontade de trabalhar, porque são cenários muito díspares, eles trabalham com a possibilidade de 1,4º centígrados a 5,6º centígrados. 5,6º centígrados, isso é loucura, isso é mudança climática em escola geológica. Então há muita dúvida. E para nós, nas regiões semiáridas, a questão dos cenários não contemplarem essas incertezas quanto à precipitação pluviométrica.

Como é que a gente articularia essas duas temáticas tão centrais no contexto de um Brasil com tantos apelos regionais, que é a questão das mudanças climáticas vinculada à Amazônia e a questão da desertificação aqui? A palavra chave em ambas as situações: mitigação e adaptação. Se nós no contexto do semiárido, sem perspectiva de mudança climática, nós já tínhamos que trabalhar com essas ideias, imagina agora no contexto de alterações.

E aí eu penso, só para finalizar, eu queria passar aí para os eixos que eu chamo os eixos automáticos do PAN, que aí é redução de pobreza e de desigualdade, há uma estreita relação entre pobreza, desigualdade, desertificação e mudanças climáticas, principalmente aqui onde os gases de efeito estufa estão diretamente ainda mencionados e relacionados com a Amazônia, não é isso? E da nossa parte, a questão da pobreza e da desigualdade no contexto regional. O eixo segundo, que seria a ampliação sustentável da capacidade produtiva. O eixo três trataria da conservação, preservação e manejo sustentável. O eixo quatro, a questão da gestão democrática, o fortalecimento institucional. E, finalmente, as possíveis articulações. Essas articulações, não dá mais, eu me ressenti, diversas vezes eu estive em ambientes onde estávamos discutindo as Convenções Internacionais, que são marcos jurídicos internacionais dentro de uma nova ordem ambiental, e sempre se fala da biodiversidade e das mudanças climáticas, a ponto de especialistas do Brasil esquecerem que nós temos a Convenção da Desertificação. Então eu penso que não dá mais nesse contexto para separar. É o momento, talvez através da Comissão Mista, dessa Comissão Permanente Mista, que a gente possa rediscutir como fazer essas articulações entre desertificação, mudanças climáticas e biodiversidade.

Agradeço e espero dar alguma contribuição.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Professora Marta. Em que pese o pouco tempo, mas uma bela exposição e com certeza a senhora vai nos ajudar muito na Comissão daqui para dezembro, pela consistência de suas exposições e de suas posições externadas aqui para nós.

Convidamos agora, ao tempo de quinze minutos, o Secretário Camilo Santana, Secretário de Desenvolvimento Agrário, e em seguida o Professor Alencar. Camilo, nós estamos combinando o seguinte: nós vamos terminar às doze e trinta. Após a exposição, nós vamos ter dez inscrições do Plenário, democraticamente também, em função aí do nosso cronômetro, dez inscrições, perguntas ao tempo de três minutos para quem desejar fazê-las, as perguntas, tá bom? Dez inscrições. A Mertira(F) colherá ou a pergunta, ou a inscrição de qualquer companheiro ou companheira, aqui presente na nossa Audiência. Registramos também as presenças dos nossos dois Deputados, Agostinho Moreira, que está aqui, e o Deputado Dedé Teixeira, Deputados Estaduais que nos honram com as suas presenças. Secretário Camilo Santana.

SR. CAMILO SANTANA: Bom-dia a todos e a todas. Eu queria saudar aqui, inicialmente, o Deputado Guimarães, presidindo aqui a Sessão, a Deputada Vanessa, o Deputado Colbert Martins, o Senador Inácio Arruda, que, até pouco tempo, estava aqui na Mesa, saudar a Marta Celina, a Cristina, da ASA, o Isidro aqui do ETENE, saudar a todos os Deputados aqui no Plenário presentes.

A nossa função aqui é no sentido de falar um pouco sobre as experiências em relação à questão do desafio de trabalhar a questão do semiárido. Eu que eu sou servidor público do IBAMA e que fiz inclusive mestrado na área ambiental, a gente tem sido sempre preocupado com a questão dos impactos que a própria economia e o desenvolvimento tem trazido sobre o meio ambiente. E ao assumir o papel na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, com a Secretaria criada por esse Governo para olhar exclusivamente um público que representa quase 1/3 da população do Estado do Ceará, que tira o seu sustento da terra através da produção, seja ela agrícola, seja através da pecuária, e que muitas vezes a forma de uso dessas áreas tem trazido uma série de problemas, principalmente pela questão cultural, etc. E uma das preocupações do Governador, inclusive quando criou um conselho de políticas para tratar a questão ambiental, de nós, na Secretaria, tentarmos construir uma nova visão de como trabalhar a questão da convivência com o semiárido da agricultura familiar e de práticas que pudessem de conviver com essa realidade, principalmente práticas que criassem menos impacto ao meio ambiente.

Aí eu fiz uma apresentação, mas eu vou pular, até porque a Marta já falou um pouco sobre a introdução, sobre as características do semiárido, sobre a questão da desertificação, e eu vou colocar alguns pontos aqui importantes.

Primeiro, que a gente construiu alguns programas na Secretaria, inclusive eu queria aqui também ressaltar essa construção do Pacto das Águas, que foi feito recentemente, que durou quase dois anos, que é a questão do uso da água e do gerenciamento da água, o próprio Deputado Cirilo colocou aqui que o Estado do Ceará tem hoje em torno de 18 a 20 bilhões de metros cúbicos acumulado de água; hoje nós estamos com 90% dos nossos açudes públicos. Mas ainda uma boa parcela da população rural ainda não tem acesso à água, inclusive água de beber, de qualidade. Está aqui a Cristina, que é da ASA, que sabe da importância e do esforço que tem sido feito para que a gente possa aí atingir o acesso à água das populações rurais. E uma das preocupações do Governo foi exatamente, através de algumas políticas como, por exemplo, o Projeto São José, que já atingiu aí mais de 50% da população rural do Estado do Ceará, já teve acesso à água através do Projeto São José. E, também, a construção de cisternas. O Estado tem uma meta de, juntamente em parceria com a ASA, de fazer cem mil cisternas no Estado do Ceará. Inclusive nós já estamos concluindo as primeiras 20 mil cisternas, fora as cisternas que a ASA tem construído, e a meta é a gente poder fazer mais 80 mil cisternas, estamos trabalhando isso com o Governo Federal. Isso para garantir o mínimo que é que a população rural tenha acesso à segurança hídrica, além das barragens que hoje estão sendo construídas, que ao longo da história hoje o Ceará é um Estado exemplo do ponto de vista da gestão dos seus recursos hídricos, e tanto o DNOCS como o Estado também têm previsão aí de várias barragens sendo construídas para resolver o problema do abastecimento de água no Estado do Ceará. E também um outro ponto importante, por que é que eu estou resgatando isso? Porque uma das fontes que nós temos que garantir a esse povo da agricultura familiar também é a segurança alimentar. Veja bem, a gente não pode simplesmente tratar essa questão ambiental e simplesmente fazer com que o nosso homem do campo mude o seu perfil de produção sem dar alternativa, sem criar condições necessárias para que ele possa ter a sua sobrevivência. Não adianta na hora eu chegar aqui e dizer ao agricultor que ele tem que plantar em curva de nível, ele não pode plantar nas margens dos rios, ele não pode plantar de serra abaixo, se eu não crio alternativas e condições, porque a própria cultura e a sobrevivência dele permitiu que ele ao longo de

tantos anos viesse fazendo isso. Então, por exemplo, o Cirilo falou aqui uma questão importante, como, por exemplo, a mecanização agrícola. O trator, ele pode ser bom, como também pode ser ruim para o solo e para o homem da área rural.

Aí eu fiz alguns slides aqui e aí também o Estado tem algumas políticas importantes, mas pode passar essa parte aí. Pode passar, só nas experiências... Eu não sei qual o tempo que a gente tem aqui. Qual é o tempo? Quinze minutos. É rápido. Pode passar aí, vá para as experiências exitosas.

Bom, a gente criou um programa dentro da Secretaria que nós chamamos de Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, ou seja, a ideia é fazer com que o agricultor, ao invés de utilizar as práticas tradicionais, inclusive com o uso do arado ou o plantio sem curva de nível, extratos culturais sem adubação, a gente pudesse estimular o nosso homem do campo, inclusive a gente tem feito esse ano uma parceria com as Prefeituras. Geralmente os Prefeitos têm um programa de preparação de área de terra para plantio e a ideia é que a gente pudesse, o Estado, entrar com a metade desse custo, ou seja, se o município hoje gasta cem mil reais com isso, o Estado entrar com a metade, com tanto, que o município mude a forma tradicional de preparar essas áreas para plantio nos municípios. Quais são as práticas que a gente tem procurado estimular? Primeiro, a captação em sítio(F), que é uma prática, que é uma técnica de preparo de sol associada à captação e ao armazenamento de água de chuva por meio de sulcos. Nessas fotografias aí a gente vê que a partir do momento que eu preparo a área e faço através de sulco, eu consigo fazer com que o solo possa reter mais umidade, mais água. Isso tem mostrado ao longo desses últimos anos, Deputado, que, por exemplo, um município como General Sampaio, que ganhou inclusive o Selo Verde por conta dessa prática no ano passado, praticamente no ano passado nós tivemos, quando nós temos problemas de seca aqui no Estado do Ceará, que é um problema nosso do semiárido, que a precipitação do Estado de Ceará, além de ser em torno de 700 a 800 milímetros, ela é distribuída de forma irregular e para a agricultura ela precisa ter uma boa distribuição ao longo do período de inverno, a gente consegue, praticamente com essa tecnologia, primeiro, não causar problema de impactação com o solo e garantir uma redução mínima de perda na produção de grãos no Estado do Ceará. Então essa é uma prática inclusive que nós temos estimulado e, nesse programa de práticas agrícolas [ininteligível] o semiárido, a gente tem procurado garantir o estímulo para que os municípios possam utilizar essas práticas que têm sido um resultado fantástico, as experiências acumuladas nesses últimos anos aqui no Estado do Ceará. Ou seja, além de você reter a umidade de perfil do solo por mais tempo, você permite inclusive quando tem período de veranico, aquele período que você passa sem chuva, a cultura resiste naquela área, além do melhor aproveitamento das plantas.

Uma outra forma que nós temos trabalhado em relação a essas práticas é, por exemplo, a escarficação do solo na hora de preparar. O modelo tradicional de plantio de preparo do solo é através do gradeamento, usar o arado, e isso tem causado um problema de compactação muito forte do solo, e como o semiárido é uma área muito suscetível já à desertificação, muito frágil, ou a gente utiliza práticas para realmente utilizar esse solo de forma a conviver com essa realidade ou a gente vai causar problemas muito sérios, inclusive de desertificação no nosso solo. E a escarficação tem substituído, os sulcadores e os escarificadores têm substituído a utilização do arado. Recentemente o Governador entregou cem tratores a Associações Comunitárias no Estado do Ceará. É importante o trator, são importantes os implementos agrícolas, é importante a tecnificação da agricultura? Claro que é importante. Mas qual foi o nosso compromisso com relação a essas comunidades e aos municípios? É que nós vamos mudar o modelo do uso do trator. Primeiro, capacitar o tratorista para que ele saiba utilizar essa máquina de forma a não trazer problema para o meio ambiente. Segundo, utilizar implementos que não tragam também problemas de impactação com o solo. E aí o uso só sulcador e o uso do escarificador substituiu o arado sem causar problema de compactação com o solo, como a grade e o arado tem trazido ao longo do tempo. Então esse tem sido um pacto que nós estamos traçando com relação aos nossos agricultores e com as associações de produtores.

Eu recentemente estive lá na Serra da Ibiapaba, uma comunidade recebeu um trator e recebeu o trator com o sulcador. Na realidade o Presidente da Associação veio me pedir para arranjar mais um dinheirinho para comprar um arado para a produção daquela região. Nós fomos tentar discutir, ele não tinha sido passado ainda para a capacitação, mas mostrar que essa é a cultura das pessoas, a substituição, a mudança é um processo de construção que a gente tem que fazer. Muitas vezes eu converso com os Prefeitos nesse programa de parceria de práticas agrícolas e o Prefeito ainda continua insistindo ao Secretário para que a gente continue mantendo as mesmas práticas tradicionais. Eu tenho feito o seguinte acordo: vamos fazer um processo gradativo de mudança, vamos fazer as experiências piloto nas áreas demonstrativas para a gente poder mostrar que é possível fazer essa

mudança, porque se nós não conseguirmos construir essas alternativas, dificilmente a gente vai barrar esse processo de degradação e de desertificação que o Estado do Ceará tem avançado, não é só o Ceará, é o Nordeste como um todo, se nós, através de políticas públicas, não conseguirmos mudar o perfil, a forma tradicional de produção, até porque o Ceará, a tradição, a grande vocação da maioria dos municípios do interior do Estado é a agricultura, e se nós não criarmos alternativas para essas 300 mil famílias que tiram, que sobrevivem da atividade agrícola, dificilmente a gente vai conseguir dar um avanço em relação a essa questão ambiental.

Uma outra prática interessante--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Faltam três minutos, Camilo.

SR. CAMILO SANTANA: Não é aquele tempo ali, não, seis?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): O meu tempo é três.

SR. CAMILO SANTANA: Eu estou indo por aquele tempo ali. Bom, eu vou cumprir o tempo. Não é aquele tempo? Bom, eu sei que você saiu aqui, aí não estava acompanhando o tempo.

Então, em relação a outra prática interessante, é o plantio direto na palha, ou seja, é uma técnica de plantio, de cultivo realizado sobre os resíduos vegetais de culturas, ou seja, eu não vou preparar a área, não vou fazer a queima, que é um outro grave problema também do nosso homem do campo, as queimadas para preparar a área do solo, inclusive o Estado hoje tem um programa de distribuição de sementes onde a gente dá, o agricultor recebe a semente e paga 50% da semente depois da colheita. E a gente tem, dentro desse programa a gente colocou um incentivo que caso ele prepare a área sem a queimada, ele tem um desconto no pagamento das sementes, que é para evitar a questão da queima no solo. Então o plantio direto permite o plantio sem fazer a queima, diretamente nos resíduos vegetais das culturas, e isso agrega matéria orgânica e isso tem tido resultado positivo do ponto de vista da produtividade da área e diminuído aí o problema do impacto sobre o solo, da utilização de implementos agrícolas.

Outras práticas que nós estamos também simulando são a questão dos cordões de pedra, que são práticas para segmentar, na realidade fazendo a questão da velocidade da água subterrânea, diminuir e fazer um acúmulo de água ao longo das barragens, fazendo com que permita áreas para poder utilizar água de poços rasos para poder fazer a pequena irrigação, que também tem sido um estímulo para nós aqui, para os agricultores com relação a isso.

Eu estou correndo porque eu estou com medo do tempo aqui, o Guimarães aqui me cobrando.

Estamos aí estimulando também barragens de contenção, as barreiras subterrâneas, estimulando também os cultivos consorciados através das mandalas, a questão das cisternas que eu falei, a adubação orgânica, nós estamos inclusive criando unidades de produção de adubação orgânica para as nossas áreas produtivas da agricultura familiar, estimulando a energia mais barata, que é um outro problema também. Nós estamos colocando medidores, ora sazonais, no período noturno para que a gente possa reduzir o gasto de energia e, consequentemente, contribuir para o meio ambiente em relação à utilização da energia. Fazendo o projeto de cultivo protegido. Hoje nós temos experiências exitosas lá na Serra da Ibiapaba, produção de hortaliças através de estufas ou telados, com isso a gente consegue reduzir hoje em torno de 70% a aplicação de defensivos agrícolas para a produção de hortaliças no Estado do Ceará. A questão da agricultura orgânica sem o uso de defensivos agrícolas, que a gente sabe a contribuição que tem grande e grave para a questão ambiental. A questão da energia solar, nós temos hoje já, recentemente nós inauguramos um projeto piloto no Município de Assaré, que é a irrigação através de energia solar, para que a gente possa, além de baratear o custo para o produtor, a gente resolve um problema sério, que é a questão da energia elétrica para a irrigação, que tem tido um alto custo. Nós estamos colocando também alguns projetos de irrigação eólica em experimento aqui no Estado do Ceará, isso também tem sido uma experiência interessante. A gente criou aqui, a Assembléia aprovou um Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, onde nesse fundo nós estamos financiando pequenos projetos inovadores nessa área, principalmente levando em consideração a questão ambiental. O Projeto São José, que agora nós estamos renovando o convênio. O Projeto São José, que essa Assembléia inclusive aprovou, foi de 100 milhões de dólares. O último convênio que nós fizemos foi de 50 milhões de dólares. E agora, recentemente, com a vinda do Banco Mundial, nós estamos negociando para subir esse empréstimo para aproximadamente 300 milhões de dólares, 200 milhões do Banco e 100 milhões do Estado, para que a gente possa resolver o problema da questão do abastecimento de água rural nos próximos anos no Estado do Ceará. Em quatro anos, essa é uma determinação do Governador, a gente possa aí garantir que as populações rurais do Estado do Ceará tenham acesso à água. E aí usar o documento que foi consolidado com o Pacto das Águas, que teve a participação de todos os segmentos da sociedade, tanto

Governos Municipais, Governos Estaduais, Federais, Organizações Não Governamentais, onde definiu as diretrizes para que a gente possa superar esse problema dos recursos hídricos aqui no Estado do Ceará e garantir que a população do Estado tenha acesso à questão da água e que a gente diminua o impacto em relação à questão ambiental no nosso Estado. Então esse documento vai ser referência, inclusive nós estamos hoje com um programa já financiado pelo Governo do Estado, que é o Caminho dos Carros-Pipas, que é financiado pelo Governo do Estado, onde estão definidas as áreas e quais as ações para que a gente possa superar esse problema da utilização do carro-pipa no Estado do Ceará. Para nós é lamentável ver que já numa época dessa, que nós tivemos aqui um dos maiores invernos da história do Ceará, a gente já tem município sendo abastecido com o carro-pipa para abastecimento humano. Então essa é uma meta importante que eu acho que a gente precisa superar e através também de ações como, por exemplo, da ASA, em relação à questão... Se a gente conseguir interagir aí a questão das barragens, a questão das cisternas, a questão do sistema de abastecimento de água, a gente consegue sem dúvida, e através da gestão desses empreendimentos, dessas iniciativas, eu não tenho dúvida que a gente consegue superar o problema do abastecimento rural.

Mas, para concluir, Guimarães, eu queria apenas dizer o seguinte: a gente não pode, e aí tem que ser um esforço, porque nós temos uma dívida histórica com o nosso homem do campo, o nosso agricultor, a nossa agricultora, que nós não podemos superar todas essas questões que estão sendo discutidas aí, que eu parabenizo aqui a Comissão da Câmara, se nós não criarmos alternativas ou condições para que essas famílias possam ter dignidade para produzir, sobreviver e garantir o sustento das suas famílias.

Então essas são algumas experiências que nós temos colocado. O Estado do Ceará tem, o Governador tem se colocado aí com uma meta de ampliar as áreas de proteção ambiental do Estado, áreas estaduais, tem colocado também, dentro do Programa Selo Verde, um estímulo para os municípios que estejam preocupados com a questão ambiental, como também aprovou aqui a Assembléia, numa iniciativa do Governo, de aumentar os repasses de ICMS para os municípios a partir momento em que eles tenham ações que estimulem a preocupação com a questão ambiental. Então eu acho que é um conjunto de ações da sociedade civil, do Governo do Estado, dos Governos Municipais, para que a gente possa garantir que as gerações futuras tenham um ambiente e que a gente possa evitar que o Estado do Ceará, que é um Estado quase todo semiárido, possa entrar nesse processo avançado cada vez mais de degradação, de desertificação, que é o tema aqui hoje debatido e levantado, e nos colocamos aqui à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Secretário Camilo Santana. Já solicitando à Professora Cristina e ao Camilo que as suas exposições... Marta Celina, Professora Celina, Marta e Camilo, que possam colocar as duas exposições disponíveis para a Comissão e para nós todos, tá bom? Professor José Sydrião de Alencar, Superintendente do ETENE. Lembrando que nós já demos dez inscritos para as perguntas, todos serão chamados logo em seguida. E os certificados desta Audiência Pública, porque aí, Senador Inácio, nós combinamos com a Senadora Ideli que os participantes teriam direito a um certificado, um negócio bem bacana, até para dar mais visibilidade para a Comissão e para os participantes do seminário. Ao final, a partir das quinze horas, já estão sendo impressos com os devidos nomes dos participantes aqui no nosso seminário. E veja, nobre Relator, que são várias, eu não vou ler, várias instituições aqui presentes, Prefeitos, liderança importantes. Se eu pôr uma lista aqui de 150, nós vamos perder tempo. Então a gente agradece a presença de todos e de todas e todos e todas muito atenciosos aqui ao debate. O senhor deve estar vendo que o interesse é muito grande. Vamos ouvir o Secretário... Nobre Relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Deputado Guimarães, eu queria lhe pedir que aos poucos você fosse lendo o nome das pessoas que estão aqui. Apesar de você agradecer a todos, aos poucos eu acho que nós poderíamos conhecer a presença de cada um, que para nós são todas muito honrosas. Obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Vamos ler aqui então dez. O Décio Munhoz, Prefeito de Cascavel; a Cristina, que é Coordenadora do Projeto CETRA; a Sheila Pitombeira, a Dra. Sheila, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio ao Meio Ambiente; o Valter Macedo, Consultor da PETROBRAS; o Francisco José de Souza, Secretário de Agricultura e Recursos Hídricos e de Meio Ambiente da Prefeitura de Horizonte; a Maria Salete Vale Farias, Coordenadora do Patrimônio da SUPERMATA; o Luiz Edgard Cartaxo, Coordenador da Comissão Fortaleza Bela; o Expedito Maurício, que é Coordenador da CRED 10, ali da região do Vale do Jaguaribe; o Sérgio Chrisóstomo, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza; o

Glauber Gomes, que é o Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca do Ceará e Fiscal Estadual da Agropecuária; o Roberto Barroso de Lima, Secretário da Agricultura e Recursos Hídricos de Uruburetama; Olívio Manoel Batista, que é da Assessoria de Imprensa da Juventude do PT Nacional; a ex-Prefeita Maria Luiza Fontenelli, ex-Deputada e do Movimento Crítica Radical. Em seguida a gente avisa e anuncia os demais presentes. Acaba de chegar o Prefeito de Umari, o Francisquinho, enfim, e em seguida a gente anunciaremos. Professor Alencar.

SR. JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR: Inicialmente bom-dia a todos e a todas. Eu queria agradecer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Quinze minutos, Alencar.

SR. JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR: --em nome do Banco do Nordeste a presença e discutir tão importante evento, Deputado Guimarães.

Bom, eu queria cumprimentar, além do Deputado Guimarães, o Senador Inácio Arruda, o Deputado Colbert, a Deputada Vanessa, a professora Marta, a Cristina, companheira aqui de lutas, lá no banco nós temos uma parceria forte com a ASA, e o Secretário Camilo, eu acho que o Secretário Camilo está revolucionando a forma de administrar a agricultura, especialmente a agricultura familiar, com novas práticas de ordem na parte da conservação.

[palmas]

Eu também queria cumprimentar aqui as pessoas que estão aqui presentes nesse debate, eu queria cumprimentar o ex-Deputado Eudoro Santana, ex-Diretor do DNOCS, nesse momento que o DNOCS completa cem anos, eu acho que é importante homenagear o ex-Deputado Eudoro Santana, que foi o principal responsável e líder da recuperação do DNOCS nesse processo, no primeiro mandato do Governo Lula.

Bom, eu queria passar rapidamente em função do horário, eu pediria ao companheiro para avançar.

Eu queria colocar para todos que o Banco do Nordeste foi criado por causa do semiárido. A Constituição de 1946 previu o chamado Fundo das Secas e o banco foi criado no segundo Governo de Getúlio, na mesma fornada com PETROBRAS, com o BNDES. Grande Rômulo de Almeida, que eu acho que é o grande injustiçado que nós temos, que foi Rômulo de Almeida que pensou e principalmente pensou no semiárido. Então o Banco do Nordeste existe por causa do semiárido. Essa é um questão que nós temos internalizada. Então eu diria que a questão da missão do banco tem que pensar no desenvolvimento sustentável. E o Banco do Nordeste é um banco atípico, porque é o único banco na região, especialmente no semiárido, que capta recursos e aplica mais do que repassa recursos para o restante da região. Nós temos um problema grave que toca também nessa questão ambiental, que é a questão financeira, ou seja, o sistema financeiro drena recursos, principalmente do semiárido, nós temos essas informações no ETENE, que é a área técnica do Banco do Nordeste, drena recursos do semiárido para o restante do País, quer dizer, o banco é o único em que nós temos esta ação compensatória. Eu pediria ao companheiro para passar a próxima lâmina.

A questão do semiárido aí, que eu acho que a professora Marta já colocou de muito bom tom e também a Cristina eu acho que vai colocar e o Camilo também já fez essa questão do semiárido. Que a nossa área, é interessado colocar, que o semiárido da nossa área de atuação vai até o Norte de Minas, quer dizer, a professora Marta colocou bem claro que nós temos vários semiáridos. Alguns autores citam dezesseis, vinte tipos de semiáridos aí, é uma questão polêmica. Essa é uma questão também que nós temos internalizadA no banco, esses vários semiáridos, as políticas de crédito do banco têm que se adaptar a esses vários subespaços. É difícil? É, mas nós temos que nos adaptar. E uma questão importante, eu pediria a próxima lâmina.

É para mostrar do ponto de vista econômico, me desculpem se a minha visão vai ser um pouco economicista, mas os que me antecederam já colocaram aspectos importantes e complementares. O semiárido, por exemplo, existem diferenças entre o Nordeste e o resto do País, grandes diferenças. E o mais grave: existem fortes diferenças entre o semiárido e o resto do Nordeste. Essa é uma questão, Deputado José Guimarães, você que é preocupado com essa questão regional, traz essa preocupação com o semiárido. Eu acho que o Governo Lula teve um aspecto fundamental nessa questão de políticas compensatórias com o semiárido e eu vou citar algumas dessas políticas. O PRONAF, por exemplo. O caso do PRONAF é fundamental, e o Secretário Camilo sabe muito bem que tem esse aspecto qualitativo do Estado do Ceará na política do PRONAF, simplesmente no caso do Banco do Nordeste foi multiplicado por dez as aplicações do PRONAF. Eu acho importante. E não devemos esquecer também a questão do Bolsa-Família. Se nós não temos graves problemas hoje na questão do semiárido, o Bolsa-Família, às vezes tão combatido, mas eu quero citar um dado aqui do Bolsa-Família, que é um dado que nós já temos estudos, nós estamos formatando a parte final. Dos 23 bilhões aplicados no Bolsa-Família, aqui, no Nordeste, de 2003 a 2008, retornaram 17 bilhões em tributos, ou seja, Senador Inácio, o Bolsa-Família custou um bilhão por ano a todo o Nordeste. Então eu acho que são questões importantes e que

tocam numa coisa bem maior, que eu concordo, que é a questão ambiental, quer dizer, esta questão do ponto de vista social da viabilidade das pessoas de conviver com o semiárido passa por essa questão de ordem de sobrevivência de forma condigna, de forma digna com relação às pessoas. Eu pediria para passar a próxima lâmina.

Nós temos o FNE, que é o Fundo Constitucional. Eu considero uma coisa extremamente importante que a Constituição de 1988 colocou uma obrigação, que nós estamos perseguindo dentro do banco, de aplicar 50% dos recursos com o semiárido. Isso eu considero uma Cláusula Pétrea da Constituição e que deva ser respeitada. Nós só temos uma questão em relação ao banco, nós temos o caso do Estado do Maranhão, onde nós temos padrões de pobreza no Estado do Maranhão às vezes de forma até um pouco mais grave, são situações mais graves, Guimarães, até do que no semiárido. Então a preocupação do banco, essa aqui é uma questão básica, nós aplicarmos na questão do FNE. Por isso nós estamos criando alguns programas especiais dentro do FNE com prazos até de vinte anos para a questão de recuperação de áreas degradadas, quer dizer, nós estamos viabilizando com base no Fundo Constitucional, que é o FNE, esta vertente. E nós temos outras questões, questões na ordem de financiamentos, a questão das normas ambientais. Quer dizer, o Banco do Nordeste, desde 1992, quando nós sediamos a primeira ICID, Senador Inácio, o senhor citou aqui a primeira ICID, quer dizer, no banco nós temos essa história de preocupação de ordem ambiental. Além das normas do Governo, das normas legais que nós somos obrigados nos projetos, nós também temos normas internas especialmente em relação à questão do semiárido. Por quê? Nós temos estudos aprovando do ponto de vista econômico, nós temos hoje já sérios problemas, professora Marta, em relação à questão da sobrevivência em função da degradação, não apenas na região de região de Irauçuba, nós temos a região do Seridó, nós temos a região do médio Jaguaribe, no Ceará, dos Inhamuns, nós temos regiões do Moxotó, em Pernambuco, nós temos regiões no Norte da Bahia onde hoje, no nosso sistema de avaliação do FNE que nós estamos implantando, parte significativa do não retorno de recursos, por exemplo, do PRONAF, não se deve a desvio de recursos, nem questões de ordem tecnológica, mas questões de degradação. Então isso já é uma questão, independente das mudanças climáticas, é uma questão já presente. Eu queria colocar, destacar isso.

Nós temos apoio a eventos científicos e apoio também a uma questão interessante na administração do Presidente Roberto Smith, que nós consideramos, o Presidente Roberto Smith sempre costuma dizer que é o banqueiro do social, que é o "banqueiro do bem", quer dizer, o banco saiu de 1 bilhão e 200 milhões em 2002 e hoje nós vamos chegar a 18 bilhões. Mas tem mais uma coisa mais importante: nós fizemos uma série de inovações em termos que tocam na questão ambiental. Eu estava até conversando com a Cristina, nós temos os chamados Fundos Rotativos Solidários. A ASA é uma grande parceira nesse aspecto, que é exatamente colando, Deputado Guimarães, a questão financeira com a questão do meio ambiente. Nós temos que fazer com que o crédito, a aplicação do crédito tenha um acompanhamento desta ordem. É difíceis? É. É difícil dentro da estrutura do banco, mas nós estamos conseguindo. Nós temos o exemplo do Agroamigo, que é exatamente, por exemplo, a presença prévia da parte de assistência técnica e também de natureza ambiental, por exemplo, na questão da agricultura familiar. Se nós temos problemas ambientais também na questão das chamadas unidades médias e grandes empresas rurais, mas nós também temos que ter essa preocupação na questão da agricultura familiar. E nisso eu quero destacar aqui o papel do Estado do Ceará, o papel da Secretaria de Agricultura Familiar, que exatamente complementa esta ação do banco nesta área de crédito. Eu pediria para passar para a próxima lâmina.

Nós temos dois programas que são importantes dentro do FNE: o FNE Verde e o Pró-Recuperação Ambiental. Eu queria passar para a próxima lâmina, que nós vamos detalhar um pouco.

O FNE Verde exatamente trabalha, o FNE Verde, todos esses programas têm, por exemplo, são financiamentos, por exemplo, de prazos superiores a mais de dez anos, chegando a recuperação ambiental a vinte anos, com também prazos de carência e com repasses de juros subsidiados. Eu pediria para passar para a próxima lâmina.

O público alvo, por exemplo, que nós estamos colocando aí o público alvo, ele envolve desde agricultores familiares até empresas que trabalham na área rural. Então é importante destacar esses pontos, que são programas, por exemplo, programas que não têm similar em nem outro no sistema bancário. E nós temos também uma decisão estratégica do banco, nós estamos reorientando cada vez mais o Fundo Constitucional para projetos de médio e longo prazo. Eu pediria para passar para a próxima lâmina.

Então nós temos aí, como eu falei, projetos de recuperação de ordem ambiental, por exemplo, a questão de degradação, principalmente por parte de recuperação ambiental, quer dizer, é uma coisa difícil nós conseguimos formatar, viu Cristina, dentro da estrutura

burocrática é difícil, você tem que compatibilizar a atividade bancária com financiamento, certas dificuldades de garantias, nós conseguimos viabilizar esses dois programas. Eu pediria a próxima lâmina.

Nós temos as condições aí, como que será disponibilizada todas essas informações para todos, nós temos as condições de juros, de rebate. No semiárido, é importante lembrar, que no semiárido você tem um rebate maior. Eu pediria a próxima lâmina.

Nós temos recuperação ambiental, que esse é um apregoa inovador que está entrando este ano, este ano, que é exatamente para a recuperação de áreas degradadas. E a novidade desse programa é que você pode ir até vinte anos, que é exatamente um prazo compatível com a recuperação, com um projeto de recuperação da Caatinga. Eu pediria a próxima lâmina.

Nós temos aí o público alvo e é importante: é o menor juro que tem, 4% ao ano, 4% sem nenhuma outra correção. Eu pediria a próxima lâmina.

O prazo é de doze a vinte anos. A questão que eu já falei de todo o cumprimento da legislação ambiental, quer dizer, uma das questões que nós temos com muita consciência é com relação a isso daí e existe uma questão, um ponto crítico: como é que nós podemos viabilizar com uma certa velocidade a liberação de crédito com respeito à questão ambiental? Isso nós temos, isso é um desafio que nós temos que fazer. Eu pediria a próxima lâmina.

A questão dos editais que nós temos... Todos os editais dirigidos para o meio ambiente são editais públicos. Eu pediria a próxima lâmina também.

E a questão do FUNDECI. Eu queria colocar que o nosso Fundo Científico e Tecnológico é o mais antigo que existe no País e nós estamos hoje com uma carteira de mais de 1200 projetos, dos quais 2/3 são dirigidos ao semiárido. Esta é uma nossa preocupação. E o banco, como responsável por 2/3 dos financiamentos de médio e longo prazo aqui na região e no caso do semiárido chega mais de 70%, nós temos essa responsabilidade de fazer essa questão de financiamento de difusão de ordem tecnológica em todas as universidades, EMBRAPA, ASA, certo, nós temos toda uma articulação, e com várias ONGs. Eu pediria a próxima lâmina.

Nós temos vários projetos no FUNDECI. Eu pediria para passar.

Apoio a eventos científicos e nessa parte de eventos científicos eu queria destacar a ICID. Nós estamos participando diretamente do Comitê de Organização da ICID, da segunda ICID, e esse evento, que é um evento fundamental para essa discussão de mudança climática, por isso que eu destaco a oportunidade desta discussão aqui, aqui em Fortaleza e também na Bahia, que é exatamente para nós começarmos a colocar isso na ordem de todas as instituições, governamentais e não governamentais, esta questão. Eu pediria a próxima lâmina.

A questão também de publicações, que é fundamental, isso aí nós temos toda uma linha editorial voltada para essa razão. Reedição. Eu queria destacar que nós estamos reeditando obras em conjunto com o DNOCS, por exemplo, todas as obras a partir dos anos 30, dos anos 10, publicações do DNOCS e também do banco, nós estamos disponibilizando na internet. Eu pediria a próxima lâmina.

Pode passar, porque é continuação da parte de livros.

E a parte diária de responsabilidade socioambiental que existe no banco, exatamente preocupada com essa questão.

Bom, em decorrência da questão do tempo eu queria destacar, Deputado, nessas minhas palavras finais, a consideração que nós temos, o banco, ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas, que exatamente é o campo onde se discute de forma mais aberta e mais transparente estas questões, que são questões fundamentais para nós pensarmos as próximas gerações. Então, em nome do Presidente Roberto Smith, eu queria agradecer e nos colocar à disposição para as discussões posteriores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Professor Alencar. Registrando a presença do Marcelo dos Santos, Presidente da Associação dos Produtores dos Sítios, Morrinhos e Formiga(F); o Antonio Amorim, que é o Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Agrário; o João Bosco Sampaio, que é Assessor de Planejamento de Articulações Institucionais do IDT; o Luiz Telles Ferreira... [ininteligível] Telles Ferreira de Souza(F), que é assessor técnico ambiental da APRESS(F); o João Rodrigues, diretor do SINDÁGUA; o Jackson Pontes Alexandre, que é o Secretário-Geral da Juventude do PT; Francisco Antonio Vieira Brito, Secretário de Direitos Humanos da FUNCI(F); Anderson Luiz Fernandes, Educador Ambiental; Francisco Jerônimo do Nascimento, que é Presidente da Central Única dos Trabalhadores; o Aluísio Bastos, Diretor do SINDSEF-CE; o Argemiro, Delegacia Sindical de Morada Nova; Valdenizia Gadelha, Coordenadora do Departamento de Meio Ambiente da Condsef; Avaldeni(F) Vasconcelos, Vereadora do Município de Tianguá; o Walmir Severo Magalhães, Diretor Técnico da EMATER; o Sr. Antonio Peixoto, Consultor da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

Vamos ouvir, então, agora, a Cristina Nascimento, que é da Coordenação Executiva da Articulação no Semiárido – ASA Brasil.

SR. CRISTINA NASCIMENTO: Bom-dia a todos e a todas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Cristina, só um instante, por favor. Registrar também a presença do Deputado Nélson Martins, que é líder do Governo nesta Casa, o Deputado Nélson Martins.

[palmas]

SR. CRISTINA NASCIMENTO: Eu vou saltar um pouco as saudações, porque o tempo corre. Mas eu gostaria, em nome da Articulação do Semiárido Brasileiro, agradecer e também saudar, nesse momento, o Deputado José Guimarães, que traz para a Mesa, traz para o debate a reapresentação da sociedade civil, a gente foi convidado a partir do seu gabinete e a gente queria saudar em nome dos demais da Comissão o Deputado Guimarães.

Inicialmente, a ASA já foi citada em vários momentos aqui, eu não sei se todos conhecem, de repente o que é essa ASA, quem é essa ASA que o povo tanto fala. Eu disse ao Inácio que ele já deu um pontapé para mim quando saudou aqui, falou da ASA, das ações da ASA em relação ao programa de cisternas. Mas, antes de passar a ler os slides, eu queria dizer o seguinte: quando a gente foi chamado para apresentar a experiência da ASA nesse painel, que é produzir sem degradar, os desafios para o semiárido, a gente passa a se questionar, a pensar como produzir, isso nos chama a refletir, como é viver nesse semiárido, como é a gente conviver com esse semiárido. Talvez para a gente que está distante, a gente está numa região semiárida, mas a gente não vive o dia-a-dia do sertão, o dia-a-dia do semiárido. E às vezes a gente passa a refletir, mas a gente não tem a vivência daqueles agricultores e daquelas agricultoras. E aí o que a gente vai apresentar aqui, que é a experiência da ASA, ela também parte desta reflexão e o pontapé é de se questionar: Como é possível viver e como é possível conviver com o semiárido? E aí as ações da ASA, elas vão na perspectiva de dizer que o pontapé inicial é considerar a região semiárida como uma região de possibilidades e não como uma região de impossibilidades, o que historicamente foi considerada. Então o que a gente vai apresentar aqui parte desse princípio de acreditar que o semiárido é uma região possível sim de se viver, mas que para isso é preciso garantir políticas públicas, garantir possibilidades para que as familiares agricultoras possam viver com qualidade de vida e não de qualquer forma.

Aí é só uma pequena poesia para iniciar, quebrando aqui... A sociedade civil, depois das outras experiências, do Poder Público... E a gente começa dizendo que é preciso amor para poder pulsar, é preciso paz para poder sorrir e é preciso chuva para florir esse semiárido.

Então a ASA é uma rede, é um fórum de organizações da sociedade civil que trabalha para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região semiárida, que reúne cerca de 750 Organizações Não Governamentais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Agricultores, Cooperativas, Organizações Ambientalistas, Pastorais de Igrejas, entre outras. Pode passar.

A área de atuação da gente, já foi dito aqui, é o semiárido nordestino, são todos os Estados do Nordeste, uma parte de Minas Gerais e Espírito Santo. No Ceará a nossa forma de organização: nós nos distribuímos em nove microrregiões que estão aí, está certo? Pode passar.

E, assim, pautar que as nossas experiências, ela leve em consideração que para a gente construir possibilidade e convivência com o semiárido, a gente tem que necessariamente garantir o acesso à água, que o semiárido nos lembra logo a falta de água. Então para conviver lá nós temos que garantir acesso à água. Acesso à terra, que é um dos grandes problemas ainda no semiárido, que é a falta de terra para morar, para produzir. E a valorização das experiências das comunidades na construção de saberes e conhecimento. É considerar que o semiárido, ele é formado de homens e mulheres que têm vivências, práticas e que toda a sua história, toda a sua vida já foi pautada na busca de sobreviver naquela região. A nossa vontade sempre é de chegar e dizer àquelas famílias como é que elas têm que viver lá, e a nossa perspectiva, nós temos que chegar e perguntar quais são as estratégias para que a gente possa dialogar ações naquela região. As ações para a região do semiárido têm que levar em consideração a necessidade de ter água, mas de estocar água: água para o consumo humano, e aí tem a experiência dos programas de cisterna; água para a produção de alimento, que é a experiência que nós vamos rapidinho passar aqui, que é a nova ação da ASA; estocar alimento, e aí estocar alimento é estocar sementes para o plantio, também para a alimentação. e, também, forragem para os animais. Aí o Camilo já apresentou aqui várias experiências que a Secretaria vem fazendo e que a gente saúda como muito importante para a convivência.

Então a ASA, o grande programa da ASA é: programa de formação e mobilização para a convivência com o semiárido. Então a ASA não é uma construtora

de cisterna. Nós estamos aqui para dizer que a nossa experiência é de mobilizar pessoas para conviver. Então mobilizar passa por processo de formação, de sensibilização e de reflexão sobre a própria realidade, com dois programas: o P1MC, que é o Programa Um Milhão de Cisternas, e o P1+2, que é o Programa Uma Terra e Duas Águas. O programa da ASA tem como componentes: a mobilização, não dá para pensar um processo de mudança de cultura e de mudança de produção sem a gente não a mobilização social dos sujeitos que vivem nessa região; o processo de capacitação, e aí eu acho que é importante quando o Camilo diz que é importante dar o trator, mas é importante refletir e capacitar qual é a melhor forma de utilizar; a construção de tecnologias sociais, e aí nessa região a gente tem implementado, a partir das experiências dos agricultores, várias pequenas tecnologias, mas que são grandiosas para essas famílias, e a gente tem tido com certeza a parceria, como a do Banco do Nordeste, do Governo Federal e aqui do Governo do Estado, através da SDA, nesse processo de implantação; o controle social. Todas essas microrregiões que a gente falou aqui, que o fórum cearense, por exemplo, é organizado, nós temos os fóruns, temos as Comissões Municipais, que é onde se define quais são as comunidades prioritárias, por exemplo, para a implantação do programa de cisternas, para onde vão, quais serão as famílias beneficiadas; o fortalecimento institucional das organizações que participam; e a comunicação, que é a difusão de toda essa experiência.

Aqui vai ser rapidinho. Eu acredito que quase todo mundo aqui, se já andou pelo sertão afora, deve ser visto as cisternas de placa, que é o Programa Um Milhão de Cisternas. Ele foi iniciado em julho de 2003. Pode passar, só para eu dar o número geral.

A gente chega agora com o Programa Um Milhão de Cisternas, que é a primeira água, que é a água para o consumo humano, com a parceria com o Governo Federal nós chegamos, aí o número está defasado ainda, mas os dados de hoje, porque tem um sistema que acompanha toda a implementação das cisternas, nós estamos hoje, no dia 24 de setembro, com 280.201 cisternas construídas no semiárido brasileiro. [palmas] Essa em parceria com a ASA, o MDS com a ASA.

No Estado do Ceará, lá na frente tem – pode passar – também está atrasado, eu vou dizer o dado de hoje, porque não deu tempo antes de viajar, mas tudo bem. No Estado do Ceará nós chegamos hoje, dia 24 de setembro, a 36.748 cisternas na parceria com ASA e MDS. Mas esse dado, até o final do ano, no máximo no início, a gente vai chegar praticamente a 50.198 cisternas. Com a parceria do Governo do Estado, nós estamos executando aqui como o Camilo falou, só na parceria ASA/DAS, 13.450 cisternas, então nós chegaremos a 50.198, nessa bela parceria que a gente tem com o Governo Federal e o Governo do Estado. Pode passar.

O outro programa, eu estou com o meu tempo ali, mas vai dar, eu acho que esse é fundamental, que é a novidade. Eu acho que esse nem todo mundo viu, que é o Programa P1+2, está certo, é o Uma Terra e Duas Águas. O objetivo do P1+2 é ir além da captação da água de chuva para o consumo humano, avançando para a utilização sustentável da terra e o manejo adequado dos recursos hídricos para a produção de alimento, a produção de alimento animal e vegetal, promovendo a segurança alimentar e a geração de renda. O P1+2, ele iniciou em janeiro de 2007, nós fizemos um projeto piloto na parceria com a PETROBRAS, finalizamos, e aí nós vamos passar para ver quais são as implemento ações do P1+2.

O P1+2, quando a gente diz P1, o 1 significa terra suficiente para que nela sejam desenvolvidos processos produtivos visando segurança alimentar e nutricional. O 2 corresponde a duas formas de utilização da água: água potável para cada família do semiárido e a água para a produção agropecuária, de forma que as familiares de agricultores e agricultoras e o contingente por elas influenciado viviam dignamente. E aí a área de abrangência. Hoje nós estamos em todos os Estados que a ASA tem atuação. Pode passar.

Esse, como o P1MC, também os mesmos componentes, capacitação e tal, e no nosso projeto demonstrativo nós implementamos até agora... Vá passando que lá tem as implementações.

Então aí são os intercâmbios, é o seguinte: o P1+2, como vocês viram, a gente tem a segunda água, que é o processo de produção, e aí eu vou passar as imagens de algumas tecnologias, a ideia é trabalhar com essas famílias também uma nova forma de se relacionar com a natureza e se relacionar com o meio ambiente para o processo produtivo. E aí eu queria colocar aqui e bem expressamente que o nosso referencial no processo de formação e de mobilização desses agricultores é o referencial da agroecologia como uma referência para o processo produtivo. Então é o contraponto de um modelo que estava em andamento, é o contraponto de um modelo que ajudou a devastar mais ainda o nosso semiárido. Então nós priorizamos, com o P1+2, um processo de produção que prima pelo resgate da biodiversidade, e aí a diversificação da produção é fundamental, está certo, que resgate essa diversidade, e aí isso é um contraponto, a monocultura, que historicamente vem sendo convencionado como a forma mais produtiva e aí o programa vem dialogar

com esses agricultores e agricultoras para a gente pensar uma nova forma de produzir.

Aí são intercâmbios, são trocas de experiências de agricultores e agricultoras, porque essa é a parte metodológica importante do programa, não é um técnico que vai ensinar o que o agricultor deve fazer. A gente fortalece o processo de formação, mas a ideia é que agricultor com agricultor troquem suas experiências e eles estejam se fortalecendo nas suas práticas. Pode passar.

Gente, olha, aqui são algumas tecnologias que a gente está implementando como forma de captação e de armazenamento de água de chuva para a produção. Essa é a barragem subterrânea, o Governo do Estado também tem um programa que tem essa tecnologia, está certo? A barragem subterrânea é muito importante, hoje, para garantir um processo de produção nas comunidades. Pode passar.

Aí também é barragem. Aí é uma área de produção na extensão da barragem subterrânea, está certo? Armazena água por baixo do solo e, no período de estiagem, ainda fica água para produzir. O tanque de pedra. Pode passar. Essas são as imagens, é só para dizer.

Esse é um tanque de pedra, é um barramento ali no Lajedo. Pode passar.

São mais imagens. Essa é a cisterna calçadão, essa é a tecnologia que dá mais cara ao programa, está certo? Ela tem capacidade para 72 mil litros de água e a captação dela é uma calçadona bem grandona, como já disse o nome, um calçadão. Pode passar que tem a imagem dela maior.

Essa é a calçada que é construída para a captação da água. Pode passar.

Cada cisterna tem uma bombinha, mas também dela vem um sistemazinho de manejo, de irrigação. A bomba popular, que é uma adaptação para puxar a água de poços. Essa é outra pomba popular, água principalmente para os animais. Pode passar.

Aí a gente diz que um outro semiárido é possível e já está acontecendo através de agricultores e agricultoras, experimentadores e experimentadoras, que contribuem para reavivar e preservar a biodiversidade da Caatinga.

E aí eu trouxe, para fechar, a imagem de alguns agricultores que vêm fazendo essas experiências. Esse é o Chico Batista lá de Trairi; a D. Graça lá de Tururu, que é uma multiplicadora em agroecologia; o Aderbal lá de Itapipoca; o Sr. José Arthur lá de Nova Olinda, que é uma referência na agroecologia no Estado do Ceará; a D. Francisca de Tianguá; o Sr. José Padre, lá de Santana do Cariri. Eu queria fazer uma homenagem, não é Camilo, ao Cariri; a D. Fátima lá de Itapipoca. Eu terminei com a D. Fátima porque eu vou socializar com vocês um boletim da experiência da dona Fátima. Essa experiência o que é que quer dizer? O que nós queremos reafirmar é que quem está fazendo a diferença para resgatar a biodiversidade, para promover realmente ações de contraponto a essa história das mudanças climáticas são os agricultores e as agricultoras. Em pequenas áreas eles fazem uma grande diferença.

Eu vou finalizar dizendo que ontem eu cheguei já de madrugada do Primeiro Encontro Nacional de Agricultores Experimentadores, aonde quase 200 agricultores, que vêm fazendo essa forma de manejo diferenciado, se encontraram para trocar suas experiências. E aí, Guimarães e demais, nós colocamos as experiências da ASA à disposição para que sejam visitadas, sejam conhecidas, para a gente trocar experiência e participar mais firmemente desse debate. A gente agradece e depois a gente passa para vocês essas sistematizações. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Muito obrigado, companheira Cristina, pela sua bela exposição, que acima de tudo é de vida, é concreta. Eu até combinei aqui com o meu colega Deputado Colbert Martins para ver se a gente consegue levá-la para fazer alguma exposição, juntamente com a Marta, lá na Comissão, não é Inácio, porque lá às vezes só vão as estrelas, ditas estrelas, e nem sempre expressam com tanta dimensão real o que a Cristina acabou de expor aqui em nome da ASA. Portanto, parabéns pela sua exposição tão proveitosa para nós todos aqui

[palmas]

Bom, dentro do tempo, estão inscritos, nós vamos chamar os inscritos e as inscritas, são dez pessoas que se inscreveram, que aqui dessa tribunazinha podem dar uma de parlamentar também, não tem problema. As perguntas são dirigidas a quem interessar possa aqui da Mesa. Vamos chamar o José Osvaldo. Cadê o Osvaldo? Por favor, José Osvaldo, aqui na tribuna. Em seguida a D. Dolores Feitosa, que pode falar da bancadinha aí, tem um sonzinho aí também, viu D. Dolores? A senhora aí vai dar uma de parlamentar em seguida ao nosso José Osvaldo. O tempo máximo é de três minutos, viu, José?

SR. JOSÉ OSVALDO CARIOCA: Senhoras e senhores, Deputado José Guimarães, em nome de quem eu me congratulo com todos aqueles que contribuíram para a exuberância, para a beleza dessa Reunião.

Eu acho que nós tivemos quatro palestras belíssimas. Eu vou fazer essa caracterização para eu poder

colocar melhor a questão da lenha que foi passada. Então nós tivemos uma excelente caracterização do semiárido pela professora Marta Celina, nossa colega da UFC, nós tivemos um conjunto de políticas e ações pelo nosso Secretário Camilo Santana, nós tivemos aí um conjunto de ações políticas realísticas implementadas pelo Banco do Nordeste e, finalmente, nós tivemos um conjunto de ações também da sociedade civil.

Agora eu vou colocar o seguinte número, Deputado José Guimarães: o problema da lenha é um problema dos mais sérios no semiárido. Eu vou dar um número e à tarde eu posso colocar esses dados à disposição da Comissão. Só o Estado do Ceará, e isso não vale só para o Estado do Ceará, ele consome mais ou menos 1.420 toneladas de equivalente de petróleo. Se eu somar o consumo de gasolina, de óleo diesel e de outros combustíveis, é menor do que o consumo de lenha. Então o que significa dizer que o que causa a maior parte da desertificação é a lenha e nós precisamos atacar esse problema. Do mesmo jeito que nós temos que ter o acesso à água, nós temos que ter o acesso da energia ao pobre, porque a energia elétrica não resolve o problema. Então hoje nós temos um consumo no Centro de Energias em Meio Ambiente, o qual eu tenho o prazer de presidir, nós identificamos olarias, nós identificamos pequenas indústrias, até mesmo as queimadas, há um consumo excessivo de lenha. Nós temos que ter um controle sobre isso.

Eu queria aproveitar um último momento para me congratular, primeiro, com a Comissão de Acompanhamento de Mudanças Climáticas e também com o Banco do Nordeste para informá-los de que em novembro de 2007 nós realizamos aqui em Fortaleza um seminário internacional sobre química ambiental, sobre sustentabilidade ambiental, onde todas essas questões estão lá colocadas e o Banco do Nordeste financiou esse livro. Portanto, Deputado, a questão da lenha é uma questão muito importante e nós recebemos nesse seminário o patrocínio do nosso Senador Inácio Arruda. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, José Augusto. D. Dolores Feitosa.

SRA. MARIA DOLORES FEITOSA: Bom-dia a todos ainda, porque é bom-dia mesmo, e parabenizar a quem teve a iniciativa de que isso acontecesse, àqueles que entenderam essa iniciativa e participaram, que aqui vieram, e também a todos nós também que compreendemos a importância disso e aqui viemos para ouvir e tentar encontrar algum caminho viável para resolver as nossas questões, principalmente a do pequeno que fica lá no interior.

A parte de diagnóstico eu creio que já foi muito bem esclarecida, porque não é de agora que nós dispomos de diagnóstico sobre a qualidade do nosso sistema e, também, da convivência, possível convivência com ele, já que isso foi feito através de uns dois projetos bons que tiveram na região dos Inhamuns, Waves e o Arizona. Mas agora eu acho que já chegou o momento de se procurar soluções, executar as soluções, porque a política é necessária que exista, não uma política dos Estados, mas uma política de Estado que seja constante e permanente.

Então eu gostaria também de dizer que temos em Tauá até um exemplo ou uma felicidade, porque temos já, para ser iniciada agora, a instalação de uma usina solar, que justamente é uma energia limpa e que vai evitar que a gente consuma petróleo e que cause impactos climáticos maiores, porque a minoração disso é muito importante.

Mas eu quero falar principalmente é naquele pequeno produtor que está lá no interior, que não tem condições econômicas, sociais e nem culturais para vir até aqui participar de uma Reunião dessa, trazer a sua experiência e nos mostrar. Então eu acho que, se nós fossemos, formássemos isso, idênticas reuniões, idênticos simpósios, não aqui na capital somente, mas pelo interior, nas sedes dos municípios, e para isso eu trago até uma proposta que fiz em colaboração com o Deputado Domingos Filho, que é quem tem sido o grande impulsionador das coisas que nós conseguimos e acontecer lá no nosso sertão. Era pedindo isso.

Agora queria advertir a todos nós, todos, que eu acho que apesar do meu físico, eu me sinto como um Atlas sustentando o mundo, porque isso é a sensação que cada um de nós temos que ter. Nós, eu, sou responsável pelo destino do planeta, para que eu possa fazer além do convencional, além do habitual, para que eu possa fazer muito mais, porque eu acho, senhores, que nós, agora, estamos num barco, onde estão todas iguais, sem distinção étnica, sem distinção cultural, sem distinção profissional, sem distinção etária, sem distinção de qualquer espécie econômica, todos nós estamos lutando para que esse barco tenha uma direção boa. E temos que nos sentir, cada um de nós, no leme, onde nós estamos dirigindo, todos para o ponto que seja viável e sustentável. Eu creio que o melhor para dizer seria que a nossa luta tem que ser cada um por todos. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, D. Dolores. Vamos aqui a

Valdenizia, companheira do DNOCS, depois o Celso Chrisóstomo já está aqui e em seguida o Lula Morais, o Deputado Lula Morais.

SRA. VALDENIZIA: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa através do Deputado Guimarães e do Senador Inácio Arruda.

É o seguinte: enquanto funcionária do DNOCS, órgão cujas atividades de combate à desertificação através da construção de obras hidráulicas datam de 1859 e, portanto, ele está fazendo em termos de atividades nesse sentido, está fazendo 150 anos, porque o DNOCS, as atividades inerentes ao nosso órgão, ela existe desde a criação das Comissões de Açudes, cuja primeira Comissão foi a Comissão do Cedro, para a construção do Açude Cedro em 1859, portanto, 150 anos. Então as atividades ao longo desse tempo, desses anos, deixou ao DNOCS uma propriedade de ter uma capilaridade bem grande dentro do nosso semiárido, ao longo desses 150, com a construção dessas obras hidráulicas.

Por outro lado, alguns meses atrás o ex-Ministro Mangabeira Unger fez aqui nessa mesma Casa a apresentação de um projeto de desenvolvimento para o Nordeste. Então dentro desse contexto é que eu gostaria de fazer três perguntas direcionadas ao Deputado Guimarães e ao Senador Inácio Arruda, mas ele não está no momento, então ficaria só ao Deputado Guimarães. Como está o projeto, esse projeto de desenvolvimento para o Nordeste, como o DNOCS pode se encaixar nesse sentido e nesse contexto e como a Comissão Mista pode inferir no sentido de colocar o DNOCS nesse contexto como implementador do desenvolvimento das políticas federais? Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado à Valdenizia. Celso.

SR. CELSO CHRISÓSTOMO: Eu sou o Celso Chrisóstomo, estou trabalhando na Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, mas sou de Canindé e atuo lá numa ONG chamado Instituto Vida Melhor, que trabalha esse tema da convivência com o semiárido.

Saudar a professora Marta Celina, a nossa companheira Cristina, o Secretário Camilo Santana e parabenizar ao Deputado José Guimarães e ao Deputado Colbert por esta Audiência que está acontecendo aqui no Ceará.

A minha pergunta sobre esse tema das mudanças climáticas, desertificação e produzir sem degradar, é como que a Comissão pode promover e encaminhar ações práticas em relação ao marco legal e, também, a recursos que eu acho que a professora Marta Celina provocou esse ponto. Como é que toda essa temática poderia se traduzir em priorização de recursos para intercâmbios, para assessoria ao nosso povo? Porque os agricultores e as agricultoras familiares estão sendo criminalizados em ações na Justiça Federal através do IBAMA. Eu temo que o assunto, que é grave, da desertificação, acabe servindo para penalizar os pequenos, porque é muito importante que a gente faça chegar aos agricultores alternativas para essa questão da lenha, que foi aqui colocada pelo professor. Mas em Canindé, só no ano passado, foram cerca de 150 agricultores que receberam notificações para comparecer à Justiça Federal e está um verdadeiro clamor, porque esses agricultores precisam receber orientações de como conviver com a legislação, de como não contribuir para esse aquecimento. O que eu alerto aqui à Comissão é que nós não podemos em torno dessa tema permitir que ele sirva apenas para o interesse econômico ou para as teses acadêmicas e que os agricultores venham a ser novamente vilões, já que eles são muitas vezes culpabilizados pela pobreza, pelo analfabetismo que tem e pela ignorância que recaem sobre eles. Eu penso que é muito importante o que a Cristina colocou aqui, que essas práticas dos agricultores experimentadores sejam levadas para todos os agricultores do semiárido, e para isso eu acho que a Comissão e a conferência que vai acontecer precisa destinar investimentos que possam brindar aos agricultores, premiar os agricultores com essas novas tecnologias. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Celso. Antes do Lula, o Irineudo está presente? O Irineudo e, em seguida, é o Lula, o Deputado Lula Morais. Em seguida é o Lula. Mais dois minutinhos e é você, Lula.

SR. IRINEUDO: Eu saúdo a Mesa na pessoa do Deputado Guimarães, do qual eu tenho uma admiração muito grande pelo seu trabalho, e seriam três colocações que eu gostaria de fazer.

Primeiro para a Deputada Vanessa/Guimarães, para os dois. Como a Comissão está pensando a questão dos rios no Nordeste, que também de uma certa forma estão se acabando mesmo com a desertificação que há nas margens dos rios? E aí eu falo de um modo bem particular, eu represento aqui neste momento o Município de Itaitinga, porque eu presto uma assessoria parlamentar na Câmara Municipal de Itaitinga, mas eu sou do Município de Acaroiaba, do Maciço de Baturité, onde nós brigávamos para ter um açude lá, onde tivesse a possibilidade de eliminar os carros-pipa no nosso município, nós conseguimos, mas agora a gente briga para que o rio não se acabe, agora a gente briga para que o açude também não se

acabe, porque daqui a pouco não vai ter mais rio e não vai ter mais água no açude. Como que a Comissão pensa isso? Porque também no sertão do interior do Ceará e do Nordeste, Deputada e Deputado Guimarães, a gente precisa ter essa preocupação também voltada para os nossos rios. Não são apenas os rios do Amazonas, mas também os rios aqui no semiárido. Essa é a primeira colocação que eu gostaria de fazer, de como a Comissão pensa essa questão.

A segunda é para o companheiro Camilo, o Secretário Camilo, de Desenvolvimento Agrário. Como a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Camilo, pensa em utilizar da melhor forma possível os tratores, que V. Sª. acabou de citar, para fazer com que diminuam as queimadas na agricultura familiar? É natural, eu sou agricultor, me orgulho disso, os nossos pais, os nossos avós dizer: "Esse ano eu vou fazer um roçado de novo, que vai ser melhor, que a produção é maior". Portanto, é naturais isso acontecer. Como a gente vai utilizar esses tratores para mostrar ao agricultor a outra vertente da situação em poder produzir mais sem destruir o meio ambiente?

E, por último, eu gostaria apenas de solicitar de todos os palestrantes que disponibilizassem todo esse material que está sendo apresentado aqui em data show para a Comissão e, consequentemente, que pudesse estar à disposição dos participantes, enfim, do público em geral, no mesmo site no qual nós fizemos a inscrição.

Então era basicamente isso e eu acho que eu fui fiel no tempo, companheiro Guimarães. Obrigado pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Deputada Lula Morais, que é o último inscrito, e aí devolveremos a palavra aos palestrantes.

DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB-CE): Eu queria parabenizar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas na pessoa aí do nosso Presidente Guimarães e do nosso Senador Inácio Arruda, que é um dos parlamentares que têm acompanhado essa questão muito de perto, e em nome deles aos demais Deputados aqui presentes.

O Ceará tem um acúmulo de discussão bastante importante nessa questão. A FUNCEME é um órgão que desenvolve há muitos anos, desde a década de 80, estudos nesse sentido, e tem um acúmulo bastante significativo dessa questão da desertificação. Eu acho que é por isso que nós conseguimos avançar além de alguns Estados nessa questão, inclusive tendo a legislação baseada no projeto que o nosso Senador já tinha encaminhado lá no Senado, antes na Câmara Federal, nós conseguimos que aqui fosse o primeiro Estado em ter uma Lei que obriga o Poder Público a instituir políticas públicas no sentido de combater e prevenir a desertificação. E o Grupo Permanente de Combate à Desertificação, que no Estado do Ceará está institucionalizado desde 2006, está desenvolvendo um plano de ação no Estado onde já realizou diversas oficinas no interior do Estado. Eu sou o foco(F) parlamentar no grupo.

E no próximo dia 05 de outubro, Guimarães, comunicando a Comissão, é importante inclusive que possa alguém participar, nós estaremos consolidando esse trabalho, no dia 05 de outubro, num local a ser definido, estará sendo consolidado esse trabalho do plano de ação no Estado do Ceará. Então é um trabalho importantíssimo que está sendo exatamente concluído para que possamos ajudar na conferência que vai ter, na ICID, que já é a segunda que vai acontecer no nosso Estado, Senador, que enquanto Deputado ajudou muito nesse trabalho na época, que eu acredito que foi em 1992 a primeira ICID, nós vamos ter agora a ICID + 18, e eu quero passar as informações para que todos possam, no dia 5 de outubro, acompanhar esse importante trabalho que o Estado do Ceará está fazendo no sentido de agir para combater e prevenir o processo de desertificação. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado ao Deputado Lula Morais. Nós vamos ouvir a professora Marta, os três fiquem à vontade se quiserem comentar, aí passamos para o nosso Relator, que vai dar a palavra final. Professora Marta Celina.

SRA. MARTA CELINA: Algumas considerações. Lembrar que realmente a fala do Deputado Lula foi essencial, porque há necessidade de resgatar, é aquela história de que nós não vamos reinventar a roda, e a roda da desertificação aqui no Estado do Ceará eu considero que está bem alinhadinha, nós temos articulações importantes em nível dos municípios, dos núcleos, das áreas afetadas, e isso tem um trabalho com os pontos que nós chamamos pontos focais estaduais, oficiais e não no caso das ONGs, então há todo um trabalho que tem que ser realmente resgatado. Eu acho que nesse momento, do ponto de vista de diagnósticos, nós, nas universidades, estamos avançando muito, estamos trabalhando com os alunos de pós-graduação na perspectiva de microbacias dentro dessas áreas já prioritariamente definidas como de maior suscetibilidade da desertificação, em algumas delas mesmo com processos evidentes de deser-

tificação. Então a gente está gerando, sobretudo lá dentro do PRODEMA e dentro do Departamento de Geográfica da UFC, através dos programas de pós-graduação, nós estamos gerando um banco de dados de informações belíssimo sobre esse material, e agora é como esse material, como essas respostas desses trabalhos acadêmicos podem chegar à sociedade e tudo. É a questão da EMETER, o trabalho de extensão rural, nós temos que resgatar isso aqui para o Estado do Ceará e para o Nordeste, para o sertão semiárido como um todo, a gente acredita ser central. A gente tem clareza que dentro da universidade o papel da gente fica restrito hoje à pesquisa, a pensar isso, mas as ONGs é que recentemente têm feito esse link com a sociedade de um modo geral. Mas a gente precisa que o Estado também reassuma esse papel através da extensão rural, do fortalecimento, da rearticulação de toda a rede de extensão rural, para que se possa vincular esse conjunto de conhecimento que nós já temos acumulado.

No mais, parabenizo a todas as intervenções, foram maravilhosas, eu tenho vontade de passar horas e horas discutindo porque são coisas que motivam. E o trabalho da ASA, o trabalho do BNB, o trabalho também do Camilo, que é um trabalho que a já gente tem acompanhado, até o Camilo é filho do PRODEMA, que é o Desenvolvimento do Meio Ambiente esse programa, no caso a gente está na coordenação. Então, quer dizer, há uma articulação dentro do Estado do Ceará. Eu acho que é mais um pouquinho mais talvez recursos, quem sabe através da Comissão Mista, já que a Convenção da Desertificação não tem muitos recursos, eu estava reclamando para o Senador agora que até a homepage onde estava hospedado o site sobre o Programa Nacional de Combate à Desertificação está desarticulado, desatualizado e saiu do ar. Então a gente se sente assim: "Ah, mas as mudanças climáticas estão lá, mas a biodiversidade está lá". Então essa Convenção dos Povos(F), agora, nós solicitamos, fazemos esse apelo para a Comissão Mista que olhe para o problema da desertificação, que eu acho que é central. E articular, não dá para falar de biodiversidade, não dá para falar de mudança climática sem falar em desertificação e vice-versa, realmente é um conjunto. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Secretário Camilo Santana.

SR. CAMILO SANTANA: Bom, eu queria só parabenizar novamente a Comissão e dizer que eu acho que nós vivemos um momento muito positivo em relação a esse tema, mas no sentido em relação a várias políticas públicas que existem no País, e aí eu falo muito na questão da agricultura familiar, que como a própria intervenção do Celso aqui colocou que é um grande público do semiárido do Estado, do Nordeste inclusive, e que hoje a gente tem políticas importantes do Governo Federal que resgatou, que reconheceu esse público como um segmento importante produtivo nesse País, representando inclusive 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, que são oriundos desse público. Aqui recentemente nós contratamos, fizemos uma parceria com a ETENE e fizemos um estudo com a Fundação de Pesquisa de São Paulo, a FIPE, que foi calcular o PIB da agricultura familiar dentro do Estado do Ceará. A gente chegou à conclusão de que 12% do PIB do Ceará, vendo toda a cadeia, desde a produção ao beneficiamento e a comercialização, é da agricultura familiar, responsável por boa parte da produção do leite, do milho, do arroz, do feijão no nosso Estado.

E aí o Governo Federal tem construído muitas políticas, é financiamento através do PRONAF, esse ano são 13 bilhões de reais colocados para a agricultura familiar no País, são as políticas do Governo do Estado que se alinharam com as políticas do Governo Federal, a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Agrário para olhar o foco especial para esse público, repito, que representa 1/3 da população do Estado. São as políticas municipais, Prefeitos cada vez mais preocupados com esse público também no seu município, até pela vocação. Nós temos municípios do interior do Estado que ou as pessoas vivem do salário da Prefeitura ou vivem da aposentadoria ou vivem da atividade agrícola e pecuária. Então há uma preocupação cada vez maior dos municípios com relação a isso. O trabalho que as Organizações Não Governamentais vem desenvolvendo e são elas que têm mostrado o resultado positivo, conhecimento, o saber lá na ponta do nosso homem do campo. E a disposição cada vez maior das Assembléias Legislativas, do Congresso, da sociedade, cada vez mais preocupada com a questão ambiental, com a questão do processo de degradação. Então eu acho que tem um ambiente muito favorável. Têm políticas, têm recursos e muitas vezes o que falta eu acho que são a integração de muitas dessas políticas. Às vezes a gente tem dentro de uma própria esfera de Governo pessoas, ações e projetos que muitas vezes não se integram, não se interagem, é a organização da sociedade civil fazendo ações, é o poder do Estado, é o Município, às vezes falta integração, e inserir nessa política cada vez mais de forma mais ostensiva, o Celso colocou aqui esse exemplo lá de Canindé, onde os agricultores estão sendo aí ameaçados pelos órgãos ambientais, é claro que nós

precisamos ser ostensivos com a questão legal em relação à utilização, mas repito: nós não podemos fazer com que o homem que está lá na ponta, o agricultor, para sobreviver, muitas vezes para garantir o sustento, como se diz, o de comer da sua família, se nós não criarmos condições para que ele possa superar aquela realidade dela. É muito fácil colocar isso no papel, é muito fácil na teoria, mas quando você parte para a prática do dia-a-dia, porque quando a gente fala em meio ambiente o elemento mais importante do meio ambiente é o homem, não é? O homem é o elemento mais importante do meio ambiente. Então para isso é preciso que a gente possa aí integrar mais essas políticas. Eu acho que é um momento rico, é um momento em que há uma disposição muito forte de todos os segmentos e eu acho que a gente precisa mais, vamos dizer assim, sistematizar melhor, integrar mais essas políticas importantes nessa área.

Em relação à pergunta da utilização dos tratores, bom, é um dilema muito grande com relação a isso. Primeiro, por um lado, a pressão da sociedade civil, principalmente das Organizações Não Governamentais, dos ambientalistas, contra a questão dos implementos agrícolas e da tecnificação da agricultura. Eu acho que a gente tem que trabalhar, e essa é a minha percepção, eu posso até estar equivocado, mas eu acho que a gente tem que trabalhar todas as áreas e aí a diversidade de leque de ações, até porque para a gente construir esse processo não é de uma hora para outra: é trabalhar a questão da agroecologia, da agricultura orgânica, é trabalhar a diminuição do uso intensivo de defensivo agrícola, que a gente sabe que boa parte desses hortifrutigranjeiros que chegam às mesas, às nossas mesas, tem uma quantidade muito grande de defensivos agrícolas na produção. E há experiências como, por exemplo, lá da Serra da Ibiapaba, da APOI, que hoje consegue produzir produtos orgânicos e colocar inclusive na rede de supermercado, no Pão-de-Açúcar hoje todo está, e que o que Estado tá apoiando. Então eu acho que essas experiências são importantes, mas é preciso também modernizar determinados setores da agricultura e da pecuária. Nós não podemos mais aceitar que, por exemplo, um agricultor tenha uma vaca que dê ainda dois litros de leite por dia, enquanto hoje tem vaca que dá vinte, trinta litros de leite por dia. Então é preciso também o trator, o implemento é importante. Ele ajuda tanto na hora de preparar o solo, garantir ao agricultor o preparo do solo, como também muitas vezes para garantir o transporte da produção. Ele pode gerar a máquina ali que vai debulhar o milho, o feijão, o beneficiamento, então é um equipamento importante. Qual é o pacto que a gente está fazendo? É que essa máquina seja utilizada de forma correta e adequada. Quando a gente fala aqui da questão do escarificador, por que é que nós estamos inserindo implemento como escarificador? É porque é exatamente para áreas que já foram compactadas, que ele possa ser utilizado para descompactar essas áreas, que essas áreas possam voltar a ser produtivas. Hoje a gente fala que pela primeira vez também o Estado está distribuindo calcário para os produtores, para que a gente possa melhorar a produtividade. Estamos fazendo análise de solo, porque não é só jogar a semente, não é só a qualidade de semente; é a qualidade da semente, é o manejo, é o uso correto das práticas de plantio. Agora nós temos que colocar isso com muita clareza, porque a atividade principal hoje do nosso homem do campo é a produção de sequeiro, é a agricultura de sequeiro, ainda é. Então enquanto nós não construirmos alternativas, que sejam elas a pequena irrigação, a produção de tilápia em tanque e rede, que o Estado tem um potencial muito grande, a apicultura, que hoje o Estado é um dos maiores produtores do Brasil e a maior parte desses produtores são pequenos produtores, é a ovinocaprinocultura.

Então, enquanto nós não construirmos alternativas... Não que a questão da agricultura sequelar não seja importante, ela é importante no mundo todo. No mundo todo, se produz agricultura de sequeiro. Agora nós precisamos fazer isso de forma responsável e mudar um pouco, repito, e isso é um desafio, é um desafio mudar, introduzir essa preocupação lá na ponta. E a gente não pode culpar o agricultor, que muitas vezes não teve uma formação, muitas vezes não teve acesso a um estudo de qualidade. Nós não podemos culpar... Ao contrário, tem experiência da agricultura que fazem é conservar e melhorar a qualidade do solo. Então eu acho esse conjunto, e aqui a ASA com as suas várias Organizações Não Governamentais que têm atuado ao longo desse tempo todo no Estado do Ceará, têm experiências fantásticas, inclusive a gente tem tido parcerias importantes, a própria universidade que tem aí estudos importantes e que muitas vezes tem contribuído para esse processo, a EMBRAPA, eu estou vendo aqui a minha Professora Izi(F), que foi a minha professora do mestrado e do meu curso lá na universidade.

Então, enfim, nós estamos investindo nessa questão dos tratores, mas numa perspectiva, e não é só o trator, são os implementos, mas numa perspectiva de olhar diferenciado para a questão do uso desse equipamento, a capacitação dos produtores na ponta, a capacitação do tratorista, numa ótica, numa visão que a gente possa aí utilizar esse equipamento importante, repito, importante, só sabe a importância do trator a comunidade que lá recebe, que utiliza ele de

forma adequada. Então somado a isso eu acho que são questões importantes e eu acho que eu respondi aqui a pergunta.

E, no mais, parabenizar aqui a intervenção do Izido, da Cristina, esse trabalho importante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Do Alencar.

SR. CAMILO SANTANA: Do Alencar, desculpe, Alencar. O Izido é o superintendente, mas do Alencar, e saudar, parabenizar aqui novamente a professora da universidade, parabenizar os Deputados Guimarães e o Senador Inácio Arruda pela iniciativa importante de estar puxando esse tema importante aqui do Ceará, até porque o Ceará é quase todo semiárido, é boa área de Caatinga e que a gente tem preocupação em relação à questão do processo de evolução da desertificação aqui no nosso Estado. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Professor Alencar, deseja rapidinho?

SR. JOSÉ SYDRIÃO DE ALENCAR: Bem rápido aqui. Eu queria colocar inicialmente, agradecer em nome do Banco do Nordeste a presença, eu acho que foi extremamente importante.

Eu só queria, Deputado Guimarães, pontuar a intervenção do Professor Osvaldo Carioca, uma das maiores autoridades em química limpa, sobre a lenha. Existe uma preocupação no banco em relação à uma questão aqui no Nordeste chamado polo gesseiro, quer dizer, pega o lado de Araripina, Pernambuco, e também, lógico, todo um círculo ali de 300 quilômetros em torno de Araripina, pegando quatro Estados do Nordeste. E isso é uma questão importante porque nós estamos com a EMBRAPA, por exemplo, articulando a questão do manejo agrosilvopastoril, a questão da recuperação de áreas degradadas de inspeções nativas, de florestas de espécie nativas, inclusive a ASA eu acho que já tem experiência com relação a isso aí. Então essa questão da lenha, porque você não muda a matriz energética da noite para o dia, quer dizer, essa mudança, por exemplo, a questão das olarias, a questão da indústria cerâmica, quer dizer, você muda isso num processo de dez, quinze anos, essa matriz energética. Então é preocupante, porque, nesses dez, quinze anos, nós vamos ter que ter alternativas, eu acho que o Celso colocou também, tem pertinência com relação a essa preocupação. Então essa questão entre a questão da agricultura familiar, a questão dos agricultores, da lenha, da matriz energética, é uma coisa que a gente também quer.

Eu queria agradecer a todos, a presença, e destacar o Congresso Nacional neste evento.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Alencar. Cristina.

SRA. CRISTINA NASCIMENTO: Só para falar o seguinte: acredito que essa Comissão tem um papel fundamental para pautar esse debate, hoje, na sociedade. Eu queria trazer uma questão que é uma demanda de vários municípios, principalmente aqui do Estado do Ceará, que é o debate sobre o semiárido legal. Eu acho que é importante a gente pautar isso, porque diversos municípios no Estado do Ceará não podem receber, por exemplo, as cisternas de placas, porque não são consideradas como semiárido legal. Eu acho que esse é um ponto de pauta importante para a nossa reflexão. A gente sabe que inclusive a Região Sul agora está demandando cisterna e a gente diz para o Crispin lá em Recife agora que nós queremos que vá cisterna também para o Sul, porque aí não tem mais como dizer que o restante dos municípios do Ceará não podem receber. Então a gente queria pautar isso.

E, para finalizar, dizer como que vai ter essa Audiência também na Bahia, eu não sei se já foi pensado, mas propor também que a articulação do semiárido possa fazer essa apresentação, lá nós temos o Moque(F), o Neidson, que é o nosso representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que possa também contribuir, e a gente coloca nesses dez anos de ASA, a gente se coloca à disposição para esses intercâmbios sempre que necessários e também para fazer o debate sobre a questão de um novo projeto de semiárido que a gente vem defendendo. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Nobre Relator, Deputado Colbert Martins.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu quero dizer da importância de participarmos desse evento, recolho várias sugestões importantes aqui e que vamos acrescentar nesse relatório. Acredito que nós possamos ter foco mais específico, Senador Inácio, Deputado Guimarães, Deputada Vanessa, um foco mais específico para o objetivo dessa Audiência de tratar e dar maior destaque, maior dimensão à questão da desertificação. Eu acredito que com essa ação de hoje aqui já garante que no nosso relatório nós tenhamos um ponto absolutamente destacado com relação a isso.

A professora Celina colocou a questão de recursos. Eu fui da Comissão de Orçamento com o Deputado Guimarães no ano passado. Nós teremos agora a oportunidade de neste próximo orçamento poder fazer mudanças. A nossa Comissão não tem características

de poder fazer intervenções orçamentárias. Essa Comissão Mista de Assuntos Climáticos apenas é uma Comissão de debates, ela não tem um poder... É um poder terminativo. Então eu quero sugerir que tanto aqui no Ceará como nos outros Estados do Nordeste nós possamos, com as bancadas de Deputados Federais e Senadores, considerar essa questão da desertificação do ponto de vista orçamentário para as Emendas que vão começar a partir da próxima semana. Essa articulação então, Guimarães, dependerá muito mais da participação de cada um de nós de agora por diante.

Eu acredito que as colocações aqui feitas, as sugestões aqui colocadas, as experiências aqui colocadas e mostradas ao Secretário Camilo Santana pela grande preocupação que se têm com novas práticas tecnológicas, de nada adianta nós estarmos distribuindo tratores se as técnicas ainda mostram compactação de solo e dificuldades na sua utilização.

Ao Banco do Nordeste e o cumprimento pelo dia da manhã, vinte anos do Fundo Constitucional do Nordeste, que é um grande salto que nós damos em recursos que são aplicados na região, eu vou ficar aqui para amanhã cumprimentar os amigos do Banco do Nordeste também, mas entender que é um banco ligado, basicamente ligado às nossas atividades regionais.

Pedir mais agilidade no Banco Nordeste, as coisas ainda demoram muito no banco, aliás, eu falava com o Senador Arruda, é o BNDES e o Banco do Nordeste que precisam ser mais ágeis, eu sei da responsabilidade dos seus funcionários, mas é preciso mais rapidez e mais agilidade ainda. E para isso as condições que sejam dadas, estivemos com o Presidente Roberto Smith, a questão da capitalização do banco tem problema e a responsabilidade aí é nossa, Guimarães, é nossa, Inácio, não é de nada mais ninguém, precisamos capitalizar melhor o banco, foi cobrado isso da bancada do Nordeste e vamos fazê-lo.

À Cristina eu quero dizer, Cristina, que o Neidson é da minha cidade, ambos somos de Feira de Santana, então o Neidson participará com muita tranquilidade dessa ação, até porque o movimento e organização comunitária tem muita expertise, como nós vimos aqui também com a ASA e com outros órgãos de ação direta com as comunidades.

Para concluir, dizer que além do cumprimento à Assembléia Legislativa do Ceará, que eu sei que essa Audiência, além de termos aqui as pessoas que puderam e estiveram interessadas, ela tem uma grande amplitude pela sua divulgação nos meios de comunicação. Nós esperamos ainda poder receber as sugestões que forem possíveis através dos meios eletrônicos hoje ou através da própria Assembléia para que nós possamos o mais rápido possível incorporá-las no nosso relatório. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Senador Inácio Arruda, vamos já concluindo, com a paciência de todos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São poucos minutos. Primeiro, para anunciar que faremos uma Audiência Pública, aliás, um Seminário para discutir o DNOCS, na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal.

[palmas]

Essa atividade já foi aprovada e está sendo articulada, mas precisa trabalhar bem com o DNOCS, não só no Estado do Ceará, mas nos vários Estados que ele tem presença muito significativa.

Segundo é que apresentamos, Guimarães e companheiros aqui presentes, uma Emenda ao orçamento, estamos fazendo de forma sistemática, está inclusive no Plano Plurianual, para a construção do Lago de Fronteiras, na fronteira do Ceará com o Piauí, que tem muito significado do ponto de vista da regularização ali das enchentes, principalmente em Teresina, que é mais atingida, mas também é uma área de possibilidades. Nós trabalhamos isso, eu juntamente com o Deputado Guimarães, estivemos agora, eu estive pessoalmente com a Ministra Dilma, estive com o Ministro Geddel, e praticamente nós estamos encontrando a solução para que esta obra também entre no Programa de Aceleração do Crescimento.

Por último, apresentamos, Guimarães, uma Emenda ao Plano Plurianual, que por estar no Plano Plurianual ela vai todos os anos ao orçamento da União, que é uma Emenda para a recuperação da bacia hidrográfica do Rio Salgado. É um rio muito importante, corta uma região muito grande do Estado do Ceará e é, afinal, afluente do Jaguaribe. Por consequência, a bacia do Jaguaribe também entra no processo de revitalização. Tudo que está acontecendo agora com o Rio São Francisco do ponto de vista de recuperação de mata ciliar, de tratamento de esgoto, de tratamento de resíduos sólidos e, ao mesmo tempo, em Minas Gerais, está acontecendo no Rio São Francisco, em Minas e na Bahia, nós podemos fazer aqui a partir dessa janela que nó abrimos no orçamento da União a partir do Plano Plurianual, recuperar a bacia hidrográfica dos nossos rios, que são mananciais preciosas para todos nós. Se nós pensarmos em aumento da temperatura na nossa região em 4º, cuidar desses mananciais então se torna mais essencial ainda.

E por último, Guimarães, pedir à presidência da Assembléia que mande todo o acervo das intervenções

aqui, todas as intervenções que foram feitas, o trabalho da taquigrafia aqui que foi realizado, para que tudo isso chega à nossa Comissão e para que na consolidação do trabalho nós termos todas as participações dos nossos convidados aqui no Estado do Ceará. Então muito obrigado e um abraço a todos.

[palmas]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Deputado Guimarães, pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Pela ordem, nobre Relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Eu peço desculpas à Srta. Maria Dolores Feitosa, que nos encaminhou um documento. É senhorita mesmo, eu estou fazendo questão da juventude aqui de forma bem objetiva, uma pessoa tão jovem dessa forma, Srta. Maria Dolores Feitosa. Eu respondo a V. Sa. que nós estaremos encaminhando a forma para que possa haver a interiorização dessas ações. A Comissão não teria essas condições de poder fazê-lo, mas veremos aqui, com a Presidência da Comissão da Assembléia Legislativa do Ceará, a forma para que possamos irmos daqui ao interior. Aliás, nós temos que ir onde o povo está. A senhora tem razão e muito obrigado à senhora.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Antes do encerramento, temos três comunicações importantes, nossa querida Vanessa, que está ali na bancada do PCdoB cochichando com o Lula Morais.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Está vendo? Nós estamos aqui elogiando, Deputado José Guimarães, a qualidade dessa Audiência Pública, das intervenções e das participações também.

Só que pelo que eu ouvi do companheiro de Itaitinga, que é um município aqui da região metropolitana, está aqui o companheiro, dirigiu uma pergunta a mim e a V. Exa., Deputado José Guimarães.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Exatamente.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A respeito da recuperação dos rios. Mas o Senador Inácio Arruda teve a gentileza já de dar a resposta. Eu acho que o Ceará, ele é um Estado que está na vanguarda na governança das ações no marco legal. Eu, por exemplo, que sou da Amazônia e do Estado Amazonas, que detém a maior bacia hidrográfica não do Brasil, mas do planeta, nós não temos ainda o grau de organização que tem o Estado do Ceará. Aqui, por exemplo, parece que todas as bacias, os Comitês de Bacias estão implantados, Senador Inácio Arruda, e isso é um avanço e uma conquista muito grande. A partir daí é que vocês têm condições de promover a recuperação dos rios que estão com um nível de degradação acelerado.

No mais, cumprimentar aí por esse primeiro painel, que foi, Deputado José Guimarães, muito importante e significativo para o trabalho de nossa Comissão. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Antes de declarar encerrada a nossa Audiência Pública, o primeiro painel, nós queríamos, primeiro, convidar a todos e a todas para um painel às catorze horas, um segundo painel, para a gente encerrar tudo às dezesseis horas, que é "Plano estratégico para os recursos hídricos no Estado do Ceará – Uma visão de futuro", com os palestrantes: Francisco José Teixeira, o Dr. Eudoro Santana, a Maria Tereza, que desde manhã está conosco aqui, e a Eliene Brasileiro, que é a Presidenta da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará.

Antes de encerrar e fazer os devidos agradecimentos, dizer ao Eurineude(F) e aos outros que nos perguntaram que, na nossa bancada do Ceará, nós temos uma preocupação muito grande com esses grandes investimentos que são fundamentais para o Estado. No plano do Mangabeira, que esteve no Ceará, o Rio Jaguaribe tinha um olhar especial em função do processo de degradação, pois nós temos aqui, o Inácio falou bem, o Salgado e o Jaguaribe. O Salgado nós colocamos uma Emenda conjuntamente no PPA, foi para a LDO e poderá ir para o orçamento. A ideia do Governo e de que todos os municípios da calha do São Francisco nós precisamos fazer imediatamente o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário. O Rio Jaguaribe urge uma posição dura, porque do Castanhão para baixo está todo degradado, todos nós sabemos disso. Então são políticas que nós estamos preocupados, até porque ser Deputado e Senador, não é Senador Inácio, não basta a gente se preocupar apenas com as questões eleitorais específicas nossas de cada município. O que está em jogo é o futuro do Brasil e o futuro do Nordeste, do nosso querido Ceará, e nós temos essas preocupações. E certa feita me perguntaram, Inácio, Colbert Martins, por que é que a bancada do PT iria me indicar essa Comissão. Eu disse que, primeiro, por uma definição da bancada, que pediu para que eu integrasse essa Comissão Mista do Congresso. E eu disse lá que para defender esta causa não precisa ser apenas ambientalista, eu acho que é uma causa de todos. O mundo hoje todo, todos os governos estão discutindo essas questões

todas que não passam, como disse a professora, só pela questão do clima. Têm outras questões. Portanto, nós estamos absolutamente convencidos de que nós vamos mudar essa lógica lá no Congresso. A questão do Nordeste, com toda a sua dimensão, tem que fazer parte da agenda nacional.

Queremos, em nome da Comissão, agradecer ao Presidente desta Casa, o Domingos Filho, que nos deu toda a acolhida, os técnicos aqui da Assembléia, os funcionários e funcionárias que nos ajudaram. Tudo está sendo gravado, viu, Senador Inácio, Deputado Colbert Martins? Tudo está sendo gravado, nós vamos receber. Os dois funcionários da Comissão de Brasília que estão aqui, companheira Lucídia, que é a Secretaria da Comissão e que está ali, que, aliás, cochichou no meu ouvido que adorou, não conhecia Fortaleza, que curta bem Fortaleza nessas horas todas, e o Paulo Emílio, cadê o Paulo Emílio, que são da Comissão, os dois que estão nos acompanhando nessa Audiência Pública.

[palmas]

Portanto, em nome dos cearenses os nossos agradecimentos. Aos nossos quatro palestrantes, o Alencar, a Cristina, o Camilo e a professora Marta, muito obrigado.

Ao encerrar, convidar a todas e a todos para o painel das catorze horas. E amanhã, às nove e trinta, Senador Inácio, nós temos as comemorações dos vinte anos do FNE lá no Passaré, no BNB, sendo que todos nós, da bancada nordestina, estamos sendo convidadas.

Dito isto, muito obrigado a todos e a todas, estão levantados os nossos trabalhos desta Audiência Pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Muito obrigado a todas e a todos

[palmas]

[Sessão suspensa às 12h45].
[Sessão reaberta às 14h30].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Bom, boa-tarde a todas e a todos. Vamos reiniciar os nossos trabalhos da nossa Audiência Pública que tem como tema central "Mudanças climáticas e desertificação no Estado do Ceará".

Conforme o combinado na parte da manhã, nós resumimos em dois painéis, um que foi realizado na parte da manhã e outro que será realizado agora, envolvendo dois temas, dois painéis que se juntam com os nossos quatro convidados: "Plano estratégico para os recursos hídricos no Estado do Ceará – Uma visão de futuro", e o outro painel é de "Mecanismo de incentivo à sustentabilidade – Programa Município Selo Verde – ICMS Ecológico".

Nós vamos convidar para debater esses dois temas, esses dois painéis que se agrupam num painel só, o Dr. Francisco José Teixeira, que é o Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGER). Teixeira, por favor [palmas]; o Deputado Eudoro Santana, Presidente do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará [palmas]; Maria Tereza, cadê a Maria Tereza, que ficou desde a manhã, está aqui, a Presidente do Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente do Ceará [palmas]; E a Prefeita Eliene Brasileiro, Presidenta da Associação dos Municípios de Prefeitos e Prefeitas do Estado do Ceará [palmas]. As mulheres aqui comandam, viu?

Conforme o mesmo ritmo da manhã, primeiro naquele tempo de dez ou quinze minutos. Quinze minutos ou dez minutos? Quinze minutos, com um apelo para que, se não acharem necessário, não usem os quinze minutos, usem dez, tá bom? Nós vamos ouvir, pela ordem, o Dr. Teixeira, o Eudoro Santana, a Maria Tereza e a Eliene Brasileiro, nesta ordem. Com a palavra o Dr. Francisco Teixeira, Presidente da COGER.

SR. FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA: Meu boatarde a todos os presentes. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Guimarães, e vou rapidamente, aqui, fazer uma pequena exposição para vocês sobre a nossa visão quanto à Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará, dando um enfoque atual e uma visão de futuro.

Nos últimos quinze, vinte anos, nós temos avançado bastante no que se refere à criação de uma infraestrutura hídrica e também do lado da gestão dos recursos hídricos. Em função da complexidade do nosso Estado, tanto em face da variabilidade das chuvas, que é muito forte, e da sua base física assente sobre o embasamento cristalino, que dificulta a captação de água subterrânea e enseja a intermitência dos rios, nós somos obrigados a ter uma ampla infraestrutura hídrica para poder garantir a água às populações. Pode passar, por favor.

Aí vocês podem ver fotos dessa infraestrutura hídrica, que vai desde a construção de grandes reservatórios, como o açude de Castanhão, passando por açudes de médio e pequeno porte, com a construção de adutoras para levar a água ao abastecimento das cidades e, ainda, a construção de poços aonde o cristalino propicia para poder garantir água a diversas camadas da população. Só isso não basta e a história tem demonstrado. Em muitas partes do nosso território não dá para construir poços, que é uma fonte hídrica que tem a grande vantagem de ser, eu diria assim,

móvel; o posso você pode levar o máximo possível para próximo à comunidade, mas nem sempre é possível furar esse posso porque em função do cristalino as fraturas, aonde se encontra a água, muitas delas são secas e, quando se encontra a água, a maior parte dessa água é salobra. Em função disso, já se tem trabalhado lá desde alguns anos, intensificado mais no atual Governo, com outras alternativas de geração de água a essa população: construção de barragens subterrâneas, por exemplo, construção de cisternas, e ainda assim temos problemas para o atendimento, para a universalização do atendimento da população que é distribuída no território de forma muito difusa e muitas vezes nenhuma alternativa dessa dá a sustentabilidade requerida, porque a construção de cisterna, por exemplo, por si só, não garante a água para os diversos usos. Garante a água de beber, pode garantir a água de beber, mas a população não vive só com a água de beber, tem que ter a água para a produção. Então tem se trabalhado nisso, mas isso é um desafio que nós ainda temos pela frente, universalizar o atendimento da população através da ampliação maior ainda e da maior capilaridade dessa infraestrutura hídrica.

Um outro aspecto que nós temos que levar em conta, o Estado tem trabalhado e agora está a encargo da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, é a questão da busca de um modelo sustentável para a agricultura. A gente sabe que o Estado, a sua civilização é fruto da civilização do couro, exploração da pecuária extensiva, da agricultura também extensiva, feita através do desmatamento de vastas áreas, e isso propiciou todo um processo inclusive de desertificação, que tem não só causado a erosão dos solos, mas também piorado a qualidade da água, porque o solo que sai das nascentes dos rios vai ser depositado na parte baixa das bacias e também nos reservatórios, prejudicando a qualidade da água. É um outro desafio que nós temos a enfrentar, que é esse de buscar de uma forma cada vez sustentável de desenvolver a agricultura.

Um outro aspecto que tem se trabalhado é a gestão participativa dos recursos hídricos, que o Estado tem avançado muito, tem sido um dos Estados que mais avançou nos últimos quinze anos, mas que ainda temos muitos desafios pela frente.

Aí é uma mapa que vocês poderão ver depois com maiores detalhes e que mostra aonde podemos incrementar mais água, disponibilizar mais águas por bacia hidrográfica no nosso Estado. Nós vamos perceber que a bacia do Jaguaribe, da região metropolitana de Fortaleza, está praticando saturada, não cabendo mais grandes intervenções de geração de água. A última grande barragem na bacia do Jaguaribe está sendo construída agora pelo DNOCS, que é o Figueiredo, e aonde cabe construir mais algumas barragens para acumular mais água para o futuro seria aí mais na Zona Norte ou Oeste do Estado, principalmente nas bacias do Coreaú, Acaraú, Litoral e Parnaíba. Pode passar, por favor.

Uma outra coisa que nós temos pensado também no futuro é nos prepararmos cada vez melhor para receber a água do São Francisco. Em função disso, o Estado do Ceará tem trabalhado não só no aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, que uma água que vai chegar aqui como a água do São Francisco é uma água cara, vai chegar por um valor razoável aqui, e deveremos fazer essa gestão com muita parcimônia, com muito cuidado. E buscar a integração dos eixos da transposição com os centros de demanda. Para isso já temos o Canal do Trabalhador, o Eixão das Águas, que está com pelo menos 2/3 dele pronto, e outros sistemas que temos que fazer para poder fazer com que a água chegue de fato à população. E aí eu elenco algum... Uma agenda para avançar no futuro.

No que se refere à operação e manutenção da infraestrutura hídrica, hoje eu diria que a COGERH, o Governo do Estado do Ceará, através da COGERH, faz uma razoável operação em manutenção da infraestrutura hídrica estadual, mas temos um grande desafio de nos compor com o DNOCS para fazer a operação e manutenção mais adequada da infraestrutura hídrica federal, e nós somos o Estado do Nordeste que mais avançou no processo de parceria com o DNOCS; já temos aí, há 15 anos, um acordo de cooperação, que agora virou um termo de cooperação, assinado por Governo do Estado, através de COGERH, Secretaria de Recursos Hídricos, ANA e DNOCS.

Temos que avançar ainda na gestão da qualidade da água; é um grande desafio, eu diria que esse é o maior desafio que nos apresenta para o futuro; nós temos a cultura de trabalhar muito a questão, de enfrentar experiência, de enfrentar escassez em função da quantidade, mas nós, uma vez resolvido o problema de ofertar água em quantidade à população, nós temos aí o grande desafio da garantir essa qualidade da água para a população, melhorar a saúde dos nossos mananciais, e aí é um grande desafio porque exige uma articulação muito maior do que nós estamos costumados a fazer, uma articulação envolvendo os diversos órgãos que tem uma interface com recursos hídricos, sejam órgãos responsáveis pelo saneamento, na sua expressão mais ampla, tratamento, coleta e tratamento adequado do esgoto, coleta e disposição adequada de resíduos sólidos, então, esse é um grande desafio.

O outro grande que, nós temos outro ponto importante, que é a gerente ao da água subterrânea; fazer a

gestão da água superficial mais fácil porque você está vendo a água na superfície. Água subterrânea que está embaixo do solo ninguém sabe como é que está o comportamento do aquífero e, para isso, nós temos que fazer o monitoramento e com o monitoramento, fazer prospecções do comportamento futuro desse aquífero, e para isso se tem trabalhado dois grandes aquíferos, os mais importantes do Estado, que são os aquíferos da região sedimentada do Cariri e na bacia sedimentada Apodi, na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte.

E outra coisa que é importante é que sempre temos que trabalhar a questão da gestão de recursos hídricos de forma sustentável; isso vale para qualquer gestão e para gestão de recursos hídricos, é mais fundamental ainda. Não podemos ficar sempre dependendo de recursos do Tesouro de Estado, qualquer seja o Estado, e num Estado pobre como o nosso, nós sabemos que existem muitas demandas, muitas prioridades de caráter social, que são as maiores prioridades. E, para fazer a gestão de recursos hídricos, graças a Deus, nós temos alcançado um modelo razoavelmente sustentável, do ponto de vista financeiro, e um grande desafio é manter essa sustentabilidade e melhorar ainda mais essa financeira.

Então, era mais isso que eu queria colocar para vocês e deixar um espaço para discussões, que aí enriquecerá muito mais o debate que estamos começando agora.

Muito obrigado, pessoal.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Dr. Teixeira que utilizou menos de dez minutos. Deputado Eudoro Santana... Vai ali, não é, Eudoro?

SR. EUDORO SANTANA: Meu caro Deputado Guimarães. Cumprimentar também o Deputado Colbert e a Deputada Vanessa, que constituem os membros dessa comissão, os demais membros da Mesa e companheira do CONPAM, Tereza, o Teixeira e a nossa querida prefeita lá de General Sampaio.

Eu, antes de... Poderia ter feito uma pergunta por que essa apresentação, na verdade, aqui hoje, do plano estratégico de recursos hídricos para o Estado do Ceará que, na verdade, está em conclusão, para ser publicado, eu diria... Lembrando que, antes da fazer essas colocações sobre propriamente o plano, que eu acho que nós vivemos um momento importante, Deputada Vanessa, é que o Governo Federal, pela primeira vez, eu creio, no nosso país, ele tem estudado o problema da desertificação com essa visão de que a desertificação gera pobreza e a pobreza gera desertificação. Eu acho que isso é uma coisa nova, essa visão nova.

E eu diria que, dentro dessa questão dos recursos hídricos, também a desertificação gera deficiências de recursos hídricos, ou seja, diminui a oferta de recursos hídricos, da mesma maneira que a falta de recursos hídricos ou a falta d'água propicia o problema da desertificação. E aí eu acredito que hoje na fase, quem assistiu a fase da manhã, a Professora Marta Celina colocou muito bem toda essa área da pesquisa; acho que o Ceará hoje tem estudos, não só na universidade, ou nas universidades, que também é a USCE tem trabalhado um pouco isso, mas na FUCEME, e eu queria apenas lembrar uma coisa importante para a comissão, Deputado Colbert, que isso foi muito visto durante todo o processo da construção do Pacto das Águas aqui no Ceará, é que a mudança, que é o que nós queremos, trabalhando o problema do aquecimento global numa perspectiva de mudança climáticas, nós temos que pensar na mudança... As mudanças que geram outras mudanças para se adaptar, isso está comprovado hoje, nas experiências do mundo inteiro, principalmente nas regiões semiáridas, mas em outras regiões, até em regiões temperadas, que têm que ser trabalhadas em cima de quatro pilares: o primeiro é o do conhecimento.

Então, hoje, a Professora Marta colocou muito bem: Nós já temos trabalhado essa coisa da pesquisa, do conhecimento, embora falte muito ainda para se trabalhar a problemática do conhecimento dentro dessa perspectiva de convivência com o semiárido. Segundo, é o problema da adaptação: não existirá mudança nenhuma se não existir uma definição para criar adaptação a isso... Adaptação é fundamental nesse processo

O outro pilar é a educação, não só educação formal, educação informal, mas também o problema da participação, nesse processo de mudança da sociedade e o problema da divulgação da comunicação, que é um fator importante. Se nós não trabalharmos, por exemplo, a mudança numa perspectiva inclusive de propaganda dessa mudança, dificilmente nós vamos obter resultado diante da população, e finalmente de benefícios. Hoje foi dito aqui, se não me engano, por duas pessoas que falaram, é preciso criar benefícios para garantir que a mudança possa ser efetivada. Eu dou até um exemplo, os Estados Unidos recentemente completou 17 anos do trabalho realizado na bacia que leva água para Nova Iorque que, durante, praticamente 15 anos, investindo metade do que investiria para o tratamento d'água para o tratamento da água em três grandes estações de tratamento de água, conseguiu um trabalho, utilizando benefício e um processo de edu-

cação, garantindo aos trabalhadores, aos camponeses que moravam nas microbacias dessa grande bacia, que mudasse a sua mentalidade, que mudasse a sua ação no trabalho da agricultura, no trabalho da pecuária, e foi isso que resultou e que, hoje, Nova Iorque tem uma água de qualidade, sem os investimentos de mais de 15 bilhões que seriam feitos para a construção dessas três grandes subestações.

Então, diante disso, dessa colocação, eu queria aqui dizer, rapidamente, que a Assembleia, nessa visão de que as mudanças têm que ser feitas num processo de conquista, de diálogo com a sociedade e que o Parlamento mesmo precisa utilizar as ferramentas que hoje dispõe, que foram recentemente criadas para essa articulação com a sociedade, criou o Conselho de Altos Estudos, semelhante ao Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal, que usou o primeiro tema, que é a água, para ser trabalhada. Pode ir passando.

O Pacto da Águas é, portanto, uma ferramenta utilizada para esse diálogo com a sociedade, numa perspectiva de construir, num processo participativo, uma visão, primeiro dos recursos hídricos do Estado, da situação dos recursos hídricos, para depois se propor um plano estratégico.

Então, os produtos desse trabalho seria o cenário atual dos recursos hídricos para o Estado do Ceará, que foi inclusive feito durante um ano de trabalho, e agora está sendo concluído um plano estratégico para os recursos hídricos do Estado do Ceará. Para isso, toda a sociedade foi mobilizada; ela foi dividida em oito núcleos. Aí nós temos o núcleo Academia, que é um núcleo importante do Poder Público Municipal, que é outro núcleo importante; o executivo estadual foi dividido em dois núcleos, que é o da oferta d'água e da demanda que, muitas vezes, não se conversa entre si; do executivo federal; dos comitês de bacia da sociedade civil, que também foi dividido, até pelas divergências existentes em dois núcleos; o núcleo do que usa água como insumo para o desenvolvimento, que é o agronegócio, a indústria e etc., e o da sociedade civil, que aqui vocês viram hoje, está bem representado pela companheira da ASA.

Essa temática foi toda discutida, durante dois anos, em cima de quatro eixos: água para beber, água e desenvolvimento, convivência com o semiárido e gestão de recursos hídricos. Poderiam ser apenas três eixos: água para beber, que é fundamental, e o eixo água em desenvolvimento. Entretanto, foi introduzido o eixo convivência com o semiárido para dar esse destaque importante... O trabalho dos recursos hídricos, considerando o semiárido e o Ceará está praticamente quase todo ele inserido, mais de 85%, não pode trabalhar da mesma forma que trabalham as outras áreas, tem que ser um trabalho específico para... Dentro de uma visão de convivência com essa nossa realidade.

E, finalmente, gestão que permeia a todos esses eixos. Então, foram realizados para isso diálogos estaduais, diálogos regionais e diálogos locais. Nós tivemos uma fase preparatória, que foi setembro de 2007, portanto está fazendo dois anos, até março de 2008; de março de 2008 até setembro de 2008; nós construímos um cenário atual dos recursos hídricos, foi um documento resultado de um trabalho de articulação com 84 instituições para saber cada instituição daquela, o que é que tinha a ver com a água, que contribuição tinha a dar, qual o papel de cada um, o que é que... Que informações que elas tinham, porque nós tínhamos uma visão do DNOCS, uma visão da SEMACE, uma visão da FUNCEME, mas precisávamos ter uma visão mais de consenso sobre os recursos hídricos do Estado, e esse diagnóstico foi colocado à disposição da sociedade o ano passado.

E, a partir daí, a construção do plano estratégico de recursos hídricos, tivemos agora, no início do mês, o encerramento, com um grande encontro estadual e, só para colocar essa fase do plano estratégico, poderia ter sido dito também que a fase do cenário... Foram realizadas dezenas de reuniões, com mais... No início, cerca de 100 instituições, ao final, 84 participaram desse processo, com encontros, com seminários, vários encontros, inclusive, cada eixo desse foi trabalhado isoladamente, e agora, na fase da construção do plano estratégico, nós tivemos 12 oficinas regionais preparatórias para esse encontro, que foi no início do ano, 157 diálogos municipais, nós fizemos 157 encontros no município para discutir a problemática da água no município, o problema da microbacia ou da bacia onde aquele município está inserido; toda a problemática, mas principalmente os desafios que existiam na área dos recursos hídricos e quais essas propostas e quais as reivindicações desse município.

E depois fizemos dois encontros regionais para consolidar e... Dois encontros regionais; tiramos... São 11 documentos; foram 12 encontros regionais, porque a Bacia do Poti-Longá, ela é dividida, foi divida pela ANA na bacia do lado do sertão e do lado da Ibiapaba, então, por isso nós temos 11 bacias, está aqui o mapa das bacias, mas essa bacia é do Poti-Longá, que é essa vermelha da ponta de cá, bastante cumprida, ela foi dividida em duas sub-bacias, que é a única bacia federal que nós temos, que é a sub-bacia do Parnaíba.

Esse mapa mostra aí a grande participação dos municípios, aqui no centro, esse mesmo amarelado, já alaranjado, foi a Bacia do Banabuiú, que tem 12 municípios, todos os 12 municípios participaram, e várias

bacias houve participação integral dos municípios que constituem a bacia. Pode passar.

Voltando aí só para... Nós tivemos agora, mais recentemente, outro encontro de núcleos, quatro seminários e finalmente um encontro estadual. Foram envolvidas, nesse processo, cerca de 10 mil pessoas participaram desse processo de construção do parque das águas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Dois minutos, Deputado Eudoro.

SR. EUDORO SANTANA: Para frente aí... Resultados. Vamos passar.

Aí nós temos, resultou... Esse plano estratégico, ele está apresentado em 34 programas, são programas gerais, chamado garantia de recursos hídricos, programa de gestão hidroambiental, programa de sistema integrado de informações; o Estado necessita ter um sistema integrado de formações sobre seus recursos hídricos. Pode passar.

Programa de estudo, pesquisa e difusão, dentro dessa visão de que, sem ter conhecimento e sem difundir esse conhecimento, dificilmente nós vamos ter uma gestão compartilhada dos recursos hídricos. Pode passar.

Programa de ensino e capacitação e informação, programa de comunicação social, que é um programa importante, que não se dá muito valor, mas se faz propaganda de geladeira, de cigarro, de bebida, mas não se faz propaganda de como economizar água ou de como evitar a poluição da água, de como contaminar a água. Então, isso precisa ser trabalhado.

E os programas estratégicos, programa estratégico do eixo água para beber, que são vários programas, programa no eixo água e desenvolvimento, também nós temos aí cerca de quatro subprogramas, programa no eixo convivência com o semiárido e importante, respondendo um desafio colocado pelo próprio governador, de acabar com aquilo que ele coloca uma vergonha para o Estado do Ceará, que é o carro-pipa, e nós vimos aí o Jornal "O povo", nesses últimos dois dias, colocando que vários municípios estão utilizando o carro-pipa é que só é possível resolver esse problema se nós tivermos condições de estruturar um modelo de gestão para esses pequenos sistemas de abastecimento de água das populações rurais, como temos os sistemas que abastecem as populações urbanas. E, finalmente, o eixo do SIGE, que é o sistema de gestão dos recursos hídricos, que é um sistema integrado de recursos hídricos.

Queria, portanto, dizer, concluindo, que é fundamental que possamos, no Nordeste, e aqui eu acho que o Estado do Ceará, que já deu um exemplo nessa área de gestão, estabelecer um plano permanente, duradouro de curto, médio e longo prazo para a convivência com essa realidade do semiárido, e foi em cima disso que o parque das águas está apresentando ao Governo do Estado um plano estratégico para convivência com o semiárido cearense, esperando que isso possa dar um exemplo ao Brasil e que possa dar um exemplo também aos outros Estados nordestinos, que já que o Governo Federal, embora com várias tentativas ao longo de mais de 50 anos, talvez muito mais perto de 100 anos, que iniciou quando o DNOCS, ainda IOCS, foi fundado, e que vai fazer esse ano 100 anos, esse problema de conviver com essa realidade; não se pode combater a seca, como não se pode combater as geadas, nós temos que conviver com essas realidades, que são realidades que precisam ser trabalhadas dentro daquela perspectiva que eu coloquei inicialmente, de adaptação da realidade, adaptação das condições, adaptação da população para conviver com essa realidade, que é certamente... Será permanente, que é da convivência com o semiárido.

E, encerrando, dizer que hoje estão tentando, de certa forma, uma ação, Deputado Guimarães, lá em Brasília, para praticamente colocar uma pá de cal em cima do DNOCS, que é a instituição que mais conhece essa realidade do semiárido; há uma proposta, que está sendo discutida hoje lá, de entregar toda a infraestrutura do DNOCS, as grandes barragens do DNOCS, para os Estados; acho que a lei federal é muito clara: o sistema nacional de recursos hídricos, a sua gestão, deve ser compartilhada e descentralizada, então, tanto as instituições federais e uma instituição como o DNOCS, que detém essa coisa, que é um poder, que é a água, praticamente em todo o Nordeste o grande potencial de acumulação de água pertence ao DNOCS, e deve trabalhar articulado o Governo Federal, com os governos municipais porque, sem essa articulação, dificilmente nós iremos conseguir uma gestão dos recursos hídricos, e dificilmente construímos o combate à desertificação, que é a grande preocupação dessa Comissão em razão das perspectivas do aquecimento global.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Deputado Eudoro.

Maria Tereza, finalmente, Maria Tereza. Seus dez ou 15 minutos.

SRA. MARIA TEREZA BEZERRA FARIAS SALES: Boa-tarde a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer, em nome da gestão ambiental do Estado do Ceará, ao Deputado Guimarães, à nossa Deputada Vanessa, ao Deputado Colbert Martins, ao Deputado

Eudoro Santana e à nossa colega e parceira Eliene, bem como o companheiro de luta da gestão ambiental, o Teixeira.

O Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente é uma entidade criada pelo Governador Cid Gomes, que tem um diferencial que se trabalha no sistema colegiado. A criação desse Conselho foi exatamente por entender que as políticas ambientais só podem ter resultados mais efetivos, se trabalhados de forma interssetorial. Pode passar.

Então, o Conselho de Política de Gestão do Meio Ambiente tem como missão principal trabalhar a formulação das políticas públicas, tem como órgão executor a superintendência estadual do meio ambiente, que é SEMACE, e tem o Conselho Estadual de meio ambiente, que é o Conselho que assessora a gestão ambiental no Estado, tanto na parte da elaboração de leis, como também na definição e aprovação ou rejeição de projetos de empreendimentos de grandes impactos.

Hoje, o nosso tema está focado na parte de incentivos ambientais e o Estado do Ceará, em 2004, através de uma instância colegiada, criou uma política ambiental que a gente denomina de Selo Município Verde, que é uma certificação ambiental pública, que tem como objetivo principal fortalecer os municípios na gestão ambiental A gente fala que esse projeto é um projeto exitoso porque ele é coordenado pelo Governo do Estado, mas é resultado de uma parceria ampla entre a sociedade civil, a Academia, as prefeituras, o Poder Público municipal, as universidades, enfim, todos esses parceiros contribuíram desde a elaboração, a criação e a efetividade do projeto Selo Município Verde.

Como já coloquei, o objetivo é incentivar as municipalidades a implementarem as suas políticas ambientais, por entender que a descentralização da gestão ambiental é uma realidade e que, antes, essas políticas, que eram só conduzidas pelo IBAMA e pelos órgãos ambientais, muitas vezes fracassadas, se chegou à conclusão de que tudo acontece no município, e para que essas políticas fossem descentralizadas com responsabilidade, nós teríamos que ter incentivos, capacitação e integração para ter resultados promissores. Pode passar.

Então, a política do Selo Município Verde, ela institui alguns instrumentos, dentre os quais a gente estabelece que o município tem que criar o seu Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Então, os CONDEMAs, que são, na maioria das vezes, classificados, eles são criados de forma paritária e têm toda uma explicação para a sua criação, tanto pela associação dos prefeitos, que é a APRECE, como a OAB, que é membro parceiro, como todas as outras entidades que compõem o Comitê Estadual do Selo do Município Verde.

Outro indicador importante que a gente pode colocar, que existem três índices: é o índice gestão ambiental, o índice de mobilização, o índice de qualidade ambiental e o índice de desempenho, e esses três índices é que, somados, vão dar o índice de sustentabilidade ambiental do município.

Então, toda essa metodologia, aqui eu posso destacar a Professora Irles, e demais outras entidades, como a Universidade Federal do Ceará; a escola técnica, que hoje é o IFET, e outros professores que se dedicaram; a OAB e outras entidades que participaram efetivamente na construção desses indicadores e da implementação. Esse objetivo do Selo Município Verde também é estimular a criação de programas e projetos no âmbito municipal, e as melhores experiências, elas são avaliadas e são premiadas, conforme a lei de criação do Selo Município Verde.

As finalidades do CONDEMA. É exatamente, como já coloquei antes, fortalecer o Poder Público municipal, a sociedade civil, e empoderar a coletividade para que ela passe a discutir melhor as questões ambientais no âmbito municipal.

O sistema de avaliação, como eu me antecipei, é constituído pela gestão ambiental, mobilização ambiental e desempenho ambiental. Esses indicadores têm mostrado resultados muito pró-ativos porque, a partir da avaliação que esse Comitê faz, o município pode ser classificado ou não para a segundo fase. E a partir desse relatório, eles estão norteando suas políticas públicas municipais para que, no ano seguinte, eles possam pleitear uma certificação ambiental, que ela é enquadrada em três categorias: As categorias A, B e C, que são exatamente as que têm melhores notas, associada a essa pontuação.

Esse aí é um processo metodológico, você pode passar, é só informando como é que esses municípios são avaliados, que não é só por uma instância de governo, e sim por um colegiado. Nós gostaríamos também de dar um destaque que o projeto, quando começou, em 2003, ele só tinha 36 Conselhos municipais criados, e hoje, em 2008, nós temos 132 Conselhos municipais criados. Esses conselhos são criados de forma paritária e têm representado um desafio e um indicador muito bom para as discussões das políticas ambientais nos municípios.

É também um resultado do avanço dos municípios inscritos: em 2008, nós tivemos 110 municípios inscritos e 39 municípios certificados; em 2009, nós já estamos com 139 municípios inscritos, então, a gente avalia como política pública bem sucedida, primeiro, porque a adesão dos municípios é voluntária e segun-

do é porque a gente, a cada dia, a gente se depara com experiências mais positivas e mais pró-ativas na defesa do meio ambiente.

Esse mapa também, ele vem retratar, que é uma política pública, que ela trabalha de forma espacializada. Como os senhores e senhoras podem observar, ele está em todo o Estado do Ceará, na região do litoral, na região dos Inhamus, que a gente destaca aqui o trabalho da D. Dolores, da supermata e do Pacto dos Inhamus, que é uma entidade que surgiu a partir do Selo Município Verde e por entender que não só o município certificado teria um resultado positivo para a região e sim eles se integraram e a partir daí foi criado o pacto dos Inhamus, onde a gente verifica uma região com resposta bastante positiva das políticas públicas ambientais.

Também nós gostaríamos, como o tema é sobre mudanças climáticas e caatinga, dar um destaque para o projeto Mata Branca, que é um projeto de conservação e gestão do bioma caatinga, coordenado pelo Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente e que integra os Estados do Ceará e da Bahia. Em alguns momentos, foi questionado por que o Ceará e a Bahia, mas, na realidade, são Estados que possuem grande parte do território na área do bioma caatinga e que as especificidades e o modelo de gestão e administração para essas áreas é bastante diferenciado. Então, quando a gente habilitou esse projeto junto ao Banco Mundial e ao GEF, que é um projeto de acordo de adoção, a gente conseguiu êxito e está se trabalhando nessa parceria, exatamente trocando e fazendo um intercâmbio entre políticas bem sucedidas e como se trabalhar caatinga, apesar de Estados diferentes, mas todos nós temos um objetivo comum, que é diminuir a... A redução, reduzir as queimadas e os desmatamentos; aumentar as nossas áreas protegidas e trabalhar com arranjos produtivos agroecológicos, melhorando a qualidade de vida da população rural e também urbana.

O Estado do Ceará, a área de intervenção é exatamente a região dos Inhamus e do sertão central, exatamente por ser a área que concentra a maior diversidade da caatinga e também por ser uma área que tinha poucos programas de Governo até 2004.

Como a gente já colocou também, é o programa... E projetos estratégicos, nós podemos citar aqui um trabalho inovador que o Estado vem fazendo, através do Projeto Mata Branca, que chama-se Avaliação Ambiental Estratégica. Nesse momento, a ASEG, que é a associação da universidade, coordenada pela Professora Íris Maior, que toda uma equipe de estudantes e pesquisadores que estão aqui presentes está fazendo toda uma avaliação dos programas, projetos e estratégias que estão sendo utilizadas para o bioma caatinga, para, a partir daí, a gente traçar novas política e indicadores de gestão para o bioma caatinga no Estado do Ceará.

Como eu já falei também, é um projeto com o Estado da Bahia. E que a gente tem um desafio grande do Projeto Mata Branca, é exatamente se instalar na região dos Inhamus; nós temos os escritórios em Independência e Itauá, para que a gente possa começar realmente sair da cidade, interiorizar as nossas ações e mostrar que é possível, com todas as adversidades climáticas, trabalhar com a população num processo educativo e de cogestão, porque a mudança dos hábitos realmente é difícil, mas, com o apoio dos outros Secretários de Estado, aqui eu destaco o trabalho do secretário de recursos hídricos, do Camilo, que é nosso parceiro, que só assim a gente tem podido melhorar essa gestão e essas práticas agroecológicas que até então não eram utilizadas na nossa caatinga.

Só ressaltando, nós temos também que, pela manhã foi citado, que a política de queimadas e desmatamento no Estado do Ceará, ela estava só sob a coordenação do IBAMA, e a gente traz essa demonstração de que o PREVFOGO nacional conseguiu fazer um trabalho com Conselho de política e gestão do meio ambiente, e a gente institui o PREVINA, que é o programa de prevenção e combate a incêndios florestais no Estado do Ceará.

Então, é um programa que é coordenado pelo Conselho, com todo o Comitê, e a gente atua exatamente na capacitação, na formação de brigadas e atualmente o Governador Cid Gomes nos colocou um desafio. Por que a gente só capacita? Como é que esses homens vão apagar os incêndios? E tem apoiado o Estado e o Mata Branca na aquisição de equipamentos para o controle combate a incêndios florestais.

Então era essa a nossa mensagem. Todo esse trabalho que o Conselho faz só é possível com a integração de todos os poderes e o Poder Público local é o nosso maior parceiro porque é lá que acontecem todas as decisões. Então, nós trabalhamos em parceria; a questão ambiental, o resultado, positivo ou negativo de todas as políticas interssetoriais, e o nosso grande desafio é conseguir parceiro para junto melhorarmos esses indicadores.

Como incentivo também foi criado o Índice de Qualidade do Município, que em todo o Brasil foi chamado de ICMS ecológico, mas o Estado do Ceará trabalha com três índices: que é o índice de qualidade do município, o índice de qualidade da saúde e o índice de qualidade da educação. Os municípios são avaliados e, a partir daí, existem critérios para que se possa distribuir essa repartição do ICMS.

Então, como foi colocado antes, as políticas de incentivos podem ser incentivos financeiros, o que vem acontecendo com relação à repartição de 2% do ICMS do Estado, e também por incentivos ambientais, como foi colocado de manhã pelo Camilo, que o município que não desmata e que não queima, ele tem incentivo na redução no valor das sementes.

Então, o tema ambiental é bem complexo. Em 15 minutos, não daria para eu discorrer sobre todas as políticas que o Estado vem desenvolvendo, mas a gente se coloca à disposição no sentido de mostrar que, através de incentivos ambientais, é possível se ter uma ingestão mais compartilhada, com mais parceiras, porque a legislação, por si só, não teve os efeitos que se esperava. Então, a legislação é importante? É, mas a educação e os incentivos têm trazido efeitos bem mais positivos para o nosso homem do semiárido. Boa-tarde.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Antes de passar para a Prefeita Eliene Brasileiro, o Senador Inácio retorna aqui aos nossos trabalhos, registrando, além das presenças honrosas na parte da manhã, das Professoras Maria Íris, já mencionada pela Maria Tereza, a Professora Patrícia Verônica também, as duas da UFC; o Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará. Dizer também que nós estamos produzindo e talvez vamos receber algum crédito de carbono por termos usado... Praticamente não termos usado papel aqui. Todo mundo vai receber esse CD com vários elementos, artigos, com 100, 120 arquivos, as apresentações todas e várias matérias e leis do CONAMA, COEMA, enfim, três publicações do INESP, que é o estudo aqui da Assembleia, além do combate à desertificação no Ceará, de iniciativa do Deputado Lula Morais; informativo do Deputado José Guimarães, do Senador Inácio Arruda, e a inclusão dos informativos no CD... Ah, sim, é uma observação que é uma opção à distribuição do papel, que é importante. Não é, Senador Inácio?

Portanto, com a palavra, a Prefeita Eliene Brasileiro.

SRA. ELIENE LEITE ARAÚJO BRASILEIRO: Boa-tarde a todos e a todas. Queria cumprimentar e desde já parabenizar ao Deputado Guimarães, Coordenador da bancada federal do Ceará, pela sua iniciativa por esse requerimento para uma ação tão importante, como esse seminário que ocorre aqui hoje.

E parabenizar também a Comissão Mista de Acompanhamento das Mudanças Climáticas, que acataram esse requerimento e que está aqui representada pelos Deputados Colbert e a Deputada Vanessa. Então, parabéns a vocês e, desde já também agradecendo. Cumprimentar o nosso Senador Inácio Arruda, esse também batalhador, a nossa Tereza Farias, Presidente do CONPAM, nossa parceira; nossos parceiros também aqui, a COGERH, na pessoa do Francisco Teixeira, e a Assembleia Legislativa, com o seu Conselho de Altos Estudos, que tem como Presidente o Dr. Eudoro Santana, e todos nós podemos ouvir aqui a explanação dele, mas também podemos participar, conviver com ele em todo esse processo, maravilhoso e importante, que foi o Pacto das Águas.

A Tereza falava no Selo Município Verde e eu queria mostrar a repercussão desse programa nos municípios cearenses, já que nós estamos falando aqui do incentivo. Então, o selo, ela falou, esse ano, com esse recorde de inscrições, mas eu me lembro bem que ele começou em 2004 e, naquele ano, apenas 11 municípios, se não me engano, se inscreveram, e esse crescimento de adesões dos municípios foi se observando e não resta dúvida que o processo é realmente um grande incentivo para que os municípios trabalhem a questão do meio ambiente.

O que é que a gente observa nesse processo? É um processo que une, que integra sociedade civil, Poder Público, e todos ali juntos em defesa do município, em defesa do meio ambiente, para conquistar esse reconhecimento. Então, é um processo maravilhoso, a gente trabalha com escolas, trabalha com associações comunitárias, com os Conselhos locais, enfim, e a questão do controle social, porque, em virtude do programa os CONDEMAs também foram multiplicados; é um pré-requisito para a adesão do município ter o CONDEMA, então, isso aí foi muito importante porque, através dos CONDEMAs, o município pode sentar para discutir as questões ambientais.

A questão da interssetorialidade entre as próprias áreas do Poder Público, não só a Secretaria de Meio Ambiente trabalha a questão, mas a educação, a saúde, a infraestrutura, enfim, todas as áreas trabalhando em conjunto também para conquistar o Selo... Ter o reconhecimento da sociedade, então, o município certificado é muito bom; a sensação é que a gente passe de realmente ter essa conquista tão importante, que é a certificação por estar cuidando do meio ambiente.

E, no processo de selo, em alguns anos, houve premiações, e o mais importante dessas premiações foi o quê? Nós conquistamos viveiros de mudas, por exemplo, como lá no nosso município. Então, foram 11 viveiros de mudas para trabalhar o reflorestamento, as plantas nativas, de forma regional, então, é um prêmio e, ao mesmo tempo, um instrumento que vai estar combatendo a desertificação, fazendo o reflorestamento.

Os CIDAs foi outro prêmio que foi concedido a alguns municípios, e é um Centro de Documentação Ambiental, que vai proporcionar, além da inclusão digital, mas uma inclusão digital voltada para a questão ambiental, onde, ali, estudantes e comunidades como um todo estão podendo ter acesso à internet, mas voltada para a questão do meio ambiente. Nesse CIDA, além de computadores, vários títulos voltados para a questão ambiental, então, são alguns exemplos de premiação que foi muito importante para o município conquistar.

Eu queria mostrar agora algumas ações que, em decorrência do Selo Verde, elas já aconteciam, mas passaram, claro, a se multiplicar pelos nossos municípios. E eu queria citar, no caso, o Município de Cruz, alguns exemplos que, na verdade, têm muito que mostrar pelo Estado afora, mas o Município de Cruz, por exemplo, conquistou o selo tendo como destaque a coleta seletiva, numa prova de que isso já acontece também no nosso interior. Citando aí General Sampaio, com programa de captação *in sito*, até fiquei feliz porque o Camilo citou aqui essa experiência exitosa, onde nós observamos, vemos hoje agricultores que antes produziam mil quilos de milho ou de feijão em um hectare, queimando a terra, plantando de forma incorreta, hoje, com a captação *in sito*, a gente vê esse mesmo agricultor produzir 4.400 Kg em um hectare e, numa experiência que nós estamos fazendo agora, podemos ver a produção de 8.200 Kg em um hectare, onde está sendo usada a capitação *in sito*, e a irrigação com o biofertilizante. Então para vocês verem o que pode, além de cuidar do meio ambiente, o que os agricultores podem adquirir de melhoria.

Fortaleza aí com programa de educação ambiental Onda Verde é outro exemplo; em Maracanaú, o Programa Protocolo Verde, a questão do reflorestamento; em Croatá, a compostagem orgânica, que é o adubo feito, constituído por restos de planta, de podas de árvore, transformando em adubo. Lá em Tianguá, o Projeto Viverde, também de reflorestamento; no Município de Independência, o Aduba Sertão, onde nós podemos comprovar a transformação da terra, antes, aquele terreno, que não tinha nada, só pedras, vocês vêem plantios maravilhosos porque eles fizeram a adubação, e tudo orgânico, principalmente usando esterco de ovino e caprino; em Sobral, o Banco de Mudas. E a gente pode ver, através das fotos, esses exemplos que eu já citei... Aí vocês podem ver, através de fotografias. Pode passar.

Além desses exemplos, eu cito ainda o Projeto Mandala, que tem sido uma experiência nos municípios, muito importante, hortas orgânicas, onde cada vez se procura mais se evitar usos de defensivos agrícolas, e usando os defensivos orgânicos, e as unidades de conservação, algo importantíssimo, que está muito dentro dessa questão do combate à desertificação, que é a criação, tanto de unidades de conservação públicas, como as RPPNs, as reservas particulares do patrimônio natural. A irrigação com biofertilizante eu já falei, e outras práticas, que vêm ocorrendo.

Aqui, representando a APRECE, eu vou falar um pouquinho de como a APRECE vem contribuindo com os municípios. Em 2009, com o grande... Esse desastre todo que nós passamos, o interno e tudo mais, nós observamos que o prazo para inscrição ao selo, adesão ao selo já estava expirando, e os municípios ainda não tinham se inscrito na sua... Como a gente queria, e nós entramos com pedido ao comitê de prorrogação desse prazo porque o nosso objetivo era que... Aliás, nosso desejo era que 100% dos municípios participassem, mas, com essa prorrogação, conseguimos esse número recorde que a Tereza citou, de 139 municípios participando desse processo agora.

Então, outra ação da APRECE é fomentar a instituição dos CONDEMAs, e não só constituir, também assessorar os municípios, sempre nessa questão ambiental, onde temos, inclusive assessoria dentro da associação nessa questão, inclusive já programado aí um seminário de orientação para os municípios que passarem da primeira fase do processo e que estiverem indo para a segunda fase do programa.

Esse ano também, a Tereza falou na questão do ICMS ecológico que, na verdade, a gente ainda não pode chamar o ICMS no Estado como só ecológico porque hoje nós temos algumas obrigações a cumprir na área de saúde, educação e meio ambiente. Mas, na questão do meio ambiente, no ano passado, a meta eram os planos de resíduos sólidos; este ano, três metas inclusive difíceis, não é, Tereza? Mas lutamos junto ao CONPAM, junto à própria tripartite, ao IPECE e ao governador do Estado para que os municípios não fossem prejudicados e realmente pudéssemos cumprir essas metas, que foram, assim, um pouco flexibilizadas esse ano devido a toda a dificuldade que os municípios passaram, mas sem tirar aquela responsabilidade da estar cumprindo.

E a Tereza falou aqui no Inhamus e falou no pacto ambiental. Falando agora dos pactos, que também a APRECE assinou um convênio, um acordo de cooperação com o pacto lá do Inhamus, mas, em que conste o pacto? Eles têm estimulado as cidades cearenses a implementarem políticas públicas ambientais, buscando a preservação e a recuperação do meio ambiente, a sensibilização da população, através da pactuação entre os municípios de uma determinada região.

Os objetivos dos pactos: Trabalhar e consolidar a Agenda 21 no Estado; trabalhar melhoraria da sustentabilidade ambiental em prol das camadas vulneráveis aos efeitos dos processos de desertificação, objetivando o desenvolvimento social, ambiental e cultural das comunidades; sensibilizar os agricultores sobre queimadas, desmatamentos, uso de agrotóxico, herbicidas, implementando práticas agrícolas conservacionistas; mobilizar todos os setores da sociedade sobre a importância da preservação ambiental, do patrimônio natural; estreitar interlocução entre os municípios cearenses, objetivando ações simultâneas nas ações de recuperação das áreas degradadas; realizar campanhas de sensibilização sobre a lei de crime ambiental; consolidar as parcerias, objetivando o desenvolvimento ambiental, cultural, socioeconômico dos municípios; implantar os setores de informações ambientais e respectivos banco de dados; capacitar para garantir a consolidação das políticas públicas ambientais e interagir com as demais políticas públicas de governo; priorizar cursos de multiplicadores em educação ambiental, em parceria com a SEMACE e outros órgãos; fortalecer os CONDEMAs, em parceria com o CONPAM. Pode passar.

Então, nós, conhecendo a experiência do Inhamus, a APRECE conveniou-se com eles, como eu ia dizendo, para multiplicar essa experiência por todo o Estado do Ceará. Então, já em mobilização, as regiões do sertão central, Ibiapaba, Maciço de Baturité e Vales do Curu e Aracatiaçu serão as quatro regiões que, de imediato, a gente vai estar criando, multiplicando a experiência do Inhamus, mas, com certeza, a nossa intenção é atingir o Estado como um todo, devido ao sucesso que é essa experiência.

Fomentar a criação de reservas, unidades de conservação, principalmente as RPPNs, onde a APRECE também, está formalizando uma parceria com a Associação Caatinga para que nós possamos disseminar essa criação, que é um instrumento importantíssimo também de combate à desertificação. E aí a relação das unidades de conservação hoje existentes em vários municípios do nosso Estado, as municipais, como em Camocim, Icapuí, Maranguape, outra em Camocim, Cascavel, Juazeiro do Norte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Quinze minutos, Prefeita.

SRA. ELIENE LEITE ARAÚJO BRASILEIRO: Então, agilizando. Passando aí às unidades de conservação, as RPPNs, já várias RPPNs criadas; outra ação, o acompanhamento dos municípios na implementação das Agendas 21, aí, em articulação com o CONPAM, o Ministério do Meio Ambiente.

E eu queria só citar aqui, rapidinho, um programa importantíssimo e aí se falou aqui na Professora Irles, na Universidade, que é um programa que todos têm que abraçar, que é o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação para o Estado, não é isso, professora? Então, esse trabalho a APRECE também é parceira; a Universidade Federal está puxando, mas tem a parceria da SDA, diversas instituições, já tendo visitado os municípios de Itauá, Jaguaribe, Irauçuba.

Outro projeto, o observatório, onde a Professora Irles sugere que a universidade trabalhe em conjunto com a APRECE para observar o Selo Município Verde, observar e multiplicar todas as boas práticas que nós estamos vivendo.

Então, é isso. Eu queria, mais uma vez, agradecer pelo convite aqui da APRECE; parabenizar, porque se cada um fizer a sua parte, com certeza, nós vamos conseguir proteger o meio ambiente, combater a desertificação e todas essas problemáticas que estão nos envolvendo. E parabéns, Deputado Guimarães, por estar fazendo a sua parte, e todos aqui que eu sei que, de uma forma ou de outra, estão trabalhando pela proteção do nosso meio ambiente.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Prefeita Eliene. Imediatamente passando aqui para os inscritos, primeiro, tem duas perguntas da Stela Rosa para o Eudoro Santana, do Pacto das Águas, que primeiro passo aqui para ele que, em seguida, ele responderá. Quais as próximas ações do Pacto das Águas? Que mecanismos, instrumentos legais, o Pacto irá propor para acompanhar e fiscalizar a pactuação dos programas e ações que foram sugeridas no plano estratégico, que é o plano que ainda vai ser lançado, conforme ele acaba de me dizer. São as duas perguntas para ele, e nós vamos chamar agora o Glauber, em seguida, o Bráulio, Beto Almeida, o Joel e a D. Maria Dolores, por favor, a tribuna à nossa direita.

No final, como a mesma metodologia da parte da manhã, todos falam e depois a Mesa se pronunciará. Glauber Gomes, Engenheiro de pesca e é Presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca do Ceará. É um prazer tê-lo aqui.

SR. GLAUBER GOMES: Obrigado. Bom-dia a todos. Eu queria fazer uma pergunta direcionada para o Dr. Eudoro Santana porque... E parabenizá-lo primeiro por esse trabalho do Pacto das Águas. Eu penso que se esse trabalho fosse feito há 30, 40 anos, hoje a nossa realidade seria bem diferente. Porque eu sou do interior, moro há muito tempo aqui na capital, mas tenho visto que nas bacias dos açudes pouco se trabalha com o saneamento dos açudes, e como en-

genheiro de pesca e Presidente da associação, que trabalha para que tenhamos produção e alimento no sertão que, muitas vezes, só se tem pela produção de tilápia ou de outro produto de origem aquática, se vê muito o problema de saneamento; hoje nós ainda não temos esse problema grande, em algumas situações existem, vocês podem ver que a Bacia do Jaguaribe tem problemas que, desde o começo, onde ela nasce, acho que na região de Itauá até aqui, não tem saneamento e simplesmente a piscicultura, no final, paga todo o pato da história e, sem água, não se consegue trabalhar com nada.

Segundo Peter Drake, que foi um dos maiores visionários do século passado, ele falava que tiveram três revoluções: a industrial, a verde, nos anos 50, e a próxima seria a produção de alimentos a partir da água, que seria a revolução azul, e nós temos muita preocupação com essa água, por isso é que eu pergunto quais seriam as ações que serão tomadas, via pacto, para o saneamento? Porque, se não tiver pressão, não tem ação. E a segunda, se o CONPAM, junto com a SEMACE, para a Tereza, se eles conseguem trabalhar juntos na fiscalização nas bacias dos açudes, porque nós vemos desmatamento nas bacias dos açudes, ao redor dos açudes, e vemos muito pesca predatória também, se existe alguma fiscalização, via CONPAM e SEMACE, a respeito disso. Seriam essas duas perguntas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Bráulio. Depois do Bráulio, o Beto Almeida, do DNOCS. Aproxime-se, Beto.

SR. BRÁULIO: Boa-tarde, Deputado Guimarães, parabéns pela iniciativa. Eu sou professor do Instituto Federal de Educação, e faço doutorado em Mossoró, na UFECE. Eu estou estudando esse tema, essa temática da caatinga, e o meu estudo é sobre a composição florística de áreas sedimentares e áreas de substrato cristalino.

Vou fazer algumas questões aqui porque, de manhã, eu não pude falar, que eu cheguei atrasado e não deu para falar. Essa questão da desertificação, que o Deputado Eudoro falou, pobreza *versus* a desertificação, que é um fato muito interessante; a gente vê que o produtor de subsistência, ele faz muito essa queima hoje, ele não tem condições, não tem máquinas que façam esse corte sem ser necessário queimar, então, aquela pergunta de manhã sobre os tratores é interessante ter máquinas que fizessem essa broca, cortando, de forma que fizesse adubo, aquela parte não ser queimada, o produtor não tem essa condição de subsistência.

Mas eu queria falar uma questão básica que essa comissão, Deputado Guimarães, poderia fazer, é o que acontece hoje a gente vê, no dia a dia, nessa questão das rodovias, a matança dos animais selvagens, absurdamente, nessas rodovias, que a gente não tem placas, não tem corredores ecológicos, porque a desertificação também vem da morte dos animais porque disseminam as sementes, disseminam as espécies. Os morcegos, os animais, todos eles disseminam os frutos e isso que vai fazer ter a mata, a mata nativa, e se você não tiver esses animais, vai ser muito mais caro você fazer povoamento dessas futuras áreas degradadas, como temos em Itauá ou Jaguaribe... Os pássaros se acabando é outro trabalho. Vamos gastar bilhões para repor esse trabalho que eles faziam de graça. Então, as pistas deveriam ter corredores para animais, ter placas, o IBAMA devia se preocupar com isso, DERT também; colocar placas de advertência de espécie tal naquela região; pode estar ultrapassando na pista, isso é coisa muito barata e é coisa que a comissão pode fazer.

Nós vamos ter a rodovia nordestina, que já está saindo aqui em Iguatu, e vai ser muito larga e vai ter toda fechada. Ela evita que os animais passem. Como é que um animal vai movimentar de um lado para o outro? E tem muitos animais selvagens na caatinga; a caatinga é muito rica, é uma biodiversidade muito grande. Nós temos que nos preocupar muito, parar essa coisa de se preocupar só com a Amazônia; o pessoal da Amazônia tem sim que preservar a Amazônia, mas nós temos que preservar o nosso bioma muito grande; nós temos 40% ainda do bioma da caatinga, são 940 mil Km². Então, é isso muito importante.

A minha sugestão é que essa região da rodovia, da ferrovia nordestina, que é muito larga, acho que são 60 metros ou mais, que se coloquem corredores ecológicos, bueiros para esses animais passarem. Você tem que fazer as passagens subterrâneas e ainda deixar arborizado, mapeado, isso é uma questão de leis também.

Essa questão do aquífero, Eudoro, lá da sedimentar Apodi, você sabe que em Mossoró, como no Ceará, tem uma plantação muito grande de melão, então, o uso muito grande de defensivos muito perigosos, herbicidas etc., e até quando isso vai continuar? Esses proprietários não têm grande responsabilidade com isso aí, e o uso do plástico também, muito intenso. Agora, nesse período chuvoso, a pista quebrou em quatro locais, devido ao seu uso de plástico muito grande e não haver infiltração da água. Até um dia desses a pista estava quebrada, de acesso a Fortaleza e Mossoró, por causa desse volume de água que não se infiltrou, além da chuva grande e do plástico usado

e esse plástico fica também solto nas propriedades. Isso, a comissão, é importante que ela veja; são áreas imensas, e o pessoal não respeita; aquele plástico que fica lá soltando, o vento levando, os animais comendo até aquele plástico e tal.

Então, a minha preocupação seria nesse campo, de a gente fazer campanhas, como vocês já haviam falado, de conscientização, principalmente referente aos animais selvagens, que eles divulgam, eles levam as sementes das espécies nativas para outras áreas, e eles povoam para a nossa caatinga. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Beto Almeida, DNOCS.

SR. JOSÉ ALBERTO DE ALMEIDA: Boa-tarde a todas e a todos. Eu queria, rapidamente, parabenizar o Deputado Guimarães por trazer essa audiência pública para cá; isso é muito importante para gente, e queria, considerando que o combate à desertificação tem sido muito enriquecido pela presença feminina, o conjunto de mulheres que tem trabalhado nisso é muito importante, e eu quero aí saudar todas as mulheres que estão trabalhando no programa, na pessoa da Deputada Vanessa.

Eu, na verdade, não queria fazer um questionamento a nenhuma das colocações, eu queria fazer um registro e, até certo ponto, fazer um apelo. Eu, como vocês sabem, eu trabalho num órgão que está completando 100 anos de existência e ninguém vive 100 anos impunemente; 100 anos significam erros, acertos, vitórias, derrotas, empates, e eu queria aqui, nesse momento, colocar para os companheiros da comissão e os companheiros aqui presentes, que não vamos falar do conjunto das centenas de obras que o DNOCS fez. A gente pressa trabalhar com um novo conceito. O que é que eu estou colocando para vocês como um novo conceito? A grande ação, que eu compreendo que foi do DNOCS, foi permitir que existisse uma civilização no semiárido, é a grande contribuição, a partir daí, produzir conhecimento, que é outra grande contribuição.

Então, para nós, obras são meios: meios de acalmar água, meios de levar água de um canto para o outro, fazer a água andar, meios para produzir. Obras servem para essas coisas. Meios para que pessoas vivam numa região que é um pouco difícil de se viver. Então, é preciso que a gente entre nessa fase desse novo conceito, observando a exposição, tanto do grande companheiro Teixeira, como o nosso querido ex-Diretor, Eudoro Santana, vocês vejam quantas vezes o DNOCS foi mencionado, a importância que ele tem nesse contexto, tanto como entidade que contribuiu para isso, como entidade que contribuiu para a produção do conhecimento. E, por paradoxal que pareça, com todas as dificuldades que a gente enfrenta, e o Eudoro pode falar isso melhor do que eu porque ele acompanhou isso de perto, nós participamos da elaboração do PAN e participamos ativamente da elaboração do programa nacional, nós participamos da política nacional de desenvolvimento regional, nós participamos hoje da política dos territórios da cidadania, com a dedicação de um punhado de colegas e de pessoas que são verdadeiramente dedicadas ao semiárido.

Então, o que eu queria deixar aqui como registro é que, em 2008, teve uma grande reunião aqui, que congregou técnicos, cientistas, pesquisadores, pessoal do INPE, que elaborou a Carta da Fortaleza, em que a questão das mudanças climáticas são abordadas de um nível muito preocupante, e a carta diz o seguinte: "Os cenários são preocupantes, o que se coloca para nós são secas cada vez mais severas e enchentes cada vez mais graves". E a forma de fazer frente a isso, que a Carta coloca, é que a região semiárida do planeta é a mais vulnerável nas mudanças climáticas. Dentro das regiões semiáridas, as populações mais frágeis são justamente as mais pobres.

Então, alguém falou até, hoje de manhã, em quatro graus; quatro graus é uma tragédia. Então, qual é o apelo que a gente faz? O que é que a Carta de Fortaleza diz do pessoal do seminário de mudanças climáticas? Ela recomenda que as instituições sejam fortalecidas, que as instituições sejam equipadas, que as instituições sejam melhor preparadas para fazer frente a essa situação.

Nós temos uma instituição que atua há 100 anos no semiárido; não compreendemos qual seria a razão da não fortalecer essa instituição para que possa fazer frente a esses problemas. Então, eu queria só fazer esse registro e concluir aqui, dizendo que a gente, todos nós aqui, conhecemos o célebre poema do Rio Jaguaribe, que diz "morrendo e resistindo". Nós não, nós estamos aqui vivendo e resistindo, resistindo e vivendo. Essa é a mensagem que eu trago, em nome dos meus companheiros do DNOCS.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Joel Bastos, agricultor de Irauçuba.

SR. JOEL BASTOS: Boa-tarde. Que o município de Irauçuba está em processo de desertificação todos sabem. O que quero saber é o que o Governo Federal e o Estadual estão fazendo no combate à desertificação no meu município?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Foi curto e grosso, não é, Joel? D. Dolores, tem que ser à minha direita porque tem um problema técnico nesse à esquerda. Porque a câmera... Foi combinado que, na parte da tarde, a câmera

estava filmando só aqui à nossa direita, da tribuna, porque todos estamos sendo filmados.

SRA. DOLORES FEITOSA: Boa-tarde novamente. Eu acho que é um dever de cidadania a gente avaliar as ações públicas e criticá-las apontar conserto, se for o caso, ou então aplaudi-los, como é o caso do Pacto das Águas. Não é porque eu tenho acompanhado de perto não, é por isso mesmo, porque eu vi as discussões e vi o que foi feito de seriedade, qual era o sentido, qual era o esforço. Eu acho que foi uma coisa muito valiosa, apenas eu estou esperando um pouquinho só que complete todo esse pacto, que é um programa, que eu digo, um programa de uso consciente da água. Eu digo consciente porque tanto será evitando o desperdício, como avaliando o custo e benefício. Saber o que é melhor que aquela água vai trazer, mesmo que não seja a mais desejada ou a mais politicamente agradável, ela será a que deve ser apontada.

Nós aqui, o seminário era mudanças climáticas. Começava assim. Então, foi uma coisa pouco discutida diretamente porque, indiretamente, ele perpassou transversalmente quase todas as palestras, porque é uma coisa muito séria porque nós temos que pensar em minorar esses impactos porque só assim nós poderemos trazer uma mitigação dos seus efeitos.

Quanto à desertificação, eu acho que está muito bem discutida porque, se ela é geradora, ela é resultante dos efeitos da água, então, nada mais sério do que cuidarmos da água, de sua qualidade e sua quantidade, então, do seu uso para que nós possamos, na realidade, diminuir, evitar e Deus queira que corrigir algumas áreas em processo de desertificação.

Eu nos parabenizo porque acho que, quando nós estamos reunidos para tratar de um assunto desses, isso vai se multiplicar quando nós chegarmos no interior. Nós vamos conversar com os assessores, com os chefes, com os amigos, com os vizinhos, então, vai ser uma multiplicação de tudo isso que fez aqui, e nós temos essa obrigação. Então, eu gosto, mais uma vez, de perguntar... Que esse problema também, que nós nos preocupamos, a gente fala com volume, eu acho que é muito mais fácil, embora a gente esteja no semiárido, com essa pluviosidade tão irregular em volume e espaço... Falar em volume é mais fácil, falar na qualidade e conseguir uma boa qualidade eu acho que é o programa mais difícil porque nós vamos precisar que haja uma conscientização total para que respeite a água, para acabar com essa poluição, que ela está encaminhando, assim, a olhos vistos, eu acho que até em dimensão geométrica. É o que está acontecendo.

Então, eu gostaria de saber o que há de planos para pluviosidade da água e também para o termo da qualidade, a parte da poluição, que ações, inclusive, a COGERH está pensando em fazer, através da suas micro-bacias, através de todos aqueles que a componham e que se interessam por isso, então, vamos ouví-los e depois vamos seguir a orientação e tentar fazer o melhor que a gente puder. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Chegou mais uma inscrição. Vamos dar a oportunidade para Eveline Barbosa, Diretora-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica, do IPECE. Professora Eveline. É o IPECE, no Ceará.

SRA. EVELINE BARBOSA: Exato. IPECE, Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará, que é um órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. É uma satisfação muito grande de estar aqui, a convite da Tereza do CONPAM e estou aqui apenas para esclarecer alguns itens, que talvez seja interessante, sobre um item que a Tereza mencionou, do CONPAM, que é a quota parte do ICMS. Eu posso falar em geral, rapidamente, e depois citar a parte relativa ao meio ambiente, especificamente. Quero só fazer um registro da minha alegria de estar aqui com a Professora Irles, minha professora de mestrado e colega da UFC também.

O sistema que foi modificado o ano passado, que foi a parte, a chamada quota parte no ICMS, na verdade, acho que a maioria sabe, o ICMS recomendado pelo Estado, 25% é destinado para os municípios, pertencem aos municípios. Desses 25%, 75% são destinados para os municípios através do VAF, que é o valor adicionado fiscal, que depende do que foi arrecadado por cada município. E os restantes 25%, o Ceará, o Estado, pode definir critérios para essa divisão, ou seja, do bolo todo do ICMS, 25% vão para os municípios. Desses 25%, 75 é que é arrecadado pelo município, e os outros 25%, que é 25 dos 25, é que o Estado define. O Estado definiu, desde o ano passado, um critério diferente do que vigorava anteriormente. O anterior era baseado na grandeza do município e era concentrador. Como o Estado está adotando a postura da gestão por resultados, ele agora modificou, desde o ano passado, para fazer essa repartição dos 25 dos 25, a partir dos desempenhos dos municípios.

Então, o desempenho é baseado, desempenho em três itens, são índices, e aí entra o IPECE, que são calculados pelo IPECE, que dependem do desempenho em saúde, educação e meio ambiente alcançado por cada município; para educação, representa 18% desses 25, que é calculado a partir das notas, das provas do SPAECE-ALFA, para alfabetização, que vale 12%; do SPAECE para aluno da 4º série, 5ª série agora, e da Prova Brasil; em saúde, basicamente taxa de mor-

talidade infantil; para o meio ambiente, tem um elenco grande de itens que são vistos.

No ano anterior, estava previsto que os municípios tinham que cumprir com tudo, foi isso que a Eliane mencionou, por isso que esse ano houve uma pequena flexibilização, basicamente, para o meio ambiente, que representa 2%, ou seja, dos 25,18 para educação, cinco para a saúde e dois para meio ambiente, desses 2%, depende de como os municípios... Qual foi a performance dele com relação à implantação da estrutura operacional definida pelo programa de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos; se está implantada, ela recebe uma determinada pontuação, depende da implantação da coleta sistemática; se tem sistemática, tem pontuação, se tem seletiva, tem outra; a apresentação da licença de instalação e operação e disposição final dos resíduos sólidos que depende, se tiver licença de instalação, tem uma pontuação ou, se tiver licença de operação. Atualmente é assim. As pontuações esse ano estão definidas e, no próximo ano, haverá uma pequena modificação, mas que são os mesmos critérios que vão prevalecer, porque imagina-se que, para o ano, já tenha havido um evolução para todos os municípios. Para cada município individualmente, foi encaminhado um relatório que nós chamamos de informativo sobre o desempenho para que cada município saiba como foi a performance dele, como é que foi que ele melhorou ou piorou, para que ele possa se situar e, assim, alcançar, porque a ideia é exatamente estimular os municípios a melhorarem, a avançarem nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Muito obrigado.

[*palmas*]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado pela explicação, Eveline. E vamos voltar aqui à próxima palestra, iniciando pelo Dr. Teixeira. Três minutos para cada um para as considerações finais e, eventualmente, responder ou comentar alguma das perguntas.

SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA: Bem, eu só queria aqui reafirmar, mais uma vez, essa necessidade que temos de trabalhar a interface de recursos hídricos/meio ambiente. Vocês todos notaram que todas as intervenções, não só dos palestrantes, mas principalmente do pessoal da plenária, trouxe sempre o enfoque de recursos hídricos, associando a sua realidade com o meio ambiente.

Nós temos a cultura de trabalhar muito a questão da escassez pelo seu aspecto quantitativo; precisamos, desde já, e já é tarde, eu diria, nos preocupar com a questão do meio ambiente porque o meio ambiente bem cuidado garante água, recursos hídricos de qualidade, às gerações futuras. O meio ambiente mal cuidado poderá provocar uma escassez de água, como já provoca em grandes partes do mundo, inclusive no Sul e Sudeste brasileiro, diversas áreas, aonde se falta água porque tem água, mas essa água não tem qualidade.

Então, a COGERH está trabalhando com esse enfoque, e eu diria que nós temos dois sonhos para o futuro: alcançar a preservação dos recursos hídricos no Estado, e isso só é alcançado se houver a preservação do meio ambiente como um todo, e a gestão adequada da água subterrânea, que foi falado aqui por diversas pessoas que intervieram. Esse é o nosso compromisso e isso ninguém faz sem a sociedade. Não dá para o Estado, não dá para qualquer órgão que seja, mais capacitado que seja, trabalhar isso sozinho, por isso que a COGERH é um órgão aberto, trabalha em parceria com os comitês de bacias, com as comissões gestoras; já estamos trabalhando a organização social *in loco* ao nível dos açudes, vamos montar a primeira comissão gestora de aquífero do Brasil, que é a comissão gestora do Aquífero Apodi, que foi aqui falado, já estamos em processo de formação dessa comissão gestora para discutir todos os processos, principalmente o Apodi, como aqui foi falado, a questão ambiental, a questão da agricultura, que é muito intensiva na região, que pode, e a gente já detecta, que realmente está afetando a qualidade da água.

Temos feito, durante os últimos dois anos, o monitoramento intensivo da qualidade do nível do poço da Chapada do Apodi e no Cariri, e, em breve, nós vamos convocar vocês, a sociedade de um modo geral, para debater esse assunto, resultados de estudos que nós fez fizemos em parceria com a Universidade Federal do Ceará. Então, era isso que eu devia colocar e vamos, a partir, agora, do Pacto das Águas, comandado aqui pelo Comandante Eudoro Santana, é ver o que é que a gente pode fazer no sentido de ampliar essas parcerias, para a gente ver se alcança esse sonho, que é ter a sustentabilidade ambiental de fato. Muito obrigado, pessoal.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Eudoro Santana.

SR. EUDORO SANTANA: Eu tenho aqui três perguntas escritas. A primeira... Tem duas que é da Estela(F) Rosa, a primeira é: quais as próximas ações do Pacto das Águas? A próxima ação do Pacto das Águas é concluir e entregar à sociedade o plano estratégico de recursos hídricos do Estado, que vai ser consubstanciado em 12 volumes; 11 volumes são chamados Cadernos das Bacias que, então, cada bacia vai ter um caderno com a caracterização da bacia e

com a caracterização de toda a problemática da bacia, todos os desafios, todas as propostas e todos os levantamentos que foram feitos e, evidentemente, um volume mais denso, que é o plano estratégico de recursos hídricos para a Estado, onde estão envolvidos 34 programas e alguns programas indicativos.

E quero dizer que o Pacto das Águas termina, então, a sua missão com essa ação de publicação desse documento. Porque, na verdade, o Pacto das Águas não será uma instituição e nem é uma instituição, foi um instrumento que foi utilizado pelo Parlamento para construir esse diálogo com a sociedade e, evidentemente, a partir daí, a ação será do Executivo e do próprio Legislativo.

Então, aí vem a segunda pergunta: Que mecanismos serão legais, o pacto irá propor para acompanhar a fiscalização, o pactuação dos programas e ações que foram sugeridos? Aí é bom explicar também que o plano estratégico, como esse próprio Caderno de Bacias, podemos dizer que é um plano estratégico para ajudar na construção dos planos operacionais das bacias, não é uma proposta, como tantas outras nascidas na cabeça iluminadas, às vezes, até construída de forma razoavelmente participava, é uma proposta que vai mais além, primeiro, ela foi inspirada num instrumento que é... No documento que é o cenário que também não foi apenas um diagnóstico, foi um diagnóstico interpretativo, crítico e que levantou todos os grandes desafios, pelo menos foram pensados inclusive no Estado. E a proposta do plano estratégico é de um plano pactuado, então, além das propostas, foram pactuados quem vai realizar a proposta, em nível dos municípios, o que é que o Prefeito vai fazer para contribuir com esse Pacto das Águas, que tem como objetivo maior garantir água em qualidade, quantidade e regularidade para a atual geração e futuras gerações do Estado do Ceará.

Portanto, essa que é a grande proposta do pacto. Então, o que é o que é que o Prefeito vai fazer? O que é o conjunto das prefeituras vai fazer na bacia? O que é que o Comitê de Bacia vai se responsabilizar? E finalmente, o que é o que o Estado, com as suas várias instituições da sociedade, federais, estaduais, mas também da sociedade civil, que muitas vezes não contribui e não está preocupado, a agronegócio, que é água em quantidade, qualidade, mas não quer saber de onde é que ela vem, e quanto custa e nem nada.

Então, essa é uma coisa importante. Então, a proposta está contida também no final do pacto. São os programas indicativos, está proposto para dar continuado ao pacto se propõe ao Executivo que constitua um arcabouço jurídico capaz da avaliar as políticas públicas propostas nessa área e, além de avaliar esse instrumento que seria criado, que organismo seja, que arcabouço seja, também para garantir a integração das ações. Chegou-se à conclusão, durante toda essa discussão ao longo de dois anos, que uma das coisas que impedem um melhor desenvolvimento, o melhor uso da água, é o problema da desintegração, são instituições, às vezes, no mesmo nível do Estado, que não conversam uma com a outra, que realizam tarefa, inclusive praticamente semelhantes, mas que, na verdade, não realizam integração e, se nós olharmos para o federal e o estadual, pior ainda e, quando é o conjunto das ações públicas com a sociedade, aí é que é pior ainda.

Então, essa coisa de integrar as ações é fundamental. Então, esse seria a proposta e, em nível do Legislativo, já há uma decisão do Conselho, proposta ao Presidente da Assembleia, constituir uma comissão permanente, uma comissão especial para acompanhar todas as propostas e os pactos que vierem a ser realizados, propostos pelo Poder Executivo. Então, seria uma comissão, no caso específico, para acompanhar junto inclusive à comissão ligada a recursos hídricos às ações dos pactos e avaliar o desenvolvimento dessas ações, de três em três meses, chamando Audiência Pública, notadamente a todas as instituições que participaram do pacto, para que isso pós ser acompanhado e não passe a ser apenas mais um documento, mas seja um documento que foi pactuado e que será inclusive assinado pelas várias instituições.

E a terceira e última pergunta é do Glauber, com relação ao problema do saneamento básico, o problema da contaminação da água, da qualidade da água. Nós temos, exatamente nessa área, onde está a piscicultura, no eixo água para beber, três programas importantes: o programa de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, que já está sendo trabalhado através de condomínios; o Governo inclusive está propondo bancar toda a estrutura e entregar, evidentemente, ao conjunto de municípios que constituem esse consorcio à administração.

O outro programa é o programa de redução do problema da contaminação da água, só para se ter um ideia, a Bacia do Banabuiu, que tem 13 açudes, 11 desses açudes já estão contaminados, um trabalho de grande vulto feito, o primeiro grande trabalho, inclusive feito pela Secretaria, através da COGERH. Então, se de uma bacia tem 13 barragens, 11 estão contaminadas, precisamos pensar seriamente esse problema da qualidade da água no Estado do Ceará.

Portanto, são essas ações que vão permitir que nós possamos ter, no futuro, não só o que já temos, de certa forma, garantida a água, em quantidade, pelo menos a capacidade da acumular, mas que possamos

ter também a água em qualidade para as gerações futuras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Obrigado, Eudoro. Maria Tereza, deseja as considerações finais.

SRA. MARIA TEREZA BEZERRA FARIA SALES: Gostaria só de agradecer e dizer que o Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente está sempre às ordens, que a gente trabalha em parceria e que os nossos resultados de Estado são consequências dessas políticas públicas integradas. E, com relação às mudanças climáticas, nós temos dois grandes desafios que já vêm sendo trabalhados com a FUNCEME e outras entidades, que é reduzir os focos de calor, trabalhar a educação ambiental e aumentar o percentual de áreas protegidas no Estado. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Prefeita Eliene.

SRA. ELIENE LEITE ARAÚJO BRASILEIRO: Eu falei de um programa de ação estadual de combate à desertificação para o Estado do Ceará, mas, só, assim, fazendo um esclarecimento, o programa é uma parceria do Governo do Estado do Ceará, do Ministério do Meio Ambiente, do ICA e GTZ, e queria registrar o trabalho também do Deputado Lula Morais, que está aqui com a gente, ele representa o ponto focal Parlamentar nesse programa; o representante da sociedade civil é o Rodrigo Vaz, da ASA, e o ponto focal institucional, a Liduína, da SRH, Coordenadora da equipe de consultores é a Dra. Raquel Cristina Pontes. Eu queria aqui me dirigir... E o DNOCS também. A Raquel é do DNOCS.

Queria me dirigir ao agricultor de Irauçuba, que fez a pergunta "e agora, o que vão fazer pelo meu município?" Se está esse programa aqui, uma ação, digamos, do Governo Federal, do Governo Estadual, toda essa discussão aqui já é um ação que já está sendo feita exatamente pelas consequências, pelo que aconteceu, que está acontecendo de desertificação, e Irauçuba é realmente um dos casos mais preocupantes do nosso Estado, então, a ação de Governo, com certeza, está sendo feita, e o que é o que o Governo vai poder fazer lá? Talvez esse plano, esse estudo, foram a Irauçuba, mas o que é que fizeram lá, do programa? O que é que eles foram fazer lá? Reunir a sociedade, reuniram lá a igreja, os agricultores, reuniram os conselhos, reuniram o poder público, a Câmara, para fazer um diagnóstico da situação e para que a sociedade lá ficasse consciente do que não pode mais fazer, então, a ação do Governo tem que existir, mas eu queria, assim, te passar uma mensagem que o município como um todo é o principal ator dessa história de parar a desertificação e de fazer ações onde os agricultores não queimem mais, onde não se venda mais carvão e por aí vai. E não só esperar pela ação do Governo, que eu tenho certeza que o povo de Irauçuba, o prefeito, toda a sociedade está lutando contra a desertificação. Eu sei que já fazem inclusive processos de preservação do solo e outras coisas mais. Mas só assim falando em relação à tua pergunta. Tem que ser uma ação de todos, na verdade.

Queria também reforçar, Dr. Eudoro e enfatizar o compromisso Dr. Eudoro, dos municípios, principalmente da APRECE na mobilização dos seus associados, os municípios, para implementar todas as ações necessárias ao Pacto das Águas. Então, obrigada, mais uma vez. Os municípios e o Estado do Ceará agradecem essa grande ação de hoje. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Nós vamos encerrar, não sem antes, primeiro, convidar a nossa... Vamos passar a palavra para o Relator e, em seguida, Deputada Vanessa, nós precisamos fazer o encerramento da nossa Audiência Pública e V. Exa. é a vice-Presidente da comissão, por favor, venha à nossa Mesa dos trabalhos aqui, até porque é o momento final e institucionalmente é V. Exa. que tem que encerrar a Audiência Pública. E o Deputado Eudoro vai dar o lugar aqui para... Os demais podem ficar, para a nossa vice-Presidente.

Dizendo, antes de passar para o Colbert Martins, o material, um certificado que foi feito, todos receberão na saída. O CD com todo material, evidentemente, atrasou em função das exposições, mas a orientação aqui é priorizar as pessoas do interior, e as de Fortaleza receberão pelo INESP; o INESP já me garantiu que todos vão receber toda a produção aqui deste evento e creio que nós, que fomos autores do requerimento, eu e o Senador Inácio, a nossa... E o Eudoro me dizia agora há pouco, isso aqui não é uma mera audiência que fica por aqui, não é, Inácio? Nós vamos seguir em frente e queremos muito que o Congresso, ao discutir desenvolvimento e meio ambiente, leve em conta o Nordeste e tudo aquilo que foi colocado aqui.

Me dizia a Vanessa, a nossa querida Vanessa, que quase que foi uma aula para ela, com todo o respeito, que ela representa a Amazônia, conhece profundamente a região Norte do país, e não tinha dimensão do tamanho da riqueza e de tudo aquilo que exposto aqui na parte da manhã, os quatro painelistas da manhã, a gente agradece de coração mesmo. Não teve cachê para ninguém; ninguém foi pago para vir para

cá, é importante dizer isso. Não é, Professora Marta? Todo mundo elaborando, contribuindo, não estamos começando do zero... Muito pelo contrário, e vamos com tudo que foi produzido aqui, o que nós já demos, levar essa experiência e essa produção para a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Portanto, de coração, como cearense, obrigado a todas e a todos. Vamos ouvir o nosso relator e a nossa Presidente para encerrar o nosso trabalho. Muito obrigado, meus irmãos e irmãs cearenses.

[palmas]

Colbert, eu esqueci aqui, tem duas lembranças que o Eudoro, o nosso sempre Deputado Eudoro Santana quer entregar para o Colbert, tudo que foi elaborado até agora pelo Pacto das Águas e pela nossa Deputada, aliás, futura Senadora pelo Estado do Amazonas, Deputada Vanessa Grazziotin.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu vou pedir a paciência de vocês para passar a palavra para o Senador Inácio Arruda, antes que eu possa passar a palavra, encerrando, para a Deputada Vanessa que, segundo a pesquisa que acabamos de ler, está eleita lá no Amazonas agora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E mais que a Senadora, Deputada Vanessa Grazziotin levando o Pacto das Águas do Ceará para o Amazonas, vai ser a cesta de votos, não tenho dúvida, ela sabe que é uma batalha cruenta que nós vamos enfrentar no Brasil para saber se nós damos um passo mais adiantado ou se o país se atrasa; a expectativa é que o país continue dando passos mais avançados porque isso resultou em progresso em todas as áreas, especialmente nessa área da defesa ambiental, com todas as dificuldades culturais que tem o nosso país, nós avançamos, nós melhoramos, e o tema passou a ser um tema na Ordem do Dia de todos os setores.

Até agora, eu vi, há poucos dias, que o próprio Presidente da FIESP filiou-se ao Partido Verde; você imagina que um dos maiores agressores do meio ambiente resolveu entrar no Partido Verde porque há em curso uma mudança intensa, do ponto de vista político, que vai ter efeitos culturais substantivos no futuro. A minha expectativa é... Essa comissão começou no Congresso Nacional como uma comissão temporária; nós íamos discutir isso emergencialmente, mas o Congresso, olhando mais amplamente, considerou que era preciso ter a comissão de forma permanente, e boa parte das iniciativas dos Parlamentares, das Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e nas Câmaras de Vereadores fruto da sua relação muito mais próxima da população tem se transformado em leis e essas leis posteriormente se transformam em programa do Executivo. Que, às vezes, fica considerando que o Executivo é que está resolvendo tudo, mas tudo isso é fruto desse debate, das instituições ligadas principalmente ao Legislativo; eu vejo o Eudoro Santana, que dirigiu o DNOCS, foi Secretário de Estado, foi Deputado aqui conosco, hoje dirige o Conselho de Altos Estudos, que é um Conselho ligado, pelo que eu entendo, à Assembleia Legislativa; no Congresso Nacional, temos também um conselho da mesma natureza, que trata das questões estratégicas do país, é daqui que vai emanando, pela relação mais próxima que nós temos com a população brasileira, e mais facilidade de exercer a democracia do que o Executivo, historicamente, no Brasil. Que foi muito dizer o seguinte: "Aqui é comigo, o caixa é comigo, o dinheiro é comigo, eu faço assim e eu faço assado", é mais ou menos assim o Executivo, via de regra, no Brasil, mas o processo político democrático permite que a gente tenha a oportunidade de estreitar intensamente os laços com a comunidade brasileira e isso tem produzido boas leis e leis em condições de serem executadas no nosso país.

Então, eu imagino que foi exitosa a nossa atividade no dia de hoje no Ceará, e eu agradeço a presença da Vanessa e do Colbert Martins, Vanessa Grazziotin, espero encontrá-la no Senado da República, mesmo porque o PCdoB tem apenas um Senador, por enquanto, e nós precisamos alargar a bancada dos comunistas para poder largar mais ainda a democracia brasileira e se o Colbert quiser vir também, vai ser um Senado muito mais interessante com a presença de vocês.

Um abraço e obrigado e obrigado também ao nosso companheiro Guimarães, que tomou essa iniciativa no Congresso Nacional, que nós ajudamos a construir, e agradecer de fato também aos painelistas, que foram exposições muito boas, muito boas, que vão ser úteis para os nossos companheiros do Congresso Nacional, que vão ter a oportunidade de acompanhar esta Audiência Pública também pelos órgãos de comunicação da Câmara e do Senado. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Para concluir, eu devo dizer que essas iniciativas aqui tomadas pelo Deputado Guimarães, pelo Senador Arruda já tiveram um grande objetivo. Na comissão e pela predominância que o tema da Amazônia tem, nós conseguirmos mostrar novas realidades, nós já temos um foco importante. Eu garanto a vocês que, logo de imediato, seguramente no nosso relatório, nós vamos contemplar os temas aqui colocados.

E é importante mostrar que, além da Amazônia, que é extremamente importante, nós temos a caatinga, nós temos a Mata Atlântica, nós temos o cerrado, nós temos os temas de desertificação... Os pampas gaúchos, nós temos um Brasil imenso, no qual todos os biomas precisam e devam ser considerados; entendemos a importância da Amazônia, mas achamos que o Nordeste é tão importante quanto qualquer outro bioma, portanto, neste momento, o compromisso nosso é de colocar esse tema; nós vamos retirá-lo na Bahia, Salvador, segunda-feira, o tema da desertificação, o representante da ASA já foi constatado por nós, vai estar lá também, mas tenho certeza que nós já temos o ponto a marcar, esse tema seguramente será considerado no meu relatório... No nosso relatório.

Eu acredito também do que eu ouvi aqui hoje à tarde, o Eudoro sintetizou muito que nós precisamos tratar nesse momento. Primeiro conhecimento. Temos muito conhecimento, já em várias áreas, mas o crescimento tecnológico, que vai fazer dar saltos, esse ainda está por vir, já conhecemos e vemos várias experiências, mas a tecnologia dá assaltos, e nós temos ter que ter o uso da tecnologia para outras situações que até agora nós conhecemos, dominamos o conhecimento, mas não temos como contornar, então, nós vamos ter que ter muito investimento em tecnologia para dar esses saltos agora, aliás, a tecnologia não se arrasta mais por séculos, nem por decênios e nem por anos, é como rã, está saltando rápido e é importante que salte neste conhecimento também na questão da adaptação, na área da educação e nos benefícios. Eu acho que você foi muito claro, quando mostra que temos que ter essa síntese para que possamos avançar também.

Vou dar dois exemplos rápidos, Guimarães, de pactos que já estão avançando porque tem coisa que vai por lei, mas tem muita coisa que já está andando por pactuação, vi aqui várias amostras de pactuação entre municípios, de ICMS verde, mas nós estamos avançando em duas linhas, primeiro a de desmatamento zero; essa proposta de desmatamento zero, porque não adianta escrever na lei, tem que ser pactuada e eu vi essa semana uma reunião com plantadores de cana de São Paulo e essa decisão já tomada, de desmatamento zero, vão utilizar as áreas até agora utilizáveis e não desmatar mais; são pessoas que têm interesse na exportação e lá fora as pessoas, para comprar, agora estão exigindo saber de onde vem.

É a mesma coisa de criadores da região do Pará e Mato Grosso, que hoje tem que ter o carimbo na carne de que não se trata de áreas de reflorestamento não autorizado. Então, o consumo... Nós, consumidores, estamos regulando também o mercado. Então, é importante que se entenda que desmatamento zero e queimada zero; esse pessoal ligado ao setor, não são todos, mas o grande setor da cana-de-açúcar já está modificando a tecnologia para que as queimadas não aconteçam naquele setor; vai diminuir a quantidade do emprego? Vai, e nós vamos ter que fazer escolhas; o mundo cresceu nos último 40, 50 anos, derrubando florestas; essa foi a grande razão de crescimento da Alemanha, dos Estados Unidos, foi a razão da crescimento da França, da Noruega da Suécia. Se cresceu assim, agora, nós vamos ter que um crescimento sustentável, é um novo crescimento que ainda não foi escrito, é mais difícil, é mais lento, mas não vamos fazer como a Índia, que já anunciou que não vai respeitar limite nenhum, que, nesse momento, eles querem crescer, eles querer gerar emprego; o argumento deles é poluição mais emprego; nós queremos aqui crescimento com emprego e crescimento sustentável, e acho que nós temos como seguir essa linha, mas já existem pactos no Brasil de queimada zero e de desmatamento zero. Podemos avançar também nessa linha.

Concluindo... Dizendo que fiquei muito preocupado aqui com as afirmações de que, dos 13 açudes existentes na bacia, 11 estão contaminados por questões de saneamento. Aí não dá para ficar esperando mudança de clima não, Guimarães; nós vamos ter que agir imediatamente nas questões do Governo Lula, nós que somos da base de Governo, do PAC, isso aí tem que agir o mais rápido que puder, aí não podemos esperar não, além de recursos estaduais, recursos de municípios, mas nós temos que agir de forma imediata. Água contaminada é quase que... Nós entendermos uma questão de saúde pública sem nenhum tipo de controle.

Por último, ao agradecer a oportunidade de aqui estar, que eu aprendi hoje dizer que muitos de nós continuamos perguntando o que é que o Governo pode fazer por nós. E está na hora de nós mesmos começarmos a fazer o que é que nós podemos fazer pelo nosso meio ambiente, pela nossa cidade, pelos nossos filhos; muito do que vamos fazer aqui hoje pode ser pouco útil para nós mesmos. Eu acho que vai ser útil, mas é muito mais importante para os nossos filhos e para os filhos deles. É isso que nós temos que nos dedicar a cada dia de forma mais dura, mais intensa, mais competente e mais firme. Muito obrigado e boa tarde a todos.

[palmas]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Deputada Vanessa, por favor, encerre a nossa audiência com chave de ouro.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Na realidade, quem vai encerrar os trabalhos é V. Exa. e o Senador Inácio Arruda que são daqui do Estado do Ceará e que são os responsáveis por essa rica – não vou ser repetitiva, estão todos cansados, enfim, estamos desde cedo aqui, no debate – audiência.

Eu só queria lembrar um aspecto. Bom, em relação às palavras do Senador Inácio Arruda, eu acho que ele está muito ansioso, até mais do que eu, porque ele quer um ter outro Parlamentar ao lado dele, para que ele possa liderar, para que ele possa exercer a função de líder de bancada. Então, faremos todo o esforço, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [ininteligível] mais intensamente, inclusive no Senado, liderando as bancadas.

[palmas]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É verdade. Mas desde já eu declaro o meu voto para que V. Exa. seja líder da bancada. Mas, enfim, eu acho que como nós estamos debatendo aqui, tem algumas coisas que vão já vão sendo concluídas, em qualquer lugar por onde passemos. Não adianta falar em preservação, em conservação do ambiente, se não falarmos ao mesmo tempo em inclusão social, em desenvolvimento com inclusão social. Não tem como dizer ao caboclo ribeirinho, que vive na floresta Amazônia, que ele não pode derrubar árvore se é a árvore a fonte do seu próprio sustento. Não adianta dizer para o agricultor aqui da região Nordeste que ele usa mecanismos errados de manuseio para a terra, se ele não dispõe do acesso aos mecanismos corretos do manuseio da terra. Então, a preservação é compatível com o grau de desenvolvimento e, na Amazônia, nós temos estudos científicos que mostram que as regiões que menos desmataram são as mais desenvolvidas; as que mais desmataram são as menos desenvolvidas. Desmatamento é sinônimo, como já foi dito aqui, de pobreza, de subdesenvolvimento.

Mas penso que nós temos não só uma luz no final do túnel, Deputado Guimarães, nós temos ventos soprando a nosso favor, a favor do Brasil. Nós estamos analisando, já em Brasília, com quatro Comissões, todos os três Deputados que aqui estão, cada qual participa de uma Comissão, eu estou compondo a comissão do pré-sal, que cria a empresa; o Deputado... Do fundo social e o Deputado Colbert também, do fundo social; são quatro Projetos de Lei que analisam o novo marco regulatório para atividade de exploração do petróleo no Brasil. Isso não é pouca coisa e não deve passar despercebido por nós porque nisso aí pode estar a solução de grande parte dos nossos problemas. São açudes artificiais para poder manter, dar vida aos rios que estão contaminados. E como fazer? Precisa de recursos imediatos. Quem sabe seja daí a fonte.

Então, acredito que nós temos, nós, que representamos a região Nordeste, vocês o Norte e Centro-Oeste, que são as regiões menos desenvolvidas, nós temos o dever de promovermos uma grande mobilização nesse momento. O Presidente Lula enviou um projeto à Câmara, prevendo que o fundo, os recursos do fundo serão utilizados em educação, ciência e tecnologia, cultura, combate à pobreza e meio ambiente... Nós precisamos inserir aí o combate também às desigualdades regionais. Eu acho que esse deve ser uma questão para nós até de princípio, para que a gente possa começar a trabalhar a inversão, porque não adianta combater a pobreza se não combater a desigualdade social, é o combate à desigualdade social que vai, efetivamente, de forma permanente, combater a pobreza.

Então, eu quero dizer que fiquei muito agradecida por essa oportunidade. Eu saio daqui sabendo um pouquinho a mais do que entrei e assim é o cotidiano da cada um de nós, a cada dia, nós aprendemos um pouco mais, mas hoje eu aprendi muito mais. Hoje foi um dia, como disse o Deputado José Guimarães, eu não tenho problema afirmar que foi um dia de grande aprendizado, assim como nós queremos mostrar o que é a Amazônia e a política correta para a Amazônia, diferente de muitos que levantam, que falam pela Amazônia sem sequer conhecer ou estudar de forma mais aprofundada a realidade, não teórica, mas a realidade prática de nossa região. Eu fico feliz em estar aqui hoje no Nordeste, debatendo com vocês os problemas, não só de meio ambiente, mas os problemas sociais do Nordeste brasileiro.

Então, obrigada pela oportunidade, Senador Inácio, obrigada pela oportunidade, Deputado Guimarães, e, em nome da Ideli, da Senadora Ideli Salvatti, agradecemos a presença de todos e devolvo a palavra ao nosso anfitrião.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE): Declaro, assim, encerrada a 26ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, criada por intermédio da Resolução nº. 04, de 2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, da referida Audiência Pública Regional, que ora se encerra aqui, nas dependências do Plenário 13 de Maio, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em atendimento ao Requerimento nº. 43, de nossa autoria.

Portanto, a todos e a todas, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h31.

27ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 28 de setembro de 2009, segunda-feira, à partir das 08 horas e 30 minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

As nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, sob a **Presidência do Deputado Colbert Martins**, Relator da Comissão, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a finalidade de se realizar Audiência Pública Regional destinada a debater o tema "Mata Atlântica, Bioma Caatinga e Desertificação – A Bahia no Contexto Mundial de Aquecimento Global", em atendimento ao Requerimento nº 32/2009-CMMC, de autoria do Deputado Jorge Khoury, subscrito pelo Deputado Colbert Martins, aprovado em 06 de agosto de 2009, com a presença das seguintes autoridades: *Deputado Marcelo Nilo,* Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; *Deputado Carlos Gaban,* Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa da Bahia; Deputado Capitão Tadeu; Deputado Gilberto Brito; Deputado Gildásio Penedo Filho; Deputado Misael Neto; *Dr. Juliano Matos,* Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia; *Dr. Luiz Antunes Nery,* Superintendente de Meio Ambiente de Salvador*; Deputado Jorge Khoury,* Membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional; *Deputado Luiz Carreira,* Membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional*; Dr. Júlio Rocha,* Diretor-Geral do Instituto de Gestão de Águas e Clima; Dra. Andréia Bragagnolo, Diretora de Estudos Ambientais do Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia, representando a Dra. Elizabeth Wagner, Diretora-Geral do Instituto; *Dr. Victor Ventin,* Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; *Dr. Renato Cunha,* Presidente do Grupo Ambientalista da Bahia; Conselheiro Zilton Rocha, Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; Dr. Irundi Sampaio Edelweiss, Vice-Presidente do CIEB e Coordenador do Conselho de Meio Ambiente do Sistema FIEB; Dr. Eduardo Mattedi, Superintendente de Políticas para Sustentabilidade do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade; Dr. Jonas Dantas, Presidente do CREA/BA; Dr. Célio Costa Pinto, Superintendente do IBAMA na Bahia; Dr. Hernanes Medrado, Presidente do Sindicato Rural dos Municípios de Marcionílio Souza, Itaberaba e Boa Vista do Tupim; ex-Deputado Ewerton Almeida, Diretor da Fundação Ulisses Guimarães; *Dr.ª Larissa Cayres,* Presidente da Fundação Onda Azul e Dra. Eleene Reis, Grupo Nativo de Itapoan. Havendo número, o Senhor Presidente declara aberta a reunião de Audiência Pública Regional, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência convida os Deputados Federais Jorge Khoury e Luiz Carreira, Membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, o Deputado Estadual Carlos Gaban, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o Dr. Juliano Matos, Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia e o Dr. Zilton Rocha, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a comporem a Mesa dos Trabalhos. É registrada a presença do Deputado Marcelo Nilo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, que compareceu para cumprimentar os membros da mesa dos trabalhos. Ato contínuo, assume a Presidência dos Trabalhos o Deputado Jorge Khoury. Usam da palavra o Deputado Federal Jorge Khoury, Deputado Estadual Carlos Gaban, Deputado Federal Luiz Carreira, Dr. Juliano Matos e Dr. Zilton Rocha. Fizeram uso da palavra, como expositores, o Dr. Victor Ventin, Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia, como primeiro expositor; Dr. Juliano Matos, Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Dra. Andréia Bragagnolo, Diretora de Estudos Ambientais do Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia, representante da Senhora Elizabeth Wagner, Diretora Geral do IMA; Deputado Federal Zezéu Ribeiro; Deputado Gilberto Brito; Dr. Irundi Sampaio Edelweiss, Vice-Presidente do CIEB – Centro das Indústrias do Estado da Bahia; Dr. Renato Cunha, Presidente do Grupo Ambientalista da Bahia; Dr. Julio Rocha, Diretor-Geral do Instituto de Gestão de Águas e Clima; Dr. Eduardo Mattedi, Secretário Executivo do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade. Usaram da palavra para os debates o Deputado Carlos Gaban, Deputado Luiz Carreira, Dr. Juliano Matos, Dr. Irundi Sampaio Edelweiss, Dr. Jonas Dantas, Dr. Célio Costa Pinto, Dr. Hernanes Medrado, Dra. Eleene Reis, Dr. Everton Almeida e Dr. Eduardo Mattedi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente teceu agradecimentos a todos que, por seu trabalho, apoio e colaboração, contribuíram para o sucesso da Audiência Pública Regional, encerrando a reunião as treze

horas, lavrando eu, Nilson Carneiro Quirino, Secretário Adjunto da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal e do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Colbert Martins,** Presidente em exercício**.**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, de Audiência Pública regional na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com a participação da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, em atendimento ao requerimento nº 32, de 2009, de autoria do Deputado Jorge Khoury, subscrito por mim, destinado a debater a Mata Atlântica, o bioma caatinga e a desertificação. A Bahia, num contexto mundial de aquecimento global. Esclareço aos senhores e senhoras presentes que essa reunião de Audiência Pública tem a participação de diversos especialistas da área, que irão trazer imensa contribuição aos nossos trabalhos, pela riqueza de suas apresentações, e, por essa razão, a mesma teve, por parte de muitos, o entendimento de sua realização como sendo um seminário, devido às elevadas e enriquecedoras exposições que a seguir serão procedidas.

Antes de iniciar os trabalhos, me dirijo, aqui, aos membros da Comissão Mista de Assuntos Climáticos do Congresso Nacional, na forma regimental, à dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Por solicitação do Deputado Luiz Carreira, dispenso a leitura da Ata. Coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço a presença dos senhores parlamentares, dos senhores convidados nesta reunião. À minha direita, o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, Juliano Matos, e, à minha esquerda, o Deputado Carlos Gaban, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia. Ainda à esquerda, e mais à esquerda ainda, o Deputado Jorge Khoury, que é membro da Comissão de Mudanças Climáticas e autor do requerimento para esta audiência pública, e, à direita, o Deputado Luiz Carreira, também membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Sou relator desta comissão, e estamos aqui para ouvir da sociedade baiana, daquelas pessoas que aqui nos representam, sugestões, para que nós possamos, em dezembro agora, na Conferência Mundial do Clima, na Dinamarca, apresentarmos um relatório que seja a representação do que pensa o Congresso Nacional na contribuição por esse tema extremamente importante para a vida de todos nós. Como ainda não estão presentes todos aqueles convidados, nós vamos chamar as pessoas que aqui presentes estão, para que possam dar as suas contribuições e abrir o debate para aqueles que, interessados, comparecem, neste momento, à nossa Assembleia. De imediato, passo a palavra para os seus cumprimentos iniciais ao Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Bem, bom-dia a todos, é um prazer grande estarmos aqui, hoje, nesta manhã, ao lado do Deputado Colbert Martins, relator da Comissão Mista de Mudança Climática do Congresso Nacional, o Deputado Luiz Carreira, membro dessa comissão, do Deputado Carlos Gaban, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia da Bahia, o Secretário Juliano Matos, do Meio Ambiente do Estado da Bahia e tantas outras personalidades da sociedade baiana que aqui se encontram para discutirmos esse tema. Nessas palavras iniciais, eu gostaria apenas de reiterar aquilo que o nosso Presidente dessa sessão, o Deputado Colbert Martins, já afirmou, dizendo aos senhores presentes que o Congresso Nacional, ao longo da sua criação, ele tem algumas comissões permanentes na Câmara e no Senado, e poucas, ou apenas uma comissão permanente mista, que é a Comissão Mista de Orçamento, Planos e Fiscalização. No entanto, a partir desse ano, face à importância do tema, o Congresso Nacional Brasileiro criou exatamente esta comissão, que é a segunda Comissão Permanente Mista do Congresso Nacional. E, exatamente nesse ano, em função da COP 15, em Copenhague, onde deverão ser reafirmados os compromissos de Quioto e alargados, em função da expectativa que todos nós temos, numa postura diferenciada do governo dos Estados Unidos, que faz com que a visão do mundo esteja voltada para esta conferência. E a nossa comissão, exatamente, busca termos um relatório final, elaborado pelo nosso companheiro da Bahia, Colbert Martins, um relatório que faça transparecer aquilo que pensa o Parlamento Brasileiro acerca dessa questão. Além das audiências que, semanalmente, ocorre em Brasília, existem as audiências públicas externas, já aconteceu em alguns estados do Sul, como Santa Catarina e São Paulo, aconteceu, há poucos dias, em Fortaleza, e, agora, estamos aqui, em Salvador. Exatamente com o propósito de colher informações locais, para que possa enriquecer o nosso relatório e, com isso, evidentemente, influir nas decisões mundiais acerca do aquecimento global, em dezembro, na cidade de Copenhague, na Dinamarca. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Deputado Jorge Khoury. Passo a palavra ao Deputado Estadual Carlos Gaban. Antes, agradecendo a V. Exa. e a sua equipe, a preciosa ajuda para a organização desse evento, e agradecendo, também, e estamos guardando para que aqui venha, eu estive com ele na última sexta-feira, o Presidente Marcelo Nilo, desta Assembleia Legislativa. Obrigado a V. Exa. Com a palavra.

DEPUTADO CARLOS GABAN (DEM-BA): Bom-dia, eu gostaria de cumprimentar prezados amigos, Deputado Colbert Martins, Jorge Khoury, Luiz Carreira, Secretário do Meio Ambiente do nosso estado, também, sua presença, demais empresários, representantes da sociedade baiana. É um tema, meus caros deputados federais, é um tema bastante interessante, porque nós temos que, num momento de crise, onde a geração de emprego e renda continua sendo um dos grandes desafios da sociedade, nós temos que fazer comparação, ou a compilação entre os dois entes, crescimento ordenado, sem prejudicar o meio ambiente. Eu acho que aquecimento global é um tema que vem já, há muito tempo, preocupando toda a sociedade, sobretudo cientistas. A gente vê, a cada dia que passa, as geleiras – digamos que eram permanentes – se dissolvendo, graças ao aquecimento global. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que continuar com o crescimento, até porque a gente tem que ter a geração de emprego e renda.

Então, essa comissão, eu acho que é uma das mais importantes. Vai definir, na realidade, o futuro, não nosso, mas, talvez, dos nossos filhos, dos nossos netos. Então, eu parabenizo, eu agradeço, inclusive, a presença de V. Exas. aqui, do Deputado Jorge Khoury, que foi quem fez a indicação para que essa comissão comparecesse aqui, na Bahia, para ouvir os seguimentos organizados. Eu acho que é importante a participação de todo o empresariado, para que a gente possa, num consenso, ou, no mínimo, atendendo às maiores reivindicações, fazer essas duas, enfim, fazer um crescimento ordenado, sem prejuízo ao meio ambiente. Eu defendo a tese, até aproveitando, aqui, a presença do Secretário de Meio Ambiente, meu caro amigo secretário, que nós devíamos, em termos de Bahia, fazer uma Legislação do meio ambiente por regiões. Nós temos regiões aqui, meu caro Colbert, totalmente diferenciadas. Você veja, por exemplo, o extremo sul, onde já está consolidado o plantio de eucalipto, não tem outra alternativa no momento para a região. Teria que ter um fórum bastante abrangente, onde participaria o Secretário de Meio Ambiente, Secretário de Planejamento, enfim, o empresariado, para que se possa, também, criar novas alternativas para aquele sul. Se a gente vai para o oeste da Bahia, é uma situação totalmente, também, diferenciada, que precisa de uma Legislação diferenciada. Então, eu vejo que, para a Bahia, sobretudo, para que a gente possa ter um crescimento ordenado e atendendo, já, a consolidação de alguns empreendimentos nas regiões, deveríamos mudar nossa Legislação Estadual, meu caro Juliano, para que a gente atenda às regiões, e não uma Legislação como a gente tem aqui, que prejudica e impede o crescimento do empresariado aqui no estado.

Então, essas são as considerações iniciais que eu faço, temos aqui mais para ouvir, para, em função do que ouvirmos dos seguimentos organizados, podermos ajudar na Legislação Estadual. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Deputado Gaban. Passo a palavra ao Dr. Juliano Matos, Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia.

SR. JULIANO MATOS: Bom-dia, bom-dia a todas, bom-dia a todos, queria saudar a Mesa, em nome do nosso deputado que está presidindo a sessão, Dr. Jorge Khoury, Carreira, Deputado Gaban.

Bom, antes de mais nada, é uma satisfação estar aqui, hoje, discutindo o aquecimento global, tema fundamental para todos nós, e passar aqui algumas informações rápidas, a título de informação, para que a gente comece a fazer um debate, uma escuta, também, nivelada, com o mesmo nível de informação, Carreira, distribuído e ofertado aí a todos. O Governo da Bahia criou um GT com nove Secretarias de Estado, sob a coordenação do Fórum Baiano de Mudança Climática. É um fórum que tem se destacado em sua atuação, já fez reuniões nacionais aqui, no território, dialogando com o Fórum Nacional. Nós temos, hoje, um projeto elaborado, um projeto de mudança climática elaborado no estado, vem sendo discutido com a FIEB, com a FAEB, com a sociedade civil. Já estamos aí com cinco reuniões realizadas. É um documento que vem sendo pioneiro na área, no estado. Evidentemente, deve, ainda, passar pelo CEPRAM e fazer todo um circuito bem amplo, para que a gente consolide essa política na Bahia e venha para a Assembleia Legislativa ser votada, ainda esse ano. Essa política do estado, ela tem dois objetivos permanentes, que nos orientam na construção dessa proposta de Projeto de Lei, e corroboram com a Política Nacional. Primeiro: evitar os impactos negativos, as interferências antrópicas no sistema climático, estimulando, em seu território, a redução progressiva das emissões de efeito estufa, e a captura e a estocagem desses gases. Veja só, no ZEE, no Zoneamento Econômico e Ecológico, nós já fazemos um inventário das emissões por região. Atende um pouco

aí o que o Deputado Gaban colocou, sim. Nós estamos fazendo uma perspectiva das emissões regionais para compensá-las, e, evidentemente, que isso vai pesar no tipo de investimento que será atraído para uma região ou outra. Segundo: definir e implementar as medidas para promover adaptação à mudança do clima, em todos os territórios de identidade do estado, setores econômicos e sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis a seus efeitos adversos. Então, veja que é uma política profundamente integrada, é uma política que abrange várias Secretarias do Governo do Estado, e dizer que precisamos de todos, sim, para construir uma realidade diferenciada e adaptar desenvolvimento, crescimento, claro, com geração de emprego e renda, e, também, desenvolvimento econômico. Esse exemplo que o Deputado Gaban colocou é interessante, do eucalipto. Viu, Deputado Gaban? Já começando aqui uma resposta interessante. Veja, se o polo de celulose, lá no extremo sul do estado, deixasse de ser polo de celulose – e os empreendedores sabem disso, a gente conversa com eles longamente – e passasse a ser um polo florestal, destinar aquela produção para outras atividades, você teria, de cara, ali, um imenso incremento de dezenas de cadeias produtivas que pudessem se agregar: uma alvenaria, madeira com matriz energética... Você teria alternativas sobre aquela produção florestal. Essa é uma perspectiva que a gente está considerando, inclusive, já na duplicação da própria Veracel, que vem querendo se duplicar no estado, agora, com outro perfil, com outra adequação, com outra inteligência na área ambiental, para que o desenvolvimento possa acontecer de forma multifacetada, multidimensionada, e deixe de ser um polo única e exclusivamente da produção de celulose, mas de produção de madeira, e, com isso, alimentar dezenas de cadeias produtivas, na região. Então, inicialmente, é basicamente isso, para que a gente comece. A gente está aqui mais para escutar do que para falar. Então, muito obrigado a todas, e muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Secretário. Eu quero convidar à Mesa o Conselheiro Zilton Rocha, que é Corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, e o Tribunal convidado V. Exa. o representará. Quero registrar, também, as presenças, e agradecer, do Deputado Estadual Gilberto Brito, e do Deputado Gildásio Penedo. Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Tudo bem? Bom-dia a todos, cumprimentar o nosso Presidente dessa Audiência Pública, o Deputado Colbert Martins, que é o nosso relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; cumprimentar o Deputado Jorge Khoury, que é membro da Comissão; Deputado Gaban, Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia Legislativa; o Dr. Juliano Matos, que é o Secretário de Meio Ambiente do Estado; Dr. Zilton Rocha, Tribunal de Contas; Dr. Victor Ventin, da Federação das Indústrias da Bahia; meu querido amigo Renato, demais amigos, vejo muitos aqui, na sala.

Essa Audiência Pública é mais uma etapa da Comissão Mista de Mudança Climática da Câmara. O Deputado Jorge Khoury já fez referência sobre o histórico dessa Comissão. Ela iniciou como uma Comissão não permanente da Câmara e, logo em seguida, pela importância do tema, foi efetivada como a Segunda Comissão Permanente do Congresso Nacional. Esse tema de mudança climática, ele, realmente, repautou, praticamente, a questão do meio ambiente no Congresso Nacional. Nós tivemos um período aí, quando fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tinha dificuldade, Renato, até de reunir para fazer as audiências, mas, depois de dois anos, três anos para cá, praticamente, após a divulgação de relatórios, tanto do IPCC quanto Relatório Externo, passou a ser de grande interesse na Câmara dos Deputados. Mas ainda temos, Deputado Colbert Martins, algumas missões a cumprir. Nós estamos fazendo essas audiências públicas para colher informações, mas temos tarefas que nos são próprias. Por exemplo, até hoje, nós não aprovamos ainda as Diretrizes de Mudança Climática, que foi encaminhada à Câmara há cerca de um ano. Também, não houve qualquer interesse maior por parte, diga-se, do Executivo, porque não fez qualquer gestão junto à sua bancada, às lideranças, para que esse projeto pudesse ser votado com a maior rapidez possível. Nós estamos, nesse momento, em contato, inclusive, discutindo, o próprio Relator já pediu audiência com o Presidente Michel Temer, no sentido de agilizar a tramitação desse projeto, porque não é possível que o Brasil vá à COP 15 sem, sequer, ter feito a sua parte. Já fez o plano, e sequer aprovou as Diretrizes de Mudança Climática para o país. O projeto, inclusive, está tramitando na Câmara, e qualquer entidade, qualquer agente público ou privado pode, ainda, fazer solicitações para que o Relator possa incorporá-las e poder votar o mais rapidamente possível. Nós temos outras tarefas, também, pela frente, que diz respeito, inclusive, a essa audiência. Uma delas é a questão do bioma caatinga. Como todos sabem, tem um Projeto na Câmara, da PEC, tramitando na Câmara, que transforma tanto a caatinga como o cerrado em patrimônio nacional, como os demais biomas já são. E, até hoje, nós não conseguimos votar, por umas questões de ordem interna, mas que já começam a evoluir positivamente, e eu tenho a impressão que, até o final do ano, também, podere-

mos ter boas notícias em relação a esses temas tão relevantes para todos nós, especialmente, aqui, para a Bahia. Queria cumprimentar o Deputado Zezéu Ribeiro, que acabou de chegar, Deputado Gilberto Brito, Deputado Gildásio Penedo, dizer que o nosso... O Capitão Tadeu também, que acaba de chegar aqui, atrás aqui da... Enfim, eu queria dizer que essa audiência, ela tem como finalidade ouvir mais, e, por isso mesmo, nós estaremos aqui, ouvindo os expositores, e tentar, a partir daí, ajudar, na verdade, na elaboração do relatório do Deputado Colbert Martins, que eu imagino que até dezembro. Até dezembro?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Até novembro.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Até novembro, e concluir o relatório, e poder, assim, a tempo, ter as indicações da Câmara para a Missão do Brasil. O que nós estamos discutindo na Câmara, nesses dias, é que o Brasil precisa ter uma postura mais pró-ativa, nessa questão, e chegar à COP 15 numa posição de vanguarda. Quer dizer, realmente, avançar bastante em alguns temas. Creio que isso tem acontecido, até. Nas últimas reuniões que tivemos na Comissão de Mudança Climática, tanto o representante do Ministério das Relações Exteriores como da Ciência e Tecnologia já avançaram em alguns pontos que eram mitos anteriores, mas que, de qualquer maneira, começam já a se configurar que o Brasil deverá apresentar algumas metas, pelo menos, na COP 15, esperamos todos nós. Esperamos, também, a confirmação do Presidente Lula. Pelas informações que nós tivemos, parece que ele não teria confirmado ainda a presença na COP 15. Espero que o Brasil se faça bem representado tanto pelo Executivo como pelas Entidades Não-Governamentais, que, certamente, estarão presentes, porque são ativas e estão sempre juntos, discutindo essa questão, que é importante para todo mundo, que é a questão do clima, mas, também, que o Congresso Nacional se faça representado adequadamente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Deputado Carreira. Com a palavra o ex-Deputado e Conselheiro, Zilton Rocha, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

SR. ZILTON ROCHA: Bom-dia a todas e todos. Digo aos senhores que eu tenho muita satisfação de estar aqui, na Assembleia mais uma vez e, sobretudo, para assistir e contribuir com a presença e até poder dar essa palavra sobre um tema tão candente que nós estávamos. Queria contribuir, cumprimentar, particularmente, aqui, meu velho companheiro, e, de alguma forma, muito professor dessas áreas, o meu Deputado e Arquiteto, conhecedor dessa cidade, Zezéu Ribeiro. Eu fui um focal da Assembleia, quando esse tema foi posto, em 2004... Assim, na ordem do Dia Internacional, porque o Brasil assinou o convênio junto com todos os países que enfrentam esse sério problema da desertificação, dos climas subúmidos. Estive em alguns eventos em vários estados, onde se discutia isso. E acho que é um tema muito alegre, que seja um baiano, comprometido com essas questões, que esteja na relatoria, porque nós somos o estado que hospeda a maior extensão do semiárido brasileiro, e temos situações muito preocupantes. Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu fui para uma Audiência Pública, na Câmara de Vereadores de Caitité, e fiquei preocupado quando as informações circularam lá, e eu recebi até uma revista de que saíam 250 caminhões/dia para Minas Gerais, carregados de carvão. Ora, para você gerar 250 caminhões/dia, se tirar os garranchos que não são utilizados e outros, imagina – e o carvão perde volume depois de queimado – para se calcular a quantidade de madeira nativa que dá o equilíbrio à nossa região semiárida para ser, simplesmente, incinerado. Isso fora as pradarias e olarias, que tem muitas lá na região. E eu me lembro que diziam que, em 2003, se vendia um metro cúbico de madeira por três reais. Para um pequeno produtor daquele, para um habitante daquela região, fazer 30 reais para comprar farinha no sábado, ele tinha que entregar dez metros cúbicos de madeira, e isso nós podemos imaginar numa extensão de dez, 15 anos o que não acontecerá, se não houver um freio a essa situação. Portanto, é um tema da maior atualidade. Existem, na minha opinião, uma infinidade de alternativas possíveis. Eu visitei lá, no oeste de Pernambuco, que é o estado, talvez primeiro, o estado que primeiro adotou, por exemplo, a experiência das barragens subterrâneas, que, agora, está chegando na Bahia, não é? E tanta forma de se produzir, sem precisar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Conselheiro Zito, me permite interrompê-lo rapidamente para agradecer a presença do Presidente Marcelo Nilo, que vem aqui nos cumprimentar. Eu agradeço à V. Exa., Presidente Marcelo, por ter nos cedido a Assembleia Legislativa, como já agradeci ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas agradecer muito à V. Exa. pela contribuição, e esperar que daqui possam sair sugestões importantes para a melhoraria do clima.

SR. ZILTON ROCHA: Pois bem, só para concluir, quando ainda na Presidência da Comissão de Meio Ambiente, eu peguei o técnico, biólogo que assessorava a comissão, e ele foi lá para a região. Infelizmente, nós não tivemos tempo de sistematizar muito, mas o que tem de registros em vídeo, em foto, etc., mos-

trando a situação dessa parte do nosso estado. E só para trazer, assim, como preocupação: o que me estarreceu foi... Por exemplo, diziam lá na região: "Não, lá em Minas, dizem que as leis são mais rigorosas, e eles não podem mais fazer a derrubada da madeira nativa e estão tento que vir para a Bahia". Nós viramos a casa da mãe joana para destruir. Eu acho que são preocupações que todas as instituições devem estar. Eu acho que do ponto de vista... Porque, às vezes, as pessoas pensam que o Tribunal é um ambiente estéril, frio, que não tem nada a ver com a vida. E lá é onde se cuida do recurso público, e o recurso público tem que ir para resolver questões fundamentais da nossa população, e é preciso que se avalie, veja se, realmente, medidas, investimentos nessas áreas prioritárias, fundamentais em defesa da vida estão, realmente, acontecendo. Eu repito que fico alegre de ver um tema desse não cair no esquecimento, só que esperemos que seja o mais rápido possível. Porque há situações que não podem mais aguardar. E por último, dizer que tem me preocupado, assim, refletido sobre a situação do nosso planeta, já tão sobejamente divulgadas essas preocupações, que parece que a Biologia, a Física, a Química, a Medicina, a Sociologia, a Antropologia, enfim – senão eu vou... –, todas as Ciências estão preocupadas com isso. Parece que há uma que ainda não chegou, que é a Economia. O mundo inteiro tem que crescer, o mundo inteiro tem que crescer, não se pensa em distribuir, não se pensa em racionalizar, não se pensa em otimizar a utilização, não. A única variável que vale é a do crescimento. A Senadora Marina Silva já dizia isso há oito anos atrás, para dar o nível de vida dos alemães, dos norte-americanos, dos franceses, do chamado mundo central, a todos os habitantes da terra, nós precisaríamos de 4 Terras. Ora, se só há uma, e se a Terra é finita, a capacidade de crescer da humanidade é infinita, e se a capacidade de interferir, intervir num planeta é infinita, como é que nós vamos equacionar isso sem racionalizar? Eu li, essa semana, uma coisa que eu acredito: "Não é a Terra que pertence aos seres humanos; são os seres humanos que pertencem à Terra". Ou nós nos convencemos disso e racionalizamos a nossa forma de atuar, ou, vale lembrar, também, uma coisa que dizem que é do Bispo Luiz Cappio, outros dizem que é da cultura geral da população, que ninguém sabe quem é o autor, que ele disse: "Deus perdoa sempre; o homem, às vezes; e a natureza, nunca". Ou nós nos compenetremos disso, ou vai chegar uma hora que mares vão cobrar a conta, que florestas que desapareceram vão trazer o custo. E eles serão muito maiores para resolver do que como estamos fazendo, haja vista o que se faz na orla de Salvador. Muito obrigado, V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Obrigado à V. Exa. Certamente, vai ser muito oportuna a sua presença aqui, porque vai controlar muito desses gastos que podem ser importantes para o planeta. Eu vou dar início à sequência da proposta que nós fizemos e vou convidar o empresário Victor Ventin, como representante do setor produtivo, uma vez que as outras pessoas convidadas ainda não puderam chegar. Mas eu acho que o Sr. Victor Ventin os representa bem, mas, antes, consulto o Deputado Zezéu Ribeiro se quer usar da palavra. Se quiser ser posteriormente, também, podemos fazê-lo. Então convido o Sr. Victor Ventin, Presidente da Federação das Indústrias da Bahia, para poder usar da palavra. Se quiser usar da Tribuna, também, à vontade, ou do local onde V. Sa. se encontra. Obrigado. Não tem som na bancada? Eu queria que, se fosse possível, que fosse ligado o microfone da terceira bancada, onde encontra-se o Dr. Victor Ventin. Ele está treinando para deputado, mas ainda não conseguiu, mas, com certeza, vai acertar, rapidamente. [risos]. Está funcionando? Muito obrigado.

SR. VICTOR VENTIN: Agradeço às referências do Deputado Colbert Martins, mas, certamente, não tenho a capacidade ainda para isso. Agradeço o convite, e a minha presença aqui se deve, certamente, a uma demonstração de que a entidade empresarial e os empresários da indústria da Bahia têm uma preocupação e um respeito muito grande com os problemas do meio ambiente. Certamente, nós sempre estamos na berlinda, porque, ao termos que criar indústrias e criar emprego, somos, talvez, dos que mais precisamos impactar o meio ambiente. Temos essa consciência, mas temos, também, a consciência de que estamos fazendo com o menor impacto possível. Precisamos desenvolver o homem da Bahia, precisamos dar a ele dignidade, emprego e renda. Se crescemos, e as leis não conseguem revogar, crescer e multiplicai-vos, a raça humana, certamente, impacta. Vamos tentar impactar o menos possível.

Ouvi referências ao setor de celulose. É verdade que a madeira ali poderia estar sendo melhor usada. Mas foi o setor de celulose que trouxe a madeira, e, agora, poderemos dar melhor uso à madeira. Certamente, também, mostrar que, pela primeira vez, a China ultrapassou os Estados Unidos como primeiro importador da Bahia, e foi graças à celulose. A China está, hoje, importando entre 17 e 18% do total das exportações da Bahia e relegou os Estados Unidos a 13%, algo nunca antes alcançado. Fizemos aí um pouco de distribuição, e, efetivamente, conseguir novos mercados é fundamental para que o cidadão baiano alcance melhor nível de prosperidade. Já temos em-

presários baianos pesquisando na Alemanha métodos para fazer casas de madeira derivada da floresta do eucalipto. Certamente, se o governo ajudar com algum tipo de incentivo fiscal, ele pode ser o motivador da melhor transformação dessa madeira em casas populares do que, certamente, a celulose. Concordo com o Secretário do Meio Ambiente, mas temos que preservar quem trouxe o investimento de mais de 4 bilhões de dólares para o Estado da Bahia e que obteve o direito, o licenciamento, para produzir celulose. Nós precisamos tentar melhorar, mas precisamos respeitar o direito de produzir.

Outro assunto que preocupa muito aos empresários é área de energia. Todos estamos precisando cada vez mais, até para o conforto do cidadão, mais energia. Infelizmente, alguns ambientalistas radicais não permitem mais fazer hidroelétricas, e não querem, também, que se faça energia nuclear. Nos obrigam, então, como neste ano está acontecendo, a implantação de um sem-número de termoelétricas, que, certamente, consomem combustíveis fósseis não-renováveis, ou seja, jogando CO2 na atmosfera, e algo que não temos *ad infinito*, quando poderíamos, aproveitando melhor a água, e as excelentes bacias que temos, transformá-las em recursos renováveis em energia hidráulica. Desde que, também, destinássemos adequadamente o lixo nuclear, essa energia não poderia ser abandonada. Aliás, muitos países da Europa que, na década passada, pretenderam fechar seus olhos à energia nuclear, estão vendo que é preferível gastar muito para tratar bem os resíduos da energia nuclear do que ficar dependendo de combustíveis fósseis não-renováveis, provenientes de longínquos países e, até certo modo, de países com diferentes culturas, que cada vez dificultarão mais o acesso a essa energia.

A minha presença aqui, também é para dizer aos senhores o seguinte: precisamos, no mundo, permitir a mobilidade social. Aliás, eu sou um pouco exemplo dessa mobilidade. Eu sou filho-neto de emigrantes, e, hoje, estou Presidente da Federação das Indústrias. Isto é algo a louvar para a sociedade da Bahia, que não discrimina, e que permitiu... Isso eu brinco muito com os meus companheiros na Europa e pergunto a eles: "Qual das suas federações?". Por exemplo, na Espanha, que são 50 estados, com 50 províncias. Eu digo: "Qual das federações das 50 províncias de vocês pode dizer que tem um Presidente imigrante e filho de uma primeira geração?". Eles ficam perplexos, e eu digo: "Olha, normalmente, o europeu e o americano olha muito para o seu umbigo, como ele fosse centro do mundo, como se só ele tivesse predicados positivos a oferecer à humanidade. Certamente a sociedade baiana é muito mais tolerante do que vocês, e permite isso, permite essa mobilidade social, até mesmo para emigrantes de outros países". Por isso, rendo aqui, nesta Casa, também, a minha homenagem pessoal a esta tolerância da Bahia com todos os emigrantes. Claro que tudo que é virtude, às vezes, tem um viés de defeito; às vezes, há excessiva tolerância, que aí, também, é um atributo, também, positivo do Brasil em geral; às vezes permite que nossa sociedade puna muito pouco os irresponsáveis socialmente, tanto no ponto de vista ambiental como no ponto de vista até criminal, com isso, transferindo para as pessoas, corretas ou socialmente cumpridoras das leis, sucumbir a esses irresponsáveis.

Como os meus conhecimentos de meio ambiente são muito inferiores aos do Professor Irundi, eu não vou me alongar mais, e, como o Professor Irundi é, dentro da Federação das Indústrias, o Coordenador do Conselho de Meio Ambiente, que, ao final, é o Conselho que dá voz à Presidência da Casa, resumindo nesse Conselho, pela qualidade dos técnicos presentes e dos vários setores ali representados, é o responsável por coordenar o que a casa pensa sobre meio ambiente. Então, eu pediria licença aos senhores para passar a ele para considerações muito mais técnicas do que as minhas, que, na verdade, foram mais políticas, para mostrar a necessidade de que a mobilidade social ocorra, e por isso mesmo que temos que ter cuidado com o meio ambiente, mas, também, permitir que o homem da Bahia possa galgar melhores níveis de desenvolvimento.

Lembrei há pouco, no Plenário, que a China propõe que as emissões sejam *per capita*, como maneira de preservar a sua capacidade e a sua mobilidade social. Lembro, também, que, se não queremos discriminar a África e não queremos discriminar outros continentes menos desenvolvidos, certamente temos que pensar um pouco por aí, porque, se transformamos todos, impedindo qualquer emissão ao meio ambiente maior do que a que temos, faremos um congelamento dos países desenvolvidos no seu melhor estágio, em que seus cidadãos tenham melhor capacidade de conforto e melhor renda. E condenaremos, pela via transversal, a todos os demais continentes e etnias, porque, na verdade, o chinês diz: "Por que o cidadão amarelo não tem o mesmo direito de poluir que o cidadão branco?". E eu também pergunto: "E por que o continente africano, que é certamente um continente predominantemente negro, não tem também esse igual direito?". E nós, da Bahia, que somos 75% Mama África, com muito orgulho, porque ela impregnou essa nossa cultura de valores tão importantes que estão por aí dispersos, e que, talvez, no exterior nos caracterizam até mais que qualquer outra etnia, então, para

permitir, também, essa mobilidade social, precisamos de leis que não nos engessem, precisamos de leis que permitam que os mais pobres possam alcançar melhor nível de conforto e melhor nível de renda. Por favor, Dr. Irundi, complemente, tecnicamente, um pouquinho melhor--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Doutor, desculpe, nós vamos chamar outras pessoas que estão na sequência aqui e, posteriormente, nós chamaremos o consultor com o maior prazer.

SR. VICTOR VENTIN: Ok, perfeito. Desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço à V. Sa., consulto se há alguém presente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia ou representante. Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia ou representante? Bom, passo a palavra agora, no Painel Governamental, ao Secretário do Meio Ambiente Juliano Matos. O tempo que o Dr. Victor utilizou foi em torno de oito minutos. Nós não vamos controlar o tempo, mas vamos ter um limite em torno dos dez minutos, para que possamos ter maior quantidade de pessoas usando da palavra.

SR. JULIANO MATOS: Bom, bom-dia a todas, bom-dia a todos. Eu queria, Presidente, realmente, colaborar com o relatório de V. Exa. Então, eu vou fazer aqui uma espécie de uma leitura de um relatório interno do próprio estado, da própria SEMA, com relação às nossas atividades na área de mudança climática, para que, evidentemente, esse relatório possa ser posteriormente examinado por V. Exa., para que possa ser incorporado de forma efetiva. Ou seja, ter foco realmente no objetivo desse trabalho. Ainda que tenha aqui uma série de questões que foram tocadas aqui que, ao longo da audiência, a gente possa debater e discutir, como é o caso das termoelétricas, como é o caso do carvão, que o Conselheiro Zilton tocou, e que estamos avançando, sim, para solucionar esses problemas. Mas vamos ao relatório, para que a gente tenha aqui uma audiência bem produtiva.

Bom, primeiro ponto a ser considerado: o Presidente Lula, em 21 de novembro de 2007, instituiu o Decreto nº 6263, e criou o Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima, que orienta a liberação do Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e dá outras providências, cuja coordenação é da Casa Civil, da Presidência da República, e seu grupo executivo é coordenado, a nível nacional, pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse decreto permitiu estabelecer as estratégias para a elaboração da política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, bem como outras providências relacionadas ao tema. O CIM é composto por 17 Órgãos Federais e tem como convidado o Fórum Brasileiro de Mudança Climática, o equivalente, aqui, na Bahia, ao Fórum Estadual de Mudança Climática. Nós funcionamos, na realidade, de forma muito semelhante. A Política Nacional está hoje no Congresso, e o plano foi lançado na COP 14, em Poznań, na Polônia, com grande repercussão mundial. Vale lembrar que esse plano será revisado em março de 2010, e sempre que necessário, devido ao tema, está em constante discussão, e, devido às decisões da conversão, de governos de país, interferirem nas diretrizes do mesmo. Então, é um documento dinâmico que está sendo essa audiência, compõe inclusive essa perspectiva.

A proposta da Política Nacional é resultado de um processo que envolveu dez reuniões do Grupo Executivo e três dessa Coordenação Interministerial. A participação da sociedade civil aconteceu por meio e através de reuniões promovidas pelo Fórum Brasileiro de Mudança Climática, que contaram com a participação de diversos setores, destacando-se a Academia, o Setor Privado, Fóruns Estaduais de Mudança Climática e Organizações Não-Governamentais. O Fórum Brasileiro de Mudança Climática é essa ponte de interlocução entre sociedade e o Governo Federal, e tem cumprido esse papel. Durante os dois últimos anos, o Secretário Executivo do Fórum, Professor Luiz Pinguelli Rosa, convocou, executou debates, reuniões e diálogos setoriais para discutir a Política Nacional e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O Fórum Baiano acompanhou e contribuiu para essas discussões. Nessa semana, inclusive, agora, na sexta-feira, pela manhã, o Fórum coordenará uma reunião com os Secretários Estaduais do Meio Ambiente. Eu acho que o resultado dessa reunião muito vai interessar à relatoria de V. Exa. Será uma reunião com todos os secretários do Nordeste, para elaborar um documento com o objetivo de discutir as propostas e demandas importantes para a redução de emissão de gases de efeito estufa e a promoção, desenvolvimento sustentável da região. E contribuir com a construção, pelo Governo Federal, da posição brasileira ser levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas, que será realizada em Copenhague, como já foi citado aqui. O resultado desse debate, com as propostas e demandas, será discutido em reunião no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e consolidados em documento que será, posteriormente, entregue ao Presidente Lula. Essa iniciativa do Poder Executivo vem se somar aos esforços empreendidos pelo Poder Legislativo e pelos estados que já elaboraram Projeto de Lei, com objetivo similar, como é o caso da Bahia. Projeto de Lei que já foi discutido em diversos setores da sociedade baiana e está prestes a vir para esta casa, para a Assembleia

Legislativa do Estado. A ideia é que seja enviado em novembro, dezembro, para votação ainda este ano, apreciação dos deputados, votação e aprovação ainda esse ano, o Projeto de Lei da Bahia.

O Governo do Estado criou um GT, à semelhança do Governo Federal, com nove Secretarias de Estado, dando esse caráter de transversalidade, que é indispensável para que se consolide uma política real e atenda a todas as demandas, sobre a confirmação do Fórum Baiano de Mudança Climática, para elaborar documento base desse Projeto de Lei. Já realizamos cinco reuniões e apresentamos a proposta aos membros do Fórum Baiano em 13 de agosto de 2009. Desde então, lançamos o Projeto de Lei no *site* da SEMA e estamos realizando diálogos setoriais, para recebermos contribuições. Fizemos, no mês de setembro, reuniões com a FAEB e com a FIEB, e, agora, no dia primeiro de outubro, faremos uma reunião com as centrais sindicais e com os movimentos sociais, ONGs. Por fim, teremos reunião com a Câmara Técnica de Políticas Públicas do CEPRAM, todas essas contribuições serão apresentadas ao GT, para, então, reformularmos o Projeto de Lei, e, ainda este ano, ser encaminhada a esta Casa, como eu coloquei.

A Política Sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia, como eu falei na abertura dessa audiência, tem dois objetivos permanentes, que corroboram com a política nacional: evitar os impactos negativos das interferências antrópicas no sistema climático, estimulando, em seu território, a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa, e captura e estocagem desses gases. O Governo da Bahia tem projeto já e plano acontecendo para atingir esses objetivos, como é o caso dos polos florestais sustentáveis. São oito polos florestais sustentáveis, Deputado Colbert, já em funcionamento no estado. Veja só, nós fizemos um inventário, demanda de biomassa, por município na Bahia, e são números bem interessantes. Até para tentar resolver o problema do carvão, que o Conselheiro Zilton Rocha colocou aqui. Vejam os senhores: para demanda, hoje, como biomassa, como matriz energética, a Bahia precisaria de 300 mil hectares de floresta de produção, de floresta plantada, contemplando as diversas espécies nativas ou não, mas precisaríamos hoje de 300 mil hectares para manejar e dar contas das padarias(F), olarias, secagem do cacau – secar cacau, por exemplo, é uma dificuldade séria, grave –, casas de farinha, padarias, pizzarias... Enfim, a matriz enérgica do micro e do pequeno empresário na Bahia ainda é muito, depende muito de biomassa, e biomassa nativa. Ou seja, para resolver esse problema, tem que ter política, e a política que a gente desenvolveu são os polos florestais sustentáveis. Existem oito já referenciados em todo o estado. Dependendo da região, você pode cultivar algaroba. Está aqui o Deputado Gilberto Brito, que incentiva essa perspectiva já há muitos anos, e tem sido considerada assim... O primeiro polo florestal de algaroba deve ocorrer em Juazeiro e região. Depois, eu vou me lembrar exatamente dos municípios que vão compor, porque cada polo demanda pelo menos uns oito ou seis municípios. Nós temos, evidentemente, esses polos consolidando essa perspectiva de produção associado ao Pronaf, aplicado ao pequeno agricultor, por exemplo. Hoje, na Bahia, são mais de 2000 agricultores florestais, já plantando floresta de produção para atender essas pequenas demandas. Nós temos o Programa Bahia Floresta Global, que gera Crédito de Carbono, incentivando a recuperação de áreas degradas e unidades de conservação, inclusive.

Então, veja que essa política, ela começa já a se consolidar, e, de forma intersetorial, dentro da própria secretaria. Definir e implementar medidas para promover adaptação à mudança do clima em todos os territórios da entidade, setores econômicos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis aos seu efeito; esse é o segundo ponto. Bom, para que esses objetivos sejam atingidos, a política prevê o arcabouço estratégico, que norteará a elaboração do Plano Estadual Sobre Mudança do Clima, dos planos municipais, bem como de outros planos, programas, projetos e ações relacionadas, direta ou indiretamente, à mudança do clima. Ainda neste contexto, temos outras ações no governo, como o Programa Bahia Floresta Global, que eu acabei de citar, onde trabalhamos com Compensação de Carbono. Esse programa tem como objetivo a criação do marco regulatório e metodologia de referência para adoção do MDL, com emissão de títulos equivalentes aos certificados de emissões reduzidas, denominados no âmbito do Programa de Crédito de Carbono. Estamos, também, elaborando o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, nos setores de energia e indústria, onde teremos resultado no final do ano. Já no final do ano teremos esse primeiro inventário para apresentar a toda sociedade. Faremos, em 2010, o inventário dos demais setores, como a agricultura, resíduos sólidos e uso da terra, transporte e silvicultura. Em 2010, também, fica pronto o mapa de vulnerabilidade, e o Plano Estadual de Mudanças Climáticas, e o Combate à Desertificação – o INGÁ está fazendo esse Plano de Combate à Desertificação. Tudo isso, evidentemente, contribuirá para que o nosso estado possa tentar vencer o desafio de mitigar e adaptar o nosso território aos efeitos e mudanças do clima e contribuir com as ações do Governo Federal.

Bom, tendo em vista ainda que o Brasil, como país em desenvolvimento, ele não pertence ao Anexo

I, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, não possui, no âmbito do protocolo de Quioto, compromissos quantificados de redução ou limitação de emissão de gases e efeito estufa. O objetivo de reduzir as emissões antrópicas por fonte e fortalecer as emissões antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional. Todas essas iniciativas no Brasil, na Bahia, apresentam um caráter voluntário, e a política, evidentemente, que se estrutura dessa forma.

Bom, eu estou colocando todas as informações para passar aqui, à Mesa e aos senhores, como o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas tem caminhado, tem consolidado as suas ações. Eu queria ainda concluir – eu vou deixar o relatório depois, Colbert, à disposição da sua Relatoria –, mas dizer ainda que o Governo da Bahia, no ZEE, que, hoje, é um instrumento estratégico, vai atender essa perspectiva de inventário de carbono por região. Evidentemente que isso vai, de uma forma ou de outra, condicionar, ou rebater, na nossa perspectiva de licenciar, de mitigar, saber que região do estado está com limites excedentes, por exemplo, de emissão, que são consideradas razoáveis, quais regiões não estão... Evidentemente que tudo isso vai acabar compondo, também, uma inteligência no licenciamento, uma inteligência de gestão ambiental, com o componente climático aí sendo sempre destacado. Eu queria, também, convidar a todos os senhores, todas as senhoras, para uma reunião, amanhã, muito importante, que é do GAC, da Gestão Ambiental Compartilhada. Amanhã, vamos estar dando um passo muito importante no Estado da Bahia. Amanhã nós estamos assinando com uma série de municípios o Licenciamento Ambiental Municipal. Nós faremos a primeira aprovação dos municípios no CEPRAM, no final de outubro, e teremos, finalmente, o licenciamento municipal na Bahia, acontecendo, ocorrendo de forma segura, de forma tecnicamente segura, juridicamente segura, para que a gente consiga avançar, centralizando, dando mais agilidade a todo o sistema, do ponto de vista de gestão, e aí incluindo o licenciamento e tudo mais.

DEPUTADO ESTADUAL CARLOS GABAN (DEM-BA): Você me concede um aparte?

SR. JULIANO MATOS: Por favor, eu concedo. O Presidente é que tem que autorizar.

DEPUTADO ESTADUAL CARLOS GABAN (DEM-BA): Até para a gente já ir estimulando o debate. Veja, eu vi aí... Você apresentou uma série de ideias interessantíssimas, inclusive nos apontando que deve vir, talvez em novembro ou dezembro, um novo Projeto da Lei Ambiental, e que já teria discutido com vários seguimentos organizados da sociedade. Mas eu acho importante, meu caro Secretário Juliano, que se envolva a Comissão de Meio Ambiente da Casa, porque não adianta se discutir com a sociedade, depois vem um projeto pronto aqui, e os deputados não concordam, depois a tramitação dificulta. E uma coisa que não é política, entendeu, é um assunto que interessa à Bahia toda, entendeu? Então, nós temos conduzido, e a própria Presidente do IMA, Beth Wagner, nós temos tido contatos constantes no sentido de ajudá-las. E aqui, na Casa, por exemplo, quando você fala que discutiu com a sociedade, a gente tem muita preocupação, e todo o interior, para ver até onde é que vai a Prefeitura em termos de licenciamento ambiental, até aonde vai o próprio IMA, até onde vai o IBAMA, e até a própria interferência do Ministério Público. Hoje, a gente não sabe quem é que está legislando, se é o Ministério Público, se é outros casos, se é o IMA, se é o IBAMA, ou se é a Secretaria do Meio Ambiente. Então, são preocupação que a gente tem reais. E a gente só vai ter, meu caro Deputado Colbert, uma solução se tiver bem clara a legislação. Por isso que é importante, meu caro Secretário, o envolvimento da Assembleia, para que esses questionamentos sejam colocados, e, quando vier projeto, que tenha uma tramitação tranquila e consenso para a sua aprovação.

SR. JULIANO MATOS: Deputado, acatada a sugestão, sem o menor problema. A gente passa o projeto, está ali o Superintendente Mattedi e a equipe, vamos incluir logo a Comissão – já está previsto, inclusive, a própria Comissão ser escutada. Agora, Deputado, só uma observação, também: nós, na Bahia, fizemos antecipação e fizemos a regulamentação do art. 23 no estado, através de uma resolução do CEPRAM. Primeiro estado da União a definir o conceito de impacto local do art. 23. Então, na Bahia, hoje, os municípios que estão assumindo o licenciamento sabem com clareza. É um documento que foi feito ao longo de dois anos, tem um robusto anexo, definindo atividade por atividade, o que é competência do município, o que é competência do estado. Com clareza solar, dá para identificar cada atividade, município agora--

DEPUTADO ESTADUAL CARLOS GABAN (DEM-BA): Eu daria, antes de o Deputado Colbert falar, o exemplo aqui de Salvador. Você veja, o Ministério Público entrou com uma série de ações, inclusive contra um *shopping* que foi construído na Paralela, e contra todos os investimentos os prédios estão sendo construídos, querendo embargá-los. Eles tiveram licença ambiental, eles tiveram autorização da Prefeitura? Será que, depois de autorizado, e já uns em fase de construção, e outros concluídos, cabe uma ação do Ministério Público para o embargo? Entendeu? Por isso que tem que delimitar efetivamente a ação de cada

um para que a gente dê tranqüilidade, inclusive, para o empresariado. Naquelas áreas, teria terrenos que tem uma legislação, que preserva o meio ambiente, mas, também, que não impeça o crescimento ordenado.

SR. JULIANO MATOS: Perfeito. Quanto ao Ministério Público, a sugestão é trazer o Ministério Público para a gente fazer o debate, para a gente, inclusive, ver a motivação que levou o Ministério Público a fazer essa ação e tantas outras. Mas o fato é que o componente, para que a gente passe a palavra, enfim, aos demais inscritos, é dizer que o Estado da Bahia tem se destacado nesse quesito. Nós temos um fórum extremamente robusto, que tem participado de todas as atividades, inclusive internacionais. Enfim, e dizer que estamos, sim, fazendo uma Lei muito importante para o estado, estratégica para o seu desenvolvimento, sustentável, e queremos a contribuição de todas e de todos. Por hora, é só. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Secretário. Quero convidar o Deputado Zezéu Ribeiro para que possa compor a Mesa, como também o Deputado Gilberto Brito que permanece e atua na nossa audiência, são considerados na Mesa. Agradecer, também, a presença e registrar a presença do Jonas Dantas, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, do Renato Cunha, do GAMBÁ, que é Coordenador, e do Everton Almeida, Diretor da Fundação Ulisses Guimarães. Chega agora e eu cumprimento Julio Rocha, professor, colega nosso da Universidade Estadual de Feira de Santana e Diretor Geral do Instituto de Gestão de Águas e Clima. Convido a Srta. Andréia Bragagnolo, Diretora do Instituto de Estudos Ambientais, Instituto do Meio Ambiente. Ela fala representando a titular Beth Wagner. Se quiser, pode usar o microfone daí, como pode usar, também, a Tribuna.

SR. ANDRÉIA BRAGAGNOLO: Bom-dia a todas as pessoas. Acho que... Acredito que devo me apresentar primeiro, porque, talvez, eu não seja tão conhecida por todos. Então, eu sou Andréia Bragagnolo, eu estou respondendo pela Diretoria de Estudos Ambientais e o Instituto do Meio Ambiente, ligado à Secretaria do Meio Ambiente. Isso são informações que todos têm. Então, eu quero, falando em nome do Instituto do Meio Ambiente, eu acho que eu devo ser breve e contribuir com as discussões e questionamentos que, com certeza, vão surgir aqui, hoje. Então, eu quero destacar três informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelo IMA, que eu considero cruciais para a mitigação dos impactos das alterações climáticas, tanto os impactos atuais quanto os futuros, que ainda virão, não é, influenciadas por essas alterações do clima global e que acabam interferindo nos nossos biomas e nos diversos ecossistemas que a gente tem. Então, a gente tem uma variedade muito grande, uma diversidade, uma riqueza muito grande, e a gente acaba tendo questões, também, muito específicas a cada ambiente, a cada ecossistema desse que se estabelece numa mudança mínima, simples, de clima, de quantidade de água, de temperatura e etc.

Bom, então, eu gostaria de destacar o incremento que o Instituto do Meio Ambiente tem feito na área da fiscalização, o incremento, assim, no sentido da estruturação física da ampliação do corpo técnico e da aquisição de ferramentas ligadas à tecnologia da informação, que servem para ampliar a ação fiscalizatória e para torná-la mais efetiva, encontrando os problemas e tentando resolvê-los a tempo, antes que os impactos cresçam e tomam proporções que não se consiga reverter. Quero destacar, também, em relação à gestão florestal, ao controle florestal relacionado à atividade do licenciamento, o que qualifica ambas ações, não é, as duas atividades. Então, quando o controle florestal, ele se liga ao licenciamento, o licenciamento se torna mais completo, e o controle florestal, também. E aí, esse trabalho tem sido feito dentro do Instituto do Meio Ambiente, no sentido de vincular todos os processos de controle florestal, principalmente aqueles de supressão de vegetação à noção do que vai ser feito, à visão, né, e identificando o que vai ser feito naquele ambiente. A vegetação vai ser suprimida, mas quais são os impactos daquilo e a que se destina aquele solo, aquele local, a que empreendimento se destina? Então, existe uma relação muito íntima entre a atividade de licenciamento de controle florestal que o IMA está ciente e que está ordenando, do ponto de vista estrutural mesmo, de... Cadastrando todos os processos, jogando todas as informações no mesmo sistema que controla os processos de licenciamento e, também, qualificando os seus técnicos para ter essa visão global do local onde um empreendimento está com a proposta de ser implementado. E o terceiro ponto que eu quero destacar, a terceira informação, é que a gente tem investido, também, na qualificação do corpo técnico do servidor público de uma forma geral. Então, a gente tem uma série de ações de projetos de capacitações. Aí eu posso citar mais diretamente: a gente tem a especialização em mudanças climáticas e mercado de carbono para acontecer, já para iniciar, no mês de outubro, a primeira turma; um curso de pós-graduação, *lato sensu,* então, tem uma carga horária de 360 horas, com titulação; e cursos de Capacitação em Mudanças Climáticas, para... Em 2008, aconteceu, para os delegados baianos da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Então, a gente teve essa ação, foi uma ação inédita, o estado qualificou esses represen-

tantes dos municípios, que foram indicados pelas suas próprias partes, e eles se qualificaram no assunto das mudanças climáticas para ir até Brasília e opinar com mais propriedade sobre esse assunto.

Agora, em 2009, a gente tem uma capacitação programada para o Fórum Baiano em Mudanças Climáticas, que acabou dialogando com a capacitação que já ocorreu, do Ministério do Meio Ambiente. Então, a gente tem um compromisso de que essa capacitação, promovida, agora, pelo Instituto do Meio Ambiente, traga novos conteúdos, novas abordagens e agregue aquelas informações que já foram passadas para os componentes do Fórum Baiano. Então, todas essas ações no sentido de instrumentalizar o servidor público, não só aquele técnico. Uma coisa que é bom chamar atenção é que esses cursos não estão voltados só para os técnicos do Instituto do Meio Ambiente ou da Secretaria do Meio Ambiente. A gente construiu um formato onde essas turmas são compostas por servidores públicos de diversos setores estratégicos, que precisam, também, conhecer tecnicamente esse assunto para uma tomada de decisão mais consciente, mais consistente no estabelecimento e na execução das políticas públicas. Então, são esses destaques que eu gostaria de fazer em relação ao trabalho que o Instituto do Meio Ambiente vem desenvolvendo. Com isso, eu acabei passando por todas as diretorias que compõem o Instituto. Então, eu reforço aqui que o Instituto do Meio Ambiente está voltado, está muito... Está trabalhando neste assunto, na sua totalidade, em relação à fiscalização, ao controle florestal, ao licenciamento e ao desenvolvimento de estudos e projetos na promoção do conhecimento nessa área. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado pela sua participação. Passo a palavra ao Deputado Zezéu Ribeiro, que a solicitou, e, logo em seguida, ao Deputado Gilberto Brito.

DEPUTADO ZÉZEU RIBEIRO (PT-BA): Um bomdia a todos os presentes. Queria saudar o companheiro Colbert e me referir ao trabalho belíssimo que ele está fazendo na Relatoria dessa Comissão Mista, Câmara e Senado, discutindo a questão do aquecimento global. Na sexta-feira passada, estivemos em Fortaleza, numa reunião na Assembleia Legislativa, coordenada por Colbert, fazendo, realizando esse trabalho. Quero destacar, também, o trabalho que vem sendo realizado pelos Deputados Federais que estão na Mesa: o Jorge Khoury e o Luiz Carreira, da Defesa do Meio Ambiente Nacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): E eu gostaria de interrompê-lo, dizendo que V. Exa. faz um excelente trabalho na Coordenação da Bancada do Nordeste e que nos representa a todos nesse momento.

DEPUTADO ZÉZEU RIBEIRO (PT-BA): Aqui... Essa luta, eu cheguei, o Carreira estava se referindo a um dos aspectos que a gente tem lutado lá, que é a questão da PEC do Cerrado e da Caatinga. Essa PEC já está aprovada na Comissão há mais de dois anos, e a gente, até hoje, não conseguiu levar ao Plenário. Eu espero que o horizonte da Conferência da Copenhague nos faça conseguir colocá-la em plenário para votação e não tenho dúvida de que será aprovada. A reação vem de setores mais conservadores do processo, que acreditam no desenvolvimento sem a preservação do meio ambiente e que conseguem ter um poder grande ainda naquela Casa. Acho que falta também um empenho maior do Governo, no sentido de pautar essa PEC. Essa e a da revitalização do São Francisco são duas PECs que a gente vem trabalhando, já há algum tempo, depois de aprovar na Comissão e não consegue levar ao Plenário. Nesse âmbito e nessa discussão, a gente tem – das mudanças climáticas –, a gente tem feito uma ação, que eu não sei se eles se referiram, mas da valorização, por parte do Ministério do Meio Ambiente, na sua estrutura, no enfrentamento da questão da desertificação, e, numa última reunião, que o Jorge estava presente, nós conseguimos o compromisso do Ministro Carlos Minc, em constituição de uma diretoria específica, que sobe um patamar na hierarquia do Ministério. Eu acho que essa é uma conquista já histórica, e o Carreira, o Edson Duarte, o Edgar Mão Branca, o Veloso, o Colbert, já participaram de outras reuniões prévias até nós chegarmos à... Entre os baianos, que isso não é só dos baianos, eu estou citando os baianos, e eu acho que a gente conseguiu uma vitória, também, significativa, aí, nesse sentido. Quero registrar que, no orçamento de 2008, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, nós apresentamos uma Emenda de Comissão, discutindo a questão de alocação de recursos para discutir a vulnerabilidade das cidades, frente ao aquecimento global. Esse estudo vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, e a gente pretende, agora, em outubro, novembro, fazer uma Audiência Pública, em conjunto com a Comissão Mista do Congresso Nacional, para que a gente possa levar essa contribuição, também, ao relatório que, com o meu companheiro Colbert, desenvolvi.

Queria, por fim, registrar – eu acho – duas questões que estão na pauta, aqui, onde a gente pode ter, também, uma interface importante: uma é o edital das zonas ecológicas e econômicas – está em processo já de licitação –, e isso vai ser, eu acho, que determinante na ocupação e na definição de parte significa-

tiva do nosso território. Acho que tem que dar prioridade ao litoral e ao oeste da Bahia, com prioridade que são áreas que estão vivenciando um processo de degradação importante. E eu vi aqui uma discussão a respeito do eucalipto. Então, eu quero dizer que não tenho preconceito nenhum em relação ao eucalipto, mas eu acho que a monocultura do eucalipto é extremamente prejudicial, quando ela se apresenta como monocultura. Eu entendo que tem duas vertentes que a gente precisa trabalhar nisso para alterar essa realidade: a primeira é que não podemos ficar submetido a uma monocultura novamente. Todas as economias de monocultura são prejudiciais. Na diversificação da ocupação do solo nessas áreas, em que esperam que o Zoneamento Econômico e Ecológico defina com propriedade é importante. A outra questão é a diversificação dessa economia. Quer dizer, a gente não pode ter economia do eucalipto para fazer pasta esbranquiçada de celulose para exportar, e não, no processo, você não trabalhar. Outras economias, talvez com menor renda, mas que com ocupação maior de mão de obra, onde está, inclusive, o carvão vegetal, mas está também madeira para construção, para movelaria, etc., que você diversifique essa economia, fixando, com maior condição, as populações urbanas que, muitas vezes, são retiradas na ocupação das áreas de eucalipto, e que você agregue valor local a essa questão, porque, se você exporta a pasta, ou ela líquida, a celulose esbranquiçada, em pasta ou líquida, você trabalha aqui todo o processo, que é poluidor, e, depois, na hora de agregar mais valor, você faz isso no exterior. Então, que é necessário fazer isso.

Nesse âmbito, também, eu acho que a gente tem que ter, por parte da sociedade, na medida em que são recursos públicos de monta, são financiamentos feitos pelo BNDES, a contrapartida social, que é dada a essas comunidades, tem que ser feitas com maior controle social, porque a gente vê que muitas dessas contrapartidas são feitas sem uma avaliação e sem escala de prioridade efetiva, que eu acho que precisaria a gente trabalhar. Esse um âmbito: as zonas econômicas e ecológicas. O outro é a questão das unidades de conservação e os corredores ecológicos por consequência, não é? Quer dizer, é necessário que a gente defina com maior velocidade essas unidades, que veja que tipo de características elas vão ter e que a gente possa, também, estar articulando essas diversas unidades. Em uma emenda de bancada, há dois ou três anos atrás, nós fizemos para os corredores ecológicos daqui, e que haveria, por parte da comunidade europeia, uma compensação de que, para cada real que você aplicasse, você teria um euro. Então, você multiplicava por três os recursos aplicados nisso. Isso só poderia ser feito na área que fosse definida com o Patrimônio Nacional, como os biomas fossem Patrimônio Nacional, como era o caso da Mata Atlântica. E a gente tentou, inclusive, trabalhar isso com o cerrado, eu cheguei a elaborar um Termo de Referência, um projeto nesse sentido, vinculando com a revitalização do São Francisco, e a gente não conseguiu. E esses recursos foram utilizados aí, sem esse convênio com a União Europeia. Então, sem a gente ter essa contrapartida. Foram usados com outras finalidades, no sentido, mesmo, da água, o Programa Água para Todos, salvo engano, mas que terminou sem ter essa contrapartida.

Então, eu acho que a gente tinha que estar atento, também, nessa questão, porque essa questão das mudanças climáticas, elas interferem no mundo como um todo, eu acho que a gente pode aprofundar muito essas parcerias internacionais em torno da questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Obrigado à V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Me permite uma colocação? Deputado Zézeu, V. Exa. faz umas colocações interessantes, quando fala da monocultura vinculado lá a eucalipto. Nós temos que considerar que, no caso de eucalipto naquela região, são aproximadamente, uns dez, 12 municípios, no máximo, que têm, efetivamente, a monocultura, e aquela região, praticamente, não tem outra atividade de geração de emprego e renda. Nós estamos, hoje, num processo, e está lá no IMA, uma solicitação da Veracel, por exemplo, para uma licença ambiental para a ampliação do seu parque, ampliação da sua fábrica, e, naturalmente, ela vai precisar da liberação, e, quando foi concebido o início da primeira etapa da Veracel, já tinha sido concedido uma licença ambiental. E, agora, me parece que estão querendo rediscutir isso aí. Então, esse é o cuidado que eu acho que a gente tem, V. Exa. eu acho que colocou com muita propriedade, de procurar novas alternativas, mas que não venham prejudicar os investimentos que estão previstos na Bahia, sobretudo, naquela região. Eu acho que monocultura preocupa, por isso que eu fiz uma colocação, e já tinha discutido determinada oportunidade com equipe lá do IMA, com Beth Wagner – várias vezes já discuti isso com ela –, para a gente fazer um Fórum de Desenvolvimento para aquela região. Para ver, como o próprio Secretário Juliano colocou, umas alternativas de plantio de madeira, também, naquela região, onde não estão alocados eucaliptos, para gerar uma outra oportunidade de emprego e renda, e gerar uma cadeia produtiva maior. Então, o assunto que V. Exa. coloca, eu acho que é oportuno no momento em que se está discutindo e já está em fase de deliberação, eu não sei

como está no IMA, a licença ambiental para a segunda etapa da Veracel, que é importantíssimo aí para a geração não só de impostos no estado, que a Bahia, hoje, infelizmente, está o último estado do Nordeste em crescimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu coloco que todas as pessoas que estavam previstas a falar já falaram. Nós vamos abrir um debate, agora, para todos os presentes aqui, no auditório. Nós temos um tempo limite, porque a sala vai ser preparada para a sessão, mas abro, abro o debate, está inscrito, mas eu vou, antes, aqui, por solicitação de alguns que já solicitaram, Deputado Gaban, intervenções rápidas dessa vez, para que nós possamos dar espaço para todos. Logo em seguida, o Secretário Juliano Carreira. Mais alguém? Eu vou anotar aqui.

DEPUTADO ESTADUAL CARLOS GABAN (DEM-BA): Posso começar, então? Dentro da tese até que você colocou agora, Mattedi, eu queria, até aproveitando aqui a presença do Secretário do Meio Ambiente, representantes do IMA, eu recebi um telefonema, nesse instante, do Prefeito de Belmonte, dizendo que tem técnicos do Ministério do Meio Ambiente Federal fazendo um levantamento no município, meu caro Secretário, e que pretendem criar um Parque Nacional de 45 mil hectares, ou seja, 25% da área do município de Belmonte. Será que não é superposição, será que cabe ao Ministério do Meio Ambiente, sem conhecimento, acredito eu, do Secretário, sem conhecimento do IMA, uma interferência numa área que teria que ser, meu caro Secretário... Não sei se V. Exa. está conseguindo entender [ininteligível] Carreira, mas veja, V. Exa. conhece disso, e é pertinente essa interferência, para não(F) interferir no Estado da Bahia e também no próprio município, tirando autoridade, inclusive, do prefeito? Eu gostaria até que V. Exa. fizesse uma colocação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Deputado Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Eu acho que a gente acaba saindo do campo um pouco ambiental para discutir política. [risos] Foram feitas algumas menções, e eu acho que é importante que a gente faça um comentário a respeito. O próprio Renato Cunha, do GAMBÁ, ele tinha lembrado aqui, com muita propriedade, a questão da 462. O que a gente tem que entender é o seguinte: se o governo quer fazer a regulamentação, por exemplo, do art. 23, ele faz. A contradição só é dentro do governo, porque, quando ele manda o projeto, manda a Casa Civil e, depois, manda um Deputado fazer emenda contra, de uma outra área do governo. Então, essa questão vem se tornando prática no Congresso Nacional, de pegar uma medida provisória e transformar em 40 temas, avacalhar uma medida provisória. Ela é de um fundo soberano e envia a regulamentação da autorização do DNIT para licenciar. Quer dizer, agora quem incentiva isso? Não partiu de dentro do Congresso Nacional, partiu da orientação do próprio Governo. O Governo orienta através da Casa Civil, porque não consegue acordo dentro do Governo para mandar uma medida provisória que seja consensual. Então, ele acaba mandando a medida provisória de qualquer jeito, porque o Ministério do Meio Ambiente não concorda e acaba orientando um Deputado da sua base para entrar com uma emenda para criar dificuldade. Então, fica lá o art. 23, enquanto o Governo não quiser regulamentar. No dia que ele quiser regulamentar, ele reúne a base, reúne sua liderança do governo e bota para votar, porque ele tem voto para isso, ele tem voto suficiente na Câmara para votar rapidamente. No Senado, talvez, não, mas, na Câmara, com certeza, tenha tranquilidade para fazer.

Então, essa questão que vai no mesmo encontro à questão do CONAMA é um ponto mesmo... Eu acho que não muito significativo. Agora, há também uma outra dificuldade, que nós conversávamos isso, recentemente, com o próprio Governo, no Ministério da Agricultura. Você vai no Ministério da Agricultura, é uma visão completamente diferente do que você vai no Ministério do Meio Ambiente. Aliás, digo publicamente, isso não é nem questão de... Não estou aqui, fazendo nenhuma divagação política. Mas o fato é que você chega lá, aí entra um e diz: "Não, não tem que ter reserva legal no Rio Grande do Sul". Mas que história é essa? Não dá nem para sentar na mesa para conversar assim. Então, há ainda uma contradição muito grande do Governo, e esses temas, que estão mais polêmicos, acabam se refletindo no Congresso Nacional, que é a casa do povo, e ecoa mesmo. Se não há um certo consenso para fazer... Cito o exemplo de mudanças climáticas. O projeto está lá, foi apensado ao projeto do Deputado Sarney, eu fui Relator na Comissão de Meio Ambiente, há um ano atrás, aprovamos, tudo bem. Mas nem o Ministro Minc nos procurou para poder agilizar essa tramitação. E nós estamos à véspera da COP 15. [risos] Quer dizer, e nem isso foi colocado. Mesmo quando falamos para eles: "Não, estou totalmente favorável, vamos aprovar". Eu digo: "Tudo bem, então vem para cá, senta com a sua liderança do Governo".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): [ininteligível] Quer dizer, então, essas questões são de vontade política. Então, tem alguns pontos que nós não batemos muito até na questão do DNIT. Nós con-

duzimos até a bancada de certa forma para poder derrubar, porque aquilo é uma aberração. [ininteligível] você pegar uma medida provisória e inserir lá trinta, virou prática na Congresso fazer isso. Você não sabe, depois, o que você está tratando com aquela medida provisória. Cada vez que você vai buscar um tema, você tem que tratar de uma medida provisória que trata de 30 temas diferentes. A 457, se eu não me engano, eu listei 41 temas diferentes que estavam na 457. Nós fizemos uma pressão, e o Presidente Michel Temer, até, propriamente, até porque ninguém aguentava mais isso, esse desgaste, porque acaba levando também outras negociações, não muito – como é que se diz? – republicanas, à medida que você começa a inserir inúmeros temas. Então, falamos com o Presidente Michel Temer, pressionamos as lideranças também, e acabou até proporcional das oposições lá na época, sem nenhuma, aqui, conotação política. Mas o fato é que se acabou limitando o uso das Medidas Provisórias para outras finalidades. A última foi a 462, foi a derradeira. A partir de agora, as Medidas Provisórias vão vir com tema específico, porque é inadmissível, realmente, que se coloque questões desse tipo. A questão do porto(F), nós até somos favoráveis, até em sessão(F) no Plano Nacional, para discussão; a questão ambiental, evidentemente, é outra etapa de discussão, mas inserir no Plano Nacional de Viação, não vejo grandes dificuldades. Então, foi admitida nessa última por essa razão. É até bom que a gente faça [ininteligível], porque fica parecendo que o Congresso não quer votar, que o Congresso não quer fazer, mas também tem suas contradições, suas dificuldades, e muitas delas são trazidas do Executivo para o Legislativo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Pode concluir, Deputado... Secretário Juliano Matos. Logo em seguida, Jonas Dantas, do Conselho Regional.

SR. JULIANO MATOS: Bom, também muito rapidamente, só para fazer alguns esclarecimentos, Sr. Presidente, para a que a gente possa qualificar o debate. A cada reunião, a cada vez em que estivemos todos nós juntos, de novo, certamente, estaremos na mesma área, que a gente vá aperfeiçoando e qualificando com informação para todos. O que o Superintendente Mattedi colocou é extremamente relevante, e vou acrescentar aqui uma questão. Veja, está no Código Florestal a previsão das siderúrgicas terem, sim, o seu bosque enérgico, isto está na lei. É aí que se cria o dispositivo do Crédito de Reposição Florestal. Você pode usar o carvão nativo, desde que você compense isso comprando crédito para plantar floresta. É um dispositivo de compensação que lembra, de longe, o próprio Quioto, que, aliás, é uma formulação do Brasil, quem sabe inspirada até nesse dispositivo. A grande questão que a gente tem, hoje, nesse quesito é que Minas não tem mais floresta nativa, e a Bahia ainda tem, tem, e a gente pode dizer isso com segurança. A gente está fazendo aqui, no estado, Dr. Jorge Khoury, Colbert, Gaban, o Projeto Oeste Sustentável, um projeto ambicioso, de fazer a regularização ambiental de todas as propriedades do oeste da Bahia. E fizemos, e tínhamos um receio muito grande, eu não dizia para ninguém, está ali o Dr. Plínio, mas a gente comentava nos bastidores da Secretaria... Qual era o nosso receio? Era de que não tivesse remanescente florestal suficiente para fazer a Averbação de Reserva Legal no oeste. Nós tínhamos uma imagem que era a seguinte: "Olha, acabou o cerrado no oeste, não há mais o que fazer, não dá para fazer mais nada. Não tem mais remanescente florestal de nativa para fazer averbação". E ficamos quietinhos e continuamos tocando o projeto. Eu, com um receio imenso de que não seria possível fazer esse projeto, porque não encontraríamos floresta nativa à disposição para fazer a averbação. E a cultura de produtividade, deixar uma fazenda de 30 mil hectares, 6 mil hectares disponível, parado, para o cerrado se regenerar, isso dificilmente vai contra a cultura de produtividade na área.

Para a nossa surpresa – e aí já resultado da revitalização, estudos da revitalização –, chegaram há 15 dias os estudos da UnB, TNC. Não sei se o Renato, se o Célio tem conhecimento desses estudos. Eu fiquei surpreso com os estudos. Veja que a UnB, com resolução de 2,5 metros, você vê uma vaca no pasto, resolução excepcional. Isso nos trouxe uma tranquilidade, porque significa que há muito, sim, o que preservar ainda, porque há muita coisa ainda preservada. O município mais atingido é Luiz Eduardo Magalhães, porque ele está no planalto, com as melhores chuvas, as melhores terras. Tem ainda 46% de área preservada, *in natura*. O mais preservado é Cocos, que tem 86% de área preservada de cerrado na Bahia. Então, veja, tem muito o que se fazer, do ponto de vista de política pública, para você regularizar o oeste da Bahia. Muito o que se fazer. E outro ponto que a gente tem que colocar é o seguinte: gente, pode parecer uma redundância, mas existe carvão legal, existe o carvão legal, porque fica parecendo até que é lenda, que não existe, que todo carvão é ilegal. Não é, existe o carvão legal. Você tem uma propriedade, você quer fazer um uso alternativo do solo, você tem as áreas protegidas, APP, reserva legal, você vai fazer, você vai autorizar a supressão de vegetação. E esse rendimento em uso vai para onde? A lei obriga que dê destino comercial obrigatoriamente a esse resíduo. Vai para onde? Evidentemente que aí é que entra o Crédito de Reposição

Florestal, o destino é econômico, tem que ser dado. É aí que entra a siderúrgica, nós queremos colocar o Crédito de Reposição na Bolsa de Valores de Salvador. É uma articulação que já está pronta e preparada para que não dê margem, inclusive, à corrupção e à... Enfim, porque, às vezes, você tem um problema sério de corrupção nessa área. Tudo isso é política, Presidente Colbert, que deve, sim, estar consolidando a nossa Política de Mudança Climática.

Agora, só para concluir, realmente, eu queria dar um destaque, que é importante, é muito importante, que compõe o seu relatório, que são as nossas Políticas de Compensação e de Crédito de Carbono. Nós avançamos imensamente. Na Bahia, existe já o carbono social, é um carbono que articula com o emprego 'verde', por exemplo, uma série de iniciativas no interior do estado, recuperando unidade de conservação, incluindo o pequeno produtor, associado com o agricultor familiar, com recurso do Pronaf... Olha, tem uma série de iniciativas, todas articuladas nesse sentido. A gente, a um só tempo, gera Crédito de Carbono, inclui, protege, restaura remanescente nativo de floresta... Enfim, a gente conseguiu montar um modelo, construir um modelo onde essas variáveis se equilibram. Então, na realidade, eu acho que Política de Crédito de Carbono, de reconhecimento de Crédito de Carbono, a gente tem como avançar imensamente, e conta com a sensibilidade do setor produtivo, mesmo porque agrega valor. Hoje, tem uma campanha internacional de consumo responsável. Então, evidentemente que as coisas vão se fechando e vão se articulando. Então, muito obrigado a todos, e esses são os comentários e intervenções que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): V. Exa. fica ainda devendo uma resposta ao Deputado. Enquanto V. Exa. prepara a resposta, eu passo para o Presidente do Conselho Regional de Engenharia de Arquitetura da Bahia, Jonas Dantas.

SR. JONAS DANTAS: Bom-dia a todas e a todos. É uma honra estar nessa Casa, é uma honra para qualquer cidadão baiano, aqui nascido, baiano que aqui adotou a sua terra, essa terra, como, também, do seu elemento de construção de cidadania. Dizer duas questões fundamentais. A primeira é a seguinte: essa questão relacionada à participação do Brasil na COP 15 está sendo ainda, infelizmente, tratada de forma periférica, como aconteceu na COP 14, em Poznań na Polônia. O Brasil, que joga um peso importante, um peso decisivo nessa questão, continua ou faz vistas grossas à necessidade de ter metas ambiciosas relacionada à questão da redução de gás de efeito estufa e de CO2. E isso se espelha na inexistência de uma Lei que tramita no Congresso Nacional, a PL 261, de mudanças climáticas, que nós sabemos que não será aprovado até dezembro desse ano, e que, por isso, nos remete a dizer o seguinte: "Como construir, formular, elaborar um Plano Nacional de Mudanças Climáticas, se a gente não tem instrumentos legais que orientem isso?". Vamos para lá, com um plano de meras intenções, muita fumaça e sem nenhum tipo de objetividade com relação ao papel e o peso que o Brasil joga nessa questão. Nós sabemos que só... O Brasil é um dos principais, senão o principal, país na emissão de gases de efeito estufa provenientes de 75% de desmatamento. Os outros já são, também, fruto do uso de energias fósseis, que nós sabemos o quanto traz de resíduo e de emissão de gases no processo de desenvolvimento. Então, perguntamos: "Como é que ficamos em relação à necessidade, e o mundo espera do Brasil, qual a sua posição em relação a isso?". E olhe bem: na época, em 92, quando tivemos a oportunidade de sediar esse evento no Brasil, a partir dali, com a criação da Agenda 21, o Brasil já firmava um compromisso de estabelecer parâmetros e metas objetivas com relação a essas questões. Mas, infelizmente, a irresponsabilidade, a negligência e, acima de tudo, o descompromisso levaram que a gente chegue a 2009, sem ter ainda um instrumento que balize qual é a posição de um país tão estratégico, tão importante como o Brasil. O Ministério de Relações Exteriores já, pelo menos, colocou a sua posição de não permitir que o Brasil reduza como país, no chamado Eixo dos Países em Desenvolvimento, reduza suas taxas de crescimento no que concerne à redução da emissão de gases. Ora, meus amigos, o que os países em desenvolvimento já mostraram o quanto a estratégia utilizada de modelo foi um modelo equivocado, extremamente impactante, e que a gente precisa, igual aquele cidadão que está com as suas veias quase entupidas, vamos desentupi-las. Depois, daí, a gente começa um regime de redução desses colesteróis em nossas veias.

Então, nós precisamos chegar ao extremo desse processo para começar a ter ações mitigadoras. E, só para fechar, Sr. Deputado, Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional de Mudanças Climáticas, isso não é novo no país, não. Em 1988, quando a EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, comemorava 15 anos de criação, fez uma avaliação sobre o balanço enérgico das atividades desenvolvidas. Entre os 18(F) mil ensaios feitos, entre a geração de tecnologias avançadas e novas, no ponto de vista de matrizes, no ponto de vista de material genético e material varietal, havia um passivo, que, naquela época, já começou a assombrar todos. Independente de promover 15% de aumen-

to de produção, de produtividade nas cinco grandes culturas que nós tínhamos, eles também descobriram que tinha aumentado em 425% do uso de agrotóxicos, em 88, o que levou a que o seguimento organizado cidade brasileira, junto com o Congresso Nacional, aprovasse a Lei 8702, de 89, que dispunha sobre a questão relacionada à produção, transporte, comércio e uso de agrotóxico, para que a gente pudesse, a partir daquele momento, criar o chamado uso discriminado, discriminar o uso e torná-lo chamado "uso racional". Então, senhores, nós estamos diante de uma situação da qual não dá mais para ficar tratando ou empurrando com a barriga, que me permitam o termo. Nós, que representamos os profissionais da área tecnológica, são mais de 900 mil no Brasil, são 305 titulações das mais diversas modalidades da Engenharia, da Arquitetura, da Arquitetura e Urbanismo, da Agronomia, da Geologia, da Geografia, da Meteorologia, dos Tecnólogos e Técnicos, temos e estamos trabalhando na direção de oferecer e colocar à disposição das nossas organizações, dos fóruns organizados, o que é necessário para que a gente, definitivamente, se incorpore a esse grupo que quer dar qualidade de vida ao universo, e nós não podemos, de forma nenhuma, ficar ausente disso. E o Brasil, nessa COP 15, joga um peso extraordinário, e não dá para tratar isso de forma periférica ou com perfumarias, senão, nós vamos passar o atestado de irresponsabilidade ao mundo, e isso nós não queremos.

Para fechar, eu queria convidá-los a todos, nós estamos realizando, no dia 06 de outubro, o Segundo Ciclo de Debate sobre a Bahia e a Copa do Mundo de 2014. Fizemos o primeiro sobre a questão da Fonte Nova e os impactos(F), vamos fazer o segundo no dia 06. Do dia 06 é sobre Mobilidade Urbana, Sistema Viário e Transporte. O do dia 30 é sobre Sustentabilidade Econômica dos Empreendimentos e Benefícios para a Cidade. E vamos estar, em novembro, participando da construção do Plano Nacional de Saneamento Básico, que está determinado pela Lei 11445, que diz que, até dezembro do ano que vem, o Brasil tem que ter Plano Nacional de Saneamento Básico, os estados e municípios. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado. Com a palavra Sr. Irundi Sampaio, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Nós estamos nos aproximando do nosso tempo. Peço que sejam bem objetivos e breves, por favor.

SR. IRUNDI SAMPAIO: Somente uma complementação. Como houve uma referência na fala do Superintendente Mattedi aos empresários responsáveis, eu queria... E aí estava ligado a projetos de siderúrgicas que tivessem o seu próprio suprimento de carvão, eu diria que, recentemente, teve um projeto – aliás, em defesa do CEPRAM e do próprio superintendente que preside a reunião do CEPRAM –, um projeto que, praticamente, extremamente interessante, eu diria, para a região, que era de uma siderúrgica em Jequié, que o empresário desistiu porque ele não tinha, ou, pelo menos, retrocedeu, porque ele não tinha a previsão de plantio do suprimento do carvão que ele precisava. E nós apoiamos inteiramente essa posição. Então, o CEPRAM está atento, sim. Eu diria que a posição, também, da Federação das Indústrias, a gente não apoia – sejam siderúrgicas, que só teve essa, seja olarias –, sem seu plano de suprimento de carvão. Essa é a posição da Federação. Portanto, eu diria que nós já temos uma postura de empresários responsáveis. Só isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Com a palavra o senhor superintendente do IBAMA no Estado da Bahia, Célio Costa Pinto.

SR. CÉLIO COSTA PINTO: Sr. Presidente, obrigado. Eu quero cumprimentar a Mesa e os demais presentes aqui. Dizer, rapidamente, objetivamente, que, num evento como esse, que nós do IBAMA temos a satisfação muito grande em participar, nos traz a reflexões diversas. O foco são mudanças climáticas, a urgência do tema, das providências que têm que ser tomadas no âmbito do Legislativo e do Executivo, mas a gente não pode deixar de aproveitar e fazer uma reflexão sobre toda a gestão ambiental no país e como ela está concebida na Legislação. E aí, nós, que trabalhamos no IBAMA com comando e controle, especificamente, o Órgão, nos seus 20 anos de criação, ele vem em transformações contínuas. E, hoje, está como um órgão regulador, onde o foco mais específico é o licenciamento e a fiscalização. Nós não trabalhamos com fomento, não é? Nós estamos com o lado duro, o lado difícil dessa missão na Gestão Ambiental. E aí nós precisamos ver que muitas coisas básicas da Gestão Ambiental Brasileira ainda estão por fazer. E aí, quando nós vamos ver, o SISNAMA, Sistema Nacional de Meio Ambiente, é mais antigo do que o SUS, da saúde, e tem baixíssima implementação. As regras de competência que nós falamos aqui da nossa cidade, muito bem lembrada pelo Mattedi, da regulamentação do art. 23, o Deputado Gaban se referiu aí aos conflitos que existem do estado, município, IBAMA, porque se precisa ter a Legislação com as competências bem claras, para que se tenham as populações tradicionais, a sociedade organizada, o setor empresarial, todos na consciência da regra do jogo. Mas aí nós vamos ver a transversalidade nos programas de governo, nos espa-

ços de discussão, de participações no CONAMA, nos Conselho Estaduais e Municipais, como é importante essa transversalidade. Os instrumentos de planejamento, estamos vendo aí o Estado da Bahia lançando o edital para contratar o Zoneamento Ecológico e Econômico. Mais tantos outros, a avaliação ambiental estratégica e tantos outros que nós precisamos vencer e estamos atrasados. A questão do financiamento da gestão. Alguns prefeitos, eles se queixam da falta de recursos, e aqueles que preservarem, tomarem iniciativas em criação de unidades de conservação, eles não recebem nenhum incentivo. Então, necessidade aqui da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia ir lá no Congresso e se discutir o ICMS ecológico, o IPTU ecológico, as formas de financiamento do sistema, para que a gente agregue, realmente, condições de funcionalidade. E isso também passa pelo orçamento dos órgãos de meio ambiente, da deficiência da logística que se debruça para exercer esse trabalho.

Então, com essas poucas palavras, pelo adiantado da hora, eu quero só finalizar, dizendo que nós estamos numa contagem regressiva, nós temos que colocar um peso muito grande na posição do país, do Brasil, na próxima COP 15, e evitar o chamado Plano B, que é a geoengenharia, para não ficarmos aqui sonhando que os cientistas vão nos salvar com a engenharia mirabolante de consertar o planeta. Então, nós temos que, realmente, nos dedicar muito seriamente a esse tema, e eu agradeço o convite aí da Comissão para esse evento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço à V. Sa. Com a palavra, Hernandes Medrado, do Sindicato Rural de Marcionílio Souza.

SR. HERNANDES MEDRADO: Eu estou em trânsito aqui por Salvador, vendo que haveria esse encontro aqui, então, eu vim, realmente, para conhecer o que pensam, essa comissão, um evento de muita importância aqui para o nosso estado, e, como produtor rural, pedir muito cuidado quando se tratar do produtor rural, seja ele pequeno, médio ou grande, porque a gente sabe que quem tem a maior responsabilidade por administrar esse patrimônio ambiental, desses vários biomas, é essa classe, não é? Essa classe que representa aí uma condição expressiva no PIB nacional, e a gente vê, às vezes, muito preconceito em relação a produtor rural.

Hoje, na Bahia, tem alguém coivarando – quem não sabe o que é coivarar, é depois que se faz uma queimada, é o que resta dessa queimada, juntar para se plantar –, tem um machado cortando uma árvore, tem um trator desmatando, isso em função de toda uma cultura extrativista, desde Colonização. Sabe esse litoral todo? Esses coqueirais não foram plantados, esses coqueirais não são nativos, que a gente vê essa costa toda desse país aí. Pensa que isso aí é nativo? Não, portugueses desmataram e plantaram esses coqueirais. E houve uma cultura, numa determinada época nesse país, que quem não desmatasse estava sendo improdutivo. Essa terra improdutiva, ela devia ser desmatada, deveria ser ocupada. Então, muito cuidado quando a gente tratar, porque, hoje, eu acho que nós detemos, não é, esse patrimônio ambiental estratégico, é estratégico para o mundo. Se é estratégico para o mundo, é estratégico também para o produtor. Mas, esses dias, eu vendo aqui uma reportagem do Globo Repórter, que nos deixou, assim – como é que se diz? –, surpresos. O sistema de abastecimento de água em Nova Iorque, ele não tem um sistema de tratamento de água, porque as nascentes no entorno de Nova Iorque foram preservadas com o pagamento ao produtor rural que estão naqueles entornos. Então, você pode beber água em qualquer local de Nova Iorque no bebedouro. Então, eu trago isso para o país. Em Minas Gerais, já existem cidades que pagam ao produtor rural pela sua preservação. E essa Comissão aí, que a gente conhece, do interior, todos vocês aí, eu gostaria que, se não houvesse, se não há algum projeto nesse sentido, não é, como se falou ali o Secretário do Meio Ambiente, da compensação de crédito de carbono, compensação de conservação. Eu acho que a CMA promoveu, esses dias, um encontro de ambientalistas, ruralistas, mas eu acho que num equilíbrio de pensamento é que a gente vai andar esse país. Não venha ninguém aqui querer ser o mentor único dessa preservação ambiental. Eu acho que, com equilíbrio, a gente pode encaminhar isso, assim, de uma forma muito racional, que seja bom para todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado ao senhor. Com a palavra Eliane Reis. Srta. Eliane Reis, do Grupo Nativo de Itapuã.

SRA. ELIANE REIS: Senhora. Eu sou a viúva de Antônio Conceição Reis, o Antônio do Grupo Nativo. Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Deputado Gaban pelo convite, do Grupo Nativo, né, de participar dessa tão importante reunião, agradecer ao senhor. E parabenizar ao Dr. Luiz Carreira pela sua perseverança, ao longo desses anos, em prol da natureza. Agradecer, também, parabenizar – ele já saiu – o Dr. Julio Rocha, ao Professor Mattedi, também, ele é uma pessoa que está sempre lutando em prol da natureza. Estou vendo que, por mais que existam interesses econômicos, políticos, entre outros, existem pessoas que estão sinceramente, conscientemente, preocupadas pelas questões ambientais, pelo desmatamento, pela po-

luição, ou seja, por todo modo de prejuízo para o ser humano e as futuras gerações. Preocupada especialmente pela escassez da água e sua boa qualidade, e emissão de gases que tanto preocupa o mundo todo. O Grupo Nativo continuará afirmando o seu compromisso com todos os órgãos, todas as pessoas que estão nessa luta, ao qual não pode existir qualquer interesse, a não ser salvar o mundo. Gostaria de lembrar da luta de Antônio Nativo durante os 19 anos da sua vida pelo meio ambiente, pela natureza, o qual sua vida foi ceifada aos 44 anos, e lembrar que, no dia 12, agora, de setembro, o Grupo Nativo completou 12 anos, e, no dia 13, Antônio faria 47 anos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado à senhora. Bom, o último inscrito, entre os primeiros, estarão sempre o ex-Deputado Everton Almeida, que fala pela Fundação Ulysses Guimarães.

SR. EVERTON ALMEIDA: Primeiro saudar a Mesa, a pessoa do Deputado Colbert Martins, o Deputado Carreira, Jorge Khoury, do Deputado Gaban, também o Governo, na presença do Secretário que se ausentou, Juliano Matos. Eu acho que essa Política Ambiental, acima de tudo, ela tem que ser precedida de muita credibilidade. Os governos se cercam sempre de técnicos importantes. A gente vê, todos os governos gostam de se cercar de técnicos importantes na área, que fazem o seu trabalho, mas que veem sempre eles serem preteridos pela Política Eleitoral, pelo voto, que vai sempre sobrepujando os interesses maiores da população e que deixa sempre esses técnicos que se dedicam sempre em segundo plano nos seus trabalhos. Essa é uma realidade.

A outra realidade é que a gente não vai consertar isso sem a educação, e isso não consta na grade curricular. A gente fica o tempo todo ensinando papagaio velho a falar, é difícil, uma missão difícil. Eu acho que nós não conseguimos colocar. Desde o primeiro momento de acesso à escola até a saída da faculdade, isso tem que ser uma obrigação e matéria que reprove. Qualquer prefeito, também, só poderia receber qualquer tipo de incentivo Federal ou Estadual se ele tivesse alguma Política de Meio Ambiente. Mas não só no papel; posta em prática. Essa Política de Meio Ambiente, ela tem que ser imposta na raça mesmo, senão, as pessoas de boa vontade não vão porque nós não fomos educados para isso. Então, é um problema de educação, nós vamos sempre ficar pegando água em cesto. [ininteligível] os projetos que aparecem.

Então, essa é a minha proposição, Sr. Presidente, de que tivesse, ali, propondo à grade curricular o Meio Ambiente, uma matéria importante na vida estudantil, para que a gente possa ter uma educação de berço sobre um problema sério de meio ambiente. Parabenizar todos os presentes, as pessoas que se dedicam a essa matéria tão importante, tão, também, discriminada, tão mal entendida, porque há um movimento maior, há um interesse financeiro que gera muita dúvida a respeito das políticas ambientais. É toda essa série de problemas que fazem atravancar. O produtor rural, ele não acredita em Governo. Ele não acredita, primeiro, porque tem a Lei que regula o crédito rural, de 1965, válida até hoje, que é totalmente desrespeitada. Nenhum débito rural pode ser corrigido por correção monetária e nem indexado por TR. Está lá, valendo, e todos os débitos rurais são indexados por correção monetária. Todo mundo está perdendo tudo à base de correção monetária, e vem agora o Governo e transforma esses débitos em débitos fiscais. Uma aberração. Então, esses programas não têm a credibilidade. Enquanto os Governos não tiverem credibilidade para impor as políticas, não vai ser cumprido. Fala... Hoje, só se fala no voto, a mercadoria voto, e passa por cima de tudo para se perpetuar no poder. Eu sei, eu conheço isso de perto. Então, essas políticas, política ambiental, essa política importante no mundo inteiro, o Brasil pode ser o país que pode aparecer perante a Comunidade Mundial, na Defesa do Meio Ambiente, pela sua riqueza que tem seus mananciais, suas matas e tudo. Mas isso não está acontecendo. A região do cacau não acredita(F), porque a Mata Atlântica, os manguezais, os mananciais estão desaparecendo, 300 mil desempregados. A mata lá segue uma luta pela vida contra a vida, pela vida para comer, e contra a vida que vai desertificar a região. É esse o meu depoimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço à V. Sa. Estou encaminhando para poder encerrar essa reunião. O Eduardo Mattedi gostaria de fazer apenas um agradecimento, especificamente, antes que eu passe aos membros da Mesa, para que nós encerremos a sessão, já que eu fui solicitado pela Direção da Assembleia que assim o faça.

SR. EDUARDO MATTEDI: Presidente, é breve. É que nós, na ABEMA, Associação Brasileira de Entidade Estaduais de Meio Ambiente, que congrega os órgãos responsáveis pelo meio ambiente de todos os estados, discutimos, agora, nesse mês, um Projeto de Lei que o Deputado Luiz Carreira está apresentando pelo pagamento, pelos serviços ambientais. Não é isso? Jorge Khoury? Desculpem, desculpe. Do Deputado Jorge Khoury. Então, nós discutimos na ABEMA e eu queria parabenizar pela iniciativa, porque, como você bem colocou, atinge ao pequeno, atinge... Traz soluções. Quanto custa a nascente, não é verdade?

Então, é um Projeto de Lei importantíssimo. Eu gostaria de parabenizar a iniciativa dele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, fica registrado a colocação de V. Exa. Bom, para encerrar, eu passo a palavra ao Deputado Carlos Gaban, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, a quem agradeço, antecipadamente, ao senhor e a toda sua equipe pelo trabalho de organização dessa reunião.

DEPUTADO CARLOS GABAN (DEM-BA): Meu caro Deputado Colbert, eu, em nome da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, e posso até dizer em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, eu que agradeço a presença de V. Exas. virem aqui, à Bahia, juntamente com dois membros da Comissão, Deputado Jorge Khoury, Deputado Carreira, pessoas de extrema competência, e que já exerceram vários cargos aqui, na Bahia. É importantíssimo ouvir de V. Exa. para colher subsídios, ver o que os seguimentos organizados da sociedade baiana estão pensando, os órgãos públicos aqui, do nosso estado. Então, quem agradece a presença sou eu, em nome, não só, repito, da Comissão do Meio Ambiente, mas em nome da Assembleia Legislativa da Bahia.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, V. Exa., Deputado Gaban. Com a palavra, um dos mais antigos Secretários de Meio Ambiente do Estado da Bahia, o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Bom, eu acho que também vou ser breve, porque está adiantada a hora. Apenas queria agradecer a todos a presença. A Comissão vem realizando essas audiências em vários estados. Esteve, recentemente, apresentada pelo Deputado Colbert Martins, onde o Deputado Zezéu parece que esteve também, em Fortaleza, no sentido de colher contribuições para que o Deputado Colbert Martins possa fazer da melhor maneira o seu relatório. A discussão tem sido focada, ultimamente, inclusive lá na Comissão, para conhecer um pouco mais a posição brasileira. O Congresso, por incrível que pareça, tem conhecimento de boa parte da discussão, mas não participa dela ativamente com o Governo. O Governo tem sempre uma tática – todo governo é assim, não estou falando especificamente esse –, de, primeiro, tratar de sua questão interna, até porque ele tem que apresentar mesmo, senão vai ficar ausente, e ele acaba discutindo internamente, e não ampliando essa discussão, na verdade, nem com o Congresso Nacional e, às vezes, com a sociedade civil. A sociedade civil tem participado através dos fóruns, mas o que nós temos observado dos representantes do Governo, quando vão à discussão na Comissão, é que o Brasil está trabalhando para apresentar, pelo menos levar, alguns números para Copenhague. Ainda não há consenso no Governo, mas só que nós estamos em setembro, estamos no final de setembro, nós estamos praticamente a dois meses e pouco do evento e nada está definido ainda para até se discutir com o Congresso Nacional, o que seria normal. Fosse enviado ao Congresso Nacional, debatido. Lá nos Estados Unidos, está nesse impasse hoje, porque mandou para o Congresso, mas não consegue levar do Congresso, para poder avançar nas discussões que o Presidente Obama gostaria. Mas nós estamos em outro impasse lá, nem sequer temos ainda qual a posição do Brasil, para poder discutir efetivamente e daí se levar uma posição com a delegação e não apenas a posição do Executivo propriamente dito.

Há realmente, pelo que sinalizou, inclusive, o Embaixador Sérgio Serra Barbosa, há uma discussão mais aprofundada agora, entre os três ministérios, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia e, na verdade, o Itamaraty. O que vem prevalecendo, até então, é muito a posição do Itamaraty. O Itamaraty tem uma posição mais política, e eu espero que, nesse ponto, se consiga reverter as posições que já apresentou anteriormente. O que pode ocorrer é que o Brasil acabe se aliando com alguns países em desenvolvimento, por conta de suas relações comerciais, de seus interesses políticos e comerciais, e não assuma, na verdade, a posição de vanguarda, que todos nós esperamos e temos expectativa que isso venha acontecer na discussão do clima mundial, até porque nós temos todas as condições para fazê-lo, temos biodiversidade, temos... Talvez somos um dos países mais viáveis nesse ponto de vista hoje, no planeta, e tem condição de liderar uma posição. Não digo nem liderar, mas de assumir uma posição mais vanguardista do que simplesmente se aliar aos países do bloco dos países em desenvolvimento, os BRICs, ou mesmo de outros países. Às vezes, o Brasil é até por questões de natureza política, relações com conselhos da ONU, acaba se inserindo mais nessa posição mais conservadora e poderá não levar para Copenhague uma posição mais avançada.

Mas o que nós temos percebido é que há o interesse grande de que se modifique e que o país possa realmente apresentar, agora em Copenhague, já algumas metas, inclusive quantitativas, o que é muito positivo. Eu queria apenas fazer uma referência, e foi muito bom o superintendente do IBAMA na Bahia, ele fez uma referência, e eu queria também fazer uma observação, até pela nossa experiência acumulada. Muito se discute com relação à questão ambiental, à

lei ambiental. Se diz que a lei ambiental impede tudo. Pelo menos, todo tempo que eu trabalhei, fui Secretário de Planejamento de Meio Ambiente do Estado, a lei ambiental nunca impediu ninguém de se instalar. O que sempre existe, e vai existir, às vezes, são maus projetos, não é? Que nem sempre atendem a todos os interesses e que necessitam de um tempo necessário para a discussão. Mas o outro lado, o que há também é o desapairamento completo do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Quer dizer, quando a gente vê a situação do IBAMA, a situação do Chico Mendes, a situação dos órgãos estaduais, isso se reflete. Você não pode fazer um Plano de Aceleração do Crescimento e, depois, dizer ao IBAMA: "Tudo bem, você vai licenciar a cada mês dez projetos". Você não tem retaguarda para fazer isso. Você lança um programa como foi todos aqueles quase 80 aqui, na região da Baía de Camamu, [ininteligível] para prospecção de petróleo, e a ANP só comunica, na verdade, as rodadas de licitação, depois da sexta rodada, comunica ao IBAMA que vai precisar licenciar. Quer dizer, essa questão é um descompasso muito grande. Eu sempre digo isso lá e procuro defender no Congresso Nacional, quando se diz que: "Ah, porque o meio ambiente está impedindo isso, está impedindo aquilo". A Legislação Ambiental não impede nada, na verdade. É uma legislação avançada, foi construída com muita responsabilidade no país. Agora, evidentemente, há um desinteresse por parte do Executivo que se reflete até no próprio orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que é um dos últimos, senão o último, da União. Até o Fundo que foi criado de multas, da Lei do Petróleo, são um bilhão por ano. Esse Fundo, absolutamente, é utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, ele vai todo para contingenciamento para fazer superávit primário. Há três anos isso está assim: você tem um bilhão por ano e não tem. Agora, o Ministro Minc dá isso como fonte para o Plano Nacional de Mudança Climática. Tudo bem, se for para essa finalidade, até tem jeito, porque, como tem uma visibilidade maior, pode ser que, agora, comece a liberar esse dinheiro para o Fundo de Mudanças Climáticas, já que não libera para reforçar a área ambiental do país. Então, essas questões que eu acho que são fundamentais, e queria parabenizar a todos pelas contribuições, e dizer que lá, nós, na comissão, estamos à disposição para receber as contribuições de todos vocês, durante esse período que antecede, inclusive, esse evento mundial e importante para todas as nações do mundo, que é a COP 15, em Copenhague.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Deputado Carreira. Com a palavra o Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Bem, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, dizer da oportunidade que nós tivemos, como membro dessa comissão, de poder ouvir a esse grupo seleto que é bem representativo dos interesses da sociedade baiana com relação a esse tema, a participação do Célio, do Mattedi, sem falar nos que já se retiraram, representando aqui o Poder Público, bem como as ONGs aqui, o Renato, a Eliane, também, e o setor produtivo, o Irundi, o Hernani(F), o Ton(F), enfim, também colocaram aqui as suas questões. Eu entendo que aquilo que nós estamos procurando não é diferente daquilo que vocês também estão procurando. Eu costumo dizer que, a despeito de nós termos acostumado com a palavra sustentável junto da palavra ambiental, nós entendemos que todo empreendimento, para ser sustentável, ele tem que ser sustentável ambientalmente, sim, mas, também, tem que ser sustentável economicamente, socialmente. Então essa busca desse equilíbrio é importantíssimo. A Ministra Marina costumava dizer, e que eu também coloco isso como um paradigma dessa visão ambiental, é que o que nós, que defendemos a questão ambiental, não podemos dizer é "não pode", mas, sim, "como pode".

Então, essas premissas, eu acho que são básicas para que nós possamos, de alguma forma, fazer valer aquilo que nós entendemos e acreditamos como questões primordiais para o futuro do nosso planeta. E é por isso mesmo que a presença aqui nossa... A Bahia ficou representada nessa Comissão pelos três que aqui se encontram. O companheiro Colbert Martins, que tem feito um brilhante trabalho como relator dessa matéria, na verdade, extrapolando até algumas premissas da própria organização formal da Comissão, buscando e superando muitas dificuldades. Muitas vezes, como relator, ele está aqui, presidindo, não só aqui, como lá, em muitas reuniões. Tivemos, inclusive, algumas Audiências Públicas em Brasília, que, no final da reunião, dos diferentes membros da Comissão, no final, o Jonas – por sinal estava numa das reuniões, que ele acabou de se retirar –, mas, que, no final, estava lá exatamente os três representantes da Bahia, exatamente porque acreditamos nessa proposta, entendemos que a posição do Parlamento Brasileiro é muito importante, independente de qual seja a posição do Governo que possa chegar por lá, mas, de alguma forma, isso nos coloca, também, em uma posição muito especial. Recebemos, no início do ano, a visita de um grupo parlamentar do Parlamento da Dinamarca, aonde vai acontecer o fórum, e, lá, esses deputados e deputadas daquele país estiveram conversando conosco, na expectativa de que o Parlamento Mundial chegue lá com a posição concreta e que, de alguma forma,

aquilo que o Executivo faz depende de aprovação do Parlamento. Então, se o Parlamento a nível nacional, e a nível mundial, melhor dizendo, tiver alguns pilares definido, pode ajudar, e muito, a direção dos governos, que, de alguma forma, depende desses respaldos dos congressos de cada país.

O Deputado Carreira tem sido um baluarte, também, nessa luta; ele que tem relatado alguns projetos, que foi Presidente da Comissão de Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, e, também, lá na Comissão Especial da Comissão Permanente Mista de Mudança Climática, tem também levado a sua contribuição e participado ativamente com propostas concretas e bastante equilibradas com relação a esse tema. Então, a expectativa que nós temos – e aí vocês viram o título da audiência pública aqui da Bahia – ela focou algumas coisas, mas, especialmente, a questão do combate à desertificação. É natural e é compreensível que o mundo inteiro, quando fale na questão de mudança climática, esteja preocupado, como já foi dito aqui por alguns que me antecederam, como vai se comportar o Brasil, a China, a Índia, lá. E é exatamente isso. Quer dizer, nós queremos, nós não podemos chegar lá e criar uma decepção, entendeu? O Brasil chegou e não disse. Das florestas tropicais, a Floresta Amazônica representa 40%, e é evidente que os outros representantes dos outros países, que estão participam minoritariamente, mas já estão com posições fechadas. Quer dizer, nós entendemos, e o Itamaraty tem tido, ao longo da existência, uma postura da Política Internacional Brasileira, a Política Exterior, uma política bem definida, uma política bem austera e bem isenta de ideologias ou de governos de momento; tem sido muito mais uma política de estado. A expectativa que nós temos é que o Itamaraty continue com essa postura. Isso vai valorar muito a posição do Brasil lá na COP 15.

E é evidente que essa questão que eu me referi do comando de desertificação é porque é importante esse resultado da mudança climática, do aquecimento global para as florestas... Imagine os senhores e as senhoras: se é importante para a floresta, que apresenta um volume de bem natural incomensurável, imagine para a caatinga, que é raquítica, que é árida e que está dentro do semiárido nordestino, e que a Bahia, infelizmente, no seu território, tem 2/3. Quer dizer, se é importante a Floresta Amazônica, o cerrado, muito mais é a caatinga para nós. O homem e a mulher que trabalha, que vive da caatinga, que trabalha no semiárido, têm sofrido as amarguras que cada um que vai lá conhece. Imaginem os senhores e as senhoras se tudo aquilo que se prevê com o aquecimento de 2 graus centígrados, nós sairíamos de semiárido para árido, já quase chegando no deserto. Quer dizer, alguma coisa tem que ser feito. O esforço, como o Carreira colocou, Colbert, e o Deputado Zezéu, junto ao Ministro Minc, de fortalecer institucionalmente o núcleo de combate à desertificação, tem exatamente essa premissa, essa preocupação, esse cuidado.

Então, nós queremos – e o relatório que o nosso colega Colbert está fazendo – é chegar lá, falando, sim, de Floresta Amazônica, falando, sim, do Pantanal, falando, sim, dos Pampas, falando da Mata Atlântica, mas falando, também, do semiárido, e falando com muita veemência, no sentido de que nós continuemos, na pior hipótese, tendo semiárido. O fim vai ser nós não termos nem o semiárido, e, sim, o árido. Então, esse esforço que aconteceu em Fortaleza, está acontecendo aqui, é para a gente conseguir colocar na pauta nacional e mundial essa premissa que é importantíssima para todos nós.

E, por fim, dizer ao Mattedi que o que nós estamos relatando exatamente a Política Nacional sobre Pagamento de Serviços Ambientais, que, no meu entender, Ton(F), no meu entender, Irundi, isso é que vai nos unir. E aí Renato conhece essa questão. Eu acho que, se tem um projeto que é muito mais consensual do que qualquer questão ambiental dentro do nosso país, é exatamente do pagamento pelos serviços ambientais. O que nós vemos de degradação da área ambiental, pelo grande produtor, pelo agricultor familiar, é exatamente a falta de uma valoração do bem natural. O grande proprietário derruba suas árvores, porque a árvore deitada tem um valor comercial que a árvore em pé não tem. O pequeno proprietário, agricultor familiar, ele destrói a nascente de um rio, ele acaba com a mata ciliar, para ele poder ter um pedaço de pau, de lenha, para ele vender, para fazer o carvão, fazer alguma coisa para sobreviver. Se nós não formos competentes, formos capazes – eu digo isso, nós, porque outros já estão sendo – de criar essa condição, de valorar a floresta em pé, de valorar os arbustos na nossa caatinga, de valorar as nossas fontes de rios, mananciais, etc., nós seremos capazes de preservar. E aí, sim, a questão do econômico e do ecológico passa a se complementar. Eu entendo que, no momento em que nós tivermos realmente definido que a floresta está aqui com a propriedade de tantos hectares, que cada árvore tem capacidade de reter X de gás carbônico, soltar tanto de oxigênio, promover tanto nível de umidade relativa do ar, melhorar a precipitação das nossas chuvas... Enfim, começar a fazer um cadastro, porque ela é capaz disso, quanto é que custa isso? Custa X. Então, aí, sim, nós temos Fundos internacionais, nós temos Fundos que a lei vai criar, o Fundo, exatamente... E por isso é que demorou de andar o projeto, porque nós não tínhamos ainda uma

proposta do Executivo. E, pela Constituição, acho que até está aqui na Assembleia, quanto nas Câmaras de Vereadores, e lá no Congresso Nacional, Projeto de Iniciativa do Legislativo não pode tratar de despesa, nem de questão financeira. Estão esperando a chegada do projeto executivo. O Ministro Minc mandou em dezembro, a Casa Civil soltou no dia 30 de junho, e, aí, estamos trabalhando agora, conversamos já com as ONGs, que já apresentaram sua proposta em um café da manhã, na Frente Parlamentar Ambientalista, distribuímos com a ABEMA, para ouvir a posição dos estados, distribuímos com a ANAMMA, para ouvir a posição dos municípios, estamos conversando com o setor produtivo, vamos estar na próxima terça-feira, de amanhã a oito, nas FIESP(F), tratando desse tema. Enfim, há um esforço enorme para que nós pudéssemos estar com isso pronto esse ano.

Infelizmente, eu não acredito, porque nós estamos trabalhando em paralelo com a Comissão da Agricultura, que também está elaborando o seu parecer com relação ao tema. Felizmente, estamos tendo um bom diálogo. É possível que nós possamos trabalhar junto o parecer, junto com a agricultura, e, quando chega na Comissão de Meio Ambiente, nós já tenhamos mais facilidade de podermos ajustar o parecer final e encaminhar para a apreciação do Executivo, desculpe, do Senado, e daí, então, ir para o Executivo para ser sancionado. A ideia é que não seja uma lei que tenha o absurdo de algumas leis que têm de querer abranger tudo, porque é impossível, com a rapidez que se quer, abranger todos os biomas, todas as questões do nosso país, mas o que nós queremos é ter um marco legal; e que o investidor, o Fundo, o Poder Público, o setor privado que queira investir, tenha segurança jurídica para poder investir na proteção do meio ambiente, dos recursos naturais nossos, e, com isso, compensar os proprietários daquelas áreas, ao ponto em que eles mesmos é que vão ser os preservadores daquilo, tendo a sua mínima remuneração necessária para que ele não venha a destruir esses recursos naturais.

Então, a ideia nossa é que avancemos com relação ao projeto esse ano, e, quem sabe, nós possamos estar aí em condição de poder estar votando ele no próximo ano. E no mais, agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês, que eu repito, é um seleto grupo, representativo, porque são pessoas que, no dia a dia, trabalham sobre esse tema, e eu tenho certeza que será de grande valia para o nosso relator, o Deputado Colbert. E não deixar nunca de lembrar aqui a importante participação do Deputado Gaban, sem a qual nós não estaríamos aqui, agora, e da sua equipe lá, do seu gabinete, e na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia da Bahia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Deputado Jorge Khoury. Eu encerro, lembrando que aqui represento a Senadora Ideli Salvatti, que é Presidente da nossa Comissão. Ela não pôde estar aqui, o Deputado Sarney Filho nos comunica, também, que não pôde chegar a tempo. Recebo a comunicação, Deputado Jorge Khoury, Deputado Carreira, do falecimento do Deputado Alberto Silva, do Piauí, cujo corpo encontra-se sendo velado na Câmara dos Deputados nesse momento, a quem nós estendemos os pêsames a toda sua família.

Eu vou concluir ao agradecer ao Deputado Gaban, agradecer ao Deputado Marcelo Nilo, Presidente desta Casa, que nos permitiram também que nós estivéssemos com as suas equipes, com uma organização muito boa, dizer que é objetivo da nossa Comissão apresentar uma proposta que seja o que pensa a Comissão Mista de Assuntos Climáticos do Congresso Nacional à Conferência Dinamarca. Nós teremos a oportunidade de escrever propostas que nós entendamos, e são aquelas com as quais nós tivemos nas nossas reuniões maior quantidade de entendimentos, e que nós tenhamos no grupo, que é um grupo grande e heterogêneo, deputados e senadores, uma proposta adequada para uma discussão naquele fórum, naquele nível. E nós temos certeza que não temos a condição de fazer aprovação legislativa dessa matéria, como os Estados Unidos estão fazendo agora, nós teríamos que fazer a aprovação legislativa para evitar o que já aconteceu em Quioto, quando os Estados Unidos levaram a posição, e essa posição não foi cumprida pelo governo em nenhum momento. Então, foi um faz de conta muito grande. Agora, eles estão fazendo exatamente o que nós deveríamos estar fazendo, que é aprovar legislativamente essas propostas, para que nós déssemos uma condição de consistência maior. Infelizmente, não podemos fazê-lo ainda. Não há uma proposta efetiva do governo até agora colocada, e nós queremos participar dela. Tanto que, por sugestão do próprio Deputado Jorge Khoury, por sugestão do Deputado Carreira e por sugestão de outros membros da nossa comissão, da nossa Presidente Ideli, nós vamos apresentar, nesses próximos 15 dias, um relatório preliminar de todas as sugestões já colocadas, porque queremos entrar no debate com proposta. E eu espero que os senhores todos fiquem atentos, para que, nesse primeiro relatório preliminar, num segundo relatório preliminar até o terceiro, que deveremos ter um relatório definitivo até o dia 15 de novembro agora próximo, até porque nós precisaríamos ter um tempo específico para a

sua aprovação. Mas queremos entrar nesse debate, com a linha já citada aqui pelo Deputado Jorge Khoury, com as ideias que nós recolhemos em toda nossa comissão, mas ideias de que o país tem que entrar com proposta, diferentemente da Índia, que já avisou que não vai respeitar proposta nenhuma. Até porque, é bom que todos entendam, Copenhague trata-se de uma conferência, não vai sair uma determinação escrita e obrigatória. Os países que possam assumir as suas condições de propostas o farão, e o Brasil eu sei que fará, mas a Índia já anunciou que não faz, que não vai assumir proposta, porque, na hora que ela limita as suas emissões, ela diminui o seu crescimento. A China já avançou. Agora, na ONU, anunciou propostas importantes de avanço, num dos países que mais poluem o mundo, nesse momento. Dificuldades importantes nos Estados Unidos, e muito mais ainda, vai se tratar de uma conferência na qual as negociações ocorrerão durante o próprio período da conferência. Vai depender muito dos países desenvolvidos, e muito mais ainda dos emergentes, que, neste momento, se igualam em emissões de carbono no mundo inteiro. A nossa participação, seguramente, dentro do que for possível, nós vamos refletir o que pensa a nossa comissão, para que nós possamos chegar com propostas, com projetos e com ações. Vamos aprovar este ano ainda, pelo menos na Câmara dos Deputados, a nossa política de mudanças climáticas. Tenho uma audiência com o Presidente da Câmara, ainda amanhã, e vamos juntos, toda nossa comissão, para que se coloque em prática, se coloque em plenário a discussão dessa matéria, e vamos discutir também o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Isso será colocado pelo menos a nível da Câmara. Nós vamos fazê-lo antes de dezembro, espero que o Senado possa fazê-lo também ainda a tempo.

De toda sorte, é importante que aqui citado pelo Deputado Jorge Khoury, e sexta-feira, lá no Ceará, cujo foco mais importante da audiência foi a desertificação que já atinge quase 20% do Estado do Ceará inteiro, que nós venhamos a ter também posições mais claras e definidas com relação a nosso Estado da Bahia. Até porque seca se convive, mas desertificação se intervém diretamente, porque pode ter métodos corretivos. De qualquer forma, na Bahia, nas últimas informações da semana passada, os três maiores municípios que desmatam cerrado estão aqui, na área Sul do Piauí e nordeste do nosso estado. Precisamos agir rapidamente. Eu vi aqui e anotei, talvez a proposta mais forte, Deputado Gaban, seja a de desmatamento zero, e não apenas desmatamento zero na Amazônia, até porque a Amazônia caiu agora, segundo os últimos relatórios que nós tivemos conhecimento da semana passada, para 900 mil toneladas anuais de emissão de carbono, numa redução importante, porque eles estão agindo fortemente no controle do avanço das queimadas a nível da Amazônia. Mas o que aumentou? Aumentaram as emanações industriais, aumentaram as emanações por transportes, por veículos, e nós estamos agora diante de novos desafios. Nós precisamos, aí o Deputado Jorge Khoury acabou de falar, nós precisamos nos preocupar com a nossa caatinga, que está sendo transformada em carvão quase que todos os dias, nós precisamos cuidar do cerrado, nós precisamos cuidar da Mata Atlântica. E o que eu recolho daqui são sugestões importantes, colocadas para que nós venhamos a tratar esses biomas com a mesma força que se tratam os biomas lá da Amazônia, que são extremamente importantes. Vamos estar em São Gabriel da Cachoeira, agora, numa conferência desse nível, com índios, lá no interior da Amazônia, vamos estar em Belém, mas é preciso que nós coloquemos para cá, cada vez mais, que o mesmo tipo de esforço que se faz nesse momento para a Floresta Amazônica, deva ser um esforço ao mesmo nível, ou parecido com ele, para a caatinga, para o cerrado e para a nossa Mata Atlântica. Estive ontem no interior da Bahia, andando em algumas cidades e distritos, o que eu vi de seca ontem foi muito forte. O fenômeno El Niño está, nesse momento, ativo, e nós estamos a sete dias do início da primavera. Não começou o verão ainda. Pode ser que nós tenhamos dificuldades adicionais. Sete dias depois da primavera começando, nós estamos em pleno verão, mas essas dificuldades eu sei que podem ser cada vez maiores, e nós vamos com certeza saber enfrentá-las.

Eu quero agradecer a todos, fazer um agradecimento especial ao Presidente Marcelo Nilo, da Assembleia legislativa, ao Deputado Carlos Gaban, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembleia legislativa, a Senhorita Áurea, assessora de comunicação do Deputado Jorge Khoury, por sua colaboração. A equipe de gabinete do Deputado Gaban e do Presidente da Assembleia Legislativa, das pessoas também das Sras. Rosa, Tatiana, pela colaboração e apoio. Do cerimonial da Assembleia legislativa, na pessoa da Senhorita Rita, e sua equipe, pela atenção, apoio e acolhida principalmente à assessoria da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, com o Nilson Quirino que eu agradeço também a sua presença. Agradecer a Paulo César, a Elinho(F), ao Miro, pela presença, agradecer a todos vocês, e declarar encerrada esta sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h05.

28ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 29 de setembro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador José Agripino, Senador Renato Casagrande, Senador Wellington Salgado, Senador Jefferson Praia, Senador José Nery, Senador Cícero Lucena, Deputada Iriny Lopes, Deputado Colbert Martins, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Jorge Khoury, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira** e **Deputado Rômulo Gouveia**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: E-mail subscrito pela Senhora Martha Lyra Nascimento, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia, comunicando que o Senhor Ministro Edison Lobão, será representado na presente Audiência Pública pelo Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater sobre "Energia Sustentável – Avaliação institucional do MME sobre a tributação a incidir sobre gases de efeitos estufa emitidos pelas atividades produtivas", com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Edison Lobão, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 12 e 21, ambos de 2009-CMMC, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, aprovados em 16 de abril e 09 de junho de 2009, respectivamente. A Presidenta procede a alguns avisos importantes aos senhores membros e comunica que a Audiência Pública fica transferida para data a ser posteriormente agendada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as quinze horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 04, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária.

E antes de iniciar os trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e, havendo consenso, aprovação da Ata da Reunião anterior. Aprovada.

A Audiência... A Reunião de hoje tinha como item único de pauta a Audiência Pública destinada a debater sobre *Energia Sustentável – avaliação institucional do Ministério de Minas e Energia sobre a tributação a incidir sobre gases de efeito estufa emitidos pelas atividades produtivas*.

O Ministro de Estado de Minas e Energia, o Senador Edison Lobão, em atendimento aos nossos Requerimentos de nºs 12 e 21, designou o Sr. Dr. Altino Ventura Filho para representar o Ministro e o Ministério aqui nos nossos trabalhos.

Mas hoje nós temos, no mesmo horário, na Câmara dos Deputados, uma Audiência Pública para tratar do tema *Energia Sustentável* e, também, *avaliação institucional do Ministério de Minas e Energia sobre a tributação a incidir sobre gases de efeito estufa*. Ou seja, o mesmo assunto da nossa Comissão está também sendo debatido na... Na Câmara.

Aliás, não, mil perdões, é *a posição do Governo Federal na Conferência de Copenhagen*, aonde o Ministério de Minas e Energia também está convidado, e vários Parlamentares que compõem a nossa Comissão estão participando deste evento na Câmara.

Inclusive está representando na Mesa a Comissão o Deputado Luiz Carreira.

Então, é impossível nós mantermos o mesmo... O evento no mesmo horário, e nós estamos propondo a suspensão, então, dos nossos trabalhos no dia de hoje, inclusive porque na liderança do Governo na Câmara, também nesse horário, o líder Henrique Fontana chamou vários Parlamentares, e eu tenho que me dirigir a esta reunião, aonde vão fechar a pauta para a tramitação de projetos do nosso interesse até o final do ano.

Entre eles o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, é um dos projetos que poderá estar incluído na pauta do acordo de líderes para ser votado antes do encerramento do ano, e também a criação do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas.

Então, como nós temos já uma determinação da Comissão de trabalharmos para que projetos prioritários possam ser aprovados no Congresso Nacional, e estes dois projetos, tanto o Plano Nacional, quanto o

Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, é de fundamental importância que nós tenhamos a aprovação, se possível, do Congresso, e não apenas da Câmara, antes da realização da Conferência de Copenhagen, nós estaríamos, então, nos deslocando para a reunião na liderança do Governo na Câmara.

Antes de encerrar os nossos trabalhos eu quero dar ciência à Comissão de que nós aprovamos já a delegação que representará a Comissão na Conferência de Copenhagen, a COP-15, e, pela questão regimental, as despesas da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, as despesas são de responsabilidade do Senado.

Portanto, todos os deslocamentos que a assessoria e os membros da Comissão têm feito no território nacional, ou seja, nós fizemos aquela atividade lá na Amazônia, fizemos uma atividade em Santa Catarina, estivemos este final de semana na Bahia, são várias atividades regionais que a Comissão vem realizando, o Senado tem arcado com a despesa de viagem dos Parlamentares e dos funcionários, dos nossos servidores aqui da Comissão.

Acontece que o regimento das duas Casas não autoriza que o pagamento de viagens internacionais seja feita... Uma Casa efetue o pagamento de Parlamentares da outra Casa. Ou seja, para a representação da nossa Comissão que vai a Copenhagen, os Senadores serão custeados pelo Senado, e os Deputados Federais pela Câmara.

Portanto, o ofício que nós tínhamos preliminarmente feito, com a indicação dos Parlamentares que representarão a Comissão na Conferência, que tinha sido inicialmente endereçado ao Presidente do Senado, o Senador José Sarney, está sendo refeito e nós estamos agora designando os Parlamentares, os Senadores e os Deputados para os respectivos Presidentes poderem, para que os respectivos Presidentes possam daí encaminhar o custeio das viagens.

Então, os Senadores serão custeados pelo Senado, por isso o ofício ao Senador José Sarney, e os Deputados pela Câmara, por isso o ofício ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara.

E nós estamos também solicitando ao Itamaraty o credenciamento, como observadores na COP-15, estamos solicitando intérprete para a nossa delegação, e também o veículo para translado da comitiva que representará na Conferência a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Era isto.

Senador Jefferson Praia, alguma observação? Se não, nós estamos suspendendo, e eu quero já de público agradecer a presença, apesar de nós não termos feito o trabalho, ao Dr. Altino, representando aqui o Ministério de Minas e Energia, e nós vamos agora providenciar uma readequação de agenda para podermos tratar do assunto que era o motivo da Audiência Pública do dia de hoje.

Não havendo mais nada, encerro a presente sessão.

Sessão encerrada às 15h06.

29ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 13 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos, do dia treze de outubro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da Deputada Vanessa Grazziotin, Vice-Presidenta no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Marco Maciel, Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Jefferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Deputada Iriny Lopes, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira** e **Deputado Rômulo Gouveia.** Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: **a)** Ofício nº 305/SECIRM-MB, datado de 13 de outubro do ano em curso, da lavra do Capitão-de- Mar-e-Guerra e Secretário Adjunto, dirigido à Senadora Ideli Salvatti, em atenção ao Ofício nº 0244/2009, da CMMC, comunicando a impossibilidade de comparecimento na presente Audiência Pública, em virtude de compromisso internacional na cidade do Cabo, África do Sul; **b)** Avisos do Tribunal de Contas da União – TCU, de números 1.333 e 1.402 – SESES – TCU - Plenário, referentes ao "Relatório de Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avalizar a atuação do Governo Federal ante a Mitigação das Emissões de Gases de efeito Estufa para a Região de Florestas da Amazônia Legal. Constatadas deficiências nas áreas de Meio Ambiente, Agropecuária, Transporte e Reforma Agrária" e, Relatório de Levantamento de Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avalizar as ações destinadas às Zonas Costeiras dos Oceanos em um Cenário de Mudanças Climáticas. Constatadas deficiências nas Políticas Nacionais relativas ao Tema", respectivamente e, **c)** Ofício nº 1576/09,

datado de 24 de setembro do ano em curso, da lavra do Excelentíssimo Senhor Deputado Domingos Filho – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e da Sra. Maria Dolores A. Feitosa – Presidente da Fundação Bernardo Feitosa, apresentando congratulações à Comissão pela realização do Seminário realizado naquela Casa Legislativa, debatendo o Tema: "Mudanças Climáticas e Desertificação no Estado do Ceará". A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater o tema "Programa Antártico Brasileiro e mudanças climáticas", com a presença do Contra-Almirante Francisco Carlos O. de Holanda Chaves e do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Oliveira Medeiros, representantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e do PROANTAR, em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2009-CMMC, de autoria do Senador Jefferson Praia, aprovado em 09 de junho de 2009. A Presidência convida o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Oliveira Medeiros, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para dar início às suas considerações. Usam da palavra o Senador Jefferson Praia, Deputado Rômulo Gouveia, Senador Renato Casagrande e Senador Marco Maciel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputada **Vanessa Grazziotin,** Vice-Presidenta, no exercício da Presidência.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, criada mediante resolução nº 04/08, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata para aprovação da mesma. Não há quem conteste, então os Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pauta da reunião, Item Único. Hoje nós teremos uma audiência pública destinada a debater o tema "Programa Antártico Brasileiro e Mudanças Climáticas", com a presença do Contra-Almirante Francisco Carlos Ortis de Holanda Chaves, encaminhou um expediente à nossa presidência, à nossa comissão, falando de sua impossibilidade de comparecimento, uma vez que se encontra em compromisso internacional na Cidade do Cabo, na África do sul. Então, a nossa audiência pública acontecerá com a presença do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Robson de Oliveira Medeiros, que representa a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e o PROANTAR, e a referida sessão de audiência pública se dá em atendimento ao Requerimento de número 22/09 de autoria do nobre senador pelo Estado do Amazonas, digníssimo Senador Jefferson Praia, o requerimento foi aprovado dia nove de junho deste ano.

Expediente sobre a Mesa. O primeiro é um ofício que eu já citei, de número 305, justificando a ausência em nossa audiência pública do Capitão-de-Mar-e-Guerra, a leitura resumida do aviso do Tribunal de Contas da União que foi encaminhado a esta comissão, Aviso nº. 1.233 do Plenário, datado de 30 de dezembro de 2009, da lavra do Ministro Ubiratan Aguiar, referente ao relatório de auditoria operacional realizado com o objetivo de avaliar a atuação do Governo Federal ante a mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região de floresta da Amazônia legal, constatadas deficiências nas áreas de meio ambiente, agropecuária, transporte e reforma agrária. Então, está disponível o relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas. Parlamentar, deputado ou senador que tiver interesse basta requisitar da Secretaria, também o Aviso de número 1.402 do Plenário do Tribunal de Contas da União datado de 7 de outubro de 2009, da lavra do Sr. Ministro Benjamin Zingler, que é o Vice-Presidente no exercício da Presidência, referente ao relatório de levantamento de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações destinadas às zonas costeiras dos oceanos em um cenário de mudanças climáticas. Também constatada deficiência nas políticas nacionais relativos ao tema. E os avisos mencionados estão, como já disse, à disposição de todos as Sras. e Srs. Parlamentares.

Um outro expediente recebido da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, encaminhado pelo Sr. Presidente Deputado Domingos Filho, que apresenta as congratulações pela realização do Seminário Mudanças Climáticas e Desertificação do Estado de Ceará. Participei desse seminário, foi um seminário não só de muita qualidade, mas com muita participação, estiveram presentes, entre várias autoridades, pesquisadores, secretários de estado, vários prefeitos de inúmeros municípios do interior do Ceará. No momento do seminário, o relator de nossa comissão que também esteve presente, que se fez presente, se comprometeu com todos os participantes do seminário de incluir um capítulo no relatório final dessa comissão, tratando do assunto desertificação, que é um problema sério de todo o Nordeste, mas, sobretudo do Estado do Ceará. Então, eu peço que seja feito o agradecimento ao nobre Presidente Deputado Domingos Filho e, sobretudo ao

Senador Inácio Arruda e Deputado José Guimarães que foram os autores do requerimento que viabilizou esse importante seminário.

E passando então para a nossa pauta do dia, a audiência pública, eu convido agora o Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra, Dr. Robson de Oliveira Medeiros a tomar assento, nosso Capitão. Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sr. José Robson de Oliveira, V.Sa. dispõe, é praxe aqui usar em torno de 10 a 15 minutos, entretanto nós temos um único expositor, eu acho que uns 20 minutos. Exatamente. E a sugestão é que V.Sa., se puder os 20 minutos teremos uma participação significativa de todos os membros. Agradecemos a presença e passo a palavra de imediato a V.Sa..

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Muito boa tarde, Srs. Parlamentares. Em primeiro lugar gostaria de agradecer imensamente a oportunidade, a honra de estar aqui diante dessa comissão, então, o convite é sempre muito bem-vindo, estamos sempre ansiosos para falarmos um pouco do trabalho que, enfim, o Brasil realiza na Antártica, de forma que a primeira mensagem é de agradecimento pelo convite e pela oportunidade.

Muito bem, eu gostaria de fazer uma pequena introdução sobre o assunto e depois sugerir apenas que talvez, uma vez que o tema é extremamente amplo, eu gostaria de sugerir aos senhores que se acharem assim conveniente, dirijam perguntas e nós estabeleçamos aqui um debate que eu acho que talvez assim a gente possa atingir com mais propriedade os objetivos da comissão. Mas basicamente falando sobre o Programa Antártico Brasileiro. Como certamente já é do conhecimento de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, o Programa Antártico Brasileiro é um programa de Estado do Brasil, já é levado a efeito há 27 anos, portanto é um programa que deu certo, é um programa que teve a iniciativa, dentro do Governo Brasileiro, primordialmente pela Marinha há muitos e muitos anos atrás e que hoje, embora a Marinha conserve ainda a gerência do programa, o programa tem uma execução descentralizada, é compartilhada, na verdade, esse programa hoje é executado pela Marinha no sentido operacional e logístico, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido da seleção dos projetos e do julgamento dos méritos, dos projetos colocados aí, e do Ministério do Meio Ambiente, a quem compete obviamente fazer todo o julgamento da parte de impacto que os projetos vão levar àquele continente. Então, essa é a forma como nós compartilhamos a execução do programa.

Basicamente então, para os senhores entenderem como funciona o Programa Antártico, o Ministério da Ciência e Tecnologia, através do CNPq coloca editais propondo a participação embaixo de alguns parâmetros de cientistas, de projetos na Antártica, esses projetos são colocados, são julgados quanto ao seu mérito, depois são avaliados ambientalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, que julga se efetivamente o impacto que esse projeto causará, tem um custo benefício razoável em relação aos resultados esperados, e depois a Marinha vem e diz o que é possível logisticamente com os meios que nós dispomos, o que é possível apoiar e o que não é possível apoiar; assim é executado em linhas bastante gerais o Programa Antártico Brasileiro.

Bom, com relação as mudanças climáticas, como certamente também é do conhecimento dessa comissão, é um ponto comum para os cientistas brasileiros, na verdade para o cientista do mundo inteiro, que muito dos efeitos para os cientistas do mundo inteiro, que muito dos efeitos que nós estamos sentindo hoje de aquecimento, enfim, de toda a parte de mudança global, se sente primeiro na Antártica do que em outros ou com mais intensidade na Antártica do que em outras partes do mundo. E dentro do Continente Antártico, a Península Antártica ainda de forma mais acentuada. E como os senhores... Como gostaria de dizer, nossa estação brasileira, a estação brasileira, estação científica brasileira na Antártica, se posiciona, situa-se exatamente na península Antártica. Nós temos lá séries importantes de observações do INPE que já datam, embora nós estejamos lá há 27 anos, já datam, a parte de dados meteorológicos colhidos ali já tem cerca de 50 anos, talvez a série mais longa coletada naquele continente, porque aproveitamos séries de dados que eram coletados pelos ingleses que lá estiveram antes de nós naquele mesmo local. De forma que, hoje nós temos ali, talvez, eu diria num contexto global, nós temos ali a melhor série de dados coletados sobre o que aquela região de península, que como eu já disse é a que mais acentuadamente sofre os efeitos de um processo de aquecimento, de mudança climática, nós temos ali a mais importante série de dados, basicamente esse aspecto levado em efeito pelo INPE.

Muito bem, dentro do aspecto de como nós nos comportamos na Antártica, que eu creio também que possa ser de interesse da comissão, nós estamos lá, como já lhes disse, há 27 anos, a preocupação do Programa Antártico Brasileiro como um todo sempre foi o de estar ali com, e desde muito cedo, com toda a preocupação para que o resultado da nossa presença no sentido ambiental seja o menos sensível possível. Hoje nós adotamos uma postura que é razoavelmente mundial e advém muito também do sistema do Tratado Antártico, do Protocolo de Madri, uma postura que pre-

vê o fato de, ou seja, que define parâmetros para que nós sejamos visitantes na Antártica e não moradores, vamos chamar assim. Então, tomamos hoje todos os cuidados, são investimentos vultuosos que temos que fazer todos os anos para que a nossa a presença lá seja a mais imperceptível possível ambientalmente. Então, o que nós fazemos hoje? Hoje nós investimos toda a nossa parte de geração de energia, temos a geração de energia lá hoje ainda e a matriz principal de geradores, portanto, queimamos combustível na Antártica como todas as outras estações, estamos nesse momento fazendo todos os investimentos que, enfim, que podemos, que alcançamos nesse momento, para tentar dar uma diversificada na nossa matriz, de forma que nós possamos agora, estamos investindo basicamente em energia eólica. Então, estamos tentando dar uma diversificada, estivemos agora, há um mês atrás, no CENP, na Petrobrás para tentar formar uma parceria com a Petrobrás, que nos fornece o óleo, claro, mas que, enfim, o óleo para nós não é problema, mas ainda assim queremos diversificar isso de forma que consigamos em algum prazo, depende muito do que nós tivermos em aporte financeiro, mas em algum prazo dependemos, temos a ambição de transformar a nossa matriz energética lá, podemos chamar assim, geração de energia, reduzindo apenas para a metade do que nós hoje queimamos de óleo e tentando diversificar para *fotovoltaica e para eólica.* Hoje nós estamos também fazendo investimento vultuoso, porque temos lá um parque de geradores que já funciona naquela estação há 15 anos e portanto já atinge um certo grau de obsolescência, então, estamos hoje fazendo investimento vultuoso, relativamente vultuoso para os nossos parâmetros, mudando nosso parque de geradores de forma que vamos tornar aquilo mais eficiente, consumindo menos óleo e efetivamente produzindo menos ruído, o que também é importante na Antártica.

Fizemos investimentos e incentivamos também indústrias nacionais, no caso das emissões, nós como todas as outras estações da Antártica, alguns resíduos precisam voltar para o Brasil, portanto nós importamos lixo todo ano e alguns podem ser queimados na Antártica, só que para ser queimado na Antártica não pode ser queimado de qualquer forma, precisa ter aí um parâmetro, precisa atender um parâmetro ambiental, que é fixado internacionalmente e pelo MMA de que o incinerador emita, ao final daquela queima, certas partes de carbono, 20 partes no máximo por milhão, e nós, então, entramos em contato com empresas brasileiras e conseguimos desenvolver um protótipo que emite apenas cinco partes por milhão. Então, nesse aspecto também somos ambientalmente corretos na Antártica. Como lhes disse, temos ainda a tarefa de todo o lixo que produzimos lá, uma pequena parte, como acabei de citar, incineramos e a grande parte retornamos com o lixo para o Brasil. Às vezes inclusive somos questionados porque pouca gente no mundo importa lixo, nós temos que importar, obviamente estamos falando de latas, estamos falando de embalagens, os lixos que estou me referindo é dessa natureza, de forma que procuramos ser ambientalmente corretos na Antártica e temos conseguido com algum sucesso.

Ainda este ano, eu não sei se é do conhecimento da comissão, mas enfim, este ano o MCT emitiu, expediu junto com o CNPQ... Perdão, no ano passado, um edital em que instituiu os institutos nacionais de ciência e tecnologia, esses institutos nacionais de ciência e tecnologia são institutos que visam na verdade atingir toda a gama e qualquer tema científico que seja de interesse. Desse instituto me parecem que foram aprovados cerca de 30 institutos, dois dizem respeito à Antártica, um deles é o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera, que trata de solos, etc. e o outro Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia que trata de aspectos ambientais, o INCT-APA, como chamamos. Esse instituto, esse INCT-APA, que trata das questões ambientais da Antártica desenvolve uma série... Cada estudo desse comporta uma série de projetos, esse instituto que eu creio ser de interesse, tem vários projetos incluindo o projeto do INPE, incluindo outros projetos do próprio MMA, o MMA coopera com este instituto no sentido institucional, colocou aí um dos projetos interessantes que deve ser levado a campo à primeira vez este ano, que é o sistema de gerência ambiental que está sendo feito pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia e pelo MMA. O que é esse sistema de gerenciamento ambiental? Um instituto vai à estação e vai estudar todos os projetos que acontecem lá para, enfim, para instaurar ali, para instituir ali um sistema de gerência ambiental. Esse sistema de gerência ambiental vai num primeiro momento ser colocado na estação para que todos os projetos, todos os processos da estação sejam efetivamente, sofram essa avaliação do SGA e no momento posterior, no planejamento MMA, estender esse sistema de gestão ambiental para todo o Programa Antártico.

Basicamente eu espero ter dado alguma noção do que é o Programa Antártico, como é que nós nos posicionamos ambientalmente e eu gostaria de me colocar aberto a perguntas para a comissão, se for de interesse dessa comissão.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, está usando perfeitamente o seu tempo, assim, propicia aos nobres deputados e senadores encaminhar os questionamentos. Eu passo a palavra ao autor do requerimento que

suscitou a audiência pública, Senador Jefferson Praia. Na sequência Deputado Rômulo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu quero inicialmente agradecer a presença do Capitão Medeiros e pelos esclarecimentos iniciais. Eu tenho algumas preocupações nossas, já que estamos numa Comissão de Mudança Climáticae estamos discutindo aqui toda a semana o impacto que estamos tendo no planeta, nas diversas regiões e eu gostaria de saber, Capitão, das pesquisas realizadas lá por vocês, que resultado nós temos na atualidade com relação ao impacto nas calotas derretimento, isso é preocupante, como é que vocês estão vendo essa questão? Esse seria o primeiro questionamento, na verdade, o questionamento é; está havendo impacto realmente pelos estudos verificados na Antártica? Qual é a intensidade desse impacto, caso ele exista, já que o derretimento daquelas calotas tenham aí, é claro, uma influência muito grande nos oceanos e por sua vez no clima de planeta. Bem, eu não vou entrar nesse aspecto.

O segundo ponto, diante do contexto da COP-15 que vai se realizar na Dinamarca, o que vocês estão pensando? Que sugestões fazem? Tem alguma sugestão, não tem, qual a posição na avaliação de vocês deve ser a posição do nosso país? Essa é uma pergunta um pouco complicada, mas eu gostaria de saber o que os pesquisadores estão pensando, se tem alguma preocupação nesse contexto, que cobrança deveremos fazer dos outros países.

E por último eu gostaria de saber como nós, quando eu falo nós é o Congresso, pode contribuir com o projeto? Como podemos... O que precisa ser feito para dinamizarmos mais esse projeto importantíssimo para o Planeta Terra, que é feito não só pelo Brasil, mas por muitos países na Antártica. Então, são esses os três pontos iniciais que eu gostaria de saber a opinião de V.Sa.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu só gostaria de perguntar para o Senador Jefferson se passo a palavra para o nosso convidado ou se fazemos todos os questionamentos e depois numa só. Eu acho que poderia, V.Exa. como o autor do requerimento então V.Sa. responde aos senadores e depois fazemos um único bloco na sequência.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Muito obrigado, acho muito interessante. Senador, obrigado. Bom, com relação a se está havendo impacto. Primeiro eu gostaria de me endereçar à plateia e dizer da minha humildade aqui como orador, porque na verdade eu sou um mero oficial de Marinha, as questões que são colocadas, senador, eu vou tentar de alguma forma esclarecer no sentido do meu conhecimento, mas é como eu lhes disse, só esclarecendo esse ponto, o programa hoje ele é executado de maneira compartilhada, então, toda parte científica do programa, embora nós tenhamos, por dever de ofício, conhecimento do que acontece, e eu vou tentar passar esse pequeno conhecimento aos senhores, toda parte científica é gerenciada pelo MCT, assim como ambiental pelo MMA, de forma que eu posso lhes passar impressões, eventualmente até opiniões, mas peço que entendam que eu infelizmente eu não tenho a estatura técnica, enfim, para lhes dar opiniões que possam ser consideradas definitivas sobre o assunto, peço apenas que usem como uma referência nos seus pensamentos e reflexões.

Então, a pergunta se está havendo impacto. Muito bem, já é um consenso mundial de que está havendo um impacto no globo como um todo, o consenso existe, mercê do efeito das ações do homem no planeta. O que acontece? Nós, como eu lhes disse no início, aquela região em que a nossa estação está, coincidentemente, porque isso trata-se de uma coincidência, no momento em que nós estabelecemos, o Brasil se estabeleceu na Antártica, esse assunto de mudanças climáticas não existia há 30 anos atrás, então, foi uma mera coincidência, no entanto aquele, por uma feliz coincidência, aquele é a região da terra, como os cientistas dizem, aquele, a Península Antártica é a região da terra que mais sente esses pretensos efeitos de mudanças climáticas. Então, o que acontece? Observamos lá na Península Antártica em fruto da situação do INPE que eu já citei, observamos ali uma mudança de comportamento do clima, ou seja, aquela península Antártica é um local onde não deveríamos observar chuva, é uma das regiões mais secas do mundo. Na verdade isso acontecia, isso era verdade até alguns anos atrás, hoje já se observa precipitação na Antártica, isso é um claro, segundo cientistas, é um claro sinal de mudança no sentido de um aquecimento. Recentemente, nós mercê de uma... também dessa busca que o programa faz no aspecto que nós conduzimos para o aperfeiçoamento, nós precisamos numa parceria com a Petrobrás colocar ali um sistema de dutos para bombeamento de combustível, para isso precisamos ir até o comandante do navio para dizer "Olha aqui, eu preciso que você chegue mais perto", o comandante do navio disse: "Olha, mais perto eu não chego, porque eu não tenho carta náutica e eu não tenho segurança para me aproximar com o meu navio". Então, nós tivemos que mandar sondar a Baía do Almirantado onde nós nos situamos na Antártica, enfim, fizemos uma carta e tudo, resolvemos esse problema,

mas um dos efeitos que nós tivemos, colaterais, ou dos ganhos colaterais que nós tivemos com essa sondagem foi constatar que uma determinada geleira que havia, não sei quanto tempo atrás, recuou dois quilômetros. Então, nós tivemos observações de fotografias da base G inglesa que existia naquele local e aquela mesma geleira que tinha ali há 60 anos atrás ou 70 anos atrás, hoje não existe mais, essa sondagem comprovou, porque a sondagem é feita com *multifeixe* de sonar e viu que no fundo do mar tem a marca da geleira, mas ela já não está mais ali. Esses fatos, senador, somados a muitos e muitos outros permitem, levam os cientistas a inferirem que efetivamente está havendo um processo de aquecimento e que ele está sendo mais sensível ali e que ele efetivamente é preocupante.

Eu gostaria apenas de trazer ao conhecimento também dessa comissão um outro aspecto do problema que talvez mereça reflexão para que nós... só no sentido da gente ter acesso ao sempre saudável contraditório. Um outro cientista, Dr. Alberto Setzer também do INPE nos colocou em palestra recente uma outra reflexão sobre essa mudança climática, em que ele nos apresenta gráficos, ele é um dos responsáveis por esta coleta de dados já de 27 anos, ele pessoalmente, e nos disse o seguinte: "Olha comandante, é claro que muitos sinais nos levam a imaginar que está havendo efetivamente um processo de aquecimento em decorrência da ação do homem, mas aí eu coloco...", ele colocou a nós a reflexão e eu gostaria de colocar a reflexão nessa comissão do seguinte aspecto: "Nós temos, nós somos uma raça relativamente jovem e nós temos aí..." Isso é uma explicação do Prof. Alberto Setzer, eu peço que entendam como sendo dele, "e nós temos uma certa tendência a imaginarmos que tudo o que acontece no planeta é uma decorrência da nossa ação" e ele me disse o seguinte: "Olha, Medeiros, eu diria a você o seguinte, nós temos uma série de 50 anos de observação, será que esse aquecimento que eu reconheço, realmente está acontecendo é uma decorrência da ação do homem, emissões, efeito estufa e etc. ou será que esse aquecimento realmente observado é uma coisa que acontece de 50, em 50 milhões de anos no planeta, é natural, e nós apenas estamos entrando nessa onda achando que somos os causadores". É uma opinião de um cientista, eu acho interessante esse contraditório e só resolvi colocar. Então, essa é a pergunta, de se está havendo impacto, na minha opinião sim, o Comitê Científico que trata da ciência na Antártica chamado SCAR, emitiu recentemente, fruto das pesquisas realizadas no Ano Polar Internacional que se encerrou em março, emitiu o resultado de várias pesquisas, uma delas levadas a efeito, porque todas elas, quase todas elas foram levadas a efeito em conjunto por diversos países, dando conta que efetivamente existe, é observado naquele continente os efeitos de um aquecimento que é preocupante e que não obviamente continuarão fazendo pesquisas, etc., mas que sim, existe um efeito estufa, um efeito de mudança climática.

Como prova, como eu lhe citei, tivemos sinais na própria península desse efeito do aquecimento com a diminuição da geleira. Obviamente devem ter percebido já por notícias, que isso sai na mídia, há pouco tempo tivemos a fragmentação de imensas quantidades de gelo, aconteceu há menos de um ano, e isso tem sido observado o recuo dos mares, porque como todos sabem também durante o inverno a Antártica aumenta de área [ininteligível] porque o mar em torno congela, esse congelamento também vem sendo observado por satélite e vem sendo observado que esse aumento da área da Antártica pelo congelamento vem diminuindo a cada ano, portanto o que se observa naquele continente é, sim, há um aquecimento. Há uma diminuição da calota polar? Sim, há uma diminuição. No entanto, ainda é controverso, senador, porque o nosso cientista, por exemplo, levantou uma questão interessante, outros cientistas americanos levantam outra questão, enquanto na península e na parte oeste da Antártica esse efeito que eu lhes falei da geleira, esse descolamento das plataformas de gelo acontecem com muita intensidade, no continente a este a camada de gelo tem aumentado. Então, é controverso, eu diria ao senhor existe o impacto, não sei avaliar, hoje não existe um consenso, inclusive no âmbito científico a respeito de que se esse impacto é um impacto irreversível, qual o tamanho dele, só sabem que ele está acontecendo. Então, espero ter ajudado de alguma forma na primeira pergunta.

A segunda pergunta, senador, eu receio que não vou ser... Passar sequer perto de uma ajuda ao senhor, porque eu efetivamente não tomei conhecimento do que será discutido na Dinamarca, não tomei conhecimento infelizmente, me desculpe, existem outros atores que podem lhe ajudar melhor, nessa parte eu realmente não me atrevo sequer a lhe dar uma opinião.

Com relação à terceira pergunta, senador, como poderemos contribuir. Bom, na verdade, senador, o Congresso já contribui de uma forma bastante importante, por intermédio da Frente Parlamentar, como o senhor sabe, todos sabem, através de emendas individuais. Então, na verdade são contribuições mesmo, de parlamentares que lá estiveram, que não estiveram, mas que têm, sentem uma proximidade com o programa, como eu lhes disse é um programa de 27 anos, portanto é um programa que deu certo. Eu diria, hoje o Brasil nesse aspecto do Tratado Antártica, ou seja,

nós somos parte consultiva. O que quer dizer? Nós adquirimos um status que nos permitirá discutir quando isso for discutido, porque não é o caso hoje, mas quando for discutido nós teremos voto de um para um qualquer outro país, que seja mesmo consultivo, são apenas 49, sobre os destinos daquele continente, sejam eles os destinos que forem. Eu não sei se aquilo será dedicado à paz e a ciência eternamente? Pode ser uma decisão. Aquilo será de alguma forma prospectado? Pode ser uma outra decisão. O importante é que quaisquer que sejam as decisões em relativas à Antártica, o Brasil terá voto e um voto extremamente importante porque dentro do sistema do Tratado, tudo só pode ser resolvido e decidido por consenso, portanto por consenso cada voto é um voto e cada voto é um veto também, de forma que o Brasil tem hoje uma posição extremamente importante em relação ao Continente Antártico e essa condição de membro consultivo do Tratado Antártico foi alcançada por causa da nossa atividade lá, porque não basta querer ser membro consultivo do Tratado, precisa desenvolver uma série de requisitos e principalmente atividade e presença na Antártica, porque temos há 27 anos.

Como o Congresso pode contribuir. Muito bem, como eu lhes disse, o Congresso já contribui por intermédio da Frente Parlamentar, o que, e aí vai uma opinião pessoal, mas que enfim, é também institucional, nós precisamos avançar, senador, avançar muito no aspecto que eu lhes disse, eu lhes falei a respeito de sermos, de termos um atitude ambientalmente correta na Antártica, porque isso é regulado por um protocolo, um protocolo que foi feito ao Tratado, que é o chamado Protocolo de Madri, é um protocolo ambiental, eu diria, todas as ações de todos os países são muito observadas na Antártica uns pelos outros, porque esse é o espírito do Tratado, uns pelos outros se observam muito, se visitam muito, e todos sabem quem é quem, vamos dizer assim, ambientalmente na Antártica. Então, eu conduzo o Programa Antártico no sentido operacional há dois anos, isso é pouca, muita pouca experiência, mas enfim, eu diria, é extremamente importante que continuemos a perseguir uma eficiência ambiental maior, hoje a nossa estação, fruto de como nós... As possibilidades da época, é uma estação de aço, foi feita a partir de contêineres no início, foi como o Brasil entendeu que conseguiria se estabelecer na Antártica e enfim, temos hoje que pagar o ônus de uma estação de aço, num lugar que venta muito, que é muito frio e que é à beira do mar, ou seja, enferruja todo dia e nós precisamos fazer uma manutenção diária, o que é muito custoso.

Qual é a minha visão no sentido do futuro na Antártica, como é que podemos contribuir. A gente precisa pensar, senador, em sermos mais eficientes na Antártica. Portanto, precisamos desenvolver novas tecnologias, precisamos nos estabelecer lá de uma forma mais eficiente em termos de energia, de como geraremos a nossa energia lá, precisamos dar melhores condições aos nossos pesquisadores para que efetuem pesquisas de relevância de importância na Antártica, para que produzam resultados importantes para o país, porque eu particularmente só acredito em pesquisa, a pesquisa livre, ela deve, no meu modesto entender, deve ser restringir às faculdades e a pesquisa que é levada a efeito em alguns lugares e a Antártica se inclui, na minha opinião, deve ser pesquisa aplicada e eu lhes confesso, hoje não é, mas é apenas uma opinião. E devemos perseguir essa tecnologia, talvez um novo material para que a gente substitua o material que lá exista, não sei. É um desafio que tem agora para o futuro, senador, e que eu diria, talvez precisemos para um futuro médio ou até próximo pensar em nos estabelecermos na Antártica no mesmo local, desenvolvendo as mesmas atividades, mas de uma maneira mais eficiente para nós possamos, diante de uma comunidade internacional e isso que é importante, senadores e deputados, que nós tenhamos a dimensão de que a nossa presença na Antártica é fundamentalmente voltada para outros países, para uma comunidade internacional que nos observa e é importante que nós persigamos essa eficiência e possamos nos mostrar tão eficiente quanto os países que, enfim, mais desenvolvidos que lá estão e que nós precisamos mostrar "Olha, estamos aqui em iguais condições e ambientalmente corretos, portanto temos toda a autoridade moral e técnica para mais tarde discutimos os destinos aqui do continente".

É isso, talvez, por intermédio da própria Frente mais tarde tentar um aporte diferente ou algo diferente para que nós possamos começar um projeto de uma nova estação.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada. Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, pela ordem Deputado Rômulo Gouveia, em seguida Senadores Marco Maciel e Renato Casagrande. Se me permite, Deputado Rômulo, para depois que V.Sa. responder essa segunda bateria de questionamentos eu só gostaria se V.Sa. pudesse nos colocar qual a ideia de uma construção de uma nova estação, porque falou-se a respeito da estação feita de ferro, e que tem problema por ferrugem, enfim. Como seria, que material e quais os custos dessa nova estação e se há perspectiva de recursos para tal. Deputado Rômulo.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Sra. Presidente, em primeiro lugar parabenizar o Sena-

dor Jefferson Praia pela feliz iniciativa de discutir esse tema, porque Capitão Medeiros, eu estive, Srs. Senadores, eu tive a oportunidade em 2007, a convite da Marinha em novembro de 2007, de conhecer o trabalho realizado *in loco* e eu costumo dizer que o que os olhos não vê o coração não sente, eu tive a oportunidade de ir lá, de conhecer o trabalho da base Comandante Ferraz, o trabalho que a Marinha desenvolve e essa Casa, a contribuição que a Frente Parlamentar, que as emendas individuais e que no próprio orçamento da União puder priorizar, porque eu fico imaginando e lá, imagine se há 27 anos não tivesse essa iniciativa. E o interessante é que em 2007, Senador Jefferson Praia, alguns aspectos que aconteceram em 2008, em 2009, lá já se tinha uma noção e as pessoas já mostravam a preocupação com essa questão. Então, é extremamente importante que essa comissão possa realmente acompanhar o trabalho, Senador Jefferson Praia foi muito feliz na iniciativa da realização dessa audiência pública e nesse instante aqui eu quero me associar ao trabalho da Marinha e dizer que esta comissão, Sra. Presidente Vanessa, é extremamente importante o acompanhamento. E aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer, é importante conhecer. Eu acho que quem já foi, não há mais a necessidade, eu já tive oportunidade, foi um privilégio muito grande poder ter conhecido o trabalho, mas outros senadores, deputados que não tiveram a oportunidade e para isso a Marinha tem tido a sua programação com os parlamentares, para poder conhecer o trabalho. Então, eu quero cumprimentar, parabenizar o autor e também em nome do Capitão Robson Medeiros cumprimentar toda a Marinha e parabenizar pelo trabalho que é realizado ali na Antártica.

Poderia falar em outros programas, como agora recentemente estive conhecendo o arsenal lá no Rio de Janeiro, mas eu vou focar e parabenizar o trabalho da Marinha, o que vocês realizam ali na base Comandante Ferraz.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Obrigado, deputado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Obrigada nobre Deputado Rômulo. O Senador Marco Maciel pediu desculpas, porque foi chamado ao Plenário, pois lá estava inscrito. Então, eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado Presidente, Deputada Vanessa, Capitão-de-Mar-e-Guerra Medeiros, é um prazer tê-lo aqui junto conosco, já também tive oportunidade de visitar nossa base na Antártida e é mais também um testemunho daquilo que quem conhece pode testemunhar e nós conhecemos, tivemos até a sorte de ficarmos retidos lá por quatro, cinco dias pelo tempo, ficamos na base chilena por um bom tempo, mas também foi uma chance de conhecermos mais o trabalho do Brasil e dos outros países que estão lá na península também, assim como o Brasil está. Eu sou na verdade um entusiasta do projeto, sou membro da Frente Parlamentar e temos procurado colaborar com o trabalho do projeto na medida que nós temos condições aqui no Senado e no Congresso Nacional. O trabalho lá na Antártica é um trabalho de fatos muito importante para a gente possa ter até a certeza se o homem está causando as mudanças ou não, por ser um ambiente ainda virgem e com menor grau de interferência humana, as medições e os cálculos, as aferições são mais adequadas e nós podemos acompanhar toda a composição atmosférica dos últimos anos, 100, 200, 300, 400 até mais de anos pelas análises que são feitas, mas mesmo um testemunho.

E nós temos alguns países que tem mais de uma base na Antártica. Você acha que o Brasil também deveria caminhar para ter mais de uma base na Antártica ou está bom uma base e nós estamos atendidos com essa base, porque os americanos têm acho que quatro bases, outros países mais desenvolvidos tem mais de uma base. Então, qual a sua opinião com relação à presença maior do Brasil lá na Antártica? Então, essa é a questão que eu gostaria de falar e parabenizar à Marinha e os brasileiros pesquisadores que lá trabalham por esta grande ação lá na Antártida.

E quero aproveitar, Deputada Vanessa, tratar de dois assuntos que está relacionada ao tema de mudanças climáticas, mas que não está diretamente relacionada a presença do Capitão-de-Mar-e-Guerra Medeiros, mas um tema é o tema que eu já tratei aqui numa outra oportunidade, da política nacional de mudança climática que está na Câmara, ver se os deputados têm alguma informação, se já tem relator definido, se não tem relator, o que nós podemos fazer para adiantarmos um pouco o tema, até tendo como referência a realização da COP em dezembro, se nós conseguíssemos votar nessa matéria até dezembro seria muito bom. Então, eu acho que aí é uma informação que eu gostaria de pedir à Presidente, à vice-Presidente que está no exercício da presidência, que é a deputada, acho que se nós tivermos condições de avançarmos na votação da política, vai ser muito importante.

E outro tema, outro assunto é o assunto de como o Brasil está se preparando e como o mundo está se preparando para a COP-15, de dezembro. Nós deveríamos, nós precisamos priorizar as nossas ações, desde que as nossas ações são ações de debate de proposta, das audiências públicas, do acompanha-

mento dos projetos que estão tramitando nas demais comissões temáticas de cada Casa.

O que nós deveríamos priorizar nesse momento? Deveríamos priorizar as audiências públicas que tratassem da posição brasileira e da posição dos demais países para a COP. Eu acho que discutir mudanças climáticas, desertificação no semi-árido é importante, eu acho que discutir mudanças climáticas e interferência da Amazônia é importante, eu acho que discutir tudo isso é importante, mas nós temos poucas sessões e poucas audiências até início de dezembro. Então que nós pudéssemos priorizar a posição brasileira, hoje o Ministro Carlos Minc estará com o Presidente Lula apresentando uma posição com relação à proposta que o Brasil vai levar ou já está levando para os debates preliminares que antecedem a realização da conferência, o Brasil vai assumir metas, não vai assumir metas, se vai assumir metas, qual o ano de referência, qual é de fato a proposta para a diminuição do desmatamento, já tem um plano que é a redução de 70% até 2020, acho que temos que perseguir essa meta estabelecida, mas qual é a posição brasileira efetiva? O que o Brasil pode fazer para que esta conferência não seja um fracasso? Muitas lideranças e o mundo que acompanha o assunto está jogando um peso muito grande na realização da conferência e se a conferência não for uma conferência que traduza a vontade, o desejo dessa parte da população que acompanha o tema, que é uma parte significativa, porque hoje muita gente acompanha o tema mudanças climáticas, nós poderemos entrar num processo de depressão nesse debate, e de sentimento de que nós não conseguiremos um modelo governança global que enfrente os grandes problemas do planeta. Eu acho que essa comissão deveria, a partir dessa sessão até final de novembro, e é um mês só, um mês e meio que nós temos, nos dedicarmos a ouvirmos o diplomata Embaixador Figueiredo que cuida desse assunto, ouvirmos o Ministro Carlos, ouvirmos outras lideranças da comunidade científica para que a gente de fato possa pressionar e levar o assunto para um funil que seja a posição brasileira e o que nós podemos fazer no trabalho nosso, nos fóruns internacionais para que a gente possa forçar um entendimento para a COP-15.

Então, eu acho que esta é a minha proposta de trabalho para este um mês e meio que nós temos até o início dessa conferência, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A gente agradece, Senador Casagrande, após a intervenção do nosso convidado, eu falarei um pouco em breves palavras a respeito do que V.Exa. levanta, que de fato é importante para nossa comissão, entretanto já debatidos em outro momentos.

Eu passo a palavra então para o nosso convidado, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Comandante José Robson e ao mesmo tempo, Comandante, pedir à V.Sa. que promova as respostas aos questionamento e eu já faça as suas observações finais.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Muito bem, senador, o senhor nos questionou a respeito de uma ou mais bases. O que acontece? Talvez num momento anterior em que eu tivesse menos experiência no Programa Antártico e até com um espírito ufanista eu lhe dissesse "Não, precisamos de muitas bases", mas depois de passar pela experiência do apoio principalmente da logística ao Programa Antártico, a uma operação Antártica como essa, que se inicia agora dia 19 de dezembro a 28ª, eu lhe diria, precisamos refletir muito sobre o assunto. Senador, colocar uma outra base é remete a diversos questionamentos, se nós vamos fazer uma outra base, vamos fazer outra base aonde? Na península? Ora, na península é uma área geográfica que nós já temos presença e que já conhecemos o comportamento climático. Vamos fazer, então, talvez o raciocínio nos levasse a inferir, então vamos fazer no continente? Se nós vamos fazer no continente, nós precisamos de um navio que chegue até o continente, o continente congela, portanto nós precisamos de um quebra-gelo. Enquanto nós podemos adquirir um navio com capacidade polar, ou seja, com casco reforçado, etc., que atenda as nossas necessidades atuais, por 40 milhões de dólares, como nós adquirimos um agora neste ano, um navio polar custa dez vezes isso, então, há uma diferença falar em 40 milhões e 400 milhões, é muito dinheiro. Então, o que eu diria ao senhor hoje? Munido da humildade de quem precisa fazer o apoio logístico nas condições que nós temos hoje, eu diria que é temerário pensar em um passo adiante. No sentido prático da coisa, eu estou falando no sentido logístico das nossas possibilidades, mas as nossas possibilidades, elas estão hoje na minha cabeça e na cabeça de V.Exa., elas podem não existir, o senhor conhece muito mais do que eu venho a conhecer e pode saber que podemos dar passos ainda maiores. Então, eu não vou falar disso, eu vou falar apenas da minha opinião no que diz respeito a ciência que nós produzimos na Antártica hoje. Eu diria ao senhor: Em linhas gerais, precisamos tratar de melhorar e buscar melhorar sempre a qualidade da ciência que nós fazemos hoje lá e não a quantidade, senador. Então, essa é uma opinião pessoal, é uma área como eu já lhes expliquei, que não é minha, mas é apenas uma opinião, precisamos pensar, senador, em pesquisa aplicada, precisamos passar por uma po-

lítica de pesquisa, que hoje me parece que está sendo desenhada, para que o país diga o seguinte: "Alô, alô, pessoal da Antártica, o país precisa que se desenvolva pesquisa nesse sentido, naquele sentido, eu quero patente nesse sentido, quero patente no outro sentido, eu quero que seja aplicada a ciência nessa direção", porque hoje existem pesquisas que são levadas a efeito há 25, 27 anos na Antártica, produziram resultados, foram publicadas, são pesquisas de relevância, como eu já lhes expliquei, e mais do que tudo, senador, garantem a nossa condição de membro consultivo de um Tratado, que é um aspecto político muito importante e muito relevante dessa questão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E há um intercâmbio entre informações, por exemplo, no Ano Polar, por exemplo, há um grande intercâmbio das pesquisas desenvolvidas por outras nações.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Também. Eu diria, senador, nós temos cientistas que participam de pesquisas de muitos países, muitos da Europa, Estados Unidos, temos americanos, australianos e europeus que participam de nossas pesquisas e hoje o programa Antártico acabou de lançar um edital, Edital 23 do CNPQ, lançou um edital em que promove, o Brasil financia a pesquisa iniciativa de pesquisa no âmbito da América do Sul, que é um, me parece, um objetivo do governo fazer uma integração e nós estamos esperando resultado do edital, o edital fecha agora talvez, até o final desse mês, nós temos aí países da América do Sul colocando projetos para serem desenvolvidos junto com pesquisadores brasileiros, então, o fator de motivação e, porque não dizer, de liderança regional que está sendo colocado no arcabouço do Programa Antártico Brasileiro.

Mas no meu modo de entender, senador, respondendo, focando mais na sua pergunta, eu acho que nós devemos ter apenas uma base nesse momento, talvez no futuro a gente aí possa sonhar em ter uma segunda base, que não é em absoluto exagero nenhum, como o senhor mesmo disse, há pazes que tem quatro ou cinco bases lá, não é verdade? Nós gostamos de dizer que temos estação científica, porque existem países que o posicionamento do Brasil, como os senhores todos sabem, é um posicionamento de que a Antártica deve ser internacional, no entanto existem outros países que também são membros consultivos do tratado, vizinhos nossos, que tem um posicionamento territorialista em relação à Antártica, tratam a Antártica como se território seu fosse. E esses, então, se preocupam em fazer muitas bases, tratam de instituir escolas, fazer pessoas nascerem na Antártica, todos esses requisitos para uma futura reivindicação territorial, futura não, numa corrente reivindicação territorial que está congelada pelo Tratado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Capitão, o senhor me permite rapidamente? E esses que estamos falando, só pego o gancho aí. Qual a porcentagem, uma proporção de pesquisa aplicada que fazem? Nós estamos fazendo pesquisa básica. Quem faz pesquisa aplicada?

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Olha, senador, essa é uma pergunta... Nós só podemos conjeturar. Mas olha só, o senhor veja bem, nós temos um americano que hoje tem a estação de Amundsen-*Scott, q*ue fica no pólo sul geográfico, é alvo até de um filme que está passando agora no cinema, Terror na Antártica, muito razoável o filme até. Nós temos o russo, com a Estação de Vostok; então, o que acontece, senador, o que o russo está fazendo? Embaixo da estação dele existe um lago de água doce, entre a camada de gelo e o continente, e a parte rochosa do continente. A três mil metros de profundidade de gelo, porque a camada de gelo é mais ou menos isso aí, 2.500 a 3 quilômetros de espessura. Muito bem, o russo hoje perfura a camada de gelo porque alega que quer chegar ao lago Vostok, ali embaixo, para estudar biomas e prováveis ecossistemas que estão ali preservados há muitos e muitos milhões de anos, mas o que o russo realmente está fazendo lá, senador, eu não sei. O americano está fazendo prospecção lá? Sinceramente, senador, eu não sei. Agora, aquilo é um continente que é uma vez e meia o Brasil, de terra, portanto existe ali recurso mineral, que ninguém tenha dúvida disso. Portanto, a nossa ação lá hoje, a ação deste país então se fazem pesquisa aplicada eu diria ao senhor, o japonês desenvolveu a partir de pesquisas que faz na Antártica, cerca de 20 patentes só referentes ao uso do krill, só referentes ao krill, os japonês têm 20 patentes hoje, nós não temos nenhuma patente, é isso que eu queria dizer ao senhor.

Então, senador Casagrande, com relação a uma um ou mais base eu diria ao senhor, respondendo definitivamente a sua pergunta, é: Devemos, na minha opinião, ter uma base, tratar que ela seja eficiente, tratar que a nossa afirmativa de dizer que somos visitantes na Antártica se transforme numa verdade, porque ela hoje é apenas uma meia verdade. Então, precisamos ter materiais novos, a deputada até me perguntou algo a este respeito, é basicamente o seguinte, nós temos hoje aço, o que se constrói hoje na Antártica, fazendo um aparte senador, tem alguns compostos, se coloca muito madeira com isolante térmico e uma fina camada de metal galvanizado por fora, de um milímetro, que não enferruja nunca e ambientalmente eficaz.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um aparte, e a professora que coordena esse trabalho é lá do meu estado, é da Universidade Federal do Espírito Santo.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Ah, o senhor é capixaba.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Capixaba.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Cristina Engel.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cristina, Profa. Cristina, que eu aproveito e faço uma homenagem a ela e a sua equipe aqui.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Que é ótima. Na verdade hoje, a Profa. Cristina colocou um projeto dentro do INCT-APA, que é aquele Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Caráter Ambiental que eu te falei, e ela coloca um projeto de tecnologia justamente para construir que ela chama de Módulo Antártico padrão, lá na Antártica ela está com esse projeto hoje para ir a campo esse ano ainda.

Então, precisamos senador, ter uma base eficiente ambientalmente correta, se possível atingirmos ao status hoje de alguns países que tem estações na Antártica que emitem zero para o ambiente em todos os aspectos, é um alvo ambicioso, mas que nós devemos perseguir. Então, é isso, nós devemos ter apenas uma estação que produza ciência, que reverta para o país de uma forma mais aplicada.

É isso, eu gostaria de agradecer a paciência de V.Exas. e a oportunidade mais uma vez, é sempre um prazer falar do que fazemos com entusiasmo, que é o caso, e estaremos sempre a disposição. E eu lamento imensamente se não pude atender as expectativas uma ou outra de V.Exas. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, nós que agradecemos. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só antes de terminarmos, gostaria de submeter a esta comissão requerimento para que pudéssemos ter uma diligência pública lá no nosso estado, discutirmos essa questão climática e aí eu pediria se pudéssemos votar hoje esse requerimento, na verdade é uma iniciativa de realizarmos na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, convidando diversas autoridades, o que o nosso estado pensa sobre essa questão climática, colhermos subsídio para COP-15. E é claro, nós vamos realizar no Estado de Amazonas, seria interessante que pudéssemos ter diversos estados, trazermos aqui para a comissão e externarmos o posicionamento de todos sobre essa questão importantíssima, que é a questão climática no nosso planeta.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Para um esclarecimento, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois não, Senadora Marina. Eu só gostaria, porque nós já vamos entrar em outros pontos, de agradecer enormemente a presença do nosso querido Comandante Capitão-de-Mar-e-Guerra Dr. José Robson, pela presença e por vossa exposição que certamente figurará no relatório final que devemos aprovar até o mês de dezembro. Obrigada por vossa presença.

SR. JOSÉ ROBSON DE OLIVEIRA MEDEIROS: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senadora Marina queria se referir a audiência pública?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não, não, era um encaminhamento.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois não, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Naquele dia em que eu fiz a abordagem sobre a política de mudança climática, V.Exa. juntamente com o nosso relator, falou que ia ter uma reunião com o Presidente Michel Temer, essa reunião aconteceu e em que pé está a tramitação da política.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente. Senadora Marina, então, eu acho que primeiro tínhamos que agradecer o nosso convidado, porque passaríamos este momento a discutir questões internas da comissão. E V.Exa. repete os questionamento feitos à pouco pelo Senador Casagrande. Na realidade, esta tem sido uma preocupação de nossa comissão, porque nós temos um objetivo muito claro, tratar unicamente tão somente de mudança climática, estamos às vésperas de um evento internacional dos mais... ou o mais importante não dos mais, o mais importante relativos ao tema. Então, é óbvio que nós não devemos ficar debatendo e ouvindo a posição de outras esferas de poder, é preciso que façamos nós o dever de casa, até que tenhamos condições de cobrar e ouvir o posicionamento dos demais entes que estão envolvidos nessa questão.

Tivemos sim, uma reunião conversando com o Deputado Michel Temer Presidente da Casa, tivemos a Senadora Ideli Salvatti, presidente da nossa comissão, semana passada esteve na Câmara, conversamos com vários líderes de partido, visto que o posicionamento do Presidente Michel Temer é que ele pautará em Plenário as matérias que a comissão apontar como prioridade a serem analisadas pela Câmara, que ele pautará contanto que haja um acerto entre os líderes partidários. Nós então buscamos desde a semana passada até

o momento estamos buscando esse diálogo com as lideranças, pedindo que cada partido político indique ou nomeie se não for o seu líder, um parlamentar que esteja acompanhando mais de perto este tema, para podermos trabalharmos e pautarmos efetivamente em Plenário. Ocorre que em relação ao projeto que nós entendemos que dois seriam de fundamental importância a serem analisados e votados ainda na Câmara, um é o que trata da política de mudanças climáticas, porque o que vigora no Brasil é um decreto que estabelece, eu acho que V.Exa. era Ministra de Meio Ambiente à época, estabeleceu--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É que são duas coisas diferentes, a política--

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente. Que estabeleceu o plano. Nós temos um plano hoje que é um importante instrumento que tem metas inclusive, V.Exa. acabou de falar 70% até 2017, 80%, o Presidente Lula fala, até 2020 de redução do desmatamento e são questões que constam do plano, mas não temos uma lei, a lei está contida no projeto encaminhado pelo Executivo que foi apensado, é o Projeto, salvo engano, 3535/08 apensado ao Projeto 1º que tramita na Casa, na Câmara, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, salvo engano 18/ não sei que ano...18/ alguma coisa, e foi solicitada a criação de uma comissão especial, a comissão especial ainda não foi instalada, falta um partido indicarem seus membros, salvo engano dois partidos, mas nós não temos tempo mais para solicitar que os partidos indiquem, que a comissão seja instalada. Então, o que nós queremos é levar a matéria a Plenário, é possível, caso seja solicitado regime de urgência, uma série de procedimentos, é isso que nós estamos fazendo desde a semana passada. Eu acho que o que nós poderíamos fazer hoje aqui, uma sugestão também dividindo com os senhores, com as senhoras a mesma preocupação. Hoje é terça-feira, nós temos trabalhos até quinta-feira, praticamente, eu acho que nós deveríamos procurar ainda esta semana aguardar a chegada da Senadora Ideli, que é a Presidente da nossa comissão, aguardar a chegada do relator, que é o Deputado Colbert Martins, que não se encontra porque está representando a comissão num evento da FIESP hoje no Estado de São Paulo, lá está o ex-Presidente...

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Al Gore.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Al Gore, ele está lá representando a nossa comissão. Mas eles devem chegar ainda hoje, tanto a presidente quanto o relator, que possamos fazer uma reunião de trabalho, fazendo uma convocação muito especial a todos os nossos membros e fazer uma reunião de trabalho amanhã ou mais tardar na quinta-feira pela amanhã, o ideal seria amanhã, porque quinta-feira muitos que aqui estão tomam o primeiro vôo do dia e dificilmente virão, porque acho que todas essas providências que vem sendo tomadas por um ou outro deputado de forma isolada, semana passada estávamos eu e Senadora Ideli conversando com vários líderes, mas é preciso que façamos algo mais organizado, porque do contrário nós não conseguiremos colocar em Plenário a votos, a Câmara de Deputados está com uma agenda intensa, várias matéria que começam trancar novamente a pauta, há uma decisão de colocar no debate em Plenário a partir de novembro os quatro projetos que tratam do Pré-sal. Então, a ideia é que façamos, não esperemos pela segunda-feira ou pela terça-feira da próxima semana, marquemos aqui uma reunião já para o dia de amanhã.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Como é o procedimento desses projetos que são prioritários? O presidente, ele faz a reunião com as lideranças e pauta, não haveria a possibilidade do presidente da Câmara dos Deputados, fazer ele essa articulação diretamente com a lideranças?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É, porque aí seria algo diferenciado do que tem sido a prática, Senadora Marina, é claro que ele pode opinar favoravelmente ou não, mas é em reunião de colégio de líderes. Então, o que nós estamos tentando fazer é buscar, saber se há algum problema, há alguma divergência difícil de ser resolvida ou se não há divergências por parte de todos os partidos, daqueles que compõem a base e daqueles que não compõe, porque consideramos também que não tem havido por parte de outros partidos, de outras lideranças o empenho que é preciso ser feito para o projeto ser pautado e votado no Plenário, e não dá mais para esperar, nós não temos tempo útil.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Na verdade, a base do governo deveria ter trabalhado para o projeto que já está há sete meses.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E efetivamente não trabalhou, então eu acho que nós devemos não tratar mais esse tema ou como base ou como oposição, mas um tema de país, de estado, de nação.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É por isso que eu estou levantando aqui desde a reunião passada, estou pedindo as informações, porque naquela reunião tendo a percepção de que a gente pode passar o vexame de ir para Copenhague sem ter aprovado a política, algo que é da nossa governabilidade, e aí não é questão de governo ou não governo, é o

Congresso Nacional, como V.Exa. falou, tem que fazer o seu dever casa. Então no meu entendimento, se da mesma forma que na reunião com as lideranças o presidente, no meu entendimento, talvez ele possa pautar a matéria, se ele colocar, se alguma liderança está colocando alguma objeção a que vai diretamente para o Plenário, que aí essas lideranças vão se manifestar e talvez a nós caberia nesse processo agora, o convencimento político de conversar com os líderes dos vários partidos para que a gente chegue a uma acordo mínimo de que o Presidente possa se sentir confortável para sugerir que os líderes, digamos, já estejam conversados antes.

Porque eu me lembro que durante a Rio Mais Dez havia uma situação semelhante, que era em relação ao que o Brasil levaria sobre a ratificação do Protocolo de Kyoto para a África de Sul, e também faltando acho que dois meses eu e o Senador Lúcio Alcântara fizemos uma verdadeira força tarefa aqui dentro e conseguimos que fosse feita uma votação em caráter de maior urgência. Então, eu acho que se a gente fizer uma tramitação rápida lá no Plenário, como V.Exa. está propondo, e nós trabalharmos aqui no Senado, nós podemos fazer essa aprovação, porque eu acho que para nós mesmos, aí como senadores não é nem... e deputados, não é nem como governo ou não governo, é fazemos esse dever de casa que no meu entendimento eu conheço o projeto do Deputado Mendes Thame, ele já havia pedido, inclusive, na época aqui, talvez o melhor era ser uma iniciativa do Executivo, porque o Executivo poderia colocar os recursos, e uma iniciativa Legislativa não era possível, tínhamos concordado em relação a isso, a política estava praticamente pronta quando eu saí, e em seguida à minha chegada aqui ela foi enviada pelo governo. Então, eu acho assim, que se a gente conversar com o Mendes Thame e com as lideranças de todos os partidos, não digo todo mundo, eu digo as pessoas empenhadas, V.Exa., Senadora Ideli, o Senador Casagrande, que é da Comissão de Meio Ambiente, a Deputada Janete Capiberibe da Comissão da Amazônia, eu própria posso tentar ajudar, para que a gente faça uma força tarefa com os líderes, eu mesmo já me comprometo a ligar para alguns deles, eu vou falar com o Deputado Edson também, para que faça com V.Exa. para que a gente faça esse nosso dever de casa em relação a Política Nacional de Mudança Climática.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Nós já, inclusive, conversamos com o próprio Deputado Mendes, que não pôde estar nas últimas reuniões da comissão, mas conversamos com ele, ele ficou de, inclusive, coordenar o assunto pelo PSDB, que é um importante partido, conversamos com o PFL, com o líder Caiado, temos feito essa conversa. O que eu estou sentindo falta, Senadora Marina, é de um momento que nós façamos uma reunião de trabalho entre nós, não precisa ser exatamente aqui, pode ser numa reunião mais informal para fechar, por exemplo, nós precisamos, na minha opinião, V.Exa. foi ministra sabe disso, que também uma participação próxima do Ministro do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente é muito importante, é importante é claro que não vai tomar decisão nenhuma, mas quando V.Exa. foi ministra sabe que muitas questões importantes caminharam pelo envolvimento do próprio Ministro então, vamos nós pedir essa ajuda. Eu concordo plenamente, a minha ideia se a Senadora Ideli chegar e tiver qualquer problema, pode remarcar, mas eu acho que nós não podemos sair daqui sem marcar essa reunião de trabalho, que poderia ser amanhã às 12 horas, eu imagino 12 horas que é horário que todo mundo acabou as suas reuniões de comissão em algumas dessas salas de reuniões aqui do Plenário, não uma reunião formal, mas uma reunião informal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa reunião de trabalho seria para exatamente o quê? Qual a razão de uma reunião de trabalho?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): A razão é tirarmos um calendário, tiramos uma agenda para nos mobilizarmos em torno dos projetos, porque nós temos uma lista de projetos, estamos trabalhando que não há divergência nenhuma em relação a dois projetos: Da política e o do Fundo, mas tem outros projetos que nós poderíamos pautar, entretanto em nenhum fórum nós definimos entre esses são três, quatro, um ou dois projetos que vamos levar. Vamos ao Presidente Michel Temer de uma forma mais formal, a comissão em si, fui eu, foi o relator e Senadora Ideli deve ter falado pessoalmente, mas não fomos, a comissão, ao Presidente Michel Temer.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu, inclusive havia pedido para que me avisassem.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não fomos ainda, senadora, não fomos formalmente. Então, eu acho que essa conversa mais informal para podermos trabalhar esse calendário de mobilização.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho bom, desde que a assessoria da--

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senador, se V.Exa. me permite, nós estamos discutindo Câmara de Deputados, depois da Câmara os projetos virão ao Senado para serem analisados pelo Senado, então não dá para esperar para a semana que vem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se a secretaria da comissão puder preparar um plano de trabalho junto, para gente chegar e já ter [ininteligível] audiências públicas, nós temos um mês e meio para gente poder tomar uma definição do Congresso de qual deve ser a posição... Do Congresso junto com o Poder Executivo e junto com a sociedade, de qual deverá ser a posição brasileira em Copenhague. Qual é a posição definida pelo Executivo? Já estão convidados os diplomatas?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Já vieram, senador, me desculpe, eu não passei essa informação à V.Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas já vieram no momento anterior.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Nós tivemos aqui... Não, recentemente, claro que vamos precisar talvez de uma segunda vinda, porque a Casa Civil, o Ministério de Meio Ambiente e Casa Civil praticamente coordenam--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E qual é a posição do Governo?

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Não está fechada, foi mostrado o rumo, o Governo Brasileiro até onde nós temos conhecimento, não fechou uma ideia, o que a gente tem informações é de que o presidente Lula; "Vamos chegar a uma meta de 80%", mas não há um documento, são tópicos, estão sendo trabalhados, por exemplo, há também um outro fórum que foi formada a partir da orientação do próprio Governo Federal que é dos governadores de Amazônia, que têm propostos em relação ao red(F), tem proposta em relação a compensações, pela redução de emissões, e que nós não sabemos se foram propostas, eu mesma conversei com o Governador do Estado de Amazonas, que coordena e foi eleito agora para coordenar um importante fórum juntamente com o governadora do Estado do Pará e ele, ainda a última vez que conversamos, estava eu e o Senador Jefferson Praia, ainda não havia recebido ele uma sinalização verde do Governo Federal em relação a alguns pontos que os governadores do Amazônia levantaram. Então, é isso, senador que nós precisamos fazer, essa reunião de trabalho para fazermos esse calendário. Senador Jefferson Praia apresenta um requerimento para irmos a Manaus. Já temos um requerimento aprovado, vamos aprovar o de V.Exa., mas já falta marcar a data, porque todas as datas previstas até agora, nenhuma deu certo. Na Amazônia nós duas coisas; um debate em Manaus e um para debater com povos indígenas, porque não podemos fechar um ano de trabalho sem debatermos com os povos indígenas questões relativas às mudanças climáticas, eles que já organizaram conferências para tratar o tema.

Enfim, a ideia é que façamos essa reunião, uma reunião pode ser formal, do ponto de vista da legalidade, a secretária veio me informar que nós só podemos fazer reunião formal. Vamos fazer formal, mas com o caráter informal, para discutirmos e fazermos esse calendário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só uma única colocação, não é uma pergunta, é colocação. Nós estamos vendo membros do governo, membros importantes do governo, membros importantes do governo com posições diferentes com relação à meta de redução de gases de efeito estufa, algumas autoridades do poder executivo defendendo a redução, uma meta de redução, outras autoridades dizendo que não podemos entrar com esse compromisso do Brasil, Brasil já assumiu uma meta importante, na Conferência de Bali que ainda nós tínhamos a Senadora Marina Silva como Ministra, a hora que o governo assumiu o compromisso de adotar políticas públicas foi importante, O Brasil está preparado para dar um passo diante, eu mesmo de vez em quando tenho dúvida com relação a isso, mas de qualquer maneira se já vieram aqui o Embaixador Figueiredo, se já veio aqui o Ministro Carlos Minc, já veio aqui a Casa Civil, se já veio aqui... mas nós vamos ter que trazê-los de novo, porque nós não temos ainda um posição clara, talvez hoje o Ministro tenha apresentado ao Presidente Lula uma posição clara com relação ao tema, mas eu acho importante que a comissão se debruce numa agenda de um mês e meio sobre isso.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E Senador Casagrande, eu quero me associar a manifestação de V.Exa., inclusive acabei agora de fazer um discurso justamente sobre mudanças climáticas, porque o que eu observo é que não há mais tempo para hesitações, até agora não vi uma proposta concreta por parte do Brasil e de modo especial por parte do executivo. Hoje foi que saiu uma matéria que o presidente estaria admitindo uma redução de 80%, etc., bom, mas eu fico lembrando a conferência do Rio, lembro Kyoto, que terminou inclusive o Estados Unidos se desligando, o governo Bush, eu fico com receio que Copenhague ao final possa ser mais um fator que nos coloque de forma constrangida no que diz respeito a essas mudanças climáticas. E eu acho que o Brasil tem hoje um papel tal, mercê da sua exposição no exterior, mercê inclusive de suas potencialidades, de avançar um pouco mais nesse tema e tentar definir alguma coisa enquanto é tempo, inclusive porque nós temos aqui áreas que são extremamente sensíveis e

falo Amazônia, mas podia falar também o semi-árido, e dentro do semi-árido nós não podemos esquecer a questão da caatinga, que é um bioma talvez único no mundo, e que a meu ver não vem recebendo o tratamento adequado. Aliás, com relação ao semi-árido e com relação à caatinga, é bom lembrar que não há sequer proteção constitucional, com relação ao cerrado, com a proposta da emenda constitucional do Senador Demóstenes Torres, que eu a subscrevi também, acho que outros colegas aqui subscreveram, o Senador Demóstenes Torres, há uma proposta do Senador Demóstenes Torres, já foi aprovado no Senado e já está na Câmara, mas eu não vejo nenhuma outra iniciativa nesse campo. E concomitantemente, o que eu observo é que também no lado externo eu não vejo, do chamado primeiro mundo, eu não vejo muita ação concreta para fazer de Copenhague realmente um evento que venha a criar uma nova esperança para solução desses problemas, talvez até a Senadora Marina Silva, que é expert no assunto, possa oferecer as afigas(F) nessa áreas, mas eu fico as vezes pessimista e sobretudo em virtude, Deputada Vanessa Grazziotin, eu fico com receio que tenhamos mais uma reunião com poucos resultados concretos.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu só queria contribuir, deputada, com a seguinte questão: Eu acho que as audiências públicas nos estados elas são importantes, mas nós já estamos às vésperas de Copenhague, agora o fundamental no meu entendimento é a partir das informações que nós temos, nos centrarmos na formação da posição brasileira, que eu espero que essa reunião hoje do Ministro Minc com o Presidente da República já possa dar um encaminhamento, porque o que tem passado para a sociedade é que nós estamos sem coordenação da agenda, houve um sinal promissor da parte do Ministro Celso Amorim, dizendo que o Brasil pode surpreender em Copenhague com metas, ficamos todos muitos animados, em seguida veio uma discussão, no meu entendimento, muito preocupante da parte do Dr. Miguez, do Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério Carlos Minc, considerando que é uma discussão que estava acontecendo entre um funcionário, ainda que seja um alto funcionário, do Ministério de Relações Exteriores e o Ministro do Meio Ambiente, dá a sensação de que não há coordenação, à medida em que esta era uma discussão para estar os três ministros de méritos, Relações Exteriores, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, fazendo uma discussão de alto nível e não a esta altura do campeonato tendo ainda uma discussão entre ministérios de forma fragmentada, divergente, como falou o Senador Casagrande. Não é que não pode ter divergência interna dentro do governo, vai ser sempre ter, o problema é como se forma uma posição e a posição, no meu entendimento, nós devemos procurar contribuir para influenciar a formação da posição brasileira, porque uma vez formada a posição brasileira, os negociadores é que vão falar lá em Copenhague, não vai ser a nossa comissão, nós até podemos fazer parte da delegação, mas não seremos nós, é a posição brasileira vai permanecer através dos negociadores.

Então, é fundamental, no meu entendimento, que peçamos uma reunião formal com o Ministério de Relações Exteriores, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Ciência e Tecnologia para entendermos qual a posição brasileira à medida em que tem proposta, inclusive de acabar com Kyoto, que foi a preparatória agora em Bangcoc, surgiu parece da parte do Japão, uma proposta de que deveremos acabar com o Protocolo de Kyoto. A União Européia continuou com uma posição bastante refratária, defendendo a redução dos 20%, os Estados Unidos se propondo a uma redução de 4%, a partir de 2005, e a Noruega foi quem surpreendeu apresentando uma redução de 40% até 2020. Qual é a posição que eu tenho advogado juntamente com o Partido Verde? É que os países emergentes, eles possam se comprometer com uma proposta global de redução, até metade do que apresentarem os países desenvolvidos, se eles vão se comprometer com 40%, nós nos comprometeremos com 20%, mas como meta global, não só desmatamento mas também energia, também indústria, também agricultura, todos os setores, se eles se comprometem com 20%, nós vamos nos comprometer com 10%. Ou seja, vale a pena eles se comprometerem com mais, porque assim os países em desenvolvimento também dão maior contribuição. Agora, como as emissões deles são maiores, do ponto de vista histórico, o que defendemos é que eles se comprometam com 70% dos recursos para fazer essa conversão de modelo. O Banco Mundial estabeleceu que são cerca de 400 bilhões de reais por ano para que se possa fazer o processo de reversão do modelo de desenvolvimento e chegar em 2020 com uma redução significativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Desculpa, é dólares. De dólares. Nós devemos nos comprometer com a redução, no entanto eles devem bancar em torno de 70% dos recursos, porque mesmo que se eles fizerem 100% da parte deles e nós não fizemos a nossa parte, não tem como chegar a uma redução de 80%, que é a meta de meados do século, certo? Não

sei se está dando para entender o meu raciocínio, nós temos que reduzir 80%, nós já estamos emitindo mais de 40%, para chegarmos em 2050 com uma redução significativa teríamos de estabilizar em torno de 18 gigatoneladas de CO2 e nós já estamos em 40. Então, há um esforço que precisa ser feito, mas sem perder de vista que os desenvolvidos têm maiores responsabilidades, que eles devem ajudar aos países em desenvolvimento e que os países em desenvolvimento devem se comprometer com metas globais, não apenas de desmatamento. Eu acho que é esse intrincado que precisa ser desvendado na reunião de trabalho com o Executivo e que eu espero essa reunião de hoje tenha contribuído para que tenhamos uma coordenação da parte do Governo Federal, porque até então está um diálogo fragmentado, onde os funcionários do Ministério da Ciência e Tecnologia estão divergindo claramente da posição do Ministério do Meio Ambiente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois não, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Deputada Vanessa Grazziotin, Senadora Marina e Senador Casagrande, Senador Jefferson Praia, eu queria lembrar três declarações que eu li recentemente, um foi de Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, ele disse "Já passou o tempo para hesitações", que na realidade estamos pensando assim: "Ah, a Copenhague está longe", a Copenhague está muito próximo, está muito próximo a realização da reunião de Copenhague e eu não vejo uma mobilização compatível ao que devemos fazer.

Bom, segundo lugar, eu li o discurso do Zapatero na Assembléia Geral da ONU, mera casualidade, porque eu leio o El País, da Espanha, procuro ler os jornais europeus assim. Pois bem, então, eu vi uma declaração dele dizendo o seguinte, que a questão climática era muito mais grave que a questão econômica, dizendo inclusive que a questão econômica estava sendo resolvida de alguma forma e que com relação à questão climática não se via muita luz no fim do túnel e parece... é o que eu sinto e aí eu volto outra vez à Conferência do Rio de Janeiro, à época foi dito que era o maior evento da ONU em comparecimento de chefes de estado e chefes de governo, e houve muita esperança, mas se avançou? Sim, mas pouco em relação ao esperado, e Kyoto está prestes a caducar, se é assim que posso dizer e não vejo Copenhague assim com compromisso sério, quando falo compromisso sério, com países de certa expressão econômica, porque essa também não é algo que nós possamos dizer que é tarefa do terceiro mundo ou dos países do quarto mundo, etc., que na verdade esses países não têm condições de um maior protagonismo nessas constituições.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senador Casagrande, antes de V.Exa. se retirar, nós já estamos concluindo a reunião, acho que não há... todos já colocaram seu posicionamento, e que todos estão caminhando para uma mesma diretiva, nós precisamos nos organizar, trabalhar bem a nossa agenda nesse período que nos resta para termos eficiência, não só na elaboração do mero relatório, mas para termos uma influência mínima que seja, na definição do posicionamento brasileiro para a COP-15. Amanhã há algum problema para fazemos a reunião amanhã às 12 horas, 11h30.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [ininteligível] Comissão de Justiça, a senhora também é membro da Comissão de Justiça.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Até que horas? É 12 horas a Comissão de Justiça?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sairíamos e poderíamos fazer onde essa reunião? Aqui mesmo, 12 horas amanhã ou 11h30? O que fica melhor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 12 horas.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, a reunião deliberativa e administrativa no dia de amanhã, 14 de outubro, quarta-feira, às 12 horas nesse exato Plenário. Então, todos estão convocados e a nossa reunião nesse momento está encerrada.

Senador, antes de encerrar, senador, o requerimento, vamos considerar, vamos votar, Senador Marco Maciel, o requerimento do nobre senador, que vai se juntar, vai ser anexado ao Requerimento de número 19 de minha autoria e de vossa autoria, que já havíamos feito junto para um debate no mesmo conteúdo, apenas com novos convidados. Então, quem concorda com o requerimento do nobre Senador Jefferson Praia permaneça como se encontra. Aprovado o requerimento. Obrigada.

E nossa reunião está encerrada, apenas reconfirmando o ofício do nosso relator, falando que está hoje representando a nossa comissão em São Paulo. Nada mais havendo tratar, encerramos a nossa presente reunião.

Sessão encerrada às 16h24.

30ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 20 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

As quatorze horas e cinquenta e sete minutos, do dia vinte de outubro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Colbert Martins**, Relator, no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Marco Maciel, Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senador Romeu Tuma, Senador Jeferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Senadora Fátima Cleide, Deputada Iriny Lopes, Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Lupércio Ramos** e **Deputado Luiz Carreira**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: **a)** Fax firmado pelo Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, comunicando que o senhor Ministro não poderá comparecer à Audiência Pública a se realizar no dia 20.10.2009, indicando para representar o Ministério os Senhores Adriano Santhiago de Oliveira, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima – Substituto e Newton Paciornik, Assessor Técnico da Coordenação de Mudanças Globais do Clima e Diretor do Inventário Brasileiro de Gases de Efeito Estufa; **b)** Ofício nº 334/2009/ASPAR/GM/MMA, firmado pela Chefia da Assessoria Parlamentar do Ministério do Meio Ambiente, comunicando que o Dr. Sérgio Cortizo, Gestor Administrativo da Coordenação de Mudanças do Clima e Sustentabilidade, representará o Ministério na Audiência Pública em 20.10.2009. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater os temas "Inventário de emissões de gases de efeito estufa" e "Validação de MDL no Brasil, Regulamentação de Mercado de Carbono", com a presença de Representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, em atendimento aos Requerimentos nº (s) 03, 05 e 06, de 2009-CMMC, de autoria dos Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin, aprovados em 31 de março e 25 de agosto de 2009, respectivamente. A Presidência convida os Senhores Adriano Santhiago de Oliveira, Sérgio Cortizo e Newton Paciornik a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas considerações iniciais. Ato contínuo, assume a Presidência a Deputada Vanessa Grazziotin. Usam da palavra o Deputado Lupércio Ramos, Deputada Iriny Lopes e Deputado Colbert Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.– Deputada **Vanessa Grazziotin,** Vice-Presidenta no exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Boa-tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, Ordinária, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os trabalhos, dispenso a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Item único desta reunião: Audiência Pública destinada a debater os temas Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Validação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil, Regulamentação de Mercado de Carbono, com a presença de representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, em entendimento aos requerimentos de autoria dos Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin aprovados em 31 de março e 25 de agosto, respectivamente.

Expediente sobre a Mesa. Em nome do Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende dirijo-me a V. Exa. agradecendo a gentileza do convite para participar da Audiência Pública citada que ocorrerá em 20 de outubro às 14h30 no Senado Federal. Devido a compromissos, previamente assumidos, o Sr. Ministro não poderá comparecer, informando que o Dr. Adriano Santiago de Oliveira, Coordenador Geral de Mudança Globais do Clima, substituto, e o Dr. Newton Parcionik, Assessor Técnico da Coordenação de Mudanças Globais do Clima, Diretor do Inventário Brasileiro de Gases de Efeito Estufa, representarão o Ministério no referido evento.

De ordem do Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, refiro-me à reunião deste Senado a debater o tema de Inventário das Emissões de Gazes de Efeito Estufa, agendada para 20 de outubro, hoje. Comunico que o Gestor Administrativo da Coordenação de Mudança do Clima e Sustentabilidade, Sr. Sérgio Ferreira Cortizo foi designado para representar esse

Ministério na referida audiência. Assina a Chefia de Assessoria Parlamentar.

Convido, então, para ocupar lugar à Mesa, os senhores: Adriano Santiago de Oliveira, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima; Newton Parcionik, Assessor Técnico da Coordenação de Mudanças Globais do Clima e Sérgio Ferreira Cortizo, do Ministério do Meio Ambiente. Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Adriano Santiago de Oliveira.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Deputado Colbert, demais parlamentares, senhoras e senhores, em nome do Sr. Ministro do Ministério da Ciência e Tecnologia, eu gostaria de agradecer ao convite para esta Audiência Pública. Nós dividimos a tarefa do Ministério da Ciência e Tecnologia em função dos assuntos que foram solicitados, o Dr. Newton Parcionik que vai falar sobre o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, ele é o Diretor Nacional para o Inventário Brasileiro de Emissões de Gases de Efeito Estufa, e eu considerarei alguns elementos sobre o mecanismo de desenvolvimento limpo. Para seguir com a discussão que foi proposta, que é em relação à validação de MDL e regulamentação de MDL no Brasil, eu gostaria de trazer, antes de mais nada, alguns dados gráficos para os senhores para nós termos noção do que nós estamos conversando, em relação ao mecanismo de desenvolvimento limpo.

Eu acho que há alguns anos atrás, a gente precisaria explicar o que é a mudança do clima, o que é MDL, mas o debate já se difundiu tanto na sociedade, a sociedade está tão capacitada, que eu já imagino que nós já podemos falar sobre o mecanismo, como algo que já é do domínio do dia a dia das pessoas.

Bom, sobre a regulamentação do MDL, é importante frisar que nós temos no Brasil uma Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima que é a autoridade nacional designada no Brasil para lidar com a questão da MDL. Essa comissão é presidida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a Secretaria Executiva dessa comissão também cabe ao MCT, a vice-Presidência é do Ministério do Meio Ambiente, presente aqui hoje. E a comissão ainda conta com outros nove ministérios, são 11 ministérios ao total. O que a comissão tenta fazer é, além de outras atribuições, nós temos atribuição de avaliar proposições de políticas de mitigação e adaptação à mudança do clima, subsidiar a nossa delegação brasileira na negociação internacional, mas o grande foco da comissão tem sido a análise de projetos de mecanismos e desenvolvimento limpo.

Essa comissão avalia os projetos de MDL no Brasil com relação à sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do país. E pra isso a comissão tem trabalhado na regulamentação interna do MDL, tentando refletir a regulamentação internacional. Então, nós temos as modalidades e procedimentos do mecanismo, acordadas internacionalmente e a comissão tem tentando internalizar essa regulamentação e, claro, adequando à realidade brasileira. Então, nós temos a primeira resolução do MDL, datada de setembro de 2003, os senhores vão notar que, inclusive, ela é uma resolução anterior à entrada em vigor do Protocolo de Kyoto. A própria Comissão Interministerial é uma comissão estabelecida em 1999. Então, bem antes da entrada em vigor, do protocolo e a Comissão e a primeira autoridade nacional designada no mundo para tratar da questão de mudança do clima, especialmente MDL.

Hoje nós temos nove resoluções, a última resolução é de março de 2009. Então, a regulamentação interna se encontra bastante avançada. O que isso tem representado em termos de projetos de MDL para o país? Eu trago essa figura para os senhores conhecerem. Hoje nós temos no papilar do MDL, no sistema de MDL como um todo, mais de cinco mil projetos, onde nós temos o Brasil participando com 8% desses projetos. Temos à frente do Brasil: China e Índia. Isso é facilmente explicável por termos China e Índia na frente de Brasil, em função de que China e Índia têm uma matriz energética bastante suja, bastante baseada em combustível fóssil, então, a linha de base desses países para elaboração de projetos de MDL é muito mais fácil do que projetos a serem realizados aqui no Brasil que têm uma matriz bastante limpa. A nossa matriz de energia renovável conta com 46% de recursos dessa natureza, 46% são recursos renováveis. Enquanto os países da OCDE contam com 6% e o mundo, como um todo, 13 % de energia renovável.

Então, o Brasil se apresenta como uma economia que nós já podemos, dependendo do conceito que se utilize, economia de baixo carbono, mas ainda assim, o Brasil ocupa um lugar importante no número de projetos com 8% dessas atividades. Em números absolutos, nós temos 418 projetos no ciclo do MDL, dados de início de outubro. Como isso se materializa em potencial de redução de emissões? Hoje nós temos mais de seis bilhões de toneladas, de dióxido carbono equivalente, reduzidas por projeto de MDL no mundo, novamente em Índia e China com 48% e 22% respectivamente e o Brasil aparecendo, mais uma vez, em seguida, com 6% do potencial de reduções pelo primeiro período de obtenção de crédito. Esse primeiro período, ele pode variar entre sete e dez anos.

Em termos absolutos o potencial de redução de emissões alcançado pelos projetos brasileiros é da or-

dem de 370 milhões de toneladas de CO2 equivalente. Se nós considerarmos as reduções de emissões, em termos anuais, são mais de 764 milhões de toneladas de dióxido de carbono reduzidos no mundo, com o Brasil participando com 6% dessas reduções. Em termos absolutos, esses 6% de redução anual equivalem a mais de 46 milhões de toneladas de CO2. Para objetivo de comparação, se nós considerarmos as nossas emissões de 1994 e considerarmos apenas as emissões não florestais. E nós fazermos essa conta em função da preservação florestal não ser elegível ao mecanismo de desenvolvimento limpo, os únicos projetos da área florestal elegíveis são o florestamento e reflorestamento. Então, descontando as emissões florestais essa redução anual de MDL pelos projetos brasileiros equivaleria a 7,5% dessas emissões de 94, o que é um número bastante significativo. Esse é um quadro para os senhores terem uma ideia da evolução da validação e o do registro de projetos brasileiros, a barra azul são os projetos em validação e a barra em vermelho são os projetos que já foram registrados no Conselho Executivo. Então, nós temos, para destacar aqui, que o processo da Comissão Interministerial é um processo bastante importante na avaliação de projetos porque, além de considerar os aspectos de contribuição e desenvolvimento insustentável, nós nos preocupamos com outros aspectos de projetos, isso facilita o registro dos projetos brasileiros no órgão responsável da ONU, que é o Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Então, se nós compararmos o percentual que vem sendo registrado em relação à Índia e China, o Brasil até se coloca em uma posição melhor, porque os projetos já chegam muito redondos para avaliação do Conselho Executivo.

Com relação à demanda que nós teremos pela frente. Os senhores sabem que em dezembro desse ano nós teremos a 15ª Conferência das Partes, em que se discute o futuro do regime internacional de mudança do clima e muito se fala sobre a continuidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o Brasil é um dos países que defende a sua constitucionalidade, inclusive, o fortalecimento do próprio Protocolo de Kyoto.

Eu trago esses gráficos, só para os senhores terem uma ideia, esses são dados dos próprios países desenvolvidos, países do anexo um, que são aqueles que têm compromisso de redução quantificada de emissões, do ano de 1990 ao ano de 2006, esses países alcançaram uma redução que é aquela curva do meio, com cerca de 4,7%. Os senhores devem recordar que o Protocolo de Kyoto prega que a redução deve acontecer entre o período de 2008 e 2012, apenas para países de anexo um, países desenvolvidos, com relação a 1990. O problema desses dados é que, ao desconsiderarmos os países do leste europeu, países com economias em transição para economia de mercado e que tiveram uma redução natural no seu processo sócio econômico, e isso acarretou reduções de emissões de uma forma natural, sem que esses países tivessem que fazer ações realmente domésticas focadas para da redução de emissões.

Então, desconsiderando esses países e, considerando apenas os países mais ricos, basicamente os países da OCDE, a gente fica com aquela curva lá de cima, ou seja, de 1990 a 2006, esses países cresceram suas emissões em cerca de 10%, isso significa que eles vão ter que fazer ainda bastante uso dos créditos de carbono, das chamadas reduções certificadas de emissões para cumprirem os seus compromissos, além das suas reduções domésticas. Para se ter uma ideia do desafio que isso representa, no setor energético que é o calcanhar de Aquiles, o gargalo desses países, houve uma redução de apenas 2% nesse mesmo período, entre 1990 a 2006, e devemos considerar que ali estão incluídos os países do leste europeu, que eu já comentei. A redução foi facilitada em função da troca para economia de mercado.

Sobre o número de atividades de projetos de MDL no Brasil é importante destacar o pioneirismo e a força que o nosso empresariado tem, que o setor privado tem, 64% de nossos projetos têm sido desenvolvidos de maneira unilateral. Isso significa que são projetos desenvolvidos por meios próprios, antes, até a ideia inicial do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ela se origina de uma proposta brasileira para um fundo de desenvolvimento limpo, a ideia inicial era de se ter um fundo para que os países, que não cumprissem seus compromissos de redução de emissões, contribuíssem para o desenvolvimento tecnológico e para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, essa ideia se evoluiu para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e esperava-se que haveria uma troca, uma transferência de tecnologia muito grande por conta do MDL, mas o fato é que nós estamos desenvolvendo projetos, gerando créditos para os países desenvolvidos utilizarem no cumprimento de seus compromissos.

Há um elemento muito forte de esforços próprios no desenvolvimento de projetos no Brasil, mas, é claro que existem outros participantes de outros países, aí nós temos Reino Unido com 16%, Holanda 7%, Japão e outros países participando em projetos nacionais. Em termos de escopo setorial, nós temos hoje 50% dos projetos brasileiros na área de energia renovável, embora a gente tenha uma matriz energética muito limpa, o número de projetos de energia renovável é bastante significativo, seguido de projetos de suinocultura, são

projetos de aproveitamento de biogás, é aonde se queima o metano para transformá-lo em CO2 e, com isso, gerar reduções certificadas de emissões, seguidas por troca de combustível e aterro sanitário.

Se nós considerarmos os projetos, por escopo setorial, em termos de redução de emissões, nós temos novamente os projetos de energia renovável, com 35% em primeiro lugar, seguidos de projetos de aterro sanitário, que também é aproveitamento de metano, aproveitamento de biogás nesses aterros e redução de óxido nitroso. Basicamente são projetos de produção de ácido adípico e ácido nítrico que têm o óxido nitroso como um de seus subprodutos. O óxido nitroso é um gás com potencial de aquecimento global muito alto, é de 310, o que significa que o poder de aquecimento global desse gás é 310 vezes maior que o dióxido de carbono. Então, em função disso, esses projetos aparecem em terceiro lugar. Aqui é importante frisar, a título de exemplo da importância do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do país, apenas 30 projetos que já foram registrados no Conselho Executivo, que são aqueles ali que estão em segundo lugar, apenas esses 30 projetos já alcançaram uma redução de emissões, de cerca de 50% das nossas emissões de 1994, da mesma forma, projetos de redução do dióxido de nitroso, que são esses que eu mencionei, só cinco projetos dessa área, que existem no Brasil, foram capazes de, praticamente, zerar as emissões industriais desse gás no Brasil.

Então, são dois exemplos importantes para mostrar a importância do mecanismo. Para finalizar essa primeira intervenção, deputado, eu não sei quanto tempo mais eu teria, eu só gostaria de comentar... No requerimento para esta Audiência Pública nós podemos notar que havia um entendimento de que os projetos brasileiros não estariam sendo aprovados de uma maneira ágil. Nós fizemos um levantamento, isso a gente faz regularmente, inclusive, esses dados que eu apresentei podem ser acessados periodicamente. Nós fazemos um trabalho de atualização dos *status* dos projetos de MDL no Brasil e no mundo de, mais ou menos, quinze em quinze dias. Mas o fato é que, se nós considerarmos o tempo médio de aprovação dos projetos na Comissão Interministerial, isso tem levado, em média, cerca de 30 dias.

Na comissão nós temos três categorias de classificação dos projetos: Ou eles são aprovados, aprovados com ressalva ou são colocados em revisão. Isso significa que os proponentes têm que responder algumas solicitações da Comissão Interministerial, em função de alguns elementos que a comissão identifica como necessidade de resposta. Os proponentes do projeto, nesse período, [soa a campainha] têm levado 106 dias para responderem à comissão. Então, se considerarmos o tempo médio total, que é esse da aprovação da comissão, mais o tempo que os proponentes levam para responder à comissão, nós temos um tempo médio total de aprovação de 136 dias, ou seja, proporcionalmente, a comissão vem respondendo de maneira bastante rápida. E, a título de comparação, os projetos registrados no Conselho Executivo, que é a parte internacional, têm levado 309 dias, ou seja, é dez vezes mais do que o tempo que a Comissão Interministerial tem levado para avaliar o projeto nacionalmente ou três vezes mais se levarmos o tempo total médio, considerando as manifestações dos proponentes também.

Com isso, eu encerro a minha fala inicial, deputado, e me coloco em à disposição para continuidade do debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado. Excelente apresentação. Passo a palavra ao Sr. Newton Parcionik, representante também do Ministério da Ciência e Tecnologia. V. Sa. tem 15 minutos inicialmente.

SR. NEWTON PARCIONIK: Boa-tarde a todos. Exmo. Sr. Deputado Colbert Martins, demais parlamentares, novamente agradecemos o convite para participar desta audiência. Eu vou falar um pouco do trabalho que está sendo feito, o inventário nacional de emissões e remoções atrópicas de gases de efeito estufa.

Bom, o Brasil como signatário da Convenção do Clima, Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, tem, como todos os países que fazem parte, que apresentar periodicamente inventários das suas emissões e remoções atrópicas e gases de efeito estufa. Agora, esse compromisso é diferenciado. Os países desenvolvidos têm que apresentar inventários anuais, o último ano disponível é o ano de 2006. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm apenas que apresentar inventários periódicos, junto com a sua comunicação nacional, a Convenção do Clima.

O último inventário, nada apresentamos, na verdade, o primeiro inventário é a presença de emissões para os anos de 1990 a 1994. Então, essa comunicação foi apresentada em dezembro de 2004, é como deveria ter sido. A segunda comunicação nacional cobrirá... Na verdade, a diretriz... Na verdade, elas têm que... Todos os inventários têm que cumprir as diretrizes da Convenção do Clima que estabeleceu para a segunda comunicação nacional o ano base de 2000 para o inventário. O inventário que nós estamos realizando cobrirá o período de 1990 a 2005. Na verdade, inicialmente, a gente estava trabalhando com o ano de 2000, com o ano final e, agora, estendemos para 2005, para tentar trazer o mais... Para o presente pos-

sível. O prazo é legal para apresentação da segunda comunicação nacional é março de 2011. Como eu falei, existe uma diretriz da Convenção do Clima para os inventários e ela determina que o inventário tem que cobrir todos os gases de efeito estufa e aí Estado, e todos os setores da economia.

O Brasil é um grande país, ele tem um inconveniente de ter, para efeito de inventário, de ter atividades em praticamente todos os setores que geram emissões de gases de efeito estufa; a energia, com a queima de combustível, você tem emissões fugitivas da indústria de carvão e petróleo, processos industriais que, além das questões ligadas à queima de combustível, também, pelo seu processo produtivo geram emissões, setores da agropecuária onde se destaca a fermentação entérica do gado bovino e onde o setor mais importante para o inventário brasileiro, que é o de mudança do uso da terra e florestas, onde nós temos emissões substantivas pelo desmatamento das nossas florestas. E o setor de tratamento de resíduos, a disposição de resíduos sólidos e o tratamento de esgotos. Com os gases listados que nós temos, então, que reportar.

Os inventários têm diretrizes rígidas estabelecidas pela Convenção do Clima e, também, pelo painel intergovernamental de mudança do clima, o IPCC, que estabelece a metodologia que deve ser seguida para a realização do inventário. E o inventário tem determinados princípios muito importantes, os inventários têm que ser comparáveis, as metodologias tem que ser comuns para todos os países, os inventários têm que ser consistentes no tempo, eles têm que ser completos, têm que cobrir todos os setores e todos os gases, eles têm que ser transparentes. Os métodos e dados têm que estar disponíveis para verificação, os inventários têm que ser acurados, eles não podem ser nem super estimados, nem subestimados. E têm que seguir um controle de qualidade rígido, diretrizes para que você controle e assegure a qualidade dos seus resultados.

O inventário nacional é coordenado pela Coordenação-Geral de Mudança Global do Clima, do MCT, mas ele tem uma participação ampla de instituições especialistas no Brasil. Na verdade, a coordenação procura ter toda a informação e os especialistas colaborando para a qualidade do inventário. Então, e também seguem normas de controle e garantias de qualidade para que você assegure acurar seus resultados. Então, além do inventário, que é parte da comunicação nacional, o trabalho inclui relatórios de referência para todos os setores inventariados. No primeiro inventário foram 15 relatórios de referência, que se busca ser totalmente transparente para que a metodologia utilizada e os dados utilizados sejam de pleno conhecimento e possibilite a revisão por especialistas que não participaram da elaboração do inventário.

Essas são as instituições coordenadoras dos setores, além dessas instituições, você tem inúmeras outras instituições de governo e não governamentais participando do trabalho. O inventário é extremamente complexo, exatamente, porque tem que cobrir todos os setores e todos os gases, tem uma série de dificuldades que a gente busca cobrir, que é: Primeiro, a obtenção à informação inexistente que, do primeiro para o segundo inventário, a gente está buscando melhorar de maneira substitutiva, inclusive, tentando, como já foi feito no próprio senso agrícola, que foi divulgado duas semanas atrás, a inserção de, nos questionários, informações necessárias para o inventário. Um trabalho grande de conscientização e colaboração, na ausência de legislação que obrigue o fornecimento da informação. Mas é incrível o nível de conscientização, inclusive da indústria, de fornecimento das informações necessárias e detalhadas, das emissões dos diversos setores.

Os projetos MDL são um problema e uma solução porque, na verdade, você precisa que as informações das reduções do MDL sejam incluídas no inventário e, ao mesmo tempo, ele colabora muito porque, como todos os projetos da MDL são totalmente transparentes, você obtém uma quantidade grande de informação sobre os processos nos projetos de MDL. Os principais avanços que nós vamos ter são entre o primeiro e segundo inventário. É uma utilização de metodologias mais detalhadas em relação aos setores mais relevantes, principalmente, o setor de mudança do uso da terra e florestas e a obtenção de fatores de emissão mais adequados à realidade brasileira.

Um grande número de pesquisas está sendo feito, principalmente, no setor agropecuário, para obtenção de melhor informação. O trabalho que está sendo feito em relação ao uso da terra e florestas é muito grande. Ele cobre 492 imagens de satélite, há interpretação, esse trabalho de interpretação é um trabalho complexo e longo. Para os senhores verem, o número de imagens de satélite que têm a cobertura de trabalho, o bioma, só como ilustração, esse é o mapa de vegetação no bioma Amazônia. Aqui a interpretação da situação dos usos em 1994. A situação do uso em 2002. Para ser apenas... Também como ilustração um detalhe, especificamente, um município ali marcado, esta é a vegetação pretérita, essa situação em 1994, com a imagem do satélite, essa é a situação em 2002, é apenas para ilustrar a complexidade do trabalho. Não sei se fica claro, mas tem uma série de polígonos. Todo esse mapa é interpretado delimitando todos os polígonos de mudança do uso e de vegetação.

Essa é a situação em 94, essa é a situação em 2002. É um trabalho grande porque... Só para os senhores terem uma ideia, o número de polígonos que foram interpretados para a Amazônia são 800 mil, tanto em 1994, quanto em 2002. E, no cerrado, um milhão e 300 mil polígonos diferenciados. No cerrado, mais de um milhão de polígonos com menos de 25 hectares, para você se ter ideia acurada da efetiva mudança do uso da terra e, com isso, a gente ter um trabalho de precisão sobre as emissões devidas a essa mudança do uso da terra. Aqui o bioma cerrado, a legislação pretérita. Isso é a vegetação que existia quando Cabral chegou por aqui. Essa é a situação do uso em 1994 e essa é a situação em 2002. O cronograma que nós temos para conclusão do inventário, até o final do ano, nós temos os estudos concluídos. Há possibilidade de apresentar resultados preliminares desse trabalho. O primeiro semestre de 2010 será dedicado a divulgação dos relatórios de referência, a consulta pública de especialistas a que não participaram da elaboração.

A ideia é que esses relatórios de referência com todas as metodologias, com todos os dados utilizados sejam divulgados. E isso passe pelo escrutínio de todos os especialistas que não participaram. Que essa contribuição seja agregada também através de seminários de avaliação e, no segundo semestre de 2010, a gente possa ter os resultados finais, a edição dos relatórios de referência e a edição final da comunicação nacional, que será submetida à Convenção do Clima como informação oficial do Governo Brasileiro sobre as suas emissões atrópicas. Um dos problemas que nós tivemos entre o primeiro e o segundo inventário foi um problema de continuidade, porque o projeto de inventário conta com financiamento do GEF. Isso também é norma legal da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, que o financiamento das comunicações nacionais dos países em desenvolvimento é feito pelos países desenvolvidos.

Houve uma questão de continuidade por causa da aprovação do financiamento, nós estamos nos esforçando para que isso não aconteça entre o segundo e o terceiro inventário. Já estamos em processo de aprovação do financiamento para o terceiro inventário que terá início logo após o período que deve durar novamente quatro anos, a partir da conclusão do segundo inventário. Nós buscaremos uma [soa a campainha] contribuição maior de todo o setor científico e técnico brasileiro na intenção inserir todos os trabalhos na estrutura da rede clima, continuando a coordenação e o controle de qualidade com a Coordenação-Geral de Mudança Global do Clima, do MCT.

Novamente agradecendo a oportunidade. Estou à disposição para qualquer pergunta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Newton. Com a palavra o representante do Ministério do Meio Ambiente, Sérgio Cortizo. V. Sa. dispõe de 15 minutos.

SR. SÉRGIO FERREIRA CORTIZO: Boa-tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite feito ao Ministério do Meio Ambiente para participar desta audiência. E vou falar rapidamente sobre as estimativas de emissão de gases de efeito estufa o que Ministério de Meio Ambiente está fazendo. Uma primeira coisa é... O Ministério do Meio Ambiente não está fazendo um inventário na mesma linha do Ministério da Ciência e Tecnologia, há o reconhecimento de que essa incumbência é do Governo Federal, de fazer um inventário de emissão de gases de efeito estufa que será enviado à Convenção do Clima é do Ministério da Ciência e Tecnologia. O que a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente tem feito são estimativas para uso interno, principalmente, para a gestão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que foi decretado no final ano passado pelo Presidente Lula. Por que isso? O plano prevê uma série de atividades de vários ministérios e é intenção, é um compromisso do Ministério do Meio Ambiente monitorar adequadamente a implementação, avaliar periodicamente essas ações do plano nacional. E o melhor indicador de efetividade das ações de mitigação do plano nacional de mudanças do clima são as emissões.

Então, para quem está realmente comprometido com a implementação e a avaliação desse plano é fundamental ter dados recentes sobre as emissões nacionais de gases de efeito estufa de todos os setores. Sem esses indicadores fica muito difícil fazer realmente um trabalho sério comprometido com o plano. Então, o Ministério do Meio Ambiente está se dedicando, de fato, a fazer essas estimativas, mas o propósito principal é esse. E essas estimativas não serão enviadas à Convenção do Clima, isso é incumbência do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós temos outros objetivos, outras intenções ao fazer essas estimativas, de forma que não há um conflito entre os dois trabalhos.

Qual é a preocupação principal do Ministério do Meio Ambiente? Conseguir séries históricas coerentes, regulares, das emissões nacionais em todos os setores, com uma metodologia uniforme ao longo do tempo para permitir acompanhar quais setores estão emitindo mais, quais ações podem ser melhoradas, quais ações estão deficientes, tudo no contexto do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Então, a nossa preocupação aqui, não é tanto fazer um inventário exaustivo, completo, cuidadoso, como é o que está sendo feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia,

mas ter um conjunto de séries históricas coerentes, atualizadas. Até bem mais recentemente, por exemplo, no momento, estamos trabalhando para que as séries cheguem até 2007 completas, todas as emissões nacionais, todos os setores, desde 1990 até 2007. E, se possível, já entrando no ano de 2008. E a intenção é que essas séries sejam atualizadas permanentemente junto com a gestão do plano nacional.

Há um projeto de se reformular o plano no ano que vem, revisar o plano, melhorar o plano, é uma coisa que está sendo construída permanentemente. E nesse processo de melhoraria do Plano Nacional Sobre Mudanças Climáticas é importante ter esses dados mais atualizados o possível. E é o que estamos procurando fazer. Aí é que a gente cai na questão da... Bem, o nosso objetivo não é tanto a exaustão ou a perfeição, a precisão dos dados, mas é de dados recentes, emissões de dados recentes. E não é fácil conseguir fazer isso, se for fazer inventário é necessário trabalhar com dados desagregados e o nível de desagregação tem uma correlação inversa com a periodicidade. Eu não consigo dados desagregados, detalhados, minuciosos de 2008, por exemplo, esses dados vão sendo consolidados, demora um tempo. Se eu quero ter um dado do ano passado, eu tenho que trabalhar com dados maiores, números maiores, números agregados, desagregados, segregados. E isso compromete um pouco a estimativa exata, a exatidão da estimativa da emissão.

Então, nesse momento, a nossa preocupação é ter um dado confiável, acurado. Claro, a gente não quer um viés, nem de alta, nem de baixa, mas a incerteza dos nossos números pode ser um pouco maior, porque a gente quer os números mais recentes. A gente quer um número quente ainda, não adianta preencher com um número de 2001, por exemplo, muito antigo, a gente quer um número de 2007, 2008, para poder ver o que está acontecendo hoje. Então, a gente abre mão um pouco da precisão desse trabalho, mas sempre tomando cuidado de evitar o viés do número, a gente não quer super estimar, nem subestimar, pode ter uma incerteza, mas há uma preocupação em fazer um trabalho de qualidade. Mas, como a gente pode ver, os propósitos das estimativas de emissão que o Ministério do Meio Ambiente tem feito são bem diferentes do inventário.

Aqui a gente não tem uma duplicação de esforços, como algumas as pessoas têm falado, não tem um conflito de interesse. O Ministério do Meio Ambiente está fazendo essas estimativas. Qualquer órgão pode fazer isso, qualquer pessoa pode fazer isso pra acompanhar o que o país tem feito na questão da mudança do clima. O que ele pode fazer, até onde podemos ir, inclusive, pra se estimar os custos de medidas adicionais de mitigação. O que o país pode propor, pode levar para convenção, eu acho que todos os países têm esse compromisso, independente de ser desenvolvido ou não. Está no anexo, todos os países da convenção têm o compromisso de tomar medidas voluntárias de mitigação das mudanças climáticas. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima estabelece a preocupação do Brasil em realmente fazer isso, com compromissos unilaterais, metas de desmatamento unilaterais. E para fazer o plano sair de papel é importante ter esses dados de acompanhamento das emissões nacionais.

Bem, eu acho que é basicamente esse o esclarecimento sobre o MDL. O Adriano já falou muito bem, eu acho que a gente pode passar para perguntas e debates.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Muito obrigado, Sérgio Cortizo. Coloco a matéria em debate. Deputados aqui presentes que queiram discutir. Como eu estou na Presidência, pediria à vice-Presidente que chegue. Enquanto isso, eu gostaria, se os senhores quiserem, fazer algum tipo de observação... Deputado Lupércio.

DEPUTADO JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA (PMDB-AM): Sr. Presidente, senhores convidados, bem a propósito, ainda hoje ouvi, em um veículo de comunicação, questionamentos a respeito da inclusão em pauta, porque é a preocupação de todos nós, Colbert, que o Brasil apresente, não só uma proposta na Conferência de Copenhague, mas que o Brasil apresente algo concreto, que diga "Olha, já aprovamos uma lei que estabelece este e aquele, esta ou aquela meta", etc, etc... Nós ainda estamos vagando nesse mundo, nessa questão das mudanças climáticas. E esse debate tem sido enriquecedor, mas eu acho que nós estamos precisando, Presidente, e nós já discutimos aqui nesta comissão, de formatar a proposta de coletar o que tem tramitando nesta Casa, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara e votarmos.

Eu me sinto, de certa forma, tranquilo para falar dessa questão, porque eu sou de um Estado que deu já o primeiro passo. O Amazonas já tem uma Lei de Mudanças Climáticas. O Estado do Amazonas, se não me engano, foi o pioneiro entre os estados da federação a aprovar uma lei de mudanças climáticas. E é nesse contexto que eu quero levantar algumas questões porque eu sempre digo que é um debate onde nós temos ainda algumas áreas cinzentas, áreas aonde nós ainda não conseguimos, com clareza, estabelecer regras, parâmetros, valores, etc, medidas. E eu acho que é um caminho que o país tem, até para manter a sustentabilidade. Lá na nossa região, por exemplo, precisa de propostas concretas, para que a gente estabeleça 80%

de redução de desmatamento, sei lá que número se vai apresentar. Mas para que isso ocorra, nós precisamos ter propostas concretas para quem vive lá de atividade econômica, diferente da atividade comercial, etc. Que a árvore em pé vale mais do que derrubada, isso tudo é um discurso bom, bonito, mas nós precisamos transformar isso na questão concreta.

Então, com relação ao inventário de emissões de gases. O que eu gostaria de saber e este seria o estudo que o Brasil apresentaria na conferência, não é? Em que pé está?O senhor me desculpa, Dr. Newton, eu cheguei um pouquinho atrasado, mas em que pé está? Porque nós estamos apreensivos aqui na Câmara, porque nós não conseguimos avançar de forma concreta. Eu gostaria de saber, de forma concreta, com relação ao inventário de emissões de gases, em que pé está, o que falta para ser concluído, quando se pretende concluir? O que, de fato, de inovador, nós vamos apresentar em Copenhague com relação a isso? É essa a pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço ao Deputado Lupércio. Deputada Iriny Lopes.

DEPUTADA IRINY LOPES (PT-ES): Sr. Presidente, senhores convidados, eu acho que o deputado que me antecedeu toca na questão importante que é da visita do Brasil. seria fundamental que tivéssemos uma legislação já a apresentar. Tramitam dois projetos na Câmara Federal, como esta comissão é uma Comissão Mista e, posteriormente, o Senado terá que se manifestar sobre o que decidirmos na Câmara, talvez, fosse o caso de fazermos uma audiência para o debate de mérito com especialistas do Governo, com responsáveis do Governo a respeito do mérito desses dois projetos, até porque... Eu não sou da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Eu não sei se ali se ele contempla a integralidade das questões e da interface das políticas que precisa para que a gente cumpra com as nossas responsabilidades assumidas no pacto internacional de Kyoto.

Então, é mais uma sugestão de que pudéssemos, sem prejuízo, debater o mérito desses dois projetos. E acho que, de fato, nós temos que fazer um levantamento do que está em tramitação, porque se esses dois não conseguirem dar conta do conjunto de questões que respondem à emissão dos gases e o controle que precisamos ter, talvez haja outros projetos em tramitação, com tempo mais antigo, que possam fazer parte de um acordo nas duas Casas pra que a gente pudesse, efetivamente, atingir o objetivo de ter uma legislação. Então, seria importante que a Comissão se manifestasse sobre isso. É uma pena que a nossa presidenta não está no momento, mas eu acho que essa é uma questão importantíssima e o tempo é curto. O tempo é curto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço as V. Exas. e eu vou fazer uma observação breve aqui como relator. Eu estou aqui de posse de uma proposta de relatório que eu vou publicar ainda hoje. Eu vou transmitir isso por meios eletrônicos a todos os gabinetes de todos os participantes da comissão. Fizemos um levantamento de todas as matérias em tramitação, fizemos um relatório que, eu peço que a nossa assessoria inclua nessas discussões de hoje, todas elas extremamente proveitosas. O Dr. Newton coloca que o inventário não está concluído, só vai ser concluído em dezembro, mas está dentro do prazo, o Brasil está cumprindo todos os braços que foram anteriormente colocados. A palavra do Dr. Adriano muito importante, das emissões que existem em nível de controles importantes em várias áreas, tanto que o Ministério do Meio Ambiente para se mostrar que não há superposição de ações nem disputas, o que nós estamos entendendo é que o Brasil, do ponto de vista do Poder Legislativo, está tendo uma conduta absolutamente adequada para o momento.

Eu estou informado de que o Governo entre 08 e 10 de novembro se reúne para se ter uma posição clara do Governo, inclusive, com relação a metas, mas essa discussão é uma discussão a que vai além dos interesses científicos e de interesse dos países, mas de um interesse econômico importante. Coloco para os senhores que existe em tramitação, nesse momento, no Congresso Americano, uma lei chamada Waxman-Markey. É uma lei que está tramitando já, que visa permitir que aonde haja empresas americanas que emitam carbono, que eles possam ter uma espécie de incentivo fiscal para que a empresa continue emitindo carbono, compre créditos e, com isso, supra eventuais limites que o governo americano nesse momento pretende se autoimpor, até porque, é diferente de nós. Lá nos Estados Unidos a discussão dos limites está sendo feita no Congresso, nós aqui não temos essa prerrogativa ainda, é necessário que venhamos a ter. O que for discutindo no Executivo não vai ser submetido a nós.

Então, o que nós vamos fazer aqui é uma proposta dentro dos limites do Poder Legislativo. Então, eu vou colocar para os senhores, como relatório preliminar. Espero transmitir a todos os senhores na última sexta-feira o pedido de contribuição para que se faça uma análise crítica desse relatório e possa ser, além de criticado, enriquecido, para que nós possamos discuti-lo até o final do mês de novembro, provavelmente, até o dia 12 a 17 de novembro, nós venhamos aqui para discutir essa matéria e aprovar a nossa posição do ponto

de vista do Poder Legislativo do Brasil. Mas entender que essa discussão não é uma discussão apenas técnica, não é uma discussão apenas científica e, muito menos, daqueles que como nós todos, querem ver um mundo melhor. É uma discussão de fundo econômico, a Índia, a China, os Estados Unidos estão tratando a questão do ponto de vista econômico, tanto que, eles já estão vendo maneiras de incentivos fiscais para aquelas empresas que mais emitam carbono. Porque no entendimento deles, se você reduz emissão, você provoca desemprego e provocar desemprego não é o objetivo interno dessas nações, mas com crédito de carbono, enfim, nós vamos ter que assumir metas, mas é preciso que essas metas sejam assumidas dentro de uma condição na qual nós nos permitamos, também, a não permitir que venhamos a ter reflexo.

Vamos falar em economia sustentável, sustentável mesmo, não sustentável comprando crédito dos outros, mas que ela permita uma sustentabilidade adequada, concreta. Não vamos entrar numa conferência na qual a disputa não é... Não é uma conferência do clima, minha gente, essa é uma conferência das partes, já viram que nem no nome é clima? É uma conferência das partes, o interesse é o clima, evidentemente, mas o mercado de carbono, esse que nós pretendemos participar dele, evidentemente, até nas condições que nós... Para isso nós vamos ter que criar o nosso fundo, esse momento esta comissão... Estive com a Deputada Vanessa a quem eu peço que, como vice-Presidente assuma a Presidência desta sessão, como a Presidente Ideli Salvatti... Estivemos com o Presidente Michel Temer e estaremos querendo aprovar nessa semana ou na próxima, tanto a política nacional de mudanças climáticas, quanto também ao Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, são essas as expressões mais fortes que nós podemos, enquanto legisladores, mostrar.

O nosso tipo de participação efetiva, além de discussões que digam respeito a resíduos sólidos e, nós vimos aqui a importância que uma regulamentação de resíduos sólidos tem na redução de emissão de gases. Enfim, o que eu entendo é que nós tivemos hoje, aqui, uma representação de alto nível. As colocações aqui feitas me deixam a impressão de que nós estamos caminhando para a direção adequada e a participação ponderada do Ministério do Meio Ambiente mostra que não há superposições entre as ações ministeriais. De qualquer forma, queria deixar com os senhores... Claro, que cabe ao Governo, ao Executivo brasileiro essa decisão a ser tomada com relação a níveis e metas de emissão. E vão caber a nós outras ações que eu espero no relatório, que eu vou divulgar. Que ele seja criticado, que ele seja melhorado para que nós possamos votar algo que seja representativo do Parlamento Brasileiro.

Convido a Deputada Vanessa Grazziotin, vice-Presidente desta comissão pra que possa assumir a Presidência, ao tempo em que passo a palavra ao Newton Parcionik, que lhe foi perguntado embora ele já possa ter antecipado a resposta e, posteriormente, aos outros apresentadores.

[troca de presidência]

SR. NEWTON PARCIONIK: Eu agradeço a pergunta. Na verdade, a mensagem importante, quer dizer, uma das mensagens importantes é que nós estamos dentro do prazo legal de apresentação do inventário, que é março de 2011. Mas nós entendemos perfeitamente que o inventário não é feito simplesmente a cumprir um compromisso. Ele é feito porque o inventário é um instrumento importante, ele mostra o retrato das emissões e remoções atrópicas de gases efeito estufa e a sua evolução do tempo. Então, ele é um instrumento de planejamento, é um instrumento de conhecimento, e nós entendemos perfeitamente que quanto mais rapidamente ele estiver disponível, melhor. Não é uma questão de apenas cumprir um prazo legal. O que nós estamos tentando é avançar o mais rapidamente possível. Nós realmente, é verdade, tivemos algum atraso no que nós gostaríamos de estar. Nós gostaríamos de estar com todos os estudos prontos já em meados do ano, mas os setores principais do nosso inventário que são o setor agropecuário, nós tivemos que ter um atraso pensado, aguardando os resultados do Censo Agropecuário, que vão agregar uma quantidade grande de informação ao inventário.

E no setor de uso da terra e florestas, como eu mostrei, o trabalho é complexo. O trabalho de interpretação é enorme. Nós, inicialmente, tínhamos optado, pelos anos de 1994 e 2002 quando, talvez, fosse até mais importante chegar mais a um ponto recente, mas, nós optamos por utilizar um trabalho do PROBIO que já tinha sido feito pelo Ministério do Meio Ambiente, exatamente, para não dispender recursos desnecessários. E o que ocorreu é que, na hora de utilizar o trabalho do PROBIO, inclusive, pela própria diferença de intenção do trabalho, a FUNCAT que está fazendo a interpretação do trabalho teve que reinterpretar grande parte dos biomas que originariamente não tinham sido feitos pela FUNCAT. A FUNCAT tinha feito o bioma Amazônia e por problemas de diferenças de formas de interpretação pelas diversas entidades que tinham feito o PROBIO, houve necessidade de um trabalho grande de reinterpretação. Isso atrasou um pouco o trabalho, nós gostaríamos que já tivesse sido concluído, mas a intenção é de que, até o final do ano, nós tenhamos

todos os estudos concluídos e os resultados preliminares divulgados.

Agora, eu coloco claramente que esses resultados serão preliminares, exatamente, pela questão da necessidade de um controle de qualidade estrito, dessas informações e do trabalho. Nós, como eu falei, houve uma equipe grande participando, uma quantidade grande de instituições e de especialistas trabalhando na execução do trabalho, mas dentro do plano de controle de qualidade. Esse trabalho, de uma forma totalmente transparente, vai ser colocado à comunidade científica para que ele seja questionado e agregar mais informações e discussões. Então, esse trabalho de divulgação, coleta e controle de qualidade será feito no primeiro semestre de 2010 para conclusão do final dos relatórios no final de 2010, para submissão à Convenção do Clima.

Esse trabalho é necessário, porque nós buscamos essa qualidade e a acurácia do trabalho. Ele tem que ser uma aprovação de todo o corpo científico nacional, já que ele representa a informação oficial do Governo Brasileiro à Convenção do Clima. De toda forma, nós estamos tentando apressar esse trabalho, o máximo possível e a intenção é já, no final do ano, termos os resultados preliminares, os números preliminares do inventário brasileiro.

Agora, só acrescentando uma questão, na verdade, o inventário, a gente está buscando apressar para ter informação, mas o inventário não é uma informação essencial para Copenhague. Copenhague não vai discutir inventário, Copenhague não vai entrar em metas para países em desenvolvimento. Então, na verdade, o que a gente busca atingir em Copenhague é que a regulamentação do plano de ação de Bali que foi estabelecido há dois anos seja feita. E que haja um acordo amplo, agora após Copenhague, vai haver muita discussão e muito trabalho de regulamentação ainda. Inclusive, para estabelecer como serão executadas as metas previstas no Plano de Bali, as ações de mitigação nacionalmente apropriadas, que são a forma dos países em desenvolvimento colaborar dentro do Plano de Ação de Bali.

Então, na verdade, a gente tem que ter uma expectativa com o que vai acontecer em Copenhague, mas o mundo não termina em Copenhague. A gente busca avançar o máximo possível nas discussões em Copenhague, ter o esboço de um acordo em Copenhague que inclua todos os países, todas as partes da Convenção do Clima, mas a forma de implementação desse acordo continuará em discussão.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O nosso único convidado que faltava ainda a falar era o Dr. Newton. Os senhores já falaram? Já está respondendo a pergunta. A vossa pergunta é da Deputada Iriny. A Presidenta, Senadora Ideli, está chegando. Eu não sei se os senhores teriam que responder ainda? Ou não há necessidade? Pois não, Dr. Adriano. V. Exa. dispõe da palavra.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Obrigado, Deputada Vanessa. Eu só gostaria de complementar, acho que o Dr. Newton tocou num ponto importante, a intervenção do Deputado Colbert foi excelente, em função dos elementos que ele trouxe para discussão, ele menciona que o Governo vai ter que atingir uma posição em meados de novembro em relação a metas. Eu gostaria só de chamar atenção para isso que o Dr. Newton mencionou, nós temos que tomar cuidado com essa questão de metas, como bem registrou o Dr. Newton, hoje, nós temos dois trilhos de negociação. É importante nós termos isso em mente. Existe o trilho de negociação do Protocolo de Kyoto, em que se discutem metas mais ambiciosas para os países desenvolvidos, países do anexo um. O Brasil conjuntamente com outros 36 países já fez uma proposta oficial, no âmbito da convenção, em junho, pra que esta redução desses países desenvolvidos seja de, pelo menos, 40% e até 2020, em relação ao ano de 1990.

E no outro trilho nós temos o que o Dr. Newton mencionou, as ações de mitigação nacionalmente apropriadas que seria a forma dos países em desenvolvimento mostrarem os seus esforços de mitigação que são diferentes das metas quantitativas para os países desenvolvidos. Essas ações de mitigação nacionalmente apropriadas se dariam por meio de grandes programas, grandes planos em âmbito interno para tentar um desvio substancial da tendência de crescimento de emissões desses países. Então, é bom a gente marcar a diferença que existe entre meta quantitativa para país desenvolvido e ação de mitigação, nacionalmente apropriadas para países em desenvolvimento.

Eu só gostaria de aproveitar também uma parte que a deputada menciona da legislação e do próprio Deputado Colbert mencionou, sobre incentivos fiscais. Eu acho que uma questão importante a se discutir, isso também tem sido feito dentro do Poder Executivo, que é definir a natureza jurídica da redução certificada de emissão. Como eu mostrei para os senhores, existe uma grande competição por projetos, o Brasil até se coloca bem, em terceiro lugar, mas para manter essa competitividade seria importante a definição da natureza jurídica da redução certificada de emissão. Apesar de nós chamarmos a redução certificada de emissão de créditos de carbono, ela não é um título, ele não é um papel. Então, pelo menos, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem defendido que a redução do certificado de emissão seria um bem intangível, passível de ser transacionável por meio de concessão de direito.

E ao contrário de outros que defendem que seja valor imobiliário, a gente entende que não deveria ser, em função dessa característica de ser um valor intangível. E seria importante também que buscássemos, é claro, que isso tem que ser discutido internamente, com outros setores do Governo também, mas a própria isenção sobre a receita dessa redução de certificados de emissões, porque como o Deputado Colbert menciona muito bem, a China e Índia estão promovendo incentivos, eu acho que seria importante o país, também, tendo com um grande elemento da sua ação de mitigação, a redução de emissões por meio de projetos de MDL, trazermos a possibilidade de discussão de isenção fiscal, isenção tributária pra as reduções certificadas de emissões.

Eu acho que era isso que eu teria para complementar, deputada.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu pergunto ao Dr. Sérgio se gostaria de falar. Não? Bom, então, eu acho que feita a... Deputado Lupércio, ok? Acho que dada aqui as respostas, Deputado Colbert falou um ponto do que tem sido a angústia de alguns membros de nossa comissão, porque Copenhague se próxima, de fato, e há, por parte de alguns parlamentares desta comissão, certa angústia pelo fato do Governo Brasileiro não ter ainda divulgado a sua proposta, ou seja, a proposta que levará a Copenhague. Ao mesmo tempo em que questionam se teria veracidade a informação de que haveria conflito entre os ministérios envolvidos diretamente no assunto, ou seja, Relações Exteriores, Meio Ambiente e Ministério da Ciência e Tecnologia. Acho que já foi dito aqui, primeiro, que o Brasil avança, a posição oficial do Brasil está em processo final, finalíssimo, de discussão. E nós esperamos que a posição brasileira, seja ela qual for, que seja a melhor e que possa influenciar para que Copenhague avance mais do que avançou Kyoto, do que avançou conferências anteriores. Essa é a nossa grande expectativa e espero, também, que o Parlamento Brasileiro contribuir com todo esse processo de defesa do meio ambiente e de enfrentamento das mudanças climáticas. Não sei se o Deputado Colbert relatou aqui, mas conversamos na semana passada com o Presidente Michel Temer. E já está incluída na pauta a votação do Projeto de Lei que trata sobre a política nacional de mudanças climáticas, porque o que vigora hoje é um plano nacional, fruto de um decreto assinados pelo Presidente da República. Temos a opinião de que o estabelecimento de uma política com força de lei valoriza muito a defesa do meio ambiente e o posicionamento brasileiro em relação às mudanças climáticas.

Então, eu quero agradecer a presença do Dr. Sérgio Cortizo que representa o Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santiago de Oliveira e Dr. Newton Parcionik que representa, ambos, o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Agradeço por vossas valiosas colaborações, muito obrigada. E antes de encerrar, eu gostaria de solicitar da nossa secretária o texto. Não, nada mais havendo a tratar encerramos a presente reunião. Obrigada.

Sessão encerrada às 16h01.

31ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de outubro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

As quatorze horas e cinqüenta e oito minutos, do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Marco Maciel, Senador Wellington Salgado, Senador Valter Pereira, Senador Valdir Raupp, Senador Jefferson Praia, Senadora Fátima Cleide, Senador Neuto de Conto, Deputada Iriny Lopes, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputada Rebecca Garcia, Deputado Fernando Gabeira** e **Deputado Luiz Carreira**. O Senador Romeu Tuma encaminhou o Ofício-Circular nº 456/2009, justificando sua ausência na presente reunião, tendo em vista estar participando da Primeira Cúpula Sobre o Judiciário e os Interesses Vitais da Nação Brasileira, em São Paulo. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura do seguinte expediente: a) E-mail firmado pelo Senhor Edemir Pinto, Diretor-Presidente da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, informando que o Senhor Guilherme Fagundes, Gerente de Produtos Ambientais, Energia e Metais, representará a BM&F na Audiência Pública a se realizar no dia 27.10.2009. b) Ofício/CVM/PTE/Nº 141/2009, subscrito pela Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários, comunicando que o Diretor Otavio Yazbek, representará a BVM na Audiência Pública a se realizar no dia 27.10.2009. c) Ofício nº 1161/GM-MDIC, firmado pelo Senhor José Luiz Motta de Avellar Azeredo, Coordenador da Assessoria Parlamentar e Federativa, comunicando que o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Miguel Jorge, designou para representar o Ministério

na Audiência Pública do dia 27.10.2009, o Diretor de Competitividade Industrial da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, Senhor Marcos Otávio Bezerra Prates. d) E-mail assinado pelo Senhor Julian Fonseca Peña Chediak, agradecendo o convite para participar da Audiência Pública a se realizar no dia 27.10.2009 e lamentando não poder comparecer. e) Ofício nº 284/09, assinado pelo Deputado Marcio França, Líder do bloco PSB, PCdoB, PMN e PRB da Câmara dos Deputados, comunicando a retirada do nome do Deputado Rodrigo Rollemberg, como titular, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas-CMMC. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a debater os temas "Regulamentação do Mercado de Carbono no Brasil, através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL" e "Processo de validação de Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL, pelo Comitê Executivo do MDL", com a presença de Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários, do Dr. Guilherme Fagundes, Chefe de Projetos Especiais da BM&F e do Dr. Julian Fonseca Chediak, Advogado especialista em Direito Tributário e Mercado de Carbono, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 05 e 06, de 2009-CMMC, de autoria dos Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin, ambos aprovados em 25 de agosto de 2009. A Presidência convida os Senhores Guilherme Fagundes, Otavio Yazbek e Marcos Otávio Bezerra Prates, a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas considerações iniciais. Usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti, Deputado Fernando Gabeira, Senador Jefferson Praia. A Presidência define a data de 19 de novembro de 2009 para a realização da Audiência Pública Regional na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, de iniciativa da Deputada Vanessa Grazziotin e a data de 20 de novembro de 2009 para a realização da Audiência Pública Regional na cidade de Manaus/AM, de iniciativa do Senador Jefferson Praia. A Comissão aprova **extrapauta**: Item 1 – **Requerimento nº 47, de 2009 – CMMC,** de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos regimentais, seja promovido, em 04 de novembro próximo, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climática do Congresso Nacional, seminário para discussão da posição do Brasil junto à 15ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, Copenhague, 7-18/dez/09, tendo como convidados os Parlamentares integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, bem assim os membros das seguintes Comissões: de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Esse seminário contará ainda com a participação, como convidado, de representantes do setor produtivo, da sociedade civil e de instituições científicas brasileiras. Item 2 – **Requerimento nº 48, de 2009 – CMMC**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requerendo, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento 47/2009-CMMC, que solicita seja promovido Seminário para discussão da posição do Brasil na COP-15, já aprovado, a inclusão dos seguintes participantes: Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Representante do Ministério das Relações Exteriores e Representante do Fórum Brasileira de Mudanças Climáticas. Item 3 – **Requerimento nº 49, de 2009 – CMMC**, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, requerendo, nos termos regimentais, o envio de requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando cópia do documento que reúne diferentes sugestões feitas pelos Estados membros da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CMNUCC) e que servirá para adoção de um acordo mundial na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro, em Copenhague. Item 4 – **Requerimento nº 50, de 2009 – CMMC**, de autoria do Deputado Jorge Khoury, requerendo a inclusão de representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI na Audiência Pública marcada para o dia 03/11/2009, que debaterá a Instrução Normativa nº 07/2009 do IBAMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião as dezesseis horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti,** Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Parlamentares que aprovaram permaneçam como se encontram.

A reunião de hoje tem como objetivo, é uma Audiência Pública destinada a debater os temas "Regulamentação do Mercado de Carbono do Brasil, através

da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL" e "Processo de validação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL, pelo Comitê Executivo do MDL", com a presença de representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários, do Dr. Guilherme Fagundes, Chefe de Projetos Especiais da Bolsa de Mercadorias & Futuros, e do Dr. Julian Fonseca Chediak, Advogado especialista em Direito Tributário e Mercado de Carbono, em atendimento aos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2009, de autoria dos Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin, ambos aprovados em 25 de agosto de 2009.

Há expedientes sobre a Mesa que passo a ler.

Requerimento da Sra. Jussanan Pedro Santos, Chefe de Gabinete do Senador Romeu Tuma, justificando a ausência dessa reunião, requerendo licença para ausentar-se dos trabalhos por participar da Primeira Cúpula sobre o Judiciário e os Interesses Vitais da Nação Brasileira, em São Paulo.

Ofício do Deputado Márcio França, líder do Bloco PSB/PCdoB/PMN/PRB, solicitando a retirada do nome do Deputado Rodrigo Rollemberg como titular da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Ofício do Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. José Luiz Motta de Avellar Azeredo, indicando para representar este ministério, o Sr. Diretor de Competitividade Industrial da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, Marcos Otávio Bezerra Prates, para a audiência do dia de hoje.

Da Comissão de Valores Mobiliários, a Presidente Maria Helena dos Santos Fernandes Santana designando o Diretor Otávio Yazbek para comparecer também à audiência do dia de hoje, representando a Conselho de Valores Mobiliários.

E da BM&F, da Bolsa de Mercadorias & Futuros, a designação do Sr. Guilherme Fagundes, Gerente de Produtos Ambientais, Energia e Metais.

O Sr. Julian Fonseca Chediak, também agradecendo ao convite. Ele não tem condições de comparecer em razão de compromissos inadiáveis, mas está encaminhando um pequeno texto sobre o assunto a fim de contribuir para a discussão e desejando a todos um proveitoso debate.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Rapidamente, apenas para discutir sobre a possibilidade de vermos uma data em que pudéssemos realizar a Audiência Pública lá no Amazonas. Eu fiz um requerimento, a Deputada Vanessa também fez. Estamos tendo um pequeno problema que é quanto à data que o relator, o Deputado Colbert, irá apresentar o seu relatório, que a data é o dia 18. A Deputada Vanessa está fazendo a sugestão de realizarmos a Audiência ou duas Audiências, uma no Município de São Gabriel da Cachoeira e outra na capital, em Manaus, para discutirmos as questões climáticas no Estado do Amazonas, sendo que o problema que estamos tendo é quanto à data de apresentação do relatório para o dia 18. Seria possível nós postergarmos essa data da apresentação do relatório por mais uma semana para que pudéssemos incluir o resultado da discussão no Amazonas? Porque para a gente é fundamental incluir no relatório essa discussão do Amazonas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, no dia 18 o nosso relator, o Deputado Colbert Martins, ele estará apresentando o relatório preliminar. Portanto, o resultado das atividades a serem realizadas no dia 19, ainda é possível de ser incluído no relatório final. Nós estamos com a previsão de votação do relatório final para o dia 25 de novembro.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Está ótimo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Portanto, plenamente cabível a realização do evento e a inclusão do resultado do trabalho que será realizado nos dois municípios, no Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ótimo, muito obrigado. Então ficaremos com o dia 19 para São Gabriel da Cachoeira e no dia 20 a discussão em Manaus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em Manaus.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então está perfeito. Além disto, o Senador Casagrande, ele apresentou o seguinte requerimento: *"Requeiro, nos termos regimentais, seja promovido no dia 04 de novembro próximo, por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, seminário para a discussão da posição do Brasil junto à 15ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – Copenhague, de 07 a 18 de dezembro de 2009, tendo como convidados os parlamentares integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, bem assim os membros das seguintes Comissões: Meio Ambiente e*

Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados e de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Esse seminário contará ainda com a participação, como convidados, de representantes do setor produtivo, da sociedade civil e de instituições científicas brasileiras". A justificativa deste seminário, feita pelo Senador Casagrande, ele inclusive havia me solicitado, já várias outras Comissões aprovaram. Então, na verdade, nós vamos ter um grande evento envolvendo praticamente todas as Comissões, tanto da Câmara quanto do Senado, que estão tratando de temas correlatos à Conferência de Copenhague. Portanto, é um evento de magnitude--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Qual a data para eu marcar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A data é o dia 04 de novembro, próxima. Então nós estamos com o entendimento de que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, até por ser a Comissão que está capitaneando todos os debates, deverá aprovar o requerimento, que nós possamos participar efetivamente como membros e da coordenação do evento, e eu fiz um adendo a essa proposta do Senador Casagrande de que obrigatoriamente nós pudéssemos ter neste seminário, até porque se o seminário é para a discussão da posição do Brasil junto à Conferência, nós temos que ter os órgãos governamentais do Executivo que estão afunilando a proposta. Então eu estou fazendo um acréscimo, um adendo para que neste seminário nós tenhamos obrigatoriamente um representante do Ministério do Meio Ambiente, de preferência o próprio Ministro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério das Relações Exteriores e o representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que são as quatro esferas que estão debatendo e afunilando a posição que o Governo Brasileiro irá levar à Conferência de Copenhague. São os três ministérios e a representação da sociedade civil. Portanto, eu entendo que é de suma importância a realização do evento conforme está sendo apresentado pelo requerimento do Senador Casagrande, mas que nós possamos ter a presença dos três ministérios e mais do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Então se houver concordância, nós passaríamos à deliberação. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A concordância é completa. Só que nós temos também no dia 11, estamos convidando todo o setor privado brasileiro, que vai apresentar as suas posições. Mas eu tenho a impressão que uma das intenções do Senador Casagrande de fazer essa grande reunião é para que o Congresso fixe a sua posição também, porque há um movimento aí na Casa para que o Congresso tenha uma posição. Então esse debate talvez forneça subsídios para se ter uma posição do Congresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, nós esperamos, inclusive, que o relatório desta comissão possa ser exatamente, digamos assim, o ponto de referência, até porque a nossa principal tarefa deste ano era amadurecer um posicionamento.

Antes de conceder a palavra ao Senador Jefferson Praia, o nosso relator, o Deputado Colbert Martins, pediu mil escusas de não poder estar acompanhando aqui a nossa audiência, mas ele nos relatou que há uma grande probabilidade de no dia de hoje o Plenário da Câmara votar o Projeto de Política Nacional de Mudanças Climáticas e o Fundo Nacional. Se isto ocorrer, nós temos grande probabilidade de irmos a Copenhague com as matérias aprovadas pelo Congresso Nacional, o que será, eu não tenho a menor dúvida, uma grande vitória do Congresso, e talvez a melhor posição que o Congresso possa tirar com relação ao entendimento que nós temos da importância do evento e da posição que o Congresso Nacional tem, é exatamente aprovar a política e o financiamento da política, questão que inclusive está em debate e em grande polêmica com os Estados Unidos, que não quer assinar nenhum compromisso exatamente porque o Congresso norte-americano não aprovou ainda as matérias correlatas, como eu acredito que nós tenhamos condições de aprovar. Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Só para tirarmos uma dúvida quanto ao tempo que o Governo irá estabelecer as metas que ele vai levar para Copenhague. Qual é a data? A senhora tem ideia disso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Jefferson, as informações que nós temos é de que até a metade de novembro isso deverá estar consolidado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois é, seria importante--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já aconteceram algumas reuniões, havia uma expectativa de que isto pudesse ser finalizado numa reunião que vai acontecer dia 03 de novembro com o próprio Presidente Lula, mas já temos informações pelo que a gente andou colhendo de que não será completada a decisão no dia 03 de novembro. Portanto, a reunião do dia 04 de novembro, eu acho que se torna ainda mais relevante a presença dos representantes dos três ministérios, porque acredito que do debate do

dia 04, nós possamos inclusive também incidir sobre a discussão que o próprio Governo está fazendo.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Seria importante nós termos as nossas posições antes de o governo divulgar o que ele vai levar para Copenhague. Até como relatório, o relatório das discussões desta comissão, a curto prazo como é que eu vejo esse relatório? Copenhague, esse grande encontro a nível mundial. E a médio e longo prazo, claro, são todas as etapas de trabalhos que iríamos fazer e que constarão no relatório. Agora seria importante nós estarmos atentos a isso porque não vai adiantar, depois que o Governo estabelecer as suas metas, nós estarmos aqui discordando ou acrescentando ou diminuindo alguma coisa de algo já que foi estabelecido, até porque o encontro em Copenhague vai ser um encontro de governos. Por exemplo, o que nós poderemos fazer como parlamentares lá? Externar a nossa posição em um ou outro fórum, em uma ou outra discussão, dentro de um contexto não oficial até, eu não sei como é que iríamos participar do encontro dentro do contexto oficial, como o Senado e esta comissão irá para Copenhague, já que é um encontro de representações governamentais. Portanto, é importante, Senadora Ideli, nós estarmos atentos a essa questão da data antes que o Governo decida. Por exemplo, sobre 80% de não desmatamento, levar essa meta, como é que essa comissão vê esse percentual? É um percentual que pode ser atingido? Não poderá ser atingido? É um percentual que achamos que tem que ser mais ou ficarmos nos 70% que foi o percentual estabelecido em Póznan, na Polônia, no ano passado? Portanto, eu acredito que agora estamos na reta final para, pelo menos, o objetivo do curto prazo, que pe esse encontro em Copenhague.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, eu acho que nós temos ainda tempo hábil, porque se não há fechamento da posição dia 03, vamos fazer este evento que tem uma magnitude. Eu acho que praticamente todos no Congresso que estão envolvidos com o debate nas diversas comissões vão poder participar, e efetivamente ainda dia 11, não é Deputado Gabeira, ainda tem com o setor produtivo. Eu não acredito que antes do dia 15 de novembro o Governo tenha posição fechada, por tudo que a gente está acompanhando. E, digamos assim, as diretrizes do relatório, o Deputado Colbert Martins já disponibilizou para todos os e-mails, para todos os membros da comissão. Eu acho que já valeria a pena a gente ir afunilando.

Então não havendo mais quem queira discutir o requerimento, podemos considerá-lo então aprovado? Então não havendo nenhuma manifestação contrária, estão aprovados o requerimento do Senador Casagrande, com o aditivo.

Ainda antes de chamar os nossos convidados, nós temos aqui dois requerimentos que são bastante singelos.

Um é do Deputado Jorge Khoury, que "Requer a inclusão de representante da Confederação Nacional da Indústria na Audiência Pública marcada para o dia 03 de novembro, que debaterá a Instrução Normativa nº 7, de 2009, do IBAMA". A Audiência já está marcada, convocada. Temos um entendimento então. Não havendo ninguém se opondo, considero também aprovado.

O outro requerimento é da Deputada Vanessa Grazziotin, que "Requer o envio de requerimento ao Ministério de Relações Exteriores solicitando cópia do texto de negociação sobre a oferta de metas de redução de gases poluentes". Então também é um pedido de informação pertinente.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu tenho um requerimento aí, eu não sei se já chegou a ser avaliado, que é um requerimento sobre um mecanismo novo chamado injeção de carbono, *carbon injection*, armazenamento de carbono por injeção. É um título em inglês, *carbon injection*. Ele já foi apreciado ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, o problema aqui, Deputado Fernando Gabeira, é o seguinte: no nosso calendário nós não temos mais condições de fazer Audiências Públicas, o nosso calendário já está absolutamente assim.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Então eu passo para o Meio Ambiente, que ele é voltado mais para o pré-sal também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, assim, nós temos vários, inclusive isso eu vou submeter ao nosso relator, porque se ele entender, porque o plano de trabalho é dele, se ele entender que deva fazer alguma alteração, porque o nosso calendário já está totalmente fechado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu passo para o Meio Ambiente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então o pedido de informação da Deputada Vanessa Grazziotin ao Ministério de Relações Exteriores acatado, então está também aprovado.

Eu passo a chamar então os nossos convidados: o Dr. Guilherme Fagundes, Chefe de Projetos Especiais da BM&F, o Sr. Marcos Otávio Bezerra Prates, Diretor

de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Guilherme Fagundes, que já está aqui, que é Gerente de Produtos Ambientais, Energia e Metais, e o Sr. Otávio Yazbek, Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nós gostaríamos de passar a palavra para as considerações iniciais. Nós gostaríamos de saber se é possível a gente trabalhar de 10 a 15 minutos. É possível? Então iniciaríamos com o Dr. Guilherme Fagundes, representante da BM&F.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Boa-tarde a todos, senhoras e senhores, Senadora. Eu gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas para a gente expor as nossas considerações a respeito desse assunto e, também, parabenizar pela iniciativa. Eu acho que o importante é discutirmos, trazermos para um fórum qualificado como esse a discussão sobre um assunto que está na pauta dos jornais, que está chegando até o dia a dia dos cidadãos, o tema das mudanças climáticas.

Eu trouxe uma apresentação apenas para orientar o discurso e eu gostaria que reproduzissem. Vai ser uma breve apresentação em que eu vou... Se ficar prejudicado, a gente pode falar sem a apresentação, não tem problema.

Então qual que é a minha ideia? A minha ideia é fazer uma breve introdução contextualizando o assunto, dando alguns números de mercado de forma bem breve. Depois, falar um pouquinho do estado de desenvolvimento desse mercado, as estruturas existentes no Brasil e no mundo para negociar esses créditos. E, finalmente, fazer algumas considerações a respeito do assunto que está em discussão, que é a regulamentação dos créditos de carbono. Eu só gostaria de fazer a ressalva que essas considerações são próprias do palestrante e não representam necessariamente a posição da Casa, que ainda não emitiu um Parecer sobre o assunto.

Qual que é a ideia? Inicialmente, para falar sobre o mercado de carbono, eu acho que vale a pena a gente dizer que é um mercado ainda nascente, mas no mundo ele já vem apresentando alguma relevância. Em 2008 foram negociados no mercado mundial e não apenas no Brasil US$ 120 bilhões, já apresentando uma taxa de crescimento bem significativa em relação ao ano anterior. Pode passar.

No que diz respeito ao mercado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ou MDL, como a gente o conhece, foram movimentados cerca de US$ 26 bilhões. Esse dado é interessante porque a gente já começa a ver um movimento bastante significativo no mercado secundário. A gente teria dois tipos de mercado: seria em termos de transação um mercado primário, que é aquele onde a venda representa a venda do crédito pelo dono do projeto, o projeto que originou o crédito; o mercado secundário seriam as transações subsequentes. Isso mostra que o mercado já está começando a se movimentar, a se desenvolver, porque o crédito que é comprado não necessariamente está sendo utilizado pelo cliente final, que seria aquele que tem uma meta de redução de emissões, mas, sim, passa por um intermediário, um fundo de investimento, uma empresa que quer investir nesse mercado e depois ela revende esse crédito porque não vai utilizá-lo para abater as suas emissões.

O Brasil, como nós já sabemos, tem apresentado uma participação razoável nesse mercado. Até o momento ele tem apresentado uma participação de cerca de 10% do mercado, se apresentando aproximadamente em terceiro, quarto lugar. Dependendo do critério a gente fica atrás da Coreia do Sul, mas em geral a gente se posiciona em terceiro lugar em termos de créditos já emitidos.

Um outro contexto que é importante é a crescente valorização no mundo da chamada economia de baixo carbono, eu acho que a gente ainda não está lá, mas estamos próximos de fazer essa transição, onde a eficiência e a competitividade dos países e das empresas vão estar cada vez mais atrelados à eficiência energética desse País e à intensidade em relação às suas emissões de carbono. Então quando menos um país emitir para produzir uma unidade do seu PIB ou uma empresa ter o seu faturamento aumentado, mais eficiente ela tenderá a ser e, com isso, maior competitividade, em função dos custos e restrições que ela passará a ter cada vez mais para emitir créditos de carbono e gases de efeitos estufa. E nesse contexto o mercado de carbono e de outros ativos ambientais pode ser utilizado como uma das ferramentas para combater ou contribuir para a amenização, a mitigação do processo de mudança climática.

Nesse próximo slide eu acho que vale a pena a gente só contextualizar as estruturas de mercado existentes no mundo. A gente tem um mercado europeu que é o mercado mais organizado. Nesse mercado a negociação tem sido feita não apenas no mercado de balcão, como no Brasil a maior parte das transações são feitas no mercado de balcão, mas metade das transações no mercado europeu já são feitas em ambiente de Bolsas. Isso mostra que eles estão mais avançados em relação à gente e claro que têm as suas justificativas para tal. Há um grande número de participantes locais, então é diferente do nosso mercado, a gente tem lá a oferta e demanda situada no mesmo País. Aqui essencialmente a gente tem a oferta. A de-

manda pelos créditos gerados no País estão situados no exterior. Na Europa a gente vê que cerca de dez mil instalações são potenciais demandantes ou ofertantes dos créditos gerados.

Em determinados países, outro aspecto importante, é que você já vê órgãos reguladores do mercado de capitais ou de valores mobiliários já se pronunciando a respeito da regulamentação desse mercado. E aí você vê, especificamente no caso da Inglaterra, que seria a CVM inglesa, a *Financial Services Authority,* ela já emitiu um *paper* sobre o assunto dizendo que no caso de derivativos, ou seja, aqueles créditos que são negociados no mercado a termo ou futuro, esses, sim, estariam sob a alçada do órgão regulador. Por outro lado, a gente tem o mercado americano. O mercado americano foi bastante avançado, ele de certa forma avançou com a criação da Bolsa de Clima de Chicago. Durante a gestão Bush ele estacionou um pouco, mas agora com a gestão do Obama a gente vê que tem uma possibilidade grande, já vemos um grande estímulo e desenvolvimento desse mercado, principalmente no que a gente conhece como mercado voluntário, que estaria fora do Protocolo de Kyoto.

No Brasil, a gente tem em termos de estrutura de mercado, ou seja, centros para registrar essas negociações ou realizar essas negociações, a gente tem a estrutura que foi montada pela BM&F. Basicamente a gente tem um sistema de leilões. Esses leilões, eles são agendados a pedido dos vendedores. Então isso significa que a Bolsa ainda entende que o mercado ainda não tem uma liquidez suficiente para ter um sistema contínuo de negociação, porque é um mercado ainda incipiente. Então as transações têm que ser agendadas, estruturadas caso a caso e mediante a aprovação do órgão regulador, que é a CVM.

Além da estrutura da BVM&F, a gente também tem uma estrutura que foi montada pela CETIP, que é uma Entidade de Balcão organizado. Nesse caso, diferente do caso da BVM&F, são negócios, é um sistema de registro de balcão. Então um contrato a termo ou um *swap,* que é um tipo de contrato derivativo de crédito de carbono, eles podem ser negociados bilateralmente, ou seja, fora do ambiente de Bolsa, e aí eles são registrados no ambiente da CETIP. Isso aí já é um avanço também para a nossa estrutura de mercado, que é uma tentativa de dar um pouquinho mais de transparência nas transações que até o momento eram realizadas bilateralmente e sem transparência. O próximo, por favor.

A despeito dessas estruturas, a gente ainda percebe que quase a totalidade das transações nesse mercado no Brasil são realizadas de forma bilateral, no balcão, ou seja, fora de ambiente de Bolsa, sem a devida transparência, ou alternativamente elas podem ser realizadas em Bolsas situadas no exterior. Então como o investidor não encontra uma liquidez no mercado local, aí no caso os grandes investidores, eles vão procurar a liquidez no mercado internacional. Paralelamente a gente vê que tem uma indústria nascente de fundos de investimento de carbono no País, na verdade existem dois ou três fundos já que investem ou em companhias que vão gerar crédito de carbono ou investir diretamente no crédito de carbono. Isso é um grande avanço para o mercado brasileiro. Os fundos, eles são importantíssimos para viabilizar principalmente os pequenos projetos. Um pequeno projeto que gera um lote pequeno de créditos, se ele fosse a um mercado de forma isolada ou até mesmo desenvolvesse esse projeto, ele teria custo de transação muito elevados e que poderiam inviabilizar a implantação desses projetos. Então os fundos, eles agregam projetos similares ou do mesmo setor, mutualizam os custos fixos e acabam barateando o custo de implementação desses projetos. Então eles atuam como catalizadores desse mercado. E a gente vê, infelizmente, que o tamanho médio dos projetos de MDL no Brasil e em outros países do mundo também tem reduzido. A tendência é ir reduzindo. Os grandes megaprojetos, ainda existem alguns, mas não vão ser a maioria. Então a gente vai precisar de instrumentos de investimento coletivo, sejam cooperativas, fundo de investimento ou outros mecanismos que possam agregar esses projetos de forma a reduzir os custos fixos de transação. Em paralelo a isso a gente vê também que tem o aparecimento do chamado mercado de carbono voluntário, paralelo ao MDL, mas esse é um mercado ainda nascente, ele necessita de uma certa definição em termos dos protocolos que serão utilizados para aferir os créditos gerados, mas é um mercado também que nós temos que ficar atentos para que ele não tome rumos indesejados, principalmente em termos de credibilidade. Isso é um assunto que a gente tem ficado bem atento. O próximo, por favor.

Em termos da regulamentação, eu vou tocar brevemente aqui porque depois nós vamos ter o nosso colega aqui da CVM que vai tratar com maior propriedade. Eu apenas vou citá-lo porque hoje o que a gente tem é uma ausência da definição quanto à natureza jurídica da RCE, que é o crédito de carbono gerado pelo MDL. No entanto, recentemente a gente teve o voto do Sr. Otávio Yazbek, que aqui nos acompanha nessa Mesa, dizendo, esclarecendo que a RCE não se enquadra como valor mobiliário, nos termos da Lei 6.385, que acredito que seja de 1976. Isso aí já foi um grande avanço. Não diz o que é, mas diz o que não é. Na verdade ele diz que não é valor mobiliário. Havia

grandes rumores no mercado, especulações sobre o enquadramento do crédito de carbono como valor mobiliário ou não e aí a CVM veio e pôs um termo nessa questão, esclarecendo que não é um valor mobiliário. Além disso, nós temos a circular do Banco Central que define as operações de câmbio relacionadas a esse mercado como exportação de serviço. Sem entrar no mérito da questão [soa a campainha], se entendemos que esse crédito deva ou não ser enquadrado como exportação de serviço, o fato é que essa circular viabiliza as operações de câmbio relacionadas a esse mercado, o que é fundamental para a sua operação, visto que a maior parte dos investidores ou demandantes desses créditos estão situados no exterior. Então dessa forma o Banco Central retirou um entrave ao funcionamento do mercado. Em paralelo, nós vemos também que não há um consenso entre as empresas no que tange à contabilização dos ativos. Nós não somos especialistas na parte de contabilidade, mas a gente já viu casos de empresas enquadrando a receita dos créditos como a receita operacional ou a receita financeira ou eventualmente até como estoques. Então os créditos são reconhecidos de diversas formas, o que acho que não é tão benéfico para o mercado.

E finalmente, por último, mas eu acredito que seja o principal ponto aqui, seria a ausência da definição do tratamento tributário para as operações realizadas no mercado à vista. Isso pode criar e já vem criando uma certa aversão ao risco, principalmente por pequenos investidores. Aqueles projetos cuja taxa interna de retorno é pouco aumentada em função da implementação do projeto de MDL, se eles forem sobretaxados, dependendo da forma como o crédito for enquadrado, da forma da natureza jurídica, eles podem reduzir muito ou até inviabilizar a atratividade, a implementação desse projeto. Então eu acho que esse é um ponto que merece a atenção de todos nós. Por favor, o próximo.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que a despeito da falta de definição da natureza jurídica do crédito de carbono, o mercado continua funcionando. Isso não impede, no meu entender, a realização de transações no mercado de carbono. Elas vão continuar acontecendo. Além disso, também não impede o estabelecimento de fundos que desejem investir ou encarteirar esses créditos, isso que era uma grande preocupação da Bolsa, que depois o Parecer da CVM veio esclarecer esse assunto e o Otávio vai falar com mais detalhes. Então esses são dois pontos importantes. A questão das práticas contábeis são importantes, sim, e elas podem contar ou ser resolvidas com a ajuda dos órgãos e Conselhos de Contabilidade. Agora o que a gente entende que é muito importante é realmente a definição do regime tributário aplicável a esse mercado de forma a reduzir a aversão ao risco de investidores tanto locais quanto não residentes. O próximo slide, por favor.

E aí, para finalizar, o que a gente entende é que esse mercado não pode ser regulamentado como um outro qualquer. Deve se buscar a sua transparência, proteger o investidor de eventuais práticas não equitativas e outras práticas indevidas, mas ele deve levar em conta a natureza meritória desses ativos, que na verdade eles vão ser resultados de uma ação de uma determinada empresa que deve ter contribuído para o meio ambiente. Além disso, esses projetos contam com um caráter de sustentabilidade. Pelo menos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, eles têm que comprovar a geração de emprego e renda. Então esse sim deveria ser o maior ganho para a sociedade e não a receita, a arrecadação tributária do Governo.

E para defender essa linha, vamos dizer assim, um tratamento tributário favorecido em função da sua natureza meritória, a gente poderia olhar outros mercados cuja tributação foi definida em função do potencial de contribuição para o desenvolvimento do País. E aí a gente tem dois mercados, que é o mercado de CRIs, que é o Certificado de Recebíveis Mobiliários, e o Mercado de Títulos do Agronegócio. Nesses mercados, pelo menos para as pessoas físicas, está desonerado o Imposto de Renda. Então isso aí já é um exemplo. E para a pessoa física e jurídica, no caso de [ininteligível] negócio, está desonerada a incidência do IOF. Então eu acho que a gente poderia depois explorar um pouquinho mais isso.

Além disso, é importante que tenhamos um regime tributário que não penalize o investidor estrangeiro, de forma a evitar algum tipo de desvio de comércio. Se ele for tributado aqui, ele não precisa adquirir o crédito de carbono no Brasil. Ele pode ir para a China, Índia e outros países. Ele vai procurar um ambiente onde ele não é tributado. Além disso, já tem uma legislação aplicável ao investidor não residente em Bolsa, onde ele não é tributado. Então a gente poderia fazer essa vinculação, esclarecer que aplica-se ao mercado de crédito de carbono a desoneração da tributação sobre o investidor não residente que negociar em ambiente de Bolsa. Isso é importante.

Também não podemos esquecer da regulamentação de outros mercados ambientais que já estão nascentes, mas tem um potencial de crescimento. Valeria a pena considerar também um tratamento equivalente para os créditos gerados no mercado voluntário, para evitar que a gente volte aqui depois e tenha que tratar da mesma questão que pode ser resolvida de uma vez só.

O que a Bolsa está agindo, atuando nesse sentido, como eu disse a gente ainda não tem uma posição oficial sobre qual deveria ser a definição da natureza jurídica, o tratamento tributário, mas nós vamos desenvolver um estudo ano que vem, a partir de uma doação do Banco Mundial, para justamente estudar, fazer um levantamento das práticas adotadas em outros países, conversar com *players* locais também, no sentido de verificar qual é o tratamento que deveria ser aplicado ao mercado local. Então essa vai ser a nossa contribuição para essa matéria no ano que vem.

Eu agradeço e, qualquer dúvida, estamos à disposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Dr. Guilherme e já passo de imediato a palavra para o Dr. Otávio Yazbek, que é representante da Bolsa de Valores.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Na verdade, da Comissão de Valores Mobiliários.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Valores Mobiliários, Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Então com a palavra o Dr. Otávio.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Boa-tarde Sra. Presidente, Srs. Senadores, Deputados. Eu queria inicialmente agradecer pela oportunidade de vir trazer essas considerações sobre o mercado de créditos de carbono para os senhores.

A minha exposição será bastante breve. Na verdade, eu vou expor fundamentalmente qual é a posição da CVM em relação à caracterização desses mercados ante o regime do mercado de valores mobiliários. Essa posição se tornou necessária porque, como o Guilherme explorou na exposição dele, uma das principais críticas recebidas no Brasil, do ponto de vista institucional, acerca do desenvolvimento do mercado de crédito de carbono, diz respeito à natureza jurídica, ao arcabouço jurídico para o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono. Com o passar do tempo o que se verificou é que ficou uma espécie de nuvem cinzenta, em que diversos conceitos eram misturados dentro da categoria natureza jurídica ou indefinição da natureza jurídica dos créditos de carbono, muita gente dizia que o problema estava no Banco Central, que não identificava uma rubrica própria, que identificou aquela rubrica de serviços para se fazerem as remessas de capital. O fato é que, como o Dr. Guilherme apontou, a rubrica de serviços é perfeitamente funcional sobre esses fins. Ela pode não ser a mais bonita do ponto de vista terminológico, mas ela é funcional. Ou que a culpa estaria na CVM, que não caracterizou como valores mobiliários os créditos de carbono, o que permitiria que a ele se aplicasse o regime do mercado de valores mobiliários ou que a culpa estava em outras instâncias. Na verdade, ante essa indefinição conceitual fica muito difícil ter um primeiro passo para a definição da natureza jurídica desses instrumentos.

A CVM decidiu dar o passo do lado dela a partir de uma declaração formal do seu Colegiado, que foi emanada no dia 07 de julho deste ano, em um voto da minha autoria, em que nós defendemos qual é a posição da autarquia em relação ao mercado de créditos de carbono e a sua forma de relacionamento com o mercado de valores mobiliários como um todo. Nesse sentido, a posição adotada pela CVM foi baseada em três pontos principais.

O primeiro desses pontos diz respeito... Eu vou pedir licença para primeiro referir os três e depois explorar o conteúdo de cada um deles brevemente.

O primeiro desses pontos diz respeito à caracterização dos créditos de carbono como valores mobiliários. A categoria valor mobiliário é particularmente importante aqui porque ela é que define a esfera de competência da CVM. Quando há valores mobiliários, os instrumentos referidos no art. 2º da Lei 6.385, de 1976, distribuídos publicamente, a CVM tem a competência para regulamentar esses mercados e esse processo de distribuição pública.

Segundo, nós tratamos da possibilidade de aquisição dos créditos de carbono por fundos de investimento, que são as entidades de investimento coletivo, cuja atuação é regulamentada pela CVM.

Terceiro, nós tratamos da posição da CVM perante as novas iniciativas e as formas de organização de projetos de emissão de créditos de carbono pelo mercado.

Agora eu vou aproveitar para explorar brevemente cada um desses três pontos.

O primeiro deles diz respeito à caracterização dos créditos de carbono como valores mobiliários e a posição da CVM foi de que os créditos de carbono não são caracterizáveis como tais. E eles não são, em um primeiro momento, porque eles são títulos emitidos no exterior. Em razão de um processo próprios de certificação eles são emitidos, registrados e custodiados em um registro no exterior e não são ofertados diretamente para o público investidor brasileiro. Não tem o porquê caracterizá-los assim aqui como valores mobiliários, sujeitos ao regime da autarquia. É bem verdade que isso é um argumento formal. Eu vou passar por mais dois argumentos formais e depois eu pretendo discutir se é razoável ou se é interessante caracterizá-los como valores mobiliários, porque o argumento estritamente formal não é suficiente, naturalmente.

O segundo ponto, ainda no campo desses argumentos formais, é que os créditos de carbono não seriam valores mobiliários por não se enquadrem em

nenhuma daquelas categorias de títulos estabelecidos no art. 2º, da Lei 6.385, de 1976. A Lei 6.385, de 1976, ao trazer a relação dos valores mobiliários, trata de ações, debêntures, quotas de fundos de investimento, fundamentalmente títulos de investimento, e ela tem duas cláusulas mais gerais que permitem interpretação: uma é a dos derivativos, que é uma categoria ampla. Sempre que se verificar que um determinado instrumento é derivativo, ele será consequentemente valor mobiliário; e a outra é a dos chamados contratos de investimento coletivo, instrumentos de investimento que não são nominados naquelas outras categorias, mas que por serem fundamentalmente instrumentos de captação de poupança e de alocação de recursos financeiros, são também caracterizáveis como valores mobiliários.

Nós fizemos, eu tive a oportunidade de fazer nesse voto que foi submetido ao Colegiado, uma análise da estrutura dos créditos de carbono e de concluir que eles não são derivativos porque eles não são a negociação futura de nada para fins de REDD ou especulação. Eles são um instrumento que permite o cumprimento de forma alternativa de uma obrigação de redução de emissão. E, por outro lado, eles também não são contratos de investimento coletivo na forma referida no art. 2º, da Lei 6.385, porque eles não são instrumentos estruturalmente destinados a investimento. Vale dizer que eles são resgatáveis em um bem da vida, resgatáveis em uma obrigação que aquele participante deveria cumprir e não resgatáveis em uma remuneração exclusivamente financeira. Não são produtos tipicamente financeiros, de mercado.

Passando agora dos argumentos mais formais para os argumentos materiais quanto à adequação da caracterização dos créditos de carbono como valores mobiliários, eu gostaria, na verdade, de explorar basicamente um questionamento. Aqui nós estamos nos perguntando: Seria interessante, por uma Lei superveniente, por exemplo, caracterizar créditos de carbono como valores mobiliários? E aqui nós temos que perguntar: Qual é a finalidade da caracterização de um instrumento como valor mobiliário? A CVM tem como mandato a proteção do público investidor, do público que, adquirindo títulos de dívida ou títulos de participação como ações de uma emissão de uma empresa, passa a estar sujeito ao risco de inadimplemento ou ao risco normal das atividades daquela empresa. Por isso o regime criado pela CVM para regulamentação do mercado de valores mobiliários se baseia fundamentalmente no chamado *full disclosure*, na prestação de informações ao mercado pela empresa. Quando uma companhia é companhia aberta, ela é obrigada a prestar um 100 números de informações periodicamente ao mercado. Quando ela vai fazer uma distribuição de valores mobiliários de sua emissão de ações ou de debêntures, ela é obrigada a prestar outras informações relativas a isso, e ela tem um regime pelo qual ela periodicamente age com uma certa transparência relação ao mercado para proteger o público investidor. Além disso, a regulamentação do mercado de valores mobiliários se baseia também na regulamentação das estruturas de mercado, das estruturas de Bolsa ou de balcão organizado, para tentar evitar distorções no processo de formação de preço, manipulação do mercado, alocação irregular de bens e de recursos.

Quando a gente fala de crédito de carbono, a gente está falando de instrumentos que, uma vez emitidos, não guardam mais relação com o risco daquela empresa. A partir do momento em que se reconheceu a existência de um crédito de carbono em que se autorizou a sua emissão, não importa se a empresa vai ficar inadimplente em uma outra obrigação, se ela vai vir a quebrar no futuro ou o que quer que seja. Aquele crédito de carbono passa a existir independentemente da empresa, o que mostra que aquele regime de *disclosure* que a CVM cria para as companhias abertas, para as companhias emissoras de valores mobiliários, não produziria nenhum efeito para o mercado de créditos de carbono se não a oneração dos próprios emissores, que teriam que adotar um regime que é muito mais complexo.

Por outro lado, esses títulos não são negociados em mercados organizados no País. Quando se fala em negociação no Brasil, não se está falando na negociação dos créditos de carbono propriamente ditos. Os locais em que eles são negociados se situam no exterior, onde eles são custodiados. Então a CVM não tem também condição de evitar lavagem de dinheiro, manipulação de mercado, transferências irregulares de recursos no mercado de créditos de carbono aqui. Esse mercado, em larga medida, quando a gente está falando de mercado a vista, se dá no exterior.

A partir dessas duas considerações, de que um regime de *disclosure* seria excessivamente oneroso para os emissores, de um instrumento que não tem nada a ver com os instrumentos tradicionalmente emitidos por companhias abertas e nem com recurso a público investidor, e da existência de um verdadeiro mercado secundário apenas fora do País, é que nós constatamos que não é interessante caracterizar os créditos de carbono como valores mobiliários. Seria um ônus excessivo para os emissores desses instrumentos que já têm os seus processos de emissão devidamente validados a partir de processos estabelecidos no âmbito de outros ministérios e de processos que são verdadeiramente técnicos, que não estão ligados

à higidez financeira a governança, que é aquilo com que a CVM se preocupa.

É bem verdade que há uma hipótese em que os créditos de carbono podem gerar a emissão de valores mobiliários no País, no caso, por exemplo, da emissão de certificados de créditos de carbono.

Na verdade, eu exploraria fundamentalmente, senadora, duas hipóteses que me parecem as mais claras. Uma é um mecanismo de recibo de crédito de carbono, que funcionaria como BDR mais ou menos. Uma instituição financeira, por exemplo, adquire no exterior créditos de carbono e emitiria para a negociação aqui certificados de depósito daqueles créditos de carbono em um espécie de conta espelho, me parece que a CETIP tinha alguns projetos nesse sentido, e aí esses títulos emitidos aqui, por serem títulos emitidos no Brasil, ofertados ao público investidor brasileiro e que vão promoter algum tipo de remuneração que aí sim é financeira, porque esses títulos aqui não são resgatáveis naquele bem da vida, seriam caracterizáveis como valor mobiliário pela CVM e a CVM já teria competência para fazer essa caracterização quando esses produtos lhe fossem trazidos. Segundo, no caso de derivativos de crédito de carbono, contratos de opção de crédito de carbono, termo futuro, nós estamos tratando de mercados derivativos de modo geral, a CVM é competente para a regulamentação desses mercados. Aqui ela poderia também regulamentar tais mercados.

Sem prejuízo dessa ressalva, é importante destacar que já hoje, quando a BM&F Bovespa ou CETIP desenvolvem atividades envolvendo a alocação dos créditos de carbono, como nesses leilões que a BM&F realizou ou quaisquer outras atividades envolvendo créditos de carbono, a CVM já tem competência para regulamentar o desenvolvimento dessas atividades. Aí não porque o crédito de carbono não seja valor mobiliário, mas sim porque BM&F Bovespa e CETIP são entidades por ela regulamentadas. O funcionamento dessas entidades é regulamentado pela CVM, o que elas podem ou não podem fazer é regulamentado pela CVM, com vista, sobretudo, em algumas considerações de ordem pronunciamento jurisdicional, de risco, de segregação de atividades. Isso está na Instrução CVM 461.

O segundo ponto importante da decisão da CVM, após essa questão da caracterização dos créditos de carbono como valores mobiliários, diz respeito à possibilidade de aquisição dos créditos de carbono por fundos de investimento. Essa era uma demanda do mercado que nós sentimos a necessidade de responder e que em um primeiro momento ela pode soar contraditória com a nossa primeira decisão. A primeira decisão é de que eles não são valores mobiliários. Nós decidimos que eles não são valores mobiliários e na sequência nós autorizamos os fundos de investimentos a adquirir esses instrumentos. Na verdade a decisão é bastante lógica. A categoria dos fundos de investimento, que é regulamentada pela Instrução CVM 409, traz várias modalidades de fundos de investimento e uma dessas modalidades é a dos chamados fundos multimercado. Fundos multimercado são fundos que podem adquirir instrumentos outros que não sejam os valores mobiliários mais tradicionais ou os títulos mais tradicionais.

Eu vou pedir licença para ler um trechinho da norma que diz que outras coisas eles podem adquirir. O art. 2º, § 1º, inciso VIII, relaciona dentre os ativos que podem ser adquiridos pelos fundos de investimento e no caso pelos fundos multimercado, que vão ter essa maior flexibilidade: "*warrants, contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias ou serviços para entrega ou prestação futura, títulos ou certificados representativos desses contratos e quaisquer outros créditos, títulos e contratos operacionais desde que expressamente previsto no regulamento*". Nesse sentido, os fundos multimercado que têm maior flexibilidade, desde que expressamente prevejam nos seus regulamentos a possibilidade de aquisição de créditos de carbono, são autorizados a fazê-los. Hoje nós temos uma ressalva a isso. Como os créditos de carbono são emitidos no exterior, eles apenas podem ser adquiridos em verdadeiro mercado secundário hoje no exterior, apenas os fundos multimercado que podem operar no exterior são autorizados a adquiri-lo. E esses são fundos destinados a um público investidor mais refinado, os chamados "investidores superqualificados", porque quando a CVM autorizou a atuação de fundos de investimento brasileiros no exterior, ela fez essa ressalva. Eles apenas podem ser ofertados para o investidor que precisa de menos tutela e menos proteção. Não obstante, caso se criem aqueles produtos derivados ou aqueles certificados de depósito de créditos de carbono no Brasil, com base nesse mesmo dispositivo os fundos de investimento multimercado brasileiros vão poder adquirir esses instrumentos naturalmente, desde que isso esteja previsto nas suas respectivas políticas de investimento.

O terceiro ponto da decisão da CVM é basicamente uma sinalização para o mercado. Na verdade, o mercado brasileiro começou, em razão da própria indefinição jurídica sobre a natureza dos créditos de carbono, a criar estruturas bastante complexas para a emissão desses instrumentos, estruturas que lembram os mecanismos de *project fine*(F), com a criação de sociedades de propósitos específico, o agrupamento

de projetos, a participação de fundos de investimento em participações. O que a CVM sinalizou aqui é que sempre que a ela for trazida uma estrutura dessa natureza ou sempre que a ela for trazida uma demanda de regulamentação, ela estará atentada para fazer uma regulamentação coerente com as necessidades do mercado. Na verdade, isso talvez não fosse necessário, mas nós entendemos que seria adequado dar essa sinalização para o mercado como uma forma até de dar segurança, de falar: "Olha, não é valor mobiliário, os fundos podem adquirir, a gente sabe que o mercado tende a se organizar de maneiras cada vez mais complexas. Então nós estamos abertos para discutir as alternativas que o mercado quiser criar, inclusive com o uso de instrumentos de mercado, de valores mobiliários propriamente ditos, de outros mecanismos de captação". Essa foi fundamentalmente a nossa posição.

Sra. Presidente, eu fico à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradecemos ao Dr. Otávio. Eu já passo em seguida a palavra agora ao Dr. Marcos Otávio Bezerra Prates, que está aqui representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Dr. Marcos Otávio, só para efeito de... Nós temos aqui a posição da CVM muito clara, eu acho que muito contundente, de que a Redução Certificada de Emissão não pode ser caracterizada como valor mobiliário, mas nós temos dois projetos tramitando. Um na Câmara, que é o PL 594, de 2007, que equipara a RCE a valor mobiliário, o Autor é o Deputado Carlos Souza. E fruto da Comissão Mista Especial que nos antecedeu, que acabou originando a nossa Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas, que também equipara as RCE a valor mobiliário e promove a isenção tributária nas negociações. É o PLS 33. Então, nós temos um Projeto na Câmara e um no Senado tratando da equiparação da RCE a valor mobiliário.

Então com a palavra o Dr. Marcos Otávio.

SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES: Obrigado, senadora. Eu queria agradecer o convite da Comissão ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para estar aqui presente nessa audiência, cumprimentar aos demais parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores.

O Ministério do Desenvolvimento, ele olha essa questão do mercado de carbono com a ótica de oportunidades de negócio. Esse processo no Brasil, esse Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o MDL, ele representa um portentoso instrumento para a produção mais limpa no País também. Então ele alia duas coisas virtuosas: uma produção mais sustentável, com a geração de um adicional de renda para o sistema produtivo.

Nesse sentido, nós fizemos com a BM&F um convênio para estruturar o mercado de carbono no Brasil, o mercado brasileiro de redução de emissões, em razão de que a maior parte dos recursos gerados pelos Projetos MDL, eles muitas vezes não são apropriados pelas empresas brasileiras que participam desses projetos. São intermediários, são consultarias técnicas que se apresentam para orientar a elaboração do projeto e que fazem já nisso uma pactuação com o proponente do projeto no sentido de partilha do resultado. E aí há uma assimetria de informação entre o proponente, que muitas vezes desconhece toda essa realidade de negociação climática, todo esse ambiente onde prosperam os créditos de carbono, que se submete a alguém que tenha esse conhecimento profundo dessa realidade, além do conhecimento técnico, de como realizar um Projeto MDL. Nós fizemos essa tentativa de criar o mercado com esse objetivo, o mercado brasileiro de redução de emissões, mas esse processo continua sendo por esse mesmo caminho.

Agora nós temos feito pesquisas junto às empresas e temos observado que há uma crescente conscientização e consideração do tema clima, mudança climática, nas estratégias empresariais das empresas. Em 2006, a primeira pesquisa que nós fizemos, 48% das empresas que foram pesquisadas indicavam preocupação e acompanhamento dos seus concorrentes internacionais, etc., em relação a esses posicionamentos e elaboração de inventário de emissões, etc., e de atuação para fazer projetos. Em 2007, já foram 64%. Em 2008, nós concluímos a pesquisa agora nesse ano, em 2009, 80% das empresas já tem essa preocupação. Então essa é uma preocupação crescente. Esse tema realmente é um tema da maior importância.

Agora nós estamos atentos a muitas oportunidades que ainda existem de projetos e que aqueles projetos mais evidentes, de possibilidades mais imediatas já foram explorados. Tem a questão dos aterros sanitários, tem a questão das PCHS, de todo o processo de mudança de energia, de fonte de energia, mas nós temos no Brasil ainda muitas oportunidades. Tipo todo o pessoal de cerâmica vermelha. A cerâmica vermelha, muitas delas usam, da indústria de cerâmica vermelha, usam ainda lenha, lenha de desmatamento no seu processo de produção. Então a conversão disso em biomassa renovável, estimulada por Projeto MDL, ela fica muito mais atrativa. O processo de carvão vegetal, tem toda a siderurgia de carvão vegetal no País. O carvão vegetal no País é produzido com tecnologia de cinquenta anos atrás, aqueles chamados fornos rabo quente. Aquilo tem uma baixíssima efici-

ência. Na conversão de madeira para carvão, 22% é a eficiência. Dá para melhorar muito, desde que você tenha tecnologia muito mais moderna, onde você tem muito mais controle dos gases emitidos e consegue um poder calorífico muito maior do carvão produzido. Nós estamos fazendo um estudo, concluindo um estudo nesse sentido, estamos trabalhando junto à cadeia siderúrgica para poder fomentar essa melhoria ao longo de toda a cadeia e ter aí também a oportunidade de Projetos MDL.

Tem também a oportunidade, por exemplo, do *Flex Fill*. O Brasil criou o *Flex Fill*, a maior frota de *Flex Fill* do mundo. O pessoal está migrando da gasolina para o álcool, isso poderia gerar crédito de carbono e não está sendo apropriado nesse sentido.

Agora para isso tudo é muito importante que se faça essa regulação do crédito de carbono especialmente nos aspectos tributários. Essa questão se é ativo mobiliário ou não, eu acho que a CVM já deu um caminho aí que de certa maneira atende. Agora a questão tributária, é importante que ela se defina, inclusive para que projetos de pequena escala, que é os que agora deverão ser feitos, possam ser estimulados por um tratamento fiscal diferenciado. Então é isso que nós temos defendido dentro do Governo, porque o ambiente de negócios, ele precisa dessa definição.

Pode se alegar ou argumentar quanto a possíveis incertezas quanto aos rumos do mercado de carbono em termos mundiais, mas essa incerteza, embora exista particularmente com relação ao regime climático internacional no pós 2012, independentemente disso já tem todo um volume de negócios e toda uma regulamentação a nível nacional nos países colocando exigências em termos de compensações para os setores produtivos, isso tanto nos Estados Americanos como nos países europeus, têm legislações nacionais. Nos Estados Unidos, legislações estaduais, que já de certa maneira conformam o mercado que é de grande dimensão e que vai permanecer independentemente do que se resolva em relação a Kyoto. O Protocolo de Kyoto ficaria mais fortalecido se tivesse uma ratificação pelo Congresso Americano, o que parece que está fora de questão, apesar da mudança de governo que houve nos Estados Unidos. Os Estados Unidos querem uma solução diferente daquela que está engendrada no Protocolo de Kyoto. Isso de certa maneira enfraquece o Protocolo.

Agora independentemente da resultante de Copenhague e etc., o mercado vai continuar vivo e ativo. Esses números que foram dados aqui de US$ 120 bilhões, isso já tem uma dimensão econômica, já está de tal maneira permeando as sociedades. Há governos com posturas muito ousadas nessa questão de criar metas nacionais em relação ao clima. Então isso vai continuar gerando o mercado.

E no Brasil o que nós temos que fazer justamente é melhorar esse ambiente de negócio fazendo a definição dessa questão da tributação e trabalhar nesse processo de maior envolvimento de pequenos projetos e mesmo de pessoas físicas, como é o caso do *Flex Fill*. O *Flex Fill*, por exemplo, permitiria que milhões de brasileiros que são possuidores de carros com motorização flexível pudessem, ao optar pelo etanol, estar participando e gerando créditos de carbono, etc., dentro de um processo de conscientização social muito importante.

E a produção mais limpa, que é aquilo que eu estava falando, desses setores onde você tem ainda grandes oportunidades. O setor agrícola também, com a questão de biodigestores, que você tinha um processo de poluição muito grande de dejetos de animais, de porcos, por exemplo, e agora de gado também, que você pode fazer biodigestores e ter Projetos MDL, etc., com um aproveitamento e uma renda adicional ao produtor. Tem todo o lado de biocombustíveis também, enfim, nós temos uma potencialidade muito grande.

Então da nossa parte o ponto central é esse, é com relação à melhoria do ambiente de negócios, é com relação à tributação, a se estabelecer uma regra clara de tributação que privilegie e incentive projetos de pequena escala e que não funcione como inibidora disso, e também apoiar projeto de pequena escala é importante, que você precisa reduzir os custos de transação nesses projetos, o custo de realização desses projetos. Isso tem que ser estimulado para que esses projetos possam ser realizados em benefício do País, inclusive. Ambientalmente, cada projeto desse que seja feito, vai trazer um benefício para o País também em termos de produção mais limpa e de menor impacto ambiental.

Então dentro dessa lógica eu penso que é esse o esforço que tem que ser feito no sentido aí de fazer essa regulamentação que falta da questão da tributação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Dr. Marcos Otávio. Eu já vou de imediato passar a palavra aos parlamentares que queiram fazer algum tipo de questionamento, mas eu já queria colocar aqui algumas questões para que os nossos convidados pudessem tecer algum comentário.

Têm inúmeras atividades que podem ser, sem precisar de nenhuma adaptação, sem nada, já podem ser consideradas redução de emissões. O Dr. Marcos aqui citou várias. O que a gente percebe é que há um número significativo de... Eu vou chamar de intermediários, porque são pessoas que se apresentam para

elaborar o projeto e que desse trabalho de elaborar o projeto acaba, digamos assim, a parte do "Leão" não fica com quem está fazendo a redução de emissão, acaba ficando com quem apresenta a proposta de como transformar aquilo em algum tipo de valor. Então eu acho que esta questão, eu não diria de retirar o intermediário, mas reduzir significativamente o poder que estes segmentos têm de assessoria nestes casos, como é que a gente poderia trabalhar?

Na questão da definição da questão tributária, eu não sei se o Dr. Marcos Otávio tem alguma informação a respeito. Eu não sei de nenhum Projeto que esteja tramitando relacionado a esta questão, da questão tributária, até porque esta é uma iniciativa que tem que vir obrigatoriamente do Executivo. Então se há algum estudo, algo em andamento na Receita, no Ministério da Fazenda, para que a gente possa ter esta definição da questão tributária, porque se não é valor mobiliário, aí é o quê? É serviços? Se é serviços, quais são... Me parece até que como serviços o tributo, porque aí entra PIS, entra COFINS, entra ICMS, então o peso tributário, a tendência inclusive é ser maior do que a tributação da própria Bolsa de valores.

Então eu acho que essas são as angústias que ficam aqui e eu queria deixar estes questionamentos. Mas já passaria, eu não sei se o Deputado Gabeira deseja também, porque aí nós poderíamos fazer uma rodada de indagações e aí colocar à disposição dos nossos convidados.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Talvez considerando que nós somos apenas dois aqui e a Presidente já colocou as suas perguntas, a gente faz uma rodada e eles encerram com as respostas finais o mais rápido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto, esta é a proposta, Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu já tive a oportunidade de discutir com o Dr. Guilherme aqui há uns dois anos numa Audiência e observo que as coisas estão no mesmo pé [risos]. Talvez tenha aumentado um pouco o volume de negócios, isso aumentou realmente de dois anos para cá.

Eu acho que nós vamos precisar ter... Eu, por exemplo, vou contar nessa questão tributária a dificuldade. Eu fiz uma Emenda dizendo que toda a produção do pré-sal que exceder em CO2 a produção do pós-sal, quer dizer, a produção chamada normal, seriam taxadas, mas uma das dificuldades que eu tinha é exatamente em fixar o preço da tonelada de CO2 e a partir do preço da tonelada de CO2 fixar a taxação relativa. Às vezes se colocar um dólar por tonelada, pode ser ridículo. Então tem que ter realmente uma classificação. Mas isso eu acho que se enquadra, no meu entender, dentro da classificação de serviço ambiental. Nós estamos tendo muita dificuldade em quantificar o serviço ambiental.

Eu acho que talvez valesse a pena a gente manter a ideia de isentar de tributos as negociações com o carbono, mesmo no caso do *Cap and Trade* americano. Eu tenho a impressão de que eles estão isentos de tributos entre eles, quer dizer, uma empresa economiza carbono e vende o crédito dela para outra. Eu tenho a impressão de que eles não estão cobrando tributo nesse campo.

Eu acho que a gente vai ter que pensar como seria no caso do *Cap and Trade* brasileiro. Se nós chegarmos a ter isso, uma empresa que economize emissão de carbono e venda para a outra, para ela chegar a um determinado ponto, a gente vai ver se isso é taxado ou não. Na verdade são emissões de carbono que continuam a existir, só que quem está emitindo agora não é um, é o outro e ele ganhou um dinheiro para não emitir.

Mas como foi mencionado no seu texto, é um serviço ambiental, tem um destino importante e tal, podemos talvez pensarmos. A verdade é que em termos de imposto tudo é importante. Você dizer assim: "A medicina, vamos taxar ou não o hospital?" "Não, mas está salvando vidas", quer dizer, eu acho que algum tipo de taxação vai existir nessas relações internas e na relação com o exterior também. Eu acho que realmente deveria taxar quem recebe o dinheiro, quem recebe.

Agora vamos ter que chegar a um entendimento sobre o preço, o preço da tonelada no Brasil, porque na verdade ninguém compra créditos de carbono fora do seu país à toa. Compra porque é muito mais barato você ter aquele crédito de carbono do que produzi-lo no seu país. Cada tonelada que um holandês vai reduzir é muito mais cara do que uma tonelada que ele compraria aqui de redução.

Então, na verdade, as coisas continuam um pouco vagas, mas é necessário, como disse, ampliar os negócios, é necessário estimular que os negócios aconteçam e eles vão acontecer ainda nessa direção, de dentro do Brasil para fora do Brasil. E a nossa participação é muito pequena comparada com a China. Nós deveríamos ter uma participação maior. É claro que a China também emite muito mais que a gente, tem muito mais projetos, mas nós tivemos participação na formulação do projeto, ela foi uma ideia brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Deputado Gabeira, é aquilo que a gente estava colocando: existem muitas atividades que já são redutoras de emissão. Eu acho que a ques-

tão, por exemplo, da frota brasileira *Flex Fill*, por que é que nós na conseguimos transformar isso em crédito? Então, sabe, acho que são essas as questões. Se comparar, nós não emitimos tanto quanto a China, mas também temos uma série de questões que poderiam ser aproveitadas.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A resposta está na própria pauta, porque nós vamos discutir aqui, olha, "através da geração de Redução Certificada de Emissão". Nós temos que ter uma autoridade nacional que dê o certificado de redução de emissão e esse certificado seja aceito internacionalmente. Eu acho que nós temos que caminhar para isso.

Então eu não estou vendo ainda muito caminho, a não ser a necessidade de nós certificarmos. Primeiro, inventariar, porque na verdade no Brasil nós estamos chutando sobre emissões. O último inventário que nós temos é de 1994. É muito difícil você ter um critério claro e cristalino de definir: "Olha, determinado empreendimento está reduzindo as emissões em tantas toneladas". Eu acho que não é só de CO2, nós temos o caso que foi mencionado aqui do metano nos lixões. Então a gente vai ter que ter, primeiro, começar a inventariar e contribuir para que todas as empresas consigam também inventariar as suas emissões. Depois, eu acho que uma vez certificando a redução das emissões, nós vamos ter que chegar... A Suécia chegou na semana passada a um caminho interessante também. Todo produto que se come na Suécia, por exemplo, se a pessoa compra um quilo de carne no supermercado, embaixo tem, além dos componentes e tal, a quantidade de emissões por quilograma daquele produto. Então os suecos já estão escolhendo o que comem de acordo com a quantidade de emissões que o produto tem; já está havendo essa distinção lá. Então o primeiro caminho que nós temos é começar a inventariar, começar a ter um inventário nacional e tentar fazer com que todos comuniquem o quanto estão gastando. Aí já seria o primeiro passo.

O segundo passo, no meu entender, é precificar a tonelada de carbono, quanto custa uma tonelada de CO2, quanto custa uma tonelada de CO2 não emitida, evidentemente, economizada. Quanto custa isso? Nós vamos ter que trabalhar e eu acho que o ministério poderia dar um passo nesse ponto, dar um passo nesse ponto, tentar caminhar, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para imediatamente... Tem o meu Projeto aí que não consegue andar, que é o que determina que o Brasil faça o inventário de dois em dois anos. A gente tem que ter esse inventário. O segundo é que vai ter que rapidamente quantificar e rapidamente ter um certificado de redução. Depois disso, eu acho que vai ficar mais fácil a gente negociar. Se a gente sabe que uma tonelada custa, digamos, US$ 15, vai ser possível você dizer: "Não, então para cada US$ 15 nós vamos pagar US$ 1 de serviço ou US$ 0,50 de serviço". É um caminho, entende, que a gente vai ter que tomar.

Como o Dr. Guilherme sabe, nós tivemos aqui há dois anos fazendo esse processo e não avançamos ainda. O único avanço também que eu consegui dar, Dr. Marcos, no caso das cerâmicas e das siderúrgicas, eu tenho um Projeto proibindo o uso de madeira não certificada e de madeira de mata virgem nesses processos. Agora eu tive que dar um *face out*(F) de cinco anos porque o argumento das siderúrgicas é que não conseguiriam fazer isso nesse processo. Mas já tem um projeto, já tem uma visão de *face out*(F) Isso, realmente, ia eliminar grande parte das emissões brasileiras. Mas tudo que passa por aqui é muito devagar, a gente está indo bem devagar. Quem sabe depois dessa Audiência a gente pode fazer um grupo na comissão para cuidar dessa questão da legislação específica sobre mercado de carbono, porque naquela época deveria já ter criado uma comissão e não criamos. Nós temos que criar uma comissão e junto com o estudo que a Bolsa de valores está promovendo, a gente pega o estudo da Bolsa de Valores e tentamos então fazer um Projeto de Lei que seja um esboço para começar. E esse Projeto de Lei, nós podemos incluir ou na reforma tributária, que está em curso, ou podemos apresentá-lo isoladamente. Mas seria um caminho nós criarmos uma pequena Comissão, mantermos o contato e aproveitarmos desse estudo que vem aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Deputado Gabeira. Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou ser muito rápido. Nós aqui estamos discutindo sobre MDL. Eu gostaria, já que nesse momento se analisa a possibilidade do REDD, Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação, como é que os senhores pensam sobre isso dentro desse contexto que estamos discutindo, que é a questão relacionada ao mercado de carbono? Nós vemos aí a posição do Brasil, que ninguém sabe qual vai ser, a do Governo Brasileiro.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A possível inclusão do REDD no MDL.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É. Existe algum problema dentro do contexto da soberania nacional? Como é que vocês veem isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, vamos seguir a mesma ordem? O Dr. Guilherme inicialmente, depois o Dr. Otávio e

terminamos com o Dr. Marcos Otávio. Pois não, Dr. Guilherme.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Inicialmente, eu queria agradecer aos comentários, questões e questionamentos. Vou fazer uma breve primeira rodada de comentários e, se for necessário, depois a gente complementa.

Inicialmente sobre o que o Dr. Gabeira comentou com relação ao fato de termos nos encontrado há dois anos atrás numa discussão parecida com esta, dizendo que a gente avançou pouco. Por um lado eu concordo, eu acho que a gente avançou pouco em termos da transparência do mercado, eu acho que principalmente o mercado brasileiro. Então a gente continua vendo o mesmo *modus operandi*, onde as transações são realizadas fundamentalmente de forma bilateral, fechadas através de contratos de gaveta e liquidadas lá fora. Eu acho que nesse ponto de vista realmente não é muito animador. Apesar de todos os esforços da Bolsa, um pequeno número de transações migraram do balcão para o ambiente de Bolsa.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mas isso não é só o mercado de carbono no Brasil, todos os mercados.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Não, mas isso faz parte, isso faz parte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Menos o da esquina, Deputado Gabeira.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Isso faz parte do processo de desenvolvimento, da curva de aprendizado de todo o mercado. Realmente é um desafio grande promover a migração, a padronização e o aumento de liquidez de mercados já estabelecidos no balcão, trazendo para o ambiente de Bolsa. Dois anos, infelizmente, é muito pouco para promover essa transição.

Por outro lado, eu acho que a gente avançou em determinados aspectos e um deles diz respeito até ao voto da CVM, que esclarece pelo menos o que não é. Estava muito mais nebuloso, até mesmo para a gente, o entendimento dessa questão. Nós mesmos, por vezes, defendíamos a necessidade de classificar esses ativos como valor mobiliário. E hoje, pelo menos pessoalmente, eu acho que não é tão necessária ou até mesmo adequada essa classificação.

Outro ponto é o nascimento e desenvolvimento da indústria de fundos de investimento. Há dois anos atrás nós não tínhamos nenhum fundo de investimento aplicando nesses recursos. Eu acho que esse veículo vai ser nos próximos anos, se não o principal, mas um ator importante no desenvolvimento desse mercado, dado que a gente vê realmente um decréscimo do tamanho médio ou do potencial de geração de créditos por parte dos projetos. E eles, de forma isolada, não vão conseguir viabilizar ou, se conseguirem se viabilizar, vão conseguir um preço que muitas vezes não é um preço justo. Então de forma agregada a gente entende que ele vai ter um poder de barganha maior. O que é que acontecia? Até pouco tempo atrás a gente tinha fundos de carbono compradores, fundos de carbono situados no exterior comprando os créditos de carbono gerados em países emergentes como o Brasil. Agora, não. A gente passa a ter fundos que podem ser considerados fundos vendedores. Isso começa a equilibrar um pouco mais a balança, pelo menos do ponto de vista de oferta e demanda local internacional. Então nesse ponto de vista eu acho que a gente avançou um pouco.

Por outro lado, e aí relacionado à questão da transparência e ao fato que a nossa Presidenta mencionou aqui, a questão do intermediário. É importante a gente mencionar que o intermediário não é o vilão desse processo, por um lado, porque ele sim tem o seu papel na elaboração de projetos. Se a gente não tivesse aqui consultorias qualificadas e nesse sentido a gente vê que o Brasil até está mais bem preparado que outros países. A gente tem um número de consultorias qualificadas. Tem, é claro, aqueles que são paraquedistas ou eventualmente oportunistas, mas tem muita gente boa contribuindo para o desenvolvimento desse mercado. O que lhes falta, no meu ponto de vista, no meu entender, é um incentivo para dar transparência a essas transações. Então eu não sei qual seria o incentivo, eventualmente algum tipo de tributação diferenciada para ambiente de Bolsa ou Entidades de Balcão organizado que não a BM&F. Então falta assim um incentivo para dar transparência, registrar essas operações em determinado sítio, em determinado local. Para eles é mais interessante fechar a operação de forma privada, sem nenhum registro e transparência. Então é isso que a gente acha que vale a pena explorar um pouquinho, até mesmo para o País conhecer o tamanho real do seu mercado. A gente faz estimativas, se baseia muitas vezes nos dados de entidades internacionais como o Banco Mundial ou os créditos que já foram efetivamente emitidos e que estão registrados no sistema da ONU.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Posso fazer uma pergunta?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Por favor.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu tenho dúvida. A dúvida que eu tenho é o seguinte: sem a transparência necessária, como é que se valida a negociação? Suponhamos que eu esteja na Inglaterra e eu queira comprar o crédito de 200 toneladas de CO2. Ele me vende as 200 toneladas, mas

não tem transparência. Como é que eu valido isso na Inglaterra?

SR. GUILHERME FAGUNDES: O que acontece? Primeiro é que na Inglaterra metade das transações já são feitas em Bolsa ou Entidades de Registro, já existe transparência pelo menos na metade do mercado. A outra metade, que eu saiba, não registra em local algum, pelo menos que eu tenho conhecimento, mas a verdade é que essa transação, ela vai ser concretizada mediante a ordem de transferência desses créditos do vendedor perante ao Secretariado de Bonn, exatamente, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Então ele vai solicitar a transferência dos créditos que estavam em seu nome, na sua conta, no sistema de registro, pode ser o sistema de registro da ONU ou um sistema de registro nacional, ou seja, um sistema de registro nacional inglês, ele tem uma conta com aqueles créditos e pede à autoridade gestora do sistema que transfira esses créditos. Obviamente, ele só dá essa ordem de transferência quando já tiver assegurado o pagamento pela entrega dos créditos.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mas isso é num nível de transparência.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Sim.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Agora eu me pergunto o seguinte: um negócio não transparente, qual a funcionalidade dele para o comprador?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Não, essa... Por favor.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Eu peço licença, Deputado, para antecipar um ponto. Na verdade, a maior parte dos negócios acabam sendo não transparentes por conta desse caráter bilateral que eles têm, mas eles precisam sempre ser comunicados em qualquer hipótese por comissariado e por órgão de registro em Bonn. E a partir daí, ainda que não transparentes as negociações, elas acabam produzindo os efeitos para o comprador, porque o comprador passa a ser reconhecido como adquirente e passa a poder se utilizar daqueles créditos de carbono, a poder efetuar lá o seu resgate.

Eu acho que a gente tem uma diferença não tanto do ponto de vista da funcionalidade para o comprador quando o negócio não é transparente, mas muito mais do ponto de vista da estrutura de mercado. Quando o negócio não é transparente não existe transparência do ponto de vista da formação de preços, não existe transparência do ponto de vista do montante de oferta e de demanda de créditos de carbono que existem. Eu acho que o problema da falta de transparência--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dr. Otávio, se o senhor me permite--

SR. OTÁVIO YAZBEK: Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É que a assessoria que prepara os projetos, que oferece, "Olha, tem um cliente lá, você pode ser um fornecedor deste cliente". Este contrato de gaveta entre quem prepara o projeto e o processo para poder o interessado de lá com o fornecedor daqui, esta parte aqui--

SR. OTÁVIO YAZBEK: Acaba gerando opacidade no processo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta aqui é opaca. Quanto é que leva, quanto é que fica, quanto é que se beneficia, porque no final das informações que muitas vezes a gente consegue ter é de que este processador da ligação entre quem reduz aqui com quem precisa se creditar lá é que acaba não beneficiando quem efetivamente está reduzindo.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Eu vejo então, pedindo licença novamente, que nós temos um movimento em que da opacidade do mercado, da redução de transparência do mercado como um todo, da redução da capacidade de se identificar as tendências de formação de preço, o tamanho das verdadeiras curvas de oferta e de demanda, as partes acabam saindo prejudicadas em um segundo momento. Vale dizer que elas não são necessariamente enganadas, mas elas são prejudicadas pela assimetria informacional mesmo que passa a existir nesse mercado. O negócio pode ser funcional para elas, pode gerar resultados, pode ser útil, mas poderia ser melhor se o mercado se organizasse de maneira transparente. Essa é a impressão que eu fico.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mas não haveria a possibilidade de o Brasil fazer uma gestão para que todas as negociações fossem comunicadas a partir de uma série de perguntas, preço, quantidade, como foi feito e tal? Não há dentro do MDL essa possibilidade dos países que participam terem um *feedback* de como foram as negociações?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Não, dentro do MDL não tem essa determinação. Cada País poderia ter algum tipo de legislação e aí nesse caso seria uma obrigação de registrar o negócio, que poderia ser numa Entidade de Balcão organizado, que poderia ser uma Bolsa ou uma CETIP. Isso aí já daria uma transparência, então seriam negócios bilaterais que são registrados em uma entidade autorizada pela CVM, no caso.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu não estou ainda muito satisfeito sobre esses negócios, a opacidade do mercado, porque na verdade, em primeiro lugar, eu compro, tomo consciência e tomo conhecimento do negócio, valida o negócio. Em segundo

lugar, interessa ao comprador e ao vendedor também, em certos casos, noticiar isso. Interessa a ele porque grande parte hoje do comércio de carbono ainda tem um efeito publicitário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Fica bem na foto, não é Deputado Gabeira? [risos]

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Exato, um efeito de imagem, entende? Então eu não sei, mas se a gente pudesse com o tempo também nesse processo caminhar para levar a uma transparência maior, eu acho que a gente podia também pensar nas sugestões que viriam do próprio mercado, da CVM, da Bolsa de Valores, para a gente tentar trabalhar ou aqui na nossa legislação ou trabalhar na regulamentação internacional via Itamaraty. De alguma forma a gente pode tentar abordar esse tema também, reduzir a opacidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho que é mais um tema aí para o nosso grupo de trabalho, que eu já estou entendendo como fundamental. Dr. Guilherme, mais alguma coisa?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Só para fechar, eu estou de acordo com a sua sugestão, eu só sugeriria que a gente se ativesse à legislação local. Eu acho que tende a se trabalhar inicialmente com a legislação local e depois, se for o caso, a gente pode trabalhar em função dessa legislação em nível internacional.

Um outro ponto, só para fechar. Então amarrando essa questão do intermediário, falta de transparência, isso tem a ver com o que o senhor disse, a necessidade de ter um preço, então a transparência em última análise vai ser--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quantificar?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Exatamente, ela serve para determinar qual é o preço do carbono naquele período, naquele dia. Por isso, daí a vantagem de ter uma negociação em ambiente de Bolsa.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Claro.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Você poderia fazer local.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos ter uma cotação da tonelada de CO2, é isso?

SR. GUILHERME FAGUNDES: Hoje você tem, mas é uma cotação internacional e que não deixa de ser válida, mas o ideal é que a gente tenha uma cotação local que considere as peculiaridades do mercado doméstico.

Um outro ponto que eu gostaria de complementar brevemente é a questão do inventário, que o senhor disse. De fato o inventário, vamos dizer assim, é um marco zero, é um marco zero para o desenvolvimento desse mercado, que é a partir do inventário, seja o inventário nacional, seja o inventário das empresas, que a gente vai ter a fotografia do que está acontecendo no País.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Claro.

SR. GUILHERME FAGUNDES: E a partir daí a gente pode ter políticas públicas estimulando as empresas a reduzirem as suas emissões e isso acaba estimulando, estimularia ou até criaria, fomentaria o mercado aí local de crédito de carbono. Hoje, a gente tem fundamentalmente um mercado que é internacional, um mercado voluntário a partir da atitude voluntária de empresas, enquanto o Brasil não tiver meta de redução de emissão perante algum acordo internacional. Então a criação no mercado local estaria mais relacionada a um mercado voluntário. As empresas, a partir dos seus inventários, elas poderiam definir planos de gestão de suas emissões e aí se criaria um mercado local, com oferta e demanda local, que é um mercado mais fácil de ser desenvolvido.

Na Bolsa, só para fechar, a gente está estudando algumas iniciativas nesse sentido também e assim que já tiver mais avançado os estudos a gente pode voltar a conversar sobre esse assunto.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É importante porque no futuro, por exemplo, nós temos hoje produto com menos gordura, que é um produto *light*, uma grande coisa no mercado. Mas com o tempo também os próprios produtores podem inserir a redução de CO2 que eles têm no seu produto, agora com menos tanto de CO2 por produção. Isso daqui a cinco, dez anos, passa a ser um atrativo comercial também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O valor de mercado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Daí a importância do inventário.

SR. GUILHERME FAGUNDES: Perfeito. E para fechar, fechar mesmo as minhas considerações, o senhor havia sugerido também a construção de uma comissão, um grupo de trabalho a partir dos estudos que a gente vá desenvolver. Esses estudos, provavelmente eles vão ser finalizados até meados do ano que vem, porque não é tão simples, a gente depende de um trâmite de contratação que segue as diretrizes do Banco Mundial, então existe uma certa burocracia no processo. Assim que finalizado a gente pode sim utilizar esses estudos para contribuir para o debate e tentar avançar um pouco. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Dr. Guilherme e passo já de imediato às considerações finais do Dr. Otávio.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Obrigado, senadora. Eu gostaria de tecer algumas considerações sobre alguns pontos que foram trazidos durante a discussão.

O primeiro deles é que o Deputado Gabeira falou dos mecanismos de *Cap and Trade* e ainda durante a minha exposição eu acabei não os referindo. Talvez seja interessante apenas destacar uma única questão em relação a isso. Quando nós falamos disso, nós estávamos falando na possibilidade de eventualmente se caracterizar reduções de emissão que sejam frutos de mecanismos de transferência locais ou de mecanismos de transferência voluntária como valores mobiliários. Na verdade, quando se está falando nisso, é verdade, nesse caso, talvez, se pudesse caracterizá-las como valores mobiliários, mas de qualquer maneira nós teríamos que fazer o teste da Lei 6.385. Nós temos que analisar se esses instrumentos de fato se caracterizam como instrumentos de investimento ou como instrumentos derivativos, sob pena de criarmos uma caracterização regulatória que só seria geradora de custos, mas não traria nenhum benefício, não traria nenhuma tutela. Então de fato é muito possível que surgindo mecanismos locais nós tenhamos que fazer o mesmo exercício que nós fizemos para os mecanismos hoje existentes, mas nós temos sempre que pensar, desculpem o uso do termo em inglês, temos que pensar nesse *Trad-Off* entre os custos gerados pela regulação e os benefícios que ela pode trazer e na caracterização formal ante o que a Lei estabelece.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Como a lei está sendo aprovada agora nos Estados Unidos, eu tenho a impressão de que a gente teria que pensar na hipótese da relação de duas empresas com a mesma bandeira em países diferentes fazerem essa negociação interna. Aí eu acho que entraria uma situação... Seria exportação, mas seria exportação interempresas.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Me parece que a questão é muito importante e ela, sem dúvida, teria que ser submetida à análise. Mas seria importante analisar o caso concreto para evitar de correr o risco de se criarem custos sem benefícios para o mercado sem efetivas vantagens.

Quanto à questão trazida pelo Senador Jefferson da Redução de Emissões por Desmatamento, a bem da verdade eu falo quando eu trato dessas questões de mercado de carbono como regulador e faço uma análise muito mais técnica. A questão do REDD é uma questão que envolve também determinados componentes estratégicos.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu vou ter que sair porque me chamaram, vai acabar a nossa Sessão, então temos que marcar a presença.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive para podermos votar hoje lá a Política Nacional de Mudanças Climáticas, Deputado.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Então me parece que quando nós tratamos a questão do REDD, hoje nós estamos discutindo de um aspecto que é profundamente estratégico, que envolve uma dimensão de decisão ainda política. Então eu não me sentiria à vontade, peço desculpas a V. Exa., mas eu não me sentiria à vontade para me manifestar sobre uma decisão dessa natureza, que não tem um cunho propriamente técnico regulatório.

Quanto à questão do registro de operações e da transparência de mercado, que foi suscitada pela Senadora Ideli e pelo Deputado Gabeira, eu gostaria de trazer uma breve referência mais a título de ilustração, porque eu acredito que essa referência possa ser interessante nos debates internos na Casa posteriormente. Um dos mercados que está sob a competência da CVM é um mercado de derivativos de balcão. No Brasil, a gente tem a obrigação de registro, por todos os usuários, das operações realizadas em mercado de balcão, dos *swaps*, das chamadas opções flexíveis desse tipo de operação. Esse tipo de operação só é obrigatoriamente registrado no Brasil. Em outros países, não existe essa obrigação. Nos Estados Unidos, nunca existiu. As operações eram feitas entre os bancos e os seus clientes e não--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que deu aquela confusão dos tais derivativos, que lá se derivaram além da conta.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Em larga medida, sim, senadora, e tanto é assim que o projeto da administração Obama, hoje, para a reregulamentação do mercado de derivativos, que nos últimos 10, 12 anos foi extremamente desregulamentado, passa pela criação de um modelo de registro centralizado muito parecido com o modelo brasileiro. É impressionante a similaridade entre os modelos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quem diria a gente ensinando para eles, hein? Que coisa linda.

SR. OTÁVIO YAZBEK: Na verdade esse é o momento em que nós temos que fazer esse discurso, temos que aproveitar [risos]. O fato é que com isso nós temos uma experiência que nos permite, que permite ao Banco Central, que permite à CVM, ter uma visualização do tamanho da exposição que as instituições financeiras têm no mercado de balcão, que é um mercado por definição descentralizado e informal quando

se fala em *swaps*, em opções flexíveis e em termos. Por que é que eu estou trazendo essa referência? Não porque a CVM deve estabelecer ou o Banco Central deve estabelecer uma obrigação dessa natureza para um mercado de créditos de carbono, mas porque é uma experiência geradora de informações que podem ser usadas pelos reguladores. Os problemas que nós tivemos nos últimos meses com algumas grandes empresas com operações de mercado de balcão em larga medida são muito mais relativos a problemas de governança nas empresas ou de ofertas nas instituições financeiras do que do nosso sistema de registro propriamente dito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): São indicadores de saúde das empresas.

SR. OTÁVIO YAZBEK: São indicadores de saúde das empresas e de uma certa transparência do mercado, a forma pela qual esses problemas acabaram por se evidenciar. É lógico que eles demandam também determinados ajustes, uma modernização de muita coisa, mas o fato é que aqui nós temos um mecanismo de geração de informações a partir de operações realizadas de forma descentralizada no mercado. Então eu queria apenas trazer para registro essa experiência porque é uma experiência que para fins de paradigma, de mera comparação, pode ser interessante também para as discussões, senadora.

Por fim, dois últimos pontos que eu gostaria de tratar. Uma questão trazida por V. Exa. diz respeito à relação entre a definição dos créditos de carbono, das Reduções Certificadas de Emissão como valores mobiliários e dos efeitos tributários que essa caracterização teria. Na verdade, essa foi uma das questões que nós tivemos a oportunidade de discutir muito na CVM enquanto tomávamos a nossa decisão e o que se verificou é que não existe correlação entre a caracterização de um instrumento como valor mobiliário e o seu efeito tributário, porque o rol dos valores mobiliários hoje abrange um número muito grande, muito variado de instrumentos e de mercados. Então nós temos ações negociadas em Bolsa, ações negociadas em balcão, derivativos negociados em Bolsa, derivativos negociados em balcão, dentro dos derivativos nós temos instrumentos estruturalmente diferentes, títulos de dívida. Então são tantos os instrumentos que quando se vai falar dos efeitos tributários a Receita tem que tratar de cada um dos instrumentos e não do critério valor mobiliário em si. A caracterização de um instrumento como valor mobiliário então não produz efeitos quanto o ponto de vista tributário.

E, por fim, uma última questão que foi trazida por V. Exa. ou trazida pelo Marcos, diz respeito aos pequenos projetos. Aliás, tanto o Marcos quando o Guilherme durante as suas exposições falaram da importância hoje dos pequenos projetos e da adoção de estratégias para o desenvolvimento de pequenos projetos. Eu gostaria de aproveitar esse gancho que eles me deram com isso para demonstrar uma vez mais por que é que me parecia inadequado caracterizar os créditos de carbono ou as Reduções Certificadas de Emissão como valores mobiliários. Quando se começa a falar em pequenos projetos, sobretudo o tipo de regime de transparência, transparência para investidor, naturalmente, eu não estou falando daquela outra transparência de que nós estávamos discutindo há pouco. O tipo de regime de *disclosure* que se cria quando se está falando em valores mobiliários, quando se está falando em regulamentação pela CVM, pode ser particularmente difícil para os pequenos projetos. Isso envolve a criação, talvez, de prospecto, a utilização de um banco também para prestar o serviço, a utilização de advogados, de toda uma estrutura que é paralela à estrutura que já existe para a própria emissão das Reduções Certificadas de Emissão e que diz respeito à tutela de um mercado investidor que talvez não precise de fato dessa tutela. Me parece que a importância dos pequenos projetos apenas ajuda a ressaltar, como talvez não seja razoável, eu também gostaria de deixar isso registrado, Senadora, caracterizar as Reduções Certificadas de Emissão como valores mobiliários nem no futuro. É o que eu gostaria de trazer à consideração de V. Exas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Dr. Otávio e passo, então, às considerações finais do Dr. Marcos Otávio Bezerra Prates.

SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES: Obrigado, senadora. Primeiro com relação à tributação, com relação a alguma iniciativa, eu desconheço. Que eu saiba o Ministério da Fazenda tem discutido esse assunto internamente para buscar uma definição. O que eu tenho conhecimento é isso. Eles andaram fazendo até uma Comissão interna lá para debater o assunto, mais com grupos do próprio Ministério, lá internamente.

Com relação a inventário, é bom frisar que há dois tipos de inventário: há o inventário nacional, que faz um balanço das emissões brasileiras por macrossetores, quanto que a agricultura emite, o setor de transportes emite, quanto que a indústria emite, quanto que é emitido por desmatamento, etc., que é uma iniciativa de governo, a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que cumpre uma obrigação internacional dentro da Convenção-Quadro do Clima, que todos os países têm que fazer as chamadas comunicações nacionais,

onde eles apresentam o balanço de suas emissões, se eu não me engano, a cada cinco anos. Então esse é o balanço, é o inventário geral. A par disso existem os inventários feitos pelas empresas de per si, por total iniciativa própria delas e com agentes de mercado que oferecem esses serviços. Essa pesquisa nós fizemos junto a 123 empresas de faturamento acima de 200 milhões, mostra que 40% delas já fizeram ou fazem inventários. É muito importante que elas tomem essa iniciativa, porque a partir dos inventários elas podem até identificar oportunidades de Projetos MDL, que revertem em benefícios delas própria, porque se elas não fazem inventário, elas não têm conhecimento até das oportunidades que estão--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARCOS OTÁVIO BEZERRA PRATES: É, e das oportunidades que elas têm de gerar projetos. Então tem que fazer essa diferenciação. O Ministério da Ciência e Tecnologia está criando uma rede nos institutos tecnológicos e na academia, uma rede voltada para estudos na área climática. Então isso aí também deve aumentar a capacidade do Ministério de fazer esse tipo de avaliação.

Com relação à REDD, essa não é uma questão simples, porque a situação brasileira é uma situação, vamos dizer assim, nesse tema também o Brasil está muito bem posicionado. O Brasil tem um sistema de monitoramento de desmatamento muito avançado por satélite e ainda tem, assim, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem alguns programas de investimento que vão ainda aumentar essa capacidade de monitoramento dos biomas brasileiros. Agora o estado da arte brasileira não é o do mundo, não. Você tem países sul-americanos, países africanos e etc. com dados muito precários sobre desmatamento. Esse é um dos obstáculos no cenário internacional para que o REDD seja adotado, porque é a efetiva capacidade de monitorar isso, além de outros elementos técnicos que estão presentes nessa discussão.

Todo tipo de projeto que se faz na área de MDL, ele é precedido pela aprovação de uma metodologia dentro do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto tem um painel de metodologia que aprova os parâmetros técnicos e todo o ritual para a apresentação de projeto naquela área. Na área de REDD, por exemplo, isso é um debate ainda, vamos dizer assim, não consensado. Eu vejo que no Brasil há um movimento muito grande nesse sentido pela perda de oportunidades que possa gerar para o País e o País está maduro também pelo esforço que tem feito para combater o desmatamento. Então é natural que para o Brasil é de alto interesse que isso se concretize. Os Governadores no Fórum de Governadores da Amazônia já têm apresentado demandas nesse sentido ao Governo Federal, o Governo Federal tem se dedicado a esse assunto. Agora, a situação brasileira, ela é muito particular nesse aspecto, do ponto de vista da realidade mundial, e naturalmente a adoção de um sistema desse internacional depende, vamos dizer assim, da situação geral no mundo, não só da situação brasileira, e a capacidade brasileira de impor uma solução nesse aspecto é muito reduzida porque ela depende de mais de 150 países chegarem a uma convergência quanto a essa posição. Eu acho que quanto ao interesse disso para o Brasil é fora de questão, eu acho que há uma convergência total em termos da sociedade brasileira nesse sentido, mas tem que se ter esse senso de realidade do grau de dificuldade que isso representa no cenário internacional pela realidade que está posta no mundo hoje em relação a esse tema; 20% das emissões mundiais são decorrentes de mudanças de uso da terra, que é basicamente desmatamento, 20%. Então é um fator, é um elemento de grande expressão na composição das emissões, mas têm essas dificuldades aí e essas assimetrias em termos da capacidade de se ter uma condução efetiva sobre esse tema ainda, quer dizer, tem que amadurecer muito, tem que desenvolver muito ainda o processo de informação sobre o desmatamento no mundo. E nesse caso, o Brasil, felizmente, está também numa situação muito favorável.

Com relação à formação de preços que o Deputado Gabeira levantou, o processo de operações em Bolsa realmente traria, como citou o Otávio aqui, muito maior transparência sobre a formação de preço, cotação no Brasil, etc., além também de se ter a ideia da dimensão de operações que estão acontecendo no mercado. Então esse processo da tributação, para tributar certamente tem que se levar a algum tipo de registro e aí são coisas mais ou menos que estão interligadas, o processo da tributação, o processo de transparência dos registros das operações, etc. Eu acho que esse é um ponto ainda que merece equacionamento dentro do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço ao Dr. Marcos Otávio. Eu queria, em nome da comissão, agradecer muito sinceramente a participação e a contribuição muito positiva tanto do Dr. Guilherme, do Dr. Otávio, como do Dr. Marcos Otávio, e eu acho que a partir do debate aqui e da própria sugestão do Deputado Gabeira nós já deveremos comunicar ao nosso relator a necessidade efetiva de termos o grupo de trabalho, ouviu, Deputado Gabeira? Eu acho que fazer o requerimento, eu acho que temos a questão do inventário, do certificado, da taxação, da tributação, tudo isso envolvendo, porque

são coisas totalmente interligadas, sem a qual não é possível efetivamente trabalharmos na própria legislação e transparência.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É, agora eu acho que a gente já pode tomar um passo. Independente do estudo que vamos fazer, a gente já podia pedir ao Senado que a assessoria do Senado entre em contato com todos os países que já trabalham com o tema e peça toda a legislação que existe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A legislação existente, eu acho que já poderíamos caminhar nesta linha.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É o primeiro estudo que a gente vai ter que fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então nesta linha apresentaríamos o requerimento da aprovação do grupo específico para tratar destes temas, para a assessoria já fazer os contatos com todos os países que já desenvolveram legislação para que pudesse, através destas informações, subsidiar o trabalho deste grupo que criaríamos, e os nossos mais profundos agradecimentos tanto ao Dr. Guilherme, ao Dr. Otávio e ao Dr. Marcos Otávio.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Muito obrigado mais uma vez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais uma vez. Eu gostaria apenas de perguntar a todos os membros da Comissão Mista que nós temos prazos. Até o dia 29, quinta-feira, a confirmação da participação, isso via e-mail aqui da nossa Comissão, mudancasclimaticas@senado.gov.br, dos membros desta comissão para participar dos dois eventos que serão realizados agora no dia 19 e 20 de novembro na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira no dia 19 e depois no dia 20 a Audiência Pública também em Manaus.

Então, por favor, todos os membros da comissão, porque isso significa deslocamento, toda a parte de infraestrutura da participação dos membros da comissão nas duas atividades. E até o dia 30, sexta-feira, o envio via e-mail ao nosso relator, Deputado Colbert Martins, por e-mail, das sugestões e propostas para serem analisadas e discutidas com vistas à incorporação ao Relatório Preliminar nº 2, lembrando que o Relatório Preliminar nº 1 já foi encaminhado a todos os gabinetes no dia 22 do corrente.

Então nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Sessão encerrada às 16h55.

32ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 10 de novembro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

As quinze horas, do dia dez de novembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Deputada Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidenta da Comissão, no exercício da presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senadora Ideli Salvatti, Senador Renato Casagrande, Senador Jefferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Senador Inácio Arruda, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Jorge Khoury, Deputado Fernando Gabeira, Deputado Lupércio Ramos, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 078/GABMI/ASPAR, do Ministério da Ciência e Tecnologia, comunicando que o Senhor Adriano Santhiago de Oliveira, Assessor Técnico da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, representará o Ministério na Audiência Pública de 10 de novembro de 2009. Expediente do Ministério das Minas e Energia, informando que os Senhores José Botelho Neto e Hamilton Moss, representarão Ministério na audiência pública de 10 de novembro de 2009. Ofício GAPRE/EB 24/2009, subscrito pelo Gerente do Escritório da Petrobrás, em Brasília, informando que a Senhora Beatriz Nassur Espinhosa, Gerente-Geral do Desempenho Estratégico da área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, irá representar a Petrobrás na audiência pública de 10 de novembro de 2009. Ofício SF nº 2401/2009, da Primeira-Secretaria do Senado Federal, encaminhando cópia do Ofício nº 35/2009, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 993, de 2009, de iniciativa desta Comissão. Aviso nº 1507, do TCU, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.133/2008-7, referente ao relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de verificar em que medida as ações da Administração Pública Federal estão promovendo a adaptação da agropecuária aos cenários de mudanças do clima.

Constatadas deficiências nas Políticas Nacionais relativas ao tema. Recomendações. A presidência fez a apresentação da Senhora Branca Bastos Americano, Diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, como representante do órgão na audiência pública de 10 de novembro de 2009, por não ter sido enviado nenhum expediente oficial à Presidência da Comissão. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública como vistas a debater os seguintes temas: a) "Mecanismos de Compensação de gases de efeito estufa devido à extração do Petróleo da camada de Pré-Sal" e b) "Energia sustentável – Avaliação institucional do MME sobre tributação a incidir sobre gases de efeitos estufa emitidos pelas atividades produtivas", em atendimento aos Requerimentos nº 12/2009-CMMC, aprovado em 16 de abril de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e nº 21/2009-CMMC, aprovado em 09 de junho de 2009, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, com a presença de Representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Minas e Energia e da Petrobrás. A Presidência convida os Senhores Adriano Santhiago de Oliveira**,** Branca Bastos Americano**,** Hamilton Moss**,** José Botelho Neto e Beatriz Nassur Espinhosa, a tomarem assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhes a palavra para suas considerações iniciais. Ato contínuo, assumem a presidência dos trabalhos o Deputado Jorge Khoury e o Deputado Fernando Gabeira. Usam da palavra o Deputado Fernando Gabeira e o Senador Jefferson Praia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Fernando Gabeira,** Presidente em exercício.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, Ordinária, criada mediante Resolução 04/08 – Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata.

DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB): Peço a dispensa, Sra. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Solicitada, pelo Deputado Rômulo, a dispensa da leitura da Ata. Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram, aprovada.

Pauta da reunião: Nós temos como único ponto da nossa pauta a Audiência Pública destinada a debater os seguintes temas: O primeiro tema, "Mecanismos de Compensação de gases de efeito estufa devido à extração do Petróleo da camada pré-sal". E o segundo tema: "Energia sustentável – Avaliação institucional do MME sobre tributação a incidir sobre gases de efeitos estufa emitidos pelas atividades produtivas".

Em atendimento, ambos os temas da nossa audiência, aos requerimentos de nº. 12 e nº. 21, de autoria respectivamente da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame. E essas audiências contarão com a presença dos representantes dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Minas e Energia, e da PETROBRAS.

Sobre a Mesa, os expedientes que passo a ler: O primeiro expediente... O primeiro do Senado Federal, da Primeira Secretaria, Senador Mão Santa, encaminhando à Senadora Ideli Salvatti cópia do Ofício nº. 335, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações e respostas do Requerimento 993, de 2009, de iniciativa desta comissão.

O segundo expediente, eu acho que essa resposta encaminhada diz respeito ao requerimento de nossa autoria. E desde já está à disposição das senhoras e dos Srs. Deputados, ele trata de um texto básico para as negociações relativas à COP-15, um texto que foi aprovado, um texto básico para orientar todos os países desenvolvidos no debate.

O outro expediente é do Chefe da Assessoria Parlamentar do gabinete do Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Pedro Rogério, que indica o Sr. Adriano Santiago de Oliveira para participar da Audiência Pública, que o representante a participar da Audiência Pública é o Sr. Adriano Santiago de Oliveira.

O outro ofício, encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia, também indicando o Dr. José Botelho Neto, Diretor de Departamento de Políticas de Exploração de Petróleo e Gás Natural para debater o tema, assim como o Dr. Hamilton Moss, Diretor do Departamento de desenvolvimento energético para o debate do segundo tema.

Ofício da PETROBRAS, encaminhado pelo Gerente do Escritório de Brasília, Dr. Fernando, indicando a Gerente-Geral, Sra. Beatriz Nassur Espinosa, que é do desempenho estratégico da área da segurança, meio ambiente e saúde, para representar a PETROBRAS na audiência do dia de hoje.

Também há aqui um aviso do Tribunal de Contas da União, encaminhado a essa comissão, aviso nº. 1507, do Tribunal de Contas, datado de 28 de outubro

de 2009, da lavra do Sr. Ministro-Presidente Ubiratan Aguiar, referente ao relatório de audiência operacional realizada com o objetivo de verificar em que medida as ações da Administração Pública Federal estão promovendo a adaptação da agropecuária aos cenários de mudança do clima, constatadas as deficiências nas políticas nacionais relativas ao tema, assim como recomendações.

Bom, o aviso, assim como a resposta do requerimento, o aviso do Tribunal de Contas de União, assim como a resposta a um requerimento, estão à disposição para as senhoras e Srs. Deputados e Senadores.

Passamos, então, ao tema, o nosso único ponto de pauta, que é a Audiência Pública, repetindo, trataremos agora de questões relativas a mecanismos de compensação de gases de efeito estufa devido à extração de petróleo na camada pré-sal e energia sustentável.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Adriano Santiago de Oliveira, da Coordenação-Geral de Mudanças do Clima da Secretaria de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Seja bem-vindo, Dr. Adriano.

Convido também o Dr. José Botelho Neto e Hamilton Moss, ambos aqui representam o Ministério de Minas e Energia.

Convidamos a Dra. Beatriz Nassur Espinosa, Gerente-Geral de desempenho estratégico na área da segurança, meio ambiente e saúde da PETROBRAS. Seja bem-vinda, Dra. Beatriz. E, por fim, não havia sido encaminhada, conforme a Secretaria, nenhuma indicação, mas é com muito prazer que nós convidamos também a representante do Ministério do Meio Ambiente, Dra. Branca Bastos Americano, que representa aqui na audiência o Ministro Carlos Minc.

Bom, composta à Mesa, nós temos, na realidade, dois temas, conforme os senhores e as senhoras têm conhecimento, o primeiro é relativo aos mecanismos de compensação de gases do efeito estufa, em decorrência das atividades de extração do petróleo na camada pré-sal. E o outro tema é energia sustentável. Qual a aviação institucional do Ministério do Meio Ambiente sobre tributação a incidir sobre gás do efeito estufa emitidos pelas atividades produtivas.

Então, os senhores estavam em nossa antessala e acertaram uma ordem de início. Então, Dr. Adriano, do Ministério de Ciência e Tecnologia, será o primeiro a falar. Então, eu passo à palavra a V. Sa., relembrando somente que, por um acordo, temos uma representação bem significativa em nossa Mesa, então, dez minutos para cada convidado. Dr. Adriano, com a palavra, no máximo.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Boatarde a todos. Deputada Vanessa, Dr. Botelho, Dra. Beatriz, Dr. Hamilton, Dra. Branca, demais Deputados e Senadores, senhoras e senhores. Eu gostaria de inicialmente agradecer à Câmara... À Comissão Mista, pelo convite. Num arranjo entre os Ministérios, nós achamos que seria bom nós seguirmos uma ordem lógica de abordagem de assuntos.

Considerando os dois temas que nós discutiremos hoje, Deputada, a ideia seria que o Ministério da Ciência e Tecnologia, como o ponto focal técnico da Convenção de Mudança do Clima e do Protocolo de Kyoto, fizesse uma apresentação inicial sobre o estágio atual da negociação internacional para que nós pudéssemos, com isso, com base nesses elementos, pensar um pouco a pertinência que está sendo proposta em termos de compensação e tributação de emissão de gases do efeito estufa.

A gente tem um problema técnico, eu vou começando sem fazer uso dos slides, mas... Bom, o importante, inicialmente, para nós considerarmos, em função das nossas discussões internas, sobre compensação e tributação de emissões-–

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Dr. Adriano, só para informar que foi já chamado, providenciado o técnico, que virá procurar corrigir o problema, mas, enquanto isso, se V.Sa. puder...

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Eu posso iniciar, sem problema.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Bom, como os senhores sabem, hoje o processo internacional de negociação de mudança do clima, ele tem dois caminhos de negociação: No ano de 2005, durante a 11ª Conferência das partes da Convenção, realizada em Montreal, no Canadá, se estabeleceu o que se chamou um grupo de trabalhado *ad hoc* para discutir os compromissos para os Países do Anexo I, em relação aos próximos períodos de compromisso, depois do primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto, como demanda o artigo 3.9 do Protocolo de Kyoto.

Naquela mesma ocasião, se estabeleceu um outro processo, um processo, naquela época, ainda informal, que se denominou diálogo de longo prazo para a implementação da Convenção, para discutir outras ações que não dentro do Protocolo de Kyoto.

Bom, com o estabelecimento desse grupo *ad hoc*, ele tinha um mandato de estabelecer compromissos de redução de emissões quantificados para os países desenvolvidos mais ambiciosos para os compromissos períodos de compromisso. Esse grupo, *ad hoc* teria que

apresentar um resultado sem que houvesse intervalo entre um período de compromisso e outro. E, finalmente, no ano de 2007, acontece a 13ª conferência das partes, realizada em Bali em que aquele processo que eu mencionei anteriormente, de diálogo sobre a implementação da Convenção, passa a ser um trilho de negociação formal. Isso muito em função de uma proposta do Brasil e da África do Sul, antes da Conferência das partes de Bali, mencionando a necessidade de que o que vinha sendo discutido, a princípio, por meios informais, que é por meio desses diálogos, workshops de implementação da Convenção, se transformasse num trilho formal de negociação. É onde se estabelece o chamado Plano de Ação de Bali, na Conferência da partes, ocorrida nessa mesma cidade.

Com isso, nós temos hoje esses dois caminhos de negociação. O importante, para se considerar, nesses dois caminhos de negociação, é que um deles estabelece metas quantitativas mais ambiciosas para os Países do Anexo I, e aí nós estamos falando do trilho do Protocolo de Kyoto, e o outro estabelece a implementação da Convenção por meio de ações cooperativas de longo prazo, onde é diferente o foco da questão em relação a metas quantitativas de redução de emissões. Você pode passar, por favor. Essa introdução eu já pulei. Você pode ir para o terceiro slide, por favor. Esse. Pode passar para o terceiro, que eu já dei a introdução inicial. Pode passar, por favor.

Como eu dizia, hoje, a gente tem dois caminhos distintos de negociação: O caminho para os países desenvolvidos, como eu mencionei, de metas absolutas de emissões, com metas quantitativas, e existe um outro caminho, que é o caminho para os países em desenvolvimento, principalmente, eu já vou mencionar. Também existe um país desenvolvido envolvido nesse segundo caminho, com objetivos de crescimento de baixo carbono que, na linguagem da Convenção, se determinou como ações de mitigação nacionalmente apropriadas, ou ações de mitigação apropriadas ao contexto nacional. Pode passar o próximo, por favor.

Dentro do caminho de Kyoto, dentro do trilho de Kyoto, o Brasil conjuntamente com outros 36 países, apresentou em junho uma proposta para que os países desenvolvidos, em conjunto, no agregado, reduzam suas emissões em pelo menos 40% das suas emissões em relação a 1990, até o ano de 2020.

As propostas que vêm sendo colocadas pelos próprios países do Anexo I têm se apresentado como propostas muito tímidas, algo que fica entre 16, 15% em relação a 1990 até 2020, o que está muito aquém do que a ciência vem dizendo, e o IPCC menciona a necessidade de cortes entre 25% e 40%, até 2020, com base em 1990. Próximo, por favor.

Como eu mencionei o plano de ação de Bali, e é importante frisar que, durante ao ano de 2008, o Presidente ou Coordenador desse trilho de negociação foi o agora Embaixador Figueiredo, Luiz Figueiredo Machado, hoje ele atua como vice-Coordenador. E, dentro do Plano de ação de Bali, existem dois parágrafos importantes, que são o 1B1 e 1B2 desse plano. E aqui a gente vê claramente a distinção entre meta e o que a gente vem chamando de ações de mitigação nacionalmente apropriadas.

Para o primeiro, 1B1, se destaca que a intensificação das medidas de mitigação da mudança do clima serão por meio de compromissos; os senhores notem que o 1B2 não menciona compromisso ou medidas de mitigação que possam ser mensuráveis, relatadas e verificadas; isso também vale para o 1B2, contempla o país em desenvolvimento. Só que outra diferença entre o 1B1 e o 1B2 é que o primeiro menciona objetivos quantificados de limitação e redução de emissões, como os senhores podem ver ali no meio, em vermelho. E, para países em desenvolvimento, se mencionam medidas de mitigação adequadas ao contexto nacional dentro do contexto de desenvolvimento sustentável. E, importante, com o próprio tecnológico financeiro de capacitação adequada.

Como eu mencionei, aquele eixo de negociação da Convenção, ele foi criado muito em função das partes terem concordado que a Convenção vinha sendo implementada de uma maneira muito tímida, no que se refere aos seus compromissos em relação aos países do Anexo 1, os países desenvolvidos no que se refere a apoio tecnológico e financeiro para apoiar ações de mitigação nos países em desenvolvimento. Próximo, por favor.

Então, o que nós temos hoje como ideia de diferença entre meta e NAMA. Isso é só um gráfico ilustrativo. Nós podemos imaginar um eixo de ordenada com emissões e um eixo horizontal com desenvolvimento. Aqui nós temos basicamente os países desenvolvidos, onde o nível de emissão é bastante alto, mas, com alcance de uma estrutura de desenvolvimento bastante satisfatória, já com bastantes estradas, escolas, serviço social adequado, enfim, grandes desenvolvimentos, grandes emissões.

Na parte baixa da curva, nós podemos imaginar os países em desenvolvimento mais pobres, basicamente países da África, países insulares, países menos desenvolvidos, onde o nível de emissão é muito baixo e o nível de desenvolvimento também baixo. Na parte intermediária da curva, se encontrariam os países em desenvolvimento, emergentes, Brasil, China, Índia, México, onde há uma necessidade de crescimento,

isso para satisfazer sua busca pelo desenvolvimento. Próximo, por favor.

O que se defende, no eixo do Protocolo de Kyoto, são metas de redução absolutas para os países do Anexo I, ou seja, nós estamos falando realmente das reduções e eu mencionei a proposta que o Brasil fez com 36 outros países. Para os países em desenvolvimento, o que pensa são ações de mitigação apropriadas a contexto nacional, em que se traduziria [soa a campainha] por um desvio significativo na curva de emissões tendencial, ou seja, é diferente de se falar em metas absolutas.

Eu trago isso para a reflexão porque, como a discussão aqui hoje menciona compensação por emissões de gases do efeito estufa e menciona tributação sobre emissões de gases de efeito estufa, nós trazemos como elemento importante de reflexão, é que isso estaria mais adequado, essas ações estariam mais adequadas para países que já têm compromissos quantitativos, têm metas, e dos riscos que isso pode gerar para os países em desenvolvimento.

Eu só peço mais um minuto, Deputada, para complementar. O que nós achamos, por exemplo, pegando a questão do pré-sal é que, dentro dessas ações de mitigação nacionalmente apropriadas, o que se pode pensar seriam grandes programas, grandes planos para se alcançar esse desvio na curva tendencial de emissões dos países em desenvolvimento.

E pensando no exemplo do pré-sal, é claro que isso vem sendo debatido internamente no Governo, isso também vai ser debatido com a sociedade, mas um dos exemplos que poderiam ser considerados como um potencial NAMA, uma potencial ação de mitigação nacionalmente apropriada, seria a própria questão da captura e armazenagem geológica de CO2, o chamado CCS.

Então, eu acho que, com isso, eu encerro, para ficar dentro do tempo que me foi concedido. Eu posso explorar um pouco mais na sessão de perguntas. Então, a intenção foi realmente mostrar um pouco o panorama internacional para considerarmos a proposta de tributação e compensação de emissões, dentro dessa visão de internacional para que tomemos o cuidado também de não tomarmos atitudes precipitadas, sendo que toda essa questão ainda merece uma regulamentação nos próximos anos, Deputada. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Obrigada a V. Sa., Dr. Adriano, e, imediatamente, eu passo a palavra à representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dra. Branca. Desculpa, do Ministério do Meio Ambiente. Acabamos de ouvir o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, e vamos ouvir agora o Meio Ambiente, Dra. Branca.

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: E ele já foi do Meio Ambiente.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, pronto. Olha aí, tanto o Dr. Adriano já foi do meio ambiente, como a Dra. Branca já foi também da ciência e tecnologia.

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: Então.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Trabalhando sempre com o mesmo assunto?

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: Sempre.

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, ótimo.

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: Bom, eu agradeço a Deputada e cumprimento a todos os presentes. E continuando a dobradinha, eu vou então dar continuidade à palestra do Dr. Adriano, complementando algumas ideias sobre os NAMAs.

Então, como ele explicou, os países desenvolvidos têm... Teriam uma meta de redução absoluta, e isso em relação ao que seriam as emissões deles no ano de 1990. Para os países em desenvolvimento, o que está sendo negociado é um desvio. E esse desvio se daria em termos relativos, ou seja, em relação ao que seria a emissão do país, caso não houvesse esse esforço de redução.

Agora, o NAMAs, além de ter essa característica de ser uma redução de emissões em relação ao cenário de referência, ele tem outras características que eu gostaria de ressaltar aqui, que eu acho que são extremamente importantes. Ele é um esforço voluntário.

Então, o Brasil apresentará os NAMAs que achar convenientes; não existe uma obrigação legal. Então, não existe esse temor de que essas ações depois tenham algum tipo de controle. O único controle que ela vai ter, se tiver um suporte internacional, terá que ser mensurável, reportável e verificável, segundo os termos do que está sendo negociado.

Então, eu gostaria de ressaltar essas características: é uma ação voluntária; ela representa um desvio em relação ao chamado *business as usual*, o cenário de referência, quer dizer, é um esforço adicional que o país apresenta. Tem uma outra característica que também está sendo muito discutida, é o caráter unilateral ou não. Significa o quê? O Brasil pode apresentar NAMAs que sejam fruto do esforço próprio de financiamento. Então, o próprio país arca com aquela redução. Também ele pode identificar ações que, enfim, para serem implementadas, precisam de um suporte extra, ou seja, apoio financeiro, transferência de tecnologia, e

esta parte extra é o que seria um NAMA num sentido que todos os países aceitam, porque alguns países, inclusive é a posição que o Brasil tem defendido na negociação, é que as ações unilaterais não seriam consideradas NAMAs.

Bom, então, são essas características. Então, dentro desse contexto, eu só vou falar de mais duas coisas, que é, na negociação, também está se discutindo no âmbito do MDL, como no âmbito do Protocolo de Kyoto, como o Adriano fez referência, às metas de redução dos países desenvolvidos, mas também tem discussão uma série de possíveis modificações, como funciona, como é implementado o mecanismo. E nisso existe uma série de posições diferentes, se o MDL, por exemplo, poderia ser modificado, reformado em alguns aspectos que poderiam aumentar a possibilidade de reduções de emissões com mecanismo compensatório, ou seja, gerando créditos de carbono.

Voltando para o NAMAs, eu quero dizer que também está em discussão se o NAMAs terá ou não terá esse aspecto de gerar créditos, de gerar uma forma de compensação para os países desenvolvidos, ou se ele entraria no mercado, mas sem entrar, sem gerar créditos de carbono, ou seja, sem gerar uma compensação para os países desenvolvidos, ou apenas seriam apoiados com fundos, fundos que poderiam ser criados, como, por exemplo, foi proposto pelos países do G-77, que seria uma parte do PIB dos países desenvolvidos seriam encaminhados para um fundo.

Então, isso tudo, para voltar ao tema da nossa reunião hoje, que é o pré-sal e taxação sobre carbono, que aí, enfim, os outros participantes falarão com mais propriedade, mas eu gostaria de falar que, por exemplo, o pré-sal, uma das arquiteturas, digamos, que pode-se pensar para o pré-sal é justamente essa: a exploração do pré-sal faz parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, nos termos que a PETROBRAS conhece e está, enfim, avançando nesse conhecimento, nessa formulação.

Uma forma de explorar que fizesse, por exemplo, CCS, captura e armazenagem de carbono, que teria certamente um custo muito maior. Esse custo adicional em relação aos custos que normalmente a PETROBRAS poderia arcar para fazer, isso conceitualmente poderia ser um NAMAs. Eu estou querendo colocar bem claro que eu estou trabalhando num modelo conceitual... Eu não... Ação apropriada... NAMAs é ação apropriada no sentido de adequada e não de que o país se apropria dela, mas ação nacional... Ação de mitigação nacionalmente apropriada, *Nationally Appropriate Mitigation Actions...* E ela difere das ações que estão propostas no âmbito da Convenção para os países desenvolvidos porque deles é não só ações como obrigações. Então, tem os *commitments*; tem um 'cezinho' depois do NAMAs.

Então, essa ação que seria um desvio, eu, sim, na arquitetura do que está se pensando o NAMAs, por exemplo, CCS caberia e outras ações que poderia caber, a gente poderia pensar em várias ações no setor energético, em vários setores, como o Governo está pensando e está formulando isso.

Então, eu gostaria também de falar e, por último, que nós temos também um outro, no trilho do LCA, como o Adriano apresentou, na verdade, ele tem um bloco inicial e depois chamados quatro blocos estruturantes.

No inicial, é uma visão geral, que é uma visão compartilhada, em que os países têm que concordar sobre uma visão de mundo futuro. Ou seja, diz mais respeito à ciência, o que é o aquecimento global, o que o está provocando e como enfrentá-lo, os limites, sobretudo, do que é suportado na atmosfera. Então, essa estratégia geral está nessa parte inicial.

E depois tem esses quatro blocos estruturantes, que é o de mitigação, que ele fez referência a, 1B1 e 1B2, que são ações dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também tem o 1B3, que é o famoso REDD; 1B4, que são abordagens setoriais e alguns outros setores estão entrando, inclusive emissões de transporte internacional; 1B5, que é o que eu queria entrar, que são os mecanismos para reduzir os custos. E nisso poderiam entrar mecanismos de mercado, mecanismos de outra natureza, que podem ou não vir a influenciar a forma que o NAMA vai ter essa parte de entrar no mercado ou não entrar no mercado. E a sexta parte, o 1B6, que é aquela, enfim, eu sei o que é, mas é que a gente chama o ponto que diz respeito às respostas. Se as ações que têm respostas negativas, por exemplo, criar uma... Onerar os países exportadores do petróleo, por exemplo.

Depois, tem adaptação, que é fundamental, financiamento e tecnologia. Então, na parte de financiamento, também está montando a estrutura financeira, a arquitetura financeira que poderia suportar toda estas ações de mudança, de mitigação e adaptação à mudança do clima. Nela também acho que tem alguns entendem importante para quem está querendo discutir internamente, no Brasil, ações de mitigação, é que justamente a formulação desses fundos, como é que eles poderiam ser compostos e qual a regra de distribuição.

Porque se lermos o NAMAs, como diz que as ações, os NAMAs são aqueles que têm que ser apoiados por ações de financiamento e tecnologia, existe um momento em que ação a tem que coincidir com este financiamento, e a discussão muito grande é se existe

essa adequação, juntar o financiamento com ação, se é um fundo global, que regras vão ser estabelecidas para que ação se case perfeitamente com financiamento. Isso aí, evidentemente, não é um assunto simples, nem que tenha muito consenso sobre ele.

Então, eu vou aproveitar que eu acabei o meu assunto, eu acho que eu estou aqui mais inclusive para esclarecer e discutir com os senhores, enfim, eu não trouxe uma apresentação preparada. Eu aproveitei a apresentação do Adriano mais para comentar o que está sendo negociado no âmbito internacional. Obrigada.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Quantos já falaram, Presidente? Três? Dois? Porque é... Eu estou lendo aqui é "mecanismos de compensação de gases de efeito estufa devido à extração de petróleo na camada do pré-sal"... Nós sabemos alguma coisa sobre os gases de efeito estufa no pré-sal? Alguém já falou? Vai falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Bem, dando prosseguimento... A Deputada Vanessa Grazziotin precisou sair rapidamente, mas deve retornar; nós estamos substituindo, na Presidência, e passamos de imediato à palavra ao Dr. Hamilton Moss, representante do Ministério de Minas e Energia, que vai tratar mais da questão das taxações.

E, em seguida, nós teremos o representante do Ministério de Minas e Energia e das PETROBRAS, que deverá, então, falar sobre a questão do pré-sal.

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Deputado Jorge Khoury, agradeço a oportunidade de estar aqui. Srs. Deputados, boa tarde a todos os presentes. Nós dividimos aqui esse assunto; são dois assuntos bastante complexos, então, nós fizemos aqui uma divisão exatamente, mas, Deputado, o melhor é exatamente a questão do pré-sal, deixamos para o final, vamos dizer assim.

Mas vamos falar um pouquinho sobre taxação, sobre essa questão da taxação, eu vou passar aqui ao Deputado Khoury, nós temos aqui um texto, uma nota técnica, que depois vai ser encaminhada oficialmente; essa por enquanto está sem assinatura, realmente tem toda uma tramitação no Ministério para encaminhar para a Câmara, onde fazemos as nossas considerações. A primeira parte delas tem a ver com as considerações que foram feitas tanto pelo MCT quanto pelo MMA, que situa essa questão de medidas de mitigação dentro do quadro das Convenções, COP-15 e por aí vai.

Então, esta é a primeira parte da nossa argumentação e tem uma segunda sobre a qual eu vou me deter um pouco mais, que é exatamente a gente lembrar de uma coisa importante. Primeiro, lá no MMA, nós somos inteiramente favoráveis a qualquer medida de mitigação contra impactos ambientais. Esse é o primeiro ponto. Porque somos? Primeiro, ações mostram isso. Hoje de manhã... Tudo bem, Senador? Nós tivemos aí uma grande discussão, estamos discutindo o Plano Nacional de Eficiência Energética, que é exatamente para dar concretude para atos, gerar determinadas ações que permitam que a gente cumpra a nossa meta do Plano 2030. O Plano 2030 estabelece, por exemplo, a questão de energia elétrica, a economia anual, em 2030, de cerca de 106 terawatts-hora. Isso significa o seguinte: 106 terawatts-hora, esse números esquisitos, é a geração de duas Itaipus. Quer dizer, é uma meta extremamente ambiciosa e estamos operando esse plano; no final de março, nós vamos ter oportunidade... No final de março, no final de novembro... É que às vezes, como a gente sabe que o tempo está muito apertado, eu sempre fico pensando que a gente pode adiar, mas não é o caso.

Na final de novembro, nós vamos ter um primeiro texto, e nós gostaríamos de ter o prazer de encaminhar aqui para a Câmara dos Deputados para que a gente possa discutir com vocês também; seria uma oportunidade importante de discutirmos isso. Estamos trabalhando nisso. Terminamos um relatório agora, que, aliás, resultado de uma iniciativa surgida aqui na Câmara dos Deputados, exatamente a questão do GT, do grupo de trabalho sobre a Energia Solar Fotovoltaica.

Nós estamos com uma série de ações, professores Universitários sentaram; fizemos uma Comissão a partir de sugestões que saíram daqui desta Casa, então, estamos com esse trabalho também na questão de dar ao Brasil um pouco mais de utilização na questão das energias fotovoltaicas. Mas, mais do que isso, transformar o Brasil num produtor desse equipamento. Isso aqui é interessante, não há nenhum interesse, do ponto de vista do Ministério, que a gente se transforme num imenso importador de um insumo, por exemplo, de painéis fotovoltaicos, enquanto nós somos os maiores exportadores mundiais da questão de silício, que é a matéria-prima para isso. São 270 mil toneladas/ano que o Brasil exporta. Não faz o mínimo sentido você fazer um mega programa para importar, multiplicando por mil todos os equipamentos para cá, quando já temos uma matriz limpa.

Bem, vamos voltar ao nosso ponto, até agora eu não falei nada sobre a taxação-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Me permite, nós temos pouca gente, permite um comentá-

rio. Na verdade, não pode ser também um argumento para protelar a entrada de luz solar--

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: De maneira alguma-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): --sendo que a China e a Alemanha já compraram dos Estados Unidos dez usinas; se eles tivessem o mesmo raciocínio, eles não chegavam a isso.

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Exatamente. Agora a gente tem que lembrar, Deputado... Bom, eu vou falar sobre a questão da taxação, depois podemos retornar a essa questão do fotovoltaico; eu fiz essa menção apenas para fazer essa introdução. Porque a gente tem 10 minutos; se eu abrir para responder ao senhor, realmente eu não vou falar sobre a questão da taxação.

Eu tenho o maior prazer, a gente já teve oportunidade de estarmos juntos em outras Mesas e tudo, o senhor conhece a minha posição a respeito disso, eu espero que sim, esperemos que sim--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Pois é, exatamente... [risos], mas as nossas opiniões continuam as mesmas também, ou seja, temos essa questão do fotovoltaico, eu abri esse parêntese, não queremos ser os maiores exportadores. Temos detalhes, por exemplo, a questão do "Luz para Todos", 27 mil sistemas... Está sendo preparada a questão da licitação. Estamos pensando em termos de incentivo para questão de ter conexão na rede, mas isso de uma maneira negociada, no sentido de que temos que fazer certas modificações técnicas em termos de legislação. Isso não pode ser feito de afogadilho, vamos dizer assim, foi uma palavra que me veio agora na cabeça.

Bom, esse não é o assunto, vamos falar sobre a taxação. Bem, a opinião geral aqui, vamos dizer assim, primeiro tem essa argumentação, que foi colocada nessa questão do quadro, a convenção etc., que é a primeira parte da nossa nota técnica, que foi colocada tanto pelo MCT, como pelo MMA; a segunda é uma questão técnica, vamos dizer assim.

Primeiro, a questão da taxação, quando eu faço uma taxação em termos só brasileiros, isso evidentemente diminui, não vamos entrar no grau que taxação é essa, se é 10%, se é 5%, se é 1%, mas, de qualquer forma, diminui em tese a competitividade de produtos no mercado internacional; esse é um ponto importante. Esse é o primeiro ponto da nossa argumentação.

Então, se eu pego um sapato brasileiro e onero esse sapato brasileiro, por exemplo, sempre tem um conteúdo energético, dependendo do produto, vai ter mais ou menos; alumínio é 70% de conteúdo energético, coisa desse tipo. Sapatos menos, eu não saberia dizer exatamente qual, mas existe um conteúdo energético importante em qualquer produção que eu faça.

E se eu pegar a cadeia produtiva inteira, isso vai surgindo uma cascata e acaba acontecendo o seguinte: quando eu coloco, onero a produção brasileira, a competitividade desse produto cai e acaba acontecendo, por exemplo, produtos de um determinado país, eu não citarei qual. Mas pode ser um país com base térmica importante; existe um país que está fazendo uma térmica por semana, uma coisa impressionante, eu não preciso dizer o nome. De modo que outros países quaisquer, que a base térmica seja importante; a Inglaterra, por exemplo, agora está com 2,5% só de energia renovável; está fazendo um esforço imenso para, em 2015, chegar a 12,5%. Quer dizer, nós já temos a nossa matriz, a elétrica inclusive, 89%. Para ser mais preciso, dados agora, extremamente precisos.

Em 2008, nós tivemos aqui a matriz brasileira da parte elétrica, 87,63% de hidráulica, 87. Em termos de térmica, 5,21; isso com toda aquela... Se falou que aumentou imensamente, 5,21% de térmica. Esse ano de 2009, nós temos mais hidráulica porque foi um ano hidrologicamente importante, quer dizer, então, temos aqui 91%, do caso da hidráulica e 2,5%. Ou seja, temos uma matriz limpa, podemos questionar isso, não é, Deputado? Mas realmente eu acho que isso é... Por enquanto vamos seguir...

Não, ele olhou para mim aqui, eu já fiquei preocupado. Mas, então, eu prefiro quando o senhor está na Mesa. Eu posso olhar, mas aí o que eu quero dizer é o seguinte, temos essa matriz limpa e isso é algo muito importante. O que significa essa matriz limpa, em termos de números? Temos que pensar nisso.

Quando eu tenho uma usina a carvão, em números médios, quer dizer, dados da agência... Bom, uma dessas agências de energia, *World Energy Council*... Conselho Internacional... Conselho Mundial de Energia, WEC.

Então, dados dele, quando eu tenho uma térmica a carvão, eu produzo mil toneladas de CO2 por cada gigawatt hora produzido. Mil toneladas... Quando eu estou em gás, por exemplo, produzo esses mesmos gigawatts-hora, 500 toneladas... Então, para a Europa, por exemplo, eu sair do carvão e passar para a gás, eu estou limpando a minha matriz, digamos assim.

O Brasil, em termos de hidráulica, nós estamos na ordem de quatro a cinco toneladas de CO2 por cada gigawatt-hora produzido. Quando eu tenho fotovoltaica, de quatro a cinco toneladas também. Oura coisa importante, eólica também nessa faixa de três a quatro. Então, eu estou fazendo, estamos errados, estamos errados. Multiplicar por dez, que seja 40, 50, mesmo

assim, quer dizer, que o hidráulico fosse 50. Eu estou falando de 50 contra mil, cinco contra mil.

Outra coisa importante, se eu produzo um painel fotovoltaico no Brasil, aí Deputado, eu não quer voltar o assunto, mas só para dizer, se eu faço uma produção desse painel no Brasil, primeiro é bom para o Brasil e bom para o mundo porque esse quatro ou cinco é um painel produzido num país com base térmica.

Se eu faço essa produção no Brasil, que já tem uma base hidráulica importante, que é um patrimônio que nós temos, ele emite muito menos. O conteúdo de produção, ele, na hora a operação, não vai produzir nada não vai emitir, mas na hora de produzir, essa produção da energia, na hora da produção do painel, então, o Brasil tem que se colocar; nós estamos numa das propostas nossas com relação à COP-15, nós colocamos isso: oferecer ao Brasil, facilitar o trânsito de equipamentos de energias renováveis para que seja produzido mais no Brasil. Isso atende tanto ao Brasil quanto à questão climática, à questão das emissões.

Então, eu acho que isso, o Brasil tem essa característica importante de podermos conciliar o nosso crescimento econômico; não há um conflito com relação a isso, porque temos já uma base hidráulica. Temos que mantê-la, fundamental. Não podemos andar para traz.

Então, esse argumento que nós estamos colocando... Esse é o argumento segundo técnico seria esse. Pelo fato de nós já termos uma matriz [soa a campainha] basicamente limpa –, eu acho que e eu termino. Basicamente limpa, o fato de eu fazer produtos aqui, onerar produtos brasileiros, e eu abrir espaço para os produtos produzidos em outros locais, eu estou simplesmente aumentando a emissão ao invés de diminuir; é uma conta a ser feita, mas lógico que, obviamente, o seguinte: Se eu faço uma taxação no Brasil que diminua a competitividade no Brasil e temos uma série de óbices competitivos em termos de produtos brasileiros, isso é problemático, então, a gente acaba causando um efeito. Quer dizer, uma atitude extremamente bem intencionada, altamente positiva, na hora que você vai ver efetivamente o que acontece, é que podemos estar fazendo ao contrário.

Quer dizer, estamos prejudicando a economia nacional, fazendo dificuldades aqui, em termos de produção, e estamos, ao mesmo tempo, aumentando as emissões no mundo, porque se eu vendo mais sapatos de um outro país, talvez, China, talvez isso eu aumento a venda desses sapatos, ele tem muito mais conteúdo de emissão do que um sapato, por exemplo, produzido no Brasil.

Essa seria a nossa opinião; está repassada aqui por escrito e seria, mais ou menos, esses argumentos que a gente teria a apresentar inicialmente no debate. Muito obrigado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Pede para tirar uma cópia para mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Antes, eu queria informar que a Secretaria vai digitalizar esse material e vai distribuir a todos os membros da comissão.

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Eu só gostaria de dizer que eu encaminharia amanhã assinado, com uma numeração adequada, que aí ficaria mais oficial, pode ser? Algum problema? Mas pode distribuir para vocês, sem nenhuma dificuldade, o texto não vai mudar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Eu quero agradecer a participação do Dr. Hamilton Moss e, de imediato, eu passo a palavra ao Dr. José Botelho Neto, representante aqui do Ministério de Minas e Energia.

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Muito obrigado, Deputado. Cumprimento a Mesa, cumprimento os Srs. Deputados, Senadores. Vamos falar sobre pré-sal, um assunto intenso na Casa, e o interesse sempre recai fortemente... A gente costuma brincar que todos os assuntos acabam passando e recaindo sobre a pré-sal. Sistematicamente, quando a gente percebe, o assunto vem à tona e a gente tem que dar alguma contribuição a esse respeito, e o interesse é-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Se bem que ontem eu disse, na nossa reunião do pré-sal, que todos os assuntos deviam passar e terminar no oceano, mas tudo bem.

[risos]

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Bom, eu gostaria de primeiro, inicialmente... Pode, por favor, passar o primeiro slide, com mapa, por favor. Podia aumentar, por gentileza?

Bom, eu queria primeiro mostrar aos senhores o que a gente chama de pré-sal, porque, muitas vezes, existe uma dificuldade de entender as pessoas acha que estão pelo país inteiro. Outro dia até o índio queria saber como é que estaria o pré-sal com relação a reservas indígena, quer dizer, a gente tem uma dificuldade. Então, é bom a visualizar do que é que fala. Então, quer dizer, a gente tem... O PL que trata do pré-sal, determinou essa linha em vermelho, seria o nosso limite do pré-sal, que nós estamos tratando hoje no país. Toda essa área em colorida são áreas que já foram concedidas dentro do pré-sal.

Hoje, essa área em vermelho, que está nesse limite vermelho, está na ordem de 149 mil quilômetros quadrados; ela pega, basicamente, do Estado do

Paraná, mais ou menos, até o Espírito Santo. Sendo concedidas 43 mil km², 28% dessas áreas, sob o regime de concessão. O restante, o que estaria em azul, a famosa picanha azul, que o Ministro gosta de citar, ela estaria ainda 85% disponível para partilha.

Na nossa... Recentemente, em declarações pela imprensa... Você poderia, por gentileza, passar a próxima? Foi vinculado na imprensa que os teores de CO2 na área de pré-sal seriam da ordem de oito a 12%.

A gente, de fato, os testes... Eu só gostaria que o senhor voltasse no mapa. Então, nós temos duas áreas hoje, que a gente pode ter informações precisas a respeito do... Precisas não, em avaliação da área do pré-sal. Seria essa área de Tupi aqui e aqui em cima, na Bacia de Campos, no litoral do Espírito Santo, em Jubarte.

Dessas duas áreas, nós temos as seguintes informações: Nós temos que de fato o teste de longa duração de Tupi está apontando teores de CO2 em torno de oito a 12%, enquanto que a média nacional é em torno de 4%. Quer dizer, os reservatórios nacionais de petróleo têm média de CO2 em torno de 4%.

Em Tupi, que é área principal do pré-sal, está dando entre oito e 12%, num único teste de longa duração que foi até o momento. E no campo de Jubarte, que é aquele mais ao norte, em Campos, nós estaríamos entre 0% no pós-sal e 3,5% na região do pré-sal. Significa o quê? Que o grau de desconhecimento que o governo detém e que a própria empresa PETROBRAS detém a esse respeito é muito grande ainda, as incertezas são muito grandes.

A camada, que é uma camada que é um calcário, ela é extremamente heterogênea. Então, quer dizer, essa variação de percentual de teor de CO2, vai ser uma constante. Então, a gente não pode achar que todo o local nós vamos ter teores de CO2 tão elevados como em Tupi. Então, esta é a primeira informação que eu gostaria de colocar.

Associado a isso, e aí a PETROBRAS vai estar mostrando na próxima apresentação efetivamente, como é que a PETROBRAS pensa de forma voluntária, que aí é bom deixar isso bem claro, de forma voluntária, como é que nós vamos estar estudando mecanismos de captura e reinjeção de CO2, inclusive com técnicas que estão em desenvolvimento e que melhoraram com grande efetividade a produtividade dos poços. Quer dizer, você injetar CO2 na área do pré-sal, nos campos do pré-sal, melhora a produtividade, impedindo jogar esse material na atmosfera. Então, a ideia é capturar a grande maioria CO2, que estaria sendo produzido na área do pré-sal.

Então, como nós vimos, nós temos dois regimes na área do pré-sal, um é a concessão e o outro é a partilha. Nós acreditamos que nós... Não seria interessante aumentar o número de instrumentos tributários com relação à atividade específica. Aí estaria já focando na atividade de petróleo e gás; não estaria falando no país como um todo, mas, para a área de petróleo e gás, nós teríamos outros mecanismos, inclusive, que já estão em discussão, que poderiam estar suprindo essa necessidade.

No caso da concessão, nós temos que por parte... O art. 50 da lei prevê que 10% dos *royalties*... Dos *royalties* não, desculpe, em nível de participações especiais, seriam aplicados em estudos e projetos relacionados à preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Sim, mas a gente chega na partilha. Aqui eu vou dar primeiro um foco inicial na concessão.

Então, para aquelas áreas que são 28% da área do pré-sal, que estaria sob regime de concessão, a gente teria destinado ao MMA 10% do que fosse arrecadado em nível de participação especial. O ano passado esse foi um montante de 1.4 bilhões. Eu não vou discutir aqui se isso está sendo contingenciado ou não, porque isso aí é uma outra discussão, mas teríamos esse montante; o MMA disporia de 1.4 bilhão. Isso. Por gentileza, o próximo.

Ao mesmo tempo, nós teríamos, ao nível também, e aí já falando de *royalties*, nós teríamos a destinação, a partir dos *royalties,* no art. 49, que 25% seriam destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiamento de pesquisa da indústria do petróleo, gás natural, álcool e petroquímica. O montante o ano passado foi de 1.3 bilhões.

Pelo que a gente... Pelo andamento das discussões, a gente percebe que boa tarde, além do contingenciamento, mesmo aquela parte que é repassada não está sendo aplicada inteiramente; existem, inclusive, tentativas de você ampliar, ao invés de você aplicar somente na indústria do petróleo, você ampliar isso para outros fundos, dentro da área de ciência e tecnologia. Por gentileza, o próximo.

Com relação à participação especial, nós temos a proposta do PL 2.223 de 2007, que fala sobre o Fundo Nacional de Mudança Climática, recém-aprovado agora pela Câmara, que prevê que daqueles 10% destinados ao Ministério do Meio Ambiente, que 60% dos recursos da participação especial, referentes ao meio ambiente, sejam destinados exatamente à mitigação de mudanças do clima e à adaptação à mudança do clima e seus efeitos. Assim que está a redação; isso

foi recém-aprovado pela Câmara agora e entra em discussão no Senado.

No caso da partilha, que foi colocado aqui, nós realmente não temos a participação especial porque o aproprio Regime de Partilha não contempla a participação especial, uma vez que a União tem interesse em ficar com parte desse óleo que está sendo produzido; é o que a gente chama de excedente em óleo. Nessa forma, o que se discute são os *royalties*.

Então, nós estamos aumentando de 10%, que seria da concessão, para 15%; é uma discussão que eu não sei hoje-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Foi aprovado?

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Foi aprovado 15% [soa a campainha]. Eu vou tentar terminar rapidamente. E você tem, tanto no PL 38, quanto no PL 40. Você poderia... A destinação, por exemplo, dos 15% que estão sendo aprovados, a Emenda 2 do relator diz que 3% desses *royalties* estariam sendo aplicados no desenvolvimento de ações e programas para mitigação e adaptação das mudanças climáticas.

Então, tanto na partilha quanto na concessão, nós já teríamos uma previsão com essa finalidade específica--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Sim. E além do fundo social, você teria-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Isso, que seria o meu próximo slide. Então, no próximo slide, como foi lembrado, o fundo social também vai ter uma destinação para mitigação e adaptação de mudanças climáticas.

Além disso, você tem outros mecanismos que hoje já estão, como o ICMS, você pode... Eu vou passar rapidamente. Você teria o ICMS verde, que também teria destinação para o meio ambiente; você teria a própria compensação ambiental. Quer dizer, o próximo, por gentileza.

Você teria uma... Na CIDE do combustível, uma previsão de financiamento de projetos ambientais da indústria de petróleo; isso não está regulamentado ainda, mas isso poderia estar sendo regulamentado. Por gentileza, o próximo, por favor. Por favor. Já existe esse PL 522, de 2007, que fala que parte dessa CIDE, 5% poderiam ser destinados a projetos ambientais, quer dizer, a Casa já cuida, já está tramitando na Casa PLs que tratam deste assunto. Por gentileza...

Para fechar ainda nesse tema, nós temos que, independente dos PLs, nós temos que, no nível do licenciamento ambiental hoje, para o TLD, que é o teste de longa duração de Tupi, entre outras exigências que estão sendo feitas, o IBAMA pede um projeto de reflorestamento para compensação parcial da emissão de gases do efeito estufa.

Quer dizer, além dessa destinação que vai ser feita a nível financeiro, nós teríamos, no nível do licenciamento, compensação via reflorestamento. É isso. Agradeço.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Eu agradeço ao Dr. Botelho pela sua exposição e passo a palavra à Dra. Beatriz Espinosa, que representa aqui a PETROBRAS, e espero que, com a fala dela, o Deputado Gabeira tenha atendido às suas expectativas.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Na verdade, nós temos amanhã, às dez horas, uma Audiência Pública específica sobre a repercussão ambiental da exploração do pré-sal. Então, não estaria tudo completo, amanhã ainda teremos mais coisas... É...

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: [pronunciamento fora do microfone].

Pronto? Ok. Sr. Deputado Jorge Khoury, agradeço à V. Exa. pelo convite feito à PETROBRAS para participar dessa audiência e cumprimento os meus colegas de Mesa.

Para contribuir com esse debate, a minha apresentação vai abordar, então, a mitigação das emissões de gases do efeito estufa na PETROBRAS e no desenvolvimento da produção do pólo pré-sal.

Para isso, eu vou abordar, próximo, por favor, os seguintes temas: As gestões da emissão de gases de efeito estufa na PETROBRAS e nosso inventário de emissões; os programas de mitigação da mudança do clima e alguns resultados; os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e as premissas de captura e armazenamento geológico de CO2, associado com gás produzido no pólo pré-sal da Bacia de Santos.

Para falar sobre mudança climática na PETROBRAS, eu inicio apresentando a nossa estratégia corporativa; a estratégia para mitigação da mudança climática está incorporada no nosso plano estratégico 2020. Está explicitada através do comprometimento com o desenvolvimento sustentável e estruturada principalmente nos pilares da atuação em combustíveis, como sinalizado em vermelho, e nos pilares da excelência e eficiência energética em tecnologia. Próximo, por favor.

O fortalecimento do papel da mudança climática do nosso plano estratégico é motivado pela visão da empresa de ser uma das cinco maiores empresas integradas no mundo. Próximo, por favor.

E o crescimento da demanda do petróleo combustível, da melhoria da qualidade dos produtos, elas

requerem um maior uso de energia nos nossos processos operacionais, implicando em correspondente aumento das emissões. O que levou, então, a empresa a estabelecer objetivos voluntários relacionados a emissões evitadas, no sentido de atenuar a curva de crescimento de emissões da empresa, como mostra aquele gráfico esquemático.

Vamos projetando uma curva que chamo *business as usual*. E, a partir de diversos projetos, essa curva é atenuada com o crescimento da empresa. O plano de negócios 2009-2013, ele estabelece objetivos voluntários, que levarão a empresa a evitar o lançamento respectivamente a esses anos de 2,3 e 4,5 milhões de toneladas de CO2 equivalentes.

Como a gente vai obter essas emissões? São principalmente essas ações, gestão de emissões de gases de efeito estufa, nos diversos níveis da companhia, e projetos de eficiência energética, melhorias operacionais e otimização do aproveitamento do gás associado, energias renováveis e muita pesquisa e desenvolvimento tecnológico para os paradigmas futuros de operação. Próximo, por favor.

O nosso inventário de emissões, ele permite o monitoramento, a análise crítica e a melhoria constante na gestão das emissões da PETROBRAS; nós temos inventário, que monitora mais de 27 mil fontes de emissoras em todas as operações da companhia; ele é submetido à verificação externa, em atendimento a especificações de normas internacionais. Tem uma abrangência em conformidade com critérios internacionais definidos, e a empresa contribuiu também no Brasil com a implementação do programa GHG protocolo.

O montante, como podemos observar, esse é o montante de emissões de todo o sistema PETROBRAS, no país e no exterior, correspondente a algo em torno de 58 milhões de toneladas de CO2, equivalente à emissão anual da empresa. Essa emissão, ela se divide aproximadamente em 20, nas operações de refino, 20, 20 e poucos, dependendo de, eventualmente, algum problema operacional nas operações do AIP, em torno de sete na área internacional. Então, estamos, no país, de 50 milhões de toneladas de CO2, equivalentes ao correspondente das nossas emissões anuais. Pode passar, por favor.

Bom, para falar da contribuição para mitigação da mudança do clima, eu coloquei esse slide e fiz questão de deixá-lo assim, apesar de ter muito informação, mas entendendo que mitigação para mudança do clima, ela passa por uma análise, primeiro e uma atuação primeiro nos nossos processos, tem que ter um olhar também nos nossos produtos, na racionalização, no uso dos nossos produtos; nós temos que olhar nossas operações atuais; nós temos que preparar os nossos novos projetos; nós temos ações de gestão; temos ações da P&D para preparar a PETROBRAS do futuro; tem ações em comunidade entorno e tem ações na sociedade como um todo, por isso eu elenquei essas dez mensagem principais, que resumem a atuação da empresa nesses últimos anos.

Como eu sinalizei, aquele sistema de inventário, que é bastante robusto, reconhecido internacionalmente, ele começou a sua implantação desde 2002 e hoje fornece as informações necessárias para a melhoria contínua das emissões da PETROBRAS. A empresa divulga anualmente, no balanço social e ambiental as nossas emissões e também as medidas adotadas pela empresa para a mitigação da mudança do clima; ela integra a dimensão mudança climática e suas estratégias. Como eu mostrei, estabelecemos objetivos voluntários e indicadores de gestão desde 2005. Em 2007, lançamos o projeto estratégico para o tema, e são avaliadas oportunidades de abatimento das emissões nos nossos empreendimentos, com o objetivo de crescer com sustentabilidade ambiental, já destacando aqui um exemplo para isso, a decisão da reinjeção de CO2 nos campos.

A PETROBRAS implementa programas internos de eficiência energética, visando à atenuação da curva de crescimento das emissões, programas internos de conservação de energia, de aproveitamento do gás, e nesses últimos anos, a partir daquele indicador explicitado, foram evitados cinco milhões de toneladas de CO2, equivalente a esse período de 2006 a 2008 nas operações.

São feitos fortes investimentos em P&D, para viabilizar novas tecnologias, incluindo aí renováveis, eficiência energética e o próprio CCGS; essa sigla é a sigla em inglês da tecnologia, *Carbon Capture and Geological Storage* ou *Sequestration.*

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É pesquisa, não é? [ininteligível].

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: *Storage* alguns chamam *Sequestration*-–

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Pesquisa, não é? [ininteligível] pesquisa.

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Isso pesquisa. Mais à frente, eu vou falar do comprometimento já aplicação no polo pré-sal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Senador, eu vou abordar, senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Eu vou abordar mais adiante, eu vou procurar ser mais... É

importante também quando se fala em mitigação da mudança climática valorizar as ações relacionadas a biocombustíveis. Em 2008, foi criada a PETROBRAS Biocombustível e temos investimento de 2.8 milhões de dólares, previsto para o período de 2009 a 2013.

A PETROBRAS atuou em diversas etapas do PROÁLCOOL, que evitou o lançamento de centenas de milhões de toneladas de CO2. Estimula consumidores para a racionalização do uso de combustíveis, através das ações do COMPET; estamos no momento conversando, trabalhando, contribuindo com a construção do plano nacional de eficiência energética, junto ao MME.

Busca engajamento, através de vários setores, no esforço da compreensão e das iniciativas para sua mitigação e ampliou, em 2008, para concluir, o programa PETROBRAS Ambiental, com a inclusão de questões relativas à mudança climática, já com potencial de evitar cercas de seis milhões de toneladas CO2. Então, é importante que essa resposta a essa mitigação, ela tenha um olhar mais amplo na companhia. Por favor, a próxima.

Eu vou passar mais rápido para a gente diminuir o tempo, por favor, a próxima. O próximo só mostra uma cronologia dessas ações para mostrar essa contribuição histórica, iniciando nos anos 70, com o início do PROÁLCOOL, depois, em 91, com o CONPET. Também...

Congelou? Foi. Pronto. Em 91, então, com o início do CONPET, a partir do Decreto Presidencial, que remeteu à PETROBRAS o suporte administrativo, financeiro e técnico ao CONPET. Eu falar um pouquinho sobre ele depois.

Em 2002, a implementação do sistema, eu já falei, também um programa chamado POAG, de otimização de aproveitamento do gás com muitas respostas à melhoria do aproveitamento do gás associado. 2005 iniciamos o estabelecimento de objetivos voluntários, estabelecemos uma governança específica para o tema na companhia, publicamos o primeiro relatório detalhando o nosso inventário e, a partir de 2007, foram criados programas tecnológicos, o Pró-clima, um programa voltado para a mitigação das questões das mudanças climáticas. Já o Pró-clima, já adianto, começou desde 2007, mesmo um pouco anteriormente a trazer as questões dos estudos da tecnologia [soa a campainha] de armazenamento, sequestro e armazenamento de CO2.

Já 2008, a criação eu já comentei da PETROBRAS Biocombustível, compromisso com excelência e eficiência energética, e agora 2009, um programa específico Pró-CO2, mas de curto prazo, para a aplicação no pré-sal.

Ao longo desse período, nós tivemos agora o segundo projeto MDL, certificado pela ONU, e as diretrizes agora de seqüestro de carbono no pré-sal. Próximo, por favor.

Bom, eu vou passar, e aí são... A contribuição nossa é relevante no CONPET, mas devido ao tempo, eu vou passar, e também algumas ações nossa internas, de eficiência energética, vamos diretamente, então, às questões do próximo, por favor, voltada, então, tanto para o desenvolvimento lógico como diretrizes para armazenamento e captura.

Com relação à pesquisa e desenvolvimento, o nosso centro de pesquisas, o CENPES, tem três programas específicos para mitigação de mudança climática. Um focado em biocombustíveis, tem investimentos robustos na ordem de 530 milhões no período de 2009 para 2013, para desenvolvimento de tecnologia de biocombustíveis de primeira e segunda geração. E dois programas tecnológicos com foco em captura, sequestro, transporte, armazenamento geológico e monitoramento do CO2. O nome é grande mesmo, mas é importante a gente entender que essa tecnologia não uma tecnologia, mas é um conjunto de tecnologias. Há desafios na captura, há desafios no transporte, há desafios no armazenamento e há desafios no monitoramento desse CO2 armazenado.

Então, o programa Pró-clima foi criado em 2007 e tem um foco de mais longo prazo e esse ano, então, o Pró-CO2, um programa tecnológico de gerenciamento de CO2 no desenvolvimento do pré-sal, criado, então, esse ano, com foco direcionado para as questões de CO2 no desenvolvimento do polo pré-sal na Bacia de Santos, um prazo, portanto, mais imediato. O próximo, por favor.

Foi criada também, em 2006, uma rede temática de sequestro de carbono e mudanças climáticas, composta atualmente por três instituições nacionais; também nos utilizamos projetos de implementação conjunta com empresas de energia e petróleo internacional, como forma de alavancar a capacitação nesse tema. E totalizamos, então, investimentos da ordem de grandeza de 30 milhões, entre 2006 a 2009. E, nessa área, mais especificamente, nessa rede.

Tem dois exemplos aí, um é de formação, capacitação e infraestrutura, tanto no INPE, inaugurado mais recentemente, agora em setembro de 2009, formação de infraestrutura para captura de gás e exaustos. E, na PUC no Rio Grande do Sul, um Centro também de excelência em pesquisa de armazenamento de carbono, também já inaugurado também desde 2007. O próximo, por favor.

Bom, aí agora são as premissas, então, da companhia, com relação à captura e armazenamento no

pólo e armazenamento do polo pré-sal. Lembrando que essas recentes descobertas trouxeram desafios para o desenvolvimento da produção do pólo pré-sal; os reservatórios estão localizados abaixo de uma camada de sal de cerca de dois mil metros de espessura, em profundidade de lâmina d' água superiores a 2.200 metros.

Os especialistas da empresa encontram-se empenhados em estudar o modelo que irá explicar a distribuição do CO2 pelas diversas acumulações que constituem o polo pré-sal. Como sinalizou já o Diretor Botelho, ainda não temos esse modelo. Esse modelo está sendo avaliado; alguns campos têm o teor, como foi apresentado, de 12%, esse teor está sendo estudado ainda; essa fase é uma fase de avaliação exploratória, o que se caracteriza pela perfuração de poços. É importante que a gente tenha o entendimento técnico dessa fase, aquisições de processamentos sísmicos, obtenção de dados e rocha e fluído. Nessa fase, as mudanças são constantes; os poços são perfurados e as informações são utilizadas para aperfeiçoar e calibrar os modelos geológicos de fluído.

Foi adotada diretriz básica no projeto para desenvolvimento do pólo de produção do polo pré-sal não ventilar o CO2 associado ao gás natural produzido, isso tem sido declarado pela empresa, eu estou reafirmando esse compromisso aqui. Para isso, diversos paradigmas e gargalos tecnológicos serão vencidos, seja no aspecto da captura, ou seja, no processo de separação do CO2 ao gás natural produzido em ambiente *offshore,* seja na definição da alternativa mais adequada para a destinação final.

Estudos do IPCC mostram que, e as diversas possibilidades de armazenamento, que residem no armazenar esse CO2 no próprio reservatório onde é produzido. E existe também a possibilidade de armazená-los em aquiferos salinos profundos; o CO2 pode também ser armazenado em campos exauridos e finalmente em cavernas de sal. Então, essas alternativas, elas estão todas sendo estudadas pela PETROBRAS para serem aplicadas no desenvolvimento.

Então, diversas como eu falei, alternativas para armazenamento geológico do CO2 estão sendo estudados pela PETROBRAS e pelos seus parceiros. Entre elas, o uso do CO2 como método de recuperação melhorada do petróleo, a sigla em inglês é EOR, *Enhanced Oil Recover*, que é a reinjeção no próprio reservatório, uma das quatro opções que eu falei, a reinjeção no próprio reservatório produtor, que também aumenta o fator de recuperação da produção.

Como solução, a PETROBRAS está considerando o sequestro e armazenamento no pólo da bacia, no pólo pré-sal da Bacia de Santos, como eu já havia comentado, e já pratica a reinjeção em campos terrestres na Bahia.

A plataforma piloto de Tupi vai começar a-–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já pratica no polo da Bahia...

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: A injeção, não a...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não a reinjeção.

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: A metodologia o EOR, que é o *Enhanced Oil Recover*, já é praticado pela PETROBRAS–

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é praticado normalmente, já é praticado normalmente? Rotina na empresa?

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Normalmente, como um objetivo de aumentar o fator de recuperação, não rotina, mas nesse campo da Bahia, já é praticado. E respondendo a sua pergunta, algumas empresas... Miranga, campo de Miranga.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Senador, eu estou propondo, propus aqui, não foi possível, uma Audiência Pública para discutir especificamente esse sistema. E vamos trazer a PETROBRAS, trazer a Shell também, que está fazendo, e a gente tenta explicar.

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Não. Tem a *Statoil...* Eu recomendaria a *Statoil* ser ouvida, é a que tem mais... Faz há mais tempo, no mar do Norte, no campo de *Sleipner*.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Mas eles têm gente aqui?

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: É... Está certo. Mas tem sim, a *Statoil* tem sim. Tem sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A Presidente disse que não tinha espaço para isso aqui por causa das várias... Aí ela tem que fazer na Comissão de Meio Ambiente.

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Bom, então, continuando, a plataforma piloto de Tupi, que começa o operar em dezembro de 2010, terá esse essa tecnologia de reinjeção de CO2, que vai contribuir também para melhorar o fator de recuperação do campo.

Todo o processo de captura, sequestro e adequação da planta do processo flutuante para lidar com o CO2 envolve tecnologias pioneiras, e compreende um grande investimento da PETROBRAS e seus par-

ceiros com o objetivo de reduzir as emissões de CO2 para atmosfera.

Eu queria esclarecer que mesmo havendo já aplicações, cada caso é um caso, cada campo, cada tipo de armazenamento, cada percentual e cada teor de CO2 é uma solução de captura e de extração diferenciada. Então, como eu falei, não uma tecnologia; é um conjunto de tecnologias que têm que ser aplicadas para cada caso, para cada campo.

Bom, no que se refere ao processo de separação de CO2 em ambiente *offshore,* os grandes gargalos estão relacionados com tamanho peso e eficiência das plantas de separação. Nesse sentido, a estratégia da PETROBRAS tem sido mapear, através de contatos com fornecedores, parceiros e demais operadores, inclusive essas que já têm experiência com a tecnologia, as soluções disponíveis e em utilização, de forma a identificar as tecnologias mais adequadas para as concepções previstas para o desenvolvimento da produção.

Ao mesmo tempo, a PETROBRAS tem procurado desenvolver, juntamente com fornecedores e instituições de pesquisa novas alternativas mais apropriadas para o cenário pré-sal. Os trabalhos desenvolvidos até o momento indicam que estarão disponíveis tecnologias robustas e sustentáveis para a separação do CO2, dos gases produzidos com pressão e reinjeção em horizontes geológicos seguros.

Eu gostaria de concluir, reafirmando mais uma vez o compromisso da empresa com a responsabilidade social e ambiental e com o desenvolvimento sustentável: A mudança climática traz um novo desafio para todos nós. Afeta de forma decisiva a todos nós e tem que considerar, seu equacionamento equilibrado nas questões sociais, ambientais e de desenvolvimento do país, como já é um consenso internacional nas negociações, como pudemos ouvir, e também um consenso nos diversos setores brasileiros, ontem pudemos testemunhar na reunião do fórum brasileiro de mudanças climáticas, onde foram entregues os diálogos e as propostas dos diversos setores aos Presidentes e aos Ministros. O conceito, a premissa da responsabilidade comum, porém, diferenciadas. Que as soluções venham equacionando as questões sociais ambientais e desenvolvimento do país é um consenso em todos os setores.

A PETROBRAS acredita que produção e conservação podem avançar, de forma equilibrada, e está comprometida em fazê-lo. O crescimento se dará com a incorporação de todos os requisitos apresentados aqui; os requisitos seja de eficiência energética, os requisitos seja de aproveitamento e otimização do gás associado. Também o crescimento se dará com a ampliação da atuação da empresa em biocombustíveis, como sinalizado no plano estratégico, e muito investimento em P&D, para garantir essa transição tecnológica; garantir que, nas produções futuras, sejam incorporadas essas novas tecnologias mitigadoras da questão da mudança climática, principalmente no envolvimento do pólo pré-sal. Eu agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Ok. Eu agradeço a Dra. Beatriz pela sua exposição. E gostaria de, nesse momento, em função da lista de inscritos para usar da palavra... Convidar o Deputado Fernando Gabeira para assumir aqui a Presidência, e o Senador Jefferson Praia é o primeiro inscrito para os debates.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

Bom, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos, essa contribuição. Eu imagino que as empresas e os Ministérios têm designado os senhores e senhoras muitas vezes para esse debate, de forma que é já uma coisa permanente, às vezes, até um trabalho de rotina. Mas aqui para nós, como foi colocado, nós estarmos interessados no pré-sal. Ontem, houve uma um grande debate sobre o pré-sal, numa Comissão da qual eu participei desde o princípio, discutindo o marco regulatório, se é partilha, se é concessão, discutindo se a PETROBRAS é ou não a única empresa que vai agenciar o processo. Mas havia também a questão ambiental em cena.

Nós conseguimos com que houvesse, conforme o Sr. José Botelho mencionou, 3% dos *royalties* para o meio ambiente. No entanto, ficou claro, ontem, para mim, lá na intervenção, de que uma parte do Brasil muito substancial se interessa pelo petróleo. Porque não há dúvida de que vai ser muito importante para a nossa economia. Mas existe uma outra parte também que se interessa pelo oceano e é também uma parte importante porque o oceano não contém apenas essa riqueza, ele contém outras riquezas, contém vida. E a atualmente nós estamos negociando com a ONU uma ampliação da nossa plataforma continental, então, é necessário que a gente a trate muito bem para que, inclusive, esse processo seja um processo mais tranquilo.

Sobre as emissões no pré-sal, eu acho que nós estamos ainda um pouco em dúvida quanto ao quanto representará a mais de emissão no pré-sal. E também estamos em dúvida o quanto nós podemos reinjetar a mais de carbono desse processo ou de outros processos. Então, não podemos ainda dizer claramente que queremos ou não.

Foi mencionado aqui, na intervenção do Sr. Hamilton Moss, que, às vezes, quando nós taxamos isso, faz com que o produto brasileiro perca competitividade, todos raciocinam assim. Mesmo nos Estados Unidos, eles têm uma certa... Mas nós já times que esse processo é inexorável; a reinjeção do carbono é um processo caro.

É uma ilusão achar que o petróleo brasileiro será barato, como é agora, depois desse processo. Esse custo vai ser necessariamente anexado ao custo do petróleo. Então, é o ideal seria a gente buscar mais informações. Eu fui ao Instituto de Estudos do Mar nesse fim de semana e percebi que essa extensão do pré-sal, que é uma extensão, como o senhor disse, de 149 mil km², mas que é, na verdade, 800 km por 200 de largura, nós não temos ainda o inventário dela. Nós não sabemos a vida que existe nessa área. E nem sabemos a vida que percorre essa área. Nós temos, lá na Bahia, um santuário da Jubarte; nós temos um santuário em Santos também de outro tipo de baleias, e temos várias outras coisas no mar que nós não conhecemos.

Então, o ideal seria, antes, fazer uma avaliação ambiental estratégica, antes de começar a explorar o pré-sal, mas nós não temos força para isso. Porque fazer uma avaliação ambiental estratégica nesse momento, quer dizer, o pré-sal e a exploração do pré-sal, vai nos a atropelar a todos, porque primeiro colocaram como a salvação do Brasil. As pessoas... Tem gente no interior, às vezes, nós recebemos telefonemas de Prefeitos no interior perguntando quando é que vai chegar o dinheiro do pré-sal, já estão esperando o dinheiro do pré-sal.

O clima é o seguinte, quem se colocar contra a exploração do pré-sal por uma ou outra razão, ou exigir condicionantes para a exploração do pré-sal, vai ter muita dificuldade, como eu tenho, para começar a dificuldade de saber que o tem nessa região. Eu procuro alguns biólogos, a grande parte dos biólogos disponíveis trabalham para a PETROBRAS; a gente anoto nem condições de avaliar o que está acontecendo.

Então, esse caso, que o eu acho é que nós temos que avançar. O primeiro avanço que nós queremos é amanhã tentar fazer uma avaliação. Porque esses dados que foram apresentados aqui sobre as emissões de Tupi são exploratórios ainda. Há alguns cientistas no Rio de Janeiro que acham que as emissões no pré-sal serão muito superiores às emissões do pós-sal.

E eu tinha proposto no projeto que a gente taxasse as emissões excedentes. O que é emissão excedente no caso? Se nós temos um nível de emissões no pós-sal, e o pré-sal produz mais, tudo o que for mais da média do pós-sal, seria uma emissão excedente, isso forçaria também a PETROBRAS a reduzir as emissões. E, evidentemente, que ela tentaria o processo de reduzir as emissões através da injeção, seria um descaminho.

Então, como eu queria dizer, os mecanismos de taxação, eles não são destinados a tirar a produtividade, mas eles são destinados a estimular competitividade, entende? A criar condições para a criatividade se desenrolar.

Agora, o relator não aceitou essa proposta, de forma que o pré-sal, a partir da lei que sairá daqui, o pré-sal sairá sem nenhuma taxação especial. Então, nós temos que avançar nas nossas avaliações; o que nós temos agora é pouco. Amanhã tem uma audiência sobre o pré-sal e o meio ambiente, e aí nós... Porque, na verdade, essa comissão aqui é muito especial; ela só trata das emissões. Ela só trata de um problema ambiental que hoje é o guarda-chuva de todo, que é o aquecimento global, mas a destruição das espécies marinhas é um problema ambiental também. A destruição dos oceanos... Eu trabalho com gente que trabalha com oceano e cada vez que faz uma se faz uma autópsia numa tartaruga, só vem plástico do estômago; elas estão entupidas de plástico. Então, é uma situação muito grave.

Então, o projeto que nós temos é o seguinte, fazemos essa audiência hoje, que foi muito produtiva; amanhã... Quinta-feira teremos audiência específica sobre o meio ambiente e pré-sal e daqui possivelmente a uma semana, faremos a Audiência Pública sobre o CIS, a injeção de carbono e armazenamento. É difícil a gente fazer a tradução, mas é o *Carbon Injection Storage*.

Então, nós temos esses três processos. Eu queria fazer um comentário sobre a questão solar... Eu acho que o problema, é só um comentário e depois... O problema não pura e simplesmente haver apenas um projeto do Ministério de Minas e Energia; o problema é haver uma disposição nacional a partir da direção do país. Porque se você tem uma disposição de trazer o solar, faz como fez o Bush, por exemplo, que não era uma figura extraordinária. Mas ele disse: "Não, eu vou financiar o solar das casas; quem quiser colocar o solar na casa, nós financiamos". Isso trouxe um avanço no solar nos Estados Unidos. Nós não temos essa disposição geral porque a produção, o processo de produção, ele virá na medida em que a gente começar a estimular também o consumo, senão as pessoas não têm essa possibilidade. Então, eu estou esperando esse plano para a gente poder dar a ele uma dimensão política também de desdobramentos políticos para isso.

Agora quanto ao Ministério do Meio Ambiente, a PETROBRAS já tem um inventário. A PETROBRAS

sabe que emite 55 milhões de toneladas por ano. Mas o Brasil não tem inventário; o último inventário que nós fizemos foi em 1994. Então, eu peço ao Ministério de Meio Ambiente que tenha um pouco de simpatia com esse projeto meu, que obriga o Brasil a ter inventário. Se nós vamos agora dizer... Se nós vamos agora para Copenhagen dizer: "Não, nós vamos reduzir as nossas emissões", mas nós não sabemos quantas são as nossas emissões, nós não temos critérios para definir as nossas emissões ainda. Quer dizer, nós temos que ter um processo de inventariamento(F) regular. Eu pensei inicialmente num inventário de ano em ano, mas, se isso não for possível, um inventário de dois em dois anos.

Mas a nossa promessa em Copenhagen, voluntária ou não, vai ser uma promessa vazia, mesmo porque a gente não sabe exatamente o quanto pode... E eu propunha também ao Ministério que, se pudesse avaliar, são metas mais anuais. A Inglaterra agora iniciou um projeto que me parece muito interessante. Assim, em 2010, dez; dez, dez. Quer dizer, em 2010, nós vamos reduzir em 10% das emissões. Se a gente tivesse essa metas mais... Que não são... Elas são voluntárias, mas pode mobilizar todo mundo porque elas têm uma dimensão mais fácil, de assimilação mais fácil

Então, é isso que eu propunha também, se a gente pudesse ter perspectivas de redução que pudessem envolver a população, porque se as pessoas começam a saber onde elas estão emitindo, onde elas estão consumindo produtos que emitem, as coisas mudam. A Suécia passou agora a colocar nos alimentos a quantidade de emissões por quilograma, e as pessoas estão começando a comprar os alimentos que emitem menos por quilograma; é uma alternativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espero que não engordem mais, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Também, mas isso também já está previsto, lá na...

Eu queria apenas perguntar o seguinte: Como é que o Governo está trabalhando integradamente essas questões? Quais sãos os instrumentos integrados do Governo para trabalhar essas questões, que não são apenas, no meu entender, não são apenas a discussão de Copenhagen, mas como é que isso se dá, como é que está sendo feito isso, para a gente poder acompanhar melhor? E se nós podemos acompanhar de uma forma mais sistemática, via internet, entende?

Eu vou voltar para aí e o senhor vem para cá presidir? Está bom. Então, podia fazer suas perguntas, depois eles te respondem e conclui, aí já terminou.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Na verdade, também é um comentário que, quando o Dr. José Botelho falou "o índio, a reserva indígena e o pré-sal". Eu fui lá na cabeça daquele índio ver o que ele está enxergando. Eu sei que V. Sa. colocou isso de uma forma em que as pessoas estão esperançosas pelo que se fala do pré-sal.

Então, o índio lá também, que tem a sua reserva, que vive, a grande maioria, em péssima qualidade de vida, ele está dizendo, bem de toda essa riqueza, de tudo que o está parecendo da riqueza do pré-sal, do que ela vai gerar, o que é vai que vir para a gente aqui, que é índio na nossa reserva indígena? Quanto a investimento em saúde, em educação, na melhoria da qualidade de vida deles.

E aí, eu quero apenas chamar a atenção, nós, da Amazônia, eu sou do Estado do Amazonas, nós estamos de olho no pré-sal, em quê? Nas riquezas que isso vai gerar para o país e, é claro, para a nossa Amazônia. Como você vai poder fazer com que nós tenhamos mais áreas preservadas e conservadas da Amazônia? Essa, talvez, seja... Pouquíssimas... Se alguém souber esta resposta, eu gostaria de tê-la. Porque a Amazônia, veja bem, que nós queremos, que todo mundo enxerga, Deputado Fernando Gabeira, aquela Amazônia que vai aproveitar a biodiversidade, aquela Amazônia que nós vamos lá aproveitar toda a sua beleza natural, com investimentos em turismo e isso e aquilo, é uma Amazônia para daqui alguns anos. Dez anos? Depende de como vamos proceder. 20 anos? Depende das ações que vamos ter; dos programas... Trinta anos?

Ao mesmo tempo em que queremos preservar e conservar, as políticas públicas na direção daquela região ainda deixam muito a desejar. E aí é o nosso olhar para esses recursos que serão gerados, desse presente que Deus nos deu, o pré-sal. Então, dos recursos que virão do pré-sal, o que pode ser destinado para a Amazônia? Porque, se hoje nós formos perceber o orçamento, estamos nesse momento analisando, se fôssemos somar tudo o que é destinado para a Amazônia, nós iríamos perceber o quanto estamos distantes daquilo que queremos.

Só que lá existem 25 milhões de seres humanos, brancos, índios todo mundo está lá. E o cidadão que está lá, ele, quando vê a floresta, ele não tem raiva da floresta, ele não quer derrubar daquilo e tocar fogo por sentir o prazer. Ele o faz, aí eu estou falando principalmente daquelas pessoas que estão lá no interior, dos ribeirinhos, dos nossos caboclos e dos indígenas que aproveitam bem os recursos naturais de forma sustentável, os indígenas, há milhares de anos.

Eles sabem melhor do que a gente como produzir alimentos. Quando nós chegamos aqui, eu falo nós, foram os portugueses, há 500 anos atrás, os índios da

Amazônia produziam alimentos e guardavam esses alimentos por um ano, deixavam armazenados por um ano. Então, nós conhecemos pouco sobre aquela região, e aí quando nós falamos dos recursos, são recursos para quê? Para investimento em pesquisa. Mas a pesquisa não é aquela pesquisa que o cidadão vai passar 30, 40 anos e estuda e reestuda e verifica e tal.

Cada momento que passar é uma árvore a menos... Porque aquele que está pobre, lá no interior da Amazônia, existe alguém com um pouco mais aqui de, vamos dizer, de... Um pouco mais não, existe alguém com um comportamento inadequado e que não está nem aí para a questão ambiental, que está fazendo o seguinte, diz: "Olha, aproveita aqueles pobres coitados que estão lá com fome, vivendo de forma miserável, com investimentos a desejar, da área de saúde e educação, uma péssima qualidade de vida". Imaginem a vida que V. Sas. aqui já viram, nos diversos documentários sobre países africanos, é o que tu vais encontrar lá na Amazônia, você vai encontrar uma realidade complicadíssima.

E aí chega alguém que dá alguma grana para aquele pobre coitado, e eu falo em grana é uma coisa pequenininha, senão ele já teria uma outra qualidade de vida melhor, e fala assim: "Olha, rapaz, eu vou te dar tanto aqui para você derrubar as madeiras mais importantes que tem aí, em tantos hectares, aquelas que poderão ser extraídas e têm grande valor. Eu vou te dar tanto aqui para derrubá-las".

O que faz o cidadão que está lá com fome e que não sabe o que fazer, que não tem uma alternativa de vida? Então, eu quero chamar a atenção para isso, porque quando nós olhamos daqui para lá, é um outro olhar, só sabe quem é de lá; só sabe quem é que vai lá na ponta conversar com as pessoas da Amazônia.

Então, o investimento em pesquisa aplicada, para que possamos aí, e aí, claro, eu estou falando em pesquisa, mas tudo isso tem o que antecede, o que está junto disso tudo: Investimento em educação, eu falo em investimento em infraestrutura econômica e social, educação e saúde, saneamento... Hoje, para vocês terem uma ideia, senador, Deputado Gabeira, V. Exa. toca na questão dos problemas da Biologia Marinha, hoje, nós temos, para vocês terem uma ideia, pelo menos no meu Estado, no Estado do Amazonas, um problema seriíssimo de punição de igarapés e de rios. O lixo hoje não se sabe que o fazer do lixo nos municípios do meu Estado... O lixo.

Tem um município lá, chamado Nhamundá, parece um... Ele tem, ele parece... Eu posso compará-lo como uma ilha, é uma ilha, as pessoas depositam lixo ali. Sabe como é que esse lixo vai embora? Quando vem enchente, leva. Aí, depois tem a vazante de novo e começa o depósito de lixo. Então, essa a Amazônia da atualidade. Essa é a Amazônia de hoje, que muitos estão querendo... "Não, não desmatem, não mexam em nada".

E o pior de tudo isso... O pior de tudo isso é desemprego. Jovens que não têm perspectiva de emprego nenhum. Só que nós estamos aqui falando bastante, estamos estudando o modelo e isso e aquilo, muitos estão com suas ações, mas com um olhar tão distante daquilo que é a Amazônia verdadeira, a Amazônia real... Porque as tomadas de decisões, se falamos na questão climática, para mim, elas passam por um cuidado maior com a aquela região, que é a última reserva florestal que temos, com reserva de água doce do planeta, mas as nossas cobranças, que são importantes serem feitas, as nossas ações estão se dando, mas, em contrapartida, não estamos vendo aí a compensação que eu falo, que é melhorarmos a qualidade de vida das pessoas.

Então, pra resumir a história, nós precisamos ver, e esse é um ponto, Deputado Gabeira, como vamos fazer com que nós possamos incentivar as pesquisas da Amazônia aplicada, não é? Viabilizarmos, por exemplo, e capacitarmos os jovens para serem empreendedores, o que eu chamo do empreendedor amazônico. Empreendedor amazônico não é o que está causando degradação ambiental, está causando problemas ambientais, mas é aquele que vai aproveitar os recursos que temos, de forma sustentável, os recursos da floresta. Mas não é produzindo um artesanatozinho, como hoje se vê.

Hoje, você observa o cidadão com dificuldade de plantar, de criar peixe, que ele não cria mais, aí qual é a opção que dão para ele? "Não, tu vais produzir aqui um pequeno objeto de madeira das madeiras que estão caídas na floresta". Aí, ele diz: "Sim, eu vou vender para quem". "Não, vamos produzir, depois a gente vê".

Então, as dificuldades ali são muito grandes; eu falo isso, eu tenho certeza que todos vocês conhecem bem essa questão, os problemas das diversas regiões do país, e não é por ser de lá, mas nós temos que ter essa questão voltada... Por essa razão é que o nosso companheiro indígena lá dizia: "E aqui na nossa reserva indígena, esse pré-sal". Ele pode não saber o que é essa questão relacionada ao petróleo e isso, ele pode não... Mas ele sabe que são recursos, que ele sabe que isso tem se traduzir em melhor qualidade de vida para ele.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Perfeito, senador.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Então, é isso que eu gostaria de colocar, e que nós tivéssemos aí, e finalizo, deputado, quando nós tínhamos

o nosso querido Mangueira Unger fazendo o Plano Amazônia sustentável, uma vez conversei com ele sobre isso, que fez um grande trabalho, precisamos ver como é que está isso, a Amazônia do curto prazo, do médio e do longo prazo; não adianta só cobrarmos para que as pessoas cuidem da floresta; nós temos que dar condições para que elas vivam aproveitando bem esses recursos. Senão nós estaremos sempre fazendo a coisa de uma forma tal que não será adequada, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Muito obrigado, senador. Eu vou, então, abrir uma rodada final para as pessoas que quiserem se despedir ou responder alguma coisa, a começar do senhor, que certamente foi o primeiro, que eu não o ouvi, e depois nós vamos pela ordem de intervenções.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Obrigado, Deputado Gabeira. Eu queria aproveitar essa oportunidade final para considerar dois pontos: Eu começo pelo ponto levantado pelo senador, da necessidade de compensar a melhoria da qualidade de vida das pessoas na Amazônia.

Eu aproveito para concordar com o senhor, deputado, e eu tenho repetidas vezes, e sempre me referencio a você em relação a essa intervenção, mas eu concordo plenamente quando você diz que o aquecimento global se tornou um guarda-chuva ambiental para todos os problemas ambientais; a gente tem que ter um certo cuidado com isso. Eu acho que a proteção da floresta vai muito além disso, por questões éticas e morais, o país tem que estar comprometido em proteger a floresta, independente do tema mudança do clima.

Mas, pensando no aspecto da mudança do clima, nós conversamos muito sobre as ações de mitigação nacionalmente apropriadas, os NAMAs, eu acho que uma oportunidade para se buscar um complemento para essa busca da conservação da floresta seria a oportunidade que se abre com a redução de emissões de desmatamento e de degradação florestal, o REDD, que o governo brasileiro vem olhando isso como um potencial NAMA, um potencial programa de mitigação apropriado.

E, basicamente, a mensagem que o Governo brasileiro vem dando é de que nós temos possibilidade da fazer muito por conta própria um exemplo claro disso é a redução que o governo conseguiu alcançar, nos últimos quatro anos, nas suas taxas de desmatamento, 60% nos últimos quatro anos. Então, o recado básico que nós estamos para o mundo é esse. Temos meios próprios de fazer esses esforços de mitigação, mas é possível fazer mais se os países do Anexo I assumirem seus compromissos legais, que eles assumiram na Convenção, de aporte de recursos financeiros e tecnológicos para nos ajudar a fazer mais e melhor. Esse seria um ponto.

O segundo ponto, Deputado, eu gostaria de aproveitar o comentário sobre o inventário de mitigação de gases de efeito estufa, a coordenação do inventário é cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós estamos no trabalho de finalização do trabalho do segundo inventário. Há promessas de que, até o final do ano, já sejam liberados alguns resultados parciais, como foi feito nos últimos anos, há uma consulta aos especialistas para buscar um controle de qualidade desse inventário, que, aliás, o primeiro é elogiadíssimo em qualquer parte do mundo.

Eu acredito que, para COP-15, não há uma relação direta, não há necessidade dos dados do inventário, embora a gente apresente alguns resultados, parcerias, porque nós vamos falando em relação a NAMAs e possibilidades de programas em relação a projeção futura. Então, a gente está trabalhando mais estimativas do que resultados que nós temos agora, mas, em função de resultados agora, o que eu digo, como mencionei, já existe a possibilidade de liberar alguns resultados parciais até 2009.

O prazo que o país tem perante a Convenção é contado a partir do que o GEF, o Fundo para o Meio Ambiente Global, libera para a elaboração desses inventários. Considerando esse prazo, o Brasil teria até 2011, na verdade, como prazo para entregar o segundo inventário. Mas nós estamos fazendo um esforço para entregar antes, já que são resultados parciais até 2009, com resultados definitivos até pelo menos o meio do ano que vem.

E, de qualquer forma, os países que já entregaram seu segundo inventário são oito, nove, são países menores, com exceção do México, tem o Uruguai e Coreia do Sul que já conseguiram fazer o seu segundo inventário; nós vamos fazendo um esforço para fechar esse segundo.

Em relação à periodicidade, o anual e o bienal, nós achamos um pouco complicado, em função justamente da parte florestal, que é uma parte mais complexa e exige um período maior, até para ter resultados mais precisos e resultados mais significativos de um período anterior porque será considerado no futuro.

Então, o ministério já vem considerando em conversas internas com outros setores de Governo também a possibilidade de ter um inventário de três em três anos, mas isso como uma conversa ainda e uma coisa para ser discutida. Eu fecho aqui os comentários finais e agradeço mais uma vez a oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Estamos prontos para negociar [risos].

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: Bom, eu ia... Vou aproveitar inverter um pouco a ordem das minhas respostas para pegar o gancho aqui do Adriano mais uma vez. Com relação... Eu gostaria de adiantar que o MMA está fazendo umas estimativas de emissões. Ela, como todos sabem, não um inventário porque ele não feito, ele não consegue captar as mudanças tecnológicas ou alguma mudança mais radical que tenha havido. Mas nós trabalhamos com dados oficiais do IBGE, de produção de todas as áreas, então, nós temos as estimativas atualizadas até 2007, e esses resultados não serão muito diferentes do inventário que será feito, que poderá pegar essas particularidades de mudança.

Então, eu posso enviá-las hoje mesmo, se for o caso, porque é uma informação na qual inclusive estão se baseando as ações do Governo para propor até NAMAs e outras para Copenhagen. Então, eu só queria rapidamente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É melhor nós processarmos essas informações-–

SRA. BRANCA BASTOS AMERICANO: Posso enviar hoje, pronto, elas estão... Elas são públicas, não tem o menor problema, eu posso enviar. Certo? Mas, enfim, é um esforço grande e não é um inventário, eu gosto mais... A gente sempre enfatiza isso porque o inventário está a cargo do MCT; é um trabalho de muito mais fôlego, mas nós também gostamos de dizer que esse trabalho, ele não uma mera avaliação sem fundamentos porque ela é feita com base em todos os dados oficiais do IBGE, de produção de tudo, e elas estão abertas para avaliação.

De qualquer forma, voltando para o pré-sal, eu queria dizer o seguinte, esse nível de redução, para a gente pensar, que o IPCC diz que cabem na atmosfera 1.800 gigatoneladas de CO2 equivalentes no Século XXI. Nós estamos, hoje, uma média de 45. E, no ritmo em que nós estamos emitindo, o mundo todo, em 30, esgota o chamado espaço de carbono, ou seja, que asseguraria que o aumento da temperatura não fosse, digamos, perigoso.

Então, o pré-sal, a gente tem que... Eu gostei muito do que o Deputado Gabeira falou, essa visão estratégica porque o mundo vai se descarbonizar, queira ou não queira, porque, se não quiser, as consequências são gravíssimas. Então, o Brasil tem que pensar o pré-sal estrategicamente. Porque o mundo já não vai ser... Não são os mesmos paradigmas e isso é fundamental.

E aí eu gostaria de fazer um gancho com que o Senador falou, nós temos que pensar a Amazônia também estrategicamente. Ninguém está querendo reduzir o desmatamento e dizer: "Olha, não façam nada ou, então, vão ficar tomando conta de árvores com armas". Não tem espaço, não tem espaço nem político e nem espacial mesmo. Então, é uma economia da floresta, que o senhor fez referência, da necessidade do desenvolvimento. Vários projetos existem, piloto, interessantes, mas precisam ganhar escala. E nisso aí, que o Adriano falou, dessa possibilidade que esta na negociação, que é o REDD, redução de emissões do desmatamento e da degradação, e que tem um sinalzinho de mais depois, que é o *plus,* que aí entra conservação, serviços ambientais e tudo.

Então, nesse espaço é um espaço que nós temos que trabalhar, com muita clareza, muita preocupação para preservar o planeta, preservar a economia e dar essa possibilidade que o Brasil, nisso, ele foi... Enfim, nós temos vantagens comparativas enormes no momento para essa economia descarbonizada. Nós temos que usar os nossos recursos naturais, desenvolver tecnologias e tudo nessa direção. Então, tem que haver uma ousadia de pensar esse Brasil descarbonizado e que nós temos, assim, grandes possibilidades de caminhar nesse sentido.

Então, eu acho que eu mais ou menos passei por tudo isso, e também como o Senador falou, e o Deputado Gabeira também, é conhecer essas riquezas, é fundamental. Porque no mar tem riquezas, na floresta tem riquezas; essas riquezas têm que ser valorizadas e é esse caminho que o mundo está trilhando e a gente precisa poder valorizar com políticas nessa direção. Então, eu agradeço. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Desculpe. A não ser que a senhora queira falar agora.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, pode ser no final.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): É pela ordem, pela ordem da intervenção.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Está certo.

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Bom, Deputado, eu gostei de uma palavra que foi dita aqui, a questão da integrado, trabalho integrado, e nós temos procurado fazer isso. Esse integrado me remete à seguinte questão não é a questão do meio ambiente... Não é a questão do Ministério do Meio Ambiente, é uma questão do Ministério do Meio Ambiente, é uma questão de Minas e Energia, é questão de todo o cidadão. Esse é o primeiro ponto. Porque trabalhamos nesse ministério, trabalhamos na situação, nós somos cidadãos também.

Quer dizer, isso reflete sobre tudo, então, isso é algo que é bastante interessante também.

Então, na questão de trabalho integrado, quando eu citei que o plano nacional de eficiência energética, que é uma das iniciativas que nós estamos trabalhando mais recentemente, nós, por exemplo, o Ministério dos Transportes; ouvimos, lá, o Ministério dos Transportes, porque vai se economizar muito mais energia, por exemplo, se a gente mudar o padrão de transporte das grandes cidades, o Ministério das Cidades também, ou, então, a questão das rodovias, quando você tem rodovias com buracos, por exemplo, que os carros têm que andar com velocidade muito mais baixa, isso faz com que o consumo aumente muito mais do que de repente qualquer inovação que eu faça do motor ou coisa desse tipo.

Então, a gente tem que pensar de forma integrada, engarrafamentos das grandes cidades. Aliás, eu me remeto a uma locução sua, numa palestras, há um ano e meio, dois anos atrás, lá no Rio de Janeiro, num seminário da Procuradoria no município. Eu achei muito interessante aquele seminário, fantástico, até hoje os anais não saíram, a gente tem que trabalhar em cima disso--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu vou procurar.

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Foi uma questão que o senhor colocou, a questão de mudança de comportamento. A questão de que a tecnologia hoje permite que você não faça deslocamento; você possa, à distância, trabalhar com a questão da informação e por aí vai. Quer dizer, aquelas reuniões que temos feito isso, procurado fazer reuniões via teleconferência, quer dizer, todo aquele deslocamento de 15, 20, 30 pessoas de avião, por aí vai, ou seja--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Caro também.

SR. JOSÉ BOTELHO NETO: Então, são mudanças de comportamento que a gente tem que trabalhar e tem um impacto enorme, 2001 mostrou isso; 2001 mostrou. Quer dizer, era absolutamente impossível você fazer ações concretas de aumento de oferta de energia, outras coisas, na eficiência energética, no sentido de mudança de comportamento, teve de 20, 25%, que levou seis anos depois, é que as empresas de energia começaram a ver, ou seja, o impacto que aquilo teve da mídia toda falando, conversando, falando sobre isso, uma atitude recentíssima, interessantíssima... Essa questão da geladeira agora, de associar a redução de IPI com a linha branca, é um resultado fantástico, quer dizer só de se discutir de novo a etiquetagem, quer dizer, é uma série de atitudes que eu acho que fazem parte do dia a dia do cidadão, que é algo que deve ser estimulado a responsabilidade também do cidadão diante dessa questão da energia.

Enquanto a sociedade estiver demandando algo "quero continuar gastando esse jeito, quer continuar andando num carro de 800 toneladas, andando para lá e para cá". Alguém vai ter que suprir essa gasolina. Então, é importante que haja lideranças cidadãs etc. comprometam a população com esse engajamento com esse esforço que se pode fazer no dia a dia. Isso é interessante, senão a gente vai ficar sempre chovendo no molhado, discutindo aquilo como uma tendência. Esse é um ponto que eu acho interessante.

E o Integração, plano nacional de mudança climática, que foi citado aqui. Quer dizer, na parte de energia, houve uma participação importante do Ministério de Minas e Energia, a discussão foi toda feita.

Então, eu vejo isso como positivo o aprendizado que estamos tendo aqui e o envolvimento da Câmara também, de forma que a gente consiga trabalhar com todos concretos etc., senão acaba... As agendas são difíceis e muitas vezes os conflitos acontecem por isso. Porque não dá tempo de você, liga o fulano, "não pode, está viajando", as coisas não conversam e quando você vê já está lá frente e reverter fica difícil.

Então, eu acho que é interessante a gente trabalhar um pouco essa integração, era isso que eu queria dizer, a gente trabalhar com isso integrado aí; o solar eu deixo para discutir depois, que o tempo é grande, está bom?

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Está bom. Especificamente. Eu passo, então, a palavra ao outro representante do Ministério de Minas e Energia... Eu só queria dizer que energia é o centro hoje do problema; alguns países, como Inglaterra, o Ministro que trata das mudanças climáticas, ele é também o Ministro da Energia; é um tema... Nos Estados Unidos, o Ministro da Energia é um Nobel de Física.

Aqui no Brasil, nós ainda temos uma certa politização da energia, mas, com o tempo, vamos superar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Lá na Alemanha, é Agricultura e Meio Ambiente, é outra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

[risos]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Vamos lá.

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Bom, a política para o desenvolvimento do pré-sal, a decisão governamental, ela foi tomada com o envio desses Projetos de Lei à Câmara e ao Senado. A tendência é de fato explorar aquilo e reverter isso em nível de receitas para o país; essa é uma opção colocada e apresentada ao Congresso. Está em discussão atualmente.

Então, quer dizer, você... A ideia é estar transformando essa riqueza em receitas para o país e aí sendo aplicadas socialmente, tem o fundo social e mesmo de divisão via *royalties*. Então, os Estados e os Municípios estariam recebendo, dentro daquela pergunta, quer dizer, a gente tentaria fazer essa divisão e essa discussão, ela está hoje no Congresso, está acontecendo no Congresso; na verdade, o Governo, ele não bateu na forma de distribuição, nós deixamos essa discussão que está acontecendo na Casa.

Na verdade, a decisão, a decisão estratégica é a decisão de exploração, da exploração da riqueza, em detrimento, mostrando que existe sim uma nova vocação para o país: Petróleo e gás em grande quantidade, como nós nunca vimos e nem sonhamos que pudesse existir na Costa brasileira.

Então, quem acompanha e percebe que recentemente se você tinha hoje uma reserva em torno de 14 bilhões, só com as três ou quatro descobertas já anunciadas, a gente já dobrou, então, quer dizer, isso de 2008 para cá. Quer dizer, nunca se pensou... Nós sempre... A política do Ministério sempre foi aquela da autossuficiência. A gente queria ter uma produção suficiente para necessidades nacionais. Nós nunca, de fato, pensamos que pudéssemos hoje, dois anos depois, estar com essa riqueza toda disponível.

Além da nossa autossuficiência e da manutenção mínima que nós precisamos, nós estaríamos exportando e transformando isso em riqueza para o país. Esse é o primeiro ponto. E essa riqueza e essa distribuição dessa riqueza sendo discutida atualmente no Congresso.

É importante dizer sobre a vocação... A vocação locacional da riqueza. Eu não posso escolher se eu vou descobrir óleo a 500 km da costa ou no interior da Amazônia. Infelizmente, isso é uma série de conjecturas ambientais, diga-se de passagem, e que gerou e que propiciou que aquela riqueza estivesse naquela posição.

Hoje, com relação à Amazônia, nós temos sem dúvida nenhuma, o melhor óleo do Brasil está em Urucu; o óleo mais leve, de melhor qualidade, você tem gás. Existe toda uma política do Ministério em consonância com a Agência Nacional do Petróleo, no sentido de estar intensificando a exploração de gás, porque seria mesmo retendo todo esse gás. Por exemplo, agora que se discute no pré-sal, na margem Sudeste, seria extremamente dispendioso estar tentando levar esse gás para qualquer região país. Significa gasodutos e outras infraestruturas que atualmente nós não temos.

Então, se nós podemos encontrar o gás ou o óleo naquela região, principalmente em terra, que é uma exploração muito mais... Com exceção da Amazônia, mas que é uma exploração muito mais simples e muito mais fácil e até lembrando o que a Beatriz colocou, que você já faz uma rejeição de CO2 em terra, quer dizer, é uma situação completamente distinta do que nós precisamos desenvolver para uma profundidade que é essa que o pré-sal hoje estamos explorando.

Quer dizer, são situações extremamente distintas e você não consegue sequer fazer uma conexão mínima sobre tecnologias e sobre outras necessidades para aquela área. Então, eu gostaria que esse registro ficasse bem claro.

Eu queria, inclusive, o senhor fez uma série de perguntas sobre o meio ambiente, a preocupação com oceano... O que eu queria dizer é o seguinte. A região hoje... Existe um programa no nível do ministério, que chama Programa de Mobilização da Indústria do Petróleo e Gás, PROMINP, eu não sei se o senhor já teve conhecimento sobre esse programa, é um programa que ele tenta e ele vem tratando de uma série de assuntos inerentes à indústria do petróleo, entre elas, o meio ambiente. Existe um Comitê Técnico de meio ambiente, e existe, acerca de dois anos, uma interrelação com o Ministério de Meio Ambiente extremamente profícua.

Nós temos um projeto, onde nós estamos avaliando, e os resultados desse projeto devem estar saindo no primeiro semestre do ano que vem, sob coordenação, em parte do MME e em parte do MMA, pela Secretaria Executiva, Dra. Isabela, no sentido de estar trazendo a vertente ambiental para o planejamento das rodadas de licitação. E nós estamos trazendo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAMILTON MOSS DE SOUZA: Eu não vou falar para o senhor que nós vamos estar selecionando a avaliação ambiental estratégica como ferramenta prioritária. Mas uma ferramenta semelhante ou próxima, com esse foco: a vertente ambiental no planejamento de longo prazo na oferta blocos exploratórios, tanto na região ao pré-sal, quanto na região de concessão, que é o restante do país, isso vale tanto para a terra quanto para o mar.

Então, essa sistemática está sendo desenvolvida; o PROMINP deve estar trazendo, não só a proposta, mas toda a parte legislativa que vai precisar ser alterada para que, por exemplo, alguém fique responsável

por essa avaliação. E aí, dentro dessa integração, a gente, estudando os outros países, a gente percebe, realmente, nos Estados Unidos, quem faz essa avaliação é a própria Agência de Minas dos Estados Unidos em consonância com a Agência de Meio Ambiente.

Então, quer dizer, é uma integração que nós migrando para ela no país também. E essa fiscalização deve estar sendo feita sob supervisão do Meio Ambiente, possivelmente pode até ser feita pela própria Agência Nacional do Petróleo no sentido de estar interligando. O que nós temos de experiência, e aí é até um conforto que eu traria aqui para a discussão, é o seguinte: Uma das bases do nosso trabalho é exatamente a experiência que a PETROBRAS vem desenvolvendo na exploração de petróleo e gás na costa brasileira.

Então, a PETROBRAS já tem licenças regionais na área, então, nós temos três licenças regionais; nós temos uma que pega do Espírito Santo até o Norte da Bacia de Campos; nós temos outra que pega o coração da Bacia de Campos e temos outra que pega toda a região de Santos, inclusive a região do pré-sal, que nós estamos... Que atualmente nós estamos tratando.

Possivelmente seja a região mais conhecida ambientalmente no oceano que existe hoje no país, por quê? Porque existe um monitoramento por parte da PETROBRAS e do IBAMA, de todas às condições, de todas as necessidades nessa região, principalmente no que se refere à Bacia de Campos e o Sul da Bacia do Espírito Santo. Então, quando a gente coloca o polígono do pré-sal em cima dessa área geográfica, onde a licença é praticamente automática... Quer dizer, você vai fazer uma perfuração nessa área, você simplesmente comunica ao IBAMA e você tem essa anuência de forma bastante rápida. Por quê? Porque esse monitoramento que é feito e esse conhecimento da região, ele já realmente já traz essa tranquilidade para o órgão de meio ambiente, para que dê essa licença de forma expedita.

Então, nós temos uma sobreposição, eu diria assim praticamente de 80%; a área do pré-sal tem 80% da sua área recoberta por esse tipo de licença regional que hoje o IBAMA dá à PETROBRAS. E como a PETROBRAS é a única operadora do pré-sal, para o pré-sal, a gente teria essa situação ambiental bastante organizada, então, nós poderíamos estar propondo áreas para partilha, na região do pré-sal, com bastante tranquilidade. Então é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu queria fazer um comentário quanto à avaliação ambiental estratégica, eu também aceito negociações; não podemos chegar lá, chegamos um pouco próximos, não tem dúvida. Só que o verbo não é esse, "nós temos a licença", nós demos licença; quem tem é a PETROBRAS; é um pouco diferente. Porque é uma das dúvidas que eu tenho também nesse processo é que a exploração do pré-sal implica em outras... É uma atividade que se dá no mesmo contexto, mas ela é de outra natureza, ela representa perfurações mais profundas, há um... Vai se mexer lá em baixo, então, é necessário que a gente tenha também um conhecimento do como esse novo tipo de perfuração vai influenciar a vida que está por ali. Eu acho que também seria interessante esse...

Mas, de qualquer, maneira sua exposição já mostrou que estamos nos aproximando, e a avaliação ambiental estratégica a ONU já colocou até uma cartilha na internet, que é fácil de a gente já se aproximar dela o mais rapidamente possível.

A senhora tem a palavra para nós encerrarmos. A senhora foi a última a intervir...

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Eu não vou perder a oportunidade de fazer um esclarecimento em cima do comentário do Deputado Gabeira, com relação ao conhecimento das emissões do petróleo da operação do pólo pré-sal.

Como foi colocado aqui, esse modelo de distribuição ainda está em estudo, mas é importante que se faça o esclarecimento para que, uma vez definida a reinjeção, a emissão do CO2 que virá dessa operação é uma emissão típica da operação. Então, nós vamos falando 50 milhões que a PETROBRAS, toda a PETROBRAS emite hoje no país, então não vai ser... Eu queria desmistificar um pouco esses números que se colocam.

Então, vai ser algo compatível com o que emite hoje a PETROBRAS. Então, pelo menos até a previsão que a gente tem de aumento de produção com relação à produção de hoje até 2020, seria dobrar a produção. O plano estratégico aponta chegarmos a produção no Brasil em torno de cinco, que vai [ininteligível] em 2020.

Isso significaria algo em torno de 20 milhões. Estamos falando num inventário brasileiro, mesmo ainda o último, vamos atualizá-lo, mas o último foi um bilhão, um bilhão e 400, algo nessa ordem de grandeza, referente a 94, enfim, estaríamos, nessa atualização, com alguma coisa entre dois bilhões e três bilhões, estimamos.

E estamos falando, então, de 50 milhões, nas emissões da empresa, é algo que pode acrescer com a produção em torno de 20, uma estimativa bem preliminar, uma vez definida que a reinjeção vai ser feita.

Eu agradeço a oportunidade da fazer um pouco esse esclarecimento e desmistificar um pouco esses números tão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu agradeço a sua intervenção final, já estamos caminhando, é que os números, talvez, digam mais, porque, quando a gente fala 50 milhões, sãs emissões da PETROBRAS. Agora, essa coisa que a PETROBRAS vende reemite também, aí a senhora não calcula [risos]. Então, tem esse lado também [risos].

SRA. BEATRIZ NASSUR ESPINOSA: Então, um esclarecimento também nessa linha é que o pré-sal, ele não gera demanda. O pré-sal não vai gerar uma demanda. Essa demanda está colocada, acho que também é uma oportunidade de fazer esclarecimento, não é a operação e a produção que vai estar gerando o compromisso do país de seguir com a matriz limpa está colocado, foi reforçado aqui pelo MME. Está bom? Entendeu?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Muito obrigado a todos. Foi uma excelente Audiência Pública. Muito obrigado a todos. Esperamos contar com todos aqui em outras oportunidades.

Sessão encerrada às 17h07.

33ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de novembro de 2009, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

As quinze horas, do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Senador Jefferson Praia, Senador Gilberto Goellner, Senador Cícero Lucena, Deputado Colbert Martins, Deputado José Guimarães, Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Jorge Khoury, Deputado Luiz Carreira, Deputado Rômulo Gouveia** e **Deputado Sarney Filho**. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício Circular nº 478/2009, firmado pela senhora Jussanan P. dos Santos, Chefe de Gabinete do Senador Romeu Tuma, comunicando a ausência de Sua Excelência no período de 12 a 26 de novembro de 2009, por se encontrar na 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidenta declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à apresentação e discussão do Relatório Final do Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão, em conformidade com o *Parágrafo Único* do art. 9º da Resolução nº 4, de 2008-CN. Ato contínuo, assume a presidência dos trabalhos o Deputado Sarney Filho. A Presidência passa a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Colbert Martins para que profira o seu relatório. Após a leitura, é concedida vista coletiva aos membros da comissão, por solicitação do Deputado Rômulo Gouveia, Senador Cícero Lucena, Senador Renato Casagrande e Deputado Sarney Filho. Usaram da palavra os senhores parlamentares Senador Jefferson Praia, Senador Renato Casagrande, Senadora Marina Silva, Deputado Luiz Carreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, Dulcidia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão e, publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Deputado **Sarney Filho,** Presidente em exercício.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. E antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Parlamentares que... Dispensa da Ata. Então, Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam, permaneçam como se encontram.

Há expediente sobre a Mesa, que passo a ler. Orientação do Senador Romeu Tuma, comunica a V. Sa., a fim de justificar suas ausências nas reuniões dessa comissão, que S. Exa. participa como observador parlamentar da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, no período de 12 a 26 do corrente. É o Senador Tuma encaminhando, ele está em "Niviorque", como a gente diz. Faz muita falta a presença do Senador.

A presente reunião destina-se a apresentação e discussão do relatório do Deputado Colbert Martins, relator da Comissão, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 9º, da Resolução n°. 4, de 2008, que estabelece o seguinte: Parágrafo Único do art. 9º: *"O relator apresentará, até o fim da sessão legislativa em que for eleito, o relatório anual das atividades desenvolvidas*". E é desta forma, então, que o nosso relator, Deputado Colbert Martins, estará apresentando o seu relatório, para que nós possamos dar início à discussão e à consequente aprovação da matéria.

Como eu tenho um compromisso que eu não tenho menor condição de remanejar, eu convido, antes

de passar a palavra ao nosso relator, Deputado Colbert Martins, eu convido o Deputado Zequinha Sarney para que possa exercer o trabalho de presidência dos trabalhos da nossa Comissão e aguardo a chegada, porque assim o Deputado Zequinha já passa a palavra para o Deputado Colbert Martins.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Senadora Ideli. Prazer estar aqui, concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins, relator da Comissão, para proceder a leitura do relatório e após daremos início à discussão.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sr. Presidente Sarney, Sarney Filho, que preside essa missão, parece até premonição, você preside a Comissão exatamente no dia do relatório, quem sabe... Já que, no próximo ano, a presidência vai para a Câmara e o Senado vai ter a relatoria, nós vamos chamar o Deputado Bassuma que atua nessas esferas aí mais para cima para a gente saber... [risos] Mas de qualquer forma é um representante do Partido Verde e, como representante do Partido Verde, assume a presidência nesse momento importante.

Sr. Presidente, eu vou fazer uma leitura breve, até porque a matéria foi distribuída, a matéria foi distribuída através de meio eletrônico, desde a semana passada, para todos os gabinetes, a matéria é de conhecimento, acredito, amplo. Hoje, por razões de várias decisões estarem sendo tomadas nesse momento, tanto no Senado quanto na Câmara, nós não temos o número suficiente de pessoas para poder fazer uma análise melhor do relatório. E eu pediria tanto a V. Exa. quanto ao Deputado Roberto que aqui pudéssemos entender que essa matéria, não é o caso de ser aprovada de imediato, mas que os senhores que estão aqui, presentes, pudessem pedir vistas, para que nós tivéssemos exatamente um período aí de uma semana a mais, temos tempo suficiente para que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Mas eu peço a V. Exa. que proceda a leitura do relatório, para que a gente possa, após a leitura, e a leitura que se dará evidentemente de maneira sucinta, como V. Exa. bem o sabe fazer, e após a leitura no processo de discussão, certamente nós iremos pedir vista para que os companheiros possam**--**

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Deputado Sarney, a assessoria nos informa que o que nós poderemos fazer é adiar a discussão. A discussão se inicia e é adiada, e, após a discussão, poderemos pedir vista.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): O que eu acho é o seguinte. Talvez a assessoria possa me corrigir. Mas se a gente fizer a leitura, abrir a discussão e, no processo de votação, nós pedimos vista, que é no processo de votação que se pede vista, não é? Então vamos proceder à leitura e depois a gente, durante o processo de discussão, semana que vem, você pede a vista.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sr. Presidente, de qualquer forma, nós vamos ter o período de uma semana aí que pode ser utilizado da melhor forma para aperfeiçoar essa discussão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): A minha intenção é que a gente não dê espaço para mais protelações. A Comissão saiba que, daqui a uma semana, nós vamos votar.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Nós vamos votar a matéria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Então, aqueles que se interessarem promover alguma mudança, fazer alguns reparos, têm uma semana para que possam fazer isso.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sr. Presidente, esta Comissão Mista foi criada pela Resolução n°. 4, de 2008, no Congresso Nacional, como proposta apresentada pela Comissão Mista Especial sobre a mesma temática. Instalada em 17 de março de 2009, tem objetivo de aglutinação dos esforços das casas legislativas federais e do Congresso Nacional em debater e dar destaque a um assunto que, além de premente, é um dos mais importantes, não apenas dos aspectos ambientais. Essa comissão funcionou à base de convites, discussões de vários temas, todos eles aqui presentes, reuniões de audiência climática. A Telma Krug, por exemplo, do INPE, foi uma das primeiras aqui convidadas, tiveram, discutiram bastante sobre os nossos temas. A Senadora Marina convidou também o Altino Ventura Filho, do Ministério de Minas e Energia; aqui tem uma sequência. O Luiz Antônio Barreto de Castro, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Os temas foram... Dr. Carlos Nobre, do INPE, também, aqui, conosco, por mais de uma vez, aqui esteve. O Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos, do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; o Virgílio Viana, da Fundação Amazônia Sustentável. As técnicas de validação de mecanismos de desenvolvimento limpo. Várias pessoas do Ministério do Meio Ambiente e de várias outras áreas do conhecimento e do meio ambiente.

Fizemos Audiências Públicas em vários estados, a Bahia foi um deles, e nós tivemos uma presença extremamente importante. Me informa o Senador Jefferson Praia que haverá uma discussão em Manaus, ainda no dia de amanhã. Eu assegurei a ele que, se houverem sugestões, esse prazo, até a próxima semana, pode

ser suficiente para que se possa absorver novas sugestões no nosso relatório. A participação de todos... A participação dos outras biomas aqui também foi discutido. A questão dos estádios solares e da Copa do Mundo de 2014, esta proposta que nós entendemos importante está acrescentada também, que é de termos a neutralização de todas as emissões na Copa de 2014 e também diretamente na Olimpíada de 2016. De pressão importante, eu estive presente, o Deputado Sarney também acompanhou nesses momentos, a Deputada Vanessa Grazziotin, a Presidente dessa Comissão. Estivemos junto com o Presidente da Câmara dos Deputados por mais de uma vez e se conseguiu que, nesse último mês, tivéssemos a aprovação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, matéria que foi aprovada na Câmara dos Deputados e tramita... estivemos também com o presidente Sarney, e tramita... Com a presença também do Deputado Sarney Filho. E tramita com rapidez nesta Casa Legislativa e a sua aprovação deve acontecer, se não nesta semana, na próxima. Também aprovamos o Fundo de Mudanças Climáticas, está aprovado na Câmara dos Deputados, e tramita, também, neste momento, aqui, no Senado Federal, e nós entendemos que essas matérias são extremamente importantes e que possam seguir de forma rápida, constituindo um arcabouço jurídico para que nós tenhamos aqui, no Brasil, as condições de enfrentarmos, não só essa, mas outras situações desafiantes desse tipo de realidade.

Discutimos também – está pronto para votação na Câmara dos Deputados – a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estamos esperando a conclusão das discussões sobre o pré-sal e há um compromisso também do Presidente Michel Temer em tentar votar essa matéria em dezembro. Se for dessa forma, até porque a matéria encontra-se bem discutida, com pouquíssimas dificuldades, nós teremos um avanço extremamente importante em termos legislativos. Esta Comissão tem o caráter de fazer uma análise do ponto de vista legislativo, nós não temos poder de análise do Congresso sobre essas decisões. Diferentemente dos Estados Unidos, as decisões são tomadas e aprovadas no Congresso Americano. Aqui, no Brasil, essa discussão, em vários outros países do mundo, está afeta ao Poder Executivo diretamente. Então, no nosso ponto de vista, eu vou fazer uma leitura das recomendações e tento fazer, e espero que, durante essa semana, se for o caso, nós possamos ter acréscimos importantes.

"*Apresenta-se, a seguir, indicações das proposições sobre mudança do clima, a serem votadas na Câmara dos Deputados. A primeira das proposições é o PL 19/2007, do Deputado Sarney Filho, que dispõe sobre o estabelecimento de metas votadas para a redução de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa. O projeto, originalmente conclusivo nas comissões, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Comissão de Constituição e Justiça, mas foi interposto recurso em 13/12/2007 para apreciação em Plenário, o qual aguarda deliberação. Assim, de qualquer forma, a aprovação depende do Plenário. A segunda é formada pelo Projeto de Lei 493/2007, do Deputado Eduardo Gomes, que dispõe sobre a organização e regulação do mercado de carbono na bolsa de valores do Rio de Janeiro, através da geração de redução certificada de emissão, RCE, em projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo, MDL, e seus apensos. Ainda não tem parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação. Vale citar ainda o PL 203, de 1991, do Senado Federal, que dispõe sobre o acondicionamento, coleta e tratamento de transporte e a destinação final dos resíduos de serviço de saúde. Nesta proposição, estão apensados cerca de 150 projetos de lei que tratam de questões variadas, relativas a resíduos sólidos. O projeto foi aprovado de análise da Comissão Especial, que, em 04 de setembro de 2006, aprovou a proposição principal e seus apensos. A matéria ainda deve ser analisada no Plenário da Câmara dos Deputados. Posteriormente à aprovação da Comissão Especial, outras proposições foram apensadas. Institui-se o Projeto de Lei 1991, de 2007, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Em face da complexidade do tema e de diversos setores envolvidos, em 04 de junho de 2008, a Mesa da Câmara dos Deputados decidiu constituir grupo de trabalho para examinar o parecer, proferido pela Comissão Especial, ao PL 203/91, com vistas a viabilizar a votação em Plenário. O trabalho concluído em 15 de outubro passado, com aprovação de subemenda substitutiva global de Plenário, do PL 203/91 e seus apensos, oferecidos pelo coordenador do grupo, Deputado Arnaldo Jardim. Assim, a matéria está pronta para votação no Plenário. Essa matéria tem um consenso muito grande na Câmara dos Deputados, nesse momento.*

Entre os projetos de lei em tramitação no Senado Federal, destaca-se o PLC 283/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências, já aprovada na Câmara dos Deputados, e o PLC 284/2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, altera os arts. 6 e 50, da Lei n°. 9.478, de 06 de agosto de 1997. Recomenda-se que a nossa Comissão de Mudanças Climáticas priorize os seguintes temas, cujos resultados práticos contribuirão para a redução de emissões na esfera nacional.

Legislação: 1) Votar os projetos de lei que cria o Fundo e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Aprovar a política nacional de resíduos sólidos, com as seguintes estratégias de redução de emissões, a serem implementadas pelo setor de resíduos: minimização de geração de resíduos urbanos, esgotos domésticos e afluentes industriais; implementação de coleta seletiva, reciclagem, reuso de resíduos urbanos, esgotos domésticos e afluentes industriais; tratamento de disposição final de resíduos, preservando as condições sanitárias e promovendo a redução das emissões de gás de efeito estufa; exigência de instalação de equipamentos e manutenção de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos como condição para obtenção das pertinentes autorizações legais para empreendimentos de alta concentração ou circulação de pessoas; adoção, por parte de empresas responsáveis pela gestão de esgotos sanitários e medidas de controle e redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa, provenientes das suas estações de tratamento; adoção pelo poder público e setor privado das medidas de desestímulo ao uso de sacolas plásticas, ou não biodegradáveis, bem como de embalagens excessivas ou desnecessárias; instrumentalizar regimentalmente a nossa Comissão de Mudanças Climáticas para a condução de ações de fiscalização e controle; apresentar projeto de resolução ao Congresso Nacional para atribuir poderes a esta Comissão, para apreciar preliminarmente proposições que disponham sobre as competências dispostas no art. 1 º, da Resolução n°. 4, que criou esta Comissão; criar, no âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas, portal na internet para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Mudança do Clima. 2) Transportes. Estabelecer marco regulatório sempre inspeção veicular. Estudar junto ao Poder Executivo alternativas para estímulo, inclusive fiscal, ao transporte público. Alterar o PRONCOVE para incluir limite de emissões de gás carbônico. Incentivar a adoção de certificação independente para a produção do etanol veicular, envolvendo todas as etapas de produção. Discutir as seguintes estratégias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa no setor de transportes, a serem adotados pelos diferentes níveis de governo, com a finalidade de garantir a consecução dos objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. I) Gestão e Planejamento; internalização da dimensão climática do planejamento na malha viária e da oferta de diferentes modais de transportes; instalação dos sistemas inteligentes de tráfego para veículos e rodovias, objetivando reduzir congestionamentos e consumo de combustíveis; planejamento e implantação de sistemas de tráfego tarifado, com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa, devendo a arrecadação ser utilizada obrigatoriamente para ampliação da oferta de transporte público; promoção de medidas estruturais e operacionais para melhoria das condições de mobilidade nas áreas afetadas por pólos geradores de tráfego; estímulo à implantação de entrepostos e terminais multimodais de carga, preferencialmente nos limites dos principais entroncamentos rodo-ferroviários, instituindo-se redes de distribuição capilar de bens e produtos diversos; desestímulo ao uso de veículos de transporte individual, através da expansão da oferta de outros modais de viagens; estabelecimento de campanhas de conscientização a respeito dos impactos locais e globais do uso de veículos automotores do transporte individual, enfatizando a questão relacionada às opções de transporte, congestionamento, relação entre poluição local e impacto global, impacto sobre a saúde, entre outros; promoção de taxação sobre combustíveis fósseis, cujos recursos deverão ser aplicados em projetos de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, por meio do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas.

Dos modais. Ampliação das ofertas de transporte público e estímulo ao uso de meio de transporte com menor potencial poluidor e emissor de gases de efeito estufa, com ênfase na rede ferroviária, metroviária, trólebus e outros meios de transporte utilizadores de combustíveis renováveis; ampliação de malha ferroviária e estímulo à adoção de trens elétricos e trens de alta velocidade para serem usados como alternativas, inclusive aos aviões; estímulo ao transporte não motorizado, com ênfase na implementação de infraestrutura e medidas operacionais para o uso da bicicleta, valorizando a articulação entre modais de transporte; implantação de medidas de atração do usuário de automóveis para utilização do transporte coletivo; regulamentação da circulação, parada e estacionamento de ônibus fretados e criar bolsões de estacionamento ao longo do sistema metroviário.

Do tráfego. Planejamento e implantação de faixas exclusivas para veículos, com taxa de ocupação igual ou superior a dois passageiros das rodovias; estabelecimento de programas de incentivo para a carona solidária ou transporte compartilhado; reordenamento e escalonamento de horários e períodos de atividades públicas e privadas; compatibilização dos limites de velocidade em rodovias e vias públicas, com objetivos ambientais e emissões de gases de efeito estufa; restrição de estacionamento em zonas saturada de trânsito.

Das emissões. Avaliação das emissões dos diferentes setores de transporte, visando estabelecer estratégia de minimização de emissões; determinação de critérios de sustentabilidade ambiental e estímulo

à mitigação dos gases de efeito estufa, na aquisição de veículos da frota do poder público e contratação de serviço de transportes; promoção de conservação e uso eficiente de energia no sistema de trânsito; implementação dos programas de inspeção e manutenção veicular para toda a frota de veículos automotores, inclusive motocicletas; estabelecimento de limites de metas de redução progressiva, promoção e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa.

Na área de energia, discutir com o Ministério de Minas e Energia o Plano Nacional de Expansão do Setor Elétrico, para evitar aumento de participação de combustíveis fósseis na matriz energética, estabelecer estímulos fiscais à geração de energia eólica e solar; alterar o marco regulatório do setor elétrico, para permitir e estimular formas alternativas de geração, como a geração individual de energia solar ou eólicas, ligadas ao sistema; estabelecer limites legais de perdas técnicas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando os fatores regionais de operação do sistema; discutir as seguintes estratégias de mitigação de emissão de gases de efeito estufa no setor elétrico: promoção de medidas de eficiência e conservação energética; proibição da aplicação de subsídios dos combustíveis fósseis; diminuição das emissões de carbono no setor de geração de energia elétrica, segundo metas, diretrizes e programas a serem definidas em leis; estímulo a projetos de cogeração de alta eficiência; incentivo para a produção de tecnologias e desenvolvimento de projetos de geração de energia, a partir de fontes renováveis, como solar, eólica, hidroelétrica, biomassa, das marés, células de combustível, biodiesel, entre outras; substituição gradual do uso de carvão mineral até a sua total eliminação, segundo prazo a ser estabelecido em lei; eliminação gradativa da energia nuclear como fonte de energia. Essa, na vista, nós corrigiremos essa, inclusive desse tipo. *Controle e redução de emissões de metano no setor elétrico, redução de geração de metano com aterros sanitários da promoção de utilização de gás, gerando fonte energética; promoção de programas de eficiência energética em edifícios comerciais públicos e privados e residências; promoção e programa de consumo sustentável de energia, incluindo a rotulagem de produtos e processos mais eficientes, sob o ponto de vista energético; medição, comparação, monitoramento e controle de efeitos relacionados à destruição de áreas naturais e suas consequências, em razão da implementação de novos meios de geração de energia.*

Recursos naturais renováveis. Estudar o impacto das mudanças climáticas na acidificação dos oceanos; atingir metas de desmatamento ilegal zero, não apenas na Amazônia, mas em todos os biomas brasileiros; atualizar e fortalecer a implementação do plano nacional para prevenção de controle do desmatamento da Amazônia e criar planos semelhantes para biomas cerrado e caatinga; retomar e implementar o Plano Amazônia Sustentável; discutir as seguintes estratégias de redução de emissão por setor: promoção de pesquisa e educação para demonstração do papel das florestas plantadas e áreas naturais do ciclo de carbono, como serão afetadas pelas mudanças climáticas; desenvolvimento e promoção da restauração de áreas naturais, a silvicultura, espécies nativas, tendo em vista o objetivo de estabilização climática; desenvolvimento e promoção dos sistemas agroflorestais, baseados em espécies nativas; promoção e certificação de produtos florestais; promoção de medidas de combate a incêndios florestais; promoção de projetos que visem a criação ou ampliação de sumidouros florestais; zoneamento ecológico econômico; estímulo à criação e implementação de unidade de conservação em todo o território nacional; estímulo à criação de reservas particulares do patrimônio natural; promoção à redução de destruição de áreas de reserva natural; promoção de projeto de redução de emissões de desmatamento e degradação, REDD, como mecanismo de compensação pela manutenção de florestas, cujo objetivo seja criar um mercado que reduza as emissões globais de gases de efeito estufa; promoção de projetos de remoção do carbono atmosféricos, vinculados a áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; promoção de incentivos econômicos que visem a criação e ampliação de sumidouros, visando recuperação de florestas; discutir as estratégias de redução de emissões a serem implementadas pelo setor de recursos hídricos, como a criação de uma política nacional de oceanos; criação de 20% de áreas marinhas protegidas e costeiras; apoio do governo na criação de reservas marinhas de proteção integral; estabelecimento, em um prazo máximo de seis meses, de um sistema de estimativa de emissões de poluição marinha por fontes terrestres; criação, até 2009, de um plano de pesquisa de oceanos; implementação de instrumentos econômicos para garantir implementação de leis de proteção a recursos hídricos. Em particular, os incentivos fiscais referentes a reuso da água. Implementação de todas as bacias hidrográficas do país e cobrança pelo uso da água até 2010. Isso também tem que ser modificado. Promoção de campanhas nacionais de redução do consumo de água; incentivo de desenvolvimento de tecnologias para reutilização de águas em processos industriais, irrigação, entre outros; discutir as seguintes estratégias de mitigação da emissão de gás de efeito estufa no setor doméstico: adoção de políticas de implantação de

medidas para promoção de conservação de eficiência energética; promoção de campanhas educativas; de tecnologia para aparelhos domésticos mais eficientes; de incentivos econômicos a aparelhos domésticos menos impactantes; implementação da coleta seletiva e minimização de recursos biodegradáveis; minimização de eliminação de hidrofluocarbonos, como gás de refrigeração entre outros; implementação de incentivos fiscais referentes ao uso de energia solar.

No setor industrial. Adoção de processos menos intensivos no uso de combustíveis fósseis; medidas de conservação e eficiência energética; minimização do consumo e promoção, reutilização de coleta seletiva; introdução da responsabilidade pós-consumo dos produtores; investimento de novas tecnologias menos intensivas no uso de energia, menos poluentes; investimento em incremento de tecnologia do controle da poluição; promoção de ações para reduzir emissões de metano nos rejeitos industriais, através de reciclagem e compostagem; promoção de medidas para redução gradual eliminação de emissões de vários tipos de gases; obrigatoriedade de realização periódica de inventários coorporativos e sua publicação; estímulo à participação das indústrias no mercado de carbono; obrigatoriedade de estabelecimento de gerências ambientais nas unidades operativas de indústria; estímulo para intercâmbio de informações sobre eficiência energética e medida de controle e redução e emissões; promoção e aproveitamento do metano eliminado nos processos industriais como fonte energética.

No setor agropecuário. Adoção de boas práticas do setor agropecuário do ponto de vista de mudanças climáticas; adoção de políticas e medidas para minimizar as emissões de carbono, decorrentes do uso do solo; adoção de medidas para minimizar o uso de fertilizantes inorgânicos; aumento dos sumidouros agrícolas e florestais; pesquisa de alternativas de dietas de animais, buscando redução de emissões de metano; minimização de emissões decorrentes de dejetos animais; promoção de campanha de conscientização de produtores e trabalhadores no setor agropecuário sobre a produção agropecuária e mudanças climáticas; pesquisa no setor agropecuário em vista do equilíbrio climático; promoção de produção agrícola, tendo em vista a geração de energia, biomassa; incentivos econômicos para agropecuária, em vista do equilíbrio climático; promoção de projetos agrícolas demonstrativos para permitir melhor entendimento do ciclo de carbono; medidas de eficiência energética no campo; promoção de medidas para contenção e eliminação gradual do uso do fogo e atividades agropecuárias; criação de sistemas governamentais de certificação socioambiental de atividades agropecuárias; fomentar a pratica da agricultura orgânica.

Com setores da construção civil. Obediência a critérios de eficiência energética e sustentabilidade ambiental; obediência a critério de eficiência energética e arquitetura sustentável; introdução pelo poder público de medidas de eficiência energética em ampliação de áreas verdes; emprego de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal; fomento, pelo poder público, ao uso agregado, reciclado das demolições e reutilização de materiais em obras públicas; fixação de parâmetros e critérios de arquitetura e urbanismo sustentáveis.

Com o Ministério da Saúde. Investigar e monitorar fatores de risco à vida e à saúde; realização de campanhas de esclarecimento sobre suas causas e efeitos e formas de evitar doenças relacionadas à mudança do clima; promoção, incentivo e divulgação das pesquisas relacionadas ao efeito de mudanças climáticas; adoção de procedimentos direcionados à vigilância ambiental e epidemiológica, entomológica, em locais de situações selecionadas, com vistas à detecção rápida de sinais de efeitos biológicos de mudança do clima; aperfeiçoamento de programa de controle de doenças infecciosas de ampla dispersão com altos níveis de endemicidade sensíveis ao clima, especialmente Malária e Dengue; treinamento da Defesa Civil e criação de sistema de alerta rápido para gerenciamento de impactos à saúde, decorrentes dessas mudanças do clima; divulgação de dados relativos aos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde pública.

Participação do poder local. Estudar formas de inclusão dos municípios nas discussões em ações relativas à mudança do clima; incentivar a elaboração de implementação de planos estaduais da mudança do clima; discutir as seguintes estratégias adaptações e mudança do clima: estabelecimento do programa sistemático de monitoramento de dados costeiros e oceânicos, elaboração de estudos aprofundados sobre vulnerabilidades do país, diante das mudanças climáticas, especialmente nas regiões semiárida e costeira; incorporação de cenários de vulnerabilidade nas políticas de planos setoriais do setor portuário do plano nacional de saneamento básico e no planejamento da ocupação costeira; fortalecimento dos sistemas de alerta e prevenção de desastres de estruturas como o sistema nacional de Defesa Civil; revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e programa PROAGUA do semiárido para incorporar a possíveis impactos de mudanças do clima sobre a disponibilidade de águas atuais e futuras gerações; investir na capacitação e conscientização dos gestores públicos sobre a necessidade considerarem o cenários de mudança climáticos

quando da elaboração de políticas públicas, especialmente no caso de política para agricultura; formular a diretriz sobre a adaptação às mudanças do clima de política de agropecuária incorporando inclusive estudos de pesquisas realizadas pela EMBRAPA; incorporar cenários de mudanças climáticas na implementação de política de outorga de água nos estudos de disponibilidade de recursos hídricos; equacionar problema de disponibilidade de sedes históricas de dados meteorológicos, sob a guarda do INMET, a comunidade científica, com vistas a viabilizar o conhecimento do clima e estudos através de mudanças climáticas; encaminhar ao Poder Executivo recomendação para que o país assuma metas de reduzir, em 2020, emissões antrópicas, agregadas brasileiras, expressas em dióxido de carbono equivalente a dos gases de efeito estufa, listados no Protocolo de Kyoto, a níveis de 1990, por meio de entre outras ações; zerar o desmatamento no Brasil até 2015; garantir pelo menos 25% de eletricidade a ser gerada até 2020, por meio de fontes renováveis de energia; reduzir em 15% o consumo projetado de energia elétrica em 2020, por meio de medidas de eficiência energética; estabelecer metas anuais de redução de participação de fontes nuclear, óleo combustível, carvão mineral e matriz elétrica nacional, até sua completa eliminação em 2040; transformar pelo menos 30% do território costeiro marinho brasileiro em áreas protegidas até 2020.

A Senadora Marina faz uma proposta de resolução, visando modificar as ações dessa nossa comissão. A proposta está incluída no nosso relatório, diz que essa resolução é parte integrante do Regimento Comum, dispõe sobre a criação no âmbito do Congresso Nacional da Comissão de Mudanças Climáticas, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar, bem como, de modo contínuo, ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Acrescenta que compete a essa Comissão, sem prejuízo das atribuições da Câmara e do Senado, e de suas comissões, apreciar e emitir parecer sobre matérias relativas a assuntos referidos no caput e que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional, observados no que couber os prazos e procedimentos estabelecidos no Regimento Comum e seus subsidiários. O despacho das matérias do que trata o § 1° para a nossa comissão será feito pelo Presidente da Casa, a qual a proposição teve início. O disposto nos arts. 6° e 9° não se aplica aos relatores das matérias do que trata o § 1°, que serão designados pelo Presidente da nossa Comissão, observada a alternância entre os membros de cada uma das Casas".

Esta, de forma breve, Sr. Presidente, é a leitura do nosso relatório, que contemplou basicamente todas as discussões que aqui, nesse período, foram realizadas, e que eu fiz questão de descrevê**-**las todas aqui, esperando que nós possamos aperfeiçoar o máximo possível esse relatório.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Parabenizo V. Exa. pelo relatório amplo, abrangente e que acolheu muitas das nossas sugestões. Eu já tinha recebido o sinal do Deputado Rômulo Gouveia e do Senador Cícero Lucena, que iriam pedir vistas, porque o relatório está lido. Segundo o Regimento do Senado, antes de começarmos a discussão, a gente deveria colocar. Então, o Senador Casagrande também está pedindo vistas do parecer, e eu também estou pedindo vista conjunta do parecer. Então**--**

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho, Presidente, que a gente deveria, além da vista coletiva, para a gente poder ter um tempinho de analisar, de estudar, de ler, até a próxima semana... Eu fui relator desta comissão, quando era Comissão Temporária Especial, durante dois anos, e sei da importância do relatório, quero parabenizar ao Deputado Colbert Martins, está certo?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): [ininteligível] Na realidade, compilamos muitas daquelas, atualizamos algumas, agradecer a V. Exa.**--**

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É isso. Agora, eu acho que o trabalho do Congresso é um processo de aperfeiçoamento, anualmente revisando as propostas com relação a esse tema. Então, eu também quero pedir vista e eu queria me pronunciar, Presidente, sobre o tema, não sei se é o momento... Não sobre o relatório, mas sobre o tema. Sobre o tema, sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas, eu queria falar um pouco aqui, na Comissão**--**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): O Senador Jefferson Praia pediu a palavra, e deve ser sobre esse tema em específico, não é?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM) É, apenas para**--**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Então, após, nós vamos abrir a palavra aqui para que os membros da Comissão possam se pronunciar.

Hoje, foi um dia importante na Câmara dos Deputados. V. Exa. mesmo, Senador Casagrande, usou da palavra, a Senadora Marina também, e lamento até inclusive que nós não tivéssemos lá presentes também a Ministra Dilma e o Governador Serra, para que pudessem também expor as suas ideias para o Congresso Brasileiro. Mas foi importante.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Deputado Ciro estava?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu não me recordo se o Deputado Ciro es-

tava. Mas eu acho que, com a responsabilidade de um representando o Executivo do maior estado do Brasil e outro representando o Executivo da União, era importante a presença e opinião dessas duas ilustres figuras, hoje, nessa Comissão. Mas foi muito bem--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Mas será que foram convidados?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu não sei.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM) Então precisa ver se foram convidados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Não, eu estou só dizendo que lamento, porque seria, enriqueceria, não há nenhuma conotação aí nesse caso. Por exemplo, a Senadora Marina foi convidada pelo Partido Verde. Então, no caso, sei lá, o Partido dos Trabalhadores poderia ter convidado a Senadora Marina, que é a nossa coordenadora nacional, a Ministra Marina, como também a Ministra Dilma, como também o PSDB poderia ter convidado o Governador Serra. Porque ambos recentemente falaram sobre esse assunto, se posicionaram sobre esse assunto. E era importante que a gente fosse, ouvisse isso hoje. Mas nós vamos ter a oportunidade, deputado, ainda de ouvir acho que ambos e vai ser importante. Mas de qualquer maneira, foi muito profícua.

Eu passo a palavra ao Senador Casagrande que deseja usar. Jefferson Praia, achei que tinha falado. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu vou ser breve, Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Deputado Colbert pela primeira impressão que temos do relatório. E em segundo lugar, externar à comissão que, amanhã, estaremos no Estado do Amazonas, realizando uma diligência pública, para tratarmos dessa questão climática no nosso estado. E é claro que traremos de lá a visão do povo do Estado do Amazonas e, mais à frente, passarei o resultado dessa discussão ao relator, para que possamos ver o quanto podemos aproveitar desta que será certamente uma grande discussão lá no meu estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Senador Jefferson Praia, acho importante essa reunião que vai ter no Estado do Amazonas. Inclusive eu também iria lá. Infelizmente, por motivos de última hora, eu não vou poder ir, nós vamos ter uma convenção partidária, e, amanhã, tem um café da manhã dos membros do Congresso que vão para Copenhague, para que a gente possa ir com uma linguagem unificada, pelo menos uma linguagem que tenha o mesmo rumo, não é? Lógico que cada um se posiciona da maneira que achar conveniente, mas todos aqueles... Então, amanhã vamos ter esse café importante. Mas é importante também que se coloque a respeito do REDD. Ainda há uma grande confusão, sem saber se o REDD vai ser só com a União ou se vai ser com os estados federados. Então, essa é uma discussão que eu acho que cabe inteiramente nessa reunião e é uma discussão que ainda não está definida, não se sabe ainda como é que nós vamos nos utilizar do mecanismo REDD, se vai ser somente a União, através de um fundo, inclusive já criado, ou se os estados também, principalmente os estados da Amazônia, que estão tendo políticas também próprias, se eles também vão poder entrar nesse mecanismo de pagamento pelos serviços ambientais. Essa é uma questão que eu acho que deve ser levantada lá, no Amazonas, nessa reunião da nossa Comissão.

Bem, a palavra continua. Senador Casagrande.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, antes... Me desculpe, Senador Casagrande, só para dizer que um dos temas que iremos tratar lá é a evolução da posição do Governo Brasileiro para a Conferência de Copenhague, em relação à redução de emissões por desmatamento e degradação. Esse vai ser um dos temas que iremos abordar. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É justamente esse tema que é importantíssimo, saber como o governo vai encarar.

Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, resolvida a questão do relatório, até na semana que vem, na terça-feira... Não é terça-feira nossa reunião? Terça ou quarta?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Olha, a data, mais ou menos, da entrega, o ideal seria que as observações e as modificações fossem entregues até segunda. Terça-feira a gente poderia já fazer uma reunião para discussão e quarta-feira votarmos. Se acharmos que há consenso, na terça–feira mesmo a gente pode votar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, a reunião está marcada para terça-feira, reunião ordinária da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Terça– feira e a entrega para dia 23, segunda-feira, daqueles que tiverem sugestões a apresentar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Então eu gostaria de aproveitar o momento dessa reunião, se nós estamos tramitando, iniciando o processo de tramitação da política nacional de mudanças climáticas aqui, na Casa. Aqui, no Senado, já foi aprovado na Câmara, está tramitando no Senado. A primeira comissão, a Comissão de Infraestrutura, que

a Senadora Ideli é a relatora. A segunda comissão é a Comissão de Assuntos Econômicos, e que eu solicitei a relatoria. E a terceira comissão é a Comissão de Meio Ambiente, onde a relatora será a Senadora Marina Silva.

Nós não queremos, assim, numa conversa muito franca, muito aberta, é que a gente... Já conversamos um pouco com a Senadora Marina Silva. Nós queremos fazer um relatório que esteja pronto para Copenhague, voltado para Copenhague. E não queremos transformar este tema num tema do debate... do debate, não, da disputa eleitoral, do debate eleitoral é muito bom que ele seja tema. Da disputa eleitoral. Nesse meio tempo em que a Câmara votou, o Governo Federal apresentou uma meta. [ininteligível] apresentou uma meta, e que eu acho que já é uma mudança de postura do governo. Eu acho que o governo já deu um passo adiante no seu comportamento e na sua política, e na sua posição global perante os outros países.

Se fôssemos... Talvez pudéssemos, Presidente Sarney Filho, pudéssemos, no entendimento com o governo, nós pudéssemos, pelo menos, acrescentarmos e adicionarmos a política nacional à meta anunciada pelo governo. Institucionalizar a meta anunciada pelo governo, porque o governo apresentou uma meta. A meta do governo é uma meta do governo, não é uma meta que foi discutida com o Congresso Nacional, não é uma meta que foi discutida com sociedade. É meta do governo. Tá bom, mas eu achei que é uma mudança de postura e achei adequada, de certa forma. Mas se nós pudéssemos também transformar essa meta numa meta do Congresso, isso daria também mais responsabilidade ao Congresso, para que a gente pudesse acompanhar o desdobramento do cumprimento da meta. Tá bom. É 38,9% o máximo de redução, 36,1, a 38,9 até 2020, daquilo que iria emitir se nada fosse feito. Ok, é isso? Com base no inventário, que vai ser publicado agora, no início do ano, divulgado no início do ano, é essa? Vamos colocar isso na política.

Eu não quero criar, eu sou da base do governo, eu quero votar a matéria. E queria que os relatórios fossem todos na mesma direção, desde a Comissão de Infraestrutura amanhã, pudesse ir nessa mesma direção. Então gostaria que a Comissão aqui pudesse talvez fazer um contato com o Ministro Carlos Minc, com a articulação política do governo, porque a gente poderia, institucionalizando a meta, nós poderíamos – meta voluntária –, como foi anunciada pelo governo, nós poderíamos também acompanhar de como essa meta vai ser cumprida, como eu disse lá, no Plenário da Câmara, hoje, para não ser um número jogado ao vento. Não pode ser um número anunciado e jogado ao vento; tem que ser um número... Como é que nós vamos chegar... Qual é a estrada que nós vamos seguir, quais as estradas que nós vamos seguir, para que a gente possa chegar nesse destino, em 2020? Tem que passar por uma cidade, por outra, tem que ter um roteiro isso, não pode ser uma coisa que vai chegar num milagre lá na frente.

Então, eu acho que esse é um debate importante que a Comissão tem que passar a fazer. A Comissão de Mudanças Climáticas, que não tem o papel de apreciar projeto de lei, tem que ter o papel de ser uma comissão que fiscalize, que acompanhe, que monitore e que sugira propostas para o Poder Executivo Nacional, Federal e dos estados, dos municípios. Então eu queria fazer essa fala, acho que a gente poderia fazer o contato, a partir de agora, com o Governo Federal, para que nós pudéssemos institucionalizar a meta anunciada. Nada diferente do que o governo anunciou. Institucionalizar a meta anunciada pelo governo e amarrarmos isso de forma mais adequada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito bem, vamos repassar isso a Senadora Ideli, que é nossa Presidente de Direito. E eu já estive até conversando com ela um pouco antes, quando ela estava aqui. Me parece que essa proposta, Senador Casagrande, que já foi objetivo também de debate na Câmara, ela não é consensual. Inclusive eu mesmo fiz uma emenda que foi rejeitada nesse sentido, na Câmara. Eu tenho até um projeto de lei também nesse sentido, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça como terminativo, mas, mesmo assim, houve um recurso, e ele está aguardando a avaliação no Plenário. Então não me parece que haja consenso nisso. De minha parte, nesse mérito, eu sou inteiramente a favor que isso exista, embora seja lógico que nós vamos ter dificuldade em quantificar a meta anunciada pelo governo, porque a meta anunciada pelo governo é alguma coisa assim que não se tem um número concreto para trabalhar em cima. Ela é uma meta em cima de uma projeção e sem detalhes. Mas de qualquer maneira**--**

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas nós podemos amarrar a meta no inventário que vai ser anunciado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito bem, aí é outra questão que é uma questão que... Senadora Marina com a palavra, que já falou sobre isso hoje, até.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Primeiro eu acho que... Não vou repetir o que eu disse lá, na Comissão Geral, de que tivemos um avanço, sim, com a mudança de posição de não ter metas. Eu, juntamente com Ministro Celso Amorim, fomos os primeiros a fazer essa inflexão, numa posição histórica, e aí de-

vemos reconhecer da seguinte forma: o Brasil sempre teve um protagonismo significativo na convenção do clima, em todas as convenções, mas o clima, e de biodiversidade o Brasil sempre teve uma posição pró-ativa. O problema é que nós fomos pró-ativos quando criamos o mecanismo de desenvolvimento limpo, e foi uma conquista do Brasil. E, às vezes, a gente confunde conquista com conservadorismo, porque a conquista deve ser conservada a conquista e não ser conservadores no sentido de que não hajam mais conquistas, e foi esse o erro que nós cometemos. Então, vamos conservar a conquista do MDL, estamos todos de acordo. Agora, sermos conservadores de que não se pode fazer mais nada daqui para frente era o erro que vinha sendo cometido, criticado pela comunidade científica, criticado por setores do Congresso, inclusive a maior parte de nós, que está aqui, pelas organizações da sociedade.

Quando nós começamos a fazer esse debate que de o Brasil poderia, sim, transitar para metas, o primeiro suporte que foi dado foi a redução das emissões, em função da diminuição do desmatamento. E em Bali, nós conseguimos, em 2007, apresentar – eu, o Ministro Celso Amorim – a proposta de um compromisso que fosse reportável, verificável, mensurável, quebramos aquele velho paradigma de que o Brasil não iria se envolver na discussão sobre florestas e nem relação a metas. Agora, o que nós teríamos que transitar é para uma meta, de fato, obrigatória. Mas, infelizmente, nós ainda estamos na posição de Bali. O problema é que, quando nós apresentarmos – e alguns especialistas têm me dito isso – formalmente, na convenção, seja como objetivo, seja como, enfim, meta voluntária, isso vira vinculante, e as pessoas têm que ter a compreensão disso. Portanto, nós não podemos apresentar uma proposta, cuja base de referência nós não sabemos qual é, e a base de referência é o inventário. O inventário estão me dizendo que vai ficar pronto o ano que vem. Era bom que nós tivéssemos explicações por que não está pronto, porque o que foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente corretamente foi uma projeção. A projeção já ajudou a que tivéssemos o tensionamento interno no governo e na sociedade, no sentido de chegarmos aonde chegamos.

Mas podemos fazer como o Governo de São Paulo, que fez a sua meta sem inventário, vinculou a meta – futuramente, quando tiver o inventário, se chegará aos números corretos – e o Governo Federal poderá fazer a mesma coisa. Quando tivermos o inventário, nós vinculamos o número correto... É possível que seja a mesma coisa, que a projeção feita esteja tão adequada e as informações que o governo tem parcialmente do relatório... Porque já há um acúmulo dentro do governo. Quem não tem acesso somos nós. Corretamente, porque não está completo. O governo não vai divulgar um relatório que está incompleto, mas as autoridades governamentais têm acesso. Então, é possível que eles estejam baseados em algo que ainda não pôde ser publicizado e que esteja tão próximo que seja isso mesmo. Porque, se é 6,1, 38,9, é uma coisa, assim, tão precisa que tem até fração, para uma meta voluntária, que é possível que tenha uma base de referência. E conhecendo algumas pessoas envolvidas, inclusive o Tarso, que foi uma pessoa fantástica nesse processo todo, a seriedade com que trabalha, eu sei que as pessoas fizeram um esforço muito grande.

Então, vamos na direção do que disse o Senador Casagrande. Eu me inclino por fazermos uma emenda, institucionalizando a proposta, vinculando ao inventário, fazendo um acordo de todos nós, para que isso possa tramitar rapidamente nas três comissões, e que possamos fazer o mesmo na Câmara dos Deputados. Eu me lembro que nós tivemos, eu e o Lúcio Alcântara, menos de dez dias para fazer o Protocolo de Kyoto ser ratificado, eu acho, aqui, dentro do Senado, quando tínhamos que ir para Johanesburgo. Agora, é uma força tarefa, governo, oposição, isso é um esforço que foi uma conquista da sociedade, dos cientistas, das ONGs, do Ministério do Meio Ambiente, de todos aqueles que fizeram o tensionamento correto para que esse assunto fosse para o alto nível e, indo para o alto nível, em função do mérito e da conjuntura política, não podemos nos esquecer, se transitou para a meta. Correto, a conjuntura ajudou. Agora, não podemos ficar só num ganho de conjuntura. O que é um ganho de conjuntura? Então, a sociedade brasileira cobra que se tenha uma posição responsável, a opinião pública internacional exige de um país como o Brasil que tenha um protagonismo correto, aí se vai com uma meta ainda, meio *pro forme*, e volta, e depois o assunto está esquecido. Aí continua detonando o Código Florestal e o Congresso, adiando a implementação da lei dos crimes ambientais, uma série de coisas que a meta vira um consenso oco. Como é que não vira o consenso oco? É se fizermos a institucionalização. Ajuda o governo, ajuda a ter o orçamento, ajuda a quem vier depois, que não queira assumir o compromisso. E nós vamos agora ter, como tivemos, em relação a outras políticas, a continuidade. Da mesma forma, concluo aqui, Senador Sarney Filho, dizendo que, da mesma forma que nós vamos institucionalizar as metas sociais, os compromissos sociais – e está correto fazer isso –, nós teremos que fazer em relação, também, à agenda de mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito obrigado. Duas coisas que eu acho que

mudaram, até que me ocorreu agora. Quando nós discutimos na Câmara esse projeto de políticas, Senadora Marina, isso é importante, porque, quando nós discutimos esse projeto na Câmara, o governo ainda não tinha adotado, decidido ainda sobre as metas. Então, esta... Talvez seja esse o gancho adequado para que se possa dialogar com o governo, e, em virtude dessa nova decisão, se adequar àquilo que foi votado na Câmara. Porque a minha impressão é que nós temos que fazer isso consensualmente. E também a minha certeza é que o governo estará ganhando, porque não vai fazer nada mais, nada menos do que aquilo que ele já anunciou.

Outra observação que acho importante. Vou já dar a palavra para o nosso relator. Estou aproveitando um pouco aqui, da presidência, para poder colocar um pouco das outras questões.

[risos]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ele não passa a palavra...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Outra questão... Deputado Luiz Carreira, depois nós voltamos ao relator para fecharmos. Outra questão importante é que, na discussão do Estado de São Paulo, nós tivemos uma colaboração muito grande do Deputado Fábio Feldman, ex-Deputado Fábio Feldman, que foi o mentor, que estava aqui, por isso que eu estou me referindo, foi o mentor dessa modificação em São Paulo, foi quem incentivou o Governo de São Paulo a fazer isso. É lógico, além de ser uma liderança do Partido Verde... Ah, sim, exatamente, uma emenda do Partido Verde. E acredito que, com esse argumento, a gente possa fazer essa modificação aqui. Porque é só adaptar ao que São Paulo fez àquilo que o Brasil pretende fazer, já condicionado as metas. Então, eu acho que é bastante factível que se faça isso. É importante conversarmos com a Senadora Ideli, porque ela, como Presidente da Comissão e como senadora também, líder do governo, terá um papel muito importante nessa situação.

Bem, eu passo a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Presidente, na verdade, é o seguinte: era muito nessa direção que eu ia fazer a observação, mas o Senador Casagrande acabou iniciando o processo, a Senadora Marina Silva, que já tinha feito algumas considerações hoje, de manhã, no Plenário lá da Câmara, na Comissão Especial. E exatamente: se o governo chegou a divulgar uma meta quantificada, mesmo que seja sobre exploração futura, partiu de um pressuposto qualquer. Quer dizer, você não chega a números tão precisos... E se vamos por detalhamento da meta, entra com desmatamento, [ininteligível] área, indústria, energia, etc., você chegou um a detalhamento bem preciso. Se chegou a esses números, é porque você tinha uma base de dados capaz de fazer essa projeção, senão seria até muita irresponsabilidade de divulgar os números com tanta precisão, se eles poderiam ser fortemente questionados. Mas essa base de dados efetivamente não foi divulgada e, se ela está sustentada em cima do inventário, que também não foi ainda tornado público, pode até já existir, mas não foi tornado público, talvez até, de certa forma, intencionalmente. Quer dizer, se divulgasse agora, já tinha que fixar as metas institucionalmente. Então, preferiu, talvez para a negociação, não fazê-lo agora e deixar em aberto, aí, para sustentar diversas pressões que normalmente ocorrem, quando se definem essas metas. Mas acho que cabe ao Congresso, cabe aos deputados e senadores, os senadores, agora, já que está aqui, no Senado, aproveitar a oportunidade e institucionalizar. Claro, isso depende de articulação. Não adianta também correr o risco de isso não ficar acordado, não conseguir voltar e ficar sem a lei de mudanças climáticas e chegar lá, agora, na COP-15, sem nenhum dos dois instrumentos, sem a política nacional e sem o fundo.

Eu queria fazer um comentário até sobre o fundo também. Aproveitar aqui. Então, acho que aí tem que fazer uma articulação rápida. O governo tem disposição de fazer mesmo, vamos fazer, isso não é... Não está se pedindo de mais, apenas transformar, institucionalizar aquilo que já foi definido pelo governo. Põe lá, efetivamente, uma ressalva, no sentido de que essas metas vão ser compatibilizadas com os dados do inventário, enfim, como foi feito em São Paulo, como já antecipou São Paulo. Eu acho que o Brasil tem toda a condição de fazer isso, até porque ele pode assumir realmente aí uma condição de protagonista nesta discussão, como ele sempre esteve, já que pode não haver um acordo já agora, mas, pelo menos, o Brasil vai ser, poderá ser, na verdade, não diria estrela, mas pelo menos assumir uma liderança nessa discussão, nesse papel, quer dizer, que é fundamental, levando, na verdade, instrumentos que ele avançou no país: questão de desmatamento, questão da legislação que já foi aprovada, enfim.

Eu queria fazer... Eu fiz até esse comentário, outro dia, numa discussão também, sobre os fundos. Existe fundo para tudo agora. Quer dizer, é preciso fazer, na verdade, um trabalho, aí talvez até é o trabalho que o governo já deveria fazer, o embaixador até admitiu, Sérgio, na última... O Embaixador Sérgio, na última discussão que nós tivemos, que essa é uma ideia interessante a fazer, é fazer um inventário disso

e fazer um mapeamento. Porque o que ocorre? Tem o pré-sal, aí tem recursos para a área de mitigação e adaptação. Era sustentabilidade, passou a ser mitigação e adaptação. Aí se cria o Fundo de Mudanças Climáticas com os 10% do petróleo, 60% dos 10%. Quer dizer, já está votado lá. Aí você traz a parte dos 10% para dentro do fundo, como o Palocci está trazendo. Então tem uma série de proposições que não estão só aí também, estão nas empresas privadas, estão em diversas... na PETROBRAS, que tem vários fundos, assisti a última exposição da PETROBRAS, foram criados vários fundos também, vinculados à área de mudanças climáticas... Enfim, fazer um inventário de tudo isso para a gente ver até o tamanho. Pode ser até que seja um tamanho adequado, ou se está faltando ainda, o que vamos fazer.

E começar a trabalhar, eu acho que o Ministério tem que começar a trabalhar rapidamente, para não fazer uma exposição tão vaga como veio na última discussão do pré-sal, no Fundo Social. O que o Ministério apresentou lá, eu, como gestor, ou qualquer outro gestor, não colocaria um centavo lá por enquanto. "Tá bom, tá aqui, no dia que vocês apresentarem um programa e um plano adequado, aí nós vamos financiar isso com esse dinheiro". Porque não foi dividido, até sabiamente, eu até fui favorável a essa proposta de não repartir por área, porque acho que isso também engessa, que não tem muito sentido, mas fazer com que os Ministérios que tenham interesse na área, por exemplo, que estão sempre contemplados no pré-sal, avance nas suas proposições, se articule com a sociedade organizada, se articule com os meios empresariais, enfim, para montar um plano de ação capaz de poder você visualizar, aí, num prazo de 20, 30 anos, uma política consistente de mudanças climáticas. Quer dizer, basicamente aí, na parte já que está lá só adaptação e mitigação, mas definir isso com clareza, porque não adianta chegar lá e dizer: "Eu preciso de dinheiro, o Meio Ambiente". O Meio Ambiente teve o dinheiro o tempo todo, mas não conseguiu utilizar, que o Ministério não liberava, o Ministério da Fazenda e Planejamento. Os 10% sempre existiram. Esse ano foi um bilhão e quatrocentos, está tudo contingenciado.

Então, sabiamente, o Ministério agora pegou esses 60% dos 10%, botou em mudanças climáticas, porque, como sabe que aí a pressão vai ser maior, pode ser que, agora, aconteça a liberação. Mas, de qualquer maneira, ficou claro e evidente de que havia a vontade política, a disposição, mas ela não se materializa em ações concretas em muitos casos. Existe a boa vontade, a intenção. Eu acho que o governo tem toda a oportunidade de marcar um ponto muito importante e significativo. Estou falando aqui como deputado de oposição, mas, se eu tivesse no governo, aproveitaria bem essa oportunidade. Estabeleceria logo, institucionalizaria, mesmo que vamos fazer revisão daqui a cinco anos, daqui a três anos, daqui a quatro anos, vamos estabelecer o período. Já que estamos produzindo o inventário, para que a gente possa chegar lá, quer dizer, o governo brasileiro possa chegar numa condição realmente destacada. E aí colocar na Mesa as principais questões da discussão sobre mudança de clima no mundo. Basicamente é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Com a palavra o relator, Deputado Colbert Martins.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Senadora, muito obrigado. Eu quero agradecer a todos. Eu acho que agradecer aos nossos assessores. Eu vou nominar os assessores que participaram e fizeram este relatório também conosco, para que nós possamos elogiá-los pelo--

SRA. SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Aliás, eu queria fazer um registro que eu não fiz, que V. Exa. acatou todas as sugestões que encaminhei, quero aqui fazer esse registro, que V. Exa. teve uma postura muito aberta no debate, acolhendo as sugestão dos Srs. Deputados e senadores. E eu acho que é isso que faz com que a gente possa avançar numa agenda que é difícil, mas que, ao mesmo tempo, ela é capaz de congregar diferentes olhares e diferentes posições políticas. Então eu quero parabenizar V. Exa. nesse sentido.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agradeço a Senadora Marina, no pronunciamento de candidata a Presidente dessa forma, nos agregando a todos, muito próxima--

[risos]

SRA. SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não, não, não. Eu sempre fui uma agregadora contumaz.

[risos]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Agora é uma agregadora maior, já está querendo pegar o sol, as estrelas.

Mas, senadora, senhores, eu acho que nós devemos discutir, sim, com o governo, as conveniências, para que nós possamos acrescentar metas, inclusive, no nosso relatório. No entanto, o que aconteceu essa semana, e é preciso que essa Comissão coloque claramente, e aí eu faço em meu nome, não posso fazer em nome da Comissão, mas é preciso dizer que o

que os Estados Unidos e a China fizeram foi um desserviço à causa mundial do clima, desserviço só para ser muito educado. Porque esses sujões podiam ter agido de forma diferente, não agiram, agiram da pior forma. Protelaram para a COP-16, que eu não sei o que acontecerá, lá no México. Mas, de qualquer forma, o que nós tivemos foi um recuo muito importante de países que sujam o mundo e que deveriam, nesse momento, ter outro tipo de postura. No entanto, eles estão praticamente inviabilizando decisões, já começaram a inviabilizar Kyoto, estão querendo inviabilizar Copenhague, e, do jeito que vai, eles querem inviabilizar o mundo. Eu acho que nós precisamos reagir, duramente e politicamente, contra os Estados Unidos e China, que, apesar das suas diferenças políticas e econômicas, nesse momento, estão juntos nessa política de querer o mundo bem quente, aquecido, provavelmente o inferno que eles vão chegar primeiro lá, muito antes do que nós.

Mas dizer, em segundo lugar, que eu gostaria de chamar atenção de todos, que existe, nesse momento – aí vou falar do ponto de vista parlamentar – tramitando, no Congresso Americano, até porque essa decisão está no Congresso, uma emenda, um projeto de lei conhecido como Waxman-Markey Bill. São responsáveis os Deputados Henry Waxman, Democrata da Califórnia – os Democratas estão perto sempre dessas coisas complicadas –, e Edward Markey, de Massachusetts, também Democratas. Esse projeto é um texto absolutamente complexo, que eu vou procurar transmitir para os senhores algumas informações, até porque o texto é muito grande e se encontra, nesse momento, no senado americano. O texto, na realidade, fala do ponto de vista das licenças ambientais que podem ser concedidas a empresas americanas que venham a emitir, venham a provocar emissões, mas que essas emissões provocadas possam aumentar o custo à competitividade dos produtos americanos no exterior. Enfim, de forma bem superficial até, vou distribuir esse documento aqui, para que alguns dos senhores possam ter uma ideia. O que eles estão discutindo nos Estados Unidos é que vão ter que permitir, vão ter que compensar empresas americanas pelas emissões. Como isso pode ser feito? Através de licenças. As licenças, algumas delas serão gratuitas, quando o governo americano entender que aquele seu produto está perdendo competitividade no exterior de alguma forma. Significa um subsídio, um claro subsídio, porque isenta determinados setores norte-americanos da necessidade de comprar licenças para emissão de gases. Esses setores receberão licenças gratuitas para minimização de custos de adaptação de subsídio. Ao fazer essa distribuição, o governo norte-americano espera que as empresas sejam poupadas do custo de compra e invistam no desenvolvimento e aplicação de tecnologias limpas, o que, no entanto, não está assegurado.

Algumas situações, e aí Senadora Marina, eu sei que a senhora conhece isso tanto quanto nós, ou bem mais, algumas compras têm que ser feitas pelos importadores, os importadores vão ter que comprar licenças que quem paga essas licenças são os exportadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso, no caso, são créditos?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Créditos, exatamente. Para que se possa colocar produtos estrangeiros nos Estados Unidos. Ou seja, o custo da licença funciona como uma tarifa adicional às importações. O mecanismo será aplicado apenas em determinados setores, que são aqueles onde os Estados Unidos enfrentarão maior perda de competitividade internacional. Os setores serão aqueles... Os setores de cujos países produzem 70% da produção mundial não cumpram com algum critério estabelecido. E vários critérios aqui são complexos. Eu não vou ler tudo, eu vou distribuir essa matéria, para que todos nós tomemos conhecimento.

E o mais importante é que isso tudo está para entrar em vigor a partir de 2012. Por isso que eles já empurraram a decisão para o ano, 2010. Mas as indústrias brasileiras devem sofrer um grande impacto, porque terão... Essa proteção, como está sendo explicitado, poderá ser feita através de barreiras à entrada de produtos no mercado norte-americano, como pelo eventual recebimento de subsídios, entre aspas, de licenças gratuitas, que deverão proteger alguns setores específicos do mercado norte-americano.

Para poder concluir, dizer que, em conformidade com a distribuição gratuita de licenças para emissões, deve ser considerado para análise o acordo de subsídios e medidas compensatórias da organização do livre comércio, que, neste momento, funciona, regula, do GATT, que regula o comércio internacional. Então, eu quero entender que, além das alterações do clima, nós estamos numa disputa violentíssima, nesse momento, do ponto de vista econômico e comercial. E nós precisaremos nos comportar com a responsabilidade que a senhora coloca, senadora, dentro do que nos compete. Coloco, vejo aqui, com clareza, que nós temos que assumir as nossas metas de redução de queimada ilegal. Isso não depende de Copenhague, não, isso depende de nós. Nós temos que ter uma Copa de 2014 com emissão zero. Nós temos que ter uma Olimpíada com emissão zero.

Não contemplou aqui, Ilídia, a questão da desertificação, nós fizemos aquela audiência, lá no Ceará, e acabou não... Se tiver aqui, mas eu faço questão de explicitar. Discutimos a desertificação em vários setores do Brasil e do mundo hoje. Mas nós esperamos que, até segunda-feira, dia 23, nós possamos acrescentar ou adicionar novas sugestões, porque Presidente Sarney, nós esperamos poder, na terça-feira, concluída a discussão, votar a matéria, senão, no máximo, fazê-lo na próxima quarta-feira.

E também adoto a sugestão dada aqui, por todos, para que a Senadora Ideli, mas que V. Exa., nesse momento, a representa tão bem, nós possamos estabelecer contatos com o governo brasileiro, para darmos uma resposta clara à nossa Comissão, para que nós possamos acrescer, se for o caso, essas metas no nosso relatório.

Cumprimentar também a Senadora Marina, porque nós... Eu vinha, no princípio do ano, tentando, mas, agora, nós materializaremos as condições que essa Comissão precisa ter, para que nós tenhamos uma postura cada vez mais decisiva. Eu vou fazer uma emenda aqui, no que a senhora coloca, porque eu acho que nós temos que decidir também no orçamento. Já que nós participamos na discussão, por que nós não participamos no orçamento também? Já que vamos ousar, ousaremos um pouco mais.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Reitero os agradecimentos ao Carlos Henrique Tomé, à Carmem Raquel, à Ilídia Martins Juras e ao Maurício Schneider, não é isso? Muito obrigado a vocês pelo excelente trabalho, em nome da nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Deputado Colbert.

Nós já vamos encerrar a nossa reunião, mas eu gostaria, pediria até um pouco de atenção. Gostaria de dividir uma sugestão que me ocorreu agora, em função daquilo que o Deputado Colbert falou, aí, até com muita emoção; sobre as decisões recentes dos Estados Unidos e da China. Talvez a gente pudesse deliberar aqui, que elaboraríamos um requerimento dentro do Regimento, eu não sei o que o Regimento do Senado permite em termos de Comissão, mas manifestando o nosso desagrado, a nossa posição. Isso não vale nada. O que é uma comissão do Congresso Nacional para a China e para os Estados Unidos? Mas é um posicionamento--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Deputado Sarney, eu vou interromper porque fui chamado atenção pela assessoria – e a Internet tem essas vantagens –, o Estadão, agora, acaba de noticiar que Estados Unidos e China agora falam em metas para o clima. Talvez eles estejam ainda nessa fase de mudanças. Mas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Mas então... O que... Não, não, já deu resultado. Só o anúncio... Mas isso já era... Hoje de manhã, isso já tinha sido noticiado, mas eu acho que é um posicionamento... Não é possível, gente, que a gente, às vésperas, Senadora Marina, às vésperas da Convenção de Copenhague, a Comissão Mista do Congresso Nacional, que trata sobre o aquecimento global, não se manifeste a respeito desse tema. O que nós precisamos saber é quais os caminhos legais, mas, talvez, Deputado Colbert, a gente pudesse delegar a V. Exa., como relator, tirarmos daqui a decisão por voto de que esta manifestação será feita e delegarmos ao relator, para que detalhe, tanto juridicamente, quanto aos termos que certamente nós tomaremos conhecimento um pouco antes.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Seria, então, um requerimento?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Um requerimento, manifestando o nosso repúdio, o nosso desagrado. Aí acho que os assessores aqui, da diplomacia, possam--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu peço que nossos assessores tomem conhecimento da proposta que faz o Presidente Sarney, para que nós possamos escrever essa matéria e, oportunamente, na terça-feira, a gente avalia a conveniência da sua própria aprovação.

SRA. SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu só acho o seguinte: que aí tem as pessoas que lidam no aspecto diplomático, o que pertence, ou não, um país e o congresso se manifestar a um outro país. Aí tem aí as nuances. E é claro que tem o posicionamento político de cada um. Agora, a opinião pública internacional, com certeza, tem a ver ainda com essa posição de... que não sou, de forma alguma, enfim, corretamente para a opinião pública internacional, que vai pressionar muito os Estados Unidos e China, e o Presidente Obama tem feito um esforço. Ali há uma dificuldade real que ele está manejando, mas ele tem uma atitude pró-ativa. O que ele não pode é, de antemão, já se conformar, pegar o atraso de dez anos do Bush, botar na conta dele e ainda acrescentar mais um. Ele não pode fazer isso. Nós já estamos na frente, continuaremos na frente, e ele tem que fazer um esforço para poder acompanhar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Bem, entendi a manifestação da Senadora Marina como encaminhamento da discussão. Então, nós colocamos em votação a proposta. Aqueles que são a

favor, permaneçam como estão. Aprovada a proposta. E dou por encerrada essa nossa profícua sessão.

Sessão encerrada às 16h08

OF/GSOSOB nº 48/2009-H

Brasília, 28 de setembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Mão Santa
Terceiro-Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Terceiro-Secretário,

Com base no Ato da Comissão Diretora nº 24, de 1992, repristinado posteriormente, requeiro, junto a essa Terceira-Secretaria, o pagamento do Auxílio Moradia pago pelo Senado Federal, retroativo a data de minha posse nesta Casa, fato ocorrido em 9 de setembro do ano em curso.

Agradecendo antecipadamente a atenção de V. Exª, renovo-lhe no ensejo, protestos de elevada consideração e apreço. – Senador Osvaldo Sobrinho, PTB – MT.

Brasília, 3 de novembro de 2009

Senhor Diretor-Geral

Encaminho o presente Processo, nº 17.547/09-1, à Diretoria-Geral, para as providências cabíveis de acordo com o parecer da Advocacia Geral do Senado Federal.

Atenciosamente, – Antonio Rosalvo Paz de Vasconcelos, Chefe de Gabinete.

À DGER,

Defiro o pagamento do Auxílio-Moradia conforme a solicitação do Exmo. Sr. Senador Osvaldo Sobrinho. – Senador Francisco de Assis Moraes Souza, Terceiro-Secretário.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (27)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,22)	1. João Pedro (PT-AM) (19)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (24)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (23)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:
1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 15/05/2009
Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (1,4,5,6)
Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:
1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
2. Eleito em 14.07.2009.
3. Designado em 14.07.2009.
4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

7) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo final: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (1)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:
1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (2)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) (1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (4)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (4)

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) (3)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) (3)
RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) (1)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (2)	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) (4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) (3)	1. Senador Gerson Camata (PMDB) (3)
Senador Neuto De Conto (PMDB) (3)	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3)	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) (3)
Senador Valter Pereira (PMDB) (3)	4. Senador Paulo Duque (PMDB) (3)
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
Coordenação:

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO (3)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

VAGO (1,2,4)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009, QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

PRAZOS[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]
PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009[3]

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

[3] Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (35)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)
Delcídio Amaral (PT) (29)	2. Renato Casagrande (PSB) (31)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (28)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (30,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (33)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (65,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,60)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,58)	2. Gilvam Borges (PMDB) (63,66)
Gerson Camata (PMDB) (53,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,59)
Valdir Raupp (PMDB) (62)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,59,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,68,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,64,70)
Pedro Simon (PMDB) (56,61)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,59)
Renan Calheiros (PMDB) (57,77)	7. Almeida Lima (PMDB) (57,78)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,51)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,50)	5. Kátia Abreu (DEM) (42)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,44)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,24,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (22,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (22)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (27,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
30. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. João Tenório (PSDB) (2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão(Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:
1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (93)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. VAGO (35,95)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
VAGO (37,85,86,87,98)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (6)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) (2)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (2)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. João Pedro (PT) (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) **(cedida ao PDT)**	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:
1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (16)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7)
Valter Pereira (PMDB) (11)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:
1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
VAGO (23,63,67)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,41)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,48)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (9)
VAGO (8)	3. VAGO (11)
VAGO (10)	4. VAGO (10)
VAGO (10)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:
1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (3)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) (4)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO (2)
PDT
Patrícia Saboya (CE) (5,7,8)
PR
Magno Malta (ES) (1,6,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) (9)
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 26/11/2009

Notas:
1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	**1º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	**3º SECRETÁRIO** Senador Mão Santa (PSC-PI)[1]
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	**4º SECRETÁRIO** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)[2]
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Damião Feliciano (PDT-PB)[3]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

[1] Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

[2] A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

[3] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) [13]
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS)[14]	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

---

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

[13] O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

[14] Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano[1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$31,00
Porte de Correio	R$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R$62,00
Porte de Correio	R$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R$0,30
Porte avulso	R$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 806 páginas
OS: 2009/18856